



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1727

Quarta-feira - 22 de Abril de 2015

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Água Doce.....	3	Ipumirim .....	282	São José.....	460
Anchieta .....	6	Irineópolis .....	293	São José do Cedro.....	467
Antônio Carlos .....	17	Itaiópolis .....	296	São Lourenço do Oeste.....	470
Arroio Trinta.....	19	Itapiranga.....	296	São Miguel da Boa Vista .....	470
Balneário Rincão .....	26	Itapoá .....	297	São Miguel do Oeste.....	478
Benedito Novo .....	28	Ituporanga .....	305	Schroeder.....	479
Biguaçu .....	30	Jacinto Machado .....	305	Serra Alta .....	493
Blumenau .....	66	Joaçaba.....	307	Timbó .....	498
Bom Jesus do Oeste .....	86	Lages .....	334	Treze Tilias .....	510
Bom Retiro .....	88	Lebon Regis.....	339	Tunápolis.....	512
Botuvera.....	97	Leoberto Leal.....	341	Turvo .....	513
Braço do Trombudo .....	97	Lindóia do Sul .....	342	Urussanga .....	514
Brunópolis .....	107	Luzerna .....	342	Vargem Bonita .....	519
Brusque.....	108	Macieira.....	344	Videira.....	520
Caçador.....	109	Maracajá .....	345	Vitor Meireles.....	529
Camboriú.....	129	Maravilha.....	359	Xavantina .....	530
Campo Alegre .....	136	Marema.....	361	Xaxim.....	530
Campos Novos .....	136	Massaranduba.....	362		
Canoinhas.....	140	Meleiro .....	365	<b>Associações</b>	
Capinzal .....	143	Modelo .....	366	AMAUC.....	535
Catanduvas.....	150	Navegantes.....	369	AMMVI .....	535
Caxambu do Sul.....	159	Nova Trento .....	381	AMUREL .....	537
Cocal do Sul.....	159	Novo Horizonte .....	383		
Concórdia .....	172	Orleans .....	385	<b>Consórcios</b>	
Cordilheira Alta .....	182	Ouro .....	385	ARIS .....	540
Coronel Freitas.....	184	Palhoça .....	387	CIGA .....	547
Coronel Martins.....	185	Palmitos .....	422	CIMVI.....	547
Correia Pinto.....	188	Papanduva.....	425	CIS Nordeste .....	548
Corupá .....	190	Passo de Torres.....	427	CIS/AMURES.....	551
Curitibanos .....	191	Passos Maia .....	427	CITMAR.....	551
Dionísio Cerqueira .....	196	Paulo Lopes .....	428		
Forquilha.....	198	Penha.....	430		
Fraiburgo.....	212	Pinheiro Preto .....	431		
Frei Rogério .....	213	Pomerode.....	433		
Garopaba.....	214	Ponte Serrada .....	434		
Garuva .....	220	Porto União.....	435		
Gaspar .....	221	Presidente Castello Branco.....	443		
Governador Celso Ramos .....	221	Presidente Nereu.....	444		
Grão Pará .....	225	Rio dos Cedros.....	447		
Guaraciaba .....	228	Rio do Sul.....	444		
Guaramirim.....	230	Salto Veloso .....	449		
Guarujá do Sul.....	233	Santa Rosa do Sul .....	449		
Herval d'Oeste .....	234	Santa Terezinha do Progresso .....	450		
Ibiam .....	241	São Bento do Sul.....	451		
Ilhota .....	246	São Carlos .....	456		
Imarui .....	254	São Domingos.....	457		
Imbituba .....	255	São João do Oeste .....	458		
Indaial.....	255	São João do Sul .....	459		
Iomerê .....	280	São Joaquim .....	459		

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Charles R. Schwambach - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Leandro Rateke, Marcus V. da Silveira e Wendel F. R. da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br



# **XANXERÊ** **SOLIDÁRIA**

## **DOE ÀS VÍTIMAS DO TORNADO**

CONTA CORRENTE OFICIAL PARA DOAÇÕES  
BANCO DO BRASIL  
**AGÊNCIA 0586-X CONTA: 2.015-X**  
**CNPJ: 83.009.860/0001-13**

PARA TRANSFERÊNCIAS INTERNACIONAIS  
USE O CÓDIGO ABAIXO  
**IBAN: BR86000000000005860000020150C1**

### **INFORMAÇÕES: (49) 3441-8500**

Indicador



PREFEITURA DE  
**XANXERÊ**  
xanxere.sc.gov.br

# Água Doce

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 040/2015

DECRETO Nº 040/2015 - DE 09 DE ABRIL DE 2015

"REGULAMENTA SOBRE A PADRONIZAÇÃO DE MATERIAIS UTILIZADOS NAS CALÇADAS DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições.

#### DECRETA:

Art. 1º. As calçadas localizadas nas zonas urbanas de Água Doce, conforme definição do plano Diretor, serão construídas, observando-se os aspectos urbanísticos e de segurança, utilizando-se material denominado "PAVER".

Parágrafo Único - As calçadas localizadas nas zonas urbanas deverão ocupar todo o espaço a ela destinados.

Art. 2º. As calçadas do perímetro urbano de Água Doce não poderão apresentar degraus, devendo respeitar a continuidade das calçadas já existentes.

Art. 3º. A Secretaria Municipal de Urbanismo autorizará a construção das calçadas, nos termos do projeto, sem ônus para o requerente, em 15 (quinze) dias, a contar do requerimento, definindo:

I - o material a ser empregado já está definido neste decreto;

II - a área a ser construída;

III - a altura do meio fio;

IV - condições especiais de desnível;

Art. 4º. A infração ao disposto neste Decreto sujeitará o infrator à multa de 5 (cinco) URFs (Unidades de Referência Fiscal), respeitados o contraditório e ampla defesa.

Parágrafo Único. Independente de multa, o infrator será notificado para a observância do disposto neste Decreto, no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 5º. Não atendida a notificação, no prazo de 90 (noventa) dias, está caracterizada a reincidência e a multa será aplicada em dobro.

Parágrafo Único. Independente da multa aplicada em dobro, o infrator será notificado para observância do disposto neste Decreto, em prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 6º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 09 de abril de 2015.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 041/2015

DECRETO Nº 041/2015 - DE 09 DE ABRIL DE 2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 2.329, de 09 de dezembro de 2014,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.329 de 09 de dezembro de 2014, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo

serão para aplicação do superávit exercício 2014.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente o elemento de despesa 4.6.90.00.00.0644/165 Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

01 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS

28.843.0000.0.006 AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA ATIVA-COHAB

4.6.90.00.00.0644/165	Aplicações	Diretas
tas.....R\$ 500,00		

TOTAL .....	R\$ 500,00
-------------	------------

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 09 de abril de 2015.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 042/2015

DECRETO Nº 042/2015 - DE 13 DE ABRIL DE 2015

"SUBSTITUI MEMBROS DA COMISSÃO PARA ANÁLISE DE DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º. Ficam substituídos determinados membros da Comissão para Análise de Despesas de Exercícios Anteriores, constituída pelo Decreto nº 063/2014:

- TÂNIA CARON DOS SANTOS

- ALEXANDER DE CARVALHO FABRO

Art. 2º. Em substituição aos membros mencionados no artigo 1º, ficam nomeados os seguintes membros:

- GLÁUCIA REGINA VARASCHIN

- MARILUCY SARE KUSMANN

Art. 3º. Ficam mantidos os demais membros para cumprimento das suas atribuições pelo prazo legal.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce - SC, 13 de abril de 2015.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 043/2015**

DECRETO Nº 043/2015 - DE 14 DE ABRIL DE 2015

"NOMEIA COMISSÃO ELEITORAL PARA PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO DOS CONSELHEIROS TUTELARES NO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 094/2014, de 09 de dezembro de 2014,

**DECRETA:**

Art. 1º. Nomear as seguintes pessoas para fazerem parte da Comissão Eleitoral para Processo de Escolha Unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de Água Doce, Estado de Santa Catarina:

- ELIAS VIECELI
- VANIR PUTTON
- JUCIANA SOUZA DE ARAUJO SOARES
- VALTER VALENTIN RAMPAZZO
- ORLANDO FÁVERO
- JOSELI APARECIDA DOS SANTOS MOURA ROSA TRENTTO
- SILVANA APARECIDA DO NASCIMENTO CAVALLI
- CAMILA RAQUEL MACAGNAN
- LUCIANI CRISTINA ALVES
- NILZE MARIA BALESTRIN SARI
- LEILA FERRETI
- SCHEILA MARA CORSO GIORDANI
- NILZA MENDES
- CRISTIANO SAVARIS DA SILVA

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 14 de abril de 2015.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

SILVANA APARECIDA DO NASCIMENTO CAVALLI

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

**LEI COMPLEMENTAR Nº 095/2015**

LEI COMPLEMENTAR Nº 095/2015 - DE 16 DE ABRIL DE 2015

"ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR 058 DE 09 DE JUNHO DE 2009 QUE DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E QUADRO DE PESSOAL"

Novelli Sganzerla, Prefeito Municipal de Água Doce - Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Artigo 1º. O Anexo I e VIII da Lei Complementar nº 058 de 09 de junho de 2009 passa a vigorar com as alterações e acréscimos, mantendo-se os demais dispositivos já em vigor não modificados por esta lei:

**ANEXO I****QUADRO DE PESSOAL EFETIVO**

(...)

**GRUPO III - SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS**

Cargo /CE	Código Nível	Total de vagas	Carga horária Semanal
Atendente de Farmácia	CE – 14	02	40 horas
Técnico em Higiene Dental	CE – 14	02	40 horas
Auxiliar de Consultório Dentário	CE – 10	03	40 horas

**GRUPO IV - SERVIÇOS TÉCNICOS CIENTÍFICOS**

Cargo /CE	Código Nível	Total de vagas	Carga horária Semanal
Enfermeiro	CE – 24	05	40 horas

**ANEXO VIII****DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO**

(...)

**3 - GRUPO III - SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS**

(...)

**3.4 - Cargo: ATENDENTE DE FARMÁCIA**

Regime de Trabalho: Regime Jurídico Estatutário

Carga Horária: 40 horas semanais

Condições para Ingresso- Concurso de provas ou provas e títulos

Habilitação: Formação específica na área.

Descrição das Atribuições:

1 - O Atendente de Farmácia prestará serviço, subordinado hierarquicamente ao Diretor ou Responsável Técnico (Farmacêutico) que, requerendo a assunção da direção ou responsabilidade técnica da Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, ao Conselho Regional de Farmácia (CRF), poderá ser designado para complementar a carga horária, para auxiliar ou para substituir o Titular no desenvolvimento da Assistência Farmacêutica necessária no estabelecimento, devendo:

2 - Conferir fórmulas;

3 - Efetuar manutenção de rotina em equipamentos e utensílios de laboratório;

4 - Controlar estoques;

5 - Realizar testes de qualidade de matérias-primas, equipamentos e ambiente;

6 - Realizar procedimentos de separação de doses, segundo modelos de dispensação utilizados pelo Farmacêutico;

7 - Documentar atividades e procedimentos da manipulação farmacêutica. As atividades são desenvolvidas de acordo com as boas práticas de manipulação, sob supervisão direta do Farmacêutico;

8 - Manter os medicamentos e substâncias medicamentosas em bom estado de conservação, de modo a serem fornecidos nas devidas condições de pureza e eficiência;

9 - Promover que na farmácia sejam garantidas boas condições de higiene e segurança;

10 - Manter e fazer cumprir o sigilo profissional;

11 - Manter os livros de substâncias sujeitas a regime especial de controle em ordem e assinados, demais livros e documentos previstos na legislação vigente ou sistema informatizado devidamente regulamentado ANVISA;

12 - Fazer a seleção de produtos farmacêuticos, no caso de prescrição pelo nome genérico do medicamento, observando-se os dados sobre a sua biodisponibilidade;

13 - executar outras tarefas afins determinadas ou orientadas pelo

Farmacêutico.

(...)

3.9 - Cargo: TÉCNICO DE HIGIÊNE DENTAL

Regime de Trabalho: Regime Jurídico Estatutário

Carga Horária: 40 horas semanais

Condições para Ingresso - Concurso de provas ou provas e títulos

Habilitação: Formação específica para a atividade

Descrição das Atribuições:

1. Organizar o agendamento de consultas e fichários de pacientes;
2. Recepcionar e preparar os clientes para atendimentos, instrumentando o cirurgião dentista e manipulando materiais de uso odontológico.
3. Participar de projetos educativos e de orientação de higiene bucal.
4. Colaborar nos levantamentos e estudos epidemiológicos.
5. Demonstrar técnicas de escovação.
6. Fazer a tomada e revelação de radiografias intrabucais.
7. Remover indultos, placas e cálculos supragengivais.
8. Aplicar substâncias para prevenção de cárie.
9. Inserir e condensar materiais restauradores.
10. Polir restaurações e remover sutura;
11. Orientar e supervisionar, sob delegação, os trabalhos de auxiliares.
12. Proceder a limpeza e a assepsia do campo operatório.
13. Confeccionar modelos e preparar moldeiras.
14. Trabalhar seguindo normas de segurança, higiene e qualidade.
15. Zelar pela manutenção, limpeza, conservação, guarda e controle de todo o material, aparelhos, equipamentos e de seu local de trabalho.
16. Participar de programa de treinamento, quando convocado.
17. Executar tarefas pertinentes à área de atuação, utilizando-se de equipamentos e de programas de informática.
18. Executar outras tarefas compatíveis com as exigências para o exercício da função.

3.10 - Cargo: AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO

Regime de Trabalho: Regime Jurídico Estatutário

Carga Horária: 40 horas semanais

Condições para Ingresso - Concurso de provas ou provas e títulos

Habilitação: Formação específica para a atividade

Descrição das Atribuições:

1. Participar das atividades realizadas pelo THD;
2. Proceder à desinfecção e esterilização de materiais e instrumentos utilizados, garantindo as condições de biossegurança;
3. Realizar procedimentos educativo- preventivos como evidencição de placa bacteriana, orientações à escovação com o uso de fio dental;
4. Preparar o instrumental e materiais para uso (sugador, espelho, sonda e demais materiais necessários para o trabalho);
5. Instrumentalizar o cirurgião- dentista ou THD durante a realização de procedimentos clínicos;
6. Cuidar da manutenção e conservação dos equipamentos odontológicos;
7. Agendar e orientar o paciente quanto ao retorno para manutenção do tratamento;
8. Acompanhar e apoiar o desenvolvimento dos trabalhos da equipe de saúde da família no tocante à saúde bucal;

9. Realizar procedimentos coletivos como escovação supervisionada, evidencição de placa bacteriana e bochechos fluorados na Unidade Básica de Saúde da Família e espaços sociais identificados;
10. Registrar os procedimentos realizados, em Sistema de Informação;
11. Realizar visitas domiciliares, com a finalidade de monitorar a situação de saúde das famílias.

Artigo 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 16 de abril de 2015.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

### **PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 12/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2015 - FMS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO 12/2015

PREGÃO PRESENCIAL 11/2015

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 12/2015, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL nº 11/2015", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a aquisição de material de limpeza para utilização nas unidades de saúde, o qual será processado e julgado no dia 08 de maio de 2015 às 13h30, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Integra do edital disponível em: [www.aguadoce.sc.gov.br](http://www.aguadoce.sc.gov.br)

Água Doce, SC, 16 de abril de 2015

ORLANDO FÁVERO

Gestor do FMS

### **PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 31/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 22/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

PROCESSO LICITATÓRIO 31/2015

PREGÃO PRESENCIAL 22/2015

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 31/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 22/2015", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a aquisição material de expediente para a Secretaria de Educação e Escolas, o qual será processado e julgado no dia 06 de maio de 2015 às 13h30 em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Integra do edital disponível em: [www.aguadoce.sc.gov.br](http://www.aguadoce.sc.gov.br)

Água Doce, SC, 17 de abril de 2015

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 32/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 23/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE  
PROCESSO LICITATÓRIO 32/2015  
PREGÃO PRESENCIAL 23/2015

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 32/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 23/2015, do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a aquisição de gêneros alimentícios para o Corpo de Bombeiros Militar de Água Doce, o qual será processado e julgado no dia 08 de maio de 2015 às 16h00 em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Integra do edital disponível em: [www.aguadoce.sc.gov.br](http://www.aguadoce.sc.gov.br)

Água Doce, SC, 17 de abril de 2015  
NOVELLI SGANZERLA  
Prefeito Municipal

**Anchieta****PREFEITURA****EXTRATO AVISO PREGÃO PREF - 028-2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA  
AVISO LICITAÇÃO - Pregão Presencial 028/2015

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, para Aquisição de brinquedos para serem utilizados na Creche Municipal Pró-Infância, do ensino infantil da do município. Pago com recursos do (PAT) Plano de Ações Articuladas de acordo com o Termo de Compromisso n. 23400016756201396. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:30 horas do dia 05/05/2015. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta - feira.

Anchieta, 17 abril de 2015.  
Ari Prestes de Oliveira  
Prefeito Municipal

**EXTRATO AVISO PREGÃO PREF - 029-2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA  
AVISO LICITAÇÃO - Pregão Presencial 029/2015

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por lote, para Aquisição de livros infantis para a Secretaria de Educação utilizar nas Escolas Municipais do Ensino Fundamental e Infantil, pagos com recursos do salário educação. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 14:00 horas do dia 05/05/2015. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta - feira.

Anchieta, 17 abril de 2015.  
Ari Prestes de Oliveira  
Prefeito Municipal

**EXTRATO AVISO PREGÃO PREF - 030-2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA  
AVISO LICITAÇÃO - Pregão Presencial 030/2015

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, para Registro de Preço visando à aquisição de Material Didático 2 para ser utilizado pelas Escolas Municipais pelo período de até 12 (doze) meses após a data da homologação. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:30 horas

do dia 06/05/2015. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta - feira.

Anchieta, 17 de abril de 2015.  
Ari Prestes de Oliveira  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 164/2015**

PORTARIA Nº. 164/2015  
De, 01 de Abril de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para o Servidor Público Municipal, senhor Giovani Bordignon, ocupante do cargo de Odontólogo lotado na Secretaria Municipal da Saúde - FMS, relativas ao período de 2014/2015, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 01/04/2015 à 30/04/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.  
Em, 01 de Abril de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 165/2015**

PORTARIA Nº. 165/2015  
De, 01 de Abril de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 66 da Lei Complementar nº 031/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a servidora pública Municipal Ana Paula Sikorski, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Creche, designada para o cargo em Comissão de Gerente de Controle em Saúde Pública, lotada na Secretaria Municipal da Saúde - FMS, relativas ao período de 2014/2015, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 01/04/2015 à 21/04/2015, sendo convertido 10 (dez) dias em pecúnia.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.  
Em, 01 de Abril de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 166/2015**

PORTARIA N. 166/2015  
De, 01 de Abril de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Conceder Licença Maternidade e designar substituta,

Art. 1º - Fica concedida Licença Maternidade à Servidora Pública Municipal Solange de Abreu Canalle, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal da Educação, no período de 31/03/2015 à 26/09/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA  
Em, 01 de Abril de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.  
Andreia Marafão  
Secretária da Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 167/2015**

PORTARIA Nº. 167/2015  
De, 01 de Abril de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal, senhora Márcia Aparecida Câmara, ocupante do cargo de Professora de Séries Iniciais, lotada na Secretaria Municipal da Educação, relativas ao período de 2014/2015, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 01/04/2015 à 30/04/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.  
Em, 01 de Abril de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.  
Andreia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão.

### **PORTARIA Nº 168/2015**

PORTARIA nº. 168/2015  
De, 01 de Abril de 2015.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as Leis Complementares nº. 032/2011 e nº. 033/2011,

RESOLVE:

Designar Servidor,

Art. 1º - Fica designado o Servidor Público Municipal Angelin Pereira, efetivo no cargo de Agente de Defesa Civil, lotado no Gabinete do Prefeito, para exercer atividades e funções junto a Corpo de Bombeiros de Anchieta, percebendo os vencimentos mensais previstos em Lei, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 01 de Abril de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão.

### **PORTARIA Nº 169/2015**

PORTARIA Nº. 169/2015  
De, 01 de Abril de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal, senhora Andreia Milani de Souza, ocupante do cargo de Monitora de Creche, lotada na Secretaria Municipal da Educação, relativas ao período de 2014/2015, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 01/04/2015 à 30/04/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.  
Em, 01 de Abril de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão.

### **PORTARIA Nº 170/2015**

PORTARIA Nº. 170/2015  
De, 01 de Abril de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal, senhora Camila Signori, ocupante do cargo em Comissão de Gerente de Gestão Escolar, lotada na Secretaria Municipal da Educação, relativas ao período de 2014/2015, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 01/04/2015 à 30/04/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.  
Em, 01 de Abril de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão.

### **PORTARIA Nº 171/2015**

PORTARIA Nº. 171/2015  
De, 01 de Abril de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal, senhora Cerlei Maria Prevedello, ocupante do cargo de Professora de Séries Iniciais, lotada na Secretaria Municipal da Educação, relativas ao período de 2014/2015, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 01/04/2015 à 30/04/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.  
Em, 01 de Abril de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 172/2015**

PORTARIA Nº. 172/2015

De, 01 de Abril de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal senhora Cladi Perin Bággio, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal da Educação, relativas ao período de 2013/2014, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 01/04/2015 à 30/04/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.

Em, 01 de Abril de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 173/2015**

PORTARIA Nº. 173/2015

De, 01 de Abril de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal senhora Cláudia Regina Escher, ocupante do cargo de Monitora de Creche, lotada na Secretaria Municipal da Educação, relativas ao período de 2014/2015, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 01/04/2015 à 30/04/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.

Em, 01 de Abril de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 174/2015**

PORTARIA Nº. 174/2015

De, 01 de Abril de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal senhora Daniane do Amaral dos Santos de Lara, ocupante do cargo de Monitora de Creche, lotada na Secretaria Municipal da Educação, relativas ao período de 2014/2015, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 01/04/2015 à 30/04/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.

Em, 01 de Abril de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 175/2015**

PORTARIA Nº. 175/2015

De, 01 de Abril de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal senhora Dione Prevedello, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal da Educação, relativas ao período de 2014/2015, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 01/04/2015 à 30/04/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.

Em, 01 de Abril de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 176/2015**

PORTARIA Nº. 176/2015

De, 01 de Abril de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal senhora Gilvana Maria Guerini, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil - Matrícula 2074, lotada na Secretaria Municipal da Educação, relativas ao período de 2014/2015, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 01/04/2015 à 30/04/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.

Em, 01 de Abril de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 177/2015**

PORTARIA Nº. 177/2015

De, 01 de Abril de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal senhora Idianara Cavagnoli, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil - Matrícula 2074, lotada na Secretaria Municipal da Educação, relativas ao período de 2014/2015, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 01/04/2015 à 30/04/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.

Em, 01 de Abril de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 178/2015**

PORTARIA Nº. 178/2015

De, 01 de Abril de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal, senhora Ivanete Maria Gubert, ocupante do cargo de Monitora de Creche, lotada na Secretaria Municipal da Educação, relativas ao período de 2014/2015, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 01/04/2015 à 30/04/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.

Em, 01 de Abril de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 179/2015**

PORTARIA Nº. 179/2015

De, 01 de Abril de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal, senhora Katiane Wanzing Lima, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal da Educação, relativas ao período de 2014/2015, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 01/04/2015 à 30/04/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.

Em, 01 de Abril de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 180/2015**

PORTARIA Nº. 180/2015

De, 01 de Abril de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal, senhora Luciana Aparecida Snigur Didomênico, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal da Educação, relativas ao período de 2014/2015, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 01/04/2015 à 30/04/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.

Em, 01 de Abril de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 181/2015**

PORTARIA Nº. 181/2015

De, 01 de Abril de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal, senhora Márcia Maria Parmezani, ocupante do cargo de Professora de Séries Iniciais, lotada na Secretaria Municipal da Educação, relativas ao período de 2014/2015, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 01/04/2015 à 30/04/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.

Em, 01 de Abril de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 182/2015**

PORTARIA Nº. 182/2015

De, 01 de Abril de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal senhora Margarete Wibrantz, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal da Educação, relativas ao período de 2014/2015, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 01/04/2015 à 30/04/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.

Em, 01 de Abril de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 183/2015**

PORTARIA Nº. 183/2015

De, 01 de Abril de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal senhora Marisane dos Santos, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal da Educação, relativas ao período de 2014/2015, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 01/04/2015 à 30/04/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.

Em, 01 de Abril de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 184/2015**

PORTARIA Nº. 184/2015

De, 01 de Abril de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal senhora Marizete dos Santos, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal da Educação, relativas ao período de 2014/2015, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 01/04/2015 à 30/04/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.

Em, 01 de Abril de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 185/2015**

PORTARIA Nº. 185/2015

De, 01 de Abril de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal senhora Neilimara Brustolin, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal da Educação, relativas ao período de 2014/2015, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 01/04/2015 à 30/04/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.

Em, 01 de Abril de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 186/2015**

PORTARIA Nº. 186/2015

De, 01 de Abril de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedido férias regulamentares para o Servidor Público Municipal senhor Robson Swirke, ocupante do cargo de Monitor Social - Informática, lotada na Secretaria Municipal da Educação, relativas ao período de 2014/2015, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 01/04/2015 à 30/04/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.

Em, 01 de Abril de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 187/2015**

PORTARIA Nº. 187/2015

De, 01 de Abril de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal, senhora Rosane Grabin Caumo, matrícula 2164, ocupante do cargo de Professora de Séries Iniciais, lotada na Secretaria Municipal da Educação, relativas ao período de 2014/2015, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 01/04/2015 à 30/04/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.

Em, 01 de Abril de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 188/2015**

PORTARIA Nº. 188/2015

De, 01 de Abril de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para o Servidor Público Municipal, senhor Leandro da Rosa, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, relativas ao período de 2013/2014, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 01/04/2015 à 30/04/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.

Em, 01 de Abril de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 189/2015**

PORTARIA Nº. 189/2015

De, 01 de Abril de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para o Servidor Público Municipal, senhor Ademir Camargo, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotado na Secretaria Municipal da Saúde - FMS, relativas ao período de 2014/2015, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 01/04/2015 à 30/04/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.

Em, 01 de Abril de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 190/2015**

PORTARIA Nº. 190/2015

De, 01 de Abril de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal, senhora Dulce Stobbe Wolf Ribeiro, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria Municipal da Saúde - FMS, relativas ao período de 2014/2015, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 01/04/2015 à 30/04/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.

Em, 01 de Abril de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 191/2015**

PORTARIA Nº. 191/2015

De, 01 de Abril de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal, senhora Eliane dos Santos Ortolan, ocupante do cargo de Auxiliar de Laboratório, lotada na Secretaria Municipal da Saúde - FMS, relativas ao período de 2014/2015, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 01/04/2015 à 30/04/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.

Em, 01 de Abril de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 192/2015**

PORTARIA Nº. 192/2015

De, 01 de Abril de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para o Servidor Público Municipal, senhor João Aldo Kaminski, ocupante do cargo de Odontólogo lotado na Secretaria Municipal da Saúde - FMS, relativas ao período de 2014/2015, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 01/04/2015 à 30/04/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.

Em, 01 de Abril de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 193/2015**

PORTARIA Nº. 193/2015

De, 01 de Abril de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal, senhora Marcia Fabiana Fossato, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria Municipal da Saúde - FMS, relativas ao período de 2014/2015, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 01/04/2015 à 30/04/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.

Em, 01 de Abril de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 194/2015**

PORTARIA Nº. 194/2015

De, 01 de Abril de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal, senhora Leomara Lourdes Zanella da Conceição, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal da Assistência Social - FMAS, relativas ao período de 2013/2014, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 01/04/2015 à 30/04/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.

Em, 01 de Abril de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 195/2015**

PORTARIA Nº. 195/2015

De, 01 de Abril de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal, senhora Luciane Paula Gavineski Scopel, ocupante do cargo de Monitora Social, lotada na Secretaria Municipal da Assistência Social - FMAS, relativas ao período de 2014/2015, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 01/04/2015 à 30/04/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.

Em, 01 de Abril de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 196/2015**

PORTARIA Nº. 196/2015

De, 01 de Abril de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal, senhora Maria Helena Trentin, ocupante do cargo de Gerente de Inclusão Social, lotada na Secretaria Municipal da Assistência Social - FMAS, relativas ao período de 2014/2015, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 01/04/2015 à 30/04/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.

Em, 01 de Abril de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 197/2015**

PORTARIA Nº. 197/2015

De, 06 de Abril de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para o Servidor Público Municipal senhor Adacir Luiz Canalle, ocupante do cargo de Operador II, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, relativas ao período de 2013/2014, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 06/04/2015 à 05/05/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.

Em, 06 de Abril de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 198/2015**

PORTARIA nº. 198/2015

De, 09 de Abril de 2015.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE**

Exonerar a Pedido,

Art. 1º - Fica exonerada a pedido a senhora Sandra Maria de Souza Weiland, ocupante do cargo de Gerente de Educação de Jovens e Adultos, lotada na Secretaria Municipal da Educação, a partir desta data.

Art. 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 09 de Abril de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão  
Secretária da administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 199/2015**

PORTARIA Nº. 199/2015

De, 09 de Abril de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Art. 2º da Lei Complementar nº 038/2012,

**RESOLVE:**

Nomear Auxiliar de Serviços Gerais,

Art. 1º - Fica nomeada a senhora Rosane Fatima Fleck Gandolfi para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais - ACT - Admissão em Caráter Temporário, lotada na Secretaria Municipal da Educação, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, percebendo os vencimentos mensais previstos em Lei.

Art. 2º - A presente contratação se dá de acordo com o Art. 2º. inciso VII, no período de 09/04/2015 à 18/12/2015.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desse ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC  
Em, 09 de Abril de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão  
Secretária da Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 200/2015**

PORTARIA Nº 200/2015

De, 10 de Abril de 2015.

DOSPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE TITULAÇÃO E  
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS,

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no  
uso de suas atribuições legais,

Considerando o disposto no art. 12 da Lei Complementar n.  
033/2011;

Considerando o Quadro de Níveis do Adicional de Titulação dos  
Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Adicional de Titulação,

Art. 1º - Fica concedido Adicional de Titulação ao servidor público  
municipal Giovanni Bordignon, ocupante do cargo efetivo de Odon-  
tólogo, no percentual de 20% (vinte por cento) a ser calculado so-  
bre o vencimento base do cargo respectivo, sendo pago em verba  
distinta (Adicional de Titulação), a partir desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.  
Em, 10 de Abril de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.  
Andreia Marafão  
Secretária da Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 201/2015**

PORTARIA nº. 201/2015

De, 13 de Abril de 2015.

Nomeia em caráter efetivo, servidor público municipal aprovado  
em Concurso Público e contém outras providências.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa  
Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade  
com a Lei Complementar nº. 031/2011 - Estatuto dos Servidores  
Públicos Municipais;

Considerando o resultado do Concurso Público nº. 001/2014;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeado em caráter efetivo, Jaime Segalin, portador  
do CPF nº. 054.065.199-05 e CI nº. 4.710.332 - SSP/SC, aprovado  
no Concurso Público nº. 001/2014 para o cargo de Motorista da  
Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com  
lotação junto a Secretaria Municipal da Saúde - FMS, com os di-  
reitos, os deveres, as obrigações e as responsabilidades conforme

disciplinado no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de An-  
chieta e demais normas legais aplicáveis.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),  
Em 13 de Abril de 2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.  
Andreia Marafão  
Secretária da Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 202/2015**

PORTARIA Nº. 202/2015

De, 13 de Abril de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado  
de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de acordo com  
o Art. 54 da Lei Complementar nº 033/2011 e Lei Contratação  
temporária 038/2012,

RESOLVE:

Reduzir Carga Horária,

Art. 1º - Fica reduzida a carga horária de 40 (quarenta) horas  
semanais para 20 (vinte) horas semanais, da servidora pública  
municipal Clarisse Ana Foschiera, ocupante do cargo de Auxiliar  
de Serviços Gerais ACT, a partir de 01/04/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC  
Em, 13 de Abril de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE.

Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.  
Andreia Marafão  
Secretária da Administração e Gestão.

**PORTARIA Nº 203/2015**

PORTARIA Nº. 203/2015

De, 13 de Abril de 2015.

Ari Prestes de Oliveira, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal, senhora Adriana Scwirke, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal da Assistência Social - FMAS, relativas ao período de 2014/2015, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 01/04/2015 à 30/04/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC.

Em, 13 de Abril de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Ari Prestes de Oliveira,  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Andreia Marafão  
Secretária de Administração e Gestão.

**Antônio Carlos****PREFEITURA****47º EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO PUBLICO 001/2014**

47º Edital de Convocação dos aprovados no concurso público 001/2014 - prefeitura municipal de Antônio Carlos

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao prescrito no Art. 37, inciso I e II da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, bem como na Lei municipal nº. 558, de 30 de novembro de 1992 e outras correlatas, CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público para provimento nos cargos constantes no anexo I do presente, para apresentação no período de 20/04/2015 a 20/05/2015 (de segunda a sexta-feira), das 07:30 às 11:30 horas, e das 13:00 às 17:00 horas na sede da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, localizada na Praça Anchieta, nº 10, bairro Centro, Antônio Carlos/SC, munido dos documentos necessários constantes no Decreto Municipal nº. 099/2014, para fins de tomar posse no cargo em que foi aprovado. O Candidato que não comparecer no prazo estipulado ou deixar de apresentar a documentação exigida, será considerado desistente e ensejará na convocação do próximo aprovado, obedecendo a ordem de classificação.

Antônio Carlos, 17 de abril de 2015.

ANTÔNIO PAULO Remor  
Prefeito Municipal

Anexo I

Cargo: TECNICO DE ENFERMAGEM

CLASSIF.	NOME	INSCRIÇÃO
09º	HELENA ALFLEN SILVEIRA	0417

**AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 040/2015**

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 040/2015; Modalidade: Pregão Presencial (Registro de Preço) nº. 024/2015; Tipo: Menor Preço por Item; Objeto: Contratação de Empresa especializada na prestação de serviços parcelada de recapagem de pneus dos veículos e máquinas de uso da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, do Município de Antônio Carlos /SC. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 13 de maio de 2015 as 09:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 das 13:00 as 17:00 horas, fone (48) 3272-1123 ou (48) 3272-8618, pelo email licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br ou administracao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 17 de abril de 2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO: CHAMAMENTO PÚBLICO - PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 040/2015****AVISO DE LICITAÇÃO**

Processo Licitatório: nº 040/2015; Modalidade: Chamamento Público nº 003/2015; Objeto: Credenciamento de empresas/clínicas de saúde para realização de serviços de exames de Ultrassonografia com Doppler Colorido, para pacientes do Município de Antônio Carlos/SC, encaminhados pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social do município, mediante agendamento prévio, em suas dependências, desde que localizados nos Municípios de Antônio Carlos, Biguaçu, São José, Palhoça ou Florianópolis. Entrega dos envelopes e abertura: As inscrições poderão ser feitas a qualquer tempo, pelos interessados, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC, situada a Praça Anchieta, nº. 10, Centro, Antônio Carlos/SC, a partir do dia 08 de maio de 2015, às 09:00 das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas. Obtenção do Edital e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 das 13:00 às 17:00 horas, fone (48) 3272-1123 ou (48) 3272-8618 ou pelo email [administracao@antoniocarlos.sc.gov.br](mailto:administracao@antoniocarlos.sc.gov.br).

Antônio Carlos, 22 de abril de 2015.

ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

**DECRETO N 0030/2015**

DECRETO Nº 000030/15 de 17 de Abril de 2015

Abre crédito adicional - especial - abertos no Orçamento programa de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001473/15 de 14 de Abril de 2015.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 518.500,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.361.0004.1.003-4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas 518.500,00

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação (ões) orçamentária(s):

Operações de crédito 518.500,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 17 de Abril de 2015

ANTÔNIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

**PORTARIA N 253/2015**

PORTARIA Nº 253/2015.

Dispensa ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Dispensar, AURIDE MACHADO do cargo de MOTORISTA, a partir de 22 de abril de 2015, pelo término de seu contrato temporário.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 17 de abril de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 20 de abril de 2015.

**PORTARIA N 254/2015**

PORTARIA Nº 254/2015.

Concede Férias a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, ao servidor ALFREDO PITZ, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, a partir de 15 de maio de 2015, referente ao período aquisitivo de 10/07/2010 a 09/07/2011.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 17 de abril de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 20 de abril de 2015.

**PORTARIA N 255/2015**

PORTARIA Nº 255/2015.

Concede Adicional a servidor efetivo.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 558/1992,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, ADICIONAL P/TEMPO DE SERVIÇO, a servidores efetivos, a partir do mês de abril de 2015, conforme abaixo relacionado:

NOME	MATRI.	NIVEL	ADIC. P/TEMPO SERV.
CARLICE BENICE SCHMITZ	143	10	-x-
EDENESIO ANTONIO NEIS	998	03	12%
IVONETE T. CONRADI HOF-FMANN	586	05	24%
ROSILENE PINHEIRO DA PAZ	454	06	30%
ROSILMA HILLESHEIN JUNKES	451	06	30%

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º -. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 17 de abril de 2015.

ANTONIO PAULO REMOR  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 20 de abril de 2015.

**Arroio Trinta****PREFEITURA****CONTRATO Nº 0002/2015 - SAÚDE**

CONTRATO Nº 0002/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0017/2014

TOMADA DE PREÇOS Nº 0004/2014

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LABORATÓRIO PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES AOS MUNICÍPIES USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO ARROIO TRINTA-SC.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 10.479.381/0001-97, com sede à Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta - SC, doravante considerada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde, o Senhor TARCÍSIO LIDANI, brasileiro, casado, portador do CPF n.º 613.139.809-78 e CI nº 2.111.407, residente e domiciliada na Rua Albano Gemelli nº 98, em Arroio Trinta - SC e a empresa INSTITUTO DE ENSINO E ASSISTÊNCIA SOCIAL HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 86.552.809/0003-03, com sede na Rua Coronel Fagundes 180, Bairro Centro, no Município de Videira - SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu Diretor Administrativo senhor FLAMARION DA SILVA LUCAS, brasileiro, divorciado, Diretor Administrativo, portador do CPF nº 658.498.760-49 e RG sob nº 501.261.4698, residente e domiciliado à Rua Padre Anchieta 481, apto 001, Bairro Anchieta, no Município de Videira - SC, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada pelo Processo Licitatório nº 0017/2014, TOMADA DE PREÇOS Nº 0004/2014, Doravante denominado o processo, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93 combinada com a Lei nº 8.883/94, atendidas a cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

Cláusula Primeira - O objeto do presente Contrato, consiste na prestação de serviços para a coleta do material e realização de exames, prestados pelo INSTITUTO DE ENSINO E ASSISTÊNCIA SOCIAL HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR, aos municípios usuários do SUS (SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE) do Município de Arroio Trinta - SC, de acordo com os devidos encaminhamentos da Secretaria Municipal de Saúde, por meio do Fundo Municipal de Saúde, conforme, quantidade, valores e demais dados constantes do Processo Licitatório acima destacado, que é parte integrante deste contrato independentemente de transcrição:

§ 1º - A coleta do material para realização dos exames, deverá ser feita diariamente, de segunda a sexta-feira em horário de expediente; nos horários noturnos e finais de semana, somente quando solicitado pelos médicos da Unidade de Saúde;

§ 2º - A empresa vencedora deverá ter um posto de coleta no Município, no perímetro urbano da cidade, para que se possa fazer a coleta dos mesmos;

§ 3º - A Secretaria Municipal de Saúde, fará o encaminhamento dos pacientes ao laboratório para a realização dos exames;

§ 4º - Os exames deverão ser realizados na sede da empresa (laboratório) será por conta da Contratada;

§ 5º - Todos os insumos: potes, seringas, luvas descartáveis, reagentes e outros itens necessários à coleta e realização dos exames serão por conta do laboratório vencedor;

§ 6º - O transporte do material (exames) para a realização dos mesmos, será por conta da Contratada;

§ 7º - A entrega do resultado dos exames deverá ser feita pela empresa vencedora, no posto de coleta do material, perímetro urbano, no Município de Arroio Trinta;

§ 8º - A Contratada deverá informar ao paciente, o dia e hora em que ele poderá retirar o resultado dos exames.

§ 9º - Todas as despesas com a entrega e transporte dos resultados dos exames, correrão por conta da proponente.

Cláusula Segunda - A coleta do material deverá ser efetuada em Laboratório localizado no Município de Arroio Trinta - SC, e os exames deverão ser realizados no Laboratório acima citado, conforme a necessidade da Contratante, pelo preço já estabelecido no Processo Licitatório, mediante encaminhamento da Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta - SC.

Cláusula Terceira - Estima-se o valor Global deste Contrato em R\$27.013,55 (VINTE E SETE MIL TREZE REAIS E CINQUENTA E CINCO CENTAVOS), com base nos preços apresentados na licitação, não havendo reajuste dos mesmos até o final do Contrato.

Cláusula Quarta - O prazo de validade do presente Contrato é de 1º de fevereiro de 2015 até 30 de abril de 2015.

Cláusula Quinta - A Despesa deste Contrato correrá a conta dos seguintes elementos de despesas do Fundo Municipal de Saúde de Arroio Trinta, do orçamento relativo ao exercício de 2015.

Parágrafo único - O pagamento será realizado mensalmente, até o 10º dia útil do mês subsequente ao vencido de acordo com o relatório de atendimentos, apresentados pelo Fundo Municipal de Saúde e mediante o fornecimento da Nota Fiscal.

Cláusula Sexta - A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela contratante.

Parágrafo único - A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados, e as suas consequências e implicações próximas ou remotas, ou seja, serviços de boa qualidade.

Cláusula Sétima - O descumprimento total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas sujeitará a Contratada às sanções previstas na Lei, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo.

Cláusula Oitava - A multa aplicada no caso do não cumprimento do Contrato será de 5% (cinco por cento) do valor global contratado.

Cláusula Nona - O Contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas na Lei de licitações, sem que caiba à Contratada direito de qualquer indenização, sem prejuízos das penalidades pertinentes.

Cláusula Décima - O presente Contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte.

Cláusula Décima Primeira - A Contratada assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes com a coleta e transporte do material até o laboratório sede e a realização dos exames, aparelhos e equipamentos necessários ao bom e perfeito resultado dos mesmos. Responsabiliza-se, entrega dos resultados e também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

§ 1º - Os danos e os prejuízos serão ressarcidos a Contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa à Contratada sob pena de multa.

§ 2º - A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista,

previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

§ 3º - A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

§ 4º - A Contratada manterá durante toda a execução do Contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

Cláusula Décima Segunda - Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste Contrato e da execução de seu objeto.

Cláusula Décima Terceira - O Foro do presente Contrato será o da Comarca de Videira - SC, excluído qualquer outro.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03(três) cópias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta - SC, 04 de fevereiro de 2015.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARROIO TRINTA  
CNPJ 10.479.381/0001-97  
ALCIDIR FELCHILCHER  
PREFEITO MUNICIPAL

TARCÍSIO LIDANI  
CPF n.º613.139.809-78  
Contratantes

INSTITUTO DE ENSINO E ASSISTÊNCIA SOCIAL HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR  
CNPJ nº 86.552.809/0003-03  
CONTRATADA,

FLAMARION DA SILVA LUCAS  
CPF nº 658.498.760-49  
Contratado

Testemunhas:

RONIVAN BRANDALISE  
CPF: 027.783.989-02

IRIO SERIGHELLI  
CPF: 163.594.709-00

CONTRATO Nº 0002/2015  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0017/2014  
TOMADA DE PREÇOS Nº 0004/2014  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LABORATÓRIO PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES OS MUNICÍPIOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO ARROIO TRINTA-SC.  
EMPRESA VENCEDORA: INSTITUTO DE ENSINO E ASSISTÊNCIA SOCIAL HOSPITAL SALVATORIANO DIVINO SALVADOR  
VALOR: R\$27.013,55

**CONTRATO Nº 0025/2015**

CONTRATO Nº 0025/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0015/2015, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0003/2015, LOCAÇÃO DO SALÃO PAROQUIAL, SALA PARA O GRUPO DA TERCEIRA IDADE E CLUBE DE MÃES E ALUGUEL DE SALAS PARA FUNCIONAMENTO DA CIDASC.

Contrato de Locação, que entre si fazem de um lado O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede à Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta - SC, doravante considerada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro s/n, Centro, Município de Arroio Trinta - Santa Catarina, de agora em diante denominada locatário e de outro lado A MITRA DIOCESANA DE CAÇADOR, inscrita no CNPJ sob nº 83.059.758/0018-70, com endereço a Rua Pio XII, s/n, casa, Centro na cidade de Arroio Trinta - SC, neste ato devidamente representada pelo Pároco LOURENÇO DA SILVA, brasileiro, solteiro, portador do CPF sob nº 838.550.339-00, residente e domiciliado na Rua Treviso, S/N, no Município de Arroio Trinta - SC, de agora em diante denominado locador, tem entre si justo e contratado na melhor forma de direito, e pelas Clausulas abaixo, o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - O objeto do presente contrato consiste no aluguel pelo Conselho Paroquial da Paróquia Nossa Senhora dos Campos de Arroio Trinta, para a Prefeitura Municipal de Arroio Trinta - SC UMA SALA DE AULA PARA SER USADA PELA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO PARA FUNCIONAMENTO DO CLUBE DE MÃES, PARA REUNIÕES DO CLUBE DA TERCEIRA IDADE E ALUGUEL DO SALÃO PAROQUIAL UMA VEZ POR SEMANA PARA ENSAIOS E TRABALHOS DO GRUPO DA TERCEIRA IDADE E UMA VEZ POR MÊS PARA ATIVIDADES FESTIVAS E RECREATIVAS E DOIS EVENTOS ANUAIS MUNICIPAIS DO GRUPO DE IDOSO E ALUGUEL 3(TRÊS) SALAS E 01(UM) BANHEIRO, NA CASA PAROQUIAL, SITUADOS NA PRAÇA DOS MOTORISTAS, CENTRO, ARROIO TRINTA-SC, PARA FUNCIONAMENTO DA ESTRUTURA DA CIDASC instalada no Município de Arroio Trinta - SC. TUDO CONFORME PROCESSO LICITATÓRIO 0015/2015, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0003/2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA** - O prazo de duração do presente contrato é de 09(nove) meses, ou seja, de abril de 2015 a Dezembro de 2015, podendo ser renovado se houver interesse de ambas as partes, mantidas as mesmas condições do instrumento original. O presente Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, ou prorrogado através de Termo Aditivo.

**CLÁUSULA TERCEIRA** - O locatário pagará mensalmente para o locador, o valor total e anual de R\$16.515,00(Dezesseis mil quinhentos e quinze reais), sendo de R\$1.145,00(um mil, cento e quarenta e cinco reais) mensais, para o item 01 e R\$690,00 (seiscientos e noventa reais) mensais para o item 02, num total de R\$ 1.835,00 (Um mil, oitocentos e trinta e cinco reais) mensais.

§ 1º - O reajuste será anual com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

§ 2º - O reajuste de preço só será efetivado mediante prorrogação do presente instrumento, após 31 de Dezembro de 2015.

**CLÁUSULA QUARTA** - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil do mês subsequente, mediante recibo numerado, devidamente apresentado na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, por parte da Locatária.

**CLÁUSULA QUINTA** - A Despesa deste Contrato correrá a conta do elemento de despesas do orçamento relativo ao exercício de 2015.

**CLÁUSULA SEXTA** - São de responsabilidade do Locador:

- a) O pagamento de água e luz e demais despesas que possam advir da presente locação;
- b) Efetuar a manutenção do imóvel às suas exclusivas expensas, sobre eventuais danos ou defeitos existentes;
- c) Conservação das instalações elétricas e hidráulicas;
- d) Constitui obrigação do Locador, e dentro de seu âmbito de competências, propiciar as condições ao bom desempenho da finalidade concedida.

**CLÁUSULA SÉTIMA** - São de responsabilidades do Locatário:

- a) Zelar pela conservação do imóvel para os fins propostos no presente Contrato;
- b) Manter o ambiente limpo (salas), bem como higiene do sanitário (banheiro), com aquisição dos materiais necessários à limpeza, deixando em perfeitas condições de uso para as sessões de fisioterapia.
- c) Comunicar ao Locador, quando houver necessidades de reformas, entre outros;
- d) Não modificar a estrutura física do bem;
- e) Devolver no término da locação o imóvel na forma que lhe foi entregue.

**CLÁUSULA OITAVA** - O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, por iniciativa das partes mediante notificação com 30 (trinta) dias de antecedência, sem que caiba qualquer espécie de indenização.

**CLÁUSULA NONA** - Fica eleito o Foro da Comarca de Videira - SC, para dirimir as dúvidas que possam advir da presente Contratação, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por assim estarem certos e ajustados, fazem o presente Contrato em três vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

Arroio Trinta - SC, 02 de abril de 2015.  
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA  
CNPJ: 82.826.462/0001-27  
ALCIDIR FELCHILCHER  
PREFEITO MUNICIPAL

MITRA DIOCESANA DE CAÇADOR  
CNPJ sob nº 83.059.758/0018-70  
LOURENÇO SILVA  
CPF: 802.469.239-20  
Pároco

TESTEMUNHAS:  
RONIVAN BRANDALISE  
CPF: 027.783.989-02

MICHEL JÚNIOR SERIGHELLI  
CPF - 000.077.349-2

CONTRATO Nº 0025/2015  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0015/2015  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0003/2015  
OBJETO: LOCAÇÃO DO SALÃO PAROQUIAL, SALA PARA O GRUPO DA TERCEIRA IDADE E CLUBE DE MÃES E ALUGUEL DE SALAS PARA FUNCIONAMENTO DA CIDASC.  
VALOR MENSAL: R\$1.835,00

**CONTRATO Nº 0026/2015**

CONTRATO Nº 0026/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0011/2015, TOMADA DE PREÇOS Nº 0003/2015, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ENTREGA DE SÊMEN BOVINO, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC E A EMPRESA SEMEX DO BRASIL COM. IMP. E EXPORTAÇÃO LTDA.

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídico de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede à Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta - SC, doravante considerada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro s/n, Centro, Município de Arroio Trinta - Santa Catarina e a empresa SEMEX DO BRASIL COM. IMP. E EXPORTAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 00.593.476/0001-83, com sede à Rua Guilherme Scharf, 2520, 89.060-001- Blumenau - SC doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pela senhora MARIANE RAMBO, brasileira, supervisora financeira, solteira, portadora do CPF nº 034.272.279-44, Carteira de Identidade nº 4269463, residente e domiciliada na Rua Prudente de Moraes 222, Bairro Vila Nova, Cidade de Blumenau - SC e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada no Processo Licitatório nº 0011/2015, Tomada de Preços nº 0003/2015, Doravante denominado o processo, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93 combinada com a Lei nº 8.883/94, atendidas a cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

Cláusula Primeira - A contratada se obriga a fornecer as doses de Sêmen, conforme Tomada de Preços nº 0003/2015, que, com seus anexos, integra este termo, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais, conforme segue:

ITEM	QUANT.	DOSES	DESCRIÇÃO	V. UNIT.	V. TOTAL
01	1.000	Doses	Sêmen Bovino Provado, com prova não inferior a dezembro de 2014, que atenda às seguintes características mínimas conforme prova oficial na base americana ou com conversão pela interbull. Raça Holandesa, cor preta e branca, com uma confiabilidade produtiva igual ou maior a 95%, com PTA leite igual ou maior que 1.300 libras, PTA tipo igual ou maior que 0,50, composto de úbere igual ou maior que 0,20 angulosidade ou forma leiteira igual ou maior que 1.50 e apresentando uma facilidade de parto igual ou menor a 7.5%.	17,50	17.500,00

07	50	Caixas	Luvas com 05 dedos para inseminação artificial em bovinos, caixa com 100 unidades.	30,00	1.500,00
----	----	--------	--	-------	----------

Cláusula Segunda - O objeto deste contrato será fornecido na Secretaria Municipal da Agricultura, no prédio da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, na pessoa do Diretor Municipal da agricultura Senhor Marciano Biava, para conferência do sêmen que está sendo entregue, juntamente com o Controlador Interno.

Cláusula Terceira - Estima-se o valor Global deste Contrato em R\$19.000,00(DEZENOVE MIL REAIS), com base nos preços apresentados na licitação. O pagamento e a entrega serão conforme entrega do produto requisitado pela Secretaria da Agricultura.

§ 1º - O reajuste de preço só será efetivado mediante prorrogação do presente instrumento, após 31 de Dezembro de 2015 e com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Em caso de extinção deste, será utilizado o que vier a substituí-lo.

Cláusula Quarta - O prazo do presente contratado é de 15 de ABRIL de 2015 até 31 de dezembro de 2015. O presente Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no Artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, ou prorrogado através de Termo Aditivo.

Cláusula Quinta - A Despesa deste Contrato correrá a conta dos elementos de despesa do orçamento relativo ao exercício de 2015:

§ 1º - O pagamento à Contratada será efetuado à vista de nota fiscal ou fatura apresentada na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta.

Cláusula Sexta - A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela contratante.

Parágrafo único - A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados, e as suas consequências e implicações próximas ou remotas, ou seja, o fornecimento das doses de sêmen de boa qualidade.

Cláusula Sétima - O descumprimento total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo.

Cláusula Oitava - A multa aplicada no caso do não cumprimento do Contrato será de 5% (cinco por cento) do valor global contratado.

Cláusula Nona - O Contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas na Lei de licitações, sem que caiba à Contratada direito de qualquer indenização, sem prejuízos das penalidades pertinentes.

Cláusula Décima - O presente Contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte.

Cláusula Décima Primeira - A Contratada assume com exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento das doses de sêmen, aparelhos e equipamentos necessários à boa e perfeita entrega dos mesmos. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

§ 1º - Os danos e os prejuízos serão ressarcidos a Contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa à Contratada sob pena de multa.

§ 2º - A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

§ 3º - A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

§ 4º - A Contratada manterá durante toda a execução do Contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

Cláusula Décima Segunda - Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste Contrato e da execução de seu objeto.

Cláusula Décima Terceira - O Foro do presente Contrato será o da Comarca de Videira - SC, excluindo qualquer outro.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03(três) cópias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta - SC, 15 de abril de 2015.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA  
CNPJ 82.826.462/0001-27  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal  
Contratante

SEMEX DO BRASIL COM. IMP. E EXPORTAÇÃO LTDA  
CNPJ sob o nº 00.593.476/0001-83  
CONTRATADA  
MARIANE RAMBO

Testemunhas:

IRIO SERIGHELLI  
CPF: 163.594.709-00

RONIVAN BRANDALISE  
CPF: 027.783.989-02

CONTRATO Nº 0026/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0011/2015, TOMADA DE PREÇOS Nº 0003/2015, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ENTREGA DE SÊMEN BOVINO  
CONTRATADA: SEMEX DO BRASIL COM. IMP. E EXPORTAÇÃO LTDA

VALOR: R\$19.000,00

## CONTRATO Nº 0027/2015

CONTRATO Nº 0027/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0011/2015, TOMADA DE PREÇOS Nº 0003/2015, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ENTREGA DE SÊMEN BOVINO, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO ARROIO TRINTA - SC E A EMPRESA FRITZ COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE SÊMEN BOVINO LTDA - ME.

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede à Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta - SC, doravante considerada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro s/n, Centro, Município de Arroio Trinta - Santa Catarina e a empresa FRITZ COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE SÊMEN BOVINO LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 80.409.428/0001-21, com Inscrição Estadual nº 251.626.105, com sede à Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 5699, no Município de Indaial - SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo senhor CIRO HEDLER, brasileiro, separado judicialmente, comerciante, portador do CPF nº 246.562.599-34, Carteira de Identidade nº 4.606.913-5 SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 5699, Bairro Warnow, no Município de Indaial - SC, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada no Processo Licitatório nº 0011/2015, TOMADA DE PREÇOS nº 0003/2015, Doravante denominado o processo, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93 combinada com a Lei nº 8.883/94, atendidas a cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

Cláusula Primeira - A contratada se obriga a fornecer as doses de Sêmen, conforme TOMADA DE PREÇOS nº 0003/2015, que, com seus anexos, integra este termo, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais, conforme segue:

ITEM	QUANT.	DOSES	DESCRIÇÃO	V. UNIT.	V. TOTAL
02	400	Doses	Sêmen de touro da Raça Jersey Importado sendo: PTA leite positivo igual ou acima de 930 libras, com no mínimo 95% de confiabilidade. PTA Tipo positivo igual ou acima de 1,70. Estatura positiva e composta de úbere positivo. Prova a partir de agosto de 2014.	15,90	6.360,00
03	200	Doses	Sêmen de touro da Raça Gir Leiteiro Nacional, Sendo: lactação de sua mãe igual ou acima de 11.500 kg de leite e que seu pai seja provado pela ABCZ com PTA leite positivo igual ou acima de 490 kg.	15,90	3.180,00

04	200	Doses	Sêmen de touro da Raça Jersolando Nacional, Sendo: produção de sua mãe acima de 7.500 kg de leite.  Valor máximo por dose R\$ 15,35 (quinze reais e trinta e cinco centavos).	14,90	2.980,00
05	500	Doses	Sêmen de touro da Raça Red Angus Importado, sendo: facilidade de parto menor ou igual + 1, PN menor ou igual +0,6, PD maior ou igual +51 e P 365 maior ou igual +88.  Valor máximo por dose R\$15,60 (quinze reais e sessenta centavos).	15,30	7.650,00
06	50	Pacotes	Bainha Universal para inseminação artificial em bovinos, pacote com 50 unidades.  Valor máximo por pacote R\$ 24,75 (vinte e quatro reais e setenta e cinco centavos).	23,00	1.150,00

Cláusula Segunda - O objeto deste contrato será fornecido na Secretaria Municipal da Agricultura, no prédio da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, na pessoa do Diretor de agricultura Senhor Marciano Biava, para conferência do sêmen que está sendo entregue, juntamente com o Controlador Interno.

Cláusula Terceira - Estima-se o valor Global deste Contrato em R\$21.320,00(VINTE E UM MIL TREZENTOS E VINTE REAIS), com base nos preços apresentados na licitação. O pagamento e a entrega serão conforme entrega do produto requisitado pela Secretaria da Agricultura.

§ 1º - O reajuste de preço só será efetivado mediante prorrogação do presente instrumento, após 31 de Dezembro de 2015 e com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Em caso de extinção deste, será utilizado o que vier a substituí-lo.

Cláusula Quarta - O prazo do presente contratado é de 15 de abril de 2015 até 31 de dezembro de 2015. O presente Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no Artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, ou prorrogado através de Termo Aditivo.

Cláusula Quinta - A Despesa deste Contrato correrá a conta dos elementos de despesa do orçamento relativo ao exercício de 2015.

§ 1º - O pagamento à Contratada será efetuado á vista de nota fiscal ou fatura, apresentada na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta.

Cláusula Sexta - A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela contratante.

Parágrafo único - A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e

exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados, e as suas consequências e implicações próximas ou remotas, ou seja, o fornecimento das doses de sêmen de boa qualidade.

Cláusula Sétima - O descumprimento total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo.

Cláusula Oitava - A multa aplicada no caso do não cumprimento do Contrato será de 5% (cinco por cento) do valor global contratado.

Cláusula Nona - O Contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas na Lei de licitações, sem que caiba à Contratada direito de qualquer indenização, sem prejuízos das penalidades pertinentes.

Cláusula Décima - O presente Contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte.

Cláusula Décima Primeira - A Contratada assume com exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento das doses de sêmen, aparelhos e equipamentos necessários à boa e perfeita entrega dos mesmos. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

§ 1º - Os danos e os prejuízos serão ressarcidos a Contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa à Contratada sob pena de multa.

§ 2º - A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

§ 3º - A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

§ 4º - A Contratada manterá durante toda a execução do Contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

Cláusula Décima Segunda - Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste Contrato e da execução de seu objeto.

Cláusula Décima Terceira - O Foro do presente Contrato será o da Comarca de Videira - SC, excluído qualquer outro.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03(três) cópias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta - SC, 15 de abril de 2015.  
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA  
CNPJ 82.826.462/0001-27  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal  
Contratante

FRITZ COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES  
DE SÊMEN BOVINO LTDA - ME  
CNPJ 80.409.428/0001-21  
CIRO HEDLER  
Sócio Gerente  
Contratada

Testemunhas:  
IRIO SERIGHELLI  
CPF: 163.594.709-00

RONIVAN BRANDALISE  
CPF: 027.783.989-02

CONTRATO Nº 0044/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0022/2015, TOMADA DE PREÇOS Nº 0005/2015,  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ENTREGA DE SÊMEN BOVINO  
CONTRATADA: EMPRESA FRITZ COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE SÊMEN BOVINO LTDA - ME  
VALOR: R\$19.598,00

### CONTRATO Nº 0028/2015

CONTRATO Nº 0028/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0014/2015, PREGÃO PRESENCIAL Nº 0008/2015, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA - SC E A EMPRESA RÁDIO TROPICAL FM LTDA.

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede à Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta - SC, doravante considerada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro s/n, Centro, Município de Arroio Trinta - Santa Catarina e a empresa RÁDIO TROPICAL FM LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 03.816.796/0001-43, com sede administrativa na Rua Presidente Kennedy, 60, 1º Andar, centro, na cidade de Treze Tílias - SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo diretor o senhor FERNANDO LOPES DE LIMA, brasileiro, solteiro, comerciante, portador do CPF sob nº 026.712.869-02, e CI sob nº 3.431.700, expedida pela 13/C-SSP-SC, residente e domiciliado na Rua Presidente Kennedy, 60, Bairro Centro, na cidade de Treze Tílias - SC, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato que se regerá pela Lei nº 8.666/93 combinada com a Lei nº 8.883/94, atendidas a cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO É CONTRATAÇÃO DE ESPAÇO EM RÁDIO, PARA PROGRAMA DE ENTREVISTA COM O PREFEITO E OU VICE-PREFEITO, SECRETÁRIOS E AGENTES PÚBLICOS COM INTUITO DE DIVULGAR OS ATOS SEMANAIS, COM ALCANCE DE FREQUÊNCIA EM TODO O TERRITÓRIO DE ARROIO TRINTA E REGIÃO.

- 01 PROGRAMA DIÁRIO DE 10 MINUTOS, DAS 09h00min ÀS 09h10min.

- 01 INSERÇÃO DE 01 MINUTO DAS 12h30min ÀS 13h:00min.

- DIVULGAÇÃO DOS ATOS E AÇÕES DO PODER EXECUTIVO EM FORMA DE NOTÍCIAS NOS NOTICIÁRIOS, RÁDIO JORNAL (MANHÃ E MEIO DIA), NOTÍCIAS DA HORA DURANTE A PROGRAMAÇÃO DA EMISSORA, BEM COMO NO SITE DE NOTÍCIAS DA RÁDIO.

CLÁUSULA SEGUNDA - As Despesas decorrentes do presente

Contrato correrão à conta dos seguintes elementos de despesa do orçamento relativo ao exercício de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pela execução dos serviços referidos na Cláusula Primeira, durante a vigência do referido contrato o valor mensal de R\$ 2.340,00(DOIS MIL TREZENTOS E QUARENTA REAIS), totalizando o valor de R\$21.060,00(VINTE E UM MIL E SSESSENTA REAIS), durante 09(nove).

§ 1º - Os pagamentos serão realizados até o 10º(décimo) dia do mês subsequente ao serviço prestado, mediante a apresentação de Nota Fiscal ou de documento hábil.

§ 2º - O reajuste será anual com base no Índice Geral de Preços de Mercado (IGPM), da Fundação Getúlio Vargas. Em caso de extinção deste, será utilizado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

§ 3º - O reajuste de preço só será efetivado mediante prorrogação do presente instrumento, após 31 de Dezembro de 2015.

CLÁUSULA QUARTA - O prazo de vigência do presente Contrato será de 16 de abril de 2015 a 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado se houver interesse de ambas as partes. O presente Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no Artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, ou prorrogado através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUINTA - A CONTRATADA tem como responsabilidade os encargos sociais, trabalhistas e tributários, que incidirem, sobre o presente Contrato. A CONTRATADA, fica obrigada a republicar as matérias publicadas erroneamente, não acarretando ao Município, qualquer tipo de despesa adicional, resultante de tal fato. A CONTRATADA fica obrigada a divulgar toda matéria que o Município achar conveniente, dentro dos limites e prazos estabelecidos.

CLÁUSULA SEXTA - Regerá esta cláusula no que couber o estabelecido pela Lei nº 8.666/93, suplementada pela Lei 8.883/94 em seus artigos 77 a 80, acordos e regulamentos específicos na eventualidade da inexecução total ou parcial do Objeto Contratado, podendo ser rescindido pela CONTRATANTE, independentemente de notificação ou interpelação Judicial ou extra Judicial, além de responder a CONTRATADA por perdas e danos, nos seguintes casos:

- a) no caso de dolo, culpa, simulação ou fraude de execução do presente contrato;
- b) quando for evidenciada a incapacidade da CONTRATADA em dar execução ao contrato ou para prosseguir na sua execução;
- c) se a CONTRATADA transferir o presente contrato, ou a sua execução no todo ou em parte, sem a prévia autorização do CONTRATANTE;
- d) se a CONTRATADA falir, entrar em concordata, em liquidação ou dissolução ou, ainda, ocorrer alteração em sua estrutura social que impossibilite ou prejudique a execução do presente contrato;

Parágrafo único - Em caso de rescisão contratual a CONTRATANTE ou a CONTRATADA, terá que informar a outra parte, por escrito, com uma antecedência mínima de 30(trinta) dias. Restringindo-se ao pagamento dos serviços prestados até a data da rescisão.

CLÁUSULA SÉTIMA - Ficam estabelecidas as seguintes penalidades, na eventual inadimplência total ou parcial da CONTRATADA:

- a) Advertência;
- b) Outras penalidades estabelecidas na Lei 8.666/93, suplementada pela Lei 8.883/94 em seus Artigos 86 a 88;
- c) A CONTRATADA incorrerá em MULTA de 10%(dez por cento) sobre o valor total do contrato, quando a mesma manifestar interesse em rescindir o presente instrumento sem findar o prazo de vigência do mesmo, salvo motivos de força maior, devidamente justificadas por escrito e aceita pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA - Através de termo aditivo o presente Contrato poderá sofrer alterações nas situações estabelecidas pela Lei 8.666/93, suplementada pela Lei 8.883/94 e alterações posteriores, em seu Art. 65, numerado o termo em ordem crescente.

CLÁUSULA NONA - A CONTRATANTE fica isenta de qualquer vínculo empregatício decorrentes dos serviços contratados.

§ 1º - Para todos os efeitos de direito, o presente contrato será arquivado na repartição competente do CONTRATANTE na forma do Art. 60 da Lei 8.666/93, suplementada pela Lei 8.883/94 e alterações posteriores;

§ 2º - Em conformidade com o dispositivo no Artigo 67 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, caberá a um representante da CONTRATANTE a fiscalização da fiel execução deste Contrato;

§ 3º - O presente Contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei 8.666/93, suplementada pela Lei 8.883/94 e alterações posteriores, que institui normas para licitações e contratos, bem como os casos omissos ou conflitantes do presente termo.

CLAUSULA DÉCIMA - A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os processos de inspeção, verificação e controle a serem adotada pela Contratante.

Parágrafo único - A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados, e as suas conseqüências e implicações próximas ou remotas.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Fica eleito o foro da Comarca de Videira (SC), com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões decorrentes da plena e fiel execução deste contrato.

E por assim estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma, tudo na presença de duas testemunhas que também o assinam.

Arroio Trinta - SC, 16 de abril de 2015.  
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA  
CNPJ 82.826.462/0001-27  
ALCIDIR FELCHILCHER  
Prefeito Municipal

RÁDIO TROPICAL FM LTDA  
CNPJ 03.816.796/0001-43  
FERNANDO LOPES DE LIMA  
Diretor Administrativo

Testemunhas:

IRIO SERIGHELLI  
CPF: 163.594.709-00  
RONIVAN BRANDALISE  
CPF: 027.783.989-02

CONTRATO Nº 0028/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0014/2015, PREGÃO PRESENCIAL Nº 0008/2015,  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA  
CONTRATADA: EMPRESA RÁDIO TROPICAL FM LTDA.  
VALOR MENSAL: R\$2.340,00

## Balneário Rincão

### PREFEITURA

#### DECRETO Nº. 257/2015

DECRETO Nº. 257/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCÃO DO EXERCÍCIO DE 2015, POR CONTA DE TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Balneário Rincão, DÉCIO GOMES GÓES, no uso de suas atribuições legais e especialmente das que lhe são conferidas pelo inciso IV do Artigo 72 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei 176/2014:

DECRETA:

Artigo 1º - Abre Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento da Unidade Prefeitura Municipal de Balneário Rincão do Exercício de 2015 na importância de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), na Dotação Orçamentária abaixo discriminada:

Órgão 07: SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

Proj./Ativ. 2.031: Manutenção do Departamento de Obras e Serviços Públicos

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.0000 (188) - Aplicações Diretas ..... R\$ 150.000,00

Artigo 2º - O crédito orçamentário a que se refere o art. 1º. ocorrerá por conta da anulação da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 07: SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

Proj./Ativ. 2.031: Manutenção do Departamento de Obras e Serviços Públicos

Modalidade de Aplicação: 3.1.40.00.00.0000 (186) - Aplicações Diretas ..... R\$ 150.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se às disposições em contrário.

Balneário Rincão, 08 de abril de 2015.  
DÉCIO GOMES GÓES  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 08 de abril de 2015.

#### RESULTADO DA PROVA DE TÍTULOS DO CONCURSO Nº. 001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCÃO  
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº. 001/2015

REALIZAÇÃO: CONCURSOS SS1

O MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO TORNA PÚBLICO encontra-se disponível no site [www.concursosss1.com.br](http://www.concursosss1.com.br) e no Mural da Prefeitura EDITAL QUE DIVULGA OS RESULTADO DOS RECURSOS, DA PROVA DE TÍTULOS, DA PROVA PRÁTICA E CLASSIFICAÇÃO FINAL PRELIMINAR.

Balneário Rincão, 20 de abril de 2015. .  
DECIO GOMES GOES  
Prefeito Municipal.

**SAMAE - BALNEÁRIO RINCÃO****COMUNICADO**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO  
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO - SAMAE  
COMUNICADO

O Presidente do Samae de Balneário Rincão, no uso de suas atribuições faz saber aos interessados que todas as visitas na Estação de Tratamento de Água estarão condicionadas ao agendamento prévio a fim de que esta autarquia possa disponibilizar profissional para o acompanhamento dando maior segurança aos visitantes e prestar todas as informações necessárias. Fone/Fax: (48) 3468-7800.

Balneário Rincão, 17 de abril de 2015.

JOÃO IRIS RAUPP JUNIOR

Presidente do Samae de Balneário Rincão

**PORTARIAS 050/15 A 052/15**

PORTARIA Nº 050/SAMAE/2015

JOÃO IRIS RAUPP JÚNIOR, DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO; no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica, com fundamento na Lei Complementar Municipal em vigor, nº 006/2014, pautados nos critérios já elencados estabelecidos pelo artigo 37, IX, da Constituição Federal.

**RESOLVE:**

Art.1º Exonerar, o funcionário ANDRE SILVA DOMINGOS, brasileiro, CPF nº 055.124.609-00, do cargo de gari ou coletor de lixo.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 14 de Abril de 2015.

JOÃO IRIS RAUPP JÚNIOR

DIRETOR PRESIDENTE

Publicada e registrada nesta Autarquia em 14 de Abril de 2015.

ANTÔNIO CARLOS GHISI

DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

PORTARIA Nº 051/SAMAE/2015

JOÃO IRIS RAUPP JÚNIOR, DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO; no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica, com fundamento na Lei Complementar Municipal em vigor, nº 006/2014, pautados nos critérios já elencados estabelecidos pelo artigo 37, IX, da Constituição Federal.

**RESOLVE:**

Art.1º. Exonerar, a pedido do contratado: ANDERSON SILVA DOMINGOS, brasileiro, CPF nº 055.205.779-78, do cargo de GARI/COLETOR DE LIXO.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 14 de abril de 2015.

JOÃO IRIS RAUPP JÚNIOR

DIRETOR PRESIDENTE

Publicada e registrada nesta Autarquia em 14 de abril de 2015.

ANTÔNIO CARLOS GHISI

DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

PORTARIA Nº 052/SAMAE/2015

JOÃO IRIS RAUPP JÚNIOR, DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO; no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Orgânica, com fundamento na Lei Complementar Municipal em vigor, nº 06/2014, pautados nos critérios já elencados estabelecidos pelo artigo 37, IX, da Constituição Federal.

**RESOLVE:**

Art.1º Nomear NORVESSINO RAFAEL FERREIRA NORONHA, brasileiro, CPF nº 839.006.590-87, para atuar como Gari/Coletor de Lixo; 40 horas semanais, no SAMAE tendo em vista a importância na realização do serviço prestado pelo mesmo.

Art.2º A contratação tem caráter temporário com prazo determinado até 01 de Agosto de 2015 ou até realização de Concurso Público, o que ocorrer primeiro.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Balneário Rincão, 15 de Abril de 2015.

JOÃO IRIS RAUPP JÚNIOR

DIRETOR PRESIDENTE

Publicada e registrada nesta Autarquia em 15 de Abril de 2015.

ANTÔNIO CARLOS GHISI

DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

**RETIFICAÇÃO DE PREGÃO Nº 012/SAMAE/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

RETIFICAÇÃO AO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 012/SAMAE/2015

O presidente da comissão de Licitações do Município de Balneário Rincão - SC, torna público para conhecimento dos interessados, que o Edital de Pregão Nº. 012/SAMAE/2015, que tem como objeto: a contratação de empresa do ramo pertinente, para a aquisição de materiais permanentes, equipamentos e eletrodomésticos para uso do SAMAE, fica retificado em termo de referência, o item 06 ...onde "se lê" na quantidade 0, "leia-se" 02, permanecem os valores. Feita a retificação acima, ficam todos interessados notificados para os fins legais e de direito.

Balneário Rincão, 20 de abril de 2015.

RENATA DAROS TORRES

Pregoeira

# Benedito Novo

## PREFEITURA

### ATA DE DESCLASSIFICAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE LICITANTE - CONVITE Nº 24/2015

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DESCLASSIFICAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE EMPRESAS.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 24/2015

MODALIDADE: Convite para Compras e Serviços- 24/2015

DATA: 15/04/2015 - HORA DE INÍCIO: 15: 00 horas.

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE LAMINAS E PARAFUSOS PARA AS MAQUINAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS.

Na data e horário supracitados, na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 101/2015, sob a presidência de ALAN RAFAEL KINDER, estando presentes os membros MAURICIO STEFFEN e MARILIA PANOCH e também o Assessor Jurídico da Prefeitura, Senhor LADEMIR KUMMROW, reuniram-se para deliberar sobre o pedido de desclassificação da empresa FILIPPE COMERCIO DE PEÇAS LTDA., sob a alegação de que a mesma teria cotado no item 01, do anexo I, do Edital nº 24/2015, o valor unitário de R\$ 499,00 (quatrocentos e noventa e nove reais), quando o correto seria o preço do jogo da lâmina. Em função deste erro, a empresa alega não ter como entregar neste valor, requerendo, portanto, sua desclassificação neste item. Diante deste fato, foi encaminhado para parecer Jurídico, que se manifestou favorável ao pedido da empresa solicitante. Após análise e avaliação na proposta da empresa e considerando o parecer Jurídico, a Comissão Permanente de Licitações, decidiu por dar PROVIMENTO ao pedido de desclassificação da empresa FILIPPE COMERCIO DE PEÇAS LTDA. e CLASSIFICANDO a empresa BT COMERCIAL IMPORT E EXPORT LTDA. Nada mais havendo, encerrou-se a sessão, lavrando a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão.

#### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ALAN RAFAEL KINDER

Presidente

MAURICIO STEFFEN

Membro

MARILIA PANOCH

Membro

### ATA JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO CONVITE Nº 34/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BENEDITO NOVO

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E ABERTURA DA HABILITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34/2015.

MODALIDADE: Convite p/ Compras e Serviços - 34/2015.

DATA: 17/04/2015 - HORA DE INÍCIO: 09:05 horas.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESPORTIVOS PARA DISTRIBUIÇÃO A ATLETAS DO MUNICÍPIO.

Na data e horário supramencionados, realizou-se na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, sessão pública para recebimento dos envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas de preços, e abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação em razão do certame licitatório na modalidade de Convite p/ Compras e Serviços - 34/2015, com a presença dos membros da Comissão de Licitações nomeados pela Portaria nº 101/2015. Protocolaram, tempestivamente,

os envelopes de habilitação e proposta, no setor de protocolo da Prefeitura, as seguintes empresas: MBL CONFECÇÕES LTDA EPP, representada por SILVANO BALSANELLI, portador da carteira de identidade nº 3.487.693, CASATTI BORDADOS LTDA, sem representante presente na sessão, FOOT COMERCIAL LTDA ME, sem representante presente na sessão, COMERCIAL ROPAGI LTDA ME, sem representante presente na sessão e CARIBE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, representada por ZAIR NAZARENO CARVALHO, portador da carteira de identidade nº 1.487.583. Em seguida preferiu-se a abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação exigidos no edital. Os documentos foram analisados e rubricados por todos os presentes na sessão. Após analisar a documentação apresentada pela empresa FOOT COMERCIAL LTDA ME, verificou-se que a mesma não apresentou a Prova de Inscrição da empresa no CNPJ, item 5.1.2.1 do edital e a empresa CASSATI BORDADOS LTDA, não apresentou a Certidão Negativa de Pedidos de Falência ou Concordata, item 5.1.3.1 do Edital, sendo estas, por estes motivos consideradas inabilitadas na presente licitação. Os demais documentos das demais licitantes encontram-se de acordo com o solicitado, restando as mesmas habilitadas. Todas as licitantes participantes apresentaram a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial para comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e poderão usufruir dos benefícios e das condições especiais previstas pela LC nº 123/2006 e suas alterações. Colocada a palavra a disposição dos representantes presentes na sessão, não houve qualquer manifestação. Pela inabilitação de licitantes e pela ausência dos seus representantes na sessão, a Comissão decide pelo prazo recursal de 2 (dois) dias úteis conforme Artigo 109, inciso I, letras "a" em conjunto com o parágrafo 6º da Lei nº. 8666/93. Cópia desta Ata estará disponível no endereço eletrônico da Prefeitura, [www.beneditonovo.sc.gov.br](http://www.beneditonovo.sc.gov.br), no link licitações e também será publicada no DOM/SC (Diário Oficial dos Municípios). Estabeleceu-se também que, caso não haja recurso, fica marcada a data de 24 de abril de 2015 às 10:00 horas, para abertura e julgamento dos envelopes de proposta de preços, das licitantes habilitadas. Os envelopes contendo as propostas de preços foram lacrados por todos os presentes e ficam em poder da Comissão. Nada mais havendo, a Senhor Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão e pelos licitantes presentes.

#### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

JOAO ULLER

Presidente

ALAN RAFAEL KINDER

Membro

MAURICIO STEFFEN

Membro

LICITANTES PRESENTES:

MBL CONFECÇÕES LTDA

CARIBE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

**ATA JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO CONVITE Nº 35/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO  
ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES E ABERTURA DA HABILITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 35/2015.

MODALIDADE: Convite p/ Compras e Serviços - 35/2015.

DATA: 17/04/2015 - HORA DE INÍCIO: 11:05 horas.

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE TROFEUS, MEDALHAS E TAÇAS PARA PREMIAÇÕES ESPORTIVAS

Na data e horário supramencionados, realizou-se na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, sessão pública para recebimento dos envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas de preços, e abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação em razão do certame licitatório na modalidade de Convite p/ Compras e Serviços - 35/2015, com a presença dos membros da Comissão de Licitações nomeados pela Portaria nº 101/2015. Aberta a sessão, verificou-se que protocolaram tempestivamente, os envelopes de habilitação e de proposta de preços, no setor de protocolo da Prefeitura, as seguintes empresas: FENICIA INDUSTRIA E COMERCIO DE TROFEUS E MEDALHAS LTDA EPP, PRISMA TROFEUS E MEDALHAS EIRELI ME, GELINDO JOSE DARUI EPP, PELLIZZARI TROFEUS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e FOOT COMERCIAL LTDA ME, todas sem representante presente na sessão. O Senhor Presidente solicitou aos presentes que conferissem a inviolabilidade dos envelopes. Em seguida, passou à abertura dos envelopes de habilitação, sendo os documentos neles contidos analisados e rubricados por todos os presentes na sessão. As licitantes FOOT COMERCIAL LTDA ME, FENICIA INDUSTRIA E COMERCIO DE TROFEUS E MEDALHAS LTDA EPP e PRISMA TROFEUS E MEDALHAS EIRELI ME apresentaram a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial para comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e poderão gozar dos benefícios e das condições especiais previstas pela LC nº 123/2006. Da análise dos documentos de habilitação apresentados, verificou-se que todas as licitantes atenderam ao exigido no edital, restando portando as mesmas habilitadas e os documentos integrados ao processo da licitação. Ficam as empresas intimadas do inteiro teor desta Ata de julgamento de habilitação para, querendo apresentar recurso, nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "a" c/c 6º da Lei nº 8.666/1993, ou seja, 02 (dois) dias úteis a contar da data de publicação desta ata no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC) ou desistência do mesmo, viabilizando assim a continuidade do certame. Estabeleceu-se também que, caso não haja apresentação de recurso, fica marcada para a data de 27 de abril de 2015 às 09:00 horas, sessão pública de abertura e julgamento das propostas de preços. Os envelopes contendo as propostas de preços ficam em poder da comissão, devidamente lacrados, até a data designada para sua abertura. Nada mais havendo, o Senhor Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES**

JOAO ULLER  
Presidente

ALAN RAFAEL KINDER  
Membro

MAURICIO STEFFEN  
Membro

**AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2015**

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL nº. 39/2015

O Município de Benedito Novo - SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES PARA UTILIZAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO E NO CORPO DE BOMBEIROS.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 09:00h do dia 07 de maio de 2015.

ABERTURA: às 09:05h do dia 07 de maio de 2015.

LOCAL: Sala de reuniões no prédio da Prefeitura Municipal.

Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Licitações desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487 ou no site: [www.beneditonovo.sc.gov.br](http://www.beneditonovo.sc.gov.br).

Benedito Novo (SC), 21 de abril de 2015.

Jean Michel Grundmann

Prefeito

**AVISO DE TOMADA DE PREÇOS Nº 38/2015 - PAVIMENTAÇÃO E PONTE RUA GUILHERME DOEGE**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO  
AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº. 38/2015

O Município de Benedito Novo - SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM EXTENSÃO DE 85 METROS E PONTE DE CONCRETO COM EXTENSÃO DE 10 METROS NA RUA GUILHERME DOEGE, NESTE MUNICÍPIO, (COMPREENDENDO MATERIAL E MÃO DE OBRA), NO ÂMBITO DO PROGRAMA PLANEJAMENTO URBANO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 789820/2013, PROCESSO Nº 2622.1008334-17/2013, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES, REPRESENTADO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, CONFORME PROJETOS E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h00min do dia 11 de maio de 2015. ABERTURA: às 09h10m do dia 11 de maio de 2015. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital diariamente em horário de expediente no Setor de Compras e Licitações desta Municipalidade, localizada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, Benedito Novo/SC, no site: [www.beneditonovo.sc.gov.br](http://www.beneditonovo.sc.gov.br) ou no e-mail: [licitacao@beneditonovo.sc.gov.br](mailto:licitacao@beneditonovo.sc.gov.br). Maiores informações pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487.

Benedito Novo (SC), 22 de abril de 2015.

Jean Michel Grundmann

Prefeito

# Biguaçu

## PREFEITURA

**03**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE BIGUAÇU

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 164/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada.: LICISUL COMERCIAL LTDA - ME

Valor ..... : 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)

Vigência ..... : Início: 17/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 42/2015

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE CESTA BÁSICA DE CAFÉ PARA SEREM DISTRIBUIDAS AOS GRUPOS DE IDOSOS DO MUNICÍPIO

Contrato Nº.: 165/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada.: ZOOM TECNOLOGIA LTDA EPP

Valor ..... : 77.000,00 (setenta e sete mil reais)

Vigência ..... : Início: 17/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 38/2015

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA EXPANSÃO DE SISTEMA DE ARMAZENAMENTO DE DADOS E SOLUÇÃO DE BACKUP PARA USO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU.

Contrato Nº.: 166/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada.: JONAS COSTA DOS REIS

Valor ..... : 12.591,12 (doze mil quinhentos e noventa e um reais e doze centavos)

Vigência ..... : Início: 17/03/2015 Término: 17/03/2016

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 54/2015

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : LOCAÇÃO DE UMA SALA PARA ATENDER O CONSELHO TUTELAR DE BIGUAÇU, NO ENDEREÇO AV. RIO BRANCO, 89 -SALA 5 - CENTRO BIGUAÇU.

Contrato Nº.: 167/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada.: JONAS COSTA DOS REIS

Valor ..... : 48.640,80 (quarenta e oito mil seiscentos e quarenta reais e oitenta centavos)

Vigência ..... : Início: 17/03/2015 Término: 17/03/2016

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 55/2015

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : LOCAÇÃO DE SALA COMERCIAL SITUADA NA RUA RIO BRANCO, CENTRO DE BIGUAÇU PARA INSTALAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA.

Contrato Nº.: 168/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada.: RSI EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME

Valor ..... : 561.766,00 (quinhentos e sessenta e um mil setecentos e sessenta e seis reais)

Vigência ..... : Início: 18/03/2015 Término: 18/03/2016

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 26/2015

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA RECUPERAÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL, MANUTENÇÃO DE PAVIMENTOS COM LAJOTAS E CONCRETO ARMADO E MANUTENÇÃO DE CALÇADAS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E MODELOS EM ANEXO.

Contrato Nº.: 169/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada.: CASA DOS TROFEUS LTDA. ME

Valor ..... : 9.713,00 (nove mil setecentos e treze reais)

Vigência ..... : Início: 18/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 301/2014

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MEDALHAS E TROFÉUS PARA USO DA SECETUL- SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE TURISMO E LAZER PARA O ANO DE 2015.

Contrato Nº.: 170/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada.: M.R.A. CARTOES E MEDALHAS LTDA - EPP

Valor ..... : 13.702,50 (treze mil setecentos e dois reais e cinquenta centavos)

Vigência ..... : Início: 18/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 301/2014

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MEDALHAS E TROFÉUS PARA USO DA SECETUL- SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE TURISMO E LAZER PARA O ANO DE 2015.

Contrato Nº.: 171/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada.: LUA TUR TURISMO LTDA ME

Valor ..... : 19.780,00 (dezenove mil setecentos e oitenta reais)

Vigência ..... : Início: 18/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 52/2015

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : LOCAÇÃO DE VEÍCULO PARA TRANSPORTE DE PRODUTORES RURAIS E TÉCNICOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E AQUICULTURA.

Aditivo Nº ..... : 197-3/2012 - Contrato Nº: 197/2012

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada.: JUCINEI NASCIMENTO

Valor ..... : 21.160,46 (vinte e um mil cento e sessenta reais e quarenta e seis centavos)

Vigência ..... : Início: 10/03/2015 Término: 10/03/2016

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 43/2012

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA JOSÉ RODRIGUES, Nº 839, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO REGIONAL, OBJETIVANDO ABRIGAR AS DEPENDÊNCIAS DA "CASA DO POVO".

Contrato Nº.: 172/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada.: PERSIANAS CRISDAN LTDA EPP

Valor ..... : 23.375,00 (vinte e três mil trezentos e setenta e cinco reais)

Vigência ..... : Início: 19/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 51/2015

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE PERSIANAS COM AS DEVIDAS INSTALAÇÕES PARA USO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E GABINETE DO PREFEITO.

Contrato Nº.: 173/2015  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: PAEMI COMERCIAL E DISTR. LTDA EPP  
 Valor ..... : 3.270,00 (três mil duzentos e setenta reais)  
 Vigência ..... : Início: 23/03/2015 Término: 31/12/2015  
 Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 78/2015

Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE LONAS IMPRESSAS PARA AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 2015 A SEREM INSTALADAS NO PAINEL EM FRENTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU.

Aditivo Nº ..... : 180-1/2014 - Contrato Nº: 180/2014  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: ALBERTO ZIMMERMANN  
 Valor ..... : 21.535,81 (vinte e um mil quinhentos e trinta e cinco reais e oitenta e um centavos)  
 Vigência ..... : Início: 19/03/2015 Término: 19/07/2015  
 Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 62/2014

Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : LOCAÇÃO DE IMÓVEL QUE TEM POR FINALIDADE ALOCAR OS FUNCIONÁRIOS E OS ALUNOS DO CEIM DONA DORVALINA.

Aditivo Nº ..... : 237-7/2012 - Contrato Nº: 237/2012  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: CONSORCIO SQE LUZ  
 Valor ..... : 1.508.194,28 (um milhão quinhentos e oito mil cento e noventa e quatro reais e vinte e oito centavos)  
 Vigência ..... : Início: 23/03/2015 Término: 30/03/2016  
 Licitação ..... : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2012

Recursos ..... : Dotação: 2.085.3.3.90.00.00.00.00 (44)  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DO MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Aditivo Nº ..... : 361-2/2014 - Contrato Nº: 361/2014  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: MENDES COMERCIO E DECORACOES LTDA EPP  
 Valor ..... : 2.046,29 (dois mil e quarenta e seis reais e vinte e nove centavos)

Vigência ..... : Início: 23/03/2015 Término: 23/05/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 216/2014  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE INSTALAÇÃO E FORNECIMENTO DE DIVISÓRIAS PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO SEREM INSTALADAS NO PRÓ CIDADÃO E GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO.

Contrato Nº.: 174/2015  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: JMC JUNKES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA  
 Valor ..... : 14.997,80 (quatorze mil novecentos e noventa e sete reais e oitenta centavos)  
 Vigência ..... : Início: 23/03/2015 Término: 23/06/2015  
 Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 46/2015

Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA COM O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAL PARA A REFORMA DO ANTIGO POSTO POLICIA DO BAIRRO BOM VIVER.

Contrato Nº.: 175/2015  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: EDITORA NOTICIAS DO DIA LTDA  
 Valor ..... : 15.400,00 (quinze mil quatrocentos reais)

Vigência ..... : Início: 23/03/2015 Término: 23/03/2016  
 Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 72/2015  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : ASSINATURA ANUAL DO JORNAL NOTÍCIAS DO DIA, DE SEGUNDA À SEXTA FEIRA, PARA SEREM DISTRIBUÍDAS NAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL, BIBLIOTECA PÚBLICA E ESCOLAS DO MUNICÍPIO.

Contrato Nº.: 176/2015  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: PRINTSUL COMÉRCIO ATACADISTA LTDA - ME  
 Valor ..... : 5.965,00 (cinco mil novecentos e sessenta e cinco reais)  
 Vigência ..... : Início: 24/03/2015 Término: 31/12/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 44/2015  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE DIÁRIOS DE CLASSE PARA USO NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL.

Contrato Nº.: 177/2015  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: ADBX - COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME  
 Valor ..... : 4.511,90 (quatro mil quinhentos e onze reais e noventa centavos)  
 Vigência ..... : Início: 24/03/2015 Término: 31/12/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 311/2014  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA A SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, QUE SERÃO USADOS DURANTE O ANO DE 2015

Contrato Nº.: 178/2015  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP  
 Valor ..... : 2.642,10 (dois mil seiscentos e quarenta e dois reais e dez centavos)  
 Vigência ..... : Início: 24/03/2015 Término: 31/12/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 311/2014  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA A SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, QUE SERÃO USADOS DURANTE O ANO DE 2015

Contrato Nº.: 179/2015  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: IGOR CORREIA DE SIQUEIRA - ME  
 Valor ..... : 2.697,60 (dois mil seiscentos e noventa e sete reais e sessenta centavos)  
 Vigência ..... : Início: 24/03/2015 Término: 31/12/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 311/2014  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA A SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, QUE SERÃO USADOS DURANTE O ANO DE 2015

Contrato Nº.: 180/2015  
 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: L.MOHR LTDA - EPP  
 Valor ..... : 5.365,00 (cinco mil trezentos e sessenta e cinco reais)  
 Vigência ..... : Início: 24/03/2015 Término: 31/12/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 311/2014  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA A SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, QUE SERÃO USADOS DURANTE O ANO DE 2015

Contrato Nº.: 181/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: PROJETO CULTURAL LTDA  
 Valor ..... : 2.359,70 (dois mil trezentos e cinquenta e nove reais e setenta centavos)  
 Vigência ..... : Início: 24/03/2015 Término: 31/12/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 311/2014  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA A SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, QUE SERÃO USADOS DURANTE O ANO DE 2015

Contrato Nº.: 182/2015  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: ADEMIR BOSQUETTI MATEUS ME  
 Valor ..... : 28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais)  
 Vigência ..... : Início: 24/03/2015 Término: 31/12/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 16/2015  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO DE EVENTOS E DE SOM VOLANTE, PARA O USO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENATAL.

Contrato Nº.: 183/2015  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: CRISTIANI LOURI RODRIGUES E CIA LTDA ME  
 Valor ..... : 54.624,90 (cinquenta e quatro mil seiscentos e vinte e quatro reais e noventa centavos)  
 Vigência ..... : Início: 24/03/2015 Término: 31/12/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 31/2015  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DOS CEIMS, ESCOLAS MUNICIPAIS E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Contrato Nº.: 184/2015  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: JMC JUNKES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA  
 Valor ..... : 85.344,70 (oitenta e cinco mil trezentos e quarenta e quatro reais e setenta centavos)  
 Vigência ..... : Início: 24/03/2015 Término: 31/12/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 31/2015  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DOS CEIMS, ESCOLAS MUNICIPAIS E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Contrato Nº.: 185/2015  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: VALDELI CECILIO DOS SANTOS EIRELI-EPP  
 Valor ..... : 65.823,61 (sessenta e cinco mil oitocentos e vinte e três reais e sessenta e um centavos)  
 Vigência ..... : Início: 24/03/2015 Término: 31/12/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 31/2015  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DOS CEIMS, ESCOLAS MUNICIPAIS E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Contrato Nº.: 187/2015  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: PAEMI COMERCIAL E DISTR. LTDA EPP  
 Valor ..... : 11.467,00 (onze mil quatrocentos e sessenta e sete reais)  
 Vigência ..... : Início: 27/03/2015 Término: 31/12/2015  
 Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 93/2015  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ADEQUAÇÃO

DO IMÓVEL ONDE FUNCIONARÁ O NOVO POSTO POLICIAL DO BAIRRO BOM VIVER.

Contrato Nº.: 188/2015  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA.  
 Valor ..... : 6.423,00 (seis mil quatrocentos e vinte e três reais)  
 Vigência ..... : Início: 27/03/2015 Término: 27/03/2016  
 Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 75/2015  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO E FORNECIMENTO DE LICENÇA DE ESTOQUE.

Contrato Nº.: 189/2015  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: MARCIA DA ROSA LUZ  
 Valor ..... : 24.950,52 (vinte e quatro mil novecentos e cinquenta reais e cinquenta e dois centavos)  
 Vigência ..... : Início: 27/03/2015 Término: 31/12/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 59/2015  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E/ OU DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO E HABILITADO, PARA ATUAR NA SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, DESENVOLVENDO ATIVIDADES CULTURAIS.

Contrato Nº.: 190/2015  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: ORLANDO JOSÉ STEIL  
 Valor ..... : 24.949,62 (vinte e quatro mil novecentos e quarenta e nove reais e sessenta e dois centavos)  
 Vigência ..... : Início: 27/03/2015 Término: 31/12/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 59/2015  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E/ OU DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO E HABILITADO, PARA ATUAR NA SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, DESENVOLVENDO ATIVIDADES CULTURAIS.

Contrato Nº.: 191/2015  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: PAULO VINICIUS HEUSI RAMPINELLI  
 Valor ..... : 24.948,00 (vinte e quatro mil novecentos e quarenta e oito reais)  
 Vigência ..... : Início: 27/03/2015 Término: 31/12/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 59/2015  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E/ OU DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO E HABILITADO, PARA ATUAR NA SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, DESENVOLVENDO ATIVIDADES CULTURAIS.

Contrato Nº.: 192/2015  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: TALITA LIMAS DA SILVA 05968695927  
 Valor ..... : 24.950,52 (vinte e quatro mil novecentos e cinquenta reais e cinquenta e dois centavos)  
 Vigência ..... : Início: 27/03/2015 Término: 31/12/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 59/2015  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E/ OU DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO E HABILITADO, PARA ATUAR NA SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, DESENVOLVENDO ATIVIDADES CULTURAIS.

Contrato Nº.: 193/2015  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada...: COMP1 INFORMATICA LTDA EPP  
 Valor ..... : 5.425,00 (cinco mil quatrocentos e vinte e cinco reais)  
 Vigência ..... : Início: 27/03/2015 Término: 31/12/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 60/2015  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) TELEVISÃO LED 55", 1 (UMA) TELEVISÃO LCD 47" E UM NOTEBOOK PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU.

Contrato Nº.: 194/2015  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: PAEMI COMERCIAL E DISTR. LTDA EPP  
 Valor ..... : 5.649,91 (cinco mil seiscentos e quarenta e nove reais e noventa e um centavos)  
 Vigência ..... : Início: 27/03/2015 Término: 31/12/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 243/2014  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAS DE ESCRITÓRIO PARA CONSUMO NO ANO DE 2015, PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE BIGUAÇU.

Contrato Nº.: 195/2015  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: JOÃO BATISTA WOLFE GOULART  
 Valor ..... : 30.150,00 (trinta mil cento e cinquenta reais)  
 Vigência ..... : Início: 27/03/2015 Término: 27/02/2016  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 63/2015  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E/OU PROFISSIONAL ESPECIALIZADO E HABILITADO, PARA ATUAR NA SECETUL COM INTUÍTO DE DESENVOLVER ATIVIDADES CONFORME ESPECIFICAÇÃO.

Aditivo Nº ..... : 207-2/2014 - Contrato Nº: 207/2014  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: LUGATI IT SERVICES LTDA - ME  
 Valor ..... : 0,00 (zero)  
 Vigência ..... : Início: 31/03/2015 Término: 01/07/2015  
 Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 70/2014  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MODERNIZAÇÃO DO PORTAL DO CIDADÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU.

Contrato Nº.: 197/2015  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: RSI EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME  
 Valor ..... : 105.716,00 (cento e cinco mil setecentos e dezesseis reais)  
 Vigência ..... : Início: 31/03/2015 Término: 01/09/2015  
 Licitação ..... : Convite p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 67/2015  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA IMPLANTAÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO COM CONCRETO DA RUA HORTÊNCIA DE SOUZA VIEIRA, BAIRRO FUNDOS, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHAS EM ANEXO.

Contrato Nº.: 198/2015  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: ACERVO COMERCIO E SERVICOS LTDA  
 Valor ..... : 76.000,00 (setenta e seis mil reais)  
 Vigência ..... : Início: 31/03/2015 Término: 31/12/2015  
 Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 65/2015  
 Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE GESTÃO DE DOCUMENTAÇÃO ELETRÔNICA PARA USO DO ACERVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU. CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA TERMO INTEGRANTE DESTE EDITAL.

Contrato Nº.: 199/2015  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: COMP1 INFORMATICA LTDA EPP  
 Valor ..... : 1.888,00 (um mil oitocentos e oitenta e oito reais)  
 Vigência ..... : Início: 31/03/2015 Término: 31/12/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 309/2014  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE ELETRÔNICOS PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER

Contrato Nº.: 200/2015  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: MADEIREIRA CANTO DO RIACHO LTDA - EPP  
 Valor ..... : 6.120,00 (seis mil cento e vinte reais)  
 Vigência ..... : Início: 31/03/2015 Término: 31/12/2015  
 Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 90/2015  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE VIGAS DE EUCALIPTO PARA RECONSTRUÇÃO DA PONTE SOBRE O RIO INFERNINHO LOCALIZADA NO BAIRRO DE SOROCABA DE DENTRO.

Contrato Nº.: 201/2015  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: SILVIA SONIA MACHADO  
 Valor ..... : 13.300,00 (treze mil trezentos reais)  
 Vigência ..... : Início: 31/03/2015 Término: 31/12/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 50/2015  
 Recursos ..... : Dotação: 2.023.3.3.90.00.00.00.00 (106)  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA (PESSOA JURÍDICA) OU AUTÔNOMO (PESSOA FÍSICA), PARA MINISTRAR CURSOS DE ARTES APLICADAS E CORTE E COSTURA NO CENTRO PROFISSIONALIZANTE - CEP.

Aditivo Nº ..... : 312-1/2014 - Contrato Nº: 312/2014  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: CAGERE CASA ASSISTENCIAL EIRELI - EPP  
 Valor ..... : 9.230,00 (nove mil duzentos e trinta reais)  
 Vigência ..... : Início: 08/04/2015 Término: 30/07/2015  
 Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 173/2014  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO PARA REALIZAR O ACOlhIMENTO DE LONGA PERMANÊNCIA DE PESSOA PORTADORA DE NECESSIDADES ESPECIAIS DO MUNICÍPIO.

Aditivo Nº ..... : 384-1/2014 - Contrato Nº: 384/2014  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: CAGERE CASA ASSISTENCIAL EIRELI - EPP  
 Valor ..... : 10.140,00 (dez mil cento e quarenta reais)  
 Vigência ..... : Início: 08/04/2015 Término: 30/12/2015  
 Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 279/2014  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO PARA REALIZAR ACOlhIMENTO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA PESSOA COM NECESSIDADES ESPECIAIS.

Contrato Nº.: 202/2015  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: ZOOM TECNOLOGIA LTDA EPP  
 Valor ..... : 30.000,00 (trinta mil reais)  
 Vigência ..... : Início: 08/04/2015 Término: 31/12/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 313/2014

Recursos ..... : Dotação: 2.087.4.4.90.00.00.00.00.00 (356)  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE 10 (DEZ) COMPUTADORES PARA  
USO DA CITRAN BIGUAÇU.

Contrato Nº.: 203/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada...: MS CONSTRUCAO LTDA - EPP

Valor ..... : 54.241,90 (cinquenta e quatro mil duzentos e quarenta e um reais e noventa centavos)

Vigência ..... : Início: 08/04/2015 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 76/2015

Recursos ..... : Dotação: 2.018.3.3.90.00.00.00.00.00 (81),  
2.026.3.3.90.00.00.00.00.00 (120)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE VIDROS PARA UTILIZAÇÕES NOS  
CEIM'S, ESCOLAS MUNICIPAIS E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Contrato Nº.: 204/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada...: GUARDA FILA SERVICOS DE INFORMATICA LTDA  
- ME

Valor ..... : 8.172,00 (oito mil cento e setenta e dois reais)

Vigência ..... : Início: 08/04/2015 Término: 08/04/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 62/2015

Recursos ..... : Dotação: 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (51)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE UM SISTEMA DE GESTÃO DE  
ATENDIMENTOS PARA O PRÓ CIDADÃO

Contrato Nº.: 205/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada...: BRUSFOGO EXTINTORES E EQUIPAMENTOS DE SE-  
GURANCA LT

Valor ..... : 6.884,00 (seis mil oitocentos e oitenta e quatro  
reais)

Vigência ..... : Início: 08/04/2015 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 64/2015

Recursos ..... : Dotação: 2.011.3.3.90.00.00.00.00.00 (35),  
2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (51), 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00  
(57), 2.018.3.3.90.00.00.00.00.00 (84),  
2.083.3.3.90.00.00.00.00.00 (170), 2.076.3.3.90.00.00.00.00.00  
(187), 2.060.3.3.90.00.00.00.00.00 (191),  
2.049.3.3.90.00.00.00.00.00 (216), 2.012.3.3.90.00.00.00.00.00  
(229), 2.070.3.3.90.00.00.00.00.00 (322)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE EXTINTORES DE INCÊNDIO PARA  
VEÍCULOS DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BI-  
GUAÇU

Aditivo Nº ..... : 36-9/2012 - Contrato Nº: 36/2012

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA.

Valor ..... : 2.127,96 (dois mil cento e vinte e sete reais e  
noventa e seis centavos)

Vigência ..... : Início: 08/04/2015 Término: 29/01/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 261/2011

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA  
PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARES  
PARA A GESTÃO PÚBLICA, PARA USO DAS SECRETARIAS E FUN-  
DOS DA PMB, CONFORME PREGÃO PRESENCIAL Nº: PP 261/11-  
PMB (OFICIAL), PP 261/2011 - FMAS, PP 261/2011-FIA, PP  
261/2011-FUNREBOM, PP 261/2011-FMA, PP 261/2011- FAMABI  
E PP 261/2011-FMS.

Contrato Nº.: 206/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada...: ILHA DOS SABORES GASTRONOMIA E EVENTOS  
LTDA. - ME

Valor ..... : 154.000,00 (cento e cinquenta e quatro mil reais)

Vigência ..... : Início: 08/04/2015 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 77/2015

Recursos ..... : Dotação: 2.002.3.3.90.00.00.00.00.00 (9),  
2.011.3.3.90.00.00.00.00.00 (35), 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00  
(57), 2.018.3.3.90.00.00.00.00.00 (81),  
2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (199), 2.049.3.3.90.00.00.00.00.00  
(216)

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE  
SERVIÇOS DE COFFEE BREAK PARA SERVIR EVENTOS A SEREM  
REALIZADOS DURANTE O ANO PELA SECRETARIA MUNICIPAL  
DE ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVI-  
MENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, SECRETARIA  
MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, SECRE-  
TARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, GABINETE DO PREFEITO E SE-  
CRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO.

Contrato Nº.: 207/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada...: MENDES COMERCIO E DECORACOES LTDA

Valor ..... : 32.694,00 (trinta e dois mil seiscentos e noventa  
e quatro reais)

Vigência ..... : Início: 09/04/2015 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 73/2015

Recursos ..... : Dotação: 2.002.3.3.90.00.00.00.00.00 (9),  
2.011.3.3.90.00.00.00.00.00 (35), 2.026.3.3.90.00.00.00.00.00  
(119)

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE INSTALAÇÃO E  
FORNECIMENTO DE DIVISÓRIAS PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO  
SEREM INSTALADAS ADMINISTRAÇÃO E GABINETE.

Contrato Nº.: 208/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada...: CETEC COMERCIO EM TREINAMENTOS - ME

Valor ..... : 18.960,00 (dezoito mil novecentos e sessenta re-  
ais)

Vigência ..... : Início: 09/04/2015 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 79/2015

Recursos ..... : Dotação: 2.018.4.4.90.00.00.00.00.00 (87),  
2.026.4.4.90.00.00.00.00.00 (121)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE BEBEDOUROS PARA A REDE MU-  
NICIPAL DE ENSINO.

Contrato Nº.: 209/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada...: E&AR EQUIPAMENTOS DE REFRIGERACAO EIRELI  
- EPP

Valor ..... : 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais)

Vigência ..... : Início: 09/04/2015 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 79/2015

Recursos ..... : Dotação: 2.018.4.4.90.00.00.00.00.00 (87),  
2.026.4.4.90.00.00.00.00.00 (121)

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE BEBEDOUROS PARA A REDE MU-  
NICIPAL DE ENSINO.

Contrato Nº.: 210/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada...: INSTITUTO REALIZA TERAPIAS INTEGRADAS LTDA  
- ME

Valor ..... : 78.500,00 (setenta e oito mil e quinhentos reais)

Vigência ..... : Início: 14/04/2015 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.:  
314/2014

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORA-  
ÇÃO DO PLANO DE TREINAMENTO ESPECÍFICO PARA MODELO  
DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO, EM CONCORDÂNCIA COM AS  
EXIGÊNCIAS DO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO À GESTÃO AD-  
MINISTRATIVA E FISCAL DOS MUNICÍPIOS BRASILEIRO - PNAFM.

Contrato Nº.: 211/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada...: CAMILLI & CIA LTDA - ME  
 Valor ..... : 3.068,00 (três mil e sessenta e oito reais)  
 Vigência ..... : Início: 14/04/2015 Término: 31/12/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 89/2015  
 Recursos ..... : Dotação: 2.076.4.4.90.00.00.00.00.00 (188), 1.033.4.4.90.00.00.00.00.00 (195), 2.072.4.4.90.00.00.00.00.00 (200)  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE ARMÁRIOS E CADEIRAS PARA A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTES.

Contrato Nº.: 212/2015  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: GISIANE MATILDE VIEIRA-ME  
 Valor ..... : 2.062,80 (dois mil e sessenta e dois reais e oitenta centavos)  
 Vigência ..... : Início: 14/04/2015 Término: 31/12/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 89/2015  
 Recursos ..... : Dotação: 2.076.4.4.90.00.00.00.00.00 (188), 1.033.4.4.90.00.00.00.00.00 (195), 2.072.4.4.90.00.00.00.00.00 (200)  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE ARMÁRIOS E CADEIRAS PARA A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTES.

Contrato Nº.: 213/2015  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: BRUBRINQ IND. E COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME  
 Valor ..... : 20.000,00 (vinte mil reais)  
 Vigência ..... : Início: 14/04/2015 Término: 31/12/2015  
 Licitação ..... : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 115/2015  
 Recursos ..... : Dotação: 1.044.4.4.90.00.00.00.00.00 (142)  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE PARQUE INFANTIL E GRAMA SINTÉTICA PARA PRAÇAS DE RESPONSABILIDADE DA SECETUL - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER.

Aditivo Nº ..... : 241-5/2010 - Contrato Nº: 241/2010  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: OTILIA COAN VARGAS  
 Valor ..... : 26.884,13 (vinte e seis mil oitocentos e oitenta e quatro reais e treze centavos)  
 Vigência ..... : Início: 06/03/2015 Término: 06/03/2016  
 Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 60/2010  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA A INSTALAÇÃO DA ESCOLA DE MÚSICA DE BIGUAÇU, LOCALIZADO NA RUA FRANCISCO PETRY, Nº 135, CENTRO - BIGUAÇU/SC, COM ÁREA DE 360,66 M².

Contrato Nº.: 214/2015  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: VALDELI CECILIO DOS SANTOS EIRELI-EPP  
 Valor ..... : 3.000,00 (três mil reais)  
 Vigência ..... : Início: 15/04/2015 Término: 31/12/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 101/2015  
 Recursos ..... : Dotação: 2.069.3.3.90.00.00.00.00.00 (233)  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MADEIRA ROLIÇA DE EUCALIPTO PARA USO NA FOZ DO RIO BIGUAÇU.

Contrato Nº.: 215/2015  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: E&AR EQUIPAMENTOS DE REFRIGERACAO EIRELI - EPP  
 Valor ..... : 3.650,00 (três mil seiscentos e cinquenta reais)

Vigência ..... : Início: 15/04/2015 Término: 31/12/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 80/2015  
 Recursos ..... : Dotação: 2.011.4.4.90.00.00.00.00.00 (37)  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO E CORTINA DE AR PARA USO NO HALL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU.

Contrato Nº.: 216/2015  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: CONBELL CONSTRUÇÕES LTDA  
 Valor ..... : 357.584,93 (trezentos e cinquenta e sete mil quinhentos e oitenta e quatro reais e noventa e três centavos)  
 Vigência ..... : Início: 16/04/2015 Término: 10/01/2016  
 Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 102/2015  
 Recursos ..... : Dotação: 1.045.4.4.90.00.00.00.00.00 (344)  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DE RUAS NO BAIRRO SAVEIRO, NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Contrato Nº.: 128/2015  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: BONEMBERG - MANUTENCAO ELETRICA LTDA - ME  
 Valor ..... : 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais)  
 Vigência ..... : Início: 03/03/2015 Término: 31/12/2015  
 Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 53/2015  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE 01 (UM) GERADOR PARA O CEIM DONA DORVALINA.

Contrato Nº.: 127/2015  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: COMPANHIA ULTRAGAZ SA  
 Valor ..... : 79.700,00 (setenta e nove mil e setecentos reais)  
 Vigência ..... : Início: 02/03/2015 Término: 31/12/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 23/2015  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE CARGA DE GÁS - P13 E P45 PARA USO DOS CEIMS E ESCOLAS MUNICIPAIS.

Aditivo Nº ..... : 374-8/2012 - Contrato Nº: 374/2012  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: MPB SANEAMENTO LTDA  
 Valor ..... : 932,92 (novecentos e trinta e dois reais e noventa e dois centavos)  
 Vigência ..... : Início: 04/03/2015 Término: 11/05/2015  
 Licitação ..... : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 29/2012  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A ELABORAÇÃO DO PROJETO DE ENGENHARIA E DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA) E RESPECTIVO RELATÓRIO DE IMPACTO AO MEIO AMBIENTE (RIMA), INSTRUMENTO QUE SUBSIDIARÁ O PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL NA AVALIAÇÃO DA VIABILIDADE AMBIENTAL PARA A FIXAÇÃO DA BARRA DO RIO BIGUAÇU, MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, SANTA CATARINA.

Contrato Nº.: 129/2015  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: TRACTON IND E COM DE CONFECÇOES LTDA EPP  
 Valor ..... : 6.580,00 (seis mil quinhentos e oitenta reais)  
 Vigência ..... : Início: 05/03/2015 Término: 31/12/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 18/2015  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE JALECOS PARA USO DAS MERENDEIRAS QUE TRABALHAM NOS CEIMS E ESCOLAS MUNICIPAIS.

Aditivo Nº ..... : 357-2/2014 - Contrato Nº: 357/2014  
 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: JMC JUNKES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA  
 Valor ..... : 52.749,18 (cinquenta e dois mil setecentos e quarenta e nove reais e dezoito centavos)  
 Vigência ..... : Início: 06/03/2015 Término: 30/03/2015  
 Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 195/2014  
 Recursos ..... : Dotação: 2.026.3.3.90.00.00.00.00 (120)  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE MURO DE CONTORNO DA CRECHE JARDIM JANAÍNA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

Contrato Nº.: 130/2015  
 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: CRISTIANI LOURI RODRIGUES E CIA LTDA ME  
 Valor ..... : 10.120,00 (dez mil cento e vinte reais)  
 Vigência ..... : Início: 06/03/2015 Término: 31/12/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 6/2015  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : MATERIAIS PARA A MANUTENÇÃO DE ALVENARIA, ELETRICA, HIDRAULICA E PINTURA DO PAÇO MUNICIPAL

Contrato Nº.: 131/2015  
 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: JMC JUNKES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA  
 Valor ..... : 11.629,00 (onze mil seiscentos e vinte e nove reais)  
 Vigência ..... : Início: 06/03/2015 Término: 31/12/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 6/2015  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : MATERIAIS PARA A MANUTENÇÃO DE ALVENARIA, ELETRICA, HIDRAULICA E PINTURA DO PAÇO MUNICIPAL

Contrato Nº.: 132/2015  
 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: PEIXER COMERCIO DE ELETROELETRONICOS LTDA ME  
 Valor ..... : 9.296,50 (nove mil duzentos e noventa e seis reais e cinquenta centavos)  
 Vigência ..... : Início: 06/03/2015 Término: 31/12/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 6/2015  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : MATERIAIS PARA A MANUTENÇÃO DE ALVENARIA, ELETRICA, HIDRAULICA E PINTURA DO PAÇO MUNICIPAL

Contrato Nº.: 133/2015  
 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: VALDELI CECILIO DOS SANTOS EIRELI-EPP  
 Valor ..... : 13.377,00 (treze mil trezentos e setenta e sete reais)  
 Vigência ..... : Início: 06/03/2015 Término: 31/12/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 6/2015  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : MATERIAIS PARA A MANUTENÇÃO DE ALVENARIA, ELETRICA, HIDRAULICA E PINTURA DO PAÇO MUNICIPAL

Contrato Nº.: 134/2015  
 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: BRUTHAN COMERCIAL LTDA  
 Valor ..... : 2.554,50 (dois mil quinhentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos)  
 Vigência ..... : Início: 06/03/2015 Término: 31/12/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 30/2015  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Contrato Nº.: 135/2015

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: LUIZ FERNANDO SEBOLD - ME  
 Valor ..... : 3.132,00 (três mil cento e trinta e dois reais)  
 Vigência ..... : Início: 06/03/2015 Término: 31/12/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 30/2015  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Contrato Nº.: 136/2015  
 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: ZOOM TECNOLOGIA LTDA EPP  
 Valor ..... : 13.890,00 (treze mil oitocentos e noventa reais)  
 Vigência ..... : Início: 06/03/2015 Término: 06/03/2016  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2015  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DE USO DE SOFTWARE PARA A SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E PARA A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E TRANSPORTE.

Contrato Nº.: 137/2015  
 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: METROPOLITANA VIAGENS TURISMO LTDA - ME  
 Valor ..... : 7.000,00 (sete mil reais)  
 Vigência ..... : Início: 06/03/2015 Término: 31/12/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 17/2015  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : FORNECIMENTO DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS INTERMUNICIPAIS E INTERESTADUAIS, COM MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO, PARA ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETARIA.

Contrato Nº.: 138/2015  
 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: CSEE CENTRO DE SOLUCOES EM EVENTOS EIRELI - ME  
 Valor ..... : 58.000,00 (cinquenta e oito mil reais)  
 Vigência ..... : Início: 09/03/2015 Término: 31/12/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 302/2014  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COFFEE BREAK PARA USO DO CCI, RECREIA. CRAS, CREAMS, CASA LAR, PRONATEC E SECRETARIA.

Contrato Nº.: 139/2015  
 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA - ME  
 Valor ..... : 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais)  
 Vigência ..... : Início: 09/03/2015 Término: 31/12/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 45/2015  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPRESSÃO DE NOTAS DE PRODUTOR RURAL E CAPAS DE NOTAS FISCAIS DO AGRICULTOR, PARA O FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA.

Contrato Nº.: 140/2015  
 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: SILVEIRA & SANTOS IMPRESSÃO DE PROD. GRAF. LTDA ME  
 Valor ..... : 3.750,00 (três mil setecentos e cinquenta reais)  
 Vigência ..... : Início: 09/03/2015 Término: 31/12/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 45/2015  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPRESSÃO DE NOTAS DE PRODUTOR RURAL E CAPAS DE NOTAS FISCAIS DO AGRICULTOR, PARA O FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA.

Contrato Nº.: 141/2015  
 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada...: JEFERSON DA SILVEIRA ME  
 Valor ..... : 3.343,00 (três mil trezentos e quarenta e três reais)  
 Vigência ..... : Início: 09/03/2015 Término: 31/12/2015  
 Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 12/2015  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E MATERIAIS DE INFORMATICA PARA O SETOR DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E PRÓ-CIDADÃO.

Contrato Nº.: 142/2015  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: PLM - CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA  
 Valor ..... : 345.930,00 (trezentos e quarenta e cinco mil novecentos e trinta reais)  
 Vigência ..... : Início: 09/03/2015 Término: 31/12/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 48/2015  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS E REALIZAÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA NA ÁREA RURAL.

Aditivo Nº ..... : 232-3/2012 - Contrato Nº.: 232/2012  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: CANAL TELECOM TECNOLOGIA LTDA  
 Valor ..... : 70.475,40 (setenta mil quatrocentos e setenta e cinco reais e quarenta centavos)  
 Vigência ..... : Início: 09/03/2015 Término: 09/03/2016  
 Licitação ..... : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 41/2012  
 Recursos ..... : Dotação: 2.002.3.3.90.00.00.00.00.00 (9), 2.011.3.3.90.00.00.00.00.00 (35), 2.014.3.3.90.00.00.00.00.00 (51), 2.007.3.3.90.00.00.00.00.00 (57), 2.018.3.3.90.00.00.00.00.00 (81), 2.023.3.3.90.00.00.00.00.00 (106), 2.083.3.3.90.00.00.00.00.00 (170), 2.072.3.3.90.00.00.00.00.00 (199), 2.049.3.3.90.00.00.00.00.00 (216)  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE SISTEMA DE INTEGRAÇÃO DE VOZ SOBRE IPS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU E SECRETARIAS.

Contrato Nº.: 143/2015  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: UNISUL - UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA  
 Valor ..... : 145.840,00 (cento e quarenta e cinco mil oitocentos e quarenta reais)  
 Vigência ..... : Início: 10/03/2015 Término: 31/12/2015  
 Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 56/2015  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA FORMAÇÃO CONTINUADA AOS PROFESSORES, ESPECIALISTAS, GESTORES E TÉCNICOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA O ANO DE 2015.

Contrato Nº.: 186/2015  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: TECNA TELECOM SISTEMAS E TELECOMUNICACOES LTDA - M  
 Valor ..... : 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)  
 Vigência ..... : Início: 27/03/2015 Término: 31/12/2015  
 Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 86/2015  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA NA REDE DO SETOR DE IDENTIDADE DO PROCIDADÃO E AMPLIAÇÃO DE DUAS NOVAS ESTAÇÕES DE TRABALHO.

Contrato Nº.: 144/2015  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: CETEC COMERCIO EM TREINAMENTOS - ME  
 Valor ..... : 12.690,75 (doze mil seiscentos e noventa reais e setenta e cinco centavos)  
 Vigência ..... : Início: 11/03/2015 Término: 31/12/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 294/2014  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, OBRAS E SECETUL.

Contrato Nº.: 145/2015  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: EDIO HOFFMANN - ME  
 Valor ..... : 286,40 (duzentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos)  
 Vigência ..... : Início: 11/03/2015 Término: 31/12/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 294/2014  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, OBRAS E SECETUL.

Contrato Nº.: 146/2015  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: FRANK ROGÉRIO HOMEM EIRELI EPP  
 Valor ..... : 12.955,00 (doze mil novecentos e cinqüenta e cinco reais)  
 Vigência ..... : Início: 11/03/2015 Término: 31/12/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 294/2014  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, OBRAS E SECETUL.

Contrato Nº.: 147/2015  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: JULIANO JAIRO MELO-ME  
 Valor ..... : 38.691,40 (trinta e oito mil seiscentos e noventa e um reais e quarenta centavos)  
 Vigência ..... : Início: 11/03/2015 Término: 31/12/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 294/2014  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, OBRAS E SECETUL.

Contrato Nº.: 148/2015  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: LUIZ FERNANDO SEBOLD - ME  
 Valor ..... : 4.723,32 (quatro mil setecentos e vinte e três reais e trinta e dois centavos)  
 Vigência ..... : Início: 11/03/2015 Término: 31/12/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 294/2014  
 Recursos ..... : Dotação:  
 Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, OBRAS E SECETUL.

Contrato Nº.: 149/2015  
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
 Contratada...: PEREIRA COMERCIO DE ARTIGOS DESCARTAVEIS LTDA ME  
 Valor ..... : 6.328,01 (seis mil trezentos e vinte e oito reais e um centavo)  
 Vigência ..... : Início: 11/03/2015 Término: 31/12/2015  
 Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 294/2014  
 Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, OBRAS E SECETUL.

Contrato Nº.: 150/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada...: PKB PRODUTOS QUÍMICOS LTDA

Valor ..... : 5.025,05 (cinco mil e vinte e cinco reais e cinco centavos)

Vigência ..... : Início: 11/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 294/2014

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, OBRAS E SECETUL.

Contrato Nº.: 151/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada...: NEOREDE TELECOMUNICAÇÃO LTDA

Valor ..... : 18.000,00 (dezoito mil reais)

Vigência ..... : Início: 12/03/2015 Término: 12/03/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 35/2015

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE CONEXÃO EM FIBRA ÓTICA PONTO A PONTO COM VELOCIDADE DE 10MBPS FULL DUPLEX ENTRE O PRÉDIO DA PMB E AS SEGUINTE SECRETARIAS (OBRAS, TRANSPORTE, SOL, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CONSELHO TUTELAR)

Contrato Nº.: 152/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada...: NEOREDE TELECOMUNICAÇÃO LTDA

Valor ..... : 15.960,00 (quinze mil novecentos e sessenta reais)

Vigência ..... : Início: 12/03/2015 Término: 12/03/2016

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 41/2015

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA COLOCAÇÃO DE LINKS DE ACESSO À INTERNET EM 07 UNIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Contrato Nº.: 153/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada...: CRISTIANI LOURI RODRIGUES E CIA LTDA ME

Valor ..... : 34.050,00 (trinta e quatro mil e cinquenta reais)

Vigência ..... : Início: 13/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 22/2015

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE TELHAS PARA USO DA DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO EM SITUAÇÕES DE EMERGENCIA.

Contrato Nº.: 154/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada...: EPAGRI EMPRESA PESQ. AGR. EXT. RURAL DE S.C. S/A

Valor ..... : 40.711,00 (quarenta mil setecentos e onze reais)

Vigência ..... : Início: 13/03/2015 Término: 13/02/2016

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 61/2015

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

Aditivo Nº ..... : 462-3/2012 - Contrato Nº.: 462/2012

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada...: OPTITEL REDES E TELECOMUNICACOES LTDA.

Valor ..... : 14.278,68 (quatorze mil duzentos e setenta e oito reais e sessenta e oito centavos)

Vigência ..... : Início: 17/03/2015 Término: 17/03/2016

Licitação ..... : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 209/2012

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO DE DADOS UTILIZANDO LINK DE FIBRA ÓTICA, PARA INTERCONEXÃO DO PROCIDADÃO.

Contrato Nº.: 157/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada...: JEFERSON DA SILVEIRA ME

Valor ..... : 2.370,00 (dois mil trezentos e setenta reais)

Vigência ..... : Início: 17/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 47/2015

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE ROTEADORES WIRELESS PARA A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Contrato Nº.: 158/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada...: ADEMIR BOSQUETTI MATEUS ME

Valor ..... : 12.840,00 (doze mil oitocentos e quarenta reais)

Vigência ..... : Início: 17/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 19/2015

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO PARA OS EVENTOS REALIZADOS NO CCI, RECREIA, CRAS, CREAS, CASA LAR, PRONATEC E SECRETARIA.

Contrato Nº.: 159/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada...: DUSOM SONORIZAÇÃO E ILUMINAÇÃO LTDA ME

Valor ..... : 14.320,00 (quatorze mil trezentos e vinte reais)

Vigência ..... : Início: 17/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 19/2015

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO PARA OS EVENTOS REALIZADOS NO CCI, RECREIA, CRAS, CREAS, CASA LAR, PRONATEC E SECRETARIA.

Contrato Nº.: 160/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada...: ADBX - COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME

Valor ..... : 89.185,00 (oitenta e nove mil cento e oitenta e cinco reais)

Vigência ..... : Início: 17/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 29/2015

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS E CEIMS.

Contrato Nº.: 161/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada...: L.MOHR LTDA - EPP

Valor ..... : 87.314,40 (oitenta e sete mil trezentos e quatorze reais e quarenta centavos)

Vigência ..... : Início: 17/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 29/2015

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS E CEIMS.

Contrato Nº.: 162/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada...: PROJETO CULTURAL LTDA

Valor ..... : 93.985,20 (noventa e três mil novecentos e oitenta e cinco reais e vinte centavos)

Vigência ..... : Início: 17/03/2015 Término: 31/12/2015

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 29/2015  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS E CEIMS.

Contrato Nº.: 163/2015  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
Contratada...: RENATA IAFRATE TRAVISANI - EPP  
Valor ..... : 35.926,00 (trinta e cinco mil novecentos e vinte e seis reais)  
Vigência ..... : Início: 17/03/2015 Término: 31/12/2015  
Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 29/2015  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS E CEIMS.

Aditivo Nº ..... : 441-8/2012 - Contrato Nº: 441/2012  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU  
Contratada...: ALINE CONSTRUÇÕES E INCORPORACOES LTDA.  
Valor ..... : 0,00 (zero)  
Vigência ..... : Início: 17/03/2015 Término: 30/08/2015  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 153/2012  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DE CRECHE JANAÍNA.

BIGUAÇU, 20 DE ABRIL DE 2015  
RAMON WOLLINGER  
PREFEITO EM EXERCÍCIO

#### **AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2015 - FMS**

AVISO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2015 - FMS

O Senhor Secretário de Saúde, Leandro Adriano de Barros, por delegação e competência (Decreto nº. 85/2013, art. 1º, III e Portaria nº 2874/2010 de 25 de outubro de 2010), torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE objetivando a AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA OS FUNCIONÁRIOS DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA DA MUNICÍPIO DE BIGUAÇU cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 27/04/2015, às 13h59min do dia 11/05/2015;  
Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00min do dia 11/05/2015, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (11/05/2015), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Apenas o licitante credenciado estará apto a participar das demais etapas licitatórias.

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (11/05/2015), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar substabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de substabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br), a partir do dia 27/04/2015.

Eventuais problemas de acesso no SITE da Prefeitura Municipal de Biguaçu deverão ser sanados com a Central de Processamento de Dados - CPD, da Prefeitura Municipal, através de contato a ser realizado no telefone: (48) 3279.8000.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: [comprasaudebigua@gmail.com](mailto:comprasaudebigua@gmail.com)

Biguaçu, SC, 17 de abril de 2015.  
RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação - Leandro Adriano de Barros  
Secretário de Saúde

#### **AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 33/2015 - FMS**

AVISO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2015 - FMS

O Senhor Secretário de Saúde, Leandro Adriano de Barros, por delegação e competência (Decreto nº. 85/2013, art. 1º, III e Portaria nº 2874/2010 de 25 de outubro de 2010), torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM objetivando a AQUISIÇÃO DE LEITE EM PÓ INFANTIL PARA ATENDER AO PROCESSO JUDICIAL Nº. 0300613-922014.8.24.0007, IMPOSTA AO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo I que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 23/04/2015, às 13h59min do dia 06/05/2015;  
Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00min do dia 06/05/2015, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (06/05/2015), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Apenas o licitante credenciado estará apto a participar das demais

etapas licitatórias.

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (06/05/2015), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar substabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de substabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br), a partir do dia 23/04/2015.

Eventuais problemas de acesso no SITE da Prefeitura Municipal de Biguaçu deverão ser sanados com a Central de Processamento de Dados - CPD, da Prefeitura Municipal, através de contato a ser realizado no telefone: (48) 3279.8000.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: [comprasaudebigua@gmail.com](mailto:comprasaudebigua@gmail.com)

Biguaçu, SC, 17 de abril de 2015.  
RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação - Leandro Adriano de Barros  
Secretário de Saúde

## DECRETO Nº 032/2015

DECRETO Nº 032/2015 DE 12 DE MARÇO DE 2015.

DISPÕE SOBRE AS CONSIGNAÇÕES EM FOLHA DE PAGAMENTO DE SERVIDORES PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º As consignações em folha de pagamento dos servidores públicos, ativos, inativos e pensionistas da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Municipal, são classificadas em:

I - Compulsórias; e

II - Facultativas.

Art. 2º Considera-se, para fins deste Decreto:

I - Consignatária: pessoa jurídica de direito público ou privado, destinatária dos créditos resultantes das consignações facultativas, em decorrência de relação jurídica estabelecida com o consignado;

II - Consignante: órgão ou entidade da Administração Direta Autárquica e Fundacional que procede a descontos relativos às consignações facultativas na folha de pagamento do servidor público, ativo, inativo ou beneficiário de pensão previdenciária, em favor de consignaria; e,

III - Consignado: servidor público, integrante da Administração Direta, Autárquica e Fundacional, ativo, inativo ou beneficiário de pensão previdenciária, que autorize o desconto de consignação em folha de pagamento.

§ 1º Consignações compulsórias são descontos e recolhimentos incidentes sobre a remuneração, subsídio provento ou pensão, efetuado por força de lei ou decisão judicial, compreendendo:

I - Contribuições previdenciárias;

II - Pensão alimentícia;

III - Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza;

IV - Restituições e indenizações ao erário;

V - Benefícios e auxílios prestados aos servidores pela Administração Pública municipal;

VI - Contribuição sindical;

VII - Contribuição para plano de assistência a saúde dos servidores municipais, incluída a mensalidade e a coparticipação; e,

VIII - Outros descontos compulsórios instituídos por lei ou por decisão judicial.

§ 2º Consignações facultativas são descontos incidentes sobre a remuneração, subsídio, provento ou pensão, efetuados mediante autorização do consignado, em decorrência de contrato, acordo, convenção, convenio ou outra forma regular de ajuste entre o consignado e determinada entidade consignatária.

§ 3º As consignações compulsórias terão prioridade sobre as facultativas e, em nenhum caso, poderá resultar saldo negativo na folha de pagamento do servidor público.

Art. 3º Poderão ser admitidas como entidades consignatárias, para efeito das consignações facultativas:

I - Entidades de classe, associações e clubes constituídos exclusivamente de servidores públicos municipais;

II - Entidades beneficentes para contribuições ou doações;

III - Entidades sindicais representativas de servidores públicos municipais;

IV - Entidades abertas ou fechadas de previdência complementar, de planos de pecúlio de capitalização e de saúde;

V - Sociedades seguradoras;

VI - Entidades administradoras de plano de saúde, inclusive odontológico;

VII - Instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central do Brasil; e,

VIII - Cooperativas de créditos constituídas por servidores públicos autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

§ 1º - Além das entidades descritas no caput deste artigo, poderão ser admitidos como consignatária estabelecimentos comerciais, para descontos decorrentes de compras em supermercados, posto de combustíveis, farmácias, óticas e lojas conveniadas com o cartão do servidor.

§ 2º - Além das entidades descritas no caput deste artigo, poderão ser admitidos como consignatárias administradoras de cartão de crédito autorizadas pelo Banco Central do Brasil;

Art. 4º Na hipótese de falta de margem consignável, fica estabelecida a seguinte ordem de prioridade de desconto para as consignações facultativas, após processadas as consignações compulsórias:

I - Sociedades seguradoras;

II - Entidades fechadas ou abertas de previdência complementar, de planos de pecúlio, de capitalização e de saúde;

III - Instituições financeiras;

IV - Cartões de crédito;

V - Cartão do servidor;

VI - Entidades de classe, associações e clubes constituídos exclusivamente de servidores públicos municipais e entidades sindicais representativas de servidores públicos municipais;

VII - Entidades beneficentes.

Art. 5º Ressalvadas as consignações compulsórias, não se efetuarão descontos em consignação de valor inferior a 1% (um por cento) do menor vencimento da escala padrão de vencimentos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo municipal.

Art. 6º A soma mensal das consignações facultativas de cada servidor não poderá exceder ao valor equivalente a 30% (trinta por cento) do resultado encontrado pela subtração das consignações compulsórias da remuneração bruta.

§1º Não serão computadas na remuneração bruta referida no caput deste artigo as seguintes vantagens pecuniárias:

I - Salário-família;

II - Diárias;

III - Indenização pelo uso de veículo próprio em serviço;

IV - Gratificação natalina;

V - Serviço extraordinário, horário noturno, sobreaviso ou hora plantão;

VI - 1/3 (um terço) constitucional pelo usufruto de férias;

VII - Substituição de cargo em comissão ou função de confiança; e,

VIII - Importâncias pretéritas.

Art. 7º Nas operações de crédito são definidos os seguintes critérios

I - O número de prestações não poderá exceder a 72 (setenta e duas) parcelas mensais e sucessivas;

II - A taxa de juros não poderá ser superior a 3% (três por cento) ao mês, devendo expressar o custo efetivo do empréstimo;

III - É vedado o estabelecimento de prazo de carência para o início do pagamento das parcelas.

Parágrafo único: O custo efetivo total máximo das operações de

crédito realizadas pelas instituições financeiras será fixado por ato do Secretário Municipal de Administração, sendo vedada a cobrança de quaisquer outras taxas ou tarifas.

Art. 8º A instituição financeira, ao realizar as operações de crédito deverá, sem prejuízo de outras informações legais, observada regulamentação expedida pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, em especial as disposições constantes da Resolução nº 3.694, de 26 de março de 2009, e alterações posteriores, bem como dar ciência prévia ao beneficiário, no mínimo, das seguintes informações:

I - Valor total com e sem juros;

II - Taxa efetiva mensal e anual de juros;

III - Todos os acréscimos remuneratório, moratórios e tributários que eventualmente incidam sobre o valor do crédito contratado;

IV - Valor, número e periodicidade das prestações;

V - Soma total a pagar com o empréstimo pessoal ou cartão de crédito;

VI - Data do início e fim do desconto;

VII - Valor da comissão paga aos terceirizados contratados pelas instituições financeiras para a operacionalização da venda do crédito, quando não for efetuada por sua própria rede;

VIII - O CNPJ da agência bancária que realizou a contratação quando realizado na própria rede, ou, o CNPJ do correspondente bancário e o CPF do agente subcontratado pelo anterior, acrescido de endereço e telefone.

Art. 9º O crédito do empréstimo concedido deverá ser feito, obrigatoriamente, na conta em que o consignado receber a remuneração, subsídio, provento ou pensão, constituindo motivo de recusa ao pedido de consignação a falta de indicação da ou indicação de conta que não corresponda aquela pela qual o benefício é pago.

Art. 10 As instituições financeiras poderão possuir 4 (quatro) códigos de desconto de empréstimos em folha de pagamento.

Parágrafo único. As demais entidades consignatárias possuirão no máximo, 2 (dois) eventos de descontos em folha de pagamento, sendo um para recolhimento de contribuição ou prêmio mensal, cuja composição deverá ser fixada em percentual, e outro para desconto de valores eventuais, vedada a utilização para empréstimo ou financiamentos.

Art. 11 Para requerer a inclusão de evento de desconto em folha de pagamento, as entidades consignatárias deverão apresentar os seguintes documentos:

a) Cópias do Estatuto ou do Contrato Social devidamente registrado e inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica- CNPJ;

b) Prova de Regularidade Fiscal com a Fazenda Federal e com a Dívida Ativa da União, mediante apresentação da Certidão Conjunta de Débitos relativos a tributos federais e Dívida Ativa da União expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

c) Prova de regularidade fiscal com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da consignatária e com a Fazenda Municipal de Biguaçu, expedida pelo órgão competente.

§1º Além do disposto no caput deste artigo, o credenciamento obedecerá, ainda, as seguintes condições;

I - No caso de entidades de classe, associações e clubes constituídos exclusivamente de servidores públicos municipais e sindicatos representativos de servidores públicos municipais:

a) Apresentar ata da eleição e posse da diretoria, sempre que houver alteração da composição do corpo diretivo;

b) Apresentar certidão negativa cível de execução, expedida pelo juízo da sede da entidade; e

c) Apresentar certidão expedida pelo Poder Judiciário, atestando a inexistência de ações penais em curso contra os membros da diretoria.

II - No caso de entidades securitárias, beneficentes e de previdência complementar:

a) Possuir sucursal ou representação legal com dependência e escritório no município de Biguaçu, com o respectivo alvará de funcionamento;

b) Comprovar o registro junto a Superintendência de Seguros Privados- SUSEP; e

c) Apresentar relação dos produtos e serviços oferecidos e as condições para consignação do desconto

III - No caso de instituições financeiras:

a) Apresentar a autorização de funcionamento expedida pelo Banco Central

b) Oferecer empréstimo, financiamentos e cartão de créditos com custos inferiores aqueles praticados no mercado, apresentando relação dos produtos e serviços oferecidos aos servidores públicos; e

§2º No caso das cooperativas de crédito constituídas por servidores públicos, aplica-se, no que couberem, as disposições contidas no inciso III deste artigo.

§3º Anualmente, no mês em que se deu o credenciamento, ou quando exigido pela administração a entidade consignatária deverá, conforme sua natureza jurídica, reapresentar os documentos exigidos para credenciamento.

Art.12 A inclusão das consignações facultativa em folha de pagamento depende de autorização expressa do servidor publico, seja em meio físico ou eletrônico.

§1º O cancelamento das consignações facultativas será efetuado:

I - A pedido do servidor, quando se tratar de contribuição ou prêmio mensal;

II - A pedido do servidor, com anuência da entidade consignatária, no caso de compromisso pecuniário assumido e usufruído;

III - A pedido da entidade consignatária, mediante solicitação formal e justificada;

IV - Quando ocorrer ação danosa aos interesses do consignado, praticada pela consignatária ou terceiro a ela vinculado;

V - Pela Administração Pública, a qualquer tempo, quando comprovado que a consignatária não atende a exigência legal;

VI - Por força de lei ou decisão judicial; e

VII - Mediante liquidação integral dos débitos do contrato que originou a consignação.

Art. 13 A entidade consignatária será suspensa temporariamente, enquanto não regularizada a causa as suspensão, quando:

I - Constatar-se irregularidade no cadastramento, recadastramento ou em processamento de consignação;

II - Deixar de prestar informações ou esclarecimentos nos prazos solicitados pela Administração;

III - Não comprovar ou deixar de atender as exigências legais ou normas estabelecidas pela Administração;

IV - Deixar de efetuar o ressarcimento ao consignado de valores cobrados a maior ou indevidamente descontados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da constatação da irregularidade;

V - Não informar no sistema de informática específico de consignações facultativas o saldo devedor a pedido do servidor, em até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do pagamento;

VI - Não providenciar a liquidação do contrato e liberação da margem consignável após quitação antecipada efetuada pelo servidor, em até 2 (dois) dias úteis, contados da data do pagamento;

VII - Tomar medidas de cobranças extrajudicial ou judicial contra servidor sem que haja certificação da não ocorrência de inadimplimento, mediante verificação prévia e minuciosa análise dos arquivos específicos fornecidos pela Secretaria de Municipal de Administração.

Art. 14 A entidade consignatária será suspensa pelo período de 6 (seis) a 12 (doze) meses quando:

I - Ceder a terceiros, a qualquer título, rubricas de consignação;

II - Permitir que terceiros procedam à averbação de consignações;

III - Utilizar rubricas para descontos não previstos neste Decreto;

IV - For constada a prática de custos financeiros acima do limite máximo estabelecido pela Administração; e

V - Reincidir em quaisquer práticas vedadas pelo artigo anterior.

Art. 15 A entidade consignatária será descredenciada nas hipóteses de:

I - Reincidência ou habitualidade em praticas que impliquem sua suspensão; e

II - Prática comprovada de ato lesivo ao servidor ou a administração, mediante fraude, simulação ou dolo.

Parágrafo único. Apesar das sanções estipuladas, a Administração Pública se compromete em continuar a promover as averbações e descontos nos contracheques de seus servidores, bem como no repasse em favor das consignatárias, relativas as consignações já contratadas e efetivadas com os seus servidores, até a sua integral liquidação junto as consignatárias.

Art. 16 O consignado ficará impedido, pelo período de até 60 (sessenta) meses, em de incluir novas consignações em folha de pagamento quando constatada, em processo administrativo, assegurada a ampla defesa e o contraditório prática de irregularidade consistente em fraude, simulação ou dolo, relativa ao sistema de consignações.

Art. 17. A divulgação de dados relativos a folha de pagamentos,

inclusive quanto aos limites dos valores de margem e saldo consignável, somente poderá ser realizada mediante autorização expressa do consignado.

§1º A utilização ou a divulgação de dados da folha de pagamento, sem autorização por escrito do consignado, implicará responsabilidade do agente que a tenha realizado, permitido ou deixado de tomar as providencias legais para sua suspensão impedimento ou apuração de responsabilidade.

§2º Apurada a responsabilidade de agente público e havendo providência a ser tomada fora do âmbito das atribuições do Poder Executivo, será dada ciência dos fatos aos órgãos competentes, para as medidas cabíveis.

Art. 18. Fica proibido o acesso de representante, agente, promotor ou corretor a serviço de entidade consignatária, nas dependências dos órgãos da Administração Direta, Autárquica e fundacional para divulgar, distribuir material publicitário e ou efetuar a venda de produto e serviço a ser descontado em folha de pagamento dos servidores públicos.

Art. 19. A consignação em folha de pagamento não implica responsabilidade do Município por dívida, inadimplência, desistência ou pendência de qualquer natureza assumida pelo consignado perante a entidade consignatária.

§1º O Município não integra qualquer relação de consumo originada, direta ou indiretamente, entre consignatária e consignado, limitando-se a permitir os descontos previstos neste Decreto.

§2º O período de credenciamento de consignatária e a autorização de desconto pelo consignado implicam pleno conhecimento e aceitação das disposições contidas neste Decreto.

Art. 20. Fica o Secretário Municipal de Administração, responsável pelo Sistema Administrativo de Gestão de Pessoas, autorizado a rever contratos e termos de cooperação técnica e adotar novos procedimentos administrativos e operacionais, relativos as consignações facultativas.

§1º Para cumprimento do disposto neste artigo, a Secretaria Municipal de Administração poderá designar pessoa jurídica privada, mediante termo de cooperação técnica consubstanciado em contato, para realiza o controle operacional e gerencial efetivo e automático das operações relativo as consignações facultativas em folha de pagamento por meio da adoção de Sistema Eletrônico.

§2º O gerenciamento realizado por pessoa jurídica privada, na forma designada no parágrafo anterior, não trará qualquer ônus ao Município de Biguaçu, cabendo as consignatárias arcarem com o custeio do processamento.

Art. 21. O Poder Executivo Municipal, através da Secretaria de Municipal de Administração, poderá retornar o controle averbação das consignações facultativas em folha de pagamentos a qualquer momento, ocasião em que não caberá qualquer indenização a pessoa jurídica designada.

Art. 22. Compete ao Secretário Municipal de Administração a expedição dos atos necessários a fiel execução deste Decreto.

Art. 23. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 24. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 12 de março de 2015.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal  
Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária

## **DECRETO Nº 054/2015**

DECRETO Nº 054/2015 DE 15 DE ABRIL DE 2015.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3514/2014 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 9º, da Lei Municipal nº 3530/2014 - Lei Orçamentária para 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2015, Lei Municipal nº 3530/2014:

03. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

0301.04.126.0002.1003	Revitalização da Estrutura de Informática	9.120,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.01.000000	Outras Despesas Correntes	9.120,00
	SUPLEMENTA:	
4.4.90.00/0.1.01.000000	Investimentos	9.120,00

0301.04.122.0002.2011	Manutenção da Secretaria de Administração	21.483,96
	ANULA:	
3.3.50.00/0.1.01.000000	Transf. a Instit. Privadas s/ Fins Lucrativos	15.000,00
4.4.90.00/0.1.01.000000	Investimentos	6.483,96
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	21.483,96

#### 07. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

0701.12.365.0003.2026	Manutenção do Ensino Infantil	23.000,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.01.000000	Outras Despesas Correntes	23.000,00
	SUPLEMENTA:	
4.4.90.00/0.1.01.000000	Investimentos	23.000,00

#### 11. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

1101.08.244.0006.2059	Funcionamento e Manutenção do FMAS	20.000,00
	ANULA:	
3.3.50.00/0.1.00.000000	Transf. a Instit. Privadas s/ Fins Lucrativos	10.000,00
4.4.90.00/0.1.00.000000	Investimentos	10.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	20.000,00

1101.08.244.0006.2060	Manutenção da Secretaria de Assistência Social e Habitação	26.000,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	20.000,00
4.4.90.00/0.1.00.000000	Investimentos	6.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	26.000,00

#### 13. SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER

1301.23.695.0007.2075	Realização e Apoio a Eventos Promocionais	15.293,90
	ANULA:	
3.3.50.00/0.1.01.000000	Outras Despesas Correntes	15.293,90
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.01.000000	Outras Despesas Correntes	15.293,90

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 15 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária

**DECRETO Nº 055/2015**

DECRETO Nº 055/2015 DE 15 DE ABRIL DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2015.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3514/2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 495.431,21 (Quatrocentos e noventa e cinco mil quatrocentos e trinta e um reais e vinte e um centavos) a dotação abaixo indicada, por conta do Superávit Financeiro de 2014, apurado em fonte de recurso:

**03. SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0301.04.126.0002.1003	Revitalização da Estrutura de Informática	495.307,21
4.4.90.00/0.3.82.000013	Investimentos	315.124,41
4.4.90.00/0.3.82.000128	Investimentos	180.182,80

**19. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO**

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1901.28.845.0000.0006	Devolução de Recurso de Convênio	124,00
3.3.20.00/0.3.81.000000	Juros e Encargos da Dívida	124,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 15 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária

**DECRETO Nº 057/2015**

DECRETO Nº 057/2015 DE 20 DE ABRIL DE 2015.

Altera dotação objeto de limitação de empenho.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 9º da Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF e artigo 15 da Lei Municipal nº 3514/2014 - LDO,

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterada a dotação objeto de limitação de empenho estabelecida pelo Decreto Municipal nº 53/2015, conforme abaixo especificado:

**1. DOTAÇÃO LIBERADA**

FONTE 0.1.00.000000 - Recursos Ordinários - R\$ 89.400,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1301.27.812.0005.1017	Construção do Centro de Artes Marciais	89.400,00
4.4.90.00	Investimentos	89.400,00

**2. DOTAÇÃO BLOQUEADA**

FONTE 0.1.00.000000 - Recursos Ordinários - R\$ 89.400,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1301.27.812.0005.1016	Reforma de Equipamentos Esportivos	70.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	70.000,00
1301.27.813.0005.1019	Construção de Áreas de Lazer	19.400,00
4.4.90.00	Investimentos	19.400,00

Art. 2º Restabelecida a receita prevista nas fontes acima indicadas, apurada no Demonstrativo do Cumprimento das Metas nos próximos bimestres, ainda que parcial, a recomposição das dotações correspondentes dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Biguaçu, 20 de Abril de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

**DECRETO Nº 058/2015**

DECRETO Nº 058/2015 DE 20 DE ABRIL DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária Anual de 2015.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei Municipal nº 3545/2015,

Art. 1º Abre crédito adicional suplementar no montante de R\$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais) utilizando como fonte de recursos a anulação de dotações, conforme abaixo especificado:

ANULAÇÕES:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1301	Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer	
1301.27.812.0005.1017	Construção do Centro de Artes Marciais	150.000,00
4.4.00.00	Investimentos	150.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	150.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	150.000,00
	TOTAL	150.000,00

SUPLEMENTAÇÕES:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1301	Secretaria de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer	
1301.23.695.0007.2075	Realização e Apoio a Eventos Promocionais	150.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	150.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	150.000,00
0.1.00.000000	Recursos Ordinários	150.000,00
	TOTAL	150.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 20 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária**DECRETO Nº 059/2015**

DECRETO Nº 059/2015 DE 30 DE ABRIL DE 2015.  
REGULAMENTA O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO POR AVALIAÇÃO REALIZADA PELA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 98, inciso VII da Lei Orgânica do Município, e,

Considerando a grande necessidade de avaliações imobiliárias em procedimentos administrativos da municipalidade;

Considerando a obrigatoriedade legal de avaliação imobiliária em alguns casos;

Considerando a previsão do art. 99, inciso III, alínea "k", da Lei Complementar n.º 47/2011;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica instituída, na Prefeitura do Município de Biguaçu, a Comissão de Avaliação Imobiliária, vinculada diretamente à Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, com o objetivo de efetuar a avaliação de mercado dos imóveis a serem locados pelo Município.

Art. 2º - A Comissão será composta pelos 03 (três) servidores efetivos abaixo, indicados pelo Secretário Municipal de Planejamento e Gestão:

- Adenilson Luiz Coelho - Técnico em Edificações;
- Luana Schmitt - Arquiteta; e
- Osni Gilberto Ferreira - Técnico em Edificações.

Art. 3º - Os membros da Comissão de Avaliação Imobiliária desempenharão suas atribuições em horário diverso do cumprido nos seus respectivos cargos.

Art. 4º - Aos membros da Comissão de Avaliação Imobiliária será paga uma gratificação por ato, ou seja, por avaliação realizada, no valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 20 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária**DL 117/2015 PMB**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 117/2015 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LIVROS PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO.

EMPRESAS CONTRATADAS:

IOB INFORMAÇÕES OBJETIVAS PUBLICAÇÕES JURÍDICAS LTDA - VALOR: R\$ 2.441,15;

L. MOHR LTDA EPP - VALOR: R\$ 4.082,45.

VIGÊNCIA: 31/12/2015

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

02.02.2.009.33.90.32.01.00.00.00

03.01.2.011.33.90.32.01.00.00.00

04.01.2.014.33.90.32.01.00.00.00

JUSTIFICATIVA: Devido à necessidade da aquisição de livros para uso das Secretarias da PMB, optou-se por Dispensa de Licitação, tendo em vista que os valores totais previstos para a aquisição desse objeto para o ano de 2014 não ultrapassarão o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), possibilitando assim a realização de Processo de Dispensa de Licitação de acordo com o art. 24, II da Lei 8.666/93.

II- para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 27.5.98).

Os contratados apresentaram todas as certidões negativas no prazo de validade, bem como a Secretaria Municipal de Administração apresentou 03 (três) orçamentos cujos documentos encontram-se acostados ao Processo. O valor contratado encontra-se dentro do praticado no mercado.

Biguaçu, 13 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 006/2015**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 006/2015

CONTRIBUINTE:	PAULO CESAR MARTENDAL		
ENDEREÇO:	RUA JOÃO BORN, Nº 690, BAIRRO CENTRO, BIGUAÇU/SC – CEP 88160-074		
Inscrição no CMC:	27279	CPF/CNPJ:	559.296.569-91
Processo Fiscal:	462/2015	IF/AI/NL/TIF:	TIF Nº 2/PMB/2015

Com amparo nos artigos 216, III, e 264, 265 e 271 da LC 003/2007, e para cumprimento do artigo 268 da LC 003/2007, fica o sujeito passivo acima identificado INTIMADO a apresentar no prazo de 15 (quinze) dias, na Gerência de Fiscalização Tributária, os documentos e informações fiscais abaixo e comprovantes de pagamento referentes ao ISS da Construção Civil referente ao Alvará de Construção nº 3794/2010.

Documentos exigidos:

a) Cópias dos contratos de execução da obra firmados com terceiros, referentes aos projetos arquitetônico, hidráulico, elétrico e sanitário;

- b) Cópias dos documentos fiscais (notas fiscais de prestação de serviços, recibos e outros) relativos à prestação de serviços de terceiros na execução da obra;
- c) Comprovantes de despesas de mão de obra na construção da obra, bem como de instalação de redes elétricas, hidráulicas, equipamentos, pisos, pintura, remoção de lixo, limpeza de obra, e outras.
- d) Cópia do orçamento descritivo da obra, referentes aos projetos, contemplando a descrição de todos os serviços e seus respectivos custos;
- e) Cópia do cronograma físico-financeiro da execução da obra.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.

Décio Pelegrini

FISCAL DE TRIBUTOS

Matrícula nº 8132

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 007/2015

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 007/2015

CONTRIBUINTE:	JAISSON FRANCISCO COUTINHO		
ENDEREÇO:	AVENIDA GOV. PEDRO IVO FIGUEIREDO DE CAMPOS, Nº 50, RIO CAVEIRAS, BIGUAÇU/SC – CEP 88161-708		
Inscrição no CMC:	28394	CPF/CNPJ:	003.851.889-94
Processo Fiscal:	484/2015	IF/AI/NL/TIF:	TIF Nº 2/PMB/2015

Com amparo nos artigos 216, III, e 264, 265 e 271 da LC 003/2007, e para cumprimento do artigo 268 da LC 003/2007, fica o sujeito passivo acima identificado INTIMADO a apresentar no prazo de 15 (quinze) dias, na Gerência de Fiscalização Tributária, os documentos e informações fiscais abaixo e comprovantes de pagamento referentes ao ISS da Construção Civil referente ao Alvará de Construção nº 1467/2010

Documentos exigidos:

- a) Cópias dos contratos de execução da obra firmados com terceiros, referentes aos projetos arquitetônico, hidráulico, elétrico e sanitário;
- b) Cópias dos documentos fiscais (notas fiscais de prestação de serviços, recibos e outros) relativos à prestação de serviços de terceiros na execução da obra;
- c) Comprovantes de despesas de mão de obra na construção da obra, bem como de instalação de redes elétricas, hidráulicas, equipamentos, pisos, pintura, remoção de lixo, limpeza de obra, e outras.
- d) Cópia do orçamento descritivo da obra, referentes aos projetos, contemplando a descrição de todos os serviços e seus respectivos custos;
- e) Cópia do cronograma físico-financeiro da execução da obra.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.

Décio Pelegrini

FISCAL DE TRIBUTOS

Matrícula nº 8132

### PORTARIA 1323/2015

PORTARIA nº 1323 de 17 de abril de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) FABIANA MARTINS CORREIA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 17/03/2015 a 10/05/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/03/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

### PORTARIA 1324/2015

PORTARIA nº 1324 de 17 de abril de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARILZA DA SILVA KLOPPPEL, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 12/03/2015 a 12/09/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 12/03/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

### PORTARIA 1326/2015

PORTARIA nº 1326 de 17 de abril de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) VERA LUCIA LOPES KAIR, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 17/03/2015 a 31/03/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/03/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA 1327/2015**

PORTARIA nº 1327 de 17 de abril de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARIA DE LOURDES DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 12/03/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 12/03/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA 1328/2015**

PORTARIA nº 1328 de 17 de abril de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANGELA MARTA LAPA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/03/2015 a 02/06/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/03/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1271/2015**

PORTARIA Nº 1271/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), REGINA LEITE, ocupante do Cargo temporário de MERENDEIRA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3591/2015 em anexo no período de 11/04/2015 a 10/05/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1273/2015**

PORTARIA Nº 1273/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SAMARA VIEIRA LAURENTINO, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3592/2015 em anexo no período de 13/04/2015 a 17/04/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1274/2015**

PORTARIA Nº 1274/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SIONETE TEREZINHA AMORIM DA SILVEIRA, ocupante do Cargo efetivo de MERENDEIRA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3620/2015 em anexo no período de 08/04/2015 a 22/05/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1275/2015**

PORTARIA Nº 1275/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), LEORENI ANTONIA VIEIRA CARNEIRO, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SALA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3593/2015 em anexo no período de 13/04/2015 a 12/05/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1276/2015**

PORTARIA Nº 1276/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), DEJAIR JACINTO JOSE, ocupante do Cargo efetivo de VIGIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3529/2015 em anexo no período de 05/04/2015 a 04/05/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1277/2015**

PORTARIA Nº 1277/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), REGIANE MARIA PEREIRA, ocupante do Cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3550/2015 em anexo nos dias de 02/03/2015, 04/03/2015, 20/03/2015, 23/03/2015 e no período de 26/03/2015 a 27/03/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1278/2015**

PORTARIA nº 1278 de 17 de abril de 2015

Exonera o(a) Servidor(a) Raquel Cúrcio, ocupante do cargo comissionado de Diretor de Pronto Atendimento, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Raquel Cúrcio, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Diretor de Pronto Atendimento, nível CC-2, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 06/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/04/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1279/2015**

PORTARIA nº 1279 de 17 de abril de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) William Habyeutter Kaleski, ocupante do cargo temporário de Atendente da Criança e do Adolescente, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) William Habyeutter Kaleski, detentor do cargo de provimento temporário de Atendente da Criança e do Adolescente, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 07/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 07/04/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1280/2015**

PORTARIA nº 1280 de 17 de abril de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Ester da Cunha Lira, ocupante do cargo temporário de Agente Comunitário de Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Ester da Cunha Lira, detentor do cargo de provimento temporário de Agente Comunitário de Saúde, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 15/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/04/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1281/2015**

PORTARIA nº 1281 de 17 de abril de 2015

Nomeia Gustavo Felipe Borba Amorim, para exercer o cargo em comissão de Diretor de Convênios, na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Gustavo Felipe Borba Amorim, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Diretor de Convênios, nível CC-2, na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, a contar de 08/04/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 08/04/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1282/2015**

PORTARIA nº 1282 de 17 de abril de 2015

Nomeia Monique Ricardo, para exercer o cargo em comissão de Gerente Operacional, na Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Monique Ricardo, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Gerente Operacional, nível CC-3, na Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, a contar de 13/04/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/04/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1283/2015**

PORTARIA nº 1283 de 17 de abril de 2015

Nomeia Rosângela Maurícia de Oliveira Siqueira, para exercer o cargo em comissão de Assistente de Ensino Fundamental, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Rosângela Maurícia de Oliveira Siqueira, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Assistente de Ensino Fundamental, nível CC-4, na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 01/04/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/04/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1284/2015**

PORTARIA nº 1284 de 17 de abril de 2015

Nomeia Kátia Bernadeth da Silva, para exercer o cargo em comissão de Diretor de Ensino, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Kátia Bernadeth da Silva, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Diretor de Ensino, nível CC-2, na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 01/04/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/04/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1285/2015**

PORTARIA nº 1285 de 17 de abril de 2015

Nomeia Márcia Marçal, para exercer o cargo em comissão de Gerente de Transporte Escolar, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Márcia Marçal, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Gerente de Transporte Escolar, nível CC-3, na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 06/04/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/04/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1286/2015**

PORTARIA nº 1286 de 17 de abril de 2015

Nomeia Karolina Polucenio, para exercer o cargo em comissão de Gerente de Enfermagem, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Karolina Polucenio, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Gerente de Enfermagem, nível CC-3, na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 07/04/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 07/04/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1287/2015**

PORTARIA nº 1287 de 17 de abril de 2015

Nomeia Alessandro Garbelotto, para exercer o cargo em comissão de Diretor de Pronto Atendimento, na Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, Alessandro Garbelotto, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de Diretor de Pronto Atendimento, nível CC-2, na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 07/04/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 07/04/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1288/2015**

PORTARIA nº 1288 de 17 de abril de 2015

Admitir o (a) Servidor (a) FATIMA HELENA DE JESUS GORGES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) FÁTIMA HELENA DE JESUS GORGES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de ATENDENTE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 15/04/2015 a 31/05/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/04/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1289/2015**

PORTARIA nº 1289 de 17 de abril de 2015

ERRATA:

Na portaria 1123/2015, de admissão do(a) servidor(a) Paula da Silva Ramos, ocorreu um equívoco quanto ao cargo.

Portaria nº 1123 de 08 de abril de 2015:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) PAULA DA SILVA RAMOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de GEÓGRAFO, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, a partir de 23/03/2015 a 09/08/2015.

Passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) PAULA DA SILVA RAMOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de SUPERVISOR DE GEOGRAFIA, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, a partir de 23/03/2015 a 09/08/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1290/2015**

PORTARIA nº 1290 de 17 de abril de 2015

ERRATA:

Na portaria 2734/2015, de licença maternidade do(a) servidor(a) Caroline Nietsche, ocorreu um equívoco quanto ao cargo.

Portaria nº 2734 de 08 de dezembro de 2014:

CONCEDER, Licença Maternidade à servidora, CAROLINE NIETSCHKE, ocupante do cargo de provimento temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 02/12/2014 a 31/03/2015.

CONCEDER, Estabilidade Provisória conforme Art 7º, XVIII, da CF art. 10,II,"B", do ADCT do STF a partir de 01/04/2015 a 30/04/2015.

Passa a ter a seguinte redação:

CONCEDER, Licença Maternidade à servidora, CAROLINE NIETSCHKE, ocupante do cargo de provimento temporário de TÉCNICO EM ENFERMAGEM DA FAMÍLIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 02/12/2014 a 31/03/2015.

CONCEDER, Estabilidade Provisória conforme Art 7º, XVIII, da CF art. 10,II,"B", do ADCT do STF a partir de 01/04/2015 a 04/06/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1291/2015**

PORTARIA nº 1291/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Maternidade à servidora, JAQUELINE LUZ, ocupante do cargo de provimento temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 07/04/2015 a 04/08/2015.

CONCEDER, Estabilidade Provisória conforme Art 7º, XVIII, da CF art. 10,II,"B", do ADCT do STF a partir de 05/08/2015 a 03/09/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 1292/2015**

PORTARIA nº 1292/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Maternidade à servidora, ANDRESSA AMARAL MACHADO, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR II (30 HORAS) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, do

Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 13/04/2015 a 09/10/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1293/2015**

PORTARIA nº 1293/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Maternidade à servidora, JAQUELINE DE SOUZA RIBEIRO, ocupante do cargo de provimento temporário de SERVENTE - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 08/04/2015 a 05/08/2015.

CONCEDER, Estabilidade Provisória conforme Art 7º, XVIII, da CF art. 10,II,"B", do ADCT do STF a partir de 06/08/2015 a 04/09/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1294/2015**

PORTARIA nº 1294/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Maternidade à servidora, AMANDA SAGAS SOARES BERNARDES, ocupante do cargo de provimento temporário de PROFESSOR II (30 HORAS) - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 06/04/2015 a 03/08/2015.

CONCEDER, Estabilidade Provisória conforme Art 7º, XVIII, da CF art. 10,II,"B", do ADCT do STF a partir de 04/08/2015 a 02/09/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1295/2015**

PORTARIA nº 1295/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER, Licença Maternidade à servidora, LIDIANE PERGHER MACHADO RABELLO, ocupante do cargo de provimento comissionado de GERENTE DE TRANSPORTE ESCOLAR - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, do Quadro de Pessoal desta Municipalidade, a partir de 05/04/2015 a 02/08/2015.

CONCEDER, Estabilidade Provisória conforme Art 7º, XVIII, da CF art. 10,II,"B", do ADCT do STF a partir de 03/08/2015 a 01/09/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1296/2015**

PORTARIA Nº 1296/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER EXONERAÇÃO ao(a) funcionário(a) RITA DE CASSIA MAIKOT SAGAS, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR I, da Secretaria Municipal de Educação, do quadro de pessoal desta Municipalidade, em razão de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, de acordo com o Decreto Municipal 43/2015, concedida pelo PREVBIGUAÇU, a partir de 01/04/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1297/2015**

PORTARIA Nº 1297/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER EXONERAÇÃO ao(a) funcionário(a) ROSIMERIS SANTOS DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR I, da Secretaria Municipal de Educação, do quadro de pessoal desta Municipalidade, em razão de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, de acordo com o Decreto Municipal 45/2015, concedida pelo PREVBIGUAÇU, a partir de 01/04/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1298/2015**

PORTARIA nº 1298 de 17 de abril de 2015

Exonera o(a) Servidor(a) Leandro Marcílio Rodrigues, ocupante do cargo comissionado de Diretor de Exatonia, na Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) Leandro Marcílio Rodrigues, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de Diretor de Exatonia, nível CC-2, na Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Aquicultura, a partir de 01/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/04/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.  
WILLIAN LOFY  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1299/2015**

PORTARIA nº 1299 de 17 de abril de 2015

AUTORIZA SERVIDORES MUNICIPAIS A DIRIGIR VEÍCULOS DA MUNICIPALIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

CONSIDERANDO que os motoristas do Município devem atender prioritariamente as atividades de maior urgência ou aquelas que envolvam alguma particularidade de transporte;  
CONSIDERANDO os expedientes anexos, encaminhados acerca de autorização para conduzir veículos por servidor de cargo diverso;  
CONSIDERANDO que a administração municipal dispõe em seu quadro de funcionários de motoristas de todas as categorias;  
CONSIDERANDO o que dispõe o prejulgado do TCE/SC nº 0984: "Compete à legislação local fixar as regras para a condução dos veículos do Município, disciplinando as condições e responsabilidades pelos atos cometidos no exercício dessa atividade, podendo prever a condução por servidores habilitados não ocupantes de cargos específicos de motoristas, se assim entender o interesse público".

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica autorizado a dirigir veículos da municipalidade os servidores:

ACLICI JOÃO DE CAMPOS, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Atendimento ao Cidadão;  
ADILSON MARCELINO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Execução;  
AIRTON VENTURA DOS SANTOS, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;  
ALEXANDRE DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Gestão de Frota;  
ALEXSANDRA BATISTA JOÃO PORTELA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais IV;  
ANESIO EGIDIO RICHARTZ, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral da Secretaria Municipal de Agricultura;  
ANDERSON OPUSZKA SOARES, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário, da Secretaria Municipal da Fazenda;  
ANDERSON RODRIGUES DE FARIA, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Divisão Operacional;  
ANNAMARIA BACH TREVISAN, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Ambiental;  
ANTÔNIO CARLOS VIEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;  
ANTONIO RAFAEL CORREA VALENÇA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Esportes;  
ASSIS RAMIRO DO AMARAL, Agente de Saúde Pública à disposição;  
BRUNO ANDERSON, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral;  
CARLOS ENRIQUE FERREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;  
CARLOS HENRIQUE RECH, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Trânsito da Secretaria de Transportes;  
CARLOS ZULMAR ALBINO, ocupante do Cargo Temporário de Operador de Roçadeira Costal;  
CESAR AUGUSTO DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal do Meio Ambiente;  
CESAR JOVELINO CORREA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
CESAR MINA, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;  
CHARLES CORREIA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Obras Públicas;  
CHARLES EDGARD HOFFMANN, ocupante do Cargo de Conselheiro

Tutelar,

CLAUDIA BREHM LUIZ, ocupante do Cargo Comissionado de Coordenador da Casa Lar;  
DAVI JONATTAS DA CUNHA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Roçadeira Costal;  
DAVID DIAS, ocupante do Cargo de Agente de Endemias;  
DÉCIO PELEGRINI, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos 2;  
DILMAR FRANCHINI, ocupante do cargo eletivo de Conselheiro Tutelar;  
DIOGO DEMARCHI SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
DIONEY AVANCINI DE FARIA, ocupante do Cargo Eletivo de Conselheiro Tutelar;  
DIVO PRAZERES, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;  
DOUGLAS FERNANDES DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal da Pesca e Maricultura;  
DULCIMAR ANTONIO GRANDO, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;  
EDENILDO MORFIM, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Manutenção de Equipamentos Urbanos;  
EDUARDO DE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Mecânico;  
EDUARDO DELLANGELO SILVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico Agrícola;  
EDUARDO LOPES JONKER, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
ELISIANE APARECIDA FERREIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente do Centro de Convivência de Idosos;  
ELOISA AMARAL DE ANDRADE, ocupante do Cargo Temporário de Professor III;  
FABIANO TIAGO JOSÉ, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais V (Servente);  
FABIO SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Mecânico;  
FABIO LEANDRO MAFIOLETE, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Topografia;  
FERNANDO MACHADO, ocupante do Cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Ferais III (Jardineiro);  
FELIPE FARIAS, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Topografia;  
FULVIO HENRIQUE, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;  
GABRIEL ARTHUR LOEFF, ocupante do Cargo Comissionado de Superintendente de Relações Institucionais;  
GABRIEL ANSELMO CARDOSO, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;  
GIOVANI RAFAEL GASPARETTO, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
GLEYSON NERES FURTADO, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);  
ISOLETE SCHLEMPER WALTER, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos II;  
JAQUELINE SANTOS DE AVILA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
JEAN CARLO SANTANA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;  
JEDILSON CELSO FERNANDES, ocupante do Cargo Efetivo de Professor;  
JIMMY SILVEIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Transporte;  
JOAO DJALMA DE CARVALHO FRANÇA, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente do Núcleo de Transportes;  
JOILSON ANTONIO DA CRUZ, ocupante do Cargo Efetivo de Calçeteiro;  
JORGE LUIZ DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário Braçal;  
JUCÉLIA SONIA GONÇALVES, ocupante do Cargo Comissionado de Coordenador de Abrigo Institucional;

KLEBER GENTIL KUHN, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Orçamentos e Projetos;  
LAUDEMIR CLOVIS PASTORELLO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Obras e Manutenção Escolar;  
LEANDRO ADRIANO DE BARROS, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal de Saúde;  
LÉO INACIO LOHN, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;  
LEO RICARDO MARTINS, ocupante do Cargo de Agente de Endemias, da Secretaria Municipal de Saúde;  
LIDIANE PERGHER MACHADO RABELLO, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Transporte Escolar;  
LUIZ AUGUSTO VIEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Eletricista;  
LUIZ FERNANDO CHALTEIN DE OLIVEIRA BELLO, ocupante do Cargo Efetivo de Médico Veterinário;  
LUIZ GONZAGA DE AQUINO, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Planejamento Urbano;  
LUIZ JOSÉ MARTINS JUNIOR, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
MANOEL AIRTON PEREIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);  
MANOEL CUSTÓDIO, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos Municipais II;  
MANOELA LUCIANO DE AMORIM, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Veterinário;  
MARCELO DOS SANTOS, ocupante do Cargo Temporário de Professor II;  
MARCELO LUIZ GALVÃO, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;  
MÁRCIA RODRIGUES DE AZEVEDO, ocupante do Cargo Efetivo de Professora;  
MARCIO ROBERTO DIAS DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Saúde II;  
MARLENE DE OLIVEIRA ÁVILA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Veterinário I;  
MAYCON DA SILVA, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
MOISES DE ANDRADE OLIVEIRA, ocupante do Cargo Efetivo de Técnico em Edificações;  
NACET TOMAZ DE SOUZA, ocupante do Cargo Comissionado de Superintendente de Saúde;  
NELSON CESAR OLIVEIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral da Secretaria Municipal da Pesca e Maricultura;  
NILO VANDO SCHMITZ, ocupante do Cargo Temporário de Operador de Trator Agrícola;  
ORILDO NELSON LAURENTINO JUNIOR, ocupante do Cargo Comissionado de Gerente de Operações Internas;  
OSEIAS MORAES INÁCIO, ocupante do Cargo Temporário de Calçeteiro;  
OSLI ROBERTO DA CUNHA, ocupante do cargo não provido de Operador de Trator Agrícola;  
OSMAR JOSÉ MARTHENDAL, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;  
PAULO ROBERTO DA SILVA, ocupante do Cargo Temporário de Agente de Endemias;  
PAULO RODRIGO FERREIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Obras;  
PEDRO JOÃO DE ANDRADE, ocupante do Cargo Temporário de Calçeteiro;  
PATRICK MACHRY, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos II;  
PETERSON SOUZA, ocupante do Cargo Efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação (Operário Braçal);  
RAFAEL EMILIO POLLMANN, ocupante do Cargo Efetivo de Mecânico;  
RAFAEL PETRI MACHADO, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Divisão Agropecuária;  
REGINALDO FOGAÇA ALVES, ocupante do Cargo Comissionado de Secretário Municipal da Integração Regional;  
ROBERTO FABRICIO ROSA, ocupante do Cargo Efetivo de Operário

Braçal,  
ROBSON TRAGIBO DE CAMPOS, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;  
RODRIGO STEFFENS, ocupante do Cargo Efetivo de Escriturário;  
SILVANA CESCNETO DA SILVA GARCIA, ocupante do Cargo Efetivo de Assistente Social;  
SAUL FREITAS DA SILVA, ocupante do Cargo Comissionado de Chefe de Divisão da Vigilância em Saúde;  
SAUL DE MELO FERREIRA, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Geral da Secretaria Municipal de Transporte;  
SAULO CESAR GALLIANI, ocupante do Cargo Efetivo de Carpinteiro;  
SINCLER BILCK, ocupante do Cargo Efetivo de Vigia;  
SOFIA HARTMANN, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Florestal;  
SUENY SELL, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Vigilância Sanitária e Ambiental;  
THIAGO FERREIRA, ocupante do Cargo efetivo de Operário Braçal;  
THIAGO VINÍCIUS NAHAS, ocupante do Cargo Efetivo de Fiscal de Tributos I;  
TIAGO STEPHANI, ocupante do Cargo Efetivo de Engenheiro Civil;  
VALDIR VALDEMIRO BITTENCOURT, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor de Administração Regional de Santa Catarina;  
VILMAR DE ASSUNÇÃO, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados;  
WANDERLEY DELLA GUSTINA, ocupante do Cargo Efetivo de Operador de Máquinas;  
ZELI ZILDA MANES, ocupante do Cargo Efetivo de Telefonista.

Art. 2º. A presente autorização restringe-se aos veículos da municipalidade e em situações consideradas especiais, tais como a urgência do serviço e a indisponibilidade de motoristas.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário e a Portaria nº 1075/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

### **PORTARIA Nº 1300/2015**

PORTARIA nº 1300 de 17 de abril de 2015

Designa o(a) Servidor(a) Saul de Mello Ferreira, ocupante do cargo comissionado de Diretor Geral, inscrito na matrícula funcional nº 14519, para responder pelo Cargo de Diretor de Trânsito, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Transporte, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 149 de 17 de julho de 2012.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Designar o(a) Servidor(a) Saul de Mello Ferreira, ocupante do cargo comissionado de Diretor Geral, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Transporte, inscrito na matrícula funcional nº 14519, para responder, cumulativamente com a função que já exerce, pelo cargo comissionado de Diretor de Trânsito, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Transporte, no período de 14/04/2015 a 12/05/2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 14/04/2015.

Biguaçu, 18 de abril de 2015.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1301/2015**

PORTARIA Nº 1301/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), NAZARENO PFLEGER, ocupante do Cargo comissionado de ASSISTENTE TÉCNICO - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3532/2015 em anexo no período de 09/04/2015 a 13/04/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1302/2015**

PORTARIA Nº 1302/2015

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) funcionário (a), SEBASTIAO CORREA, ocupante do Cargo temporário de COVEIRO - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 3573/2015 em anexo no período de 10/04/2015 a 09/05/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1303/2015**

PORTARIA Nº 1303 de 17 de abril de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), NAIR BRITO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), NAIR BRITO, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, no período de 13/06/2015 a 12/06/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 13/06/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1304/2015**

PORTARIA Nº 1304 de 17 de abril de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ANGELA LUIZA DA SILVA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ANGELA LUIZA DA SILVA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada de 40 horas semanais, no período de 24/03/2015 a 10/06/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 24/03/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1305/2015**

PORTARIA Nº 1305 de 17 de abril de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) PRISCILLA SOUZA DOS SANTOS LAMB, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 10/03/2015 a 09/05/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/03/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1306/2015**

PORTARIA Nº 1306 de 17 de abril de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARIZA SANTIAGO FARIAS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 07/04/2015 a

20/09/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 07/04/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1307/2015**

PORTARIA nº 1307 de 17 de abril de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) VANILDA LETICIA MARÇAL GALLO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 19/03/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 19/03/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1308/2015**

PORTARIA nº 1308 de 17 de abril de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) PAMELA GAMBA FLORENCIO DE OLIVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 23/03/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 23/03/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1309/2015**

PORTARIA nº 1309 de 17 de abril de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GIRLANE MARTINS JUNKES, de

acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30/03/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 30/03/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1310/2015**

PORTARIA nº 1310 de 17 de abril de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CARINA HEINZ QUILIN DE LIMA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/04/2015 a 20/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/04/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1311/2015**

PORTARIA nº 1311 de 17 de abril de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), TELMA REGINA DA SILVA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), TELMA REGINA DA SILVA, para desempenhar as funções do cargo não provido de AUXILIAR DE SALA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 05/04/2015 a 04/05/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 05/04/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1312/2015**

PORTARIA nº 1312 de 17 de abril de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JAILANE ARAUJO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 06/04/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/04/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1313/2015**

PORTARIA nº 1313 de 17 de abril de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ROSELI FATIMA CARDOSO DE OLIVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/04/2015 a 09/05/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/04/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1314/2015**

PORTARIA nº 1314 de 17 de abril de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) IOLANDA BARBOSA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 12/03/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 12/03/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1315/2015**

PORTARIA nº 1315 de 17 de abril de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) JUREMA LOPEZ MENDES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 13/03/2015 a 19/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/03/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1316/2015**

PORTARIA nº 1316 de 17 de abril de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ADILIO MONGUILHOTT SILVA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), ADILIO MONGUILHOTT SILVA, para desempenhar as funções do cargo não provido de MOTORISTA III, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 40 horas semanais, no período de 02/04/2015 a 09/08/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/04/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1317/2015**

PORTARIA nº 1317 de 17 de abril de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GEAN PAULO MARTINS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PINTOR, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 15/04/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 15/04/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1318/2015**

PORTARIA nº 1318 de 17 de abril de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) SANDRO CARDOSO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR I (ENSINO FUNDAMENTAL), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/04/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/04/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1319/2015**

PORTARIA nº 1319 de 17 de abril de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CARLA FRANCIELE KLEIN FURTADO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR I (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 14/04/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 14/04/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1320/2015**

PORTARIA nº 1320 de 17 de abril de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANGELITA AURA GONÇALVES DE ASSUNÇÃO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar

o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 27/03/2015 a 01/09/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 27/03/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1321/2015**

PORTARIA nº 1321 de 17 de abril de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ROSANGELA IVETE DA SILVA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/04/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/04/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1322/2015**

PORTARIA nº 1322 de 17 de abril de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARIA DE LOURDES DE BORBA DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 31/03/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/03/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.  
RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1325/2015**

PORTARIA nº 1325 de 17 de abril de 2015

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) servidor (a), GLAUCIA FARIAS DE MELO, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), GLAUCIA FARIAS DE MELO, para desempenhar as funções do cargo não provido de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL), do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 11/04/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 11/04/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1329/2015**

PORTARIA nº 1329 de 17 de abril de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) GERALDINO ORELLA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (EJA), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/04/2015 a 11/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/04/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1330/2015**

PORTARIA nº 1330 de 17 de abril de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARGARETH DE OLIVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (EJA), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/04/2015 a 11/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/04/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1331/2015**

PORTARIA nº 1331 de 17 de abril de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ZENILDA CORREA WELTER, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (ARTES), com jornada de 10 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30/03/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 30/03/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1332/2015**

PORTARIA nº 1332 de 17 de abril de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CEZAR AUGUSTO DE CASTRO RODRIGUES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (ARTES), com jornada de 10 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 10/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1333/2015**

PORTARIA nº 1333 de 17 de abril de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) KLIVER LUIZ DO NASCIMENTO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo

temporário de PROFESSOR III (MATEMÁTICA), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 13/03/2015 a 09/07/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/03/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1334/2015**

PORTARIA nº 1335 de 17 de abril de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARIA ANGELICA RODRIGUES DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (LINGUA PORTUGUESA), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 31/03/2015 a 16/06/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/03/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1335/2015**

PORTARIA nº 1335 de 17 de abril de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARIA ANGELICA RODRIGUES DOS SANTOS, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (LINGUA PORTUGUESA), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 31/03/2015 a 16/06/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/03/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1336/2015**

PORTARIA nº 1336 de 17 de abril de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) Márcia de Menezes Zucchi, ocupante do cargo temporário de Atendente da Criança e do Adolescente, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Márcia de Menezes Zucchi, detentor do cargo de provimento temporário de Atendente da Criança e do Adolescente, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 20/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 20/04/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

#### **PORTARIA Nº 1337/2015**

PORTARIA nº 1337 de 17 de abril de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) DANIELA CAMPOS CORREA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de TÉCNICO EM EDUCAÇÃO, com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 27/03/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 27/03/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 1338/2015**

PORTARIA nº 1338 de 17 de abril de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) FRANCIELE REGIS DE SOUZA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 18/03/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 18/03/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1339/2015**

PORTARIA nº 1339 de 17 de abril de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, , e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CLAUDIA DA SILVA AGOSTINHO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (EDUCAÇÃO INFANTIL - SEM REGÊNCIA DE CLASSE), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1340/2015**

PORTARIA nº 1340 de 17 de abril de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, , e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ELMI INES GOMES VIEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 16/03/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/03/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1341/2015**

PORTARIA nº 1341 de 17 de abril de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, , e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) CARLA FRANCIELE KLEIN FURTADO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR I (EDUCAÇÃO INFANTIL), com jornada de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30/03/2015 a 13/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 30/03/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1342/2015**

PORTARIA nº 1342 de 17 de abril de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, , e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ANA PAULA DE SOUZA DA SILVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (EJA), com jornada de 10 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 16/03/2015 a 11/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 16/03/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1343/2015**

PORTARIA nº 1343 de 17 de abril de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, , e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) AUGUSTO GUARNIERE NETO, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (FILOSOFIA), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 27/03/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 27/03/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1344/2015**

PORTARIA nº 1344 de 17 de abril de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, , e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) RODRIGO DE RODRIGUES, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (EDUCAÇÃO FÍSICA), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02/02/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/02/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1345/2015**

PORTARIA nº 1345 de 17 de abril de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) MARIA ELIZETH RAMPA DA SILVEIRA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR I (ENSINO FUNDAMENTAL), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 25/03/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 25/03/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1346/2015**

PORTARIA nº 1346 de 17 de abril de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Geraldino Orella, detentor do cargo de provimento temporário de Professor III (EJA), com jornada de 10 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 31/03/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 31/03/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1347/2015**

PORTARIA nº 1347 de 17 de abril de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Lucelia Rodrigues da Veiga, detentor do cargo de provimento temporário de Professor III (Artes), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 30/03/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 30/03/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1348/2015**

PORTARIA nº 1348 de 17 de abril de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) LUCELIA RODRIGUES DA VEIGA, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR III (ARTES), com jornada de 10 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/03/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1349/2015**

PORTARIA nº 1349 de 17 de abril de 2015

Concede exoneração ao(a) Servidor(a) ocupante do cargo temporário, na Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder exoneração ao(a) servidor(a) Charline Estevam, detentor do cargo de provimento temporário de Professor III (Educação Física), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 17/04/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 17/04/2015.

Biguaçu, 17 de abril de 2015.

WILLIAN LOFY

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 1350/2015**

PORTARIA nº 1350 de 20 de abril de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) VIVIANE HAUPTLI, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de PROFESSOR II (ENSINO FUNDAMENTAL), com jornada de 20 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 25/03/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 25/03/2015.

Biguaçu, 20 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 1351/2015**

PORTARIA nº 1351 de 20 de abril de 2015

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) LUCILENE WALTRICH, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para ocupar o cargo temporário de AUXILIAR DE SALA, com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 13/03/2015 a 18/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 13/03/2015.

Biguaçu, 20 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PP 68/2015 PMB E OUTROS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 68/2015 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ROÇADEIRA HIDRÁULICA ARTICULADA PARA O FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 8 maio, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 8 maio, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019 e 3279-8022.

Para os licitantes que participarão deste certame, pedimos que seja utilizado a planilha eletrônica do programa Betha Auto-Cotação disponível no site [www.download.betha.com.br](http://www.download.betha.com.br) para uma maior agilidade no andamento do pregão.

Biguaçu, 22 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 122/2015 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AFERIÇÃO E SELAGEM CONFORME O INMETRO, DOS CRONOTACOGRAFOS DE VEÍCULOS ESCOLARES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BIGUAÇU

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 15:45 horas, do dia 8 maio, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:00 horas, do dia 8 maio, 2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8019

e 3279-8022.

Para os licitantes que participarão deste certame, pedimos que seja utilizado a planilha eletrônica do programa Betha Auto-Cotação disponível no site [www.download.betha.com.br](http://www.download.betha.com.br) para uma maior agilidade no andamento do pregão.

Biguaçu, 22 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

**RETIFICAÇÃO PP 114/2014 PMB**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPAL DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

RETIFICAÇÃO DO PP 114/2015 PMB

Comunicamos às empresas interessadas no PP 114/2015 PMB, que tem como objeto "AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSERVAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS, MATERIAL DE SEGURANÇA, FERRAMENTAS, UTILIDADES, PINTURA, EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO E TUBOS DE CONCRETO PARA DRENAGEM PLUVIAL, CONSTRUÇÃO DE BUEIRO E PONTILHÕES", que foi alterado o ANEXO 01, passando a ter a seguinte redação:

Onde lê-se:

Anexo 01

Item	Quantidade	Unid.	Valor referência	Especificação
43	300,00	UN	29,00	TUBO DE CONCRETO - DIÂMETRO $\phi$ 0,30M
44	250,00	UN	45,00	TUBO DE CONCRETO - DIÂMETRO $\phi$ 0,40 M
45	200,00	UN	77,00	TUBO DE CONCRETO - DIÂMETRO $\phi$ 0,60M
46	20,00	UN	216,00	TUBO DE CONCRETO $\phi$ 0,80 M CA 1
47	16,00	UN	368,00	TUBO DE CONCRETO $\phi$ 1,50 M CA 2
48	20,00	UN	300,00	TUBO DE CONCRETO 100 CM CA1
49	20,00	PC	440,00	TUBO DE CONCRETO 80 CA 2
50	1,00	UN	816,00	TUBO DE CONCRETO, DIÂMETRO DE 100 CM, CA2

Leia-se:

Anexo 01

Item	Quantidade	Unid.	Valor Referência	Especificação
43	300,00	UN	20,00	TUBO DE CONCRETO - DIÂMETRO $\phi$ 0,30M
44	250,00	UN	26,00	TUBO DE CONCRETO - DIÂMETRO $\phi$ 0,40 M
45	200,00	UN	52,00	TUBO DE CONCRETO - DIÂMETRO $\phi$ 0,60M
46	20,00	UN	135,00	TUBO DE CONCRETO $\phi$ 0,80 M CA 1
47	16,00	UN	550,00	TUBO DE CONCRETO $\phi$ 1,50 M CA 2
48	20,00	UN	210,00	TUBO DE CONCRETO 100 CM CA1
49	20,00	PC	175,00	TUBO DE CONCRETO 80 CA 2
50	1,00	UN	260,00	TUBO DE CONCRETO, DIÂMETRO DE 100 CM, CA2

Diante do exposto o referido processo será aberto na seguinte data:

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS:

Até às 14:45 horas, do dia 07/05/2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA:

Às 15:00 horas, do dia 07/05/2015, no Setor de Licitações desta Prefeitura

As demais cláusulas do Edital permanecem inalteradas.

Biguaçu, 20 de abril de 2015.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

---

### **CÂMARA MUNICIPAL**

---

#### **CONVITE 007/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

CÂMARA DE VEREADORES DE BIGUAÇU

CNPJ: 73.564.064/0001-99

RUA: HERMÓGENES PRAZERES, Nº 79, CENTRO, BIGUAÇU/SC

CEP 88.160-000

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 05/2015 (CONVITE)

A Comissão de Licitação da Câmara de Vereadores de Biguaçu, no exercício de suas atribuições que lhe confere na portaria nº 073/2015, de 02 de março de 2015, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar no dia 29 de abril de 2015, com a entrega dos envelopes às 13h30min, e abertura às 14h30min horas, também no dia 29 de abril de 2015, no endereço: Rua Hermógenes Prazeres, n. 79, Comercial Nagib Garcia, Centro - Biguaçu - SC, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação nº 07/2015 na MODALIDADE CONVITE, para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telefonia móvel para atender a demanda da CÂMARA DE VEREADORES DE BIGUAÇU.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da Câmara Municipal de Biguaçu, mediante a apresentação de um pen-drive ou pelo e-mail: [cmb.licitacao@yahoo.com.br](mailto:cmb.licitacao@yahoo.com.br). Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone (48) 3243-4233 - Ramal 217.

Biguaçu/SC, 17 de abril de 2015.

Salete Orlandina Cardoso

Presidente da Câmara de Vereadores

#### **EXTRATO DO CONTRATO - CONVITE N. 005/2015**

EXTRATO DO CONTRATO

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato do Contrato nº 24/2015 - Licitação - Modalidade: Convite nº 05/2015

Objeto: Aquisição de materiais e serviços necessários à realização de eventos vinculados à Câmara de Vereadores de Biguaçu. Fornecedor: Eduardo José Borba de Amorim ME - CNPJ n. 11.130.067/0001-67

Valor: R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais).

Vigência: 16/04/2015 a 31/12/2015.

Extrato Contrato nº 25/2015 - Licitação - Modalidade: Convite nº 05/2015

Objeto: Aquisição de materiais e serviços necessários para realização de eventos vinculados à Câmara de Vereadores de Biguaçu. Fornecedor: Regiane Rosicleia Smentkoski ME - CNPJ n. 19.664.407/0001-41

Valor: R\$ 8.134,28 (oito mil, cento e trinta e quatro reais e vinte e oito centavos)

Vigência: 16/04/2015 a 31/12/2015.

Biguaçu/SC, 17 de abril de 2015.

Salete Orlandina Cardoso

Presidente

# Blumenau

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 18.646/2015

PORTARIA Nº 18.646, DE 13 DE ABRIL DE 2015.

DESIGNA MARCOS ROBERTO DA ROCHA PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SEDEC.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, e conforme solicitação contida no Memorando nº 032/2015, de 08/04/2015, resolve:

#### DESIGNAR

o servidor público municipal MARCOS ROBERTO DA ROCHA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SEDEC, para o exercício da Função Gratificada de Confiança de Coordenador de Protocolo e Comunicação, FGC-70%, a contar de 11 de março de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de abril de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 18.647/2015

PORTARIA Nº 18.647, DE 13 DE ABRIL DE 2015.

CONCEDE EXONERAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 45, caput, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO aos seguintes servidores públicos municipais:

GRASIELA PORTO DEMARCHI, matrícula nº 226998, do cargo de provimento efetivo de Fonoaudiólogo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, a contar de 31 de março de 2015, conforme Processo Administrativo nº 2513/04/2015;

GILDA DE ARAZAO FARIAS, matrícula nº 205494, do cargo de provimento efetivo de Agente de Zeladoria, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, a contar de 06 de abril de 2015, conforme Processo Administrativo nº 2561/04/2015;

MARI LUCIA DA CUNHA, matrícula nº 178705, do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD, a contar de 06 de abril de 2015, conforme Processo Administrativo nº 2575/04/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 13 de abril de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 18.648/2015

PORTARIA Nº 18.648, DE 14 DE ABRIL DE 2015.

NOMEIA VALMIR ANTÔNIO ZANETTI PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO - CMT.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de conformidade com o parágrafo único do art. 3º, da Lei Complementar nº 174, de 15 de junho de 1998 e alterações posteriores e o Ofício SECTUR nº 071/2015, de 13 de abril de 2015, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município e com as atribuições constantes da Lei Complementar nº 174, de 15 de junho de 1998 e alterações posteriores, e no Decreto nº 6.343, de 18 de março de 1999, para compor o Conselho Municipal de Turismo, juntamente com os demais membros:

VALMIR ANTÔNIO ZANETTI, representante titular do Blumenau e Vale Europeu Convention & Visitors Bureau, em substituição a MURILO BENINI, nomeado pela Portaria nº 17.003, de 24 de maio de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de abril de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 18.649/2015

PORTARIA Nº 18.649, DE 14 DE ABRIL DE 2015.

DISPENSA CÁSSIO BORTOLOTTI DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO - SEPLAN.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 100 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, com a redação dada pelo art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, e conforme Memorando SEPLAN/GAD nº 052/2015, de 01/04/15, resolve:

#### DISPENSAR

o servidor público municipal CÁSSIO BORTOLOTTI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Arquiteto, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEPLAN, da função gratificada de confiança de Coordenador de Estudos de Impacto de Pólo Gerador de Viagens - FGC 80%, concedida pela Portaria nº 16.876, de 12/04/2013, a contar de 1º de abril de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de abril de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 18.650/2015**

PORTARIA Nº 18.650, DE 14 DE ABRIL DE 2015.

NOMEIA FERNANDO LEITE PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO - COPLAN.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 5º, da Lei Complementar nº 836, de 19 de dezembro de 2011, e em atendimento ao Memorando SEPLAN/COPLAN nº 17/2015, de 13/04/2015, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 836, de 19 de dezembro de 2011, para compor o Conselho Municipal de Planejamento Urbano - COPLAN:

FERNANDO LEITE, representante titular da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, em substituição a JEAN CARLOS NAUMANN, nomeado pela Portaria nº 17.875, de 02 de junho de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de abril de 2015.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 18.651/2015**

PORTARIA Nº 18.651, DE 14 DE ABRIL DE 2015.

DESIGNA AUXILIAR DE CONTROLE INTERNO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, VII, combinado com o art. 75, II, "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento na alínea "c", do inciso II, do art. 4º da Lei Complementar nº 437, de 22 de dezembro de 2003, resolve:

DESIGNAR, a servidora abaixo para exercer a função de Auxiliar de Controle Interno no âmbito de sua Entidade, por prazo indeterminado, com as atribuições constantes no art. 1º, "c", da Lei Complementar nº 754, de 29 de abril de 2010, a contar de 09 de abril de 2015:

SAMANTHA DIRKSEN, matrícula nº 2301-93, servidora pública municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Intendência Distrital do Grande Garcia - IDIGG, em substituição a PAMELA MEDEIROS REIS, designada pela Portaria nº 16.672, de 18 de fevereiro de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de abril de 2015.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 18.652/2015**

PORTARIA Nº 18.652, DE 14 DE ABRIL DE 2015.

DECLARA VAGO O CARGO DE AGENTE DE ZELADORIA, OCUPADO POR ERVI NUNES BRITO, EM VIRTUDE DE POSSE EM OUTRO CARGO INACUMULÁVEL.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o inciso V, do art. 44, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

DECLARAR VAGO,

a contar de 30 de março de 2015,  
o cargo de provimento efetivo de Agente de Zeladoria, ocupado pelo servidor público municipal ERVI NUNES BRITO, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, em virtude de sua posse no cargo de Agente Comunitário de Saúde, nomeado pela Portaria nº 18.542, de 10 de março de 2015, de acordo com Processo Administrativo nº 2015/03/2316.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de abril de 2015.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 18.653/2015**

PORTARIA Nº 18.653, DE 14 DE ABRIL DE 2015.

DECLARA VAGO O CARGO DE AGENTE DE ZELADORIA, OCUPADO POR CLAUDIO MAFEZOLI, EM VIRTUDE DE POSSE EM OUTRO CARGO INACUMULÁVEL.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o inciso V, do art. 44, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

DECLARAR VAGO,

a contar de 01 de abril de 2015,  
o cargo de provimento efetivo de Agente de Zeladoria, ocupado pelo servidor público municipal CLAUDIO MAFEZOLI, lotado na Secretaria Municipal de Educação, em virtude de sua posse no cargo de Motorista, nomeado pela Portaria nº 18.530, de 09 de março de 2015, de acordo com Processo Administrativo nº 2015/03/2419.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de abril de 2015.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 18.654/2015**

PORTARIA Nº 18.654, DE 14 DE ABRIL DE 2015.

DECLARA VAGO O CARGO DE SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS, OCUPADO POR DORLI SCHOELLER, EM VIRTUDE DE POSSE EM OUTRO CARGO INACUMULÁVEL.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o inciso V, do art. 44, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

DECLARAR VAGO,

a contar de 01 de abril de 2015,  
o cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, ocupado pela servidora pública municipal DORLI SCHOELLER, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, em virtude de sua posse no cargo de Agente de Vigilância, nomeada pela Portaria nº 18.583, de 25/03/2015, de acordo com Processo Administrativo nº 2015/03/2428.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de abril de 2015.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 18.655/2015**

PORTARIA Nº 18.655, DE 14 DE ABRIL DE 2015.

AUTORIZA O RETORNO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL MARCELO BARASUOL LANZARIN AO EXERCÍCIO DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE MÉDICO, LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

AUTORIZAR

o retorno do servidor público municipal MARCELO BARASUOL LANZARIN, ao exercício do cargo de provimento efetivo de Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 27 de março de 2015, conforme Processo Administrativo nº 2015/04/2475.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de abril de 2015.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 18.656/2015**

PORTARIA Nº 18.656, DE 14 DE ABRIL DE 2015.

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no Memorando nº 084/2015, da Secretaria Municipal de Administração - Seleção Pública, resolve:

NOMEAR, a contar de 13 de abril de 2015:

MARLISE MIRA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de

Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 003/2014;

TASIANA FELLER RAMIRES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 003/2014;

MARILENE MENDES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 003/2014;

KEYTH MICHELY SANTOS FERREIRA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 003/2014;

ROSENILDA MARQUES FERREIRA HETZEL, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 003/2014;

BARBARA MARTINI SAVIOLO MOREIRA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 003/2014;

SIBILA POKRYWIECKI, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 003/2014;

BRUNA LUIZA XAVIER BAY, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 003/2014;

ZILDA COELHO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 003/2014;

MARILIA DA SILVA PONTES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 003/2014;

DIESON CORREA SILVA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 003/2014;

KATIA TATIANE POKRYWIECKI, para ocupar o cargo de provimento

efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 003/2014;

LEANDRO MARCIO MACHADO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 003/2014;

AYLLA SILVA DE OLIVEIRA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 003/2014;

ELIANA DE OLIVEIRA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 003/2014;

PATRÍCIA FUMAGALLI, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 003/2014;

ELISANDRA CATIE SOARES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 003/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de abril de 2015.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 18.657/2015**

PORTARIA Nº 18.657, DE 14 DE ABRIL DE 2015.

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no Memorando nº 084/2015, da Secretaria Municipal de Administração - Seleção Pública, resolve:

NOMEAR, a contar de 13 de abril de 2015:

BRUNA DE AGUIAR KUNTZ, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 003/2014;

LOURDES VITORINO PEREIRA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 003/2014;

TATIANA CRISTINA FERREIRA, para ocupar o cargo de provimento

efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 003/2014;

ILDA CUSTODIO DA COSTA LIMA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 003/2014;

ELISETE DE ANDRADE, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 003/2014;

IRANI CUSTODIO DA COSTA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 003/2014;

CRISLAINE MANKE MACHADO DE OLIVEIRA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 003/2014;

SANDRA MARA BERG, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 003/2014;

MICHELE LILIAN BERG, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 003/2014;

TEREZINHA DIAS BORGES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 003/2014;

ERICA AUSCILIADORA LARARDA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 003/2014;

PATRICIA BERTOLDI, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 003/2014;

EDINA MARIA PROCOPIO, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 003/2014;

JUVENAL DA MOTTA SOARES, para ocupar o cargo de provimento

efetivo de Agente Comunitário de Saúde, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Funcional - GF, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº. 003/2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de abril de 2015.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 18.658/2015**

PORTARIA Nº 18.658, DE 14 DE ABRIL DE 2015.

DESIGNA JULIANO GUILHERME PETRY PARA COMPOR A COMISSÃO ESPECIAL DE AUDITORIA NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, VII, combinado com o art. 75, II, "c", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com as atribuições previstas na Portaria nº 18.386, de 28 de janeiro de 2015, e conforme solicitação efetuada pela Secretaria Municipal de Administração, resolve:

DESIGNAR o servidor público municipal abaixo indicado, para compor juntamente com os demais membros, a Comissão Especial de Auditoria no âmbito da Administração Direta do Município:

JULIANO GUILHERME PETRY, ocupante do cargo de provimento efetivo de Administrador, lotado na Secretaria Municipal de Gestão Governamental - SEGG.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 14 de abril de 2015.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 18.659/2015**

PORTARIA Nº 18.659, DE 15 DE ABRIL DE 2015.

DISPENSA A PROFESSORA MADALENA DA CRUZ HANSEN DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE DIRETOR DO CEI ERWIN PASOLD.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento na Lei n. 7.796, de 16/10/2012, regulamentada do Decreto n. 9.824, de 16/10/2012, e de conformidade com o Memorando nº 163/2015-Gabinete SEMED, de 10/04/2015, resolve:

DISPENSAR, a partir de 12 de abril de 2015, a Professora Madalena da Cruz Hansen, do exercício da função de Diretor do CEI Erwin Pasold, nomeada pela Portaria nº 16.784, de 15/03/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de abril de 2015.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 18.661/2015**

PORTARIA N.º 18.661, DE 16 DE ABRIL DE 2015.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA PARA APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES OCORRIDAS NO CEI FREI ODORICO DURIEUX.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "f" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, combinado com os artigos 209 e 210 da Lei Complementar n. 660, de 28/11/07, e de acordo com a solicitação efetuada pela Secretária Municipal de Educação, Sra. Helenice Glorinha Machado Luchetta, através do Memorando nº 164/2015 - Gabinete SEMED, de 10/04/2015, resolve:

DETERMINAR

a instauração de Sindicância Administrativa a ser conduzida pela Segunda Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar, designada pelas Portarias n. 13.865, de 08/06/2010, n. 15.326, de 18/01/2012 e n. 18.112, de 30/09/2014, para apurar supostas irregularidades ocorridas no CEI Frei Odorico Durieux, de acordo com os relatos contidos nos documentos anexados ao Memorando nº 164/2015, subscrito pela Secretária Municipal de Educação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de abril de 2015.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 18.662/2015**

PORTARIA N.º 18.662, DE 16 DE ABRIL DE 2015.

DETERMINA A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA PARA APURAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES OCORRIDAS ENTRE SERVIDORAS NA EBM OSCAR UNBEHAUN.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "f" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, combinado com os artigos 209 e 210 da Lei Complementar n. 660, de 28/11/07, e de acordo com o que consta do Memorando n. 108/2015 - Gabinete SEMED, de 13/02/2015, subscrito pela Secretária Municipal de Educação, Sra. Helenice Glorinha Machado Luchetta, resolve:

DETERMINAR

a abertura de Sindicância Administrativa a ser conduzida pela Primeira Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar, designada pelas Portarias 15.145, 31/10/2011, 15.579, de 02/04/2012 e 17.341, de 21/10/2013, para apurar supostas irregularidades ocorridas entre servidoras lotadas na EBM Oscar Unbehaun, de acordo com os documentos acostados ao Memorando n. 108/2015 - Gabinete SEMED, de 13/02/2015, subscrito pela Secretária Municipal de Educação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de abril de 2015.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 18.664/2015**

PORTARIA Nº 18.664, DE 16 DE ABRIL DE 2015.

NOMEIA ARNOLDO PAHL PARA O EXERCÍCIO DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE SEGURANÇA ALIMENTAR, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEDECI.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

**NOMEAR**

ARNOLDO PAHL, para o exercício do cargo em comissão de Gerente de Segurança Alimentar, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, no dia 15 de abril de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 16 de abril de 2015.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**ATA REGISTRO DE PREÇOS NºS 001/2015;  
002/2015; 003/2015; 004/2015; 005/2015;  
006/2015; 007/2015; 008/2015; 009/2015;  
010/2015; 011/2015; 012/2015; 013/2015;  
014/2015; 015/2015; 016/2015; 017/2015;  
018/2015; 019/2015 E 020/2015**

Ata de Registro de Preços nº 001/2015 - Pregão Presencial nº 06-185/2014

Registro de Preços para materiais de laboratório, conforme especificações constantes no edital, pelo período de 01 (um) ano - SEMUS/FMS.

Empresas vencedoras:

ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA

Lote 01 -

Item 01 - R\$ 4,00

Item 02 - R\$ 6,00

Item 03 - R\$ 6,00

Item 04 - R\$ 13,00

Item 05 - R\$ 4,00

Item 06 - R\$ 4,50

Item 07 - R\$ 8,00

Item 08 - R\$ 10,00

Item 09 - R\$ 9,00

Item 10 - R\$ 9,00

Item 11 - R\$ 6,50

J.R. EHLKE & CIA LTDA

Lote 02 - Item 12 - R\$ 0,80

Lote 03 - Item 13 - R\$ 0,37

BIOMARCHESINI PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA

Lote 04 - Item 14 - R\$ 21,60

Lote 05 - Item 15 - R\$ 2,43

Lote 07 - Item 17 - R\$ 17,00

Base Legal: Pregão - Lei 10.520 de 17/07/02

Ata de Registro de Preços nº 002/2015 - Pregão Presencial nº 06-187/2014

Registro de Preços para materiais médicos hospitalares, pelo período de 01 (um) ano - SEMUS/FMS - FMAS.

Empresas vencedoras:

Efetiwe Produtos Médico Hospitalares Ltda ME

Item 01 - 0,62

Item 02 - 4,40

Item 03 - 4,40

Item 04 - 4,40

Item 05 - 4,40

Item 06 - 4,40

Cremer S A

Item 07 - 7,00

Item 15 - 1,65

Item 16 - 31,90

Item 17 - 0,45

Item 35 - 0,72

Item 59 - 0,27

Item 60 - 0,27

Item 61 - 0,27

Item 62 - 0,33

Cointer Material Médico Hospitalar Ltda

Item 08 - 18,49

Item 09 - 2,16

Item 10 - 2,16

Item 47 - 0,29

Dimaci SC Material Cirúrgico Ltda

Item 11 - 1,60

Item 12 - 1,60

Item 13 - 1,60

Item 14 - 1,60

Item 18 - 0,96

Item 19 - 0,96

Item 20 - 0,96

Item 21 - 0,96

Item 23 - 0,75

Item 24 - 3,50

Item 27 - 8,50

Item 30 - 8,29

Item 31 - 0,34

Item 32 - 0,39

Item 33 - 0,30

Item 34 - 0,30

Item 44 - 0,21

Item 45 - 0,24

Item 46 - 0,28

Shalon Fios Cirúrgicos Ltda

Item 25 - 25,50

Item 26 - 25,50

Produvale Produtos Hospitalares Ltda

Item 28 - 10,40

Item 29 - 8,37

Item 43 - 5,90

Olimed Material Hospitalar Ltda

Item 36 - 0,70

Item 37 - 0,69

Item 38 - 0,70

Item 39 - 12,99

Item 40 - 12,99

Item 41 - 12,99

Item 42 - 3,89

Fresenius Kabi Brasil Ltda

Item 48 - 3,00

Item 49 - 1,50

Item 50 - 1,90

Item 52 - 1,50

Item 53 - 1,90

Item 54 - 1,55

Item 55 - 1,90

Item 56 - 3,30

Item 63 - 1,40

Base Legal: Base Legal: Pregão - Lei 10.520 de 17/07/02

Ata de Registro de Preços nº 003/2015 - Pregão Presencial nº 06-197/2014

Registro de Preços. De carros, caminhonetes, caminhões e micro

ônibus, sendo lavagem completa e simples, conforme especificações no edital, pelo período de 01 (um) ano, para atendimento de diversas secretarias - FMAS - Pró-família - SETERB - FAEMA - ISSBLU - FCB.

Empresa vencedora:

LAVAGEM E ESTACIONAMENTO SANTOS LTDA ME

Lote I:

Item 01 no valor unitário de R\$ 19,50;

Item 02 no valor unitário de R\$ 14,00;

Item 03 no valor unitário de R\$ 32,50;

Item 04 no valor unitário de R\$ 23,00.

Base Legal: Base Legal: Pregão - Lei 10.520 de 17/07/02

Ata de Registro de Preços nº 004/2015 - Pregão Presencial nº 06-170/2014

Registro de Preços. Materiais e instrumentais médicos hospitalares, para atendimento da Rede Municipal de Saúde, pelo período de 01 (um) ano - SEMUS/FMS.

Empresas vencedoras:

Dimaci SC Material Cirúrgico Ltda

Item 01 - R\$ 2,45

Item 27 - R\$ 28,00

Item 31 - R\$ 1,74

Item 32 - R\$ 1,56

Item 33 - R\$ 1,45

Produvale Produtos Hospitalares Ltda

Item 02 - R\$ 23,00

Item 04 - R\$ 4,89

Item 05 - R\$ 23,00

Item 39 - R\$ 65,00

Item 44 - R\$ 79,00

Item 51 - R\$ 15,00

Altermed Material Médico Hospitalar Ltda ME

Item 06 - R\$ 3,62

Item 07 - R\$ 12,59

Item 12 - R\$ 0,77

Item 13 - R\$ 112,00

Item 14 - R\$ 13,95

Item 23 - R\$ 4,49

Item 24 - R\$ 9,54

Item 26 - R\$ 29,28

Item 30 - R\$ 13,00

Item 45 - R\$ 8,42

Item 46 - R\$ 0,22

Item 47 - R\$ 2,52

Item 49 - R\$ 1,67

Item 50 - R\$ 6,79

EOS Tecnologia da Informação Ltda

Item 11 - R\$ 9,00

Item 41 - R\$ 8,00

Olimed Material Hospitalar Ltda

Item 15 - R\$ 75,65

Item 16 - R\$ 5,80

Item 17 - R\$ 5,80

Item 19 - R\$ 1,29

Item 20 - R\$ 27,12

Item 38 - R\$ 12,80

Cirúrgica Santa Cruz Comércio de Produtos Hospitalares Ltda

Item 18 - R\$ 25,00

Item 28 - R\$ 214,00

Item 29 - R\$ 335,00

Item 21 - R\$ 1,35

Item 22 - R\$ 1,40

Item 48 - R\$ 1,26

Biomed Material Médico Hospitalar Ltda ME

Item 25 - R\$ 10,51

Item 34 - R\$ 0,15

Item 35 - R\$ 0,15

Item 36 - R\$ 0,15

Item 37 - R\$ 0,15

Item 43 - R\$ 267,00

Nitrogen Equipamentos Agropecuários Ltda ME

Item 42 - R\$ 4,80

Base Legal: Base Legal: Pregão - Lei 10.520 de 17/07/02

Ata de Registro de Preços nº 005/2015 - Pregão Presencial nº 06-181/2014

Registro de Preços. Para materiais e instrumentais médicos hospitalares, para atendimento da Rede Municipal de Saúde, pelo período de 01 (um) ano - SEMUS/FMS.

Empresas vencedoras

Olimed Material Hospitalar Ltda

Item 02 - R\$11,90.

Item 03 - R\$18,80

Item 04 - R\$19,90.

Item 05 - R\$10,00.

Item 08 - R\$15,50.

Dimaci SC Material Cirúrgico Ltda

Item 07 - R\$14,50.

Item 09 - R\$24,10.

Item 20 - R\$0,44.

Item 21 - R\$0,47.

Item 22 - R\$1,70.

Item 23 - R\$1,70.

Item 24 - R\$1,70.

Item 25 - R\$1,70.

Item 26 - R\$1,70.

Item 28 - R\$135,00.

Altermed Material Médico Hospitalar Ltda

Item 11 - R\$49,50.

Item 12 - R\$2,82.

Item 17 - R\$0,55.

Item 18 - R\$233,00.

Item 19 - R\$13,99.

Item 27 - R\$2,87.

Qualymedic Comércio e Assistência Técnica Ltda EPP

Item 01 - R\$930,00.

Item 10 - R\$113,00.

Item 13 - R\$374,00.

Olimed Indústria e Comércio de Móveis Hospitalares Ltda ME

Item 14 - R\$199,00.

Item 15 - R\$232,00.

Royal Distribuidora Ltda EPP

Item 06 - R\$1.940,00.

Item 16 - R\$295,00.

Base Legal: Base Legal: Pregão - Lei 10.520 de 17/07/02

Ata de Registro de Preços nº 006/2015 - Pregão Presencial nº 06-206/2014

Registro de Preços. Para roupas íntimas masculina e feminina para incontinência urinária, pelo período de 01 ano - FMAS.

Empresas vencedoras

Item 1: Dominatto Indústria, Comércio e Representações LTDA ME. - valor unitário: R\$ 152,50. valor total R\$36.600,00

Item 2: Dominatto Indústria, Comércio e Representações LTDA ME. - valor unitário: R\$ 152,50. valor total R\$36.600,00

Item 3: Dominatto Indústria, Comércio e Representações LTDA ME. - valor unitário: R\$ 152,50. valor total R\$36.600,00

Item 4: Dominatto Indústria, Comércio e Representações LTDA ME. - valor unitário: R\$ 152,50. valor total R\$36.600,00

Item 5: Dominatto Indústria, Comércio e Representações LTDA ME. - valor unitário: R\$ 152,50. valor total R\$36.600,00

Item 6: Dominatto Indústria, Comércio e Representações LTDA ME. - valor unitário: R\$ 152,50. valor total R\$36.600,00

Item 7: Dominatto Indústria, Comércio e Representações LTDA ME. - valor unitário: R\$ 152,50. valor total R\$36.600,00

Item 8: Dominatto Indústria, Comércio e Representações LTDA ME. - valor unitário: R\$ 152,50. valor total R\$36.600,00

Item 9: Dominatto Indústria, Comércio e Representações LTDA ME. - valor unitário: R\$ 152,50. valor total R\$36.600,00  
 Item 10: Dominatto Indústria, Comércio e Representações LTDA ME. - valor unitário: R\$ 152,50. valor total R\$36.600,00  
 Item 11: Dominatto Indústria, Comércio e Representações LTDA ME. - valor unitário: R\$ 152,50. valor total R\$36.600,00  
 Item 12: Dominatto Indústria, Comércio e Representações LTDA ME. - valor unitário: R\$ 152,50. valor total R\$36.600,00  
 Valor total do Pregão Presencial nº. 206/2014 R\$ 323.300,00

Base Legal: Base Legal: Pregão - Lei 10.520 de 17/07/02

Ata de Registro de Preços nº 007/2015 - Pregão Presencial nº 06-162/2014

Registro de Preços. Para gêneros alimentícios, pelo período de 01 (um) ano, para atendimento a diversas Secretarias - SEMED (Recurso PNAE) - FMAS - FCB - PRÓ-FAMÍLIA - ISSBLU - PROEB - SETERB - FAEMA.

Empresas vencedoras

SUPER IDEAL COMÉRCIO VAREJISTA SUPERMERCADISTA LTDA

Item 01 - R\$ 7,30  
 Item 08 - R\$ 4,78  
 Item 10 - R\$ 2,99  
 Item 20 - R\$ 14,09  
 Item 24 - R\$ 8,20  
 Item 25 - R\$ 11,76  
 Item 33 - R\$ 2,99  
 Item 45 - R\$ 1,50  
 Item 53 - R\$ 6,60  
 Item 59 - R\$ 20,35  
 Item 65 - R\$ 8,29  
 Item 66 - R\$ 9,98  
 Item 67 - R\$ 8,89  
 Item 72 - R\$ 1,74  
 Item 91 - R\$ 5,15  
 Item 92 - R\$ 4,80  
 Item 93 - R\$ 6,90  
 Item 108 - R\$ 2,32

JJ MATOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CAFÉ LTDA EPP

Item 02 - R\$ 7,77

ROFRAN FOODS COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PRODUTOS LÁCTEOS LTDA

Item 03 - R\$ 5,60  
 Item 63 - R\$ 13,90  
 Item 64 - R\$ 15,00  
 Item 73 - R\$ 7,00  
 Item 74 - R\$ 7,00  
 Item 75 - R\$ 7,00  
 Item 77 - R\$ 7,20  
 Item 78 - R\$ 6,78  
 Item 79 - R\$ 5,58  
 Item 80 - R\$ 6,60  
 Item 81 - R\$ 5,58  
 Item 82 - R\$ 5,48  
 Item 83 - R\$ 5,48  
 Item 84 - R\$ 5,48

DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS OLIVEIRA LTDA ME

Item 05 - R\$ 1,55  
 Item 06 - R\$ 8,24  
 Item 56 - R\$ 9,63  
 Item 60 - R\$ 7,65  
 Item 76 - R\$ 7,61  
 Item 85 - R\$ 0,72  
 Item 86 - R\$ 0,72

DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA EPP

Item 07 - R\$ 3,84  
 Item 12 - R\$ 3,57  
 Item 14 - R\$ 2,49  
 Item 16 - R\$ 2,70

Item 18 - R\$ 1,84

Item 21 - R\$ 2,56

Item 32 - R\$ 1,44

Item 34 - R\$ 5,04

Item 37 - R\$ 13,89

Item 38 - R\$ 6,75

Item 44 - R\$ 15,13

Item 46 - R\$ 14,08

Item 57 - R\$ 1,92

Item 58 - R\$ 3,12

Item 62 - R\$ 3,99

Item 71 - R\$ 6,65

Item 87 - R\$ 14,99

Item 88 - R\$ 14,99

Item 89 - R\$ 14,99

Item 103 - R\$ 2,48

Item 104 - R\$ 4,05

Item 105 - R\$ 4,05

AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA EPP

Item 09 - R\$ 1,47

Item 11 - R\$ 2,39

Item 15 - R\$ 8,16

Item 29 - R\$ 5,87

Item 30 - R\$ 0,79

Item 43 - R\$ 3,89

Item 47 - R\$ 2,27

Item 69 - R\$ 1,78

Item 94 - R\$ 1,42

Item 100 - R\$ 4,20

Item 102 - R\$ 2,49

ÍNTEGRA COMERCIAL EIRELLI EPP

Item 17 - R\$ 0,70

Item 19 - R\$ 1,17

Item 23 - R\$ 0,85

Item 40 - R\$ 6,70

Item 41 - R\$ 10,10

Item 42 - R\$ 10,10

Item 50 - R\$ 4,98

Item 54 - R\$ 6,30

Item 68 - R\$ 4,22

Item 90 - R\$ 4,49

Item 101 - R\$ 11,96

Item 107 - R\$ 2,40

TARCIANE LOHN BOECHAT EPP

Item 39 - R\$ 5,99

Base Legal: Base Legal: Pregão - Lei 10.520 de 17/07/02

Ata de Registro de Preços nº 008/2015 - Pregão Presencial nº 06-193/2014

Registro de Preços. Para confecção de placas, faixas, banners e afins, conforme especificações constantes no edital, pelo período de 01 (um) ano. Para atendimento de diversas Secretarias - FMD - PRÓ/FAMÍLIA - FMAS - FMDCA - SETERB - FCB - FAEMA.

Empresas vencedoras

ARAQUARI IMPRESSÕES LTDA - ME

Item 04 - R\$ 140,00

Item 11 - R\$ 220,00

Item 14 - R\$ 165,00

Item 15 - R\$ 125,00

Item 18 - R\$ 115,00

Item 20 - R\$ 530,00

Item 21 - R\$ 320,00

Item 24 - R\$ 210,00

Item 28 - R\$ 250,00

Item 55 - R\$ 80,00

Valor Total dos Itens: R\$ 486.560,00

ACN LOCADORA NÁUTICA LTDA. EPP.

Item 01 - R\$ 48,90

Item 06 - R\$ 51,00

Item 09 - R\$ 25,90  
 Item 10 - R\$ 127,90  
 Item 22 - R\$ 15,70  
 Item 26 - R\$ 14,00  
 Item 29 - R\$ 210,00  
 Item 35 - R\$ 132,50  
 Item 43 - R\$ 414,00  
 Item 50 - R\$ 26,00  
 Item 54 - R\$ 2,87  
 Valor Total dos Itens: R\$ 362.838,80  
 WEBERGRAFIC COMÉRCIO DE MATERIAIS LTDA. - ME.  
 Item 03 - R\$ 53,30  
 Item 07 - R\$ 19,50  
 Item 08 - R\$ 20,00  
 Item 12 - R\$ 439,00  
 Item 13 - R\$ 489,00  
 Item 16 - R\$ 166,00  
 Item 17 - R\$ 68,00  
 Item 19 - R\$ 84,00  
 Item 23 - R\$ 231,60  
 Item 25 - R\$ 25,90  
 Item 27 - R\$ 25,90  
 Item 30 - R\$ 29,50  
 Item 31 - R\$ 23,95  
 Item 32 - R\$ 0,17  
 Item 34 - R\$ 24,50  
 Item 36 - R\$ 36,30  
 Item 37 - R\$ 87,20  
 Item 38 - R\$ 38,90  
 Item 40 - R\$ 127,90  
 Item 44 - R\$ 117,50  
 Item 45 - R\$ 122,50  
 Item 47 - R\$ 47,00  
 Item 48 - R\$ 49,90  
 Item 49 - R\$ 90,40  
 Item 51 - R\$ 419,90  
 Item 52 - R\$ 239,90  
 Item 53 - R\$ 22,90  
 Item 56 - R\$ 298,00  
 Item 57 - R\$ 36,90  
 Item 58 - R\$ 51,20  
 Valor Total dos Itens: R\$ 728.604,75  
 ELFORT IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS LTDA - ME  
 Item 02 - R\$ 72,00  
 Item 05 - R\$ 82,00  
 Item 33 - R\$ 42,00  
 Item 39 - R\$ 320,00  
 Item 41 - R\$ 290,00  
 Item 42 - R\$ 195,00  
 Item 46 - R\$ 970,00  
 Valor Total dos Itens: R\$ 241.901,00  
 Base Legal: Base Legal: Pregão - Lei 10.520 de 17/07/02

Ata de Registro de Preços nº 009/2015 - Pregão Presencial nº 06-165/2014  
 Registro de Preços: Manutenção corretiva e conserto de relógio ponto, com reposição de peças, conforme especificações constantes neste Edital, pelo período de 01 ano - DIVERSAS SECRETARIAS.  
 Empresa vencedora: TIME TEC CONTROLE DE PONTO ACESSO LTDA ME  
 Valor total R\$ 201.702,00  
 Base Legal: Base Legal: Pregão - Lei 10.520 de 17/07/02

Ata de Registro de Preços nº 010/2015 - Pregão Presencial nº 06-201/2014  
 Registro de Preços: MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PRÉ HOSPITALAR MÉDICO HOSPITALARES, PARA ATENDIMENTO DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE, PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO - SEMUS/

FMS - SEDECI  
 Empresa vencedora  
 Altermed Material Médico Hospitalar Ltda - restou vencedora:  
 Item 01 - valor unitário R\$3,00.  
 Item 10 - valor unitário R\$2,40.  
 Item 11 - valor unitário R\$2,40.  
 Item 12 - valor unitário R\$2,40.  
 Item 13 - valor unitário R\$2,40.  
 Item 14 - valor unitário R\$2,40.  
 Item 38 - valor unitário R\$30,00.  
 Item 43 - valor unitário R\$0,99.  
 Item 55 - valor unitário R\$13,99.  
 Item 63 - valor unitário R\$0,15.  
 Item 70 - valor unitário R\$13,50.  
 Item 71 - valor unitário R\$18,90.  
 Item 72 - valor unitário R\$5,08.  
 Item 73 - valor unitário R\$9,60.  
 Item 74 - valor unitário R\$10,50.  
 Item 76 - valor unitário R\$8,05.  
 Olimed Material Hospitalar Ltda - restou vencedora:  
 Item 06 - valor unitário R\$1,31.  
 Item 17 - valor unitário R\$4,70.  
 Item 31 - valor unitário R\$43,00.  
 Item 32 - valor unitário R\$43,00.  
 Item 41 - valor unitário R\$28,90.  
 Item 44 - valor unitário R\$0,79.  
 Item 45 - valor unitário R\$0,79.  
 Item 46 - valor unitário R\$0,79.  
 Item 47 - valor unitário R\$13,85.  
 Item 48 - valor unitário R\$13,85.  
 Item 49 - valor unitário R\$13,85.  
 Item 51 - valor unitário R\$0,09.  
 Item 53 - valor unitário R\$4,25.  
 Item 61 - valor unitário R\$0,38.  
 Item 64 - valor unitário R\$0,60.  
 Produvale Produtos Hospitalares Ltda- restou vencedora:  
 Item 24 - valor unitário R\$1,20.  
 Item 34 - valor unitário R\$1,49.  
 Dimaci/SC Material Cirúrgico Ltda - restou vencedora:  
 Item 23 - valor unitário R\$0,92.  
 Item 33 - valor unitário R\$2,38.  
 Item 35 - valor unitário R\$2,76.  
 Sermedicall Arp Equipamentos Hospitalares Ltda EPP - restou vencedora:  
 Item 03 - valor unitário R\$264,00.  
 Item 07 - valor unitário R\$280,00.  
 Item 08 - valor unitário R\$185,00.  
 Item 09 - valor unitário R\$2,45.  
 Item 16 - valor unitário R\$44,00.  
 Item 18 - valor unitário R\$12,95.  
 Item 19 - valor unitário R\$12,94.  
 Item 20 - valor unitário R\$12,95.  
 Item 21 - valor unitário R\$189,00.  
 Item 22 - valor unitário R\$135,00.  
 Item 25 - valor unitário R\$39,40.  
 Item 27 - valor unitário R\$310,00.  
 Item 28 - valor unitário R\$850,00.  
 Item 29 - valor unitário R\$310,00.  
 Item 30 - valor unitário R\$850,00.  
 Item 36 - valor unitário R\$22,40.  
 Item 37 - valor unitário R\$107,00.  
 Item 39 - valor unitário R\$85,00.  
 Item 40 - valor unitário R\$1.200,00.  
 Item 42 - valor unitário R\$12,00.  
 Item 50 - valor unitário R\$310,00.  
 Item 52 - valor unitário R\$11,90.  
 Item 54 - valor unitário R\$2.270,00.  
 Item 56 - valor unitário R\$245,00.  
 Item 57 - valor unitário R\$304,00.

Item 58 - valor unitário R\$115,00.  
 Item 59 - valor unitário R\$115,00.  
 Item 60 - valor unitário R\$115,00.  
 Item 67 - valor unitário R\$1,00.  
 Item 68 - valor unitário R\$1,60.  
 Item 69 - valor unitário R\$770,00.  
 Item 75 - valor unitário R\$13,05.  
 Item 77 - valor unitário R\$159,00.  
 Dimave Equipamentos Médicos Ltda EPP  
 Item 26 - valor unitário R\$11.682,00.  
 Base Legal: Base Legal: Pregão - Lei 10.520 de 17/07/02

Ata de Registro de Preços nº 011/2015 - Pregão Presencial nº 03-002/2014.

Registro de Preços para serviço de roçada, com roçadeira costal ou manual, com equipamentos, sem recolhimento de resíduos, conforme especificações constantes neste edital, pelo período de 01 ano - SEDIVI - SETERB.

Empresas vencedoras;

Item 1.

BETONSERV SERVIÇOS LTDA. - valor unitário: R\$ 0,21 (vinte e um centavos) - valor total: R\$1.155.000,00 (um milhão cento e cinquenta e cinco mil reais).

Item 2.

BETONSERV SERVIÇOS LTDA. - valor unitário: R\$ 0,28 (vinte e oito centavos) - valor total: R\$ 224.000,00 (duzentos e vinte quatro mil reais).

Base Legal: Concorrência - Art. 22, Inc. I da Lei 8.666/93.

Ata de Registro de Preços nº 012/2015 - Pregão Presencial nº 06-006/2015

Registro de Preços: LANCETAS CONTROLE DE GLICEMIA DOS USUÁRIOS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE, PELO PERÍODO DE 01(UM) ANO - SEMUS/FMS.

Empresa vencedora:COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Valor unitário de R\$ 0,13

Valor total R\$ 32.500,00

Base Legal: Base Legal: Pregão - Lei 10.520 de 17/07/02

Ata de Registro de Preços nº 013/2015 - Pregão Presencial nº 06-207/2014

Registro de Preços: para lanches de intervalo e coquetel, incluindo entrega, montagem e retirada de materiais no evento, pelo período de 01 ano - FMS/SEMUS - SEDECI - SEMUDES - PROGEM - SEDEC - SECOM - FAEMA - FCB - FMDCA - FMAS - FMD.

Empresa vencedora:

MB CONFEITARIA LTDA ME

Item 01 - R\$ 12,56

Item 02 - R\$ 12,73

Item 03 - R\$ 13,93

Item 04 - R\$ 17,66

Item 05 - R\$ 21,13

Item 06 - R\$ 24,26

Valor total dos itens R\$ 224.643,05

Base Legal: Base Legal: Pregão - Lei 10.520 de 17/07/02

Ata de Registro de Preços nº 014/2015 - Pregão Presencial nº 06-204/2014

Registro de Preços: de tênis e meias para uso de alunos da Rede Municipal de Ensino, pelo período de 01 ano - SEMED.

Empresas vencedoras

Lótus Comércio LTDA ME

Item 01 - R\$ 48,40

Item 02 - R\$ 48,40

Item 03 - R\$ 4,90

Valor total: R\$ 582.000,00

Base Legal: Base Legal: Pregão - Lei 10.520 de 17/07/02

Ata de Registro de Preços nº 015/2015 - Pregão Presencial nº 06-210/2014

Registro de Preços: para alimentos perecíveis (coxa e sobrecoxa de frango, carne bovina, fígado de frango, filé de cação) pelo período de 01 ano - SEMED, SEDECI, FMAS Empresas vencedoras;

Schulz Alimentos LTDA EPP

Item 01 - R\$ 8,10

Item 03 - R\$ 5,60

Item 04 - R\$ 29,20

Valor total: R\$ 1.308.400,00

Rede Compre Bem Eireli EPP

Item 02 - R\$ 19,24

Valor total: R\$ 1.167.868,00

Base Legal: Base Legal: Pregão - Lei 10.520 de 17/07/02

Ata de Registro de Preços nº 016/2015 - Pregão Presencial nº 06-209/2014

Registro de Preços: De óleos, filtros e afins, pelo período de 01 ano - SEDEAD, SETERB

Empresas vencedoras;

MAUCOR DISTRIBUIDORA DE FABRICANTES LTDA

Item 01 - R\$ 5,67

Item 04 - R\$ 1.750,00

Item 05 - R\$ 1.770,00

Item 06 - R\$ 1.700,00

Item 10 - R\$ 149,00

Item 13 - R\$ 1.540,00

Item 15 - R\$ 1.790,00

Item 16 - R\$ 1.850,00

Item 17 - R\$ 1.690,00

Valor total dos itens R\$ 67.513,14

DYSPEF COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

Item 07 - R\$ 1.580,00

Item 08 - R\$ 2.970,00

Item 09 - R\$ 3.290,00

Item 11 - R\$ 2.360,00

Item 12 - R\$ 1.570,00

Item 14 - R\$ 194,00

Item 18 - R\$ 49,00

Item 19 - R\$ 8,50

Item 20 - R\$ 11,60

Item 21 - R\$ 48,00

Item 23 - R\$ 6,60

Item 27 - R\$ 11,50

Item 28 - R\$ 13,35

Item 29 - R\$ 14,90

Item 32 - R\$ 8,80

Item 33 - R\$ 10,20

Item 34 - R\$ 8,80

Item 35 - R\$ 9,75

Item 38 - R\$ 26,80

Item 39 - R\$ 43,25

Item 40 - R\$ 51,60

Item 43 - R\$ 9,55

Item 44 - R\$ 10,25

Item 45 - R\$ 8,80

Item 50 - R\$ 9,75

Item 51 - R\$ 31,00

Item 53 - R\$ 27,30

Item 54 - R\$ 11,90

Item 55 - R\$ 49,10

Item 56 - R\$ 20,50

Item 58 - R\$ 48,30

Item 59 - R\$ 24,50

Item 60 - R\$ 13,85

Item 61 - R\$ 29,25

Item 62 - R\$ 15,95

Item 63 - R\$ 55,80

Item 66 - R\$ 10,25

Item 67 - R\$ 35,80  
 Item 68 - R\$ 11,10  
 Item 69 - R\$ 10,25  
 Item 71 - R\$ 14,40  
 Item 72 - R\$ 10,28  
 Item 75 - R\$ 20,65  
 Item 76 - R\$ 8,60  
 Item 78 - R\$ 8,60  
 Item 79 - R\$ 6,65  
 Item 80 - R\$ 8,60  
 Item 85 - R\$ 19,70  
 Item 87 - R\$ 57,49  
 Item 88 - R\$ 34,55  
 Item 89 - R\$ 6,60  
 Item 90 - R\$ 21,60  
 Item 92 - R\$ 57,49  
 Item 93 - R\$ 34,55  
 Item 94 - R\$ 6,60  
 Item 95 - R\$ 35,15  
 Item 96 - R\$ 66,90  
 Item 99 - R\$ 57,49  
 Item 100 - R\$ 6,60  
 Item 101 - R\$ 27,45  
 Item 102 - R\$ 8,85  
 Item 103 - R\$ 47,00  
 Item 104 - R\$ 25,80  
 Item 105 - R\$ 6,60  
 Item 108 - R\$ 16,00  
 Item 109 - R\$ 27,20  
 Item 110 - R\$ 37,85  
 Item 111 - R\$ 6,60  
 Item 112 - R\$ 48,39  
 Item 113 - R\$ 26,60  
 Item 114 - R\$ 64,10  
 Item 115 - R\$ 34,00  
 Item 116 - R\$ 57,49  
 Item 117 - R\$ 6,60  
 Item 118 - R\$ 35,30  
 Item 119 - R\$ 13,85  
 Item 120 - R\$ 29,25  
 Valor total dos itens R\$ 126.925,80  
 AGRICOPEL COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA  
 Item 02 - R\$ 6,30  
 Item 24 - R\$ 7,10  
 Item 25 - R\$ 4,50  
 Item 26 - R\$ 10,40  
 Item 30 - R\$ 44,00  
 Item 31 - R\$ 8,50  
 Item 36 - R\$ 30,00  
 Item 37 - R\$ 10,80  
 Item 41 - R\$ 52,00  
 Item 42 - R\$ 10,80  
 Item 46 - R\$ 54,50  
 Item 47 - R\$ 63,60  
 Item 48 - R\$ 55,10  
 Item 49 - R\$ 10,80  
 Item 52 - R\$ 33,40  
 Item 70 - R\$ 12,50  
 Item 73 - R\$ 9,70  
 Item 74 - R\$ 12,50  
 Item 91 - R\$ 241,00  
 Item 97 - R\$ 69,00  
 Item 106 - R\$ 12,90  
 Item 107 - R\$ 7,70  
 Valor total dos itens R\$ 7.368,50  
 Base Legal: Base Legal: Pregão - Lei 10.520 de 17/07/02

Ata de Registro de Preços nº 017/2015 - Pregão Presencial nº 06-172/2014

Registro de Preços: medicamentos para a Rede Básica de Saúde, conforme especificações constantes neste edital, pelo período de 01 ano - FMS/SEMUS  
 Empresas vencedoras;  
 CIRURGICA JAW COMERCIO DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR LTDA.  
 Item 04- R\$ 499,63  
 Valor total do item R\$ 399.704,00  
 CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA.  
 Item 03 - R\$ 1,65  
 Item 09 - R\$ 0,16  
 Item 23 - R\$ 0,0650  
 Item 24 - R\$ 3,40  
 Item 34 - R\$ 0,0990  
 Valor total dos itens: R\$ 44.832,00  
 CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA  
 Item 22 - R\$ 18,80  
 Item 25 - R\$ 0,56  
 Item 27 - R\$ 0,14  
 Valor total dos itens: R\$ 36.000,00

DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA  
 Item 12 - R\$ 0,3250  
 Item 21 - R\$ 4,90  
 Valor total dos itens: R\$ 156.500,00  
 ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALARES LTDA.  
 Item 02 - R\$ 0,81  
 Item 05 - R\$ 19,80  
 Item 07 - R\$ 1,85  
 Item 11 - R\$ 1,50  
 Item 13 - R\$ 1,0240  
 Item 20 - R\$ 38,40  
 Item 31 - R\$ 0,0750  
 Valor total dos itens: R\$ 61.945,50  
 PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA.  
 Item 06 - R\$ 0,36  
 Item 15 - R\$ 9,45  
 Item 19 - R\$ 16,70  
 Valor total dos itens: R\$ 9.163,00  
 D-HOSP DISTRIBUIDORA HOSPITALAR IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.  
 Item 38 - R\$ 21.990,00  
 Valor total do item: R\$ 21.990,00  
 CIRURGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA  
 Item 08 - R\$ 0,20  
 Item 28 - R\$ 0,15  
 Item 30 - R\$ 13,00  
 Item 33 - R\$ 0,0260  
 Valor total dos itens: R\$ 285.040,00  
 ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME  
 Item 26 - R\$ 0,09  
 Valor total do item: R\$ 21.600,00  
 CM HOSPITALAR LTDA  
 Item 40 - R\$ 67,72  
 Valor total do item: R\$ 97.516,80  
 ELFA MEDICAMENTOS LTDA  
 Item 36 - R\$ 7.610,63  
 Item 37 - R\$ 2.186,64  
 Valor total dos itens: R\$ 196.286,28  
 PHARMA LOG PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA  
 Item 35 - R\$ 138,71  
 Valor total do item: R\$ 97.097,00  
 VALOR TOTAL DO PREGÃO PRESENCIAL 172/2014 R\$ 1.427.674,58  
 Base Legal: Base Legal: Pregão - Lei 10.520 de 17/07/02

Ata de Registro de Preços nº 018/2015 - Pregão Presencial nº 06-003/2015  
 Registro de Preços: Registro de preços para alimentos especiais

(Complementos, suplementos, fórmulas e outros) conforme especificações no edital, pelo período de 01 (um) ano. FMS/SEMUS - SEMED - FMAS

Empresas vencedoras;

A. P. Tortelli Comércio de Produtos Médicos Hospitalares Ltda

Item 01 - R\$ 0,0549

Item 22 - R\$ 0,0850

Item 23 - R\$ 0,3125

Item 28 - R\$ 0,0850

Item 30 - R\$ 0,24

Item 32 - R\$ 0,3125

Item 33 - R\$ 0,0323

PFG Comercial Ltda ME

Item 04 - R\$ 0,0430

Item 05 - R\$ 0,0290

Item 06 - R\$ 0,0299

Item 08 - R\$ 0,0190

Item 18 - R\$ 0,0270

Item 25 - R\$ 7,59

CM Hospitalar Ltda

Item 14 - R\$ 0,0868

Item 24 - R\$ 0,1155

Item 27 - R\$ 0,69

Item 29 - R\$ 0,40

Nutriport Comercial Ltda

Item 15 - R\$ 0,0870

Item 26 - R\$ 0,10

Item 34 - R\$ 0,10

Item 35 - R\$ 0,0470

Item 36 - R\$ 0,0870

Item 37 - R\$ 0,0470

Center Nutri Comércio de Produtos para Nutrição Enteral Ltda EPP

Item 17 - R\$ 2,588

Bruthan Comercial Ltda

Item 19 - R\$ 0,30

Item 31 - R\$ 0,14

Base Legal: Base Legal: Pregão - Lei 10.520 de 17/07/02

Ata de Registro de Preços nº 019/2015 - Pregão Presencial nº 06-173/2014

Registro de Preços: Registro de Preços de medicamentos conforme especificações constantes neste edital, pelo período de 01 ano - FMS/SEMUS

Empresas vencedoras;

CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA.

Item 13 - R\$ 4,35

Item 15 - R\$ 3,28

Valor total dos itens: R\$ 3,815,00

DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA

Item 12 - R\$ 1,35

Item 19 - R\$ 0,60

Valor total dos itens: R\$ 11.700,00

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALARES LTDA.

Item 02 - R\$ 0,22

Item 03 - R\$ 3,14

Item 04 - R\$ 0,65

Item 05 - R\$ 6,95

Item 06 - R\$ 0,24

Item 08 - R\$ 1,86

Item 10 - R\$ 2,20

Valor total dos itens: R\$ 35.112,00

DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Item 11 - R\$ 0,74

Item 14 - R\$ 4,99

Item 16 - R\$ 10,69

Valor total dos itens: R\$ 72,150,00

PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA.

Item 20 - R\$ 2,89

Valor total do item: R\$ 1.156,00

CIRURGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Item 07 - R\$ 0,15

Item 17 - R\$ 0,23

Item 18 - R\$ 1,45

Valor total dos itens: R\$ 16.600,00

Base Legal: Base Legal: Pregão - Lei 10.520 de 17/07/02

Ata de Registro de Preços nº 020/2015 - Concorrência nº 03-001/2015

Registro de Preços: Posto de Combustível (GASOLINA, DIESEL S-10, DIESEL COMUM, ALCOOL), PELO PERÍODO DE 01 (UM) ANO - DIVERSAS SECRETARIAS - FMAS - FMD - PROFAMÍLIA - IS-SBLU - SETERB - FAEMA - PROEB

Empresas vencedoras :

AUTO POSTO EXPRESSO LTDA:

Lote 01 - Diversas Secretarias e Fundações

Item 01 - valor unitário de R\$ 2,805.

Item 02 - valor unitário de R\$ 3,295

Item 03 - valor unitário de R\$ 2,550

Item 04 - valor unitário de R\$ 2,930

Lote 02 - SETERB

Item 01 - valor unitário de R\$ 2,805.

Item 02 - valor unitário de R\$ 3,295

Item 03 - valor unitário de R\$ 2,550

Base Legal: Concorrência - Art. 22, Inc. I da Lei 8.666/93.

### HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2015

Homologação do pregão presencial n.º 013/2015 - Data da Homologação: 09 de abril de 2015

OBJETO: Contratação de empresa para confecção de móveis em MDF, sob medida, conforme projeto básico e demais especificações constantes no edital. FMS/SEMUS.

Critério de Julgamento: MENOR PREÇO GLOBAL.

Empresa: IRMÃOS PACHECO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME no valor global de R\$ 101.860,00

Base Legal: Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2.002, que regula a modalidade Pregão, Decreto Municipal nº 7.106/12, Lei Complementar 123/06 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 e alterações.

### EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 067/2015 - SEFAZ

	PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA DIRETORIA DE RECEITA GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA
--	--

### EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 067/2015

CONTRIBUINTE : LUCK LTDA

ENDEREÇO: RUA TEODOR KLEINE, 401 - FORTALEZA ALTA - BLUMENAU - SC

Inscrição no CMC: 71.695 CNPJ: 05.118.247/0001-20

Processo Fiscal : 2015/31

Sócios: LUIZ CHIQUETTI / DIONISIO SCHIQUETTI NETO

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base no artigo 151 da LC 632/2007, intimando-o para, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do 1º dia útil seguinte à ciência desta notificação:

- a) recolher à Fazenda Municipal o valor abaixo discriminado, referente ao débito do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (Art. 81 da LC 632/2007); ou

- b) reclamar do lançamento em que é parte (Art. 207, caput da LC 632/2007).

#### DEMONSTRATIVO DOS VALORES APURADOS:

Base de Cálculo	2.072,67
Imposto a Recolher	62,18
Atualização Monetária	16,35
Juros de Mora	33,77
Multa p/ infração	39,27
Total Geral	151,57

#### DESCRIÇÃO DOS FATOS

1) Período Fiscal: 2011/08

2) Documentos examinados: Notas Fiscais de serviços eletrônicas período citado (NOTABLU) SERVIÇOS TOMADOS nº Nº 00001927 DE 3/8/2011 CNPJ: 82.660.861/0008-37 Inscrição: 74537

PRESTADOR: MAX MOHR FILHO & CIA LTDA NO VALOR DE R\$ 1.036,58

Nº 00001940 DE 3/8/2011 CNPJ: 82.660.861/0008-37 Inscrição: 74537

PRESTADOR: MAX MOHR FILHO & CIA LTDA NO VALOR DE R\$ 1.036,58

3) Concluído o procedimento fiscal nos termos da legislação aplicável, constatou-se que o contribuinte:

3.1) Presta serviços, constante(s) da Lista de Serviços prevista na Lei Complementar Federal 116/03 e prevista no Art. 276 da LC 632/2007, item(ns): 7.02 - Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

3.2) Deixou de recolher o ISSQN devido referente ao período acima indicado, conforme demonstrativo acima e mapa de apuração anexo, infringindo a legislação tributária municipal em seu artigo 295, § 1º da LC 632/2007.

#### 4) COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

4.1) A base de cálculo da presente notificação compõe-se: Soma dos Valores referente as Notas Fiscais de Serviços Eletrônica (NOTABLU), serviços tomados.

#### 5) CÁLCULO DO VALOR A PAGAR

5.1) Sobre a receita apurada na forma supra foi aplicada a alíquota de: 3,00% (Art. 276 LC 632/2007).

5.2) Sobre o valor do imposto calculado incidiram os acréscimos legais conforme segue:

##### a) Atualização monetária:

- A partir de 2011 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC - Decreto nº 9313/2010

- A partir de 2012 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC - Decreto nº 9551/2011

- A partir de 2013 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC - Decreto nº 9876/2012

- A partir de 2014 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC - Decreto nº 10223/2013

b) Juros de Mora de 1% ao mês, com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007.

5.3) Foi aplicada multa de 50% sobre o valor atualizado conforme Art. 305 da LC 632/2007.

#### 6) Observações:

6.1) Dentro do prazo estipulado, esta Notificação poderá ser quitada (à vista, com redução de 90% na multa) ou parcelada (em até 60 vezes), nas condições previstas nos artigos 171 e 172 da LC 632/2007.

6.2) Vencidos os prazos para pagamentos ou reclamações, será o

débito inscrito em Dívida Ativa e terá início o processo de cobrança amigável ou judicial.

6.3) Integra a presente Notificação Fiscal o seguinte anexo: Mapa de Levantamento Fiscal e Cálculo.

ADRIANA PAULA DA SILVA  
AUDITORA FISCAL TRIBUTÁRIA  
Matrícula nº 21.553-8

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA DIRETORIA DE RECEITA GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA
--

#### TERMO DE FISCALIZAÇÃO MAPA DE LEVANTAMENTO FISCAL E CÁLCULO

ANEXO À NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº: 067/2015 - LUCK LTDA

Exercício 2011	Receita	Imposto Devido	Imposto a Pagar	Imposto	Atualização	Juros de	Valor Total
Meses	Fat Bruto	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Atualizado	Monetária	Mora	Apurado
Agosto	2.072,67	62,18	62,18	78,53	16,35	33,77	112,30
Totais	2.072,67	62,18	62,18	78,53	16,35	33,77	112,30

ADRIANA PAULA DA SILVA  
AUDITORA FISCAL TRIBUTÁRIA  
Matrícula nº 21.553-8

#### EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 096/2015 - SEFAZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA DIRETORIA DE RECEITA GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA
--

EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 096/2015

CONTRIBUINTE : SUMMER ELETRO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA

ENDEREÇO: RUA LAURA DESCHAMPS, 88 - AGUA VERDE - BLUMENAU - SC

Inscrição no CMC: 91.318 CNPJ: 11.987.841/0001-50

Processo Fiscal : 2014/728

Sócios: AQUILES BENVENUTTI / JOANA CLAUDIA WEBER

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base no artigo 151 da LC 632/2007, intimando-o para, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do 1º dia útil seguinte à ciência desta notificação:

- a) recolher à Fazenda Municipal o valor abaixo discriminado, referente ao débito do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (Art. 81 da LC 632/2007); ou

- b) reclamar do lançamento em que é parte (Art. 207, caput da LC 632/2007).

**DEMONSTRATIVO DOS VALORES APURADOS:**

Base de Cálculo	2.133,98
Imposto a Recolher	90,26
Atualização Monetária	23,74
Juros de Mora	51,30
Multa p/ infração	57,00
Total Geral	222,29

**DESCRIÇÃO DOS FATOS**

1) Período Fiscal: 2011/07

2) Documentos examinados: Notas Fiscais de serviços eletrônicas período citado (NOTABLU) SERVIÇOS TOMADOS nº 30 de 29/7/2011 CNPJ: 09.581.213/0001-29 Inscrição: 83909 LOCARE LOCAÇÃO, VENDA E ASSISTENCIA TECNICA DE EQUIPAMENTOS no valor de R\$ 2.133,98.

3) Concluído o procedimento fiscal nos termos da legislação aplicável, constatou-se que o contribuinte:

3.1) Presta serviços, constante(s) da Lista de Serviços prevista na Lei Complementar Federal 116/03 e prevista no Art. 276 da LC 632/2007, item(ns): 7.02 - Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).

3.2) Deixou de recolher o ISSQN devido referente ao período acima indicado, conforme demonstrativo acima e mapa de apuração anexo, infringindo a legislação tributária municipal em seu artigo 295, § 1º da LC 632/2007.

**4) COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO**

4.1) A base de cálculo da presente notificação compõe-se: Soma dos Valores referente as Notas Fiscais de Serviços Eletrônica (NOTABLU), serviços tomados.

**5) CÁLCULO DO VALOR A PAGAR**

5.1) Sobre a receita apurada na forma supra foi aplicada a alíquota de: 4,23% (Art. 276 LC 632/2007).

5.2) Sobre o valor do imposto calculado incidiram os acréscimos legais conforme segue:

**a) Atualização monetária:**

- A partir de 2011 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC - Decreto nº 9313/2010

- A partir de 2012 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC - Decreto nº 9551/2011

- A partir de 2013 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC - Decreto nº 9876/2012

- A partir de 2014 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC - Decreto nº 10223/2013

b) Juros de Mora de 1% ao mês, com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007.

5.3) Foi aplicada multa de 50% sobre o valor atualizado conforme Art. 305 da LC 632/2007.

**6) Observações:**

6.1) Dentro do prazo estipulado, esta Notificação poderá ser quitada (à vista, com redução de 90% na multa) ou parcelada (em até 60 vezes), nas condições previstas nos artigos 171 e 172 da LC 632/2007.

6.2) Vencidos os prazos para pagamentos ou reclamações, será o débito inscrito em Dívida Ativa e terá início o processo de cobrança amigável ou judicial.

6.3) Integra a presente Notificação Fiscal o seguinte anexo: Mapa de Levantamento Fiscal e Cálculo.

ADRIANA PAULA DA SILVA  
AUDITORA FISCAL TRIBUTÁRIA  
Matrícula nº 21.553-8

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA DIRETORIA DE RECEITA GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA
--

**TERMO DE FISCALIZAÇÃO  
MAPA DE LEVANTAMENTO FISCAL E CÁLCULO**

ANEXO À NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº: 096/2015 - SUMMER ELETRO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA

Exercício 2011	Receita	Imposto Devido	Imposto a Pagar	Imposto	Atualização	Juros de	Valor Total
Meses	Fat Bruto	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Atualizado	Monetária	Mora	Apurado
Julho	2.133,98	90,26	90,26	114,00	23,74	51,30	165,30
Totais	2.133,98	90,26	90,26	114,00	23,74	51,30	165,30

ADRIANA PAULA DA SILVA  
AUDITORA FISCAL TRIBUTÁRIA  
Matrícula nº 21.553-8

**EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 068/2015 - SEFAZ**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA DIRETORIA DE RECEITA GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA
--

**EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 068/2015**

CONTRIBUINTE : H2ALL PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO EM ENERGIAS RENOVÁVEIS LTDA ME  
ENDEREÇO: RUA JOHANN OHF, 1445/331 - AGUA VERDE - BLUMENAU - SC

Inscrição no CMC: 86.617 CNPJ: 10.792.200/0001-88

Processo Fiscal : 2015/34

Sócios: LUIZ ALESSANDRO DA SILVA / ANGELICA BOCCA DA SILVA

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base no artigo 151 da LC 632/2007, intimando-o para, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do 1º dia útil seguinte à ciência desta notificação:

- a) recolher à Fazenda Municipal o valor abaixo discriminado, referente ao débito do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (Art. 81 da LC 632/2007); ou
- b) reclamar do lançamento em que é parte (Art. 207, caput da LC 632/2007).

**DEMONSTRATIVO DOS VALORES APURADOS:**

Base de Cálculo	3.000,00
Imposto a Recolher	60,00
Atualização Monetária	15,78
Juros de Mora	31,83

Multa p/ infração	37,89
Total Geral	145,50

**DESCRIÇÃO DOS FATOS**

1) Período Fiscal: 2011/09

2) Documentos examinados: Notas Fiscais de serviços eletrônicas período citado (NOTABLU) Nº 001.

3) Concluído o procedimento fiscal nos termos da legislação aplicável, constatou-se que o contribuinte:

3.1) Presta serviços, constante(s) da Lista de Serviços prevista na Lei Complementar Federal 116/03 e prevista no Art. 276 da LC 632/2007, item(ns): 30.01 - SERVIÇO BIOLOGIA, BIOTECNOLOGIA E QUÍMICA.

3.2) Deixou de recolher o ISSQN devido referente ao período acima indicado, conforme demonstrativo acima e mapa de apuração anexo, infringindo a legislação tributária municipal em seu artigo 295, § 1º da LC 632/2007.

4) COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

4.1) A base de cálculo da presente notificação compõe-se:

Soma dos Valores referente as Notas Fiscais de Serviços Eletrônica (NOTABLU), nº 001.

5) CÁLCULO DO VALOR A PAGAR

5.1) Sobre a receita apurada na forma supra foi aplicada a alíquota de: 2% (Art. 276 LC 632/2007).

5.2) Sobre o valor do imposto calculado incidiram os acréscimos legais conforme segue:

a) Atualização monetária:

- A partir de 2011 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC - Decreto nº 9313/2010

- A partir de 2012 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC - Decreto nº 9551/2011

- A partir de 2013 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC - Decreto nº 9876/2012

- A partir de 2014 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC - Decreto nº 10223/2013

b) Juros de Mora de 1% ao mês, com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007.

5.3) Foi aplicada multa de 50% sobre o valor atualizado conforme Art. 305 da LC 632/2007.

6) Observações:

6.1) Dentro do prazo estipulado, esta Notificação poderá ser quitada (à vista, com redução de 90% na multa) ou parcelada (em até 60 vezes), nas condições previstas nos artigos 171 e 172 da LC 632/2007.

6.2) Vencidos os prazos para pagamentos ou reclames, será o débito inscrito em Dívida Ativa e terá início o processo de cobrança amigável ou judicial.

6.3) Integra a presente Notificação Fiscal o seguinte anexo: Mapa de Levantamento Fiscal e Cálculo.

ADRIANA PAULA DA SILVA  
AUDITORA FISCAL TRIBUTÁRIA  
Matrícula nº 21.553-8

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA DIRETORIA DE RECEITA GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA
--

**TERMO DE FISCALIZAÇÃO****MAPA DE LEVANTAMENTO FISCAL E CÁLCULO**

ANEXO À NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº: 068/2015 - H2ALL PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO EM ENERGIAS RENOVÁVEIS LTDA ME

Exercício 2011	Receita	Imposto Devido	Imposto a Pagar	Imposto	Atualização	Juros de	Valor Total
Meses	Fat Bruto	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Atualizado	Monetária	Mora	Apurado
Setembro	3.000,00	60,00	60,00	75,78	15,78	31,83	107,61
Totais	3.000,00	60,00	60,00	75,78	15,78	31,83	107,61

ADRIANA PAULA DA SILVA  
AUDITORA FISCAL TRIBUTÁRIA  
Matrícula nº 21.553-8

**PORTARIA Nº 5701/2015 - SAMAE**

PORTARIA Nº 5701/15

DISPENSA SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, de acordo com o art. 20-A, Anexo III da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005 e alterações, RESOLVE:

**DISPENSAR**

A servidora pública autárquica municipal relacionada, ocupante de cargo de provimento efetivo do Quadro Permanente de Pessoal, a contar de 28 de fevereiro de 2015, da seguinte função gratificada de confiança:

ANA CRISTINA VAZ GAVASSO, Agente de Logística, cadastro 1935-6, lotada na Diretoria Financeira, da função de Assessor Comercial de Água, símbolo FGC 50%, designada pela Portaria nº 5400/13 de 25/06/2013.

Samae, 30 de março de 2015.

VALDAIR JOSÉ MATIAS  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5702/2015 - SAMAE**

PORTARIA Nº 5702/15

CONCEDE GRATIFICAÇÃO PELO EFETIVO EXERCÍCIO DE AUXILIAR DE CONTROLE INTERNO A SERVIDORA PÚBLICA AUTÁRQUICA MUNICIPAL ANA CRISTINA VAZ GAVASSO

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, e;

**CONCEDE:**

De acordo com o parágrafo 2º do Artigo 4º da Lei Complementar Nº 437/2004, alterada pela Lei Complementar Nº 881/2013, Gratificação pelo efetivo exercício de Auxiliar de Controle Interno à servidora pública autárquica municipal, ANA CRISTINA VAZ GAVASSO, cadastro 1935-6, designada pela Portaria 18.597, de 31 de março de 2015, a contar de 01 de março de 2015.

Samae, 31 de março de 2015.  
VALDAIR JOSÉ MATIAS  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 5703/2015 - SAMAE**

PORTARIA Nº 5703/15

NOMEIA CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014 PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

VALDAIR JOSÉ MATIAS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005 e alterações, nomeado pela Portaria Nº 16.492, de 01 de janeiro de 2013, RESOLVE:

NOMEAR

De acordo com o Artigo 9, inciso I da Lei Complementar Nº 660, de 28 de novembro de 2007, o candidato aprovado no Concurso Público Nº 001/2014, a contar desta data:

SÉRGIO PEREIRA RODRIGUES, para ocupar cargo de provimento efetivo de Economista, do Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, da Categoria 9, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento I, Padrão de Vencimento A, Processo Nº 153/1504

Samae, 14 de abril de 2015.  
VALDAIR JOSÉ MATIAS  
Diretor Presidente

**PORTARIA Nº 18.660/2015**

PORTARIA N. 18.660, 15 DE ABRIL DE 2015.

DESIGNA A COORDENADORA PEDAGÓGICA PATRÍCIA NASCIMENTO DA SILVA PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE DIRETOR DO CEI ERWIN PASOLD E CONCEDE-LHE A RESPECTIVA GRATIFICAÇÃO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento o art. 16, IV, da Lei n. 7.796, de 16/10/2012 e no art. 68, do Decreto n. 9.824, de 16/10/2012 e de conformidade com o Memorando n. 163/2015 - Gabinete SEMED, de 10/04/2015, resolve:

DESIGNAR, a contar de 13 de abril de 2015, a Coordenadora Pedagógica PATRÍCIA NASCIMENTO DA SILVA, integrante do Quadro Permanente do Magistério Público Municipal, para o exercício da função de Diretor do CEI "Erwin Pasold", concedendo-lhe a gratificação de que trata a Lei Complementar nº 822, de 21/10/2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 15 de abril de 2015.  
NAPOLEÃO BERNARDES  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 385/2015 - SEMUS**

PORTARIA Nº 385 / 2015 / GABSEMUS

Dispõe sobre a atualização da composição da Comissão de Farmácia e Terapêutica (CFT) da Secretaria de Saúde de Blumenau (SEMUS)

MARIA REGINA DE SOUZA SOAR, Secretária Municipal de Saúde, no uso das atribuições, CONFERIDAS EM VIRTUDE DA MUNICIPALIZAÇÃO DA SAÚDE, através da Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990, como Gestor de Saúde, RESOLVE:

DISPENSAR

A servidora Adriana Manczak - Farmacêutica da COMISSÃO DE FARMÁCIA E TERAPÊUTICA a partir de 11 de março de 2015, conforme solicitação da servidora.

Secretaria Municipal de Saúde, em 17 de abril de 2015  
MARIA REGINA DE SOUZA SOAR  
Secretária Municipal de Saúde

**PORTARIA Nº 574/2015 - FAEMA**

PORTARIA Nº 574

EXONERA MARILEUSA DA SILVA PINTO DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL INSTITUCIONAL DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FAEMA.

FERNANDO LEITE, Presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 6º, inciso VI, da Lei Complementar nº 507, de 17 de março de 2005, e com fundamento no artigo 46, inciso I, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, resolve:

EXONERAR

MARILEUSA DA SILVA PINTO, ocupante do cargo em comissão de GERENTE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL INSTITUCIONAL da Fundação Municipal do Meio Ambiente, símbolo CC-3, nomeada pela Portaria nº 444, de 28 de março de 2013, a contar a partir desta data.

Blumenau(SC), 10 de abril de 2015.  
FERNANDO LEITE  
Presidente da FAEMA

**PORTARIA Nº 575/2015 - FAEMA**

PORTARIA Nº 575

EXONERA FILLIPE DOS SANTOS DO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FAEMA.

FERNANDO LEITE, Presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 6º, inciso VI, da Lei Complementar nº 507, de 17 de março de 2005, e com fundamento no artigo 46, inciso I, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, resolve:

EXONERAR

FILLIPE DOS SANTOS, ocupante do cargo em comissão de GERENTE DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO da Fundação Municipal do Meio Ambiente, símbolo CC-3, nomeado pela Portaria nº 538, de 10 de junho de 2014, a contar a partir desta data.

Blumenau(SC), 10 de abril de 2015.  
FERNANDO LEITE  
Presidente da FAEMA

**PORTARIA Nº 576/2015 - FAEMA**

PORTARIA Nº 576

NOMEIA FILLIPE DOS SANTOS PARA EXERCER O CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL INSTITUCIONAL DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FAEMA.

FERNANDO LEITE, Presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 6º, inciso VI, da Lei Complementar nº 507, de 17 de março de 2005, e com fundamento no artigo 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, combinado com o artigo 5º, inciso IV, "b", artigo 14, III, "a" e artigo 20, todos da Lei Complementar nº 507, de 17/05/2005, e alterações subsequentes, resolve:

NOMEAR:

FILLIPE DOS SANTOS, para exercer o cargo em comissão de Gerente de Educação Ambiental Institucional da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, símbolo CC-3, a contar a partir desta data.

Blumenau, 10 de abril de 2015.

FERNANDO LEITE

Presidente da FAEMA

**PORTARIA Nº 578/2015 - FAEMA**

PORTARIA Nº 578

REVOGA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 560, DE 18/12/2014.

FERNANDO LEITE, Presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 6º, inciso VI, da Lei Complementar nº 507, de 17 de março de 2005, resolve:

Art. 1º - Ficam revogados os efeitos da Portaria nº 560, de 18 de dezembro de 2014, que aprovou a Instrução Normativa - IN Nº 14 desta Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a esta data.

Blumenau(SC), 14 de abril de 2015.

FERNANDO LEITE

Presidente da FAEMA

**PORTARIA Nº 579/2015 - FAEMA**

PORTARIA Nº 579

DESIGNA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE PARA COMPOR COMISSÃO ELEITORAL.

FERNANDO LEITE, Presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente e do Conselho Municipal do Meio Ambiente, no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º da Lei Complementar n. 785, de 15/12/2010 e no art. 33 do Regimento Interno do CMMA, de 22/03/2011, resolve:

DESIGNAR:

Membros do Conselho Municipal do Meio Ambiente para compor a Comissão Eleitoral, que irá supervisionar a eleição para os conselheiros não-governamentais do segmento previsto no art. 3º, II, alínea "a" a "e" da Lei Complementar nº 785/2010, para o quadriênio 2015-2019, ficando o primeiro indicado, designado a presidir a distinta Comissão:

NICOLAU CARDOSO NETO, representante da Ordem dos Advogados

do Brasil - OAB/SC, Subseção de Blumenau;

CID STEINBACH, representante da Câmara de Dirigentes Lojistas de Blumenau - CDL;

ROSANGELA MUELLER, representante da Associação Empresarial de Blumenau - ACIB;

DAYANA BOERINGER, representante da Associação das Micro e Pequenas Empresas - AMPE;

ROBSON LUIZ POLMANN, representante da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano - SEPLAN.

Blumenau, 14 de abril de 2015.

FERNANDO LEITE

Presidente da FAEMA

**PORTARIA Nº 580/2015 - FAEMA**

PORTARIA Nº 580

ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS NA Portaria nº. 567, RELATIVA AOS PROCEDIMENTOS E TRÂMITES DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS DE CONTROLE E LICENCIAMENTO AMBIENTAL NO AMBITO DAS GERÊNCIAS DE CONTROLE DE POLUIÇÃO E RECURSOS NATURAIS.

FERNANDO LEITE, presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente (FAEMA), de Blumenau/SC, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 6º, inciso I, da Lei Complementar nº. 507, de 17 de março de 2005, e com fundamento no artigo 10, incisos I e IX, da Lei Complementar nº. 747, de 23 de março de 2010, RESOLVE:

Art. 1º - O inciso IV do artigo 2º. da Portaria 567 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º - .....

.....

IV - no caso de emissão de Parecer Técnico favorável ao requerente, encaminhá-lo à Gerência da respectiva área, juntamente com a respectiva Licença/Autorização preenchida;"

Art. 2º - O artigo 2º da Portaria 567 passa a vigorar acrescido do inciso V com a seguinte redação:

"Art. 2º - .....

.....

V - A critério da FAEMA e de forma justificada poderão ser emitidos pareceres técnicos parciais, relativos a análises de questões específicas dos estudos ambientais."

Art. 3º - O 'caput' do artigo 3º da Portaria 567 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º - A gerência de área, de posse da manifestação técnica conclusiva, de que tratam os incisos III e V do art. 2º, acima: .....

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau(SC), 16 de abril de 2015.

FERNANDO LEITE

Presidente da FAEMA

**PORTARIA Nº 581/2015 - FAEMA**

PORTARIA Nº 581

NOMEIA PRISCILA FERNANDA GUEDES OEHELMANN PARA EXERCER O CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FAEMA.

FERNANDO LEITE, Presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 6º, inciso VI, da Lei Complementar nº 507, de 17 de março de 2005, e com fundamento no artigo 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, combinado com o artigo 5º, inciso IV, "b", artigo 14, III, "b" e artigo 20, todos da Lei Complementar nº 507, de 17/05/2005, e alterações subsequentes, resolve:

NOMEAR:

PRISCILA FERNANDA GUEDES OEHELMANN, para exercer o cargo em comissão de Gerente de Unidades de Conservação da Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, símbolo CC-3, a contar desta data.

Blumenau, 17 de abril de 2015.

FERNANDO LEITE

Presidente da FAEMA

**PORTARIA Nº 582/2015 - FAEMA**

PORTARIA Nº 582

CONCEDE ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO A FAVOR DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL FELISBERTO JOSÉ LUCIANI.

FERNANDO LEITE, Presidente da Fundação Municipal do Meio Ambiente, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 6º, inciso VI, da Lei Complementar nº 507, de 17 de março de 2005 e, com fundamento no artigo 118, caput e parágrafos 1º e 2º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2008 e alterações subsequentes:

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder a favor FELISBERTO JOSÉ LUCIANI, servidor público municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Florestal, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, lotado na Fundação Municipal do Meio Ambiente - FAEMA, matrícula 779, ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO, em razão do tempo de serviço prestado anteriormente ao Município de Blumenau, no cargo de Técnico em Agropecuária, no período de 15.08.1989 a 01.08.2003, totalizando 5.100 dias, correspondendo a 13 anos, 11 meses e 15 dias, já reconhecidos pela Portaria Nº 273, de 01 de julho de 2009.

At. 2º - Conceder o Adicional de Tempo de serviço de forma retroativa a 04/06/2009, consoante processos administrativos 2009/1468, 3744/2014, 2015/2383 e, o Parecer/FAEMA/Jurídico Nº 006/2015, datado de 07/04/2015.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 17 de abril de 2015.

FERNANDO LEITE

Presidente da FAEMA

**EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 066/2015 - SEFAZ**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU  
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA  
DIRETORIA DE RECEITA  
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

**EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 066/2015**

CONTRIBUINTE : ALMEIDA IMPORT REPRESENTACOES LTDA - ME  
ENDEREÇO: RUA General Osório, 4584 - Salto Weissbach - BLUMENAU - SC

Inscrição no CMC: 73.324 CNPJ: 05.554.315/0001-02

Processo Fiscal : 2014/727

Sócios: ADRIANA JUNKLAUS / DIURNEI DE ALMEIDA

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base no artigo 151 da LC 632/2007, intimando-o para, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do 1º dia útil seguinte à ciência desta notificação:

- a) recolher à Fazenda Municipal o valor abaixo discriminado, referente ao débito do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (Art. 81 da LC 632/2007); ou
- b) reclamar do lançamento em que é parte (Art. 207, caput da LC 632/2007).

**DEMONSTRATIVO DOS VALORES APURADOS:**

Base de Cálculo	24.295,50
Imposto a Recolher	484,91
Atualização Monetária	14,08
Juros de Mora	16,56
Multa p/ infração	249,49
Total Geral	765,04

**DESCRIÇÃO DOS FATOS**

- 1) Período Fiscal: 2014/10, 2014/11 e 2014/12 e 02/2015
- 2) Documentos examinados: Notas Fiscais de serviços eletrônicas período citado (NOTABLU) nº 001 a 043
- 3) Concluído o procedimento fiscal nos termos da legislação aplicável, constatou-se que o contribuinte:
  - 3.1) Presta serviços, constante(s) da Lista de Serviços prevista na Lei Complementar Federal 116/03 e prevista no Art. 276 da LC 632/2007, item(ns): 10.09 - Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.
  - 3.2) Deixou de recolher o ISSQN devido referente ao período acima indicado, conforme demonstrativo acima e mapa de apuração anexo, infringindo a legislação tributária municipal em seu artigo 295, § 1º da LC 632/2007.
- 4) COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO
  - 4.1) A base de cálculo da presente notificação compõe-se: Soma dos Valores referente as Notas Fiscais de Serviços Eletrônica (NOTABLU).
- 5) CÁLCULO DO VALOR A PAGAR
  - 5.1) Sobre a receita apurada na forma supra foi aplicada a alíquota de: 2,00% (Art. 276 LC 632/2007).
  - 5.2) Sobre o valor do imposto calculado incidiram os acréscimos legais conforme segue:
    - a) Atualização monetária:
      - A partir de 2011 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC - Decreto nº 9313/2010

- A partir de 2012 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC - Decreto nº9551/2011  
 - A partir de 2013 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC - Decreto nº 9876/2012  
 - A partir de 2014 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC - Decreto nº 10223/2013  
 b) Juros de Mora de 1% ao mês, com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007.

5.3) Foi aplicada multa de 50% sobre o valor atualizado conforme Art. 305 da LC 632/2007.

6) Observações:

6.1) Dentro do prazo estipulado, esta Notificação poderá ser quitada (à vista, com redução de 90% na multa) ou parcelada (em até 60 vezes), nas condições previstas nos artigos 171 e 172 da LC 632/2007.

6.2) Vencidos os prazos para pagamentos ou reclames, será o débito inscrito em Dívida Ativa e terá início o processo de cobrança amigável ou judicial.

6.3) Integra a presente Notificação Fiscal o seguinte anexo: Mapa de Levantamento Fiscal e Cálculo.

ADRIANA PAULA DA SILVA  
 AUDITORA FISCAL TRIBUTÁRIA  
 Matrícula nº 21.553-8

	PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA DIRETORIA DE RECEITA GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA
--	--

#### TERMO DE FISCALIZAÇÃO MAPA DE LEVANTAMENTO FISCAL E CÁLCULO

#### ANEXO À NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº: 066/2015 - ALMEIDA IMPORT REPRESENTACOES LTDA - ME

Exercício 2014	Receita	Imposto Devido	Imposto a Pagar	Impos-to	Atualização	Juros de	Valor Total
Meses	Fat Bruto	Vlr.Histórico	Vlr.Histórico	Atualizado	Mone-tária	Mora	Apurado
Outubro	2.978,50	59,57	59,57	63,34	3,77	3,017	66,51
Novembro	2.730,00	54,60	54,60	58,05	3,45	2,32	60,38
Dezembro	5.420,00	108,40	108,40	115,26	6,86	3,46	118,71
2015							
Fevereiro	13.117,00	262,34	262,34	262,34	0,00	2,62	264,96
Totais	24.295,50	484,91	484,91	498,99	14,08	16,56	515,55

ADRIANA PAULA DA SILVA  
 AUDITORA FISCAL TRIBUTÁRIA  
 Matrícula nº 21.553-8

#### PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2015 - SEDEAD

Pregão Presencial Nº. 023/2015 - Objeto: Aquisição de grelhas de ferro fundido - SESUR -  
 Empresa: Racine Comercial Ltda EPP  
 Valor unitário: R\$165,00.  
 Valor total: R\$41.250,00.  
 Data da homologação: 16/04/2015.

#### RESOLUÇÃO CMH Nº 001/2015 - SEMUDES

Resolução C.M.H.-Nº- 001/2015

Aprova a proposta de Metas e Prioridades para a L.D.O.- Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício de 2016, relativo ao Fundo Municipal de Habitação.

O Conselho Municipal de Habitação- C.M.H., no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar nº- 669 de 17 de dezembro de 2007 e suas atribuições;

Considerando:

- A Lei municipal Complementar nº- 669, de 17 de dezembro de 2007, que institui a Política Municipal de Habitação e Dispõe sobre o Conselho Municipal de Habitação e o Fundo Municipal de Habitação e suas alterações;  
 - A aprovação da proposta de Metas e Prioridades referentes a L.D.O.- Lei de Diretrizes Orçamentárias, relativas ao Fundo Municipal de Habitação, para o exercício de 2016, em plenária extraordinária do C.M.H.- Conselho Municipal de Habitação em 14 de abril de 2015;

Resolve:

Art. 1º- Aprovar a proposta de Metas e Prioridades, apresentadas pelo órgão gestor referente a L.D.O.- Lei de Diretrizes Orçamentárias, relativas ao Fundo Municipal de Habitação, para o exercício de 2016.

Art. 2º- Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeito a partir desta data de aprovação, em plenária.

Blumenau, 14 de abril de 2015  
 Valdecir Mengarda  
 Presidente do Conselho Municipal de Habitação

#### RESOLUÇÃO CMH Nº 002/2015 - SEMUDES

Resolução C.M.H.-Nº- 002/2015

Aprova a proposta de alteração da atual Lei nº- 669 de 17 de dezembro de 2007.

O Conselho Municipal de Habitação- C.M.H., no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Complementar nº- 669 de 17 de dezembro de 2007 e suas atribuições;

Considerando:

- A Lei municipal Complementar nº- 669, de 17 de dezembro de 2007, que institui a Política Municipal de Habitação e Dispõe sobre o Conselho Municipal de Habitação e o Fundo Municipal de Habitação e suas alterações;  
 - A aprovação da proposta de alteração da Lei nº- 669 de 17 de dezembro de 2007, deliberada em plenária extraordinária em 14 de abril de 2015;

Resolve:

Art. 1º- Aprovar a proposta de alteração da Lei nº- 669 de 17 de dezembro de 2007, encaminhando-a, a apreciação da Procuradoria Geral do Município.

Art. 2º- Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeito a partir desta data de aprovação, em plenária.

Blumenau, 14 de abril de 2015

Valdecir Mengarda

Presidente do Conselho Municipal de Habitação

## CÂMARA MUNICIPAL

### EXTRATO DO CONTRATO N.º 20-01/2015 - 2

EXTRATO DO CONTRATO N.º 20-01/2015 - 2

PARTES: CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU E REDE FRONTEIRA DE COMUNICAÇÃO LTDA, FUNDAÇÃO LUTERANA DE COMUNICAÇÃO, STUDIO RADIODIFUSÃO LTDA, SOCIEDADE ECONÔMICA DE COMUNICAÇÃO LTDA, RÁDIO MENINA TROPICAL FM LTDA, FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU e RÁDIO ATLÂNTIDA FM DE BLUMENAU LTDA

OBJETO: CREDENCIAMENTO EMISSORAS DE RADIODIFUSÃO EM FREQUÊNCIA MODULADA (FM) PARA TRANSMISSÃO DE PROGRAMA INSTITUCIONAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU.

VALOR: R\$ 239.400,00 (duzentos e trinta e nove mil e quatrocentos reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 25 da Lei 8.666/93 e Inexigibilidade N.º 01/2015, de 07/04/2015.

DATA: 07/04/2015

VENCIMENTO: 07/04/2016

### RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 14 DE ABRIL DE 2015.

Reunião Ordinária do dia 14 de abril de 2015.

Terça-Feira - 15:00 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Almir Vieira
Cezar João Cim	Fábio Fiedler
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Jens Juergen Mantau	Oldemar Becker
Roberto Tribess	Vanderlei Paulo de Oliveira
Zeca Bombeiro	

#### ORDEM DO DIA

Retirados da Ordem do dia: o Projeto de Resolução nº 476; as Emendas 01 a 05 ao Projeto de Lei Complementar nº 1.406; e o Projeto de Lei nº 6.702 e suas Emendas 01 a 05.

Aprovados, em 2ª discussão e votação, o Projeto de Lei nº 6.819

e o Projeto de Lei Complementar nº 1.406. Destino: à Comissão de Redação Final.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além dos Requerimentos nºs 455 e 456/2015. Destino: à Secretaria para providências.

Encaminhados ao arquivo, conforme o art. 19, § 6º da Lei Orgânica do Município, os Projetos de Lei nºs 6.734, 6.736, 6.745, 6.776, 6.803, 6.811, 6.812 e 6.813; e os Projetos de Lei Complementar nºs 1.441, 1.442 e 1.443.

### RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 16 DE ABRIL DE 2015.

Reunião Ordinária do dia 16 de abril de 2015.

Quinta-Feira - 15:00 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Almir Vieira
Cezar João Cim	Fábio Fiedler
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Jens Juergen Mantau	Oldemar Becker
Roberto Tribess	Vanderlei Paulo de Oliveira
Zeca Bombeiro	

#### ORDEM DO DIA

Aprovadas, em 2ª discussão e votação, as Emendas nºs 01 a 05 ao Projeto de Lei nº 6.702. Destino: incorporadas ao projeto.

Aprovados, em 2ª discussão e votação, os Projetos de Lei nºs 6.702 e 6.759. Destino: à Comissão de Redação Final.

Aprovadas, em única discussão e votação, todas as proposições constantes da matéria da Ordem do Dia, além dos Requerimentos nºs 460, 461, 462, 463, 464, 465, 466 e 467/2015; e as Moções nºs 81, 82, 83 e 84/2015. Destino: à Secretaria para providências.

Transferidos para a próxima Sessão os Requerimentos nºs 465 e 467/2015 e as Moções nºs 78, 79, 80, 81, 82, 83 e 84/2015.

Promulgadas as Resoluções MD nºs 2300, 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311 e 2312. Destino: comunique-se e publique-se.

**RESUMO DO EXPEDIENTE DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 14 DE ABRIL DE 2015.**

Reunião Extraordinária do dia 14 de abril de 2015.  
Terça-Feira - 18:30 horas.

Mário Hildebrandt	- Presidente da Câmara Municipal
Marcos da Rosa	- Vice-Presidente
Célio Dias	- 1º Secretário
Marco Antônio Wanrowsky	- 2º Secretário

Adriano Pereira	Almir Vieira
Cezar João Cim	Fábio Fiedler
Ivan Naatz	Jefferson Forest
Jens Juergen Mantau	Oldemar Becker
Roberto Tribess	Vanderlei Paulo de Oliveira
Zeca Bombeiro	

**ORDEM DO DIA**

Aprovadas, em única discussão e votação, as Redações Finais do Projeto de Lei nº 6.819 e do Projeto de Lei Complementar nº 1.406. Destino: à sanção do Executivo.

**Bom Jesus do Oeste****PREFEITURA****CONTRATO Nº. 77/2015**

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 77/2015

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: COOPERATIVA AGROINDUNSTRIAL DE IRACEMINHA  
Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 002/2015  
Objeto: Aquisição de gêneros de alimentação da agricultura familiar para manutenção da merenda escolar.  
Valor: R\$ 9.803,00 (Nove mil oitocentos e três reais).  
Vigência: 16 de Abril de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.  
Assinatura: 16 de Abril de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

**CONTRATO Nº. 78/2015**

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO Nº 78/2015

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: CLEVIO DICHEL  
Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 02/2015  
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para manutenção da merenda escolar.  
Valor: R\$ 2.750,00 (Dois mil setecentos e cinquenta reais).  
Vigência: 16 de Abril de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.  
Assinatura: 16 de Abril de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

**CONTRATO Nº. 79/2015**

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 79/2015

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: MARINS MEDEIROS  
Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 02/2015  
Objeto: Aquisição de gêneros de alimentação da agricultura familiar para manutenção da merenda escolar.  
Valor: R\$ 1.790,00 (Mil setecentos e noventa reais).  
Vigência: 16 de Abril de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.  
Assinatura: 16 de Abril de 2015

AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

**CONTRATO Nº. 80/2015**MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 80/2015

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA RODOVIARIA - CIDIR.  
Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 909/2015  
Objeto: Execução de pavimentação asfáltica em Ruas e Avenidas do perímetro urbano com área total de 5.292,08 m².  
Valor: R\$ 192.430,75 (Cento e noventa e dois mil quatrocentos e trinta reais e setenta e cinco centavos).  
Vigência: 20 de Abril de 2015 a 31 de Julho de 2015.  
Assinatura: 20 de Abril de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 4706/2015**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

DECRETO Nº 4706/2015 de 20 de Abril de 2015.

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 0909/2015, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº: 8.666/93, atualizada pela Lei nº 8.883/94;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 4641/15 de 05 de Janeiro de 2.015, sob o Processo de Licitação nº 0909/2015, que tem por objeto Execução de pavimentação asfáltica sobre calçamento em ruas e avenidas do perímetro urbano do município totalizando 5.292,08 m².

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
1	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE DES. DA INFRAESTRUTURA RODOVIARIA-CIDIR.	Execução de pavimentação asfáltica sobre calçamento em na Avenida Planalto e Ruas Irmãos Ambrósio trecho I e II e Rua Eduardo Sehnem totalizando 5.292,08 M²	1,00	192.430,75

Cento e noventa e dois mil quatrocentos e trinta reais e setenta e cinco centavos

192.430,75

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC,  
aos 20/04/15.

AIRTON ANTONIO REINEHR  
Prefeito Municipal

**DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº. 909/2015**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTEPROCESSO LICITATÓRIO Nº 909/2015  
EDITAL DE DISPENSA POR JUSTIFICATIVA Nº. 900/2015

O MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu

Prefeito Municipal Sr. Airton Antonio Reinehr, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que realizou Processo Licitatório, na modalidade de Dispensa por Justificativa, tendo como objeto a execução de pavimentação asfáltica em ruas e avenidas do perímetro urbano totalizando 5.292.08 m².

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste - SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: compras@bomjesusdooeste.sc.gov.br ou no site www.bomjesusdooeste.sc.gov.br.

Bom Jesus do Oeste - SC, aos 17 de Abril de 2015.

Airton Antonio Reinehr  
Prefeito Municipal

# Bom Retiro

## PREFEITURA

### 384.04.15 - P. PONTO FACULTATIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 384/15 de 16.04.15

Ponto Facultativo

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por LEI:

#### RESOLVE:

Declarar Ponto Facultativo aos Funcionários e Secretários Municipais, no dia 20 de abril de 2015, por considerar inexpressivo para as atividades internas e externas das repartições públicas municipais, mantendo apenas os serviços essenciais de coleta de lixo.

Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
16 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

DARIO CESAR DE LINS

Prefeito Municipal

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

### 385.04.15 - P. DES. SERV. MARINELI DA CRUZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 385/15 de 16.04.15

Designa Servente Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

#### Resolve:

Designar Marineli da Cruz, para atuar como Servente 40 horas semanais no Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, no período de 14 de abril com término no dia 30 de abril de 2015, até a homologação do Concurso Público, para Contratação de Servente, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Servente - Padrão I, Nível 1 do Quadro de Pessoal do Município.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,  
16 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

DARIO CESAR DE LINS

Prefeito Municipal

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

## CHAMADA PÚBLICA SAÚDE 02.2015

Chamada Pública 02/2015

EDITAL PROCESSO SELETIVO 001/2015

O Prefeito do Município de Bom Retiro, Estado de Santa Catarina, Senhor Albino Gonçalves Padilha, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, juntamente com a Secretária Municipal de Saúde, senhora Hiede Maria Carbonera, em obediência aos Princípios Constitucionais da Impessoalidade, Publicidade e Eficiência Administrativa, bem como pela existência temporária de vagas para os cargos de Auxiliar de Enfermagem, uma vez que, não houve candidatos aprovados e classificados no Processo Seletivo 01/2015, tornam público, pelo presente Edital, as normas para CHAMADA PÚBLICA, nos itens a seguir:

#### 1. DAS VAGAS:

Cargo: Auxiliar de Enfermagem - 24/04/2015 das 09h00min às 10h00min.

PARA OCUPAÇÃO DE 02 (duas) VAGAS DISPONÍVEIS PARA TRABALHAR NO POSTO DE SAÚDE.

PERÍODO DE CONTRATAÇÃO: 01/05/2015 a 31/12/2015.

Carga Horária: 40h semanais, sendo que o horário será definido após a contratação.

2. Pelo presente edital, ficam convocados os interessados em assumir as vagas temporárias existentes de Auxiliar de Enfermagem para trabalharem no período de 01 de maio de 2015 à 31 de dezembro de 2015, a comparecerem junto a Secretaria de Administração e Fazenda, na sede da prefeitura de Bom Retiro/SC, no dia 24/04/2015 das 9h às 10h, munidos da documentação exigida nos itens que seguem, a fim de participarem da prova de tempo de serviço e prova de horas de curso, devendo para tanto cumprirem as normas abaixo descritas.

3. Considerando que não há tempo hábil para aplicação de provas objetivas; que estas já foram aplicadas no processo seletivo público 001/2015; que os candidatos que lá se inscreveram não obtiveram classificação, serão classificados os candidatos que comparecerem pela avaliação de tempo de serviço e horas de curso na área da saúde, nos seguintes termos:

#### 3.1 DA PROVA DE TEMPO DE SERVIÇO

3.1.1. A Prova de tempo de serviço é constituída pela análise e pontuação de documentos apresentados pelos candidatos comprobatórios do tempo de serviço na área do cargo no serviço público ou particular, que serão avaliados de acordo com a tabela abaixo:

TEMPO DE SERVIÇO NA ÁREA DE ATUAÇÃO	PONTUAÇÃO
Comprovação de tempo de experiência na área do cargo na rede pública ou particular com a duração mínima de 1 ano	0,20
Comprovação de tempo de experiência na área do cargo na rede pública ou particular com a duração de 1 ano e 1 dia a 2 anos	0,40
Comprovação de tempo de experiência na área do cargo na rede pública ou particular com a duração de 2 anos e 1 dia a 3 anos	0,60
Comprovação de tempo de experiência na área do cargo na rede pública ou particular com a duração de 3 anos e 1 dia a 4 anos	0,80
Comprovação de tempo de experiência na área do cargo na rede pública ou particular com a duração de 4 anos e 1 dia a 5 anos	1,00

Comprovação de tempo de experiência na área do cargo na rede pública ou particular com a duração de 5 anos e 1 dia a 6 anos	1,20
Comprovação de tempo de experiência na área do cargo na rede pública ou particular com a duração de 6 anos e 1 dia a 7 anos	1,40
Comprovação de tempo de experiência na área do cargo na rede pública ou particular com a duração de 7 anos e 1 dia a 8 anos	1,60
Comprovação de tempo de experiência na área do cargo na rede pública ou particular com a duração de 8 anos e 1 dia a 9 anos	1,80
Comprovação de tempo de experiência na área do cargo na rede pública ou particular com duração superior a 9 anos e 1 dia.	2,00
Pontuação máxima	2,00

3.1.2 Poderão ser apresentados para comprovação do tempo de serviço:

- a) Certidão e/ou atestado de tempo de serviço emitida por órgão público dos poderes Municipal, Estadual ou Federal, em que conste a identificação do servidor e ter o beneficiário exercido no cargo pretendido pelo tempo especificado em anos, meses e dias; e ou
- b) Declaração e/ou atestado emitida pela Direção e ou Setor de Recursos Humanos de estabelecimento de saúde particular, constando a identificação do candidato e o tempo de serviço em anos, meses e dias.

3.1.3. Não serão pontuados os documentos que não atenderem estritamente o disposto nos itens 3.1.1 e 3.2.1, não entregues no prazo e locais determinados, borrados, rasurados, riscados, incompletos ou cujo inteiro teor não seja facilmente legível ou ainda não entregues pelo próprio candidato.

### 3.2 DA PROVA DE HORAS DE APERFEIÇOAMENTO

3.2.1 A pontuação decorrente da contagem de cursos de aperfeiçoamento obedecerá aos critérios constantes da tabela abaixo.

NÚMERO DE HORAS	PONTUAÇÃO
40 HORAS	0,10
41 A 80 HORAS	0,30
81 A 120 HORAS	0,50

3.2.2 Frequência em Cursos de Formação Continuada: somente serão aceitos Certificados de Cursos de Aperfeiçoamento que estejam devidamente registrados no órgão competente, relativo ao ano de 2012 a 2015. A carga horária dos Cursos a ser computada não excederá a 120 horas.

3.3. A nota da prova de tempo de serviço e horas de curso será o somatório dos pontos obtidos na prova de tempo de serviço + horas de cursos.

3.4. A nota final das provas será a soma final da pontuação obtida na prova de tempo de serviço + horas de cursos obtendo assim a nota final.

3.5. Os candidatos serão classificados em ordem decrescente de acordo com a nota final obtida.

3.6. Ocorrendo empate na pontuação obtida na nota final, terá preferência, para fins de desempate, o candidato que, sucessivamente:

1º) Maior tempo de atuação no cargo de serviço público Municipal para o item 1 de Auxiliar de enfermagem;

2º) Maior tempo de atuação no cargo no serviço público do Estado para o item 1 de Auxiliar de enfermagem;

3º) Maior idade.

3.7. Os candidatos deverão comparecer no dia 24/04/2015, das 9h às 10h, munidos da seguinte documentação para efetivação de sua inscrição:

- a) Carteira de identidade (cópia);
- b) CPF (cópia);
- c) Título de Eleitor (cópia);
- d) Comprovante de habilitação mediante apresentação de certificado/Comprovante de Frequência ou histórico escolar, expedidos por órgãos competentes (cópia autenticada);
- e) Documento comprobatório de participação em programas de formação continuada, aperfeiçoamento e atualização, expedidos e registrados por órgão competente, realizados em 2012 a 2015 (cópia autenticada).
- f) Atestado de tempo de serviço na área do cargo expresso por períodos de contratação, em anos, meses e dias, expedido por órgão competente, (considerados até 24/04/2015) (original ou cópia autenticada);

### 4 - DA CONTRATAÇÃO

4.1 A contratação dos candidatos aprovados obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação final.

4.2. Os candidatos aprovados pelo número de vagas deverão comparecer no dia 01/05/2015, às 09h, no Departamento de Pessoal na Secretaria Administração e Fazenda, munidos da seguinte documentação:

- a) Cédula de Identidade - RG (cópia).
- b) Certidão de nascimento "se solteiro" ou Certidão de casamento (cópia).
- c) CPF (cópia).
- d) Título de Eleitor (cópia).
- e) Comprovante da última votação (cópia).
- f) PIS ou PASEP (cópia).
- g) Comprovante de nível de escolaridade e demais habilitações exigidas para o cargo.
- h) Comprovante de quitação militar - Certificado de Reservista "se do sexo masculino" (cópia).
- i) Atestado médico oficial admissional de boa saúde física e mental.
- j) Preencher, no ato da entrega dos documentos acima, as seguintes declarações fornecidas pelo Departamento de Recursos Humanos: Declaração Negativa de Acumulação de Cargo Público.
- k) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (cópia).
- l) Carteira de Vacinação dos filhos menores de 14 anos (cópia).
- m) Atestado de frequência escolar dos filhos acima de 7 anos.
- n) Uma fotografia colorida 3x4 atual.

4.3 Os documentos solicitados nos incisos "k", "l", e "m" do item anterior (4.2) são necessários somente para, se for o caso, cadastramento do salário-família, não sendo obrigatórios para a contratação.

4.4. Toda a documentação deverá ser entregue de forma reunida, não sendo aceito protocolo de parte dos documentos. O comparecimento dos candidatos sem as documentações legalmente exigidas neste edital e fora do prazo previsto ou o não comparecimento até a data prevista, implicará na desclassificação automática do candidato ora convocado, passando-se a convocação dos demais sucessivamente, sempre respeitando a ordem de classificação.

Este edital entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se e comunique-se

Bom Retiro, 14 de abril de 2015.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

HIEDE MARIA CARBONERA

Secretaria Municipal de Saúde

## ANEXO I

MUNICÍPIO DE BOM RETIRO			Nº DE INSCRIÇÃO:		
CHAMADA PÚBLICA SAÚDE Nº 02/2015					
CARGO:					
NOME DO (A) CANDIDATO (A):					
NOME DO PAI:					
NOME DA MÃE:					
DATA DE NASCIMENTO:		SEXO:	( ) MASC ( ) FEM	NATURAL DE:	U.F.
/ /					
ESTADO CIVIL:		Nº DE FILHOS:		FONE:	
END. RESIDENCIAL:					
BAIRRO:			CIDADE:		U.F.
RG.:			DATA DE EMISSÃO:		CPF:
TÍTULO ELEITORAL:			ZONA:		SEÇÃO:
DEFICIENTE:		( ) SIM ( ) NÃO			
		TIPO DE DEFICIÊNCIA:			
E-mail:					

Declaro que as informações acima prestadas são verdadeiras, e assumo total responsabilidade pelo preenchimento desta ficha, bem como, pelos dados declarados nesta ficha de inscrição, conforme cópia dos documentos anexa, declarando explicitamente conhecer e aceitar as normas e regulamentos estabelecidos no Edital de Processo Simplificado de Seleção Nº 01/2015 e todas as disposições nele contidas.

TEMPO DE SERVIÇO NO SERVIÇO PÚBLICO NA REFERIDA ÁREA	PONTUAÇÃO
CURSOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA (2012 a 2015)	PONTUAÇÃO
TOTAL GERAL (tempo de serviço + horas de curso)	

BOM RETIRO, 14 de abril de 2015.

Assinatura do (a) Candidato (a) Assinatura do recebedor / responsável

**HOMOLOGAÇÃO CONCURSO PÚBLICO 01.2015**

HOMOLOGAÇÃO

EDITAL CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015

O Prefeito de Bom Retiro - SC, Sr. Albino Gonçalves Padilha e a Comissão Do Concurso Público nº 01/2015, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei, fazem saber a todos que, tendo transcorrido os prazos legais e mantidas as novas classificações constantes da última Publicação da Classificação Final, para todos os cargos e vagas colocados à disposição em edital, fica HOMOLOGADO o Concurso Público nº 01/2015 de acordo com a publicação de 13 de abril de 2015, conforme anexo único.

Bom Retiro, 16 de abril de 2015.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

Antonio Carlos Farias Jeferson Ulisses Nunes

Verlani Possenti Patrícia Iracema Floriani

## ANEXO ÚNICO

Cargo: Assistente Administrativo										
Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	307	CHRISTIANO CELMER BALZ	042.579.199-81	23/04/1982	8	7	3	16	NA	8,40
2	258	CRISTINE MARLA NASATO GRIGOLO	048.399.169-42	25/02/1986	8	6	2	15	NA	7,70
3	88	ANDRESA POSSENTE BONIN	063.335.609-36	19/02/2015	5	3	5	15	NA	7,10
4	304	LUCAS DANIEL DE SOUZA	060.994.709-56	10/12/1986	6	6	3	13	NA	6,90
5	209	ANA PAULA CHINI	055.994.579-58	09/12/1992	7	2	4	14	NA	6,80
6	54	IRES KAPITULA BOSQUETTI	026.621.259-00	26/12/1980	6	2	3	14	NA	6,40
7	216	DANIELA DOS SANTOS AMADEO	038.153.809-52	20/08/1982	7	4	1	13	NA	6,30
8	204	JOELCIO MENEGAZ	053.935.049-42	03/11/1995	7	4	2	12	NA	6,20
9	282	JORGE MURILO FAUSTINO DA MOTA	549.439.069-15	13/10/1965	6	3	4	12	NA	6,20
10	129	MARIANA RIZZOTTO MARINHO	096.494.459-60	16/01/1996	6	5	2	12	NA	6,20
11	275	BARBARA HASCKEL	089.367.999-24	17/05/1993	6	4	2	12	NA	6,00
12	101	AURELIO CABRAL SILVEIRA	075.513.659-40	21/02/1992	8	2	3	11	NA	5,90
13	306	KATIA DE ALMEIDA DO NASCIMENTO	052.161.609-30	26/03/1987	6	3	2	12	NA	5,80
14	225	ELIZABETH NAOMI KOBAYASHI	984.725.850-34	25/04/1981	7	5	4	8	NA	5,60
15	127	LETÍCIA GOEDERT	104.541.589-80	15/03/1998	6	6	2	9	NA	5,50
16	241	BIANCA FONTANA WALTRICK	102.503.759-66	20/10/1994	6	5	2	9	NA	5,30
17	29	RENAN ANDRIGO BERNIERI	002.340.070-60	28/12/1983	8	5	3	7	NA	5,30
18	180	JANAINA PEREIRA RIBEIRO FLORES	053.969.616-19	23/09/1982	7	2	2	10	NA	5,20
19	25	DULCEARA FAUSTINO	694.657.209-25	20/01/1969	6	1	4	10	NA	5,20
20	9	PAULA ALVES DOS SANTOS DA SILVA	087.212.889-09	16/12/1994	6	2	4	9	NA	5,10
21	11	FRANCIELI SCHLEMPER CHINI	079.657.359-03	06/12/1994	5	3	2	10	NA	5,00
22	104	VALÉRIA COSTA	100.542.029-73	29/10/1995	7	3	3	8	NA	5,00

Cargo: Escriurário										
Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	187	ALEXSANDER ANTUNES DE SOUZA	070.851.739-04	08/05/1990	6	6	4	14	NA	7,40
2	147	CAROLINE HELLEN ALVES	053.182.299-05	09/09/1993	7	5	3	11	NA	6,30
3	74	SUSANA MASSUQUETTI	062.958.159-28	09/04/1987	3	3	2	14	NA	5,80

Cargo:		Farmacêutico / Bioquímico								
Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	206	PATRICIA DA CRUZ	082.799.359-59	15/07/1991	7	4	2	11	NA	5,90
2	103	MAURÍCIO JOSÉ GOEDERT	057.071.789-29	03/05/1986	6	3	4	10	NA	5,60
Cargo:		Médico Veterinário								
Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	7	DEISE HEMCK-MEIER	057.299.429-07	30/06/1987	7	6	3	15	NA	7,70
2	184	FABRICIO LEOCINO DA SILVA	053.747.039-51	25/05/1985	8	6	4	12	NA	7,20
3	192	BRUNA PAVEI SOUZA	079.218.199-90	19/09/1994	8	6	2	13	NA	7,10
4	299	ANDREIA RODRIGUES LEMES	074.201.779-61	18/04/1989	7	4	3	13	NA	6,70
5	288	FLAVIA SPALDING LESSA GARCIA	017.470.519-00	24/11/1976	7	4	4	12	NA	6,60
6	159	AMARILDO GRIGOLO	867.399.489-68	15/04/1976	8	3	2	12	NA	6,20
7	112	JOHNATAS DA MOTA DE ABREU	051.207.089-00	17/11/1989	6	5	3	11	NA	6,10
8	89	JOSEANE DONINA DERNER	029.425.469-21	10/09/1980	6	4	1	12	NA	5,80
9	106	DIOGO SCOTT	075.933.759-43	14/06/1989	6	4	2	11	NA	5,70
10	242	SAMIR MACHADO DA SILVA	063.342.219-30	02/07/1988	7	5	3	9	NA	5,70
11	285	JOSÉ GENÉSIO DA SILVA	055.985.849-30	05/06/1986	7	3	2	9	NA	5,10
12	39	LAYARA GOEDERT FAUSTINO	059.734.509-02	15/08/1988	5	3	4	9	NA	5,10

Cargo:		Professor de Artes - 40 horas								
Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	105	JACKELINE SANTOS DE ABREU	053.719.259-02	15/03/1987	5	1	2	13	NA	5,50

Cargo:		Professor de Educação Física - 20 horas								
Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	2	JULIANO DA CRUZ	022.347.279-44	01/01/1977	5	3	2	19	NA	7,70
2	16	VANDERLEI CORDOVA DE LIZ	083.449.079-00	19/04/1991	5	3	2	17	NA	7,10
3	284	DANIEL AUGUSTINHA COPET	009.441.369-07	08/05/1985	6	1	1	17	NA	6,70
4	79	MOACIR TEIXEIRA JUNIOR	027.932.209-73	16/07/1982	5	2	1	16	NA	6,40
5	246	MARILLIAN FLOR	094.960.969-21	14/06/1994	5	3	3	13	NA	6,10

Cargo:		Professor de Educação Infantil - 30 horas								
Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	77	MAICON DOUGLAS BARTH CHIQUETTI	069.108.359-21	27/01/1990	6	4	4	17	NA	7,90
2	19	TAYSE TRENTO SERAFIM GERBER	068.598.439-77	28/11/1990	7	4	3	16	NA	7,60
3	149	VALÉRIA MORETTI MASSUCHETTI	069.117.719-86	14/08/1989	6	4	2	17	NA	7,50
4	93	JANETE APARECIDA PAIM DE JESUS	983.888.519-34	23/02/1965	5	3	4	17	NA	7,50
5	179	ROSEMARI APARECIDA PÔGGERE	999.663.529-53	05/03/1967	7	3	4	15	NA	7,30
6	153	BRUNO SANGALETTI CARDOSO	061.723.799-92	19/09/1989	6	5	3	15	NA	7,30
7	22	FABIANA ANDRIEZA NETO	085.404.109-58	11/05/1992	5	2	3	17	NA	7,10
8	69	MARIANA DEUCHER	069.495.569-85	08/10/1989	7	1	3	16	NA	7,00
9	15	IARA DEUCHER	075.829.669-02	02/01/1991	6	3	2	16	NA	7,00
10	62	LAYS MELO VAZ	088.144.989-03	07/06/1993	6	4	1	16	NA	7,00
11	30	TATIANI DEUCHER BERNIERI	066.680.769-80	20/06/1988	7	1	2	16	NA	6,80
12	109	PATRICIA MICHELS HOFFMANN	038.938.569-78	06/01/1980	6	2	2	16	NA	6,80
13	114	VANDERLI KRAUS	057.609.749-71	20/05/1987	7	2	4	14	NA	6,80
14	94	IVONETE APARECIDA XAVIER	760.958.279-49	17/11/1974	6	4	4	13	NA	6,70
15	168	FERNANDA ROSA GORGES	024.501.129-36	25/07/1978	7	2	3	14	NA	6,60
16	1	DALISE BURATTO VAZ	084.833.189-38	28/07/1992	5	1	4	15	NA	6,50
17	310	ELISA CRISTINA PRADO WOLFF	070.933.859-74	05/02/1990	6	3	4	13	NA	6,50
18	34	MICHELLI PAULA POLMANN	031.321.599-56	21/02/1981	5	3	3	14	NA	6,40
19	78	ADRIANA STEINBACH	625.335.689-53	08/07/1968	5	2	2	15	NA	6,30
20	266	LARISSA REGINA DA CRUZ DEUCHER	062.119.289-98	06/08/1993	5	3	4	13	NA	6,30
21	50	ANA CARINA BROERING GORGES	019.323.379-70	26/06/1975	5	4	3	13	NA	6,30
22	157	MARIZETE APARECIDA BENKE MENA BARRETO	558.308.549-53	21/04/1969	5	2	3	14	NA	6,20
23	48	ANA CLAUDIA BRUDER MORETTI	038.022.779-70	03/08/1981	6	3	2	13	NA	6,10
24	280	ITATIANE OLIVEIRA MACHADO	062.503.079-66	21/08/1986	6	3	3	12	NA	6,00
25	6	JACQUELINE BLÖMER BELARMINDA	066.790.769-60	01/03/1989	6	2	2	13	NA	5,90
26	18	CRISTIANE APARECIDA CORDOVA	057.397.389-03	25/04/1986	6	3	1	13	NA	5,90
27	17	GABRIELA MORETTI DE SOUZA TRENTIN	066.330.849-60	10/02/1988	7	3	1	12	NA	5,80
28	309	MARCELE APARECIDA BECKER LAATSCH	026.572.069-99	20/08/1979	5	1	3	13	NA	5,70
29	144	JULIANA DEUCHER CARDOSO	080.090.249-10	22/09/1990	5	1	4	12	NA	5,60
30	120	GEAN KARLA MELO VIEIRA	021.545.009-43	04/08/1980	6	3	2	11	NA	5,50
31	247	LUANA DOS SANTOS	091.750.819-03	14/11/1993	5	2	4	11	NA	5,50

32	90	LUCIANA DO PATROCÍNIO DE JESUS	057.553.249-13	22/10/1987	5	2	2	12	NA	5,40
33	60	ELIANA APARECIDA ALVES	080.090.229-77	16/04/1988	6	2	2	11	NA	5,30

Cargo:		Professor de Ensino Fundamental - 20 horas								
Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	183	MAGDALENA MAGALI APARECIDA TAVARES DEUCHER	066.929.259-16	28/05/1992	5	4	2	19	NA	7,90
2	76	MAERLI MARTINHAGO	088.069.539-07	25/10/1994	7	3	2	17	NA	7,50
3	148	LUCIANA MORETTI HOFFMANN	059.489.039-07	10/08/1987	6	1	2	18	NA	7,20
4	96	HÉLIO TADEU SILVEIRA	551.821.609-25	22/05/1967	5	3	2	17	NA	7,10
5	66	TATIANI CASTANHEIRO	045.549.709-57	23/11/1983	6	1	2	17	NA	6,90
6	20	IDIANARA APARECIDA SERAFIM	047.605.079-06	21/10/1985	6	2	4	15	NA	6,90
7	139	MARIA APARECIDA DA SILVA SIMIANO	612.626.929-20	05/05/1968	6	1	1	17	NA	6,70
8	37	OSNI BARBOSA	385.986.049-68	06/07/1955	5	4	2	14	NA	6,40

Cargo:		Professor de Ensino Infantil - 20 horas								
Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	82	MARIA LUNALVA	694.656.739-00	26/03/1964	6	3	2	15	NA	6,70
2	59	TEREZINHA APARECIDA PEREIRA GOEDERT	665.034.779-53	02/08/1965	5	2	3	15	NA	6,50
3	140	LUCRECIA BARBARA HEINZ DA ROSA	636.838.659-20	04/03/1968	6	3	2	14	NA	6,40

Cargo:		Psicólogo								
Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	291	ALINE LUNARDELLI CALDEIRA	007.793.329-03	20/04/1990	8	4	2	18	NA	8,20
2	218	VANESSA DE MORAES MUNIZ	077.523.539-30	25/12/1989	7	4	4	14	NA	7,20
3	224	FABIO LESSA PERES	289.459.438-03	06/03/1979	7	5	5	12	NA	7,00
4	26	GÉSSICA ROSSINI	077.603.089-22	03/10/1992	6	6	5	12	NA	7,00
5	143	ANAMÉLIA CAROLINA HUMENIUK LOPES	075.707.019-17	30/08/1989	7	4	3	11	NA	6,10
6	31	MARIANA HEIDERSCHEIDT	054.152.129-22	12/05/1988	6	5	2	11	NA	5,90
7	249	JANAÍNA MIGUELINA SOUZA	062.872.539-67	29/09/1989	5	4	4	10	NA	5,60
8	261	KARIANE GONÇALVES RAMOS	082.581.759-55	17/12/1991	5	3	4	10	NA	5,40

Cargo: Técnico em Contabilidade										
Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Títulos / Tempo Serviço	NOTA FINAL
1	308	MARISTELA JOSIANE LIBIODA	035.341.169-84	25/06/1982	7	5	2	13	NA	6,70
2	145	ERICLEIA FAUSTINO DA MOTA	603.987.879-72	02/11/1968	5	5	4	13	NA	6,70
3	58	DOUGLAS SEEMANN	085.812.289-84	24/01/1993	6	6	1	12	NA	6,20
4	257	WALCIONE DIAS GOES	615.975.892-68	22/06/1977	7	4	5	10	NA	6,20

Cargo: Motorista										
Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova Prática	NOTA FINAL
1	97	ACACIO BRANGER	037.486.229-02	17/08/1982	4	6	3	16	8,00	7,70
2	255	GILSON LUIZ MACHADO	015.996.519-55	17/02/1976	5	5	3	14	8,50	7,65
3	160	ARLINDIO WALTRICH DE SOUZA	025.291.319-10	07/01/1976	3	5	3	13	7,25	6,68
4	167	IDEVERT PALHANO	425.278.059-49	08/05/1961	4	4	3	11	7,50	6,50
5	219	VOULIR DA SILVA	021.676.159-06	31/05/1977	3	1	3	13	7,25	6,28

Cargo: Operador de Máquina Rodoviária										
Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova Prática	NOTA FINAL
1	165	BRUNO DEUCHER	092.553.179-03	05/03/1994	6	5	1	15	9,50	8,20
2	263	LUCIANO SIMIANO SOARES	067.285.289-62	04/12/1989	6	6	2	13	8,50	7,60
3	113	ANDRE LUIZ DA CRUZ	066.038.139-71	23/10/1990	4	6	-	15	6,00	6,25

Cargo: Operador de Trator Agrícola										
Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova Prática	NOTA FINAL
1	251	ARNALDO JEAN DO NASCIMENTO	028.628.799-40	11/12/1980	4	7	3	14	8,50	7,75
2	215	JULIANO BRANGER	042.209.039-50	13/05/1983	3	5	3	16	8,00	7,50
3	186	LINDOMAR PEREIRA	034.842.809-05	22/11/1981	5	4	3	14	7,00	6,80
4	177	RICARDO MICHEL DO NASCIMENTO	068.185.419-76	08/11/1990	7	3	3	12	5,50	5,85
5	150	OLIMPIO JUNIOR DE ALMEIDA	983.894.169-72	06/06/1973	4	4	4	11	5,50	5,60
6	287	EVERTON RAFAEL PEREIRA	042.963.869-80	05/06/1984	1	4	2	14	5,50	5,55

Cargo:		Servente								
Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova Prática	NOTA FINAL
1	296	JOYCE VIEIRA DA SILVA LEAL	144.823.197-32	09/08/1991	6	5	4	18	8,00	8,20
2	35	IZAURA CRISTINA HEIDERSCHIED DA SILVA	032.855.419-70	25/08/1982	8	5	4	18	7,00	7,90
3	276	KAROLIN BARBOSA	075.551.949-37	16/10/1990	7	5	3	15	7,50	7,50
4	87	VILMAIR FABIANE ROSA SCHWAMBACH	040.845.839-95	04/09/1981	7	5	4	14	7,50	7,45
5	142	MARCIA EGER ALEXANDRE	549.440.409-97	07/01/1964	6	4	3	15	7,50	7,30
6	47	MARCELA URBANO	057.299.419-27	29/11/1984	7	4	5	14	6,50	6,95
7	95	NELITA SALTZ MORETTI	035.021.229-54	04/04/1980	5	4	3	13	7,50	6,90
8	271	ANA LUCIA DA SILVA	023.288.979-16	10/09/1977	6	2	3	15	6,50	6,60
9	176	PÂMELA DEUCHER STEINBACH	077.002.079-84	01/05/1991	5	3	1	12	7,50	6,45
10	111	ELIANE HOFFMANN MAZZUCHETTI	038.669.819-88	01/05/1981	3	4	4	12	7,00	6,40
11	12	SILVANA CRISTINA ALANO	059.105.669-03	30/11/1987	4	4	4	11	7,00	6,35
12	193	MARINELI CRUZ	035.516.509-00	22/11/1978	3	4	4	10	7,50	6,35
13	161	ALINE PRANGE	092.066.929-84	07/04/1993	4	4	3	13	6,50	6,30
14	232	VALERIA SCOTTI	104.123.219-55	21/08/1996	5	3	2	10	7,50	6,25
15	72	JESSICA DO NASCIMENTO	070.808.459-12	16/04/1991	6	4	3	12	6,00	6,10
16	235	ANGELA MARIA RIBEIRO XAVIER DE LIS	021.720.259-41	26/01/1978	3	6	2	12	6,00	5,90
17	268	LUCILEIA FERREIRA CARVALHO	041.873.159-42	15/05/1983	5	4	2	13	5,50	5,80
18	295	ELIANE TEREZINHA DE BRIDA	053.602.438-30	14/10/1962	4	3	2	11	6,50	5,80
19	207	VANESSA SCOTTI	104.588.979-22	21/08/1996	7	4	2	10	6,00	5,80
20	188	JANETE APARECIDA ALVES CORREIA	035.010.419-00	18/02/1970	3	3	3	11	6,50	5,80
21	45	ONÉRIA APARECIDA SANTOS ALVES	072.506.669-59	19/10/1970	2	5	3	10	6,50	5,75
22	303	JANETE MOREIRA DA SILVA OLIVEIRA	919.848.319-68	12/03/1974	5	5	4	10	5,00	5,40

Cargo:		Trabalhador Braçal								
Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova Prática	NOTA FINAL
1	259	LEANDRO ALVES	031.319.369-08	09/07/1982	6	6	4	17	8,00	8,15
2	211	JOCELINO DA ROSA	051.191.059-20	12/01/9198	4	2	2	15	7,50	6,80

Cargo:		Vigia								
Classificação	Inscrição	Candidato	CPF	DN	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova Prática	NOTA FINAL
1	265	VOLNEI BRANGER	037.320.319-50	11/12/1982	5	6	4	16	8,00	7,90
2	312	ALEX DOS SANTOS FRANCISCO	082.726.099-75	08/02/1992	5	6	3	13	7,50	7,10
3	189	PAULO FERNANDES KUHLE	932.594.849-49	08/10/1969	3	4	3	10	8,00	6,50

**Botuvera****PREFEITURA****DECRETO 1792/2015**

DECRETO Nº 1792/2015

"Dispõe sobre nomeação do membro do Conselho Tutelar de Botuverá".

O Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais e, Considerando a eleição realizada em 11 de março de 2015, no auditório da Unidade de Saúde, Rua João Morelli, para o mandato do Conselho Tutelar de Botuverá-SC ; DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada para compor o Conselho Tutelar de Botuverá, o conselheiro abaixo relacionado:

- Rosicler Schonbachler Sorrer CPF: 678.526.889-34

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Botuverá, 6 de abril de 2015

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

**Braço do Trombudo****PREFEITURA****AVISO DE REVOGAÇÃO PREGÃO 14 2015**

AVISO DE REVOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 20/2015

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 14/2015

Fica revogada a licitação supra citada. Objeto Contratação de serviços de transporte escolar de alunos da rede municipal e estadual de ensino, Secretaria de Educação do Município de Braço do Trombudo, devido o Edital não atender as necessidades do município. Braço do Trombudo, em 17 de abril de 2015. Alair Franz Hein - Pregoeira

**PORTARIA 065**

PORTARIA Nº 065/2015

NOMEIA SERVIDOR, POR CONCURSO

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e amparado no artigo 8º da Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.99 e no artigo 4º, art. 13, art. 14, parágrafo 1º inciso I e II e parágrafo 2º da Lei Complementar nº 09/99 de 17.11.99 etc...

**RESOLVE:**

Art.1º Nomear Zenaide Cristina Marco, para exercer o cargo de Técnico em Enfermagem, por ter sido aprovado em concurso público, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 27.03.2015.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 27.03.2015.

Braço do Trombudo, em 16 de abril de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

**PORTARIA 066/2015**

PORTARIA Nº 066/2015

NOMEIA SERVIDOR, POR CONCURSO

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e amparado no artigo 8º da Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.99 e no artigo 4º, art. 13, art. 14, parágrafo 1º inciso I e II e parágrafo 2º da Lei Complementar nº 09/99 de 17.11.99 etc...

**RESOLVE:**

Art.1º Nomear Valdemir Ruzkovski, para exercer o cargo de Operador de Máquina, por ter sido aprovado em concurso público, com jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, a partir de 07.04.2015.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 07.04.2015.

Braço do Trombudo, em 16 de abril de 2015.  
Charles Rafael Schwambach  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 067/2015**

PORTARIA Nº 067/2015  
NOMEIA SERVIDOR, POR CONCURSO

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e amparado no artigo 8º da Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.99 e no artigo 4º, art. 13, art. 14, parágrafo 1º inciso I e II e parágrafo 2º da Lei Complementar nº 09/99 de 17.11.99 etc...

**RESOLVE:**

Art.1º Nomear Ionara Santin, para exercer o cargo de Farmacêutico, por ter sido aprovado em concurso público, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 10.04.2015.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 10.04.2015.

Braço do Trombudo, em 16 de abril de 2015.  
Charles Rafael Schwambach  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 068/2015**

PORTARIA Nº 068/2015  
NOMEIA SERVIDOR, POR CONCURSO

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e amparado no artigo 8º da Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.99 e no artigo 4º, art. 13, art. 14, parágrafo 1º inciso I e II e parágrafo 2º da Lei Complementar nº 09/99 de 17.11.99 etc...

**RESOLVE:**

Art.1º Nomear Carla Souza de Oliveira, para exercer o cargo de Médico Veterinário, por ter sido aprovado em concurso público, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 14.04.2015.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 14.04.2015.

Braço do Trombudo, em 16 de abril de 2015.  
Charles Rafael Schwambach  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 069/2015**

PORTARIA Nº 069/2015  
NOMEIA SERVIDOR, POR CONCURSO

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e amparado no artigo 8º da Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.99 e no artigo 4º, art. 13, art. 14, parágrafo 1º inciso I e II e parágrafo 2º da Lei Complementar nº 09/99 de 17.11.99 etc...

**RESOLVE:**

Art.1º Nomear Mario Sergio Beregaray Salomão, para exercer o cargo de Oficial Administrativo, por ter sido aprovado em concurso público, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 17.04.2015.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 17 de abril de 2015.  
Charles Rafael Schwambach  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 070/2015**

PORTARIA Nº 070/2015

Charles Rafael Schwambach, Prefeito municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar 009/99 de 17.11.99, art. 62, inciso I, parágrafo 2º.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde, a servidora Jane Sonia Gieseler, ocupante do cargo de Professora, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, no período de trinta dias a partir de 09.04.2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 09.04.2015.

Braço do Trombudo, em 17 de abril de 2015.  
Charles Rafael Schwambach  
Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04 2014 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 4/2014		Data do Registro: 21/07/2014		Válido até: 21/07/2015			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de toners compatível e cartuchos de tinta originais para manutenção dos serviços do PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família) e do IGD-BF (Índice de Gestão Descentralizada Programa Bolsa Família)							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Toner compatível 100% novo, lacrado CE 285A (preto) (976)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	DEA	0	28,0000	1
			R A DE CAMPOS DEPARTAMENTOS EIRELI ME (6183)		0	29,0000	2
			ESPOMAK-COM.MAT.EQUIP.P/ESCRITORIO LTDA. (6166)	THERASS	0	29,5000	3
2	Cartucho de tinta original para impressora HP, 21 preto C9351AL - 7ml (1276)	UND	R A DE CAMPOS DEPARTAMENTOS EIRELI ME (6183)		0	44,0000	1
			ESPOMAK-COM.MAT.EQUIP.P/ESCRITORIO LTDA. (6166)	HP	0	44,4000	2
			DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)	HP	0	44,5000	3
3	Cartucho de tinta original para impressora HP, 22 color C9352AL - 6ml (1277)	UND	DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME (6184)		0	51,4000	1
			R A DE CAMPOS DEPARTAMENTOS EIRELI ME (6183)		0	51,6000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 4/2014		Data do Registro: 21/07/2014		Válido até: 21/07/2015			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de toners compatível e cartuchos de tinta originais para manutenção dos serviços do PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família) e do IGD-BF (Índice de Gestão Descentralizada Programa Bolsa Família)							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ESPOMAK-COM.MAT.EQUIP.P/ESCRITORIO L.TDA. (6166)	HP	0	60.5000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2014

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 4/2014		Data do Registro: 21/07/2014		Válido até: 21/07/2015			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de toners compatível e cartuchos de tinta originais para manutenção dos serviços do PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família) e do IGD-BF (Índice de Gestão Descentralizada Programa Bolsa Família)							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 4/2014  
PROCESSO Nº 4/2014

- (6166) - ESPOMAK-COM.MAT.EQUIP.P/ESCRITORIO LTDA.
- (6183) - R A DE CAMPOS DEPARTAMENTOS EIRELI ME
- (6184) - DIAL DEPARTAMENTOS LTDA ME

Braço do Trombudo, 21 de Julho de 2014.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05 2014 FMAS**  
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014**

Página: 1/5

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 21/07/2014		Válido até: 21/07/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para manutenção das atividades do PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família), ofertado pelo CRAS (Centro de Referência da Assist. Social)							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Bolo mármore (632)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki-sabor	0	11,9768	1
			PANIFICADORA E CONFEITARIA FRITZEN LTDA ME (6116)	Fritzen	0	12,0000	2
2	Bolo laranja (633)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki-sabor	0	13,4544	1
			PANIFICADORA E CONFEITARIA FRITZEN LTDA ME (6116)	Fritzen	0	13,4800	2
3	Bolo formigueiro (634)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki-sabor	0	13,4544	1
			PANIFICADORA E CONFEITARIA FRITZEN LTDA ME (6116)	Fritzen	0	13,4800	2
4	Cuca de frutas (banana), com fermento biológico, pesando em média 1 kg (636)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki-sabor	0	7,9848	1
			PANIFICADORA E CONFEITARIA FRITZEN LTDA ME (6116)	Fritzen	0	8,0000	2
5	Cuca de frutas (abacaxi), com fermento biológico, pesando em média 1 kg (637)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki-sabor	0	7,9848	1
			PANIFICADORA E CONFEITARIA FRITZEN LTDA ME (6116)	Fritzen	0	8,0000	2
6	Cuca de frutas (pêssego), com fermento biológico, pesando em média 1 kg (638)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki-sabor	0	7,9848	1
			PANIFICADORA E CONFEITARIA FRITZEN LTDA ME (6116)	Fritzen	0	8,0000	2
7	Mini pão de queijo (639)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki-sabor	0	16,7182	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 2/5

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 21/07/2014		Válido até: 21/07/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para manutenção das atividades do PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família), ofertado pelo CRAS (Centro de Referência da Assist. Social)							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PANIFICADORA E CONFEITARIA FRITZEN LTDA ME (6116)	Fritzen	0	16,7500	2
8	Orelha de gato (640)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki-sabor	0	12,9554	1
			PANIFICADORA E CONFEITARIA FRITZEN LTDA ME (6116)	Fritzen	0	12,9800	2
9	Sanduíche natural (pão pullman, frango desfiado, queijo prato, alface, tomate, maionese industrializada) (1278)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki-sabor	0	2,9943	1
			PANIFICADORA E CONFEITARIA FRITZEN LTDA ME (6116)	Fritzen	0	3,0000	2
10	Sanduíche de pão francês (queijo prato, presunto, alface, tomate, maionese industrializada) (1279)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki-sabor	0	2,4953	1
			PANIFICADORA E CONFEITARIA FRITZEN LTDA ME (6116)	Fritzen	0	2,5000	2
11	Bolo nega maluca (bolo de chocolate com cobertura de chocolate e granulado de chocolate preto) (1280)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki-sabor	0	14,3527	1
			PANIFICADORA E CONFEITARIA FRITZEN LTDA ME (6116)	Fritzen	0	14,3800	2
12	Risoles de massa caseira, tamanho pequeno, recheio de frango (1281)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki-sabor	0	0,7486	1
			PANIFICADORA E CONFEITARIA FRITZEN LTDA ME (6116)	Fritzen	0	0,7500	2
13	Risoles de massa caseira, tamanho pequeno, recheio de carne (1282)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki-sabor	0	0,7486	1
			PANIFICADORA E CONFEITARIA FRITZEN LTDA ME (6116)	Fritzen	0	0,7500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 3/5

Número do Registro de Preços: 5/2014      Data do Registro: 21/07/2014      Válido até: 21/07/2015									
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para manutenção das atividades do PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família), ofertado pelo CRAS (Centro de Referência da Assist. Social)									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
14	Mini pastel de forno (massa folhada com recheio de frango) (645)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki-sabor	0	0,9981	1		
			PANIFICADORA E CONFEITARIA FRITZEN LTDA ME (6116)	Fritzen	0	1,0000	2		
15	Mini pastel de forno (massa folhada com recheio de carne) (646)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki-sabor	0	0,9981	1		
			PANIFICADORA E CONFEITARIA FRITZEN LTDA ME (6116)	Fritzen	0	1,0000	2		
16	Sonho com recheio de doce de leite, com peso aproximado de 100 a 120 gramas, macio, feito no dia da entrega, polvilhado no açúcar e canela (1283)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)	Ki-sabor	0	2,4953	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 4/5

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 21/07/2014		Válido até: 21/07/2015			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para manutenção das atividades do PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família), ofertado pelo CRAS (Centro de Referência da Assist. Social)					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PANIFICADORA E CONFEITARIA FRITZEN LTDA ME	Fritzen	0	2.5000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 5/2014

Página: 5/5

Número do Registro de Preços: 5/2014		Data do Registro: 21/07/2014		Válido até: 21/07/2015	
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para manutenção das atividades do PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família), ofertado pelo CRAS (Centro de Referência da Assist. Social)					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)
					Preço Unitário
					Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 5/2014  
PROCESSO Nº 5/2014

- (6003) - PANIFICADORA KI SABOR
- (6116) - PANIFICADORA E CONFEITARIA FRITZEN LTDA ME

Braço do Trombudo, 21 de Julho de 2014.

# Brunópolis

## PREFEITURA

### LEI MUN. Nº 834

LEI N. 834, DE 16 DE ABRIL DE 2015.

Concede Reposição da Perda Inflacionária aos Servidores Municipais Ativos, Inativos e Pensionistas, aos Cargos de Provimento em Comissão, Funções Gratificadas, aos Agentes Políticos e aos Servidores do Magistério e dá outras providências.

NILSO STÉDILE, Prefeito Municipal de Brunópolis em exercício, no uso de suas atribuições e na forma da Lei, FAZ saber a todos os habitantes que os Vereadores votaram e aprovaram e ELE sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. É concedido, a título de reposição de perda inflacionária, aos Servidores Públicos Municipais ativos, inativos e pensionistas, de Programas de Saúde e Assistenciais, aos cargos de provimento em comissão, funções gratificadas e aos agentes políticos, recomposição de 8,42% (oito inteiros e quarenta e dois centésimos por cento).

Art. 2º. O percentual indicado no artigo 1º corresponde à média aritmética da inflação registrada pelo índice do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), durante o período de abril de 2014 até março de 2015, divulgado pelo IBGE.

Art. 3º. Aos servidores pertencentes ao quadro do magistério público municipal da educação básica será concedida reposição salarial de 13,01% (treze inteiros e um centésimo por cento), conforme determina a Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008, de modo que o piso salarial passa a ser de R\$ 1.917,78 (um mil novecentos e dezessete reais e setenta e oito centavos) - Nível I 40 horas.

Art. 4º. Caso após a aplicação do percentual correspondente à revisão de que trata o artigo 1º da presente Lei, seja constatado vencimentos que não atinjam o valor do Salário Mínimo Nacional que é o Piso Salarial do Município, aplicar-se-á, o disposto no inciso IV, do artigo 7º, mais o § 3º, do artigo 39, ambos da Constituição Federal de 1988, com a redação dada pela Emenda Constitucional n. 19, de 04 de junho de 1998.

Art. 5º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente do Município.

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com eficácia a partir de 1º de abril de 2015, revogando-se as disposições em contrário.

Brunópolis, SC, 16 de abril de 2015.

NILSO STÉDILE  
Prefeito Municipal

JOSÉ THIERES ALVES RIBEIRO  
Secretário de Administração, Planejamento e Fazenda

Publicada no Diário Oficial dos Municípios

### LEI MUN. Nº 835

Lei n. 835 de 16 de abril de 2015.

Concede Reposição da Perda Inflacionária aos Servidores Municipais do Poder Legislativo e dá outras providências.

NILSO STEDILE, Prefeito Municipal de Brunópolis Em Exercício, no uso de suas atribuições e na forma da Lei, FAZ saber a todos os habitantes que os Vereadores votaram e aprovaram e o Prefeito sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º. É concedido, a título de reposição de perda inflacionária, aos Servidores Públicos Municipais do Poder Legislativo, recomposição de 8,42% (oito inteiros e quarenta e dois centésimos por cento).

Art. 2º. O percentual indicado no artigo 1º corresponde à média aritmética da inflação registrada pelo índice do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), durante o período de abril de 2014 até março de 2015, divulgado pelo IBGE.

Art. 3º. Caso após a aplicação do percentual correspondente à revisão de que trata o artigo 1º da presente Lei, seja constatado vencimentos que não atinjam o valor do Salário Mínimo Nacional que é o Piso Salarial do Município, aplicar-se-á, o disposto no inciso IV, do artigo 7º, mais o § 3º, do artigo 39, ambos da Constituição Federal de 1988, com a redação dada pela Emenda Constitucional n. 19, de 04 de junho de 1998.

Art. 4º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com eficácia a partir de 1º de abril de 2015, revogando-se as disposições em contrário.

Brunópolis, SC, aos 16 de abril de 2015.  
NILSO STEDILE  
Prefeito Municipal  
Em Exercício

Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM.

JOSÉ THIERES ALVES RIBEIRO  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO  
PLANEJAMENTO E FAZENDA

**LEI MUN. Nº 836**

LEI Nº 836 DE 16 DE ABRIL DE 2015.

CONCEDE REPOSIÇÃO DA PERDA INFLACIONÁRIA ANUAL PARA OS VEREADORES E PRESIDENTE DÁ CÂMARA MUNICIPAL DE VEREDORES DE BRUNÓPOLIS AS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NILSO STEDILE, Prefeito Municipal Em Exercício de Brunópolis - SC, FAZ saber que a Edilidade, em conformidade com a Lei Orgânica, art. 19, inciso XX, em Sessão Plenária, aprovou o e o Prefeito sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Os subsídios dos Vereadores a contar de 1º de ABRIL de 2015, terá um aumento de 8,42% (oito vírgula quarenta e dois por cento) ficando fixado em R\$ 1.986,63 (um mil novecentos e oitenta e seis reais e sessenta e três centavos), na seguinte conformidade:

§ 1º - O Subsídio dos Vereadores e do Presidente será composto de 04 (quatro) parcelas, respectivamente no valor de R\$ 496,65 (quatrocentos e noventa e seis reais e sessenta e cinco centavos) e do Presidente R\$ 706,41 (setecentos e seis reais e sete reais e quarenta e um centavos), correspondente a igual número de sessões ordinárias mensais.

§ 2º - Cada uma das parcelas que compõem o subsídio será dívida ao Vereador que efetivamente comparecer às sessões, tomando parte nas votações.

§ 3º - Não prejudicarão o pagamento das parcelas componentes do Subsídio a ausência de matéria a ser votada, a não realização da sessão por falta de quorum, relativamente aos Vereadores presentes e o recesso parlamentar.

Art. 2º - As sessões extraordinárias não podem ser indenizadas.

Art. 3º - O Subsídio do Presidente, a contar de 1º de ABRIL de 2015, terá um aumento de 8,42% (oito vírgula quarenta e dois por cento), ficando fixado em R\$ 2.825,66 (dois mil oitocentos e vinte e cinco reais e sessenta e seis centavos), a título de Subsídio pelo exercício da Presidência.

Art. 4º - As despesas decorrentes desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias vigentes.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário, esta lei entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2015.

Brunópolis, 16 de abril de 2015.

NILSO STEDILE

Prefeito Municipal em Exercício

JOSÉ THIERES ALVES RIBEIRO  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO  
PLANEJAMENTO E FAZENDA

## Brusque

### PREFEITURA

**EDITAL N.º 001/2015 CONSELHO MUN. DO IDOSO**  
CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE BRUSQUE - SC  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA A 2ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE BRUSQUE, GUABIRUBA E BOTUVERÁ

EDITAL N.º 001/2015

A PRESIDENTE do CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO de Brusque, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 2.612/02, convoca para a 2ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa com participação dos municípios de Brusque, Guabiruba e Botuverá de acordo com as disposições que seguem:

Art. 1.º A 2.ª Conferência Municipal de Direitos da Pessoa Idosa será organizada por membros do Conselho Municipal do Idoso e pela Secretaria de Assistência Social de Brusque, Guabiruba e Botuverá.

Art. 2.º A 2.ª Conferência Municipal de Direitos da Pessoa Idosa será foro para análise, avaliação e deliberação da Política do Idoso na respectiva instância político-administrativa com a participação de todos os segmentos da sociedade.

Art. 3.º O tema da 2.ª Conferência Municipal de Direitos da Pessoa Idosa será "Protagonismo e Empoderamento da Pessoa Idosa - Por um Brasil de todas as Idades", tendo como eixos temáticos:

I - Gestão (Programas, projetos, ações e serviços).

II - Financiamento (Fundos da Pessoa Idosa e Orçamento Público).

III - Participação (Política e de Controle Social).

IV - Sistema de Garantia de Direitos Humanos.

Art. 4.º São participantes da 2ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Brusque, Guabiruba e Botuverá os representantes da sociedade civil e do setor público.

§ 1.º Os representantes da sociedade civil incluem pessoas idosas, lideranças comunitárias, conselheiros de Conselhos Municipais, movimentos e organizações não governamentais que prestam atendimento e/ou atuam na defesa de direitos da pessoa idosa, em instituições privadas de ensino superior, que atuam com a política do envelhecimento, entre outros.

§ 2.º O setor público inclui representantes que participam em Conselhos Municipais, agentes públicos do Executivo, Legislativo e Judiciário, Ministério Público, universidades públicas que atuam com a política do envelhecimento.

Art. 5.º Todos os delegados participantes da 2ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Brusque, Guabiruba e Botuverá terão direito a voz e voto, podendo se manifestar verbalmente ou por escrito durante o período de debates, através de comentários ou perguntas pertinentes ao tema.

Art. 6.º A 2ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa será realizada no dia 22 de maio de 2015, no horário das 12h45min às 18h, no Centro de Eventos Maria Celina Vidotto Imhof (Pavilhão da Fenarrec), localizado na Rua Gentil Battisti Archer, nº 221, Centro II, em Brusque - SC, conforme a seguinte programação:

12h45min - Credenciamento dos participantes e entrega de

material.

13h15min - Abertura da 2.ª Conferência Municipal do Idoso.

13h45min - Apresentação Cultural.

14h - Leitura do Regimento Interno.

14h30min - Palestra com a representante do Conselho Nacional e Estadual do Idoso, Sra. Marília Celina Felício Frágoso.

15h15min - Coffee break.

15h45min - Discussão dos eixos.

17h - Plenária com votação das propostas.

17h30min - Apresentação dos candidatos a delegados e eleição dos representantes para a etapa regional.

18h - Encerramento das atividades.

Art. 7.º O presente Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Brusque-SC, 17 de abril de 2015.

SILVIA KUHNEN

Presidente do Conselho Municipal do Idoso de Brusque

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

## **EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 014/2015 SAMAE**

PROCESSO LICITATÓRIO 014/2015

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 014/2015, na modalidade de Pregão Presencial, para aquisição de ferramentas e equipamentos. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 07 de maio de 2015, às 08:30 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: [www.samaebru.com.br](http://www.samaebru.com.br)

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Roberto Bolognini

Diretor Presidente

SAMAE - Brusque

# **Caçador**

## **PREFEITURA**

### **DECRETO Nº 6.368**

DECRETO Nº 6.368, de 16 de abril de 2015.

Nomeia Comissão Especial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, para comporem a Comissão Especial de Avaliação de Amostras do Processo Licitatório nº 39/2015, Pregão Presencial nº 23/2015, cujo objeto é o registro de preços para aquisição de material escolar e de expediente para as Escolas da rede municipal de ensino:

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DOS MATERIAIS ESCOLARES

MAURO ROGERIO DOS REIS

AIRTON CARLOS LEITE

LUCIANA MARIA DA COSTA

SANDRA TOMAZINI SCOLARO MORAIS

ROSEMARI MENEGAT DE PAULA

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 16 de abril de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

### **DECRETO Nº 6.369**

DECRETO Nº 6.369, de 16 de abril de 2015.

Aprova desmembramento de terreno urbano.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 - Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área total de 1.400,00m² (um mil e quatrocentos metros quadrados), remanescente da matrícula nº 30.441, do Registro de Imóveis desta Comarca, localizado na Rua 1 do Loteamento Habitacional Nossa Senhora Salete, nesta cidade, de propriedade do Município de Caçador, ficando após o desmembramento constituído de 07 (sete) lotes, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I - Lote nº 126, com 200,00m² (duzentos metros quadrados), confrontando: ao Norte, com o lote nº 127 deste desmembramento medindo 20,00 metros; ao Sul, com o lote nº 125 do Loteamento Habitacional Nossa Srª Salete sob matrícula nº 31.086 (Município de Caçador) medindo 20,00 metros; ao Leste, com a Rua 1 do Loteamento Habitacional Nossa Srª Salete medindo 10,00 metros;

a Oeste, com a Área Institucional sob matrícula nº 31.092 (Área Institucional 02) medindo 10,00 metros;

II - Lote nº 127, com 200,00m<sup>2</sup> (duzentos metros quadrados), confrontando ao Norte, com o lote nº 128 deste desmembramento medindo 20,00 metros; ao Sul, com o lote nº 126 deste desmembramento medindo 20,00 metros; ao Leste, com a Rua 1 do Loteamento Habitacional Nossa Sr<sup>a</sup> Salete medindo 10,00 metros; a Oeste, com a Área Institucional sob matrícula nº 31.092 (Área Institucional 02) medindo 10,00 metros;

III - Lote nº 128, com 200,00m<sup>2</sup> (duzentos metros quadrados), confrontando: ao Norte, com o lote nº 129 deste desmembramento medindo 20,00 metros; ao Sul, com o lote nº 127 deste desmembramento medindo 20,00 metros; ao Leste, com a Rua 1 do Loteamento Habitacional Nossa Sr<sup>a</sup> Salete medindo 10,00 metros; a Oeste, com a Área Institucional sob matrícula nº 31.092 (Área Institucional 02) medindo 10,00 metros;

IV - Lote nº 129, com 200,00m<sup>2</sup> (duzentos metros quadrados), confrontando: ao Norte, com o lote nº 130 deste desmembramento medindo 20,00 metros; ao Sul, com o lote nº 128 deste desmembramento medindo 20,00 metros; ao Leste, com a Rua 1 do Loteamento Habitacional Nossa Sr<sup>a</sup> Salete medindo 10,00 metros; a Oeste, com a Área Institucional sob matrícula nº 31.092 (Área Institucional 02) medindo 10,00 metros;

V - Lote nº 130, com 200,00m<sup>2</sup> (duzentos metros quadrados), confrontando: ao Norte, com o lote nº 131 deste desmembramento medindo 20,00 metros; ao Sul, com o lote nº 129 deste desmembramento medindo 20,00 metros; ao Leste, com a Rua 1 do Loteamento Habitacional Nossa Sr<sup>a</sup> Salete medindo 10,00 metros; a Oeste, com a Área Institucional sob matrícula nº 31.092 (Área Institucional 02) medindo 10,00 metros;

VI - Lote nº 131, com 200,00m<sup>2</sup> (duzentos metros quadrados), confrontando: ao Norte, com o lote nº 132 deste desmembramento medindo 20,00 metros; ao Sul, com o lote nº 130 deste desmembramento medindo 20,00 metros; ao Leste, com a Rua 1 do Loteamento Habitacional Nossa

Sr<sup>a</sup> Salete medindo 10,00 metros; a Oeste, com a Área Institucional sob matrícula nº 31.092 (Área Institucional 02) medindo 10,00 metros;

VII - Lote nº 132, com 200,00m<sup>2</sup> (duzentos metros quadrados), confrontando: ao Norte, com a Área Institucional sob matrícula nº 31.092 (Área Institucional 02) medindo 20,00 metros; ao Sul, com o lote nº 131, deste desmembramento medindo 20,00 metros; ao Leste, com a Rua 1 do Loteamento Habitacional Nossa Sr<sup>a</sup> Salete medindo 10,00 metros; a Oeste, com a Área Institucional sob matrícula nº 31.092 (Área Institucional 02) medindo 10,00 metros.

Art. 2º O Registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 16 de abril de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

## DECRETO Nº 6.370

DECRETO Nº 6.370, de 16 de abril de 2015.

Aprova unificação de áreas de terrenos urbanos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 - Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada a unificação de áreas de terrenos urbanos, sem benfeitorias, objetos da Matrícula nº 31.091, do Registro de Imóveis desta Comarca, com área de 8.107,45m<sup>2</sup> (oito mil, cento e sete metros e quarenta e cinco decímetros quadrados), e da Matrícula nº 31.092, com área de 27.385,87m<sup>2</sup> (vinte e sete mil, trezentos e oitenta e cinco metros e oitenta e sete decímetros quadrados), situados na Rua 1 do Loteamento Habitacional Nossa Senhora Salete, nesta cidade, de propriedade do Município de Caçador, resultando em 01 (uma) área com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

A - Situação Atual da área de Matrícula nº 31.091 - Área Institucional 01, com 8.107,45m<sup>2</sup> (oito mil, cento e sete metros e quarenta e cinco decímetros quadrados), confrontando ao Norte, em dois planos com a matrícula nº 3.117 (Terra Forte Administradora de Bens Ltda), sendo o primeiro medindo 92,10 metros e o segundo medindo 202,46 metros; ao Sul, confronta em dois planos, sendo o primeiro com a matrícula nº 31.092 (Área Institucional 02) medindo 237,25 metros, e no segundo com a matrícula nº 31.094 (Área Verde) medindo 81,80 metros; ao Leste, confronta em dois planos, sendo o primeiro com a matrícula nº 3.117 (Terra Forte Administradora de Bens Ltda) medindo 41,36 metros, e no segundo com a Área de Reserva Legal medindo 46,89 metros; a Oeste, confronta em dois planos, sendo o primeiro com a Área Institucional 02 sob matrícula nº 31.092 (Município de Caçador) medindo 109,00 metros, e no segundo com Hengelbert José Reinbold e Ivo Pirolli (Usucapião) medindo 4,52 metros;

B - Situação Atual da área de Matrícula nº 31.092 - Área Institucional 02, com 27.385,87m<sup>2</sup> (vinte e sete mil, trezentos e oitenta e cinco metros e oitenta e sete decímetros quadrados), confrontando ao Norte, com a matrícula nº 31.091 (Área Institucional 01) medindo 237,25 metros; ao Sul, confronta em quatro planos, sendo o primeiro com a matrícula nº 31.095 (Área Verde) medindo 32,79 metros, no segundo com a matrícula nº 4/30.411 (Área Remanescente) medindo 20,00 metros, no terceiro com a Rua 1 por uma linha curva medindo 33,00 metros e raio de 8,00 metros, e no quarto plano com o lote nº 121 sob matrícula nº 31.082 medindo 20,00 metros; ao Leste, confronta em quatro planos, sendo o primeiro com a matrícula nº 4/30.411 (Área Remanescente) medindo 70,00 metros, no segundo com a Rua 1 medindo 4,86 metros, no terceiro plano com a Rua 1 por uma linha curva medindo 33,00 metros e raio de 8,00 metros, e no quarto plano com a matrícula nº 31.091 (Área Institucional 01) medindo 109,00 metros; a Oeste, confronta com Hengelbert José Reinbold e Ivo Pirolli (Usucapião) medindo 295,68 metros;

C - Situação Pretendida após unificação: Área de 35.493,32m<sup>2</sup> (trinta e cinco mil, quatrocentos e noventa e três metros e trinta e dois decímetros quadrados), confrontando: ao Norte, confronta em dois planos com a matrícula nº 3.117 (Terra Forte Administradora de Bens Ltda), sendo o primeiro medindo 92,10 metros e o segundo medindo 202,46 metros; ao Sul, confronta em quatro planos, sendo o primeiro com a matrícula nº 31.095 (Área Verde) medindo 32,79 metros, no segundo com a matrícula nº 4/30.411 (Área Remanescente) medindo 20,00 metros, no terceiro com a

Rua 1 por uma linha curva medindo 33,00 metros e raio de 8,00 metros, e no quarto plano com o lote nº 121 sob matrícula nº 31.082 e com a matrícula nº 31.094 (Área Verde) medindo 101,80 metros; ao Leste, confronta em cinco planos, sendo o primeiro com a matrícula nº 4/30.411 (Área Remanescente) medindo 70,00 metros, no segundo com a Rua 1 medindo 4,86 metros, no terceiro plano com a Rua 1 por uma linha curva medindo 33,00 metros e raio de 8,00 metros, no quarto plano com a Área de Reserva Legal medindo 46,89 metros, e no quinto plano com a matrícula nº 3.117 (Terra Forte Administradora de Bens Ltda) medindo 41,36 metros; a Oeste, confronta com Hengelbert José Reinbold e Ivo Pirolli (Usucapião) medindo 300,20 metros.

Art. 2º O Registro da Unificação no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 16 de abril de 2015.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### **DECRETO Nº 6.371**

DECRETO Nº 6.371, de 16 de abril de 2015.  
Substitui membros nomeados pelo Decreto nº 5.657/2013, alterado pelos Decretos nº 5.945/2014, nº 5.994/2014 e nº 6.098/2014, para comporem o Conselho Municipal do Idoso.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam substituídos os membros das entidades abaixo relacionadas, nomeados pelo Decreto nº 5.657, de 06 de agosto de 2013, alterado pelo Decreto nº 5.945, de 26 de março de 2014, Decreto nº 5.994, de 29 de abril de 2014 e Decreto nº 6.098, de 27 de agosto de 2014, para comporem o Conselho Municipal do Idoso, na forma que segue:

#### **ENTIDADES GOVERNAMENTAIS**

Secretaria de Desenvolvimento Regional de Caçador  
Titular: Sandra Spautz Granemann  
Suplente: Célio Marcos Moreira Becker

#### **ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS**

Associação dos Psicólogos de Caçador e Região - APSIC  
Titular: .....  
Suplente: Vanessa Dal Bosco Susin

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogados os Decreto nº 5.945, de 26 de março de 2014, Decreto nº 5.994, de 29 de abril de 2014 e Decreto nº 6.098, de 27 de agosto de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 16 de abril de 2015.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### **DECRETO Nº 6.372**

DECRETO Nº 6.372, de 16 de abril de 2015.

Substitui membros nomeados pelo Decreto nº 5.673/2013, alterado pelo Decreto nº 6.092/2014 e Decreto nº 6.192/2014, para compor o Conselho Municipal dos Direitos de Mulher - COMDIM.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam substituídos os membros da entidade abaixo relacionada, nomeados pelo Decreto nº 5.673, de 20 de agosto de 2013, alterado pelo Decreto nº 6.092, de 22 de agosto de 2014 e Decreto nº 6.192, de 05 de novembro de 2014, para compor o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher:

#### **ENTIDADES GOVERNAMENTAIS**

6) Secretaria de Desenvolvimento Regional de Caçador - SDR  
Titular: Sandra Spautz Granemann  
Suplente: Célio Marcos Moreira Becker

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 6.192, de 05 de novembro de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 16 de abril de 2015.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

### **PORTARIA Nº 25.213**

PORTARIA Nº 25.213, de 06 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR a PORTARIA Nº 23.566, de 28 de Fevereiro de 2014, que contratou diversos servidores, somente no que se refere a Servidora Pública Municipal CRISTIANE APARECIDA TRINDADE DA SILVA, matrícula nº 13.007, ocupante do cargo de Professora de Inglês, com relação ao local de trabalho que passa a ser EMEB Hilda Granemann de Souza, vaga excedente, ALTERANDO A CARGA HORÁRIA de 25 (vinte e cinco) para 29 (vinte e nove) horas semanais, com efeitos a contar de 02 de Fevereiro de 2015 a 31 de Julho de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
06 de Fevereiro de 2015.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

**PORTARIA Nº 25.219**

PORTARIA Nº 25.219, de 06 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal,

**RESOLVE:**

ALTERAR a PORTARIA Nº 23.567, de 28 de Fevereiro de 2014, que contratou diversos servidores, somente no que se refere a Servidora Pública Municipal CRISTIANE ANTUNES GONÇALVES, matrícula nº 13176, ocupante do cargo de Professora de 1º ao 5º ano, com relação ao local de trabalho que passa a ser EMEB Rodolfo Nickel, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, vaga transitória, e a data fim que passa a ser 18 de Dezembro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
06 de Fevereiro de 2015.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

**PORTARIA Nº 25.222**

PORTARIA Nº 25.222, de 06 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal,

**RESOLVE:**

ALTERAR a PORTARIA Nº 23.562, de 28 de Fevereiro de 2014, que contratou diversos servidores, somente no que se refere a Servidora Pública Municipal DANIELE CARLOS DA SILVA, matrícula nº 12968, ocupante do cargo de Professora de Educação Física, para atuar nas diversas Escolas Municipais nos Projetos de Atletismo e Badminton, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais em cada projeto, ALTERANDO A CARGA HORÁRIA de 30 (trinta) para 40 (quarenta) horas semanais, e com relação a data fim que passa a ser 18 de Dezembro de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
06 de Fevereiro de 2015.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

**PORTARIA Nº 25.231**

PORTARIA Nº 25.231, de 06 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal,

**RESOLVE:**

ALTERAR a PORTARIA Nº 23.675, de 14 de Março de 2014, que contratou diversos servidores, somente no que se refere a Servidora Pública Municipal SIMONE FOGAÇA VIEIRA BALZAN, matrícula nº 13266, ocupante do cargo de Professora de Educação Infantil, com relação ao local de trabalho que passa a ser EMEB Morada do Sol, vaga excedente, REDUZINDO A CARGA HORÁRIA de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais, com efeitos a contar de 02 de Fevereiro de 2015 até 31 de Julho de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
06 de Fevereiro de 2015.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

**PORTARIA Nº 25.246**

PORTARIA Nº 25.246, de 11 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal,

**RESOLVE:**

ALTERAR a PORTARIA Nº 23.563, de 28 de Fevereiro de 2014, que contratou diversos servidores, somente no que se refere a Servidora Pública Municipal DEISIANE APARECIDA DE PAULO, matrícula nº 13057, ocupante do cargo de Especialista em Assuntos Educacionais, com relação ao local de trabalho que passa a ser EMEB Irmão Venâncio José, com carga horária de 20 (vinte horas) semanais e EMEB Henrique Júlio Berger, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, vagas excedentes, e a data fim que passa a ser 31 de Julho de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
11 de Fevereiro de 2015.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

**PORTARIA Nº 25.248**

PORTARIA Nº 25.248, de 11 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal,

**RESOLVE:**

ALTERAR a PORTARIA Nº 23.566, de 16 de Fevereiro de 2014, que contratou diversos servidores, somente no que se refere a Servidora Pública Municipal DAYANE DA SILVA QUEIROZ MARTINS, matrícula nº 13000, ocupante do cargo de Professora de Inglês, com relação ao local de trabalho que passa a ser EMEB Walsin Nunes Garcia (05) horas semanais; EMEB Nossa Senhora Salete (04) horas semanais; EMEB Castelhanos (05) horas semanais; EMEB Vereda dos Trevos (02) horas semanais e EMEB Ulysses Guimarães (07) horas semanais, vagas excedentes, ALTERANDO A CARGA HORÁRIA de 28 (vinte e oito) para 29 (vinte e nove) horas semanais, e a data fim que passa a ser 31 de Julho de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
11 de Fevereiro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

**PORTARIA Nº 25.257**

PORTARIA Nº 25.257, de 11 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal,

**RESOLVE:**

ALTERAR a PORTARIA Nº 23.675, de 14 de Março de 2014, que contratou diversos servidores, somente no que se refere a Servidora Pública Municipal REJANY CAROLINA LOPES, matrícula nº 13281, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche e Berçário, com relação ao local de trabalho que passa a ser CMEI Pierina Adami, vaga vinculada à da Servidora Franciele Escher, que encontra-se em Licença Maternidade, e a data fim que passa a ser 06 de Abril de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
11 de Fevereiro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

**PORTARIA Nº 25.259**

PORTARIA Nº 25.259, de 11 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal,

**RESOLVE:**

ALTERAR PORTARIA Nº 23.568, de 16 de Fevereiro de 2014, que contratou diversos Servidores Públicos Municipais, para atuarem em Diversas Unidades Escolares, a seguir relacionados, com relação ao local de atuação e data fim, especificando: código, nome dos servidores, carga horária, cargo, escola de lotação, vaga e período da contratação, conforme segue:

Código	Nome	C.H.	Cargo	Escola de Lotação	Vaga	Data fim Contrato
13084	Eliana Maria Teles de Souza	40	Professora de Educação Infantil	CMEI Pierina Adami	Vaga Excedente	31/07/2015
13085	Eliane Salete Peretti	40	Professora de Educação Infantil	CMEI Pierina Adami	Vaga Excedente	31/07/2015
13091	Gisele de Almeida	40	Professora de Educação Infantil	EMEB Ulysses Guimarães	Vaga Excedente	31/07/2015
13096	Iolanda Aparecida de Moraes	40	Professora de Educação Infantil	CMEI Sonho Encantado	Vaga Transitória	31/07/2015
13098	Ivete Aparecida Galon	40	Professora de Educação Infantil	CMEI Sonho Encantado	Vaga Excedente	31/07/2015
13154	Josely Terezinha dos Santos	40	Professora de Educação Infantil	CMEI Pierina Adami	Vaga Excedente	31/07/2015
13102	Jucelaine Terezinha Pereira	40	Professora de Educação Infantil	CMEI Santa Clara	Vaga Excedente	31/07/2015
13114	Luciana das Graças Teles de Souza	40	Professora de Educação Infantil	CMEI Pierina Adami	Vaga Transitória	18/12/2015
13118	Luciane Maria Fernandes Strauss	40	Professora de Educação Infantil	CMEI Pierina Adami	Vaga Transitória	18/12/2015
13123	Mardionir Boscari	20	Professora de Educação Infantil	CMEI Pierina Adami	Vaga Transitória	18/12/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 11 de Fevereiro de 2015.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

## PORTARIA Nº 25.262

PORTARIA Nº 25.262, de 11 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR PORTARIA Nº 23.561, de 15 de Fevereiro de 2014, que contratou diversos Servidores Públicos Municipais, para atuarem em Diversas Unidades Escolares, a seguir relacionados, com relação ao local de atuação e data fim, especificando: código, nome dos servidores, carga horária, cargo, escola de lotação, vaga e período da contratação, conforme segue:

Código	Nome	C.H.	Cargo	Escola de Lotação	Vaga	Data fim Contrato
12926	Erica Brustolin	40	Secretária Escolar	EMEB Hilda Granemann de Sousa	Vaga Vinculada a Franciele Perego	18/12/2015
12930	Jane Paula Pelepe	40	Secretária Escolar	CMEI Pierina Adami	Vaga Transitória	18/12/2015
12935	Janice Magueroski Stefan	40	Secretária Escolar	EMEB Maria Luiza Martins Barbosa EMEB Nossa Sra. Salete	V.V. Debora Franco – Direção Escolar V.V. Elisandra Giacomel - SME	18/12/2015
12941	Jessica Aline Gelinski	20	Secretária Escolar	EMEB Castelhanos	Vaga Excedente	31/07/2015
12928	Michellen Azeredo de Moraes	40	Secretária Escolar	EMEB Hilda Granemann de Sousa	V.V. Marilucy Wierbicki – Licença Tratamento de Saúde	30/03/2015
12947	Neoli Aparecida Ribeiro de Andrade	40	Secretária Escolar	EMEB Henrique Júlio Berger	V.V. Carla Dallazen	18/12/2015
12937	Patrícia Carolina Duarte	40	Secretária Escolar	EMEB Ulysses Guimarães	V.V. Rosana Kormann	01/03/2015
12927	Sirlei Terezinha Tofolli	40	Secretária Escolar	EMEB Tabajara	V.V. Cleide Dariz – Direção Escolar	18/12/2015
12938	Uliana Ilona Lizkievich	40	Secretária Escolar	EMEB Pierina Santin Perret	V.V. Marcio Coelho - PMC	18/12/2015
12919	Edneia Carla Correa	20	Auxiliar de Biblioteca	EMEB Alto Bonito	Vaga Excedente	31/07/2015

12921	Jaqueline dos Santos Gonçalves Soares	40	Auxiliar de Biblioteca	EMEB Tabajara	Vaga Excedente	31/07/2015
12910	Jessica Luana da Silva Lopes	40	Auxiliar de Biblioteca	EMEB Hilda Granemann de Sousa	Vaga Excedente	31/07/2015
12923	Lindamir Teresinha Kuraz	40	Auxiliar de Biblioteca	EMEB Pe. José Chamot	Vaga Excedente	31/07/2015
12906	Silvana Mitank Lopes	40	Auxiliar de Biblioteca	EMEB Pierina Santin Perret	Vaga Excedente	31/07/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 11 de Fevereiro de 2015.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

### PORTARIA Nº 25.267

PORTARIA Nº 25.267, de 11 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR a PORTARIA Nº 23.675, de 14 de Março de 2014, que contratou diversos servidores, somente no que se refere a Servidora Pública Municipal LUCÉLIA APARECIDA CORDEIRO, matrícula nº 13271, ocupante do cargo de Professora de Arte, com relação ao local de trabalho que passa a ser EMEB Ulisses Guimarães e EMEB Nossa Senhora Salete, com carga horária de 34 (trinta e quatro) e 06 (seis) horas semanais, respectivamente; vaga excedente, e a data fim que passa a ser 31 de Julho de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
11 de Fevereiro de 2015.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

### PORTARIA Nº 25.272

PORTARIA Nº 25.272, de 11 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, que dispõe sobre o Plano de Carreira dos Profissionais do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR PORTARIA Nº 23.566, de 16 de Fevereiro de 2014, que contratou diversos Servidores Públicos Municipais, para atuarem em Diversas Unidades Escolares, a seguir relacionados, especificando: código, nome dos servidores, carga horária, cargo, escola de lotação, vaga e período da contratação, conforme segue:

Código	Nome	C.H.	Cargo	Escola de Lotação	Vaga	Data fim Contrato
13035	Eva Katlin Zarur	38	Professora de Artes	(18h) - EMEB Morada do Sol (20h) - EMEB Pierina Santin Perret	Vaga Excedente	31/07/2015
13026	Ione Maria Chiarello	10	Professora de Artes	EMEB Alto Bonito	Vaga Excedente	31/07/2015
13077	Silmara Zotto	10	Professora de Matemática	EMEB Morada do Sol	V.V. Marcelle Guzela	18/12/2015
13113	Rosmari Aparecida Becker	13	Professora de Português	EMEB Morada do Sol	Vaga Excedente	12/02/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 11 de Fevereiro de 2015.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

**PORTARIA Nº 25.288**

PORTARIA Nº 25.288, de 11 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto art. 98, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Licença para Tratamento de Saúde, especificando: código, nome da servidora, cargo, número de dias e período do afastamento, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Nº de dias	Período
3290 9073	Elisabete Aparecida Marini Bortolini	Professora	16 dias	10/02/2015 a 25/02/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 11 de Fevereiro de 2015.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 25.299**

PORTARIA nº 25.299, de 13 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Saúde, o pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, prestados no período de 01/01/2015 a 31/01/2015, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas
1964	Adelar Geraldo Piran	14 horas e 25 min.
13369	Adilso da Silva	60 horas
7982	Adriana Bento Grobe	32 horas
10788	Aires Roberta da Rosa Brandalise	12 horas
1836	Aldecir Barp	60 horas
95	Alessandro Luis Ribeiro	60 horas
7739	Alice Loreni Gomes de Lafavera	40 horas
1453	Alvaro Santos de Castro	60 horas
984	Ana Cristina Hagemann	58 horas
11810	Ana Paula Simioni	12 horas
13544	Anne Lise Borstmann Hansen	26 horas

13766	Antônio Amarildo de Mello	39 horas e 50 min.
13368	Antonio Rogerio Nhaia	60 horas
10940	Carla Andressa Vierzbicki	25 horas
11809	Clairton Mario Correa	33 horas
831	Clarice Abraao	40 horas
8413	Claudete Maria Bento Corrente	30 horas
364	Delma Leticia Dri Ficagna	40 horas
12794	Doraci de Jesus Soares	40 horas
2027	Edezio Recalcatti	60 horas
11217	Edinéia Aparecida da Silva Batista	21 horas
11057	Elisa Regina Kruger Possenti	17 horas
7744	Elizandra Driedrich	18 horas e 20 min.
830	Eloir do Carmo Antunes	40 horas
3745	Erenilda Americano	24 horas
3278	Frenezi de Oliveira	22 horas
10485	Hélio Luiz Wirschum	40 horas
12454	Jair de Azeredo	60 horas
3361	Janete Lisboa Velasques	30 horas
11890	Jorge Jair de Moura Borges	36 horas
1444	José Scheffemacher	20 horas
10787	Juliana Aparecida Cordeiro	06 horas
10831	Katia Possamai	24 horas
645	Klayton Strey	60 horas
1307	Laura Henrique de Andrade	40 horas
7981	Laurita Aparecida Faustino Aimi	40 horas
12858	Leandro Medeiro	60 horas
11851	Leticia Maria Rostirolla	18 horas
12590	Loraine Borghetti Rotta	40 horas
11055	Luciana Aparecida Cristaldo	40 horas
11032	Luiz Antônio Wanciw	24 horas
7824	Maicon Sgarbossa	60 horas
3852	Marcia de Araújo Mattia	60 horas
1214	Marcio Bassani	60 horas
12844	Marcos Antonio Pires de Moraes	60 horas
9393	Maria Helena Moreira Magalhães	12 horas
10816	Marjuri Paula Sgarbossa	40 horas
7676	Marlene Aparecida Ribeiro	08 horas
8331	Mônica Michele Witiuk	40 horas
731	Odete Crivilatti	60 horas
2650	Odney Leite	60 horas
11886	Paula Francielly Zitkiewicz	40 horas
10961	Renata Cristina da Silva Favarão	30 horas
10102	Rosa Meri Coluzzi	36 horas
3262	Rosângela Cristina Malat	30 horas
10764	Sandra Aparecida Correa	36 horas
1720	Sandro José Neres da Rocha	60 horas
3437	Sayonara Galina	40 horas
135	Sueli Terezinha Bueno	36 horas
10785	Vagner Gonçalves	36 horas
1849	Valdeci Vieira de Alvarenga	60 horas
749	Valdecir José Pereira da Silva	60 horas
1376	Veroni Salete Dalaqua	20 horas
1179	Vilma de Souza Mello Jarschel	60 horas

1535	Vilmar Miguel Dobner	60 horas
12588	Willian Schroder	40 horas

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 13 de Fevereiro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

### PORTARIA Nº 25.300

PORTARIA nº 25.300, de 13 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Saúde, o pagamento do ADICIONAL NOTURNO, realizado no período de 01/01/2015 a 31/01/2015, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas
1964	Adelar Geraldo Piran	01 horas e 12 min.
13369	Adilso Da Silva	15 horas e 25 min.
1836	Aldecir Barp	30 horas e 31 min.
1453	Alvaro Santos De Castro	20 horas e 10 min.
13368	Antonio Rogerio Nhaia	07 horas e 26 min.
2027	Edezio Recalcatti	26 horas e 04 min.
645	Klayton Strey	34 horas e 20 min.
12858	Leandro Medeiro	40 horas e 38 min.
1214	Marcio Bassani	33 horas e 57 min.
12844	Marcos Antonio Pires De Moraes	50 horas e 16 min.
2650	Odiney Leite	16 horas e 34 min.
1720	Sandro José Neres Da Rocha	42 horas e 39 min.
749	Valdecir José Pereira Da Silva	24 horas e 40 min.
1535	Vilmar Miguel Dobner	22 horas e 28 min.
7739	Alice Loreni Gomes de Lafavera	63 horas
13544	Anne Lise Borstmann Hansen	07 horas
11809	Clairton Mario Correa	03 horas
831	Clarice Abraao	96 horas
8413	Claudete Maria Bento Corrente	07 horas
364	Delma Leticia Dri Ficagna	14 horas
7744	Elizandra Driedrich	43 min.
3278	Frenezi de Oliveira	01 hora
11890	Jorge Jair de Moura Borges	82 horas
11851	Leticia Maria Rostirolla	07 horas
11055	Luciana Aparecida Cristaldo	28 horas
11032	Luiz Antônio Wanciw	35 horas
13465	Marilei Dallagnoll	145 horas
11886	Paula Francielly Zitkiewicz	14 horas
10961	Renata Cristina da Silva Favarão	14 horas
10764	Sandra Aparecida Correa	98 horas
3437	Sayonara Galina	07 horas

10785	Vagner Gonçalves	98 horas
1179	Vilma de Souza Mello Jarschel	11 horas e 36 min.
12588	Willian Schroder	18 horas

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 13 de Fevereiro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

### PORTARIA Nº 25.301

PORTARIA nº 25.301, de 13 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 68 e art. 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos servidores abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Saúde, em razão de faltas injustificadas no período de 01/01/2015 a 31/01/2015, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas
3421	Adriana Aparecida Pavloski	01 h e 05 min.
11866	Alcides Moraes Lemos	04 horas
11810	Ana Paula Simioni	03 h e 50 min.
711	Antônio Oliveira Segundo	06 h e 38 min.
10941	Arlete Terezinha Benjamini	07 h e 06 min.
1771	Aurélio Luiz Arrabar	17 h e 05 min.
13523	Caroline de Castilho Passos Oliveira	08 horas
13450	Cristiane Zonin	08 h e 50 min.
11937	Dirce Teresinha Mantovani	01 h e 46 min.
11860	Edemir Januario da Costa	01 h e 26 min.
12055	Franciele Carneiro	15 h e 41 min.
769	Geni Aparecida dos Santos	08 horas
12589	Iara Aparecida Speggiorin	04 h e 34 min.
200	Ilse Maria Schmidt Driessen	04 h e 39 min.
1092	João Gomes Soares	01 h e 20 min.
12114	João Maria Guaripuna Filho	04 horas
11946	Jucinei Pires do Prado	41 min.
5635	Luciano Caregnato	04 h e 34 min.
11967	Lucimar dos Santos	08 horas
1140	Luiz Fernando dos Santos	04 h e 31 min.
7784	Mara Rubia Cordeiro	30 horas
11812	Marcia de Oliveira Guedes	05 h e 08 min.
11974	Maria Aparecida Alves	03 h e 57 min.
12113	Maria Elena Oliveira Eger	08 h e 07 min.
9488	Maria Lucia Batista	10 horas
03	Mauricio Zini	04 h e 06 min.
10461	Mirian Ficagna	23 h e 24 min.
10961	Renata Cristina da Silva Favarão	01 h e 04 min.

13413	Rose Mari Voloche	08 horas
11968	Silvana Aparecida Santana de Moraes	08 horas
11951	Silvana Maria Cristaldo	03 h e 13 min.
11348	Sônia Mara Almeida	07 horas
11871	Tatiana Moraes	07 h e 15 min.
7678	Terezinha Doble Huçulak	05 h e 37 min.
12795	Thiago Muniz de Lima	02 h e 05 min.
3265	Valdiléia Aparecida Ferreira	02 h e 44 min.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 13 de Fevereiro de 2015.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

### PORTARIA Nº 25.302

PORTARIA Nº 25.302, de 13 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 6º, da Lei nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde a Família (ESF), Agentes Comunitários de Saúde (EACS), Programa Equipe de Saúde Bucal, e das outras providências,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, o pagamento de gratificação de produtividade a que fazem jus, especificando: código, nome, cargo, período da gratificação e valor da gratificação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Período da Gratificação	Valor da Gratificação
12591	Adriana Gonçalves Dias Moraes	Agente Comunitária de Saúde	01/01/2015 a 31/01/2015	100,00
11932	Aline Cristiane Telles de Lima	Agente Comunitária de Saúde	01/01/2015 a 31/01/2015	100,00
11854	Ana Paula Petrovich	Agente Comunitária de Saúde	01/01/2015 a 31/01/2015	100,00
11940	Classir Terezinha Fenili	Agente Comunitária de Saúde	01/01/2015 a 31/01/2015	100,00
11858	Izaira Castanheira Mezomo	Agente Comunitária de Saúde	01/01/2015 a 31/01/2015	100,00
11953	Janete Aparecida Gabardo	Agente Comunitária de Saúde	01/01/2015 a 31/01/2015	100,00
11950	Luci Hinkeldei	Agente Comunitária de Saúde	01/01/2015 a 31/01/2015	100,00
11967	Lucimar dos Santos	Agente Comunitária de Saúde	01/01/2015 a 31/01/2015	100,00
12032	Miriam Germano de Goes	Agente Comunitária de Saúde	01/01/2015 a 31/01/2015	100,00
11960	Roseli Aparecida Ferreira Cordeiro	Agente Comunitária de Saúde	01/01/2015 a 31/01/2015	100,00
11942	Sarita de Oliveira Zannotto	Agente Comunitária de Saúde	01/01/2015 a 31/01/2015	100,00
11859	Vanira Santos de Moraes	Agente Comunitária de Saúde	01/01/2015 a 31/01/2015	100,00
11941	Zenaide Heyer Gois	Agente Comunitária de Saúde	01/01/2015 a 31/01/2015	100,00

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 13 de Fevereiro de 2015.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

**PORTARIA Nº 25.303**

PORTARIA Nº 25.303, de 13 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Municipal nº 2.301, de 19/04/2006, que dispõe sobre o pagamento da prestação de serviço sob o regime de sobre-aviso, e dá outras providências,

**RESOLVE:**

CONCEDER a Servidora Pública Municipal, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, o pagamento da prestação de serviço sob o regime de SOBREAVISO, prestados durante o mês de Janeiro de 2015, especificando: código, nome, cargo, valor da gratificação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Gratificação
7683	Nara Tescke	Técnico em Enfermagem	1.500,00

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 13 de Fevereiro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

**PORTARIA Nº 25.339**

PORTARIA Nº 25.339, de 24 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto art. 98, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Licença para Tratamento de Saúde, especificando: código, nome da servidora, cargo, número de dias e período do afastamento, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Nº de dias	A contar de:
4272	Adriana Klein Huhn	Auxiliar Creche e Berçário	Afastamento Permanente	24/02/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 24 de Fevereiro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 25.342**

PORTARIA Nº 25.342, de 24 de Fevereiro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto art. 98, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Licença para Tratamento de Saúde, especificando: código, nome da servidora, cargo, local de trabalho, número de dias e período do afastamento, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Local de Atuação	Nº de dias	Período
9875	Terezinha Andrighetti Nava	Professora	CMEI Sonho Encantado	60	19/02/2015 a 19/04/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 24 de Fevereiro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 25.368**

PORTARIA Nº 25.368, de 04 de Março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto art. 98, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal abaixo relacionada, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, Licença para Tratamento de Saúde, especificando: código, nome da servidora, cargo, número de dias e período do afastamento, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Nº de dias	Período
707	Lucia Spegiorin	Professora de 1º ao 5º ano	30	02/03/2015 a 31/03/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 04 de Março de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 25.377**

PORTARIA Nº 25.377, de 05 de Março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79 da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/1999, e ainda na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

CONTRATAR, por tempo determinado, os cidadãos, a seguir relacionados, para atuarem junto às Unidades de Ensino da Secretaria Municipal de Educação, de acordo com a Classificação em Processo Seletivo conforme o Edital SME 002/2013, com resultado final homologado pelo Decreto nº 5.865, de 20 de Dezembro de 2013, especificando: nome, cargo, referência, carga horária, atuação, motivo de contratação e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref.	C.H.	Atuação	Motivo de Contratação	Período
Adriana Marliza Campos de Almeida	Professor de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Tabajara	V.V. Sandra Muncinelli, licença prêmio	02/03/2015 a 26/03/2015
Ana Celia Caetano	Auxiliar de Biblioteca	1.4/A	20	EMEB Irmão Venâncio José	Vaga excedente	10/03/2015 a 31/07/2015
Ana Paula de Lima Pires	Professor de Educação Infantil	1.3/A	40	CMEI Santa Terezinha	Vaga transitória	02/03/2015 a 18/12/2015
Arlete de Fatima Barivieira	Professor de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Castelhana	V.V. Fatima Castilho Chaves, licença prêmio	04/03/2015 a 29/05/2015
Celina Aparecida de Souza Trindade Furtado	Merendeira	1.5/A	44	EMEB Alcides Tombini	V.V. Maria Nedi Frederik, licença prêmio	02/03/2015 a 29/05/2015
Cibele Rossi Prado	Professor de Ciências	1.3/A	40	EMEB Morada do Sol EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	Vaga excedente V.V. Gloria Ribeiro dos Santos, licença sem vencimentos	05/03/2015 a 31/07/2015
Cicero Antonio Cardoso	Professor de Educação Física	1.3/A	24	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	Vaga excedente	09/03/2015 a 31/07/2015
Daniela Kovalski	Auxiliar de Creche e Berçário	2.1/A	40	CMEI Sonho Encantado	V.V. Jussara Jombra, licença maternidade	09/03/2015 a 04/09/2015
Dayane Bechert	Servente	1.5/A	44	EMEB Irmão Venâncio José	Vaga transitória	02/03/2015 a 31/07/2015 ou até a realização de terceirização
Eliane Aparecida Alves	Professor de Educação Física e Projetos esportivos	1.3/A	40	CMEI Santa Clara Escolas municipais	Vaga excedente Vaga transitória	09/03/2015 a 31/07/2015
Fabiana Aparecida Volski	Professor de Ciências	1.3/A	30	EMEB Ulysses Guimarães EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	Vaga excedente	04/03/2015 a 31/07/2015
José Cristiano Peretti	Professor de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Ulysses Guimarães	V.V. Adriana Boff, atribuição	09/03/2015 a 18/12/2015
Karina Padilha	Professor de Educação Infantil	1.3/A	40	CMEI Sonho Encantado	V.V. Claudete Konflanz, licença prêmio	19/03/2015 a 21/04/2015
Lais Souza de Moraes	Professor de Educação Física	1.3/A	24	CMEI Sonho Encantado EMEB Alto Bonito	Vaga excedente V.V. Leandro Martello, FMEC	03/03/2015 a 31/07/2015
Lenir Teixeira	Servente	1.5/A	44	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	Vaga transitória	11/03/2015 a 31/07/2015 ou até a realização de terceirização
Luana Cristina Ramos	Professor de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Ulysses Guimarães	V.V. Carmelinda Maleske, licença prêmio	09/03/2015 a 03/05/2015
Luciane Faganello	Professor de Educação Infantil	1.3/A	40	EMEB Padre José Chamot	V.V. Vania Bertotto, licença maternidade	02/03/2015 a 09/05/2015
Maria Alice Alves Cardoso	Merendeira	1.5/A	44	EMEB Esperança	V.V. Ivone Pagotto, licença prêmio	04/03/2015 a 01/06/2015
Marivete Aparecida Boff Pereira	Professor de 1º ao 5º ano	1.3/A	20	EMEB Morada do Sol	V.V. Marizete Zago, licença tratamento saúde	09/03/2015 a 10/04/2015
Rosileia Aparecida Lanieski	Professor de Língua Portuguesa	1.3/A	13	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	V.V. Luciana Tramontina, licença sem ônus	02/03/2015 a 18/12/2015
Rozangela Brustolin	Professor de Língua Portuguesa	1.3/A	13	EMEB Henrique Julio Berger	Vaga excedente	02/03/2015 a 31/07/2015
Sandriane Fogaça Fernandes	Auxiliar de Creche e Berçário	2.1/A	40	CMEI Santa Terezinha	Vaga transitória	02/03/2015 a 18/12/2015
Sibele Baldicera	Professor de Educação Infantil	1.3/A	20	EMEB Nossa Senhora Salete	V.V. Vera Moura, atribuição	02/03/2015 a 18/12/2015
Silmara Castilho	Professor de Educação Infantil	1.3/A	40	CMEI Sonho Encantado	V.V. Terezinha Nava, licença tratamento saúde	02/03/2015 a 24/04/2015
Sonia Aparecida Jarschel	Servente	1.5/A	44	EMEB Henrique Julio Berger	Vaga transitória	11/03/2015 a 31/07/2015 ou até realização da terceirização
Zany Mary Baseggio Coldebella	Merendeira	1.5/A	44	EMEB Ulysses Guimarães	Vaga transitória	02/03/2015 a 31/07/2015

Registre-se e Publique-se.



Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 05 de Março de 2015.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

### PORTARIA Nº 25.381

PORTARIA Nº 25.381, de 05 de Março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

#### RESOLVE:

CONTRATAR por tempo determinado, os cidadãos a seguir relacionados, para atuarem junto a Secretaria Municipal de Educação, especificando: nome, cargo, referência, carga horária, escola de atuação, motivo da contratação e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref.	C.H.	Atuação	Razão	Período
Andreza de Oliveira Meireles da Silva	Professor de Novas oportunidades de aprendizagem	2.1/A	20	EMEB Esperança	Vaga transitória	09/03/2015 a 18/12/2015
Beatriz Macedo Olsen	Especialista em Assuntos Educacionais	1.3/A	40	CMEI Pierina Adami	V.V. Cristiane Camargo, licença tratamento de Saúde	09/03/2015 a 23/03/2015
Camila Lenardt Pereira	Professor de Língua Portuguesa	1.3/A	13	EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	Vaga excedente	10/03/2015 a 31/07/2015
Dirce Falabretti	Professor de Novas oportunidades de aprendizagem	1.3/A	40	EMEB Morada do Sol EMEB Profª Maria Luiza Martins Barbosa	Vaga transitória	09/03/2015 a 18/12/2015
Fabiana Rodrigues Moschetta	Especialista em Assuntos Educacionais	1.3/A	20	EMEB Pierina Santin Perret	V.V. Odila Raiser Mafessoni, licença prêmio	09/03/2015 a 07/05/2015
Fatima de Matos	Servente	1.5/A	44	EMEB Ulysses Guimarães	Vaga transitória	04/03/2015 a 31/07/2015 ou até realização da terceirização
Irene de Fatima Ribeiro	Servente	1.5/A	44	EMEB Hilda Granemann de Souza	Vaga transitória	12/03/2015 a 31/07/2015 ou até realização da terceirização
Itamira Gonçalves	Servente	1.5/A	44	EMEB Ulysses Guimarães	Vaga transitória	12/03/2015 a 31/07/2015 ou até a realização da terceirização
Ivani Zarzeka	Servente	1.5/A	44	EMEB Pierina Santin Perret	Vaga transitória	16/03/2015 a 31/07/2015 ou até a realização da terceirização
Janete Kuczer Mandelli	Professor de Arte	1.1/A	26	EMEB Hilda Granemann de Souza EMEB Padre José Chamot EMEB Ulysses Guimarães	V.V. Hildegart Dalpizol, licença prêmio Vaga excedente Vaga transitória	05/03/2015 a 26/04/2015
Juliana Padilha Mazzotti	Especialista em Assuntos Educacionais	1.3/A	20	EMEB Alto Bonito	Vaga excedente	10/03/2015 a 31/07/2015
Kelly Gonçalves do Amaral	Professor de Língua Portuguesa	1.3/A	20	EMEB Hilda Granemann de Souza	Vaga excedente	02/03/2015 a 31/07/2015
Luciana Westerlon Rocha Lara	Servente	1.5/A	44	EMEB Castelhana	V.V. Natalia Mussak, licença prêmio	12/03/2015 a 06/06/2015
Marcia Francieli Ferreira	Servente	1.5/A	44	EMEB Hilda Granemann de Souza	Vaga transitória	03/03/2015 a 31/07/2015
Marcos Samoel dos Santos	Professor de Laboratório de Informática	1.1/A	30	10 EMEB Castelhana e EMEB Colônia Polidoro 20 EMEB Rodolfo Nickel	Vaga Transitória	16/03/2015 a 18/12/2015
Maria da Gloria Gomes Pereira	Merendeira	1.5/A	44	EMEB Ulysses Guimarães	Vaga transitória	11/03/2015 a 31/07/2015 ou até a realização da terceirização

Maria Ivone Padilha	Servente	1.5/A	44	EMEB Hilda Granemann de Souza	Vaga transitória	12/03/2015 a 31/07/2015 ou até realização da terceirização
Marinei Aparecida Cardoso Saldanha	Professor de Arte	1.1/A	40	EMEB Henrique Julio Berger	VV Josete Estrowispi, licença tratamento saúde	09/03/2015 a 23/03/2015
Patricia Gonçalves	Especialista em Assuntos Educacionais	1.3/A	20	EMEB Alto Bonito	Vaga excedente	10/03/2015 a 31/07/2015
Rafaela Andreia Lopes	Especialista em Assuntos Educacionais	1.3/A	20	CESMAR - Convênio	Vaga transitória	16/03/2015 a 18/12/2015
Silmara Aparecida Alves do Prado Porfírio	Especialista em Assuntos Educacionais	1.3/A	20	EMEB Pierina Santin Perret	V.V. Janete Tarniowicz, SME	12/03/2015 a 18/12/2015
Taligean Yasmin de Souza Nordio	Professor de Matemática	1.1/A	24	EMEB Pierina Santin Perret EMEB Alto Bonito	V.V. Ivonete Torezan, licença tratamento saúde	17/03/2015 a 07/04/2015
Tania de Fatima dos Santos	Merendeira	1.5/A	44	EMEB Tabajara	Vaga transitória	11/03/2015 a 31/07/2015 ou até a realização da terceirização
Tatiane da Silva Pessole	Professor de Língua Portuguesa	1.3/A	13	EMEB Morada do Sol	Vaga excedente	02/03/2015 a 31/07/2015
Vera Aparecida Ribeiro	Servente	1.5/A	44	CMEI Santa Clara	V.V. Juliana Cordeiro, licença tratamento saúde	04/03/2015 a 26/05/2015
Viviane Nancy Gonchoreki	Servente	1.5/A	44	EMEB Esperança	V.V. Cassia Maciel, licença tratamento saúde	04/03/2015 a 01/06/2015

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 05 de Março de 2015.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Paulo Roberto Gonçalves  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

### **PORTARIA Nº 25.411**

PORTARIA Nº 25.411, de 19 de Março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 120, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER a Servidora Pública Municipal MARIA CECÍLIA BEREZANSKI BRUGNARA, ocupante do cargo de Merendeira Escolar, matrícula nº 10447, lotada junto a Secretaria Municipal de Educação, 02 (dois) anos de Licença Sem Vencimentos, para tratar de assuntos particulares, com efeitos a contar de 19 de Março de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 19 de Março de 2015.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 25.444**

PORTARIA Nº 25.444, de 30 de Março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 124, §3º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER ao Servidor Público Municipal, a seguir relacionado, conversão em dinheiro da licença prêmio, a que faz jus, por motivos pessoais, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação, conversão e período de aquisição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Secretaria	Conv.	Período Aquisitivo
3174	Julio Cesar Petrykowski	Motorista Caminhão	003	1/3	15/05/2007 a 15/05/2012

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
30 de Março de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 25.454**

PORTARIA Nº 25.454, de 31 de Março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 76, inciso I, da Lei Complementar nº 56/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e nos termos do art. 58, da Lei Complementar nº 93, de 29/12/2006 e suas alterações,

**RESOLVE:**

DEFERIR A AVERBAÇÃO, para efeitos de aposentadoria, com base na Lei Complementar nº 93/2006 e suas alterações, o Tempo de Serviço/ Contribuição, vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS do Servidor Público Municipal PEDRO MACHADO, ocupante do cargo de Motorista de Caminhão, previsto no Quadro Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, correspondente a 5.344 (cinco mil, tezentos e quarenta e quatro) dias, ou 14 (quatorze) anos, 07 (sete) meses e 24 (vinte e quatro) dias, conforme Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição nº 20022010.1.00012/15-9, fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, datada de 04 de Março de 2015.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 31 de Março de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 25.455**

PORTARIA nº 25.455, de 31 de Março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 93, §2º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER conversão em dinheiro que corresponde a 30 (trinta) dias de férias da Servidora Pública Municipal, a seguir relacionada, especificando: código, nome, cargo, e período aquisitivo, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Período Aquisitivo
10452	Simone Maria Foscarini	Auxiliar Administrativo	24/01/2011 a 23/01/2012

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 31 de Março de 2015.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 25.465**

PORTARIA nº 25.465, de 31 de Março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, em exercício na Secretaria Municipal de Saúde, o pagamento de serviço extraordinário - HORAS EXTRAS/PLANTÕES, realizado no período de 01/03/2015 a 31/03/2015, junto ao Pronto Atendimento Municipal, especificando: código, nome dos servidores, quantidade de horas e porcentagem, conforme segue:

Código	Nome	Nº Horas
Horas Extras 50%		
13474	Dilson Luiz Correia	110 h
13571	Douglas Pereira Carniel	80 h
12773	Everton Zeni	20 h
1092	João Gomes Soares	75 h
12885	Lenise Heinzmann	50 h
11332	Northon Andre Felipe Knoblauch	10 h
13491	Rodrigo Renno Martins Toledo	27 h
13583	Sulivan Francisco da Silva	120 h
13320	Youssef Elias Ammar	111 h

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 31 de Março de 2015.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

**PORTARIA Nº 25.466**

PORTARIA nº 25.466, de 31 de Março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 68 e art. 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Saúde, em razão de faltas injustificadas no período de 01/03/2015 a 31/03/2015, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de dias, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Faltas
12774	Roberto Kendi Anziliero Lanna	30 dias
12765	Wylar Marinho Roberto	30 dias

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 31 de Março de 2015.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

### **PORTARIA Nº 25.467**

PORTARIA nº 25.467, de 31 de Março de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 68 e art. 69, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

EFETUAR o desconto em folha de pagamento dos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados junto a Secretaria Municipal de Saúde, em razão de faltas injustificadas no período de 01/03/2015 a 31/03/2015, especificando: código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de horas
13764	Bruna de Araújo Vivan	40 h
12586	Matheus Moro	11 h e 30 min.
13370	Raphael Salgado Pedroso	05 h e 30 min.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 31 de Março de 2015.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL.

Roselaine de Almeida Périco - SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

### **PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 42-2015 – PR – 26-2015 - PREFEITURA**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 42-2015 - PR - 26-2015 - PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2015

OBJETO - REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM, ÁLCOOL, ÓLEO DIESEL E ARLA 32, DESTINADOS AS SECRETARIAS, AUTARQUIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DE CAÇADOR - SC

ENTREGA DOS ENVELOPES: 07/05/2015 as 15h30min

ABERTURA DOS ENVELOPES: 07/05/2015 as 15h30min

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site [cacador.sc.gov.br](http://cacador.sc.gov.br) no ícone licitações ou ainda por e-mail: [licitacao@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacao@cacador.sc.gov.br), no horário de expediente em vigor, Não será fornecida informação por telefone.

Caçador, 15 de abril de 2015.  
GILBERTO AMARO COMAZZETTO  
PREFEITO MUNICIPAL

# Camboriú

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2015 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 022/2015 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 023/2015 - PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS NECESSÁRIOS A REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS DE MANUTENÇÃO E LIMPEZA PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 20/04/2016

1ª Publicação.

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2015 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 024/2015 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 024/2015 - PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE CONDIONADOR DE AR E CLIMATIZADORES COM MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE MATERIAL, INCLUINDO INSTALAÇÃO E PLANTÃO TÉCNICO, PARA CLIMATIZAÇÃO, DESTINADO Á EVENTOS REALIZADOS PELO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ NO GINÁSIO DE ESPORTES DO CENTRO, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 20/04/2016

1ª Publicação.

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2015 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 025/2015 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 022/2015 - PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (CAFÉ, AÇÚCAR E ÁGUA) PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 17/04/2016

1ª Publicação.

### AUTO DE INFRAÇÃO 030/2015

Faz conhecer

Notificação de lançamento de multa via edital

O contribuinte JERRY ADRIANO CARDOSO, notificado e autuado por infração a legislação que rege sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente - Código de Postura do Município de Camboriú - Lei Complementar nº 12/2008, Capítulo II, artigo 23, inciso II, e por estar em desacordo com o Termo de Compromisso nº 05/2015, referente ao Auto nº 218/2015. Sob pena de revelia fica intimado a apresentar defesa por escrito, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da data da publicação desta. A defesa deve ser encaminhada a Fundação Camboriuense de Gestão e Desenvolvimento Sustentável - FUCAM, assim como renuncie expressamente à defesa, reclamação ou recurso.

Autuado: JERRY ADRIANO CARDOSO

CPF nº 008.865.199-18

Nº Auto de Infração: 030/2015

Valor da Taxa corrigida: R\$ 5.519,46

Valor da Multa: 201 UFM

### ECM 001/2015 - RUA MONTE FRADE MACAÉ

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº. 001/2015

A Prefeita Municipal de Camboriú/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 91 da Lei Orgânica e da Lei Municipal nº. 1695 de 22 de maio de 2006 faz saber a quem interessar possa que o Município de Camboriú baixa EDITAL DEMONSTRANDO OS CUSTOS DA OBRA, COM FINS DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento ao erário, dos valores parciais despendidos nas obras de pavimentação e drenagem pluvial, compreendendo a seguinte(s) via(s) pública(s) desta cidade:

1 - RUA MONTE FRADE MACAÉ, no Bairro Monte Alegre, totalizando 1.575,12m2 (Um Mil Quinhentos e Setenta e Cinco e Doze Metros Quadrados), tendo como confrontação os lotes relacionados no ANEXO I deste edital.

2 - PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E QUANTITATIVO

Projeto Gráfico de Drenagem Pluvial e Pavimentação da referida

via pública, com memorial descritivo e planilhas de quantidades e valores, para a execução dos serviços de drenagem pluvial e pavimentação, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução da obra, nos termos definidos na Lei Municipal nº. 1695/2006.

### 3 - DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis que não aderiram ao Programa de Pavimentação Comunitária ou se recusarem a efetuar o pagamento, situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com a RUA MONTE FRADE MACAÉ, que foram valorizados com a execução da obra.

### 4 - DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A cobrança da Contribuição de Melhoria terá como limite o custo da obra (planilha em anexo a este edital), computadas as despesas de estudos, projetos e todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis das respectivas zonas de influência. A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel, obedecendo aos índices cadastrais junto ao Cadastro Imobiliário Urbano desta municipalidade.

### 5 - DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para as zonas diretamente atingidas é da ordem de até 100% (cem por cento), tendo como limite máximo o custo da obra e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel. A municipalidade participa no custo da obra para a pavimentação da via pública em locais dentro do trecho da obra que não estão na responsabilidade dos proprietários na área beneficiada.

### 6 - PARCELA A SER FINANCIADA PELOS CONTRIBUINTES

A importância a ser absorvida pelos contribuintes será o custo este referente à obra realizada de frente seu respectivo imóvel.

### 7 - DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DA OBRA

Os custos unitários e totais para a realização da obra, de acordo com as benfeitorias realizadas, têm seus valores unitários referenciados na Tabela SINAPI/SC de OUT/2014, anexa a este edital, e por preços da região conforme Anexo II deste Edital de Contribuição de Melhoria, sendo que o valor total da referida obra é de R\$ 187.736,29 (Cento e Oitenta e Sete Mil Setecentos e Trinta e Seis Reais e Vinte e Nove Centavos).

### 8 - FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da Contribuição de Melhoria da obra referida neste Edital será efetuado pelos contribuintes, à Secretaria Municipal de Finanças, obedecendo às seguintes condições:

#### 8.1 - Pagamento à vista:

A ser pago pelo contribuinte, em cota única, por ocasião do final da obra.

#### 8.2 - Pagamento parcelado:

A ser efetuado pelo contribuinte após a conclusão da obra em 6 (seis) ou em 12 (doze) vezes, aplicando-se mais a atualização monetária prevista em lei, com juros de 1% (um por cento) ao mês.

### 9 - OPÇÃO DE PAGAMENTO

Ficará a critério do contribuinte optar pela condição de pagamento que melhor lhe convier, podendo utilizar-se de uma ou mais condições previstas no presente Edital.

### 10 - DISPOSIÇÕES GERAIS

São partes integrantes deste Edital a relação dos imóveis abrangidos, respectivos contribuintes e a valorização ocorrida.

Os proprietários dos imóveis que serão beneficiados com a obra de que trata o presente Edital, têm o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação do Edital de Contribuição de Melhoria, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Administração, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal por meio de petição, que servirá para o início do processo administrativo, na qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra e número de prestações.

### 11 - DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte junto à Municipalidade.

Camboriú, 17 de Abril de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

## ECM 002/2015 - RUA JARI

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº. 002/2015

A Prefeita Municipal de Camboriú/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 91 da Lei Orgânica e da Lei Municipal nº. 1695 de 22 de maio de 2006 faz saber a quem interessar possa que o Município de Camboriú baixa EDITAL DEMONSTRANDO OS CUSTOS DA OBRA, COM FINS DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento ao erário, dos valores parciais despendidos nas obras de pavimentação e drenagem pluvial, compreendendo a seguinte(s) via(s) pública(s) desta cidade:

1 - RUA RIO JARI, no Bairro Rio Pequeno, totalizando 1.180,44m<sup>2</sup> (Um Mil Cento e Oitenta e Quarenta e Quatro Metros Quadrados), tendo como confrontação os lotes relacionados no ANEXO I deste edital.

### 2 - PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO E QUANTITATIVO

Projeto Gráfico de Drenagem Pluvial e Pavimentação da referida via pública, com memorial descritivo e planilhas de quantidades e valores, para a execução dos serviços de drenagem pluvial e pavimentação, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução da obra, nos termos definidos na Lei Municipal nº. 1695/2006.

### 3 - DELIMITAÇÃO DA ZONA DE INFLUÊNCIA

A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis que não aderiram ao Programa de Pavimentação Comunitária ou se recusarem a efetuar o pagamento, situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, ou seja, dos imóveis confrontantes com a RUA JARI, que foram valorizados com a execução da obra.

### 4 - DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

A cobrança da Contribuição de Melhoria terá como limite o custo da obra (planilha em anexo a este edital), computadas as despesas de estudos, projetos e todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis das respectivas zonas de influência.

A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á de acordo com a valorização do imóvel, obedecendo aos índices cadastrais junto ao Cadastro Imobiliário Urbano desta municipalidade.

### 5 - DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para as zonas diretamente atingidas é da ordem de até 100% (cem por cento), tendo como limite máximo o custo da obra e,

individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no imóvel. A municipalidade participa no custo da obra para a pavimentação da via pública em locais dentro do trecho da obra que não estão na responsabilidade dos proprietários na área beneficiada.

#### 6 - PARCELA A SER FINANCIADA PELOS CONTRIBUINTE

A importância a ser absorvida pelos contribuintes será o custo este referente à obra realizada de frente seu respectivo imóvel.

#### 7 - DO CUSTO UNITÁRIO E TOTAL DA OBRA

Os custos unitários e totais para a realização da obra, de acordo com as benfeitorias realizadas, têm seus valores unitários referenciados na Tabela SINAPI/SC de OUT/2014, anexa a este edital, e por preços da região conforme Anexo II deste Edital de Contribuição de Melhoria, sendo que o valor total da referida obra é de R\$ 115.800,76 (Cento e Quinze Mil Oitocentos Reais e Setenta e Seis Centavos).

#### 8 - FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento da Contribuição de Melhoria da obra referida neste Edital será efetuado pelos contribuintes, à Secretaria Municipal de Finanças, obedecendo às seguintes condições:

##### 8.1 - Pagamento à vista:

A ser pago pelo contribuinte, em cota única, por ocasião do final da obra.

##### 8.2 - Pagamento parcelado:

A ser efetuado pelo contribuinte após a conclusão da obra em 6 (seis) ou em 12 (doze) vezes, aplicando-se mais a atualização monetária prevista em lei, com juros de 1% (um por cento) ao mês.

#### 9 - OPÇÃO DE PAGAMENTO

Ficará a critério do contribuinte optar pela condição de pagamento que melhor lhe convier, podendo utilizar-se de uma ou mais condições previstas no presente Edital.

#### 10 - DISPOSIÇÕES GERAIS

São partes integrantes deste Edital a relação dos imóveis abrangidos, respectivos contribuintes e a valorização ocorrida.

Os proprietários dos imóveis que serão beneficiados com a obra de que trata o presente Edital, têm o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação do Edital de Contribuição de Melhoria, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Administração, durante o horário normal de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal por meio de petição, que servirá para o início do processo administrativo, na qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos, custo da obra e número de prestações.

#### 11 - DISPOSIÇÕES FINAIS

Demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte junto à Municipalidade.

Camboriú, 17 de Abril de 2015.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

#### IL 002/2015 - FUNDESB

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

INEXIGÊNCIA LICITATÓRIA Nº. 002/2015 - FUNDESB

Data: 17/04/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE CARREGADEIRA NEW HOLLAND/GBACK L220 PERTECENTE A FROTA DA SECRETARIA DE SANEAMENTO BÁSICO.

Valor total: R\$ 3.521,44 (Três Mil Quinhentos e Vinte e Um Reais Quarenta e Quatro Centavos).

Secretaria: Secretaria Municipal de Saneamento Básico.

Contratada: SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUCAO LTDA

Embasamento legal: Artigo 25, inciso "I", da lei Federal 8666/1993, e demais alterações posteriores.

Camboriú, 17 de Abril de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

#### LEI N.º 2.796/2015

LEI N.º 2.796/2015

Altera a Lei Municipal nº. 1.142/1995.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o caput do artigo 1º, o caput do artigo 2º, acrescido o inciso III ao § 1º do artigo 2º, bem como alterado o artigo 5º da Lei Municipal n.º 1.142/1995, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica concedida ajuda de custos, sob a forma de diária, aos servidores públicos do Poder Executivo e Legislativo que se deslocam temporariamente a serviço da municipalidade.

Art. 2º As diárias são concedidas quantitativamente por período de 06 (seis) e 12 (doze) horas, requerida com antecedência de 24h (vinte quatro horas) e creditada nominalmente pelo Município ao servidor responsável, de acordo com o grau de deslocamento.

§ 1º (...)

(...)

III - R\$ 20,00 (vinte reais) por período de 06 (seis) horas.

§ 2º (...)

(...)

Art. 5º Não serão custeadas com diárias de viagem:

I - despesas com hospedagem e transporte para chegada no destino e retorno ao Município;

II - o deslocamento que compreender uma distância inferior a 50 (cinquenta) quilômetros da sede do Município, exceto para realização de curso com duração mínima de 08 (oito) horas.

Art. 2º Fica revogada a Lei Municipal n.º 1.658/2005.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 17 de abril de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa

Secretário M. de Administração

**LEI N.º 2.797/2015**

LEI N.º 2.797/2015

Dispõe sobre o ensino de ciências com ênfase em educação ambiental nos anos iniciais do ensino fundamental das escolas públicas municipais.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, inicialmente para o ano letivo de 2015, o ensino da matéria de ciências com ênfase em educação ambiental, a ser ministrado para os alunos dos anos iniciais do ensino fundamental das escolas públicas municipais.

Parágrafo único. O ensino previsto no caput deste artigo se dará em caráter extraordinário, durante o ano letivo de 2015, com a finalidade de implementar projeto piloto desenvolvido pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º As aulas de ciências com ênfase em educação ambiental serão ministradas por professores com formação específica na área e licenciatura plena, os quais serão contratados especialmente para atender o projeto de que trata esta lei.

§ 1º Para atender ao disposto no caput deste artigo e por se tratar de um projeto experimental, serão admitidos em caráter temporário - ACT 35 (trinta e cinco) professores com formação específica em ciências, mediante processo seletivo com base na Lei Municipal n.º 1.252/97.

§ 2º O período de duração do projeto e dos respectivos contratos de que trata este artigo ocorrerá até 11 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado por mais 01 (um) ano a critério da Administração Municipal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,  
Em, 17 de abril de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa  
Secretário M. de Administração

**LEI N.º 2.798/2015**

LEI N.º 2.798/2015

Dispõe sobre a autorização de repasse de recursos financeiros com celebração de convênio entre o Município de Camboriú/ Fundação Municipal de Esportes e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Camboriú e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a celebrar convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Camboriú, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 95.313.375/0001-18, com sede na Avenida Minas Gerais, n.º 666, Centro, Camboriú/SC.

Art. 2º O objeto do presente convênio consiste no repasse de recursos financeiros à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Camboriú, com o objetivo de custar parte das despesas com a participação de 21 (vinte e um) atletas que irão representar o Município de Camboriú no Campeonato Estadual PARAJASC, que se realizará entre os dias 25 a 30 de abril de 2015.

Parágrafo único. O repasse de recursos financeiros de que trata o caput deste artigo será de até R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), em parcela única, a qual será depositada conforme cronograma do evento a ser apresentado pela Instituição.

Art. 3º O convênio será celebrado para vigorar a partir de sua assinatura e terá vigência por 04 (quatro) meses.

Art. 4º O convênio poderá ser rescindido ou suspenso unilateralmente pelo Município caso sejam descumpridas as suas cláusulas ou pela conveniência e interesse público.

Art. 5º As despesas para a execução do convênio correrão por conta de dotação constante no orçamento vigente do Fundo Municipal de Esportes.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,  
Em, 17 de abril de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa  
Secretário M. de Administração

**LEI N.º 2.799/2015**

LEI N.º 2.799/2015

Denominação de Rua.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de: "RUA RIO PIRAJU", a rua situada no Bairro Rio Pequeno, registrada na Secretaria do Planejamento como "Rua Projetada "T", devidamente cadastrada na Secretaria Municipal de Finanças sob o código 7420, na Cidade de Camboriú.

Art. 2º Fica estabelecido ao Poder Executivo o prazo de noventa dias, para colocar a placa de identificação na rua denominada.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,  
Em, 17 de abril de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e Registrada no Livro de Publicações

Márcio da Rosa  
Secretário M. de Administração

**PR 12/2015 - FMAS**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 012/2015-FMAS

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VISUAL, PARA DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES E PROGRAMAS EXECUTADOS PELA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas

no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 07 (Sete) de Maio de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 17 de abril de 2015.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

### **TERMO DE ERRATA PR 007/2015 - FME**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
TERMO DE ERRATA  
PREGÃO PRESENCIAL 007/2015-FME

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital do Pregão Presencial 007/2015 - FME, tendo como objeto a "SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE PARA ALUNOS DO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ (LOCALIDADE CAETÉS E BRAÇO), PERCURSO CAETÉS: IDA (SAÍDA AS 11H) RECOLHA ENTRE AS LOCALIDADES CAETÉS, LOURO, COMPRA TUDO E VILA DAS PEDRAS 30KM, RETORNO COM PARADA NAS ESCOLAS CLOTILDE RAMOS CHAVES, MÁRIO GARCIA, AMADIO DALAGO E ESCOLA PROFESSOR JOSÉ ARANTES 30KM", sofreu a seguinte alteração: FOI ALTERADO A DESCRIÇÃO DO SUBITEM 6.3.6 DO EDITAL :

- onde lê-se:

6.3.6 - A EMPRESA LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR O REGISTRO NO DETER

- leia-se:

6.3.6 - A EMPRESA LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR O REGISTRO DO DETER

Desta maneira, fica prorrogada a data de abertura das propostas e documentações para o dia 04/05/2015 as 16h00min.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Camboriú SC, 20 de Abril de 2015.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

COTIZAÇÃO ECM 001/2015 - RUA MONTE FRADE MACAÉ

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
SECRETARIA  
MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

ANEXO I

QUANTITATIVO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA - DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA SEXTAVADA															
RUA: MONTE FRADE MACAÉ															
LOTE	INSCRIÇÃO CADASTRAL PMC	PROPRIETÁRIO	RUAS	TESTADA DO LOTE (m)	ÁREA RUA EM m²	FATOR DE CONTRIBUIÇÃO	A CONSTRUIR R	ESCAVAÇÃO DRENAGEM M³	REATERRO DRENAGEM M³	BSTC Ø30 UNIDADE	BSTC Ø100 UNIDADE	CL UNIDADE	BL UNIDADE	PREPARO CANCHA M²	MEIO FIO SARIETA M
						1	FATOR	454,50	363,60	64	215	8	16	1.575,12	414,00
1	01.02.018.0145.001	FABIANA DA ROCHA	MONTE FRADE MACAÉ	21,47	85,88	0,05806	1,00	26,39	21,11	3,72	12,48	0,46	0,93	91,45	24,04
2	01.02.018.0159.001	JOSÉ ANTONIO LUCHINI	MONTE FRADE MACAÉ	14,57	58,28	0,03940	1,00	17,91	14,33	2,52	8,47	0,32	0,63	62,06	16,31
3	01.02.018.0173.001	PEDRO ROSSONI	MONTE FRADE MACAÉ	14,53	58,12	0,03929	1,00	17,86	14,29	2,51	8,45	0,31	0,63	61,89	16,27
4	01.02.018.0187.001	RENEU ALBERTON	MONTE FRADE MACAÉ	13,71	54,84	0,03708	1,00	16,85	13,48	2,37	7,97	0,30	0,59	58,40	15,35
5	01.02.018.0200.001	LAURINDO ANDRÉ GONÇALVES	MONTE FRADE MACAÉ	14,00	56,00	0,03786	1,00	17,21	13,77	2,42	8,14	0,30	0,61	59,63	15,67
6	01.02.018.0234.001	BASÍLIO OLIVEIRA RAMOS E SINELAND	MONTE FRADE MACAÉ	21,00	84,00	0,05679	1,00	25,81	20,65	3,63	12,21	0,45	0,91	89,45	23,51
7	01.02.026.0035.001	AUGUSTO BITTENCOURT	MONTE FRADE MACAÉ	15,00	60,00	0,04056	1,00	18,44	14,75	2,60	8,72	0,32	0,65	63,89	16,79
8	01.02.026.0027.001	MARIA REGINA ROCHA SCHROEDER	MONTE FRADE MACAÉ	12,00	48,00	0,03245	1,00	14,75	11,80	2,08	6,98	0,26	0,52	51,12	13,44
9	01.02.026.0039.001	ONÓRIO MANOEL DA SILVA	MONTE FRADE MACAÉ	12,00	48,00	0,03245	1,00	14,75	11,80	2,08	6,98	0,26	0,52	51,12	13,44
10	01.02.026.0051.001	WALMOR MEDEIROS	MONTE FRADE MACAÉ	12,00	48,00	0,03245	1,00	14,75	11,80	2,08	6,98	0,26	0,52	51,12	13,44
11	01.02.026.0063.001	LUÍZ ANTONIO SANTOS PIRES JUNIOR	MONTE FRADE MACAÉ	12,00	48,00	0,03245	1,00	14,75	11,80	2,08	6,98	0,26	0,52	51,12	13,44
12	01.02.026.0075.001	DENIS FRANCO GOEDERT	MONTE FRADE MACAÉ	12,00	48,00	0,03245	1,00	14,75	11,80	2,08	6,98	0,26	0,52	51,12	13,44
13	01.02.026.0108.001	DENIS FRANCO GOEDERT	MONTE FRADE MACAÉ	12,00	48,00	0,03245	1,00	14,75	11,80	2,08	6,98	0,26	0,52	51,12	13,44
14	01.02.019.0141.001	IVETE DIAS	MONTE FRADE MACAÉ	14,50	58,00	0,03921	1,00	17,82	14,26	2,51	8,43	0,31	0,63	61,76	16,23
15	01.02.019.0153.001	SALETE MOREIRA MACIEL	MONTE FRADE MACAÉ	12,00	48,00	0,03245	1,00	14,75	11,80	2,08	6,98	0,26	0,52	51,12	13,44
16	01.02.019.0165.001	ANGÉLICA MACHADO	MONTE FRADE MACAÉ	12,00	48,00	0,03245	1,00	14,75	11,80	2,08	6,98	0,26	0,52	51,12	13,44
17	01.02.019.0178.001	JAIME ORLANDO SANTANA E MARLI DE	MONTE FRADE MACAÉ	12,00	48,00	0,03245	1,00	14,75	11,80	2,08	6,98	0,26	0,52	51,12	13,44
18	01.02.019.0189.001	JOSÉ OLEGÁRIO DE SOUZA	MONTE FRADE MACAÉ	12,00	48,00	0,03245	1,00	14,75	11,80	2,08	6,98	0,26	0,52	51,12	13,44
19	01.02.019.0235.001	ERNO NAZARENO RECH	MONTE FRADE MACAÉ	26,60	106,40	0,07193	1,00	32,69	26,16	4,60	15,47	0,58	1,15	113,31	29,78
20	01.02.025.0241.001	ADRIANA APARECIDA SCHULZE	MONTE FRADE MACAÉ	21,00	84,00	0,05679	1,00	25,81	20,65	3,63	12,21	0,45	0,91	89,45	23,51
21	01.02.025.0206.001	ANTONIO BITTENCOURT PINHO	MONTE FRADE MACAÉ	14,00	56,00	0,03786	1,00	17,21	13,77	2,42	8,14	0,30	0,61	59,63	15,67
22	01.02.025.0192.001	IRENE APARECIDA DELGADO	MONTE FRADE MACAÉ	14,00	56,00	0,03786	1,00	17,21	13,77	2,42	8,14	0,30	0,61	59,63	15,67
23	01.02.025.0178.001	NICOLE LOUISE SAINOVICH	MONTE FRADE MACAÉ	14,00	56,00	0,03786	1,00	17,21	13,77	2,42	8,14	0,30	0,61	59,63	15,67
24	01.02.025.0164.001	ROSELI DA SILVA MIRANDA	MONTE FRADE MACAÉ	14,00	56,00	0,03786	1,00	17,21	13,77	2,42	8,14	0,30	0,61	59,63	15,67
25	01.02.025.0150.001	ENEDINA DIAS E OUTROS	MONTE FRADE MACAÉ	17,40	69,60	0,04706	1,00	21,39	17,11	3,01	10,12	0,38	0,75	74,12	19,48
			TODAS		96,00										
	TOTAL			369,78	1.575,12	1,00		454,50	363,60	64,00	215,00	8,00	16,00	1.575,12	414,00
	VALOR UNITÁRIO (R\$)							9,72	15,88	51,60	216,00	354,36	542,51	1,07	25,90
	VALOR SUB-TOTAL							4.417,74	5.773,97	3.302,40	46.440,00	2.834,88	8.680,16	1.685,38	10.722,60
	VALOR TOTAL														187.736,29

COTIZAÇÃO ECM 002/2015 - RUA JARI

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
SECRETARIA  
MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

ANEXO I

QUANTITATIVO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA - DRENAGEM PLUVIAL E PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA SEXTAVADA																		
RUA - RIO JARI																		
LOTE	CADASTRAL PMC	INSCRIÇÃO	PROPRIETÁRIO	RUAS	TESTADA DO LOTE (m)	ÁREA RUA EM CONTRIBUIÇÃO	FATOR DE CONTRIBUIÇÃO	A CONSTRUIR	ESCAVAÇÃO DRENAGEM	REATERRO DRENAGEM	BSTC Ø30 UNIDADE	BSTC Ø40 UNIDADE	CL UNIDADE	BL UNIDADE	PV UNIDADE	PREPARO CANCHA	MIO FIO SARIETA M	PAVIMENTAÇÃO M²
1	01.06.005.0206.001		AGUIAR BAMBINETTI	RIO JARI	12,50	50,00	0,0463	1,00	312,50	250,50	66	129	5	13	1	1.180,44	304,00	1.180,44
2	01.06.005.0169.001		PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ	RIO JARI	12,00	48,00	0,04284	1,00	13,39	11,18	2,95	5,76	0,22	0,58	0,04	52,68	13,57	52,68
3	01.06.005.0157.001		MARIA CLAUDE TE SANTOS RODRIGO	RIO JARI	12,00	48,00	0,04284	1,00	13,39	10,73	2,83	5,53	0,21	0,56	0,04	50,57	13,02	50,57
4	01.06.005.0145.001		OSCAR DA SILVA/ALAJIA DE MORAIS	RIO JARI	12,00	48,00	0,04284	1,00	13,39	10,73	2,83	5,53	0,21	0,56	0,04	50,57	13,02	50,57
5	01.06.005.0133.001		ADELCO PEREIRA	RIO JARI	39,51	158,04	0,14105	1,00	44,08	35,33	9,31	18,20	0,71	1,83	0,14	166,50	42,88	166,50
6	01.06.005.0095.001		PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ	RIO JARI	44,30	177,20	0,15815	1,00	49,42	39,62	10,44	20,40	0,79	2,06	0,16	186,69	48,08	186,69
7	01.06.007.0066.001		LIDIA DA SILVA	RIO JARI	14,50	58,00	0,05177	1,00	16,18	12,97	3,42	6,68	0,26	0,67	0,05	61,11	15,74	61,11
8	01.06.007.0030.001		CARLOS ALBERTO DOS SANTOS RODRIGUES	RIO JARI	15,00	60,00	0,05355	1,00	16,73	13,41	3,53	6,91	0,27	0,70	0,05	63,21	16,28	63,21
9	01.06.007.0015.001		MARIA I SANTOS RODRIGUES E OUTRO	RIO JARI	15,80	63,20	0,05641	1,00	17,63	14,13	3,72	7,28	0,28	0,73	0,06	66,58	17,15	66,58
10	01.06.004.2104.001		MARIA LUCI BENEVENUTTI MARTINS	RIO JARI	42,00	168,00	0,14994	1,00	46,86	37,56	9,90	19,34	0,75	1,95	0,15	177,00	45,58	177,00
11	01.06.004.0035.001		JAISON JULIANO DE MIRANDA	RIO JARI	11,50	46,00	0,04106	1,00	12,83	10,28	2,71	5,30	0,21	0,53	0,04	48,46	12,48	48,46
12	01.06.004.0046.001		ALDAIR SEBASTIÃO NEPONUCENO	RIO JARI	12,00	48,00	0,04284	1,00	13,39	10,73	2,83	5,53	0,21	0,56	0,04	50,57	13,02	50,57
13	01.06.004.0058.001		JOEL MARCAL	RIO JARI	12,50	50,00	0,0463	1,00	13,95	11,18	2,95	5,76	0,22	0,58	0,04	52,68	13,57	52,68
14	01.06.004.0071.001		NANIAS BENEVENUTI	RIO JARI	12,00	48,00	0,04284	1,00	13,39	10,73	2,83	5,53	0,21	0,56	0,04	50,57	13,02	50,57
15	01.06.004.1997.001		IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLEIA DE DEUS	RIO JARI	12,50	50,00	0,0463	1,00	13,95	11,18	2,95	5,76	0,22	0,58	0,04	52,68	13,57	52,68
				TODAS		60,00												
	TOTAL				280,11	1.180,44	1,00		312,50	250,50	66,00	129,00	5,00	13,00	1,00	1.180,44	304,00	1.180,44
	VALOR UNITÁRIO								9,72	15,88	51,60	69,00	354,36	542,51	667,60	1,07	25,90	65,95
	VALOR SUBTOTAL								3.037,50	3.977,94	3.405,60	8.901,00	1.771,80	7.052,63	667,60	1.263,07	7.873,60	77.850,02
	VALOR TOTAL																	115.800,76

## Campo Alegre

### PREFEITURA

#### DECRETO Nº 8.974 DE 17 DE ABRIL DE 2015 GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 8.974 DE 17 DE ABRIL DE 2015  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.240 de 17 de Dezembro de 2014; Decreta: Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), a fim de suplementar Dotação do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência	
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais	
08.244.0061.2.511 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do CRAS	
300000.00.922 -	Despesas Correntes	
330000.00.922 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.922 -	Aplicações Diretas	
339039.00.922 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência	
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais	
08.244.0061.2.511 -	Manutenção e Coordenação das Atividades do CRAS	
300000.00.922 -	Despesas Correntes	
330000.00.922 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.922 -	Aplicações Diretas	
339036.00.922 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 1.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 17 de Abril de 2015.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 22/04/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## Campos Novos

### PREFEITURA

#### AVISO PP 19/2015 CONTRATAÇÃO SERVIÇOS MEDICOS - SAUDE

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2015

O Fundo Municipal de Saúde de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 04/05/2015 às 14:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por item, tendo como objeto CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS (VARIAS ESPECIALIDADES) PARA ATENDIMENTO NA UNIDADE BASICA DE SAUDE CENTRAL, INTERIOR E UNIDADE PRISIONAL DO MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br), ou na sede do Fundo, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 333, no horário das 13h00min às 16h00min horas diariamente.

Campos Novos, 22 de abril de 2015.  
Nelson Luiz de Paula  
Secretario Municipal de Saúde

#### PORTARIA 1001/15

PORTARIA Nº 1001/15 DE 06/04/15  
CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO À CELESTINO DA LUZ RIBEIRO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e tendo em vista o que consta no Benefício de nº 156.889.409-8 junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social,

#### RESOLVE:

Conceder aposentadoria por Tempo de serviço ao servidor CELESTINO DA LUZ RIBEIRO, de acordo com o art. 54 da Lei Complementar 003/00 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campos Novos, no cargo de carpinteiro, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2015.

Registre-se, Comunique-se, Publica-se.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 06 de abril de 2015.  
NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

#### PORTARIA 740/15

PORTARIA Nº 740/15 de 27/02/2015  
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO PAMELA APARECIDA ALVES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

#### RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, PAMELA APARECIDA ALVES para

exercer o cargo de PROFESSOR em nível I, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

**C O M U N I Q U E - S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 743/15**

PORTARIA Nº 743/15 de 27/02/2015  
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO PATRICIA DA SILVA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

**RESOLVE:**

Contratar em caráter temporário, PATRICIA DA SILVA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

**C O M U N I Q U E - S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 744/15**

PORTARIA Nº 744/15 de 27/02/2015  
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO PATRICIA FAVARETTO VARGAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

**RESOLVE:**

Contratar em caráter temporário, PATRICIA FAVARETTO VARGAS para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 30 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de fevereiro de 2015.

**C O M U N I Q U E - S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 745/15**

PORTARIA Nº 745/15 de 27/02/2015  
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO PATRICIA MARTINS ANTUNES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

**RESOLVE:**

Contratar em caráter temporário, PATRICIA MARTINS ANTUNES para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 30 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

**C O M U N I Q U E - S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 746/15**

PORTARIA Nº 746/15 de 27/02/2015  
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO PRISCILLA STRAMOSK

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

**RESOLVE:**

Contratar em caráter temporário, PRISCILLA STRAMOSK para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10 de fevereiro de 2015.

**C O M U N I Q U E - S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

**PORTARIA 747/15**

PORTARIA Nº 747/15 de 27/02/2015  
CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO QUELIN SOARES BORGES

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

**RESOLVE:**

Contratar em caráter temporário, QUELIN SOARES BORGES para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua

publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

**C O M U N I Q U E - S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA 748/15**

PORTARIA Nº 748/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO RANIELY RIBAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

**RESOLVE:**

Contratar em caráter temporário, RANIELY RIBAS para exercer o cargo de PROFESSOR LEIGO, atribuindo-lhe uma carga horária de 10 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09 de fevereiro de 2015.

**C O M U N I Q U E - S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA 751/15**

PORTARIA Nº 751/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO RISONI PEREIRA DIAS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

**RESOLVE:**

Contratar em caráter temporário, RISONI PEREIRA DIAS para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

**C O M U N I Q U E - S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA 754/15**

PORTARIA Nº 754/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO RITA DE CASSIA ZANCHETT DALPIVA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

**RESOLVE:**

Contratar em caráter temporário, RITA DE CASSIA ZANCHETT DALPIVA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

**C O M U N I Q U E - S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA 756/15**

PORTARIA Nº 756/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ROMILDA SALETE SPIASSI ZOTTI

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

**RESOLVE:**

Contratar em caráter temporário, ROMILDA SALETE SPIASSI ZOTTI para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

**C O M U N I Q U E - S E.**

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em,27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

**PORTARIA 760/15**

PORTARIA Nº 760/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ROSELENE DALLAMICO GODEL

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

**RESOLVE:**

Contratar em caráter temporário, ROSELENE DALLAMICO GODEL

para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de fevereiro de 2015.

#### COMUNIQUE - SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

#### PORTARIA 768/15

PORTARIA Nº 768/15 de 27/02/2015

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ROSMARI BORGES COSTA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência de vaga excedente,

#### RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, ROSMARI BORGES COSTA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de fevereiro de 2015.

#### COMUNIQUE - SE.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de fevereiro de 2015.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

#### PORTARIA 892/15

PORTARIA Nº 892/15 DE 18/03/15

CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE À JUREMA GARCIA DOS SANTOS

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e tendo em vista o que consta no Benefício de nº 1568893660 junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social,

#### RESOLVE:

Conceder aposentadoria por idade a servidora JUREMA GARCIA DOS SANTOS, de acordo com o art. 54 da Lei Complementar 003/00 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campos Novos, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, retroagindo seus efeitos a 17 de março de 2015.

Registre-se, Comunique-se, Publica-se.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 18 de março de 2015.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

#### PORTARIA 903/15

PORTARIA Nº 903/15 de 23/03/15

CONCEDE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PREVIDENCIÁRIA A MARIA BERNADETE DA SILVA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e tendo em vista o que consta no Benefício de nº 6098710329 junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social,

#### RESOLVE:

Conceder aposentadoria por Invalidez previdenciária à servidora MARIA BERNADETE DA SILVA, de acordo com o art. 54 da Lei Complementar 003/00 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campos Novos, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Comunique-se, Publica-se.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 23 de março de 2015.

NELSON CRUZ  
Prefeito Municipal

# Canoinhas

## PREFEITURA

### **PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº FMC 01/2015**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2/15

HOMOLOGAÇÃO: 17/04/15

CONTRATADO: OURO VERDE SOM E PROP.LTDA CONTRATANTE:

FUNDAÇÃO CULTURAL DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE SISTEMAS DE SOM PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS PROMOVIDOS PELA FUNDAÇÃO CULTURAL DE CANOINHAS.

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.000,00 (seis mil reais)

DATA: 17/04/15 - ALFREDO EIKE BACH - Presidente.

### **PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº FMS 02/2015**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 9/15

HOMOLOGAÇÃO: 16/04/15

CONTRATADO: GRGRAF

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE DIVERSOS IMPRESSOS (FORMULARIOS, CADERNETAS, CARTEIRAS, BLOCOS DE RECEITUARIOS E OUTROS) DESTINADOS AOS PROGRAMAS DE ATENÇÃO BÁSICA DAS UNIDADES BASICAS DE SAUDE, PROGRAMA ESTRATEGIA DA SAUDE DA FAMILIA E PROGRAMAS DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.

VALOR DA DESPESA: R\$ 14.511,00 (quatorze mil quinhentos e onze reais)

DATA: 17/04/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 9/15

HOMOLOGAÇÃO: 16/04/15

CONTRATADO: LIARTE VENDAS E SERVIÇOS LTDA ME CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE DIVERSOS IMPRESSOS (FORMULARIOS, CADERNETAS, CARTEIRAS, BLOCOS DE RECEITUARIOS E OUTROS) DESTINADOS AOS PROGRAMAS DE ATENÇÃO BÁSICA DAS UNIDADES BASICAS DE SAUDE, PROGRAMA ESTRATEGIA DA SAUDE DA FAMILIA E PROGRAMAS DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.

VALOR DA DESPESA: R\$ 8.660,00 (oito mil seiscentos e sessenta reais)

DATA: 17/04/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 9/15

HOMOLOGAÇÃO: 16/04/15

CONTRATADO: GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE DIVERSOS IMPRESSOS (FORMULARIOS, CADERNETAS, CARTEIRAS, BLOCOS DE RECEITUARIOS E OUTROS) DESTINADOS AOS

PROGRAMAS DE ATENÇÃO BÁSICA DAS UNIDADES BASICAS DE SAUDE, PROGRAMA ESTRATEGIA DA SAUDE DA FAMILIA E PROGRAMAS DO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.

VALOR DA DESPESA: R\$ 9.170,00 (nove mil cento e setenta reais)

DATA: 17/04/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

### **PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 32/2015**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/15

HOMOLOGAÇÃO: 17/04/15

CONTRATADO: J.LUMA CONSTRUTORA LTDA-ME CONTRATANTE:

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO DE METRO QUADRADO DE SERVIÇO PARA SUBSTITUIÇÃO DE CALHAS, PARA ATENDIMENTO ÀS SOLICITAÇÕES DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA, FUNDOS MUNICIPAIS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS. VALOR DA DESPESA: R\$ 95.800,00 (noventa e cinco mil e oitocentos reais)

DATA: 17/04/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

### **PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 34/2015**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/15

HOMOLOGAÇÃO: 16/04/15

CONTRATADO: JANETE RODRIGUES BALDIM SANTIAN-ME CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 15 BLOQUEADORES ECOLÓGICOS INTELIGENTES PARA BOCAS DE LOBO A SEREM IMPLANTADOS NAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICIPIO DE CANOINHAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DESTE EDITAL.

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais)

DATA: 17/04/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

### **PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº FMC 02/2015**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. FMC 03/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. FMC 02/2015

A Fundação Cultural Helmy Wendt Mayer do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob n.º 02.216.925/0001-08, fará realizar no dia 08/05/2015, às 14h00min, licitação para CONTRATAÇÃO DE BANDA MUSICAL DE MARCHA, COM NO MÍNIMO 40 COMPONENTES PARA APRESENTAÇÕES A SEREM REALIZADAS NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 13h55min do dia 08/05/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº FMS 05/2015**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 12/2015  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º FMS 05/2015

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 08/05/2015, às 10h05min, licitação para AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA REPAROS MECÂNICOS NO VEÍCULO MICROONIBUS PEUGEOT, PLACA ETM7065, DE USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS. Recebimento das propostas até às 10h00min do dia 08/05/2015. Edital disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito /Presidente do fundo.

**PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 42/2015**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 68/2015  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. PMC 42/2015

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 11/05/2015, às 10h05min, licitação para AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA SEREM USADOS PELA EQUIPE DE PROFISSIONAIS QUE ATUA NO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MOVEL DE URGENCIA- SAMU E PARA AS COZINHEIRAS, AUXILIARES DE COZINHA, SERVENTES E MONITORAS DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 10h00mim do dia 11/05/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

**PUBLICAÇÃO DO TERMO DE DISTRATO DO CONTRATO Nº PMC 151/2014**

EXTRATO DO TERMO DE DISTRATO DO CONTRATO N.º PMC 151/2014  
MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, Centro, torna público o distrato do contrato n.º PMC 151/2014. Data: 17/04/2015. Contratada SD PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA - ME, CNPJ n.º 07.894.826/0001-90. O distrato prevê a extinção do Contrato nº. 151/2014 que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS RELATIVAS A AMPLIAÇÃO DO GRUPO ESCOLAR REINALDO KRUGER, LOCALIZADO NA RUA OTTO KOHLER, Nº 662, BAIRRO INDUSTRIAL I, NESTA CIDADE DE CANOINHAS, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO EM ANEXO. Contratante: Prefeitura do Município de Canoinhas, CNPJ: 83.102.384/0001-80. Por força do presente distrato, as partes acima descritas dão por terminado o Contrato de que trata a Cláusula Primeira, após pagamento da última medição aprovada, no valor de R\$ 7.580,09 (sete mil quinhentos e oitenta reais e nove centavos), nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora extinto.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

**REPÚBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 33/2015**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 53/2015  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. PMC 33/2015  
REPÚBLICAÇÃO

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 07/05/2015, às 09h05min, licitação para AQUISIÇÃO DE 20 METROS CUBICOS DE PRANCHÕES DE EUCALIPTO DESTINADOS A SECRETARIA DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO DO MUNICIPIO DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até as 09h00mim do dia 07/05/2015. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria  
Prefeito

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº FMC 01/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDAÇÃO CULTURAL DE CANOINHAS

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 1/1

Total dos Itens Vencedores: 6.000,00

Processo Administrativo:

Processo / Ano: 2/2015

Licitação.....: 1/2015 - PR

Modalidade....: PREGÃO PRESENCIAL

Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE SISTEMAS DE SOM PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS PROMOVIDOS PELA FUNDAÇÃO CULTURAL DE CANOINHAS.

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
------------	--------------------	-------	------------	----------	----------------	-------------	----------	---------------

Item.....: 1	-	311043545	-	SERVIÇOS DE SOM PARA FUNDAÇÃO CULTURAL	-	Unidade: UN		
6212	OURO VERDE SOM E PROP.LTDA	OURO VERDE	15.000	0.0000	400.0000	6.000.00	Venceu	1 *****

Canoinhas,	Em	...../...../.....
PAULO CESAR SAFANELLI - ..... - Pregoeiro(a)		
MARCIANO FERNANDES CORREA - ..... - SUPLENTE		
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK - ..... - EQUIPE DE APOIO - SUPLENTE/PREGOEIRO		
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS - ..... - MEMBRO SUPLENTE		
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO - ..... - 28.754/SC		
JOSE CARLOS HERBST - ..... - CRC/SC 031.639/O-0		

# Capinzal

## PREFEITURA

### EDITAL 001/2015 - CMDCA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - EDITAL ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR - ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015

EDITAL Nº 005/2015/ CMDCA

Dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de Capinzal - SC.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, Aline Rosseti, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho, realizada no dia 09 de abril de 2015, em sua sede localizada na Av. XV de Novembro, 350- Centro, e considerando o disposto nos arts. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução Conanda nº 170/2014 e no inciso XXII do artigo 7º da Lei Municipal 2427/2002 e suas alterações, abre as inscrições para a escolha dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Capinzal, e dá outras providências.

#### 1. Do Cargo e das Vagas

1.1 A função é de Conselheiro Tutelar, estando abertas cinco vagas para conselheiros titulares e para cada titular, a de um suplente.

1.2 Os cinco candidatos mais votados assumirão, efetivamente, o cargo de Conselheiro Tutelar, na condição de Conselheiro Tutelar titular.

1.3 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

1.4 O conselheiro tutelar titular, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do presente processo.

1.5 A função de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal.

1.6 A função de Conselheiro Tutelar é de dedicação exclusiva, conforme dispõe as resoluções nº 75/2001 e 170/2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA.

#### 2. Da Remuneração, Da Carga Horária e do Mandato

2.1 O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante de dedicação exclusiva e, conforme Lei Municipal nº 3078/2013, é assegurado o direito a:

I - vencimento de R\$ 1.356,29 (um mil, trezentos e cinquenta e seis reais e vinte e nove centavos), com reajuste na mesma data e no mesmo percentual que for reajustado o vencimento dos servidores públicos municipais;

II - cobertura previdenciária;

III - gozo de férias anuais remuneradas, pelo período de 30 (trinta) dias, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

IV - licença-maternidade;

V - licença-paternidade;

VI - gratificação natalina,

VII - vale alimentação, na forma do disposto na Lei Complementar 146/2012;

2.2 Os servidores públicos municipais, quando eleitos para o cargo de conselheiro tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta nessa lei.

2.3 Ficam assegurados aos eventuais servidores públicos Municipais eleitos, todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato.

2.4 O horário de atendimento será realizado nos dias úteis,

funcionando das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h30.

2.5 A carga horária será de 40 (quarenta) horas semanais, sendo que destas 20 (vinte) horas semanais poderão ser computadas com inclusão dos plantões/sobreavisos noturnos e de finais de semana, sendo no entanto, respeitado o mínimo 20 (vinte) horas semanais de efetivo trabalho na sede do Conselho Tutelar.

2.5.1 Sobreaviso/plantão noturno das 17h30 às 8h00 do dia seguinte.

2.5.2 Sobreaviso/plantão de finais de semana (sábado e domingo) e feriados;

2.5.3 Para os sobreavisos/plantões noturnos e de final de semana/feriado, será previamente estabelecida escala, também nos termos do respectivo regimento interno e legislação municipal correlata.

2.6 Os conselheiros tutelares eleitos exercerão um mandato de quatro anos, permitida uma recondução mediante novo processo de escolha.

2.6.1 o mandato refere-se ao período de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

#### 3. Do Processo de Escolha

##### 3.1 Das Inscrições

3.1.1 O registro das candidaturas a conselheiro tutelar será feito no período 22/04/2015 a 22/05/2015, em dias úteis, no horário de atendimento ao público, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 16:30 horas, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, localizada na Rua Av. XV de Novembro, 350 - Casa do Cidadão.

3.1.2 Poderão submeter-se à eleição, os candidatos que preencherem os seguintes requisitos, comprovados no ato da inscrição:

I - reconhecida idoneidade moral, comprovada por Certidão Negativa de Antecedentes Penais;

II - idade superior a vinte e um anos, comprovada por certidão de nascimento/casamento;

III - residir no município, a mais de dois anos;

IV - possuir formação de nível superior completa ou estar cursando ensino superior nas seguintes habilitações:

a) Psicologia;

b) Serviço social;

c) Direito;

d) Todas as licenciaturas na área da educação;

V - possuir conhecimento e domínio na área de informática;

VII - possuir CNH - Carteira Nacional de habilitação;

3.1.2.1 O candidato servidor público municipal, deverá comprovar, no momento da inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar, por meio de declaração ou documento equivalente.

3.1.3 Não serão admitidas inscrições por procuração.

3.1.4 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

3.1.5 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

3.1.6 No ato da inscrição o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Cópia e original da Carteira de Identidade;

b) Cópia e original do CPF;

c) Cópia e original do Comprovante de Residência atual e Declaração de Residência (Anexo III);

d) Cópia e original de Registro de Nascimento ou Casamento;

e) Certidão negativa de Antecedentes;

f) Cópia e original de Carteira Nacional de Habilitação;

g) Cópia e original Diploma de conclusão do curso superior ou atestado de frequência em curso superior;

h) Cópia e original de Certificado de curso de informática ou declaração de que possui conhecimento e domínio na área de informática (Anexo IV);

i) Requerimento de Inscrição (Anexo II).

3.2 Da Publicação das Candidaturas

3.2.1 A relação de candidatos inscritos será publicada no dia 26/05/2015, no Mural da Prefeitura Municipal, no site da Prefeitura Municipal [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios para ciência pública.

3.2.2 Publicada a lista, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período 27/05/2015 a 29/05/2015, no horário de atendimento ao público 08:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 16:30 horas, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.2.3 O candidato impugnado deverá manifestar-se de forma escrita, no período de 01/06/2015 a 03/06/2015, no horário de atendimento ao público 08:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 16:30 horas, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.2.2.2 A comissão eleitoral terá o período para apresentar resposta quanto às impugnações até as 17 horas do dia 09/06/2015.

3.2.3 A homologação dos candidatos aptos a participar do processo de escolha, será publicado no dia 11/06/2015 no Mural da Prefeitura Municipal, no site da Prefeitura Municipal [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios para ciência pública.

3.2.4 Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o processo eleitoral e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, respeitada a data do pleito unificado (04/10/2015).

3.2.5 Após a homologação das inscrições deferidas, será realizado pela Comissão Eleitoral, reunião com os inscritos tendo como objetivo dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las. O horário e local será comunicado aos candidatos.

3.3 Da Propaganda Eleitoral

3.3.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

3.3.1.1 No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive, "boca de urna".

3.3.1.2 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas o número e o nome do candidato ou através de curriculum vitae.

3.3.1.3 Não será permitido a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

3.3.2 Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

3.3.2.1 Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

3.3.2.2 Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor

3.3.2.3 Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabiamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

3.3.3 É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, cartazes e santinhos com fotos. Sendo permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições a todos os candidatos.

3.3.4 É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

3.3.5 Compete à Comissão Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

3.3.6 Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Eleitoral, no prazo de 24 horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

3.3.7 O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.3.8 É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

3.3.8.1 É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedado, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

3.4 Da Eleição

3.4.1 A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015, no horário das 08h00 às 17h00, nos locais a serem definidos e divulgados pela Comissão Organizadora até 04/09/2015.

3.4.2 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público.

3.4.3 No local de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números os quais seguirão a ordem de inscrição.

3.4.4 O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos a carteira de identidade ou outro documento equivalente a esta, com foto.

3.4.4.1 Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

3.4.4.2 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

3.4.5 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público através do Promotor de Justiça e por fiscais indicados por este, e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na seção eleitoral.

3.4.6 O eleitor votará uma única vez em um único candidato na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

3.5 Do Voto

3.5.1 Os conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

3.5.1.1 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município até três meses antes da eleição.

3.5.2 O voto é sigiloso, cuja cédula será rubricada pelo mesário, sendo que o eleitor votará em cabina indevassável.

3.5.2.1 O eleitor deverá indicar na cédula de votação o nome e o número do candidato escolhido.

3.6 Da Cédula Oficial

3.6.1 A cédula será confeccionada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com indicação do número e nome do candidato.

3.6.1.2 O número do candidato corresponderá ao número de sua inscrição.

3.6.2 Na cabine de votação, constará relação de todos os

candidatos, com seu respectivo número.

### 3.7 Das Mesas Receptoras

3.7.1 Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outros escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.2 Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.2.1 O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

3.7.2.2 O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

3.7.2.3 Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Eleitoral.

3.7.3 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Eleitoral.

3.7.4 Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos: I - Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Eleitoral;

II - Registrar na ata as impugnações dos votos;

3.7.5 Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

3.7.6 Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

I - Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II - O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III - As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

### 3.8 Da Apuração

3.8.1 A apuração dar-se-á no Auditório da Escola de Educação Básica Mater Dolorum, com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Eleitoral, logo após o encerramento da votação.

3.8.2 Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, depois de ouvido o Ministério Público, no prazo de 24 horas.

3.8.3 Após o término das votações o Presidente e o Mesário da seção elaborarão a Ata da votação.

3.8.4 Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente.

3.8.5 Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de Conselheiros Tutelares.

3.8.5.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação

3.8.6 No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato que possuir mais tempo de experiência na área da Infância e da Juventude, que poderá ser comprovada da seguinte forma:

a) Cursos de formação na área da criança e adolescente, de no mínimo 20 (vinte horas);

b) declaração emitida por órgão público/entidade não governamental, informando da experiência na área com criança e adolescente;

c) registro em carteira profissional de trabalho ou portaria de nomeação comprovando experiência na área com criança e adolescente;

d) participação em Conselhos de Direitos afins na área da criança e adolescente;

3.8.6.1 Persistindo o empate considerar-se-á o candidato com maior idade.

### 4. Da Proclamação, Nomeação e Posse dos Eleitos

4.1 O resultado da eleição será publicado oficialmente no dia 05/10/2015, em de edital afixado no Mural da Prefeitura Municipal, no site da Prefeitura Municipal [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

4.2 Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

4.3 A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 de janeiro de 2016.

4.3.1 Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

4.3.2 Esgotando-se o número de suplentes, chamar-se-á os próximos candidatos, respeitando-se a ordem de classificação.

4.4 Os candidatos eleitos, bem como os suplentes, deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, prevista para o mês de dezembro de 2015.

### 5. Disposições Finais

5.1 As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei nº. 8.069/1990 e na Lei Municipal nº 2427/2002 e suas alterações, sem prejuízo das demais leis afetas.

5.2 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste edital.

5.3 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

5.4 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este edital, inclusive, caso haja cedência de urnas eletrônicas pela Justiça Eleitoral para realização do pleito.

5.5 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante do Ministério Público.

5.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

5.7 É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

5.8 O conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

5.9 Para fins das designações do presente edital, fica como sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Av. XV de Novembro, 350 - Centro - Casa do Cidadão.

5.9.1 O link do Diário Oficial dos Municípios é <http://www.diariomunicipal.sc.gov.br>.

5.10 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital, através do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

5.11 Fica eleito o Foro da Comarca de Capinzal para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Capinzal-SC, 17 de Abril de 2015.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

ALINE ROSSETI

Presidente do CMDCA

MIRIAM GOLIN

Vice Presidente do CMDCA

## ANEXO I - CRONOGRAMA

PROCEDIMENTOS	PRAZOS
Publicação do Edital	17/04/2015
Inscrições	22/04 a 22/05/2015
Publicação da relação de candidatos inscritos	26/05/2015
Impugnação das candidaturas	27 a 29/05/2015
Apresentação de defesa pelo candidato	01 a 03/06/2015
Resposta da comissão às impugnações	Até 09/06/2015
Publicação da homologação das inscrições	11/06/2015
Reunião com candidatos habilitados	16/06/2015
Divulgação dos locais de votação	Até 04/09/2015
Eleição Unificada	04/10/2015
Divulgação do resultado oficial da votação	05/10/2015
Programa de Capacitação aos Eleitos e suplentes	Dezembro de 2015
Posse dos Eleitos	10/01/2016

## ANEXOII - REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

Ao Ilmo. Sr(a) Coordenador(a)  
Comissão Especial Eleitoral

Nome \_\_\_\_\_  
Endereço \_\_\_\_\_  
Bairro \_\_\_\_\_  
CEP \_\_\_\_\_  
Capinzal/SC Telefone: Residencial \_\_\_\_\_  
Celular: \_\_\_\_\_  
E-mail \_\_\_\_\_

Nacionalidade \_\_\_\_\_  
Estado Civil \_\_\_\_\_ Profissão \_\_\_\_\_  
Escolaridade \_\_\_\_\_  
RG nº \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_ Título de Eleitor nº \_\_\_\_\_, vem requerer sua inscrição para participar do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Capinzal/SC, gestão 2016/2020. Juntando as declarações e os anexos padronizados pelo CMDCA e cópia dos documentos exigidos pelo Edital 005/2015/CMDCA. Pede Deferimento.  
Capinzal/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

Assinatura do Requerente

## ANEXO III - DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Por meio deste instrumento particular e na melhor forma de direito, eu \_\_\_\_\_, de nacionalidade \_\_\_\_\_, estado civil \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_ inscrito no CPF \_\_\_\_\_, residente na Rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_ Bairro \_\_\_\_\_ DECLARO para os devidos fins que resido no município de Capinzal/SC desde \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, totalizando um período de dois anos, conforme requisito do Edital 005/2015/

CMDCA, para fins de inscrição no Processo de Escolha Unificado do Conselho Tutelar.

Por ser verdade, assino a presente declaração que será autenticada em Cartório.

Capinzal/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

Assinatura do Declarante

## ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO EM INFORMÁTICA

Eu, \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_ e inscrito no CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARO para fins de inscrição no Processo de Escolha Unificado do Conselho Tutelar, como forma de atender os requisitos do Edital 005/2015/CMDCA, que posuo conhecimento e domínio na área de informática (Word, Excel, Power Point, Internet, dentre outros).

Por ser verdade, assino a presente declaração que será autenticada em Cartório.

Capinzal/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

Assinatura do Declarante

## PORTARIA 072/2015

PORTARIA Nº 072, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015  
Remove servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no inciso 2º do artigo 35 da Lei Complementar nº 006 de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica removida, por permuta, através do requerimento nº 4002/2014, em caráter temporário, a servidora Maria Regina Lopes de Castro Mileski, matrícula nº 324280/10, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, da Escola Municipal Viver e Conhecer para a Escola Municipal Dr. Wilson Pedro Kleinubing, sem alteração de classe ou referência.

Art. 2º A servidora fica removida, em permuta, com a servidora Jane Regina Campioni, pelo período de 02 de fevereiro a 31 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015  
WILSON LUIZ FARIAS  
Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO  
Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 075/2015**

PORTARIA Nº 075, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica cessado o efeito da portaria nº 142/2013, conforme requerimento protocolado sob o nº 4179/2014, que designou a servidora Sonia Aparecida Lamb, matrícula nº 319490/01, para responder pela Direção da Escola Municipal Belisário Pena, a contar de 02 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 076/2015**

PORTARIA Nº 076, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Remove servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no inciso 2º do artigo 35 da Lei Complementar nº 006 de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica removida, por permuta, conforme requerimento protocolado sob o nº 4059/2014, em caráter temporário, a servidora Christiane de Oliveira de Jesus, matrícula nº 327220/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 7, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de 30 (trinta) horas semanais, das Escolas Municipais Ernesto Hachmann e Ivo Silveira para a Escola Municipal Ivo Silveira, sem alteração de classe ou referência.

Art. 2º A servidora fica removida, em permuta, 20 (vinte) horas semanais, com a servidora Vania Schwaizer, pelo período de 02 de fevereiro a 31 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

**PORTARIA 077/2015**

PORTARIA Nº 077, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Remove servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto no inciso 2º do artigo 35 da Lei Complementar nº 006 de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Fica removida, por permuta, conforme requerimento protocolado sob o nº 4060/2014, em caráter temporário, a servidora Vânia Schwaizer, matrícula nº 334154/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de 30 (trinta) horas semanais, das Escolas Municipais Ernesto Hachmann e Ivo Silveira para a Escola Municipal Ernesto Hachmann, sem alteração de classe ou referência.

Art. 2º A servidora fica removida, em permuta, com a servidora Christiane de Oliveira de Jesus, pelo período de 02 de fevereiro a 31 de dezembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 078/2015**

PORTARIA Nº 078, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica cessado o efeito da portaria nº 143/2013, conforme requerimento protocolado sob o nº 4200/2014, que designou a servidora Cristiane Dambróz, matrícula nº 307700/01, para responder pela Direção da Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho, a contar de 02 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 079/2015**

PORTARIA Nº 079, DE 02 DE FEVEREIRO DE 2015

Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica cessado o efeito da portaria nº 157/2013, conforme requerimento protocolado sob o nº 4201/2014, que designou a servidora Wanessa Moraes Trzcinski, matrícula nº 325791/01, para responder pela Coordenação da Escola Municipal Bernardo Moro Sobrinho, a contar de 02 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de fevereiro de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de fevereiro de 2015

WILSON LUIZ FARIAS

Prefeito Municipal, em exercício

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

**PORTARIA 442/2015**

PORTARIA Nº 442, DE 02 DE MARÇO DE 2015

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Fica exonerada, a contar de 01 de março de 2015, Estefania Fenski Fraron, matrícula nº 328375/02, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, nível 393, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de março de 2015.

Capinzal - SC, em 02 de março de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

**RESOLUÇÃO Nº 001/2015 - CMDCA**

RESOLUÇÃO NORMATIVA 001/2015 - CMDCA

Dispõe sobre a abertura do Processo Eleitoral dos Membros do Conselho Tutelar do Município de Capinzal - Gestão 2016/2020, em atendimento ao Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8069/1990, Lei Federal 12.696/2012, Lei Complementar Municipal nº 2427 de 20 de dezembro de 2002 e suas alterações, Resolução CONANDA 170/2014 e dá outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente -CMDCA de Capinzal/SC, no uso de suas atribuições legais, declara aberto o processo eletivo relativo a Gestão 2016/2020 dos membros do Conselho Tutelar do Município de Capinzal/SC, e para isso

resolve:

Art. 1º Tornar público, por meio do Edital 005/2015/CMDCA, as diretrizes de regulamentação do Processo Unificado de Escolha a membros do Conselho Tutelar de Capinzal, o qual prevê o cronograma, requisitos e documentação exigida para a candidatura, remuneração e carga dentre outras disposições afetas ao referido Processo de Escolha.

Capinzal - SC, 17 de Abril de 2015.

ALINE ROSSETI

Presidente CMDCA

MIRIAM GOLIN

Vice Presidente CMDCA

**RESOLUÇÃO Nº 002/2015 - CMDCA**

RESOLUÇÃO NORMATIVA 002/2015 - CMDCA

Dispõe sobre nomeação da Comissão Especial Eleitoral, do Processo de Escolha Unificada dos Membros do Conselho Tutelar do Município de Capinzal - Gestão 2016/2020.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente -CMDCA de Capinzal/SC, no uso de suas atribuições legais, em atendimento ao Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8069/1990, Lei Federal 12.696/2012, Lei Complementar Municipal nº 2427 de 20 de dezembro de 2002 e suas alterações, Resolução CONANDA 170/2014, conforme deliberação da reunião realizada em 09/04/2015, resolve:

Art. 1º Nomear Comissão Especial Eleitoral do Processo Unificado de Escolha a membros do Conselho Tutelar de Capinzal, a qual incumbe coordenar o referido Processo, observadas as disposições estabelecidas no Estatuto da Criança e do Adolescente, Resolução 139/2010 e alterações advindas pela Resolução nº 170/2014 do CONANDA.

Art. 2º A Comissão Especial Eleitoral será constituída por composição paritária, entre Conselheiros de Direitos representantes do Governo e Sociedade Civil.

Art. 3º Cabe a Comissão Especial Eleitoral, de acordo com o disposto na Resolução nº 170/2014, as seguintes atribuições:

I - Realizar o processo de escolha, analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos, facultando a qualquer cidadão impugnar, candidatos que não atendam os requisitos exigidos, indicando os elementos probatórios, de acordo com o prazo estabelecido no cronograma do Edital 005/2015/CMDCA;

II - Diante da impugnação de candidatos ao Conselho Tutelar em razão do não preenchimento dos requisitos legais ou da prática de condutas ilícitas ou vedadas, cabe à comissão especial eleitoral:

a) notificar os candidatos, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa; e

b) realizar reunião para decidir acerca da impugnação da candidatura, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências.

III - realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, em data prevista no Edital 005/2015/CMDCA;

IV- estimular e facilitar o encaminhamento de notificação de fatos que constituam violação das regras de divulgação do processo de escolha por parte dos candidatos ou à sua ordem;

V - analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

VI - providenciar a confecção das cédulas, conforme modelo a ser

aprovado pelo CMDCA;  
VII - escolher e divulgar os locais do processo de escolha;  
VIII - selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores, bem como, seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia do processo de escolha, na forma Edital 005/2015/CMDCA que regula o pleito eleitoral;  
IX - solicitar, junto ao comando da Polícia Militar ou Guarda Municipal local, a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança dos locais do processo de escolha e apuração;  
X - divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial do processo de escolha;  
XI - resolver os casos omissos;  
XII - comunicar ao Ministério Público sobre todas as deliberações proferidas pela Comissão Especial Eleitoral.  
Art. 4º Integram a Comissão Especial Eleitoral os seguintes conselheiros:  
I - Governamental:  
a) Gisela Nara Martins;  
b) Francieli Dambrós;  
c) Rafael Tonial;  
II - Não Governamental  
a) Leandro Machado;  
b) Rosangela Zucco;  
c) Fernanda Togni.

Capinzal - SC, 17 de Abril de 2015.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALINE ROSSETI  
Presidente do CMDCA

MIRIAM GOLIN  
Vice Presidente CMDCA

## SIMAE

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/12/2015

Aviso de Licitação

Pregão Presencial Nº CAO/12/2015

Processo Licitatório Nº CAO/0133/2015

OBJETO DA LICITAÇÃO: Aquisição de materiais hidráulicos (tubos e conexões).

TIPO: Menor Preço Por Item

PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: Até às 08:30 horas, do dia 05 de maio de 2015.

LOCAL: Escritório do SIMAE, sito a Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000.

O edital poderá ser retirado no escritório do SIMAE, com a comissão de licitação, solicitado pelo e-mail francieli@simaecao.sc.gov.br material@simaecao.sc.gov.br ou pelo site do SIMAE [www.simaecao.sc.gov.br](http://www.simaecao.sc.gov.br).

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SIMAE, sito à Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000, ou pelo fone (049) 3555-1107, com a comissão de licitação das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas.

Capinzal/SC, 20 de abril de 2015.  
Francieli da Rosa  
Pregoeira

# Catanduvras

## PREFEITURA

### ADENDO AO EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0025/2015 - PREGÃO Nº 0019/2015

ADENDO AO EDITAL  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0025/2015  
EDITAL DE PREGÃO Nº 0019/2015

O Prefeito em Exercício, do Município de Catanduvras, Estado de Santa Catarina, Exmo. Sr. Alberto Broll, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e

Considerando a necessidade de alteração dos descritivos, das ESTIMATIVAS DE CONTRATAÇÃO, do ANEXO I do Edital e a necessidade de transferir o início da Sessão Pública, por interesse da Administração Municipal;

TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, as seguintes alterações no edital de Pregão nº 0019/2015, conforme segue:

a) No item 5 - ESTIMATIVAS DE CONTRATAÇÃO, do ANEXO I do Edital, onde se lê:

Item	Especificações	UNI.	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Catanduvras/Blumenau nos horários 14:30/22:55	UN	6	115,98	695,88
2	Blumenau/Catanduvras nos horários 21:10/21:55/01:10	UN	6	118,84	713,04
3	Catanduvras/Joinville nos horários 11:40/22:10	UN	12	141,67	1.700,04
4	Joinville/Catanduvras nos horários 06:00/19:00	UN	12	143,63	1.723,56
5	Catanduvras/Balneário Camboriu nos horários 14:05/22:55	UN	5	130,73	653,65
6	Balneário Camboriu/Catanduvras nos horários 20:55/23:50	UN	5	133,95	669,75
7	Catanduvras/Xanxerê nos horários 07:05/10:25/13:25	UN	6	22,47	134,82
8	Xanxerê/Catanduvras nos horários 09:55/13:05/17:00	UN	6	22,51	135,06
9	Catanduvras/Florianópolis no horário 22:30	UN	60	98,12	5.887,20
10	Florianópolis/Catanduvras no horário 19:45	UN	60	99,48	5.968,80
11	Catanduvras/Curitiba nos horários 11:30/22:10	UN	8	76,64	613,12
12	Curitiba/Catanduvras nos horários 13:15/22:45	UN	8	80,80	646,40
Valor total:					19.541,32

Leia-se:

Item	Especificações	UNI.	Quantidade	Valor Unitário	Valor total
1	Catanduvras a Blumenau (serviço realizado através do bilhete de passagem de Xanxere a Blumenau) no horário de saída conforme bilhete de passagem : 21h30min	UN	6	115,98	695,88
2	Blumenau a Catanduvras (serviço realizado através do bilhete de passagem de Blumenau a Xanxere) no horário de saída conforme bilhete de passagem : 21h10min	UN	6	118,84	713,04
3	Catanduvras a Joinville (serviço realizado através do bilhete de passagem de Xanxere a Joinville) no horário de saída conforme bilhete de passagem : 21h30min	UN	12	141,67	1.700,04
4	Joinville a Catanduvras (serviço realizado através do bilhete de passagem de Joinville a Xanxere) no horário de saída conforme bilhete de passagem : 19h	UN	12	143,63	1.723,56
5	Catanduvras a Balneário Camboriu (serviço realizado através do bilhete de passagem de Xanxere a Balneário Camboriu) no horário de saída conforme bilhete de passagem : 13h20min/20h45min	UN	5	130,73	653,65
6	Balneário Camboriu a Catanduvras (serviço realizado através do bilhete de passagem de Balneário Camboriu a Xanxere) no horário de saída conforme bilhete de passagem : 20h20min/23h50min	UN	5	133,95	669,75
7	Catanduvras/Xanxerê nos horários 6h25min	UN	6	22,47	134,82
8	Xanxerê a Catanduvras no horário 13h05min	UN	6	22,51	135,06

9	Catanduvras a Florianópolis (serviço realizado através do bilhete de passagem de Xanxere a Florianópolis) no horário de saída conforme bilhete de passagem : 21h30min	UN	60	98,12	5.887,20
10	Florianópolis a Catanduvras (serviço realizado através do bilhete de passagem de Florianópolis a Xanxere) no horário de saída conforme bilhete de passagem : 19h45min	UN	60	99,48	5.968,80
11	Catanduvras a Curitiba (serviço realizado através do bilhete de passagem de Jabora a Curitiba) no horário de saída conforme bilhete de passagem : 11h05min/21h45min	UN	8	76,64	613,12
12	Curitiba a Catanduvras (serviço realizado através do bilhete de passagem de Curitiba a Jabora) no horário de saída conforme bilhete de passagem : 13h/ 22h45min	UN	8	80,80	646,40
Valor total:					19.541,32

b) fica retificado as disposições do edital de Pregão nº 0019/2015, sobre a data da entrega do envelope de proposta/habilitação e credenciamento e data de abertura, que passa a ter a seguinte redação:

"Recebimento do envelope de proposta/habilitação e credenciamento: até às 13h30min do dia 04 de maio de 2015;

Limite para impugnação ao edital: até às 19h00min do dia 29 de abril de 2015;

Início da Sessão Pública do Pregão: às 13h45min do dia 04 de maio de 2015."

As demais disposições do Edital permanecem inalteradas e em pleno vigor.

Catanduvras - SC, 17 de abril de 2015.

Alberto Broll

Prefeito Municipal em Exercício

## **AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0032/2015 - PREGÃO Nº 0025/2015**

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0032/2015

PREGÃO Nº 0025/2015

Objeto: Contratação de empresa para conserto do diferencial e caixa de câmbio da Motoniveladora Huber 155 S, peças e mão de obra, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Abertura das Propostas: 17h15min, do dia 30 de abril de 2015.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 17 de abril de 2015, no endereço <http://www.catanduvras.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvras - SC.

Informações: maiores informações, assim como cópia do Edital, poderão ser obtidas no site: [www.catanduvras.sc.gov.br](http://www.catanduvras.sc.gov.br) e no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Catanduvras - SC, das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira, ou pelo telefone (049) 3525-1144, Ramal 229.

Catanduvras - SC, 17 de abril de 2015.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

## **EDITAL CMDCA Nº 001/2015**

EDITAL CMDCA Nº 001/2015

ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS-SC

A Presidente do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Catanduvras/SC, a Sra. Sandra Maria Dilda Bucco - nos termos e atribuições legais, diante da deliberação do Conselho, em sua sede localizada no Setor de Assistência Social, Rua da Liberdade nº 1524 - Centro e considerando o disposto da Lei nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA nos art.132 e 139, na Resolução Conanda nº 170/2014 e Lei Municipal nº 2.384/12, Resolução Normativa 003/2015, no uso de suas atribuições legais e regimentais após aprovação do CMDCA conforme consta na Ata da Assembléia Ordinária realizada no dia 30 de março de 2015, RESOLVE: abrir as inscrições para escolha dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Catanduvras e dá outras providências.

### **REQUISITOS E DO REGISTRO DE CANDIDATOS**

Art. 1º A inscrição do candidato a Conselheiro Tutelar é considerada de caráter individual, sem vinculação político partidária, crença religiosa ou qualquer outra organização.

Art. 2º Poderão concorrer à eleição os candidatos que preencham os seguintes requisitos:

- I - reconhecida idoneidade moral, comprovada por certidão negativa de antecedentes criminais;
- II - idade igual ou superior a vinte e um (21) anos;
- III - residir no Município de Catanduvas/SC há pelo menos dois anos, demonstrada por comprovante de residência e declaração do candidato;
- IV - formação de, no mínimo, conclusão de ensino médio (2º grau) ou curso superior nas áreas da educação, saúde ou serviço social;
- V - reconhecida experiência de no mínimo dois (2) anos nas áreas da educação, saúde e serviço social, na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 3º O registro dos candidatos será feito do dia 22 de abril ao dia 12 de junho de 2015 das 8h às 12h e das 13h às 17horas nas dependências do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), localizado na Rua da Liberdade nº. 1524.

Art. 4º Para registro das candidaturas será exigido requerimento cujo modelo será fornecido e assinado pelo candidato (CONFORME RN 003/2015 - ANEXO I, II e III) acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Carteira de Identidade e fotocópia;
- b) CPF e fotocópia;
- c) Título de Eleitor e fotocópia;
- d) comprovante de conclusão 2º grau, e cópia autenticada;
- e) comprovante de residência no município (cópia da conta de água, energia ou telefone);
- f) certidão de antecedentes criminais, fornecido pela Vara da Comarca de Catanduvas e certidão de quitação eleitoral;
- g) declaração da própria pessoa de que reside no município de Catanduvas há pelo menos dois (2) anos;
- h) declaração do próprio candidato de disponibilidade de horário integral para cumprir em nome da comunidade, as atribuições que a função de Conselheiro Tutelar exige, na forma da Lei nº 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);
- i) uma (1) foto 3X4.
- j) comprovante de experiência de no mínimo dois (2) anos nas áreas da educação, saúde e serviço social, na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente através de:
  - j.1) declaração fornecida por entidade cadastrada no CMDCA;
  - j.2) declaração emitida por órgão público empregador informando a experiência;
  - j.3) registro em carteira profissional de trabalho.

§ 1º Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração (com poderes específicos), com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

§ 2º O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

#### CALENDÁRIO DA ELEIÇÃO

Art. 5º O calendário para eleição de cinco (5) membros e cinco (5) suplentes ao Conselho Tutelar do Município de Catanduvas, seguirá o seguinte cronograma (CONFORME RN 003/2015 - ANEXO IV):

- a) de 22/04/2015 ao dia 12/06/2015 - Inscrições de Candidatos das 8h às 12h e das 13h às 17h no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), situado na Rua da Liberdade nº 1524;
- b) dia 16/06/2015 - Análise de documentos;
- c) dia 17/06/2015 - Publicação da relação dos candidatos, prazo de cinco (5) dias para impugnação facultando a qualquer cidadão

impugnar candidato que não preencha os requisitos exigidos, indicando os elementos probatórios; e simultâneas vistas ao Ministério Público;

d) dia 24/06/2015 a 30/07/2015 - Apresentação da defesa pelo candidato impugnado à Comissão Eleitoral até às 17horas.

e) dia 01/07/2015 - Análise e julgamento das impugnações, decisão e publicação das candidaturas e documentos impugnados pela Comissão Eleitoral;

f) dia 07/07/2015 a 13/07/2015 até às 17horas - interposição de recurso à plenária do CMDCA cabendo julgar os recursos da Comissão Eleitoral.

g) dia 03/08/2015 - Publicação de edital/resolução das candidaturas homologadas para eleição pela Presidente do CMDCA nos seguintes locais: Mural da Prefeitura, Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), site do Município de Catanduvas e outros meios de comunicação de circulação no Município.

h) até 18/09/2015 - Prazo para operacionalização da eleição;

i) dia 04/10/2015 - ELEIÇÃO E APURAÇÃO DOS VOTOS.

j) dia 05/10/2015 - Publicação dos eleitos.

k) novembro/2015 - Reservado para Formação inicial dos Conselheiros e suplentes eleitos.

l) 10/01/2016 - Diplomação e Posse.

DAS IMPUGNAÇÕES

Art. 6º Durante o processo de impugnação será assegurado ao candidato o direito de ampla defesa.

Art. 7º O processo de impugnação de candidatura deverá ser instruído com elementos comprobatórios que justifiquem o procedimento devendo o mesmo ser dirigido a Comissão Eleitoral.

Art. 8º Havendo processo de impugnação de candidatura, a comissão eleitoral julgará o processo, dando ciência ao impugnado do resultado do julgamento e defesa.

Art. 9º Encerrados os prazos e da procedência da impugnação do candidato, será cancelada sua candidatura.

#### LOCAL DE VOTAÇÃO E ELEITORES

Art. 10. Local e horário de votação: Escola de Educação Básica Irmã Wienfrida - Rua Almirante Tamandaré - Centro: Das 08 horas às 17 horas do dia 04 de outubro de 2015, domingo.

Art. 11. O processo de escolha dar-se-á mediante sufrágio universal facultativo, direto e secreto, dos eleitores inscritos no Município de Catanduvas/SC, em pleno exercício do direito.

Parágrafo único: Poderão votar os eleitores inscritos no Município de Catanduvas/SC que apresentarem no ato da votação Título de Eleitor e documento de identificação com foto.

#### DA PROPAGANDA ELEITORAL

Art. 12. Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

§ 1º No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive a classificada como "boca de urna".

§ 2º A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas o número e o nome do candidato ou através de curriculum vitae.

§ 3º Não será permitido à confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

§ 4º Não será permitida propaganda que implique grave

perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

§ 5º Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

§ 6º Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

§ 7º Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabiamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

§ 8º É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, cartazes e santinhos com fotos. Sendo permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições a todos os candidatos.

§ 9º É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

§ 10º Compete à Comissão Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

§ 11º O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 12º É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

§ 13º É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedado, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

#### ELEIÇÃO, PROCLAMAÇÃO, DIPLOMAÇÃO E POSSE DOS ELEITOS

Art. 13. Considerada a elevada responsabilidade dos Conselheiros Tutelares a serem eleitos para o preenchimento das vagas do atual mandato do Conselho Tutelar, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e a Comissão Eleitoral deverão examinar a idoneidade moral dos candidatos, podendo, realizar diligências, ouvir testemunhas, efetuar perícias e colher informações para o esclarecimento e possíveis dúvidas e questionamentos sobre qualquer candidato.

Art. 14. A cédula de votação será confeccionada pelo CMDCA, com a indicação do número e do nome do candidato.

§ 1º Na cabine de votação constará a relação de todos os candidatos e seus respectivos números.

§ 2º Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outros

escolhidos pela Comissão Eleitoral.

§ 3º Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela Comissão Eleitoral.

§ 4º O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

§ 5º O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

§ 6º Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Eleitoral.

§ 7º A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Eleitoral.

§ 8º Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos:

- a) Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Eleitoral;
- b) Registrar na ata as impugnações dos votos;

§ 9º Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

§ 10º Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

- a) Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;
- b) O cônjuge ou o companheiro do candidato;
- c) As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

Art. 15. No presente processo eleitoral deverão ser eleitos cinco (5) Conselheiros e Suplentes, obedecendo a ordem decrescente de votos.

Art. 16. Terminada a eleição será imediatamente providenciada a apuração do resultado do pleito, sendo considerados eleitos, pela ordem do número de votos válidos obtidos, os cinco (5) Conselheiros mais votados, pela ordem de votação.

§ 1º Apurado o resultado da eleição será em seguida publicado por ordem de votação os cinco (5) Suplentes eleitos, abrindo-se prazo para impugnação do resultado, conforme calendário eleitoral, cabendo ao impugnante o ônus da prova material para justificar o recurso a ser interposto por escrito, junto à comissão eleitoral.

§ 2º Em caso de empate entre dois ou mais candidatos serão utilizados os seguintes critérios de desempate:

- a) maior tempo de experiência na área da Infância e Juventude de acordo com os documentos apresentados no ato da inscrição.
- b) de maior idade.

#### EXPEDIENTE E REMUNERAÇÃO DOS CONSELHEIROS (AS) TUTELARES

Art. 17. O expediente dos Conselheiros Tutelares é o previsto na Lei Federal 8.069/90 ECA e na Lei Municipal nº 2.384, de 05 de dezembro de 2012.

Art. 18. A remuneração do Conselheiro Tutelar Municipal será de

acordo com o estipulado na Lei Municipal nº 2.384, de 05 de dezembro de 2012, carga horária de vinte (20) horas, Nível MAG-510-E, remuneração base de um mil e dezesseis reais e noventa e oito centavos (R\$ 1.016,98).

Art. 19. Todos os membros do Conselho Tutelar serão submetidos à mesma carga horária semanal de trabalho, bem como aos mesmos períodos de plantão ou sobreaviso, sendo vetado qualquer tratamento desigual.

Art. 20. São atribuições e competências dos Conselheiros Tutelares aquelas elencadas nos Lei Federal 8.069/90 e art. 29 da Lei Municipal nº 2.384, de 05 de dezembro de 2012.

#### IMPEDIMENTOS

Art. 21. Conforme o art. 140 da Lei Federal 8.069/90, ficam impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar, marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e sogra, genro ou nora, irmãos, cunhados, tios, sobrinhos, padrasto e madrasta e enteados.

Parágrafo único. Entende-se o impedimento do conselheiro na forma desse artigo em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público, com atuação na Justiça da Infância e Juventude, em exercício na Comarca de Catanduvas.

Art. 22. Os impedimentos contidos no artigo 21 caput, não obstaculizam a candidatura dos interessados, sendo que, em sendo eleitos, apenas será empossado o mais votado, salvo se este desistir previamente.

#### DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 23. A função de membro do Conselho Tutelar exige dedicação exclusiva, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade pública ou privada.

Art. 24. O cargo de conselheiro tutelar, como agente público de serviço relevante, é, para todos os efeitos legais, considerado como cargo eletivo de duração fixa, NÃO GERANDO VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS JUNTO À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

Art. 25. O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral (Art. 135 do ECA).

Art. 26. A realização do processo eleitoral será fiscalizada pelos membros do Ministério Público da Comarca de Catanduvas.

Art. 27. O CMDCA disponibilizará curso de formação para os conselheiros eleitos, a ser realizado em novembro e/ou dezembro de 2015, onde estes deverão obter 100% (cem por cento) de frequência a ser comprovada no ato da contratação.

Art. 28. Os casos omissos nesse regulamento, bem como os demais atos normativos necessários à complementação e o bom andamento eleitoral, será objeto de apreciação e decisão do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA mediante aprovação e publicação de resolução do Conselho.

Catanduvas/SC, 03 de abril de 2015.

Sandra Maria Dilda Bucco  
Presidente do Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente de Catanduvas/SC

RN 003/2015 - CMDCA ANEXO I - REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

Ilustríssimo Coordenador da Comissão Eleitoral

Nome \_\_\_\_\_

Endereço \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Bairro \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_ Catanduvas-SC,

Fone Coml \_\_\_\_\_

Telefone residencial \_\_\_\_\_

Celular \_\_\_\_\_ E-mail \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Nacionalidade \_\_\_\_\_ Es-

tado Civil \_\_\_\_\_ Profissão \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Escolaridade \_\_\_\_\_

RG nº \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_

e Título de Eleitor nº \_\_\_\_\_

\_, vem requerer sua inscrição para participar do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Catanduvas-SC, gestão 2016/2020. Juntando as declarações e os anexos padronizados pelo CMDCA e cópia dos documentos exigidos pelo artigo 4º da Resolução Normativa nº 003/2015- CMDCA.

Pede Deferimento.

Catanduvas/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

Assinatura do Inscrito

RN 003/2015 - CMDCA ANEXO II - DECLARAÇÃO

#### DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, portador do RG: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_,

CPF nº \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_.

DECLARO, para fins de inscrição no processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Catanduvas /SC que:

1. Sou pessoa considerada idônea e de boa reputação;
2. Resido no Município de Catanduvas /SC, há mais de dois anos;
3. Estou no gozo de meus direitos políticos;
4. Concluí o curso de ensino médio, \_\_\_\_\_;

Catanduvas /SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

Assinatura do Inscrito

Falsidade ideológica - Art. 299 do Código Penal: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que deveria ser escrita com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de um a cinco anos e multa, se o documento é público e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento particular.

RN 000/2015 - CMDCA ANEXO III - COMPROVAÇÃO DA EXPERIÊNCIA:

#### COMPROVAÇÃO DA EXPERIÊNCIA:

ENTIDADE:

NATUREZA DA ENTIDADE: GOVERNAMENTAL ( ) NÃO GOVERNAMENTAL ( )

ENDEREÇO:

TELEFONE:

CNPJ:

INSCRIÇÃO DA ENTIDADE NO CMDCA Nº  
OUTRAS INSCRIÇÕES EM CONSELHOS:  
PROGRAMA DE ATENDIMENTO/PRESTAÇÃO DE SERVIÇO: \_\_\_\_\_

RESPONSÁVEL LEGAL: \_\_\_\_\_  
CARGO/FUNÇÃO: \_\_\_\_\_  
ENDEREÇO: \_\_\_\_\_  
ATIVIDADES EXERCIDAS PELO CANDIDATO: \_\_\_\_\_

VOLUNTÁRIA ( ) REMUNERADA ( )  
DATA DE INÍCIO DA ATIVIDADE: \_\_\_\_\_  
DATA DE DESLIGAMENTO: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

Assinatura do responsável legal com firma reconhecida

RN 003/2015 - CMDCA ANEXO IV - CRONOGRAMA

#### CRONOGRAMA

22/04/2015 ao dia 12/06/2015	Inscrições de Candidatos das 8h às 12h e das 13h às 17h no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), situado na Rua da Liberdade nº 1524;
16/06/2015	Análise de documentos
17/06/2015	Publicação da relação dos candidatos, prazo de cinco (5) dias para impugnação; e simultâneas vistas ao Ministério Público;
24/06/2015 a 30/07/2015	Apresentação da defesa pelo candidato impugnado à Comissão Eleitoral até às 17horas
01/07/2015	Análise e julgamento das impugnações, decisão e publicação das candidaturas e documentos impugnados pela Comissão Eleitoral;
07/07/2015 a 13/07/2015 até às 17 horas	interposição de recurso à plenária do CMDCA cabendo julgar os recursos da Comissão Eleitoral.
03/08/2015	Publicação de edital/resolução das candidaturas homologadas nos locais: Mural da Prefeitura, Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), site do Município de Catanduvas e outros meios de comunicação de circulação no Município.
18/09/2015	Prazo para operacionalização da eleição
04/10/2015	ELEIÇÃO E APURAÇÃO DOS VOTOS
05/10/2015	Publicação dos eleitos.
novembro/2015	Reservado para Formação inicial dos Conselheiros e suplentes eleitos
10/01/2016	Diplomação e Posse.

#### RESOLUÇÃO Nº 001/2015, DO CMDCA

RESOLUÇÃO Nº001/2015 DO CMDCA  
NOMEIA A COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO ELEITORAL DO CONSELHO TUTELAR DE CATANDUVAS-SC.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS-SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que dispõe a Lei Federal nº 8069/90, Lei Municipal nº 2384/12, RESOLVE:

Art. 1º. Constituir a Comissão Organizadora do Processo Eleitoral do Conselho Tutelar, nomeando, para tanto, os seguintes cidadãos:

Nome	Documento CPF
Coroline Joana L Johann – Gov.	029.569.179-43
Claudia Vieira – Gov.	027.856.399-60
Dílson Rizzi – Ent.	454.074.369-49
Valdemir Bogoni – Ent.	035.616.999-52

Art. 2º. A Comissão Eleitoral de Escolha será coordenada pelo Presidente do CMDCA e suas atribuições são as definidas na Lei Municipal nº 2384/12, Resolução nº 03/2015, cujos prazos deverão ser rigorosamente observados.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, mediante afixação na sede da CMDCA, Prefeitura, Câmara de Vereadores, escolas, Fórum, publicado no DOM e Jornal local e demais meios de comunicação local.

Catanduvas, 02 de abril de 2015.

Sandra Maria Dilda Bucco  
PRESIDENTE DO CMDCA

#### RESOLUÇÃO Nº 002/2015, DO CMDCA

RESOLUÇÃO Nº002/2015 DO CMDCA

Dispõe sobre Edital de abertura do Processo Eleitoral dos Membros do Conselho Tutelar do Município de Catanduvas - SC, Gestão 2016/2020, no determina à Lei 8.069 e alterações da Lei 12.696/12, Resolução 170 do CONANDA, da Lei Municipal nº 2.384/12 e da Resolução Normativa nº 003/2015-CMDCA e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE-CMDCA, no uso de suas atribuições legais, declara aberto o processo eletivo relativo a Gestão 2016/2020 dos membros do Conselho Tutelar do Município de Catanduvas-SC, e convoca os interessados a concorrer ao cargo para as inscrições que estarão abertas a partir do dia 22 de abril de 2015 a 12 de junho de 2015, nos termos da Lei Municipal nº 2.384/12 e Edital CMDCA nº001/2015, Resolução Normativas nº 003/2015 ,

Art. 1º As inscrições deverão ser realizadas na sede no Setor de Assistência Social de Catanduvas/SC, junto ao CRAS, sito a Rua da Liberdade nº 1524, Centro, no prazo de trinta e cinco (35) dias, de segunda a sexta-feira, no horário das 08h às 12h e das 13h às 17h, encerrando-se às 17h do dia 12 de junho de 2015. Podendo ser encerrado, por decisão da Comissão Eleitoral por meio de resolução.

Art. 2º Os interessados poderão acessar o sitio [www.catanduvas.sc.gov.br](http://www.catanduvas.sc.gov.br) - link: CMDCA para a impressão do requerimento e das declarações padronizadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), a disposição na sede do CMDCA, e providenciar os documentos exigidos pela legislação em vigor.

Art. 3º Todas as intimações aos candidatos serão realizadas por meio do Diário Oficial dos Municípios (DOM), e Mural da Prefeitura e meios de comunicação local, onde serão publicados os Atos da Comissão Eleitoral por meio de resolução, as deliberações e as Resoluções Normativas do CMDCA, para ciência dos interessados.

Art. 4º A partir deste ato, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA institui a Plenária da Comissão Eleitoral, a fim de deliberar sobre eventuais questões surgidas no desenrolar do processo eleitoral.

Catanduvas-SC, 02 de abril de 2015.

Sandra Maria Dilda Bucco

PRESIDENTE DO CMDCA

### **RESOLUÇÃO Nº 003/2015, DO CMDCA**

RESOLUÇÃO NORMATIVA 003/2015 - CMDCA

Regulamenta o processo de escolha dos candidatos a membros do Conselho Tutelas do Município de Catanduvas-SC, nos termos da Lei Federal nº 12.696 e Resolução 170/2014 do CONANDA, Lei Municipal nº 2.384/2012 e dá outras providências.

O Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Catanduvas/SC, nos termos e atribuições legais, com fundamento nos artigos 4º e 5º da Lei Municipal nº 2.384, de 5 de dezembro de 2012, considerando a necessidade de eleição de cinco (5) membros titulares e suplentes para compor o Conselho Tutelar do Município de Catanduvas-SC e o faz nos seguintes termos:

#### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Para a eleição a ser realizada no dia 04 de outubro de 2015 nas dependências da Escola de Educação Básica Irmã Wienfrida - Centro, Catanduvas-SC, abre inscrição Publicando Edital para Conselheiro Tutelar, do dia 22 de abril de 2015 à 12 de junho de 2015, 8h às 12h e das 13h às 17h no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), situado na Rua da Liberdade nº 1524, para escolha dos 5 (cinco) membros titulares e 5 (cinco) suplentes dos Conselho Tutelar do Município de Catanduvas/SC, nos termos da Lei Municipal nº 2.384/2012 e observando o disposto no art.132 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, (Lei 12.696) o número mínimo de participantes no pleito deverá ser de 10 (dez) candidatos, a fim de viabilizar a escolha popular.

Parágrafo Único: Edital e demais resoluções podem ser encontradas no sitio [www.catanduvas.sc.gov.br](http://www.catanduvas.sc.gov.br) - link: CMDCA.

Art. 2º O processo de escolha, nos termos dos Arts. 7º e seguintes da Lei Municipal nº 2.384/2012, será presidido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), organizado e conduzido por Comissão Eleitoral por ele indicada e sob a fiscalização do Ministério Público, compondo-se de duas fases:

I - eleição por voto facultativo da sociedade.

II - Participação em Capacitação oferecida pelo CMDCA em 100% de presença.

Parágrafo único. Passará à condição de CANDIDATO, o inscrito que tiver deferido o seu registro de candidatura, habilitando-o a participar da fase I (eleição);

a) o que trata a segunda fase será exigido comprovação na posse do candidato eleito.

#### **DAS INSCRIÇÕES PARA O PROCESSO DE ESCOLHA**

Art. 3º A inscrição para o processo de escolha será individual, mediante a apresentação de requerimento e declarações padronizados Anexos ao Edital (Anexos I: Requerimento, II: Declaração, III: Comprovação de experiência), que serão fornecidos pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA, a qual serão juntadas cópias do candidato.

a) Carteira de Identidade;

b) CPF;

c) Título de Eleitor;

d) comprovante de conclusão 2º grau;

e) comprovante de residência no município;

f) certidão de antecedentes criminais, fornecido pela Vara da Comarca de Catanduvas e certidão de quitação eleitoral;

g) declaração da própria pessoa de que reside no município de

Catanduvas há pelo menos dois (2) anos;

h) declaração do próprio candidato de disponibilidade de horário integral para cumprir em nome da comunidade, as atribuições que a função de Conselheiro Tutelar exige, na forma da Lei nº 8069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);

i) uma (1) foto 3X4.

j) comprovante de experiência de no mínimo dois (2) anos nas áreas da educação, saúde e serviço social, na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente através de:

j.1) declaração fornecida por entidade cadastrada no CMDCA;

j.2) declaração emitida por órgão público empregador informando a experiência;

j.3) registro em carteira profissional de trabalho.

Parágrafo único. As inscrições para impugnar e indeferidas serão publicadas no Diário Oficial do Município, mural, e site do município, para que os interessados, querendo, no prazo de cinco (5) dias úteis, apresentem recurso a Comissão Eleitoral.

Art. 4º Acompanhando o Anexo III, o inscrito deverá providenciar a juntada de cópia dos seguintes documentos:

I - Declaração da entidade onde prestou serviço de atendimento a criança e adolescente;

II - Atestado de frequência e graduação ou certificado de conclusão de curso nas áreas da educação, saúde ou serviço social;

III - Cópia de certificados de capacitação e formação na área da criança e adolescente.

IV - Ter sido nomeado para conselheiro de conselho de políticas sociais.

§1 A não comprovação da experiência desqualifica o candidato ao pleito;

§2 Caso haja necessidade, a Comissão Eleitoral procederá a realização de diligência para constatação da veracidade dos documentos.

§3 Considera-se experiência para fins de qualificação do candidato:

I - a atividade voluntária ou remunerada, realizada em entidades de atendimento que desenvolvam programas em regime de orientação e apoio sociofamiliar, apoio socioeducativo em meio aberto, colocação familiar e acolhimento institucional ou executem medidas socioeducativas de liberdade assistida, semiliberdade e internação;

II - a atividade voluntária ou remunerada de prestação de serviços que garantam às crianças e adolescentes os direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária;

#### **DOS REQUISITOS PARA REGISTRO DA CANDIDATURA**

Art. 5. Poderão concorrer à eleição os candidatos que preencham os seguintes requisitos:

I - reconhecida idoneidade moral, comprovada por certidão negativa de antecedentes criminais;

II - idade igual ou superior a vinte e um (21) anos;

III - residir no Município de Catanduvas/SC há pelo menos dois anos, demonstrada por comprovante de residência e declaração do candidato;

IV - formação de, no mínimo, conclusão de ensino médio (2º grau) ou curso superior nas áreas da educação, saúde ou serviço social;

V - reconhecida experiência de no mínimo dois (2) anos nas áreas da educação, saúde e serviço social, na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 6. Os requisitos de que tratam o item anterior serão

comprovados e os documentos necessários serão apresentados, no ato de inscrição da candidatura.

#### DA PROPAGANDA ELEITORAL

Art. 7. Toda propaganda eleitoral será realizada INDIVIDUALMENTE pelo candidato, imputando-lhe responsabilidade no excessos praticados por seus simpatizantes.

§ 1º No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive a classificada como "boca de urna".

§ 2º A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas o número e o nome do candidato ou através de curriculum vitae.

§ 3º Não será permitido a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

§ 4º Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

§ 5º Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

§ 6º Observado o disposto nos artigos 12, parágrafo 1º da Lei Municipal nº 2.384/2012, na propaganda eleitoral considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

§ 7º Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabiamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

§ 8º É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, cartazes e santinhos com fotos. Sendo permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições a todos os candidatos.

§ 9º É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

§ 10º Compete à Comissão Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

§ 11º O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 12º É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

§ 13º É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedado, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

#### DA VOTAÇÃO E APURAÇÃO DOS VOTOS

Art. 8. O voto será facultativo aos eleitores inscritos na 18ª Zona Eleitoral do Município de Catanduvas-SC, portando título e documento com foto, podendo cada eleitor votar, no máximo, uma vez, para um candidato, sendo considerados eleitos os que receberem o maior número de votos.

Art. 9. Os 5 (cinco) primeiros colocados serão considerados titulares do cargo de conselheiro tutelar.

Art. 10. Os demais classificados serão considerados suplentes e, até o próximo pleito, poderão ser convocados, em ordem classificatória, para exercer a substituição do membro titular que, por qualquer motivo, se afastar do cargo.

Art. 11. Trabalharão na eleição a Comissão Eleitoral bem como todos os membros Titulares e suplentes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente e representante do Ministério Público e apoio institucional da Polícia Militar.

#### DAS IMPUGNAÇÕES E RECURSOS DA ELEIÇÃO

Art. 12. As impugnações poderão ser apresentadas por membros da comunidade e pelo Ministério Público à Comissão Eleitoral:  
I - até cinco (cinco) dias úteis após a publicação no Diário Oficial do Município da relação das candidaturas homologadas, somente versando sobre o descumprimento dos requisitos previstos no Art. 12º, da Lei Municipal nº 2.384;  
II - a qualquer tempo, se versar sobre excessos na propaganda eleitoral.

§ 1º As impugnações deverão ser fundamentadas e instruídas com documentos comprobatórios dos fatos alegados, ou declaração firmada por três testemunhas, com firmas reconhecidas, juntando-se cópia dos respectivos documentos de identidade, respeitando o direito ao sigilo de denúncia;

§ 2º O interessado será notificado a apresentar defesa, sendo a contraprova nos moldes acima indicados.

Art. 13. Os recursos serão interpostos ao Comissão Eleitoral pelo candidato que for excluído do processo eleitoral, em não havendo consenso para deliberação, poderá a comissão acionar o CMDCA.

#### DAS NOTIFICAÇÕES, INTIMAÇÕES E PRAZOS

Art. 14. Todas as notificações e intimações referentes ao processo de eleição do Conselho Tutelar serão realizadas por meio de publicações no Diário Oficial do Município, ou no site da prefeitura e os meios locais de divulgação.

Art. 15. Os prazos, quando a lei municipal e as Resoluções Normativas do CMDCA e da Comissão Especial de Eleição não dispuserem em contrário, serão de cinco dias contados a partir do primeiro dia útil após a publicação.

#### DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. O CMDCA disponibilizará curso de formação (fase II) para os conselheiros eleitos, a ser realizado em novembro e/ou dezembro de 2015, onde estes deverão obter 100% (cem por cento) de frequência a ser comprovada no ato da contratação.

Art. 17. Segue Nesta Resolução Normativa em anexo, modelos de Requerimento, Declarações, e Comprovante de Experiência que deverão ser preenchidas e assinadas pelo candidato no ato de sua inscrição e Cronograma da eleição 2015.

Art. 18. Os casos omissos nesse regulamento, bem como os demais atos normativos necessários à complementação e o bom andamento eleitoral, será objeto de apreciação e decisão do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA mediante aprovação e publicação de resolução do Conselho.

Catanduvas/SC, 02 de abril de 2015.

Sandra Maria Dilda Bucco  
Presidente do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente de Catanduvas/SC

RN 003/2015 - CMDCA ANEXO I - REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

#### REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

Ilustríssimo Coordenador da Comissão Eleitoral

Nome \_\_\_\_\_

Residência \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Bairro \_\_\_\_\_

CEP \_\_\_\_\_ Catanduvas-SC,

Fone Coml \_\_\_\_\_ Telefone residencial \_\_\_\_\_

Celular \_\_\_\_\_ E-mail \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Nacionalidade \_\_\_\_\_ Es-

tado Civil \_\_\_\_\_ Profissão \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ Escolaridade \_\_\_\_\_

RG nº \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_

e Título de Eleitor nº \_\_\_\_\_

\_, vem requerer sua inscrição para participar do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Catanduvas-SC, gestão 2016/2020. Juntando as declarações e os anexos padronizados pelo CMDCA e cópia dos documentos exigidos pelo artigo 4º da Resolução Normativa nº 003/2015- CMDCA. Pede Deferimento.

Catanduvas/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

Assinatura do Inscrito

RN 003/2015 - CMDCA ANEXO II - DECLARAÇÃO

#### DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, portador do RG: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_,

CPF nº \_\_\_\_\_.

DECLARO, para fins de inscrição no processo de escolha dos membros dos Conselhos Tutelares do Município de Catanduvas /SC que:

1. Sou pessoa considerada idônea e de boa reputação;
2. Resido no Município de Catanduvas /SC, há mais de dois anos;
3. Estou no gozo de meus direitos políticos;
4. Concluí o curso de ensino médio, \_\_\_\_\_

Catanduvas /SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

Assinatura do Inscrito

Falsidade ideológica - Art. 299 do Código Penal: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que deveria ser escrita com o fim de prejudicar direito, criar obrigação

ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de um a cinco anos e multa, se o documento é público e reclusão de um a três anos, e multa, se o documento particular.

RN 003/2015 - CMDCA ANEXO III - COMPROVAÇÃO DA EXPERIÊNCIA:

COMPROVAÇÃO DA EXPERIÊNCIA:

ENTIDADE:

NATUREZA DA ENTIDADE: GOVERNAMENTAL ( ) NÃO GOVERNAMENTAL ( )

ENDEREÇO:

TELEFONE:

CNPJ:

INSCRIÇÃO DA ENTIDADE NO CMDCA Nº

OUTRAS INSCRIÇÕES EM CONSELHOS:

PROGRAMA DE ATENDIMENTO/PRESTAÇÃO DE SERVIÇO: \_\_\_\_\_

RESPONSÁVEL LEGAL:

CARGO/FUNÇÃO:

ENDEREÇO:

ATIVIDADES EXERCIDAS PELO CANDIDATO:

VOLUNTÁRIA ( ) REMUNERADA ( )

DATA DE INÍCIO DA ATIVIDADE:

DATA DE DESLIGAMENTO:

\_\_\_\_\_/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

Assinatura do responsável legal com firma reconhecida

RN 003/2015 - CMDCA ANEXO IV - CRONOGRAMA

#### CRONOGRAMA

22/04/2015 ao dia 12/06/2015	Inscrições de Candidatos das 8h às 12h e das 13h às 17h no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), situado na Rua da Liberdade nº 1524;
16/06/2015	Análise de documentos
17/06/2015	Publicação da relação dos candidatos, prazo de cinco (5) dias para impugnação; e simultâneas vistas ao Ministério Público;
24/06/2015 a 30/07/2015	Apresentação da defesa pelo candidato impugnado à Comissão Eleitoral ate às 17horas
01/07/2015	Análise e julgamento das impugnações, decisão e publicação das candidaturas e documentos impugnados pela Comissão Eleitoral;
07/07/2015 a 13/07/2015 até às 17 horas	interposição de recurso à plenária do CMDCA cabendo julgar os recursos da Comissão Eleitoral.
03/08/2015	Publicação de edital/resolução das candidaturas homologadas nos locais: Mural da Prefeitura, Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), site do Município de Catanduvas e outros meios de comunicação de circulação no Município.
18/09/2015	Prazo para operacionalização da eleição
04/10/2015	ELEIÇÃO E APURAÇÃO DOS VOTOS
05/10/2015	Publicação dos eleitos.
novembro/2015	Reservado para Formação inicial dos Conselheiros e suplentes eleitos
10/01/2016	Diplomação e Posse.

**Caxambu do Sul****PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO 22/2015**

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 22/2015
Edital: Pregão Presencial Nº.: 11/2015
Tipo: Menor Preço/Por Item.
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO E DE EXPEDIENTE PARA USO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS – SCFV.
Entrega dos Envelopes: 07h55min do dia 05 de Maio de 2015.
Abertura dos Envelopes: 08h00min do dia 05 de Maio de 2015.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Índio Conda, nº 55, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min pelo fone (49) 3326-0127, e pelo site <a href="http://www.caxambudosul.sc.gov.br">www.caxambudosul.sc.gov.br</a> .
CAXAMBU DO SUL, 17 DE ABRIL DE 2015.
VILMAR FOPPA
PREFEITO MUNICIPAL

**Cocal do Sul****PREFEITURA****AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/FMAS/2015 (REGISTRO DE PREÇOS)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03/FMAS/2015
---

Pregão Presencial Nº 03/FMAS/2015

**Registro de Preços**

O município de Cocal do Sul torna público, para conhecimento dos interessados, que o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, designados pelo Decreto Municipal nº 02/2015, de 07 de janeiro de 2015, reunir-se-ão no dia, hora e local designados neste Edital, na sala de reuniões, na Avenida Dr. Polidoro Santiago, 519 - Cocal do Sul - SC, onde será realizada licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM". O certame licitatório reger-se-á pelas disposições da Lei Federal 10.520, de 17/07/2002, Lei Complementar 123/2006, subsidiariamente pela Lei Federal nº 8.666/93 de 21/06/93 e suas alterações, e quaisquer outros dispositivos que venham a substituí-las, alterá-las ou completá-las, bem como pelas disposições fixadas neste Edital e Anexos.

a) Os envelopes contendo as propostas de preços e habilitações serão recebidas pelo Pregoeiro, na sala de Licitações, no prédio da PREFEITURA MUNICIPAL - situado a Avenida Dr. Polidoro Santiago, 519 - Cocal do Sul - SC, até o horário previsto para abertura dos mesmos. Não haverá atendimento aos Sábados, Domingos e feriados.

b) Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público, que impeça a realização deste evento na data acima marcada, a licitação ficara automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

**1 - DO OBJETO**

1.1 - Registro de preços de Cestas Básicas, conforme Lei Municipal nº 967, de 04 de novembro de 2009 e Decreto Municipal nº 163/2012, de 07 de março de 2012, para atender famílias carentes do Município de Cocal do Sul, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas neste edital e seus anexos.

1.2 - Sendo o regime de execução do contrato por fornecimento e o quantitativo informado mera estimativa do consumo para o ano de 2015, a aquisição das cestas básicas será realizada de acordo com as necessidades da Prefeitura, sendo objeto de faturamento e pagamento os quantitativos efetivamente fornecidos.

**2 - DA ABERTURA**

2.1 - Os envelopes para o objeto da presente Licitação, Envelope nº 01 (proposta de Preços), Envelope Nº 02 (documentos de habilitação), documentos de credenciamento e declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, deverão ser protocolados até as 09h00min do dia 05 de maio de 2015, através do Protocolo do Departamento de Compras - Setor de Licitações, localizado no edifício sede da municipalidade, sito na Avenida Dr. Polidoro Santiago, 519 - Cocal do Sul - SC.

2.2 - A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, dirigida por um Pregoeiro, as 09h00min do dia 05 de maio de 2015, a ser realizada de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

2.2.1 - Os representantes credenciados deverão se apresentar ao pregoeiro na sessão, munidos de documento de identidade para sua identificação junto aos documentos de credenciamento, de posse do pregoeiro.

LOCAL: Sala de licitações, no prédio da PREFEITURA MUNICIPAL - situado a Avenida Dr. Polidoro Santiago, 519 - Cocal do Sul - SC.

### 3 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1 - Poderão participar deste Pregão as interessadas que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos.

3.2 - É vedada à participação de pessoa jurídica em regime de concordata ou falência, ou que tenha sido declarada inidônea por ato do Poder Público nas esferas municipal, estadual e federal ou ainda, que esteja com direito de participar de licitação suspenso no Município de Cocal do Sul/SC.

### 4 - DO CREDENCIAMENTO, DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

4.1 - Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

4.1.1 - Quanto aos representantes:

4.1.1.1 - Tratando-se de Representante Legal de sociedade empresária ou cooperativa, ou empresário individual, apresentar (CÓPIA AUTENTICADA) do estatuto social, do contrato social ou outro instrumento de registro empresarial registrado na Junta Comercial, ou tratando-se de Representante Legal de sociedade não empresária, apresentar (CÓPIA AUTENTICADA) do ato constitutivo atualizado registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

4.1.1.2 - Tratando-se de Procurador, o credenciamento far-se-á por meio da apresentação de instrumento público de procuração (CÓPIA AUTENTICADA) ou de instrumento particular (modelo anexo VI), do qual constem poderes específicos para formular ofertas e lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame. No caso de instrumento particular, o procurador deverá apresentar instrumento constitutivo da empresa na forma estipulada no subitem 4.1.1.1.

4.1.1.3 - O representante (legal ou procurador) da empresa interessada, maior de 18 (dezoito) anos, deverá identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

4.1.1.4 - Na hipótese da licitante não apresentar representante (legal ou procurador) ou esse não se credenciar, a licitante ficará impedida de participar da fase de lances verbais, de negociação de preços, de declarar a intenção de interpor recurso, ou mesmo de renunciar ao direito de interpor recurso, ficando mantido o preço apresentado na proposta escrita, para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.

4.1.1.5 - O credenciamento deverá ser apresentado FORA dos envelopes n.º 1 (PROPOSTA) e n.º 2 (HABILITAÇÃO).

4.1.2 - Quanto ao pleno atendimento aos requisitos de habilitação:

4.1.2.1 - A proponente deverá apresentar, inicialmente e em separado dos envelopes, Declaração para Habilitação, dando ciência de que a empresa licitante cumpre plenamente os requisitos de habilitação conforme exigido pelo inciso VII, do art. 4º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, modelo de uso facultativo - (Anexo V), e apresentada FORA dos envelopes n.º 1 (PROPOSTA) e n.º 2 (HABILITAÇÃO).

4.1.2.2 - A declaração citada no item anterior poderá ser preenchida, através de formulário (Anexo V), na própria Sessão Pública, que poderá ser fornecido pelo Pregoeiro na sessão, que será assinado por pessoa presente com poderes para tal.

4.1.2.3 - Não atendido o item (4.1.2) e subitens, implicará na imediata exclusão da licitante do certame, valendo este item para licitantes credenciadas ou não.

4.1.3 - Quanto às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte:

4.1.3.1 - A comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá ser efetuada mediante apresentação de Certidão Simplificada, expedida pela Junta Comercial para comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, emitida em até 90 dias da data da entrega dos envelopes, na forma do artigo 8º da IN nº 103/2007 do Departamento de registro do Comércio (DNRC) e da Lei Complementar 123/2006, sob pena de ser desconsiderada tal condição.

4.2 - Somente poderão se manifestar no transcorrer das reuniões, os representantes das proponentes, desde que devidamente credenciados.

4.3 - Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir no procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.

4.4 - O representante poderá ser substituído por outro devidamente credenciado.

4.5 - Será admitido que um único credenciado represente mais de uma empresa licitante, desde que para itens distintos, não havendo concorrência entre eles.

4.6 - A não apresentação ou incorreção insanável de quaisquer documentos para tanto exigidos impossibilitará o credenciamento e, de consequência, impedirá a prática de qualquer ato inerente ao certame pela pessoa que não o obteve.

### 5 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 - Cada licitante deverá apresentar dois conjuntos de documentos, a saber: de Proposta de Preços e de Habilitação.

5.2 - Os conjuntos de documentos relativos à Proposta de Preços e à Habilitação deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados, e identificados com a razão social da licitante, o número e o título do conteúdo ("Proposta de Preços" ou "Documentos de Habilitação"), na forma dos incisos I e II a seguir:

I - envelope contendo os documentos relativos à Proposta de Preços:

ENVELOPE Nº. 1 (PROPOSTA DE PREÇOS)  
PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/FMAS/2015  
LICITANTE:  
CNPJ:

II - envelope contendo os Documentos de Habilitação:

ENVELOPE Nº. 2 (DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO)  
PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/FMAS/2015  
LICITANTE:  
CNPJ:

5.3 - Os documentos necessários à participação na presente licitação poderão ser apresentados: no original; ou por cópia com autenticação procedida por tabelião; por servidor designado pela Administração Municipal; ou ainda por publicação em Órgão da Imprensa Oficial (perfeitamente legíveis).

5.3.1 - Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preços e à habilitação e seus anexos, deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil.

5.3.2 - Quaisquer documentos, necessários à participação no presente certame licitatório, apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado.

5.4 - Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos, apenas como forma de ilustração das propostas de preços.

5.5 - Não poderão participar desta licitação e nem serão consideradas licitantes as empresas que entregarem os envelopes após o horário estabelecido.

#### 6 - DA PROPOSTA DE PREÇOS (ENVELOPE Nº. 1)

6.1 - O envelope "Proposta de Preços" deverá conter a proposta de preços da licitante, que deverá atender aos seguintes requisitos:

6.1.1 - Ser apresentada em formulário próprio contendo, assinado por quem de direito, em 01 (uma) via, no idioma oficial do Brasil, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, devidamente identificadas todas as folhas com o número de inscrição no CNPJ ou timbre impresso da empresa, constando os preços propostos expressos em Real (R\$), em algarismos arábicos, com até 04(quatro) casas decimais e devendo suas folhas serem rubricadas;

6.1.2 - Os preços propostos completos, computando todos os custos necessários para o atendimento do objeto desta licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos de pessoal, prestação de assistência técnica, manutenção, reposição de peças, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, constantes da proposta;

6.1.3 - Preço unitário e total grafados em algarismos, e o preço global grafado em algarismos e por extenso, de acordo com o "modelo", ANEXO VII deste edital;

6.1.3.1 - Constar marca dos itens que compõe as cestas básicas;

6.1.3.2 - Não é necessário constar o preço unitário de cada item que compõe a cesta.

6.1.4 - Constar prazo de validade das condições propostas não inferior a 60 (sessenta) dias correntes, a contar da data de apresentação da proposta. Não havendo indicação expressa será considerado como tal;

6.1.5 - Indicar a razão social da empresa licitante, número de inscrição no CNPJ do estabelecimento da empresa que efetivamente irá prestar o objeto da licitação, endereço completo, dados bancários, telefone, fac-símile e endereço eletrônico ("e-mail"), este último se houver, para contato;

6.1.6 - A proposta poderá ser apresentada para todos os itens ou para tantos quantos sejam de conveniência da licitante, dentro dos quantitativos máximos previstos no ANEXO II deste edital.

6.1.6.1 - Apresentar, sem obrigação, junto a proposta, (disquete, CD, Pen Drive ou qualquer outro dispositivo eletrônico), extraído do sistema compras do município de Cocal do Sul, contendo os itens do edital, com formulação da proposta no sistema "Betha auto cotação", instruções no site [www.betha.com.br](http://www.betha.com.br)

6.1.6.2 - Os arquivos para formulação da proposta no Sistema "Betha auto cotação" serão fornecidos pelo setor de compras do município de Cocal do Sul, perante solicitação do licitante, através do endereço eletrônico: [licitacao@cocaldosul.sc.gov.br](mailto:licitacao@cocaldosul.sc.gov.br)

6.1.6.3 - A proposta poderá ser impressa através do sistema auto cotação.

6.2 - Ocorrendo discrepância entre os valores expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos. Ocorrendo discrepância entre o valor unitário e total para o objeto do Edital, será considerado o primeiro.

6.3 - Os preços propostos por escrito serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.4 - A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital.

6.5 - Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

6.6 - A Proposta de Preços será considerada completa abrangendo todos os custos dos materiais necessários à entrega do objeto em

perfeitas condições de uso.

6.7 - As propostas porventura sem data serão consideradas emitidas para o dia do vencimento desta licitação.

#### 7 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº. 2)

7.1 - A documentação de habilitação deverá ser apresentada em nome da licitante que será responsável pela execução do contrato e faturamento, com o mesmo número do CNPJ e endereço. Serão aceitos documentos com a mesma razão social, porém CNPJ e endereço diversos quando os mesmos tiverem validade para todas as filiais e matriz. O licitante deverá apresentar os documentos a seguir descritos em única via:

7.1.1 - Declaração expressa do proponente, sob as penas da Lei, da não ocorrência de fatos impeditivos para a sua habilitação neste certame, na forma do § 2º, do art. 32 da Lei 8.666/93, alterado pela Lei nº 9.648/98, conforme modelo (anexo III).

7.1.2 - Declaração do licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em atendimento ao preceito do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, de conformidade com a Lei nº 9.854/99, conforme modelo (anexo IV).

##### 7.1.3 - Relativos à Habilitação Jurídica:

A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso consistirá em:

- a) registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, para as sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos comprobatórios de eleição de seus administradores;
- c) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício; e,
- d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

##### 7.1.4 - Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) prova de inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica (CNPJ);
- b) certidão conjunta negativa perante a Fazenda Federal e quanto a Dívida Ativa da União, expedida pelo Órgão da Secretaria da Receita Federal;
- c) prova de regularidade com a Fazenda Estadual mediante certidão emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da empresa, ou outra equivalente na forma da Lei;
- d) prova de Regularidade com a Fazenda Municipal mediante certidão emitida pela Fazenda do Município, do domicílio ou sede da empresa;
- e) prova de regularidade relativa à Seguridade Social fornecida pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- f) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- g) certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT), em cumprimento à Lei nº 21.440/2011 e à Resolução Administrativa nº 1470/2011 da Justiça do Trabalho.

##### 7.1.5 - Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão de Falência, Concordata e Recuperação Judicial, expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica da licitante, emitida com antecedência máxima de 60 (sessenta) dias da data fixada para entrega dos documentos ou com prazo de validade expresso.

#### 7.1.6 - Relativos à Qualificação Técnica:

a) Alvará Sanitário, emitido pelo órgão competente, comprovando que a empresa licitante foi vistoriada pelo Serviço de Vigilância sanitária Estadual ou Municipal, ou pelo Serviço de Inspeção Federal, Estadual ou Municipal do setor da Agricultura no prazo estabelecido oficialmente.

#### 7.2 - Disposições Gerais da Habilitação

7.2.1 - A apresentação do Certificado de Cadastro de Fornecedores do Município de Cocal do Sul exige apenas a apresentação dos documentos dos itens 7.1.3, 7.1.4 e 7.1.5, os demais deverão ser apresentados.

7.2.1.1 - Caso não apresente o Certificado de Cadastro de Fornecedores do Município de Cocal do Sul, deverão ser apresentados todos os documentos listados.

7.2.1.2 - Todas as Certidões e Provas, inclusive as do Certificado de Fornecedores, devem ter validade na data prevista para o recebimento da documentação e das propostas.

7.2.2 - Serão feitas consulta ao serviço de verificação de autenticidade das Certidões emitidas pela Internet, ficando as proponentes dispensadas de autenticá-las. Caso a proponente não apresente algum documento emitido pela internet e este possa ser consultado no momento da sessão, estando regular, o proponente não será inabilitado.

7.2.3 - Na ocorrência de a documentação de habilitação que não pode ser verificada via internet não estar completa e correta e contrariar qualquer dispositivo deste Edital de Licitação e seus Anexos, o Pregoeiro considerará o proponente inabilitado.

7.2.4 - Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "comprovações de solicitação de documento" em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

7.2.5 - Caso a licitante já tenha apresentado algum dos documentos exigidos no item 7 e subitens, em conformidade, no ato do credenciamento, não se faz necessário a sua apresentação no envelope "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO".

#### 8 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DA HABILITAÇÃO

8.1 - A reunião para recebimento e abertura dos envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação será pública, dirigida por um pregoeiro e realizada de acordo com a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, os Decretos nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, 3.693, de 20 de dezembro de 2000 e 3.784, de 06 de abril de 2001, Lei complementar 123/2006, em conformidade com este Edital e seus Anexos, no local e horário já determinado.

8.2 - A empresa que remeter os envelopes por meio postal, deverá obrigatoriamente anexar a Declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, (conforme item 4.1.3), sendo que a falta desta observação desclassificará automaticamente a licitante.

8.1.2 - A Prefeitura Municipal de Cocal do Sul não se responsabilizará por extravios que por ventura venha a ocorrer, por meio de remessa postal.

8.3 - No dia, horário e local indicados no preâmbulo do Edital, o Pregoeiro e a equipe de apoio reunir-se-ão em sala própria, na presença dos representantes de cada proponente participante, procedendo como adiante indicado:

8.3.1 - Realizará o credenciamento dos interessados ou de seus representantes, que consistirá na comprovação de que possui poderes para formulação de ofertas e lances verbais, para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, conforme Cláusula Quarta do presente Edital.

8.3.2 - A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante de ofertar lances verbais, lavrando-se em ata o ocorrido.

8.4 - Abrir-se-ão os envelopes nº. 01 "PROPOSTA DE PREÇOS" das empresas que entregaram os envelopes até o dia e horário indicado apazado no Edital.

8.4.1 - O pregoeiro e a equipe de apoio rubricarão os documentos contidos no certame. O Pregoeiro procederá a verificação do conteúdo do envelope nº 01, em conformidade com as exigências contidas neste Edital.

8.4.2 - O Pregoeiro classificará a proponente que apresentar a proposta de Menor Preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) relativamente à proposta de preço de menor valor, ou classificará as 03 (três) propostas de preços de menor valor apresentadas pelas proponentes, quando não ocorrer pelo menos 03 ofertas no intervalo de 10% (dez por cento).

8.4.3 - Às proponentes classificadas, conforme subitem 8.4.2, será dada oportunidade para disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço.

8.4.4 - A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente de preços.

8.4.5 - Fica a critério do Pregoeiro a fixação de parâmetros mínimos de valores sobre os lances verbais, podendo, inclusive, alterá-los no curso da sessão (estipulação de valores mínimos entre um lance e outro).

8.4.6 - O pregoeiro poderá fixar tempo máximo para que as licitantes calculem e ofereçam novos lances.

8.4.7 - Dos lances ofertados não caberá retratação.

8.4.8 - A proponente que desistir de apresentar lance verbal quando convocado pelo Pregoeiro, será excluída da etapa de lances verbais, mantendo-se o último preço apresentado pela mesma, para efeito de ordenação das propostas.

8.4.9 - Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro fará a classificação provisória pela ordem crescente dos preços apresentados.

8.5 - Procedida a classificação provisória e verificado que o melhor preço foi apresentado por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante, o Pregoeiro abrirá o seu envelope de habilitação, e caso a habilitação fiscal não estiver regular, o mesmo intimará a licitante para, no prazo de 2 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período, proceder a regularização da documentação mediante apresentação das respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.5.1 - Regularizada a habilitação fiscal pela licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, a mesma será declarada vencedora do certame.

8.5.2 - Caso não ocorra a regularização da habilitação fiscal da licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, no prazo concedido, a mesma será declarada excluída do certame, aplicando-se a penalidade de que trata o item 17 deste Edital, e retomando a licitação na forma do item 8.5 ou 8.6.

8.6 - Procedida a classificação provisória e verificado que o melhor preço/lance não foi apresentado por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante, o Pregoeiro verificará o eventual empate legal das propostas, na forma do parágrafo 2º do art. 44 da LC 123/2006, para aplicação do disposto no art. 45 daquele Diploma Legal.

8.6.1 - Ocorrendo empate fictício, na forma da lei, o Pregoeiro procederá da seguinte forma:

a) a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da classificação provisória, situação em que, após a verificação da regularidade fiscal (na forma dos itens anteriores), será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

b) não ocorrendo a contratação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma da letra "a" deste item, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do parágrafo 2º do art. 44 da LC 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos no parágrafo 2º do art. 44 da LC 123/2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique

àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

d) O prazo para apresentação de nova proposta será de até 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de inovar em seu preço (art. 45, parágrafo 3º da LC 123/2006).

e) Na hipótese de não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 45 da LC 123/2006, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

f) Será assegurado, como critério inicial de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

8.7 - Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta da primeira classificada por item, lote ou global (conforme o caso), quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

8.7.1 - Será desclassificada a proponente que:

- a) deixar de atender a alguma exigência constante deste Edital;
- b) apresentar oferta de vantagem não prevista no Edital ou vantagem baseada nas propostas dos demais proponentes;
- c) apresentar preços com valor excessivo ou com preços manifestamente inexequíveis, comparados aos preços praticados no mercado da região.

8.7.2 - Para fins de aferição de inexequibilidade das propostas, o Pregoeiro determinará que a licitante deva fazer prova de que possui condições de cumprir o objeto do Edital, através da planilha pormenorizada com a devida comprovação (documentos, notas fiscais, recibos, etc...) que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado, na forma do artigo 48, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

8.7.3 - Sendo aceitável a proposta de menor preço por item, lote ou global (conforme o caso), será aberto o envelope contendo a Documentação de Habilitação da licitante vencedora, para confirmação das suas condições habilitatórias, com base nas exigências constantes neste Edital.

8.8 - Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarada a proponente vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto definido neste Edital e seus Anexos.

8.9 - Será julgada inabilitada a proponente que:

- a) deixar de atender alguma exigência constante do presente Edital,
- b) apresentar declaração ou documentação que contenha qualquer vício de ordem formal.

8.10 - Em face dos artigos 42 e 43 da Lei Complementar 123/2006, o Pregoeiro adotará o seguinte procedimento quando a vencedora for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte:

- a) serão analisados os documentos não integrantes da regularidade fiscal, decidindo-se sobre o atendimento das exigências constantes do Edital, de forma que serão inabilitados os licitantes que apresentarem irregularidades em relação a estas exigências;
- b) serão analisados os documentos relativos à regularidade fiscal, declarando-se:

b.1) o atendimento das exigências constantes do Edital com a respectiva habilitação; ou

b.2) o desatendimento das exigências constantes do Edital com a suspensão do julgamento da habilitação fiscal em relação aquela Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte licitante, para, no prazo de 2 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período, proceder a regularização da documentação mediante apresentação das respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

8.10.1 - Ocorrendo a situação estabelecida no item b.2. acima, o licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte poderá se manifestar, na própria reunião, sob pena de decadência, sobre a desistência de sua proposta acaso não vislumbre a possibilidade de regularização da habilitação fiscal na forma da lei, isentando-se de eventual penalização em caso de ser declarada vencedora do certame.

8.11 - Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro declarará a vencedora, proporcionando a seguir, a

oportunidade às licitantes para que se manifestem acerca da intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte das licitantes, registrando na Ata da Sessão, a síntese dos motivos para a futura impetração de recurso, bem como o registro de que todos as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias consecutivos, após o término do prazo do recorrente para juntada de memoriais - razões de recursos do recorrente - art 4º XVIII, da lei 10.520/2002, (03 dias consecutivos).

8.11.1 - A ausência da proponente ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á renúncia ao direito de recorrer.

8.12 - Da reunião lavrar-se-á Ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pelo Pregoeiro, equipe de apoio e a(s) licitante(s) presente(s).

8.13 - Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

8.14 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital e seus Anexos.

8.15 - Os envelopes com os documentos relativos à habilitação das licitantes não declaradas vencedoras permanecerão em poder do Pregoeiro, devidamente lacrados, até que seja retirada a nota de empenho e/ou assinado o contrato pela licitante vencedora. Após esse fato, ficarão por vinte dias correntes à disposição das licitantes interessadas. Findo esse prazo, sem que sejam retirados, serão destruídos.

## 9 - DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS RECURSOS

9.1 - Qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar os termos do presente Edital por irregularidade, protocolando o pedido até cinco dias úteis antes da data fixada para a realização do Pregão.

9.1.1 - Em se tratando de licitante, o prazo para impugnação é de até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas. Sendo intempestiva, a comunicação do suposto vício não suspenderá o curso do certame.

9.1.2 - A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

9.1.3 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, se necessário.

9.2 - Ao final da sessão, a proponente que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro poderá fazê-lo, manifestando sua intenção com registro da síntese dos motivos, obrigando-se a juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente. As razões e as contra razões de recurso deverão ser enviados aos cuidados do Pregoeiro.

9.2.1 - A falta de manifestação imediata e motivada na sessão do Pregão Presencial, bem como a não entrega das razões de recurso importará na preclusão do direito de recurso.

9.2.2 - Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pela proponente.

9.2.3 - Não serão reconhecidas as impugnações e recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

9.3 - Os recursos e contra-razões de recurso, bem como impugnação do Edital, deverão ser dirigidos ao Pregoeiro do Município de Cocal do Sul, em dias úteis, no horário de expediente, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, a qual deverá receber, examinar e submetê-lo à Autoridade competente que decidirá sobre a pertinência.

9.4 - É vedada a licitante a utilização de recurso ou impugnação como expediente protelatório ou que vise a tumultuar o

procedimento da Licitação. Identificado tal comportamento poderá o Pregoeiro, ou se for o caso, a Autoridade Superior, arquivar sumariamente os expedientes.

9.5 - O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.6 - Os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados no setor de licitações, Avenida Dr. Polidoro Santiago, 519 - Cocal do Sul - SC.

9.7 - Não serão conhecidos os recursos interpostos após o encerramento da sessão, nem serão recebidas as petições de contra-razões intempestivamente apresentadas.

#### 10 - DA HOMOLOGAÇÃO

10.1 - Em não sendo interposto recurso, caberá ao Pregoeiro adjudicar o objeto à(s) licitante(s) vencedora(s) e encaminhar o processo à Autoridade competente para a sua homologação.

10.2 - Caso haja recurso, a adjudicação do objeto à(s) licitante(s) vencedora(s) e a homologação do processo efetuada pela Autoridade competente, somente após apreciação pelo pregoeiro sobre o mesmo.

#### 11 - DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS / DA CONTRATAÇÃO

11.1 - Após a autoridade competente homologar o resultado da licitação, o adjudicatário será convocado para assinar a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, dentro do prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, a contar da data em que o mesmo for convocado para fazê-lo junto ao Município de Cocal do Sul.

11.2 - A Ata de Registro de Preços, será formalizada com o fornecedor primeiro classificado e, ao preço do primeiro colocado poderão ser registrados tantos fornecedores quantos necessários para que, em função das propostas apresentadas, seja atingida a quantidade total estimada, de conformidade com o disposto no artigo 6º, parágrafo único do Decreto Municipal nº. 142/2013.

11.3 - No caso do fornecedor primeiro classificado, depois de convocado, não comparecer ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste Edital, o Município, registrará os demais licitantes, na ordem de classificação, mantido o valor do primeiro colocado, ou a critério da Administração, registrar o valor cotado pelos demais licitantes de conformidade com o disposto no artigo 6º, parágrafo único do Decreto Municipal nº. 142/2013.

11.4 - O licitante vencedor por item deverá manter durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação que lhe foram exigidas nesta licitação.

11.5 - A recusa injustificada do licitante 1º colocado em atender o disposto no item 11.1, dentro do prazo estabelecido, sujeitará o licitante à aplicação da penalidade de suspensão temporária pelo prazo máximo de 05 (cinco) anos.

11.6 - A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições, considerando-se o disposto no parágrafo 4º do artigo 15 da Lei nº. 8.666/93 e alterações e no artigo 7º do Decreto Municipal nº. 142/2013.

11.7 - A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão instrumento de contrato ou nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

#### 12 - DAS ALTERAÇÕES E VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 - A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº. 8.666, de 1993.

12.1.1 - O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de

eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

12.2 - O fornecedor poderá ter seu registro cancelado, de acordo com disposto no artigo 13 do Decreto Municipal 142/2013.

12.3 - O prazo de validade da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

#### 13 - DA FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE

13.1 - As formas de pagamento e de reajuste são as descritas nas respectivas cláusulas da Ata de Registro de Preços (Anexo VI) que independentemente de transcrição faz parte integrante deste Edital.

#### 14 - DO PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA

14.1 - O prazo e condições de entrega são as descritas nas respectivas cláusulas da Ata de Registro de Preços (Anexo VI) que independentemente de transcrição faz parte integrante deste Edital.

#### 15 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1 - A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato ou documento equivalente, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato ou documento equivalente e das demais cominações legais.

15.2 - Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega dos produtos no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato ou documento equivalente, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou documento equivalente, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

15.3 - Será aplicada a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta apresentada em caso de não-regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no parágrafo 1º do art. 43 da LC 123/2006.

15.4 - No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

15.5 - No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato ou documento equivalente e das demais cominações legais.

15.6 - O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

#### 16 - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

16.1 - Sistema de Registro de Preços - SRP: conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens e produtos para contratações futuras;  
16.2 - Ata de Registro de Preços: documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, onde se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;  
16.3 - Órgão Gestor: órgão ou entidade da Administração Pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços dele decorrente;

16.4 - Órgão Participante: órgão ou entidade que participe dos procedimentos iniciais do SRP e integra a Ata de Registro de Preços;

16.5 - Classificado, Detentor ou Beneficiário do Registro de Preços: licitante que, respeitando a ordem de classificação das propostas e após a assinatura da Ata de Registro de Preços, encontra-se apto a fornecer os produtos objeto desta licitação.

#### 17 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, atendidos o interesse público e o da Administração, sem comprometimento da segurança da contratação.

17.2 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualidade e a exata compreensão da sua proposta durante a realização da sessão pública deste Pregão.

17.3 - É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

17.4 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

17.5 - A adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora e a homologação do certame não implicarão direito à contratação.

17.6 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

17.7- O Prefeito Municipal de Cocal do Sul/SC poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, nos termos do art. 49 da Lei nº.8.666/93.

17.8 - No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do Pregão, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

17.9 - As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas às proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento.

17.10 - Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o Foro da Comarca de Urussanga

- SC.

17.11 - Na hipótese de não haver expediente no dia da abertura da presente licitação, ficará esta transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário anteriormente estabelecido.

17.12 - Os casos omissos serão decididos pelo Pregoeiro em conformidade com as disposições constantes nas Leis citadas no preâmbulo deste Edital.

17.13 - Fazem parte integrante deste Edital:

Anexo I - Minuta da Ata de Registro de Preços;

Anexo II - Planilha com especificações técnicas e orçamentárias;

Anexo III - Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo da Habilitação;

Anexo IV- Declaração de cumprimento do Disposto No Inciso XXXIII Do Art. 7º Da Constituição Federal;

Anexo V - Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação;

Anexo VI - Modelo de Credenciamento;

Anexo VII - Modelo de Proposta de Preço.

17.14 - Quaisquer elementos, informações ou esclarecimentos relativos a esta licitação, poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal de Cocal do Sul no Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, sito a Avenida Polidoro Santiago, 519, no horário das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, ou pelo telefone: (0\*\*48) 3444 6006, fax: (0\*\*48) 3444 6022, ou pelo e-mail: licitacao@cocaldosul.sc.gov.br.

PAÇO MUNICIPAL JARVIS GAIDZINSKI, 14 de abril de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

PREFEITO MUNICIPAL

Este Edital se encontra devidamente examinado e aprovado por esta Assessoria Jurídica.  
Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Rafael Uggioni Colombo  
OAB/SC 24206

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03/FMAS/2015
---

#### ANEXO I - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ../....

O MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, com sede na Avenida Dr. Polidoro Santiago, 519 - Cocal do Sul - SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o Nº 95.778.056/0001-88, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, neste ato representado pelo Sr. ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 425.947, expedida pelo SSP de SC, e inscrito no CPF sob o nº343.081.649-15, e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx CNPJ/MF n.º xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx estabelecida na xxxxxxxxxxxxxxxx, em xxxxxxxx, doravante denominada DETENTORA DA ATA, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 142/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 03/FMAS/2015, para Registro de Preços de cestas básicas, segundo as cláusulas e condições a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para o Registro de preços de Cestas Básicas, conforme Lei Municipal nº 967, de 04 de novembro de 2009 e Decreto Municipal nº 163/2012, de 07 de março de 2012, para atender famílias carentes do Município de Cocal do Sul, de acordo com as

especificações a seguir.

2. Sendo o regime de execução do contrato por fornecimento e o quantitativo informado mera estimativa do consumo para o ano de 2015, a aquisição das cestas básicas será realizada de acordo com as necessidades da Prefeitura, sendo objeto de faturamento e pagamento os quantitativos efetivamente fornecidos.

#### CLAUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

1. Os valores unitários das cestas básicas registrados nesta ata são os constantes na planilha abaixo.

1.2. Os preços registrados são absolutamente líquidos, compreendendo as despesas concernentes a impostos, taxas, serviços de entrega, carga, descarga, frete/transporte, e demais tributos de qualquer natureza que incidam ou venham a incidir sobre o preço final do produto.

(Inserir Planilha)

#### CLAUSULA TERCEIRA - DO PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAL DE ENTREGA

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. As cestas licitadas deverão ser entregues, de acordo com a necessidade, em até 72 (setenta e duas) horas, através da ordem de fornecimento, no local indicado na mesma, por conta e risco da licitante, dentro do Município de Cocal do Sul.

2. Os produtos somente serão considerados devidamente aceitos após analisados e aprovados pelo órgão competente da CONTRATANTE, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste instrumento.

3. Todos os produtos rejeitados deverão ser pronta e imediatamente substituídos pela CONTRATADA, dentro das especificações, qualidade e quantidade exigidas, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, independente de qualquer circunstância de local de entrega ou recebimento.

4. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos registrados.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA VALIDADE DA ATA E REVISÃO DOS PREÇOS

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo às disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e art. 12 do Decreto Municipal 142/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

#### CLAUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos produtos, através de depósito em conta bancária ou fatura com código de barras, mediante apresentação das Notas Fiscais/ Faturas acompanhadas das respectivas comprovações de fornecimento dos produtos, competente atestadas pelo Setor Responsável, e em conformidade ao discriminado nesta ata, no edital e seus anexos.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo responsável do órgão competente de cada ENTIDADE PARTICIPANTE, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na nota fiscal deverá constar, necessariamente, o número e a data de assinatura do contrato ou documento equivalente.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Cocal do Sul-SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil subsequente.

1.4. Havendo atraso no pagamento incidirá sobre o valor devido pelo CONTRATANTE a atualização financeira até a data do efetivo pagamento, calculada pro-rata die pelo índice estabelecido pelo Governo Federal, exceto se as ocorrências forem de responsabilidade da CONTRATADA.

2. A CONTRATADA deverá exibir nas datas de liquidação, obrigatoriamente, o recolhimento relativos a Seguridade Social (CND do INSS) e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS do FGTS), devidamente atualizados, sob pena do órgão competente do CONTRATANTE sustar o pagamento respectivo e/ou pagamentos subsequentes, sustação essa que só será liberada mediante apresentação dos mesmos. A CONTRATADA com sede no Município de Cocal do Sul-SC também deverá apresentar Certidão Negativa de Débito Municipal e ainda, comprovante de recolhimento do ISS, sob pena de retenção.

2.1. O não cumprimento do subitem acima não poderá ser considerado como atraso de pagamento, e em consequência, não cabendo ao CONTRATANTE qualquer ônus financeiro.

3. A CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. A CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. Nenhum pagamento será efetuado à detentora da ata enquanto pendente de liquidação, quaisquer obrigações financeiras que lhe forem impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito de reajustamento de preços ou correção monetária.

#### CLAUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta/lances;

2.5. Fornecer os produtos dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

#### CLAUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato ou documento equivalente, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo

das multas previstas neste Edital e no contrato ou documento equivalente e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega dos produtos no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato ou documento equivalente, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato ou documento equivalente, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

3. Será aplicada a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta apresentada em caso de não-regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no parágrafo 1º do art. 43 da

LC 123/2006.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato ou documento equivalente e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

#### CLAUSULA OITAVA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificadas pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível

o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

#### CLAUSULA NONA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

1. A aquisição dos produtos, objeto da presente Ata de registro de Preços, serão autorizados, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento similar, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

#### CLAUSULA DÉCIMA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata de Registro de Preços, Edital de Pregão Presencial 03/FMAS/2015, seus anexos e a proposta/lance da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 142/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

#### CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

1. As partes elegem o Foro da Comarca de Urussanga/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que for, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da presente ata.

2. E, por estarem ambas as partes de pleno acordo com as disposições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços, aceitam cumprirem fielmente as normas legais e regulamentares, assinam a presente ata em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os seus devidos e legais efeitos.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski,...de ..... de 2015.

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Prefeito Municipal Detentora da Ata

	PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03/FMAS/2015
--	---

## ANEXO II - PLANILHA COM ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E ORÇAMENTÁRIAS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD TOTAL ESTIMADA	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO R\$	PREÇO TOTAL MÁXIMO R\$
1	CESTA BASICA COMPOSTA DE: 05 KG ARROZ PARBOILIZADO, 03 KG AÇÚCAR REFINADO, 05 L LEITE INTEGRAL-LONGA VIDA, 02 KG FARINHA TRIGO, 02 KG FEIJÃO PRETO, 01 KG SAL REFINADO, 01 PCT 400 G DE BOLACHA, 01 PCT 500 G DE MACARRÃO, 01 PCT 500 G DE CAFÉ MOÍDO, 01 KG FARINHA MANDIOCA, 01 KG FARINHA MILHO, 01 DZ OVOS GALINHA, 01 UN 900 ML DE OLEO DE SOJA.	Un	900	71,00	63.900,00
- Cada cesta básica deverá ser entregue em embalagem plástica reforçada e fechada com todos os itens. - As quantidades solicitadas acima serão para 12(doze) meses, em média 75 (setenta e cinco) cestas por mês.					

OBSERVAÇÃO: As propostas apresentadas pelas licitantes deverão respeitar as especificações de cada item da tabela abaixo.

Tabela detalhada da composição das cestas básicas:

ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	QUANTIDADE ESTIMADA	UNIDADE
ARROZ PARBOILIZADO: AGULHINHA, LONGO FINO, TIPO 1, SEM GLÚTEN, CONTENDO NO MÍNIMO DE 90% DE GRÃOS INTEIROS COM NO MÁXIMO DE 14% DE UMIDADE. ACONDICIONADOS EM EMBALAGENS ÍNTEGRAS DE 1 KG OU 5 KG.	4.500	KG
AÇÚCAR REFINADO: DE 1ª QUALIDADE, DEVERÁ SER FABRICADO DE CANA DE AÇÚCAR LIVRE DE FERMENTAÇÃO, ISENTO DE MATÉRIA TERROSA DE PARASITOS E DE DETRITOS ANIMAIS OU VEGETAIS – EMBALAGENS ÍNTEGRAS PESANDO 1 KG OU 5 KG.	2.700	KG
LEITE LONGA VIDA, LEITE INTEGRAL, POR PROCESSAMENTO UHT (ULTRA HIGHT TEMPERATURE), COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL (100 G): MÁXIMO DE 3 G DE LIPÍDIOS / 5 G DE CARBOIDRATOS / MÍNIMO DE 3 G DE PROTEÍNAS / VALOR CALÓRICO DE 60 KCAL. EMBALAGENS TETRAPAK DE 1L.	4.500	L
FARINHA DE TRIGO: ESPECIAL PRODUTO OBTIDO A PARTIR DE CEREAL LIMPO, ISENTO DE MATÉRIA TERROSA E EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO. NÃO PODERÁ ESTAR ÚMIDA, FERMENTADA OU RANÇOSA. COM ASPECTO DE PÓ FINO, COR BRANCA OU LIGEIRAMENTE AMARELADA, CHEIRO PRÓPRIO E SABOR PRÓPRIO. ACONDICIONADOS EM EMBALAGENS ÍNTEGRAS DE 1 KG.	1.800	KG
FEIJÃO, TIPO 1, PRETO, NOVO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA TRANSPARENTE ORIGINAL DE FÁBRICA COM 1KG, GRÃOS INTEIROS, ASPECTO BRILHOSO, LISO, ISENTO DE MATÉRIA TERROSA, PEDRAS, FUNGOS OU PARASITAS E LIVRE DE UMIDADE E FRAGMENTOS OU CORPOS ESTRANHOS, COM REGISTRO NO MA, INFORMAÇÕES DO FABRICANTE E DATA DE VENCIMENTO ESTAMPADA NA EMBALAGEM.	1.800	KG
SAL: REFINADO, IODADO, COM GRANULAÇÃO UNIFORME E COM CRISTAIS BRANCOS. ACONDICIONADO EM EMBALAGENS ÍNTEGRAS DE 1KG.	900	KG
BISCOITO DOCE OU SALGADO: TIPO ROSQUINHA (CRISTAL, CHOCOLATE, COCO), MARIA, LEITE, ÁGUA E SAL OU CREAM-CRACKER. ACONDICIONADOS EM EMBALAGENS PLÁSTICAS ÍNTEGRAS DE NO MÍNIMO 400 G.	900	PCT
MACARRÃO: TIPO ALETRIA, CABELO DE ANJO OU PARAFUSO, DEVERÁ SER FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS E LIMPAS ISENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS, PARASITOS E LARVAS. COM RENDIMENTO MÍNIMO APÓS O COZIMENTO DE 2 VEZES A MAIS DO PESO ANTES DA COCÇÃO. – EMBALAGENS ÍNTEGRAS DE 500G.	900	PCT
CAFÉ: TORRADO E MOÍDO, EXTRAFORTE COM SELO DA ABIC. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PURO VÁCUO, ÍNTEGRAS DE 500G.	900	PCT
FARINHA DE MANDIOCA, GRUPO SECA, SUBGRUPO FINA, TIPO 1. ACONDICIONADAS EM EMBALAGENS PLÁSTICAS ÍNTEGRAS CONTENDO 1 KG.	900	KG
FARINHA DE MILHO: AMARELA, DEVERÃO SER FABRICADAS A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS SÃS E LIMPAS ISENTAS DE MATÉRIAS TERROSAS E PARASITOS. NÃO PODERÃO ESTAR ÚMIDAS OU RANÇOSAS. EMBALAGENS ÍNTEGRAS DE 1 KG.	900	KG
OVO DE GALINHA: VERMELHO FRESCO, CASCA FIRME E HOMOGÊNEA; LISO, LIMPO, SEM RACHADURA, PESO MÍNIMO DE 50 (CINQUENTA)G A UNIDADE. VALIDADE MÍNIMA DE 15 DIAS. EMBALAGEM: CAIXA DE PAPELÃO OU PLÁSTICO. DEVE APRESENTAR RÓTULO ADEQUADO.	900	DZ
ÓLEO DE SOJA: REFINADO. QUE TENHA SOFRIDO PROCESSO TECNOLÓGICO ADEQUADO COMO DEGOMAGEM, NEUTRALIZAÇÃO, CLARIFICAÇÃO, FRIGORIFICAÇÃO OU NÃO DE DESODORIZAÇÃO – EMB. PET DE 900 ML.	900	UN
PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03/FMAS/2015		

## ANEXO III - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

“M O D E L O”

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA  
CNPJ

## ENDEREÇO

## DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

Para fins de participação no Edital de Pregão Presencial nº 03/FMAS/2015, declaramos para todos os fins de direito, que a nossa empresa não foi declarada inidônea e nem está suspensa em nenhum órgão público, Federal, Estadual ou Municipal, nos termos do Artigo 32 - Parágrafo 2º, da Lei Federal Nº 8.666/93, alterado pela Lei nº 9.648/98

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

Carimbo da empresa e/ou identificação gráfica e assinatura devidamente identificada do representante legal da empresa licitante.

	PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03/FMAS/2015
--	---

## ANEXO IV- DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 70 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

“M O D E L O”

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

CNPJ

ENDEREÇO

## DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 70 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

Para fins de participação, no Edital de Pregão Presencial Nº 03/FMAS/2015, em cumprimento com o que determina o Art. 27, inciso V, da Lei 8.666/93, declaramos para todos os fins de direito, que a nossa empresa não possui empregados menores de dezoito anos em jornada noturna, ou em locais insalubres ou perigosos; não possui em seus quadros empregados menores de dezois anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

Carimbo da empresa e/ou identificação gráfica e assinatura devidamente identificada do representante legal da empresa proponente.

	PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03/FMAS/2015
--	---

## ANEXO V - DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

## DECLARAÇÃO

(Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação)

Prezados Senhores,

Empresa: \_\_\_\_\_, inscrito no CGC/CNPJ nº \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_,

DECLARA, para fins do disposto no item 5.1 do Capítulo V do Edital de Pregão Presencial Nº 03/FMAS/2015, que Atende Plenamente aos Requisitos de Habilitação, conforme exigido pelo inciso VII, do art. 4º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

Datado aos \_\_\_\_\_ dias de \_\_\_\_\_ de 2015.

Assinatura, Nome, Cargo e Função  
(Proprietário, Sócio ou Representante Legal da Empresa)

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03/FMAS/2015

**ANEXO VI - MODELO DE CREDENCIAMENTO****Credenciamento**

Através da presente, credenciamos o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF sob nº \_\_\_\_\_, a participar da Licitação instaurada pelo Município de

Cocal do Sul, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, nº 03/FMAS/2015, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa \_\_\_\_\_, inscrita sob o CNPJ nº \_\_\_\_\_ bem como formular propostas/lances verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

Carimbo e assinatura do credenciante.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03/FMAS/2015

**ANEXO VII - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS****PROPOSTA DE PREÇOS**

Apresentamos e submetemos a apreciação de Vossas Senhorias nossa proposta de preços, acatando todas as estipulações consignadas no edital de licitação Pregão Presencial nº 03/FMAS/2015 e seus anexos, conforme abaixo:

**DADOS DA EMPRESA**

Razão Social:

CNPJ:

Endereço:

CIDADE: Bairro:

Estado: CEP:

Fone: Fax:

E-Mail: Contato:

**DADOS BANCÁRIOS**

Banco: Conta corrente:

Cidade:

Titular da Conta Corrente: CNPJ:

**RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO CONTRATO**

Nome:

Estado Civil:

Nacionalidade:

CPF: RG:

Cargo: Telefone:

Nº item	Especificação do material/serviço	Marca/ Modelo	Quant.	UNID	P. unitário R\$	Preço total R\$
01	(Descrição do material/serviço ofertado)					
02	...					
...	...					

Valor Global Total : ..... R\$ XXXXXX (xx)

**Complementação:**

1) Nos preços propostos já estão incluídas todas as despesas com frete/transporte, seguro, bem como todos os impostos, encargos

trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, deslocamentos de pessoal, materiais e equipamentos necessários para fornecimento / entrega e instalação do equipamento, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto contratado.

VALIDADE DA PROPOSTA: \_\_\_\_\_ (no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data-limite para a entrega das propostas).

LOCAL e DATA:

NOME - CPF E ASSINATURA DO  
REPRESENTANTE DA EMPRESA

### **EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/FMAS/2015**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 21/2015  
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL  
DETENTORA DA ATA: INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MOVEIS E CONSTRUTORA JEREMIAS LTDA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/FMAS/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/FMAS/2015

Objeto: Registro de preços de BRINQUEDOS LÚDICOS E PEDAGÓGICOS, no atendimento ao Serviço de convivência e fortalecimento de Vínculos (SCFV) do municipal de Cocal do Sul.

Assinatura: 06/04/2015

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 4.017,72 (quatro mil e dezessete reais e setenta e dois centavos)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br).

### **RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 01/FMS/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/FMS/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/FMS/2015

Objeto: Registro de Preços de Medicamentos Controlados, no atendimento ao CAPS do Município de Cocal do Sul/SC.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento dos envelopes: Até as 08h30min do dia 26/01/2015.

Abertura: Dia 26/01/2015, às 08h30min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site [www.cocaldosul.sc.gov.br](http://www.cocaldosul.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, ou pelo telefone (48) 3444-6006.

Cocal do Sul, 13 de janeiro de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

### **RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 01/PMCS/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL  
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/PMCS/2015  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/PMCS/2015

ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal, do Município de Cocal do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o incisos abaixo citados do art. 25 da Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo de Inexigibilidade de Licitação conforme segue:

Objeto: Contratação de profissional da área da música, com experiência comprovada em técnica vocal, para trabalhar com o projeto "Coral Infante Juvenil" que tem como objetivo possibilitar aos alunos, o acesso à cultura musical, proporcionando aos mesmos uma oportunidade única com relação ao desenvolvimento intelectual e social, através de inexigibilidade de licitação, art. 25 inciso III da lei nº 8.666/93.

Executante: Silvia Regina Teixeira.

Razão da Escolha do Executante: Silvia Regina Teixeira, desde 1993 desenvolve a regência, direção artístico-musical, direção cultural do Coral Show Criança Feliz, ao qual é fundadora. Difundindo a música coral, em estilo inovado, pelos estados do sul do país. Juntamente ao Grupo, é responsável pela gravação e divulgação de onze CD's, dois DVD's e mais outros três CD's, com os Grupos dos Colégios Cedup, São Bento e Madre Teresa Michel. Atualmente é responsável pela produção musical e artística do Coral Show Criança Feliz de Criciúma, New School Choir de Turvo e Professora Master de Técnica Vocal.

Valor: R\$ 11.700,00 (onze mil e setecentos reais).

Justificativa do Preço: O valor é compatível com os preços do mercado.

Vigência: 01/05/2015 a 31/12/2015.

Previsão Legal: Artigo 25, inciso III, da lei nº 8.666/93.

Dotação Orçamentária: 07.03.2.052.3.3.90.36.06 (96).

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Cocal do Sul, 25 de março de 2015

ADEMIR MAGAGNIN  
PREFEITO MUNICIPAL

### **SAMAE - Cocal do Sul**

### **EXTRATO DE CONTRATO 17/2015**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
ADMINISTRADO PELA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE  
COCAL DO SUL - SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 17/2015

DATA: 07/ABRIL/2015

CONTRATADA: LIBRELATO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BRITAS LTDA

OBJETO: FICAM ADITADOS EM 25% OS QUANTITATIVOS CONSTANTES DA CLÁUSULA PRIMEIRA DO CONTRATO ADITADO, A SABER: 200 M3 DE BRITA GRADUADA PARA BASE ASFÁLTICA A SER UTILIZADA NA RUA GUY MARCOS NUNES DE SOUZA, PARA O TÉRMINO DOS SERVIÇOS, ONDE O SAMAE EXECUTOU A IMPLANTAÇÃO DA REDE DE ESGOTO.

VALOR: R\$ 7.900,00 (SETE MIL E NOVECENTOS REAIS).

PRAZO DO CONTRATO: ATÉ DIA 17/04/2015

DATA: 15/ABRIL/2015

CARLA CRISTINA POSSAMAI DELLA  
DIRETORA DO SAMAE

**EXTRATO DE CONTRATO 18/2015**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
ADMINISTRADO PELA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE  
COCAL DO SUL - SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 18/2015

DATA: 16/ABRIL/2015

CONTRATADA: UNITÁ VEÍCULOS LTDA

OBJETO: ENTREGA DE 02(DOIS) VEÍCULOS NOVOS, 0KM, FIAT NOVA STRADA WORKING 1.4 FLEX 2P, ANO/MODELO 2014/2015, COR BRANCA, MÍNIMO 02 LUGARES, MOTORIZAÇÃO COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 85CV NA GASOLINA E/OU ÁLCOOL, 05 MARCHAS A FRENTE E 01 A RÉ, COM DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, GRADE PROTETORA PARA O VIDRO TRASEIRO, PROTETOR DE CAÇAMBA, TAMPA DA CAÇAMBA COM CHAVE, SISTEMA ELÉTRICO COMPOSTO POR BATERIA, ALTERNADOR E CABEAMENTO COMPATÍVEIS COM O SISTEMA, FREIOS ABS E AIRBAG DUPLO, JOGO DE TAPETES DE BORRACHA PARA A CABINE DO VEÍCULO, PROTETOR DE CÂRTER, RODAS DE NO MÍNIMO 14", EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS E ACESSÓRIOS E ITENS ADICIONAIS: EQUIPADO COM TODOS OS EQUIPAMENTOS DE SÉRIE NÃO ESPECIFICADOS E EXIGIDOS PELO CONTRAN E ENTREGA DE 01(UM) NOVO FIAT PALIO FIRE 1.0 FLEX 2P, VEÍCULO NOVO, 0KM, ANO/MODELO 2014/2015, COR BRANCA, MÍNIMO 05 LUGARES, MOTORIZAÇÃO COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 70CV NA GASOLINA E/OU ÁLCOOL, 05 MARCHAS A FRENTE E 01 A RÉ, COM DIREÇÃO HIDRÁULICA OU ELÉTRICA, MÍNIMO 02 PORTAS, SISTEMA ELÉTRICO COMPOSTO POR BATERIA, ALTERNADOR E CABEAMENTO COMPATÍVEIS COM O SISTEMA, FREIOS ABS E AIRBAG DUPLO, JOGO DE TAPETES DE BORRACHA PARA CABINE DO VEÍCULO, PROTETOR DE CÂRTER, EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS E ACESSÓRIOS E ITENS ADICIONAIS: EQUIPADO COM TODOS OS EQUIPAMENTOS DE SÉRIE NÃO ESPECIFICADOS E EXIGIDOS PELO CONTRAN.

VALOR: R\$ 109.890,00 (CENTO E NOVE MIL E OITOCENTOS E NOVENTA REAIS).

PRAZO DO CONTRATO: 15(QUINZE) DIAS

DATA: 16/ABRIL/2015

CARLA CRISTINA POSSAMAI DELLA  
DIRETORA DO SAMAE

## Concórdia

### PREFEITURA

**AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2015-PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2015 - PMC

Objeto: contratação de empresa do ramo de transporte coletivo de passageiros, para a prestação de serviços, em regime de freteamento, para alunos e professores da Rede Municipal e Estadual de Ensino, para o ano letivo de 2015, com recursos oriundos de convênio com o Governo Federal FUNDEB, PNATE, Salário Educação, SDR e contrapartida do Município, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço por item

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 05/05/2015.

Abertura: dia 05/05/2015 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2161.

Concórdia, SC, 17 de abril de 2015.

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

**AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2015-PMC**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2015 - PMC

Objeto: Aquisição de grelhas retráteis, em aço, para instalação em bocas de lobo constantes nas ruas do Município.

Tipo: Menor Preço por lote

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 14/05/2015.

Abertura: dia 15/05/2015 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2161.

Concórdia, SC, 17 de abril de 2015.

MAURI MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

**SEGUNDO TERMO ADITIVO ARIC CONVÊNIO 003-2015**

Termo nº 13/2015

Processo nº 22710/2014

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 003/2015

Aos dezessete dias do mês de abril de 2015, o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, pelo FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS, inscrito no CNPJ sob nº 11.585.795/0001-63, neste ato representado pelo gestor, senhor LAURI GARBOSSA, doravante denominado FMAS e a ASSOCIAÇÃO RECANTO DO IDOSO DE CONCÓRDIA - ARIC, inscrita no CNPJ sob nº 06.540.506/0001-70, com sede na Vila Fragosos, Concórdia, SC, neste ato representado pelo seu Presidente, Senhor NELSO BONISSONI, inscrito no CPF sob nº 103.095.519-00, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominada CONVENIENTE, ajustam celebrar o presente Termo Aditivo ao Convênio nº 003/2015, firmado em 20 de fevereiro de 2015, sujeitando-se, no que couber, às normas da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, bem como das cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Fica alterada a expressão: "dar melhores condições de atendimento à clientela pessoas idosas, que necessita de atendimento especial;" para "atender até 08 (oito) idosos, em vagas permanentes, solicitadas pelo MUNICÍPIO, mediante determinação judicial, bem como atender as pessoas idosas lá acolhidas, que necessitam do atendimento especial", na Clausula Quarta - Das Obrigações da Conveniente, inciso I.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

Fica revogado o Primeiro Termo Aditivo ao Convenio nº 003/2015.

**CLÁUSULA TERCEIRA:**

Ratificadas as demais cláusulas e condições do Termo ora aditado.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, perante as testemunhas abaixo.

Concórdia/SC, 17 de abril de 2015.

LAURI GARBOSSA Gestor	NELSO BONISSONI Presidente da Associação Recanto do Idoso de Concórdia - ARIC
Testemunhas: 1. Nome: CPF:	2. Nome: CPF:

BALANCETE FINANCEIRO FUNDACAO MUN DE CULTURA 01.215

FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA  
AN 13 - Balanço Financeiro  
Período de Referência: Janeiro / 2015



INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Receita Orçamentária (I)</b>					
Ordinária	3.378,69	0,00	Despesa Orçamentária (VI)	257.511,05	0,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	3.280,41	0,00	Ordinária	163.711,05	0,00
02000000 - Recursos Ordinários	3.246,42	0,00	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	163.711,05	0,00
Vinculada	33,99	0,00	Vinculada	93.800,00	0,00
01340000 - Transferências de Convênios - União	696,28	0,00	01080000 - Contribuição - COSIP	62.300,00	0,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	0,00	0,00	01340000 - Transferências de Convênios - União	31.500,00	0,00
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>					
Transf. Financeira Recebida	88.300,00	0,00	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	0,00	0,00
Aportes	88.300,00	0,00	Transf. Financeira Concedida	0,00	0,00
<b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>					
Inscrição de restos a pagar	289.088,38	0,00	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	72.555,82	0,00
Valores restituíveis	257.511,05	0,00	Pagamento de restos a pagar	60.978,49	0,00
Obrigações de Reparação a Outros Entes	11.577,33	0,00	Valores restituíveis	11.577,33	0,00
Outras Variações Aumentativas	0,00	0,00	Obrigações de Reparação a Outros Entes	0,00	0,00
Outras Variações Diminutivas	0,00	0,00	Outras Variações Diminutivas	0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	845.508,28	0,00	Saldo em Espécie do Exercício (IX)	876.803,48	0,00
<b>TOTAL (V) = (I+II+III+IV)</b>	<b>1.206.875,35</b>	<b>0,00</b>	<b>TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)</b>	<b>1.206.875,35</b>	<b>0,00</b>

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA, Data Emissão 17/04/2015, Hora emissão 15:44:20

Notas:

GILMAR LUIZ MONTIGELLI  
Ordenador de Despesa  
CPF: 210.578.850-53

LEANDRO BOEIRA ZORZAN  
Contador  
CRC/SC 090502/O-4

BALANCETE FINANCEIRO FUNDACAO MUN DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE 01.2015.



FUMDEMA FUNDACAO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

AN 13 - Balanço Financeiro  
Período de Referência: Janeiro / 2015

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Receita Orçamentária (I)</b>					
Ordinária	2.514,70	0,00	Despesa Orçamentária (VI)	361.979,49	0,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	1.623,59	0,00	Ordinária	207.664,17	0,00
02000000 - Recursos Ordinários	1.513,26	0,00	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	207.080,24	0,00
Vinculada	110,33	0,00	02000000 - Recursos Ordinários - Exerc Anterior	360,00	0,00
01340000 - Transferências de Convênios - União	891,11	0,00	03000001 - Recursos Ordinários - Exerc Anterior	223,93	0,00
02890000 - Alienação de Bens Dest. Outros Programas	836,90	0,00	Vinculada	154.315,32	0,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	54,21	0,00	01340000 - Transferências de Convênios - União	19.615,32	0,00
	0,00	0,00	03340000 - Transferências de Convênios - União/Outros (não relacionados à edu	134.700,00	0,00
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>					
Transf. Financeira Recebida	40.180,00	0,00	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	0,00	0,00
Aportes	40.180,00	0,00	Transf. Financeira Concedida	0,00	0,00
<b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>					
Inscrição de restos a pagar	368.942,91	0,00	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	39.365,29	0,00
Valores restituíveis	361.979,49	0,00	Pagamento de restos a pagar	32.401,87	0,00
Obrigações de Repartição a Outros Entes	6.963,42	0,00	Valores restituíveis	6.963,42	0,00
Outras Variações Aumentativas	0,00	0,00	Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00	0,00
	0,00	0,00	Outras Variações Diminutivas	0,00	0,00
<b>Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)</b>	421.905,32	0,00	<b>Saldo em Espécie do Exercício (IX)</b>	432.178,15	0,00
<b>TOTAL (V) = (I+II+III+IV)</b>	833.522,93	0,00	<b>TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)</b>	833.522,93	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUMDEMA FUNDACAO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE, Data Emissão 17/04/2015, Hora emissão 15:46:00

Notas:

LEVI ELÓI DOS SANTOS  
ORDENADOR DA DESPESA

ARGEU ALBIERO  
Contador  
CRC/SC 027453/O-2

BALANCETE FINANCEIRO FUNDAÇÃO MUN DE ESPORTES 01.2015

FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES  
AN 13 - Balanço Financeiro  
Período de Referência: Janeiro / 2015



INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)					
Ordinária	6.786,13	0,00	Despesa Orçamentária (VI)	511.078,13	0,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	6.786,13	0,00	Ordinária	331.078,13	0,00
02000000 - Recursos Ordinários	294,36	0,00	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	330.943,13	0,00
Vinculada	6.491,77	0,00	02000000 - Recursos Ordinários	135,00	0,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	0,00	0,00	Vinculada	180.000,00	0,00
			01080000 - Contribuição - COSIP	180.000,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)					
Transf. Financeira Recebida	219.100,00	0,00	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	0,00	0,00
Aportes	219.100,00	0,00	Transf. Financeira Concedida	0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)					
Inscrição de restos a pagar	524.437,61	0,00	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	143.820,08	0,00
Valores restituíveis	511.078,13	0,00	Pagamento de restos a pagar	130.460,60	0,00
Obrigações de Repartição a Outros Entes	13.359,48	0,00	Valores restituíveis	13.359,48	0,00
Outras Variações Aumentativas	0,00	0,00	Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00	0,00
			Outras Variações Diminutivas	0,00	0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)					
	85.591,60	0,00	Saldo em Espécie do Exercício (IX)	181.017,13	0,00
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)					
	835.915,34	0,00	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	835.915,34	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES, Data Emissão 17/04/2015, Hora emissão 15:39:10

Notas:

VILMAR ANTONIO BENTZ  
Ordenador da Despesa

MARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ  
Contadora  
CRC/SC 036995/O-9

**BALANCETE FINANCEIRO FUNDO MUN DE ASSISTENCIA SOCIAL 01.2015****FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**AN 13 - Balanço Financeiro  
Período de Referência: Janeiro / 2015

INGRESSOS		Exercício Anterior	DISPÊNDIOS		Exercício Anterior
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual		ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	
<b>Receita Orçamentária (I)</b>	<b>37.342,47</b>	<b>0,00</b>	<b>Despesa Orçamentária (VI)</b>	<b>1.088.327,04</b>	<b>0,00</b>
Ordinária	335,19	0,00	Ordinária	794.486,03	0,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	335,19	0,00	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	794.486,03	0,00
<b>Vinculada</b>	<b>37.007,28</b>	<b>0,00</b>	<b>Vinculada</b>	<b>293.841,01</b>	<b>0,00</b>
01350002 - Programa Erradicação Trab.Infantil - PETI	195,13	0,00	01350001 - Programa Pess.Portadora Def. Física-PPD	23.060,80	0,00
01350003 - PAEFI	4.685,23	0,00	01350003 - PAEFI	60.396,06	0,00
01350004 - PAIF	12.233,26	0,00	01350004 - PAIF	59.937,23	0,00
01350005 - IGD-SUAS	1.560,44	0,00	01350005 - IGD-SUAS	3.200,00	0,00
01350006 - Fortalecimento de Vínculos	13.798,27	0,00	01350006 - Fortalecimento de Vínculos	86.901,82	0,00
01350007 - Programa ACESSUAS	325,05	0,00	01350007 - Programa ACESSUAS	12.626,67	0,00
01350008 - Criança e Adolescente	276,12	0,00	01350008 - Criança e Adolescente	24.186,86	0,00
01350009 - Bolsa Família	3.244,45	0,00	01350009 - Bolsa Família	2.002,00	0,00
01610001 - Benefícios Eventuais	26,69	0,00	01610002 - Básica Custeio	16.656,01	0,00
01610002 - Básica Custeio	253,96	0,00	03350005 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União	1.443,56	0,00
01610003 - CREAS	273,41	0,00	03350007 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União	3.430,00	0,00
01610004 - ABRIGO	135,27	0,00			
(-) Deduções da Receita Orçamentária	0,00	0,00			
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>	<b>134.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Transf. Financeira Recebida	134.000,00	0,00	Transf. Financeira Concedida	0,00	0,00
Aportes	0,00	0,00			
<b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>	<b>1.088.327,04</b>	<b>0,00</b>	<b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>	<b>19.733,48</b>	<b>0,00</b>
Inscrição de restos a pagar	1.088.327,04	0,00	Pagamento de restos a pagar	19.733,48	0,00
Valores restituíveis	0,00	0,00	Valores restituíveis	0,00	0,00
Obrigações de Reparação a Outros Entes	0,00	0,00	Obrigações de Reparação a Outros Entes	0,00	0,00
Outras Variações Aumentativas	0,00	0,00	Outras Variações Diminutivas	0,00	0,00
<b>Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)</b>	<b>507.667,01</b>	<b>0,00</b>	<b>Saldo em Espécie do Exercício (IX)</b>	<b>659.276,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL (V) = (I+II+III+IV)</b>	<b>1.767.336,52</b>	<b>0,00</b>	<b>TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)</b>	<b>1.767.336,52</b>	<b>0,00</b>

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, Data Emissão 17/04/2015, Hora emissão 15:40:39

Notas:

LAURI GARBOSA  
Ordenador da DespesaMARIA GABRIELA VIEIRA DA LUZ  
Contadora  
CRC/SC 036995/O-9

BALANCETE FINANCEIRO FUNDO MUN DE INFANCIA E ADOLESCENCIA 01.2015

FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA  
AN 13 - Balanço Financeiro  
Período de Referência: Janeiro / 2015



INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Receita Orçamentária (I)</b>					
Ordinária	1.785,55	0,00	Despesa Orçamentária (VI)	60.000,00	0,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	536,96	0,00	Ordinária	30.000,00	0,00
Vinculada	1.248,59	0,00	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	30.000,00	0,00
02060001 - FIA Demais Recursos	31,53	0,00	Vinculada	30.000,00	0,00
02090000 - FIA Imposto de Renda	1.215,37	0,00	02090000 - FIA Imposto de Renda	30.000,00	0,00
02890000 - Alienação de Bens Dest. Outros Programas	1,69	0,00			
(-) Deduções da Receita Orçamentária	0,00	0,00			
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>					
Transf. Financeira Recebida	15.000,00	0,00	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	0,00	0,00
Aportes	15.000,00	0,00	Transf. Financeira Concedida	0,00	0,00
<b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>					
Inscrição de restos a pagar	60.000,00	0,00	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	0,00	0,00
Valores restituíveis	60.000,00	0,00	Pagamento de restos a pagar	0,00	0,00
Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00	0,00	Valores restituíveis	0,00	0,00
Outras Variações Aumentativas	0,00	0,00	Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00	0,00
Outras Variações Diminutivas	0,00	0,00	Outras Variações Diminutivas	0,00	0,00
<b>Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)</b>					
	142.556,31	0,00	Saldo em Espécie do Exercício (IX)	159.341,86	0,00
<b>TOTAL (V) = (I+II+III+IV)</b>					
	219.341,86	0,00	TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	219.341,86	0,00

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FUNDO MUNICIPAL DE INFANCIA E ADOLESCENCIA, Data Emissão 17/04/2015, Hora emissão 15:42:55

Notas:

LAURI GARBOSA  
Ordenador da Despesa

LEANDRO BOEIRA ZORZAN  
Contador  
CRC/SC 090502/O-4

BALANCETE FINANCEIRO FUNDO MUN DE SAÚDE 01.2015.



FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA  
AN 13 - Balanço Financeiro  
Período de Referência: Janeiro / 2015

INGRESSOS		Exercício Atual	Exercício Anterior	DISPÊNDIOS		Exercício Atual	Exercício Anterior
ESPECIFICAÇÃO				ESPECIFICAÇÃO			
<b>Receita Orçamentária (I)</b>		<b>3.768.699,19</b>	<b>0,00</b>	<b>Despesa Orçamentária (VI)</b>		<b>34.447.031,53</b>	<b>0,00</b>
Ordinária		28.713,30	0,00	Ordinária		103.287,98	0,00
02000000 - Recursos Ordinários		28.713,30	0,00	02000000 - Recursos Ordinários		103.287,98	0,00
<b>Vinculada</b>		<b>3.739.985,89</b>	<b>0,00</b>	<b>Vinculada</b>		<b>34.343.743,55</b>	<b>0,00</b>
01020000 - Receitas de Impostos de Saúde		7.807,21	0,00	01020000 - Receitas de Impostos de Saúde		5.403.693,62	0,00
01380001 - Serviço de Atend. Móvel Urgência - SAMU		32.199,16	0,00	01380001 - Serviço de Atend. Móvel Urgência - SAMU		38.117,01	0,00
01380002 - Atenção Básica		565.563,38	0,00	01380002 - Atenção Básica		926.548,26	0,00
01380003 - Atenção Média e Alta Comp.Amb.Hospitalar		2.962.292,66	0,00	01380003 - Atenção Média e Alta Comp.Amb.Hospitalar		27.819.937,44	0,00
01380004 - Vigilância em Saúde		84.919,81	0,00	01380004 - Vigilância em Saúde		155.442,22	0,00
01380005 - Assistência Farmacêutica Básica		86.603,90	0,00				
01380006 - Medicamentos de Dispensação Excepcional		2,36	0,00				
02880000 - Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde		310,30	0,00				
03380002 - Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União -Superavit E		287,11	0,00				
(-) Deduções da Receita Orçamentária		0,00	0,00				
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>		<b>1.750.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Transf. Financeira Recebida		1.750.000,00	0,00	Transf. Financeira Concedida		0,00	0,00
Aportes		0,00	0,00				
<b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>		<b>34.715.139,20</b>	<b>0,00</b>	<b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>		<b>4.919.177,04</b>	<b>0,00</b>
Inscrição de restos a pagar		34.447.031,53	0,00	Pagamento de restos a pagar		4.651.069,37	0,00
Valores restituíveis		268.107,67	0,00	Valores restituíveis		268.107,67	0,00
Obrigações de Repartição a Outros Entes		0,00	0,00	Obrigações de Repartição a Outros Entes		0,00	0,00
Outras Variações Aumentativas		0,00	0,00	Outras Variações Diminutivas		0,00	0,00
<b>Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)</b>		<b>3.807.592,33</b>	<b>0,00</b>	<b>Saldo em Espécie do Exercício (IX)</b>		<b>4.675.222,15</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL (V) = (I+II+III+IV)</b>		<b>44.041.430,72</b>	<b>0,00</b>	<b>TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)</b>		<b>44.041.430,72</b>	<b>0,00</b>

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA, Data Emissão 17/04/2015, Hora emissão 15:48:09

Notas:

ALESSANDRO VERNIZE  
Ordenador de Despesa

ROSA MARIA SELA SGARABOTTO  
Tec. Contábil  
CRC/SC 17.218

**BALANCETE FINANCEIRO PREFEITURA 01.2015.****MUNICÍPIO DE CONCORDIA**

AN 13 - Balanço Financeiro

Período de Referência: Janeiro / 2015

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Receita Orçamentária (I)</b>	<b>12.046.593,31</b>	<b>0,00</b>	<b>Despesa Orçamentária (VI)</b>	<b>27.861.239,84</b>	<b>0,00</b>
Ordinária	5.900.231,59	0,00	Ordinária	16.038.956,99	0,00
01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	5.504.195,23	0,00	01000001 - Recursos Ordinários - Prefeitura	12.627.759,21	0,00
01000002 - Recursos Ordinários - FMDD	10.061,08	0,00	01000002 - Recursos Ordinários - FMDD	7.000,00	0,00
01000003 - Recursos Ordinários - FUMAS	372.173,84	0,00	01000003 - Recursos Ordinários - FUMAS	1.575.399,78	0,00
01000004 - Recursos Ordinários - FUMDEAGRO	13.345,18	0,00	01000004 - Recursos Ordinários - FUMDEAGRO	798,00	0,00
01000005 - Recursos Ordinários - FMHIS	455,16	0,00	01050000 - Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial ao RPPS	1.400.000,00	0,00
02000000 - Recursos Ordinários	1,10	0,00	03000002 - Recursos Ordinários FMDD - superavit exercício anterior	3.000,00	0,00
<b>Vinculada</b>	<b>7.583.199,15</b>	<b>0,00</b>	03000003 - Recursos Ordinários - Exercício anterior	425.000,00	0,00
01010000 - Receitas de Impostos de Educação	2.136.627,83	0,00	<b>Vinculada</b>	<b>11.822.282,85</b>	<b>0,00</b>
01020000 - Receitas de Impostos de Saúde	1.281.976,07	0,00	01010000 - Receitas de Impostos de Educação	1.938.510,76	0,00
01070000 - Contribuição - CIDE	326,29	0,00	01070000 - Contribuição - CIDE	50,00	0,00
01080000 - Contribuição - COSIP	252.529,52	0,00	01080000 - Contribuição - COSIP	1.907.300,00	0,00
01100000 - Convênio de Trânsito - Militar	28.085,98	0,00	01100000 - Convênio de Trânsito - Militar	216.156,37	0,00
01110000 - Convênio de Trânsito - Civil	28.211,00	0,00	01110000 - Convênio de Trânsito - Civil	269.906,62	0,00
01120000 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	47.173,39	0,00	01120000 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	340.643,66	0,00
01180000 - Transferências do FUNDEB 60%	2.383.322,22	0,00	01180000 - Transferências do FUNDEB 60%	1.073.232,61	0,00
01190000 - Transferências do FUNDEB 40%	284.813,59	0,00	01190000 - Transferências do FUNDEB 40%	556.308,99	0,00
01340000 - Transferências de Convênios - União	285.668,14	0,00	01340000 - Transferências de Convênios - União	5.455,90	0,00
01360000 - Salário Educação	265.327,63	0,00	01360000 - Salário Educação	1.960.982,42	0,00
01370004 - Outros Recursos do FNDE	7.212,58	0,00	01370002 - Programa Nac.Alim.Escolar - PNAE/PNAC	219.502,10	0,00
01390001 - Fundo Especial do Petróleo	30.747,30	0,00	01370003 - Programa Nac.Apoio ao Transporte - PNATE	236.119,04	0,00
01390002 - Outras Transf.Decor.Comp.Financeira	546.449,07	0,00	01370004 - Outros Recursos do FNDE	379.729,52	0,00
01640001 - Transferências de Convênios - Estado	18.519,52	0,00	01390001 - Fundo Especial do Petróleo	3.700,00	0,00
01800000 - Outras Especificações	278,71	0,00	01390002 - Outras Transf.Decor.Comp.Financeira	1.813.917,82	0,00
01890000 - Alienação de Bens Dest. Outros Programas	5.930,31	0,00	01620001 - Transferências de Convênios - Estado/Educação	249.285,21	0,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	1.436.837,43	0,00	01800000 - Outras Especificações	201,96	0,00
			03180000 - Transf.fundeb - Sup. Exerc. Anter	380.042,21	0,00
			03190000 - Transf. FUNDEB 40% - Sup. Exerc. Anter	233.420,76	0,00
			03370004 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Ed	37.816,90	0,00
<b>Transferências Financeiras Recebidas (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</b>	<b>2.644.356,73</b>	<b>0,00</b>
Transf. Financeira Recebida	0,00	0,00	Transf. Financeira Concedida	2.644.356,73	0,00
Aportes	0,00	0,00			
<b>Recebimentos Extraorçamentários (III)</b>	<b>28.960.096,08</b>	<b>0,00</b>	<b>Pagamentos Extraorçamentários (VIII)</b>	<b>7.052.437,14</b>	<b>0,00</b>
Inscrição de restos a pagar	27.861.239,84	0,00	Pagamento de restos a pagar	6.073.121,47	0,00
Valores restituíveis	989.329,51	0,00	Valores restituíveis	979.315,67	0,00
Obrigações de Reparação a Outros Entes	0,00	0,00	Obrigações de Reparação a Outros Entes	0,00	0,00
Outras Variações Aumentativas	109.526,73	0,00	Outras Variações Diminutivas	0,00	0,00
<b>Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)</b>	<b>22.688.033,56</b>	<b>0,00</b>	<b>Saldo em Espécie do Exercício (IX)</b>	<b>26.136.689,24</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL (V) = (I+II+IV)</b>	<b>63.694.722,95</b>	<b>0,00</b>	<b>TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)</b>	<b>63.694.722,95</b>	<b>0,00</b>



**MUNICÍPIO DE CONCORDIA**  
AN 13 - Balanço Financeiro  
Período de Referência: Janeiro / 2015

**FONTE:** Sistema Atende.Net - IPM, **Unidade Responsável** MUNICÍPIO DE CONCORDIA, **Data Emissão** 17/04/2015, **Hora emissão** 15:50:08  
**Notas:**

JOAQUIM BICCA N. SEGUNDO  
Secretário de Finanças

JOÃO GIRARDI  
Prefeito Municipal

LEANDRO BOEIRA ZORZAN  
Contador  
CRC/SC 090502/O-4

# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 182/2015

DECRETO N. 182/2015 DE 17 DE ABRIL DE 2015

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ALCEU MAZZIONI Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições Constitucionais e Legais de seu cargo e,  
CONSIDERANDO o disposto no inciso XVI, do art. 70 da Lei Orgânica Municipal;  
CONSIDERANDO a Lei Municipal 747/07;  
CONSIDERANDO os dispostos da Lei Federal 11.494/2007;  
DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para comporem o Conselho municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação - FUNDEB, deste município, os seguintes conselheiros:

#### I - CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO:

- a) Titular: Emanuelle Cella Tozzo - CPF 479.240.392-87
- b) Suplente: Ademir Tressoldi - CPF 944.471.799-20

#### II - CONSELHO TUTELAR:

- a) Titular: Josiani Trucolo Aires - CPF 073.682.899-03
- b) Suplente: Nádia Terezinha Mazzetto Tozzo - CPF 612.756.039-04

#### III - DIRETORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS:

- a) Titular: Silvani Kollet - CPF 034.471.669-40
- b) Suplente: Adriana Lanzarin - CPF 024.179.119-73

#### IV - ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:

- a) Titular: Claudete Obetzne - CPF 033.163.679-42
- b) Suplente: Eliane Bianchessi - CPF 015.833.099-42

#### V - ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:

- a) Titular: Cristian Sidnei Giacomini CPF 109.917.039-79
- b) Suplente: Ivonei Bonetti CPF 104.949.849-61

#### VI - PAIS DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:

- a) Titular: Juliana Breancini - CPF 039.943.459-36
- b) Suplente: Kely Aline Sabadin - CPF 047.035.909-99
- c) Titular: Nauriane Di Domenico - CPF 042.992.299-08
- d) Suplente: Vanessa Maria Scudella - CPF 060.673.929-76

#### VII - PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:

- a) Titular: Solange Maria Dervanoski Lanzarin - CPF 597.515.929-68
- b) Suplente: Mauro Moresco CPF 019.441.969-00

#### VIII - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

- a) Titular: Kátia Ana Di Domenico - CPF 893.038.819-15
- b) Suplente: Ivanete Lourdes Pedersetti - CPF 656.480.219-68

#### IX - PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA:

- a) Titular: Ivete Piaia - CPF 656.260.609-87
- b) Suplente: Salete Varnier Zanluchi CPF: 589.924.219-15

X - SERVIDORES TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS:

- a) Titular: Vania Cristina Pedersetti Graciani - CPF 015.446.029-01
- b) Suplente: Sonia Fátima Cenci - CPF 933.656.249-53

Art. 2º - Os membros deste Conselho exercerão suas atividades em caráter relevante, sem qualquer tipo de ônus para o Município, pelo período de 2 (dois) anos, permitida uma única recondução.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 271/2013.

Art. 5º - Registre-se. Publique-se. Comunique-se.

Cordilheira Alta - SC, 17 de abril de 2015.

ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

### DECRETO Nº 183/2015

DECRETO Nº183/2015 de 17 DE ABRIL DE 2015

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CORDILHEIRA ALTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições Legais de seu cargo e,

CONSIDERANDO o disposto no inciso XVI, do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº235/97.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para comporem o Conselho Municipal de Educação deste Município, os seguintes Conselheiros:

#### I) REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- a) Titular: Silvani Kolett
- b) Suplente: Adriana Lanzarin

#### II) REPRESENTANTES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

- a) Titular: Emanuelle Cella Tozzo
- b) Suplente: Ademir Tressoldi

#### III) REPRESENTANTES DAS APPs MUNICIPAIS

- a) Titular: Cristiane Farezin Tosati
- b) Suplente: Erica Soares Variani

#### IV) REPRESENTANTES DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL

- a) Titular: Morgane Breancini Ozelame
- b) Suplente: Patricia Marchi
- c) Titular: Andréia Lanzarin Didomenico
- d) Suplente: Sandra Maria Zardo Morescho

Art. 2º - O mandato dos Conselheiros será de 02(dois) anos permitida uma recondução.

Art 3º- Os membros do Conselho Municipal de Educação, nomeados por este Decreto, exercerão suas atividades em caráter relevante, sem qualquer tipo de ônus para o Município.

Art.. 4º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº272/2013..

Cordilheira Alta, SC,17 de abril de 2015  
ALCEU MAZZIONI  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

### **DECRETO Nº 184/2015**

DECRETO Nº 184/2015, DE 17 DE ABRIL DE 2015

“INSTITUI E NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL FERNANDO MACHADO, DE CORDILHEIRA ALTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Alceu Mazzioni, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, atendendo o disposto no Art. 70, DecretoNº298/2009, e

Considerando as aspirações expressas nos objetivos educacionais definidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº. 9.394/1996 - Artigo-14) e no Plano Nacional de Educação - PNE ( Lei nº 10.172/2001) que estabelece como meta a criação de Conselhos Escolares nas Escolas Públicas de Educação Infantil e Ensino Fundamental;

#### **DECRETA**

Art. 1º. Fica instituído e nomeado os membros para comporem o Conselho Escolar da E.E.B.Fernando Machado, estabelecimento de ensino da rede pública municipal, os seguintes membros:

Presidente: Jair Villani - representante dos pais

Secretário: Vania Cristina Graciani - representante dos professores  
Membros Titulares: Daiane Dos Reis (representante dos professores) e Larissa Villani (representante dos alunos)

Membros Suplentes: Jacir Breancini (representante dos pais); Ivette Atuatti Piaia (representante dos professores) e Leticia Variani (representante dos alunos)

Parágrafo Único - O Conselho Escolar terá funções de caráter consultivo, deliberativo, fiscalizador e normativos nos assuntos referentes à gestão institucional, administrativa e financeira da Unidade Escolar, respeitadas as normas legais.

Art. 2º. Os membros são eleitos para um período de 02 (dois) anos, com direito a uma recondução.

Art. 3º. A participação como membro do Conselho Escolar é gratuita e constitui serviço público relevante, sem qualquer tipo de ônus para o Município.

Conforme Art.4º, do Decreto 298/2009 “O diretor da Unidade de Ensino é membro nato do Conselho Escolar”.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 17 de Abril de 2015  
Alceu Mazzioni  
Prefeito Municipal

### **DECRETO Nº 185/2015**

DECRETO Nº 185/2015, DE 17 DE ABRIL DE 2015

“INSTITUI E NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO ESCOLAR DO CENTRO EDUCATIVO MUNICIPAL MEDIAÇÃO, DE CORDILHEIRA ALTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Alceu Mazzioni, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, atendendo o disposto no Art. 70, DecretoNº298/2009, e

Considerando as aspirações expressas nos objetivos educacionais definidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº. 9.394/1996 - Artigo-14) e no Plano Nacional de Educação - PNE ( Lei nº 10.172/2001) que estabelece como meta a criação de Conselhos Escolares nas Escolas Públicas de Educação Infantil e Ensino Fundamental;

#### **DECRETA**

Art. 1º. Fica instituído e nomeado os membros para comporem o Conselho Escolar do Centro Educativo Municipal Mediação, estabelecimento de ensino da rede pública municipal, os seguintes membros:

Presidente: Simone Detofeno - representante dos pais

Vice-Presidente: Ivete Atuatti Piaia - representante dos professores

Secretária: Adriana Martini - representante dos professores

Vice-Secretária: Sonia Fatima Cenci - representante dos pais

Conselheiros: Guilherme Cunico e Amanda Nalin (representante dos alunos), Sandra Pedroso F. Cenci e Thaíse Marcia Fidelis (representante dos funcionários)

Parágrafo Único - O Conselho Escolar terá funções de caráter consultivo, deliberativo, fiscalizador e normativos nos assuntos referentes à gestão institucional, administrativa e financeira da Unidade Escolar, respeitadas as normas legais.

Art. 2º. Os membros são eleitos para um período de 02 (dois) anos, com direito a uma recondução.

Art. 3º. A participação como membro do Conselho Escolar é gratuita e constitui serviço público relevante, sem qualquer tipo de ônus para o Município.

Conforme Art.4º, do Decreto 298/2009 “ O diretor da Unidade de Ensino é membro nato do Conselho Escolar”.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 17 de Abril de 2015  
Alceu Mazzioni  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 186/2015**

DECRETO Nº 186/2015, DE 17 DE ABRIL DE 2015

"INSTITUI E NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL BENTO GONÇALVES, DE CORDILHEIRA ALTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Alceu Mazzioni, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, atendendo o disposto no Art. 70, Decreto Nº 298/2009, e

Considerando as aspirações expressas nos objetivos educacionais definidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº. 9.394/1996 - Artigo-14) e no Plano Nacional de Educação - PNE ( Lei nº 10.172/2001) que estabelece como meta a criação de Conselhos Escolares nas Escolas Públicas de Educação Infantil e Ensino Fundamental;

**DECRETA**

Art. 1º. Fica instituído e nomeado os membros para comporem o Conselho Escolar da E.M. Bento Gonçalves, estabelecimento de ensino da rede pública municipal, os seguintes membros:

Presidente: Luana Paula Morescho - representante dos professores  
Vice-Presidente: Géssica Maria Sirino - representante dos pais

Secretária: Monia Cristina Morescho Breassini- representante dos funcionários

Vice-Secretária: Izabel Colombelli - representante dos funcionários  
Conselheiros: João Victor Deon Brazzo e Mirela Beatriz Portella( representante dos alunos), Kely Aline Sabadin (representante dos pais) e Marilene Salette Vanazzi (representante dos funcionários).

Parágrafo Único - O Conselho Escolar terá funções de caráter consultivo, deliberativo, fiscalizador e normativos nos assuntos referentes à gestão institucional, administrativa e financeira da Unidade Escolar, respeitadas as normas legais.

Art. 2º. Os membros são eleitos para um período de 02 (dois) anos, com direito a uma recondução.

Art. 3º. A participação como membro do Conselho Escolar é gratuita e constitui serviço público relevante, sem qualquer tipo de ônus para o Município.

Conforme Art.4º, do Decreto 298/2009 " O diretor da Unidade de Ensino é membro nato do Conselho Escolar".

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 17 de Abril de 2015

Alceu Mazzioni

Prefeito Municipal

**Coronel Freitas****PREFEITURA****CANCELAMENTO DA TOMADA DE PREÇO Nº 05/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

=====

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 29/2015

TOMADA DE PREÇO Nº 05/2015

ATA DE CANCELAMENTO AO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2015, TOMADA DE PREÇO Nº 05/2015 DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS. Aos dezesseis dias do mês de abril de Dois Mil e Quinze, as 08h30min, na sala de reuniões da prefeitura Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Avenida Santa Catarina 1022, Centro, reuniram-se o presidente da comissão e Equipe de Apoio, para efetuar a análise do cancelamento do edital do referido processo licitatório, tendo em vista Que não houve participação de licitantes, sendo considerada licitação deserta. Ocorre que em conformidade a Lei de Licitações nº 8.666 não é possível realizar a homologação do processo licitatório sem a participação de licitantes. Fica, portanto cancelado o presente processo, sendo publicado no site da Prefeitura Municipal e no Diário Oficial dos Municípios. Nada mais havendo a tratar a encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que após lida será assinada pelos membros da Comissão de Licitação.

Coronel Freitas (SC), 16 de abril de 2015

MARCELO J. RITTER

PRESIDENTE DA COMISSÃO

CASIANE F. CARVALHO

MEMBRO

PAULO C. STRADA

MEMBRO

FLAVIA ROLIM DE MOURA

MEMBRO

LUIS CARLOS OSS

MEMBRO

# Coronel Martins

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 087, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 087, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

NOMEIA PARA O SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

Considerando a homologação do Concurso Público n. 001/2013;

DECRETA:

Art. 1º Fica NOMEADO para o Serviço Público Municipal, sob o Regime Jurídico Estatutário, em virtude de aprovação em concurso público (Edital nº 001/2013, de 06 de novembro de 2013), o Sr. VALDIR FIN, para exercer o Cargo de MOTORISTA - 40H, pelo Provimento de cargo Efetivo, enquadrado no anexo I Grupo 2 - Serviços Operacionais - SOP, da Lei Complementar Municipal nº 034 de 27 de agosto de 2013.

Art. 2º. O local de trabalho indicado no início do exercício, durante o período de estágio probatório de trinta e seis meses, não gera direito à estabilidade de permanecer naquele local, a critério da Administração, podendo ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º. As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias constante do Orçamento Geral para este exercício e exercícios posteriores.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 17 de abril de 2015.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER  
Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº. 085 DE 13 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº. 085 DE 13 DE ABRIL DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERAVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº.4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2015 e Lei Orçamentária Anual nº.641 de 27/11/2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 63.700,00 (sessenta e três mil e setecentos reais) na seguinte Programação de despesa:

05.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

15.451.0035.1.031 – Pavimentação de Ruas e Passeios

Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	84	03.0089	63.700,00

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 63.700,00 (sessenta e três mil e setecentos reais) do superávit financeiro da Fonte de Recursos 03.0089, contra partida da alienação de bens para a Aquisição de Parque de Diversões Infantil junto a Praça Municipal Otto May.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 13 de Abril de 2015.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER  
Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº. 086 DE 17 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº. 086 DE 17 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE PROGRESSÃO POR TEMPO DE SERVIÇO DOS SERVIDORES DO MAGISTÉRIO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994;

- Considerando o disposto no art. 18, da Lei Complementar Municipal n. 039/2013 que estabelece sobre a progressão por tempo de serviço, concedida a cada 02 (dois) anos de efetivo exercício;
- Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade;

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida progressão por tempo de serviço as servidoras abaixo relacionadas, membro do Magistério Público Municipal, equivalente a conquista de uma referência nas Tabelas que compõem os anexos I e II, da Lei Complementar Municipal nº. 039, de 03 de dezembro de 2013.

Nome	Período de Admissão	Nível Anterior	Nível Atual
Vilma Giroto Pertussatti	01/04/1994	2.2-I	2.2-J
Lucimara Bolzan May	01/04/1994	2.2-J	2.3-A
Marines Bento	18/04/1994	2.2-J	2.3-A

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Revoga-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 17 de abril de 2015.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra

MARCOS CEZAR POZZER  
Chefe de Gabinete

### **DECRETO Nº. 088 DE 16 DE ABRIL DE 2015.**

DECRETO Nº. 088 DE 16 DE ABRIL DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº.4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2015 e Lei Orçamentária Anual nº.641 de 27/11/2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 170.216,35 (cento e setenta mil duzentos e dezesseis reais e trinta e cinco centavos) na seguinte Programação de despesa:

04.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.361.0029.1.024 – Ampliação e Construção da Rede Física da Educação				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	89	03.0037	170.216,35

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 170.216,35 (cento e setenta mil duzentos e dezesseis reais e trinta e cinco centavos) do superávit financeiro da Fonte de Recursos 03.0037, construção da Quadra Coberta.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
em 16 de Abril de 2015.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER  
Chefe de Gabinete

### **DÉCIMO PRIMEIRO EDITAL DE CHAMAMENTO DE CANDIDATO CLASSIFICADO NO PROCESSO SELETIVO N. 002/2014, HOMOLOGADO PELO DECRETO MUNICIPAL N. 125, DE 06 DE JUNHO DE 2014.**

DÉCIMO PRIMEIRO EDITAL DE CHAMAMENTO DE CANDIDATO CLASSIFICADO NO PROCESSO SELETIVO N. 002/2014, HOMOLOGADO PELO DECRETO MUNICIPAL N. 125, DE 06 DE JUNHO DE 2014.

Dirceu Favretto, Prefeito Municipal do Município de Coronel Martins-SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso II do artigo 37 da Constituição Federal, inciso IX do artigo 94 da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Complementar nº 034, de 27 de agosto de 2013 e pela Lei complementar nº039, de 03 de dezembro de 2013, faz saber a todos,

que fica convocada a se apresentar junto ao setor de recursos humanos da Prefeitura Municipal, até o dia 22 de abril de 2015, para início das atividades de cargo de provimento temporário, a seguinte candidata e respectivo cargo classificada no supramencionado Processo Seletivo:

Cargo	Nome	Classificação
PROFESSOR ÁREA V – EDUCAÇÃO ESPECIAL	MARIA IZABEL BORGES	4º

A candidata supra relacionada devera apresentar até o dia 17 de abril de 2015, junto ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, cópia acompanhada dos originais dos seguintes documentos:

1. Carteira de Identidade;
2. Cadastro de Pessoa Física - CPF;
3. Título de Eleitor;
4. Certidão de quitação eleitoral;
5. Certidão de Nascimento ou Casamento;
6. Certidão de Nascimento de filhos menores (se houver);
7. Quitação com o Serviço Militar (sexo masculino);
8. 02 (duas) fotos 3 x 4 recentes;
9. Número de Inscrição no PIS/PASEP;
10. Carteira de Trabalho - CTPS;
11. Diploma ou Certificado de Conclusão fornecido por instituição de ensino, comprovando a escolaridade exigida para o cargo;
12. Registro do respectivo Conselho Regional (para cargos de profissão regulamentada);
13. Carteira Nacional de Habilitação (para cargos exigíveis);
14. Atestado de aptidão física e mental para o exercício do cargo expedido por médico;
15. Alvará de folha corrida judicial, fornecida pelo foro do domicílio do candidato;
16. Declaração negativa de acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, vedados em Lei;
17. Conta Bancária (Bancos: BESC, do Brasil ou CEF);
18. Declaração de bens e fontes de rendas;
19. Declaração de dependentes;
20. Declaração de ter ou não sofrido, nos últimos 05 (cinco) anos, penalidade disciplinar de demissão do serviço público no exercício da função pública.

A não apresentação da documentação relacionada até o prazo estabelecido implicará na exclusão do candidato aprovado e convocado.

Caso o candidato, por qualquer motivo, não possa assumir o cargo desta convocação, poderá solicitar, desde que o faça por escrito, a sua reclassificação para o último lugar dos classificados para o mesmo cargo.

O local de trabalho será indicado quando da entrada em exercício e não gera direito à estabilidade em relação àquele setor/órgão/local, podendo ser remanejado conforme a necessidade da Administração e no interesse público.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins-SC,  
em 14 de Abril de 2015.  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 054 DE 17 DE ABRIL DE 2015**

PORTARIA Nº 054 DE 17 DE ABRIL DE 2015

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 94, da Lei Orgânica do Município, 2ª edição - 2005 - Consolidada, e pela Lei Complementar Municipal Nº 039 de 03/12/2013;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve:

**DESIGNAR:**

Art. 1º. Fica o Senhor Valdir Fin, servidor público municipal, ocupante do cargo efetivo de Motorista, designado para atuar como Secretário de Desenvolvimento Econômico, junto a Prefeitura Municipal, a partir do dia 17 de abril de 2015.

Art. 2º Enquanto perdurar a designação prevista nesta portaria, fica suspensa a submissão do servidor ao estágio probatório, inclusa as respectivas avaliações e contagem de prazo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins,  
em 17 de abril de 2015  
DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER  
Chefe de Gabinete

**PORTARIA Nº. 053 DE 13 DE ABRIL DE 2015.**

PORTARIA Nº. 053 DE 13 DE ABRIL DE 2015.

AMPLIA CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CONTRATADO TEMPORARIAMENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público,  
Considerando o aumento da demanda de alunos no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, sendo necessária a realização da oficina de violão também nas sextas-feiras;  
Considerando a ausência de profissional classificado neste cargo no Processo Seletivo nº002/2014;

**RESOLVE:**

Art. 1º A partir de 01 de abril de 2015 fica ampliada, de 30 (trinta) para 40 (quarenta) horas semanais, a carga horária do Servidor Público Municipal contratado temporariamente Rogerio Carlos Previatti, ocupante do cargo de Monitor de Violão, admitido pelo Edital de Processo Seletivo nº002/2014,

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,  
em 13 de abril de 2015.

DIRCEU FAVRETTO  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER  
Chefe de Gabinete

# Correia Pinto

## PREFEITURA

### RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA – PROCESSO 16/2015 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA - PROCESSO  
16/2015 PMCP

### COMPRA DE ALIMENTOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FA- MILIAR

A Prefeitura Municipal de Correia Pinto - SC, com sede à Avenida Duque de Caxias, 1569 - Centro em Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados a RETIFICAÇÃO ao edital de Chamada Pública - Processo n.º 16/2015 PMCP, que os itens 2, 23, 40, 61, 123, 124, 136, 141, 142, 146, 147, 148, 149, 150 e 151 sofreram alterações em seus valores, conforme segue:

	PRODUTOS	QUANT.	UN	PREÇOS	ORGÂNICO
IT					
1	ABOBORA MENINA	300	KG	1,81	2,35
2	ABOBRINHA	900	KG	1,60	2,08
3	ACELGA (MAÇO 400G)	700	UN	1,82	2,37
4	AGRIÃO (MAÇO 250G)	950	MÇS	1,00	1,30
5	AIPIM COM CASCA	1100	KG	1,40	1,82
6	AIPIM DESC. CONGE- LADO	1500	KG	3,08	4,00
7	ALECRIM DESISDRATA- DO (MAÇO 150G)	50	MÇS	1,80	2,34
8	ALFACE AMERICANA	2200	UN	1,50	1,95
9	ALFACE	4000	UN	1,15	1,50
10	ALHO	100	KG	13,18	17,13
11	ALHO PORÓ (MAÇO 150G)	400	MÇS	13,21	17,17
12	ALMEIRÃO (MAÇO 300G)	800	MÇS	1,54	2,00
13	AMEIXA CAMBARÁ	500	KG	2,60	3,38
14	AMENDOIM DESCASCA- DO E TORRADO	1000	KG	7,54	9,80
15	AMORA IN NATURA	80	KG	9,23	11,99
16	AMORA CONGELADA	80	KG	7,70	10,00
18	ARITICUM (FRUTA DO CONDE)	100	KG	5,74	7,46
19	ARROZ PARBOILIZADO	400	KG	2,22	2,88
20	ARROZ INTEGRAL	300	KG	3,13	
21	AÇÚCAR MASCAVO	300	KG	7,80	10,14
22	BATATA DOCE	1000	KG	1,90	2,47
23	BATATA INGLESA	2500	KG	2,50	3,25
24	BATATA SALSA	1200	KG	3,40	4,42
	BATATA YAKON	100	KG	7,00	
25	BANANA	4500	KG	1,66	
26	BETERRABA	1100	KG	2,19	2,85
27	BERINJELA	450	KG	2,25	
28	BRÓCOLIS CHINÊS	3000	UN	2,15	2,79

29	BEBIDA LÁCTEA (SABOR MORANGO E COCO)	2000	LT	3,00	
30	CAPIM CIDREIRA	600	MÇS	0,80	1,04
31	CAQUI CAFÉ	800	KG	2,40	
32	CARA	80	KG	2,05	2,66
33	CARNE SUÍNA(EM CUBOS)	1000	KG	15,00	
34	CARNE SUÍNA(TIPO LOMBO)	1000	KG	15,00	
	CARNE MOÍDA CONGE- LADA	1000	KG	15,00	
35	CEBOLA DE CABEÇA	1500	KG	2,31	3,00
36	CENOURA	1000	KG	2,20	2,86
37	CANELA EM RAMA	20	KG	70,00	
38	COUVE FLOR	2000	UN	2,31	3,00
39	COUVE MANTEIGA (MAÇO 150G)	2000	MÇ	1,52	1,98
40	CAMOMILA ( KG )	80	KG	6,20	8,10
41	CHICÓRIA	1600	UN	2,20	2,86
42	CHUCHU	650	KG	1,11	1,44
43	LARANJA DA ÍNDIA – XINXIM (FORTUNELA SP)	60	KG	3,24	4,21
45	COENTRO	150	MÇS	3,00	3,90
46	DOCE DE LEITE (C/ INSPEÇÃO)	300	KG	9,80	12,74
47	DOCE DE FRUTAS ARTESANAL ABÓBORA C/ COCO	200	KG	11,10	14,43
48	DOCE DE FRUTAS ARTE- SANAL DE JILA	200	KG	11,10	14,43
49	DOCE DE JILA EM TABLETE	100	KG	14,25	18,52
50	DOCE DE FIGO ARTE- SANAL	200	KG	11,10	14,43
51	DOCE DE PESSEGO ARTESANAL	200	KG	11,10	14,43
52	DOCE DE UVA ARTE- SANAL	200	KG	11,10	14,43
53	GELÉIA DE MORANGO ARTESANAL	150	KG	11,10	14,43
54	POLPA PARA SUCO DE MORANGO	100	KG	10,00	13,00
55	GELÉIA DE MIRTILO ARTESANAL	100	KG	11,00	14,30
56	POLPA PARA SUCO DE MIRTILO	150	KG	12,00	
57	GELÉIA DE AMORA ARTESANAL	80	KG	11,00	14,30
58	POLPA PARA SUCO DE AMORA	100		7,70	10,00
59	GELÉIA DE FRUTAS (PHISALIS)	80	KG	11,10	
60	POLPA PARA SUCO DE PHISALIS	100	KG	15,00	19,50
61	ERVA DOCE	30	KG	30,00	
62	ERVILHA DEBULHADA	400	KG	6,16	8,00
63	EXTRATO DE TOMATE	200	KG	7,40	9,62
64	ESPINAFRE (MAÇO 500G)	900	MÇS	1,15	1,49
65	ESPINHEIRA SANTA	20	KG	50,00	65,00
66	FARINHA DE MILHO	400	KG	2,35	3,05

67	FARINHA DE TRIGO INTEGRAL	400	KG	2,60	3,38
68	FARINHA DE TRIGO REFINADA	2000	KG	2,18	
69	FAVA	200	KG	4,20	5,46
70	FEIJÃO PRETO	3200	KG	4,00	5,35
71	FIGO	200	KG	3,08	4,00
72	FILÉ DE PEIXE (TILÁPIA)	1000	KG	19,80	
73	FRANGO A PASSARINHA (COM REGISTRO NOS ÓRGÃOS COMPETENTES)	2000	KG	8,45	
74	GOIABA SERRANA	150	KG	2,00	2,60
75	GRÃO DE BICO	300	KG	7,80	10,14
76	GENGIBRE FRESCO	20	KG	38,45	51,00

77	HORTELÃ FRESCA (MAÇO 150G)	600	MÇS	2,75	3,57
78	INHAME	80	KG	2,13	2,78
79	IOGURTE ARTESANAL COCO, MORANGO, AMEIXA, AMORA (COM INSPEÇÃO)	3000	LTS	4,50	5,85
80	LARANJA	3000	KG	1,60	2,08
81	LIMÃO	1000	KG	1,42	1,84
82	LEITE DE VACA UHT INTEGRAL -LONGA VIDA (C/ INSPEÇÃO)	24000	LT	2,30	
83	LOURO (MAÇO 200G)	30	KG	3,45	4,48
84	MAÇÃ	2500	KG	3,29	5,00
85	MANJERONA FRESCO (100G)	350	MÇ	1,00	1,30
86	MANJERICAO FRESCO(MÇO 200G)	500	MÇ	1,80	2,34
87	MARACUJÁ	100	KG	4,29	5,57
88	MEL (C/ INSPECAO)	100	KG	11,20	14,56
89	MELADO DE CANA (C/ INSPEÇÃO)	100	KG	7,96	10,34
90	MELANCIA	4500	KG	1,02	1,32
91	MELÃO	200	KG	2,60	3,38
92	MILHO PIPOCA	100	KG	2,64	3,43
93	MILHO VERDE/ESPIGA SEM PALHA	1000	KG	3,08	4,00
94	MIRTILO IN NATURA	100	KG	31,00	40,30
95	MIRTILO CONGELADO	100	KG	12,00	15,60
96	MORANGA CABUTIÁ	2000	KG	1,80	2,34
97	MORANGO IN NATURA	1500	KG	13,85	18,00
98	MORANGO CONGELADO	600	KG	10,00	13,00
99	MOSTARDA	400	MÇS	1,15	1,49
100	NABO	600	KG	1,60	2,08
101	NATA (C/ INSPEÇÃO)	200	KG	18,00	
102	OVOS CAIPIRA (C/ INSPEÇÃO)	1700	DZ	4,00	
103	PEPINO	550	KG	1,60	2,08
104	PIMENTA CAMBUCI	500	KG	3,85	5,00
105	PEPINO JAPONÊS	250	KG	2,52	3,27
106	PERA	400	KG	3,00	3,90

107	PESSEGO	400	KG	2,74	3,56
08	PHISALIS IN NATURA	600	KG	20,00	
109	PHISALIS CONGELADO	600	KG	15,40	
110	PIMENTÃO	600	KG	3,02	3,93
111	PINHÃO COM CASCA	2000	KG	3,08	
112	PINHÃO DESCASCADO TRITURADO E CONGELADO	1500	KG	6,16	
113	QUEIJO COLONIAL/ SERRANO (C/ INSPEÇÃO)	400	KG	14,63	
114	KIWI	2000	KG	2,92	3,66
115	RABANETE MAÇO - 1 KG	750	MÇS	2,30	2,99

116	RADITE (MAÇO 400G)	900	MÇS	1,15	1,18
117	REPOLHO ROXO	700	UN	2,26	2,94
118	REPOLHO VERDE	1000	UN	2,10	2,73
119	RÚCULA (MAÇO 300G)	1000	MÇS	1,54	2,00
120	RICOTA	600	KG	14,00	
121	ORÉGANO (200G)	20	GR	5,48	7,12
122	SALSÃO (MAÇO )	300	MÇ	2,36	3,06
123	SEMENTE DE LINHAÇA	150	KG	10,00	
124	SEMENTE DE GERGELIM	80	KG	15,00	19,50
125	SUCO DE UVA INTEGRAL	2000	LTS	6,15	7,99
126	TEMPERO VERDE (MAÇO 300G)	2000	MÇS	2,17	2,82
127	TOMATE	1500	KG	3,08	4,00
128	TOMATE CEREJA	800	KG	4,62	6,00
129	UVA	700	KG	3,46	4,49
130	VAGEM	500	KG	3,22	4,16
131	VERGAMOTA	3400	KG	2,58	3,35
132	BOLO DE CENOURA INTEGRAL	800	KG	15,00	
133	BOLO NEGA MALUCA	800	KG	15,00	
134	BOLO TIPO CUCA	650	KG	15,00	
135	BOLO TIPO CUCA C/ BANANA INTEGRAL	650	KG	15,00	
136	BOLO DE FUBÁ	650	KG	9,00	
137	BISCOITO DE PÃO CASEIRO INTEGRAL	500	KG	10,00	
138	BISCOITO CASEIRO DOCE C/ COCO	500	KG	12,00	
139	MACARRÃO CASEIRO	1000	KG	10,00	
140	MACARRÃO CASEIRO INTEGRAL	1000	KG	12,00	
141	PÃO CASEIRO	800	KG	8,00	
142	PÃO CASEIRO INTEGRAL	800	KG	9,00	
143	PÃO CASEIRO DE AIPIM	600	KG	10,00	
144	PÃO CASEIRO DE INHAME	500	KG	10,00	
145	PÃO CASEIRO DE CARAH	200	KG	10,00	
146	PÃO CASEIRO DE MILHO	500	KG	8,00	

147	BISCOITO CASEIRO DE ESPINAFRE	300	KG	8,00	
148	BISCOITO CASEIRO DE CENOURA	300	KG	8,00	
149	BISCOITO CASEIRO DE BETERRABA	300	KG	8,00	
150	PÃO CASEIRO TRICOLOR TRANÇADO	300	KG	11,00	
151	PÃO PARA CACHORRO QUENTE	800		8,00	
152	BOLACHA CASEIRA DE COCO	650	KG	12,00	
153	BOLACHA DE POLVILHO	650	KG	13,00	
154	BOLACHA DE FUBÁ	650	KG	13,00	
155	BOLACHA CASEIRA DE AMENDOIM	650	KG	12,00	

155	BOLACHA CASEIRA DE AMENDOIM	650	KG	12,00	
156	BOLACHA CASEIRA DE ARARUTA	500	KG	12,00	
157	BOLACHA DE PÃO DE MEL	4000		20,00	
158	BOLACHA CASEIRA TIPO SEQUILHOS	500	KG	12,00	
159	PASTEL ASSADO DE FRANGO E CARNE	200	KG	23,50	
160	ESFIRRA DE CARNE E FRANGO INTEGRAL	200	KG	23,50	
161	PÃO TIPO CUCA ALEMÃ	500	KG	12,00	
162	TORTEI	500	KG	9,30	
163	IGNHOLINI	500	KG	19,95	

Correia Pinto, 22 de abril de 2015.

Vânio Forster  
Prefeito Municipal  
Lúcia Raquel Rodrigues Ortiz  
Secretária de Educação

## Corupá

### PREFEITURA

#### EXTRATO DE CONTRATO 046/15

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

EXTRATO DE CONTRATO 046/15

Processo Licitatório nº 127/14

Pregão Presencial nº 061/14

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADA: XPTI TECNOLOGIAS EM SEGURANÇA LTDA-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 18.190.216/0001-22 e inscrição Estadual nº 257070648, estabelecida na Rua João Grumiche, 1194 - Roçado, CEP 88.102-600, Município de São José, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos cinco pontos de vídeo-monitoramento instalados no Município de Corupá/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações contidas no Termo de Referência Anexo I.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 8.760,00 (Oito Mil e Setecentos e Sessenta Reais)

Data da Assinatura: 06/03/2015

Data da Vigência: 06/03/2016

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

#### PORTARIA Nº 3286/15

PORTARIA Nº 3286/15

CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL QUE TERÁ COMPETÊNCIA PARA RECEBER E ANALISAR PROJETO APRESENTADO PELA EMPRESA ADRIANA GOMES AG LTDA-ME.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Federal 8666/93 e suas alterações.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão que terá competência para receber e analisar projeto apresentado pela empresa ADRIANA GOMES AG LTDA-ME, constituída pelos seguintes membros:

- WILSON JEAN GESSNER - Secretário Municipal de Indústria, Comércio, Turismo, Esporte e Lazer;
- VALDIR KLEMAN - Diretor de Planejamento e Engenharia;
- EVELIA AHTLENE SELL - Fiscal Sanitário;
- DAIRTON JOSÉ GIRALDI - Gerente de Planejamento;
- JOSIMAR CALDEIRA - Diretor de Licitações.

Art. 2º - A Comissão de ora constituída seguirá as normas da Lei Federal 8666/93, atendendo o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/15 e EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/15 cujo objeto é escolha da proposta mais vantajosa para a outorga de Permissão de Uso, a título oneroso, a empresa especializada na execução de serviços na área de LANCHONETE E RESTAURANTE, conforme Projeto Básico (Anexo 1) e Proposta Detalhe (Anexo 2), na área localizada na PRAÇA Artur Muller, Centro, pelo período de

15 anos, que receberá e analisará o Projeto de instalação apresentado pela empresa vencedora do certame, emitindo parecer em ata e oficializado ao Sr. Prefeito Municipal para sua competente Homologação.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,  
16 de Abril de 2015.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
PREFEITO MUNICIPAL

## CÂMARA MUNICIPAL

### RESOLUÇÃO Nº003/2015

Câmara Municipal de Corupá - Estado de Santa Catarina

O Presidente da Câmara Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público o RESULTADO do Processo Seletivo para contratações temporárias de um (a) Contador (a) e de um (a) Auxiliar de Serviços Gerais, conforme Edital nº001/2015, informando a pontuação obtida em título, dos candidatos classificados, pela ordem de inscrição.

EDITAL 01/2015 - PROCESSO SELETIVO - ANO -2015

CARGO CONTADOR (A) - CÂMARA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Inscrição	Nome	Pontuação Total
001	Adriane Linzmayer Venera	8,5

CARGO AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS - CÂMARA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Inscrição	Nome	Pontuação Total
007	Grasiane Ferreira Nilsen	7,0
009	Adriana Klaumann	8,5
012	Helena Maria Nicolau	6,9

Corupá (SC), 17 de Abril de 2015.  
EDDY EDGARD EIPPER  
Presidente Câmara Municipal

## Curitibanos

### PREFEITURA

#### DECRETO Nº 4.572/2015

DECRETO Nº 4.572/2015

DECRETA PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos.

DECRETA

Art. 1º - É facultativo o ponto em todas as repartições públicas municipais de Curitibanos, no dia 05 de junho de 2015 - sexta-feira, em virtude das comemorações relativas a Corpus Christi.

Art. 2º - Não será facultativo o ponto nas repartições públicas municipais cujos serviços são considerados essenciais e não podem, por sua natureza, ser suspensos, mesmo que temporariamente.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 02 de abril de 2015.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dois dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, na secretaria e no mural da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### DECRETO Nº 4.573/2015

DECRETO Nº 4.573/2015

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos e na forma da lei 5.149/2013

DECRETA

Art. 1º - Ficam suplementadas as dotações do orçamento do Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$1.923,98 ( um Mil, novecentos e vinte e três reais, noventa e oito centavos) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

06.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
06.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
10.301.0008.1.040 OBRAS E INVEST. NA SAÚDE - BLOCO INVESTIMENTO  
4.4.90.00.00.00.00.3038 APLICAÇÕES DIRETAS .....  
..... R\$ 1.923,98

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 1.923,98.

Art. 2º. Para cobertura da suplementação acima ficam utilizados recursos do superávit financeiro do exercício de 2014 originados

de transferências do SUS União, conforme decreto nº 4.557/2015.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 02 de abril de 2015.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos dois dias do mês de abril do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Altamir Carvalho Goetten  
Secretário de Saúde

## **DECRETO Nº 4.574/2015**

DECRETO Nº 4.574/2015

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma determinada pela Lei n. 4.861/2012,

### **RESOLVE**

Art. 1º - Ficam nomeados os membros abaixo para compor o Conselho Municipal Do Idoso, na forma do que determina o artigo 3º da Lei n. 4.861/2012:

#### **I - Representantes Governamentais**

a) Representantes da Secretaria Municipal de Ação Social e Habitação

Titular - Morgana Brocardo Dias  
Suplente : Eliana das Graças Ristau

b) Representante da Secretaria Municipal de Saúde

Titular : Maria Bernadete Bepper Ronzani  
Suplente : Kelly Cristina Fontana Goetten

c) Representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Titular : Odilon Padilha Rafaelli  
Suplente : Sandra do Prado Pereira

d) Representante da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer Titular : Cintia Raimundo da Silva

Suplente : Osni Jean Valim de Brito

#### **II - Representante da área Não-Governamental**

a) Altamiro de Jesus Pacheco - Associação Coração Serrano - titular

Irene Sonda - ACIC- Organização empregadores - suplente

b) Nayara Weber - Beneficência Frei Rogerio - Representante dos trabalhadores na área do idoso - titular

Raquel Vanin - Beneficência Frei Rogério - suplente

c) Marilene Salvadori Carvalho - UnC - titular

Sebastiana Becker - APA - suplente

d) Alessandra Beal Leal - Pastoral do Idoso - Organização de trabalhadores

Roberto Carlos da Silva - Sindicato dos Servidores Públicos municipais de Curitiba - suplente

Art. 3º. O mandato dos membros do Conselho Municipal do Idoso será de 02 (dois) anos, facultada uma recondução, sendo o seu

exercício considerado de interesse público relevante e não remunerado.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 7 de abril de 2015.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos sete dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, na secretaria e no mural da Prefeitura Municipal.

João Carlos Martins dos Santos  
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

## **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2015**

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2015

O Fundo Municipal de Educação, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para LOCAÇÃO DE INSTALAÇÕES E CONFECÇÃO DE MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DA II SEMANA LITERÁRIA QUE ACONTECERÁ NOS DIAS 28/05 A 03/06, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 04/05/2015, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitiba/SC.

A partir das 17:00 horas do dia 04/05/2015, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitiba/SC. O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura [www.curitiba.sc.gov.br](http://www.curitiba.sc.gov.br).

Curitiba, 17 de Abril de 2015.

Kleberson Luciano Lima  
Presidente do Fundo

Diego Sebem Wordell  
Pregoeiro

## **JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 82/2015**

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 82/2015

REFERENTE: Contrato de rateio firmado entre o Município de Curitiba e o COINCO, com o valor total de R\$ 536.460,00 (Quinhentos e trinta e seis mil e quatrocentos e sessenta reais).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO TENDO EM VISTA O CONTRATO DE RATEIO COM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO CONTESTADO - COINCO, REFERENTE A COLETA DE RESÍDUOS, OPERAÇÃO E ATERRO, CONFORME EXIGÊNCIA LEGAL, TENDO COMO AMPARO LEGAL O ART. 24 INCISO XXVI LEI 8.666/93..

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 Inciso XXVI - na celebração de contrato de programa com ente da Federação ou com entidade de sua administração indireta, para prestação de serviços públicos de forma associada

nos termos do autorizado em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação;”

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso XXVI da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.  
Curitibanos, 17 de Abril de 2015.

Diego Sebem Wordell     Cristina Melo Menegotto  
Presidente da Comissão     Membro

Talita Daiane Schwinden  
Membro

#### PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso V dou como aprovada.

Curitibanos, 17 de Abril de 2015.  
Claudio Vieira França  
Procurador Geral do Município

#### AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a compra e venda mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitibanos, 17 de Abril de 2015.  
Jose Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

#### LEI Nº 5.431/2015

LEI Nº 5.431/2015

RATIFICA O PROTOCOLO DE INTENÇÕES E AUTORIZA O INGRESSO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS NO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica ratificado na íntegra o Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, em anexo.

Art. 2º. Fica autorizado o ingresso do Município de Curitibanos no Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, nos termos do Protocolo de Intenções.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 08 de abril de 2015.  
José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos oito dias do mês de abril do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

#### LEI Nº 5.432/2015

LEI Nº 5.432/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO N.S.APARECIDA

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Edinei Antunes de Campos, inscrito no CPF sob n. 021.131.979-10, do lote urbano, Bairro Aparecida, com área de 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados), situado no lado norte da Rua Aureliano de O. Lemos, distando 156,00m² ao oeste da Av. Lions, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, 12,00 metros com Ulisses Gaboardi Filho;  
Ao Sul, 12,00 metros com a Rua Aureliano de O. Lemos;  
Ao Leste, 30,00 metros com Fernando dos Santos;  
Ao Oeste, 30,00 metros com Terezinha Souza Pereira.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitibanos, 10 de abril de 2015.  
José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dez dias do mês de abril do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos  
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

#### LEI Nº 5.433/2015

LEI Nº 5.433/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO GETULIO VARGAS

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Caroline Moreira, inscrita no CPF sob n. 065.991.999-09, do lote urbano, Bairro Getulio Vargas, com área de 245,00m² (duzentos e quarenta e cinco metros quadrados), situado na Rua José Rogério de Jesus, s/n, no Loteamento Santa Fé II, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, 25,00 metros com lote 07 da mesma quadra;  
Ao Sul, 25,00 metros com lote 09 da mesma quadra;  
Ao Leste, 9,80 metros com Gaboardi Empreendimentos Imobiliários;  
Ao Oeste, 9,80 metros com a Rua José Rogério de Jesus.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitibanos, 10 de abril de 2015.  
José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dez dias do mês de abril do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos  
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

### **LEI Nº 5.434/2015**

LEI Nº 5.434/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA DE LOTE NO BAIRRO AGUA SANTA

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escritura Pública a Antonio Dorizeti Fermino da Silva, inscrito no CPF sob n. 015.490.199-70, do lote urbano, Bairro Água Santa, com área de 297,54m<sup>2</sup> (duzentos e noventa e sete metros e cinquenta e quatro decímetros quadrados), situado n o lado Sul da Rua Raulino Almeida, distando 145,90 metros ao leste da Rua Avelino Fontana, com as seguintes confrontações e limites conforme consta dos memoriais descritivos que fazem parte integrante da presente lei:

Ao Norte, 17,20 metros com a Rua Raulino Almeida;  
Ao Sul, 17,60 metros com Prefeitura Municipal;  
Ao Leste, 18,70 metros com lote de Samoel dos Santos;  
Ao Oeste, 15,50 metros com o lote de Osvaldina Maria França.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Curitiba, 10 de abril de 2015.  
José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dez dias do mês de abril do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

João Carlos Martins dos Santos  
Secretário Municipal de Ação Social e Habitação

### **LEI Nº 5.435/2015**

LEI Nº 5.435/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A RENOVAR SUA PARTICIPAÇÃO COMO MEMBRO EFETIVO DO "CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO CONTESTADO - COINCO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a renovar sua participação como membro efetivo do "Consórcio Intermunicipal Contestado ", associação de caráter público, que tem por objetivo pugnar pela solução dos problemas relacionados com os resíduos sólidos e outros que degradam o meio ambiente, além das formas de educação socioambiental para uma eficaz e verdadeira preservação do meio ambiente, visando um desenvolvimento sustentável, em atendimento às prerrogativas legais emanadas pelo art. 225 da Constituição Federal 12.305/2010 bem como às normas

estabelecidas no Protocolo de Intenções, Plano de Cargos e Salários e Estatuto do COINCO.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias previstas e consignadas no orçamento em vigor.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 10 de abril de 2015.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dez dias do mês de abril do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **LEI Nº 5.436/2015**

LEI Nº 5.436/2015

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO A CELEBRAR CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS EM CURITIBANOS - APAE.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, através do Fundo Municipal de Educação, autorizado a firmar convênio de cooperação financeira com a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Curitiba Escola Especial Hugo Miguel Sulzbach estabelecida neste município e que mantém serviços sociais, educacionais e assistenciais às pessoas portadoras de necessidades especiais.

Art. 2º - Por este convênio fica o Poder Executivo, através do Fundo Municipal de Educação, autorizado a repassar a entidade assistencial, o valor de R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais) em nove parcelas mensais e iguais no valor de R\$ 5.000,00.

Art. 3º - A entidade beneficiada deverá mensalmente prestar contas da aplicação dos recursos recebidos, na forma prevista no termo de convenio, sob pena de suspensão do repasse até a efetiva apresentação das contas.

Art. 4º- As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.367.0015.2059 CONTR. FINANC. A ENTIDADES ASSIST/EDUCAÇÃO

33500000.0000.1000 TRANSF. A INST. S/ FINS LUCR.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitiba, 10 de abril de 2015.

José Antônio Guidi  
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dez dias do mês de abril do ano dois mil e quinze na portaria da Prefeitura Municipal

Kleberson Luciano Lima  
Secretário de Educação e Cultura

**TERMO DE CONVÊNIO Nº 03/2015**

**TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CURITIBANOS -APAE**

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, estabelecido à rua Cel. Vidal ramos, 860, neste ato representado por seu titular, sr. José Antonio Guidi, Prefeito Municipal doravante denominado de MUNICÍPIO e de outro lado a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Curitiba Escola Especial Hugo Miguel Sulzbach estabelecida neste município à rua Prof. Juracy de Melo Schmidt, 274, inscrita no CNPJ sob nº 83.453.183/0001/28, neste ato representada por seu presidente, Ricardo Stanguerlin, brasileiro, inscrito no CPF sob n. 870.890.009-04, resolvem firmar o presente convênio de cooperação financeira sob as condições e termos aqui estabelecidos :

**CLÁUSULA PRIMEIRA :** O presente convênio objetiva o repasse de verbas pelo Município à APAE como forma de auxílio à entidade assistencial, através do Fundo Municipal de Educação destinado ao atendimento do Projeto de Ajuda de manutenção da APAE de Curitiba na forma do projeto aprovado.

**CLÁUSULA SEGUNDA :** Por este convênio fica o Poder Executivo através do Fundo Municipal de Educação, autorizado a repassar a entidade assistencial, o valor de R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais) em nove parcelas mensais e iguais no valor de R\$ 5.000,00.

**CLÁUSULA TERCEIRA :** A APAE obriga-se a encaminhar relatório de suas atividades e prestação de contas dos recursos recebidos conforme instruções do Manual de Prestação de Contas do Município, sob pena de suspensão do repasse até a efetiva prestação de contas.

IV - a obrigatoriedade de prestação de contas na forma estabelecida pela Instrução Normativa N. TC-14/2012, de 13 de junho de 2012, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e demais disposições da legislação municipal e ainda:

- I. o compromisso de o conveniente movimentar os recursos na conta bancária única e específica do convênio;
- II. a obrigação de o conveniente prestar contas dos recursos recebidos;
- III. a faculdade dos partícipes rescindirem o instrumento, a qualquer tempo;
- IV. a vigência do convênio, fixada de acordo com o prazo previsto para a execução do objeto;
- V. a obrigatoriedade de eventual devolução de recursos, nos casos previstos neste Decreto;
- VI - Obtenção e apresentação das certidões negativas.

**CLÁUSULA QUARTA :** Os recursos transferidos não poderão ser utilizados para pagamento de despesas de pessoal e imobilizado.

**CLÁUSULA QUINTA :** O presente convênio, autorizado pela lei municipal nº 5.436/2015 de 10 de abril de 2015 terá prazo determinado iniciando-se em 01 de abril de 2015 e término em 10 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado somente de forma expressa e justificada.

**CLÁUSULA SEXTA :** Este convênio, fundamentado e autorizado pela lei municipal nº 5.436/2015 previstas; pela superveniência de norma legal ou fato que o torne materialmente inexecutável; pela extinção da entidade durante a vigência do convênio, ou ainda, denunciado a qualquer tempo por ato de um dos partícipes

mediante prévio aviso, daquele que se desinteressar com antecedência mínima de 30 dias.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** Fica eleito o foro da comarca de Curitiba para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente termo.

Para firmeza e validade do que acima foi estabelecido, lavrou-se o presente instrumento o qual foi lido e achado conforme e vai devidamente assinado pelos convenientes e testemunhas.

Curitiba, 10 de abril de 2015.

José Antônio Guidi Prefeito Municipal	APAE

**RECURSO AO EDITAL DE PREGÃO Nº 58/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

RECURSO AO EDITAL DE PREGÃO Nº 58/2015

INTERESSADO: AVINEX DO BRASIL TECNOLOGIA EM ILUMINAÇÃO LTDA ME

A empresa questiona a desclassificação das amostras apresentadas pela empresa no apurado em Ata, referente ao item nº 24, a empresa não pode ser desclassificada pela não apresentação dos laudos de IP65 e laudo IK09 tendo em vista que não foi exigido, porém, a mesma foi desclassificada por apresentar amostra com marca diferente do cotado em edital (sendo que a empresa apresentou o produto de marca Lux Forte do Brasil e a marca cotada foi Almirante Iluminação; referente ao item nº 27, o item cotado deve atender o exigido em edital, sendo que vários outros itens licitados também não possuíam homologação da CELESC, sendo classificada todas as marcas para posterior análise da amostra, porém o material apresentado pela empresa não contempla o item licitado. Ficando assim mantida a desclassificação dos itens nº 24 e 27 apresentados pela empresa.

Curitiba, 15 de Abril de 2015.

Atenciosamente

Diego Sebem Wordell  
Setor de Licitações e Contratos

# Dionísio Cerqueira

## PREFEITURA

### CONTRATOS 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

DIONÍSIO CERQUEIRA SC

CONTRATO: 010/2015.

Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social

Contratado: : Marcelo Zanatta -ME

Objeto prestação de serviços para oficina de música para os participantes do programa do CRAS.. Valor R\$ 11.550,00 Origem: Processo 009/2015 Modalidade: Pregão nº 009/2015. Vigência: 15/04/2015 à 31/12/2015. - Dionísio Cerqueira 15/04/2015 Marilene Limberger - Gestora do FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUERA

CONTRATO: 012/2015.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: : Inovadora Serviços Tecnologia da Informação Ltda. Objeto Contratação de laboratório protético para confecção de próteses dentárias totais (superior e inferior) e próteses dentária parcial removível (superior e inferior), destinada aos pacientes do município de Dionísio Cerqueira.. Valor R\$ 36.000,00 Origem: Processo 024/2015 Modalidade: Pregão nº 024/2015. Vigência: 15/04/2015 à 31/12/2015. - Dionísio Cerqueira 15/04/2015 João Stahl - Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUERA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO: 016/2014.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: : Inovadora Serv. em Tecnologia da Informação Ltda. Objeto Locação de módulos de software para uso e manutenção dos trabalhos do fundo municipal de saúde. Valor R\$ 35.550,0 Origem: Processo 020/2014 Modalidade: Pregão nº 020/2014. Vigência: 17/04/2015 à 18/01/2016. - Dionísio Cerqueira 15/04/2015. João Stahl - Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO: 062/2014.

Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira

Contratado: Pedreira Marmeleiro Ltda.

Objeto Contratação de empresa para pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização viária das ruas Frederico Lanzer, Ervino Sharoong, Mario Claudio Turra, Jose Fugiatto, Avenida Arthur Wantcher, avenida Pedro Johann do Distrito de Idamar....Origem: TP 061/2014 PMDC. Aditava-se o Valor de R\$ 13.140,86 - Vigência: 16/04/2015 à 30/06/2015 Dionísio Cerqueira 16/04/2015 Altair Rittes - Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

SEGUNDO TERMO ADITIVO CONTRATO: 063/2014.

Contratante: Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira

Contratado: Construtora e Incorporadora KR Ltda.

Objeto contratação de empresa para construção de calçadas em paver na quadra 1. do Distrito de Idamar....Origem: TP 061/2014 PMDC. Fica suprimido o Valor de R\$ 4.875,87 - Vigência: 16/04/2015 à 30/06/2015 Dionísio Cerqueira 16/04/2015 Altair Rittes - Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 038/2014.

Contratante: Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira

Contratado: Andes Comercial Ltda. - ME

Objeto Aquisição de equipamentos para o Hospital Municipal Origem: Pregão 014/2015 HMDC. - Valor R\$ 13.290,00 Vigência: 16/04/2015 à 16/10/2015 Dionísio Cerqueira 16/04/2015 Deliziane Lemes dos Santos

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 039/2014.

Contratante: Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira

Contratado: Casa Cirúrgica Chapeco. - ME

Objeto Aquisição de equipamentos para o Hospital Municipal Origem: Pregão 014/2015 HMDC. - Valor R\$ 9.835,00 Vigência: 16/04/2015 à 16/10/2015 Dionísio Cerqueira 16/04/2015 Deliziane Lemes dos Santos

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 040/2014.

Contratante: Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira

Contratado: Hospimetal Ind. Met. De Equip, Hosp. Ltda

Objeto Aquisição de equipamentos para o Hospital Municipal Origem: Pregão 014/2015 HMDC. - Valor R\$ 85.000,00 - Vigência: 16/04/2015 à 16/10/2015 Dionísio Cerqueira 16/04/2015 Deliziane Lemes dos Santos

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 041/2014.

Contratante: Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira

Contratado: J.R Ehlke & Cia Ltda.

Objeto Aquisição de equipamentos para o Hospital Municipal Origem: Pregão 014/2015 HMDC. - Valor R\$ 52.300,00 - Vigência: 16/04/2015 à 16/10/2015 Dionísio Cerqueira 16/04/2015 Deliziane Lemes dos Santos

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 042/2014.

Contratante: Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira

Contratado: Monteiro Antunes - Insumos Hospitalares. Ltda.

Objeto Aquisição de equipamentos para o Hospital Municipal Origem: Pregão 014/2015 HMDC. - Valor R\$ 246.000,00 Vigência: 16/04/2015 à 16/10/2015 Dionísio Cerqueira 16/04/2015 Deliziane Lemes dos Santos

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 043/2014.

Contratante: Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira

Contratado: Quimiolab. Com. de Prod. De Laboratorio Ltda.

Objeto Aquisição de equipamentos para o Hospital Municipal Origem: Pregão 014/2015 HMDC. - Valor R\$ 6.995,00 Vigência: 16/04/2015 à 16/10/2015 Dionísio Cerqueira 16/04/2015 Deliziane Lemes dos Santos

ESTADO DE SANTA CATARINA

HOSPITAL MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 044/2014.

Contratante: Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira

Contratado: Wen Equipamentos Eletrônicos Ltda.

Objeto Aquisição de equipamentos para o Hospital Municipal Origem: Pregão 014/2015 HMDC. - Valor R\$ 11.400,00 Vigência: 16/04/2015 à 16/10/2015 Dionísio Cerqueira 16/04/2015 Deliziane Lemes dos Santos

**RESULTADOS DE LICITAÇÕES 2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

O Fundo Municipal de Assistência Social de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo 009/2015. Modalidade Pregão nº 009/2015, Objeto: prestação de serviços para oficina de música para os participantes do Programa do CRAS. Vencedor: Marcelo Zanatta -ME - Valor R\$ 11.550,00

Dionísio Cerqueira 15/04/2015

Marilene Limberger - Gestora do FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Fundo Municipal de SAÚDE de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo 024/2015. Modalidade Pregão nº 024/2015, Objeto: Contratação de laboratório protético para confecção de próteses dentárias totais (superior e inferior) e próteses dentária parcial removível (superior e inferior), destinada aos pacientes do município de Dionísio Cerqueira. Vencedor: Neylor Francisco Santin -ME - Valor R\$36.000,00

Dionísio Cerqueira 15/04/2015

João Stahl - Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

Hospital MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Pregão nº 014/2015, Objeto Aquisição Equipamento Hospitalares para o Hospital Municipal de Dionísio Cerqueira... Origem: Pregão 014/2015 HMD. Vencedores: Andes Comercial Ltda. - Valor R\$ 13.290,00 - Casa Cirúrgica Chapecó Ltda Valor R\$ 9.835,00 - Hospmetal Met. De Equip. Hospitalares Ltda Valor R\$ 85.000,00 - J.R Ehlke & Cia Ltda.- Valor R\$ 52.300,00 Monteiro Antunes -Insumos Hosp. Ltda. - Valor R\$ 246.000,00 Quimiolab Com. de Produtos Laboratório Ltda. - Valor R\$ 6.995,00 Wen Equipamentos Eletrônicos Ltda. - Valor R\$ 11.400,00.

Dionísio Cerqueira 16/04/2015

Deliziane L. dos Santos

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo 050/2015 Modalidade: Pregão nº 050/2015, Objeto Aquisição de materiais esportivos para a Secretaria de Educação de Dionísio Cerqueira .- Vencedores: Mizher Matérias Esportivos Ltda. -ME - Valor R\$ 1.725,00 - Telecopy Equipamentos Ltda. -EPP - Valor R\$13.474,00 - Lotérica Comercio SL Ltda.- ME - Valor R\$ 2.435,60

Dionísio Cerqueira SC 17/04/2015

Altair Rittes - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Fundo Municipal de SAÚDE de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo 025/2015. Modalidade Pregão nº 025/2015, Objeto: Aquisição de Materiais médicos para o Fundo Municipal de Saúde. Vencedores: Amarildo Baseggio Cia Ltda - Valor R\$ 9.246,00 - Dental Oeste - Eirelli - Valor R\$ 7.558,19 - Medicamentos de AZ Ltda - Valor R\$ 4963,44 - Fusão Com de Produtos Odontl Hosp. Ltda - Valor R\$ 927,20 - Litoral Com. de Prod. Médicos - Eirelli-ME - Valor R\$ 31.905,50

Dionísio Cerqueira 17/04/2015

João Stahl - Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo 055/2015 Modalidade: CV nº 055/2015, Objeto Aquisição de tubos para a secretaria de desenvolvimento urbano. de Dionísio Cerqueira Vencedor\; J. Ilton da

Rosa Cia Ltda -. Valor R\$ 4.800,00

Dionísio Cerqueira 17/04/2015

Altair Rittes - Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O Fundo Municipal de SAÚDE de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Processo 026/2015. Modalidade Pregão nº 026/2015, Objeto: Aquisição de materiais de expediente e materiais de limpeza para as unidades básica de saúde de Dionísio Cerqueira. Vencedores: Telecopy Equip. Ltda-EPP - Valor R\$ 4.081,80 - Lotérica e Com. SL Ltda - ME - Valor R\$ 8.521,82 - Nilo-sul Ind. E Com. Ltda -EPP - Valor R\$ 450,00 - Siprolimp. Sinionato Prod. De Limpeza Ltda - Valor R\$ 3.297,46

Dionísio Cerqueira 17/04/2015

João Stahl - Gestor do FMS

# Forquilha

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 23/PMF/2015-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 64/PMF/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 023/PMF/2015  
(Referente Pregão Presencial nº. 64/PMF/2015)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHINHA/SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº 705.686.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e a empresa DELTA EDITORA E SERVIÇOS GRAFICOS LTDA - ME CNPJ/MF nº 05.748.155/0001-24 estabelecida na Rodovia Luiz Rosso, 1150, Km 02, bairro 1ª Linha, em Criciúma - SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. DANIEL GRACI REBELO, brasileiro, CI 5065375, CPF 069.654.699-00, residente e domiciliado na Rodovia Luiz Rosso, 1150, Km 02, bairro 1ª Linha, em Criciúma - SC, doravante denominada DETENTORA(s) DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 064/PMF/2015, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

#### Cláusula Primeira - Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para a aquisição de material gráfico para atendimento as diversas secretarias e Fundos do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

#### Cláusula Segunda - Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site [www.forquilha.sc.gov.br](http://www.forquilha.sc.gov.br)

#### Cláusula Terceira - Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades do Município de Forquilha, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha sendo que o layout de cada item deverá ser aprovado pela Administração.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 07 (sete) dias a partir da data de recebimento das

mesmas.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

#### Cláusula Quarta - Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

#### Cláusula Quinta - Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente

conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação do Município de Forquilha, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

#### Cláusula Sexta - Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

#### Cláusula Sétima - Das Obrigações

##### 1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avencado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

##### 2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

#### Cláusula Oitava - Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o

certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

#### Cláusula Nona - Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na

hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

#### Cláusula Décima - Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

#### Cláusula Décima Primeira - Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 64/PMF/2015, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

#### Cláusula Vigésima Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 15 de abril de 2015.  
MUNICÍPIO DE FORQUILHA  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

DELTA EDITORA E SERVIÇOS GRAFICOS LTDA - ME  
Empresa Detentora da Ata  
Representante Legal: Daniel Graci Rebelo  
CPF: 069.654.699-00

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 24/PMF/2015- REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 55/PMF/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 24/PMF/2015  
(Referente Pregão Presencial nº. 55/PMF/2015)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHA-SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº 705.686.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e a empresa:

1. ORLEANS INFORMÁTICA LTDA-ME, CNPJ/MF nº 02.315.593/0001-00, estabelecida na Rodovia SC 446, em Orleans, neste ato representada pelo Sr. Jorge Luiz Mazzuco, representante legal, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.151.479 e inscrito no CPF sob o nº 626.671.819-72;

Doravante denominada DETENTORA DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 55/PMF/2015, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

#### Cláusula Primeira - Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais limpeza e consumo geral (detergente e papel toalha) para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

#### Cláusula Segunda - Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site [www.forquilha.sc.gov.br](http://www.forquilha.sc.gov.br)

#### Cláusula Terceira - Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades do Município de Forquilha, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 10 (dez) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

#### Cláusula Quarta - Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

#### Cláusula Quinta - Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação do Município de Forquilha, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

#### Cláusula Sexta - Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

#### Cláusula Sétima - Das Obrigações

##### 1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

##### 2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

#### Cláusula Oitava - Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante);

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

#### Cláusula Nona - Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o

comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

#### Cláusula Décima - Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

#### Cláusula Décima Primeira - Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 55/PMF/2015, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

#### Cláusula Vigésima Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 16 de abril de 2015.

MUNICÍPIO DE FORQUILHA

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

ORLEANS INFORMÁTICA EIRELLI EPP

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Jorge Luiz Mazzuco

CPF: 626.671.819-72.

### **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 32/PMF/2014-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 181/PMF/2014**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 181/2014 - PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 32/2014 - PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS DE PEÇAS DIVERSAS para reposição e serviços de manutenção da frota de veículos leves do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 07/10/2015  
3ª Publicação.

### **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 33/PMF/2014-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 188/PMF/2014**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 188/2014 - PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços 33/2014 - PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS DE PEÇAS DIVERSAS PARA A AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS diversos para utilização nas escolas e creches da rede municipal de ensino do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHINHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 17/10/2015  
3ª Publicação.

### **ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 63/PMF/2015**

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES  
ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 63/PMF/2015

PRIMEIRA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ANÁLISE DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº. 63/PMF/2015, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA A CONTRAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM E DRENAGEM NA RODOVIA EMA DE CÉSARO CAVALER MINATTO, OBJETIVANDO A RECUPERAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC, POR MEIO DO CONTRATO Nº. 800333/2013 E PROCESSO Nº. 2624.1014081-26/2013 - PRODESA, FIRMADO JUNTO AO MINISTÉRIO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO.

Às quinze horas do dia vinte de abril do ano de dois mil e quinze,

na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município, para abertura, processamento e julgamento do EDITAL TOMADA DE PREÇO Nº. 63/PMF/2015. Abertos os trabalhos pelo Presidente, Sr. Valdecir Tiscoski, o mesmo informou que a empresa COMPACTAR COMPACTAÇÃO DE SOLO E TERRAPLANAGEM LTDA EPP protocolou tempestivamente seus envelopes no Setor de Compras desta Prefeitura. Determinada a abertura do envelope n. 01 da HABILITAÇÃO, a comissão analisou os documentos de habilitação, juntamente com o representante da empresa COMPACTAR, o Sr. Emerson Pereira da Luz e o engenheiro civil Sr. Luiz Renato Steiner. Assim, por estar tudo em conformidade com o disposto do edital, a mesma foi habilitada para a próxima fase - da Proposta de Preços (envelope 02). A empresa participante renunciou expressamente o prazo para interposição de recurso na forma da lei configurando a decadência deste. Decide esta comissão em dar continuidade a este processo licitatório com a abertura da segunda etapa. Aberto o envelope nº. 02 da Proposta de Preço, o preço global apresentado foi: COMPACTAR COMPACTAÇÃO DE SOLO E TERRAPLANAGEM LTDA EPP, R\$ 271.771,87 (duzentos e setenta e um mil setecentos e setenta e um reais e oitenta e sete centavos) a proposta estava de acordo com as condições do edital. Assim, decidiu-se por declarar a empresa como vencedora deste processo licitatório. A empresa participante renunciou expressamente o prazo para interposição de recurso na forma da lei configurando a decadência deste. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br). Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão Permanente de Licitações e presentes que desejarem.

Forquilha, 20 de abril de 2015.

VALDECIR TISCOSKI

KEND BERNARDO TROMBIM

Presidente da Comissão de Licitação Membro da Comissão

RENATA PEREIRA FRITZEN

LUIZ RENATO STEINER

Membro da Comissão

Engenheiro Civil

COMPACTAR COMPACTAÇÃO DE SOLO E TERRAPLANAGEM LTDA  
EPP Emerson Pereira da Luz

### **AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 74/PMF/2015**

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
--	---

AVISO DE LICITAÇÃO  
REGISTRO DE PREÇO  
(Multientidades)

MODALIDADE: Edital de Pregão Presencial Nº. 74/PMF/2015.

OBJETO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para a aquisição de peças diversas para reposição e manutenção da frota de máquinas pesadas do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 07 de maio de 2015 às 08:30 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 às 12:00; 13:00 às 17:00 horas, ou por e-mail: processos@

forquilha.sc.gov.br e licitacoes@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 20 de abril de 2015.  
VALDECIR TISCOSKI  
Pregoeiro

## CRDENCIAMENTO Nº. 05/FMS/2015 - ALTERAÇÃO

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
--	---

### AVISO DE ALTERAÇÃO DO EDITAL

#### CRDENCIAMENTO Nº. 05/FMS/2015

O Poder Executivo do Município de Forquilha, no uso das atribuições legais, vem por meio desta publicação legal, alterar a planilha de valores do edital de Credenciamento nº. 05/FMS/2015 que tem por objetivo o credenciamento de prestadores de serviços de assistência à saúde, por meio de consultas de especialidades. A devida alteração se dá no item 1.1.1 do edital de chamamento, nos valores pagos para as seguintes especialidades:

ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
0701205 – Consulta em Cardiologia;	500	R\$ 70,00	R\$ 35.000,00
0701226 – Consulta em Ortopedia;	720	R\$ 70,00	R\$ 50.400,00

Conforme Lei Municipal Nº. 2.080 de 09 de abril de 2015, ficam alterados os valores acima citados na tabela Consultas de Especialidades do anexo único da Lei Nº. 1.946 de 24 de dezembro de 2013.

Feita a devida alteração, ficam todos notificados para os fins legais e de direito, na forma da lei vigente.

Forquilha, 17 de abril de 2015.  
VALDECIR TISCOSKI  
Presidente da Comissão de Licitação

## DECISÃO ADMINISTRATIVA-PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/PMF/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 053/PMF/2015  
DECISÃO ADMINISTRATIVA

Recorrente: LS LAGES E SILVA LTDA.  
Recorrido: PREGOEIRA DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

### RELATÓRIO

LS LAGES E SILVA LTDA apresentou Recurso Administrativo contra decisão da Pregoeira Municipal que, no Edital de Pregão Presencial nº 053/PMF/2015, que a inabilitou, tendo em vista ter apresentado os relatórios de ensaio (item 6.1.6 do edital) em cópia simples, sem autenticação.

Alega que a recorrente que cumpriu integralmente as condições exigidas no instrumento convocatório, visto que o não fora exigido que os relatórios de ensaio fossem apresentados em original ou por cópia autenticada.

Assim, dispõe que a sua inabilitação é desproporcional, afronta a razoabilidade e aos princípios que norteiam o processo licitatório, principalmente ao da escolha da proposta mais vantajosa à Administração.

É o relatório.

### DA FUNDAMENTAÇÃO

Analisando o Edital e a documentação apresentada pelas licitantes, percebe-se que não possui razão a recorrente, vejamos.

Conforme entendimento do TCU, o licitante que deixar de fornecer, no envelope de habilitação, quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido no ato convocatório ou com irregularidades deverá ser considerado inabilitado, vejamos:

O cumprimento das exigências de habilitação deve ser comprovado na data prevista para recebimento da documentação e da proposta, por meio dos documentos contidos no envelope "Documentação". (Página 332)

Após examinados e julgados os documentos apresentados para efeito de habilitação dos licitantes, mediante confronto com as exigências e condições do ato convocatório, serão desclassificados e não-aceitos aqueles que não atenderem ao que foi estabelecido." (Página 467)

O licitante que deixar de fornecer, no envelope de habilitação, quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido no ato convocatório ou com irregularidades será considerado inabilitado. (Página 469). (In: Licitações e Contratos Orientações Básicas - 3ª Edição Revista, Atualizada e Ampliada - Brasília 2006 - TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, disponível no site [www.portal2.tcu.gov.br](http://www.portal2.tcu.gov.br))

Assim, a empresa LS LAGES E SILVA LTDA. ao apresentar os relatórios de ensaio (item 6.1.6 do edital) em cópia simples, sem autenticação, está fragrantemente violando o art. 32 da Lei Geral de Licitações, o que não pode ser desconhecido ou alterado por mero ato administrativo, vejamos:

Art. 32. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial.

Não é diferente o entendimentos jurisprudencial:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. LICITANTE QUE, EM DESACORDO COM O EDITAL, APRESENTA DOCUMENTO SEM AUTENTICAÇÃO OU RECONHECIMENTO DE FIRMA. INABILITAÇÃO. 1. Não apresentada pela licitante-agravante a documentação em conformidade com o edital, ou seja, em original, cópia autenticada, ou em cópia simples mediante a apresentação dos originais para conferência e autenticação, não há como considerá-la habilitada ao fundamento de que se cuida de mera falha fortuita, sob pena de malferimento ao princípio isonômico. 2. Agravo desprovido. Inabilitação da agravante mantida. (TRF - Primeira Região, AG 200601000372322/DF, Sexta Turma, Desembargador Federal Daniel Paes Ribeiro, julg. 2/3/2007)

O doutrinador Marçal Justen Filho traz importante lição acerca do assunto em debate:

[...] os requisitos de habilitação consistem em exigências relacionadas com a determinação da idoneidade do licitante. É um conjunto de requisitos que se poderiam dizer indiciários, no sentido de que sua presença induz a presunção de que o sujeito dispõe de condições para executar satisfatoriamente o objeto licitado.

Por decorrência, a ausência de requisitos de habilitação acarreta o afastamento do licitante do certame, desconsiderando-se sua proposta."

"Enquanto ato decisório, a habilitação é ato vinculado. Não é informada por qualquer juízo de conveniência. Nem se pode fundar na vantajosidade da proposta. Há uma radical dissociação entre "habilitação" (exame da presença das condições do direito de licitar) e julgamento das propostas." (In: Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 9ª edição, pg. 295).

Vale a pena transcrever o ensinamento de Carvalho Filho quanto ao Princípio da vinculação ao instrumento convocatório:

...é a garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administrativa ou judicial. (CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 16ª Edição. Lumen Juris Editora).

Desta forma, agiu corretamente a Pregoeira, visto que a inabilitação da recorrente se deu de forma objetiva e dentro da estrita legalidade.

#### DO DISPOSITIVO

Diante do exposto, recebo e indefiro o Recurso Administrativo formulado por LS LAGES E SILVA LTDA., no processo de Pregão Presencial nº. 053/PMF/2015, mantendo a INABILITAÇÃO da empresa pelos motivos acima expostos.

P.R.I. Comunique-se os licitantes da decisão retro e retornem os autos à Pregoeira para processamento devido.

Forquilha/SC, 17 de abril de 2015.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 14/FMS/2015

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 14/2015  
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
CONTRADADO - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

OBJETO - contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição Medicamentos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC, durante o exercício de 2015.

VALOR - R\$ 46.569,96 (QUARENTA E SEIS MIL, QUINHENTOS E SESENTA E NOVE REAIS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS).

VIGÊNCIA - O período de vigência do presente contrato a será até 31/12/2015 contado a partir da data de assinatura, ou até terminar as quantidades previstas, o que ocorrer primeiro, podendo ser prorrogado caso haja interesse das partes, mediante termo aditivo, na forma e prazo estabelecidos na lei vigente.

DOTAÇÃO - 1701.2055.3390 (46), (47), (48)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 08/FMS/2015

DATA DA ASSINATURA - 08 de abril de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 15/FMS/2015

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 15/2015  
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
CONTRADADO - CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

OBJETO - contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição Medicamentos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC, durante o exercício de 2015.

VALOR - R\$ 16.128,50 (DEZESSEIS MIL, CENTO E VINTE E OITO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

VIGÊNCIA - O período de vigência do presente contrato a será até 31/12/2015 contado a partir da data de assinatura, ou até terminar as quantidades previstas, o que ocorrer primeiro, podendo ser prorrogado caso haja interesse das partes, mediante termo aditivo, na forma e prazo estabelecidos na lei vigente.

DOTAÇÃO - 1701.2055.3390 (46), (47), (48)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 08/FMS/2015

DATA DA ASSINATURA - 08 de abril de 2015.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 16/FMS/2015

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 16/2015  
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
CONTRADADO - CRISTALIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTICOS

OBJETO - contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição Medicamentos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC, durante o exercício de 2015.

VALOR - R\$ 49.122,36 (QUARENTA E NOVE MIL, CENTO E VINTE E DOIS REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS).

VIGÊNCIA - O período de vigência do presente contrato a será até 31/12/2015 contado a partir da data de assinatura, ou até terminar as quantidades previstas, o que ocorrer primeiro, podendo ser prorrogado caso haja interesse das partes, mediante termo aditivo, na forma e prazo estabelecidos na lei vigente.

DOTAÇÃO - 1701.2055.3390 (46), (47), (48)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 08/FMS/2015

DATA DA ASSINATURA - 08 de abril de 2015.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 17/FMS/2015**

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 17/2015

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP

OBJETO - contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição Medicamentos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC, durante o exercício de 2015.

VALOR - R\$ 9.920,90 (NOVE MIL, NOVECENTOS E VINTE REAIS E NOVENTA CENTAVOS).

VIGÊNCIA - O período de vigência do presente contrato a será até 31/12/2015 contado a partir da data de assinatura, ou até terminar as quantidades previstas, o que ocorrer primeiro, podendo ser prorrogado caso haja interesse das partes, mediante termo aditivo, na forma e prazo estabelecidos na lei vigente.

DOTAÇÃO - 1701.2055.3390 (46), (47), (48)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 08/FMS/2015

DATA DA ASSINATURA - 08 de abril de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 18/FMS/2015**

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 18/2015

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

OBJETO - contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição Medicamentos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC, durante o exercício de 2015.

VALOR - R\$ 26.625,10 (VINTE E SEIS MIL, SEISCENTOS E VINTE E CINCO REAIS E DEZ CENTAVOS).

VIGÊNCIA - O período de vigência do presente contrato a será até 31/12/2015 contado a partir da data de assinatura, ou até terminar as quantidades previstas, o que ocorrer primeiro, podendo ser prorrogado caso haja interesse das partes, mediante termo aditivo, na forma e prazo estabelecidos na lei vigente.

DOTAÇÃO - 1701.2055.3390 (46), (47), (48)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 08/FMS/2015

DATA DA ASSINATURA - 08 de abril de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 19/FMS/2015**

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 19/2015

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

OBJETO - contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição Medicamentos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC, durante o exercício de 2015.

VALOR - R\$ 61.181,30 (SESENTA E UM MIL, CENTO E OITENTA E UM REAIS E TRINTA CENTAVOS).

VIGÊNCIA - O período de vigência do presente contrato a será até 31/12/2015 contado a partir da data de assinatura, ou até terminar as quantidades previstas, o que ocorrer primeiro, podendo ser prorrogado caso haja interesse das partes, mediante termo aditivo, na forma e prazo estabelecidos na lei vigente.

DOTAÇÃO - 1701.2055.3390 (46), (47), (48)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 08/FMS/2015

DATA DA ASSINATURA - 08 de abril de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 20/FMS/2015**

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 20/2015

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME

OBJETO - contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição Medicamentos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC, durante o exercício de 2015.

VALOR - R\$ 2.955,62 (DOIS MIL, NOVECENTOS E CINQUENTA E CINCO REAIS E SESENTA E DOIS CENTAVOS).

VIGÊNCIA - O período de vigência do presente contrato a será até 31/12/2015 contado a partir da data de assinatura, ou até terminar as quantidades previstas, o que ocorrer primeiro, podendo ser prorrogado caso haja interesse das partes, mediante termo aditivo, na forma e prazo estabelecidos na lei vigente.

DOTAÇÃO - 1701.2055.3390 (46), (47), (48)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 08/FMS/2015

DATA DA ASSINATURA - 08 de abril de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 21/FMS/2015**

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 021/2015

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - CIRURGICA SANTA CRUZ COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

OBJETO - contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição Medicamentos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC, durante o exercício de 2015.

VALOR - R\$ 900,00 (novecentos reais).

VIGÊNCIA - O período de vigência do presente contrato a será até 31/12/2015 contado a partir da data de assinatura, ou até terminar as quantidades previstas, o que ocorrer primeiro, podendo ser prorrogado caso haja interesse das partes, mediante termo aditivo, na forma e prazo estabelecidos na lei vigente.

DOTAÇÃO - 1701.2055.3390 (46), (47), (48)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 08/FMS/2015

DATA DA ASSINATURA - 08 de abril de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 22/FMS/2015**

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 22/2015

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - DIMACI SC MATERIAL CIRURGICO LTDA

OBJETO - contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição Medicamentos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC, durante o exercício de 2015.

VALOR - R\$ 113.515,00 (CENTO E TREZE MIL, QUINHENTOS E QUINZE REAIS).

VIGÊNCIA - O período de vigência do presente contrato a será até 31/12/2015 contado a partir da data de assinatura, ou até terminar as quantidades previstas, o que ocorrer primeiro, podendo ser prorrogado caso haja interesse das partes, mediante termo aditivo, na forma e prazo estabelecidos na lei vigente.

DOTAÇÃO - 1701.2055.3390 (46), (47), (48)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 08/FMS/2015

DATA DA ASSINATURA - 08 de abril de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 24/FMS/2015**

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 24/2015

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI EPP

OBJETO - contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição Medicamentos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC, durante o exercício de 2015.

VALOR - R\$ 37.851,00 (TRINTA E SETE MIL, OITOCENTOS E CINQUENTA E UM REAIS).

VIGÊNCIA - O período de vigência do presente contrato a será até 31/12/2015 contado a partir da data de assinatura, ou até terminar as quantidades previstas, o que ocorrer primeiro, podendo ser prorrogado caso haja interesse das partes, mediante termo aditivo, na forma e prazo estabelecidos na lei vigente.

DOTAÇÃO - 1701.2055.3390 (46), (47), (48)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 08/FMS/2015

DATA DA ASSINATURA - 08 de abril de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 25/FMS/2015**

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 025/2015

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

OBJETO - contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição Medicamentos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC, durante o exercício de 2015.

VALOR - R\$ 18.468,60 (DEZOITO MIL QUATROCENTOS E SESENTA E OITO REAIS E SESENTA CENTAVOS).

VIGÊNCIA - O período de vigência do presente contrato a será até 31/12/2015 contado a partir da data de assinatura, ou até terminar as quantidades previstas, o que ocorrer primeiro, podendo ser prorrogado caso haja interesse das partes, mediante termo aditivo, na forma e prazo estabelecidos na lei vigente.

DOTAÇÃO - 1701.2055.3390 (46), (47), (48)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 08/FMS/2015

DATA DA ASSINATURA - 08 de abril de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 26/FMS/2015**

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 26/2015

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

OBJETO - contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição Medicamentos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC, durante o exercício de 2015.

VALOR - R\$ 33.000,55 (TRINTA E TRÊS MIL REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

VIGÊNCIA - O período de vigência do presente contrato a será até 31/12/2015 contado a partir da data de assinatura, ou até terminar as quantidades previstas, o que ocorrer primeiro, podendo ser prorrogado caso haja interesse das partes, mediante termo aditivo, na forma e prazo estabelecidos na lei vigente.

DOTAÇÃO - 1701.2055.3390 (46), (47), (48)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 08/FMS/2015

DATA DA ASSINATURA - 08 de abril de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 27/FMS/2015**

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 27/2015

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA

OBJETO - contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição Medicamentos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC, durante o exercício de 2015.

VALOR - R\$ 71.623,20 (SETENTA E UM MIL, SEISCENTOS E VINTE E TRÊS REAIS E VINTE CENTAVOS).

VIGÊNCIA - O período de vigência do presente contrato a será até 31/12/2015 contado a partir da data de assinatura, ou até terminar as quantidades previstas, o que ocorrer primeiro, podendo ser prorrogado caso haja interesse das partes, mediante termo aditivo, na forma e prazo estabelecidos na lei vigente.

DOTAÇÃO - 1701.2055.3390 (46), (47), (48)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 08/FMS/2015

DATA DA ASSINATURA - 08 de abril de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 28/FMS/2015**

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 028/2015

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

OBJETO - contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição Medicamentos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC, durante o exercício de 2015.

VALOR - R\$ 48.497,90 (QUARENTA E OITO MIL, QUATROCENTOS E NOVENTA E SETE REAIS E NOVENTA CENTAVOS).

VIGÊNCIA - O período de vigência do presente contrato a será até 31/12/2015 contado a partir da data de assinatura, ou até terminar as quantidades previstas, o que ocorrer primeiro, podendo ser prorrogado caso haja interesse das partes, mediante termo aditivo, na forma e prazo estabelecidos na lei vigente.

DOTAÇÃO - 1701.2055.3390 (46), (47), (48)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 08/FMS/2015

DATA DA ASSINATURA - 08 de abril de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 29/FMS/2015**

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 029/2015

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - LA DALLA PORTA JUNIOR

OBJETO - contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição Medicamentos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC, durante o exercício de 2015.

VALOR - R\$ 20.063,71 (VINTE MIL, SESENTA E TRÊS REAIS E SETENTA E UM CENTAVOS).

VIGÊNCIA - O período de vigência do presente contrato a será até 31/12/2015 contado a partir da data de assinatura, ou até terminar as quantidades previstas, o que ocorrer primeiro, podendo ser prorrogado caso haja interesse das partes, mediante termo aditivo, na forma e prazo estabelecidos na lei vigente.

DOTAÇÃO - 1701.2055.3390 (46), (47), (48)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 08/FMS/2015

DATA DA ASSINATURA - 08 de abril de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 54/PMF/2015**

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 54/2015

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - DISTRIMEL MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA

OBJETO - O presente Edital tem por objetivo a aquisição, de forma parcelada, de materiais elétricos, para instalação e manutenção de luminárias para Iluminação Pública do Município de Forquilha, durante o exercício de 2015.

VALOR - R\$ 24.573,15 (vinte e quatro mil quinhentos e setenta e três reais e quinze centavos).

VIGÊNCIA - 31/12/2015

DOTAÇÃO - 0701.2036.3390 (126)

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 45/PMF/2015

DATA DA ASSINATURA - 02 de abril de 2015

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 60/PMF/2015**

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 60/2015

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - ADRIANO FERRARI

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto contratação do DJ Adriano Ferrari para se apresentar no palco principal dos 26 anos de Emancipação Político-Administrativa, com acesso gratuito, no dia 25 de abril de 2015, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 1.100,00 (hum mil e cem reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2015

DOTAÇÃO - 0802.2040.3390 (145).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Inexigibilidade de Licitação nº. 69/PMF/2015

DATA DA ASSINATURA - 15 de abril de 2015

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 61/PMF/2015**

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 61/2015

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - ANDERSON CARDOSO FRIEBEL

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto contratação da Banda PH7 para se apresentar no palco principal dos 26 anos de Emancipação Político-Administrativa, com acesso gratuito, no dia 25 de abril de 2015, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2015

DOTAÇÃO - 0802.2040.3390 (145).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Inexigibilidade de Licitação nº. 69/PMF/2015

DATA DA ASSINATURA - 15 de abril de 2015

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 62/PMF/2015**

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 62/2015

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - CLAMOR LIVROS E CD'S LTDA

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto contratação da banda CLAMOR PELAS NAÇÕES para se apresentar no palco principal dos 26 anos de Emancipação Político-Administrativa, com acesso gratuito, no dia 25 de abril de 2015, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2015

DOTAÇÃO - 0802.2040.3390 (145).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Inexigibilidade de Licitação nº. 69/PMF/2015

DATA DA ASSINATURA - 15 de abril de 2015

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 63/PMF/2015**

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 63/2015

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - FRANCIELI FIGUEREDO PASSARELA

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto contratação da atração musical ZUCKY VASCONCELOS para se apresentar no palco principal dos 26 anos de Emancipação Político-Administrativa, com acesso gratuito, no dia 25 de abril de 2015, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 2.288,00 (dois mil e duzentos e oitenta e oito reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2015

DOTAÇÃO - 0802.2040.3390 (145).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Inexigibilidade de Licitação nº. 69/PMF/2015

DATA DA ASSINATURA - 15 de abril de 2015

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 64/PMF/2015**

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 64/2015

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - JONAS LOPES

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto contratação da Banda Três & Um para se apresentar no palco principal dos 26 anos de Emancipação Político-Administrativa, com acesso gratuito, no dia 25 de abril de 2015, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 1.900,00 (hum mil e novecentos reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2015

DOTAÇÃO - 0802.2040.3390 (145).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Inexigibilidade de Licitação nº. 69/PMF/2015

DATA DA ASSINATURA - 15 de abril de 2015

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal**EXTRATO DE CONTRATO Nº 65/PMF/2015**

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 65/2015

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - SANDRO ELISEU ZIMMERMANN CORONEL

OBJETO - O presente Contrato tem por objeto contratação da Atração Musical Heliipe para se apresentar no palco principal dos 26 anos de Emancipação Político-Administrativa, com acesso gratuito, no dia 25 de abril de 2015, por meio da Seção de Eventos Culturais, no município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos reais).

VIGÊNCIA - 31/12/2015

DOTAÇÃO - 0802.2040.3390 (145).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal 8.666/93 e Inexigibilidade de Licitação nº. 69/PMF/2015

DATA DA ASSINATURA - 15 de abril de 2015

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 26/PMF/2015**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 26/2015

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 46/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - BETHA SISTEMAS LTDA

DO OBJETO - Contratação de serviço especializado na área de informática, para locação de sistemas de gestão pública, integrados, com acesso simultâneo de usuários, durante o exercício de 2014, para o município de Forquilha/SC, conforme características descritas no ANEXO I do edital de chamamento;

DO VALOR - Em razão do cancelamento dos serviços referentes aos itens 29 e 30 do do Contrato nº. 46/PMF/2014, fica suprimido o valor global em R\$ 10.191,96 (dez mil cento e noventa e um reais e noventa e seis centavos) para o exercício de 2015.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 01 de abril de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 30/PMF/2015**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 30/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 88/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - CONFER - CONSTRUTORA FERNANDES LTDA

DO OBJETO - Prestação de serviços de pavimentação asfáltica a serem executados em 06 (seis) ruas municipais dos Bairros Centro, Vila Franca e Ouro Negro, por meio da Proposta nº. 7036, Programa de Transferência nº. 2013000640, firmados entre o Município de Forquilha e o Fundo Estadual de Apoio aos Municípios - FUNDAM.

DO VALOR - O valor global do Contrato nº. 88/PMF/2014 sofrerá um reajuste de 2,74%, correspondente a R\$ 77.706,32 (setenta e sete mil setecentos e seis reais e trinta e dois centavos), conforme reequilíbrio econômico e financeiro.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 15 de abril de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal**EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 31/PMF/2015**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 31/2015

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 130/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - CONFER - CONSTRUTORA FERNANDES LTDA

DO OBJETO - Execução dos serviços de pavimentação asfáltica da Rod. dos Imigrantes Italianos Sanga do Café - Sanga do Engenho, extensão 1,39km no Município de Forquilha/SC conforme Proposta nº. 12339, Programa nº. 2014002580 da Secretaria do Estado de Desenvolvimento Regional/Criciúma e Convênio nº 2014 TR 0002454 junto a Prefeitura Municipal de Forquilha/SC.

DO VALOR - O valor global do Contrato nº. 130/PMF/2014 sofrerá

um reajuste de 7,22%, correspondente a R\$ 46.339,64 (quarenta e seis mil trezentos e trinta e nove reais e sessenta e quatro centavos), conforme reequilíbrio econômico e financeiro.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 15 de abril de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

#### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 32/PMF/2015**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 32/2015  
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 131/2014  
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - CONFER - CONSTRUTORA FERNANDES LTDA

DO OBJETO - Prestação de serviços de pavimentação asfáltica da Rodovia Jacob Westrup, extensão de 2.500 metros (estaca 68 + 020 até estaca 70 + 520) no Município de Forquilha/SC, conforme Convênio nº. 2014TR002540 firmado junto ao Estado de Santa Catarina.

DO VALOR - O valor global do Contrato nº. 131/PMF/2014 sofrerá um reajuste de 6,84%, correspondente a R\$ 199.481,35 (cento e noventa e nove mil quatrocentos e oitenta e um reais e trinta e cinco centavos), conforme reequilíbrio econômico e financeiro.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 15 de abril de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

#### **EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 33/PMF/2015**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 33/2015  
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 132/2014  
CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - CONFER - CONSTRUTORA FERNANDES LTDA

DO OBJETO - Execução, de forma parcelada, de pavimentação asfáltica com Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ) em logradouros públicos do Município de Forquilha/SC, compreendendo material, mão-de-obra, equipamentos e ferramentas normais e especiais necessárias obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas no memorial descritivo que independentemente de transcrição faz parte integrante termo contratual.

DO VALOR - O valor global do Contrato nº. 132/PMF/2014 sofrerá um reajuste de 11,904%, correspondente a R\$ 105.200,06 (cento e cinco mil duzentos reais e seis centavos), conforme reequilíbrio econômico e financeiro.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 15 de abril de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

#### **NOTA DE REVOGAÇÃO Nº. 02/FMS/2015**

NOTA DE REVOGAÇÃO Nº. 02/FMS/2015

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 09/FMS/2015

OBJETO: Aquisição de equipamentos, material permanente e veículo para estruturação da rede de serviços de Atenção Básica de Saúde, conforme Proposta nº. 10540.697000/1130-05 do Ministério da Saúde junto ao Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC.

MOTIVO: Aos dezessete dias do mês de abril de dois mil e quinze a comissão de pregão iniciou a abertura da sessão do Pregão Eletrônico nº. 09/FMS/2015. Iniciados os trabalhos verificou-se que o sistema Cidade Compras apresentava muita lentidão gerando transtornos aos usuários e impossibilitando a continuidade do processo em questão na presente data. Portanto, a comissão de pregão decide por revogar este processo e relançá-lo em momento oportuno.

Forquilha/SC, 17 de abril de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

#### **NOTA DE REVOGAÇÃO Nº. 04/PMF/2015**

NOTA DE REVOGAÇÃO Nº. 04/PMF/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 62/PMF/2015

OBJETO: A presente licitação tem como objetivo a aquisição de sensores interativos para quadro branco, para atendimento das escolas da rede municipal de ensino do Município de Forquilha.

MOTIVO: No dia dezessete do mês de abril de dois mil e quinze, reuniram-se a Pregoeira, sua equipe correspondente e assessorias para reavaliação do edital de Pregão Presencial nº. 62/2015 e seus anexos, em função do recebimento de impugnação impetrada pela empresa MARKA COM. DE MATERIAIS E EQUIP. DE INFORMÁTICA EIRELI EPP. A fim de realizar julgamento mais criterioso quanto as alegações da empresa citada, estes decidiram por revogar o processo licitatório em questão a fim de, posteriormente, lançar um novo processo adequado às necessidades na Secretaria Municipal de Educação.

Forquilha/SC, 17 de abril de 2015.

VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### AVISO DE RETIFICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0009\_2015- RP-0006

Aviso de Retificação do Pregão Presencial nº 0009/2015 - FMS  
Registro de Preço Nº 0006/2015-FMS  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando contratação futura de empresa do ramo objetivando a prestação de serviço de transporte de pacientes que freqüentam o Centro de Atenção Psicossocial - CAPS, durante o período de maio a outubro de 2015 . Retificação: Fica alterado o item 3.6 do edital, passando os veículos ter no máximo 10 (dez) anos de modelo e 10 (dez) anos de fabricação, considerando o exercício vigente. Permanecendo a mesma data de abertura, ou seja, Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 10:15 horas do dia 05.05.2015. Abertura: às 10:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br) e e-mail: [compras@fraiburgo.sc.gov.br](mailto:compras@fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo(SC), 14 de abril de 2015.  
Nilce Pinz  
Secretária Municipal de Saúde

### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0006\_2015-RP 0005 FME

Aviso do Pregão Presencial nº 0006/2015 - FME  
Registro de Preços Nº 0005/2015 - FME  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de líquido a base de água para demarcação de superfícies gramadas, durante os meses de maio a agosto de 2015. Validade da Ata de Registro de Preços: maio a agosto de 2015. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 14:15 horas do dia 08.05.2015. Abertura: as 14:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 17 de abril de 2015.  
Ivo Biazolo  
Prefeito

### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0010\_2015 RP 0007-FMS

Aviso do Pregão Presencial nº 0010/2015 - FMS  
Registro de Preços nº 0007/2015  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
Objeto: Pregão Presencial para REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais para uso dos pacientes que frequentam as oficinas terapêuticas do Centro De Atenção Psicossocial - CAPS, durante os meses de maio a agosto de 2015. Validade da Ata de Registro de Preços: Maio a agosto de 2015. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 09:15 horas do dia 11.05.2015. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br) e e-mail: [compras@fraiburgo.sc.gov.br](mailto:compras@fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo(SC), 17 de abril de 2015.  
Nilce Pinz  
Secretária Municipal de Saúde

### AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0053\_2015-PMF RP 0035

Aviso do Pregão Presencial nº 0053/2015 - PMF  
Registro de Preços Nº 0035/2015 - PMF  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS visando contratação futura de empresa do ramo para prestação dos serviços de preparação e pintura de paredes, forros, beirais, portas, janelas, cercas e grades, dos imóveis do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FMS e FME). Validade da Ata de Registro de Preços: de maio a dezembro de 2015. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: até as 9:15 horas do dia 11.05.2015. Abertura: às 9:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 17 de abril de 2015.  
Ivo Biazolo  
Prefeito

### DECRETO Nº 067/2015

DECRETO Nº 067, DE 17 DE ABRIL DE 2015.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei Nº 2276, de 05 de Dezembro de 2014;

#### DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2015 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), nas seguintes dotações:

11.00 – Secretaria de Ação Social		
11.01 – Fundo Municipal de Assistência Social		
08.244.0021.2.047 – Manutenção do CRAS		
3.3.90.00 – Aplicações Diretas	R\$	30.000,00
0.1.0514 (166)		
Total		
	R\$	30.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

417213413 – Transf. De Recursos do FNAS – SSCFV	R\$	30.0000,00
TOTAL		
	R\$	30.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.  
FRAIBURGO, 17 DE ABRIL DE 2015.  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**EXTRATO EDITAL ACT Nº 0011-2015 - AG. DE SAÚDE**  
EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0011 DE 17 DE ABRIL DE 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público em diversas áreas do Município de Fraiburgo, para a função pública de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE da localidade Dez de Novembro. O preenchimento de vagas será para o ano de 2015, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 22 de abril de 2015 a 8 de maio de 2015, das 08:30 as 11:30 horas e das 14:00 às 17:00, em dia de expediente (excetuados sábados, domingos, feriados e pontos facultativos), na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no site "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3057.

Fraiburgo, 17 de abril de 2015  
IVO BIAZZOLO  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

**REC.FEDERAIS 22.04.2015**

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:

Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
08.04.2015	FNS	VIG. SAÚDE	9.082,59
08.04.2015	FNS	VIG. SANITÁRIA	4.099,71
08.04.2015	FNS	VIG. SANITÁRIA	1.268,34

Secretaria de Finanças

## Frei Rogério

### PREFEITURA

**RESUMO EDITAL PROCESSO DE LICITAÇÃO, 11/2015**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 11/2015

TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2015

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO - SC torna público aos interessados que fará realizar, no dia 07 de maio de 2015, as 14h00min, através da Comissão Permanente de Licitação, nomeada pela portaria 10/2015, Licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇO, regida pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, sob o regime de empreitada pelo menor preço global, (material e mão de obras), tendo por objetivo a execução de pavimentação de parte das Ruas Jose Faquim e José Darol, situadas no cento do Município de Frei Rogério.

Local: Prefeitura Municipal, Rua Adolfo Soleti, nº 750.

Informações e Edital poderão ser obtidos através do site: [www.freirogerio.sc.gov.br](http://www.freirogerio.sc.gov.br) ou no setor de compras da Prefeitura Municipal pelo fone (49) 3257-0000.

E-mail: [compras@freirogerio.sc.gov.br](mailto:compras@freirogerio.sc.gov.br)

Frei Rogério (SC), 16 de abril de 2015  
OSNY BATISTA ALBERTON  
Prefeito Municipal.

# Garopaba

## PREFEITURA

### AVISO DE CHAMADA PUBLICA Nº 006/2015

AVISO DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 006/2015

O Município de Garopaba/SC comunica aos interessados que está procedendo ao CHAMAMENTO PÚBLICO, para fins de recebimento dos Projetos de Venda de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar e habilitação dos fornecedores, em conformidade com a Lei nº 11.947/09, Resolução FNDE 26/13 e Lei nº 8.666/93. A documentação de credenciamento será recebida a partir do dia 22 de abril de 2015, devendo ser entregue no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Garopaba/SC, sito na Praça Governador Ivo Silveira, 296, Centro.

Garopaba - SC, 21 de abril de 2015.  
Paulo Sérgio de Araujo  
Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO PE019/2015

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 019/2015

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição de saibro próprio para trecho de rodagem de vias não pavimentadas, para uso da Secretária de Infra Estrutura e Serviços Urbanos na manutenção de vias não pavimentadas do município. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sitio [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br) até as 14h00min do dia 05/05/2015. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 05/05/2015, no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br)

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br), onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 17 de abril de 2015.  
Paulo Sérgio de Araujo  
Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO PE026/2015

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 026/2015

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, para fornecimento em parcela única, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, pretendendo o fornecimento e instalação de parquinhos e brinquedos a serem adquiridos pela Secretaria de Educação. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sitio [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br) até as 14h10min do dia 05/05/2015. A sessão pública será realizada a partir das 14h20min do dia 05/05/2015, no endereço eletrônico [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br)

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço

acima descrito, ou no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br), onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 17 de abril de 2015.  
Paulo Sérgio de Araujo  
Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO PR004/2015

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2015

O Município de Garopaba torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando o registro de preço para contratação de profissionais para ministrar oficinas com objetivo de promover ações de acesso à cultura a Secretária de Assistência Social. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até as 13h55min do dia 06/05/2015. A sessão se dará a partir das 14h00min do dia 06/05/2015, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br)

Garopaba, 17 de abril de 2015.  
Paulo Sérgio de Araujo  
Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO PR007/2015

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2015

O Município de Garopaba torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando o registro de preço para contratação de empresa especializada para prestar o serviço de transporte de Crianças e Adolescentes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até as 14h55min do dia 06/05/2015.

A sessão se dará a partir das 15h00min do dia 06/05/2015, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br)

Garopaba, 17 de abril de 2015.  
Paulo Sérgio de Araujo  
Prefeito Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO PR008/2015****AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/2015**

O Município de Garopaba torna público para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando Registro de preço para locação de equipamentos de sonorização, iluminação, estruturas de palco e prestação de serviço de som volante, para atender as necessidades da Prefeitura e do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até as 14h55min do dia 05/05/2015.

A sessão se dará a partir das 15h00min do dia 05/05/2015, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br)

Garopaba, 17 de abril de 2015.

Paulo Sérgio de Araujo  
Prefeito Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO PR011/2015****AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 011/2015**

O Município de Garopaba torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando o registro de preço para contratação de empresa especializada para prestar serviços de manutenção de Ar condicionados Split e Janelheiro, com o fornecimento de peças sem exclusividade, para as secretarias administradas pela Prefeitura e Fundo Municipal de Saúde de Garopaba. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até as 15h55min do dia 06/05/2015.

A sessão se dará a partir das 16h00min do dia 06/05/2015, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br)

Garopaba, 17 de abril de 2015.

Paulo Sérgio de Araujo  
Prefeito Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO TP007/2015****AVISO DE LICITAÇÃO****TOMADA DE PREÇOS Nº. 07/2015**

Município de Garopaba torna público que realizará licitação, na modalidade TOMADA DE PREÇO, sob regime de empreitada por preço unitário, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, consoante as disposições contidas na Lei nº. 8.666/93, e suas alterações posteriores, Lei Complementar nº. 123/2006, bem como demais legislações pertinentes, objetivando a contratação de empresa especializada para execução de drenagem e pavimentação com peças pré moldada de concreto, das ruas Vitor Firmino Marques e Doraci de Andrade, no bairro Campo Duna, município de Garopaba, com o

fornecimento de materiais e mão de obra, conforme especificações constantes do projeto básico. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº 01 DOCUMENTAÇÃO e nº 02 PROPOSTA serão recebidos no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº 296, Centro, Garopaba/SC, até às 13h25min do dia 08/05/2015. A sessão se dará a partir das 13h30min do dia 08/05/2015, no endereço acima especificado. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Garopaba, no horário das 13h00min às 18h00min.

Garopaba - SC, 17 de abril de 2015.

Paulo Sérgio de Araujo

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 072/2015****DECRETO N.º 072, DE 17 DE ABRIL DE 2015.****CONSTITUI COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E NOMEIA LEILOEIRO OFICIAL.**

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais legislação vigente, especialmente do artigo 51 da Lei 8.666/93, de 21/06/1993 e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º. Fica constituída a Comissão Permanente de Licitações para o período de 17/04/2015 à 16/04/2016.

Art. 2º. São membros titulares da Comissão Permanente de Licitações os servidores municipais: RAFAEL DE SOUZA, BIANCA DOS PASSOS, RAFAEL TONVILDES DE ABREU e como suplente FERNANDO DA SILVA FERREIRA.

§1º. A Comissão Permanente de Licitações será presidida pelo Senhor RAFAEL DE SOUZA.

§2º. "Na ausência do Presidente da Comissão Permanente de Licitações, a presidência dos trabalhos caberá ao membro mais idoso."

Art. 3º. Ficam definidas como funções da Comissão Permanente de Licitações, o recebimento, a análise e julgamento de propostas apresentadas nas diversas modalidades de licitações e todos os demais assuntos relacionados ao bom andamento dos serviços para o cumprimento da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21/06/1993 e suas alterações posteriores.

Art. 4º. Fica nomeado o servidor municipal RAFAEL DE SOUZA para atuar, sem qualquer ônus para o município, como Leiloeiro Oficial em todas as licitações na modalidade de leilão, a serem realizadas no período de 17/04/2015 à 16/04/2016.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial o Decreto nº 147/2014.

Garopaba, 17 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 22/04/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO

Secretário de Administração

## EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 008/2015 - TURISMO

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 008/2015

Considerando as escolinhas de esportes um meio de democratizar o acesso ao esporte, estimulando crianças e adolescentes, a interagir socialmente.

Considerando que com a prática esportiva, busca-se desenvolver valores sociais e melhoria da auto-estima, convívio, interação social e saúde.

Considerando que existem serviços especializados e provenientes de programas temporários que precisam ser providos para manter a qualidade dos serviços;

Considerando que a Secretaria Municipal de Esportes, Turismo e Desenvolvimento para a implementação de programas e projetos que envolvem profissionais com formações específicas, ainda não contempladas em Concurso Público;

Considerando que o Município está trabalhando na reorganização de seus setores e no planejamento para realização de concurso público para suprir todas as vagas necessárias ao atendimento da população;

O Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições, com base no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba e considerando o artigo 37, IX, da Constituição Federal, TORNA PÚBLICO que estão abertas as inscrições de Processo Seletivo Simplificado de contratação de pessoal, por prazo determinado, para reposição de vagas e cadastro de reserva, para atuar em Setores da Prefeitura Municipal de Garopaba, nos seguintes termos:

### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital, coordenado por Comissão do Processo Seletivo, indicada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura e designada pelo Prefeito Municipal.

1.2. A seleção dos candidatos será publicada no Diário Oficial dos Municípios, DOM/SC, [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), e consistirá na contagem de títulos e da experiência comprovada.

1.3. O Processo Seletivo Simplificado destina-se à seleção de profissionais para contratação em caráter temporário, em contrato temporário pelo período de até 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

1.4. O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente

de classificação.

1.5. No caso da desistência do profissional convocado o mesmo passará ao final da lista de aprovados, mediante pedido expresso.

1.6. O contrato por prazo determinado extinguir-se-á:

- pelo término do prazo contratual;
- por iniciativa do contratado;
- por conveniência e oportunidade do serviço público;
- pela infração por parte do contratado de dispositivos da legislação vigente;

### 2. DA INSCRIÇÃO

2.1 As inscrições serão recebidas de 22 de abril de 2015 a 06 de maio de 2015, das 14h às 17h, na Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento, situada na Rua Aderbal Ramos da Silva nº 229, Centro, em Garopaba/SC, fone: (48) 3254-8173, devendo o servidor responsável, proceder ao devido protocolo e autuação.

2.2 No ato da inscrição o candidato deverá informar dados pessoais e fornecer dos documentos a seguir em vias originais e cópias:

- Cópia da cédula de identidade profissional do requerente, válida

e expedida pelo CREF3/SC;

- Termo de responsabilidade Técnica visado pelo CREF3/SC, em nome do requerente;

- Certidão de Regularidade Administrativa, em nome do requerente, obtida junto ao Conselho Regional de Educação Física;

- Comprovantes de títulos;

- Comprovante de Residência em nome do candidato, ou acompanhado de Declaração do proprietário.

2.3. ATENÇÃO: O candidato, por ocasião da INSCRIÇÃO, deverá comprovar todos os requisitos acima elencados, bem como indicar qual o cargo a que pretende concorrer. A não apresentação dos comprovantes exigidos tornará sem efeito a respectiva inscrição, inviabilizando a avaliação da documentação apresentada pelo candidato.

### 3. DAS VAGAS

CARGO	CARGA HORÁRIA	VAGAS	REMUNERAÇÃO	REQUISITOS MÍNIMOS/ATRIBUIÇÕES ATRIBUIÇÕES
Professor – Educação Física	40hs	01	R\$ 1.994,49	Habilitação profissional: Curso Superior Completo de Bacharelado em Educação Física; Termo de responsabilidade Técnica visado pelo CREF3/SC; Certidão de Regularidade Administrativa. Atribuições: Ministrar aulas de acordo com o plano de aula previamente laborada; orientar aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades das unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo ensino-aprendizagem; contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; zelar e manter organizados, limpos e conservados os materiais, equipamentos e local de trabalho, que estão sob sua responsabilidade; colaborar com as atividades de articulação da escolinha com as famílias e a comunidade; executar outras tarefas semelhantes.

### 4. DO PROCESSO SELETIVO

4.1 O processo seletivo dar-se-á mediante somatório de pontos da contagem de títulos e da experiência comprovada.

4.2 Para contagem de títulos serão considerados válidos os cursos de formação e capacitação, direcionados para área de atuação do cargo ao qual o candidato inscrever-se, ministrados por

instituições comprovadamente com registro no Ministério da Educação, ou fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Garopaba, com data de emissão do comprovante dentro dos últimos 2 (dois) anos, contados da abertura das inscrições, conforme descritos no Anexo I, devendo os candidatos apresentarem os documentos comprobatórios a estes.

4.3 A Comissão de Avaliação reservar-se-á o direito de não considerar documentos emitidos por instituições desconhecidas, com dados insuficientes ou sem dados suficientes para comprovação.

4.4 Entende-se como documentos comprobatórios de títulos os certificados, declarações ou atestados, em papel com timbre da entidade promotora, devendo ser expedidos pela mesma. Não serão pontuados documentos sem timbre da entidade promotora.

4.5 O tempo de experiência profissional poderá ser comprovado através de fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS e/ou Certidão de Tempo de Serviço emitida por Entidade Pública, ou declaração, em papel com timbre, da instituição e/ou empresa em que atuou.

4.6 A qualquer tempo a Comissão poderá convocar os candidatos inscritos para entrevista, na qual poderão ser solicitadas informações complementares.

## 5. CLASSIFICAÇÃO

5.1 A classificação final dos candidatos consistirá no somatório de pontos.

5.2 Serão classificados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 5,0 (um) pontos.

5.3 Os candidatos classificados serão chamados obedecendo à ordem decrescente de pontos, conforme conveniência e interesse público.

5.4 Na classificação final, entre candidatos com igual número de pontuação, serão fatores de desempate:

- maior idade;

## 6. DA CONTRATAÇÃO

6.1. A contratação e o exercício da função dependerão da comprovação dos seguintes requisitos básicos (documentos originais e cópias):

- classificação no processo seletivo simplificado;
- idade mínima de 18 (dezoito) anos completados até a data da contratação;
- cópia da cédula de identidade profissional expedida pelo CREF3/SC;
- título de Eleitor, com comprovante de votação na última eleição;

- certificados de quitação das obrigações relativas ao serviço militar;

- carteira de Trabalho;

- prova de inscrição no PIS/PASEP;

- certidão de casamento se for casado (a); ou de nascimento;

- certidões de nascimento dos filhos, se os tiver;

- certidão de Regularidade Administrativa, em nome do requerente, obtida junto ao Conselho Regional de Educação Física;

- comprovante de Escolaridade e/ou Formação Profissional, devidamente registrado no MEC;

- termo de responsabilidade Técnica visado pelo CREF3/SC, em nome do requerente;

- comprovante de Residência em nome do candidato, ou acompanhado de Declaração do proprietário;

- folha de antecedentes judiciais (cível e criminal, expedidas pelos cartórios das Varas Cíveis e Criminais ou do Foro da Comarca em que teve residência nos últimos 5 (cinco) anos;

- uma foto 3X4, de frente e recente;

- declaração de acumulação ou não de cargos e de proventos de inatividade;

- declaração de bens;

- outros documentos que Administração julgar necessários ao cumprimento das normativas vigentes.

## 7. DOS RECURSOS

7.1. Os recursos poderão ser interpostos em até 48h (quarenta e oito horas), a contar da divulgação por edital das homologações das inscrições e do resultado final.

7.2. Os mesmos deverão ser protocolados junto à Prefeitura Municipal de Garopaba, no setor de Protocolo, no referido prazo, devendo conter os seguintes elementos:

a) Nº do Processo Seletivo;

b) Cargo a que concorre;

c) Sucinta exposição dos motivos, critérios adotados, certificados ou títulos que deveriam ser atribuídos maior grau ou número de pontos;

d) Razões do pedido, bem como o objeto pleiteado (revisão e/ou nova classificação).

7.3. Serão desconsiderados os recursos interpostos fora do prazo, ou em desacordo com este Edital.

## 8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. A homologação das inscrições e do resultado será publicada no DOM/SC, [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

8.2. Os candidatos serão contratados em regime administrativo estatutário, ficando vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;

8.3. Os casos omissos deste edital e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidas pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado.

8.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Garopaba para dirimir questões oriundas do presente processo seletivos.

8.5. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba (SC), 17 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

## ANEXO I

PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO  
EDITAL 008/2015

## FUNÇÕES DE NÍVEL SUPERIOR

Comprovação da formação exigida para o cargo através de Diploma original (título obrigatório e classificatório)

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes ao cargo para o qual candidatou-se	0,5 ponto (por ano)	3 pontos
Cursando Licenciatura em Educação Física	0,5 pontos (por semestre)	2 pontos
Curso de Especialização	3 pontos	3 pontos
Curso de aperfeiçoamento na área de atuação - Carga Horária Mínima de 20 h. * contados no limite de 200 (duzentas) horas	0,5 ponto por curso	2 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

## ANEXO II

PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO  
EDITAL 008/2014

## FORMULÁRIO PARA RELAÇÃO DE TÍTULOS

Cargo: \_\_\_\_\_

Nº da inscrição: \_\_\_\_\_

Nome do candidato: \_\_\_\_\_

## RELAÇÃO DE TÍTULOS ENTREGUES

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

- ( ) Curso de Especialização  
( ) Cursos de Capacitação

Experiência Profissional:

- ( ) ano(s)  
( ) mês(es)  
( ) dia(s)

\*Nota da Entrevista (Reservado a Comissão): \_\_\_\_\_

Assinatura do candidato Assinatura do Responsável p/ recebimento

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº018/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 018/2015  
FMS

Ata nº. 018/2015; Processo nº. 028/2015; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE GAROPABA. Contratada: BRUTHAN COMERCIAL LTDA; EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - EPP; NUTRIPORT COMERCIAL LTDA; PFG COMERCIAL LTDA; VENEZA -M DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME. Objeto: Registro de preço para aquisição de leites especiais e fraldas geriátricas, para paciente cadastrados no sistema único de saúde da secretária municipal de Garopaba. Valor: R\$ 78.131,26 (Setenta e oito mil, cento e trinta e um reais com vinte e seis centavos); Data da Assinatura: 17/04/2015.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº019/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 018/2015  
FMS

Ata nº. 019/2015; Processo nº. 026/2015; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE GAROPABA. Contratada: ATLANTIS COMÉRCIAL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME; CHRISPIM NEDI CARRILHO - EPP; DELTA FLIFE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA; MEDEQUIPA LTDA; PONTOMED PRODUTOS

PARA A SAÚDE LTDA. Objeto: Registro de preço para aquisição materiais de fisioterapia e agulhas para acupuntura utilizada nos serviços de fisioterapia e acupuntura na Policlínica Municipal oferecidos pela Secretária de Saúde de Garopaba. Valor: R\$ 18.763,70 (dezoito mil, setecentos e sessenta e três reais com setenta centavos); Data da Assinatura: 20/04/2015

**HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADOS PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 006/2015**

HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADOS  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 006/2015

FICAM HOMOLOGADOS os Resultados do Processo Seletivo, Edital n.º 006/2015, para os seguintes cargos:

CARGO: FONOAUDIÓLOGO - SEM INSCRIÇÃO

CARGO: MERENDERA

POSIÇÃO  
NOME CANDIDATO

- 001  
Solange Nascimento Antônio
- 002  
Suli Mari Marquez de Figueroa
- 003  
Fátima de Souza Darde
- 004  
Regina Elena Abranches Silva
- 005  
Joceli da Costa Marques

CARGO: SERVENTE

POSIÇÃO  
NOME CANDIDATO

- 001  
Fernanda Nascimento
- 002  
Claudete de Souza Marques
- 003  
Ruth Inez Monteiro Santos

CARGO: PROFESSOR DE ARTES

POSIÇÃO	NOME CANDIDATO	
001	Carlos Eduardo Panno - INDEFERIDO	

CARGO: PROFESSOR PEDAGOGIA	
POSIÇÃO	NOME CANDIDATO
001	Conceição da S. Pacheco Pereira
002	Bibiana Casulo Jaquet da Silva
003	Lays Alves dos Anjos
004	Pietra Gonzales da Silva
005	Naiane da Silveira Severino
006	Karla de Souza Massih Pereira
007	Gabriela Laurenzano Gouvea
008	Simone Menezes Dias Nascimento
009	Glacieny Leandro da Silva Soares
010	Andrea Guimarães Villela
	SEM HABILITAÇÃO EM PEDAGOGIA

011	Flávia Luz Pessoa de Barros - História
012	Mª Cristina Cândido da Silva – Ed. Física
013	Cristiane Regina Ribas D'Ávila - Filosofia
014	Sandra Regina Silveira - Magistério
015	Leandra Carine da Costa - Magistério
016	Tania Maria Anhalt - Magistério
017	Rosana Helena Terres - Magistério
CARGO: PROFESSOR PEDAGOGIA – MUSICALIZAÇÃO – SEM INSCRIÇÃO	
CARGO: PROFESSOR PEDAGOGIA - LIBRAS	
POSIÇÃO	NOME CANDIDATO
001	Suellen Caroliny Lopes - INDEFERIDO

Garopaba, 15 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Homologação no DOM/SC em 16/04/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

### PORTARIA N.º 278/2015

PORTARIA N.º 278, DE 16 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE MOVIMENTAÇÃO DE LOTAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. MOVIMENTAR A LOTAÇÃO, nos termos do art. 28, da Lei n.º 1000/2005, do servidor JEFERSON AVILA DE SOUZA, matrícula funcional n.º 3642, Agente Administrativo, ocupante de cargo de provimento efetivo, desde 20/07/2010, da Secretaria de Saúde para a Secretaria de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Garopaba.

Art. 2º. Nos termos do art. 28, da Lei n.º 1.000/2005, a lotação firmada pela presente Portaria, somente poderá ser alterada observado o interesse público, de consenso entre o Poder Executivo e o Servidor.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 16 de abril de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

RUTH MIQUELETO HONORATO BAPTISTA  
Secretária de Assistência Social

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 22/04/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

### PORTARIA N.º 279/2015

PORTARIA N.º 279, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente e;

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 169, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar que apure o ilícito administrativo cometido, assegurada ao acusado ampla defesa";

CONSIDERANDO que, foi encaminhado a Secretaria Municipal de Administração o Ofício SMS n.º 707/2014, da Secretaria da Saúde, solicitando a abertura de Sindicância para apurar o fato relatado no Ofício nº 160/3º PBM/2014;

CONSIDERANDO que, Conforme disposto no artigo n.º 153, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "constitui infração disciplinar toda a ação ou omissão do servidor que possa comprometer a dignidade e o decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência dos serviços públicos ou causar prejuízo de qualquer natureza à Administração Municipal";

CONSIDERANDO que, a Constituição Federal, no art. 5º, assegura a todos o direito à ampla defesa e ao contraditório; e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 172, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "a sindicância administrativa é o meio sumário de elucidação de irregularidades no serviço público para subsequente instauração de processo disciplinar e/ou punição do infrator".

**RESOLVE:**

Art. 1º. Nos termos do artigo n.º 172, da Lei Municipal n.º 1000/2005, DETERMINAR A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, a fim de apurar os fatos informados.

Art. 2º. DESIGNAR para comporem a Comissão Sindicante os servidores LEANDRO IZALDO SILVA, mat. 0924, KAREN LLOYD ALVES MOREIRA, mat. 3772 e DANIELA MARIA DOS SANTOS, mat. 3693 para, sob a presidência do primeiro, conduzirem o Processo de Sindicância Administrativa de que trata a presente Portaria.

Art. 3º. O prazo para a conclusão do processo será de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do presente ato.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Publique-se e cientifiquem-se os servidores cujos nomes figuram nesta Portaria.

Garopaba, 17 de abril de 2015.  
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 22/04/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

## Garuva

### PREFEITURA

#### **AVISO DE SUSPENSÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO PMG Nº 011/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS  
AVISO DE SUSPENSÃO DE ABERTURA  
Processo Licitatório PMG nº 011/2015  
Modalidade: Pregão Presencial  
Tipo de julgamento: Menor Preço por Item

Objeto: Registro de Preços para a possível aquisição de pneus, com entrega de forma parcelada, para atender as necessidades da frota de veículos e maquinários da Prefeitura Municipal de Garuva.

Devido à alterações que serão efetuadas no edital, fica suspensa a abertura do referido processo licitatório. O edital alterado será publicado com nova data de abertura.

GARUVA, 16 de abril de 2015.  
IVANDRO SÉRGIO LOPES  
Pregoeiro do Município

# Gaspar

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 6.360, DE 14 DE ABRIL DE 2015.**

DECRETO Nº 6.360, DE 14 DE ABRIL DE 2015.  
TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e especialmente as contidas no art. 72, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Gaspar, e no art. 219, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Gaspar,

**DECRETA:**

Art. 1º Torna sem efeito a nomeação da candidata para o cargo abaixo, em virtude da desistência da vaga expressamente manifestada:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
ANGELITA CESARINA WISBECK COMANDOLLI	AGENTE DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS I	40	5º	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 14 de abril de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

**PORTARIA RH 43/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

PORTARIA RH 43/2015

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder Licença Prêmio com 1/3 em pecúnia, a(o) servidor(a) RAQUEL ROSE DA CUNHA, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Especializados II, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, referente ao período aquisitivo de 04/05/1997 a 03/05/2002, devendo folgar 02 meses a partir de 22/04/2015 a 20/06/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de abril de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000  
-Fone/Fax (0\*\*47) 3331-6300-Gaspar /SC

CNPJ: 83.102.244/0001-02 [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

# Governador Celso Ramos

## PREFEITURA

**AVISO DE LICITAÇÃO CP 01-2015**

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

Concorrência Pública 001/2015

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que fará realizar licitação do tipo Menor Preço.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM, DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS E OUTROS DA RUA LUIZ ALEXANDRINO DA SILVA LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC ATRAVÉS DE RECURSOS DO FUNDO ESTADUAL DE APOIO AOS MUNICÍPIOS.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 22/05/2015 até às 14h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 22/05/2015 às 14h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura de Governador Celso Ramos no link Licitações, na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando o mesmo pelo e-mail: [licitacaogovernadorcelso Ramos@gmail.com](mailto:licitacaogovernadorcelso Ramos@gmail.com).

Governador Celso Ramos, 17 de Abril de 2015.

Mariana de Souza Fernandes

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

**EDITAL CMDCA Nº 001/2015 - DISPÕE SOBRE O PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO DOS CONSELHEIROS TUTELARES NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS**

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - EDITAL ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR - ELEIÇÕES UNIFICADAS 2015

Edital CMDCA nº 001/2015

Dispõe sobre o processo de escolha unificado dos Conselheiros Tutelares no Município de Governador Celso Ramos

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho, realizada no dia 01 de Abril de 2015, em sua sede localizada na Rod. Francisco Wollinger, km 13 - Calheiros - Governador Celso Ramos e considerando o disposto nos artigos. 132, 133 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução Conanda nº 170/2014, abre as inscrições para a escolha dos Conselheiros Tutelares para atuarem no Conselho Tutelar do Município de Governador Celso Ramos, e dá outras providências.

1 Do Cargo e das Vagas

1 A função é de Conselheiro Tutelar, estando abertas cinco vagas para conselheiros titulares e para cada titular, a de um suplente.

2 Os cinco candidatos mais votados assumirão, efetivamente, o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

2.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

3 O conselheiro tutelar titular, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do presente processo.

2 Da Remuneração, Da Carga Horária e do Mandato

2.1 O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constituirá serviço público relevante de dedicação exclusiva e, conforme Lei Municipal nº 826/12, é assegurado o direito a:

I - vencimento de R\$1.489,05 (Um mil quatrocentos e oitenta e nove reais com cinco centavos), com reajuste na mesma data e no mesmo percentual que for reajustado o vencimento dos servidores públicos municipais;

II - cobertura previdenciária;

III - gozo de férias anuais remuneradas, pelo período de 30 (trinta) dias, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

IV - licença-maternidade;

V - licença-paternidade;

VI - gratificação natalina.

2.2. Os servidores públicos municipais, quando eleitos para o cargo de conselheiro tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta nessa lei.

2.2.1 Ficam assegurados aos eventuais servidores públicos municipais eleitos, todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato.

2.3 A gratificação natalina corresponderá a um duodécimo da remuneração do conselheiro no mês de dezembro para cada mês do exercício da função no respectivo ano.

2.4 A função de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal.

2.5 O funcionamento do atendimento será realizado nos dias úteis, funcionando das 7h00 às 13h00 e das 13h00 às 19h00

2.5.1 Plantão noturno das 19h00 às 7h00 do dia seguinte.

2.5.2 Plantão de finais de semana (sábado e domingo) e feriados;

2.5.3 Para os plantões noturnos e de final de semana/feriado, será previamente estabelecida escala, também nos termos do respectivo regimento interno.

3. Do Processo de Escolha

3.1 Das Inscrições

3.1.1 O registro das candidaturas a conselheiro tutelar será feito no período 13/04/2015 a 03/06/2015, em dias úteis, no horário de atendimento ao público (13h00 às 19h00), na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, localizada na Rodovia Francisco Wollinger nº866 - Calheiros - Governador Celso Ramos.

3.1.2 Poderão submeter-se à eleição, os candidatos que apresentarem os seguintes requisitos:

a) reconhecida idoneidade moral, comprovada por Certidão Negativa de Antecedentes Penais;

c) idade superior a 21 (vinte e um) anos, comprovada por certidão de nascimento/casamento/identidade;

d) residir no município, demonstrada por comprovante de residência dos três meses anteriores à publicação deste Edital (caso o comprovante não esteja no nome do candidato, conseguir junto ao proprietário uma declaração de residência);

e) conclusão de ensino médio, comprovada através de Diploma;

f) estar quites com as obrigações eleitorais, comprovada pela quitação da última eleição;

g) ser eleitor do município, comprovada com título eleitor;

h) Xerox dos documentos pessoais, tais como: CPF, Carteira de Identidade e Carteira de Trabalho;

i) 01(uma) foto 3x4 recente;

3.1.2.2 O candidato servidor público municipal, deverá comprovar, no momento da inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

3.1.2 Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

3.1.3 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

3.1.4 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

3.2 Da Publicação das Candidaturas

3.2.1 A relação de candidatos inscritos será publicada no dia 12/06/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, para ciência pública.

3.2.2 Publicada a lista, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar a candidatura após 05 dias da data da publicação, mediante prova da alegação, no período 22/06/2015 a 26/06/2015, no horário de atendimento ao público (13h00 às 19h00), na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.2.2.1 O candidato impugnado deverá manifestar-se de forma escrita, no período de 29/06/2015 a 03/07/2015, no horário de atendimento ao público (13h00 às 19h00), na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.2.2.2 A comissão eleitoral terá o período de apresentar a resposta quanto às impugnações até o dia 10/07/2015.

3.2.3 O edital com a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições aprovadas será publicado no dia 13/07/2015, no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca.

3.2.4 Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o processo eleitoral e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, respeitada a data do pleito unificado (04/10/2015).

3.3 Da Propaganda Eleitoral

3.3.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

3.3.1.1 No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive, "boca de urna".

3.3.1.2 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas o número e o nome do candidato ou através de curriculum vitae.

3.3.1.3 Não será permitido a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

3.3.2 Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

3.3.2.1 Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

3.3.2.2 Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor

3.3.2.3 Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabiamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

3.3.3 É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, cartazes e santinhos com fotos. Sendo permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições a todos os candidatos.

3.3.4 É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

3.3.5 Compete à Comissão Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

3.3.6 Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Eleitoral, no prazo de 24 horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de três dias.

3.3.7 O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.3.8 É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

3.3.8.1 É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como fica vedado, fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

#### 3.4 Da Eleição

3.4.1 A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015, no horário de 13h00 às 19h00, nos seguintes locais:

- E.M Profª Dalma Luz de Azevedo
- E.E.B.M. Profª Elvira Sardá da Silva
- E.E.B. Profª Maria Amália Cardoso

3.4.2 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público.

3.4.3 No local de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números.

3.4.4 O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos, a carteira de identidade, ou outro documento equivalente a esta, com foto.

3.4.4.1 Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade

com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

3.4.4.2 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

3.4.5 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público através do Promotor de Justiça e por fiscais indicados por este, e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na seção eleitoral.

3.4.6 O eleitor votará uma única vez em até cinco candidatos na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

#### 3.5 Do Voto

3.5.1 Os conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

3.5.1.1 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município até três meses antes da eleição.

3.5.2 O voto é sigiloso, cuja cédula será rubricada pelo mesário, sendo que o eleitor votará em cabina indevassável.

3.5.2.1 O eleitor deverá indicar na cédula de votação o nome e o número do(s) candidato(s) escolhido(s).

#### 3.6 Da Cédula Oficial

3.6.1 A cédula será confeccionada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com indicação do número e nome do candidato.

3.6.1.1 Caso ocorra pedido de registro de apelidos idênticos, dar-se-á preferência àquele que primeiro se inscrever.

3.6.1.2 O número do candidato corresponderá ao número de sua inscrição.

3.6.2 Na cabine de votação, constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número.

#### 3.7 Das Mesas Receptoras

3.7.1 Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outros escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.2 Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.2.1 O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

3.7.2.2 O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

3.7.2.1 Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Eleitoral.

3.7.3 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Eleitoral.

3.7.4 Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos:  
I - Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Eleitoral;

II - Registrar na ata as impugnações dos votos;

3.7.5 Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

3.7.6 Não podem ser nomeados a Presidente e Mesários:

I - Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II - O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III - As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

### 3.8 Da Apuração

3.8.1 A apuração dar-se-á na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Eleitoral.

3.8.2 Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, depois de ouvido o Ministério Público, no prazo de 24 horas.

3.8.3 Após o término das votações o Presidente e o Mesário da seção elaborarão a Ata da votação.

3.8.4 Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente.

3.8.5 Os cinco candidatos mais votados assumirão o cargo de Conselheiros Tutelares.

3.8.5.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação

3.8.6 No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato mais idoso.

3.8.6.1 Persistindo o empate considerar-se-á o candidato que possuir mais tempo de experiência na área da Infância e da Juventude.

### 4. Da Proclamação, Nomeação e Posse dos Eleitos

4.1 O resultado da eleição será publicado no dia 16/10/2015, em edital afixado no Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

4.2 Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

4.3 A posse dos cinco primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 de janeiro de 2016.

4.3.1 Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

4.3.2 Esgotando-se o número de suplentes, chamar-se-á os próximos candidatos, respeitando-se a ordem de classificação.

4.3.3 Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo os suplentes também convidados a participar.

### 5. Disposições Finais

5.1 As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei nº. 8.069/1990, sem prejuízo das demais leis afetas.

5.2 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste edital.

5.3 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício

da função.

5.4 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este edital, inclusive, caso haja cedência de urnas eletrônicas pela Justiça Eleitoral para realização do pleito.

5.5 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.

5.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

5.7 É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

5.8 O conselheiro eleito perderá o mandato caso venha a residir em outro Município.

5.9 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital, através do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

5.10 Fica eleito o Foro da Comarca de Biguaçu para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos 02 de Abril de 2015

Luciano Lisboa

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

### Anexo I

#### Cronograma

Providências	Prazo	Informações Complementares
Inscrições	13/04/2015 a 03/06/2015	O(a) candidato(a) deverá apresentar a documentação exigida conforme item 3.1.2 deste Edital
Publicação das Candidaturas	12/06/2015	Lista de candidatos(as) aptos(as) a concorrer ao cargo de Conselheiro(a) Tutelar
Impugnação	22/06/2015 a 26/06/2015	Proposta por qualquer cidadão, devendo indicar os elementos de prova
Manifestação do candidato impugnado	29/06/2015 a 03/07/2015	Apresentação de defesa pelo(a) candidato(a) impugnado(a)
Análise e decisões das impugnações	10/07/2015	Trabalho desenvolvido pela comissão encarregada pelo Edital
Divulgação da lista de candidatos	13/07/2015	Divulgação dos nomes aptos a concorrer ao cargo de conselheiro(a) tutelar, após período de impugnação
Eleição	04/10/2015	Dia da eleição nos locais previstos pelo Edital
Impugnação	Até 24h após a eleição	Poderá apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão encarregada pelo Edital
Publicação do Resultado Final	16/10/2015	Divulgação do resultado nos locais previstos no item 4.1 deste Edital
Posse dos(as) Eleitos(as)	10/01/2016	Prazo legal estabelecido

**ERRATA DO EXTRATO DO CONTRATO 15/2015**

ERRATA DO EXTRATO DE CONTRATO Nº 015/2015  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 015/2015  
PREGÃO Nº 027/2014  
PROCESSO Nº 40/2014

EMPRESA CONTRATADA: ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA.  
ME

OBJETO DO CONTRATO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO DESTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ELÉTRICA, DEVIDAMENTE ESTABELECIDADA PARA ESTE FIM, PARA EXECUTAR SERVIÇOS NA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA, MELHORIAS, AMPLIAÇÃO COM EFICIENTIZAÇÃO DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E ATENDIMENTO A EVENTOS MUNICIPAIS, EM UM PARQUE COM APROXIMADAMENTE 4.000 PONTOS DE ILUMINAÇÃO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, INVENTÁRIO E CADASTRAMENTO GEORREFERENCIADO DOS PONTOS DE ILUMINAÇÃO, ATENDIMENTO VIA CALL-CENTER, BEM COMO DESTINAÇÃO FINAL DAS LÂMPADAS DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO ATUAL. A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E O FORNECIMENTO DE MATERIAIS SERÃO DE FORMA CONTINUADA PELO PERÍODO ESTABELECIDO NO EDITAL E EVENTUAIS PRORROGAÇÕES AMPARADAS NA LEGISLAÇÃO, E OBEDECERÃO ÀS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO PROJETO BÁSICO, CONFORME QUANTIDADES, CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NA CARTA CONVITE E SEUS ANEXOS.

Onde se lê o valor de R\$ 500.000,00 (Quinhentos Mil Reais), leia-se Valor de R\$ 780.000,00 (Setecentos e Oitenta Mil Reais).

Governador Celso Ramos, 17 de abril de 2015.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal.

**Grão Pará****PREFEITURA****CONTRATO 51/2015 BELLA**

CONTRATO N. 51/2015

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e BELLA - COMERCIO DE ARTIGOS DE ARMARINHO LTDA-ME, empresa estabelecida na Rua Presidente Getulio Vargas, 484, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 11.186.099/0001-84, doravante denominada de CONTRATADA, neste ato, representada por Sua Sócia Administradora Senhora Rosane Belarminda Faustina, Brasileira, Casada, residente e domiciliada em Grão-Pará, inscrito no CPF n.025.037.749-70, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

**CLÁUSULA I - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ARTESANATO PARA OS GRUPO GERAÇÃO DE RENDA DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ. de acordo com as especificações técnicas, marcas e preços unitários homologados, constantes no Quadro Comparativo de Preços (Itens por Fornecedor), em anexo, parte integrante deste contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os produtos cotados deverão ser de primeira qualidade

**CLÁUSULA II - DO VALOR**

A contratante pagará à contratada os preços homologados no Processo de Licitação n. 40/2015- Edital de Pregão Presencial n. 13/2015-PR, de 10 de março de 2015, no valor total de R\$ 30.096,10 (Trinta mil, noventa e seis reais e dez centavos).

Parágrafo Único. Os preços cotados no processo licitatório acima referido e homologados pelo Prefeito Municipal serão fixos e irrevogáveis.

**CLÁUSULA III - DA ENTREGA**

Os materiais serão fornecidos, parceladamente, até 31 de dezembro de 2015, de acordo com a necessidade da contratante, mediante ordem de compra expedida pela mesma.

**CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado 180 (cento e oitenta) dias após a entrega dos produtos e apresentação dos documentos hábeis, obedecendo à ordem cronológica de empenho das notas fiscais.

**CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA**

O presente contrato entrará em vigor em 27 de março de 2015 e o seu vencimento em 31 de dezembro de 2015.

**CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- I. Efetuar os pagamentos referentes aos materiais adquiridos;
- II. Emitir ordem de compra à vendedora para entrega dos materiais licitados.

**CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- I. Não fornecer os materiais sem a devida ordem de compra;
- II. Manter em dia estoque dos materiais, para entrega imediata quando da necessidade da contratante;
- III. Não fornecer os materiais fora das especificações e preços cotados no Processo Licitatório;
- IV. Atender às requisições de compra no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

**CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS**

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações do orçamento municipal, classificadas e codificadas sob o n.:

15.02.2.031.3.3.90.30.99.00.00.00.0201 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 176;

15.02.2.031.3.3.90.30.99.00.00.00.0063 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 177); 15.02.2.031.3.3.90.30.99.00.00.00.0363 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 227).

#### CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

#### CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação n. 40/2015 - Edital de Pregão Presencial n. 13/2015-PR, de 10 de março de 2015.

#### CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES

Ficará a CONTRATADA impedida de licitar e contratar com o Município de Grão-Pará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no caso de a mesma:

- I. ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
- II. não mantiver a proposta, injustificadamente;
- III. cometer fraude fiscal;
- IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;
- V. fornecer os materiais em desconformidade com o especificado e aceito pela Administração;

VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.

Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei n. 8.666/93.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Grão-Pará e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à CONTRATADA.

A recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, as sanções previstas no art. 87, da Lei 8.666/93.

#### CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES

Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

#### CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará, 27 de março de 2015.

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

Rosane Belarminda Faustina  
Sócia Administradora da Contratada

TESTEMUNHAS  
CLAYTON BIANCO  
OAB/SC 15.174  
Assessor Jurídico

## CONTRATO 52/2015 ANCS

CONTRATO N. 52/2015

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e ANCS DISTRIBUIDORA E ATACADO LTDA-EPP, empresa estabelecida na Rua Pedro Hoffmann, 215, Sl 01, Bairro Barro Vermelho, Orleans, inscrita no CNPJ/MF sob n. 01.980.629/0001-08, doravante denominada de CONTRATADA, neste ato, representada por Sua Sócio Administrador Senhora Artedânio Silva Vieira, Brasileiro, Casado, residente e domiciliado em Orleans, inscrito no CPF n.715.671.949-15, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

#### CLÁUSULA I - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ARTESANATO PARA OS GRUPO GERAÇÃO DE RENDA DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, de acordo com as especificações técnicas, marcas e preços unitários homologados, constantes no Quadro Comparativo de Preços (Itens por Fornecedor), em anexo, parte integrante deste contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os produtos cotados deverão ser de primeira qualidade

#### CLÁUSULA II - DO VALOR

A contratante pagará à contratada os preços homologados no Processo de Licitação n. 40/2015- Edital de Pregão Presencial n. 13/2015-PR, de 10 de março de 2015, no valor total de R\$ 11.940,28 (Onze mil, novecentos e quarenta reais e vinte e oito centavos).

Parágrafo Único. Os preços cotados no processo licitatório acima referido e homologados pelo Prefeito Municipal serão fixos e irrevogáveis.

#### CLÁUSULA III - DA ENTREGA

Os materiais serão fornecidos, parceladamente, até 31 de dezembro de 2015, de acordo com a necessidade da contratante, mediante ordem de compra expedida pela mesma.

#### CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado 180 (cento e oitenta) dias após a entrega dos produtos e apresentação dos documentos hábeis, obedecendo à ordem cronológica de empenho das notas fiscais.

#### CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entrará em vigor em 27 de março de 2015 e o seu vencimento em 31 de dezembro de 2015.

#### CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- I. Efetuar os pagamentos referentes aos materiais adquiridos;
- II. Emitir ordem de compra à vendedora para entrega dos materiais licitados.

#### CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- I. Não fornecer os materiais sem a devida ordem de compra;
- II. Manter em dia estoque dos materiais, para entrega imediata quando da necessidade da contratante;
- III. Não fornecer os materiais fora das especificações e preços cotados no Processo Licitatório;
- IV. Atender às requisições de compra no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

#### CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações do orçamento municipal, classificadas e codificadas sob o n.:

15.02.2.031.3.3.90.30.99.00.00.00.0201 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 176);

15.02.2.031.3.3.90.30.99.00.00.00.0063 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 177); 15.02.2.031.3.3.90.30.99.00.00.00.0363 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 227).

#### CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

#### CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação n. 40/2015 - Edital de Pregão Presencial n. 13/2015-PR, de 10 de março de 2015.

**CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES**

Ficará a CONTRATADA impedida de licitar e contratar com o Município de Grão-Pará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no caso de a mesma:

- I. ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;
- II. não mantiver a proposta, injustificadamente;
- III. cometer fraude fiscal;
- IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;
- V. fornecer os materiais em desconformidade com o especificado e aceito pela Administração;
- VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.

Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei n. 8.666/93.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Grão-Pará e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à CONTRATADA.

A recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, as sanções previstas no art. 87, da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES**  
Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

**CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará, 27 de março de 2015.

AMILTON ASCARI  
Prefeito Municipal

Artedânio Silva Vieira  
Sócio Administrador da Contratada

TESTEMUNHAS  
CLAYTON BIANCO  
OAB/SC 15.174  
Assessor Jurídico

## **CONTRATO 53/2015 DELLA**

CONTRATO N. 53/2015

Contrato, que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor AMILTON ASCARI, e ANDREZA POSSAMAI DELLA GAMA-ME, empresa estabelecida na Rua Alfredo Del Priori, 87, Centro, Cocal do Sul, inscrita no CNPJ/MF sob n. 08.929.280.0001-29, doravante denominada de CONTRATADA, neste ato, representada por sua Administradora Senhora ANDREZA POSSAMAI DELLA GAMA, Brasileira, Casada, residente e domiciliado em Cocal do Sul, inscrito no CPF n.052.145.639-81, mediante sujeição mútua à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

### **CLÁUSULA I - DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ARTESANATO PARA OS GRUPO GERAÇÃO DE RENDA DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, de acordo com as especificações técnicas, marcas e preços unitários homologados, constantes no Quadro Comparativo de Preços (Itens por Fornecedor), em anexo, parte integrante deste contrato.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Os produtos cotados deverão ser de primeira qualidade

### **CLÁUSULA II - DO VALOR**

A contratante pagará à contratada os preços homologados no Processo de Licitação n. 40/2015- Edital de Pregão Presencial n. 13/2015-PR, de 10 de março de 2015, no valor total de R\$ 8.144,60 (Oito mil, cento e quarenta e quatro reais e sessenta centavos).

**Parágrafo Único.** Os preços cotados no processo licitatório acima referido e homologados pelo Prefeito Municipal serão fixos e irrevogáveis.

### **CLÁUSULA III - DA ENTREGA**

Os materiais serão fornecidos, parceladamente, até 31 de dezembro de 2015, de acordo com a necessidade da contratante, mediante ordem de compra expedida pela mesma.

### **CLÁUSULA IV - DO PRAZO DE PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado 180 (cento e oitenta) dias após a entrega dos produtos e apresentação dos documentos hábeis, obedecendo à ordem cronológica de empenho das notas fiscais.

### **CLÁUSULA V - DA VIGÊNCIA**

O presente contrato entrará em vigor em 27 de março de 2015 e o seu vencimento em 31 de dezembro de 2015.

### **CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- I. Efetuar os pagamentos referentes aos materiais adquiridos;
- II. Emitir ordem de compra à vendedora para entrega dos materiais licitados.

### **CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- I. Não fornecer os materiais sem a devida ordem de compra;
- II. Manter em dia estoque dos materiais, para entrega imediata quando da necessidade da contratante;
- III. Não fornecer os materiais fora das especificações e preços cotados no Processo Licitatório;
- IV. Atender às requisições de compra no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

### **CLÁUSULA VIII - DAS DESPESAS E FONTES DE RECURSOS**

Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações do orçamento municipal, classificadas e codificadas sob o n.:

15.02.2.031.3.3.90.30.99.00.00.00.0201 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 176);

15.02.2.031.3.3.90.30.99.00.00.00.0063 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 177); 15.02.2.031.3.3.90.30.99.00.00.00.0363 - Aplicações Diretas (Código reduzido: 227).

### **CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes em virtude de inadimplemento de qualquer cláusula ou condição.

### **CLÁUSULA X - DO PROCESSO LICITATÓRIO**

Faz parte deste contrato o Processo de Licitação n. 40/2015 - Edital de Pregão Presencial n. 13/2015-PR, de 10 de março de 2015.  
**CLÁUSULA XI - DAS SANÇÕES**

Ficará a CONTRATADA impedida de licitar e contratar com o Município de Grão-Pará, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, no caso de a mesma:

I. ensejar o retardamento da execução do objeto deste Contrato;  
II. não mantiver a proposta, injustificadamente;  
III. cometer fraude fiscal;  
IV. falhar ou fraudar no fornecimento do objeto;  
V. fornecer os materiais em desconformidade com o especificado e aceito pela Administração;

VI. descumprir os prazos e condições previstos neste Contrato.  
Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores deste Município, no que couber, e às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei n. 8.666/93.

Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração deste Município, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Grão-Pará e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas, também, à CONTRATADA.

A recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o contrato, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis da notificação, implicará multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação.

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA, as sanções previstas no art. 87, da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA XII - DAS NORMAS E PRECEITOS COMPLEMENTARES**  
Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

**CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

E, por assim terem conveniado e ser esta vontade livre e soberana dos contratantes, fizeram o presente instrumento de contrato em 02 (duas) vias de igual teor, que assinam juntamente com 02 (duas) testemunhas, sendo que para dirimir quaisquer impasses deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Braço do Norte/SC.

Grão-Pará, 27 de março de 2015.

AMILTON ASCARI                      ANDREZA POSSAMAI DELLA GAMA  
Prefeito Municipal                      Administradora da Contratada

TESTEMUNHAS  
CLAYTON BIANCO  
OAB/SC 15.174  
Assessor Jurídico

## Guaraciaba

### PREFEITURA

#### HOMOLOGAÇÃO INSCRIÇÕES EDITAL 003/2015

DECRETO Nº 207/2015, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO EDITAL DE EMPREGO PÚBLICO Nº. 003/2015 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROQUE LUIZ MENEZHINI, Prefeito Municipal de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, homologa as inscrições relativas ao Edital de Emprego Público nº 003/2015.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam homologadas as inscrições do Emprego Público nº 003/2015 da Prefeitura Municipal de Guaraciaba - SC, conforme segue:

AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO   Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
76084	Catiane Telo Ferronato	HOMOLOGADA
75791	Jucemara Matiolo	HOMOLOGADA
68607	Monica Camila Tavella	HOMOLOGADA
69356	Tiane Rinaldi	HOMOLOGADA
DENTISTA   Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
76173	Rafaela Backes	HOMOLOGADA
76077	Rosena Cristina Dondoefer	HOMOLOGADA
ENFERMEIRO   Modalidade A		
Nº INSC	CANDIDATO	SITUAÇÃO INSCRIÇÃO
75765	Ana Paula Bianchi	HOMOLOGADA
60127	Bruna Anzolin	HOMOLOGADA
66441	Cleonice Dolores Valmorbida	HOMOLOGADA
76220	Danielly Ferrari Dos Santos	HOMOLOGADA
76111	Debora Diana Casagrande	HOMOLOGADA
69592	Diandra Canei	HOMOLOGADA
76121	Elisiane Reis	HOMOLOGADA
72049	Fabiane Cristina Franz Noro	HOMOLOGADA
76199	Geovana Liberalesso	HOMOLOGADA
76057	Geovani Diesel	HOMOLOGADA
73243	Jessica Cristina Segstater	HOMOLOGADA
75942	Kyndia Pasqualon	HOMOLOGADA
73299	Lediane Nicloti	HOMOLOGADA
74755	Monica Bernardi	HOMOLOGADA
74414	Raquel Mignoni	HOMOLOGADA
61430	Solange Tareli	HOMOLOGADA

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Guaraciaba, 17 de Abril de 2015.  
ROQUE LUIZ MENEZHINI  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

**HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 30, 32.2015 FMS**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2015

PROCESSO Nº 30/2015 HOMOLOGAÇÃO: 17/04/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA (TIRA TESTE DE GLICOSE + LANCETA DESCARTÁVEL ESTERILIZADA) SENDO QUE OS APARELHOS DE HGT DEVEM SER FORNECIDOS PELA EMPRESA GANHADORA, EM FORMA DE COMODATO, OS MESMOS DESTINADOS AOS PACIENTES INSULINO DEPENDENTE, RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC

CONTRATADO: ESPECIALISTA PRODUTOS PARA LABORATÓRIO S.A

VALOR DA DESPESA: R\$ 23.000,00 (vinte e três mil reais)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2015

PROCESSO Nº 32/2015 HOMOLOGAÇÃO: 17/04/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BRINDES, A SEREM DISTRIBUIDOS PARA OS PARTICIPANTES DOS GRUPOS ACOMPANHADOS PELO NASF DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA E CAMPANHAS DE VACINAÇÃO (EPIDEMIOLOGIA), PROMOVIDA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARACIABA, NOS TERMOS DA PORTARIA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

CONTRATADO: COMERCIAL SOETHE LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 5.189,00 (cinco mil cento e oitenta e nove reais)

CONTRATADO: PONTO COM UNIFORMES LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 6.514,00 (seis mil quinhentos e quatorze reais)

**MINUTA EDITAL DE PREGÃO 52.15 REGISTRO DE PREÇOS PARA CONSERTOS DE PNEUS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº52/2015.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 62/15, Edital de Pregão Presencial Nº 52/15, Objeto: Registro de Preços para Contratação de Empresa para realizar consertos, balanceamentos e troca de pneus; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 05/05/15; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 05/05/15, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba - SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site [www.guaraciaba.sc.gov.br](http://www.guaraciaba.sc.gov.br)

Guaraciaba em 17 de abril de 2015.

Roque Luiz Meneghini,  
Prefeito Municipal

**MINUTA EDITAL DE PREGÃO 53.15 SEGUROS DE VEÍCULOS (SAÚDE E ASSIT. SOCIAL)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº53/2015.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 63/15, Edital de Pregão Presencial Nº 53/15, Objeto: SEGUROS DE VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL; recebimento de propostas até às 10:00 horas do dia 05/05/15; a abertura do Edital será às 10:00 horas do dia 05/05/15, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba - SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site [www.guaraciaba.sc.gov.br](http://www.guaraciaba.sc.gov.br)

Guaraciaba em 17 de abril de 2015.

Roque Luiz Meneghini,  
Prefeito Municipal

# Guaramirim

## PREFEITURA

### AVISO LICITACAO 21 2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão - Registro de Preço - 21/2015
Tipo : Menor Preço - por itens
Objeto : AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS PARA USO DAS CRIANÇAS DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, PRÉ ESCOLA E ENSINO FUNDAMENTAL.
Entrega dos Envelopes: 05/05/2015 às 09:00 h
Abertura dos Envelopes: 05/05/2015 às 09:15 h
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 1255, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site <a href="http://www.guaramirim.sc.gov.br">www.guaramirim.sc.gov.br</a> ou pelo fone (47) 3373-4433
GUARAMIRIM (SC), 20/04/2015.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

### CONVENIO N. 10/2015

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO N.º 10/2015  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM-SC  
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO N.º 10/2015

CONTRATANTE: MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇOS SOCIAIS VOLUNTÁRIOS de Guaramirim,

OBJETO: Projeto Mirim e Aspirante Ensinando a Salvar,  
PREÇO: O valor total acertado é de R\$ 13.016,25 (treze mil e dezesseis reais e vinte e cinco centavos)

PAGAMENTO: O pagamento até o dia 10 de cada mês.  
REAJUSTE: O preço ora acertado não sofrera reajuste.

PRAZO: O presente convênio será da data de sua assinatura até o dia 15.04.2015.  
DATA: 15.04.2015

SIGNATÁRIOS: LUCIANA MOHR TONET Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação de Guaramirim e DIETER HELMUTH GAEDTKE Presidente pela contratada.

### CONVENIO N. 11/2015

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO N.º 11/2015  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM-SC  
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO N.º 11/2015

CONTRATANTE: MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
CONTRATADO: AÇÃO SOCIAL de Guaramirim,

OBJETO: Projeto Alfabetização Digital  
PREÇO: O valor total acertado é de R\$ 30.981,32 (trinta mil e novecentos e oitenta e um real e trinta e dois centavos)

PAGAMENTO: O pagamento até o dia 10 de cada mês.  
REAJUSTE: O preço ora acertado não sofrera reajuste.

PRAZO: O presente convênio será da data de sua assinatura até o dia 15.04.2015.  
DATA: 15.04.2015

SIGNATÁRIOS: LUCIANA MOHR TONET Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação de Guaramirim e ILTON PIRAN Presidente pela contratada.

### CONVENIO N. 12/2015

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO N.º 12/2015  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM-SC  
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO N.º 12/2015

CONTRATANTE: MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
CONTRATADO: AÇÃO SOCIAL de Guaramirim,

OBJETO: Projeto Tempo de Brincar e Crescer  
PREÇO: O valor total acertado é de R\$ 24.193,32 (vinte e quatro mil e cento e noventa e três reais e trinta e dois centavos)

PAGAMENTO: O pagamento até o dia 10 de cada mês.  
REAJUSTE: O preço ora acertado não sofrera reajuste.

PRAZO: O presente convênio será da data de sua assinatura até o dia 31.12.2015.  
DATA: 15.04.2015

SIGNATÁRIOS: LUCIANA MOHR TONET Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação de Guaramirim e ILTON PIRAN Presidente pela contratada.

**CONVENIO N. 13/2015**

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO N.º 13/2015  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM-SC  
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO N.º 13/2015

CONTRATANTE: MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
CONTRATADO: Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)

OBJETO: Projeto Academia ao ar Livre.  
PREÇO: O valor total acertado é de R\$ 9.030,00 (nove mil e trinta reais)

PAGAMENTO: O pagamento até o dia 10 de cada mês.  
REAJUSTE: O preço ora acertado não sofrera reajuste.

PRAZO: O presente convenio, será da data de sua assinatura ate o dia 31.12.2015.

DATA: 15.04.2015

SIGNATÁRIOS: Lauro Frohlich pelo Município de Guaramirim e Rogério Vonk pela contratada.

**CONVENIO N. 14/2015**

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO N.º 14/2015  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM-SC  
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO N.º 14/2015

CONTRATANTE: MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
CONTRATADO: AÇÃO SOCIAL de Guaramirim,

OBJETO: Projeto Sustentabilidade na Pratica  
PREÇO: O valor total acertado é de R\$ 15.999,96 (quinze mil e novecentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos),

PAGAMENTO: O pagamento até o dia 10 de cada mês.  
REAJUSTE: O preço ora acertado não sofrera reajuste.

PRAZO: O presente convênio será da data de sua assinatura ate o dia 31.12.2015.

DATA: 15.04.2015

SIGNATÁRIOS: LUCIANA MOHR TONET Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação de Guaramirim e ILTON PIRAN Presidente pela contratada.

**CONVENIO N. 15/2015**

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO N.º 15/2015  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM-SC  
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO N.º 15/2015

CONTRATANTE: MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
CONTRATADO: AÇÃO SOCIAL de Guaramirim,

OBJETO: Projeto Criar,cortar e costurar  
PREÇO: O valor total acertado é de R\$ 74.551,53 (setenta e quatro mil e quinhentos e cinquenta e um real e cinquenta e três centavos),

PAGAMENTO: O pagamento até o dia 10 de cada mês.  
REAJUSTE: O preço ora acertado não sofrera reajuste.

PRAZO: O presente convênio será da data de sua assinatura ate o dia 31.12.2015.

DATA: 15.04.2015

SIGNATÁRIOS: LUCIANA MOHR TONET Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação de Guaramirim e ILTON PIRAN Presidente pela contratada.

**CONVENIO N. 21/2015**

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO N.º 21/2015  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM-SC  
EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO N.º 21/2015

CONTRATANTE: MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
CONTRATADO: Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)

OBJETO: Projeto Manutenção do CAESP – Centro de Atendimento Educacional Especificado e CEWA – Centro de Equoterapia Walter Adam

PREÇO: O valor total acertado é de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais),

PAGAMENTO: O pagamento até o dia 10 de cada mês.  
REAJUSTE: O preço ora acertado não sofrera reajuste.

PRAZO: O presente convenio, será da data de sua assinatura ate o dia 31.12.2015.

DATA: 15.04.2015

SIGNATÁRIOS: Lauro Frohlich pelo Município de Guaramirim e Rogério Vonk pela contratada.

**DECRETO Nº. 452/2015**

DECRETO Nº. 452/2015

Designa Gestor do Contrato nº. 05/2013-FMS.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67 §§ 1º e 2º, da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica designado o Sr. Jair Tomelin, matrícula 244686, Secretário de Saúde, para acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato Nº. 05/2013-FMS, e seus Termos Aditivos, celebrados entre o Município de Guaramirim e o Sr. Alfredo Rauzis.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 17 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich  
Prefeito

Denilson Weiss  
Secretário de Administração e Finanças

**EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 001/2014- FMAS**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 01/2014 - FMAS

Dispensa de Licitação: 03/2014 - FMAS

Modalidade: Dispensa de Licitação

Objeto da Licitação: Locação de imóvel para instalações do Serviço de Acolhimento Institucional - Lar da Criança, situado na rua Isolmiro João Correa, nº. 345, Amizade, Guaramirim (SC).

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, por intermédio Fundo Municipal de Assistência Social de Guaramirim.

Contratada: Valdira Betoni, devidamente inscrita no CPF sob o nº 015.360.359-39 e RG 3.513.587-5, residente e domiciliada na Rua Isolmiro João Correa, s/nº, Amizade, Guaramirim (SC), CEP: 89.270-000,

Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:

- a) prorrogar o prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses;
- b) valor anual: R\$ 32.524,80 (trinta e dois mil, quinhentos e vinte e quatro reais e oitenta centavos).

Data da Assinatura: 09/04/2015 Vigência 21/04/2016.

GUARAMIRIM (SC), 09/04/2015  
LAURO FRÖHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO 071/2014**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 071/2014 - PMG

Processo de licitação: 074/2014 - PMG

Modalidade: Pregão Presencial

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, DOS SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE CLIMATIZAÇÃO (AR CONDICIONADO) EXISTENTES NOS IMOVEIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

CONTRATADA: SUPERAR LTDA EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 13.482.516/0001-61, estabelecida na rua Joaquim Nabuco, nº 40 bairro Velha, Blumenau - SC, CEP 89.041.070.

Objeto do Aditivo: a) tem por objeto realizar o acréscimo de aproximadamente 2,68% (dois vírgula sessenta e oito por cento), ao valor total do contrato, para o atendimento das necessidades da Contratante, conforme estipulado pela Cláusula Décima Terceira subitem 13.2 do Contrato 71/2014, e ainda com o previsto no art. 65 inciso I, alínea b, § 1º da Lei 8.666/93, de acordo com o descrito abaixo:

a.1) A justificativa do aditamento ocorre diante da necessidade da manutenção preventiva e corretiva de 10 (dez) aparelhos de ar condicionado para o departamento da Polícia Militar.

a.2) A quantidade de aparelhos de ar condicionado estimados para o serviço de manutenção preventiva e corretiva passarão de 373 (trezentos e setenta e três) aparelhos, para 383 (trezentos e oitenta e três).

b) O presente termo aditivo tem o valor mensal de R\$ 453,60 (quatrocentos e cinquenta e três reais e sessenta centavos), correspondente ao aditamento de 2,68% (dois vírgula sessenta e oito por cento) de que trata a Cláusula Segunda do presente termo.

Data da Assinatura: 07/04/2015 Vigência 17/12/2015.

GUARAMIRIM (SC), 20/04/2015  
LAURO FROHLICH  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº. 339/2015**

PORTARIA Nº. 339/2015

Designa Fiscal do Contrato nº. 05/2013-FMS.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67 §§ 1º e 2º, da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;

Considerando os termos do Processo Licitatório nº. 8/2013, que tem por objeto a locação de imóvel para as instalações do Ambulatório Municipal de Especialidades - AME;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Fica designada a servidora Lorena Domingues Pereira, matrícula 2910250, Agente Administrativa II, para fiscalização, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do contrato firmado em decorrência da Dispensa de Licitação, nº. 08/2013-FMS, entre o Município de Guaramirim e o Sr. Alfredo Rauzis.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 17 de abril de 2015.

Lauro Fröhlich

Prefeito

Denilson Weiss

Secretário de Administração e Finanças

**Guarujá do Sul****PREFEITURA****EDITAL DE CONVOCAÇÃO 003/2015**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 003/2015.

JOSÉ CARLOS FOIATTO, Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas nos termos da legislação vigente, e em consonância com O Estatuto Unificados dos Servidores Públicos Civis deste município, com a Lei de Cargos e Salários dos servidores da administração Direta do Município, e os ditames do Edital de nº 001/2015 Concurso Público, e em conformidade com o Decreto nº. 054/2015 datado em 07/04/2015, de homologação e Publicação do Resultado Final classificatórios dos candidatos aprovados para provimento dos cargos relacionados no Edital 001/2015, de Concurso Público:

**TORNA PÚBLICO :**

1A CONVOCAÇÃODA CANDIDATA APROVADA/CLASSIFICADA, abaixo relacionada, para na data de 22 de abril de 2015, as 07h30min, comparecerem junto a Unidade dos Recursos Humanos do Poder Executivo Municipal de Guarujá do Sul, sito a Rua Paraná, 338, Centro, para sua nomeação.

CARGO	NOME
Engenheiro Civil	EDINEIA RONTANI CHIELE

2 O não comparecimento do candidato será considerado como ausência ao cargo, podendo a Administração municipal convocar o candidato classificado para o mesmo cargo, em ordem imediatamente posterior.

3 O não atendimento dos requisitos para investidura, estabelecidos no Edital de Concurso Público, e os demais requisitos eliminará a candidato a nomeação e posse.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL, SC, em 17 de abril de 2015. 63º ano da Fundação e 53º ano da Instalação.

JOSÉ CARLOS FOIATTO

Prefeito Municipal

- Registre-se e Publique-se

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 3.409/2015

DECRETO Nº 3.409/2015

"Dispõe sobre incineração de documentos inservíveis da Procuradoria do Município de Herval d'Oeste e dá outras providências."

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

ART. 1º - Serão incinerados por falta de espaço físico para sua guarda, em ato público no antigo britador Municipal, junto ao acesso da estrada de Barra Verde, os documentos jurídicos, correspondências oficiais expedidas e recebidas, bem como papéis burocráticos, e outros papéis e documentos considerados inservíveis, no período anterior ao ano de 2010.

ART. 2º - A referida incineração será realizada em ato público 05 (cinco) dias após a publicação oficial deste Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 20 de abril de 2015.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito

### EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 024/2015

INEXIGIBILIDADE Nº 009/2015

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2015

#### OBJETO

Credenciamento de Pessoa Jurídica destinada a prestação de serviços de Plantões Médicos junto a Unidade de Pronto Atendimento Remi Alecio Mascarello - UPA 24 Horas, em plantões de segunda à domingo, inclusive feriados, com atendimento Ininterrupto de 24 horas com dois profissionais por turno horário

#### ENTREGA DOS ENVELOPES

A partir às 13:30 horas do dia 24/04/2015 até 31/12/2015

#### LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

#### FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, e demais legislação vigente e pertinente à matéria.

VALOR UNITÁRIO R\$ 120,00 (cento e vinte reais por hora trabalhada).

#### EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra e seus anexos estão disponíveis no site: [www.hervaldoeste.sc.gov.br](http://www.hervaldoeste.sc.gov.br), sem custo adicional. Para aqueles que tiverem interesse o Edital e seus anexos estão à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ao custo de R\$ 16,80 (dezesesseis reais e oitenta centavos). Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 17 de abril de 2015

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

### INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 008/2015

AVISO DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2015

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 008/2015

#### OBJETO

Credenciamento da empresa Gynemed Ltda. para prestação de séricos de saúde, de consultas médicas especializadas na área de Ginecologia e Obstetrícia, incluindo gestação de alto risco.

#### CONTRATADO

Gynemed Ltda.

VALOR R\$ 100,00 por consulta

#### FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Caput do Artigo 25, da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, atualizada.

Herval d'Oeste, 16 de abril de 2015.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

### LEI COMPLEMENTAR Nº 327/2015

LEI COMPLEMENTAR 327/2015

CONCEDE A CESSÃO DE USO DE IMÓVEL PÚBLICO À SOCIEDADE BENEFICENTE FEMININA ESTRELA DE HERVAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), faço saber a todos os habitantes de Herval d'Oeste (SC), que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte

#### LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar TERMO DE CONCESSÃO DE USO entre o MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC) e a SOCIEDADE BENEFICENTE FEMININA DE HERVAL, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sedo no Município de Herval d'Oeste (SC), inscrita no CNPJ nº07.500.441/0001-00, de 01 terreno com área de 2.150,77m2 (dois mil cento e cinquenta metros quadrados e setenta e sete centímetros), sem benfeitorias, pertencente a área maior, inscrita sob a matrícula 4.769 junto ao Registro de Imóveis da Comarca de Herval d'Oeste, confrontando com o marco denominado ponto '20A' seguindo por linha seca, dividindo-o com imóvel de matrícula 4.334 remanescente do Município de Herval d'Oeste, à distancia de 49,65 metros até o ponto '20B', seguindo ainda por linha seca a distancia de 40,00 metros até o marco ponto '20C', seguindo ainda por linha seca a distancias de 57,74 metros até o ponto '20D', na sequência segue por rua confrontando com rua Sebastião Antônio da Silva a distancia de 28,82 metros até o ponto 21 e por fim segue a rua confrontando com rua Sebastião Antônio da Silva a distancia de 12,00 metros até o marco ponto '20A', início da descrição fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 2.150,77m2.

Art.2º A Concessionária utilizará o imóvel objeto desta Lei Complementar única e exclusivamente para construção de sua Sede administrativo/Social.

Art. 3º Restará gratuita a presente Concessão de Uso do imóvel objeto desta Lei Complementar.

Art. 4º Os investimentos, as despesas com as ligações ou transferências de ligações de energia elétrica, telefone e água, bem como os pagamentos do respectivo consumo, gastos inerentes a qualquer tributo e outras despesas para a viabilização da obra, correrão à conta exclusiva da Concessionária.

Art. 5º O prazo de Concessão de que trata a presente Lei Complementar será de 20(vinte) anos, podendo o mesmo ser prorrogado por igual período, sendo que o Poder Concedente poderá rescindir o Tremo de Concessão, se assim lhe convier e desde que justifique-se o interesse público, mediante notificação escrita por qualquer de suas modalidades, com antecedência mínima de 180 (cento e oitenta) dias.

Art.6º Para a construção desta Sede Administrativo/Social, a Concessionária deverá respeitar as Normas de Proteção Ambiental, Termo de ajustamento de Conduta firmado entre o Município de Herval d' Oeste (SC) e o Ministério Público estadual, bem como a Legislação municipal inerente ao caso.

Art. 7º o Poder Concedente os representantes legais da Concessionária deverão celebrar o respectivo Termo de concessão de uso no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de publicação desta lei Complementar, aplicando-se como fundamentação legal o contido na Lei Orgânica de Município, Código Civil, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Art. 8º Em caso de extinção da Concessionária, o objeto desta lei Complementar reverterá automaticamente ao Patrimônio do Poder Concedente, inclusive com todas as benfeitorias sobre ele realizadas.

Art. 9º Fica vinculado a Celebração de Presente Termo de Concessão de Uso, a apresentação das Certidões Negativas de Débito Municipal, Estadual, Federal e da união, bem como certidões negativas de INSS e FGTS, quando possuírem; cópia do Estatuto e alterações se houver; além de cópia de documento de identidade e CPF do atual Presidente desta Associação.

Art. 10 Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d' Oeste- SC, 23 de março de 2015.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

### LEI Nº 3084/2015

LEI Nº 3084/2015

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DAR BAIXA NO PATRIMÔNIO E PROCEDER A DOAÇÃO A ENTIDADE QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL, Faço saber a todos os habitantes do município de Herval d' Oeste(SC), que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a dar baixa no patrimônio e a doar a GRÊNIO RECREATIVO ESPORTIVO ESPORTIVO E CULTURAL E ESCOLA DE SAMBA UNIDOS DO HERVAL, os bens móveis inservíveis para o serviço público municipal abaixo especificados:

I - 01 (um) Caminhão SCANIA, placas ABH 0260;

II - 01 (uma) Carreta Random, placas ACJ 6271;

III - 01 (um) Caminhão Iveco/Fiat/ DAI.T3510C, carroceria aberta, ano 97, placas MAM-2366;

IV - 01 (um) Caminhão M.Benz/L 1313, ano 82, placas BWA 6297;

V - 01 (um) Caminhão M.Benz 1111, ano 67, placas IGS 5253;

VI - 01 (um) Caminhão Fiat/80 N, ano 82, Placas AAC 5490;

Art. 2º Fica revogado o inciso III do artigo 1º, da Lei 3048/2014.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 17 de abril de 2015.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito

### LEI Nº 3088/2015

LEI Nº 3088/2015

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DAR BAIXA NO PATRIMÔNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE - SC, BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO MUNICIPAL, Faço saber a todos os habitantes do município de Herval d' Oeste(SC), que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a baixa nos registros referentes a bens móveis pertencentes ao Patrimônio Público do Município de Herval d' Oeste - SC, inservíveis ao Serviço Público Municipal, abaixo especificados,

I - localizados no Centro Municipal de Educação Infantil Criança Feliz:

Item nr.	Patrimônio nr.	Quantidade	Descrição
01	00238	01	Armário de aço
02	00051	01	Balcão
03	00235	01	Cadeira giratória
04	00050	01	Mesa de televisão
05	00047	01	Estante de aço
06	00048	01	Estante de aço
07	00049	01	Estante de aço

II - localizados no Abrigo Anjos da Luz:

Item nr.	Patrimônio nr.	Quantidade	Descrição
01	06436	01	Arquivo de aço
02	06428	01	Lavadora de alta pressão
03	06429	01	Maquina de cortar grama
04	06371	01	Purificador de água
05	06368	01	Forno Elétrico
06	063921	01	Cadeira estofada giratória
07	06375	01	Aparelho Nebulizador

08	06437	01	Cadeira escolar infantil
----	-------	----	--------------------------

## III - localizados na Secretaria Municipal da Assistência Social:

Item nr.	Patrimônio nr.	Quantidade	Descrição
01	05001	01	Carteira
02	05002	01	Carteira
03	05107	01	Carteira
04	05076	01	Mesa
05	05000	01	Mesa
06	14982	01	Cadeira
07	05043	01	Ventilador
08	04973	01	Mesa
09	05117	01	Banco
10	05113	01	Armário
11	05121	01	Jogo de Cozinha
12	05066	01	Carteira
13	05079	01	Ventilador
14	04977	01	Arquivo de aço
15	04972	01	Cadeira
16	05033	01	Cadeira
17	05106	01	Mesa
18	05042	01	Ventilador
19	05085	01	Armário três portas
20	05084	01	Estante
21	05081	01	Copiadora
22	05080	01	Ventilador
23	05102	01	Mesa
24	05127	01	Armário
25	05103	01	Mesa (Tênis de Mesa)
26	05008	01	Mesa
27	05041	01	Mesa
28	04974	01	Mesa
29	05126	01	Cadeira
30	04983	01	Mesa
31	03123	01	Mesa
32	04986	01	Armário
33	04985	01	Armário
34	04979	01	Estante
35	05056	01	Cadeira
36	05055	01	Cadeira
37	05027	01	Cadeira
38	05058	01	Cadeira
39	05098	01	Cadeira
40	05030	01	Cadeira
41	05089	01	Cadeira
42	05014	01	Cadeira
43	05028	01	Cadeira
44	05020	01	Cadeira
45	05090	01	Cadeira
46	05023	01	Cadeira
47	05051	01	Cadeira

48	05032	01	Cadeira
49	05125	01	Cadeira
50	05060	01	Cadeira
51	05096	01	Cadeira
52	05015	01	Cadeira
53	05093	01	Cadeira
54	05050	01	Cadeira
55	05088	01	Cadeira
56	05009	01	Cadeira
57	05026	01	Cadeira
58	04971	01	Cadeira
59	04070	01	Cadeira
60	05075	01	Mesa
61	05072	01	Mesa
62	05100	01	Mesa
63	04999	01	Mesa
64	05005	01	Mesa
65	05065	01	Mesa
66	05004	01	Mesa
67	05003	01	Mesa
68	05128	01	Mesa
69	05074	01	Mesa
70	05006	01	Mesa
71	05054	01	Mesa
72	05104	01	Ventilador parede
73	05114	01	Fogão a gás seis bocas
74	05115	01	Fogão industrial a gás quatro bocas
75	s/n	01	Fogão industrial a gás duas bocas
76	05022	01	Cadeira escolar
77	05017	01	Cadeira escolar
78	05034	01	Cadeira escolar
79	05047	01	Cadeira escolar
80	05031	01	Cadeira escolar
81	05013	01	Cadeira escolar
82	05035	01	Cadeira escolar
83	05021	01	Cadeira escolar
84	05053	01	Cadeira escolar
85	05057	01	Cadeira escolar
86	05010	01	Cadeira escolar
87	05016	01	Cadeira escolar
88	05012	01	Cadeira escolar
89	05059	01	Cadeira escolar
90	05097	01	Cadeira escolar
91	05092	01	Cadeira escolar
92	05011	01	Cadeira escolar
93	05061	01	Cadeira escolar
94	05019	01	Cadeira escolar
95	05029	01	Cadeira escolar
96	05018	01	Cadeira escolar
97	05095	01	Cadeira escolar
98	05044	01	Cadeira escolar
99	05221	01	Cadeira escolar

100	05054	01	Cadeira escolar
101	05721	01	Cadeira escolar
102	05704	01	Cadeira escolar
103	05063	01	Cadeira escolar
104	05073	01	Cadeira escolar
105	05007	01	Cadeira escolar
106	05046	01	Cadeira escolar
107	05017	01	Cadeira escolar
108	05034	01	Cadeira escolar
109	05022	01	Cadeira escolar
110	06436	01	Arquivo de Aço

## IV - localização diversa:

Item nr.	Patrimônio nr.	Quantidade	Descrição
01	07221	01	Monitor 14"
02	02187	01	Cadeira pré escolar em formica
03	06965	01	Estabilizador
04	06668	01	Aparelho de Fax
05	07191	01	Cadeira estofada em tecido
06	07280	01	Monitor 15"
07	07162	01	Calculadora elétrica
08	07143	01	Calculadora elétrica

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-das as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 17 de abril 2015.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito

**LEI Nº 3089/2015**

LEI Nº 3089/2015

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DAR BAIXA NO PATRIMÔNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE - SC E PROCEDER A DOAÇÃO QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL, Faço saber a todos os habitantes do município de Herval d'Oeste(SC), que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a dar baixa nos registros referentes a bens móveis pertencentes ao Patrimônio Público do Município de Herval d'Oeste - SC, inservíveis ao Serviço Público Municipal, e promover a sua doação mediante deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social, o bem móvel abaixo especificado, lotado na Secretaria de Assistência Social:

Item nr.	Patrimônio nr.	Quantidade	Descrição
01	0639	01	Berço

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-das as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 17 de abril 2015.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito

**LEI Nº 3090/2015**

LEI Nº 3090/2015

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DAR BAIXA NO PATRIMÔNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE - SC, BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO MUNICIPAL, Faço saber a todos os habitantes do município de Herval d'Oeste(SC), que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a baixa nos registros referentes a bens móveis pertencentes ao Patrimônio Público do Município de Herval d'Oeste - SC, inservíveis ao Serviço Público Municipal, abaixo especificados,

## I - localizado na Creche Valdete Nodari:

Item nr.	Patrimônio nr.	Quantidade	Descrição
01	9042	01	Cadeira Giratória

## II - localizados no Departamento de Esportes:

Item nr.	Patrimônio nr.	Quantidade	Descrição
01	4230	01	Cadeira escolar em formica
02	2607	01	Refrigerador 280lts
03	50	01	Carrinho de ferro com rodas
04	235	01	Cadeira giratória
05	238	01	Arquivo em aço 4 gavetas
06	51	01	Balcão em MDF 2 portas
07	1388	01	Refrigerador 280lts
08	1068	01	Armário em formica 2 portas
09	1073	01	Cadeira fixa estofada
10	162	01	Carteira escolar em formica
11	4206	01	Carteira escolar em formica
12	1056	01	Cadeira escolar em formica
13	1065	01	Cadeira escolar em formica
14	406	01	Cadeira escolar em formica
15	818	01	Cadeira fixa estofada
16	4443	01	Carteira escolar em formica
17	48	01	Estante em aço
18	4367	01	Carteira escolar em formica
19	47	01	Estante em aço
20	49	01	Estante em aço
21	1054	01	Cadeira escolar em formica
22	1055	01	Cadeira escolar em formica
23	4520	01	Carteira escolar em formica
24	1075	01	Carteira escolar em formica
25	1071	01	Cadeira escolar em formica
26	322	01	Cadeira pré-escolar em formica
27	5410	01	Cadeira fixa estofada
28	4314	01	Cadeira escolar em formica

29	4376	01	Carteira escolar em formica
30	444	01	Cadeira fixa estofada
31	403	01	Cadeira escolar em formica
32	257	01	Cadeira escolar em formica
33	770	01	Cadeira escolar em formica
34	769	01	Cadeira escolar em formica
35	7243	01	Cadeira giratória
36	4235	01	Cadeira escolar em formica
37	4212	01	Cadeira escolar em formica
38	4507	01	Cadeira escolar em formica
39	4361	01	Cadeira escolar em formica
40	4382	01	Carteira escolar em formica
41	4300	01	Cadeira escolar em formica
42	1052	01	Cadeira escolar em formica
43	4510	01	Cadeira escolar em formica
44	394	01	Cadeira escolar em formica
45	1070	01	Armário em aço 8 portas
46	5413	01	Cadeira fixa estofada
47	817	01	Cadeira fixa estofada

30	1783	01	Microcomputador
31	1749	01	Microcomputador
32	1769	01	Monitor 15"
33	1757	01	Monitor 15"
34	1376	01	Estabilizador
35	1786	01	Estabilizador
36	1754	01	Microcomputador
37	1781	01	Microcomputador
38	1746	01	Microcomputador
39	1731	01	Cadeira fixa estofada
40	1726	01	Cadeira fixa estofada
41	1716	01	Cadeira fixa estofada
42	1523	01	Cadeira escolar em formica
43	1859	01	Cadeira escolar em formica
44	1742	01	Cadeira escolar em formica
45	1383	01	Cadeira giratória
46	2137	01	Cadeira escolar em formica
47	2029	01	Cadeira escolar em formica
48	1499	01	Estante em aço
49	1292	01	Mesinha em formica
50	1952	01	Cadeira universitária
51	1825	01	Carteira escolar em formica
52	1902	01	Carteira escolar em formica
53	1660	01	Cadeira escolar em formica
54	1728	01	Cadeira fixa estofada
55	1723	01	Cadeira fixa estofada
56	1471	01	Cadeira fixa estofada
57	1963	01	Cadeira escolar em formica
58	2326	01	Armário em formica 2 portas
59	1450	01	Cadeira fixa estofada
60	2147	01	Cadeira escolar em formica
61	1539	01	Cadeira escolar em formica
62	1989	01	Carteira escolar em formica
63	1850	01	Mesa em madeira 1 gaveta
64	2127	01	Ventilador de teto
65	1958	01	Armário em formica 2 portas
66	2025	01	Cadeira escolar em formica
67	2259	01	Mesa pré-escolar em formica
68	2261	01	Mesa pré-escolar em formica
69	1620	01	Cadeira escolar em formica
70	2354	01	Arquivo em aço 5 gavetas
71	2186	01	Cadeira pré-escolar em formica
72	2180	01	Cadeira pré-escolar em formica
73	1521	01	Cadeira escolar em formica
74	1348	01	Cadeira escolar em formica
75	1379	01	Armário em formica 2 portas
76	1912	01	Mesa para escritório em formica
77	1945	01	Cadeira universitária
78	1537	01	Cadeira escolar em formica
79	1651	01	Carteira escolar em formica
80	2170	01	Carteira escolar em formica
81	1838	01	Carteira escolar em formica
82	2032	01	Cadeira escolar em formica

## III - localizados na Escola Cruz e Souza:

Item nr.	Patrimônio nr.	Quantidade	Descrição
01	1774	01	Monitor 15"
02	1775	01	Monitor 15"
03	1760	01	Monitor 15"
04	1372	01	Microcomputador
05	1764	01	Monitor 15"
06	1750	01	Microcomputador
07	1778	01	Monitor 15"
08	1772	01	Monitor 15"
09	1768	01	Monitor 15"
10	1770	01	Monitor 15"
11	1375	01	Monitor 15"
12	1777	01	Monitor 15"
13	1780	01	Microcomputador
14	1758	01	Monitor 15"
15	1763	01	Monitor 15"
16	1766	01	Monitor 15"
17	1373	01	Microcomputador
18	1374	01	Monitor 15"
19	1776	01	Monitor 15"
20	1767	01	Monitor 15"
21	1790	01	Estabilizador
22	1747	01	Microcomputador
23	1751	01	Microcomputador
24	1761	01	Monitor 15"
25	1782	01	Microcomputador
26	1773	01	Monitor 15"
27	1765	01	Monitor 15"
28	1752	01	Microcomputador
29	1779	01	Microcomputador

83	1473	01	Cadeira fixa estofada
84	2083	01	Cadeira escolar em formica
85	2154	01	Carteira escolar em formica
86	2288	01	Cadeira escolar em formica
87	1604	01	Carteira escolar em formica
88	1551	01	Cadeira escolar em formica
89	1717	01	Cadeira fixa estofada
90	1330	01	Cadeira pré-escolar em formica
91	1325	01	Cadeira pré-escolar em formica
92	2243	01	Cadeira pré-escolar em formica
93	1340	01	Cadeira pré-escolar em formica
94	1334	01	Cadeira pré-escolar em formica
95	1380	01	Mimeógrafo
96	1332	01	Cadeira pré-escolar em formica
97	1740	01	Cadeira escolar em formica
98	1331	01	Cadeira pré-escolar em formica
99	2248	01	Cadeira pré-escolar em formica
100	1479	01	Cadeira escolar em formica
101	1328	01	Cadeira pré-escolar em formica
102	1343	01	Enceradeira
103	2244	01	Cadeira pré-escolar em formica
104	2269	01	Carteira pré-escolar em formica
105	2167	01	Carteira escolar em formica
106	1324	01	Cadeira pré-escolar em formica
107	2143	01	Cadeira escolar em formica
108	1339	01	Cadeira pré-escolar em formica
109	1814	01	Cadeira escolar em formica
110	1342	01	Enceradeira
111	2240	01	Cadeira pré-escolar em formica
112	2249	01	Cadeira pré-escolar em formica
113	2242	01	Cadeira pré-escolar em formica
114	1683	01	Carteira escolar em formica
115	2015	01	Cadeira escolar em formica
116	2257	01	Cadeira pré-escolar em formica
117	2135	01	Cadeira escolar em formica
118	1335	01	Cadeira pré-escolar em formica
119	2208	01	Carteira pré-escolar em formica
120	1903	01	Carteira escolar em formica
121	1336	01	Cadeira pré-escolar em formica
122	2239	01	Cadeira pré-escolar em formica
123	2254	01	Cadeira pré-escolar em formica
124	2270	01	Carteira pré-escolar em formica
125	1354	01	Cadeira escolar em formica
126	2054	01	Carteira escolar em formica
127	1647	01	Carteira escolar em formica
128	2367	01	Cadeira escolar em formica
129	1834	01	Carteira escolar em formica
130	2246	01	Cadeira pré-escolar em formica
131	1338	01	Cadeira pré-escolar em formica
132	1341	01	Enceradeira
133	2336	01	Cadeira fixa estofada
134	1629	01	Cadeira escolar em formica
135	2218	01	Carteira pré-escolar em formica

136	2250	01	Cadeira pré-escolar em formica
137	2238	01	Cadeira pré-escolar em formica
138	1404	01	Fogão a gás 6 bocas
139	2256	01	Cadeira pré-escolar em formica
140	2247	01	Cadeira pré-escolar em formica
141	1635	01	Carteira escolar em formica
142	1810	01	Cadeira escolar em formica
143	1349	01	Cadeira escolar em formica
144	1327	01	Cadeira pré-escolar em formica
145	1602	01	Carteira escolar em formica
146	1908	01	Carteira escolar em formica
147	2245	01	Cadeira pré-escolar em formica
148	1874	01	Cadeira escolar em formica
149	2241	01	Cadeira pré-escolar em formica
150	1353	01	Cadeira escolar em formica
151	2155	01	Carteira escolar em formica
152	1303	01	Carteira pré-escolar em formica
153	1557	01	Cadeira escolar em formica
154	2251	01	Cadeira pré-escolar em formica
155	2253	01	Cadeira pré-escolar em formica
156	2255	01	Cadeira pré-escolar em formica
157	1329	01	Cadeira pré-escolar em formica
158	1892	01	Carteira escolar em formica
159	1575	01	Cadeira escolar em formica
160	1333	01	Cadeira pré-escolar em formica
161	1481	01	Cadeira escolar em formica
162	1600	01	Carteira escolar em formica
163	2252	01	Cadeira pré-escolar em formica
164	2077	01	Cadeira escolar em formica
165	1889	01	Carteira escolar em formica
166	1565	01	Cadeira escolar em formica
167	1326	01	Cadeira pré-escolar em formica

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 17 de abril 2015.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito

### **PORTARIA Nº 525/2015** PORTARIA Nº 525/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

#### **RESOLVE:**

NOMEAR o Senhor CLAIR TESSARI (Matr. 4124), para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de Secretário de Agricultura e Meio Ambiente, Nível - Agente Político, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a partir de 20 de Abril de 2015, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 280/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 20 de Abril de 2015.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 526/2015**

PORTARIA Nº 526/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora JOSEANGELA DE BARBA (Matr. 3612), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível - 3, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 03 de setembro de 2013 e 02 de setembro de 2014, para serem gozadas a partir de 20 de abril de 2015 a 19 de maio de 2015, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 20 de Abril de 2015.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 527/2015**

PORTARIA Nº 527/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora MARI-NÊZ COUTO OLIVEIRA ALVES (Matr. 92), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível - 8, Referência "D", Anexo XI da LC Nº. 316/2013, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2011 a 18 de agosto de 2012, para serem gozadas a contar de 20 de abril de 2015 a 01 de maio de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 20 de Abril de 2015.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 528/2015**

PORTARIA Nº 528/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

ALTERAR OS EFEITOS da Portaria nº 526/2015, que contratou em Caráter Temporário, a Senhora SHEILA APARECIDA MARTINAZ-ZO PAGLIOSA (Matr. 4115), para exercer a função de Professor, Nível - 1 - Referência "A", 40 horas semanais, anexo XI da LC nº 316/2013, turnos matutino e vespertino, Educação Infantil, sendo que a mesma passará a substituir à servidora Marinês Couto Oliveira Alves, que se encontra em gozo de licença prêmio, a partir de 20 de abril de 2015 a 01 de maio de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 20 de Abril de 2015.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

#### **PORTARIA Nº 529/2015**

PORTARIA Nº 529/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito - Cursos de Atualização e Aperfeiçoamento, à Servidora MARIA RAQUEL AGUIAR BARBOSA (Matr. 414), nascida aos 10/04/1967, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência - 7/A, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência - 7/B, anexo XI, a partir de 20 de abril de 2015, de conformidade com os artigos 25, 26 e 27 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 20 de Abril de 2015.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

# Ibiam

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2771/2015

DECRETO Nº 2771, DE 13 DE MARÇO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0559/2014:

#### DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 651,86 (Seiscentos e cinquenta e um reais e oitenta e seis centavos), no orçamento de 2015 da Prefeitura Municipal de Ibiam, na seguinte programação de despesa:

#### Suplementação:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO  
Unidade: 0206 SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO  
Função: 12 EDUCAÇÃO  
Sub-Função: 361 ENSINO FUNDAMENTAL  
Programa: 1201 DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL  
Projeto/Atividade: 2026 MAN.DAS ATIV. ENSINO FUNDAMENTAL  
Modalidade de Aplicação: 31900000 APLICAÇÕES DIRETAS  
Fonte: 0318- SUPERÁVIT DO FUNDEB  
Valor: R\$ 651,86

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 13 DE MARÇO DE 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
SECRETÁRIO DA ADM. E DA FAZENDA

### DECRETO Nº 2775/2015

DECRETO Nº 2775, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0559/2014:

#### DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a

Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), no orçamento de 2015 da Prefeitura Municipal de Ibiam, na seguinte programação de despesa:

#### Suplementação:

Órgão: 02 Chefia Do Executivo  
Unidade: 0208 Sec. Mun.Desenv.Comun.Cultura e Esporte  
Função: 27 Desporto e Lazer  
Sub-Função: 812 Desporto Comunitário  
Programa: 2701 Esporte é Vida  
Projeto/Atividade: 2033 Manut. das Atividades Esportivas  
Modalidade de Aplicação: 33900000 - Aplicações Diretas  
Fonte: 0300- Superávit Exercício Anterior- Rec. Ordinários  
Valor: R\$ 20.000,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro consolidado apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 23 DE MARÇO DE 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
SECRETÁRIO DA ADM. E DA FAZENDA

### DECRETO Nº 2776/2015

DECRETO Nº 2776, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0559/2014:

#### DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 5.288,01 (Cinco mil, duzentos e oitenta e oito reais e um centavo), no orçamento de 2015 da Prefeitura Municipal de Ibiam, na seguinte programação de despesa:

#### Suplementação:

Órgão: 02 Chefia Do Executivo  
Unidade: 0206 Secretaria Municipal de Educação  
Função: 12 Educação  
Sub-Função: 361 Ensino Fundamental  
Programa: 1201 Desenvolvimento Educacional  
Projeto/Atividade: 2026 Manut. das Ativ. do Ensino Fundamental  
Modalidade de Aplicação: 33900000 - Aplicações Diretas  
Fonte: 1336- Superávit Salário Educação  
Valor: R\$ 5.288,01

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro consolidado apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 23 DE MARÇO DE 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
SECRETÁRIO DA ADM. E DA FAZENDA

### **DECRETO Nº 2777/2015**

DECRETO Nº 2777, DE 23 DE MARÇO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0559/2014:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro consolidado no valor de R\$ 57.000,00 (Cinquenta e sete mil reais) no orçamento de 2015 do Fundo Municipal de Saúde de Ibiã, nas seguintes programações de despesas:

Suplementação:

Órgão: 03 - FUNDOS MUNICIPAIS  
Unidade Orçamentária: 0301 - Fundo Municipal da Saúde  
Função: 10 - Saúde  
Subfunção: 301- Atenção Básica  
Programa: 1001 - Saúde com Qualidade  
Projeto: 1015- Aquisição Veículos Saúde  
Modalidade de Aplicação: 44900000 - Aplicações Diretas  
Fonte: 1302 - Superávit Financeiro Recursos  
Valor: R\$ 57.000,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro consolidado apurado no exercício anterior do Município de Ibiã.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, EM 23 DE MARÇO DE 2015.  
CLÓVIS JOSÉ BUSATTO  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA  
SECRETÁRIO DE ADM. E FAZENDA

### **DECRETO Nº 2779/2015**

DECRETO Nº 2779, DE 06 DE ABRIL DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0559/2014:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), no orçamento de 2015 da Prefeitura Municipal de Ibiã, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão: 02 Chefia Do Executivo  
Unidade: 0202 Sec. De Planejamento e Gestão Administ.  
Função: 04 Administração  
Sub-Função: 122 Administração Geral  
Programa: 0402 Administração Geral  
Projeto/Atividade: 2018 Manut. das Atividades Administrativas  
Modalidade de Aplicação: 44900000 - Aplicações Diretas  
Fonte: 0300- Superávit Exercício Anterior- Rec. Ordinários  
Valor: R\$ 80.000,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro consolidado apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 06 DE ABRIL DE 2015.  
CLOVIS JOSE BUSATTO  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
SECRETÁRIO DA ADM. E DA FAZENDA

### **PORTARIA Nº 069/2015**

PORTARIA Nº 069, DE 31 DE MARÇO DE 2015

"RESCINDE, A PEDIDO, CONTRATO DE TRABALHO COM SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal, considerando o Contrato de Trabalho nº 011, de 15 de abril de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar rescindido, a pedido, o Contrato de Trabalho nº 011/2014, celebrado com ILISANGELA ZITTERELL DO ROSÁRIO DA SILVA.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 31 DE MARÇO DE 2015.  
CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
Sec. da Adm. e da Fazenda

**PORTARIA Nº 070/2015**

PORTARIA Nº 070, DE 06 DE ABRIL DE 2015

“NOMEIA REPRESENTANTES DAS ENTIDADES DE CLASSE E REPRESENTATIVIDADES PARA O FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (FME)”

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o artigo 4º do decreto municipal nº 2764, de 05 de março de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º. O Fórum Municipal de Educação será integrado pelas seguintes representatividades:

a) Secretaria Municipal da Educação - SEMED

- Secretário(a) Municipal de Educação:  
LUCIANA MACEDO TREVISOL BALEN

- Diretores Escolares da Rede Municipal de Ensino:  
CATARINA MARIA DALLABRIDA BORSOI

- Secretária Escolar do CEM Eliziane Titon:  
LUCILA DALMOLIM CIARNOSCHI

- Orientadora Educacional:  
MÔNICA TRAGANCIN HOLLEWEGER

- Supervisora Escolar:  
FÁTIMA FONTANA GONZATTO

b) Câmara Municipal de Vereadores  
- Representante da Câmara Municipal:  
TITULAR: ADENIR ROMANATTO  
SUPLENTE: MÁRCIA APARECIDA GOMES DE OLIVEIRA

c) Conselho Municipal de Educação  
- Três conselheiros titulares do COMED:  
ALBERTO MILTON FONTANA  
OLIVO CERON  
ODETE GONÇALVES WALTER WILLE

d) Conselho Municipal do FUNDEB  
- Três conselheiros titulares:  
CLAUDINEI PERETTI  
RODRIGO FELICETTI PEROSA  
EDUARDA PIVETA GOMES DE OLIVEIRA

e) Conselho Municipal de Alimentação Escolar  
- Três membros titulares do CAE.  
MARINÊS BOLZANI  
JULIA LAIDNES  
ALDA DA SILVA

f) Representantes da Escola de Educação Básica Heriberto Hulse  
- Três membros da equipe diretiva:  
ELTON LUIS GONZATTO

LUCIANA LORENZETTI  
ROBSON SILVA

g) Associações de Pais e Mestre - APPs  
- Nomeação de três pais de alunos de cada APP

Rede Municipal:  
DAIANE GRUTZMANN CHIESA RAMOS  
KÁTIA VANELLI  
MARIA SOLANGE DA SILVA MATOS BORSOI

Rede Estadual:  
WILMAR FILIPPI  
IVAIR CERON  
DIVAIR FERREIRA THIBES

h) Representante dos profissionais da educação  
- Nomeação de dois representantes de cada nível de escolaridade ofertado, da Rede Municipal e Estadual de Ensino.

Educação Infantil:  
ELIANE MARIA PIOVESAN RECALCATTI  
ITAMAR ROMANATTO

Ensino Fundamental I:  
CAIO MURILO TRAGANCIN RINALDI  
WALDECIRA APARECIDA TRAGANCIN DE OLIVEIRA

Ensino Fundamental II:  
LUCAS GONZATTO  
LUCIANA DISSEGNA

Ensino Médio:  
MARCOS TOMAZ  
MARCELO LUIZ RINALDI

i) Educação Especial  
- Dois pais de aluno:  
CLEUSA EMÍLIA SUSIN BRESSAN  
LAIDES CHAGAS

j) Conselho Tutelar  
- Todos os conselheiros ativos:  
DÉBORA ROSSATO  
IVONETE TREVISOL CRACO  
MARIA DE FÁTIMA FILIPPI  
MARIZANI APARECIDA RAMOS  
SIMARA APARECIDA TREVISOL SLOGO

k) Ensino Superior  
- Dois representantes dos alunos universitários:  
DIEGO DA SILVA GUINDANI  
SILVANA DA COSTA TREVISOL

l) Ensino Técnico Profissionalizante  
- Dois representantes dos alunos do ensino técnico:  
LUCIMAR CERON  
ELAINE BASEI

m) Secretaria Municipal da Saúde

- Um representante de coordenação dos programas de saúde da família:  
ERICA THOMÉ LAIDNES

- Dois representantes dos agentes de saúde:  
DARIANE APARECIDA GOMES RAMOS BASEI  
SILVANA REGINA BLOOT

n) Secretaria Municipal de Assistência Social

- Dois representantes:

LEILA APARECIDA RAMOS ARALDI

CRISTIANE CORDEIRO DE MORAIS

o) Secretaria Municipal da Administração e da Fazenda

- Um representante:

LÁELCIO ANTONIO GASANIGA.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 06 DE ABRIL DE 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

### **PORTARIA Nº 071/2015**

PORTARIA Nº 071, DE 06 DE ABRIL DE 2015

“DESIGNA SERVIDOR COMO AGENTE EXECUTIVO DE TRÂNSITO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com os Decretos n.º 374/01 e 245/00, RESOLVE:

Art. 1º. Fica designado para atuar como Agente Executivo de Trânsito junto ao Órgão de Trânsito Rodoviário do Município, o Sr. Mauri Miorelli Dissegna, Secretário Municipal do Desenvolvimento Comunitário, Cultura e Esportes.

Art. 2º. As competências atribuídas ao Órgão Executivo de Trânsito, coordenadas por seu Agente Executivo designado são as constantes do Decreto 245/2000, Considerando o Convênio Firmado com a Secretaria Estadual de Segurança Pública e Defesa do Cidadão delegando competências à Polícia Militar.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria de n.º 137, de 20 de março de 2013.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 06 DE ABRIL DE 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

### **PORTARIA Nº 072/2015**

PORTARIA Nº 072, 06 DE ABRIL DE 2015

“CONCEDE 10 (DEZ) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, considerando a Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei

Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008 e o requerimento da servidora protocolado em 06 de junho de 2014, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora SALETE MARIA DA SILVA ANDRIQUE, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais - Nível 1 - Referência D, 10 (dez) dias de Licença Prêmio a que faz jus, referente ao período aquisitivo de 22.08.2008 a 26.12.2015.

§ 1º. O período aquisitivo da licença prêmio, mencionado no caput deste artigo, foi retardado em 857 dias, conforme determina o § 2º, do artigo 96-B, da Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008.

§ 2º. A remuneração do servidor, durante o período da Licença mencionada no caput deste artigo, será de acordo com o § 2º, do art. 96-D, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008.

Art. 2º. O servidor usufruirá a Licença Prêmio no período de 06 a 15 de abril de 2015.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 06 DE ABRIL DE 2015.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

### **PORTARIA Nº 073/2015**

PORTARIA Nº 073, 08 DE ABRIL DE 2015

“CONCEDE 10 (DEZ) DIAS DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, considerando a Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008 e o requerimento da servidora protocolado em 07 de abril de 2015, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora CÁCIA APARECIDA GONZATTO ARALDI, ocupante do cargo efetivo de Professor II - Nível 5 - Referência C, 10 (dez) dias de Licença Prêmio a que faz jus, referente ao período aquisitivo de 22.08.2008 a 12.09.2013.

§ 1º. O período aquisitivo da licença prêmio, mencionado no caput deste artigo, foi retardado em 22 dias, conforme determina o § 2º, do artigo 96-B, da Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008.

§ 2º. A remuneração do servidor, durante o período da Licença mencionada no caput deste artigo, será de acordo com o § 2º, do art. 96-D, da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 385, de 22 de agosto de 2008.

Art. 2º. A servidora usufruirá a Licença Prêmio no período de 08 a 17 de abril de 2015.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 08 DE ABRIL DE 2015.  
CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
Sec. da Adm. e da Fazenda

#### **PORTARIA Nº 074/2015**

PORTARIA Nº 074, DE 08 DE ABRIL DE 2015  
"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal; ; considerando os artigos 59 a 64, da Lei federal nº 8.213, de 24 de Julho de 1991, combinado com o Decreto Federal nº 3.048, de 06 de Maio de 1999 e alterações posteriores, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao servidor EDSSON GOMES DE OLIVEIRA, servidor efetivo no cargo de Mecânico - Nível 4 - Referência E, Licença para Tratamento de Saúde, em consequência de acidente de trabalho.

Art. 2º. O afastamento será de conformidade com o Atestado Médico do Dr. Fabiano Scortegagna Dupczak - CRM/SC 16766 (anexo a CAT (Comunicação de Acidente de trabalho)), para o período de 01 a 14 de abril de 2015.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de abril de 2015.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 08 DE ABRIL DE 2015.  
CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
Sec. da Adm. e da Fazenda

#### **PORTARIA Nº 075/2015**

PORTARIA Nº 075, DE 10 DE ABRIL DE 2015  
"ATRIBUI EXERCÍCIO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina;

Considerando a necessidade de adequar os serviços junto a Secretaria do Desenvolvimento Comunitário, Cultura e Esportes;

Com amparo no artigo 88, incisos VII, IX e XII, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica designada a Sra. JUSTINA INES DALMOLIN - SERVENTE - NÍVEL 1 - REFERÊNCIA "E", para prestar exercício junto

a Secretaria Municipal do Desenvolvimento Comunitário, Cultura e Esportes.

Parágrafo único. A servidora continuará percebendo os vencimentos relativos ao seu cargo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 13 de abril de 2015.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 10 DE ABRIL DE 2015.  
CLOVIS JOSE BUSATTO  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA  
Sec. da Adm. e da Fazenda

#### **RESOLUÇÃO Nº 018/2015 - CODEMI**

RESOLUÇÃO Nº018/2015

O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE IBIAM - CODEMI, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Complementar Nº 025, de 24 de novembro de 2011.

CONSIDERANDO o Decreto n.º 2561, de 20 de novembro de 2013, o art. 2º, incisos I a VIII quanto às competências.

CONSIDERANDO a deliberação da reunião ordinária, visitação "in loco" e análise dos documentos do dia 1º de Agosto de 2014.

RESOLVE:

Art.1º - Aprovar a concessão de estímulos econômicos ao Senhor Celso Maculan constituído 08(oito) horas de Retroescavadeira, 15 (quinze) horas de Motoniveladora, 150(cento e cinquenta) km de Caçamba, 20 (vinte) horas de Escavadeira Hidráulica e 20(vinte) horas de Trator de Esteira.

Art.2º A prestação de contas será de acordo com o art. 6º do Decreto nº 2561/2013.

Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e CUMPRA-SE.

Ibiã, 17 de Abril de 2015.  
Secretário Municipal Infraestrutura Obras e Serviços Públicos  
Presidente do Conselho CODEMI

Homologada em: 17/04/2015.

Clóvis José Busatto  
Prefeito Municipal de Ibiã

## Ilhota

## PREFEITURA

## ANEXO LEI 1786 2014



## PLANO DE AMORTIZAÇÃO ILHOTAPREV

ANEXO ÚNICO LEI 1786 2014  
Sistema Francês de Amortização - TABELA PRICE

Saldo Devedor Inicial	R\$	4.551.728,15
Déficit Atuarial 2014 - (aporte em 12/2013, com correção monetária até 12/2014)	R\$	8.021.199,14
Taxa de Juros ao ano		6,00%
Taxa de Juros ao Mês		0,49%
Prazo de Financiamento (meses)		420

Sistema Francês de Amortização - Tabela PRICE									
INPC (%)	Mês - Referência	t	Saldo devedor ( t )	Prestação Paga	Prestação Calculada ( t )	Amortização ( t )	juros ( t )	Correção ( t )	
0.63%	setembro-12	1	R\$ 4.551.728,15	R\$ 25.469,48	R\$ 25.469,48	R\$ 3.313,71	R\$ 22.155,77	R\$ 28.655,01	
0.71%	outubro-12	2	R\$ 4.577.069,45	R\$ 25.629,94	R\$ 25.629,94	R\$ 3.350,82	R\$ 22.279,12	R\$ 32.473,40	
0.54%	novembro-12	3	R\$ 4.606.192,03	R\$ 25.811,91	R\$ 25.811,91	R\$ 3.391,04	R\$ 22.420,87	R\$ 24.855,13	
0.74%	dezembro-12	4	R\$ 4.627.656,12	R\$ 25.951,29	R\$ 25.951,29	R\$ 3.425,94	R\$ 22.525,35	R\$ 34.219,30	
0.92%	janeiro-13	5	R\$ 4.658.449,48	R\$ 26.143,33	R\$ 26.143,33	R\$ 3.468,09	R\$ 22.675,24	R\$ 42.825,83	
0.52%	fevereiro-13	6	R\$ 4.697.807,21	R\$ 26.383,85	R\$ 26.383,85	R\$ 3.517,04	R\$ 22.866,81	R\$ 24.410,31	
0.60%	março-13	7	R\$ 4.718.700,48	R\$ 26.521,05	R\$ 26.521,05	R\$ 3.552,53	R\$ 22.968,51	R\$ 28.290,89	
0.59%	abril-13	8	R\$ 4.743.438,54	R\$ 26.680,17	R\$ 26.680,17	R\$ 3.591,25	R\$ 23.089,93	R\$ 27.965,10	
0.35%	maio-13	9	R\$ 4.767.812,69	R\$ 26.837,59	R\$ 26.837,59	R\$ 3.630,02	R\$ 23.207,57	R\$ 16.674,64	
0.28%	junho-13	10	R\$ 4.790.957,31	R\$ 26.931,52	R\$ 26.931,52	R\$ 3.660,45	R\$ 23.271,06	R\$ 13.376,15	
-0.13%	julho-13	11	R\$ 4.790.573,01	R\$ 27.006,93	R\$ 27.006,93	R\$ 3.686,57	R\$ 23.318,36	R\$ 6.222,95	
0.16%	agosto-13	12	R\$ 4.780.661,49	R\$ 26.971,82	R\$ 26.971,82	R\$ 3.701,71	R\$ 23.270,11	R\$ 7.643,14	
0.27%	setembro-13	13	R\$ 4.784.602,92	R\$ 27.014,97	R\$ 27.014,97	R\$ 3.725,68	R\$ 23.289,30	R\$ 12.908,37	
0.61%	outubro-13	14	R\$ 4.793.785,61	R\$ 27.087,91	R\$ 27.087,91	R\$ 3.753,92	R\$ 23.333,99	R\$ 29.219,19	
0.54%	novembro-13	15	R\$ 4.819.250,89	R\$ 27.253,15	R\$ 27.253,15	R\$ 3.795,20	R\$ 23.457,95	R\$ 26.003,46	
0.72%	dezembro-13	16	R\$ 12.862.658,28	R\$ 27.400,32	R\$ 27.400,32	R\$ (35.209,32)	R\$ 62.609,64	R\$ 92.864,65	
0.63%	janeiro-14	17	R\$ 12.990.732,25	R\$ 28.147,45	R\$ 28.147,45	R\$ (35.085,60)	R\$ 63.233,05	R\$ 82.062,65	
0.64%	fevereiro-14	18	R\$ 13.107.880,51	R\$ 28.833,94	R\$ 28.833,94	R\$ (34.969,33)	R\$ 63.803,27	R\$ 84.114,24	
0.82%	março-14	19	R\$ 13.226.964,08	R\$ 29.532,62	R\$ 29.532,62	R\$ (34.850,30)	R\$ 64.382,92	R\$ 108.746,88	
0.78%	abril-14	20	R\$ 13.370.561,25	R\$ 30.371,72	R\$ 30.371,72	R\$ (34.710,16)	R\$ 65.081,88	R\$ 104.561,12	
0.60%	maio-14	21	R\$ 13.509.832,53	R\$ 31.187,72	R\$ 31.187,72	R\$ (34.572,08)	R\$ 65.759,79	R\$ 81.266,43	
0.26%	junho-14	22	R\$ 13.625.671,04	R\$ 31.871,90	R\$ 31.871,90	R\$ (34.451,74)	R\$ 66.323,64	R\$ 35.516,32	
0.13%	julho-14	23	R\$ 13.695.639,10	R\$ 32.296,26	R\$ 32.296,26	R\$ (34.367,95)	R\$ 66.664,22	R\$ 17.849,01	
0.18%	agosto-14	24	R\$ 13.747.856,06	R\$ 32.620,34	R\$ 32.620,34	R\$ 9.054,29	R\$ 23.566,05	R\$ 8.698,33	
0.49%	setembro-14	25	R\$ 13.747.500,10	R\$ 32.645,36	R\$ 32.645,36	R\$ 8.455,91	R\$ 24.189,45	R\$ 24.309,28	
0.38%	outubro-14	26	R\$ 13.763.353,47	R\$ 32.763,05	R\$ 32.763,05	R\$ 8.003,37	R\$ 24.759,68	R\$ 19.298,98	
0.53%	novembro-14	27	R\$ 13.774.649,08	R\$ 32.855,03	R\$ 32.855,03	R\$ 7.515,71	R\$ 25.339,32	R\$ 6.222,95	
0.00%	dezembro-14	28	R\$ 13.794.684,09		R\$ 32.997,26	R\$ 6.958,97	R\$ 26.038,29	-	
0.00%	janeiro-15	29	R\$ 13.787.725,12	R\$ 40.000,00	R\$ 78.867,99	R\$ 13.283,80	R\$ 23.289,30	R\$ 12.908,37	
0.00%	fevereiro-15	30	R\$ 13.774.441,33	R\$ 40.000,00	R\$ 78.859,24	R\$ 12.719,95	R\$ 27.280,05	-	
0.00%	março-15	31	R\$ 13.761.721,38	R\$ 40.000,00	R\$ 78.854,03	R\$ 12.379,38	R\$ 27.620,62	-	
0.00%	abril-15	32	R\$ 13.749.342,00	R\$ 40.000,00	R\$ 78.851,10	R\$ 12.125,21	R\$ 27.874,79	-	
0.00%	maio-15	33	R\$ 13.737.216,79	R\$ 40.000,00	R\$ 78.849,95	R\$ 12.126,94	R\$ 27.873,06	-	
0.00%	junho-15	34	R\$ 13.725.089,85	R\$ 40.000,00	R\$ 78.849,13	R\$ 12.049,77	R\$ 27.950,23	-	
0.00%	julho-15	35	R\$ 13.713.040,08	R\$ 40.000,00	R\$ 78.849,08	R\$ 11.994,79	R\$ 28.005,21	-	
0.00%	agosto-15	36	R\$ 13.701.045,29	R\$ 40.000,00	R\$ 78.849,69	R\$ 11.897,27	R\$ 28.102,73	-	
0.00%	setembro-15	37	R\$ 13.689.148,02	R\$ 40.000,00	R\$ 78.851,20	R\$ (26.632,62)	R\$ 66.632,62	-	
0.00%	outubro-15	38	R\$ 13.715.780,64	R\$ 40.000,00	R\$ 79.075,18	R\$ (26.762,26)	R\$ 66.762,26	-	
0.00%	novembro-15	39	R\$ 13.742.542,89	R\$ 40.000,00	R\$ 79.300,67	R\$ (26.892,52)	R\$ 66.892,52	-	
0.00%	dezembro-15	40	R\$ 13.769.435,41	R\$ 40.000,00	R\$ 79.527,65	R\$ (27.023,42)	R\$ 67.023,42	-	
0.00%	janeiro-16	41	R\$ 13.796.458,84	R\$ 40.000,00	R\$ 79.756,16	R\$ (27.154,96)	R\$ 67.154,96	-	
0.00%	fevereiro-16	42	R\$ 13.823.613,80	R\$ 40.000,00	R\$ 79.986,20	R\$ (27.287,14)	R\$ 67.287,14	-	
0.00%	março-16	43	R\$ 13.850.900,94	R\$ 40.000,00	R\$ 80.217,78	R\$ (27.419,96)	R\$ 67.419,96	-	
0.00%	abril-16	44	R\$ 13.878.320,90	R\$ 40.000,00	R\$ 80.450,91	R\$ (27.553,43)	R\$ 67.553,43	-	
0.00%	maio-16	45	R\$ 13.905.874,33	R\$ 40.000,00	R\$ 80.685,62	R\$ (27.687,55)	R\$ 67.687,55	-	
0.00%	junho-16	46	R\$ 13.933.561,87	R\$ 40.000,00	R\$ 80.921,91	R\$ (27.822,32)	R\$ 67.822,32	-	
0.00%	julho-16	47	R\$ 13.961.384,19	R\$ 40.000,00	R\$ 81.159,80	R\$ (27.957,74)	R\$ 67.957,74	-	
0.00%	agosto-16	48	R\$ 13.989.341,93	R\$ 40.000,00	R\$ 81.399,29	R\$ (28.093,83)	R\$ 68.093,83	-	
0.00%	setembro-16	49	R\$ 14.017.435,76	R\$ 40.000,00	R\$ 81.640,41	R\$ (28.230,58)	R\$ 68.230,58	-	
0.00%	outubro-16	50	R\$ 14.045.666,34	R\$ 40.000,00	R\$ 81.883,16	R\$ (28.367,99)	R\$ 68.367,99	-	
0.00%	novembro-16	51	R\$ 14.074.034,33	R\$ 40.000,00	R\$ 82.127,57	R\$ (28.506,07)	R\$ 68.506,07	-	
0.00%	dezembro-16	52	R\$ 14.102.540,40	R\$ 40.000,00	R\$ 82.373,64	R\$ (28.644,83)	R\$ 68.644,83	-	
0.00%	janeiro-17	53	R\$ 14.131.185,23	R\$ 45.000,00	R\$ 82.621,39	R\$ (23.784,26)	R\$ 68.784,26	-	
0.00%	fevereiro-17	54	R\$ 14.154.969,49	R\$ 45.000,00	R\$ 82.841,56	R\$ (23.900,03)	R\$ 68.900,03	-	
0.00%	março-17	55	R\$ 14.178.869,52	R\$ 45.000,00	R\$ 83.063,25	R\$ (24.016,36)	R\$ 69.016,36	-	
0.00%	abril-17	56	R\$ 14.202.885,89	R\$ 45.000,00	R\$ 83.286,45	R\$ (24.133,27)	R\$ 69.133,27	-	
0.00%	maio-17	57	R\$ 14.227.019,15	R\$ 45.000,00	R\$ 83.511,19	R\$ (24.250,74)	R\$ 69.250,74	-	
0.00%	junho-17	58	R\$ 14.251.269,89	R\$ 45.000,00	R\$ 83.737,48	R\$ (24.368,78)	R\$ 69.368,78	-	
0.00%	julho-17	59	R\$ 14.275.638,66	R\$ 45.000,00	R\$ 83.965,32	R\$ (24.487,39)	R\$ 69.487,39	-	
0.00%	agosto-17	60	R\$ 14.300.126,06	R\$ 45.000,00	R\$ 84.194,73	R\$ (24.606,59)	R\$ 69.606,59	-	
0.00%	setembro-17	61	R\$ 14.324.732,64	R\$ 45.000,00	R\$ 84.425,74	R\$ (24.726,36)	R\$ 69.726,36	-	
0.00%	outubro-17	62	R\$ 14.349.459,00	R\$ 45.000,00	R\$ 84.658,34	R\$ (24.846,72)	R\$ 69.846,72	-	
0.00%	novembro-17	63	R\$ 14.374.305,72	R\$ 45.000,00	R\$ 84.892,56	R\$ (24.967,66)	R\$ 69.967,66	-	
0.00%	dezembro-17	64	R\$ 14.399.273,38	R\$ 45.000,00	R\$ 85.128,40	R\$ (25.089,19)	R\$ 70.089,19	-	
0.00%	janeiro-18	65	R\$ 14.424.362,57	R\$ 45.000,00	R\$ 85.365,89	R\$ (25.211,31)	R\$ 70.211,31	-	
0.00%	fevereiro-18	66	R\$ 14.449.573,89	R\$ 45.000,00	R\$ 85.605,03	R\$ (25.334,03)	R\$ 70.334,03	-	
0.00%	março-18	67	R\$ 14.474.907,92	R\$ 45.000,00	R\$ 85.845,85	R\$ (25.457,35)	R\$ 70.457,35	-	
0.00%	abril-18	68	R\$ 14.500.365,26	R\$ 45.000,00	R\$ 86.088,35	R\$ (25.581,26)	R\$ 70.581,26	-	
0.00%	maio-18	69	R\$ 14.525.946,53	R\$ 45.000,00	R\$ 86.332,55	R\$ (25.705,78)	R\$ 70.705,78	-	
0.00%	junho-18	70	R\$ 14.551.652,30	R\$ 45.000,00	R\$ 86.578,47	R\$ (25.830,90)	R\$ 70.830,90	-	
0.00%	julho-18	71	R\$ 14.577.483,21	R\$ 45.000,00	R\$ 86.826,11	R\$ (25.956,64)	R\$ 70.956,64	-	
0.00%	agosto-18	72	R\$ 14.603.439,84	R\$ 45.000,00	R\$ 87.075,51	R\$ (26.082,98)	R\$ 71.082,98	-	
0.00%	setembro-18	73	R\$ 14.629.522,83	R\$ 45.000,00	R\$ 87.326,67	R\$ (26.209,94)	R\$ 71.209,94	-	
0.00%	outubro-18	74	R\$ 14.655.732,77	R\$ 45.000,00	R\$ 87.579,60	R\$ (26.337,52)	R\$ 71.337,52	-	
0.00%	novembro-18	75	R\$ 14.682.070,29	R\$ 45.000,00	R\$ 87.834,33	R\$ (26.465,72)	R\$ 71.465,72	-	



## PLANO DE AMORTIZAÇÃO ILHOTAPREV

ANEXO ÚNICO - Lei nº 1.702/2012

Sistema Francês de Amortização - TABELA PRICE

Saldo Devedor Inicial	R\$	4.551.728,15
Déficit Atuarial 2014 - (aporte em 12/2013, com correção monetária até 12/2014)	R\$	8.021.199,14
Taxa de Juros ao ano		6,00%
Taxa de Juros ao Mês		0,49%
Prazo de Financiamento (meses)		420

Sistema Francês de Amortização - Tabela PRICE									
INPC (%)	Mês - Referência	t	Saldo devedor (t)	Prestação Paga	Prestação Calculada (t)	Amortização (t)	juros (t)	Correção (t)	
0,00%	dezembro-18	76	R\$ 14.708.536,01	R\$ 45.000,00	R\$ 88.090,87	R\$ (26.594,54)	R\$ 71.594,54	R\$ -	-
0,00%	janeiro-19	77	R\$ 14.735.130,55	R\$ 50.000,00	R\$ 88.349,24	R\$ (21.723,99)	R\$ 71.723,99	R\$ -	-
0,00%	fevereiro-19	78	R\$ 14.756.854,54	R\$ 50.000,00	R\$ 88.579,43	R\$ (21.829,74)	R\$ 71.829,74	R\$ -	-
0,00%	março-19	79	R\$ 14.778.684,28	R\$ 50.000,00	R\$ 88.811,27	R\$ (21.935,99)	R\$ 71.935,99	R\$ -	-
0,00%	abril-19	80	R\$ 14.800.620,27	R\$ 50.000,00	R\$ 89.044,77	R\$ (22.042,77)	R\$ 72.042,77	R\$ -	-
0,00%	maio-19	81	R\$ 14.822.663,04	R\$ 50.000,00	R\$ 89.279,94	R\$ (22.150,06)	R\$ 72.150,06	R\$ -	-
0,00%	junho-19	82	R\$ 14.844.813,10	R\$ 50.000,00	R\$ 89.516,81	R\$ (22.257,88)	R\$ 72.257,88	R\$ -	-
0,00%	julho-19	83	R\$ 14.867.070,98	R\$ 50.000,00	R\$ 89.755,38	R\$ (22.366,22)	R\$ 72.366,22	R\$ -	-
0,00%	agosto-19	84	R\$ 14.889.437,20	R\$ 50.000,00	R\$ 89.995,67	R\$ (22.475,09)	R\$ 72.475,09	R\$ -	-
0,00%	setembro-19	85	R\$ 14.911.912,29	R\$ 50.000,00	R\$ 90.237,70	R\$ (22.584,49)	R\$ 72.584,49	R\$ -	-
0,00%	outubro-19	86	R\$ 14.934.496,78	R\$ 50.000,00	R\$ 90.481,48	R\$ (22.694,42)	R\$ 72.694,42	R\$ -	-
0,00%	novembro-19	87	R\$ 14.957.191,19	R\$ 50.000,00	R\$ 90.727,04	R\$ (22.804,88)	R\$ 72.804,88	R\$ -	-
0,00%	dezembro-19	88	R\$ 14.979.996,08	R\$ 50.000,00	R\$ 90.974,37	R\$ (22.915,89)	R\$ 72.915,89	R\$ -	-
0,00%	janeiro-20	89	R\$ 15.002.911,97	R\$ 50.000,00	R\$ 91.223,51	R\$ (23.027,43)	R\$ 73.027,43	R\$ -	-
0,00%	fevereiro-20	90	R\$ 15.025.939,40	R\$ 50.000,00	R\$ 91.474,47	R\$ (23.139,52)	R\$ 73.139,52	R\$ -	-
0,00%	março-20	91	R\$ 15.049.078,92	R\$ 50.000,00	R\$ 91.727,27	R\$ (23.252,15)	R\$ 73.252,15	R\$ -	-
0,00%	abril-20	92	R\$ 15.072.331,07	R\$ 50.000,00	R\$ 91.981,92	R\$ (23.365,33)	R\$ 73.365,33	R\$ -	-
0,00%	maio-20	93	R\$ 15.095.696,41	R\$ 50.000,00	R\$ 92.238,44	R\$ (23.479,07)	R\$ 73.479,07	R\$ -	-
0,00%	junho-20	94	R\$ 15.119.175,47	R\$ 50.000,00	R\$ 92.496,85	R\$ (23.593,35)	R\$ 73.593,35	R\$ -	-
0,00%	julho-20	95	R\$ 15.142.768,82	R\$ 50.000,00	R\$ 92.757,16	R\$ (23.708,19)	R\$ 73.708,19	R\$ -	-
0,00%	agosto-20	96	R\$ 15.166.477,02	R\$ 50.000,00	R\$ 93.019,40	R\$ (23.823,59)	R\$ 73.823,59	R\$ -	-
0,00%	setembro-20	97	R\$ 15.190.300,61	R\$ 50.000,00	R\$ 93.283,58	R\$ (23.939,56)	R\$ 73.939,56	R\$ -	-
0,00%	outubro-20	98	R\$ 15.214.240,17	R\$ 50.000,00	R\$ 93.549,72	R\$ (24.056,08)	R\$ 74.056,08	R\$ -	-
0,00%	novembro-20	99	R\$ 15.238.296,25	R\$ 50.000,00	R\$ 93.817,85	R\$ (24.173,18)	R\$ 74.173,18	R\$ -	-
0,00%	dezembro-20	100	R\$ 15.262.469,43	R\$ 50.000,00	R\$ 94.087,97	R\$ (24.290,84)	R\$ 74.290,84	R\$ -	-
0,00%	janeiro-21	101	R\$ 15.286.760,27		R\$ 94.360,11	R\$ 19.951,03	R\$ 74.409,08	R\$ -	-
0,00%	fevereiro-21	102	R\$ 15.266.809,24		R\$ 94.360,11	R\$ 20.048,14	R\$ 74.311,97	R\$ -	-
0,00%	março-21	103	R\$ 15.246.761,09		R\$ 94.360,11	R\$ 20.145,73	R\$ 74.214,38	R\$ -	-
0,00%	abril-21	104	R\$ 15.226.615,36		R\$ 94.360,11	R\$ 20.243,79	R\$ 74.116,32	R\$ -	-
0,00%	maio-21	105	R\$ 15.206.371,57		R\$ 94.360,11	R\$ 20.342,33	R\$ 74.017,78	R\$ -	-
0,00%	junho-21	106	R\$ 15.186.029,24		R\$ 94.360,11	R\$ 20.441,35	R\$ 73.918,77	R\$ -	-
0,00%	julho-21	107	R\$ 15.165.587,90		R\$ 94.360,11	R\$ 20.540,84	R\$ 73.819,27	R\$ -	-
0,00%	agosto-21	108	R\$ 15.145.047,05		R\$ 94.360,11	R\$ 20.640,83	R\$ 73.719,28	R\$ -	-
0,00%	setembro-21	109	R\$ 15.124.406,22		R\$ 94.360,11	R\$ 20.741,30	R\$ 73.618,81	R\$ -	-
0,00%	outubro-21	110	R\$ 15.103.664,92		R\$ 94.360,11	R\$ 20.842,26	R\$ 73.517,85	R\$ -	-
0,00%	novembro-21	111	R\$ 15.082.822,67		R\$ 94.360,11	R\$ 20.943,71	R\$ 73.416,40	R\$ -	-
0,00%	dezembro-21	112	R\$ 15.061.878,96		R\$ 94.360,11	R\$ 21.045,65	R\$ 73.314,46	R\$ -	-
0,00%	janeiro-22	113	R\$ 15.040.833,30		R\$ 94.360,11	R\$ 21.148,09	R\$ 73.212,02	R\$ -	-
0,00%	fevereiro-22	114	R\$ 15.019.685,21		R\$ 94.360,11	R\$ 21.251,03	R\$ 73.109,08	R\$ -	-
0,00%	março-22	115	R\$ 14.998.434,18		R\$ 94.360,11	R\$ 21.354,47	R\$ 73.005,64	R\$ -	-
0,00%	abril-22	116	R\$ 14.977.079,70		R\$ 94.360,11	R\$ 21.458,42	R\$ 72.901,69	R\$ -	-
0,00%	maio-22	117	R\$ 14.955.621,29		R\$ 94.360,11	R\$ 21.562,87	R\$ 72.797,24	R\$ -	-
0,00%	junho-22	118	R\$ 14.934.058,42		R\$ 94.360,11	R\$ 21.667,83	R\$ 72.692,28	R\$ -	-
0,00%	julho-22	119	R\$ 14.912.390,59		R\$ 94.360,11	R\$ 21.773,30	R\$ 72.586,82	R\$ -	-
0,00%	agosto-22	120	R\$ 14.890.617,30		R\$ 94.360,11	R\$ 21.879,28	R\$ 72.480,83	R\$ -	-
0,00%	setembro-22	121	R\$ 14.868.738,02		R\$ 94.360,11	R\$ 21.985,78	R\$ 72.374,33	R\$ -	-
0,00%	outubro-22	122	R\$ 14.846.752,24		R\$ 94.360,11	R\$ 22.092,79	R\$ 72.267,32	R\$ -	-
0,00%	novembro-22	123	R\$ 14.824.659,45		R\$ 94.360,11	R\$ 22.200,33	R\$ 72.159,78	R\$ -	-
0,00%	dezembro-22	124	R\$ 14.802.459,12		R\$ 94.360,11	R\$ 22.308,39	R\$ 72.051,72	R\$ -	-
0,00%	janeiro-23	125	R\$ 14.780.150,72		R\$ 94.360,11	R\$ 22.416,98	R\$ 71.943,13	R\$ -	-
0,00%	fevereiro-23	126	R\$ 14.757.733,74		R\$ 94.360,11	R\$ 22.526,10	R\$ 71.834,02	R\$ -	-
0,00%	março-23	127	R\$ 14.735.207,65		R\$ 94.360,11	R\$ 22.635,74	R\$ 71.724,37	R\$ -	-
0,00%	abril-23	128	R\$ 14.712.571,91		R\$ 94.360,11	R\$ 22.745,92	R\$ 71.614,19	R\$ -	-
0,00%	maio-23	129	R\$ 14.689.825,98		R\$ 94.360,11	R\$ 22.856,64	R\$ 71.503,47	R\$ -	-
0,00%	junho-23	130	R\$ 14.666.969,34		R\$ 94.360,11	R\$ 22.967,90	R\$ 71.392,21	R\$ -	-
0,00%	julho-23	131	R\$ 14.644.001,45		R\$ 94.360,11	R\$ 23.079,69	R\$ 71.280,42	R\$ -	-
0,00%	agosto-23	132	R\$ 14.620.921,75		R\$ 94.360,11	R\$ 23.192,03	R\$ 71.168,08	R\$ -	-
0,00%	setembro-23	133	R\$ 14.597.729,72		R\$ 94.360,11	R\$ 23.304,92	R\$ 71.055,19	R\$ -	-
0,00%	outubro-23	134	R\$ 14.574.424,80		R\$ 94.360,11	R\$ 23.418,36	R\$ 70.941,75	R\$ -	-
0,00%	novembro-23	135	R\$ 14.551.006,44		R\$ 94.360,11	R\$ 23.532,35	R\$ 70.827,76	R\$ -	-
0,00%	dezembro-23	136	R\$ 14.527.474,08		R\$ 94.360,11	R\$ 23.646,90	R\$ 70.713,21	R\$ -	-
0,00%	janeiro-24	137	R\$ 14.503.827,19		R\$ 94.360,11	R\$ 23.762,00	R\$ 70.598,11	R\$ -	-
0,00%	fevereiro-24	138	R\$ 14.480.065,19		R\$ 94.360,11	R\$ 23.877,66	R\$ 70.482,45	R\$ -	-
0,00%	março-24	139	R\$ 14.456.187,53		R\$ 94.360,11	R\$ 23.993,89	R\$ 70.366,22	R\$ -	-
0,00%	abril-24	140	R\$ 14.432.193,64		R\$ 94.360,11	R\$ 24.110,68	R\$ 70.249,43	R\$ -	-
0,00%	maio-24	141	R\$ 14.408.082,96		R\$ 94.360,11	R\$ 24.228,04	R\$ 70.132,07	R\$ -	-
0,00%	junho-24	142	R\$ 14.383.854,93		R\$ 94.360,11	R\$ 24.345,97	R\$ 70.014,14	R\$ -	-
0,00%	julho-24	143	R\$ 14.359.508,96		R\$ 94.360,11	R\$ 24.464,47	R\$ 69.895,64	R\$ -	-
0,00%	agosto-24	144	R\$ 14.335.044,48		R\$ 94.360,11	R\$ 24.583,56	R\$ 69.776,55	R\$ -	-
0,00%	setembro-24	145	R\$ 14.310.460,92		R\$ 94.360,11	R\$ 24.703,22	R\$ 69.656,89	R\$ -	-
0,00%	outubro-24	146	R\$ 14.285.757,71		R\$ 94.360,11	R\$ 24.823,46	R\$ 69.536,65	R\$ -	-
0,00%	novembro-24	147	R\$ 14.260.934,24		R\$ 94.360,11	R\$ 24.944,29	R\$ 69.415,82	R\$ -	-
0,00%	dezembro-24	148	R\$ 14.235.989,95		R\$ 94.360,11	R\$ 25.065,71	R\$ 69.294,40	R\$ -	-
0,00%	janeiro-25	149	R\$ 14.210.924,24		R\$ 94.360,11	R\$ 25.187,72	R\$ 69.172,39	R\$ -	-
0,00%	fevereiro-25	150	R\$ 14.185.736,52		R\$ 94.360,11	R\$ 25.310,32	R\$ 69.049,79	R\$ -	-



## PLANO DE AMORTIZAÇÃO ILHOTAPREV

ANEXO ÚNICO - Lei nº 1.702/2012

Sistema Francês de Amortização - TABELA PRICE

Saldo Devedor Inicial	R\$	4.551.728,15
Déficit Atuarial 2014 - (aporte em 12/2013, com correção monetária até 12/2014)	R\$	8.021.199,14
Taxa de Juros ao ano		6,00%
Taxa de Juros ao Mês		0,49%
Prazo de Financiamento (meses)		420

Sistema Francês de Amortização - Tabela PRICE

INPC (%)	Mês - Referência	t	Saldo devedor (t)	Prestação Paga	Prestação Calculada (t)	Amortização (t)	juros (t)	Correção (t)
0,00%	março-25	151	R\$ 14.180.426,20		R\$ 94.360,11	R\$ 25.433,52	R\$ 68.926,59	R\$ -
0,00%	abril-25	152	R\$ 14.134.992,68		R\$ 94.360,11	R\$ 25.557,32	R\$ 68.802,79	R\$ -
0,00%	maio-25	153	R\$ 14.109.435,36		R\$ 94.360,11	R\$ 25.681,72	R\$ 68.678,39	R\$ -
0,00%	junho-25	154	R\$ 14.083.753,64		R\$ 94.360,11	R\$ 25.806,73	R\$ 68.553,38	R\$ -
0,00%	julho-25	155	R\$ 14.057.946,91		R\$ 94.360,11	R\$ 25.932,34	R\$ 68.427,77	R\$ -
0,00%	agosto-25	156	R\$ 14.032.014,57		R\$ 94.360,11	R\$ 26.058,57	R\$ 68.301,54	R\$ -
0,00%	setembro-25	157	R\$ 14.005.956,00		R\$ 94.360,11	R\$ 26.185,41	R\$ 68.174,70	R\$ -
0,00%	outubro-25	158	R\$ 13.979.770,59		R\$ 94.360,11	R\$ 26.312,87	R\$ 68.047,24	R\$ -
0,00%	novembro-25	159	R\$ 13.953.457,72		R\$ 94.360,11	R\$ 26.440,95	R\$ 67.919,16	R\$ -
0,00%	dezembro-25	160	R\$ 13.927.016,77		R\$ 94.360,11	R\$ 26.569,65	R\$ 67.790,46	R\$ -
0,00%	janeiro-26	161	R\$ 13.900.447,12		R\$ 94.360,11	R\$ 26.698,98	R\$ 67.661,13	R\$ -
0,00%	fevereiro-26	162	R\$ 13.873.748,13		R\$ 94.360,11	R\$ 26.828,94	R\$ 67.531,17	R\$ -
0,00%	março-26	163	R\$ 13.846.919,19		R\$ 94.360,11	R\$ 26.959,53	R\$ 67.400,58	R\$ -
0,00%	abril-26	164	R\$ 13.819.959,66		R\$ 94.360,11	R\$ 27.090,76	R\$ 67.269,35	R\$ -
0,00%	maio-26	165	R\$ 13.792.868,90		R\$ 94.360,11	R\$ 27.222,62	R\$ 67.137,49	R\$ -
0,00%	junho-26	166	R\$ 13.765.646,28		R\$ 94.360,11	R\$ 27.355,13	R\$ 67.004,98	R\$ -
0,00%	julho-26	167	R\$ 13.738.291,15		R\$ 94.360,11	R\$ 27.488,28	R\$ 66.871,83	R\$ -
0,00%	agosto-26	168	R\$ 13.710.802,87		R\$ 94.360,11	R\$ 27.622,08	R\$ 66.738,03	R\$ -
0,00%	setembro-26	169	R\$ 13.683.180,78		R\$ 94.360,11	R\$ 27.756,54	R\$ 66.603,57	R\$ -
0,00%	outubro-26	170	R\$ 13.655.424,24		R\$ 94.360,11	R\$ 27.891,64	R\$ 66.468,47	R\$ -
0,00%	novembro-26	171	R\$ 13.627.532,60		R\$ 94.360,11	R\$ 28.027,41	R\$ 66.332,70	R\$ -
0,00%	dezembro-26	172	R\$ 13.599.505,20		R\$ 94.360,11	R\$ 28.163,83	R\$ 66.196,28	R\$ -
0,00%	janeiro-27	173	R\$ 13.571.341,36		R\$ 94.360,11	R\$ 28.300,92	R\$ 66.059,19	R\$ -
0,00%	fevereiro-27	174	R\$ 13.543.040,44		R\$ 94.360,11	R\$ 28.438,68	R\$ 65.921,43	R\$ -
0,00%	março-27	175	R\$ 13.514.601,77		R\$ 94.360,11	R\$ 28.577,10	R\$ 65.783,01	R\$ -
0,00%	abril-27	176	R\$ 13.486.024,66		R\$ 94.360,11	R\$ 28.716,20	R\$ 65.643,91	R\$ -
0,00%	maio-27	177	R\$ 13.457.308,46		R\$ 94.360,11	R\$ 28.855,98	R\$ 65.504,13	R\$ -
0,00%	junho-27	178	R\$ 13.428.452,48		R\$ 94.360,11	R\$ 28.996,44	R\$ 65.363,67	R\$ -
0,00%	julho-27	179	R\$ 13.399.456,04		R\$ 94.360,11	R\$ 29.137,58	R\$ 65.222,53	R\$ -
0,00%	agosto-27	180	R\$ 13.370.318,46		R\$ 94.360,11	R\$ 29.279,41	R\$ 65.080,70	R\$ -
0,00%	setembro-27	181	R\$ 13.341.039,05		R\$ 94.360,11	R\$ 29.421,93	R\$ 64.938,18	R\$ -
0,00%	outubro-27	182	R\$ 13.311.617,12		R\$ 94.360,11	R\$ 29.565,14	R\$ 64.794,97	R\$ -
0,00%	novembro-27	183	R\$ 13.282.051,98		R\$ 94.360,11	R\$ 29.709,05	R\$ 64.651,06	R\$ -
0,00%	dezembro-27	184	R\$ 13.252.342,93		R\$ 94.360,11	R\$ 29.853,66	R\$ 64.506,45	R\$ -
0,00%	janeiro-28	185	R\$ 13.222.489,27		R\$ 94.360,11	R\$ 29.998,98	R\$ 64.361,14	R\$ -
0,00%	fevereiro-28	186	R\$ 13.192.490,29		R\$ 94.360,11	R\$ 30.145,00	R\$ 64.215,11	R\$ -
0,00%	março-28	187	R\$ 13.162.345,29		R\$ 94.360,11	R\$ 30.291,73	R\$ 64.068,38	R\$ -
0,00%	abril-28	188	R\$ 13.132.053,56		R\$ 94.360,11	R\$ 30.439,18	R\$ 63.920,93	R\$ -
0,00%	maio-28	189	R\$ 13.101.614,39		R\$ 94.360,11	R\$ 30.587,34	R\$ 63.772,77	R\$ -
0,00%	junho-28	190	R\$ 13.071.027,05		R\$ 94.360,11	R\$ 30.736,23	R\$ 63.623,89	R\$ -
0,00%	julho-28	191	R\$ 13.040.290,82		R\$ 94.360,11	R\$ 30.885,84	R\$ 63.474,27	R\$ -
0,00%	agosto-28	192	R\$ 13.009.404,99		R\$ 94.360,11	R\$ 31.036,17	R\$ 63.323,94	R\$ -
0,00%	setembro-28	193	R\$ 12.978.368,81		R\$ 94.360,11	R\$ 31.187,24	R\$ 63.172,87	R\$ -
0,00%	outubro-28	194	R\$ 12.947.181,57		R\$ 94.360,11	R\$ 31.339,05	R\$ 63.021,06	R\$ -
0,00%	novembro-28	195	R\$ 12.915.842,52		R\$ 94.360,11	R\$ 31.491,59	R\$ 62.868,52	R\$ -
0,00%	dezembro-28	196	R\$ 12.884.350,92		R\$ 94.360,11	R\$ 31.644,88	R\$ 62.715,23	R\$ -
0,00%	janeiro-29	197	R\$ 12.852.706,04		R\$ 94.360,11	R\$ 31.798,91	R\$ 62.561,20	R\$ -
0,00%	fevereiro-29	198	R\$ 12.820.907,13		R\$ 94.360,11	R\$ 31.953,70	R\$ 62.406,41	R\$ -
0,00%	março-29	199	R\$ 12.788.953,43		R\$ 94.360,11	R\$ 32.109,23	R\$ 62.250,88	R\$ -
0,00%	abril-29	200	R\$ 12.756.844,20		R\$ 94.360,11	R\$ 32.265,53	R\$ 62.094,58	R\$ -
0,00%	maio-29	201	R\$ 12.724.578,67		R\$ 94.360,11	R\$ 32.422,58	R\$ 61.937,53	R\$ -
0,00%	junho-29	202	R\$ 12.692.156,09		R\$ 94.360,11	R\$ 32.580,40	R\$ 61.779,71	R\$ -
0,00%	julho-29	203	R\$ 12.659.575,69		R\$ 94.360,11	R\$ 32.738,99	R\$ 61.621,12	R\$ -
0,00%	agosto-29	204	R\$ 12.626.836,71		R\$ 94.360,11	R\$ 32.898,34	R\$ 61.461,77	R\$ -
0,00%	setembro-29	205	R\$ 12.593.938,36		R\$ 94.360,11	R\$ 33.058,48	R\$ 61.301,63	R\$ -
0,00%	outubro-29	206	R\$ 12.560.879,88		R\$ 94.360,11	R\$ 33.219,39	R\$ 61.140,72	R\$ -
0,00%	novembro-29	207	R\$ 12.527.660,49		R\$ 94.360,11	R\$ 33.381,09	R\$ 60.979,02	R\$ -
0,00%	dezembro-29	208	R\$ 12.494.279,40		R\$ 94.360,11	R\$ 33.543,57	R\$ 60.816,54	R\$ -
0,00%	janeiro-30	209	R\$ 12.460.735,83		R\$ 94.360,11	R\$ 33.706,85	R\$ 60.653,26	R\$ -
0,00%	fevereiro-30	210	R\$ 12.427.028,98		R\$ 94.360,11	R\$ 33.870,92	R\$ 60.489,19	R\$ -
0,00%	março-30	211	R\$ 12.393.158,06		R\$ 94.360,11	R\$ 34.035,79	R\$ 60.324,32	R\$ -
0,00%	abril-30	212	R\$ 12.359.122,27		R\$ 94.360,11	R\$ 34.201,46	R\$ 60.158,65	R\$ -
0,00%	maio-30	213	R\$ 12.324.920,81		R\$ 94.360,11	R\$ 34.367,94	R\$ 59.992,18	R\$ -
0,00%	junho-30	214	R\$ 12.290.552,88		R\$ 94.360,11	R\$ 34.535,22	R\$ 59.824,89	R\$ -
0,00%	julho-30	215	R\$ 12.256.017,66		R\$ 94.360,11	R\$ 34.703,33	R\$ 59.656,79	R\$ -
0,00%	agosto-30	216	R\$ 12.221.314,33		R\$ 94.360,11	R\$ 34.872,25	R\$ 59.487,87	R\$ -
0,00%	setembro-30	217	R\$ 12.186.442,09		R\$ 94.360,11	R\$ 35.041,99	R\$ 59.318,12	R\$ -
0,00%	outubro-30	218	R\$ 12.151.400,10		R\$ 94.360,11	R\$ 35.212,56	R\$ 59.147,55	R\$ -
0,00%	novembro-30	219	R\$ 12.116.187,54		R\$ 94.360,11	R\$ 35.383,96	R\$ 58.976,16	R\$ -
0,00%	dezembro-30	220	R\$ 12.080.803,59		R\$ 94.360,11	R\$ 35.556,19	R\$ 58.803,92	R\$ -
0,00%	janeiro-31	221	R\$ 12.045.247,40		R\$ 94.360,11	R\$ 35.729,26	R\$ 58.630,85	R\$ -
0,00%	fevereiro-31	222	R\$ 12.009.518,14		R\$ 94.360,11	R\$ 35.903,17	R\$ 58.456,94	R\$ -
0,00%	março-31	223	R\$ 11.973.614,96		R\$ 94.360,11	R\$ 36.077,93	R\$ 58.282,18	R\$ -
0,00%	abril-31	224	R\$ 11.937.537,03		R\$ 94.360,11	R\$ 36.253,55	R\$ 58.106,57	R\$ -
0,00%	maio-31	225	R\$ 11.901.283,48		R\$ 94.360,11	R\$ 36.430,01	R\$ 57.930,10	R\$ -



## PLANO DE AMORTIZAÇÃO ILHOTAPREV

ANEXO ÚNICO - Lei nº 1.702/2012

Sistema Francês de Amortização - TABELA PRICE

Saldo Devedor Inicial	R\$ 4.551.728,15
Déficit Atuarial 2014 - (aporte em 12/2013, com correção monetária até 12/2014)	R\$ 8.021.199,14
Taxa de Juros ao ano	6,00%
Taxa de Juros ao Mês	0,49%
Prazo de Financiamento (meses)	420

Sistema Francês de Amortização - Tabela PRICE

INPC (%)	Mês - Referência	t	Saldo devedor (t)	Prestação Paga	Prestação Calculada (t)	Amortização (t)	juros (t)	Correção (t)
0,00%	junho-31	226	R\$ 11.864.853,47		R\$ 94.360,11	R\$ 36.607,34	R\$ 57.752,77	R\$ -
0,00%	julho-31	227	R\$ 11.828.246,14		R\$ 94.360,11	R\$ 36.785,52	R\$ 57.574,59	R\$ -
0,00%	agosto-31	228	R\$ 11.791.460,61		R\$ 94.360,11	R\$ 36.964,58	R\$ 57.395,53	R\$ -
0,00%	setembro-31	229	R\$ 11.754.496,03		R\$ 94.360,11	R\$ 37.144,51	R\$ 57.215,60	R\$ -
0,00%	outubro-31	230	R\$ 11.717.351,52		R\$ 94.360,11	R\$ 37.325,31	R\$ 57.034,80	R\$ -
0,00%	novembro-31	231	R\$ 11.680.026,21		R\$ 94.360,11	R\$ 37.506,99	R\$ 56.853,12	R\$ -
0,00%	dezembro-31	232	R\$ 11.642.519,22		R\$ 94.360,11	R\$ 37.689,56	R\$ 56.670,55	R\$ -
0,00%	janeiro-32	233	R\$ 11.604.829,66		R\$ 94.360,11	R\$ 37.873,02	R\$ 56.487,10	R\$ -
0,00%	fevereiro-32	234	R\$ 11.566.956,65		R\$ 94.360,11	R\$ 38.057,36	R\$ 56.302,75	R\$ -
0,00%	março-32	235	R\$ 11.528.899,28		R\$ 94.360,11	R\$ 38.242,61	R\$ 56.117,50	R\$ -
0,00%	abril-32	236	R\$ 11.490.656,67		R\$ 94.360,11	R\$ 38.428,76	R\$ 55.931,35	R\$ -
0,00%	maio-32	237	R\$ 11.452.227,91		R\$ 94.360,11	R\$ 38.615,81	R\$ 55.744,30	R\$ -
0,00%	junho-32	238	R\$ 11.413.612,10		R\$ 94.360,11	R\$ 38.803,78	R\$ 55.556,33	R\$ -
0,00%	julho-32	239	R\$ 11.374.808,32		R\$ 94.360,11	R\$ 38.992,66	R\$ 55.367,45	R\$ -
0,00%	agosto-32	240	R\$ 11.335.815,67		R\$ 94.360,11	R\$ 39.182,45	R\$ 55.177,66	R\$ -
0,00%	setembro-32	241	R\$ 11.296.633,21		R\$ 94.360,11	R\$ 39.373,18	R\$ 54.986,93	R\$ -
0,00%	outubro-32	242	R\$ 11.257.260,04		R\$ 94.360,11	R\$ 39.564,83	R\$ 54.795,28	R\$ -
0,00%	novembro-32	243	R\$ 11.217.695,21		R\$ 94.360,11	R\$ 39.757,41	R\$ 54.602,70	R\$ -
0,00%	dezembro-32	244	R\$ 11.177.937,80		R\$ 94.360,11	R\$ 39.950,93	R\$ 54.409,18	R\$ -
0,00%	janeiro-33	245	R\$ 11.137.986,86		R\$ 94.360,11	R\$ 40.145,40	R\$ 54.214,71	R\$ -
0,00%	fevereiro-33	246	R\$ 11.097.841,47		R\$ 94.360,11	R\$ 40.340,81	R\$ 54.019,30	R\$ -
0,00%	março-33	247	R\$ 11.057.500,66		R\$ 94.360,11	R\$ 40.537,17	R\$ 53.822,94	R\$ -
0,00%	abril-33	248	R\$ 11.016.963,49		R\$ 94.360,11	R\$ 40.734,48	R\$ 53.625,63	R\$ -
0,00%	maio-33	249	R\$ 10.976.229,01		R\$ 94.360,11	R\$ 40.932,76	R\$ 53.427,35	R\$ -
0,00%	junho-33	250	R\$ 10.935.296,25		R\$ 94.360,11	R\$ 41.132,00	R\$ 53.228,11	R\$ -
0,00%	julho-33	251	R\$ 10.894.164,25		R\$ 94.360,11	R\$ 41.332,22	R\$ 53.027,90	R\$ -
0,00%	agosto-33	252	R\$ 10.852.832,03		R\$ 94.360,11	R\$ 41.533,40	R\$ 52.826,71	R\$ -
0,00%	setembro-33	253	R\$ 10.811.298,63		R\$ 94.360,11	R\$ 41.735,57	R\$ 52.624,54	R\$ -
0,00%	outubro-33	254	R\$ 10.769.563,06		R\$ 94.360,11	R\$ 41.938,72	R\$ 52.421,39	R\$ -
0,00%	novembro-33	255	R\$ 10.727.624,34		R\$ 94.360,11	R\$ 42.142,86	R\$ 52.217,25	R\$ -
0,00%	dezembro-33	256	R\$ 10.685.481,48		R\$ 94.360,11	R\$ 42.347,99	R\$ 52.012,12	R\$ -
0,00%	janeiro-34	257	R\$ 10.643.133,50		R\$ 94.360,11	R\$ 42.554,12	R\$ 51.805,99	R\$ -
0,00%	fevereiro-34	258	R\$ 10.600.579,38		R\$ 94.360,11	R\$ 42.761,25	R\$ 51.598,86	R\$ -
0,00%	março-34	259	R\$ 10.557.818,12		R\$ 94.360,11	R\$ 42.969,40	R\$ 51.390,71	R\$ -
0,00%	abril-34	260	R\$ 10.514.848,72		R\$ 94.360,11	R\$ 43.178,55	R\$ 51.181,56	R\$ -
0,00%	maio-34	261	R\$ 10.471.670,17		R\$ 94.360,11	R\$ 43.388,73	R\$ 50.971,38	R\$ -
0,00%	junho-34	262	R\$ 10.428.281,44		R\$ 94.360,11	R\$ 43.599,92	R\$ 50.760,19	R\$ -
0,00%	julho-34	263	R\$ 10.384.681,52		R\$ 94.360,11	R\$ 43.812,15	R\$ 50.547,96	R\$ -
0,00%	agosto-34	264	R\$ 10.340.869,37		R\$ 94.360,11	R\$ 44.025,41	R\$ 50.334,70	R\$ -
0,00%	setembro-34	265	R\$ 10.296.843,97		R\$ 94.360,11	R\$ 44.239,70	R\$ 50.120,41	R\$ -
0,00%	outubro-34	266	R\$ 10.252.604,26		R\$ 94.360,11	R\$ 44.455,04	R\$ 49.905,07	R\$ -
0,00%	novembro-34	267	R\$ 10.208.149,22		R\$ 94.360,11	R\$ 44.671,43	R\$ 49.688,68	R\$ -
0,00%	dezembro-34	268	R\$ 10.163.477,79		R\$ 94.360,11	R\$ 44.888,87	R\$ 49.471,24	R\$ -
0,00%	janeiro-35	269	R\$ 10.118.588,93		R\$ 94.360,11	R\$ 45.107,37	R\$ 49.252,74	R\$ -
0,00%	fevereiro-35	270	R\$ 10.073.481,56		R\$ 94.360,11	R\$ 45.326,93	R\$ 49.033,18	R\$ -
0,00%	março-35	271	R\$ 10.028.154,63		R\$ 94.360,11	R\$ 45.547,56	R\$ 48.812,55	R\$ -
0,00%	abril-35	272	R\$ 9.982.607,07		R\$ 94.360,11	R\$ 45.769,27	R\$ 48.590,84	R\$ -
0,00%	maio-35	273	R\$ 9.936.837,80		R\$ 94.360,11	R\$ 45.992,05	R\$ 48.368,06	R\$ -
0,00%	junho-35	274	R\$ 9.890.845,75		R\$ 94.360,11	R\$ 46.215,92	R\$ 48.144,19	R\$ -
0,00%	julho-35	275	R\$ 9.844.629,83		R\$ 94.360,11	R\$ 46.440,88	R\$ 47.919,23	R\$ -
0,00%	agosto-35	276	R\$ 9.798.188,96		R\$ 94.360,11	R\$ 46.666,93	R\$ 47.693,18	R\$ -
0,00%	setembro-35	277	R\$ 9.751.522,03		R\$ 94.360,11	R\$ 46.894,08	R\$ 47.466,03	R\$ -
0,00%	outubro-35	278	R\$ 9.704.627,94		R\$ 94.360,11	R\$ 47.122,34	R\$ 47.237,77	R\$ -
0,00%	novembro-35	279	R\$ 9.657.505,60		R\$ 94.360,11	R\$ 47.351,71	R\$ 47.008,40	R\$ -
0,00%	dezembro-35	280	R\$ 9.610.153,88		R\$ 94.360,11	R\$ 47.582,20	R\$ 46.777,91	R\$ -
0,00%	janeiro-36	281	R\$ 9.562.571,68		R\$ 94.360,11	R\$ 47.813,81	R\$ 46.546,30	R\$ -
0,00%	fevereiro-36	282	R\$ 9.514.757,87		R\$ 94.360,11	R\$ 48.046,55	R\$ 46.313,57	R\$ -
0,00%	março-36	283	R\$ 9.466.711,33		R\$ 94.360,11	R\$ 48.280,41	R\$ 46.079,70	R\$ -
0,00%	abril-36	284	R\$ 9.418.430,91		R\$ 94.360,11	R\$ 48.515,42	R\$ 45.844,69	R\$ -
0,00%	maio-36	285	R\$ 9.369.915,49		R\$ 94.360,11	R\$ 48.751,57	R\$ 45.608,54	R\$ -
0,00%	junho-36	286	R\$ 9.321.163,92		R\$ 94.360,11	R\$ 48.988,87	R\$ 45.371,24	R\$ -
0,00%	julho-36	287	R\$ 9.272.175,04		R\$ 94.360,11	R\$ 49.227,33	R\$ 45.132,78	R\$ -
0,00%	agosto-36	288	R\$ 9.222.947,71		R\$ 94.360,11	R\$ 49.466,95	R\$ 44.893,16	R\$ -
0,00%	setembro-36	289	R\$ 9.173.480,77		R\$ 94.360,11	R\$ 49.707,73	R\$ 44.652,38	R\$ -
0,00%	outubro-36	290	R\$ 9.123.773,04		R\$ 94.360,11	R\$ 49.949,68	R\$ 44.410,43	R\$ -
0,00%	novembro-36	291	R\$ 9.073.823,35		R\$ 94.360,11	R\$ 50.192,82	R\$ 44.167,29	R\$ -
0,00%	dezembro-36	292	R\$ 9.023.630,54		R\$ 94.360,11	R\$ 50.437,13	R\$ 43.922,98	R\$ -
0,00%	janeiro-37	293	R\$ 8.973.193,40		R\$ 94.360,11	R\$ 50.682,64	R\$ 43.677,47	R\$ -
0,00%	fevereiro-37	294	R\$ 8.922.510,77		R\$ 94.360,11	R\$ 50.929,34	R\$ 43.430,77	R\$ -
0,00%	março-37	295	R\$ 8.871.581,43		R\$ 94.360,11	R\$ 51.177,24	R\$ 43.182,87	R\$ -
0,00%	abril-37	296	R\$ 8.820.404,19		R\$ 94.360,11	R\$ 51.426,35	R\$ 42.933,76	R\$ -
0,00%	maio-37	297	R\$ 8.768.977,84		R\$ 94.360,11	R\$ 51.676,67	R\$ 42.683,44	R\$ -
0,00%	junho-37	298	R\$ 8.717.301,17		R\$ 94.360,11	R\$ 51.928,21	R\$ 42.431,90	R\$ -
0,00%	julho-37	299	R\$ 8.665.372,97		R\$ 94.360,11	R\$ 52.180,97	R\$ 42.179,14	R\$ -
0,00%	agosto-37	300	R\$ 8.613.192,00		R\$ 94.360,11	R\$ 52.434,96	R\$ 41.925,15	R\$ -



## PLANO DE AMORTIZAÇÃO ILHOTAPREV

ANEXO ÚNICO - Lei nº 1.702/2012

Sistema Francês de Amortização - TABELA PRICE

Saldo Devedor Inicial	R\$	4.551.728,15
Déficit Atuarial 2014 - (aporte em 12/2013, com correção monetária até 12/2014)	R\$	8.021.199,14
Taxa de Juros ao ano		6,00%
Taxa de Juros ao Mês		0,49%
Prazo de Financiamento (meses)		420

Sistema Francês de Amortização - Tabela PRICE

INPC (%)	Mês - Referência	t	Saldo devedor (t)	Prestação Paga	Prestação Calculada (t)	Amortização (t)	juros (t)	Correção (t)
0,00%	setembro-37	301	R\$ 8.580.757,03		R\$ 94.360,11	R\$ 52.690,19	R\$ 41.669,92	R\$ -
0,00%	outubro-37	302	R\$ 8.508.066,84		R\$ 94.360,11	R\$ 52.946,67	R\$ 41.413,45	R\$ -
0,00%	novembro-37	303	R\$ 8.455.120,18		R\$ 94.360,11	R\$ 53.204,39	R\$ 41.155,72	R\$ -
0,00%	dezembro-37	304	R\$ 8.401.915,79		R\$ 94.360,11	R\$ 53.463,36	R\$ 40.896,75	R\$ -
0,00%	janeiro-38	305	R\$ 8.348.452,43		R\$ 94.360,11	R\$ 53.723,60	R\$ 40.636,51	R\$ -
0,00%	fevereiro-38	306	R\$ 8.294.728,83		R\$ 94.360,11	R\$ 53.985,10	R\$ 40.375,01	R\$ -
0,00%	março-38	307	R\$ 8.240.743,73		R\$ 94.360,11	R\$ 54.247,87	R\$ 40.112,24	R\$ -
0,00%	abril-38	308	R\$ 8.186.495,86		R\$ 94.360,11	R\$ 54.511,93	R\$ 39.848,18	R\$ -
0,00%	maio-38	309	R\$ 8.131.983,93		R\$ 94.360,11	R\$ 54.777,27	R\$ 39.582,84	R\$ -
0,00%	junho-38	310	R\$ 8.077.206,67		R\$ 94.360,11	R\$ 55.043,90	R\$ 39.316,21	R\$ -
0,00%	julho-38	311	R\$ 8.022.162,77		R\$ 94.360,11	R\$ 55.311,83	R\$ 39.048,28	R\$ -
0,00%	agosto-38	312	R\$ 7.966.850,94		R\$ 94.360,11	R\$ 55.581,06	R\$ 38.779,05	R\$ -
0,00%	setembro-38	313	R\$ 7.911.269,88		R\$ 94.360,11	R\$ 55.851,60	R\$ 38.508,51	R\$ -
0,00%	outubro-38	314	R\$ 7.855.418,27		R\$ 94.360,11	R\$ 56.123,47	R\$ 38.236,65	R\$ -
0,00%	novembro-38	315	R\$ 7.799.294,81		R\$ 94.360,11	R\$ 56.396,65	R\$ 37.963,46	R\$ -
0,00%	dezembro-38	316	R\$ 7.742.898,16		R\$ 94.360,11	R\$ 56.671,16	R\$ 37.688,95	R\$ -
0,00%	janeiro-39	317	R\$ 7.686.227,00		R\$ 94.360,11	R\$ 56.947,01	R\$ 37.413,10	R\$ -
0,00%	fevereiro-39	318	R\$ 7.629.279,98		R\$ 94.360,11	R\$ 57.224,20	R\$ 37.135,91	R\$ -
0,00%	março-39	319	R\$ 7.572.055,78		R\$ 94.360,11	R\$ 57.502,75	R\$ 36.857,36	R\$ -
0,00%	abril-39	320	R\$ 7.514.553,03		R\$ 94.360,11	R\$ 57.782,64	R\$ 36.577,47	R\$ -
0,00%	maio-39	321	R\$ 7.456.770,39		R\$ 94.360,11	R\$ 58.063,90	R\$ 36.296,21	R\$ -
0,00%	junho-39	322	R\$ 7.398.706,49		R\$ 94.360,11	R\$ 58.346,53	R\$ 36.013,58	R\$ -
0,00%	julho-39	323	R\$ 7.340.359,95		R\$ 94.360,11	R\$ 58.630,54	R\$ 35.729,57	R\$ -
0,00%	agosto-39	324	R\$ 7.281.729,42		R\$ 94.360,11	R\$ 58.915,92	R\$ 35.444,19	R\$ -
0,00%	setembro-39	325	R\$ 7.222.813,49		R\$ 94.360,11	R\$ 59.202,70	R\$ 35.157,41	R\$ -
0,00%	outubro-39	326	R\$ 7.163.610,79		R\$ 94.360,11	R\$ 59.490,87	R\$ 34.869,24	R\$ -
0,00%	novembro-39	327	R\$ 7.104.119,92		R\$ 94.360,11	R\$ 59.780,45	R\$ 34.579,66	R\$ -
0,00%	dezembro-39	328	R\$ 7.044.339,47		R\$ 94.360,11	R\$ 60.071,43	R\$ 34.288,68	R\$ -
0,00%	janeiro-40	329	R\$ 6.984.268,04		R\$ 94.360,11	R\$ 60.363,83	R\$ 33.996,28	R\$ -
0,00%	fevereiro-40	330	R\$ 6.923.904,20		R\$ 94.360,11	R\$ 60.657,66	R\$ 33.702,45	R\$ -
0,00%	março-40	331	R\$ 6.863.246,55		R\$ 94.360,11	R\$ 60.952,91	R\$ 33.407,20	R\$ -
0,00%	abril-40	332	R\$ 6.802.293,64		R\$ 94.360,11	R\$ 61.249,60	R\$ 33.110,51	R\$ -
0,00%	maio-40	333	R\$ 6.741.044,03		R\$ 94.360,11	R\$ 61.547,74	R\$ 32.812,37	R\$ -
0,00%	junho-40	334	R\$ 6.679.496,30		R\$ 94.360,11	R\$ 61.847,32	R\$ 32.512,79	R\$ -
0,00%	julho-40	335	R\$ 6.617.648,97		R\$ 94.360,11	R\$ 62.148,37	R\$ 32.211,74	R\$ -
0,00%	agosto-40	336	R\$ 6.555.500,60		R\$ 94.360,11	R\$ 62.450,88	R\$ 31.909,23	R\$ -
0,00%	setembro-40	337	R\$ 6.493.049,72		R\$ 94.360,11	R\$ 62.754,86	R\$ 31.605,25	R\$ -
0,00%	outubro-40	338	R\$ 6.430.294,86		R\$ 94.360,11	R\$ 63.060,33	R\$ 31.299,79	R\$ -
0,00%	novembro-40	339	R\$ 6.367.234,53		R\$ 94.360,11	R\$ 63.367,27	R\$ 30.992,84	R\$ -
0,00%	dezembro-40	340	R\$ 6.303.867,26		R\$ 94.360,11	R\$ 63.675,72	R\$ 30.684,39	R\$ -
0,00%	janeiro-41	341	R\$ 6.240.191,54		R\$ 94.360,11	R\$ 63.985,66	R\$ 30.374,45	R\$ -
0,00%	fevereiro-41	342	R\$ 6.176.205,88		R\$ 94.360,11	R\$ 64.297,12	R\$ 30.062,99	R\$ -
0,00%	março-41	343	R\$ 6.111.908,76		R\$ 94.360,11	R\$ 64.610,09	R\$ 29.750,02	R\$ -
0,00%	abril-41	344	R\$ 6.047.298,68		R\$ 94.360,11	R\$ 64.924,58	R\$ 29.435,53	R\$ -
0,00%	maio-41	345	R\$ 5.982.374,10		R\$ 94.360,11	R\$ 65.240,60	R\$ 29.119,51	R\$ -
0,00%	junho-41	346	R\$ 5.917.133,49		R\$ 94.360,11	R\$ 65.558,16	R\$ 28.801,95	R\$ -
0,00%	julho-41	347	R\$ 5.851.575,33		R\$ 94.360,11	R\$ 65.877,27	R\$ 28.482,84	R\$ -
0,00%	agosto-41	348	R\$ 5.785.698,06		R\$ 94.360,11	R\$ 66.197,93	R\$ 28.162,18	R\$ -
0,00%	setembro-41	349	R\$ 5.719.500,13		R\$ 94.360,11	R\$ 66.520,15	R\$ 27.839,96	R\$ -
0,00%	outubro-41	350	R\$ 5.652.979,97		R\$ 94.360,11	R\$ 66.843,94	R\$ 27.516,17	R\$ -
0,00%	novembro-41	351	R\$ 5.586.136,03		R\$ 94.360,11	R\$ 67.169,31	R\$ 27.190,80	R\$ -
0,00%	dezembro-41	352	R\$ 5.518.966,71		R\$ 94.360,11	R\$ 67.496,26	R\$ 26.863,85	R\$ -
0,00%	janeiro-42	353	R\$ 5.451.470,45		R\$ 94.360,11	R\$ 67.824,80	R\$ 26.535,31	R\$ -
0,00%	fevereiro-42	354	R\$ 5.383.645,65		R\$ 94.360,11	R\$ 68.154,94	R\$ 26.205,17	R\$ -
0,00%	março-42	355	R\$ 5.315.490,71		R\$ 94.360,11	R\$ 68.486,69	R\$ 25.873,42	R\$ -
0,00%	abril-42	356	R\$ 5.247.004,02		R\$ 94.360,11	R\$ 68.820,05	R\$ 25.540,06	R\$ -
0,00%	maio-42	357	R\$ 5.178.183,96		R\$ 94.360,11	R\$ 69.155,04	R\$ 25.205,07	R\$ -
0,00%	junho-42	358	R\$ 5.109.028,93		R\$ 94.360,11	R\$ 69.491,65	R\$ 24.868,46	R\$ -
0,00%	julho-42	359	R\$ 5.039.537,27		R\$ 94.360,11	R\$ 69.829,91	R\$ 24.530,20	R\$ -
0,00%	agosto-42	360	R\$ 4.969.707,36		R\$ 94.360,11	R\$ 70.169,81	R\$ 24.190,30	R\$ -
0,00%	setembro-42	361	R\$ 4.899.537,55		R\$ 94.360,11	R\$ 70.511,36	R\$ 23.848,75	R\$ -
0,00%	outubro-42	362	R\$ 4.829.026,19		R\$ 94.360,11	R\$ 70.854,58	R\$ 23.505,53	R\$ -
0,00%	novembro-42	363	R\$ 4.758.171,61		R\$ 94.360,11	R\$ 71.199,47	R\$ 23.160,64	R\$ -
0,00%	dezembro-42	364	R\$ 4.686.972,14		R\$ 94.360,11	R\$ 71.546,04	R\$ 22.814,07	R\$ -
0,00%	janeiro-43	365	R\$ 4.615.426,10		R\$ 94.360,11	R\$ 71.894,29	R\$ 22.465,82	R\$ -
0,00%	fevereiro-43	366	R\$ 4.543.531,81		R\$ 94.360,11	R\$ 72.244,24	R\$ 22.115,87	R\$ -
0,00%	março-43	367	R\$ 4.471.287,57		R\$ 94.360,11	R\$ 72.595,89	R\$ 21.764,22	R\$ -
0,00%	abril-43	368	R\$ 4.398.691,68		R\$ 94.360,11	R\$ 72.949,26	R\$ 21.410,85	R\$ -
0,00%	maio-43	369	R\$ 4.325.742,42		R\$ 94.360,11	R\$ 73.304,34	R\$ 21.055,77	R\$ -
0,00%	junho-43	370	R\$ 4.252.438,08		R\$ 94.360,11	R\$ 73.661,15	R\$ 20.698,96	R\$ -
0,00%	julho-43	371	R\$ 4.178.776,93		R\$ 94.360,11	R\$ 74.019,70	R\$ 20.340,41	R\$ -
0,00%	agosto-43	372	R\$ 4.104.767,23		R\$ 94.360,11	R\$ 74.380,00	R\$ 19.980,11	R\$ -
0,00%	setembro-43	373	R\$ 4.030.377,23		R\$ 94.360,11	R\$ 74.742,05	R\$ 19.618,06	R\$ -
0,00%	outubro-43	374	R\$ 3.955.635,18		R\$ 94.360,11	R\$ 75.105,86	R\$ 19.254,25	R\$ -
0,00%	novembro-43	375	R\$ 3.880.529,33		R\$ 94.360,11	R\$ 75.471,44	R\$ 18.888,67	R\$ -



## PLANO DE AMORTIZAÇÃO ILHOTAPREV

ANEXO ÚNICO - Lei nº 1.702/2012

Sistema Francês de Amortização - TABELA PRICE

Saldo Devedor Inicial	R\$ 4.551.728,15
Déficit Atuarial 2014 - (aporte em 12/2013, com correção monetária até 12/2014)	R\$ 8.021.199,14
Taxa de Juros ao ano	6,00%
Taxa de Juros ao Mês	0,49%
Prazo de Financiamento (meses)	420

Sistema Francês de Amortização - Tabela PRICE								
INPC (%)	Mês - Referência	t	Saldo devedor (t)	Prestação Paga	Prestação Calculada (t)	Amortização (t)	juros (t)	Correção (t)
0,00%	dezembro-43	376	R\$ 3.805.057,89		R\$ 94.360,11	R\$ 75.836,80	R\$ 18.521,31	R\$ -
0,00%	janeiro-44	377	R\$ 3.729.219,09		R\$ 94.360,11	R\$ 76.207,95	R\$ 18.152,16	R\$ -
0,00%	fevereiro-44	378	R\$ 3.653.011,14		R\$ 94.360,11	R\$ 76.578,89	R\$ 17.781,22	R\$ -
0,00%	março-44	379	R\$ 3.576.432,25		R\$ 94.360,11	R\$ 76.951,65	R\$ 17.408,46	R\$ -
0,00%	abril-44	380	R\$ 3.499.480,60		R\$ 94.360,11	R\$ 77.326,21	R\$ 17.033,90	R\$ -
0,00%	maio-44	381	R\$ 3.422.154,39		R\$ 94.360,11	R\$ 77.702,60	R\$ 16.657,51	R\$ -
0,00%	junho-44	382	R\$ 3.344.461,79		R\$ 94.360,11	R\$ 78.080,82	R\$ 16.279,29	R\$ -
0,00%	julho-44	383	R\$ 3.266.370,96		R\$ 94.360,11	R\$ 78.460,88	R\$ 15.899,23	R\$ -
0,00%	agosto-44	384	R\$ 3.187.910,08		R\$ 94.360,11	R\$ 78.842,80	R\$ 15.517,31	R\$ -
0,00%	setembro-44	385	R\$ 3.109.067,28		R\$ 94.360,11	R\$ 79.226,57	R\$ 15.133,54	R\$ -
0,00%	outubro-44	386	R\$ 3.029.840,71		R\$ 94.360,11	R\$ 79.612,21	R\$ 14.747,90	R\$ -
0,00%	novembro-44	387	R\$ 2.950.228,51		R\$ 94.360,11	R\$ 79.999,72	R\$ 14.360,39	R\$ -
0,00%	dezembro-44	388	R\$ 2.870.228,78		R\$ 94.360,11	R\$ 80.389,13	R\$ 13.970,98	R\$ -
0,00%	janeiro-45	389	R\$ 2.789.839,66		R\$ 94.360,11	R\$ 80.780,43	R\$ 13.579,69	R\$ -
0,00%	fevereiro-45	390	R\$ 2.709.059,23		R\$ 94.360,11	R\$ 81.173,63	R\$ 13.186,48	R\$ -
0,00%	março-45	391	R\$ 2.627.885,60		R\$ 94.360,11	R\$ 81.568,74	R\$ 12.791,37	R\$ -
0,00%	abril-45	392	R\$ 2.546.316,86		R\$ 94.360,11	R\$ 81.965,78	R\$ 12.394,33	R\$ -
0,00%	maio-45	393	R\$ 2.464.351,07		R\$ 94.360,11	R\$ 82.364,76	R\$ 11.995,35	R\$ -
0,00%	junho-45	394	R\$ 2.381.986,32		R\$ 94.360,11	R\$ 82.765,67	R\$ 11.594,44	R\$ -
0,00%	julho-45	395	R\$ 2.299.220,64		R\$ 94.360,11	R\$ 83.168,54	R\$ 11.191,57	R\$ -
0,00%	agosto-45	396	R\$ 2.216.052,11		R\$ 94.360,11	R\$ 83.573,37	R\$ 10.786,75	R\$ -
0,00%	setembro-45	397	R\$ 2.132.478,74		R\$ 94.360,11	R\$ 83.980,16	R\$ 10.379,95	R\$ -
0,00%	outubro-45	398	R\$ 2.048.498,58		R\$ 94.360,11	R\$ 84.388,94	R\$ 9.971,17	R\$ -
0,00%	novembro-45	399	R\$ 1.964.109,64		R\$ 94.360,11	R\$ 84.799,71	R\$ 9.560,40	R\$ -
0,00%	dezembro-45	400	R\$ 1.879.309,93		R\$ 94.360,11	R\$ 85.212,47	R\$ 9.147,64	R\$ -
0,00%	janeiro-46	401	R\$ 1.794.097,46		R\$ 94.360,11	R\$ 85.627,25	R\$ 8.732,86	R\$ -
0,00%	fevereiro-46	402	R\$ 1.708.470,20		R\$ 94.360,11	R\$ 86.044,05	R\$ 8.316,07	R\$ -
0,00%	março-46	403	R\$ 1.622.426,16		R\$ 94.360,11	R\$ 86.462,87	R\$ 7.897,24	R\$ -
0,00%	abril-46	404	R\$ 1.535.963,29		R\$ 94.360,11	R\$ 86.883,73	R\$ 7.476,38	R\$ -
0,00%	maio-46	405	R\$ 1.449.079,56		R\$ 94.360,11	R\$ 87.306,64	R\$ 7.053,47	R\$ -
0,00%	junho-46	406	R\$ 1.361.772,92		R\$ 94.360,11	R\$ 87.731,61	R\$ 6.628,50	R\$ -
0,00%	julho-46	407	R\$ 1.274.041,30		R\$ 94.360,11	R\$ 88.158,65	R\$ 6.201,46	R\$ -
0,00%	agosto-46	408	R\$ 1.185.882,65		R\$ 94.360,11	R\$ 88.587,77	R\$ 5.772,34	R\$ -
0,00%	setembro-46	409	R\$ 1.097.294,89		R\$ 94.360,11	R\$ 89.018,97	R\$ 5.341,14	R\$ -
0,00%	outubro-46	410	R\$ 1.008.275,91		R\$ 94.360,11	R\$ 89.452,28	R\$ 4.907,83	R\$ -
0,00%	novembro-46	411	R\$ 918.823,64		R\$ 94.360,11	R\$ 89.887,69	R\$ 4.472,42	R\$ -
0,00%	dezembro-46	412	R\$ 828.935,95		R\$ 94.360,11	R\$ 90.325,22	R\$ 4.034,89	R\$ -
0,00%	janeiro-47	413	R\$ 738.610,72		R\$ 94.360,11	R\$ 90.764,89	R\$ 3.595,23	R\$ -
0,00%	fevereiro-47	414	R\$ 647.845,84		R\$ 94.360,11	R\$ 91.206,69	R\$ 3.153,42	R\$ -
0,00%	março-47	415	R\$ 556.639,15		R\$ 94.360,11	R\$ 91.650,64	R\$ 2.709,47	R\$ -
0,00%	abril-47	416	R\$ 464.988,51		R\$ 94.360,11	R\$ 92.096,76	R\$ 2.263,36	R\$ -
0,00%	maio-47	417	R\$ 372.891,75		R\$ 94.360,11	R\$ 92.545,04	R\$ 1.815,07	R\$ -
0,00%	junho-47	418	R\$ 280.346,71		R\$ 94.360,11	R\$ 92.995,51	R\$ 1.364,60	R\$ -
0,00%	julho-47	419	R\$ 187.351,20		R\$ 94.360,11	R\$ 93.448,17	R\$ 911,94	R\$ -
0,00%	agosto-47	420	R\$ 93.903,03		R\$ 94.360,11	R\$ 93.903,03	R\$ 457,08	R\$ -
Saldo Devedor Final			R\$ -					

**ERRATA PRG 029 - 2015 MULTIENTIDADES - REGISTRO DE PREÇO - SINALIZAÇÃO VIÁRIA**

ERRATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2015 - MULTIENTIDADES

O Município de Ilhota, comunica aos interessados no Pregão Presencial nº 029/2015 - MULTIENTIDADES, que o item abaixo passa a ter a seguinte redação:

Onde se lê:

TIPO	MENOR PREÇO - TOTAL POR ITEM
------	------------------------------

LEIA-SE:

TIPO	MENOR PREÇO - GLOBAL
------	----------------------

Ou seja, o critério de julgamento passará a ser GLOBAL. As empresas que solicitaram o arquivo de auto-cotação, se optarem por trazer o arquivo, deverão solicitar novamente.

Desta forma, altera-se a data de abertura da sessão pública, que passará a ser no dia 07/05/2015 às 09:30 hs (nove horas e trinta minutos).

Ilhota, 17 de abril de 2015.  
Alex Miranda  
Pregoeiro Oficial

**LEI 1789 2015**

Lei Ordinária nº 1789, de 15 de abril de 2015

Autoriza o Município de Ilhota a firmar Cooperação/Convênio e repassar valores a APAE - Associação Dos Pais E Amigos Dos Excepcionais de Ilhota.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Cooperação/Convênio e repassar valores a APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE ILHOTA, CNPJ(MF) sob n. 05.488.243/0001-34.

Art. 2º O Executivo Municipal deverá efetuar o repasse em 10 (dez) parcelas no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), nos dias 30 dos meses de março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2015, totalizando R\$ 70.000,00 (setenta mil reais).

Art. 3º Os direitos e obrigações das partes serão estabelecidas em Termo de Cooperação/Convênio a ser firmado entre o Município de Ilhota e a APAE.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Ilhota, em 15 de abril de 2015.  
DANIEL CHRISTIAN BOSI  
Prefeito Municipal

**LEI 1790 2015**

Lei nº 1790, de 15 de abril de 2015.

Autoriza o Município de Ilhota a firmar Cooperação/Convênio e repassar valores a Associação Acadêmica de Ilhota-AACADI.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Cooperação/Convênio e repassar valores a Associação Acadêmica de Ilhota - AACADI, inscrita no CNPJ (MF) sob n. 05.050.310/0001-34.

Art. 2º O Executivo Municipal deverá efetuar o repasse em 08 (oito) parcelas no valor de R\$ 3.750,00 (três mil setecentos e cinquenta reais), nos dias 15 dos meses de abril, maio, junho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2015, totalizando R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Art. 3º Os direitos e obrigações das partes serão estabelecidas em Termo de Cooperação/Convênio a ser firmado entre o Município de Ilhota e a Associação.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Ilhota, em 15 de abril de 2015.  
DANIEL CHRISTIAN BOSI  
Prefeito Municipal

**LEI 1791 2015**

Lei nº 1791, de 15 de abril de 2015

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Realizar Repasse Financeiro à Associação do Corpo de Bombeiros Voluntários de Ilhota.

Daniel Christian Bosi, Prefeito Municipal de Ilhota(SC), no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a efetuar repasse financeiro, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) em 10 (dez) parcelas mensais, consecutivas e iguais, iniciando-se no mês de março de 2015, com término em dezembro de 2015, a Associação do Corpo de Bombeiros Voluntários de Ilhota - SC, inscrita no CNPJ sob n. 07.208.421/0001-51, com sede na Rua Leoberto Leal, 900, Centro, Ilhota, SC.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação específica do orçamento vigente neste exercício.

Art. 3º. As Prestações de Contas deverão ser apresentadas a Controladoria Geral do Município, até 30 (trinta) dias após cada repasse, sujeitando novo repasse a sua apresentação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ilhota, 15 de abril de 2015.  
DANIEL CHRISTIAN BOSI  
Prefeito Municipal

**REPUBLICAÇÃO LEI 1786 2014**

Lei nº 1786, de 17 de dezembro de 2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A INCLUIR NO SALDO DEVEDOR DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO INSTITUÍDO PELA LEI MUNICIPAL Nº1702, DE 13 DE JUNHO DE 2012, O VALOR CORRESPONDENTE AO DÉFICIT ATUARIAL DA AVALIAÇÃO ATUARIAL 2014, ALTERA O ANEXO ÚNICO DA LEI MUNICIPAL Nº 1702, de 13 de JUNHO DE 2012 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DANIEL CHRISTIAN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a incluir ao saldo devedor do Plano de Amortização instituído nos termos da Lei Municipal nº 1702/2012, o valor correspondente ao déficit atuarial da Avaliação Atuarial 2014, que totaliza R\$ 8.021.199,14 (oito milhões vinte e um mil cento e noventa e nove reais e quatorze centavos) posicionado em 31/12/2013, devendo ser atualizado para 31/12/2014.

§1- O valor do déficit atuarial contido no caput deste artigo será atualizado, no período de diferimento, compreendido entre 31/12/2013 a 31/12/2014, pelos mesmos índices e taxa de juros previstos na Lei municipal nº1702/2012.

§2-A primeira parcela que será paga considerando a inclusão do valor indicado no caput deste artigo será no mês de janeiro 2015, com vencimento até o dia 10/02/2015.

§3-O valor de cada parcela será calculado nos termos do §1º do art. 4º da Lei municipal nº 1702/2012.

Art. 2º No caso de atraso no pagamento da parcela mensal, serão cobrados os correspondentes juros de 0,4867551% ao mês e a atualização pela variação do INPC, considerando o prazo decorrido desde a data de vencimento da parcela e a data do efetivo pagamento.

Parágrafo único. Em caso de extinção do INPC, mudança de sua metodologia de cálculo ou inaplicabilidade em decorrência de reforma econômica, deverá ser fixado um indicador substitutivo, compatível com as necessidades atuariais do ILHOTAPREV.

Art. 3º Em consequência da atual situação financeiro-orçamentária do Município de Ilhota, restam pré-determinados os valores das prestações a serem pagas nos anos de 2015 a 2020, sem quaisquer prejuízos da evolução do saldo devedor no aludido período, conforme determinado pela Lei nº 1702/2012, de acordo com o cronograma que segue:

JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015:R\$ 40.000,00;  
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016:R\$ 40.000,00;  
JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017;R\$ 45.000,00;  
JANEIRO/2018 A DEZEMBRO/2018;R\$ 45.000,00;  
JANEIRO/2019 A DEZEMBRO/2019;R\$ 50.000,00 e  
JANEIRO/2020 A DEZEMBRO/2020;R\$ 50.000,00.

Art. 4º Se os critérios do Plano de Amortização previsto nesta Lei resultar em desequilíbrio financeiro-atuarial do plano de custeio do ILHOTAPREV, estes deverão ser objeto de repactuação com base em parecer atuarial.

Art. 5º Em decorrência da reavaliação atuarial, o saldo devedor referente ao Plano de Amortização parcelado, conforme o disposto nesta Lei, poderá ser revisto a qualquer tempo.

Art. 6º Fica alterado na Lei nº1702/2012 o Anexo Único, que

dispõe sobre a evolução de todo o período do respectivo Plano de Amortização.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

DANIEL CHRISTIAN BOSI  
Prefeito Municipal

# Imarui

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 032, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº. 032, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 61, inciso VI da Lei Orgânica do Município de Imaruí, e tendo em vista o disposto na Lei nº 005, de 09 de abril de 1996,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas para comporem o Conselho Municipal de Assistência Social, pelo prazo de dois anos, na forma que segue:

#### I - Representantes Governamentais:

Secretaria de Administração e Finanças:

Emanoel Matos

Fernanda Fernandes Sousa - Suplente

Secretaria de Saúde:

Karine Cardoso Fontana

Vanessa Rosa Martins Roldão - Suplente

Secretaria de Educação:

Vanderléia Ivete Marques Mattos

Maria do Carmo Crescêncio Matos - Suplente

Secretaria de Promoção Social:

Sabrina Feliciano da Conceição

Adriane dos Passos Vizoso Rosa - Suplente

Secretaria de Agricultura

Andreza Policarpo Lino

José Euclides da Rocha - Suplente

#### II - Representantes da Sociedade Civil:

Associação Grupo Esperança

Nair Policarpo da Silva

Albertina Bittencourt - Suplente

Escola Especial Arco Iris - APAE

Rita de Cássia da Silva Pereira

Eliete Pires Lima - Suplente

Banda Municipal Unidos de Imaruí

Lélia Regina de Sousa Raimundo

Roger Felipe Mariano da Silva - Suplente

Amigos do Estado de Santa Catarina - AMIESC

Ramon Melo de Oliveira

Genoval - Suplente

Associação Encontro com Deus

Sergio Luiz Albino

Orlindo de Sousa - Suplente

Art. 2º - Os serviços prestados pelos membros acima indicados serão gratuitos e considerados relevantes ao município

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, EM ESPECIAL O Decreto n.062/2013.

Imaruí, SC, em 17 de abril de 2015.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

## Imbituba

### PREFEITURA

#### PORTARIA PMI/GGP Nº 239/2015

PORTARIA PMI/GGP Nº 239, de 16 de abril de 2015.

Dispõe sobre a Exoneração de Superintendente de Esporte e Lazer, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar nº 4.514, de 10 de fevereiro de 2015, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

#### RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, o Sr. OMAR NASCIMENTO PACHECO, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 507.277.109-15, do cargo de Superintendente de Esporte e Lazer junto a Secretaria Municipal de Turismo, Esporte e Cultura, nomeado através da PORTARIA PMI/GGP Nº 109, de 19 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 16 de abril de 2015.

Imbituba, 16 de abril de 2015.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

## Indaial

### PREFEITURA

#### CONTRATO Nº 086/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 086/2015

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO DA CULTURA ALEMÃ DE INDAIAL BOGEN BRÜKE VOLKSTRANGRUPPEN.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente Contrato, a contratação do Grupo "Bogen Brücke Volkstranzgruppe" para apresentações artísticas musicais em eventos realizados ou apoiados pela FIC, no total de 06 (seis) apresentações, conforme calendário de eventos.

PRAZO: 10 de abril de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

DATA DA ASSINATURA: 10/04/2015.

#### CONTRATO Nº 087/2015

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 087/2015

CONTRATADA: LILIAN HAASE.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente contrato, a contratação da artista Lilian Haase para a realização de palestras aplicadas sob forma de oficinas, conforme quantitativos e especificações.

PRAZO: 10 de abril de 2015 a 30 de setembro de 2015.

DATA DA ASSINATURA: 10/04/2015.

#### DECRETO Nº 1370/15

. DECRETO Nº 1370/15

. De 15 de abril de 2015

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2015 no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, provenientes de Superávit Financeiro.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5115, de 19 de dezembro de 2014,

#### DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 39.578,80 (trinta e nove mil, quinhentos e setenta e oito reais e oitenta centavos) destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.1440	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIA
44900000000000	APLICACOES DIRETAS
03381701	MAC - E.A.
	Valor: ( 17.029,90 )
Código	Descrição

30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.1440	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIA
44900000000000	APLICACOES DIRETAS
03380900	PAB FIXO - E.A.
	Valor: ( 17.009,00 )
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.1440	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIA
44900000000000	APLICACOES DIRETAS
03335406	UNIÃO – ESTRUT. REDE SERV.ABS - E.A.
	Valor: ( 1.330,00 )

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2014.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 15 de abril de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 15 de abril de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 1371/15

. DECRETO Nº 1371/15

. De 17 de abril de 2015

Concede gratificação/

Anderson Braciani

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base no Anexo II da Lei Complementar 83 de 22 de dezembro de 2008,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida gratificação da ordem de 60% (sessenta por cento) FG2, sobre os vencimentos do servidor ANDERSON BRACIANI, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, do quadro de pessoal desta Prefeitura, à disposição da Fundação Municipal de Esportes, responsável pela coordenação dos serviços Administrativos junto a Piscina Pública, tais como emissão e controle boletos/mensalidades, matrículas/rematrículas, agendamentos e demais atividades administrativas.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de abril de 2015.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 17 de abril de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Portaria em 17 de abril de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 1372/15

. DECRETO Nº 1372/15

. De 17 de abril de 2015

Concede gratificação /

Marília Mendes de Cordova Bonetti

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar 83 e alterações e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de 20% (vinte por cento) - FG 3, sobre os vencimentos da servidora MARÍLIA MENDES DE CORDOVA BONETTI, ocupante do cargo de Arquiteta, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que cumulativamente com as atribuições do cargo, ficará responsável pelo acompanhamento das obras nas Escolas e Unidades de Educação Infantil, bem como pelo encaminhamento, elaboração e acompanhamento de novos projetos para manutenção, melhorias e implantação de Unidades Escolares Municipais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de abril de 2015.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 17 de abril de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS

Prefeito

(Publicado na Portaria em 17 de abril de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER

Chefe de Gabinete

### DECRETO Nº 1373/15

. DECRETO Nº 1373/15

. De 17 de abril de 2015

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2015 no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDÁIAL, provenientes de Superávit Financeiro.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5115, de 19 de dezembro de 2014,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDÁIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2453	MANUT. LABORATÓRIO MUNICIPAL
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
03381600	VSE E.A
	Valor: ( 20.000,00 )
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2453	MANUT. LABORATÓRIO MUNICIPAL
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
03381701	MAC UNIÃO - E.A.
	Valor: ( 15.000,00 )
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2453	MANUT. LABORATÓRIO MUNICIPAL.
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
03381801	PAM - E.A.
	Valor: ( 25.000,00 )
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLOGICA
30.001.0010.0305.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0305.0030.2450	MANUT.VIGILÂNCIA EPIDEMIO-LÓGICA
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
03381801	PAM - E.A.
	Valor: ( 15.000,00 )

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2014.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial em 17 de abril de 2015.  
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 17 de abril de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

### LEI Nº 5133

. LEI Nº 5133

. de 02 de abril de 2015

Denomina Via Pública / Rua Santo Onofre

(Autoria: vereadores Henrique Fritz e Osvaldo Metzner)

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial. Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1o. - Fica denominada "Rua Santo Onofre" (Rua "B" dos Loteamentos Nova Indaial e Nova Indaial 5), a via pública localizada no Bairro João Paulo II, com início na Rua São Bruno e término na Rua "F" do Loteamento Nova Indaial 5.

Parágrafo Único - A referida rua apresenta as seguintes medidas e dimensões:

Comprimento : 60,00 metros;  
Pista : 8,00 metros;  
Passeios : 2,00 metros cada lado.

Art. 2º. - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 02 de abril de 2015  
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 02 de abril de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

### LEI Nº 5144

. LEI Nº 5144

. de 16 de abril de 2015

Autoriza aumentar o valor do Auxílio Alimentação.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial. Faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado ao Executivo Municipal a aumentar o valor do Auxílio Alimentação, previsto na Lei Municipal nº 3.891/09, para R\$ 16,00 (dezesesseis reais) por dia útil efetivamente trabalhado, observado o limite de 22 (vinte e dois) dias, para o servidor que tiver frequência integral durante o mês de competência.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de abril de 2015.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 16 de abril de 2015.  
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS  
Prefeito

(Publicado na Forma da Lei em 16 de abril de 2015)

JOÃO VICENTE SCHROEDER  
Chefe de Gabinete

**TERMO ADITIVO Nº 001 DO CONTRATO Nº 011/2015**  
TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 011/2015

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL - GABINETE DO PREFEITO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO - SECRETARIA DE OBRAS - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO - SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SECRETÁRIO DE SAÚDE - FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA PREFEITO VICTOR PETTERS - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH - FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 797, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, COLOR - BLACK RECICLAGEM DE CARTUCHO DE TINTA E TONER LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 09.018.430/0001-05, com sede na Rua Amadeu Felipe da Luz, nº 59, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Rafael Busarello, brasileiro, empresário, inscrito no CPF sob nº 049.802.169-60 e Cédula de Identidade nº 5.053.008, com endereço na Rua Amadeu Felipe da Luz, nº 59, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta, item 5.1., do contrato original, que tem como objeto a locação de impressoras multifuncionais, conforme quantitativos e especificações, passa a vigorar da seguinte forma:

**CLÁUSULA QUINTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

5.1. Os recursos orçamentários necessários para suprir as despesas deste edital, serão provenientes das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2015 e as respectivas para os exercícios seguintes:

- 02.01.004.122.002.2020.339039120000.01000000 - Recurso Próprio
- 02.02.002.062.002.2022.339039120000.01000000 - Recurso Próprio
- 02.05.014.422.002.2025.339039120000.01000000 - Recurso Próprio
- 02.08.004.122.002.2028.339039120000.01000000 - Recurso Próprio
- 02.09.022.122.002.2800.339039120000.01000000 - Recurso Próprio
- 02.09.022.363.002.2802.339039120000.01000000 - Recurso Próprio
- 02.10.023.695.002.2801.339039120000.01000000 - Recurso Próprio
- 04.01.004.122.004.2062.339039120000.01000000 - Recurso Próprio
- 04.02.004.129.004.2067.339039120000.01000000 - Recurso Próprio

- 05.01.012.361.005.2100.339039120000.01000000 - Recurso Próprio
- 06.01.020.122.006.2150.339039120000.01000000 - Recurso Próprio
- 08.01.015.451.008.2205.339039120000.01000000 - Recurso Próprio
- 09.01.015.452.009.2236.339039120000.01000000 - Recurso Próprio
- 09.02.015.181.009.2231.339039120000.01000000 - Recurso Próprio
- 09.02.015.182.009.2238.339039120000.01000000 - Recurso Próprio
- 10.01.017.512.010.2263.339039120000.01000000 - Recurso Próprio
- 21.01.006.181.021.2304.339039120000.01000000 - Recurso Próprio
- 26.01.006.182.026.2420.339039120000.01000000 - Recurso Próprio
- 30.01.010.301.030.2441.339039120000.01710900 - PAB Fixo
- 30.01.010.301.030.2441.339039120000.03710900 - PAB Fixo E.A
- 30.01.010.301.030.2441.339039120000.01711003 - ESF/PMAQ
- 30.01.010.301.030.2441.339039120000.01711701 - MAC União
- 30.01.010.301.030.2441.339039120000.03711701 - MAC União E.A
- 30.01.010.301.030.2441.339039120000.01020000 - Recurso Próprio/Saúde
- 30.01.010.301.030.2453.339039120000.01710900 - PAB Fixo
- 30.01.010.301.030.2453.339039120000.03710900 - PAB Fixo E.A
- 30.01.010.304.030.2449.339039120000.01001500 - Vig. Sanit. Municipal
- 30.01.010.305.030.2450.339039120000.01711600 - VSE
- 30.01.010.303.030.2448.339039120000.01715700 - SAPI
- 30.01.010.303.030.2448.339039120000.03715700 - SAPI E.A.
- 31.01.008.244.031.2517.339039120000.01520024 - PBF/União
- 31.01.008.244.031.2517.339039120000.01535505 - PSB/Estado
- 31.01.008.244.031.2517.339039120000.01520023 - PBV/União III
- 31.01.008.244.031.2513.339039120000.01520010 - IGD/União
- 31.01.008.244.031.2516.339039120000.01520022 - PFMC/União
- 31.01.008.244.031.2503.339039120000.01520012 - Alta Complexidade - Estado
- 31.01.008.244.031.2505.339039120000.01000000 - Recurso Próprio
- 40.01.027.812.040.2600.339039120000.01000000 - Recurso Próprio
- 41.01.013.391.041.2656.339039120000.01000000 - Recurso Próprio

\* 09.02.015.182.009.2239.339039120000.01000003

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 20 de abril de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	COLOR – BLACK RECICLAGEM DE CARTUCHO DE TINTA E TONER LTDA – ME Rafael Busarello Contratada
--	---

GABINETE DO PREFEITO João Vicente Schroeder Chefe de Gabinete	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS Márcio Antônio Ferrari Secretário Municipal
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovanna Huebes Nicolletti Secretária Municipal	SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO Remir José de Faveri Secretário Municipal
SECRETARIA DE OBRAS Carlos Henrique Nagel Secretário Municipal	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E HABITAÇÃO Paulo Roberto Ledra Secretário Municipal
SECRETARIA DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE Jânio Vilson de Aviz Secretário Municipal	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Lindomar Lindner Secretário Municipal
SECRETÁRIO DE SAÚDE Enilson Erley de Freitas Secretário Municipal	FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CUL- TURA PREFEITO VICTOR PETTERS Siegrid Wamser Ribeiro Diretora Executiva
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPOR- TES VEREADOR MARO MARCOS HADLICH Ademir Packer Diretor Executivo	FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL Nivald Reichel Coordenador de Defesa Civil

PROCURADORA GERAL DO MUNICÍPIO

Silmaria Fruet  
OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_Assinatura: \_\_\_\_\_  
Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_**TERMO ADITIVO Nº 001 DO CONTRATO Nº 026/2015**  
TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 026/2015

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE INDAIAL- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado na Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, CORREA TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 14.981.613/0001-61, estabelecida à Rua Jamaica, nº 210, apto. 102, Bairro Imigrantes, na cidade de Timbó - Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu representante legal, Sr. Alexandre Correa, brasileiro, solteiro, Administrador, inscrito no CPF sob nº 004.985.599-98 e Cédula de Identidade nº 4.166.659-SSP/SC, residente à Rua Jamaica, nº 210, apto. 102, Bairro Imigrantes, na cidade de Timbó - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula sétima, item 7.1., do contrato original, que tem como objeto a contratação do profissional Sr. Alexandre Corrêa, graduado em Administração Marketing, para a realização de palestra com o objetivo de Capacitar e Desenvolver a Visão de Liderança Focando na Gestão de Pessoas. O público alvo são as equipes gestoras de escolas e unidades de educação infantil. A palestra integra o programa de formação continuada dos profissionais de educação. Carga horária de 32 (trinta e duas) horas, passa a vigorar da seguinte forma:

**CLÁUSULA SÉTIMA - PRAZO E LOCAL:**

7.1. O prazo do presente contrato é de 02 de abril de 2015 até 31 de maio de 2015.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 02 de abril de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAIAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	CORREA TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA ME Alexandre Correa Contratada
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Giovanna Huebes Nicolletti Secretária Municipal	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO Tânia Lúcia Petters OAB/SC nº 5.824 Assessora Jurídica

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
 Nome Legível: \_\_\_\_\_  
 CPF.: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
 Nome Legível: \_\_\_\_\_  
 CPF.: \_\_\_\_\_

### **TERMO ADITIVO Nº 002 DO CONTRATO Nº 153/2014**

TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 153/2014

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDIAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, doravante denominado simplesmente de doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, CSF CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n. 85.343.002/0001-36, com sede na Rua Curitiba, 99, sala 01, bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr. Calisto Schlogl Filho, brasileiro, empresário, inscrito no CPF sob n. 400.211.149-00 e Cédula de Identidade nº 3R/1.119.173, residente na Rua Curitiba, nº 99, sala 01, bairro Tapajós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta, item 5.1., do contrato original, que tem como objeto a construção de uma edificação em alvenaria com cobertura em estrutura metálica, incluindo o fornecimento do projeto da estrutura da cobertura metálica, destinada à Academia da Saúde, com área de 79,19m², passa vigorar da seguinte forma:

#### **CLÁUSULA QUINTA: PRAZO DE EXECUÇÃO**

5.1. O prazo de execução das obras é de 21 de abril de 2015 a 17 de setembro de 2015, com a expedição da respectiva Ordem de Serviço, pela CONTRATANTE, de acordo com o cronograma físico financeiro apresentado pela CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA:**

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 17 de abril de 2015.

MUNICÍPIO DE INDIAIAL  
Sérgio Almir dos Santos  
Contratante

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE  
INDAIAL  
Enílson Erley de Freitas  
Contratante

CSF CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME  
Calisto Schlogl Filho  
Contratada

PROCURADORA GERAL DO MUNI-  
CÍPIO  
Silmara Fruet  
OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_  
 Nome Legível: \_\_\_\_\_  
 CPF.: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_  
 Nome Legível: \_\_\_\_\_  
 CPF.: \_\_\_\_\_

### **TERMO ADITIVO Nº 003 DO CONTRATO Nº 123/2014**

TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 123/2014

Pelo presente Termo Aditivo de contrato que entre si fazem o MUNICÍPIO DE INDIAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Sérgio Almir dos Santos, Prefeito legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 383.728.439-53 e Cédula de Identidade nº 3/R 1.111.815, residente e domiciliado à Rua 25 de Janeiro, nº 799, Bairro Carijós, nesta cidade de Indaial - Estado de Santa Catarina, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.483/0001-63, doravante denominado simplesmente de doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa, SOBERANA SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 01.408.643/0001-31, com sede na rua Rio do Sul, bairro da Velha, na cidade de Blumenau - Estado de Santa Catarina, representada neste ato por seu Representante Legal, Sr. Sebastião de Souza, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 551.673.909/82 e Cédula de Identidade nº 1.845.512, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a celebração do presente Termo Aditivo de contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA:**

Com fundamento na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e solicitação em anexo, a cláusula quinta, item 5.1, do contrato original, que tem como objeto a execução da construção de uma unidade de saúde - Estratégia de Saúde da Família Alcides Müller, com área total a construir de 338,20m², passa a vigorar da seguinte forma:

#### **CLÁUSULA QUINTA: PRAZO DE EXECUÇÃO:**

5.1. O prazo do presente contrato é de 12 de abril de 2015 a 08 de setembro de 2015, com a expedição da respectiva Ordem de Serviço, pela CONTRATANTE, de acordo com o cronograma físico financeiro apresentado pela CONTRATADA.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA:**

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1646/2015**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1646/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ALG8780	54430037E	5550/0	01/01/2015	R\$ 85,12	181 * XVIII
IES8446	55486507E	5185/1	27/11/2014	R\$ 127,69	167
JMF2728	55486761E	5185/1	23/01/2015	R\$ 127,69	167
JMX4224	55721277E	5550/0	01/01/2015	R\$ 85,12	181 * XVIII
LZJ5706	55721422E	5550/0	25/01/2015	R\$ 85,12	181 * XVIII
MAK0213	55721417E	5550/0	25/01/2015	R\$ 85,12	181 * XVIII
MAS2152	55720629E	5258/3	31/12/2014	R\$ 1.915,38	174
MDD0359	55721639E	5185/2	18/01/2015	R\$ 127,69	167
MEL7958	55721585E	6530/0	19/01/2015	R\$ 127,69	228
MEO3114	55486280E	5819/4	21/11/2014	R\$ 574,61	193
MEO3114	55486282E	5835/0	21/11/2014	R\$ 127,69	195
MGL8318	55485978E	5541/1	22/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MIT6634	55486808E	5185/1	27/01/2015	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 16 DE ABRIL DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1650/2015**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1650/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADT5687	54430699E	5185/1	29/11/2014	R\$ 127,69	167
AFQ3293	55720631E	5550/0	02/01/2015	R\$ 85,12	181 * XVIII
AIO1887	55720795E	5207/0	06/01/2015	R\$ 53,20	169
ASY0026	55721634E	5525/0	14/01/2015	R\$ 85,12	181 * XV
ATM6981	55721173E	7030/2	03/01/2015	R\$ 191,53	244 * I
ATM6981	55721175E	7048/1	03/01/2015	R\$ 191,53	244 * II
BLC9377	55721294E	5550/0	11/01/2015	R\$ 85,12	181 * XVIII
BVQ6004	54430046E	5550/0	01/01/2015	R\$ 85,12	181 * XVIII
CWK6123	55721491E	5185/1	11/01/2015	R\$ 127,69	167
CWK6123	55721492E	5215/2	11/01/2015	R\$ 191,53	170
CWK6123	55721493E	5908/0	11/01/2015	R\$ 957,69	202 * I
JDW7411	55486222E	6050/2	13/11/2014	R\$ 191,53	208
LWY5362	54430598E	5185/1	08/01/2015	R\$ 127,69	167
LXQ2450	55721647E	5185/2	18/01/2015	R\$ 127,69	167
LYZ9578	55485790E	5541/1	19/11/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LZD2918	54430178E	7315/0	15/12/2014	R\$ 85,12	252 * I
MAH4270	54430184E	5738/0	31/01/2015	R\$ 191,53	186 * II
MBI7410	55486541E	6947/3	04/12/2014	R\$ 127,69	235
MBN5296	55721260E	5550/0	01/01/2015	R\$ 85,12	181 * XVIII
MDQ4611	55721287E	5550/0	11/01/2015	R\$ 85,12	181 * XVIII
MEL8177	54430034E	5550/0	01/01/2015	R\$ 85,12	181 * XVIII
MFG2620	55721645E	5185/1	18/01/2015	R\$ 127,69	167
MGK6629	55721290E	5550/0	11/01/2015	R\$ 85,12	181 * XVIII
MHC9656	55486322E	6130/0	19/11/2014	R\$ 191,53	214 * II
MHK5281	55721649E	5185/1	18/01/2015	R\$ 127,69	167
MID1821	55721496E	7030/1	21/01/2015	R\$ 191,53	244 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MKH0762	55486671E	7064/0	23/12/2014	R\$ 191,53	244 * IV
MLJ1023	55486381E	5541/1	04/12/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLQ7081	55486213E	5541/1	13/11/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MMA4721	54430174E	5940/1	07/11/2014	R\$ 957,69	203 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 16 DE ABRIL DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 224/2015**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 244/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACK0464	8789046483	7455/0	28/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
ADS3408	8789044972	7455/0	12/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
AIP3505	8789045063	7455/0	16/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
APW9186	8789045052	7455/0	16/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
ASI4186	8789046587	7455/0	31/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
AVM4004	8789046518	7455/0	28/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
AVU3602	8789045252	7455/0	22/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
BRK3694	8789046250	7463/0	20/12/2014	R\$ 127,69	218 * II
CCC3925	8789045204	7455/0	20/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
CLN7222	8789046278	7455/0	21/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
DAY8515	8789045780	7463/0	07/12/2014	R\$ 127,69	218 * II
EGT2896	8789046574	7455/0	30/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
EWL9813	8789046521	7455/0	28/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
FGU6734	8789044135	7455/0	25/10/2014	R\$ 85,12	218 * I
GVR1253	8789045870	7455/0	10/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
IPA5897	8789046910	7455/0	11/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
JPF0672	8789046933	7463/0	11/01/2015	R\$ 127,69	218 * II
KKZ5297	8789046503	7455/0	28/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
KZE2378	8789046684	7455/0	04/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
LNR6135	54017159N	5002/0	06/01/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
LWX4547	8789046652	7455/0	02/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
LXJ6188	8789046399	7455/0	25/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXO9024	8789046393	7455/0	25/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXR5131	8789044891	7455/0	10/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYM8153	8789045556	7455/0	01/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYV9052	8789046329	7463/0	23/12/2014	R\$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZF3616	8789046502	7455/0	28/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZG1868	8789046417	7455/0	26/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZL0859	8789044899	7455/0	10/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAB5615	8789046360	7455/0	24/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAC1377	8789046735	7455/0	05/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MAM1077	8789044988	7455/0	13/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAM1077	8789044991	7455/0	13/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAM5074	8789045207	7455/0	21/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAY5870	8789045600	7455/0	02/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBB9437	8789045194	7455/0	19/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBD4883	8789045118	7455/0	17/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBU4569	8789045128	7455/0	17/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBV7226	8789046843	7455/0	09/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MCE9375	8789046373	7455/0	25/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCU7959	8789045103	7455/0	13/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCW2073	8789045419	7455/0	28/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDS5974	8789046721	7455/0	04/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MDY0892	54017161N	5002/0	06/01/2015	R\$ 127,69	257 § 8º
MED1507	8789046769	7455/0	06/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MEH0278	8789044900	7455/0	10/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
MES3325	8789045858	7455/0	09/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEX9044	8789046864	7455/0	10/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MFC8022	8789046687	7455/0	04/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MFE2896	8789047303	7455/0	22/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MFE5338	8789046595	7455/0	31/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFI4803	8789046511	7455/0	28/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFV5720	8789046583	7455/0	30/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFW7442	8789046940	7455/0	11/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MGR5578	8789045071	7455/0	16/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGR8669	8789045256	7463/0	22/11/2014	R\$ 127,69	218 * II
MGZ3152	8789045470	7455/0	29/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHC9289	8789046440	7455/0	27/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHC9289	8789046442	7455/0	27/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHG0617	8789045078	7455/0	16/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHI4010	8789046750	7455/0	06/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MHN0890	8789045444	7455/0	28/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHR3817	8789046862	7455/0	09/01/2015	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIA1059	8789044759	7455/0	06/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIG5805	8789046385	7455/0	25/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIH1909	8789045867	7455/0	10/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIK4385	8789046619	7463/0	01/01/2015	R\$ 127,69	218 * II
MIS7777	8789045843	7455/0	09/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIT4767	8789046768	7455/0	06/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MIZ2798	54017155N	5002/0	06/01/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MJK3883	54017149N	5002/0	22/12/2014	R\$ 85,12	257 § 8º
MJL7424	8789046628	7455/0	01/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MJO6070	8789046902	7463/0	10/01/2015	R\$ 127,69	218 * II
MJP9001	54017165N	5002/0	06/01/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MJR0979	54017157N	5002/0	06/01/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MJT9135	8789045263	7455/0	22/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJX3065	54024411N	5002/0	02/02/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MKJ8152	8789044890	7455/0	09/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKJ8152	8789046201	7463/0	19/12/2014	R\$ 127,69	218 * II
MKK3489	8789044977	7455/0	13/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKV5621	8789045433	7455/0	28/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLL3604	8789046631	7455/0	02/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MLP8012	8789046776	7455/0	06/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MLW1988	8789045080	7455/0	16/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLY6611	8789046404	7455/0	26/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLZ2068	8789046458	7455/0	28/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
OKG0455	8789044860	7455/0	09/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
QHA3407	54017151N	5002/0	06/01/2015	R\$ 85,12	257 § 8º

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 16 DE ABRIL DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 242/2015**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 242/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AFH6729	8789044985	7455/0	13/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
APA6007	8789041359	7455/0	04/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
CYP3186	8789046388	7455/0	25/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
EMJ6331	8789046411	7455/0	26/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
GHY0077	8789045086	7455/0	16/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
LPL7843	8789046358	7455/0	24/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZB1286	8789045028	7455/0	14/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBH8402	8789041387	7455/0	04/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBN1768	8789046436	7455/0	27/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCF3436	8789041628	7455/0	09/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCF3436	8789041967	7455/0	19/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCF3436	8789041970	7455/0	19/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCJ6338	8789041765	7455/0	13/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDU8672	8789045282	7455/0	23/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEC8537	8789041907	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEO9624	8789047314	7455/0	23/01/2015	R\$ 85,12	218 * I
MFC8118	8789046328	7455/0	23/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFO0305	8789041725	7455/0	12/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFV9858	8789046346	7455/0	24/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGC3604	8789041796	7463/0	14/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MGN8229	8789041687	7455/0	11/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGQ4133	8789041961	7455/0	19/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHP4254	8789041846	7455/0	16/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIP9538	8789041602	7455/0	09/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIZ1446	54024307N	5002/0	29/01/2015	R\$ 85,12	257 § 8º
MJY7821	8789044809	7455/0	08/11/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MKL5768	8789041947	7455/0	19/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKT9773	8789041795	7455/0	14/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLG9829	8789046460	7455/0	28/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLO4646	54003253N	5002/0	25/11/2014	R\$ 85,12	257 § 8º
MLT2137	8789044946	7455/0	12/11/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMA0253	8789046302	7455/0	15/12/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMK8323	8789046343	7463/0	23/12/2014	R\$ 127,69	218 * II
NXX9607	8789047350	7455/0	24/01/2015	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 16 DE ABRIL DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1644/2015**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 206 1644/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AKS3469	55486923E	6122/0	12/02/2015	214 * I
ANJ5846	55485629E	6041/2	06/02/2015	207
ATT0858	55487113E	5568/0	19/03/2015	181 * XIX
BLC9377	54029277N	5002/0	24/02/2015	257 § 8º
BRM4484	55486949E	5843/1	19/02/2015	196
GSH4762	54028375N	5002/0	20/02/2015	257 § 8º
GSH4762	54028376N	5002/0	20/02/2015	257 § 8º
KJI8329	55721842E	5185/1	27/02/2015	167
LWU9360	55486878E	5193/0	19/02/2015	168
LWU9360	55486879E	5185/1	19/02/2015	167
LZY4028	55486884E	5541/1	20/02/2015	181 * XVII
MAX6389	55486887E	7366/2	20/02/2015	252 * VI
MCT1588	55487095E	5185/1	17/03/2015	167
MDX3118	55486913E	5185/1	10/02/2015	167
MDX9501	55487005E	5940/1	24/02/2015	203 * III
MFH6493	55487089E	5746/1	16/03/2015	187 * I
MGM8690	55487102E	5827/0	07/03/2015	194
MGQ8989	55487099E	5568/0	18/03/2015	181 * XIX
MGY5783	55486954E	5738/0	20/02/2015	186 * II
MGY5783	55486955E	5819/1	20/02/2015	193
MID0338	55487091E	5541/1	17/03/2015	181 * XVII
MIJ9843	55722056E	5185/1	23/02/2015	167
MIT5558	55487085E	5541/1	12/03/2015	181 * XVII
MIU0102	55487010E	5541/1	25/02/2015	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 16 DE ABRIL DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1648/2015**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 206 1648/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LWT6360	55722206E	5940/1	21/03/2015	203 * III
MCY5297	55721840E	5185/1	27/02/2015	167
MGW3072	55722107E	7366/2	27/02/2015	252 * VI
MLO2723	55486984E	6050/2	05/03/2015	208
MLO2723	55486985E	5819/1	05/03/2015	193
MLO2723	55486987E	5207/0	05/03/2015	169
MMB1026	55487011E	5541/1	25/02/2015	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 16 DE ABRIL DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 241/2015**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 5

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 789 241/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFC5972	8789047822	7455/0	15/02/2015	218 * I
AHQ4017	8789048727	7455/0	09/03/2015	218 * I
AIE9953	8789048614	7455/0	07/03/2015	218 * I
AIR2309	8789048568	7455/0	06/03/2015	218 * I
AJQ1205	8789047873	7455/0	22/02/2015	218 * I
AJR5132	8789048594	7455/0	07/03/2015	218 * I
ALM1426	8789048680	7463/0	08/03/2015	218 * II
ALU1208	8789048570	7455/0	06/03/2015	218 * I
AOJ6096	8789048644	7455/0	08/03/2015	218 * I
AOM2573	8789048508	7455/0	01/03/2015	218 * I
APU2386	8789047826	7455/0	16/02/2015	218 * I
APU2386	8789047827	7455/0	16/02/2015	218 * I
ARG2662	8789047808	7455/0	13/02/2015	218 * I
ARQ8504	8789048761	7455/0	10/03/2015	218 * I
AVA3573	8789048506	7455/0	28/02/2015	218 * I
AXG5330	8789048490	7455/0	25/02/2015	218 * I
BBS1011	8789047928	7455/0	25/02/2015	218 * I
BEA1059	8789048637	7455/0	07/03/2015	218 * I
CDA7540	8789048491	7455/0	25/02/2015	218 * I
CEJ1818	8789048663	7455/0	08/03/2015	218 * I
CEJ1818	8789048665	7455/0	08/03/2015	218 * I
CKF0260	8789048361	7455/0	28/02/2015	218 * I
CSN2941	8789048805	7455/0	12/03/2015	218 * I
DGH2244	8789047863	7455/0	19/02/2015	218 * I
DOD5533	8789048721	7455/0	09/03/2015	218 * I
EDW6561	8789043238	7455/0	23/09/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
EGT9251	8789048766	7455/0	10/03/2015	218 * I
EJJ3016	8789048485	7455/0	23/02/2015	218 * I
FOQ6370	8789048514	7455/0	02/03/2015	218 * I
FVP1702	8789047885	7455/0	10/02/2015	218 * I
GKT2137	8789048890	7455/0	14/03/2015	218 * I
HAV2429	8789048525	7455/0	05/03/2015	218 * I
HSF2661	8789048846	7463/0	13/03/2015	218 * II
HWR5970	8789048775	7455/0	10/03/2015	218 * I
HXH7098	8789048793	7455/0	11/03/2015	218 * I
ISI4406	8789048488	7455/0	24/02/2015	218 * I
ITG5291	8789048855	7455/0	13/03/2015	218 * I
JPC0881	8789043086	7455/0	19/09/2014	218 * I
JUS8383	8789047823	7455/0	15/02/2015	218 * I
LXD7261	8789048692	7455/0	08/03/2015	218 * I
LXN8383	8789047833	7455/0	16/02/2015	218 * I
LXS3753	8789048627	7455/0	07/03/2015	218 * I
LYH8463	8789048882	7463/0	14/03/2015	218 * II
LYN7463	8789048623	7455/0	07/03/2015	218 * I
LYR1114	8789047866	7455/0	20/02/2015	218 * I
LYR5540	8789048820	7455/0	12/03/2015	218 * I
MAC0620	8789048640	7455/0	07/03/2015	218 * I
MAC5192	8789048799	7455/0	11/03/2015	218 * I
MAM0650	8789048635	7463/0	07/03/2015	218 * II
MAR4512	8789048585	7455/0	07/03/2015	218 * I
MAX9181	8789048654	7455/0	08/03/2015	218 * I
MAZ9383	8789048604	7463/0	07/03/2015	218 * II
MBC7538	8789048686	7455/0	08/03/2015	218 * I
MBE7862	8789047817	7455/0	15/02/2015	218 * I
MBL4683	8789048885	7463/0	14/03/2015	218 * II
MBS6653	8789048798	7455/0	11/03/2015	218 * I
MBT9162	8789048785	7455/0	11/03/2015	218 * I
MBW5170	8789048641	7455/0	07/03/2015	218 * I
MBZ1590	8789048639	7455/0	07/03/2015	218 * I
MCB0864	8789048685	7463/0	08/03/2015	218 * II
MCG2521	8789048592	7455/0	07/03/2015	218 * I
MCI2234	8789048858	7455/0	13/03/2015	218 * I
MCM6941	8789048584	7455/0	07/03/2015	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCV7594	8789048662	7455/0	08/03/2015	218 * I
MCY0848	8789048613	7455/0	07/03/2015	218 * I
MDK9994	8789048573	7455/0	06/03/2015	218 * I
MDP1154	8789048874	7455/0	14/03/2015	218 * I
MDZ5476	8789048716	7455/0	09/03/2015	218 * I
MEK4996	8789048661	7463/0	08/03/2015	218 * II
MEK7788	8789048541	7455/0	05/03/2015	218 * I
MEP9771	8789048579	7463/0	06/03/2015	218 * II
MEQ9692	8789048768	7455/0	10/03/2015	218 * I
MES3503	8789047825	7455/0	16/02/2015	218 * I
MES8890	8789048656	7455/0	08/03/2015	218 * I
MEY7525	8789048833	7455/0	12/03/2015	218 * I
MEZ0197	8789048706	7463/0	09/03/2015	218 * II
MFH4603	8789048753	7455/0	10/03/2015	218 * I
MFJ1164	8789047807	7455/0	13/02/2015	218 * I
MFJ1164	8789047813	7455/0	14/02/2015	218 * I
MFV2748	8789048892	7455/0	14/03/2015	218 * I
MGG3580	8789048566	7455/0	06/03/2015	218 * I
MGP2282	8789048582	7455/0	06/03/2015	218 * I
MGQ7703	8789048814	7455/0	12/03/2015	218 * I
MGZ3152	54028381N	5002/0	20/02/2015	257 § 8º
MHC4094	8789048535	7455/0	05/03/2015	218 * I
MHD4547	8789048657	7463/0	08/03/2015	218 * II
MHG2407	8789048765	7455/0	10/03/2015	218 * I
MHJ9256	8789048837	7455/0	13/03/2015	218 * I
MHK2638	8789048880	7455/0	14/03/2015	218 * I
MHM0220	8789048559	7455/0	06/03/2015	218 * I
MHR2700	8789048502	7463/0	28/02/2015	218 * II
MHV2357	8789048758	7455/0	10/03/2015	218 * I
MHY6291	8789048697	7455/0	08/03/2015	218 * I
MHY8535	8789048860	7455/0	13/03/2015	218 * I
MHZ3284	8789048708	7455/0	09/03/2015	218 * I
MIF7048	8789048704	7455/0	09/03/2015	218 * I
MIK0304	8789048664	7455/0	08/03/2015	218 * I
MIK1129	8789048707	7455/0	09/03/2015	218 * I
MIO8777	8789047291	7463/0	22/01/2015	218 * II
MIQ0697	8789048667	7455/0	08/03/2015	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIX3629	8789048883	7471/0	14/03/2015	218 * III
MIZ2798	8789048564	7455/0	06/03/2015	218 * I
MJC1358	8789048857	7455/0	13/03/2015	218 * I
MJE8917	8789047854	7455/0	18/02/2015	218 * I
MJJ5354	8789048543	7455/0	05/03/2015	218 * I
MJN0119	8789048595	7455/0	07/03/2015	218 * I
MJO5670	8789048693	7455/0	08/03/2015	218 * I
MJO9171	8789048587	7455/0	07/03/2015	218 * I
MJQ7127	8789047882	7471/0	22/02/2015	218 * III
MJX2080	8789048624	7455/0	07/03/2015	218 * I
MKA6219	8789048876	7455/0	14/03/2015	218 * I
MKD4252	8789048681	7455/0	08/03/2015	218 * I
MKF6348	8789048616	7463/0	07/03/2015	218 * II
MKG1397	8789048824	7455/0	12/03/2015	218 * I
MKG1397	8789048871	7455/0	14/03/2015	218 * I
MKH7998	8789048898	7455/0	14/03/2015	218 * I
MKL8756	8789048699	7463/0	09/03/2015	218 * II
MKO5866	8789048806	7455/0	12/03/2015	218 * I
MKR4038	8789048807	7455/0	12/03/2015	218 * I
MKT9379	8789047818	7455/0	15/02/2015	218 * I
MKX2637	8789048550	7455/0	05/03/2015	218 * I
MKX2637	8789048792	7455/0	11/03/2015	218 * I
MKX9153	8789048589	7455/0	07/03/2015	218 * I
MLB3964	8789048828	7455/0	12/03/2015	218 * I
MLF1258	8789048881	7455/0	14/03/2015	218 * I
MLM1881	8789048597	7455/0	07/03/2015	218 * I
MLM1881	8789048867	7455/0	13/03/2015	218 * I
MLV1935	8789048737	7455/0	10/03/2015	218 * I
MLV8012	8789043115	7455/0	20/09/2014	218 * I
MLX6352	8789048578	7455/0	06/03/2015	218 * I
MLY8889	8789048826	7455/0	12/03/2015	218 * I
MLZ3816	8789048823	7455/0	12/03/2015	218 * I
MMD8689	8789047875	7455/0	22/02/2015	218 * I
MMK2565	8789048643	7455/0	08/03/2015	218 * I
MQA5915	8789048841	7455/0	13/03/2015	218 * I
OKH6804	8789047795	7455/0	12/02/2015	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 16 DE ABRIL DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 243/2015**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET  
**DETRAN - DEINFRA**

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO  
DE TRÂNSITO Nº 789 243/2015**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AJG5727	8789048931	7455/0	15/03/2015	218 * I
AKU1880	8789049007	7463/0	18/03/2015	218 * II
ALI5174	8789047958	7455/0	28/02/2015	218 * I
AMM3878	8789049024	7455/0	18/03/2015	218 * I
ANE7716	8789048985	7455/0	17/03/2015	218 * I
APT1994	8789049067	7455/0	09/03/2015	218 * I
AVE5038	8789049084	7455/0	15/03/2015	218 * I
CEZ6098	8789048928	7455/0	15/03/2015	218 * I
CNX5380	8789047897	7455/0	21/02/2015	218 * I
EGT9251	8789049010	7455/0	18/03/2015	218 * I
EVI0475	8789049059	7455/0	06/03/2015	218 * I
FOQ6370	8789049058	7455/0	06/03/2015	218 * I
HRH2746	8789048974	7455/0	16/03/2015	218 * I
LWY1172	8789048984	7455/0	17/03/2015	218 * I
LWZ8445	8789048950	7463/0	15/03/2015	218 * II
LYG7647	8789048944	7455/0	15/03/2015	218 * I
LYM2828	8789049050	7455/0	19/03/2015	218 * I
LYW9230	8789049006	7455/0	18/03/2015	218 * I
LZR8152	8789049053	7455/0	19/03/2015	218 * I
MAN0816	8789049014	7455/0	18/03/2015	218 * I
MEB5862	8789049039	7455/0	19/03/2015	218 * I
MEP5811	8789048920	7455/0	15/03/2015	218 * I
MFL0938	8789048930	7455/0	15/03/2015	218 * I
MFS3643	8789048978	7455/0	16/03/2015	218 * I
MFU7161	8789049036	7455/0	19/03/2015	218 * I
MGI7083	8789048954	7455/0	15/03/2015	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGJ4958	8789049035	7455/0	19/03/2015	218 * I
MGJ4958	8789049045	7455/0	19/03/2015	218 * I
MGK8450	8789048946	7455/0	15/03/2015	218 * I
MGS3216	8789049028	7455/0	19/03/2015	218 * I
MHM6718	8789049033	7455/0	19/03/2015	218 * I
MIK4385	8789049032	7455/0	19/03/2015	218 * I
MJG8367	8789048949	7455/0	15/03/2015	218 * I
MKG1397	8789048957	7455/0	15/03/2015	218 * I
MKU4826	8789049044	7455/0	19/03/2015	218 * I
MLG6685	8789048999	7455/0	17/03/2015	218 * I
MLO3911	8789049019	7455/0	18/03/2015	218 * I
MMA3470	8789048922	7455/0	15/03/2015	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 16 DE ABRIL DE 2015

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

O presente Termo Aditivo passa a fazer parte do contrato original permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente Termo Aditivo de contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Indaial/SC, 10 de abril de 2015.

MUNICÍPIO DE INDAL Sérgio Almir dos Santos Contratante	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAL Enílson Erley de Freitas Contratante
SOBERANA SERVIÇOS E CONSTRU- ÇÕES LTDA Sebastião de Souza Contratante	PROCURADORA GERAL DO MUNI- CÍPIO Silmara Fruet OAB/SC nº 13.215

Testemunhas:

Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

# Iomerê

## PREFEITURA

### DECRETO 1604/2015

DECRETO Nº 1604 DE 17 DE ABRIL DE 2015.

Regulamenta a expedição de Alvarás de Licença para Localização e Funcionamento no município de Iomerê e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Iomerê, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

Considerando as disposições da Lei Complementar nº 12, de 26 de março de 2003 - Código Tributário Municipal;

Considerando que o Poder Público tem a obrigação de primar pelo bom atendimento dos cidadãos e garantir a prestação de serviços públicos com qualidade e eficiência;

#### DECRETA:

Art. 1. Ficam regulamentados, no âmbito do Município de Iomerê, os requisitos mínimos a serem exigidos quando da expedição dos Alvarás de Licença para Localização e Funcionamento de estabelecimentos sujeitos à legislação fiscal municipal, além daqueles elencados no artigo 95, parágrafo único, do Código Tributário Municipal, e de acordo com as características de cada atividade.

Art. 2. As empresas que estão iniciando suas atividades neste município deverão seguir as orientações deste decreto e posteriormente a aprovação da viabilidade deverão apresentar e protocolar os documentos junto ao Setor de Tributação da Prefeitura Municipal de Iomerê.

Art. 3º - Microempreendedor Individual - MEI:

- I - Pedido de viabilidade no REGIN - Sistema de Registro Integrado;
- II - Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - Portal do Empreendedor;
- III - Requerimento para concessão de alvará de licença para localização e funcionamento, conforme modelo padrão a ser fornecido pelo Município, assinado pelo contribuinte interessado;
- IV - Alvará Sanitário, expedido pela Secretaria de Saúde do município através do Setor de Vigilância Sanitária, quando a atividade assim o exigir;
- V - Atestado de vistoria para alvará de funcionamento expedido pelo Corpo de Bombeiros;
- VI - Cópia de carteira de identidade e CPF;
- VII - Cópia do cartão CNPJ;
- VIII - Documento de habilitação profissional, quando a atividade assim o exigir;

§ 1º Para renovação do alvará o Microempreendedor Individual deve apresentar:

- I - Requerimento de Renovação de Alvará de Licença e Localização assinado;
- II - Atestado de vistoria para alvará de funcionamento expedido pelo Corpo de Bombeiros.
- III - Alvará Sanitário, expedido pela Secretaria de Saúde do município através do Setor de Vigilância Sanitária, quando a atividade assim o exigir;
- IV - Pagamento da taxa de Alvará Licença e Localização.

§ 2º Sendo transferência de sede para este município além da documentação citada nos incisos I, III, IV, V, VI, VII e VIII do caput deste artigo será necessária a apresentação de:

- I - Relatório comprovando regularidade no recolhimento do DAS - Documento de Arrecadação Simplificada;
- II - Certidões Negativas de Débitos municipais, estaduais e federal do local anteriormente estabelecido;
- III - Pagamento da taxa de Alvará de Licença e Localização.

Art. 4º - Micro Empresas - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP, Médio e Grande Porte:

- I - Pedido de viabilidade no REGIN - Sistema de Registro Integrado;
- II - Requerimento para concessão de alvará de licença para localização e funcionamento, conforme modelo padrão a ser fornecido pelo Município, assinado pelo contribuinte interessado e, no caso de pessoa jurídica, por quem detenha poderes de representação, conforme contrato social;
- III - Alvará Sanitário, expedido pela Secretaria de Saúde do município através do Setor de Vigilância Sanitária, quando a atividade assim o exigir;
- IV - Licença ambiental, quando a atividade assim o exigir;
- V - Atestado de vistoria para alvará de funcionamento expedido pelo Corpo de Bombeiros;
- VI - Cópia do contrato social e cartão CNPJ;
- VII - Documento de habilitação profissional, quando a atividade assim o exigir;
- VIII - Outros documentos que se julgarem necessários para a liberação do alvará;
- IX - Pagamento da Taxa de Licença e Localização no prazo de 30 dias após o deferimento e cadastro no município.

§ 1º Para a renovação do Alvará de Licença e Localização deste artigo, os responsáveis pelas empresas devem apresentar:

- I - Requerimento de Renovação de Alvará de Licença e Localização assinado;
- II - Atestado de vistoria para alvará de funcionamento expedido pelo Corpo de Bombeiros.
- III - Alvará Sanitário, expedido pela Secretaria de Saúde do município através do Setor de Vigilância Sanitária, quando a atividade assim o exigir;
- IV - Comprovação do pagamento contribuição sindical patronal, exceto empresas cadastradas no simples nacional;
- V - Relatório de faturamento do ano anterior ;
- VI - Relatório de recolhimento do ISSQN para prestadores de serviços;
- VII - Pagamento da Taxa de Licença e Localização.

§ 2º Sendo transferência de sede para o município além de toda documentação exigida no caput deste artigo será necessária a apresentação de:

- I - Certidões Negativas de Débitos municipal, estadual e federal do local anteriormente estabelecido;
- II - Pagamento de taxa de Alvará de Licença e Localização.

Art. 5º - Associações sem fins lucrativos:

- I - requerimento para concessão de alvará de licença para localização e funcionamento, conforme modelo padrão a ser fornecido pelo Município, assinado por quem detenha poderes de representação, conforme estatuto social;
- II - Atestado de vistoria para alvará de funcionamento expedido pelo Corpo de Bombeiros;
- III - Cópia do estatuto social e da última ata;
- IV - Cartão CNPJ.

Parágrafo único: Para renovação do alvará:

- I - Requerimento de Renovação de Alvará de Licença e Localização assinado;  
II - Atestado de vistoria para alvará de funcionamento expedido pelo Corpo de Bombeiros.  
III - Alvará Sanitário, expedido pela Secretaria de Saúde do município através do Setor de Vigilância Sanitária, quando a atividade assim o exigir;  
V - Cópia da ata da nomeação da última diretoria.

Art. 6º As empresas ou os autônomos que não possuem estabelecimento fixo ou prestam serviço em local diverso, devem apresentar:

- I - Pedido de viabilidade no REGIN - Sistema de Registro Integrado;  
II - Requerimento para concessão de alvará de licença para localização e funcionamento, conforme modelo padrão a ser fornecido pelo Município, assinado pelo contribuinte interessado;  
III- Alvará Sanitário, expedido pela Secretaria de Saúde do município através do Setor de Vigilância Sanitária, quando a atividade assim o exigir;  
IV - Atestado de vistoria para alvará de funcionamento expedido pelo Corpo de Bombeiros;  
V- Cópia de carteira de identidade e CPF;  
VI- Cópia do cartão CNPJ;  
VII - Documento de habilitação profissional, quando a atividade assim o exigir.

Parágrafo Único: Para renovação do alvará deste artigo deverá ser apresentado:

- I - Requerimento de Renovação de Alvará de Licença e Localização assinado;  
II - Atestado de vistoria para alvará de funcionamento expedido pelo Corpo de Bombeiros.  
III - Alvará Sanitário, expedido pela Secretaria de Saúde do município através do Setor de Vigilância Sanitária, quando a atividade assim o exigir;  
IV - Pagamento da taxa de Alvará Licença e Localização.

Art 7º - Comércio ambulante eventual e demais comércios ou serviços esporádicos.

- I - Requerimento para concessão de alvará de licença para localização e funcionamento, conforme modelo padrão a ser fornecido pelo Município, assinado pelo solicitante;  
II - CPF e RG do responsável;  
III - Cartão do CNPJ;  
IV- Demais documentos que se julgarem necessários, conforme a atividade que será executada;  
V - Pagamento da taxa de Alvará de Licença.

Art. 8º Os alvarás serão expedidos pelo setor de tributos, e constará no corpo do documento:

- a) denominação do contribuinte;  
b) atividade principal desenvolvida;  
c) local de funcionamento;  
d) validade do documento;  
e) observações necessárias em caso de alvará concedido de forma provisória ou sujeito à alterações no curso do exercício civil;  
f) assinatura do Prefeito Municipal, Secretário de Administração e Finanças, Fiscal de Tributos ou outros servidores para isso designado pelo Prefeito, assinado em conjunto.

Art. 9º Todo o requerimento relativo à concessão de alvará, deverá ser registrado em livro próprio e autuado em processo administrativo, no qual serão anexados todos os documentos apresentados, procedimento este que ficará a cargo do setor de tributação.

Art. 10. Ao setor de tributos, incumbirá o dever de análise da documentação, e emissão de parecer em até 5(cinco) dias quanto à

conformidade da documentação.

§ 1º No caso de falta ou inconsistência de documentos, o contribuinte deverá ser contatado pelo setor de tributos, a fim de que, no prazo de 10(dez) dias, as deficiências sejam sanadas, tudo por escrito e com a devida ciência do contribuinte; o não cumprimento deste prazo implicará no arquivamento do processo.

§ 2º Estando a documentação correta, o setor de tributos emitirá os alvarás e encaminhará todo o processo para o setor de controle interno para parecer; estando conforme, este setor encaminhará para assinaturas dos alvarás; estando não conforme, devolverá para o setor de tributos para os ajustes necessários.

§ 3º Após o alvará assinado, o setor de tributos deverá comunicar, no prazo de até 5 (cinco) dias, o contribuinte acerca da disponibilidade do documento, e providenciar a retirada.

Art. 11. Os alvarás deverão ser enviados para assinaturas do Secretário de Administração e Finanças e Prefeito Municipal, acompanhados da íntegra do processo administrativo que originou os documentos e, uma vez assinados, ficarão à disposição do contribuinte junto ao setor de tributação, que entregará o documento ao interessado, com o respectivo comprovante de recebimento, na segunda via.

Art. 12. O controle e guarda dos processos administrativos oriundos de pedidos de alvarás, ficará sob a responsabilidade do órgão responsável pela emissão.

Art. 13. Em havendo necessidade de exercício de fiscalização para o deferimento do alvará, a mesma será exercida por pessoa com conhecimento técnico para o ato, de acordo com a atividade objeto do requerimento, e vinculada às Secretarias Municipais, por ato de delegação exclusivo do Chefe do Poder Executivo.

Art. 14. Os estabelecimentos que já solicitaram novos Alvarás ou renovação, cujo documento já foi expedido, com validade até 31 de dezembro de 2015, ficam dispensados do cumprimento de qualquer dos procedimentos estabelecidos neste Decreto.

Art. 15. Não havendo apresentação da documentação exigida e pagamento da taxa no prazo indicado neste decreto o requerimento será indeferido e arquivado.

Art. 16. Os pedidos de concessão de novos alvarás, protocolados após a edição e publicação deste Decreto ou que estão em andamento, ficam sujeitos ao cumprimento integral das condições aqui estabelecidas.

Art. 17. O setor de controle interno emitirá instrução interna para disciplinar a emissão de alvarás, caso este decreto não seja suficiente para regulamentação da matéria.

Art. 18. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário, condicionada à validade à publicação no DOM.

GABINETE DO PREFEITO  
LUCIANO PAGANINI  
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO  
Secretário de Administração e Finanças

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2015**

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

Edital de Pregão Presencial nº 24/2015

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 24/2015 para aquisição de madeiras. A abertura das propostas se dará no dia 06/05/2015 às 09h na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos através do site [www.iomere.sc.gov.br](http://www.iomere.sc.gov.br), ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 17 de abril de 2015.

Luciano Paganini

Prefeito Municipal

**Ipumirim****PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATO Nº 07/2015/FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 07/2015

Objeto: Prestação de serviço de Implantação e treinamento, para os Sistemas ESUS e PEC, disponibilizado pelo Ministério da Saúde.

Valor: R\$ 7.798,00 (Sete Mil Setecentos e Noventa e Oito Reais)

Assinatura: 30/03/2015 Vigência: 31/12/2015

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM

Contratado: VANCIN INFORMATICA COMÉRCIO LTDA, situada na RUA PREF. DOMINGOS MACHADO DE LIMA, 533, Bairro: CENTRO, cidade de CONCÓRDIA-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.275.370/0001-18.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 08/2015/FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 08/2015

Objeto: O presente contrato tem por objeto, a Contratação de pessoa física para elaborar e fornecer projeto preventivo de incêndio do prédio do hospital são Camilo e unidade básica de saúde.

Valor: R\$ 5.594,40 (Cinco Mil Quinhentos e Noventa e Quatro Reais e Quarenta Centavos).

Assinatura: 30/03/2015 Vigência: 31/12/2015

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM

Contratado: THIAGO FELIPE BERNARDI, situada na RUA CLOVIS CESAR DE OLIVEIRA Nº 366, Bairro: SANTA CRUZ, cidade de CONCÓRDIA-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 006.472.559-60.

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 09-2015/FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 9/2015

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2/2015, Processo de Licitação nº 5/2015, homologado em 17 de abril de 2015.

Objeto: contratação de Profissional, para prestar serviços de

atendimento de exames de mamografia, amparado no disposto do Art. 24 inciso II da Lei 8.666/93.

Valor: R\$ 4.000,00 (Quatro Mil Reais)

Assinatura: 17/04/2015 Vigência: 31/12/2015

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM

Contratado: BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL - HOSPITAL SAO ROQUE, situada na RUA PADRE ANCHIETA, 240, Bairro CENTRO, cidade de SEARA-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.506.030/0006-06.

### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 29-2015/PM-CPNET COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 29/2015

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 3/2015, Processo de Licitação nº 26/2015, homologado em 15 de abril de 2015.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telecomunicações, para acesso à internet, com licença de Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, emitida pela ANATEL, com equipamentos homologados pela ANATEL, fornecimento de 01 (um) Link Dedicado de Internet com velocidade de 13 Mbps com 8 IPs fixos com modem/roteador compatível com o link e homologado pela ANATEL, contar com backbone com no mínimo 3 (três) links distintos que suporte o backbone, com comprovação do serviço Border Gateway Protocol (BGP) pela organização global de provedores de serviços de internet a Hurricane Electric Internet Services (<http://bgp.he.net>), incluindo-se o fornecimento de equipamentos homologados pela ANATEL e sem custo de instalação a ser feito junto ao centro administrativo municipal; conforme as especificações técnicas; para uso dos órgãos da administração municipal de Ipumirim.

Valor: R\$ 24.660,00 (Vinte e Quatro Mil Seiscentos e Sessenta Reais)

Assinatura: 16/04/2015 Vigência: 31/12/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: CPNET COMÉRCIO E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA, situada na RUA MARECHAL FLORIANO PEIXOTO, Nº 240, Bairro: CENTRO, cidade de Chapecó-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.349.207/0001-52.

### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 30-2015 /PM- VISAO TERRAPLANAGEM LTDA-ME**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 30/2015

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2015, Processo de Licitação nº 27/2015, homologado em 15 de abril de 2015.

Objeto: Contratação de empresa para transporte de material rochoso, da empresa vencedora do certame de licitação até o Município de Ipumirim, para a elaboração da base, para posterior asfaltamento de trecho da Rua João Pedro Haas.

Valor: R\$ 7.500,00 (Sete Mil Quinhentos Reais)

Assinatura: 16/04/2015 Vigência: 31/12/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: VISAO TERRAPLANAGEM LTDA-ME, situada na RUA LEONIDAS FAVERO Nº 124, Bairro: JARDIM, cidade de CONCÓRDIA-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.500.563/0001-13.

### **EXTRATO DE CONTRATO Nº 31-2015/PM- AGRICULTURA FAMILIAR**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 31/2015

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 4/2015, Processo de Licitação nº 30/2015, homologado em 17 de abril de 2015.

Objeto: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, Conforme Lei 11.947/2009, Decreto 6319/2007 e FNDE/CD 038/2009, objetivando a composição da merenda escolar destinada aos alunos da Rede Municipal de Ensino, conforme Edital de Chamamento Público nº 02/2015.

Valor: R\$ 59.887,50 (Cinquenta e Nove Mil Oitocentos e Oitenta e Sete Reais e Cinquenta Centavos)

Assinatura: 17/04/2015 Vigência: 31/12/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: COOPERATIVA PROD. AGROIND. ART FAMILIAR DE IPUMIRIM, situada na COMUNIDADE DE LAGEADO LAMBEDOR, Bairro: RURAL, cidade de Ipumirim-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.441.335/0001-94.

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL 5, DL 2-2015/FMS**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 2/2015 - DL</b>  <b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação: 5/2015</b> <b>Data do Processo: 17/04/2015</b>
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Gestor Do Fundo Municipal De Saude, JACIR LIRIO BONISSONI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 5/2015  
b ) Licitação Nr.: 2/2015-DL  
c ) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
d ) Data Homologação: 17/04/2015  
e ) Objeto da Licitação: contratação de Profissional, para prestar serviços de atendimento de exames de mamografia, amparado no disposto do Art. 24 inciso II da Lei 8.666/93.

(em Reais R\$)

f ) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
-------	------------	------------	----------------	---------------

**BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL - HOSPITAL SAO ROQUE (6774)**

1 EXAMES DE MAMOGRAFIA	SER	400,00	0,0000	10,00	4.000,00
<b>Total do Fornecedor:</b>					<b>4.000,00</b>
<b>Total Geral:</b>					<b>4.000,00</b>

Ipumirim, 17 de Abril de 2015.

-----  
JACIR LIRIO BONISSONI  
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL Nº 30, IL Nº 4-2015/PM**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO</b>  <b>Nr.: 4/2015 - IL</b>  <b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação:</b> 30/2015 <b>Data do Processo:</b> 17/04/2015
	Folha: 1/6

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, Valdir Zanella, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 30/2015  
b ) Licitação Nr.: 4/2015-IL  
c ) Modalidade: Inexigibilidade de Licitação  
d ) Data Homologação: 17/04/2015  
e ) Objeto da Licitação aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, Conforme Lei 11.947/2009, Decreto 6319/2007 e FNDE/CD 038/2009, objetivando a composição da merenda escolar destinada aos alunos da Rede Municipal de Ensino, conforme Edital de Chamamento Público nº 02/2015.

(em Reais R\$)

f ) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
-------	------------	------------	----------------	---------------

**COOPERATIVA PROD.AGROIND. ART FAMILIAR DE IPUMIRIM (9075)**

- |   |   |    |        |        |      |          |
|---|---|----|--------|--------|------|----------|
| 1 | Macarão tipo caseiro, tendo como ingredientes: farinha de trigo, ovos e conter Glúten. deverá ser fabricado a partir de matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrossas, parasitos, larvas e sinais de mofo. acondicionado em embalagens plasticas polipropileno, resistente e transparente de 500 grmas, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, prazo de validade e lote, produto isento de registro no ministério da agricultura-serviço de inspeção federal (SIF) serviço de inspeção Estadual (SIE) ou serviço de inspeção municipal. | UN | 300,00 | 0,0000 | 8,00 | 2.400,00 |
| 2 | Massa Integral- Produzida com farinha de primeira qualidade, óleo de girassol e ovos, fornecido em pacotes de 1kg.  | UN | 300,00 | 0,0000 | 7,00 | 2.100,00 |

Ipumirim, 17 de Abril de 2015.

Valdir Zanella  
PREFEITO MUNICIPAL

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>  <b>CNPJ: 82.814.575/0001-02</b> <b>AV. DOM PEDRO II, 230</b> <b>C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC</b>	<b>INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO</b>  <b>Nr.: 4/2015 - IL</b>
	<b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação: 30/2015</b> <b>Data do Processo: 17/04/2015</b>

Folha: 2/6

### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

#### **COOPERATIVA PROD.AGROIND. ART FAMILIAR DE IPUMIRIM (9075)**

3 Fubá de milho amarelo, enriquecido com ferro e ácido fólico, produto obtido pela moagem do grão de milho, desgerminado ou não, deverá ser fabricadas a partir de matérias primas sãs, limpas, isentas de matérias terrosas, pedras, fungos ou parasitas, não poderá estar úmido ou rançoso, com umidade máxima de 15%, com acidez máxima de 5%, com no mínimo 7% de proteína, com rendimento mínimo após o cozimento de 2,5 vezes a mais do peso anterior a cocção, ingredientes: fubá, ferro e ácido fólico, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 77,2g de carboidrato, 9,6g de proteína e 2g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, original do fabricante, resistente, pacotes de 01 Kg, com informações do fabricante, especificações do produto, prazo de validade e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	KG	200,00	0,0000	2,00	400,00
4 Abacate	KG	200,00	0,0000	3,00	600,00
5 Mandioca, nova, de 1ª qualidade, tamanho médio, limpa e descascada, congelada, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1Kg,	KG	400,00	0,0000	3,00	1.200,00
6 Pessego novo de 1ª qualidade, nao esteja murcho e estragado	KG	100,00	0,0000	3,80	380,00
7 Caqui de Chocolate de 1ª Qualidade, grau médio de amadurecimento, cascas sã, sem rupturas, acondicionado em embalagens de 01 kg	KG	500,00	0,0000	3,00	1.500,00
8 Laranja Rubi, in natura, nova de 1ª Qualidade, grau de amadurecimento completo, com casca sã, sem rupturas acondicionada em caixa plástica- 01 kg	KG	1.500,00	0,0000	1,40	2.100,00
9 Chuchu, novo, de 1ª qualidade, tamanho médio, grau médio de amadurecimento, casca sã, sem rupturas, acondicionado em embalagem de polipropileno, resistente com 1kg, com etiqueta de pesagem, prazo de validade semanal e especificações do produto.	KG	100,00	0,0000	2,40	240,00
10 MORANGA CABUTIÁ DE BOA QUALIDADE ( não esteja murcha, estragada e batida)	KG	100,00	0,0000	1,50	150,00
11 Queijo colonial tipo mussarela, tendo como ingredientes: leite pasteurizado, fermento lácteo, cloreto de cálcio, coalho, sal e condimentos. O produto deverá ser acondicionado em embalagem plástica de polietileno leitoso, de 1kg, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e lote, isento do registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	KG	200,00	0,0000	14,00	2.800,00

Ipumirim, 17 de Abril de 2015.

-----  
 Valdir Zanella  
 PREFEITO MUNICIPAL

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>  <b>CNPJ: 82.814.575/0001-02</b> <b>AV. DOM PEDRO II, 230</b> <b>C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC</b>	<b>INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO</b>  <b>Nr.: 4/2015 - IL</b>
	<b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação: 30/2015</b> <b>Data do Processo: 17/04/2015</b>

Folha: 3/6

### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

#### **COOPERATIVA PROD.AGROIND. ART FAMILIAR DE IPUMIRIM (9075)**

12 Leite Pasteurizado Integral tipo C, homogeneizado, ingredientes: leite padronizado 3% de gordura Láctea tratado termicamente, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 200ml: 10g de carboidrato, 7g de proteína e 6g de gorduras totais, preparado com de matérias primas sãs, limpas, isentas de matéria terrosa, parasitas, e em perfeito estado de conservação, o rótulo deve estar de acordo com a legislação vigente, acondicionado em embalagem plástica de polietileno leitoso, de 1L, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, prazo de validade e lote, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	PCT	4.000,00	0,0000	1,80	7.200,00
13 Manteiga sem sal feita a partir do creme de leite pasteurizado, acondicionada em embalagens plásticas DE 01 KG com rotulagem com registro no SIM, SIE OU SIF	KG	50,00	0,0000	12,00	600,00
14 Bebida láctea pasteurizada com polpa de fruta, sabor coco e morango. Ingredientes leite pasteurizado, soro de leite, açúcar, estabilizante, espessante e polpa de fruta. Informações quanto ao armazenamento, data de fabricação e validade. Embalagens íntegras, transporte sob refrigeração ou em caixas térmicas. Registro no SIM, SIE ou SIF	L	400,00	0,0000	2,50	1.000,00
15 Ovos de Galinha tipo "grande", casca lisa, limpos, não trincados, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 0,8g de carboidrato, 12,9g de proteína e 11,5g de lipídio, embalados em dúzias em caixa de papelão ou de plástico resistente, original do fabricante, na embalagem deve constar as especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação e prazo de validade mínimo de 15 dias, registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE).	DZ	400,00	0,0000	3,50	1.400,00
16 Batata Doce, nova, de 1ª qualidade, tamanho de médio a grande, limpa, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1Kg, com etiqueta de pesagem, prazo de validade semanal e especificações do produto	KG	200,00	0,0000	2,30	460,00
17 Pão caseiro- 700 gramas aproximadamente.	UN	350,00	0,0000	6,50	2.275,00
18 Pão caseiro integral, conforme as seguintes descrições: produto resultante da cocção da massa preparada com farinha de integral enriquecida com ferro, fermento, ovos, sal, açúcar e água, utilizando somente ingredientes permitidos pela legislação vigente. Não deverá apresentar odores fermentados e fumaça, nem fragmentos de insetos, roedores ou bolores. Estar acondicionada em embalagem plástica resistente com o nome da empresa, com rotulagem apresentando o nome do produto, com o número do registro no ministério da saúde, tabela com informação nutricional, data de fabricação e prazo de validade conforme legislação vigente. Registro no SIM, SIE ou SIF.	UN	350,00	0,0000	7,00	2.450,00
19 Bolacha Caseira de Nata- bandeja 400 gramas	PCT	100,00	0,0000	5,00	500,00

Ipumirim, 17 de Abril de 2015.

-----  
 Valdir Zanella  
 PREFEITO MUNICIPAL

<p><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b>  <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b></p> <p>CNPJ: 82.814.575/0001-02  AV. DOM PEDRO II, 230  C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC</p>	<p><b>INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO</b>  <b>Nr.: 4/2015 - IL</b></p> <p>Processo Administrativo:  Processo de Licitação: 30/2015  Data do Processo: 17/04/2015</p> <p>Folha: 4/6</p>
---	---

### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

#### **COOPERATIVA PROD.AGROIND. ART FAMILIAR DE IPUMIRIM (9075)**

20	Cuca sovada-600gr-Produzida com farinha de ótima qualidade, fermento biológico, ovos, açúcar, sal, gordura vegetal e leite, tendo como opção de recheio sabores de coco, chocolate, condicionadas em formas de alumínio revestida de isofilme transparente fornecidas em embalagens de 600gr, contendo nome da empresa, data de fabricação e validade e registro no ministério da Saúde.	UN	100,00	0,0000	6,50	650,00
21	Mini pizza - diversos sabores- Produzida a partir da farinha de trigo, ovos, sal e água, tendo como cobertura, molho de tomate, queijo mussarela, calabresa e frango, apresentado em embalagens de 1kg com informações nutricionais, data de validade e fabricação.	KG	200,00	0,0000	17,00	3.400,00
22	Pastel assado- Produzido com farinha de trigo, ovos, água, podendo ser com recheio de carne moída e de gado ou de carne de peito de frango, apresentado com embalagens de 1kg em embalagem plástica, com nome do produto da empresa, tabela nutricional e data de validade e fabricação.	KG	200,00	0,0000	17,00	3.400,00
23	Pão Francês- Produzido com farinha especial para pão francês e água, apresentado com aproximadamente 50 gramas em embalagem de plástica e resistente, com o nome do produto, da empresa, tabela nutricional, data de fabricação e validade.	KG	350,00	0,0000	7,50	2.625,00
24	Agnoline- Produzido com farinha de trigo, sal, ovos, água, seu recheio é de carne de frango, apresentado em bandejas de 500 gramas, contendo nome do produto, nome da empresa, tabela nutricional, data de fabricação e validade.	UN	200,00	0,0000	10,00	2.000,00
25	Torta salgada- Composto por farinha de trigo, leite, ovos, óleo vegetal, recheio de carne moída e temperos, acondicionado em embalagens de alumínio com isofilme de 1kg, apresenta data de fabricação e validade, tabela nutricional e numero de registro no Ministério da Saúde	KG	200,00	0,0000	18,00	3.600,00
26	Empadinha- Produzido com farinha de trigo especial, óleo vegetal, sal e leite, recheado com carne de frango e condimentos, acondicionado em embalagens plásticas resistentes, contendo tabela nutricional, data de fabricação e validade, nome da empresa e do produto.	KG	200,00	0,0000	18,00	3.600,00
27	Carne suína em cubos. Registro no SIM, SIE ou SIF. Carne de boa qualidade com serviço de inspeção federal com prazo de validade e data de fabricação, sem utilização de conservantes e em embalagens de 1kg.	KG	250,00	0,0000	12,00	3.000,00
28	Linguicinha suína- Fabricada com todas as partes do suíno, com adição de sal e temperos, inspecionado pelo serviço de inspeção federal, apresentado em embalagens de aproximadamente 1kg, contendo tabela nutricional, origem do produto e data de fabricação e validade.	KG	100,00	0,0000	10,00	1.000,00
29	Banha suína- Gordura suína pura, inspecionada pelo SIF, apresentada em embalagens de 1kg contendo origem do produto, tabela nutricional e data de fabricação e validade.	KG	100,00	0,0000	4,00	400,00

Ipumirim, 17 de Abril de 2015.

-----  
Valdir Zanella  
PREFEITO MUNICIPAL

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>  <b>CNPJ: 82.814.575/0001-02</b> <b>AV. DOM PEDRO II, 230</b> <b>C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC</b>	<b>INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO</b>  <b>Nr.: 4/2015 - IL</b>
	<b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação: 30/2015</b> <b>Data do Processo: 17/04/2015</b>

Folha: 5/6

### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

#### **COOPERATIVA PROD.AGROIND. ART FAMILIAR DE IPUMIRIM (9075)**

30	Alface Verde, nova, de 1ª qualidade, folhas sãs, sem rupturas, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1 unidade cada, com prazo de validade semanal e especificações do produto.	UN	200,00	0,0000	1,30	260,00
31	Couve-Flor, nova, de 1ª qualidade, sã, sem fungos, tamanho médio, flores de coloração branca, sem manchas, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1 unidade cada, com prazo de validade semanal e especificações do produto.	UN	100,00	0,0000	3,50	350,00
32	Brócolis, novo, de 1ª qualidade, são, sem fungos, tamanho médio, flores de coloração verde, sem manchas, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1 unidade cada, com prazo de validade semanal e especificações do produto.	UN	100,00	0,0000	3,50	350,00
33	Cenoura, sem folhas, tamanho médio, nova, de 1ª qualidade, sem rupturas, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1Kg, com etiqueta de pesagem, prazo de validade semanal e especificações do produto.	KG	100,00	0,0000	3,00	300,00
34	Beterraba, sem folhas, de 1ª qualidade, com casca sã, sem rupturas, tamanho médio, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1Kg, com etiqueta de pesagem, prazo de validade semanal e especificações do produto.	KG	100,00	0,0000	3,00	300,00
35	Repolho, novo, de 1ª qualidade, folhas sãs, sem rupturas, tamanho médio, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1 unidade cada, com prazo de validade semanal e especificações do produto.	UN	100,00	0,0000	3,00	300,00
36	Tempero verde, maço de 250 gramas	UN	50,00	0,0000	1,25	62,50
37	Morgota de boa qualidade kg	KG	300,00	0,0000	2,25	675,00
38	Cebola sem defeito, suficientemente desenvolvida, com aspecto e sabor típico da variedade, tamanho e cor não será permitido rachadura, perfurações e cortes.	KG	250,00	0,0000	2,50	625,00
39	Pepino, novo, de 1ª qualidade, tamanho médio, grau médio de amadurecimento, casca sã, sem rupturas, acondicionada em embalagem de polipropileno, resistente com 1kg, com etiqueta de pesagem, prazo de validade semanal e especificações do produto.	KG	150,00	0,0000	2,20	330,00
40	Tomate, grau médio de amadurecimento, de 1ª qualidade, são, sem rupturas, TOMATE - boa qualidade (que não esteja murcho, estragado e batido) Tomate, semimaduro, 1ª qualidade, classe média ou grande, estar fisiologicamente desenvolvido, bem formado, limpo, com coloração própria, livre de danos mecânicos, fisiológicos, pragas e doenças e estar em perfeitas condições de conservação e maturação.	KG	400,00	0,0000	4,00	1.600,00
41	Melancia, nova, de 1ª qualidade, tamanho médio, limpa, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com etiqueta de pesagem, prazo de validade semanal e especificações do produto.	KG	700,00	0,0000	1,00	700,00

Ipumirim, 17 de Abril de 2015.

-----  
 Valdir Zanella  
 PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM****CNPJ:** 82.814.575/0001-02  
**AV. DOM PEDRO II, 230**  
**C.E.P.:** 89790-000 - Ipumirim - SC**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**  
**Nr.: 4/2015 - IL****Processo Administrativo:**  
**Processo de Licitação:** 30/2015  
**Data do Processo:** 17/04/2015

Folha: 6/6

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO****COOPERATIVA PROD.AGROIND. ART FAMILIAR DE IPUMIRIM (9075)**

42	Pimentão Verde, tamanho médio, novo, de 1ª qualidade, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 500g, com etiqueta de pesagem, prazo de validade semanal e especificações do produto.	KG	30,00	0,0000	4,50	135,00
43	Abobrinha Verde, madura, de 1ª qualidade, tamanho médio, casca sã, acondicionada em embalagem plástica de polipropileno, resistente, com 1Kg, com etiqueta de pesagem e prazo de validade semanal e especificações do produto.	KG	100,00	0,0000	2,50	250,00
44	Alho de 1º qualidade, firme graúdo, cabeças inatactas com todas as partes comestíveis e aproveitáveis embalg. 01 kg	KG	20,00	0,0000	11,00	220,00

**Total do Fornecedor: 59.887,50****Total Geral: 59.887,50**

Ipumirim, 17 de Abril de 2015.

-----  
Valdir Zanella  
PREFEITO MUNICIPAL

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL Nº 4, DL Nº 3-2015/FMS**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 3/2015 - DL</b>  <b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação:</b> 4/2015 <b>Data do Processo:</b> 17/04/2015
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Gestor Do Fundo Municipal De Saude, JACIR LIRIO BONISSONI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 4/2015  
b ) Licitação Nr.: 3/2015-DL  
c ) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Obras e Serv. Engenharia  
d ) Data Homologação: 17/04/2015  
e ) Objeto da Licitação: contratação de empresa para prestação de serviço, ( material + mão de obra,) para reforma predio da Unidade Basica de Saúde.

f ) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

	Unid.	Quantidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------------	------------	----------------	---------------

**ABREU E ABREU SERVIÇOS EIRELI-ME (7361)**

1 prestação de serviço, ( material + mão de obra) reforma infiltração de agua nas paredes parte superior, vedação de janelas, pintar paredes, tirar e recolocar climatizadores e aberturas, da unidade basica de saúde.	SER	1,00	0,0000	7.700,00	7.700,00
---	-----	------	--------	----------	----------

**Total do Fornecedor: 7.700,00**

**Total Geral: 7.700,00**

Ipumirim, 17 de Abril de 2015.

-----  
JACIR LIRIO BONISSONI  
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

## PL 5 DISPENSA DE LICITAÇÃO 2-EXAMES DE MAMOGRAFIA/FMS

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 5/2015

JACIR LIRIO BONISSONI - GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE torna público para conhecimento dos interessados que está realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso II, cujo objeto é: contratação de Profissional, para prestar serviços de atendimento de exames de mamografia, amparado no disposto do Art. 24 inciso II da Lei 8.666/93. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e Município de Ipumirim - SC, telefone (0XX49) 3438-1111, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 17/04/2015

JACIR LIRIO BONISSONI

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

## PORTARIA Nº. 247/2015 DE 20 DE ABRIL DE 2015.

CONCEDE FERIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A FILIPE STECHINSKI, matrícula 1999-2, férias de 20 dias, relativas ao período aquisitivo de 14/05/2013 a 13/05/2014 e gozo de 20/04/2015 a 09/05/2015 .

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 20/04/2015.

Ipumirim - SC, 20 de abril de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

## PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 30/2015,INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 4/2015/PM

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 4/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 30/2015

VALDIR ZANELLA - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que está realizando INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso CAPUT, cujo objeto: é aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar, Conforme Lei 11.947/2009, Decreto 6319/2007 e FNDE/CD 038/2009,objetivando a composição da merenda escolar destinada aos alunos da Rede Municipal de Ensino, conforme Edital de Chamamento Público nº 02/2015. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e

Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (0XX49) 3438-1111, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 17/04/2015

Valdir Zanella

PREFEITO MUNICIPAL

## PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 31/2015,PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2015/PM

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 31/2015

VALDIR ZANELLA - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, REGISTRO DE PREÇOS através de Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 08:45:00 horas do dia 07/05/2015, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 07/05/2015. Objeto da licitação: Aquisição de material de expediente, destinado as atividades da Secretaria de Administração e demais Órgãos da Administração Pública, com entrega parcelada e de acordo com as necessidades. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico [www.ipumirim.sc.gov.br](http://www.ipumirim.sc.gov.br), (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (049) 3438-3400, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 20/04/2015

VALDIR ZANELLA

PREFEITO MUNICIPAL

## PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 4/2015,DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 3/2015/FMS

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 3/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 4/2015

JACIR LIRIO BONISSONI - GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE torna público para conhecimento dos interessados que está realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso II, cujo objeto é: contratação de empresa para prestação de serviço,( material + mão de obra,) para reforma prédio da Unidade Básica de Saúde. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (0XX49) 3438-1111, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 17/04/2015

JACIR LIRIO BONISSONI

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

# Irineópolis

## PREFEITURA

### CONVÊNIO Nº 06/2015

CONVÊNIO N.º 06/2015.

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS E A ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE LEITE DE IRINEÓPOLIS.

O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa sito à Rua Paraná, 200 - Centro, Irineópolis - SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.558/0001-05, representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. JULIANO POZZI PEREIRA, portador do CPF n.º 455.173.049-15, RG n.º 23ªR 827.405-SSP-SC, residente e domiciliado à Rua Caetano Valões, nº 22 - Centro, Irineópolis - SC, doravante denominado simplesmente de CONCEDENTE, e a ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE LEITE DE IRINEÓPOLIS, com sede na localidade de Vila Nova do Timbó, inscrita no CNPJ nº 11.556.122/0001-85, neste ato representada por seu Presidente, Senhor Edirlei João Hoíça, inscrito no CPF nº 030.757.519-52, RG nº 3.991.189 - SSP/SC, doravante denominado simplesmente de CONVENENTE, firmam o presente Convênio, em 05 (cinco) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas e com supervisão da Assessoria Jurídica da Prefeitura, comprometendo-se a atender os seguintes quesitos:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Convênio, a transferência de recursos financeiros, através de repasse auxílio financeiro para fins de cooperação técnica, do CONCEDENTE ao CONVENENTE, objetivando:

- I - Disponibilização de serviços, insumos e equipamentos a grupos organizados através da cessão de uso, comodato ou parcerias;
- II - Capacitação dos produtores e técnicos envolvidos no Programa;
- III - Melhoramento animal através de ações que viabilizem o uso de inseminação artificial e demais tecnologias;
- IV - Incentivo a pecuária leiteira a pasto;
- V - Transporte para visitas técnicas e capacitações fora do Município de Irineópolis;
- VI - Orientação técnica e assistência médico-veterinária.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

O CONCEDENTE repassará à CONVENENTE, o valor total de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) correndo as despesas à conta da seguinte Dotação Orçamentária 3.3.90.00.00.00.00.0100 - Aplicações Diretas, do orçamento em vigor.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

As ações a serem implementadas em decorrência do presente instrumento terão por finalidade constituir as seguintes obrigações:

##### I - DA CONCEDENTE

- a) Promover o repasse dos recursos financeiros;
- b) Fixar e dar ciência aos executores dos Procedimentos Técnicos e Operacionais que regem a execução dos serviços, programas e projetos;
- c) Acompanhar, orientar, supervisionar, assessorar e avaliar a execução dos serviços, programas e projetos de forma articulada;
- d) Receber os Relatórios e as Prestações de Contas da Entidade e promover o seu encaminhamento conforme estabelecem as determinações de ordem legal.

##### II - DO CONVENENTE:

- a) A não observância na correta aplicação de recursos recebidos,

implicará na rescisão deste Termo e na consequente devolução dos valores aplicados incorretamente;

b) Responsabilizar-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, dentro dos prazos previstos, efetuando a respectiva Prestação de Contas, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias do recebimento do valor, conforme prejulgado 1843 TCE/SC.

c) Movimentar os recursos através de conta corrente específica junto à uma instituição bancária, devidamente identificada dentro do programa;

d) Manter atualizado o cadastro dos atendimentos efetuados, bem como, prontuários e relatórios;

e) Permitir à qualquer tempo, a fiscalização das ações, pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR, bem como da Secretaria Municipal de Agricultura.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente Convênio será até 31/12/2015.

PARÁGRAFO ÚNICO - O convênio a ser firmado pode ainda ser alterado ou rescindido, a qualquer tempo, por mútuo acordo entre as partes, mediante a assinatura de Termo Aditivo ou Termo de Rescisão.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES

A ocorrência de irregularidades que impliquem descumprimento de quaisquer cláusulas deste convênio poderá acarretar a sua rescisão imediata, incluindo a suspensão de repasse de recursos financeiros pelo CONCEDENTE, ou suspensão do atendimento pela CONVENENTE.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser rescindido com aviso prévio de 30 (trinta) dias, por inadimplência, caso o CONCEDENTE não repasse o valor acordado no prazo determinado.

§ 1º - Ocorrendo a inadimplência por parte do CONCEDENTE, aguardar-se-á pelo prazo 30 (trinta) dias para que o mesmo efetue o repasse devido. Expirado esse prazo e não ocorrido o pagamento, serão interrompidos os atendimentos até que se salde o débito.

§ 2º - Poderá também, haver rescisão do presente Convênio em decorrência da aplicação das penalidades previstas na Cláusula anterior, ou ainda, por mútuo consenso das partes à qualquer época.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - Da transmissão de documentos

A troca eventual de documentos e cartas entre o CONCEDENTE e a CONVENENTE, será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos ou cartas.

#### CLÁUSULA OITAVA - Da publicidade

Uma vez firmado, o presente Convênio terá seu extrato publicado no Órgão de Imprensa oficial do Município, pelo CONCEDENTE, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, Parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA NONA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União/SC para dirimir as questões decorrentes da execução do presente termo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja. E, por estarem justos e acordados, assinam o presente em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Irineópolis, 04 de Março de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA Prefeito Municipal	EDIRLEI JOÃO HOIÇA Presidente da Associação dos Produtores de Leite de Irineópolis
Testemunhas	
Nome: Andressa Bendlin CPF 077.840.849-35	Nome: Patricia Fabiane Fronczak CPF 037.425.669-11

#### **EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2015 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 10/2015  
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis  
Contratada: MC Surgical Produtos Médico Hospitalares Ltda - EPP.  
Objeto: Aquisição de medicamentos, para uso e manutenção das atividades desenvolvidas no fundo municipal de saúde, para o período de 01(um) ano, com entrega parcelada.  
Valor: R\$ 6.000,00 (seis mil reais)  
Vigência - 07/04/2015 a 06/04/2016  
Base Legal - Processo Licitatório nº 02/2015 - Pregão Presencial nº. 01/2015  
Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

Giseli Kempinski  
Gestora do FMS

#### **EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2015 FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 11/2015  
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis  
Contratada: Promefarma Representações Comerciais Ltda .  
Objeto: Aquisição de medicamentos, para uso e manutenção das atividades desenvolvidas no fundo municipal de saúde, para o período de 01(um) ano, com entrega parcelada.  
Valor: R\$ 55.326,50 (cinquenta e cinco mil trezentos e vinte e seis reais e cinquenta centavos)  
Vigência - 07/04/2015 a 06/04/2016  
Base Legal - Processo Licitatório nº 02/2015 - Pregão Presencial nº. 01/2015  
Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

Giseli Kempinski  
Gestora do FMS

#### **EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 02/2015 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 02/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2015  
Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação das empresas: MC Surgical Produtos Médico Hospitalares Ltda - EPP e Promefarma Representações Comerciais Ltda.

Irineópolis, 07 de abril de 2015.  
Juliano Pozzi Pereira  
Prefeito Municipal

#### **EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2015 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 05/2015  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 03/2015 - REGISTRO DE PREÇOS  
O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 06 de maio de 2015, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial, para Registro de Preços, com critério de adjudicação Menor Preço por item de acordo com a Lei n.º 10.520/02 e nº 8.666/93, visando a "Aquisição de materiais diversos destinados a manutenção da Unidade Sanitária, Postos de Saúde e Samu, para o período de 12 meses, com entrega parcelada". O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 as 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111 e no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br).

Irineópolis, 16 de abril de 2015.  
GISELI KEMPINSKI  
Gestora do F.M.S.

#### **EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 20/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 20/2015  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 11/2015

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 05 de maio de 2015, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, com critério de adjudicação Menor Preço por item de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a aquisição de recargas de toners e toners compatíveis para a secretaria da educação e escolas da rede municipal para o ensino fundamental e ensino infantil. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 as 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br).

Irineópolis, 16 de abril de 2015.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

**PORTARIA N º 140/2015**

PORTARIA N º. 140/2015.

DELEGA COMPETÊNCIA PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão Juliano Pozzi Pereira, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal, e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n º 007/2001 de 15/10/2001,

**RESOLVE:**

Art. 1º DELEGAR a servidora pública efetiva LEIDE DAIANA BAY, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, portadora da CNH Registro nº 061774418136 categoria AB, COMPETÊNCIA PARA DIRIGIR os veículos de uso da Secretaria Municipal da Saúde de Irineópolis, quando no desempenho de atividades inerentes ao seu cargo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 17 de Abril de 2015.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

## Itaiópolis

### PREFEITURA

#### EXTRATO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 42/2014

Nº ADITIVO: 3º

Nº CONTRATO: 42/2014

CONTRATANTE: Município de Itaiópolis

CONTRATADA: Betha Sistemas Ltda.

OBJETO: reajuste de valores pactuados em 3,1451%, pelo índice acumulado no período. Acréscimo de usuário no Sistema Tributação, passando de 03 (três) já existentes para 04 (quatro). O valor da locação de R\$ 1.418,25 passa para 1.891,00. Itaiópolis, 10/04/2015 José Heraldo Schritke Prefeito Municipal

#### PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2015

O Município de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO, que estarão abertas as inscrições para o Processo Seletivo Simplificado nº 04/2015, destinado ao preenchimento de vaga em caráter temporário e excepcional interesse público para ENGENHEIRO CIVIL. As inscrições são gratuitas e serão realizadas a partir do dia 20 de abril de 2015 até o dia 30 de abril de 2015, no horário das 13h30min às 16h30min, junto ao Departamento de Pessoal, na Prefeitura Municipal de Itaiópolis/SC. O edital completo e outras informações estão site <http://www.itaioptolis.sc.gov.br>. Itaiópolis, 13/04/2015 José Heraldo Schritke Prefeito Municipal

### FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato do Segundo Termo Aditivo referente ao contrato de Prestação de serviços nº 02/2014. Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Itaiópolis/SC. Contratada: Freygang e Freygang Ltda - ME. CLÁUSULA PRIMEIRA - Fica alterado o limite financeiro de R\$ 10.930,79 (Dez mil e novecentos e trinta reais e setenta e nove centavos) para R\$ 14.319,54 (Quatorze mil e trezentos e dezenove reais e cinquenta e quatro centavos) mensal. Em conformidade com a Cláusula Primeira - Parágrafo segundo do contrato. 17/04/2015. Eliseu Alexandre Gabardo - Secretário Municipal da Saúde.

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato do Segundo Termo Aditivo referente ao contrato de Prestação de serviços nº 03/2014. Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Itaiópolis/SC. Contratada: Riolab Laboratório de Análises Clínicas Ltda - EPP. CLÁUSULA PRIMEIRA - Fica alterado o limite financeiro de R\$ 10.930,79 (Dez mil e novecentos e trinta reais e setenta e nove centavos) para R\$ 14.319,54 (Quatorze mil e trezentos e dezenove reais e cinquenta e quatro centavos) mensal. Em conformidade com a Cláusula Primeira - Parágrafo segundo do contrato. 17/04/2015. Eliseu Alexandre Gabardo - Secretário Municipal da Saúde.

## Itapiranga

### PREFEITURA

#### EXTRATO DE CONTRATO PREFEITURA Nº 054/2015 - ERRATA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - EXTRATOS CONTRATOS - PREFEITURA

Errata da Edição do dia 02/04/2015:

EXTRATO DO CONTRATO Nº 054/2015

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 106/2012

PARTES: Município de Itapiranga e Gaia Rodovias Ltda.

ORIGEM: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 076/2012.

Onde se lê:

OBJETO: Em virtude da necessidade de adequação de diversos serviços e de conformidade com a planilha de demonstrativo de aditivo contratual e o projeto "AS BUILT", adita o contrato para execução, em regime de empreitada global, dos serviços para implantação de passeio público na ITG 070, conforme contrato de repasse nº 0330536-48/2010 com o Ministério das Cidades/Caixa, em R\$ 25.246,98 (Vinte e cinco mil e duzentos e quarenta e seis reais e noventa e oito centavos).

VALOR: 25.246,98

Leia-se:

OBJETO: Em virtude da necessidade de adequação de diversos serviços e de conformidade com a planilha de demonstrativo de aditivo contratual e o projeto "AS BUILT", adita o contrato para execução, em regime de empreitada global, dos serviços para implantação de passeio público na ITG 070, conforme contrato de repasse nº 0330536-48/2010 com o Ministério das Cidades/Caixa, em R\$ 25.247,01 (Vinte e cinco mil e duzentos e quarenta e seis reais e noventa e oito centavos).

VALOR: 25.247,01

VIGÊNCIA: 31 de maio de 2015

Itapiranga - SC. 03 de março de 2015.

Milton Simon - Prefeito Municipal

#### PREGAO 15/2015 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2015

O Município de Itapiranga - SC., através do Fundo Municipal da Saúde, torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial nº 15/2015, cujo objeto é a contratação de seguros de veículos, a disposição do Fundo Municipal de Saúde. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 05 de maio de 2015. Maiores informações podem ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou pelo site: [www.itapiranga.sc.gov.br](http://www.itapiranga.sc.gov.br).

Itapiranga - SC., 17 de abril de 2015.

Luis Carlos Steffenon

Administrador de FMS

# Itapoá

## PREFEITURA

### ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2015 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2015, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2015 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Ao décimo sétimo dia do mês de abril de 2015, a partir das 09:30 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) do Município, o(a) Sr(a). ISABELA RAICIK DUTRA POHL e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros, JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA, SANDRA REGINA FERNANDES DA SILVA, MARIA APARECIDA ROCHA DE JESUS, nomeados pelo(a) Decreto nº 2438/2015, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 20/2015, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO DA SECRETARIA DE SAÚDE, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (PSF), PRONTO ATENDIMENTO 24HRS, CENTRO DE REABILITAÇÃO, CENTRO DE BEM ESTAR ANIMAL E O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO V E VI DO EDITAL. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participantes	
Empresa	Representante
COMERCIAL MULTVILLE LTDA ME	SILVIO CRISPIM
DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA EPP	ARILSON JOSE ALVES
M. MOBILE EIRELI - EPP	MILTON LUIZ PSCHIEDT

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas todas as propostas foi visto que a empresa M. MOBILE EIRELI - EPP descumpru a alínea "c" do item 6.2.1. do edital, visto que apresentou apenas a apresentação da autorização de funcionamento ☐ AFE, sem o registro dos produtos, portanto considerada DESCLASSIFICADA para dar lances nos seguintes itens: 1, 2.1, 2.2, 11.1, 11.2, 11.3, 11.4, 13.1, 13.2, 13.3, 18, 19.1, 19.2, 21, 23, 34.1, 34.2, 35 e 37. A empresa DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA EPP apresentou os lotes 11 e 19 e os itens 18 e 35 sem o registro do produto, portanto foi considerada DESCLASSIFICADA nestes itens. A empresa COMERCIAL MULTVILLE LTDA ME foi achada conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos. Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de documentação das empresas ofertantes dos menores preços, para

verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital. Todas as empresas demonstraram atender as exigências editalícias, sendo habilitadas para este certame. Verificando vencedora(s) portanto, a(s) empresa(s) citada(s) abaixo:

Empresas Ganhadoras	Valor Total
COMERCIAL MULTVILLE LTDA ME	R\$ 150.136,00
DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA EPP	R\$ 51.760,00
M. MOBILE EIRELI - EPP	R\$ 61.112,00

Finalizada a etapa competitiva e habilitadas a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 17 de abril de 2015.

ISABELA RAICIK DUTRA POHL	
Pregoeira	
MARIA APARECIDA ROCHA DE JESUS Membro	JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA Membro
COMERCIAL MULTVILLE LTDA ME SILVIO CRISPIM	SANDRA REGINA FERNANDES DA SILVA Membro
M. MOBILE EIRELI - EPP MILTON LUIZ PSCHIEDT	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA EPP ARILSON JOSE ALVES

### CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº27/2015 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITAPOÁ E A ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ITAPOÁ.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº27/2015 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ e a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ITAPOÁ.

Por este instrumento particular de CONTRATO DE COMODATO, que entre si fazem e assinam; de um lado a ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ITAPOÁ, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.019.753/0001-08, estabelecida na Rua Avenida Brasil, nº631, CEP: 89.249-000, em Itapoá/SC, de ora em diante denominado COMODANTE e, neste ato representado pelo presidente Sr. PEDRO SÉRGIO DE OLIVEIRA, inscrito no CNPJ/MF: 327.181.879-72 e portador da CI.RG nº 2.132.466 SSP/PR, de outro lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michel Borges n.º 201, neste Município, através da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,

neste ato representado pela Secretária de Educação, a Sra. TEREZINHA FÁVARO SILVEIRA, portadora do RG nº 2090978 SSP/PR e do CNPF/MF nº 355.669.909-59 e pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado na Estrada José Alves, nesta cidade, de ora em diante denominado COMODATÁRIO; têm justos e acordados o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA:

O COMODANTE, na qualidade de legítimo possuidor do imóvel, conforme contrato de arrendamento com a IGG Administração e Comercialização de Bens Móveis e Imóveis Ltda, localizado na Av. Brasil, nº 631, no município de Itapoá/SC, cede ao ente público as instalações do referido imóvel, contendo campo de futebol, espaço para voleibol, camping, banheiros, quiosques e sede coberta, sob o regime de comodato, em caráter gratuito e para utilização exclusiva com a finalidade de atendimento aos alunos da Escola Municipal Frei Valentim, no contra turno escolar, em atividades de ampliação de jornada.

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, o COMODANTE declara que possui, é arrendatário, e entrega o bem acima descrito livre e desimpedido, sem quaisquer ônus, penhoras ou gravames de qualquer natureza.

#### CLÁUSULA TERCEIRA:

O COMODATÁRIO poderá utilizar o bem objeto deste instrumento somente para as finalidades expressas na cláusula primeira, por 2 (dois) dias na semana às terças e quintas, no horário compreendido entre 08h:00min às 11h:00min e das 13h:00min às 17h:00 min, período pelo qual, o Município, por meio da Secretaria da Educação, estará responsável pelo imóvel, sendo expressamente vedada a utilização e destinação para outros fins alheios a esse pacto. Poderá igualmente o COMODATÁRIO efetuar melhorias no imóvel, não podendo ceder, alienar, vender penhorar, gravar, hipotecar ou emprestar o bem a quem quer que seja e a qualquer título. Um dos quiosques poderá ser utilizado diariamente, na vigência deste contrato, para armazenamento de materiais, pranchas, bolas, redes e demais mais equipamentos que possam fazer parte do programa.

#### CLAÚSULA QUARTA:

O COMODATÁRIO obriga-se a utilizar o imóvel exclusivamente para o fim a que se destina, comprometendo-se a mantê-lo limpo e em perfeito estado de conservação, sendo que em contrapartida, pela cessão do imóvel descrito, o município, através da Secretaria de Educação, compromete-se à:

- Realizar a limpeza e manutenção do imóvel ao final da jornada diária de atividades.
- Realização de eventuais manutenções e benfeitorias, que sejam necessárias à consecução das atividades propostas pela Secretaria de Educação no ambiente compreendido por este instrumento;
- Realização de roçada de toda a área do imóvel, pelo menos, uma vez, por mês.
- Efetuar o pagamento de energia elétrica água potável, que sejam necessárias.

Assume ainda, o COMODATÁRIO, a inteira responsabilidade civil e criminal, pessoal e material, em qualquer esfera, da utilização do mesmo contra terceiros, zelando igualmente por sua guarda e vigilância em nome do COMODANTE, até a rescisão deste instrumento.

#### CLÁUSULA QUINTA:

Para a realização de benfeitorias de caráter permanente, fica o comodatário obrigado a notificar o COMODANTE, a fim de que este se manifeste acerca da aceitação ou não de tal benfeitoria, sob pena de ter de levantar tais benfeitorias ao término deste pacto.

#### CLÁUSULA SEXTA:

O presente contrato terá vigência pelo período de 13 de abril de 2015 à 31 de novembro de 2015, podendo ser rescindido antes do referido prazo a qualquer tempo, unilateralmente por qualquer uma das partes, mediante prévio e formal aviso de 60 (sessenta) dias.

#### CLÁUSULA SÉTIMA:

O descumprimento de quaisquer das cláusulas deste instrumento, permitirá à parte lesada, o ressarcimento de perdas e danos na forma da lei.

#### CLÁUSULA OITAVA:

As despesas oriundas do presente contrato serão suportadas pela seguinte dotação orçamentária:

Descrição	Cód.	Órgão	Unid.	Função	Subfunção	Programa	Proj/Ativ.	FR	Subelemento
Educação	334	13	01	12	361	021	2090	10100	33903944
Educação	334	13	01	12	361	021	2090	10100	33903943

#### CLÁUSULA NONA:

Findo o prazo estabelecido neste instrumento, fica o comodatário obrigado a devolver o imóvel nas condições em que foram entregues.

#### CLÁUSULA DÉCIMA:

Para qualquer ação judicial que se originar deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Itapoá/SC, renunciando as partes a qualquer outro, mesmo que mais privilegiado.

Assim, por estarem acordadas e ajustadas as partes, assinam o presente termo 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam os efeitos legais e jurídicos, na presença e em conjunto com 2 (duas) testemunhas.

Itapoá/SC, 08 de abril de 2015.

COMODATO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR	COMODANTE ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ITAPOÁ
TEREZINHA FÁVARO SILVEIRA MUNICÍPIO DE ITAPOÁ SECRETARIO DE EDUCAÇÃO	
Testemunhas:	
NOME:	NOME:
CNPJ/MF:	CNPJ/MF:

## ERRATA DE PRORROGAÇÃO DO PREGÃO Nº 22-2015

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

TERMO DE PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO PÚBLICA

DE ABERTURA DE ENVELOPES DE DOCUMENTOS E PROPOSTAS - DATA: 20 de abril de 2015 - Horário de entrega de envelopes até: 09h:00m e abertura de sessão pública às 09h:30m.

LICITAÇÃO/MODALIDADE: PREGÃO Nº 22/2015 - PROCESSO Nº 38/2015 - OBJETO: Aquisição de gêneros de alimentação para uso do Abrigo Provisório, Benefício Eventual e para Secretaria Municipal (em reuniões e eventos), conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.

AVISO DE PRORROGAÇÃO

O Município de Itapoá que a licitação que se faria realizar na data e horário acima citados vem alterar o edital de licitação com a finalidade de PRORROGAR a DATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE ENVELOPES E PROPOSTAS para o dia 24/04/2015 mantendo-se os mesmos horários: até 09h:00m para recebimento de envelopes dos possíveis interessados em participar do certame, e às 09h:30m a Sessão Pública de abertura de envelopes.

Ficam ratificadas todas as demais condições estabelecidas no Edital.

Itapoá, 17 de abril de 2015.  
ISABELA RAICIK DUTRA POHL  
PREGOEIRA

## EXTRATO DO EDITAL CONVITE Nº04/15-PROCESSO Nº40/15

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

Preâmbulo (art. 40, caput)

O Município de Itapoá-SC torna público que fará realizar no dia 30/04/2015 às 09h:30m, a Sessão Pública de abertura de envelopes de habilitação e propostas, e até as 09h:00m estará recebendo envelopes dos possíveis interessados em participar do certame em epigrafe, o que ocorrerá em sua sede administrativa, sita à Rua Mariana Michels Borges (960), n.º 201, Licitação na modalidade CONVITE Nº 04/2015 - PROCESSO Nº 40/2015, para a Contratação de empresa para Aquisição de 900 m3 de oxigênio a serem recarregados em cilindro de oxigênio "PP", "WMED", "G", e "K", para uso no Pronto Atendimento 24 horas, conforme especificações constantes no anexo I do edital. O Edital contendo especificações poderá ser retirado no site [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br), e ou na sede da Prefeitura na Secretaria de Administração e Finanças/ Licitações e Contratos entre o horário das 08h00minh às 14h00minh.

Itapoá, 17 de abril de 2015.  
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR  
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC  
PREFEITO MUNICIPAL

CRISTIAN ANGELO GRASSI  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

# **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: EDITAL DE PROCESSO SELETIVO DE ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO/VAGAS REMANESCENTES N.º 23/2015.**

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO DE ADMITIDOS EM CARÁTER TEMPORÁRIO/VAGAS REMANESCENTES N.º 23/2015.

Terezinha Fávoro da Silveira, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais e considerando o artigo 36 da Lei Municipal N.º 075/01 de 24 de dezembro de 2001 torna público pelo presente Edital às normas do procedimento que nortearão o Edital de processo seletivo de admitidos em caráter temporário/vaga remanescente do Edital 42/2014 para complementação do quadro de Professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, em um período compreendido entre 24/04/2015 a 18/12/2015 ou até o preenchimento da vaga por concurso público.

## **1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1 - O presente Processo Seletivo Simplificado destina-se a selecionar candidatos para contratação, em caráter temporário, para complementação do quadro de profissionais que atuarão na escola de Ensino Fundamental, por período determinado ou até o preenchimento da vaga por concurso público.

1.2 - Os candidatos deverão atender as atribuições contidas na Lei 075/01 nos anexos II e III;

1.3 - As exigências para o desempenho das atribuições são: a) ter aptidão física e mental comprovada em avaliação realizada pelo médico do trabalho indicado pelo setor de Recursos Humanos; b) ter disponibilidade para trabalhar nos horários e locais informados pela Secretaria Municipal de Educação;

1.4 - O contratado fará jus ao vale transporte para deslocar-se ao trabalho, desde que comprove a necessidade com comprovante de residência;

1.5 - O contratado fará jus a auxílio alimentação, férias e 13º salários proporcionais;

1.6 - A relação contratual decorrente deste Edital tem natureza administrativa, vinculando-se o mesmo ao regime geral de previdência social, ficando o contratado obrigado a cumprir as normas disciplinares constantes do Regulamento do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Municipal e Leis Municipais nº 075/2001; 155/2003 e 044/2014.

1.7 - Os contratados, durante a prestação de serviço temporário, serão avaliados continuamente, observados os seguintes fatores: assiduidade, cumprimento com prazos e produtividade. Caso seu aproveitamento não seja satisfatório, o contrato poderá ser rescindido, com aviso antecipado de 30 dias conforme Lei Complementar Municipal nº 16/2007.

## **2. DAS INSCRIÇÕES:**

2.1 - As inscrições para entrega de currículo será dia 20 de abril de 2015. Local: Secretaria Municipal de Educação, na Rua Mariana Michels Borges, n.º 201 - Itapema do Norte, em Itapoá.  
Horário: das 8h00min às 13h30min.

## **3. QUADRO DE VAGAS:**

Vagas	Área	CH
1	INGLÊS	40h

3.1 - Os candidatos classificados no presente processo seletivo e que momentaneamente não houver disponibilidade de vaga, aguardarão a consequente abertura das vagas e o respectivo (chamamento) ou (contato) na época própria por e-mail e/ou telefone.

## **4. DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO:**

4.1 - Para inscrever-se é necessário apresentar o currículo constando escolaridade, experiência profissional, cursos de aperfeiçoamento na área (se houver), com nome, endereço, telefone e e-mail completo.

4.2 - A classificação ocorrerá com base nas informações do currículo apresentado, tendo como base a formação de acordo com a área pretendida.

4.3 - A classificação será publicada dia 22 de abril de 2015 às 12hs.

4.4 - Não havendo currículos para classificação e publicação na respectiva data citada, a mesma classificação poderá ser publicada posteriormente, num prazo de cinco dias.

## **5. CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO (no ato da contratação, entregue ao RH).**

1- Cédula de Identidade (RG)

2- Cadastro de Pessoa Física (CPF)

3- Título de Eleitor

4- Certidão de Quitação Eleitoral (internet)

5- Certidão de nascimento ou casamento

6- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep (contendo número, série e data de emissão)

7- Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação

8- Uma foto recente

9- Comprovante de residência

10- Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo.

11- Certidão de Antecedentes Criminais (emitido pelo Fórum de Itapoá/SC)

12- Certidão de Nascimento dos Filhos

13- Certidão de Regularização do CPF (internet)

14- Declaração de bens e ou IRRF (prefeitura fornece)

15- Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece)

16- Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação amparada pela constituição (Termo de Responsabilidade)

17- Declaração de dependentes para Imposto de Renda (Prefeitura fornece)

18- Tipagem sanguínea

19- Laudo médico

20- Conta corrente na Caixa Econômica Federal Itapoá. Nº:

21- Comprovante de quitação militar.

## **6 - DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

5.1 - A inscrição deverá ser realizada com a entrega de currículo na Secretaria Municipal de Educação, na Rua Mariana Michels Borges nº 201, Itapema do Norte, Itapoá;

5.2 - O pedido de inscrição do candidato importará no conhecimento do presente Edital e valerá como aceitação tácita das normas do processo seletivo;

5.3- Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão da Secretaria Municipal de Educação.

Itapoá, 17 de abril de 2015.

Terezinha Fávoro da Silveira

Secretaria de Educação

**TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO Nº 28/2015**

TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO Nº 28/2015 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 31/2014. (4º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges nº 960, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário de Saúde, o Sr. CRISTIAN ANGELO GRASSI, inscrita no CNPF/MF nº: 758.746.019-53 e portador do CI.RG. nº 289553-07, e pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do RG nº 873994 SSP/PR e CNPF/MF nº 230944279-87, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, e, de outro lado a Empresa MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA ME, com sede á Av. Paraná, nº 70, Bairro: Barra do Saí, na cidade de Itapoá/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.263.284/0001-09, e Inscrição Estadual: Isento, representada neste ato por sócio, o Sr. OSMAR MEYER RIBEIRO, portador do CNPF/MF nº 384.576.529-15, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo de supressão á Contratação de empresa de construção civil com mão de obra especializada e fornecimento de materiais para a reforma da Unidade Básica de Saúde da Família, da Barra do Saí, compreendendo 221,34m², conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital, em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇO Nº 04/2014 - PROCESSO Nº 43/2014, e com a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94 e Lei 9.648/98 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

O presente termo suprime do objeto da licitação os seguintes itens:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT	CUSTO UNITÁ- RIO	BDI	PREÇO UNITÁ- RIO	PREÇO DO SER- VIÇO
5.7	Peitoril em granito (largura:20 cm/ espessura: 2 cm	m	19,30	R\$ 48,08	20%	R\$ 57,70	R\$ 1.113,53
14.1	Portão para pedestres	m	2,25	R\$ 141,97	20%	R\$ 170,36	R\$ 383,32

**CLÁUSULA SEGUNDA: DO PREÇO**

Altera cláusula quinta "Do Preço", suprimindo o valor de R\$ 1.496,85 (um mil quatrocentos e noventa e seis reais e oitenta e cinco centavos), que corresponde á 0,49% do objeto da licitação.

**CLÁUSULA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 31/2014, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 31/2014, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 17 de abril de 2015.

CONTRATANTE MUNICIPIO DE ITAPOÁ SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL	CONTRATADA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA-ME OSMAR MEYER RIBEIRO
CONTRATANTE CRISTIAN ANGELO GRASSI SECRETÁRIO DE SAÚDE  Testemunhas:  Nome: CNPF/MF:	      Nome: CNPF/MF:

**TERMO ADITIVO N.º 24/2015 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 47/2014. (3º ADITIVO).**

TERMO ADITIVO N.º 24/2015 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 47/2014. (3º aditivo).

Pelo presente instrumento contratual que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges, n.º 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário de Municipal de Saúde, Sr. CRISTIAN ANGELO GRASSI, portador do CNPF/MF sob o nº 758.746.019-53 e CI.RG sob o nº 289553-07, e pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, portador do CNPF/MF sob o nº 230.944.279-87 e CI.RG sob o nº 8.739.943 SSP/PR, residente e domiciliado à Estrada Jaguaruna, s/nº, neste Município de Itapoá/SC, e do outro lado LUCIE KRUGER DE MOURA, brasileira, viúva, portadora do CNPF/MF sob o nº 001.373.959-06 e CI.RG sob o nº 1.178.968/SSP-PR, residente e domiciliada à Rua Fernando Magalhães, nº 348, na localidade de Barra do Saí, nesta cidade de Itapoá/SC, doravante denominada CONTRATADA (LOCADOR), que em caráter consensual, e em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 10/2014 - PROCESSO Nº 66/2014, Art. 24 inciso X da Lei 8.666/93, com as especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO**

O presente termo prorroga a vigência do contrato administrativo n.º 47/2014, em 02 (dois) meses contados a partir do dia 20/04/2015 a 20/06/2015, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

Altera cláusula quarta "Do Preço", aditando o respectivo contrato em um valor de R\$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais) corresponde a 02 (duas) parcelas de R\$ 800,00 (oitocentos reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de n.º 47/2014, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo n.º 47/2014, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 10 de abril de 2015.

LOCATÁRIO	LOCADORA
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ	LUCIE KRUGER DE MOURA
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL	
CRISTIAN ANGELO GRASSI SECRETÁRIO DE SAÚDE	
TESTEMUNHAS:	
NOME:	NOME:
CPF:	CPF:

**CÂMARA MUNICIPAL****CONTRATO 02/2015 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA PATRIMONIAL PRIVADA.**

TERMO DE CONTRATO 02/2015

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA PATRIMONIAL PRIVADA.

Contrato que celebram o Município de Itapoá-SC, através do Poder Legislativo e Escudo Garra Serviços de Monitoramento para prestação de serviços de instalação e monitoramento remoto de equipamento eletrônico de alarme na sede da Câmara de Vereadores de Itapoá/SC.

O Município de ITAPOÁ-SC, pessoa jurídica de direito público interno, através do PODER LEGISLATIVO, com sede na rua André Rodrigues de Freitas, 719, Itapema do Norte, portador do CNPJ nº 00.484.829/0001-07, neste ato representado pelo PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPOÁ, Sr. DANIEL SILVANO WEBER, residente e domiciliado a Av. Do Príncipe, 1358 - bairro Itapema do Norte, Itapoá SC, portador da cédula de identidade nº3.132.437, inscrito no CPF/MF nº854.046.169-20, infra-assinado, aqui denominado de CONTRATANTE, e do outro lado a empresa ESCUDO GARRA SERVIÇO DE MONITORAMENTO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.591.560/0001-32, com sede na Avenida Celso ramos, na cidade de Itapoá-SC, CEP-89249-000, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada por seu Sócio-Proprietário, SR. ALESSANDRO DA GRACA, casado, maior, capaz, portador da Cédula de Identidade nº 3.804.831 - , residente e domiciliado à rua Bonito lindo, n465, bairro Itapema do Norte, neste município, por este instrumento e na melhor forma de Direito e nos termos do art. 24, II, da Lei 8.666/93, têm justo e contratado o que segue:

**I - DO OBJETO**

Cláusula Primeira - O objetivo deste contrato é a prestação de serviços de INSTALAÇÃO E MONITORAMENTO REMOTO DE EQUIPAMENTO ELETRÔNICO DE ALARME, por parte da CONTRATADA ao CONTRATANTE, mediante as condições abaixo estabelecidas e especificadas nos seus respectivos anexos, que deste fazem parte integrante.

Parágrafo Único: os serviços serão prestados no endereço da CONTRATANTE, acima descrito.

Cláusula Segunda - Os serviços prestados pela contratante, restringem-se a instalação de equipamentos de alarmes e após, o monitoramento remoto do equipamento eletrônico de alarmes constantes, mediante sistema eletrônico, sendo executado o trabalho através de varredura eletrônica a distancia, por sistema próprio.

Parágrafo Primeiro: os serviços serão executados mediante a utilização de equipamentos adquiridos diretamente do nosso fornecedor, ficando a CONTRATADA apenas com, responsabilidade sobre a instalação e continuidade de funcionamento ideal.

Parágrafo Segundo: na ocorrência de violação nas dependências monitoradas, ocorre a emissão de sinais, via linha telefônica, que serão recepcionados pelo centro de operação localizado no endereço da CONTRATADA, ficando registrado a hora da ocorrência, a dependência e o local mediante convergência de cadastramento dos dados da CONTRATANTE no sistema da CONTRATADA.

Parágrafo Terceiro: os equipamentos eletrônicos, quando da instalação, ficarão dispostos do local monitorado, separados por zonas e são instalados de forma a proteger a respectiva área, porém, a CONTRATANTE deve obedecer ao seguinte:

I - As condições de equipamentos instalados não poderão ser modificadas sem a anuência da CONTRATADA, sob pena de isenção total de responsabilidade por parte desta, pois as modificações acarretam interferência no sistema, impedindo o bom

funcionamento dos equipamentos como um todo;

II - Não poderá ser disposto no local onde estejam instalados equipamentos de alarmes, móveis estantes, panos, varais, cortina ou qualquer outro objeto que possa impedir o acionamento do sistema, sendo que a ocorrência de tais fatos isentará a CONTRATANTE de eventuais prejuízos em decorrência de violações de patrimônio.

Parágrafo Quarto: como complemento do serviço de monitoramento, a CONTRATADA executará manutenção do equipamento de monitoramento, sendo que este serviço não se trata de vigilância e por ora não acarretará nenhum acréscimo financeiro ao CONTRATANTE, no entanto o mesmo poderá ser suspenso a qualquer tempo, sem prévio aviso, e sem que tal suspensão o caracterize descumprimento obrigacional, já que não é objeto do presente contrato, mas sim meio de ferramenta interna da CONTRATADA, para a consecução de suas atividades, podendo ser modificada, extinta ou substituída conforme conviver sem anuência da CONTRATANTE.

Parágrafo Quinto: a prestação de serviço hora é avançada é considerada somente uma atividade preventiva a preservação do patrimônio da CONTRATANTE, não arcando a CONTRATADA, com qualquer responsabilidade pela reparação civil, inclusive para terceiros, acerca e prejuízos que a CONTRATANTE possa sofrer em eventual ação criminosa, salvo em caso de culpa, devidamente comprovado em processo judicial.

Clausula Terceira - Em caso de corte do fornecimento da linha telefônica da CONTRATANTE, o monitoramento eletrônico será interrompido, não acionando o centro de operações da CONTRATADA, isentando de eventuais ônus em decorrência de violações.

Parágrafo Único: neste ato, a CONTRATANTE se declara ciente de que os serviços prestados pela CONTRATADA, sem distinção não tem o condão de impedir a pratica de atos delituosos nos locais monitorados, constituindo-se em atividades unicamente de meio e não de resultado, posto que restritos e destinados exclusivamente à recepção de sinais de alarme na central de monitoramento e consequentemente tomados de providencias, conforme dados cadastrais do centro de operações, serviço considerado somente de atividades acessória preventiva a preservação apenas do patrimônio coberto pelos detectores e sensores.

II - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE.

Cláusula Quarta: Pelos serviços a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 295,00 (duzentos e noventa e cinco reais) mensais e ser pago até o dia 10 do mês subsequente ao vencido. O preço do objeto deste contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários, totaliza o valor de R\$2.950,00 (dois mil novecentos e cinquenta reais).

Cláusula Quinta: O pagamento será efetuado todo dia 5 (cinco) ou dia 10 (vinte) de cada mês subsequente ao da realização de serviços, mediante da apresentação de documentos de cobranças pela CONTRATADA.

Cláusula Sexta: Em caso de eventual atraso no pagamento da fatura o seu valor será acrescido de 2% (dois por cento) de multa, juros de 1% (um por cento) ao mês, mais correção monetária apurada pelos índices de IGP-M.

Cláusula Sétima: O preço estipulado será reajustado anualmente, pelo IGP-M publicado pela Fundação Getúlio Vargas, ou por outro índice que vier a substituí-lo.

III - DO PRAZO E DA RESCISÃO

Cláusula Oitava: O presente contrato inicia no dia 04 de março de 2015, com término no dia 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado por igual período.

Cláusula Nona: A inexecução total ou parcial do presente contrato enseja sua rescisão nos termos do art. 77 da Lei 8.666/93.

IV - DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Cláusula Décima: A CONTRATADA obriga-se a prestar os serviços, através de pessoal capacitado e equipamentos adequados ao atendimento das ocorrências.

Parágrafo Primeiro: a CONTRATADA efetuará, se for o caso, manutenção corretiva, troca de senha e modificação do layout de

instalação a qualquer tempo e as expensas da CONTRATANTE, conforme solicitação e agenda mento prévio, em dias úteis e nos horários entre as 08h00min e 13h45min horas.

Parágrafo Segundo: a CONTRATANTE deverá comunicar imediatamente, qualquer ocorrência verificada nas instalações que possam interferir no sistema de alarmes, sendo que as despesas referentes ao equipamento para outro local, adequações do layout, envolvendo mão-de-obra, fios e canaletas correrão por conta da CONTRATANTE.

Cláusula Décima Primeira: A CONTRATADA compromete-se a atender as ocorrências nas dependências patrimoniais da CONTRATANTE, onde estiverem instalados os equipamentos de alarmes, a contar do momento em que o centro de operações registrarem a violação, salvo motivos de força maior, caso fortuito, corte no fornecimento do sinal celular ou pane no sistema de comunicação provocado por motivos alheios a vontade da CONTRATADA.

Parágrafo Unico: as aferições de tempo de atendimento das ocorrências serão registradas no boletim diário a serem elaborados pelo centro de operações da CONTRATADA e poderá ser apresentada a CONTRATANTE mediante formal e prévia solicitação.

V-DAS RESPONSABILIDADES:

Cláusula Décima Segunda: nas ocorrências, somente com sistema armado pela CONTRATANTE caberá a CONTRATADA o pronto atendimento previsto neste contrato como segue:

a) DISPARO ACIDENTAL - confirmado o disparo acidental pela digitação da senha para desarme a operação será abortada e nenhuma providencia será exigida da CONTRATADA.

b) ROUBO/FURTO - ocorrendo a falta da palavra chave ou senha incorreta e disparo por violação haverá atendimento a ocorrência será comunicada a policia militar e ou civil para atendimento oficial e continuidade de providencias, bem como avisará a CONTRATANTE, extinguindo-se neste ato as obrigações da CONTRATADA.

c) O atendimento das ocorrências salvo motivo de forças maior e caso fortuito, ocorrerá com registros da violação de centro de operações da CONTRATADA.

Parágrafo Unico: as mudanças inoperância do sistema da companhia telefônica, interna ou externa, têm como o corte de fornecimento de linha telefônica, por qualquer motivo, isenta ou a CONTRATADA, de eventuais responsabilidades, ônus e prejuízos decorrentes de violação de patrimônio.

Cláusula Décima Terceira: A CONTRATANTE fornecerá as normas, diretrizes e informações necessárias para que os serviços sejam desempenhados com eficiência e de acordo com as condições e peculiaridades dos locais a serem atendidos por monitoramento eletrônico. Apenas profissionais qualificados, identificados e autorizados pela CONTRATADA atuaram no imóvel, sob as seguintes condições:

- AREA EXTERNA - a CONTRATANTE deverá providenciar meio de acesso ilimitado ao imóvel sob pena de prejuízo e execução completa do atendimento.

- AREA INTERNA - o profissional atendente das ocorrências só terá acesso interno do imóvel acompanhado do CONTRATANTE ou responsável por este indicado.

Cláusula Décima Quarta: A CONTRATANTE se compromete a evitar a ocorrência e emissão dos alarmes falsos, ocasionados por disparos indevidos seja a que titulo for, incluindo-se nestas disposições, o manuseio incorreto do sistema de alarme, a falta de manutenção e limpeza, o mau fechamento de portas e janelas, existência de vegetação próxima às cercas elétricas e sensores, bem como se comprometendo a evitar qualquer tipo de obstrução física aos equipamentos e que possam prejudicar o funcionamento adequado do sistema.

Cláusula Décima Quinta: A modificação da posição dos sensores e equipamentos instalados e do layout de instalação inicial, que venha a impedir o perfeito funcionamento do sistema, sem anuência expressa da CONTRATADA, isenta a mesma de eventuais ônus decorrentes de violação do patrimônio, obrigando-se a manter expressamente atualizados os dados cadastrais fornecidos, eis que este se constitui em elementos indispensáveis para o regular

comprimento do presente ajuste e execução dos serviços contratados.

Parágrafo Único: como elemento comprovador das condições em que inicialmente são dispostos os equipamentos e qual a situação no local, acompanha o presente instrumento e como parte integral deste, o laudo de vistoria e instalação que vai assinado pelo agente da CONTRATADA e o CONTRATANTE ou seu representante devidamente indicado, que acompanha a entrega da instalação.

Cláusula Décima Sexta: A CONTRATANTE se declara ciente dos procedimentos operacionais da CONTRATADA, comprometendo-se em manter os dados cadastrais, descrição de local de instalação equipamento e forma de execução dos serviços, comunicando a CONTRATADA de forma escrita e formal, qualquer modificação, cumprindo rigorosamente as instruções recebidas neste ato, em especial, declara que foi orientada sobre os procedimentos a forma e obrigação de "armar/ativar" e "desarmar/desativar" o sistema de alarmes, sob pena de comprometimento dos serviços e não atendimento ao objetivo que se destina presente contrato.

Cláusula Décima Sétima - DOS RECURSOS PARA ATENDER ÀS DESPESAS: A despesa decorrente do presente contrato, conforme estabelece o art.17, §1º, LC nº 101/2000, está prevista no orçamento do Poder Legislativo, na ação nº 2.002 - Manutenção da Câmara de Vereadores, através do Programa 001 - Poder Legislativo, Ação 2001 - Manutenção da Câmara de Vereadores, Elemento 3339000000000000, Vínculo 1000000.

Cláusula Décima Oitava DO FORO: Para dirimir questões decorrentes deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Itapoá, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou venha a se tornar.

E por terem assim acordado, declaram aceitar todas as disposições estabelecidas no presente instrumento, comprometendo-se em bem e fielmente cumpri-las, pelo que assinam o presente junto com duas testemunhas, a fim de que o mesmo passe a produzir os efeitos de direito.

Itapoá/SC, 04 de março de 2015.  
DANIEL SILVANO WEBER  
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL  
CONTRATANTE

ALESANDRO DA GRAÇA  
ESCUDO GARRA MONITORAMENTO  
CONTRATADO

Testemunha RG nº _____ - ____/____ CPF nº _____	Testemunha RG nº _____ - ____/____ CPF nº _____
---	---

## IPESI

### PORTARIA 877/2015 - APOSENTADORIA

PORTARIA N.º 877/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Tempo de Contribuição a servidora MARIA LUCIA CORDEIRO"

A Diretora Executiva do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de ITAPOÁ - IPESI, Estado de SC, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 6º da E.C. 41/2003, combinado com o artigo 4º, inciso I, e artigo 75 da Lei Complementar Municipal nº 041/2014 de 16 de Julho de 2014 que rege a previdência municipal, Lei Municipal nº 044/2014 que dispõe sobre estatuto do servidor público do município e Lei Municipal 153/2003, que trata sobre o plano de cargo, carreira e vencimento, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de Aposentadoria Voluntária Por Tempo de Contribuição - Art.6º da E.C.41/2003 Especial - Professor a servidora MARIA LUCIA CORDEIRO, efetiva no cargo de Professor I Nível "I" Referência "F", lotado na Secretaria Municipal de Educação, com proventos integrais, totalizando o valor de R\$ 3.416,03 (três mil quatrocentos e dezesseis reais e três centavos), conforme processo administrativo do IPESI nº 2015.04.1071P, a partir de 02 de fevereiro de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a partir de 02 de fevereiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

ITAPOA - SC, 20 de abril de 2015.  
Iara Cristine de Oliveira Hoepfner  
Diretora Executiva  
Decreto Municipal 2352/2015

Homologo:  
Sérgio Ferreira de Aguiar  
Prefeito Municipal

**Ituporanga****PREFEITURA****EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 19/2015  
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO  
DE LANCHES PARA OS NOVE GRUPOS DE IDOSOS DA  
TERCEIRA IDADE NO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA.**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº19/2015

Processo: 28/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE LANCHES PARA OS NOVE GRUPOS DE IDOSOS DA TERCEIRA IDADE NO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Global. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 05 de maio de 2015 até às 09:00 horas. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 05 de maio de 2015 às 09:30 horas no setor de licitações. INICIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 08:00 às 12:00 horas e 14:00 às 17:00 horas e pelo fone (\*\*47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: [www.ituporanga.sc.gov.br](http://www.ituporanga.sc.gov.br).

Ituporanga, 22 de abril de 2015  
ARNO ALEX ZIMERMANN FILHO  
Prefeito do Município

**Jacinto Machado****PREFEITURA****DECRETO Nº. 050 DE 01 DE ABRIL DE 2015**

DECRETO Nº. 050 DE 01 DE ABRIL DE 2015.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO ABRIR CRÉDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JACINTO MACHADO DO EXERCÍCIO DE 2015.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Municipal nº. 774 de 01 de Abril de 2015.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica autorizado abrir crédito especial, inserir elemento de despesa/modalidade de aplicação, conforme abaixo discriminado, destinado ao empenhamento de pessoal, despesas correntes e de capital, não previstas na Lei Orçamentária do exercício em curso, no valor total de R\$ 153.300,00 (Cento e cinquenta e três mil e trezentos reais):

**Órgão 11: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL****Unidade 01: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL****Atividade 2.026: Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social**

Modalidade de Aplicação: 3.1.71.00.00.0080(24) - Transf. à Consórcios Públicos R\$ 69.332,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.71.00.00.0080(25) - Transf. à Consórcios Públicos R\$ 62.976,00

Modalidade de Aplicação: 4.4.71.00.00.0080(26) - Transf. à Consórcios Públicos R\$ 20.992,00

TOTAL ..... R\$ 153.300,00

Art. 2º - O recurso destinado a abertura do crédito especial de que trata o artigo anterior, correrão por conta da anulação do seguinte crédito orçamentário do exercício em curso.

**Órgão 08: ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO****Unidade 01: ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO****Atividade 2.063: Manutenção dos Encargos Gerais**

Modalidade de Aplicação: 4.6.90.00.00.0.0080(96) - Aplicações Diretas R\$ 153.300,00

TOTAL ..... R\$ 153.300,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 01 de abril de 2015.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

**DECRETO Nº. 052 DE 06 DE ABRIL DE 2015**

DECRETO Nº. 052 DE 06 DE ABRIL DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO EXERCÍCIO EM CURSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. ANTONIO JOÃO DE FÁVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Artigo 11º, I, da Lei Municipal nº. 760 de 17 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado no exercício de 2015, na importância de R\$ 78.089,00 (Setenta e oito mil e oitenta e nove reais), por conta do provável excesso de Arrecadação no exercício em curso, na seguinte dotação orçamentária abaixo discriminada:

ORGÃO: 05 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
UNIDADE: 01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO

PROJETO: 1.014 - Apar., Aquis., Veículos e Amp. de Rede Física a Educação Básica

Modalidade de Aplicação: (116) - 4.4.90.00.00.00.0101 - Aplicações Diretas R\$ 78.089,00

TOTAL .....  
..... R\$ 78.089,00

Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior, correrão por conta do provável excesso de arrecadação de Recursos Oriundos do FUNDEB no valor de R\$ 78.089,00 (Setenta e oito mil e oitenta e nove reais), da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, creditados na conta corrente 10.188-5, Agência 2.192-X do Banco do Brasil.

Parágrafo Único: A suplementação de que trata o artigo 1º deste Decreto fica condicionada e limitada à arrecadação efetiva do recurso.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 06 de abril de 2015.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

**DECRETO Nº. 053 DE 07 DE ABRIL DE 2015**

DECRETO Nº. 053 DE 07 DE ABRIL DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Artigo 11º, IV, da Lei Municipal nº. 760 de 17 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado à abertura de Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado do

exercício de 2015, na importância de R\$ 5.508,80 (Cinco mil, quinhentos e oito reais e oitenta centavos), por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2014, na dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão 05: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade 01: DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO

Projeto 2.008: Manutenção da Educação Básica

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.0700.34(118) - Aplicações Diretas R\$ 5.508,80

TOTAL .....  
..... R\$ 5.508,80

Art. 2º - Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, correrão por conta do superávit financeiro do exercício de 2014, por conta de Transferência referente à Construção de Quadra Esportiva no bairro Arizona, no valor R\$ 5.508,80 (Cinco mil, quinhentos e oito reais e oitenta centavos), depositados na Agência 2192-X- Banco do Brasil e conta corrente n.º 15.206-4, no município de Jacinto Machado/SC.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado - (SC), 07 de abril de 2015.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI  
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

MÁRCIO LUIZ ABATTI  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

# Joaçaba

## PREFEITURA

### EDITAL DE INSCRIÇÕES PARA PROGRAMA BOLSA ATLETA

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA DE JOAÇABA

EDITAL DE INSCRIÇÕES PARA PROGRAMA BOLSA ATLETA  
(Atendida a Lei Municipal 4.499 de 26 de maio de 2014 e alterações e Decreto nº 4.757/2015)

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ sob o Nº 82.939.380/0001-99, através do FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES, neste ato representado por seu Diretor, Sr. Rony Edson Lenz, observadas as normas estabelecidas na Lei Municipal 4.499 de 26 de maio de 2014 e alterações, torna público o Edital de inscrições para Programa Bolsa-Atleta:

#### 1. OBJETO

1.1 Edital de inscrições para Programa Bolsa Atleta, observada a Lei Municipal 4.499 de 26 de maio de 2014 e alterações, que tem por objetivo valorizar e beneficiar atletas amadores representantes do Município de Joaçaba em competições regionais, estaduais.

#### 2. DO PROTOCOLO DOS PROJETOS E SEUS REQUISITOS

2.1 Os Projetos deverão ser protocolizados junto ao Setor de Protocolo do Município de Joaçaba, no período do dia 20 a 27 de abril de 2015, das 13h às 19h.

2.2 O Bolsa Atleta será concedido em caráter individual, ao atleta amador com registro federativo no estado de Santa Catarina que esteja ou não vinculado à Associação Desportiva cadastrada no Sistema Desportivo Municipal, e que represente o Município de Joaçaba nas competições esportivas oficiais.

2.3 Para a concessão do Bolsa Atleta deverá ser comprovado que o atleta destinatário da bolsa preencha cumulativamente os seguintes requisitos:

- I - possuir idade mínima de 14 (quatorze) anos;
- II - estar em plena atividade desportiva não profissional de rendimento, por meio de declaração da entidade;
- III - não receber salário na condição de atleta, apresentando-se como comprovante cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- IV - estar regularmente matriculado em curso de ensino público ou privado, devendo apresentar semestralmente atestado de frequência à Diretoria de Esportes, com exceção do atleta que comprovadamente já concluiu o ensino superior;
- V - ser indicado por entidade de prática desportiva cadastrada no Sistema Desportivo Municipal;
- VI - apresentar plano anual de participação em competições da modalidade e de preparação ou treinamento;
- VII - apresentar autorização do pai ou responsável, no caso de atleta menor de 18 (dezoito) anos de idade;
- VIII - apresentar mensalmente à Diretoria de Esportes, declaração do Técnico da Modalidade e/ou do Presidente da Associação Desportiva, atestando que o interessado está participando dos treinos e competições periodicamente, representando esta Entidade e o Município;
- IX - não estar, o atleta, cumprindo punição imposta por Tribunais de Justiça Desportiva, Federação ou Confederação das

modalidades correspondentes;

X - o atleta deve também comprometer-se a representar o Município em competições e eventos promovidos ou considerados de interesse da Diretoria de Esportes, cedendo os direitos de imagem ao Município de Joaçaba e utilizando, obrigatoriamente, em seu uniforme, o brasão do Município de Joaçaba e/ou de seus programas.

2.4 As solicitações de concessão do benefício deverão ser encaminhadas pelo próprio atleta ou órgão e/ou entidade de prática desportiva a qual o atleta está vinculado, acompanhadas do seu plano de aplicação e de trabalho, para a Diretoria de Esportes, composta de documentos que comprovem os requisitos do artigo 4º da Lei Municipal 4.499 de 26 de maio de 2014 e alterações (item 2.3 do Edital).

2.5 O plano de aplicação e de trabalho (Modelo Anexo I, II e III) para o Programa Bolsa Atleta é simplificado e consiste no Requerimento individual de cada atleta, contendo:

- I - Qualificação do atleta;
- II - Modalidade desportiva praticada;
- III - Cronograma de competições as quais participará no ano de 2015;

2.6 No ato de assinatura do Termo cada atleta contemplado pelo Programa Bolsa Atleta deverá apresentar conta bancária individualizada e em seu nome para recebimento do recurso.

#### 3. DO PARECER

3.1 As solicitações aprovadas seguirão para a Comissão de Seleção Desportiva que fará a análise, levando em consideração as prioridades de atendimento à Política Municipal de Esportes, às disponibilidades orçamentárias e financeiras, e, após, para a Diretoria de Esportes para a celebração de respectivo ajuste/termo.

3.2 O valor do Bolsa Atleta será definido pelo comissão de seleção, nos termos do apresentado no projeto pela entidade e/ou órgão, tendo como teto o valor equivalente de até 10 (dez) UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal) mensais, por atleta pelo prazo máximo de 08 (oito) meses em cada exercício financeiro.

#### 4 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VALORES

4.1 As despesas provenientes da execução deste Edital de Chamamento serão custeadas por conta do Orçamento do exercício financeiro de 2015, conforme Decreto nº 4.757/2015.

Órgão: 02 Unidade Orçamentária: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000.

4.2 Para concessão do Bolsa Atleta no ano de 2015 deverão ser obedecidos os seguintes valores máximos (de acordo com o histórico de cada modalidade registrado no Município nas competições esportivas oficiais da FESPORTE (OLESC; Joguinhos Abertos; JASC):

#### MODALIDADES INDIVIDUAIS

Tênis de Mesa: QTD DE BOLSAS  
JASC 5  
JOGUINHOS 5  
OLESC 5  
TETO MÁXIMO: 40.000,00

Judô:  
JASC 5

JOGUINHOS 10  
OLESC 10  
TETO MÁXIMO: 60.000,00

Ciclismo:  
JASC 3  
TETO MÁXIMO: 15.000,00

Vôlei de Praia:  
JASC 2  
TETO MÁXIMO: 13.840,00

#### MODALIDADES COLETIVAS

FUTSAL: QTD DE BOLSAS  
JASC 10  
TETO MÁXIMO: 65.000,00

Handebol:  
JASC 10  
TETO MÁXIMO: 40.000,00

Futebol:  
JASC 10  
JOGUINHOS 12  
TETO MÁXIMO: 35.000,00

#### 5. DA FISCALIZAÇÃO

O benefício do Bolsa Atleta poderá ser cancelado pela Diretoria de Esportes em caso de:

- I - não ser apresentada a documentação comprovando suas participações nas competições previstas no projeto;
- II - não haver participação dos treinos e das competições da entidade sem justificativa;
- III - quando o atleta passar a representar outro Município, Estado ou País;
- IV - ocorrer a dispensa de seleções representativas de Joaçaba, por indisciplina ou a seu pedido;
- V - verificar-se o descumprimento de quaisquer das condições exigidas por esta Lei.

#### 6. DISPOSIÇÕES FINAIS

9.3 Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba (SC) para dirimir quaisquer dúvidas suscitadas na execução deste Edital, esgotadas as vias administrativas.

Joaçaba (SC), 20 de abril de 2015.

Rony Edson Lenz  
Diretoria de Esportes

ANEXO I  
REQUERIMENTO AO FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES SOLICITANDO BOLSA ATLETA

Joaçaba, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

Senhor Diretor,

Em consonância com a Lei Municipal nº 4.499/2014, solicitamos a Vossa Senhoria o encaminhamento a comissão de seleção, para que se proceda a análise do BOLSA ATLETA (nome do atleta), do pleito e de todas as exigências determinadas na Lei Supra, bem como emissão de parecer sobre a solicitação de repasse financeiro para o exercício de 2015.

Declaro para devido fins e efeitos legais que não estou cumprindo punição imposta por Tribunais de Justiça Desportiva, Federação ou Confederação da modalidade conforme Lei Municipal nº

4.499/2014 Art. 4, IX.

Atenciosamente,

(NOME DO ATLETA E ASSINATURA)

\_\_\_\_\_  
Pai ou Responsável (para menores de 18 anos)

Ao Senhor.

Diretor do Fundo Municipal de Esportes  
Joaçaba/SC

#### ANEXO II PROGRAMA BOLSA ATLETA FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

I Identificação (nome do atleta)			UF
Nome do pai e/ou responsável			Sexo masculino feminino
Nome da mãe e/ou responsável			
Data de nascimento / /	CPF	RG (incluir UF)	
Estado civil	Naturalidade	Nacionalidade	
Modalidade Desportiva Praticada		Nº do Registro na Federação/Confederação	
E-mail do atleta			
Endereço completo do atleta			
Cidade	CEP	Telefones (fixo e celular) ( )	

#### II - Modalidade

Categorização:	Jogos Estudantis de SC - OLESC
	Jogos Abertos de SC - JASC
	Joguinhos Abertos de SC
Atleta vinculado à Associação/Entidade?	( ) Sim Qual ( ) Não
Já recebeu "Bolsa Atleta" anteriormente?	( ) Sim Quando? ( ) Não

#### III - Dados complementares (preencher, no caso de dispor de conta bancária)

Nome do Banco	Agência	Nº da Conta corrente
---------------	---------	----------------------

#### IV - Anexar neste formulário os documentos relacionados abaixo

- Cópia do documento de Identidade e CPF do Atleta;
- Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- Comprovante de matrícula escolar;

- Indicação do atleta pela entidade e/ou técnico da modalidade;
- Declaração da entidade e/ou do técnico da modalidade de que o atleta se encontra em plena atividade desportiva não profissional
- Projeto anual contemplando as competições e objetivos a serem alcançados, de acordo com o calendário de Federação ou Confederação da modalidade.
- Declaração mensal do Técnico da modalidade atestando a confirmação está participando dos treinamentos e competições, representando a Entidade e o Município.

Data	
Assinatura do Presidente da Entidade/Técnico Modalidade	Assinatura do atleta

### ANEXO III PROGRAMA BOLSA ATLETA CRONOGRAMA DE COMPETIÇÕES E TREINAMENTOS PARA 2015

I – Identificação	Data
Nome da modalidade	

#### ABRIL

Nome do Evento (competição/treinamento):	
Cidade (UF) de realização:	Órgão Organizador:
Período de Realização:	Nível: microrregional regional estadual
Nome do Evento (competição/treinamento):	
Cidade (UF) de realização:	Órgão Organizador:
Período de Realização:	Nível: microrregional regional estadual

#### MAIO

Nome do Evento (competição/treinamento):	
Cidade (UF) de realização:	Órgão Organizador:
Período de Realização:	Nível: microrregional regional estadual
Nome do Evento (competição/treinamento):	
Cidade (UF) de realização:	Órgão Organizador:
Período de Realização:	Nível: microrregional regional estadual

#### JUNHO

Nome do Evento (competição/treinamento):	
Cidade (UF) de realização:	Órgão Organizador:
Período de Realização:	Nível: microrregional regional estadual
Nome do Evento (competição/treinamento):	
Cidade (UF) de realização:	Órgão Organizador:
Período de Realização:	Nível: microrregional regional estadual

#### JULHO

Nome do Evento (competição/treinamento):	
Cidade (UF) de realização:	Órgão Organizador:

Período de Realização:	Nível: microrregional regional estadual
Nome do Evento (competição/treinamento):	
Cidade (UF) de realização:	Órgão Organizador:
Período de Realização:	Nível: microrregional regional estadual

#### AGOSTO

Nome do Evento (competição/treinamento):	
Cidade (UF) de realização:	Órgão Organizador:
Período de Realização:	Nível: microrregional regional estadual
Nome do Evento (competição/treinamento):	
Cidade (UF) de realização:	Órgão Organizador:
Período de Realização:	Nível: microrregional regional estadual

#### SETEMBRO

Nome do Evento (competição/treinamento):	
Cidade (UF) de realização:	Órgão Organizador:
Período de Realização:	Nível: microrregional regional estadual
Nome do Evento (competição/treinamento):	
Cidade (UF) de realização:	Órgão Organizador:
Período de Realização:	Nível: microrregional regional estadual

#### OUTUBRO

Nome do Evento (competição/treinamento):	
Cidade (UF) de realização:	Órgão Organizador:
Período de Realização:	Nível: microrregional regional estadual
Nome do Evento (competição/treinamento):	
Cidade (UF) de realização:	Órgão Organizador:
Período de Realização:	Nível: microrregional regional estadual

#### NOVEMBRO

Nome do Evento (competição/treinamento):	
Cidade (UF) de realização:	Órgão Organizador:
Período de Realização:	Nível: microrregional regional estadual
Nome do Evento (competição/treinamento):	
Cidade (UF) de realização:	Órgão Organizador:
Período de Realização:	Nível: microrregional regional estadual

#### DEZEMBRO

Nome do Evento (competição/treinamento):	
Cidade (UF) de realização:	Órgão Organizador:
Período de Realização:	Nível: microrregional regional estadual
Nome do Evento (competição/treinamento):	
Cidade (UF) de realização:	Órgão Organizador:
Período de Realização:	Nível: microrregional regional estadual

## INFORMAÇÕES/OBSERVAÇÕES IMPORTANTES


DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE ESPORTIVA  
ATLETA VINCULADO

Declaramos que o (a) atleta \_\_\_\_\_ da modalidade \_\_\_\_\_ vinculado à (nome da associação), está em plena atividade esportiva não profissional, preparando-se para representar o município de Joaçaba em todos os eventos esportivos. O planejamento de trabalho e participação está sendo coordenado e executado pela comissão técnica da modalidade a partir do calendário de eventos da Entidade Gestora do Desporto de SC. Os treinamentos acontecem as \_\_\_\_\_ das \_\_\_\_\_ na sede (local de treinamento)

Joaçaba (SC), \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2015

Presidente/Técnico

DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE ESPORTIVA  
ATLETA INDIVIDUAL

Eu \_\_\_\_\_, atleta da modalidade \_\_\_\_\_, declaro que estou em plena atividade esportiva não profissional, preparando-se para representar o município de Joaçaba em todos os eventos esportivos. O planejamento de trabalho e participação é coordenado e executado individualmente obedecendo ao cronograma desenvolvido. Os treinamentos acontecem as \_\_\_\_\_ das \_\_\_\_\_ na sede (local de treinamento)

Joaçaba (SC), \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2015

Atleta

## DECLARAÇÃO DO (A) ATLETA

Eu, \_\_\_\_\_, portador do Rg nº \_\_\_\_\_, SSP/SC, inscrito sob o CPF nº \_\_\_\_\_, beneficiado com a Bolsa-Atleta, constituída pela Lei Municipal nº 4.499/2014, venho por meio desta declarar que todos os recursos recebidos a título de Bolsa-Atleta foram utilizados para custear as minhas despesas de manutenção pessoal e desportiva.

Joaçaba (SC), \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2015

Atleta

## AUTORIZAÇÃO DO (A) ATLETA

Eu \_\_\_\_\_, atleta da modalidade \_\_\_\_\_, autorizo o direito de uso da minha imagem, voz, nome e/ou apelido esportivo em imagens e anúncios oficiais do Município, bem como utilizarei a marca oficial do município e do Fundo Municipal de Esportes em uniformes de treinos e competições.

Joaçaba (SC), \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2015

Atleta

**AVISO DE INTENÇÃO DE REALIZAÇÃO DE  
PROCEDIMENTO DE REGISTRO DE PREÇOS**  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)AVISO DE INTENÇÃO DE REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO DE  
REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, de acordo com o Decreto Federal nº 7.892/2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preço - SRP, bem como o Decreto Municipal nº 4.388/2013, manifesta o interesse em realizar Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de pneus novos, destinados à manutenção de veículo da Frota Municipal e do 11º Batalhão de Bombeiros Militar. Orçamentos e quantitativos estão estimados pelo Município de Joaçaba - sendo este o órgão gerenciador do processo licitatório. Caso outros órgãos da Administração Municipal tenham intenção em participar deste procedimento licitatório, procedam a sua manifestação formal e repassem os quantitativos pretendidos a Secretaria de Infraestrutura, situada à Avenida XV de Novembro, 378, centro, Joaçaba, em até 48 horas desta publicação, para possíveis adequações.

Joaçaba, 20 de abril de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Rafael Laske - Prefeito

**AVISO DE INTENÇÃO DE REALIZAÇÃO DE  
PROCEDIMENTO DE REGISTRO DE PREÇOS**  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)AVISO DE INTENÇÃO DE REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO DE  
REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, de acordo com o Decreto Federal nº 7.892/2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preço - SRP, bem como o Decreto Municipal nº 4.388/2013, manifesta o interesse em realizar Registro de Preços para eventual e futura de carrinhos de bebê, berços, colchões, colchonetes e cobertores, destinados à manutenção das escolas da rede municipal. Orçamentos e quantitativos estão estimados pelo Município de Joaçaba - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - sendo este o órgão gerenciador do processo licitatório. Caso outros órgãos da Administração Municipal tenham intenção em participar deste procedimento licitatório, procedam a sua manifestação formal e repassem os quantitativos pretendidos a Secretaria de Infraestrutura, situada à Avenida XV de Novembro, 378, centro, Joaçaba, em até 48 horas desta publicação, para possíveis adequações.

Joaçaba, 20 de abril de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

JOSÉ LUIZ JUNQUEIRA DE CARVALHO

Secretário

**DECRETO Nº 4.757 DE 16 DE MARÇO DE 2015.**

DECRETO Nº 4.757 DE 16 DE MARÇO DE 2015.

REGULAMENTA O PROGRAMA BOLSA ATLETA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito em exercício do Município de Joaçaba-SC, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

**DECRETA:**

Art.1º Fica regulamentada para o Exercício Financeiro de 2015 a concessão da Bolsa Atleta de que trata a Lei Municipal 4.499 de 26 de maio de 2014 e alterações, no âmbito do Município de Joaçaba.

Art.2º O Bolsa Atleta será concedido em caráter individual, ao atleta amador com registro federativo no estado de Santa Catarina que esteja ou não vinculado à Associação Desportiva cadastrada no Sistema Desportivo Municipal, e que represente o Município de Joaçaba nas competições esportivas oficiais da FESPORTE a seguir definidas:

- I. Olimpíada Estudantil de Santa Catarina - OLESC;
- II. Jogos Abertos de Santa Catarina;
- III. Jogos Abertos de Santa Catarina - JASC.

Art.3º A concessão da Bolsa Atleta terá como critérios a participação dos seguintes competições oficiais e os limites de parcelas e respectivo valor a seguir especificados:

- I. Olimpíada Estudantil de Santa Catarina - OLESC até 03 UFRM/atleta/mês (Unidade Fiscal de Referência Municipal), a ser liberadas em até 08 (oito) parcelas;
- II. JOGUINHOS até 05 UFRM/atleta/mês (Unidade Fiscal de Referência Municipal), a ser liberadas em até 08 (oito) parcelas;
- III. JASC até 10 UFRM/atleta/mês (Unidade Fiscal de Referência Municipal), a ser liberadas em até 08 (oito) parcelas;

Parágrafo único - A concessão da Bolsa Atleta em nenhuma hipótese será cumulativa, prevalecendo sempre a competição superior a qual o atleta irá competir.

Art.4º O Programa Bolsa Atleta a ser disponibilizado pelo Fundo Municipal de Esportes tem o limite de até 08 (oito) parcelas no Exercício Financeiro de 2015.

Parágrafo único - Para celebração dos respectivos termos a Comissão de Seleção Desportiva procederá aos atos de ajustes dos valores até o limite fixado neste Regulamento.

Art. 5º O benefício será concedido mediante o preenchimento de todos os requisitos previstos na Lei Municipal 4.499 de 26 de maio de 2014 e alterações e os parâmetros fixados em Edital de Chamamento lançado especificamente para este fim.

Art. 6º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba(SC), em 16 de abril de 2015.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

**EDITAL 001 2015 CONCURSO SECRETARIA DE SAÚDE - GABARITOS OFICIAIS**

MUNICÍPIO DE JOAÇABA / SC

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

CONCURSO PÚBLICO 01/2015

EDITAL Nº 06/2015 - GABARITO OFICIAL

RAFAEL LASKE, Prefeito Municipal de Joaçaba/SC, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 60 da Lei Orgânica do Município, torna público o Edital nº. 06/2015 - Gabarito Oficial, após o regular prazo de recursos, referente ao Concurso Público Nº. 01/2015 destinado ao provimento de cargos públicos efetivos de Auxiliar de Saúde Bucal, Fisioterapeuta, Técnico em Enfermagem, Agente da Dengue, Nutricionista, Médico Generalista, Médico Especialista nas áreas de Cardiologia, Dermatologia, Gastroenterologia, Geriatria, Ginecologia, Infectologia, Neurologia, Oftalmologia, Otorrinolaringologia, Pneumologia, Pediatria, Psiquiatria, Urologia e Cabeça e Pescoço, em conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 76 de 11 de Dezembro de 2003, e alterações posteriores, sob o regime estatutário, certame que observará os regramentos pertinentes, além do estatuído no edital de abertura e inscrições, tudo sob a coordenação técnico-administrativa da empresa Legalle Concursos e Soluções Integradas Ltda.

Joaçaba/SC, 17 de abril de 2015.

RAFAEL LASKE

Prefeito Municipal de Joaçaba/SC

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Auxiliar de Saúde Bucal		Fisioterapeuta		Técnico de Enfermagem	
01	A	01	C	01	A
02	B	02	C	02	B
03	B	03	E	03	B
04	E	04	D	04	E
05	C	05	A	05	C
06	D	06	B	06	D
07	C	07	E	07	C
08	B	08	B	08	B
09	D	09	C	09	D
10	D	10	D	10	D
11	E	11	B	11	B
12	D	12	C	12	E
13	A	13	C	13	D
14	A	14	B	14	A
15	A	15	D	15	A
16	B	16	B	16	E
17	B	17	B	17	D
18	B	18	A	18	E
19	B	19	E	19	B
20	D	20	B	20	C
21	D	21	E	21	C
22	E	22	B	22	C
23	B	23	C	23	A
24	C	24	D	24	E
25	A	25	A	25	D
26	A	26	E	26	D
27	C	27	E	27	D
28	E	28	A	28	A
29	B	29	C	29	E
30	A	30	D	30	B
31	E	31	A	31	C
32	B	32	A	32	C

33	D		33	B		33	A
34	E		34	E		34	A
35	B		35	B		35	E
36	C		36	B		36	B
37	A		37	B		37	D
38	E		38	A		38	E
39	D		39	B		39	A
40	D		40	D		40	D
Agente da Den- gue			Nutricionista			Médico Genera- lista	
01	A		01	C		01	C
02	B		02	C		02	C
03	B		03	E		03	E
04	E		04	D		04	D
05	C		05	A		05	A
06	D		06	B		06	B
07	C		07	E		07	E
08	B		08	B		08	B
09	D		09	C		09	C
10	D		10	D		10	D
11	D		11	E		11	C
12	B		12	A		12	D
13	A		13	ANULA- DA		13	A
14	A		14	C		14	C
15	B		15	A		15	B
16	C		16	A		16	C
17	A		17	A		17	E
18	D		18	C		18	B
19	A		19	D		19	D
20	A		20	E		20	E
21	A		21	C		21	A
22	D		22	A		22	D
23	D		23	E		23	B
24	B		24	C		24	ANULA- DA
25	A		25	B		25	B
26	C		26	E		26	B
27	B		27	C		27	C
28	D		28	B		28	A
29	E		29	D		29	B
30	C		30	A		30	C
31	C		31	D		31	A
32	B		32	B		32	D
33	D		33	B		33	E
34	A		34	B		34	C
35	B		35	D		35	A
36	A		36	D		36	D
37	C		37	A		37	B
38	B		38	C		38	ANULA- DA
39	D		39	A		39	E
40	C		40	D		40	ANULA- DA

Médico Especia- lista: Dermatologista			Médico Especia- lista: Geriatria			Médico Especia- lista: Ginecologia	
01	C		01	C		01	C
02	C		02	C		02	C
03	E		03	E		03	E
04	D		04	D		04	D
05	A		05	A		05	A
06	B		06	B		06	B
07	E		07	E		07	E
08	B		08	B		08	B
09	C		09	C		09	C
10	D		10	D		10	D
11	C		11	C		11	C
12	D		12	D		12	D
13	A		13	A		13	A
14	C		14	C		14	C
15	B		15	B		15	B
16	C		16	C		16	C
17	E		17	E		17	E
18	B		18	B		18	B
19	D		19	D		19	D
20	E		20	E		20	E
21	A		21	A		21	A
22	D		22	D		22	D
23	B		23	B		23	B
24	ANULA- DA		24	ANULA- DA		24	ANULA- DA
25	B		25	B		25	B
26	B		26	B		26	B
27	C		27	C		27	C
28	C		28	E		28	A
29	D		29	D		29	D
30	E		30	B		30	E
31	A		31	A		31	A
32	D		32	D		32	D
33	E		33	E		33	E
34	C		34	C		34	C
35	A		35	A		35	A
36	D		36	D		36	D
37	B		37	B		37	B
38	ANULA- DA		38	ANULA- DA		38	ANULA- DA
39	E		39	E		39	E
40	ANULA- DA		40	ANULA- DA		40	ANULA- DA
Médico Especia- lista: Neurologia			Médico Especia- lista: Oftalmologia			Médico Especia- lista: Ortopedia	
01	C		01	C		01	C
02	C		02	C		02	C
03	E		03	E		03	E
04	D		04	D		04	D
05	A		05	A		05	A
06	B		06	B		06	B

07	E		07	E		07	E
08	B		08	B		08	B
09	C		09	C		09	C
10	D		10	D		10	D
11	C		11	C		11	C
12	D		12	D		12	D
13	A		13	A		13	A
14	C		14	C		14	C
15	B		15	B		15	B
16	C		16	C		16	C
17	E		17	E		17	E
18	B		18	B		18	B
19	D		19	D		19	D
20	E		20	E		20	E
21	A		21	A		21	A
22	D		22	D		22	D
23	B		23	B		23	B
24	ANULA-DA		24	ANULA-DA		24	ANULA-DA
25	B		25	B		25	B
26	B		26	B		26	B
27	C		27	C		27	C
28	D		28	C		28	B
29	A		29	B		29	A
30	C		30	E		30	C
31	A		31	A		31	A
32	D		32	D		32	D
33	E		33	E		33	E
34	C		34	C		34	C
35	A		35	A		35	A
36	D		36	D		36	D
37	B		37	B		37	B
38	ANULA-DA		38	ANULA-DA		38	ANULA-DA
39	E		39	E		39	E
40	ANULA-DA		40	ANULA-DA		40	ANULA-DA
Médico Especialista: Otorrinolaringologia			Médico Especialista: Pneumologia			Médico Especialista: Pediatría	
01	C		01	C		01	C
02	C		02	C		02	C
03	E		03	E		03	E
04	D		04	D		04	D
05	A		05	A		05	A
06	B		06	B		06	B
07	E		07	E		07	E
08	B		08	B		08	B
09	C		09	C		09	C
10	D		10	D		10	D
11	C		11	C		11	C
12	D		12	D		12	D
13	A		13	A		13	A
14	C		14	C		14	C

15	B		15	B		15	B
16	C		16	C		16	C
17	E		17	E		17	E
18	B		18	B		18	B
19	D		19	D		19	D
20	E		20	E		20	E
21	A		21	A		21	A
22	D		22	D		22	D
23	B		23	B		23	B
24	ANULA-DA		24	ANULA-DA		24	ANULA-DA
25	B		25	B		25	B
26	B		26	B		26	B
27	C		27	C		27	C
28	E		28	B		28	E
29	D		29	D		29	C
30	D		30	C		30	C
31	A		31	A		31	A
32	D		32	D		32	D
33	E		33	E		33	E
34	C		34	C		34	C
35	A		35	A		35	A
36	D		36	D		36	D
37	B		37	B		37	B
38	ANULA-DA		38	ANULA-DA		38	ANULA-DA
39	E		39	E		39	E
40	ANULA-DA		40	ANULA-DA		40	ANULA-DA
Médico Especialista: Urologia							
01	C						
02	C						
03	E						
04	D						
05	A						
06	B						
07	E						
08	B						
09	C						
10	D						
11	C						
12	D						
13	A						
14	C						
15	B						
16	C						
17	E						
18	B						
19	D						
20	E						
21	A						
22	D						
23	B						

24	ANULA-DA						
25	B						
26	B						
27	C						
28	A						
29	C						
30	D						
31	A						
32	D						
33	E						
34	C						
35	A						
36	D						
37	B						
38	ANULA-DA						
39	E						
40	ANULA-DA						

## EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO - FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

### EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

#### PARA REPASSE DE RECURSOS HUMANOS

(Atendida a Lei Federal 13.019/2014 e Instrução Normativa TC 14/2014 TCE-SC e Lei Municipal 4.555 de 19 de dezembro de 2014)

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Av. XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ sob o Nº 82.939.380/0001-99, através do FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES, neste ato representado por seu Diretor, Sr. Rony Edson Lenz, observadas as normas estabelecidas na Lei Federal 13.019/2014 e na Lei Municipal nº 4.555/2014, torna público o Edital de Chamamento Público destinado à seleção de organizações da sociedade civil atuantes na área da prática esportiva, para entabulação de parceria com o Município de Joaçaba, na forma de termo de fomento esportivo:

#### 1 OBJETO

1.1 Este Edital de Chamamento Público destina-se à seleção de entidades para celebração de parceria na forma de fomento, envolvendo ou não transferências de recursos humanos (art. 2º da Lei Mun. 4.555/14), a serem estabelecidos pelo Município de Joaçaba, com entidades de prática desportiva, para a consecução de finalidades de interesse público, em complementação às disposições da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

1.2 As entidades interessadas deverão habilitar-se mediante a apresentação da documentação exigida no presente Edital de Chamamento e apresentação do Plano de Trabalho, na forma do Anexo II, quantificando os recursos humanos pretendidos, dentro dos limites fixados no presente edital (Anexo I).

1.3 Os recursos humanos consistirão, exclusivamente, na cessão de profissionais de educação física para treinamento do público-alvo do plano de trabalho a ser desenvolvido pela entidade beneficiada. Os servidores disponibilizados pelo Município de Joaçaba são exclusivamente os relacionados no Anexo I, devendo o Plano de Trabalho conter expressamente nome do professor e carga horária solicitados e valor da remuneração e encargos correspondente.

1.4 Somente serão beneficiadas entidades de prática desportiva que preencham a qualidade de organização da sociedade civil, nos termos do inciso I do artigo 2º da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e estejam devidamente cadastradas no Sistema Desportivo Municipal. (art. 1º da Lei Mun. 4.555/14)

1.5 É vedado ao Município firmar contratos de parceria de fomento para desenvolvimento do desporto de rendimento profissional. (art. 1º da Lei Mun. 4.555/14)

#### 2 DOS REQUISITOS DA ENTIDADE

2.1 As entidades proponentes de Projeto, objeto deste Edital de Chamamento, deverão ser regidas por estatutos cujas normas disponham, expressamente, sobre (art. 33 da Lei Federal 13.019/2014):

I - objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;

II - a constituição de conselho fiscal ou órgão equivalente, dotado de atribuição para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas;

III - a previsão de que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos desta Lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta;

IV - normas de prestação de contas sociais a serem observadas pela entidade.

2.2 Respeitado o disposto no art. 24, §1º, VII da Lei Federal 13.019/2014, somente serão admitidos projetos de organização da sociedade civil possua:

- a) no mínimo, 3 (três) anos de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;
- b) experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;
- c) capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades previstas e o cumprimento das metas estabelecidas, a serem analisadas pela comissão de seleção.

#### 3 DO PROTOCOLO DOS PROJETOS E SEUS REQUISITOS

3.1 Os Projetos deverão ser protocolizados junto ao Setor de Protocolo do Município de Joaçaba, no período do dia 22 a 23 de abril de 2015, das 13h às 19h.

#### DO PROTOCOLO DO PLANO DE TRABALHO

3.1 Os projetos deverão conter Plano de Trabalho (modelo anexo II) demonstrando o atendimento aos itens elencados no art. 22, incisos I a IX da Lei Federal nº 13.019/14, acompanhado dos seguintes documentos exigidos pela Instrução Normativa TC 14/2014 do Tribunal de Contas de Santa Catarina:

- I. Solicitação (Ofício) da entidade;
- II. Cópia do CNPJ da entidade;
- III. Comprovante de endereço (água ou luz) da entidade e do seu representante legal;
- IV. Cópia autenticada do RG e do CPF do presidente da entidade e tesoureiro;
- V. Cópia do estatuto e de suas alterações, devidamente registrados no cartório competente;
- VI. Cópia autenticada da ata da última assembleia que elegeu o corpo dirigente da entidade, registrada no cartório competente, sendo obrigatória a informação em eventual mudança da diretoria da entidade, mantendo o cadastro atualizado;
- VII. Cópia do alvará de funcionamento fornecido pela Prefeitura do Município;
- VIII. Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida Ativa da União;
- IX. Plano de trabalho devidamente preenchido e assinado pelo

representante legal da entidade interessada;  
 X. Cópia da Lei de utilidade pública;  
 XI. Certidão Negativa de Débitos - Previdência Social;  
 XII. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF  
 XIII. Certidão Negativa de débitos municipais e estaduais  
 XIV. Relatório de atividades desenvolvidas pela entidade nos últimos doze meses;  
 XV. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do artigo 29, V da Lei 8.666/93, quando envolver o pagamento de pessoal com os recursos pretendidos.  
 3.2 Cada entidade poderá protocolizar apenas 01 projeto, conforme descrito no item 1.1 do presente Edital.  
 3.3 Os planos de trabalho deverão prever a manutenção das atividades de treinamento e prática esportiva entre 1º de fevereiro e 23 de dezembro de cada ano.  
 3.4 A entidade deverá apresentar ao menos 1(um) dirigente que se responsabilizará, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria (art. 37 da Lei Federal nº 13.019/14).  
**DO PARECER DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**  
 3.5 Os projetos protocolizados serão submetidos ao Parecer da Procuradoria Geral do Município (art. 35, VI da Lei Federal nº 13.019/14).

#### 4 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas provenientes da execução deste Edital de Chamamento serão custeadas por conta da Dotação Orçamentária do exercício financeiro de 2015.

Órgão: 02 Unidade Orçamentária: FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE Proj./Atividade: 2.128 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTE.

#### 5 DO PARECER TÉCNICO E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

5.1 Os projetos deverão ser submetidos ao Parecer Técnico de que trata o art. 35, V da Lei Federal 13.019/2014, avaliados pela Comissão de seleção desportiva, órgão da administração pública municipal com as funções previstas no inciso X do artigo 2º da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, com incumbência de processar e julgar os chamamentos públicos lançados pelo Município de Joaçaba para parcerias de fomento das atividades esportivas.

5.2 Será contemplada com o recurso humano de que trata o Edital a(s) entidade(s) que obtiverem a maior pontuação, observada a carga horária solicitada.

5.3 A Comissão de seleção desportiva avaliará os projetos sob os seguintes critérios:

- I - o número de pessoas atendidas (pontuação não cumulativa):  
 a) Até 10 pessoas: 10 pontos;  
 b) De 11 a 50 pessoas: 30 pontos;  
 c) De 51 a 100 pessoas: 50 pontos;  
 d) Acima de 100 pessoas: 100 pontos;  
 II - a faixa etária das pessoas atendidas (pontuação cumulativa):  
 a) De 05 a 08 anos: 100 pontos;  
 b) De 09 a 13 anos: 50 pontos;  
 c) De 14 a 17 anos: 30 pontos;  
 d) Acima de 18 anos: 10 pontos;  
 III - se a modalidade esportiva é individual (70 pontos) ou coletiva (100 pontos);  
 IV - se o plano visa ao desporto educacional (70 pontos), de participação (50 pontos) ou de rendimento (30 pontos);  
 V - índice de aporte de recursos da entidade, privilegiando aquelas que necessitem de menos recursos públicos: Se a entidade não solicitar cessão de profissional cedido pelo Município: (50 pontos);

VI - se a modalidade esportiva atende:

- a) 01 GÊNERO: MASCULINO OU FEMININO: (10 pontos) ou;  
 b) AMBOS OS GÊNEROS: MASCULINO E FEMININO (30 pontos);

VII - se a entidade aporta professores com recursos próprios (30 pontos);

VIII - número de pessoas atendidas em cada manifestação do desporto:

VIII-1: educacional: (pontuação não cumulativa):

- a) Até 10 pessoas: 10 pontos;  
 b) De 11 a 50 pessoas: 30 pontos;  
 c) De 51 a 100 pessoas: 50 pontos;  
 d) Acima de 100 pessoas: 100 pontos;

VIII-2: de participação: (pontuação não cumulativa):

- a) Até 10 pessoas: 10 pontos;  
 b) De 11 a 50 pessoas: 30 pontos;  
 c) De 51 a 100 pessoas: 50 pontos;  
 d) Acima de 100 pessoas: 100 pontos;

VIII-3: de rendimento: (pontuação não cumulativa):

- a) Até 10 pessoas: 10 pontos;  
 b) De 11 a 50 pessoas: 30 pontos;  
 c) De 51 a 100 pessoas: 50 pontos;  
 d) Acima de 100 pessoas: 100 pontos;

5.4 Fica estabelecido que o desporto de participação de que trata o inciso VIII do item 5.3 é aquele que apresenta público alvo diverso do contraturno escolar e do rendimento, caracterizados como grupo de idosos, clube de mães ou demais grupos comunitários.

#### 6 DA FISCALIZAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

6.1 O órgão concedente fica incumbido de realizar procedimentos de fiscalização das parcerias celebradas antes do término da sua vigência, inclusive por meio de visitas in loco, para fins de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto, na forma estabelecida no Termo de Fomento.

6.2 A comissão de monitoramento e avaliação das parcerias de fomento esportivo será formada por 3 (três) membros, sendo:

- I - o Diretor de Esportes, que a presidirá;  
 II - 2 (dois) servidores efetivos designados por ato do Prefeito. (art. 9º da Lei Mun. 4.555/14)

6.3 Cada parceria de fomento esportivo será monitorada e avaliada por um dos servidores efetivos indicados pelo Prefeito, o qual deverá exarar parecer a respeito do cumprimento satisfatório ou não, pela entidade beneficiada, dos termos do contrato de fomento.

6.4 O servidor fiscalizador será responsável pela emissão de relatório técnico de monitoramento e avaliação, sendo pessoalmente responsável pela veracidade das informações lançadas em seu relatório.

6.5 O relatório técnico será submetido à comissão de monitoramento e avaliação para homologação.

6.6 O servidor responsável pela elaboração de relatório, por ocasião da apreciação, para fins de homologação, do relatório por si elaborado, votará como relator.

6.7 O relatório homologado que aponte ser insatisfatório o cumprimento do termo de fomento importa em:

- I - exclusão da entidade do Sistema Desportivo Municipal, que deverá ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias, sob responsabilidade do gestor;  
 II - rescisão de contrato de fomento que a tenha como beneficiária;  
 III - impedimento de cadastro da entidade no Conselho Municipal de Esporte, pelo prazo de 1 (um) ano, a contar da data de sua

exclusão.

## 8 DAS VEDAÇÕES PARA CELEBRAÇÃO DE PARCERIAS

8.1 Em atendimento ao art 39 da Lei Federal nº 13.019/14 ficará impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria prevista nesta Lei a organização da sociedade civil que:

I - não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;

II - esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

III - tenha como dirigente agente político de Poder ou do Ministério Público, dirigente de órgão ou entidade da administração pública de qualquer esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

IV - tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, enquanto não for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e não forem quitados os débitos que lhe foram eventualmente imputados, ou for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;

V - tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:

a) suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;

b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;

c) a prevista nos incisos II e III do art. 73 da Lei Federal 13.019/2014;

VI - tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

VII - tenha entre seus dirigentes pessoa:

a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

b) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

c) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa).

## 9 DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 A organização da sociedade civil deverá divulgar, em seu sítio na internet, caso mantenha, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com o poder público, nos termos preconizados no art. 11 da Lei Federal nº 13.019/14.

9.2 Para celebração dos Termos de Fomento decorrentes do presente Edital de Chamamento deverão ser obedecidas as normas estabelecidas na Lei Federal 13.019/2014, Instrução Normativa TC 14/2014 do Tribunal de Contas de Santa Catarina e legislação municipal, em especial Instrução Normativa 01/2014-PMJ e alterações.

9.3 Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba (SC) para dirimir quaisquer dúvidas suscitadas na execução deste Edital, esgotadas as vias administrativas.

Joaçaba (SC), 20 de abril de 2015.

Rony Edson Lenz  
Diretoria de Esportes

## ANEXO I

Recursos Humanos a serem disponibilizados - (art. 2º da Lei Municipal 4.555 de 19 de dezembro de 2014)

Item	Professor	Remuneração acrescida de encargos	Carga horária	Total de Recursos Humanos (08 meses)
a)	Michel Petri Dalapria	2.397,22	40h	19.177,76
b)	Acacio Ysao Yamaguti	5.162,06	40h	41.296,48

Rony Edson Lenz  
Diretoria de Esportes  
Concedente

## ANEXO II

Modelo de Plano de Trabalho

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO- FUNDO MUNICIPAL DE ESPORTES

### I - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1. Razão social da entidade:		2. CNPJ:	
3. Endereço:			
Bairro:	Cidade:	CEP	
4. Endereço eletrônico:			
5. Contato Telefônico:			

### II - IDENTIFICAÇÃO DO PRESIDENTE DA ENTIDADE

1. Nome:			
2. RG:	Órgão Expedidor:	UF:	3. CPF:
4. Endereço:			
Bairro:	Cidade:	CEP	
5. Endereço eletrônico:			
6. Contato Telefônico:			

### III - IDENTIFICAÇÃO DO TESOUREIRO DA ENTIDADE

1. Nome:			
2. RG:	Órgão Expedidor:	UF:	3. CPF:
Endereço:			
Bairro	Cidade:	CEP:	
5. Endereço eletrônico:			
6. Contato Telefônico:			

### IV - IDENTIFICAÇÃO DOS DEMAIS DIRIGENTES (Conselho Diretivo e Conselho Fiscal)

Nome	Endereço	RG/Órgão Exp.	CPF

### V - INDICAÇÃO DO DIRIGENTE DA ENTIDADE:

Dirigente RESPONSÁVEL, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria (art. 37 da Lei Federal nr. 13.019/14):

Nome do Dirigente:

## VI - NATUREZA DA ENTIDADE

1. Tipo de entidade:
2. Tipo de trabalho desenvolvido pela entidade:
3. Tipo de público atendido:
4. Informações relativas à capacidade técnica e operacional para a execução do objeto:

## VII - DESCRIÇÃO DO PROJETO

1. Título do Projeto:		
2. Período de Execução		3. Quantitativo de Público Beneficiado:
Data de Início	Data do Término	
4. Descrição do Público Beneficiado:		
5. Área de desenvolvimento do projeto:		
<input type="checkbox"/> Educacional <input type="checkbox"/> Assistência Social <input type="checkbox"/> Assistência Médica <input type="checkbox"/> Cultura <input type="checkbox"/> Esporte		
6. Justificativa quanto ao interesse público, benefícios econômicos e sociais:		
7. Diagnóstico da realidade que será objeto das atividades da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou metas a serem atingidas:		
8. Descrição pormenorizada de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas e de atividades a serem executadas, devendo estar claro, preciso e detalhado o que se pretende realizar ou obter, bem como quais serão os meios utilizados para tanto:		
9. Definição dos indicadores, qualitativos e quantitativos, a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas:		
10. Objetivos:		
11. Resultados Esperados:		

## VIII - DA PONTUAÇÃO

## I - Número de pessoas atendidas (pontuação não cumulativa):

	Pontos	Quantidade de Pessoas Atendidas	Total de Pontos
Até 10 pessoas	10 pontos		
De 11 a 50 pessoas	30 pontos		
De 51 a 100 pessoas	50 pontos		
Acima de 100 pessoas	100 pontos		
		Subtotal	

## II - Faixa etária das pessoas atendidas (pontuação cumulativa):

Faixa Etária	Pontos	Quantidade de Pessoas Atendidas	Total de Pontos
De 05 a 08 anos	100 pontos		
De 09 a 13 anos	50 pontos		

De 14 a 17 anos	30 pontos		
Acima de 18 anos	10 pontos		
		Subtotal	

## III - Modalidade esportiva

Modalidade	Pontos	Pontos
Coletiva	100 pontos	
Individual	70 pontos	
	Subtotal	

## IV - O Plano visa:

Desporto	Pontos	Total de Pontos
Educacional	70 pontos	
Participação	50 pontos	
Rendimento	30 pontos	
	Subtotal	

## V - Índice de aporte de recursos da entidade: (privilegiando aquelas que necessitem de menos recursos públicos)

A entidade solicita a cessão de profissional	00 Pontos	
A entidade não solicita a cessão de profissional	50 Pontos	
	Subtotal	

## VI - Modalidade esportiva

01 Gênero – Masculino ou Feminino	10 Pontos	
02 Gêneros – Masculino e Feminino	30 Pontos	
	Subtotal	

## VII - Aporte de Professores

Possui professores com recursos próprios	30 Pontos	
Não possui professores com recursos próprios	00 Pontos	
	Subtotal	

## VIII - Número de pessoas atendidas em cada manifestação do desporto (pontuação não cumulativa):

## VIII-1: Educacional

	Pontos	Quantidade de Pessoas Atendidas	Total de Pontos
Até 10 pessoas	10 pontos		
De 11 a 50 pessoas	30 pontos		
De 51 a 100 pessoas	50 pontos		

Acima de 100 pessoas	100 pontos		
		Subtotal	

## VIII-2: Participação:

	Pontos	Quantidade de Pessoas Atendidas	Total de Pontos
Até 10 pessoas	10 pontos		
De 11 a 50 pessoas	30 pontos		
De 51 a 100 pessoas	50 pontos		
Acima de 100 pessoas	100 pontos		
		Subtotal	

## VIII-3: Rendimento:

	Pontos	Quantidade de Pessoas Atendidas	Total de Pontos
Até 10 pessoas	10 pontos		
De 11 a 50 pessoas	30 pontos		
De 51 a 100 pessoas	50 pontos		
Acima de 100 pessoas	100 pontos		
		Subtotal	

TOTAL DA PONTUAÇÃO OBTIDA PELA ENTIDADE	
---	--

## IX - VALOR DE REPASSE À ENTIDADE

## A) RECURSO HUMANO: (ANEXO I do Edital de Chamamento).

Nome do Professor:	Carga Horária:	Quantidades de meses:
Valor		R\$

TOTAL DOS RECURSOS APORTADOS PELO MUNICÍPIO: ( Humano – item A)	R\$
--	-----

Total do Orçamento Anual da Entidade	R\$
Total dos Recursos Aportados pelo Município	R\$
Total de Recursos Aportados por outros Órgãos da Administração Pública	R\$
Total de Recursos Próprios	R\$

## X - CRONOGRAMA FÍSICO DE EXECUÇÃO

Fase	Denominação	Data Início	Data Término
1	Organização e Planejamento		

2	Divulgação		
3	Execução		
4	Conclusão		

**EXTRATO PL 36/2015/PMJ - PP 25/2015/PMJ**

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2015/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2015/PMJ

Objeto: A contratação de empresa especializada para a confecção de troféus em acrílico destinados às premiações do Festival de Dança 2015 do Município de Joaçaba, SC. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 07/05/2015. Processamento do Pregão: às 14h do dia 07/05/2015, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br).

Joaçaba, 17 de abril de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE - Prefeito

**EXTRATO PL 40/2015/PMJ - PP 27/2015/PMJ**

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2015/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2015/PMJ

Objeto: A contratação de empresa especializada, para a produção e execução do Festival Municipal de Dança de Joaçaba para o ano de 2015, que será realizado no período de 28 de outubro a 01 de novembro do corrente ano, no Teatro Alfredo Sigwalt, no Município de Joaçaba, SC. Forma de Julgamento: Menor Preço global. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 12/05/2015. Processamento do Pregão: às 14h do dia 12/05/2015, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br).

Joaçaba, 17 de abril de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE - Prefeito

**LEI COMPLEMENTAR Nº 300 DE 20 DE ABRIL DE 2015.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 300 DE 20 DE ABRIL DE 2015.  
ESTABELECE CRITÉRIOS PARA EMISSÃO DE ALINHAMENTO E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,  
LEI:

Art. 1º Na emissão do alinhamento, a Secretaria de Infraestrutura deve observar as seguintes regras:

I - Nas vias que possuem mapa aprovado pela Municipalidade deve ser seguida a cota aprovada no mapa. Inexistindo cota, deve ser observada a escala. Em caso de dúvida entre escala e cota, deve ser observada a cota.

II - Em vias em que há mapa de arruamento aprovado com cota e escala, mas que no local a mesma possui medidas divergentes das aprovadas, caso comprovada inviabilidade técnica de implantação do gabarito original, o interessado deve encaminhar Estudo de Impacto de Vizinhança - EIV, elaborado por profissional habilitado, ao Conselho de Desenvolvimento Municipal, podendo a Municipalidade promover a alteração do mapa, com base no interesse público.

III - Nas vias sem mapa aprovado, a Administração Municipal deve solicitar levantamento para a AMMOC e elaborar o mapa da via, devendo o mesmo ser aprovado no setor competente;

IV - Nas vias onde o mapa não tem definição de passeio e pista, deverão ser obedecidas as seguintes medidas de largura:

- a) Gabarito com 7 metros, passeio de 1 metro;
- b) Gabarito de 8 a 10 metros, passeio de 1,50 metros;
- c) Gabarito de 11 a 13 metros, passeio de 2 metros;
- d) Gabarito acima de 14 metros, passeio de acordo com definição do mapa viário.

Art. 2º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA (SC), em 20 de abril de 2015.  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

**LEI COMPLEMENTAR Nº 301 DE 20 DE ABRIL DE 2015.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 301 DE 20 DE ABRIL DE 2015.  
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 136/07 -  
NORMAS RELATIVAS AO PARCELAMENTO DO SOLO URBANO DO  
MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º Fica inserido o inciso VII no Art. 61 da Lei Complementar nº 136/2077 que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 61 (...)

“VII - pedido de viabilidade de rede de esgotamento sanitário ou

o que for pertinente ao caso.”

Art. 2º Fica inserido o inciso V no Art. 62 da Lei Complementar nº 136/2077 que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 62 (...)

“V- a solução do esgotamento sanitário.”

Art. 3º Fica inserido o inciso XII no Art. 74 da Lei Complementar nº 136/2077 que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 74 (...)

“XII - Licença Ambiental Prévia (LAP) e Licença Ambiental de Instalação (LAI);”

Art. 4º Fica alterado o Art. 95 da Lei Complementar nº 136/2077 que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 95 Realizadas as obras de que trata o Art. 56 desta Lei, a municipalidade, a requerimento do interessado acompanhado da Licença Ambiental de Operacionalização (LAO), fará a vistoria para emissão do Termo de Recebimento do Loteamento por Comissão Permanente previamente designada que, tendo sido cumprido integralmente o Termo de Compromisso, liberará as áreas caucionadas e emitirá documento que ateste a conclusão das obras constantes no projeto técnico definitivo.”

Art. 5º Os demais dispositivos permanecem inalterados.

Art. 6º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), em 20 de abril de 2015.  
RAFAEL LASKE  
Prefeito

**LEI COMPLEMENTAR Nº 302 DE 20 DE ABRIL DE 2015.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 302 DE 20 DE ABRIL DE 2015.  
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 137/07 -  
LEI DE ZONAMENTO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º Fica renumerado parágrafo único, passando a vigorar como § 1º e inserido o § 2º no Art. 100 da Lei Complementar nº 137/2077 que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 100 (...)

§ 1º Nos imóveis em que incidam mais de uma zona urbana, adota-se o zoneamento urbano mais favorável, no critério de parâmetros urbanísticos menos restritivos.

§ 2º Em se tratando de parcelamento na forma de loteamento, a planta de zoneamento fica alterada automaticamente dentro dos limites do imóvel objeto do parcelamento, de acordo com a regra estabelecida pelo §1º deste artigo e após aprovação do projeto definitivo do loteamento.

Art. 2º Ficam alterados os incisos XI e XV do Art. 89 da Lei Complementar nº 137/2077 que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art.89 (...)

" XI - Nas Zonas Residenciais em que o uso multifamiliar é permitido, os afastamentos laterais e de fundos obrigatórios serão de 1,50m para edificações multifamiliares, exceto quando unidades habitáveis estiverem situadas em cota negativa em relação à rua de acesso principal à edificação e nos casos de edificações multifamiliares com até dois pavimentos;"

(...)

"XV - nas Zonas Residenciais I, II, II, os afastamentos laterais serão livres para o uso residencial unifamiliar e para o uso residencial multifamiliar com até dois pavimentos;"

Art. 3º Os demais dispositivos permanecem inalterados.

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), em 20 de abril de 2015.

RAFAEL LASKE

Prefeito

### **LEI COMPLEMENTAR Nº 303 DE 20 DE ABRIL DE 2015.**

LEI COMPLEMENTAR Nº 303 DE 20 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES NA LEI COMPLEMENTAR N. 173/2009 QUE TRATA DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA, QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º Fica inserido ao Parágrafo Único, do Art. 17 da Lei Complementar n. 173/2009, o cargo de Assistente da Melhor Idade, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 17º

(...)

Parágrafo Único - A estrutura organizacional da Secretaria de Assistência Social é composta por:

(...)

VI - Assistente da Melhor Idade.

Art. 2º. Fica alterado o Anexo I, da Lei Complementar n. 173/2009, que passam a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO I  
CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

Secretário Municipal de Ação Social	Qnt. 01	Código CC -01
Diretor de Proteção Social Especial de Alta Complexidade	01	CC - 02
Gerente de Proteção Social Básica	01	CC - 03

Gerente de Proteção Social Especial de Média Complexidade	01	CC - 03
Gerente de Melhor Idade	01	CC - 03
Assessor Administrativo de Secretaria	03	CC - 05
Assistente de Melhor Idade	01	CC - 04

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 06 de abril de 2015.

RAFAEL LASKE

Prefeito

### **LEI Nº 4.599 DE 20 DE ABRIL DE 2015.**

LEI Nº 4.599 DE 20 DE ABRIL DE 2015.

"AUTORIZA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS EM IMÓVEIS PARTICULARES, QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI :

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar serviços nos imóveis particulares, locados e/ou cedidos ao Município de Joaçaba, que servirão de local de competição e alojamento para a realização dos 55º Jogos Abertos de Santa Catarina - JASC.

Parágrafo Único - Os serviços de que trata o "caput" deste artigo compreendem todos aqueles relacionados à limpeza, conservação e adequação por meio de pessoal ou através de maquinário municipal.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 20 de abril de 2015.

RAFAEL LASKE

Prefeito

### **LEI Nº 4.600 DE 20 DE ABRIL DE 2015.**

LEI Nº 4.600 DE 20 DE ABRIL DE 2015.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO VIGENTE."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC)

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal de Joaçaba, autorizado a abrir crédito adicional suplementar até a importância de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), destinado a suplementar as dotações abaixo descritas no Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Unidade orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Educação	
---	--

Proj./Atividade: 2.047 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental  
 Modalidade Aplicação:  
 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0036.000000-246  
 Valor: R\$ 70.000,00

Proj./Atividade: 2.048 Manutenção das Atividades do Ensino Infantil  
 Modalidade Aplicação:  
 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0036.000000-247  
 Valor: R\$ 30.000,00

Proj./Atividade: 2.049 Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Fundamental  
 Modalidade Aplicação:  
 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0036.000000-248  
 Valor: R\$ 150.000,00

Proj./Atividade: 2.050 Manutenção do Transporte Escolar do Ensino Médio  
 Modalidade Aplicação:  
 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0036.000000-249  
 Valor: R\$ 50.000,00

Art. 2º - O crédito autorizado no artigo anterior será coberto com o recurso proveniente da anulação da dotação abaixo descrita:  
 Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
 Unidade orçamentária: 01 - Secretaria Municipal de Educação  
 Proj.Atividade: 1.035 Const. e ampliação Unidades e Parques de educação Infantil  
 Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0036.000000-96  
 Valor: R\$ 300.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 20 de abril de 2015.  
 RAFAEL LASKE  
 Prefeito

### LEI Nº 4.601 DE 20 DE ABRIL DE 2015.

LEI Nº 4.601 DE 20 DE ABRIL DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI Nº 4.588 QUE TRATA DE TRANSPORTE GRATUITO COM A UTILIZAÇÃO DE VEÍCULO MUNICIPAL OU CONTRATADO, PARA A PARTICIPAÇÃO EM TREINAMENTOS E EM COMPETIÇÕES ESPORTIVAS OFICIAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC),  
 Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,  
 LEI:

Art. 1º. Fica alterado o Art. 1º, da Lei n.º 4.588/2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica o Município de Joaçaba, através do Fundo Municipal de Esportes, autorizado a realizar, gratuitamente, transporte através de ônibus, micro-ônibus e vans de passageiros, pertencentes à frota municipal ou contratados (terceiros), para viagens de integrantes de equipes amadoras de associações/modalidades para participação em treinamentos e competições esportivas oficiais, promovidas pelas Federações esportivas do Estado de Santa Catarina e/ou a nível nacional.

Art. 2º - Os demais dispositivos permanecem inalterados

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Joaçaba, SC, 20 de abril de 2015.  
 RAFAEL LASKE  
 Prefeito

### PORTARIA N.º 4211

PORTARIA Nº 4.211 DE 14 DE ABRIL DE 2015

"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIO(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, a partir da data de 06/04/2015, do(a) Sr.(a) KARINE FERREIRA MARTINS, das funções de Monitor Social, lotado(a) na Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 147 de 13 de agosto de 2008 e por ter sido classificada em teste para emprego público n.º 003/2008.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 06 de abril de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 14 de abril de 2015.  
 MARCOS WEISS  
 Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

### PORTARIA N.º 4212

PORTARIA Nº 4.212 DE 14 DE ABRIL DE 2015

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a (o) Servidor (a) Sr.(a) DIVANETE MARIA TREVISOL SANGUANINI, Professor Pós Graduado Nível I (Pós Graduado - cargo em extinção), LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito solicitada através do processo n.º 138.177 de 13 de abril de 2015 referente ao período de 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias) por um período de 12 (doze) dias, a partir de 14 de abril de 2015 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 14 de abril de 2015.  
 MARCOS WEISS  
 Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

### PORTARIA N.º 4213

PORTARIA Nº 4.213 DE 14 DE ABRIL DE 2015

"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 14 de julho de 2015 do(a) Servidor(a) Sr.(a) AMANDA FRIES DE ANDRADE, para exercer o cargo de Médico Plantonista - Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde (PAAS), com carga horária de 06 (seis) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde (PAAS), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 256 de 20 de dezembro de 2013, Lei Complementar n.º 274/2014 e nº 97 de 18 de março de 2005, bem como pelo aprovação no processo seletivo n.º 007/2014/FMS.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 10 de março de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 14 de abril de 2015.  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

#### **PORTARIA N.º 4214**

PORTARIA Nº 4.214 DE 14 DE ABRIL DE 2015  
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 04 de agosto de 2015 do(a) Servidor(a) Sr.(a) RAFAELA SANTINI DE OLIVEIRA, para exercer o cargo de Médico Plantonista - Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde (PAAS), com carga horária de 06 (seis) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde (PAAS), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 256 de 20 de dezembro de 2013, Lei Complementar n.º 274/2014 e nº 97 de 18 de março de 2005, bem como pelo aprovação no processo seletivo n.º 007/2014/FMS.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 10 de março de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 14 de abril de 2015.  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

#### **PORTARIA N.º 4215**

PORTARIA Nº 4.215 DE 14 DE ABRIL DE 2015  
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 27 de agosto de 2015 do(a) Servidor(a) Sr.(a) IONE MARIA BELOTTO CORREA, para exercer o cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM - ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - ESF (Estratégia de Saúde da Família), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º § 1º I e II da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005, em função da classificação no edital de Processo Seletivo n.º 04/2014/FMS.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 27 de fevereiro de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 14 de abril de 2015.  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

#### **PORTARIA N.º 4216**

PORTARIA Nº 4.216 DE 14 DE ABRIL DE 2015  
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 04 de junho de 2015 do(a) Servidor(a) Sr.(a) HENRIQUE VENTURA OLIMOS, para exercer o cargo de Médico Plantonista - Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde (PAAS), com carga horária de 06 (seis) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - Pronto Atendimento Ambulatorial de Saúde (PAAS), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 256 de 20 de dezembro de 2013, Lei Complementar n.º 274/2014 e nº 97 de 18 de março de 2005, bem como pelo aprovação no processo seletivo n.º 007/2014/FMS.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 10 de março de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 14 de abril de 2015.  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

#### **PORTARIA N.º 4217**

PORTARIA Nº 4.217 DE 14 DE ABRIL DE 2015  
"NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE CONCURSO PÚBLICO"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Ficam nomeados os servidores abaixo indicados, para compor a Comissão Especial para acompanhar o processo de Concurso Público n.º 002/2015 - Secretaria Municipal de Assistência Social.

Membros: Ediles Drey de Giacometti  
Loiva Otto Grisner  
Nathalia Costenaro Mascarello

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 14 de abril de 2015.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4218**

PORTARIA Nº 4.218 DE 15 DE ABRIL DE 2015

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) MATHEUS FELIPE SURDI, para exercer o cargo de Técnico de Administração, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 15 de abril de 2015.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4219**

PORTARIA Nº 4.219 DE 15 DE ABRIL DE 2015

"NOMEIA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 60, incisos I, IX e XI da Lei Orgânica do Município de Joaçaba, resolve:

Art. 1º. - NOMEAR, o(a) Sr.(a) ANDREIZA HILDA KARCH PEREIRA, para exercer o cargo de Enfermeiro, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e nº 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º. - Diante da necessidade dos serviços e tendo em vista a aprovação no Concurso Público de que trata o Edital n.º 001/2011, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos do Município de Joaçaba, no prazo de 30 dias a contar da data da assinatura desta convocação, para tomar posse no cargo para o qual prestou concurso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º. - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 15 de abril de 2015.

MARCOS WEISS

Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4220**

PORTARIA Nº 4.220 DE 16 DE ABRIL DE 2015

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Serviço/Contribuição expedida pelo INSS sob o nº 20022040.1.00014/05-4, nos assentos funcionais da Servidora TANIA MARIA MANDAL ROSA, detentor da matrícula nº 8.162 e do cargo de provimento efetivo de Professora

O Prefeito do Município de Joaçaba - SC., no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais da servidora TANIA MARIA MANDAL ROSA, matrícula 8.162, detentora do cargo de provimento efetivo de Professora, equivalente a 4.781 (quatro mil, setecentos e oitenta e um) dias, extraído da Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo INSS sob o nº 2002040.1.00014/05-4, conforme descrito abaixo:

- 2.155 (dois mil, cento e cinquenta e cinco) dias de serviços prestados ao Laboratório de Análises Clínicas LTDA totalizando 05 (cinco) anos e 11 (onze) meses;
- 2.117 (dois mil, cento e dezessete) dias de serviços prestados à Sadia Concordia S/A Industria e Comercio, totalizando 05 (cinco) anos, 09 (nove) meses e 22 (vinte e dois) dias
- 264 (duzentos e sessenta e quatro) dias de serviços prestados ao Laboratório Jose Firmo Bernardi LTDA, totalizando 08 (oito) meses e 24 (vinte e quatro) dias;
- 82 (oitenta e dois) dias de serviços prestados à Prefeitura de Joaçaba, totalizando 02 (dois) meses e 22 (vinte e dois) dias;
- 148 (cento e quarenta e oito) dias de serviços prestados ao Laboratório Santa Maria LTDA, totalizando 04 (quatro) meses e 28 (vinte e oito) dias.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.  
Joaçaba, 16 de abril de 2015  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4221**

PORTARIA N.º 4.221 DE 16 DE ABRIL DE 2015  
"EXONERA DE OFÍCIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE

Art. 1º EXONERAR DE OFÍCIO a(o) Sr(a). MARCELO CANCELI, Fiscal de Tributos, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, de acordo com o art. 35, II 2º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, em função do término da licença sem vencimentos em 01/03/2015 e decorridos 30 dias sem manifestação do servidor em retornar as atividades.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 01 de abril de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de abril de 2015.  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4222**

PORTARIA Nº 4.222 DE 16 DE ABRIL DE 2015  
"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE ,

1º INSTAURAR "Processo Administrativo Disciplinar", no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se apure possível infração disciplinar por parte do servidor Anderson Cristiano da Silva em relação as atividades desempenhadas no exercício de seu cargo.

2º DESIGNAR os servidores, HELLEN CHRISTIAN WIEST DABROWSKI, JANA TERESINHA PINTO PILGER e VALKIRIA SUZANA MARTINS TREVIZAN, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 16 de abril de 2015.  
MARCOS WEISS  
Prefeito em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4223**

PORTARIA Nº 4.223 DE 20 DE ABRIL DE 2015  
"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE ,

1º INSTAURAR "Processo Administrativo Disciplinar", no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se apure possível infração disciplinar por parte do servidor GUSTAVO MORELATTO BENATO em relação a denuncia formalizada, bem como, parecer jurídico.

2º DESIGNAR os servidores, INES MARIA PICOLI, DANIELE GALVÃO RODRIGUES E DIANE CARINA MATANA, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 20 de abril de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4224**

PORTARIA Nº 4.224 DE 20 DE ABRIL DE 2015  
"CONTRATA FUNCIONÁRIO (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. CONTRATAR, o (a) Sr(a) TATIANE DA SILVA, Agente Comunitário de Saúde, a partir da data de 30 de março de 2015, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 059 de 06 de junho de 2002, que instituiu o Quadro de Pessoal, para atendimento do Programa de Saúde da Família-PSF e Programa de Agentes Comunitários de Saúde-PACS e por ter sido classificada em teste para emprego público n.º 004/2014/FMS com base na Lei Complementar

n.º 147 de 13 de agosto de 2007.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 30 de março de 2015, obedecido ao disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 20 de abril de 2015  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

#### **PORTARIA N.º 4225**

PORTARIA Nº 4.225 DE 20 DE ABRIL DE 2015  
"CONTRATA FUNCIONÁRIO (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. CONTRATAR, o (a) Sr.(a) FERNANDA SHEILA MAITO, Agente Comunitário de Saúde, a partir da data de 31 de março de 2015, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 059 de 06 de junho de 2002, que instituiu o Quadro de Pessoal, para atendimento do Programa de Saúde da Família-PSF e Programa de Agentes Comunitários de Saúde-PACS e por ter sido classificada em teste para emprego público n.º 004/2014/FMS com base na Lei Complementar n.º 147 de 13 de agosto de 2007.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 31 de março de 2015, obedecido ao disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 20 de abril de 2015  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

#### **PORTARIA N.º 4226**

PORTARIA Nº 4.226 DE 20 DE ABRIL DE 2015  
"CONTRATA FUNCIONÁRIO (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. CONTRATAR, o (a) Sr.(a) JAQUELINE EVELYN JUNGES, Agente Comunitário de Saúde, a partir da data de 31 de março de 2015, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 059 de 06 de junho de 2002, que instituiu o Quadro de Pessoal, para atendimento do Programa de Saúde da Família-PSF e Programa de Agentes Comunitários de Saúde-PACS e por ter sido classificada em teste para emprego público n.º 004/2014/FMS com base na Lei Complementar n.º 147 de 13 de agosto de 2007.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 31 de março de 2015, obedecido ao disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 20 de abril de 2015  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

#### **PORTARIA N.º 4227**

PORTARIA Nº 4.227 DE 20 DE ABRIL DE 2015  
"CONTRATA FUNCIONÁRIO (A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA - SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve;

Art. 1º. CONTRATAR, o (a) Sr.(a) VIVIAN ALVES DE OLIVEIRA, Agente Comunitário de Saúde, a partir da data de 08 de abril de 2015, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 059 de 06 de junho de 2002, que instituiu o Quadro de Pessoal, para atendimento do Programa de Saúde da Família-PSF e Programa de Agentes Comunitários de Saúde-PACS e por ter sido classificada em teste para emprego público n.º 004/2014/FMS com base na Lei Complementar n.º 147 de 13 de agosto de 2007.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 08 de abril de 2015, obedecido ao disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), em 20 de abril de 2015  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

#### **PORTARIA N.º 4228**

PORTARIA Nº 4.228 DE 20 DE ABRIL DE 2015  
"CONCEDE REMOÇÃO E LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER REMOÇÃO a(o) Sr(a). IVONE AUGUSTA BRANCO SGARIA, Professor Nível I (Pós Graduação - cargo em extinção), do Centro de Educação Infantil Mundo Encantado, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 37, § 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). IVONE AUGUSTA BRANCO SGARIA, Professor Nível I (Pós Graduação - cargo em extinção), no Centro Educacional Clara Zomkowski, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e em conformidade com o Edital de Remoção 002/2014 da Secretaria Municipal de Educação, homologado em 22/12/2014, sendo que tal lotação efetiva-se a partir do ano letivo de 2015.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 20 de abril de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4229**

PORTARIA N.º 4.229 DE 20 DE ABRIL DE 2015  
"CONCEDE REMOÇÃO E LOTAÇÃO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, § 3º e art. 37 § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER REMOÇÃO a(o) Sr(a). JOSANNE MARGIT JENTZSCH KRUG, Professor Nível II (Pós Graduação), da Escola Municipal Rotary Fritz Lucht, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 37, § 1º, inciso II, da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º CONCEDER LOTAÇÃO a(o) Sr(a). JOSANNE MARGIT JENTZSCH KRUG, Professor Nível II (Pós Graduação), no Centro Educacional Roberto Trompowsky, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com o art. 16, § 3º da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e em conformidade com o Edital de Remoção 001/2014 da Secretaria Municipal de Educação, homologado em 19/12/2014, sendo que tal lotação efetiva-se a partir do ano letivo de 2015.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 20 de abril de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4230**

PORTARIA Nº 4.230 DE 20 DE ABRIL DE 2015  
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, resolve:

Art. 1º - PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 12 de outubro de 2015 do(a) Servidor(a) Sr(a) ROSELI WEBER para exercer as funções de TÉCNICO DE ENFERMAGEM - ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - ESF (Estratégia de Saúde da Família), sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º § 1º I e II da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005, em função da classificação no edital de Processo Seletivo n.º 006/2014/FMS..

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 12 de abril de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 20 de abril de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4231**

PORTARIA Nº 4.231 DE 20 DE ABRIL DE 2015  
"PRORROGA PRAZO DE COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003, resolve:

Art. 1º PRORROGAR o prazo em 30 (trinta) dias, conforme prevê o § 7º do art. 128 da Lei Complementar n.º 76/2003, para conclusão dos trabalhos do processo administrativo disciplinar instaurado pela portaria n.º 4.043/2015 com a finalidade de que se apure possível infração disciplinar por parte da servidora Marilei Schmitz Ebert conforme memorando interno da Secretaria Municipal de Assistência Social, bem como, parecer jurídico.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 09 de maio de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 20 de abril de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**PORTARIA N.º 4232**

PORTARIA Nº 4.232 DE 20 DE ABRIL DE 2015  
"TRANSFERIR SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

RAFAEL LASKE, Prefeito Municipal de Joaçaba-SC., no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei

RESOLVE

Art. 1º - TRANSFERIR o(a) Servidor(a) Sr. GLAUCIO PERGENTINO CARSTEN DA ROSA, Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social para a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 13 de abril de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, em 20 de abril de 2015.  
RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA  
Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
www.diariomunicipal.sc.gov.br  
Setor de Pessoal

**RESOLUÇÃO Nº 004/2015 - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

Resolução nº 004/2015

Especifica as atribuições da Comissão Eleitoral responsável pelo processo eleitoral para escolha dos membros do Conselho Tutelar - Eleições Unificadas 2015 - e dá outras providências.

CONSIDERANDO a Resolução nº 152/2012 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, que dispõe sobre as diretrizes de transição para o primeiro processo de escolha unificado dos conselheiros tutelares em todo território nacional a partir da vigência da lei 12.696/12.

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 158/2007 e suas alterações.

CONSIDERANDO as atribuições privativas do Conselho Tutelar a fim de assegurar os direitos da criança e do adolescente, as quais preponderam sobre o princípio da legalidade;

CONSIDERANDO a Resolução nº 170/2012 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, que dispõe sobre o processo de escolha em data unificada em todo o território nacional dos membros do Conselho Tutelar.

CONSIDERANDO a Resolução nº 003/2015 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que cria a Comissão Eleitoral responsável pelo processo eleitoral para escolha dos membros do Conselho Tutelar - Eleições Unificadas 2015.

O Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes de Joaçaba, no uso das suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.995/93, resolve:

Art. 1º - A Comissão Eleitoral encarregada de realizar o processo de escolha deverá analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos, facultando a qualquer cidadão impugnar, no prazo de 5 (cinco) dias contados da publicação, candidatos que não atendam os requisitos exigidos, indicando os elementos probatórios.

Art. 2º - Caberá à Comissão Eleitoral diante da impugnação de candidatos ao Conselho Tutelar em razão do não preenchimento dos requisitos legais ou da prática de condutas ilícitas ou vedadas, I - notificar os candidatos, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa;

II - realizar reunião para decidir acerca da impugnação da candidatura, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências.

Art. 3º - Das decisões da Comissão Eleitoral caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

Art. 4º - Esgotada a fase recursal, a Comissão Eleitoral encarregada de realizar o processo de escolha fará publicar a relação dos candidatos habilitados, com cópia ao Ministério Público.

Art. 5º - Cabe ainda à Comissão Eleitoral encarregada de realizar o processo de escolha:

I - realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local;

II - estimular e facilitar o encaminhamento de notificação de fatos que constituam violação das regras de divulgação do processo de escolha por parte dos candidatos ou à sua ordem;

III - analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

IV - providenciar a confecção das cédulas, conforme modelo a ser aprovado;

V - escolher e divulgar os locais do processo de escolha;

VI - selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores, bem como, seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia do processo de escolha, na forma da resolução regulamentadora do pleito;

VII - solicitar, junto ao comando da Polícia Militar ou Guarda Municipal local, a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança dos locais do processo de escolha e apuração;

VIII - divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial do processo de escolha; e

IX - resolver os casos omissos.

Art. 6º - A Comissão Eleitoral deverá notificar o Ministério Público, com a antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, de todas as reuniões deliberativas a serem realizadas pela Comissão Eleitoral, bem como de todas as decisões nelas proferidas e de todos os incidentes verificados.

Art. 7º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 10 de abril de 2015.

Cheila Sacchetti

Presidente do Conselho Municipal de  
Direitos da Criança e do Adolescente.

**RESOLUÇÃO Nº02/2015 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

RESOLUÇÃO Nº02/2015 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

“DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DO USO DE TELEFONE CELULAR E ACESSO A REDES SOCIAIS NAS UNIDADES DE ENSINO MUNICIPAIS”

O Secretário Municipal de Educação de Joaçaba (SC), no uso de suas atribuições, RESOLVE:

Art.1º - Fica proibido o uso de telefone celular nas salas de aulas e demais dependências das unidades de ensino municipais, pelos alunos, professores e demais servidores;

Art. 2º - Fica proibido o acesso a redes sociais nas salas de aulas e demais dependências das escolas municipais, pelos alunos, professores e demais servidores.

§ Único. Excetua-se da proibição prevista no caput o acesso às redes sociais pelo Gestor ou servidor responsável pela área administrativa, para o fim único e exclusivo de postagem de atividades da unidade escolar ou comunicado aos pais.

Art. 3º - O não cumprimento do disposto nos artigos 1º e 2º caracterizará violação do artigo 111, III e IV, da Lei Complementar 76/03 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba/SC.

Parágrafo Único - Descumprida a presente Resolução, no momento da infração o gestor da unidade de ensino deverá relatar a infração, por escrito, a qual deverá ser assinada pelos professores colegas de sala do infrator, pelo Gestor e pelo infrator, caso queira, e encaminhar ao Secretário de Educação sob pena de responder solidariamente pelo descumprimento desta resolução.

Art.4º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 17 de abril de 2015.

José Luiz Junqueira de Carvalho  
Secretário de Educação

**TERMO DE DESISTÊNCIA****TERMO DE DESISTÊNCIA APÓS CONVOCAÇÃO**

Tendo em vista correspondência enviada pelo candidato(a) Sr(a) ALINE GHIDINI, Cargo de Cirurgião Dentista, classificado em 8º lugar, referente ao Concurso Público n.º 001/2011, fica registrado a desistência pelo referido candidato, possibilitando a chamada do próximo classificado.

Esta termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 20 de abril de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Setor de Pessoal

**NOTA DE ANULAÇÃO PL 23/2015/PMJ - PP 14/2015/PMJ**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA**

CNPJ: 82.939.380/0001-99  
AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 378  
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**  
**Nr.: 14/2015 - PR**

Processo Administrativo: 23/2015  
Processo de Licitação: 23/2015  
Data do Processo: 27/02/2015

**Objeto:** O Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos, equipamentos para cozinha, equipamentos de informática e outros, destinados à manutenção das escolas da rede municipal e dos demais órgãos participantes.

**NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 5 / 2015**

**Motivo:** Processo anulado, conforme informações constantes nas atas de julgamento das propostas e de pareceres diversos.

Joaçaba, 17 de Abril de 2015

-----  
RESPONSÁVEL PELA PASTA (carimbo e assin.)

**SIMAE****PORTARIA JHL 071/2015**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº - 071/2015 DE 07.04.2015

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, 10 (dez) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Adriano Feltim (Matr.162), ocupante do Cargo de Provisamento Efetivo de Auxiliar Administrativo, P-3, N-1, Ref.B, referente ao período aquisitivo compreendido entre 02 de abril de 2014 à 01 de abril de 2015, para serem fruídas no período de 04.05.2015 à 13.05.2015, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo já citado, conforme prevê o Art. nº 75 A da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 04 de maio de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 07 de abril de 2015.  
Elisabet Maria Zanela Sartori  
Diretora Presidente

**PORTARIA JHL 072/2015**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº - 072/2015 DE 07.04.2015

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor JORGE ENDERLE (Matr.28), ocupante do Cargo de Provisamento Efetivo de Encanador, P-4, N-3, Ref.F-8, referente ao período aquisitivo compreendido entre 24 de abril de 2014 à 23 de abril de 2015, para serem fruídas no período de 04.05.2015 à 23.05.2015, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo já citado, conforme prevê o Art. nº 75 A da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 04 de maio de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 07 de abril de 2015.  
Elisabet Maria Zanela Sartori  
Diretora Presidente

**PORTARIA JHL 073/2015**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº - 073/2015 DE 07.04.2015

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, 15 (quinze) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor ALUIR FLEMMING (Matr.16), ocupante do Cargo de Provisamento Efetivo de Oficial Técnico, P-7, N-3, Ref.A-8, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de julho de 2013 à 30 de junho de 2014, para serem fruídas no período de 22.04.15 à 06.05.2015, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 22 de abril de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 07 de abril de 2015.  
Elisabet Maria Zanela Sartori  
Diretora Presidente

**PORTARIA JHL 078/2015**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº - 078/2015 DE 13.04.2015

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder, 20 (vinte) dias de Férias Regulamentares, ao Servidor Almir Penteado (Matr.110), ocupante do Cargo de Provisamento Efetivo de Auxiliar de Operações, P-2, N-2, Ref.A-3, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de outubro de 2013 à 30 de setembro de 2014, para serem fruídas no período de 04.05.2015 à 23.05.2015, de conformidade com o Art. nº 70 da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 2º - Autorizar a conversão de 1/3 de férias em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo já citado, conforme prevê o Art. nº 75 A da Lei Complementar nº 76/2003 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de 04 de maio de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 13 de abril de 2015.  
Elisabet Maria Zanela Sartori  
Diretora Presidente

**PORTARIA JHL 084/2015**

PORTARIA SIMAE JHL -Nº 084/2015 DE 17.04.2015

Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar: o servidor Paulo César Lamin, Químico, P-8, N-1, Ref. G-2, para responder pela Função de Diretor Adjunto, no

período de 22 de abril à 06 de maio de 2015, por motivo de férias do titular, com direito a Função Gratificada Adicional, Nível FGA-2, de acordo com Art.16 parágrafo 4º da Lei Complementar 193 de 06/09/10.

Art. 2º Suspende a designação do servidor como Assessor da Qualidade, conforme Portaria 111/2014 de 16/07/2014 para o período em que estiver respondendo pela função de Direção.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor a partir de 22 de Abril de 2015, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 17 de Abril de 2015.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente

**HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 07-2015**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b>  CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 7/2015 - PR</b>  Processo Administrativo: 7/2015 Processo de Licitação: 7/2015 Data do Processo: 19/01/2015
	Folha: 1/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 7/2015  
b ) Licitação Nr.: 7/2015-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação:  
e ) Data da Adjudicação: Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação MANUTENÇÃO DE FLOCULADORES DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE AGUA DO SIMAE, TENDO EM VISTA O DESGATE DAS BUCHAS DOS MANCAIS.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

**INDUCAL IND COM E CONS DE PECAS CAMAROTO LTDA - EP (7004)**

1 FABRICAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DAS BUCHAS BIPARTIDAS DE NYLON 6.6, que estão fixadas nos mancais. Medidas em milímetros de 120 x 120 x 100 (medidas aproximadas). - Marca: INDUCAL	UN	4,00	0,0000	390,00	1.560,00
2 FABRICAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DAS BUCHAS BIPARTIDAS DE LIGA DE BRONZE SAE 620 POR OUTRAS DA MESMA LIGA, NAS SEGUINTE MEDIDAS EM MILÍMETROS 100 X 82 X 150 (MEDIDAS APROXIMADAS). AS BUCHAS BIPARTIDAS SÃO FIXADAS NO EIXO ATRAVÉS DE PARAFUSOS DE INOX M6. - Marca: INDUCAL	UN	2,00	0,0000	950,00	1.900,00
3 FABRICAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DAS BUCHAS INTEIRIÇAS DE LIGA DE BRONZE SAE 620 POR OUTRAS DA MESMA LIGA, NAS SEGUINTE MEDIDAS EM MILÍMETROS 100 X 82 X 150 (MEDIDAS APROXIMADAS). - Marca: INDUCAL	UN	2,00	0,0000	950,00	1.900,00
4 FABRICAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DAS BUCHAS INTEIRIÇAS DE NYLON 6.6 QUE SERÃO FIXADAS NOS MANCAIS. AS MEDIDAS EM MILÍMETROS SÃO DE 120 X 120 X 100 (MEDIDAS APROXIMADAS). - Marca: INDUCAL	UN	4,00	0,0000	390,00	1.560,00

-----  
Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO****CNPJ:** 84.591.890/0001-43  
**Rua Tiradentes, 123**  
**C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC****PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 7/2015 - PR****Processo Administrativo:** 7/2015  
**Processo de Licitação:** 7/2015  
**Data do Processo:** 19/01/2015

Folha: 2/2

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO****INDUCAL IND COM E CONS DE PECAS CAMAROTO LTDA - EP (7004)**

5 FABRICAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DAS BUCHAS INTEIRIÇAS DE LIGA DE BRONZE SAE 620 POR OUTRAS DA MESMA LIGA, NAS SEGUINTE MEDIDAS EM MILIMETROS (CADA UMA) 150 X 100 X 82 ( MEDIDAS APROXIMADAS). TAIS BUCHAS SERÃO INTEIRIÇAS E FIXADAS NO EIXO POR INTERFERÊNCIA - Marca: INDUCAL	UN	4,00	0,0000	950,00	3.800,00
--	----	------	--------	--------	----------

**Total do Fornecedor:** 10.720,00**Total Geral:** 10.720,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.061.3.3.90.00.00.00.00 (18) Saldo: 917.586,27

-----  
Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

# Lages

## PREFEITURA

### DISPENSA DE LICITAÇÃO 03/2015 - SEMASA

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 03/2015  
ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
ESTA PUBLICAÇÃO EXCLUI A ANTERIOR

Autorizo a abertura do processo de Dispensa de Licitação sob n.º 03/2015, através da Secretaria Municipal de Administração, com a empresa BRAZIL CONSTRUÇÕES LTDA EPP, inscrito no CNPJ sob n.º 02.415.210/0001-76, com sede a Rua: Edmundo da Costa Arruda, 1.205 - Bairro: Promorar; CEP: 88.514-300; Lages/SC, para Serviços de Mão de Obra para Troca Emergencial de Telhas em Próprios Municipais atingidos pela Chuva de Granizo, conforme Decreto Nº 14615/2014, na SEMASA pelo valor de R\$ 19.277,42 (dezenove mil duzentos e setenta e sete reais e quarenta e dois centavos).

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº. 8.666/93 submeto o ato à autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 27 de março de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário Municipal de Administração

### RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria de Pedro Marcos Ortiz, Secretário Municipal de Administração, tudo de conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo, uma vez que o mesmo se encontra devidamente instruído.

Publique-se.

Lages, 27 de março de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

### EXTRATO CONTRATO 173/2015 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 173/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ: 05.919.156/0001-94 com sede na Rua Rodrigues Alves, 825 -D - Bairro Bela Vista, CEP 89804-084 - Chapecó/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 119/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 43/2015, aberto em 14/04/2015 e homologado em 16/04/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Margarina para Consumo nas Unidades Escolares Municipais, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega: deverão ser entregues conforme necessidade, em até 07 (sete) dias úteis da(s) solicitação(ões), no Armazém da

Alimentação Escolar, à Av. Belizário Ramos nº 5043, Bairro São Cristóvão, CEP 88509-100, Fone: (49) 3225-3828, nesta cidade R\$ 64.090,00 (sessenta e quatro mil e noventa reais).

Lages, 16 de Abril de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

### EXTRATO CONTRATO 174/2015 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 174/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: KI BOLA MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA, inscrita no CNPJ: 82.145.319/0001-70 com sede na Av. Luiz de Camões, 555 -Coral, CEP 88.523-000 - Lages/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 89/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 34/2015, aberto em 01/04/2015 e homologado em 15/04/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Material Esportivo para o JOCOL, da Fundação Municipal de Esportes no ano de 2015, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início; da data da assinatura do Contrato até 31/12/2015;

2.2 De Execução; da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega(s); em até 05 (cinco) dias a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), da Secretaria requisitante

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 29.610,45 (vinte e nove mil seiscentos e dez reais e quarenta e cinco centavos)

Lages, 16 de Abril de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

### EXTRATO CONTRATO 19/2015 SMS

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 19/2015 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: ALFREDO COMÉRCIO VAREJISTA LTDA ME, inscrita no CNPJ: 21.593.746/0001-26 com sede na Rua Padre Cristóvão Arnoud, 89 - Centro - CEP 88450-000 - Alferdo Wagner/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 12/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 12/2015, aberto em 13/04/2015 e homologado em 14/04/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Alimentos, Produtos de Higiene e Bazar para CAPS I, CAPS II, CAPS AD E CASM, Programas da SMS, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega, em até 05 (cinco) dias, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no endereço de cada unidade.

2.4 Do Contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários

ano base 2015. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2015...

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO**

O valor a ser pago será de R\$ 47.112,45 (quarenta e sete mil, cento e doze reais e quarenta e cinco centavos).

Lages 16 de Abril de 2015.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO CONTRATO 21/2015 SMS**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 21/2015 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: CELIA REGINA W SANI - ME, inscrita no CNPJ: 04.195.853/0001-87 com sede a Avenida Beira Rio, 730 - Bairro Centro - CEP 88450-000 - Alfredo Wagner/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 12/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 12/2015, aberto em 13/04/2015 e homologado em 14/04/2015.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Aquisição de Alimentos, Produtos de Higiene e Bazar para CAPS I, CAPS II, CAPS AD E CASM, Programas da SMS, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do edital correlato.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega, em até 05 (cinco) dias, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no endereço de cada unidade.

2.4 Do Contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2015. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2015...

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO**

O valor a ser pago será de R\$ 1.314,45 (hum mil, trezentos e quatorze reais e quarenta e cinco centavos).

Lages 16 de Abril de 2015.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO CONTRATO 22/2015 SMS**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 22/2015 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: COMERCIAL DE ALIMENTOS MILÊNIO LTDA - EPP, inscrita no CNPJ: 07.773.491/0001-52 com sede a Avenida Caldas Junior, 550 - sala 01 - Bairro Santa Helena CEP 88504-420 - Lages/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 12/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 12/2015, aberto em 13/04/2015 e homologado em 14/04/2015.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Aquisição de Alimentos, Produtos de Higiene e Bazar para CAPS I, CAPS II, CAPS AD E CASM, Programas da SMS, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do edital correlato.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega, em até 05 (cinco) dias, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no endereço de cada unidade.

2.4 Do Contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2015. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2015...

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO**

O valor a ser pago será de R\$ 38,28 (trinta e oito reais e vinte e oito centavos).

Lages 16 de Abril de 2015.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO CONTRATO 23/2015 SMS**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 23/2015 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: JLM DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA ME, inscrita no CNPJ: 13.965.228/0001-68 com sede a Avenida 24 de Outubro, 1162 - Bairro Centro, CEP 88680-000 - Bom Retiro/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 12/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 12/2015, aberto em 13/04/2015 e homologado em 14/04/2015.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Aquisição de Alimentos, Produtos de Higiene e Bazar para CAPS I, CAPS II, CAPS AD E CASM, Programas da SMS, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do edital correlato.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega, em até 05 (cinco) dias, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no endereço de cada unidade.

2.4 Do Contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2015. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2015...

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO**

O valor a ser pago será de R\$10.765,05 (dez mil, setecentos e sessenta e cinco reais e cinco centavos).

Lages 16 de Abril de 2015.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO CONTRATO 24/2015 SMS**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 24/2015 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: JULIO CESAR RODRIGUES DELFES ME, inscrita no CNPJ: 82.894.718/0001-33 com sede a Rua Mario Ribeiro Ramos 242 - CEP 88509-340 - Lages/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 12/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 12/2015, aberto em 13/04/2015 e

homologado em 14/04/2015.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Aquisição de Alimentos, Produtos de Higiene e Bazar para CAPS I, CAPS II, CAPS AD E CASM, Programas da SMS, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do edital correlato.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega, em até 05 (cinco) dias, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no endereço de cada unidade.

2.4 Do Contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2015. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2015...

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO**

O valor a ser pago será de R\$ 256,36 (duzentos e cinquenta e seis reais e trinta e seis centavos).

Lages 16 de Abril de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO CONTRATO 25/2015 SMS**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

**CONTRATO 25/2015 SMS**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: LICITAMIX MATERIAIS DE ESCRITÓRIO LTDA ME, inscrita no CNPJ: 12.903.455/0001-04 com sede a Rua Mercedes Candido dos Santos Sn, Bairro São Sebastião, CEP 88130-430 - Palhoça/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 12/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 12/2015, aberto em 13/04/2015 e homologado em 14/04/2015.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Aquisição de Alimentos, Produtos de Higiene e Bazar para CAPS I, CAPS II, CAPS AD E CASM, Programas da SMS, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do edital correlato.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega, em até 05 (cinco) dias, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no endereço de cada unidade.

2.4 Do Contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2015. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2015...

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO**

O valor a ser pago será de R\$ 3.414,23 (três mil quatrocentos e quatorze reais e vinte e três centavos),.

Lages 16 de Abril de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO CONTRATO 26/2015 SMS**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

**CONTRATO 26/2015 SMS**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: NEW WAY COMÉRCIO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA, inscrita no CNPJ: 14.320.137/0001-38 com sede a Rua José Luciano Nunes, 178 - Centro - CEP 88340-539 - Camboriú/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 12/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 12/2015, aberto em 13/04/2015 e homologado em 14/04/2015.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Aquisição de Alimentos, Produtos de Higiene e Bazar para CAPS I, CAPS II, CAPS AD E CASM, Programas da SMS, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do edital correlato.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega, em até 05 (cinco) dias, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no endereço de cada unidade.

2.4 Do Contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2015. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2015...

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO**

O valor a ser pago será de R\$ 199.119,40 (cento e noventa e nove mil, cento e dezenove reais e quarenta centavos).

Lages 16 de Abril de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO CONTRATO 27/2015 SMS**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

**CONTRATO 27/2015 SMS**

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME, inscrita no CNPJ: 07.814.016/0001-87 com sede a Rua Olavo Bilac, 1842 - Centro - CEP 89.803-426 - Chapecó/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 12/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 12/2015, aberto em 13/04/2015 e homologado em 14/04/2015.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Aquisição de Alimentos, Produtos de Higiene e Bazar para CAPS I, CAPS II, CAPS AD E CASM, Programas da SMS, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do edital correlato.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega, em até 05 (cinco) dias, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no endereço de cada unidade.

2.4 Do Contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2015. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2015...

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO**

O valor a ser pago será de R\$ 48.323,70 (quarenta e oito mil trezentos e vinte e três reais e setenta centavos).

Lages 16 de Abril de 2015.  
Antônio Arcanjo Duarte  
Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO CONTRATO 28/2015 SMS**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 28/2015 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: ZAGO FERRAGENS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ: 08.208.387/0001-88 com sede a Praça Vidal Ramos Sênio, 86 - Centro CEP 88502-005 - Lages/SC. Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 12/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 12/2015, aberto em 13/04/2015 e homologado em 14/04/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Alimentos, Produtos de Higiene e Bazar para CAPS I, CAPS II, CAPS AD E CASM, Programas da SMS, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega, em até 05 (cinco) dias, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no endereço de cada unidade.

2.4 Do Contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2015. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2015...

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

O valor a ser pago será de R\$ 8.001,67 (oito mil, um real e sessenta e sete centavos).

Lages 16 de Abril de 2015.  
Antônio Arcanjo Duarte  
Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO CONTRATO 29/2015 SMS**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 29/2015 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: VOLNI MUNIZ PADILHA ME, inscrita no CNPJ: 78.660.537/0001-75 com sede a Rod. BR 282 S/n KM 8, 86 - Conta Dinheiro CEP 88.520-210 - Lages/SC Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 15/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 14/2015, aberto em 11/03/2015 e homologado em 11/04/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Serralheria para Confecção de Portões, Grades, Janelas e outros, para uso nas Unidades e Setores da Secretaria Municipal de Saúde de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, a contar da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega, em até 15 (dias) de acordo com a Solicitação da SMS;

2.4 Do Contrato ficam adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2015. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2015, podendo ser prorrogados nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

O valor a ser pago será de R\$ 77.799,60 (setenta e sete mil setecentos e noventa e nove reais e sessenta centavos).

Lages 16 de Abril de 2015.  
Antônio Arcanjo Duarte  
Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO CONTRATO 30/2015 SMS**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 30/2015 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ: 00.802002/0001-02 com sede a Estrada Boa Esperança, 2320 - Fundo Canoas CEP 89.163-554 - Rio do Sul/SC Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 26/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 21/2015, aberto em 16/04/2015 e homologado em 16/04/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais e Equipamentos para uso no Laboratório Municipal, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 15 (dez) dias, por meio de requisição de compras, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no Almoxarifado da Secretaria Municipal da Saúde, à Rua Cruz e Souza nº 368 - Bairro Brusque, nesta cidade;

2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.4 Do Contrato, fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2015. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2015

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

O valor a ser pago será de R\$ 11.089,54 (onze mil e oitenta e no reais e cinquenta e quatro centavos).

Lages 16 de Abril de 2015.  
Antônio Arcanjo Duarte  
Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO CONTRATO 31/2015 SMS**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 31/2015 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: BIOMARCHESINE PRODUTOS CIENTIFICOS LTDA, inscrita no CNPJ: 80.993.751/0001-95 com sede a Estrada Caminho dos açores, 1051 - CEP 88.050-300 - Florianópolis/SC Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 26/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 21/2015, aberto em 16/04/2015 e homologado em 16/04/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Materiais e Equipamentos para uso no Laboratório Municipal, em conformidade com as especificações prescritas no

Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 15 (dez) dias, por meio de requisição de compras, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no Almojarifado da Secretaria Municipal da Saúde, à Rua Cruz e Souza nº 368 - Bairro Brusque, nesta cidade;

2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.4 Do Contrato, fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2015. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2015

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO**

O valor a ser pago será de R\$ 4.262,39 (quatro mil duzentos e sessenta e dois reais e trinta e nove centavos).

Lages 16 de Abril de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO CONTRATO 32/2015 SMS**

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 32/2015 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: J.R.EHLKE & CIA LTDA, inscrita no CNPJ: 76.730.076/0001-34 com sede a Av. João Gualberto, 1661 - Juvevê - CEP 80.030-001 - Curitiba/PR

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 26/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 21/2015, aberto em 16/04/2015 e homologado em 16/04/2015

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Aquisição de Materiais e Equipamentos para uso no Laboratório Municipal, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 15 (dez) dias, por meio de requisição de compras, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no Almojarifado da Secretaria Municipal da Saúde, à Rua Cruz e Souza nº 368 - Bairro Brusque, nesta cidade;

2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.4 Do Contrato, fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2015. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2015

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO**

O valor a ser pago será de R\$ 11.571,33 (onze mil quinhentos e setenta e um reais e trinta e três centavos).

Lages 16 de Abril de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO CONTRATO 33/2015 SMS**

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 33/2015 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: MF DE ALMEIDA & CIA LTDA EPP, inscrita no CNPJ: 05.021.932/0001-34 com sede a Rua Sebastião Furtado, 101 - Centro - CEP 88.501-140 - Lages/SC

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 26/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 21/2015, aberto em 16/04/2015 e homologado em 16/04/2015

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Aquisição de Materiais e Equipamentos para uso no Laboratório Municipal, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do Edital Correlato.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Entrega(s), em até 15 (dez) dias, por meio de requisição de compras, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no Almojarifado da Secretaria Municipal da Saúde, à Rua Cruz e Souza nº 368 - Bairro Brusque, nesta cidade;

2.3 De Execução, contar-se-á da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.4 Do Contrato, fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2015. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2015

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO**

O valor a ser pago será de R\$ 4.471,01 (quatro mil quatrocentos e setenta e um reais e um centavo).

Lages 16 de Abril de 2015.

Antônio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

**EXTRATO DE CONTRATO 20/2015 SMS**

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 20/2015 SMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADO: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ: 05.919.156/0001-94 com sede na Rua Rodrigues Alves, 825 -D - Bairro Bela Vista, CEP 89804-084 - Chapecó/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 12/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 12/2015, aberto em 13/04/2015 e homologado em 14/04/2015.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Aquisição de Alimentos, Produtos de Higiene e Bazar para CAPS I, CAPS II, CAPS AD E CASM, Programas da SMS, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, parte integrante do edital correlato.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)**

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, da data da assinatura do Contrato decorrente, até 31/12/2015;

2.3 De Entrega, em até 05 (cinco) dias, a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), no endereço de cada unidade.

2.4 Do Contrato fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2015. A sua vigência será da data da sua assinatura até 31/12/2015...

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO**

O valor a ser pago será de R\$ 31.466,70 (trinta e um mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e setenta centavos).

Lages 16 de Abril de 2015.

Antonio Arcanjo Duarte

Prefeito Municipal em Exercício

## Lebon Regis

### PREFEITURA

**PORTARIA Nº 474/2015 - HMMSA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA No. 0474/2015 de 25 de Março de 2015.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979.

**RESOLVE:**

ART. 1 - AFASTAR, de suas funções a funcionária, LEONIR TEREZINHA DE SOUZA, ocupante do cargo de SERVENTE, por motivo de doença a qual passa a perceber seus vencimentos pelo INSS por motivo de incapacidade laborativa até 25/07/2015.

ART. 2 - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio,  
em 25 de Março de 2015.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO

Presidente

**PORTARIA Nº 475/2015 - HMMSA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0475/2015 de 01 de Abril de 2015.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 2º § I, e em conformidade com a lei nº 065/2010 de 03/11/2010.

**RESOLVE:**

ART. 1º - CONTRATAR O FUNCIONÁRIO, ANDERSON AMAURI PEREIRA, para ocupar o cargo de RECEPCIONISTA, do quadro de pessoal do hospital, a partir de 01/04/2015.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio,  
em 01 de Abril de 2015.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO

Presidente

**PORTARIA Nº 476/2015 - HMMSA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0476/2015 de 02 de Abril de 2015.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º , Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979, e de conformidade com o Art. 96 da Lei Complementar nº 076 de 12/01/2012.

RESOLVE:

ART. 1º - CONCEDER, Licença Prêmio de 18 dias a servidora, ZENILDA APARECIDA GOMES, ocupante do cargo de SERVENTE, relativo ao período aquisitivo de 12/01/2014 a 11/01/2015 e período de gozo de 02/04/2015 a 19/04/2015.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio,  
em 02 de Abril de 2015.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO

Presidente

**PORTARIA Nº 477/2015 - HMMSA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO

PORTARIA Nº. 0477/2015 de 07 de Abril de 2015.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º , Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979, e de conformidade com o Art. 96 da Lei Complementar nº 076 de 12/01/2012.

RESOLVE:

ART. 1º - CONCEDER, Licença Prêmio de 18 dias ao servidor, VITAL ANADIL PALHANO, ocupante do cargo de JARDINEIRO, relativo ao período aquisitivo de 12/01/2014 a 11/01/2015 e período de gozo de 07/04/2015 a 24/04/2015.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio,  
em 07 de Abril de 2015.

MOACIR GALENO VARELA FURTADO

Presidente

# Leoberto Leal

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 042/2015

DECRETO Nº 042, DE 17 DE ABRIL DE 2015

"ANULA E SUPLEMENTA O ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 8º, Inciso I da Lei nº 1.112 de 16 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da seguridade social, na dotação com a seguinte estrutura e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	48.000,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	48.000,00
Função	10	Saúde	48.000,00
Sub-função	301	Atenção Básica	48.000,00
Programa	06	Saúde com Excelência	48.000,00
Atividade	2.015	Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - FMS	48.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas de Capital	48.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	48.000,00
Modalidade Aplicação	91	Aplicações diretas decorrentes de operações entre Órgãos, Fundos e Entidades integrantes dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	48.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0002	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde	48.000,00
Detalhamento	0	Sem detalhamento	48.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO.....			48.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação parcial da seguinte dotação:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	48.000,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	48.000,00
Função	10	Saúde	48.000,00
Sub-função	301	Atenção Básica	48.000,00
Programa	06	Saúde com Excelência	48.000,00
Atividade	2.015	Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - FMS	48.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas de Capital	48.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	48.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	48.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0002	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde	48.000,00
Detalhamento	0	Sem detalhamento	48.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO.....			48.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 17 de abril de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES A CUNHA

Prefeita Municipal

**Lindóia do Sul****PREFEITURA****EXTRATO INEXIGIBILIDADE 01/2015 FMS**

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL – SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2015

Ronaldo Piscini Secretário do Fundo Municipal de Saúde e Ação Social de Lindóia do Sul, SC, torna público que ratificou o ato do responsável pelas Licitações e Contratos, que declarou inexigível a licitação, nos termos do artigo 25, caput, da Lei nº 8.666/93, serviços médicos especializados em Concentração em Psiquiatria e Psicoterapia

Valor: R\$ 25.500,00 (vinte e cinco mil e quinhentos reais).

Beneficiada: Hospital Lindóia Ltda ME

Vigência: 31/12/2015.

Lindóia do Sul, SC, 17 de abril de 2015.

Ronaldo Piscini

Secretário Municipal de Saúde e Ação Social

**Luzerna****PREFEITURA****DECRETO 2022**

DECRETO Nº 2022 de 16 de abril de 2015.

“ABRE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA PARA O EXERCÍCIO DE 2015”.

MOISES DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso II, do art.19, da Lei nº 1.311 de 11 de novembro de 2014,

**DECRETA:**

Art.1º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no valor de R\$ 7.474,28 (sete mil e quatrocentos e setenta e quatro reais e vinte e oito centavos), à conta do superávit financeiro do exercício de 2014, apurado na Fonte e detalhamento abaixo relacionados, criando Fonte, e Valor e Detalhamento no Orçamento do Município para 2015, atribuído à atividade:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Atividade - 12.365.0031.2028 - Manutenção da Educação Infantil

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas - Outras Despesas Correntes

Fonte 62 - Outros Recursos do FNDE .....

..... R\$ 7.474,28

Detalhamento: 115 - Programa Brasil Carinhoso - Educação Infantil

Art.2º - É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2014.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 16 de abril de 2015.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

**DECRETO 2023**

DECRETO Nº 2023 de 16 de abril de 2015.

“ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS QUE ESPECIFICA”.

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18 da Lei nº 1311 de 11 de novembro de 2014,

**DECRETA:**

Art.1º - Fica anulada, na Atividade abaixo discriminada, as Modalidades de Aplicação da despesa o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais):

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

GABINETE DO PREFEITO

Atividade - 02.01.04.122.0004.2002 - Manutenção do Gabinete Prefeito

Categoria Econômica - 4.4.50.00.00 - Transf. a instituições privadas s/ fins lucrativos

Fonte 00 - Recursos Ordinários .....

..... R\$ 15.000,00

Detalhamento de Recursos 000000 - Sem detalhamento

Art.2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica suplementada a Modalidade de Aplicação da despesa atribuída à respectiva Atividade abaixo discriminada:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA  
GABINETE DO PREFEITO  
Atividade - 02.01.04.122.0004.2002 - Manutenção do Gabinete Prefeito  
Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas  
Fonte 00 - Recursos Ordinários .....  
..... R\$ 15.000,00  
Detalhamento de Recursos 000000 - Sem detalhamento

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 16 de abril de 2015.  
MOISES DIERSMANN  
Prefeito de Luzerna

### **PORTARIA 057/15**

PORTARIA Nº 057/15 de 13 de abril de 2015.  
"NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

#### **RESOLVE:**

Art.1º- NOMEAR o Senhor ROTINEI JORGE MAFROI DA SILVA, para exercer o emprego público efetivo de Motorista II, 44 horas semanais, Nível 06, Classe "A", do Grupo II - Atividades de Nível Operacional/ANO, da Tabela de Cargos de Provedimento Efetivo, constante do Anexo I da Lei Complementar nº 035/04 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores, aprovado no Concurso Público Edital nº 002/2013 de 29 de novembro de 2013, homologado em 03 de fevereiro de 2014, a partir de 13 de abril de 2015, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 13 de abril de 2015.

Luzerna(SC), 13 de abril de 2015.  
MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito de Luzerna

### **PORTARIA 058/15**

PORTARIA Nº 058/15 de 13 de abril de 2015.  
"COLOCA A DISPOSIÇÃO SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 62 da Lei Complementar nº 101 de 04 de março de 2000 e Lei Municipal nº 1.115 de 28 de maio de 2013, Termo de Convênio nº 22.106/2010-6, Cláusula Segunda, item 2.1, bem como, atendendo requisição do Comandante do 11º Batalhão de Bombeiros Militar, através do Ofício nº 013/11ºBBM/2014 de 06/08/2014,

#### **RESOLVE:**

Art.1º- COLOCAR A DISPOSIÇÃO do 11º Batalhão de Bombeiros Militar, o servidor ROTINEI JORGE MANFROI DA SILVA, Motorista II, Nível 06, Classe "A", nomeado pela Portaria nº 056/15, de 13 de abril de 2015, a partir de 13 de abril de 2015, para atender ao posto avançado do Aeroporto Regional Santa Terezinha, na BR-282, em Joaçaba(SC).

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 13 de abril de 2015.

Luzerna(SC), 13 de abril de 2015.  
MOISES DIERSMANN  
Prefeito de Luzerna

### **PORTARIA 059/15**

PORTARIA Nº 059/15 de 15 de abril de 2015.  
"CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO A SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

#### **RESOLVE:**

Art.1º- CONCEDER LICENÇA SEM VENCIMENTO para a servidora JOVIANE COLOMBELLI, Assistente Social, Nível 02, Classe "A", 40 horas semanais, do Grupo IV - Atividades de Nível Superior/ANS, do Anexo I, da Tabela de Empregos de Provedimento Efetivo da Lei Complementar nº 035 de 18/03/2004 e alterações posteriores, com fulcro no inciso IV, do art.40 da Lei Complementar nº 035 de 18 de março de 2004, por 02 (dois) anos a contar de 15 de abril de 2015, podendo ser interrompida a qualquer tempo à bem do serviço público, sendo convocada a servidora para reassumir suas atividades.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 15 de abril de 2015.

Luzerna(SC), 15 de abril de 2015.  
MOISÉS DIERSMANN  
Prefeito de Luzerna

## **CÂMARA MUNICIPAL**

### **4º ATO DE APOSTILAMENTO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº CMV.0001/2011**

4º ATO DE APOSTILAMENTO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº CMV.0001/2011 de 25/03/2011

APOSTILA de REAJUSTE à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº CMV.0001/2011 de 25/03/2011, proveniente do Processo Licitatório nº CMV.0003/2011, Pregão nº CMV.0001/2011, celebrada entre a CÂMARA DE VEREADORES DE LUZERNA (SC), e as empresas ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA DA CIDADE DE LUZERNA - SC e RÁDIO SOCIEDADE CATARINENSE LTDA.

JOÃO BATISTA ZAMBONI, Presidente em exercício da Câmara Municipal de Vereadores de Luzerna, no uso de suas atribuições legais, com supedâneo no §8º do art. 65 da Lei 8.666/93, determina o apostilamento à Ata de Registro de Preços nº CMV.0001/2011 de 25/03/2011, proveniente do Processo Licitatório nº 0003/2011, Pregão nº CMV 0001/2011, reajustando os valores pactuados em 8,41% (oito virgula quarenta e um por cento), referente ao INPC dos últimos 12 meses (Abril/14 a Março/15), passando os valores anteriormente praticados a vigorarem como segue:

Item	Fornecedor	Valor Unitário Contratado	Reajuste INPC Fev/10 a Jan/11	Valor Unitário Reajustado
01	01	R\$ 295,00	+ 8,41%	R\$ 319,81
02	02	R\$ 351,47	+ 8,41%	R\$ 381,03

Luzerna(SC), 09 de abril de 2014.

JOÃO BATISTA ZAMBONI

Presidente em Exercício

## Macieira

### PREFEITURA

#### AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0005/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0005/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0018/2015

O Prefeito Municipal de Macieira/SC, o Sr. EMERSON ZANELLA, através da Prefeitura Municipal de Macieira/SC, torna pública a Dispensa de Licitação nº 0005/2015 para a locação de sistema administrativo de controle de serviços prestados, compreendendo a implantação do sistema, configuração, treinamento e acompanhamento para os usuários necessários, bem como suporte técnico pós implantação, através de atendimento remoto e "in loco", destinado ao atendimento as secretarias municipais do Município de Macieira, de acordo com as especificações da proposta e do Contrato Administrativo, através da empresa CPL ASSESSORIA E DESENVOLVIMENTO LTDA -EPP, em conformidade com o artigo 24, II da Lei 8666/93 e alterações subsequentes.

Contrato Administrativo nº 0021/2015

Prazo de entrega: Em até 30 dias após a emissão da Autorização de Fornecimento.

Vigência do Contrato: 31/12/2015.

Valor Total do Contrato: R\$ 6.825,00 (seis mil oitocentos e vinte e cinco reais).

Pagamento: Em até 30 dias após a prestação dos serviços e emissão da Nota Fiscal.

Macieira, 17 de abril de 2015.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

#### AVISO DE LICITAÇÃO\_ PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0017/2015

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0017/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0012/2015

REGISTRO DE PREÇO Nº 0004/2015

#### TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA, SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua José Augusto Royer, nº 133, Centro, na cidade de Macieira - SC, através da Prefeitura Municipal, representado pelo Sr. Emerson Zanella, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas, no ramo pertinente, que encontra-se aberto o Processo Licitatório nº 0017/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 0012/2015, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, REGISTRO DE PREÇO nº 0004/2015 que até 09h00min, do dia 05 de maio de 2015, na sede da Prefeitura Municipal localizada no endereço acima citado, a Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria nº 3264, de 05 de janeiro de 2015, estará recebendo propostas para o Registro de Preço, para contratações futuras, com pedidos parcelados, de prestação de serviços de horas máquina (com máquina e operador qualificado), destinado ao atendimento das necessidades do Município de Macieira, conforme quantidades, especificações e condições constantes no Edital e seus anexos.

O início da abertura dos Envelopes dar-se-á às 09h00m horas do

dia 05/05/2015, no endereço acima indicado.

Maiores esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, bem como Edital na íntegra poderão ser obtidas diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo deste Pregão Presencial nº 0012/2015, através do e-mail [compras2@macieira.sc.gov.br](mailto:compras2@macieira.sc.gov.br) ou através do telefone (49) 3574-2000, ramal 2019, de segunda à sexta-feira, das 07h30m às 12h00m e das 13h30m às 17h00m.

Macieira - SC, 16 de abril de 2015.  
REJANE SPANHOLLO ABRAÃO  
Pregoeira

### **CANCELAMENTO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0003/2015 - FMS**

CANCELAMENTO DE EDITAL DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0002/2015  
TIPO MENOR PREÇO GLOBAL  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0003/2015

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MACIEIRA/SC

Objeto: Revogação/cancelamento da contratação de empresa especializada para realização de serviços de exames laboratoriais, visando o atendimento da população do município de Macieira, conforme quantitativos, descrições e condições constantes no Edital e seus anexos.

Justificativa: Ausência de dotação orçamentária para o certame específico.

Macieira - SC, 16 de abril de 2015.  
REJANE SPANHOLLO ABRAÃO  
Pregoeira

## **Maracajá**

### **PREFEITURA**

#### **1º TA AO CONTRATO 22/2014 FMS**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Extrato de Termo Aditivo

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 22/2014

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: Vigilância Radar Ltda.

Objeto: Acréscimo de valor e alteração de Prazo do Contrato 22/2014

Cláusula Primeira prorrogação de prazo de vigência e reajuste estabelecido no Contrato nº 22/2014

Cláusula Segunda: prorroga o prazo do contrato em mais 12 meses

Cláusula Terceira: reajusta o contrato no percentual de 14,14%, de conformidade com o Parágrafo Primeiro da Cláusula 5ª do referido Contrato. O valor mensal de R\$ 130,00 (cento e trinta reais) fica reajustado para R\$ 148,38 (cento e quarenta e oito reais e trinta e oito centavos) mensais.

Maracajá, 15 de abril 2015.

#### **5º TA AO CONTRATO 35/2014**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Extrato de Termo Aditivo

5º Termo Aditivo ao Contrato nº 35/2014

Contratante: Município de Maracajá

Contratado: Camilo & Ghisi Ltda

Objeto: Aditiva valor do Contrato 35/2014

Cláusula Primeira - O valor previsto na Clausula Quinta do contrato original, de R\$ 296.448,41 (duzentos e noventa e seis mil quatrocentos e quarenta e oito reais e quarenta e um centavos), fica acrescido de R\$ 41.530,81 (quarenta e um mil quinhentos e trinta reais e oitenta e um centavos), restando em R\$ 337.979,22 (trezentos e trinta e sete mil novecentos e setenta e nove reais e vinte e dois centavos).

Maracajá, 02 de fevereiro de 2015

#### **6º TA AO CONTRATO 35/2014**

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Extrato de Termo Aditivo

6º Termo Aditivo ao Contrato nº 35/2014

Contratante: Município de Maracajá

Contratado: Camilo & Ghisi Ltda

Objeto: Suprime valor do Contrato 35/2014

Cláusula Primeira - O valor previsto na Clausula Primeira do Termo Aditivo ao Contrato nº 35/2015 de Quinta do contrato original, de R\$ 337.979,22 (trezentos e trinta e sete mil novecentos e setenta e nove reais e vinte e dois centavos), fica suprimido o valor de R\$ 17.319,26 (dezessete mil trezentos e dezenove reais e vinte e seis centavos), restando em 320.659,96 (trezentos e vinte mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e noventa e seis centavos).

Maracajá, 04 de fevereiro de 2015.

**EXTRATO DO CONTRATO 32/2015**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Termo de Contrato nº 32/2015

Contratante: Município de Maracajá,

Contratado: PHONECOM COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME

Objeto Prestação de serviços e manutenção de caráter corretivo e preventivo no sistema PABX da Prefeitura Municipal de Maracajá

Valor: R\$ 2.160,00 (dois mil cento e sessenta reais)

Vigência: 31/12/2015

**EXTRATO DO CONTRATO 33/2015**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Termo de Contrato nº 33/2015

Contratante: Município de Maracajá,

Contratado: Jonatan Piazzoli da Rosas

Objeto: a execução do Plano de Recuperação de Áreas Degradadas - PRAD, que deverá ser execução no Centro Municipal de Triagem e Valorização dos Resíduos Sólidos, localizado na Rodovia Municipal MAR 150 - Espigão Grande, no município de Maracajá/SC, em conformidade ao Tremo de Ajustamento de Conduta firmando em 20 de fevereiro de 2015.

Valor: R\$ 13.700,00 (treze mil e setecentos reais)

Vigência: 31/12/2015

Republicado por incorreção.

**EXTRATO DO CONTRATO 34/2015**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

Termo de Contrato nº 34/2015

Contratante: Município de Maracajá,

Contratado: Construtora Irmão Willemann Ltda - ME

Objeto construção de trilha suspensa no Parque Ecológico, sito as margens da Br 101 - km 404 - Bairro Vila Beatriz, no município de Maracajá - SC.

Valor: R\$ 168.000,00 (cento e sessenta e oito mil reais)

Vigência: 31/12/2015

**DECRETO 121/2014****DECRETO Nº 121/14 de 19 de Novembro de 2014****O PREFEITO MUNICIPAL DE Maracajá no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de**

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 101/01 de 19 de Novembro de 2014.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**02 - GABINETE DO PREFEITO****02.01 - GABINETE DO PREFEITO**

(2) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.002-0080 - Aplicacoes Diretas 8.000,00

**03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS****03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS**

(15) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.004-0080 - Aplicacoes Diretas 160.000,00

(16) 3.1.91.00.00.00.00.00.2.004-0080 - Aplicacoes Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 34.000,00

**04 - DEPTO. DE AGRICULTURA, IND. E COMERCIO****04.01 - DEPTO. DE AGRICULTURA, IND. E COMERCIO**

(28) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.010-0080 - Aplicacoes Diretas 20.000,00

(27) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.010-0080 - Aplicacoes Diretas 43.000,00

**05 - DEPTO. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES****05.01 - DEPTO. DE EDUCACAO E CULTURA**

(65) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.021-0080 - Aplicacoes Diretas 18.000,00

(64) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.020-0080 - Aplicacoes Diretas 2.000,00

**07 - DEPTO. DE OBRAS, HABITACAO E SERV.URBANOS****07.01 - DEPTO. DE OBRAS, HABITACAO E SERV.URBANOS**

(95) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.038-0080 - Aplicacoes Diretas 235.000,00

(96) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.038-0080 - Aplicacoes Diretas 40.000,00

**11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE****11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**

(9) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.035-0103 - Aplicacoes Diretas 150.000,00

(17) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.035-0103 - Aplicacoes Diretas 39.267,83

(17) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.035-0103 - Aplicacoes Diretas 10.732,17

**Total Suplementação: 760.000,00**

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**02 - GABINETE DO PREFEITO****02.01 - GABINETE DO PREFEITO**

(1) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.002-0080 - Aplicacoes Diretas 19.267,83

(1) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.002-0080 - Aplicacoes Diretas 4.575,91

**03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS****03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS**

(11) 3.3.90.00.00.00.00.00.0.001-0080 - Aplicacoes Diretas 25.000,00

(13) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.003-0080 - Aplicacoes Diretas 18.000,00

(22) 3.3.50.00.00.00.00.00.2.043-0080 - Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu 22.025,32

(11) 3.3.90.00.00.00.00.00.0.001-0080 - Aplicacoes Diretas 5.000,00

(12) 4.6.90.00.00.00.00.00.0.001-0080 - Aplicacoes Diretas 70.000,00

(10) 3.2.90.00.00.00.00.00.0.001-0080 - Aplicacoes Diretas 5.000,00

(10) 3.2.90.00.00.00.00.00.0.001-0080 - Aplicacoes Diretas 35.000,00

**DECRETO Nº 121/14 de 19 de Novembro de 2014**

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 101/01 de 19 de Novembro de 2014.

**DECRETA:**

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS****03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS**

(12) 4.6.90.00.00.00.00.00.001-0080 - Aplicacoes Diretas 10.000,00

**04 - DEPTO. DE AGRICULTURA, IND. E COMERCIO****04.01 - DEPTO. DE AGRICULTURA, IND. E COMERCIO**

(26) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.011-0080 - Aplicacoes Diretas 40.000,00

(26) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.011-0080 - Aplicacoes Diretas 10.000,00

(25) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.004-0080 - Aplicacoes Diretas 1.500,00

**05 - DEPTO. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES****05.01 - DEPTO. DE EDUCACAO E CULTURA**

(67) 4.4.90.00.00.00.00.00.2.022-0080 - Aplicacoes Diretas 1.000,00

(66) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.022-0080 - Aplicacoes Diretas 10.000,00

(62) 4.4.90.00.00.00.00.00.2.018-0080 - Aplicacoes Diretas 3.000,00

(61) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.018-0080 - Aplicacoes Diretas 4.400,00

(69) 4.4.90.00.00.00.00.00.2.023-0080 - Aplicacoes Diretas 2.000,00

(56) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.016-0104 - Aplicacoes Diretas 17.000,00

(55) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.016-0104 - Aplicacoes Diretas 1.000,00

(52) 3.1.91.00.00.00.00.00.2.013-0104 - Oper.Intra-Orçamentárias 20.000,00

(49) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.013-0104 - Aplicacoes Diretas 100.101,08

(42) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.006-0080 - Aplicacoes Diretas 20.000,00

(189) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.028-0104 - Aplicacoes Diretas 333,69

(41) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.025-0104 - Aplicacoes Diretas 19.730,00

(38) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.008-0104 - Aplicacoes Diretas 12.308,00

(36) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.007-0104 - Aplicacoes Diretas 20.000,00

(73) 4.4.90.00.00.00.00.00.2.046-0080 - Aplicacoes Diretas 2.550,00

(72) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.046-0080 - Aplicacoes Diretas 20.000,00

**07 - DEPTO. DE OBRAS, HABITACAO E SERV.URBANOS****07.01 - DEPTO. DE OBRAS, HABITACAO E SERV.URBANOS**

(94) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.036-0080 - Aplicacoes Diretas 18.320,00

(93) 4.4.90.00.00.00.00.00.2.034-0080 - Aplicacoes Diretas 2.000,00

(92) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.034-0080 - Aplicacoes Diretas 10.000,00

(87) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.026-0080 - Aplicacoes Diretas 10.000,00

(85) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.021-0080 - Aplicacoes Diretas 20.000,00

(83) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.018-0080 - Aplicacoes Diretas 10.000,00

(78) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.016-0080 - Aplicacoes Diretas 12.500,00

(77) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.012-0080 - Aplicacoes Diretas 10.000,00

(75) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.010-0080 - Aplicacoes Diretas 20.000,00

**09 - DEPTO. DE MEIO AMBIENTE E TURISMO****09.01 - DEPTO. DE MEIO AMBIENTE E TURISMO**

(103) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.019-0080 - Aplicacoes Diretas 10.000,00

**DECRETO Nº 121/14 de 19 de Novembro de 2014**

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 101/01 de 19 de Novembro de 2014.

**DECRETA:**

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE****11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**

(4) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.014-0103 - Aplicacoes Diretas	10.000,00
(6) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.015-0103 - Aplicacoes Diretas	732,17

**13 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL****13.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**

(115) 4.4.90.00.00.00.00.00.2.027-0080 - Aplicacoes Diretas	951,00
(112) 4.4.90.00.00.00.00.00.2.026-0080 - Aplicacoes Diretas	1.400,00
(105) 3.3.50.00.00.00.00.00.2.026-0080 - Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	2.300,00
(104) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.026-0080 - Aplicacoes Diretas	5.000,00

**14 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANCA E ADOLESCENCIA****14.01 - FUNDO MUNIC. DA CRIANCA E ADOLESCENCIA**

(121) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.025-0080 - Aplicacoes Diretas	3.000,00
(119) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.025-0080 - Aplicacoes Diretas	1.000,00

**15 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO****15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO**

(126) 4.4.90.00.00.00.00.00.2.024-0080 - Aplicacoes Diretas	5.000,00
(125) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.024-0080 - Aplicacoes Diretas	20.000,00
(122) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.024-0080 - Aplicacoes Diretas	20.000,00

**16 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO****16.01 - SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO**

(134) 4.4.90.00.00.00.00.00.2.040-0080 - Aplicacoes Diretas	3.005,00
(133) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.040-0080 - Aplicacoes Diretas	6.000,00
(132) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.023-0080 - Aplicacoes Diretas	20.000,00
(128) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.020-0080 - Aplicacoes Diretas	20.000,00

<b>Total Anulação:</b>	<b>760.000,00</b>
------------------------	-------------------

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Prefeitura Municipal de Maracajá, 19 de Novembro de 2014**

\_\_\_\_\_  
**WAGNER DA ROSA**  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

\_\_\_\_\_  
**VALMIR CARRADORE**  
Secretário de Administração

**DECRETO 123/2014****DECRETO Nº 123/14 de 21 de Novembro de 2014****Abre Crédito Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento de 2014 do tipo alteração Suplementar.**

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 962/13 de 4 de Dezembro de 2013.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS****03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS**

(22) 3.3.50.00.00.00.00.00.2.043-0080 - Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu 7.000,00

**05 - DEPTO. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES****05.01 - DEPTO. DE EDUCACAO E CULTURA**

(51) 3.1.91.00.00.00.00.00.2.013-0103 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 10.000,00

(31) 4.6.90.00.00.00.00.00.0.002-0104 - Aplicacoes Diretas 22.600,00

(50) 3.1.91.00.00.00.00.00.2.013-0102 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 5.000,00

(47) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.013-0102 - Aplicacoes Diretas 50.000,00

(53) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.013-0101 - Aplicacoes Diretas 3.000,00

(140) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.012-0102 - Aplicacoes Diretas 10.000,00

**13 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL****13.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**

(116) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.047-0080 - Aplicacoes Diretas 10.000,00

**Total Suplementação: 117.600,00**

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação referente às fontes de recursos abaixo relacionadas no valor de:

**Fonte de Recurso: 104 - Recursos Educação 25%** 22.600,00

**Fonte de Recurso: 103 - FUNDEB 60%** 10.000,00

**Fonte de Recurso: 80 - Recursos Ordinários** 17.000,00

**Fonte de Recurso: 101 - FNDE - Salário Educação** 3.000,00

**DECRETO Nº 123/14 de 21 de Novembro de 2014**

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 962/13 de 4 de Dezembro de 2013.

**DECRETA:**

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação referente às fontes de recursos abaixo relacionadas no valor de:

Fonte de Recurso: 102 - FUNDEB 40%	65.000,00
<b>Total excesso de arrecadação</b>	<b>117.600,00</b>

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Prefeitura Municipal de Maracajá, 21 de Novembro de 2014**

---

**WAGNER DA ROSA**  
**Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

---

**VALMIR CARRADORE**  
**Secretário de Administração**

**DECRETO 131/2014****DECRETO Nº 131/14 de 28 de Novembro de 2014****Abre Crédito Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento de 2014 do tipo alteração Suplementar.**

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 962/13 de 4 de Dezembro de 2013.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**

(13) 3.1.91.00.00.00.00.00.2.035-0103 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	14.300,00
(17) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.035-0103 - Aplicacoes Diretas	89.100,00
(9) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.035-0103 - Aplicacoes Diretas	40.000,00
(12) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.035-0213 - Aplicacoes Diretas	1.300,00
(18) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.035-0210 - Aplicacoes Diretas	14.000,00
<b>Total Suplementação:</b>	<b>158.700,00</b>

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação referente às fontes de recursos abaixo relacionadas no valor de:

<b>Fonte de Recurso:</b> 210 - SUS União - PAB Fixo	14.000,00
<b>Fonte de Recurso:</b> 103 - Recursos Próprios - 15% Saúde	144.700,00
<b>Total excesso de arrecadação</b>	<b>158.700,00</b>

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Prefeitura Municipal de Maracajá, 28 de Novembro de 2014**

\_\_\_\_\_  
**WAGNER DA ROSA**  
**Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

\_\_\_\_\_  
**VALMIR CARRADORE**  
**Secretário de Administração**

**DECRETO 135/2014****DECRETO Nº 135/14 de 11 de Dezembro de 2014****Abre Crédito Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento de 2014 do tipo alteração Suplementar.**

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 962/13 de 4 de Dezembro de 2013.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**05 - DEPTO. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES****05.01 - DEPTO. DE EDUCACAO E CULTURA**

(139) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.012-0103 - Aplicacoes Diretas	60.000,00
<b>07 - DEPTO. DE OBRAS, HABITACAO E SERV.URBANOS</b>	
<b>07.01 - DEPTO. DE OBRAS, HABITACAO E SERV.URBANOS</b>	
(98) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.038-0121 - Aplicacoes Diretas	5.000,00
(89) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.030-0111 - Aplicacoes Diretas	10.000,00
<b>13 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL</b>	
<b>13.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL</b>	
(195) 4.4.90.00.00.00.00.00.2.026-0227 - Aplicacoes Diretas	14.028,47
(194) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.026-0227 - Aplicacoes Diretas	16.084,76

**Total Suplementação: 105.113,23**

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação referente às fontes de recursos abaixo relacionadas no valor de:

<b>Fonte de Recurso: 121 - FEP</b>	5.000,00
<b>Fonte de Recurso: 227 - FEAS - PROTECAO SOCIAL BASICA</b>	30.113,23
<b>Fonte de Recurso: 111 - COSIP</b>	10.000,00
<b>Fonte de Recurso: 103 - FUNDEB 60%</b>	60.000,00

**Total excesso de arrecadação 105.113,23**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Prefeitura Municipal de Maracajá, 11 de Dezembro de 2014**

\_\_\_\_\_  
**WAGNER DA ROSA**  
**Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

\_\_\_\_\_  
**VALMIR CARRADORE**  
**Secretário de Administração**

**DECRETO 136/2014****DECRETO Nº 136/14 de 18 de Dezembro de 2014****Abre Crédito Suplementar - Excesso de Arrecadação no Orçamento de 2014 do tipo alteração Suplementar.**

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 962/13 de 4 de Dezembro de 2013.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**02 - GABINETE DO PREFEITO****02.01 - GABINETE DO PREFEITO**

(2) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.002-0080 - Aplicacoes Diretas	1.100,00
<b>03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS</b>	
<b>03.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS</b>	
(15) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.004-0080 - Aplicacoes Diretas	20.000,00
<b>04 - DEPTO. DE AGRICULTURA, IND. E COMERCIO</b>	
<b>04.01 - DEPTO. DE AGRICULTURA, IND. E COMERCIO</b>	
(27) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.010-0080 - Aplicacoes Diretas	10.000,00
<b>05 - DEPTO. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES</b>	
<b>05.01 - DEPTO. DE EDUCACAO E CULTURA</b>	
(52) 3.1.91.00.00.00.00.00.2.013-0104 - Aplicacoes Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias	2.500,00
(43) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.012-0104 - Aplicacoes Diretas	163.000,00
(49) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.013-0104 - Aplicacoes Diretas	328.000,00
<b>07 - DEPTO. DE OBRAS, HABITACAO E SERV.URBANOS</b>	
<b>07.01 - DEPTO. DE OBRAS, HABITACAO E SERV.URBANOS</b>	
(95) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.038-0080 - Aplicacoes Diretas	32.000,00
<b>13 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL</b>	
<b>13.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL</b>	
(116) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.047-0080 - Aplicacoes Diretas	1.600,00
<b>Total Suplementação:</b>	<b>558.200,00</b>

**DECRETO Nº 136/14 de 18 de Dezembro de 2014**

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 962/13 de 4 de Dezembro de 2013.

**DECRETA:**

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação referente às fontes de recursos abaixo relacionadas no valor de:

<b>Fonte de Recurso:</b> 80 - Recursos Ordinários	558.200,00
<b>Total excesso de arrecadação</b>	<b>558.200,00</b>

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Prefeitura Municipal de Maracajá, 18 de Dezembro de 2014**

---

**WAGNER DA ROSA**  
**Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

---

**VALMIR CARRADORE**  
**Secretário de Administração**

**DECRETO 142/2014****DECRETO Nº 142/14 de 31 de Dezembro de 2014****Abre Crédito Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento de 2014 do tipo alteração Suplementar.**

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 962/13 de 4 de Dezembro de 2013.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**05 - DEPTO. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES**

**05.01 - DEPTO. DE EDUCACAO E CULTURA**

(139) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.012-0103 - Aplicacoes Diretas 32.000,00

**Total Suplementação: 32.000,00**

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**05 - DEPTO. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES**

**05.01 - DEPTO. DE EDUCACAO E CULTURA**

(140) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.012-0102 - Aplicacoes Diretas 32.000,00

**Total Anulação: 32.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Prefeitura Municipal de Maracajá, 31 de Dezembro de 2014**

\_\_\_\_\_  
**WAGNER DA ROSA**  
**Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

\_\_\_\_\_  
**VALMIR CARRADORE**  
**Secretário de Administração**

**DECRETO 143/2014****DECRETO Nº 143/14 de 31 de Dezembro de 2014****Abre Crédito Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento de 2014 do tipo alteração Suplementar.**

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 962/13 de 4 de Dezembro de 2013.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**05 - DEPTO. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES****05.01 - DEPTO. DE EDUCACAO E CULTURA**

(46) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.012-0104 - Aplicacoes Diretas	32.000,00
(48) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.013-0103 - Aplicacoes Diretas	32.000,00
<b>Total Suplementação:</b>	<b>64.000,00</b>

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**05 - DEPTO. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES****05.01 - DEPTO. DE EDUCACAO E CULTURA**

(54) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.013-0104 - Aplicacoes Diretas	32.000,00
(140) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.012-0102 - Aplicacoes Diretas	32.000,00
<b>Total Anulação:</b>	<b>64.000,00</b>

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Prefeitura Municipal de Maracajá, 31 de Dezembro de 2014**

\_\_\_\_\_  
**WAGNER DA ROSA**  
**Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

\_\_\_\_\_  
**VALMIR CARRADORE**  
**Secretário de Administração**

**DECRETO120/2014****DECRETO Nº 120/14 de 12 de Novembro de 2014****Abre Crédito Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento de 2014 do tipo alteração Suplementar.**

O Prefeito Municipal de Maracajá no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e autorização contida na Lei Municipal nº 100/71 de 12 de Novembro de 2014.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

01 - Órgão 01

01.01 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

(2) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.001-0080 - Aplicacoes Diretas	80.000,00
(5) 4.4.90.00.00.00.00.00.2.001-0080 - Aplicacoes Diretas	3.000,00
(4) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.001-0080 - Aplicacoes Diretas	17.000,00

**Total Suplementação: 100.000,00**

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

01 - Órgão 01

01.01 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

(1) 4.4.90.00.00.00.00.00.1.001-0080 - Aplicacoes Diretas	100.000,00
---	------------

**Total Anulação: 100.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Prefeitura Municipal de Maracajá, 12 de Novembro de 2014**

\_\_\_\_\_  
**WAGNER DA ROSA**  
**Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração na data supra.

\_\_\_\_\_  
**VALMIR CARRADORE**  
**Secretário de Administração**

# Maravilha

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 40/2015

DECRETO Nº 40, DE 15 DE ABRIL DE 2015

Aprova unificação de imóveis urbanos e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto aprovada a unificação dos seguintes imóveis: Parte do Lote Urbano nº (5), com área de (495,00 m²) e Parte do Lote Urbano nº (5), com área de (285,12 m²), perfazendo a área total de (780,12 m²), ambos da Quadra nº 19, Loteamento Bairro Padre Antônio, situados nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha/SC, objetos das Matrículas nº 1.174 e 19.977 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Maravilha/SC, de propriedade de Claudia Regina Serpa, brasileira, solteira, secretária, portadora da C.I. nº 4.391.904, inscrita no CPF sob nº 064.073.849-40, domiciliada e residente na Travessa Elói Luiz Dadam, nº 247, nesta Cidade, conforme mapa, memorial descritivo e RRT assinados pelo Arquiteto e Urbanista Marcos Kretzmann, REG. NAC./CAU A50862-4, com as seguintes dimensões, denominações e confrontações abaixo discriminadas:

#### DESCRIÇÃO DO IMÓVEL UNIFICADO

PARTES DO LOTE URBANO Nº (5) DA QUADRA Nº (19), situado no Loteamento Bairro Padre Antônio, nesta Cidade, Município e Comarca de Maravilha/SC, com as áreas de (495,00 m² e 285,12 m²), perfazendo a área total de (780,12 m²), sem edificações, confrontando em conjunto:- ao Norte, com parte do mesmo lote urbano nº (5), na extensão de 33,00 metros, de Fábio Luiz Balles-treri, M. 1.100;- ao Sul, com a Avenida 27 de Julho, na extensão de 33,00 metros;- ao Leste, com a Rua Presidente Dutra, na extensão de 23,64 metros;- ao Oeste, com parte do lote urbano nº (6), na extensão de 23,64 metros, de Dayane Gheno e Maurício Devenci Vendrame, M. 9.414.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 15 de janeiro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra.

Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### LEI COMPLEMENTAR Nº 72/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 72, DE 20 DE ABRIL DE 2015

Regulamenta o procedimento de permuta de bens, disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 034/2010 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA. Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º A presente Lei Complementar regulamenta o procedimento

de permuta de bens imóveis disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 034, de 15 de dezembro de 2010, que autoriza o Poder Executivo Municipal permutar imóveis de propriedade do Município cujo uso foi outorgado a empresas através de contrato administrativo de concessão de direito real de uso.

Art. 2º No prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de entrada em vigor desta Lei Complementar, o Poder Executivo Municipal lançará edital de chamamento, para que as empresas que firmaram Termo de Concessão de Direito Real de Uso com o Município, até 31 de dezembro de 2012, e que tenham cumprido integralmente, no prazo de três anos, os encargos assumidos, possam habilitar-se para permutar os imóveis de propriedade do Município de Maravilha nos termos desta Lei.

Art. 3º Para habilitar-se as empresas deverão formalizar proposta ao Município, e cumprir as seguintes condições:

- I - apresentar Certidões negativas de débitos municipal, estadual, federal, INSS, e FGTS;
- II - apresentar certidão negativa de débitos trabalhistas;
- III - apresentar cópia do Termo de Concessão de Direito Real de Uso firmado com o Município e eventuais termos aditivos;
- IV - comprovar por documentos oficiais, o cumprimento dos encargos assumidos no Contrato de concessão de direito real de uso, no período de três anos;
- V - comprovar por documentos oficiais o tempo de atividade empresarial, a contar da data da assinatura do termo;
- VI - comprovar por documentos oficiais a quantidade de empregos gerados que a empresa mantém em seu atual quadro;
- VII - comprovar por documentos oficiais a ampliação dos investimentos, a contar da data da assinatura do termo, conforme as alíneas abaixo:
  - a) Investimentos em máquinas e equipamentos;
  - b) Investimentos em valores;
  - c) Investimentos em área construída.

Art. 4º O Município permutará os imóveis, objeto desta Lei, por barracões e material de construção, mediante parecer do Conselho de Desenvolvimento Socioeconômicos - CODEM.

§ 1º Os barracões, objeto da permuta, serão construídos em imóveis de propriedade do Município, de acordo com as especificações constantes do projeto e destinados exclusivamente para a instalação de novas indústrias.

§ 2º Os tipos, quantidade, qualidade e especificações do material de construção constará de planilha elaborada pelo departamento técnico do Município e deverá ser entregue em data e local indicado pela Administração Municipal.

§ 3º O material de construção, objeto da permuta, será utilizado exclusivamente na construção de barracões, em imóveis de propriedade do Município, para a instalação de indústrias.

§ 4º Para efeitos desta lei poderá o executivo aplicar os recursos, objetos da permuta referida no caput deste artigo, para fins diversos, especialmente na educação, saúde, cultura, assistência social e habitação. NR

Art. 5º Os imóveis a serem permutados serão avaliados, conforme valor de mercado, através da Comissão de Avaliação do Município.

Parágrafo único. A avaliação recairá sobre o imóvel e a infraestrutura, objeto da concessão de direito real de uso.

Art. 6º Para a obtenção do valor da permuta, o valor base de que trata o art. 5º será minorado conforme a pontuação que a empresa obter, de acordo com os itens V, VI e VII do art. 3º da presente

Lei, observado os critérios abaixo:

I - 20 pontos positivos por ano, até o limite de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor da avaliação, pelo cumprimento de tempo da atividade empresarial;

II - 20 pontos positivos por emprego gerado, até o limite de 1,0% (um por cento) do valor da avaliação;

III - pelo cumprimento do compromisso de ampliação de investimentos:

a) 2 pontos positivos a cada 11 UFM (Unidade Fiscal Municipal) investido em máquinas e equipamentos, até o limite de 1,7% (um vírgula sete por cento) do valor da avaliação; NR

b) 3 pontos positivos a cada 11 UFM (Unidade Fiscal Municipal) investido em edificações e equipamentos, até o limite de 1,5% (um vírgula cinco por cento) do valor da avaliação; NR

c) 4 pontos positivos a cada 10 m<sup>2</sup> (dez metros quadrados) investido em barracões, até o limite de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor da avaliação.

Art. 7º O valor de cada ponto positivo será de 3 UFM (Unidade Fiscal Municipal), obtendo-se a partir deste cálculo o valor a ser minorado da avaliação para fins de permuta, mediante parecer do Conselho de Desenvolvimento Socioeconômicos - CODEM.

Parágrafo único. O valor da permuta não poderá ser inferior a 10% (dez por cento) do valor base da avaliação de que trata o art. 5º.

Art. 8º Cumpridos os requisitos e condições previstas nesta Lei Complementar, a permuta será autorizada por Lei específica.

Parágrafo único. A permuta das áreas de que trata esta Lei somente será efetivada após a regularização das referidas áreas, devendo o executivo no prazo de um 1 (um) ano após a aprovação desta Lei regularizar todas as áreas onde estão localizadas as empresas que se enquadrarem nos demais itens solicitados para efetivação da permuta. NR

Art. 9º A empresa beneficiada com a presente Lei Complementar, deverá permanecer ativa no Município por no mínimo 5 (cinco) anos a contar da data da assinatura da escritura pública, sendo que se vier a ser desativada neste período, fica o Município autorizado a executar a empresa e seus diretores proprietários na pessoa física inclusive, visando o ressarcimento do imóvel permutado, com valor de mercado atualizado.

Parágrafo único. As áreas permutadas deverão ser utilizadas exclusivamente para fins industriais, vedada a destinação para outros fins, não podendo ser sublocada ou subutilizada, devendo ainda, permanecer em funcionamento com o mesmo cadastro da empresa beneficiada. NR

Art. 10. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 20 de abril de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado em data supra.

Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

## **PROCESSO LICITATÓRIO N. 1.739/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Processo Licitatório n. 1.739/2015 - Modalidade de Tomada de Preços n. 005/2015.

Valor orçado da obra: R\$ 132.845,68

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Tomada de Preços n. 005/2015, para contratação de empresa especializada para execução de obra relativa à Restauração, Conservação e Requalificação, do Museu Municipal Padre Fernando, com área de 139,80m<sup>2</sup>, em madeira, no Município de Maravilha - SC, conforme projetos, tipo menor preço global, cujo processo licitatório é regido pela Lei n. 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até às 09 horas do dia 07 de maio de 2015, prosseguindo, na sequência, com o julgamento dos documentos de habilitação. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas. Maravilha - SC, 17 de abril de 2015. ROSIMAR MALDANER - Prefeita de Maravilha.

## **PROCESSO LICITATÓRIO N. 1.746/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MARAVILHA.

Processo Licitatório n. 1.746/2015 - Modalidade de Tomada de Preços n. 006/2015.

Valor orçado da obra: R\$ 125.096,75

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Tomada de Preços n. 006/2015, para contratação de empresa especializada para execução de serviços técnicos especializados de ampliação e readequação das redes de distribuição de água na Rua São Santa Catarina, Travessa das Rosas, Rua Silvio Noronha, Rua Princesa Isabel, Rua São Francisco e Rua Independência, na extensão de 2.185 metros, no Município de Maravilha - SC, conforme projetos, tipo menor preço global, cujo processo licitatório é regido pela Lei n. 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até às 14 horas do dia 07 de maio de 2015, prosseguindo, na sequência, com o julgamento dos documentos de habilitação. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas. Maravilha - SC, 17 de abril de 2015. ROSIMAR MALDANER - Prefeita de Maravilha.

# Marema

## PREFEITURA

**CONTRATO FMS Nº: 002/2015**

MINUTA

Contrato nº: 002/2015

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Saúde

Contratado: DIRCEU ANTONIO PERONDI ME

Objeto: Aquisição de Prótese Dentária, confeccionada a partir de Modelos de Gesso fornecido pelo cirurgião dentista.

Vinculação: Processo de Licitação/FMS n. 003/2015 - Pregão Presencial/FMS n. 003/2015.

Valor Total: R\$ 48.700,00 (reais)

Prazo: 31/12/2015

Foro: Comarca de Xaxim - SC

Marema/ SC, 20 de março de 2015

Marcos Pedro Batistel

Contratante /Prefeito

**CONTRATO Nº.: 018/2015**

MINUTA

Contrato nº.: 018/2015

Contratante: Município de Marema - SC.

Contratada: LIGA CORONEL FREITENSE DE FUTEBOL

Objeto: Prestação de Serviço de Arbitragem do Campeonato Municipal de Futebol de Campo.

Valor Total: R\$ 7.500,00 (reais)

Foro: Comarca de Xaxim/ SC

Marema, 02 de Março de 2015.

MARCOS PEDRO BATISTEL

PREFEITO MUNICIPAL

**CONTRATO Nº: 019/2015**

MINUTA

Contrato nº: 019/2015

Contratante: Município de Marema

Contratada: FABRICIO JOSÉ BIANCHI ME

Finalidade: Serviços de Mão-de-Obra e peças utilizado na recuperação da Patrola HWB-140.

Vinculação: Proc. Adm. Licitação nº 011/2015 - CV nº 001/2015

Valor Total: R\$ 30.734,77 (reais)

Prazo: Trinta dias a contar da emissão da Autorização de Fornecimento, com prazo final de entrega em 31/12/2015.

Foro: Comarca de Xaxim - SC

Marema - SC, 16 de março de 2015

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Contratante

**CONTRATO Nº: FMS/001-2015**

MINUTA

Contrato nº: FMS/001-2015

Contratante: Município de Marema/Fundo Municipal de Saúde

Contratado: Laboratorio Padrão Ltda

Objeto: Aquisição de Exames Laboratoriais para Atendimento no Posto de Saúde do Município

Vinculação: Processo de Licitação/FMS n. 002/2015 - Pregão Presencial/FMS n. 002/2015.

Valor Total: R\$ 71.488,05 (reais)

Prazo: 31/12/2015

Foro: Comarca de Xaxim - SC

Marema/ SC, 20 de março de 2015

Marcos Pedro Batistel

Contratante /Prefeito

**CONTRATO Nº: 017/2015**

MINUTA

Contrato nº: 017/2015

Contratante: Município de Marema - SC.

Contratada: IVONIR MATIASO ME

Objeto: Prestação de serviço de coleta e disposição final de carcaça de animais mortos, no perímetro urbano e rural do Município de Marema

Vinculação: Processo n. 008/2015 - Pregão Presencial n. 005/2015

Valor Total: R\$ 48.333,00 (reais)

Prazo: 31/12/2015

Foro: Comarca de Xaxim - SC

Marema/ SC, 09 de março de 2015

Marcos Pedro Batistel

Contratante /Prefeito

# Massaranduba

## PREFEITURA

### ATA 9.2014 - SERVIÇOS PINTURA - ADIT. QUANTIDADE - CHICO PINTURAS

PRIMEIRO ADITIVO DE QUANTIDADE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 9/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 41/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL / REGISTRO DE PREÇO Nº. 20/2014- MULTIENTIDADE

Aos seis dias do mês de Abril do ano de 2015, o MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, brasileiro, casado, CPF nº. 399.964.099-53, Cédula de Identidade nº. 488.606-2, residente e domiciliado neste Município, FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 3025, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.231.203/0001-05 e FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 3025, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.743.462/0001-61, gerenciados pela Sra. SUZANE F. REINKE, brasileira, casada, CPF sob nº. 468.882.339-87 e RG nº. 1.131.963-1, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº. 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº. 41/2014 - Pregão Presencial nº. 20/2014, homologado pelo Prefeito, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores inerentes a contratação de mão de obra, pessoa física ou jurídica, para pintura de bens imóveis da Administração Pública Municipal .

#### DA ALTERAÇÃO

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ALTERAÇÃO QUANTITATIVA

1.1. Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO inerente a contratação de mão de obra, pessoa física ou jurídica, para pintura de bens imóveis da Administração Pública Municipal.

1.2. Este aditivo deu-se em virtude da quantidade prevista na licitação não ser suficiente para suprir as necessidades atuais. Segue abaixo as especificações e quantitativos aditados.

Empresa Vencedora								
Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid	Marca	Qtde Licitada	Qtde Aditivo	R\$ Unit.	R\$Total
01	CHICO PINTURAS LTDA ME	MÃO DE OBRA PARA PINTURA DE BENS IMÓVEIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.	horas	Chico Pinturas	1.000	250	R\$ 17,25	R\$ 4.312,50
Total: R\$ 4.312,50								

1.3. O valor estimado para a aquisição é de R\$ 4.312,50 (quatro mil, trezentos e doze reais e cinquenta centavos).

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1. Integram esta Ata, o Edital do Processo Licitatório Nº. 41/2014 - Pregão Presencial Nº. 20/2014, e as propostas das empresas classificadas no certame supranumerado, sendo as demais cláusulas inalteradas.

2.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

Massaranduba - SC	06	de	Abril	de	2015
-------------------	----	----	-------	----	------

MARIO FERNANDO REINKE	SUANE F. REINKE
PREFEITO	GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

CHICO PINTURAS LTDA ME

PEDRO MANOEL FILHO

**LEI Nº 1667/2015**

LEI Nº 1667/2015

Dispõe sobre Revisão Geral Anual aos Servidores do Município de Massaranduba

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela legislação em vigor, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido aos Servidores Públicos do Município de Massaranduba, revisão geral anual incidente sobre os vencimentos e funções gratificadas, a partir de 01 de Abril de 2015, na seguinte forma:

I - revisão geral anual na ordem de 7,67% (sete vírgula sessenta e sete por cento) correspondente ao índice inflacionário medido pelo INPC no período compreendido entre março de 2014 a fevereiro de 2015, sobre os vencimentos dos cargos do quadro dos servidores públicos municipais ativos e inativos, comissionados, funções gratificadas e agentes políticos.

Art. 2º As despesas provenientes da execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do Orçamento vigente.

Art. 3º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 17 de Abril de 2015

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

**LEI Nº 1668/2015**

LEI Nº 1668/2015

Dispõe sobre o funcionamento de escritórios virtuais e seus usuários no município de Massaranduba (SC)

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito Municipal de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela legislação em vigor, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Será concedido Alvará de Licença para Localização e Permanência no Local aos Escritórios Virtuais e seus usuários, nos termos da Lei Complementar Nº 66/2014 de 19 de dezembro de 2014 (Código de Posturas), e da Lei Complementar 45/2011 de 20 de dezembro de 2011 (Código Tributário Municipal).

§ 1º Consideram-se Escritórios Virtuais aqueles destinados à prestação de serviços de suporte administrativo para pessoas físicas ou jurídicas.

§ 2º Consideram-se usuários as pessoas físicas ou jurídicas que se utilizem dos serviços de suporte administrativo prestados pelos Escritórios Virtuais.

§ 3º Os usuários, pessoas físicas ou jurídicas que, pelo seu ramo de atividade, necessitem de estrutura física organizada (estabelecimento) para a produção ou circulação de bens ou serviços, não poderão utilizar o endereço dos Escritórios Virtuais para se estabelecer.

§ 4º Os usuários, pessoas físicas ou jurídicas que, pelo seu ramo de atividade, não necessitem de estrutura física organizada (estabelecimento) para a produção ou circulação de bens ou serviços, poderão utilizar o endereço dos Escritórios Virtuais como endereço fiscal.

Art. 2º Os estabelecimentos definidos como Escritório Virtual, na forma do § 1º, do artigo 1º, desta Lei, são obrigados a:

I - inscrever-se no Município e obter o Alvará de Licença para Localização e Permanência no Local;

II - permanecer em funcionamento, no mínimo, em horário comercial;

III - oferecer estrutura para recepção de pessoas, documentos, mensagens e encomendas, manter serviços de atendimento telefônico;

IV - manter no local o Alvará de Licença para Localização e Permanência no Local original dos respectivos usuários, bem como cópias autenticadas dos atos constitutivos e do CNPJ dos usuários, se pessoas jurídicas, para imediata apresentação à fiscalização;

V - manter procuração com poderes para receber, em nome dos usuários, notificações, intimações, citações, judiciais ou extrajudiciais, e outras comunicações dos órgãos públicos;

VI - apresentar a documentação fiscal dos usuários sempre que solicitada e nos prazos assinalados pelos agentes fiscais do Município;

VII - disponibilizar, no estabelecimento, local e demais condições ao trabalho dos agentes fiscais;

VIII - comunicar ao setor competente da Prefeitura Municipal, imediatamente, qualquer alteração nos dados dos usuários que possa influir na arrecadação ou fiscalização de suas atividades;

IX - não manter no estabelecimento produtos, maquinários ou equipamentos não relacionados as suas atividades.

Art. 3º As pessoas físicas ou jurídicas definidas no § 4º, do artigo 1º, desta Lei, são obrigadas a:

I - inscrever-se no Município e obter o Alvará de Licença para Localização e Permanência no Local;

II - fornecer ao estabelecimento referido no § 1º, do artigo 1º, desta Lei, o respectivo Alvará de Licença para Localização e Permanência no Local, escrituração fiscal relativa ao ISSQN, bem como cópias autenticadas dos atos constitutivos e do CNPJ, se pessoas jurídicas, para apresentação à fiscalização;

III - fornecer ao estabelecimento referido no § 1º, do artigo 1º, desta Lei, procuração com poderes para receber, em nome do usuário, notificações, intimações, citações, judiciais ou extrajudiciais, e outras comunicações dos órgãos públicos.

Art. 4º A não observância, pelos estabelecimentos referidos no § 1º, do artigo 1º, desta Lei, de qualquer das obrigações constantes no artigo 2º, desta Lei, será punida com:

I - multa no valor equivalente a 03 (três) Unidades Fiscal Municipal - UFM, para os estabelecimentos que tenham até 10 (dez) usuários;

II - multa no valor equivalente a 05 (cinco) Unidades Fiscal Municipal - UFM, para os estabelecimentos que tenham acima de 10 (dez) usuários.

§ 1º Na reincidência da infração a multa será aplicada em dobro, respeitados os critérios dos incisos deste artigo.

§ 2º Será cassado o Alvará de Licença para Localização e Permanência no Local dos estabelecimentos previstos neste artigo quando estes reincidirem por 05 (cinco) vezes no mesmo dispositivo legal.

Art. 5º A não observância, pelas pessoas físicas ou jurídicas referidas no § 4º, do artigo 1º, desta Lei, de qualquer das obrigações

constantes no artigo 3º, desta Lei, será punida com multa no valor equivalente a 03 (três) Unidades Fiscal Municipal - UFM.

§ 1º Na reincidência da infração a multa será aplicada em dobro.

§ 2º Será cassado o Alvará de Licença para Localização e Permanência no Local dos usuários quando estes reincidirem por 03 (três) vezes no mesmo dispositivo legal.

Art. 6º O prazo para recolhimento da multa ou apresentação de defesa será de 15 (quinze) dias, contados da ciência do auto de infração.

Art. 7º Entende-se por reincidência a nova infração, violando a mesma regra, cometida pelo mesmo infrator, dentro do prazo de 05 (cinco) anos da data da infração anterior.

Art. 8º Os estabelecimentos referidos no § 1º, do artigo 1º, desta Lei, poderão, antes de constatada a infração pela autoridade tributária, denunciar as pessoas físicas ou jurídicas que não cumprirem com as obrigações definidas no artigo 3º, desta Lei, isentando-se, dessa forma, da punição correspondente à infração.

Art. 9º O disposto nesta Lei não dispensa o cumprimento, pelos estabelecimentos e usuários, das obrigações preceituadas na legislação municipal.

Art. 10. Os estabelecimentos referidos nos § 1º e § 2º, do artigo 1º, desta Lei, deverão adequar-se aos termos desta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir de sua publicação.

Art. 11. O Chefe do Poder Executivo regulamentará a presente Lei, se necessário.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 20 de Abril de 2015  
MARIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI  
Gerente de Gabinete

## CÂMARA MUNICIPAL

### CONTRATO Nº. 009/2015 FGM URBANA

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

Contrato Nº: 009/2015

Licitação: Carta Convite Nº.005/2015

Objeto: contratação de serviços de engenharia para elaboração dos projetos para construção da sede da Câmara de Vereadores de Massaranduba, com aproximadamente 1.200 m2 de área construída, contendo os seguintes elementos:

- a) Projeto Arquitetônico;
- b) Projeto Estrutural em Concreto Armado;
- c) Projeto Elétrico;
- d) Projeto de Instalações Hidráulicas e Sanitárias;
- e) Projeto de Preventivo Contra Incêndio;
- f) Memoriais Descritivos;
- g) Planilha Orçamentária Quantitativa
- h) Cronograma Físico-Financeiro.

Fornecedor: FGM URBANA ARQUITETURA S/S LTDA ME

Valor: R\$ 39.990,00 (Trinta e nove mil, novecentos e noventa reais)

Data de Assinatura: 17/04/2015

Termino da Vigência: 16/06/2015.

# Meleiro

## PREFEITURA

### NOTIFICAÇÃO

Administração Municipal de Meleiro, atendendo à determinação contida na Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, NOTIFICA, a Câmara Municipal, aos Partidos Políticos, o Sindicato de Trabalhadores e Produtores e Entidades Empresariais com sede no Município, que recebeu no mês Março de 2015 recursos Federais e Estaduais relativos aos seguintes convênios e destinados aos seguintes Programas:

Data	Origem	Objeto	Valor (R\$)
03.2015	Federal	DNPM – CEFEM	1.053,50
03.2015	Federal	Fundo Especial do Petróleo – PEP	4.168,67
03.2015	Federal	PAB – Fixo - Programa Atenção Básica	15.140,67
03.2015	Federal	PSF – Programa Saúde da Família	18.260,00
03.2015	Federal	PACS – (Programa de Agente Comunitário de Saúde)	18.252,00
03.2015	Federal	PSB - Programa Saúde Bucal	2.230,00
03.2015	Federal	NASF – Núcleo de apoio da Saúde da Família	12.000,00
03.2015	Federal	PMAQ – Programa Melhoria do Acesso da Qualidade	12.400,00
03.2015	Federal	SAMU - (Serviço Atendimento Móvel Urgente)	13.125,00
03.2015	Federal	MAC (Gestão Plena do SUS – Média Alta Complexidade)	4.614,42
03.2015	Federal	DENGUE - (Programa de Epidemiologia e Controle de Doenças)	1.806,67
03.2015	Federal	PAFB (Assistência Farmacêutica Básica)	3.001,78
03.2015	Federal	SE – Salário Educação	27.902,73
03.2015	Federal	PNAE – Merenda Escolar	14.592,00
03.2015	Estadual	OT (Outras Transferências)	1.350,00
03.2015	Estadual	Receita de Convênio nº 1.777/2014	49.992,66
03.2015	Estadual	Receita de Convênio nº 1.779/2014	104.166,67
03.2015	Estadual	Receita de Convênio nº 1.973/2014	53.983,80
		Total	358.040,57

Jonnei Zanette Adair Pasini  
Prefeito Municipal Cont. CRC/SC 0022984/0-3

### PORTARIA N.º 166/2015

PORTARIA n.º 166/2015

TRATA DO RETORNO DE LICENÇA SAÚDE DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e artigos 96 e seguintes da Lei nº 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, e Lei Complementar nº 034/2011, de 26 de dezembro de 2011, resolve:

#### RETORNAR

Art. 1.º Da licença saúde, o servidor JOÃO BATISTA SALVALAIO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 16/04/2015.

Art 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 130/2015.

Meleiro, 17 de Abril de 2015.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

# Modelo

## PREFEITURA

### AVISO DE CHAMADA PÚBLICA 001/2015

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Chamada Pública n. 001/2015

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando, Chamada Pública n. 001/2015, para CADASTRAMENTO DE GRUPOS FORMAIS E INFORMAIS DE AGRICULTORES FAMILIARES PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA OS ALUNOS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS, CONFORME QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I DO EDITAL.

O processo é regido pela Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Lei 11.947/2009, Resolução CD/FNDE 038/2009 e em especial o contido no Edital. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues até as 14:00 horas do dia 08/05/2015, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site [www.modelo.sc.gov.br](http://www.modelo.sc.gov.br)

Modelo (SC), 20 de Abril de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº129/2015 FMS

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 129/2015 - Modalidade Pregão Presencial n. 010/2015

A Senhora Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Modelo, SC, MARCIA TERESINHA JACOBY, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando, Pregão Presencial n. 010/2015, para AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DO VEÍCULO MASTER AMBULÂNCIA PLACAS MGT 8887, ANO 2009, DA FROTA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MODELO - SC. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93, Lei 10.520/02 e em especial o contido no Edital. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues até as 08:00 horas do dia 04/05/2015, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site [www.modelo.sc.gov.br](http://www.modelo.sc.gov.br)

Modelo (SC), 20 de Abril de 2015.

MARCIA TERESINHA JACOBY

Gestora FMS

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº214/2015

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 214/2015 - Modalidade Concorrência Pública n. 002/2015

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando, Concorrência Pública n. 002/2015, para PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM PLUVIAL DA ESTRADA DE MODELO A LINHA SALETE - ETAPA III (PARTE DA OBRA) COMPREENDENDO OS SERVIÇOS: PLACA, TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO (SENDO: REGULARIZAÇÃO E COMPACTAÇÃO, BASE PARA PAVIMENTAÇÃO E TRANSPORTE), DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO (SENDO: PLACAS E POSTE), DE CONFORMIDADE COM CONTRATO DE REPASSE Nº 808403/2014/MTUR/CAIXA, EMPREITADA GLOBAL, TIPO MENOR PREÇO, CONFORME PROJETO, MEMORIAL E ANEXOS. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93 e em especial o contido no Edital. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues até as 08:30 horas do dia 25/05/2015, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site [www.modelo.sc.gov.br](http://www.modelo.sc.gov.br)

Modelo (SC), 17 de Abril de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº215/2015

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 215/2015 - Modalidade Pregão Presencial n. 025/2015

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que estará realizando, Pregão Presencial n. 025/2015, para AQUISIÇÃO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DE CAMINHÃO MBB 2013, PLACAS LYN9271, ANO 1978, DA FROTA DO DMER DO MUNICÍPIO DE MODELO. O processo é regido pela Lei n. 8.666/93, Lei 10.520/02 e em especial o contido no Edital. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregues até as 08:00 horas do dia 06/05/2015, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Modelo, SC. Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:30 ou através do site [www.modelo.sc.gov.br](http://www.modelo.sc.gov.br)

Modelo (SC), 20 de Abril de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 040/2015

Extrato de Contrato Nº 040/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Processo Licitatório n. 100/2015

Contrato n. 040/2015

Contratada: MVM Sperandio Comércio de Veículos Ltda

Valor: R\$ 61.500,00

O Senhor Prefeito de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou processo licitatório na modalidade pregão presencial nº 016/2015, AQUISIÇÃO DE VEÍCULO, ZERO QUILOMETRO, PARA COMPOR A FROTA DO DEPARTAMENTO MANUTENÇÃO DE ESTRADAS E RODAGENS DO MUNICÍPIO.

Modelo (SC), 20 de Abril de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

## **LEI MUNICIPAL Nº 2202/2015**

LEI MUNICIPAL Nº 2202/2015 DE 09 DE ABRIL DE 2015

DISPÕE SOBRE CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO DA CASA FAMILIAR RURAL DE MODELO-SC PARA O EXERCÍCIO DE 2015, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo - SC, no uso de suas atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal,

FAZ SABER, que a Câmara de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a efetuar contribuição financeira a ASSOCIAÇÃO DE PAIS, PROFESSORES E AMIGOS CASA FAMILIAR RURAL, de caráter familiar educacional, pessoa jurídica de direito privado, associação civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.906.526/0001-38, com sede na Linha Salete, no Município de Modelo - SC, nos termos da presente Lei.

Art. 2º. A contribuição financeira será de até R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), destinados a manutenção e desenvolvimento da entidade, observadas as disposições legais, conforme Plano de Trabalho e cronograma financeiro a ser apresentado pela entidade, para o exercício de 2015.

Art. 3º. Para se habilitar a receber os recursos a entidade deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Ofício justificando a transferência e solicitando a liberação dos recursos;
- b) Plano de Trabalho devidamente preenchido e assinado pelo representante legal da entidade, contendo as informações legais;
- c) Cópia autenticada da Ata que elegeu a atual diretoria, como prova de seu mandato;
- d) Cópia do Estatuto e de seu respectivo registro;
- e) Prova que a entidade é correntista de Banco, através de Declaração do Gerente que conste o nome da entidade, número da agência, conta corrente e data, vinculado ao objeto;
- f) Cópia do CPF e da carteira de identidade dos Responsáveis; (presidente e tesoureiro);
- g) Fotocópia do Cartão CNPJ da entidade;
- h) Certidões Negativa de Débitos ou Positivas com efeitos de Negativa, Certificados de Regularidade, conforme disposições legais;
- i) Relatório de atividades desenvolvidas nos últimos doze meses;
- j) Cópia do Alvara de funcionamento;
- l) Comprovante de endereço da entidade e do seu representante;
- m) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do art. 29, inciso V da lei 8.666/93, quando envolver o pagamento de pessoal com os recursos pretendidos;
- n) Certificado e Entidade Beneficente de assistência social, emitida por Conselho de Assistência Social, nos termos da legislação, se for o caso;

o) Atestado de Funcionamento fornecido pelo Conselho Municipal ou órgão de fiscalização com jurisdição sobre a entidade do município a que pertencer a entidade, com data de emissão não superior a doze meses;

p) Outros documentos julgados necessários, solicitados pela concedente.

Parágrafo Único: No caso em que os recursos solicitados tiverem como objeto obras e benfeitorias a entidade deverá complementar a documentação com:

- a) Projeto Básico, devidamente aprovado pela Amerios;
- b) Anotação de Responsabilidade Técnica pela elaboração do Projeto;
- c) Comprovação pela entidade do Exercício pleno de propriedade do imóvel, mediante escritura pública emitida em cartório (exceto rede de abastecimento de água);
- e) Alvarás de licença expedidos pelos órgãos competentes inclusive se for o caso junto aos órgãos ambientais;
- f) Registro fotográfico da situação por ocasião, em se tratando de reforma, supressão ou acréscimos.

Art. 4º. A entidade beneficiada deverá aplicar os recursos recebidos em até trinta dias do recebimento, devendo prestar contas em até 60 (sessenta) dias de seu recebimento ou conforme cronograma físico financeiro, junto a Prefeitura Municipal de Modelo-SC.

Art. 5º. A prestação de contas será composta dos seguintes documentos:

- a) Ofício encaminhando a prestação de contas assinado pelo presidente da entidade;
- b) Documentos comprobatórios da despesa;
- c) Declaração firmada pelo Presidente e Tesoureiro, de que os recursos foram aplicados nos fins, a que se destinam;
- d) Fotocópia dos cheques ou ordens bancaria emitida;
- e) Extrato bancário com toda a movimentação;
- f) Comprovante de recolhimento do ISS na prefeitura municipal quando devido;
- g) Anotação de Responsabilidade Técnica pela execução da obra;
- h) Laudo de conclusão emitido pelo engenheiro responsável pelo Projeto.
- i) Balancete de Prestação de Contas de Recursos - Anexo TC 28, devidamente preenchido e assinado pelo presidente e tesoureiro da entidade;
- j) Nota de empenho da despesa;
- l) Relação dos alunos atendidos pela entidade;
- m) Guia de recolhimento de saldo não utilizado;
- n) Outros documentos julgados necessários, solicitados pela concedente, de conformidade com as disposições legais.

Art. 6º. Os documentos das despesas pagos, com os recursos recebidos, não poderão conter data anterior ao do recebimento do mesmo.

Art. 7º. A não prestação de contas no prazo estabelecido no artigo 4º da presente lei, é causa de aplicação de penalidades conforme dispõe o convenio e a presente Lei, inclusive da devolução de recursos.

Art. 8º. Fica igualmente o Poder Executivo autorizado a efetuar aditivos na contribuição financeira de até 20 (Vinte por cento) do valor autorizado nesta lei, mediante justificativa, no atendimento da finalidade desta Lei.

Art. 9º. As despesas decorrentes da presente Lei correrão a conta de dotação orçamentária própria prevista no Orçamento Municipal do exercício de 2015.

Art. 10. O Poder Executivo poderá regulamentar por Decreto a presente Lei e solicitar documentos e informações além dos estabelecidos por esta lei, necessárias a prestação de contas e solicitação dos recursos.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),  
aos 09 de abril 2015.

RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

Janice Martini Muller  
Contadora

### **LEI MUNICIPAL Nº 2203/2015**

LEI MUNICIPAL Nº 2203/2015 de 09.04.2015

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA PAGAMENTO DESPESAS COM TRANSPORTE, EM ATENDIMENTO AO PROGRAMA DE APOIO A PESSOA IDOSA DO MUNICÍPIO DE MODELO SC, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo SC, no uso das atribuições legais,

FAZ SABER, que a Colenda Câmara de Vereadores de Modelo SC, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo do Município de Modelo autorizado a efetuar o custeio dos serviços com o transporte interestadual, de idosos do Município de Modelo SC, para realização de viagem objetivando o desenvolvimento social, cultural e educacional, EM ATENDIMENTO AO PROGRAMA DE APOIO A PESSOA IDOSA no Município de Modelo SC, no valor de até R\$ 7.000,00 (sete mil reais), conforme programação anexa, integrante desta Lei.

Parágrafo Único - A oferta dos serviços de proteção social objetiva atender as diretrizes de convivência e fortalecimento de vínculo para idosos.

Art. 2º - Para atendimento do objeto de que trata esta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a contratar empresa para realização dos serviços de transporte no valor de até R\$ 7.000,00 (sete mil reais),

§ 1º - O Departamento da Assistência Social divulgará a data da viagem e o período das inscrições, atendendo as disposições do Programa de Apoio a Pessoa Idosa do Município.

§ 2º - Os interessados deverão firmar termo de compromisso e responsabilidade na participação da viagem e do programa.

Art. 3º - As despesas para atendimento desta Lei, estão consignadas no orçamento vigente.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo aos 09 de abril de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada na data supra:

JANICE MARTNI MULLER  
CONTADORA

### **PORTARIA Nº 039/2015**

PORTARIA Nº 039/2015 de 20.04.2015

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2015, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial de conformidade com as Leis Municipais 971/90, 1.513/2002 e Edital de Concurso Público 001/2015 do Município de Modelo - SC homologado pelo Decreto nº 110/2015 em 06.04.2015, e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica convocada para nomeação e posse no cargo de Professor Ensino Superior, a Sra. DANIELA FRANDOLOSO MARINS, aprovada no Concurso Público nº 001/2015 neste município de Modelo/SC, para desempenhar as atribuições do cargo com a respectiva carga horária de 20 Horas Semanais, para atuação no Departamento Municipal de Educação, observadas as determinações legais do cargo.

Art. 2º - Ficam igualmente convocados para nomeação e posse no cargo de Auxiliar Educacional, os aprovados no Concurso Público nº 001/2015 neste município de Modelo/SC, para desempenhar as atribuições do cargo com a respectiva carga horária de 40 Horas Semanais, para atuação no Departamento Municipal de Educação, observadas as determinações legais do cargo, os aprovados abaixo relacionados:

JULIANE PICCOLI SCHMITT  
CATIANE APARECIDA BEGNINI

Art. 3º - Os aprovados citados nesta Portaria e obedecida a ordem de classificação, deverão apresentar-se, no prazo de 10 (dez) dias a partir desta data, para apresentação dos documentos e posse, conforme estatuto dos servidores Públicos Municipais.

Art. 4º - Não havendo interesse, o membro convocado deve manifestar-se por escrito, dentro do prazo citado no Art. 3º, sendo que este poderá solicitar a colocação ao final da lista dos aprovados ou manifestar a desistência da vaga.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),  
aos 20 de abril de 2015.

RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
CHEFE DE SETOR

# Navegantes

## PREFEITURA

### ATA CONCORRENCIA 07/2015 – ABERTURA HABILITAÇÃO (COMPLEMENTAR)

ATA CONCORRENCIA 07/2015 - ABERTURA HABILITAÇÃO (COMPLEMENTAR)

REABERTA A SESSÃO PÚBLICA CONFORME AGENDADO ANTERIORMENTE, ÀS 9H, PARA ABERTURA DOS ENVELOPES COMPLEMENTARES, OS LICITANTES NÃO ESTAVAM PRESENTES, O PRESIDENTE E A COMISSÃO ABRIRAM OS ENVELOPES E CONSTATARAM QUE A LICITANTE PROSAU - NÃO COMPROVOU O PATRIMONIO DE 10%, , E NÃO COMPROVOU EXPERIENCIA GERENCIA (APRESENTAR EM SEU QUADRO: RESPONSÁVEL TÉCNICO -MÉDICO, E PROFISSIONAL NÍVEL SUPERIOR -BACHARELADO ADM) APENAS APRESENTOU UMA DECLARAÇÃO COM NOMES SEM COPIAS DE DIPLOMAS OU COMPROVAÇÃO DE ALGUM VÍNCULO AO CORPO DIRETIVO.////////// O LICITANTE ASSOCIAÇÃO PROTEÇÃO SAÚDE NÃO COMPROVOU O CAPITAL DE NO MÍNIMO 10%, E QUANTO AO ITEM 4.4.1 TAMBÉM NÃO FOI COMPROVADO QUE O RESPONSÁVEL TÉCNICO FIZESSE PARTE DO QUADRO DIRETIVO , DESTA FORMA A LICITAÇÃO RESTOU FRACASSADA DEVENDO SER REPUBLICADA, REVENDO SE HA NECESSIDADE DA EXIGENCIA DE CAPITAL MÍNIMO DE 10% DO OBJETO LICITADO OU SE PODERÁ SER SUPRIMIDA TAL EXIGENCIA UMA VEZ QUE SE TRATA DE ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS.

NAVEGANTES, 06 DE ABRIL DE 2015

DOUGLAS LEMOS - ..... - PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO  
FERNANDA HASSMANN CONSTANCIO- ..... - MEMBRO  
JOZESITE DOS SANTOS - ..... - MEMBRO  
LEILA MENGARDA - .....- MEMBRO  
RAUL COUTO NETO - .....- MEMBRO

### ATA DE APROVAÇÃO E APROVAÇÃO AMOSTRA 16/2015 FMS

ATA DE APROVAÇÃO DAS AMOSTRAS PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2015 FMS

#### DECLARAÇÃO

Declaro para fins licitatório, que os itens 1, 2 e 3 da licitação de fraldas infantis esta aprovado conforme exigências do edital.

Gisele Todesco  
Assistente Social  
Navegantes, 16 de abril de 2015.

### ATA DE APROVAÇÃO E APROVAÇÃO AMOSTRA 55 /2015 PMN

ATA DAS AMOSTRAS PREGÃO PRESENCIAL E CONVOCAÇÃO DOS LICITANTES P/APRESENTAR AMOSTRA NO PRAZO CONSTANTE NO EDITAL Nº 55 /2015 PMN

Aos 20 dias do mês de abril de 2015 os responsáveis pela análise das amostras referente o pregão nº 55/2015 PMN, OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOSIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC

(ITENS FRACASSADOS DO PP 235/2014), VERIFICARAM E DERAM O parecer - aprovação/reprovação dos produtos apresentados conforme segue:

ITENS	LICITANTES 1º COLOCADOS	Aprovação/reprovação	LICITANTES COLOCADOS CONVOCADOS P/APRESENTAR AMOSTRA NO PRAZO CONSTANTE NO EDITAL
01	LICISUL COMERCIAL LTDA - ME	REPROVADO- NÃO APRESENTOU A AMOSTRA.	COMERCIAL STORINNY LTDA-EPP
04	LICISUL COMERCIAL LTDA - ME	REPROVADO- NÃO APRESENTOU A AMOSTRA.	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA EPP
07	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA EPP	REPROVADO- NÃO APRESENTOU A AMOSTRA.	FRACASSOU

Obs.; OS LICITANTES INTERESSADOS QUE TIVEREM SUAS AMOSTRAS REPROVADAS DEVERÃO RETIRAR AS MESMAS NO PRAZO DE 24 HORAS DESTA PUBLICAÇÃO.

Douglas Lemos - Pregoeiro  
Maria Benedita - Pregoeira substituta  
Equipe de apoio:  
Jozesite dos Santos  
Carla Claudino  
Franciele Justino  
Pedro Paulo da Costa

### ATA DE AVALIAÇÃO DAS AMOSTRA 60/2015 PMN

ATA AMOSTRAS PREGÃO PRESENCIAL Nº 60 /2015 PMN

AOS 15 DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 2015 OS RESPONSÁVEIS PELA ANÁLISE DAS AMOSTRAS REFERENTE O PREGÃO Nº 60/2015 PMN, OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE PRODUTOS (GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS) DESTINADOS AOS PARTICIPANTES DE OFICINAS, REUNIÕES, CURSOS E EVENTOS REALIZADOS PELAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS DE NAVEGANTES/SC, VERIFICARAM E DERAM O PARECER - APROVAÇÃO/REPROVAÇÃO DOS PRODUTOS APRESENTADOS CONFORME SEGUE:

ITENS	LICITANTES	APROVAÇÃO/REPROVAÇÃO	LICITANTES CONVOCADOS P/APRESENTAR AMOSTRA NO PRAZO CONSTANTE NO EDITAL
8	COMERCIAL STORINNY LTDA-EPP	NÃO APRESENTOU AMOSTRA	COMERCIO GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (NEW WAY)
1	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA EPP	APROVADO	
20	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA EPP	PRODUTO NÃO ATENDE AO EDITAL, AMOSTRA ENVIADA NÃO APRESENTA, COM TAMPABRE E FECHA.	LICISUL COMERCIAL LTDA - ME.

11	WRS SOLUÇÕES EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA ME	APROVADO	
12	WRS SOLUÇÕES EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA ME	APROVADO	
13	WRS SOLUÇÕES EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA ME	APROVADO	
16	WRS SOLUÇÕES EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA ME	APROVADO	
17	WRS SOLUÇÕES EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA ME	APROVADO	
18	WRS SOLUÇÕES EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA ME	APROVADO	
14	COMERCIO GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (NEW WAY)	NÃO APRESENTOU AMOSTRA	WRS SOLUÇÕES EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA ME
15	COMERCIO GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (NEW WAY)	NÃO APRESENTOU AMOSTRA	COMERCIAL STORINNY LTDA-EPP
2	LICISUL COMERCIAL LTDA - ME.	NÃO APRESENTOU AMOSTRA	WRS SOLUÇÕES EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA ME
3	LICISUL COMERCIAL LTDA - ME.	PRODUTO NÃO ATENDE AO EDITAL.	COMERCIO GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (NEW WAY)
4	LICISUL COMERCIAL LTDA - ME.	PRODUTO NÃO ATENDE AO EDITAL.	WRS SOLUÇÕES EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO LTDA ME
5	LICISUL COMERCIAL LTDA - ME.	NÃO APRESENTOU AMOSTRA	COMERCIAL STORINNY LTDA-EPP
7	LICISUL COMERCIAL LTDA - ME.	DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES, O PRODUTO ESTÁ DE ACORDO COM O EDITAL.	
9	LICISUL COMERCIAL LTDA - ME.	DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES, O PRODUTO ESTÁ DE ACORDO COM O EDITAL.	

10	LICISUL COMERCIAL LTDA - ME.	DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES, O PRODUTO NÃO ESTÁ DE ACORDO COM O EDITAL, CONTEM ESTABILIZANTE CARBOCIMENTIL CELULOSE.	COMERCIO GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (NEW WAY)
19	LICISUL COMERCIAL LTDA - ME.	DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES, O PRODUTO NÃO ESTÁ DE ACORDO COM O EDITAL, CAFÉ EXTRAFORTE NÃO TEM EMBALAGEM DO EDITAL.	COMERCIO GÊNEROS ALIMENTÍCIOS LTDA (NEW WAY)
21	LICISUL COMERCIAL LTDA - ME.	DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES, O PRODUTO NÃO ESTÁ DE ACORDO COM O EDITAL, EMBALAGEM DE 1 KG	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA EPP

OBS.; OS LICITANTES INTERESSADOS QUE TIVEREM SUAS AMOSTRAS REPROVADAS DEVERÃO RETIRAR AS MESMAS NO PRAZO DE 24 HORAS DESTA PUBLICAÇÃO.

DOUGLAS LEMOS - PREGOEIRO  
MARIA BENEDITA - PREGOEIRA SUBSTITUTA  
EQUIPE DE APOIO:  
JOSEZITE DOS SANTOS  
CARLA CLAUDINO  
FRANCIELE JUSTINO  
PEDRO PAULO

#### **ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO 43/2015 PMN - SULMINAS FIOS E CABOS**

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2015 PMN

Aos 17 dias de abril de 2015, às 14:00 horas, reuniu-se o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados pela Portaria número 71 de 29/01/2015, com intuito de analisar e julgar o recurso e a impugnação ao recurso do Pregão Presencial nº 43/2015, cujo OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA REDE PÚBLICA DE ILUMINAÇÃO COM RECURSOS DA COSIP, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE OBRAS, DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

#### **PRELIMINARMENTE**

O Pregoeiro e a Equipe de Apoio, ao receber o recurso, verificou que o mesmo não foi protocolado tempestivamente, 07/04/2015, quando deveria ter sido no máximo protocolado em 06/04/2015 :

#### **Lei 10.520/2002**

Art 4º [...] XVIII - declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

---RECURSO Protocolado pela empresa SULMINAS FIOS E CABOS LTDA - CNPJ 04210938/0001-97 em 07/04/2015.

Entretanto para titulo de conhecimento esta Administração informa o que havia sido alegado.

1 - Cita o recorrente que o vencedor dos itens 47,67,68,69,70,71,72,73,74,79 cotou marcas das quais não são fabricantes dos produtos, solicita que o vencedor destes itens prove através de relatórios técnicos e atestados a fabricação dos itens, uma vez que ela a recorrente entrou em contato com os fornecedores e os mesmos informaram que não fabricam os materiais.

#### DA DECISÃO:

Diante do exposto, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio decidem pela IMPROCEDÊNCIA do recurso conforme segue:

1 - A alegação do recorrente não foi comprovada, não anexou nenhuma declaração de fabricante e muito menos relatórios técnicos, como a incumbência da prova é de quem alega, esta restou ausente;  
CPC

Art. 333. O ônus da prova incumbe:

I - ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito

Além da alegação do recorrente ter sido feita intempestivamente e sem provas, esta administração informa que não há possibilidade da exigência de apresentação de atestados, relatórios etc, como solicitou a recorrente, uma vez que não há previsão editalícia,

Lei 8.666/93

Art. 3o A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração [...] da vinculação ao instrumento convocatório[...]

Entretanto a Secretaria solicitante ( OBRAS ) tem a responsabilidade de verificar o item adquirido e constatar se o mesmo atende com o cotado quando da época da licitação, neste momento caso o licitante não apresente o item em conformidade seremos comunicados e então será aberto o devido procedimento.

- Publique-se

É a decisão.

Navegantes, 17 de abril de 2015.

DOUGLAS LEMOS

Pregoeiro

MARIA BENEDITA CORRÊA

Pregoeira substituta

Equipe de apoio:

PEDRO PAULO DA COSTA

CARLA CLAUDINO

JOSEZITE DOS SANTOS

FRANCIELE JUSTINO

Ratificando:

BENILDE PERÃO

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

## ATA PREGÃO PRESENCIAL 19/2015 FMS

ATA PREGÃO PRESENCIAL 19/2015. F.M.S

AO(S) 20 DE ABRIL DE 2015, ÀS 09:00 HORAS, NA SEDE DA(O) PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES , REUNIRAM-SE O PREGOEIRO E SUA EQUIPE DE APOIO, DESIGNADA PELA(O) PORTARIA Nº 71 DE 29 DE JANEIRO DE 2015.

ESTIVERAM PRESENTES NO ATO DE ABERTURA, O PREGOEIRO A EQUIPE DE APOIO E REPRESENTANTE(S) DA(S) EMPRESA(S) ABAIXO: TECNOAL COMERCIAL DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (2862), COINTER MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA (7397), AMANDA COMÉRCIO DE PAPÉIS E EMBALAGENS LTDA (10345), PJ SERVICOS E COMERCIO EIRELI - ME (10831), JP DE LIMA COMÉRCIO DE PROD. DE LIMPEZA LTDA - EPP (10845), Produvale Produtos Hospitalares (11837), PKB PRODUTOS QUIMICOS LTDA EPP (13370), LICISUL COMERCIAL LTDA - ME. (14343), DEIVID REINERT - ME (14722).. INICIALMENTE PROCEDEU-SE A LEITURA DO TEOR DAS MESMAS COM OS ESCLARECIMENTOS E ANÁLISE NECESSÁRIOS, POR ORDEM DE ENTRADA E, RUBRICADAS TODA A DOCUMENTAÇÃO ATINENTE, TENDO O SEGUINTE PARECER DA COMISSÃO:

ABERTO O CERTAME COM A PRESENÇA DOS LICITANTES PKB, JP, PJ, PRODUVALE, LICISUL, AMANDA, DEIVID, COINTER, TECNOAL, TODOS DEVIDAMENTE CREDENCIADOS, NA OCASIÃO O PREGOEIRO INFORMOU QUE APENAS A COINTER E A PRODUVALE NÃO ERAM ME/EPP, NÃO HAVENDO QUESTIONAMENTOS APÓS O CREDENCIAMENTO DEU-SE INÍCIO A ABERTURA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS. O LICITANTE TECNOAL FOI DESCLASSIFICADO, POIS NÃO APRESENTOU VALIDADE DA PROPOSTA, O LICITANTE AMANDA E PRODUVALE PEDIRAM A DESCLASSIFICAÇÃO NO ITEM 14 POIS RECONHECERAM QUE SEUS ITENS NÃO ATENDEM AO DESCRITIVO, LICISUL PEDIU DESCLASSIFICAÇÃO NO ITEM 32 POIS COTOU VALOR ERRADO, APÓS O TÉRMINO DA SESSÃO DE LANCES FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO DOS VENCEDORES, E CONSTATADO QUE TODOS ATENDERAM AO EXIGIDO NO EDITAL, NÃO HAVENDO MENÇÃO DE RECURSOS ENCERRA-SE A PRESENTE.

MARIA BENEDITA CORREA - .....- PREGOEIRA SUBSTITUTA

DOUGLAS LEMOS - ..... - PREGOEIRO

CARLA CLAUDINO - ..... - EQUIPE DE APOIO.

FRANCIELA JUSTINO - ..... - EQUIPE DE APOIO.

PEDRO PAULO DA COSTA - ..... - EQUIPE DE APOIO.

JOSEZITE DOS SANTOS - .....-EQUIPE DE APOIO.

NAVEGANTES SC, 20 DE ABRIL DE 2015.

## CARTA DE CONVOCAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

www.navegantes.sc.gov.br

Rua João Emílio n º 100 - Centro

CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC

E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br

Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 20 de abril de 2015

Ilm Sr

MARCELO BAUER CARLINI ( CANDIDATO )

Assunto: CONVOCAÇÃO - PROCESSO SELETIVO 005/2014

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Processo Seletivo de Nº 005/2014, para o cargo de NUTRICIONISTA

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo 005/2014

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Alessandra Muller

Diretoria em Gestão de R.H.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio nº 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 20 de abril de 2015

Ilm Sr  
DANIELLA SCHMIT( CANDIDATO )

Assunto: CONVOCAÇÃO - PROCESSO SELETIVO 005/2014

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Processo Seletivo de Nº 005/2014, para o cargo de NUTRICIONISTA

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo 005/2014

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Alessandra Muller

Diretoria em Gestão de R.H.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio nº 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 20 de abril de 2015

Ilma Sra  
GRACIELE BIANCHI MARCON ( CANDIDATO )

Assunto: CONVOCAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO 001/2015

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de MÉDICO ESF

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público 001/2014

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Alessandra Muller

Diretoria em Gestão de R.H.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio nº 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 20 de abril de 2015

Ilma Sra  
FERNANDA MORAES DUTRA ( CANDIDATO )

Assunto: CONVOCAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO 001/2013

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2013, para o cargo de TERAPEUTA OCUPACIONAL

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público

001/2013

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Alessandra Muller

Diretoria em Gestão de R.H.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 20 de abril de 2015

Ilm Sr  
MARCOS AURELIO MARTINS( CANDIDATO )

Assunto: CONVOCAÇÃO - PROCESSO SELETIVO 005/2014

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Processo Seletivo de Nº 005/2014, para o cargo de MOTORISTA SOCORRISTA DO SAMU

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Processo Seletivo 005/2014

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Alessandra Muller

Diretoria em Gestão de R.H.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 20 de abril de 2015

Ilm Sr  
JOSÉ MARIA OURIQUES ( CANDIDATO )

Assunto: CONVOCAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO 001/2014

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público 001/2014

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Alessandra Muller

Diretoria em Gestão de R.H.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 20 de abril de 2015

Ilm Sr  
MIRIAM DIAS DOS SANTOS MARIA ( CANDIDATO )

Assunto: CONVOCAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO 001/2014

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público 001/2014

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Alessandra Muller

Diretoria em Gestão de R.H.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 20 de abril de 2015

Ilm Sr  
DAVID ROBERTO ALVES BARBOSA ( CANDIDATO )

Assunto: CONVOCAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO 001/2014

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público 001/2014

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Alessandra Muller  
Diretoria em Gestão de R.H.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 20 de abril de 2015

Ilm Sr  
NELSON BRANDT ( CANDIDATO )

Assunto: CONVOCAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO 001/2014

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de ENFERMEIRO

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público

001/2014

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Alessandra Muller  
Diretoria em Gestão de R.H.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 20 de abril de 2015

Ilm Sr  
DANIELE LORENSEN ( CANDIDATO )

Assunto: CONVOCAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO 001/2014

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de ENFERMEIRO

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público 001/2014

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Alessandra Muller  
Diretoria em Gestão de R.H.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
www.navegantes.sc.gov.br  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br  
Fone/Fax: (047) 3342-9500

Navegantes, 20 de abril de 2015

Ilm Sr  
CARLOS THEODORO DE ALBUQUERQUE FILHO ( CANDIDATO )

Assunto: CONVOCAÇÃO - CONCURSO PÚBLICO 001/2014

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados do dia de recebimento do AR (AVISO DE RECEBIMENTO), para tratar da contratação do Concurso Público de Nº 001/2014, para o cargo de PSICOLOGO

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público 001/2014

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Alessandra Muller

Diretoria em Gestão de R.H.

### **CARTA DE CONVOCAÇÃO**

Navegantes, 17 de abril de 2015.

Ilma Sra.  
KARINA KRICINSKI CORREA  
NESTA

Pelo presente instrumento, fica Vossa senhoria CONVOCADA para comparecer junto a Secretaria de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA da Prefeitura Municipal de Navegantes, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para tratar da NOMEAÇÃO através do CONCURSO PÚBLICO de nº 001/2014, para o cargo de MONITORA DE ABRIGO.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente

Alessandra Muller  
Diretoria de Gestão em RH

### **CARTA DE CONVOCAÇÃO**

Navegantes, 17 de abril de 2015.

Ilma Sra.  
MERIELLY DA SILVA MACELAN  
NESTA

Pelo presente instrumento, fica Vossa senhoria CONVOCADA para comparecer junto a Secretaria de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA da Prefeitura Municipal de Navegantes, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para tratar da NOMEAÇÃO através do CONCURSO PÚBLICO de nº 001/2014, para o cargo de MONITORA DE ABRIGO.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente

Alessandra Muller  
Diretoria de Gestão em RH

Navegantes, 17 de abril de 2015.

Ilma Sra.  
PATRÍCIA DOS SANTOS MOTA  
NESTA

Pelo presente instrumento, fica Vossa senhoria CONVOCADA para comparecer junto a Secretaria de ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA da Prefeitura Municipal de Navegantes, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para tratar da NOMEAÇÃO através do CONCURSO PÚBLICO de nº 001/2014, para o cargo de MONITORA DE ABRIGO.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do Concurso Público.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente

Alessandra Muller  
Diretoria de Gestão em RH

### **CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA 56/2015 PMN**

CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRA PROCESSO LICITATÓRIA 56/2015 PMN

A EQUIPE DE APOIO DA LICITAÇÃO INFORMA, AVALIAÇÃO DOS PROPONENTES HABILITADOS PARA FORNECIMENTO DE ITENS DESCRITIVOS DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 56/2015 - PR.

LICITANTE JÁ HABILITADOS CONVOCADOS P/APRESENTAR AMOSTRA NO PRAZO CONSTANTE NO EDITAL

DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA EPP- LOTE 02 - CALDO DE GALINHA, COLORÍFICO, COMINHO EM PÓ, AÇAFRÃO EM PÓ, FERMENTO BIOLÓGICO, FERMENTO QUÍMICO, CREME DE LEITE, EXTRATO DE TOMATE, ERVILHA VERDE EM CONSERVA, MILHO VERDE, CALDO DE CARNE, TEMPERO COMPLETO, PREPARO EM PÓ PARA SUCO, ÓLEO DE SOJA, VINAGRE DE ALCOOL, GELATINA, LEITE LONGA VIDA E MARGARINA.

Obs.; OS LICITANTES INTERESSADOS QUE TIVEREM SUAS AMOSTRAS REPROVADAS DEVERÃO RETIRAR AS MESMAS NO PRAZO DE 24 HORAS DESTA PUBLICAÇÃO.

Douglas Lemos - Pregoeiro  
Maria Benedita - Pregoeira substituta  
Equipe de apoio:  
Carla Claudino  
Franciele Justino  
Josezite dos Santos  
Pedro Paulo

### **EXTRATO CONTRATUAL Nº 059/2015.**

Extrato Contratual PMN 059/2015.

Contrato Nº.: 059/2015.

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: CR Artefatos de Cimento Ltda.

Vigência ..... : Início: 18/03/2015 Término: 03/09/2015.

Licitação ..... : Tomada de Preços nº 095/2014.

Recursos ..... : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.

Objeto ..... : Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 174/2014, referente à Drenagem Pluvial e Pavimentação com Paver (com fornecimento de materiais) da Rua Antônio Hengel - Bairro Hugo de Almeida, e com Lajotas Sextavadas de Concreto para a Rua Olindio

Rodolfo de Souza - Bairro Escalvados e Rua Inácio A.Vieira - Bairro Porto Escalvados, Município de Navegantes, conforme Tomada de Preço nº 095/2014 -TERMO DE CONVÊNIO nº 2014TR002013.

#### **EXTRATO CONTRATUAL Nº 060/2015.**

Extrato Contratual PMN 060/2015.

Contrato Nº...: 060/2015.

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: Baltt Empreiteira, Transportes e Terraplanagem Ltda.

Vigência ..... : Início: 18/03/2015 Término: 03/09/2015.

Licitação ..... : Tomada de Preços nº 094/2014.

Recursos ..... : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.

Objeto ..... : Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 173/2014, referente à Drenagem Pluvial e Pavimentação Asfáltica (com fornecimento de materiais) da Rua Prefeito Manoel Evaldo Muller, localizada no Bairro Volta Grande, Município de Navegantes, conforme Tomada de Preço nº 094/2014 -TERMO DE CONVÊNIO nº 2014TR002013.

#### **EXTRATO CONTRATUAL Nº 062/2015.**

Extrato Contratual PMN 062/2015

Contrato Nº...: 062/2015.

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: Artefatos de Cimento Raimondi Ltda.

Vigência ..... : Início: 19/03/2015 Término: 04/09/2015.

Valor Acréscimo: R\$ 8.498,95.

Licitação ..... : Tomada de Preços nº 108/2014.

Recursos ..... : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.00.

Objeto ..... : Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 137/2014, referente à Drenagem Pluvial, Pavimentação com Paver, Acessibilidade e Sinalização Viária com fornecimento de Materiais das Ruas Alírio Pereira dos Santos, Manoel Gualberto e Rua sem Denominação, localizadas no Bairro São Paulo, no Município de Navegantes, SC, através do Convênio com Ministério das Cidades/Caixa Econômica Federal, conforme Tomada de Preço nº 108/2014.

#### **EXTRATO CONTRATUAL Nº 068/2015.**

Extrato Contratual PMN 068/2015

Contrato Nº...: 068/2015.

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: BELGA CONSTRUÇÕES & INCORPORAÇÕES LTDA.

Vigência ..... : Início: 21/03/2015 Término: 06/09/2015.

Licitação ..... : Tomada de Preço nº 105/2014.

Recursos ..... : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.00.

Objeto ..... : Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 179/2014, referente à Obra de Drenagem Pluvial e Pavimentação com Lajotas Sextavadas (com fornecimento de Materiais) da Rua Alfredo Manoel Bento - Porto das Balsas e Travessa Macarini - Bairro Machados, Município de Navegantes/SC, através da Tomada de Preço nº 105/2014 - Convênio Fundo Social/SDR.

#### **EXTRATO CONTRATUAL Nº 069/2015.**

Extrato Contratual PMN 069/2015.

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: Sona Construtora Ltda.

Vigência ..... : Início: 01/04/2015 Término: 07/09/2015.

Licitação ..... : Tomada de Preços nº 092/2014.

Recursos ..... : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.00.

Objeto ..... : Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 171/2014, referente à Obra de Drenagem Pluvial e Pavimentação com Lajotas Sextavadas de concreto (com fornecimento de materiais) das Ruas Paraguai - Bairro Gravatá, Rua Osmundo Dutra, Rua Maria Carlota Vieira, Rua José Wander Pinheiro, Rua Comendador Pedro F. dos Santos e Rua Orlandino Formigal - Bairro Meia Praia - Conforme Tomada de Preço nº 092/2014 - Fundo de Apoio aos Municípios - FUNDAM - TERMO DE CONVÊNIO nº 2014TR002013. Navegantes, 30 de março de 2015.

#### **EXTRATO CONTRATUAL Nº 071/2015.**

Extrato Contratual PMN 071/2015.

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: Artefatos de Cimentos Santa Terezinha Ltda.

Vigência ..... : Início: 01/04/2015 Término: 07/09/2015.

Licitação ..... : Tomada de Preços nº 093/2014.

Recursos ..... : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.00.

Objeto ..... : Terceiro Termo Aditivo de Prazo ao Contrato nº 172/2014, referente à Obra de Drenagem Pluvial e Pavimentação com Lajotas Sextavadas de concreto (com fornecimento de materiais) da Rua Eraci Santos Couto, Rua José Elpídio Lobo, Rua Alice Hostins, Rua Leocádio Ferreira Barbosa e Rua Félix Geovanela - Centro e Rua Horácio Júlio da Silva - Marginal Aeroporto, Município de Navegantes, conforme Tomada de Preço nº 093/2014 - Fundo de Apoio aos Municípios - FUNDAM - TERMO DE CONVÊNIO nº 2014TR002013. Navegantes, 31 de março de 2015.

#### **EXTRATO CONTRATUAL Nº 073/2015.**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº...: 073/2015.

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: SC FUNERÁRIA LTDA ME.

CNPJ: 74.183.575/0006-38.

Vigência ..... : Início: 02/04/2015 Término: 30/06/2015.

Licitação ..... : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 064/2015.

Recursos ..... : Dotação: 2.017 3.3.90.00.00.00.00.00.00.

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS EM CARÁTER EMERGENCIAL COM FORNECIMENTO DE PRODUTOS (URNAS MORTUÁRIAS, VELAS, FLORES, CASTIÇAS) E SERVIÇOS (PREPARAÇÃO DE CORPO E TRANSLADO) NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, CONFORME DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 064/2015\*.

\*Conforme Art. 24, inciso IV, Lei nº 8.666/93.

Navegantes, 01 de abril de 2015.

#### **EXTRATO CONTRATUAL Nº 074/2015.**

EXTRATO CONTRATUAL PMN 074/2015.

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: Sona Construtora Ltda.

CNPJ: 18.205.110/0001-55

Vigência ..... : Início: 01/04/2015 Término: 29/08/2015.

Licitação ..... : Tomada de Preços nº 036/2015.

Valor Total: R\$ 383.502,86 (trezentos e oitenta e três mil quinhentos e dois reais e oitenta e seis centavos).

Recursos ..... : 2.015 - 4.4.90.00.00.00.00.00.00.

Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE

REFORMA DA COBERTURA DO PAÇO MUNICIPAL ONELIA COUTO CABRAL, MUNICIPIO DE NAVEGANTES/SC, CONFORME TOMADA DE PREÇO Nº 036/2015.

Navegantes, 01 de abril de 2015.

### **EXTRATO CONTRATUAL Nº 091/2015**

Extrato Contratual PMN 091/2015.

Contrato Nº.: 091/2015.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: CR Artefatos de Cimento Ltda.

CNPJ: 01.650.178/0001-40

Vigência ..... : Início: 16/04/2015 Término: 16/04/2016.

Valor: R\$ 7.544.582,22 (sete milhões quinhentos e quarenta e quatro mil quinhentos e oitenta e dois reais e vinte e dois centavos).

Licitação ..... : Concorrência nº 013/2015. .

Recursos ..... : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA - COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS - EM DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS DE CONCRETO SEXTAVADAS, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E CONSTRUÇÃO DE PASSEIOS DE DIVERSAS RUAS LOCALIZADAS NO BAIRRO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, COM RECURSOS ORIUNDOS DO CONVENIO COM O MINISTÉRIO DAS CIDADES Nº 0400738-78, NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, CONFORME CONCORRÊNCIA Nº 13/2015.

Navegantes, 16 de abril de 2015.

### **EXTRATO CONTRATUAL PMN Nº 052/2015.**

Extrato Contratual PMN 052/2015.

Contrato Nº.: 052/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: Artefatos de Cimento Santa Terezinha Ltda.

Vigência ..... : Início: 16/03/2014 Término: 01/09/2015.

Licitação ..... : Tomada de Preços nº 089/2014.

Recursos ..... : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.

Objeto ..... : Terceiro Termo aditivo ao Contrato nº135/2014, referente à Obra de Pavimentação com Lajotas Sextavadas de Concreto e Drenagem Pluvial da Rua Raul Couto, localizada no Bairro Nossa Senhora das Graças, no Município de Navegantes/SC, através do Convênio com a SDR nº 4798/2013, conforme Tomada de Preço nº 89/2014.

### **EXTRATO CONTRATUAL PMN Nº 061/2015.**

Extrato Contratual PMN 061/2015.

Contrato Nº.: 061/2015.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA.

Vigência ..... : Início: 18/03/2015 Término: 03/09/2015.

Licitação ..... : Tomada de Preços nº 091/2014.

Recursos ..... : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.

Objeto ..... : Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 170/2014, referente à Obra de Drenagem Pluvial e Pavimentação Asfáltica (com fornecimento de materiais) da Rua Francisco Schimidt, localizada no Bairro Gravatá, Município de Navegantes, conforme Tomada de Preço nº 091/2014 - TERMO DE CONVÊNIO nº 2014TR002013.

### **EXTRATO CONTRATUAL PMN Nº 070/2015.**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 070/2015.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES.

Contratada...: TATTICAS PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA.

Valor ..... : R\$ 212.500,00 (duzentos e doze mil e quinhentos reais).

Vigência ..... : Início: 30.03.2015 Término: 11.11.2015.

Licitação ..... : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 190/2012

Recursos ..... : Dotação: 2054 3.3.90.00.00.00.00.00,

2.037 3.3.90.00.00.00.00, 2.009 3.3.90.00.00.00.00, 2.075

3.3.90.00.00.00.00, 2.067 3.3.90.00.00.00.00, 2.097

3.3.90.00.00.00.00, 2.082 3.3.90.00.00.00.00, 2.094

3.3.90.00.00.00.00, 2.089 3.3.90.00.00.00.00, 2.108

3.3.90.00.00.00.00, 2.088 3.3.90.00.00.00.00, 2.098

3.3.90.00.00.00.00.

Objeto ..... : Segundo Termo Aditivo visando o Acréscimo de 25 % (vinte e cinco por cento) ao Valor originalmente pactuado no Contrato nº194/2013, referente à Contratação de Agência de Publicidade e Propaganda para serviços de planejamento, pesquisa, criação, produção e veiculação, de material para televisão, rádio e internet no Município de Navegantes/SC, conforme Concorrência Pública nº190/2012.

### **EXTRATOS CONTRATUAIS 057/2015 E 058/2015.**

Extrato Contratual 057/2015.

Contrato Nº.: 057/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: Belga Construções & Incorporações Ltda.

Vigência ..... : Início: 18/03/2015 Término: 03/09/2015.

Licitação ..... : Tomada de Preços nº 097/2014.

Recursos ..... : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.

Objeto ..... : Terceiro Termo Aditivo de prazo ao Contrato nº 176/2014, referente à Drenagem Pluvial e Pavimentação com Lajotas Sextavadas de Concreto (com fornecimento de materiais) do Beco Etelvina Fião Pivatto e Beco Crispim - Bairro Volta Grande e Rua Vereador Luiz Costa, Rua Vereador José João da Silva, Vereador José Inácio da Silva e Rua Venceslau Teodoro da Silva - Loteamento Dauer, Bairro Machados, Município de Navegantes, conforme Tomada de Preço nº 097/2014 -TERMO DE CONVÊNIO nº 2014TR002013.

Extrato Contratual PMN 058/2015.

Contrato Nº.: 058/2015.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: CR Artefatos de Cimento Ltda.

Vigência ..... : Início: 18/03/2015 Término: 03/09/2015.

Recursos ..... : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.

Objeto ..... : Terceiro Termo aditivo de prazo ao Contrato nº 175/2014, referente à Drenagem Pluvial e Pavimentação com Lajotas Sextavadas de Concreto (com fornecimento de materiais) da Servidão Silvestra da Silva Ferreira, Rua Maria Costa Ferreira - Bairro São Pedro, Rua Maria Gaya e Beco Ormilda Gaya da Silva - Centro, conforme Tomada de Preço nº 096/2014 -TERMO DE CONVÊNIO nº 2014TR002013.

**EXTRATOS CONTRATUAIS 066/2015 E 067/2015.**

Contrato Nº.: 066/2015.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: Belga Construções e Incorporações Ltda.

CNPJ: 81.537.672/0001-72.

Vigência ..... : Início: 30/03/2015- 05/09/2015.

Licitação ..... : Tomada de Preços nº 102/2014.

Recursos ..... : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.

Objeto ..... : Terceiro Termo Aditivo de Prazo ao Contrato nº 146/014, referente à Prestação de Serviços de Drenagem Pluvial e Pavimentação com Lajotas Sextavadas de Concreto das Ruas Augusto Romão e Helena Passos Dauer, localizadas no Bairro Machados, Município de Navegantes, conforme Tomada de Preço nº 102/2014 □ Convênio nº 1647/2014, Processo nº SDR17.3278/2014.

Extrato Contratual PMN Nº 067/2015.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: Artefatos de Cimento Santa Terezinha Ltda.

CNPJ: 75.862.946/0001-66.

Vigência ..... : Início: 30/03/2015 Término: 05/09/2015.

Licitação ..... : Tomada de Preços nº 107/2014.

Recursos ..... : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.

Objeto ..... : Terceiro Termo Aditivo de prazo ao Contrato nº 147/2014, referente à Prestação de Serviços de Drenagem Pluvial e Pavimentação com Lajotas Sextavadas (com fornecimento de materiais) da Rua Aníbal Gazaniga e Travessa Manoel João dos Santos, localizadas no Bairro Machados, Município de Navegantes, conforme Tomada de Preço nº 107/2014 □ Convênio nº 1646/2014, Processo SDR17.3403/2014.

**EXTRATOS CONTRATUAIS Nº 063/2015 / 064/2015 / 065/2015.**

Extrato Contratual PMN 063/2015

Contrato Nº.: 063/2015

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA LTDA.

Vigência ..... : Início: 21/03/2015 Término: 06/09/2015.

Licitação ..... : Tomada de Preços nº 103/2014.

Recursos ..... : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.

Objeto ..... : Terceiro Termo Aditivo ao contrato nº 177/2014, referente à Obra de Drenagem Pluvial e Pavimentação com Lajotas Sextavadas de Concreto da Rua Fúlvio Diniz, localizada no loteamento Porto das Balsas, Município de Navegantes/SC, conforme Tomada de Preço nº 103/2014 □ Convênio Fundosocial/SDR nº 2209/2014.

Extrato Contratual PMN 064/2015.

Contrato Nº.: 064/2015.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA LTDA.

Vigência ..... : Início: 21/03/2015 Término: 06/09/2015.

Licitação ..... : Tomada de Preço nº 104/2014.

Recursos ..... : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.

Objeto ..... : Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 178/2014, referente à Obra de Drenagem Pluvial e Pavimentação com Lajotas Sextavadas de Concreto (com fornecimento de materiais) da Rua Manoel Vieira, localizada no loteamento Porto das Balsas, Município de Navegantes/SC, conforme Tomada de Preço nº 104/2014, Convênio Fundosocial SDR nº 2212/2014.

Extrato Contratual PMN Nº 065/2015.

Contrato Nº.: 065/2015.

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Contratada...: Engemais Construtora Ltda.

Vigência ..... : Início: 22/03/2015 Término: 07/09/2015.

Licitação ..... : Tomada de Preços nº 141/2014.

Recursos ..... : Dotação: 1.039 4.4.90.00.00.00.00.00.

Objeto ..... : Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 181/2014, referente à Obra de Drenagem Pluvial e Pavimentação com Lajotas Sextavadas de Concreto (com fornecimento de Materiais) das Ruas Vereador Aldo Chiminelli □ Bairro São Domingos e Rua Vereadora Olga Gomes Pereira □ Bairro Machados, Município de Navegantes/SC, conforme Tomada de Preço nº 141/2014 - Convênio Fundosocial /SDR nº 2210/2014.

**INSTRUMENTO DE RERRATIFICAÇÃO AO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 0400.742- 37/14**

Formalização de Alteração Contratual

Por meio de Termo de Rerratificação.

INSTRUMENTO DE RERRATIFICAÇÃO AO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO nº 0400.742-37/14 QUE ENTRE SI FAZEM A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, NA FORMA ABAIXO.

**1 - QUALIFICAÇÃO DAS PARTES**

I - AGENTE FINANCEIRO - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL , instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-Lei nº. 759, de 12.08.69, alterado pelo Decreto-Lei nº. 1.259, de 19 de fevereiro de 1973, e constituída pelo Decreto nº. 66.303, de 06.03.70, rege-se pelo atual estatuto aprovado pelo Decreto nº. 7.973, de 28 de março de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 01/04/2013, e retificação publicada no Diário Oficial da União de 05/04/2013, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lote 3/4, em Brasília-DF, inscrita sob CNPJ/MF nº. 00.360.305/0001-04, neste ato, representada pelo Superintendente Regional da Superintendência Regional Vale do Itajaí/SC, Sr. Renato Scalabrin, Portador da Carteira de Identidade nº. 1708640, expedida em 31/07/2006 pelo Órgão Emissor SSP/SC e CPF nº. 592.401.999-34.

II - MUTUÁRIO/TOMADOR - MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.855/0001-50, representado pelo seu Prefeito, Sr. Roberto Carlos de Souza, Portador da Carteira de Identidade nº. 1.993.147, expedida em 13/05/2010, pelo Órgão Emissor SSP/SC e CPF nº 573.409.359-91, brasileiro, solteiro, professor.

III - INTERVENIENTE ANUENTE - AGENTE PROMOTOR - representado no Contrato de Financiamento pelo MUTUÁRIO/TOMADOR acima qualificado.

**2 - RETIFICAÇÃO**

2.1 - Os contratantes retificam o Contrato de Financiamento que, entre si, fazem a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e o MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, destinado à execução de obras/serviços no Município de NAVEGANTES/SC, no âmbito do Pró-Transporte, nº. 0400.742-37/14, datado de 30/05/2014, em:

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - ITEM 32 - SUBITEM a) ANEXO

I - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO, que passa a vigorar com a seguinte redação: "ver Cronograma de Desembolso Inicial retificado anexo".

**3 - RATIFICAÇÃO**

3.1 - Assim, os contratantes ratificam o instrumento datado de

30/05/2014, ora retificado, em todos os demais termos, cláusulas e condições, passando o presente instrumento de rerratificação fazer parte integrante e complementar daquele instrumento, a fim de que juntos produzam um só efeito.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente em quatro vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo subscritas.

BLUMENAU/SC , 27 de MARÇO de 2015.

Local/Data

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC  
AGENTE FINANCEIRO MUTUÁRIO/TOMADOR

Nome: RENATO SCALABRIN

CPF: 592.401.999-34

Nome: ROBERTO CARLOS DE SOUZA

CPF: 573.409.359-91

TESTEMUNHAS

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

SAC CAIXA : 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios) 2

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala : 0800 726 2492

Ouvidoria : 0800 725 7474

caixa.gov.br

27.064 v012 micro

## **INSTRUMENTO DE RERRATIFICAÇÃO AO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 0400.738- 78/14**

Formalização de Alteração Contratual

Por meio de Termo de Rerratificação.

INSTRUMENTO DE RERRATIFICAÇÃO AO  
CONTRATO DE EMPRÉSTIMO nº 0400.738-  
78/14 QUE ENTRE SI FAZEM A CAIXA  
ECONÔMICA FEDERAL E O MUNICÍPIO DE  
NAVEGANTES/SC, NA FORMA ABAIXO.

1 - QUALIFICAÇÃO DAS PARTES

I - AGENTE FINANCEIRO - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL , instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-Lei nº. 759, de 12.08.69, alterado pelo Decreto-Lei nº. 1.259, de 19 de fevereiro de 1973, e constituída pelo Decreto nº. 66.303, de 06.03.70, regendo-se pelo atual estatuto aprovado pelo Decreto nº. 7.973, de 28 de março de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 01/04/2013, e retificação publicada no Diário Oficial da União de

05/04/2013, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lote 3/4, em Brasília-DF, inscrita sob CNPJ/MF nº. 00.360.305/0001-04, neste ato, representada pelo Superintendente Regional da Superintendência Regional Vale do Itajaí/SC, Sr. Renato Scalabrin, Portador da Carteira de Identidade nº. 1708640, expedida em 31/07/2006 pelo Órgão Emissor SSP/SC e CPF nº. 592.401.999-34.

II - MUTUÁRIO/TOMADOR - MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.855/0001-50, representado pelo seu Prefeito, Sr. Roberto Carlos de

Souza, Portador da Carteira de Identidade nº. 1.993.147, expedida em 13/05/2010, pelo Órgão Emissor SSP/SC e CPF nº

573.409.359-91, brasileiro, solteiro, professor.

III - INTERVENIENTE ANUENTE - AGENTE PROMOTOR - representado no Contrato de Financiamento pelo MUTUÁRIO/TOMADOR acima qualificado.

### **2 - RETIFICAÇÃO**

2.1 - Os contratantes retificam o Contrato de Financiamento que, entre si, fazem a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL e o MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, destinado à execução de obras/serviços no Município de NAVEGANTES/SC, no âmbito do Pró-Transporte, nº. 0400.738-78/14, datado de 30/05/2014, em:

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - ITEM 32 - SUBITEM a) ANEXO I -

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"ver Cronograma de Desembolso Inicial retificado anexo".

### **3 - RATIFICAÇÃO**

3.1 - Assim, os contratantes ratificam o instrumento datado de 30/05/2014, ora retificado, em todos os demais termos, cláusulas e condições, passando o presente instrumento de rerratificação fazer parte integrante e complementar daquele instrumento, a fim de que juntos produzam um só efeito.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente em quatro vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo subscritas.

BLUMENAU/SC , 27 de MARÇO de 2015.

Local/Data

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC  
AGENTE FINANCEIRO MUTUÁRIO/TOMADOR

Nome: RENATO SCALABRIN

CPF: 592.401.999-34

Nome: ROBERTO CARLOS DE SOUZA

CPF: 573.409.359-91

TESTEMUNHAS

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

## **LEI 2982 DECLARA ENTIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500

CEP 88370-446 – Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

LEI N º 2982 DE 20 DE ABRIL DE 2015

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO CULTURAL E ESPORTIVA "NONÔ II" CUCA NO LANCE E BOLA NO PÉ

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais, FAZ saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ELE sanciona a seguinte lei:

Art. 1 º Fica declarada de utilidade pública a Associação Cultural e Esportiva "Nonô II" Cuca no Lance e Bola no Pé, entidade sem fins lucrativos e econômicos fundada em 18 de agosto de 2011, com sede na Rua Otávio Joaquim Emílio n º 127, Bairro São Pedro, na cidade de Navegantes-SC, inscrita no CNPJ sob o número 16.956.651/0001-90 em 3 de setembro de 2012, com Estatuto Social registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas e Títulos e

Documentos da Comarca de Navegantes.

Art. 2º Essa entidade tem por finalidade incentivar, promover e defender as atividades esportivas e culturais em seu mais amplo aspecto, valorizar os bons costumes, a ética e a civilidade moral.

Art. 3º Ficam assegurados à entidade ora declarada de utilidade pública todos os direitos e prerrogativas garantidos pela legislação em vigor.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 20 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 1381 CONSELHO DO DESENVOLVIMENTO RURAL E PESQUEIRO**

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500 CEP 88370-446 – Navegantes - SC CNPJ 83.102.855/0001-50 www.navegantes.sc.gov.br
--

PORTARIA N.º 1381 DE 16 DE ABRIL DE 2015

NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PESQUEIRO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III, RESOLVE:

I NOMEAR o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Pesca, cujos integrantes são os seguintes:

- a) Presidente: João Paulo Serpa;
- b) Vice-Presidente: Evanir Hess
- c) Secretário: Thiago Santos da Cruz
- d) Conselheiro de Porto Escalvado: Irene Lourenço Blazios - Suplente: Cleber Moser;
- e) Conselheiro de Escalvados: Valério Moser - Suplente: Sueli Lourenço Ferreira;
- f) Conselheiro de Escalvadinhos: Maicon de Souza - Suplente: Valdir dos Santos;
- g) Conselheiro de Escalvândia: Ana Lúcia Colsani de Souza - Suplente: Eliana Hess;
- h) Conselheiro de Volta Grande: Irineu Torezan - Suplente: Valdir do Amaral;
- i) Conselheiro de Pedreiras: Arnaldo Bazilio Rodrigues - Suplente: Valdete Maria Mathiola Santiago;
- j) Conselheiro de Machados: Vani Mathiola Rodrigues - Suplente: Tatiana Amorim;
- k) Conselheiro do Legislativo: Murilo Cordeiro - Suplente: Gilberto Willian Alves;
- l) Conselheiro do Executivo: Waldelir Guarezi - Lourival Kempner;
- m) Conselheiro do SINTRUNA: Magali de Souza - Suplente:

Giovane Ricardo Rodrigues;

n) Conselheiro da Colônia de Pescadores: José Carlos Inácio - Suplente: Albertino José Pereira;

o) Conselheiro da Agricultura do Meio Ambiente e Pesca: Rogério Córdova Diniz

Suplente: Luiz Carlos de Chagas;

p) Conselheiro da EPAGRI: Ilhane Terezinha Marcon - Suplente: Jorge Tagliari;

q) Conselheiro da ACIN: Francisco Carlos Gervásio - Suplente: João Paulo Gaya.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE ABRIL DE 2015.

Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 17 de abril de 2015.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 2965 COMISSAO ESPECIAL DE LICITAÇÃO HOSPITAL**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
Rua João Emílio n º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500  
CEP 88370-446 – Navegantes - SC  
CNPJ 83.102.855/0001-50  
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 2965 DE 7 DE OUTUBRO DE 2014  
INSTITUI COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ADMINISTRAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE NO HOSPITAL NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município em seu art. 60, III, RESOLVE:

I INSTITUIR a Comissão Especial de Licitação para contratação de empresa especializada em administração e execução das ações e prestação de serviços de saúde no Hospital Nossa Senhora dos Navegantes, através do Fundo Municipal de Saúde, cujos integrantes são os seguintes:

- a) Samuel Vianeí Paganelli - Presidente;
- b) Nádia Brás Bins - Membro;
- c) Juliano de Amorim Busana - Membro;
- d) Leonardo Silva Vianna - Membro;
- e) Gracy Kelly Lucindo - Membro.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 7 DE OUTUBRO DE 2014.  
Roberto Carlos de Souza  
PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 7 de outubro de 2014.  
Benilde Perão  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**Nova Trento****PREFEITURA****PORTARIA Nº 395/2015**

PORTARIA Nº 395/ 2015  
Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, em exercício, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 64, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

**RESOLVE:**

EXONERAR a Servidora Pública Municipal, MARLI WEBER RAISER, matrícula nº 2077, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde - ESF, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Trinta Réis, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a partir do dia 01 de abril de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 15 de abril de 2015.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 15 de abril de 2015.

Maxiliani de Oliveira  
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

**PORTARIA Nº 396/2015**

PORTARIA Nº 396/ 2015  
Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, em exercício, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 64, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

**RESOLVE:**

EXONERAR a Servidora Pública Municipal, FERNANDA WISINTAINER, matrícula nº 6330, ocupante do cargo de Enfermeiro - ESF, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir do dia 01 de abril de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 15 de abril de 2015.  
Gian Francesco Voltolini  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 15 de abril de 2015.

Maxiliani de Oliveira  
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

**PORTARIA Nº 397/2015**

PORTARIA Nº 397/ 2015

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, em exercício, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 64, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

**RESOLVE:**

EXONERAR o Servidor Público Municipal, ADILSON ROBERTO BATSCHAVER, matrícula nº 6543, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a partir do dia 15 de abril de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 15 de abril de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 15 de abril de 2015.

Maxiliani de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

**PORTARIA Nº 398/2015**

PORTARIA Nº 398/ 2015

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, em exercício, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 64, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

**RESOLVE:**

EXONERAR o Servidor Público Municipal, ROGERIO JULIO DE AGUIAR, matrícula nº 6425, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem - HIC, com 40 (quarenta) horas semanais, no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir do dia 09 de abril de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 15 de abril de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 15 de abril de 2015.

Maxiliani de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

**RESULTADO FASE DE PROPOSTAS - TOMADA DE PREÇO Nº 002/2015**

Resultado do Julgamento das Propostas - Processo Licitatório nº 030/2015 - Tomada de Preços nº 002/2015 - MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO

O Prefeito de Nova Trento torna público que na licitação em epígrafe, cujo objeto é a Execução de serviços com fornecimento de material para pavimentação, sinalização e drenagem de trecho da rua Felipe Schimitz e trevo de acesso a Ponte Ângelo Cipriani, cidade de Nova Trento/SC; transcorrido o prazo para interposição de recurso contra o julgamento da HABILITAÇÃO, nos termos do art. 43, inc. III da Lei nº 8.666/93, no julgamento da Proposta sagrou-se vencedora, a seguinte licitante: JV EMPREENDIMENTOS LTDA ME, inscrita no CNPJ nº 16.978.577/0001-02, com valor de R\$ 241.784,11 (duzentos e quarenta e um mil, setecentos e oitenta e quatro reais e onze centavos), estando o preço apresentado de acordo com orçamento da Prefeitura, cálculo de inexequibilidade e pesquisa de preço de mercado.

Nova Trento (SC), 17 de abril de 2015.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

**RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2015**

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2015

HOMOLOGAÇÃO: 16/04/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA DE NOVA TRENTO

OBJETO: O presente pregão tem por objeto a aquisição de Material Didático, cozinha, cama e mesa para o município de Nova Trento, conforme termo de referência, especificações e quantitativos descritos no anexo I deste Edital. Material será utilizado para manutenção da Educação Infantil.

O Prefeito de Nova Trento torna público aos interessados que na licitação em epígrafe obtivemos o seguinte resultado final:

**EMPRESAS VENCEDORAS:**

REGIS COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA (CNPJ nº 79.912.788/0001-62) - Valor Total (Lotes 1 e 2) R\$ 16.118,00 (Dezesseis mil cento e dezoito reais);

BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME (CNPJ nº 09.053.748/0001-27) - Valor Total R\$ 6.050,00 (Seis mil e cinquenta reais)

MM COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME (CNPJ nº 15.275.465/0001-22) - Valor Total: R\$ 4.435,00 (Quatro mil quatrocentos e trinta e cinco reais).

Nova Trento/SC, 16 de abril de 2015.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

**RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO PP019/2015**  
RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2015  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 032/2015  
HOMOLOGAÇÃO: 16/04/2015  
CONTRATANTE: PREFEITURA DE NOVA TRENTO

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto a Contratação de Seguro para os Veículos da Frota Municipal da Prefeitura de Nova Trento, com prazo de cobertura de 365 (Trezentos e sessenta e cinco) dias, conforme especificações e quantidades estimadas constantes dos Anexos I e II.

O Prefeito de Nova Trento torna público aos interessados que na licitação em epígrafe obtivemos o seguinte resultado final:

**EMPRESAS VENCEDORAS:**

GENTE SEGURADORA S.A. (CNPJ nº 90.180.605/0001-02) - Valor Total R\$ 33.100,00 (Trinta e três mil e cem reais);  
ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S.A. (CNPJ nº 08.816.067/0001-00) - Valor Total R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais).

Nova Trento/SC, 16 de abril de 2015.  
GIAN FRANCESCO VOLTOLINI  
Prefeito

## Novo Horizonte

### PREFEITURA

#### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PL FMS Nº 003/15

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 003/2015  
PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 001/2015 - REGISTRO DE PREÇOS  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS Nº 001/2015  
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 20/04/2015  
CONTRATANTE: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE  
OBJETO: O presente Edital tem por objeto a seleção de propostas para futura e eventual AQUISIÇÃO PARCELADA DE GENEROS ALIMENTICIOS E MATERIAL DE CONSUMO, PARA MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme especificações constantes no Anexo VIII deste Edital.  
CONTRATADO: NOAL & TREVISOL LTDA ME  
VALOR DA DESPESA: R\$ 97,43 (Noventa e sete reais e quarenta três centavos)

DATA: 20/04/2015 - DIRCEU MEZOMO - Secretario De Saúde E Promoção Social/Gestor Fms.

#### EXTRATO DO PL Nº 030/15-PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/15

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE  
AVISO DE LICITAÇÃO  
Processo Licitatório Nº 030/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2015

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA CONTÁBIL, FINANCEIRA E PATRIMONIAL JUNTO AO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, INCLUINDO OS FUNDOS E SUA AUTARQUIA.

-Os envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas deverão ser entregues até as 08h50min, no dia 05/05/2015, na sala de Licitações, junto a Prefeitura Municipal, Rua José Fabro, 01, Centro - Novo Horizonte - SC, sendo a abertura dos envelopes e a etapa de lances ocorrerão a partir das 09:00 horas, no mesmo local e data estabelecida acima.

-O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, Nº 01, Centro, nos dias úteis, das 7:30h as 11:30h e 13:30h as 17:30h, pelo site [www.novohorizonte.sc.gov.br](http://www.novohorizonte.sc.gov.br) e informações pelo fone (49) 3362-0024.

Fundamentação legal: Lei Federal Nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal Nº 8.883 de 08 de Junho de 1994 entre outros dispositivos legais aplicados a espécie.

Novo Horizonte (SC) em 22 de Abril de 2015.  
ELI MARIOTT  
Prefeito Municipal.

**EXTRATO TA FMS 001 AO CA 010/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

EXTRATO TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº ..... : 001 ao Contrato Administrativo Nº: 010/2014

Contratante...: FUNDO MUN. SAUDE NOVO HORIZONTE

Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA

Valor ..... : 7.023,92 (sete mil e vinte e três reais e noventa e dois centavos)

Vigência ..... : Início: 17/04/2015 Término: 30/06/2018

Licitação ..... : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 15/2014

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Recursos ..... : Dotação: 2.031.3.3.90.00.00.00.00 (11) Saldo: 31.477,09

Objeto ..... : Fica acrescido no objeto do Contrato Administrativo FMS nº 010/2014, referente ao item 31 a inclusão de 03 (três) acessos (usuários) ao Sistema Saúde Fly, no valor mensal de R\$ 184,84 (cento e oitenta quatro reais e oitenta quatro centavos, totalizando um acréscimo de R\$ 7.023,92 (Sete mil vinte e três reais e noventa dois centavos) até o término do contrato, nos termos do art. 65, I, b § 1º, da Lei 8.666/93.

Novo Horizonte/SC, em 17 de Abril de 2015-Dirceu Mezomo-Gestor FMS

**EXTRATO TA Nº AO CA Nº 042/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº ..... : 001 ao Contrato Administrativo Nº: 042/2015

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada...: RECK CORRETORA DE SEGUROS LTDA

Valor ..... : 1.382,55 (um mil trezentos e oitenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos)

Vigência ..... : Início: 17/04/2015 Término: 31/03/2016

Licitação ..... : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 4/2015

Recursos ..... : Dotação: 2.028.3.3.90.00.00.00.00 (117) Saldo: 141.823,64

Objeto ..... : O Objeto do presente Termo Aditivo consiste no aumento do quantitativo do item 01 incluindo 01 (um) Veículo Fiat Strada Working, ano/modelo 2014/2015, nº do Frota 90, número do Patrimônio 3779 ao objeto do Contrato Administrativo Nº 042/2015 - Contratação de Pessoa Jurídica para a Renovação de Apólice de Seguro para os os Veículos oficiais pertencentes à frota Da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte/SC.

Fundamento Legal: art. 65, I, "b", § 1º da Lei 8.666/93.

Novo Horizonte/SC, em 17 de Abril de 2015 - Eli Mariott - Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº. 05 DE 08 DE ABRIL DE 2015**

PORTARIA Nº. 05 de 08 de abril de 2015

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO INE-RENTE A PRESTAÇÃO DAS CONTAS MUNICIPAIS REFERENTES AO ANO DE 2013.

JOSÉ IVANIR DALLANOR, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno, na forma do art. 19, inciso II, alínea b), cumulado com art. 18, inciso I, alínea d);

RESOLVE:

Art. 1º - A Câmara Municipal de Vereadores deverá julgar a prestação de contas referente ao ano de 2013.

Art. 2º - Determino, nos termos do art. 226, do Regimento Interno, a autuação dos documentos apresentados pelo Tribunal de Contas.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º - Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte/SC, em 08/04/2015.

José Ivanir Dallanora

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

**Orleans****PREFEITURA****AVISO Nº 75/2015/PMO - MATERIAL EXPEDIENTE**

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA DE ORLEANS
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 75/2015
Tipo : Menor Preço/Por Lote
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONSELHO TUTELAR, AGRICULTURA, ADMINISTRAÇÃO E INFRA ESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE ORLEANS CONFORME ESPECIFICAÇÕES ANEXO.
Recebimento das Propostas: até o dia 06/05/2015 às 13h 45m.
Abertura das Propostas: dia 06/05/2015, às 14h 00m.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 12:30 às 18:30 horas, pelo fone (48) 3886.0100, pelo email: licitacao@orleans.sc.gov.br ou pelo site www.orleans.sc.gov.br.
ORLEANS, 17 de Abril de 2015.
EDUARDO BERTONCINI
Secretário de Administração

**Ouro****PREFEITURA****EXTRATOS - CONTRATOS 2015**

Processo Licitatório n 0001/2015  
Modalidade de Pregão Presencial n. 0001/2015  
CONTRATO Nº 014/2015  
Contratante: Município de Ouro.  
Contratado: GENTE SEGURADORA S. A..  
Objeto: contratação de seguro para veículos da frota do Município.  
Vigência: de 05/03/2015 até 05/06/2015.  
Valor total: R\$ 1.070,00 (um mil e setenta reais).  
Data de assinatura: 05/03/2015.

Processo Licitatório n 0001/2015  
Modalidade de Pregão Presencial n. 0001/2015  
CONTRATO Nº 015/2015  
Contratante: Município de Ouro.  
Contratado: ITAU SEGUROS DE AUTO E RESIDENCIA S.A.  
Objeto: contratação de seguro para veículos da frota do Município.  
Vigência: de 05/03/2015 até 05/06/2015.  
Valor total: R\$ 3.435,00 (três mil quatrocentos e trinta e cinco reais).  
Data de assinatura: 05/03/2015.

Processo Licitatório n. 0004/2015  
Modalidade Tomada de Preço p/ Compra e Serviços n. 0001/2015  
CONTRATO Nº 016/2015  
Contratante: Município de Ouro.  
Contratado: MGA SERVICOS ESPECIALIZADOS EIRELI - ME  
Objeto: prestação de serviços na realização de concurso público.  
Vigência: 17/03/2015 até 17/05/2015.  
Valor total: R\$ 13.000,00 (treze mil reais).  
Data de assinatura: 17/03/2015.

MUNICÍPIO DE OURO - SC  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 0022/2015  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 0003/2015  
Contratante: MUNICÍPIO DE OURO Contratado: CLARICE APARECIDA ANTUNES REGINATTO - ME. Objeto: Contratação de empresa jurídica, promotora de eventos artísticos, que disponibilizará a Dupla Felipe e Falcão, para apresentação durante as festividades dos 52 anos de emancipação Político Administrativa do Município de Ouro (SC). Fundamento legal: Art. 25, Inciso III, da Lei Federal 8.666/93. Vigência: a partir da sua assinatura até a entrega do objeto descrito e a sua devida liquidação. Ouro, 08/04/2015, Vitor João Faccin, Prefeito Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0022/2015  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 0003/2015  
CONTRATO Nº 018/2015  
Contratante: Município de Ouro.  
Contratado: CLARICE APARECIDA ANTUNES REGINATTO - ME.  
Objeto: Contratação de empresa jurídica, promotora de eventos artísticos, que disponibilizará a Dupla Felipe e Falcão, para apresentação durante as festividades dos 52 anos de emancipação Político Administrativa do Município de Ouro (SC).  
Vigência: a partir da sua assinatura até a entrega do objeto descrito e a sua devida liquidação.  
Valor total: R\$68.800,00 (Sessenta e oito mil e oitocentos reais).  
Data de assinatura: 08/04/2015.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0017/2015  
PREGÃO PRESENCIAL N. 0009/2015  
CONTRATO Nº 019/2015

Contratante: Município de Ouro.  
Contratado: NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA - EPP  
Objeto: Aquisição de nitrogênio líquido.  
Vigência: A partir da sua assinatura até 31/12/2015 ou para quando a quantidade expirar, o que ocorrer primeiro.  
Valor total: R\$ 52.640,00 (Cinquenta e Dois Mil e Seiscentos e Quarenta Reais).  
Data de assinatura: 08/04/2015.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0020/2015  
PREGÃO PRESENCIAL N. 0012/2015  
CONTRATO Nº 020/2015  
Contratante: Município de Ouro.  
Contratado: OURO GÁS LTDA - EPP  
Objeto: Contratação de empresa para a aquisição de gás de cozinha para as Escolas de Ensino Fundamental e os Centros de Educação Infantil da rede municipal de ensino, para o exercício de 2015.  
Vigência: A vigência será da assinatura do contrato até 31/12/2015, ou para quando a quantidade expirar, o que ocorrer primeiro.  
Valor total: R\$ 10.860,00 (Dez mil oitocentos e sessenta reais).  
Data de assinatura: 08/04/2015.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0018/2015  
PREGÃO PRESENCIAL N. 0010/2015  
CONTRATO Nº 021/2015  
Contratante: Município de Ouro.  
Contratado: AGROPRATA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA EPP  
Objeto: Aquisição de Distribuidor de Adubo orgânico Seco.  
Vigência: A vigência do contrato vigorará da assinatura até o final da garantia.  
Valor total: R\$ 23.490,00 (Vinte e três mil quatrocentos e noventa reais).  
Data de assinatura: 08/04/2015.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0018/2015  
PREGÃO PRESENCIAL N. 0010/2015  
CONTRATO Nº 022/2015  
Contratante: Município de Ouro.  
Contratado: COMERCIAL AGRÍCOLA CAPRI LTDA  
Objeto: Aquisição de Colhedora de Forragens  
Vigência: A vigência do contrato vigorará da assinatura até o final da garantia.  
Valor total: R\$ 34.000,00 (Trinta e quatro mil reais).  
Data de assinatura: 08/04/2015.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0018/2015  
PREGÃO PRESENCIAL N. 0010/2015  
CONTRATO Nº 023/2015  
Contratante: Município de Ouro.  
Contratado: RICARDO MARCELO EBERT EPP  
Objeto: Aquisição de carretas basculantes.  
Vigência: A vigência do contrato vigorará da assinatura até o final da garantia.  
Valor total: R\$ 26.000,00 (Vinte e seis mil reais).  
Data de assinatura: 08/04/2015.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0018/2015  
PREGÃO PRESENCIAL N. 0010/2015  
CONTRATO Nº 024/2015  
Contratante: Município de Ouro.  
Contratado: CARBONI VEÍCULOS LTDA  
Objeto: Aquisição de Veículos de Passeio  
Vigência: A vigência do contrato vigorará da assinatura até o final da garantia.  
Valor total: R\$ 62.360,00 (Sessenta e dois mil trezentos e sessenta reais)  
Data de assinatura: 08/04/2015.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0014/2015  
PREGÃO PRESENCIAL N. 0008/2015  
CONTRATO Nº 025/2015  
Contratante: Município de Ouro.  
Contratado: DIRCEMA CORREA - ME  
Objeto: A aquisição de gêneros alimentícios.  
Vigência: A partir da data de assinatura do contrato até 31.12.2015, ou para quando a quantidade expirar, o que ocorrer primeiro.  
Valor total: R\$ 3.464,14 (Três mil quatrocentos e sessenta e quatro reais e quatorze centavos).  
Data de assinatura: 09/04/2015.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0014/2015,  
PREGÃO PRESENCIAL N. 0008/2015  
CONTRATO Nº 026/2015  
Contratante: Município de Ouro.  
Contratado: DOLMORA & MASSON LTDA - ME  
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios  
Vigência: A partir da data de assinatura do contrato até 31.12.2015, ou para quando a quantidade expirar, o que ocorrer primeiro.  
Valor total: R\$ 4.057,31 (Quatro mil cinquenta e sete reais e trinta e um centavos).  
Data de assinatura: 09/04/2015.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0014/2015,  
PREGÃO PRESENCIAL N. 0008/2015  
CONTRATO Nº 027/2015  
Contratante: Município de Ouro.  
Contratado: MERCADO MUNARI LTDA - ME  
Objeto: A aquisição de gêneros alimentícios, materiais de expediente, higiene e limpeza e gás de cozinha.  
Vigência: A partir da data de assinatura do contrato até 31.12.2015, ou para quando a quantidade expirar, o que ocorrer primeiro.  
Valor total: R\$ 3.309,92 (Três mil trezentos e nove reais e noventa e dois centavos).  
Data de assinatura: 09/04/2015.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0014/2015,  
PREGÃO PRESENCIAL N. 0008/2015  
CONTRATO Nº 028/2015  
Contratante: Município de Ouro.  
Contratado: ODILON NUNES DA SILVA - ME,  
Objeto: A aquisição de gêneros alimentícios, materiais de expediente, higiene e limpeza.  
Vigência: A partir da data de assinatura do contrato até 31.12.2015, ou para quando a quantidade expirar, o que ocorrer primeiro.  
Valor total: R\$ 11.426,34 (Onze mil quatrocentos e vinte e seis reais e trinta e quatro centavos).  
Data de assinatura: 09/04/2015.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0014/2015,  
PREGÃO PRESENCIAL N. 0008/2015  
CONTRATO Nº 029/2015  
Contratante: Município de Ouro.  
Contratado: P. V. ALIMENTOS & TRANSPORTES LTDA - ME,  
Objeto: A aquisição de gêneros alimentícios, materiais de expediente, higiene e limpeza e gás de cozinha.  
Vigência: A partir da data de assinatura do contrato até 31.12.2015, ou para quando a quantidade expirar, o que ocorrer primeiro.  
Valor total: R\$ 26.092,64 (Vinte e seis mil noventa e dois reais e sessenta e quatro centavos).  
Data de assinatura: 09/04/2015.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0014/2015,  
PREGÃO PRESENCIAL N. 0008/2015  
CONTRATO Nº 030/2015  
Contratante: Município de Ouro.  
Contratado: L. A. INFORMÁTICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA - ME

Objeto: A aquisição de materiais diversos  
Vigência: A vigência será a partir da data de assinatura do contrato até 31.12.2015, ou para quando a quantidade expirar, o que ocorrer primeiro.  
Valor total: R\$ 5.892,00 (Cinco mil oitocentos e noventa e dois reais).  
Data de assinatura: 09/04/2015.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0014/2015,  
PREGÃO PRESENCIAL N. 0008/2015  
CONTRATO Nº 031/2015

Contratante: Município de Ouro.  
Contratado: OURO GÁS LTDA - EPP  
Objeto: A aquisição de gás de cozinha.  
Vigência: A vigência será a partir da data de assinatura do contrato até 31.12.2015, ou para quando a quantidade expirar, o que ocorrer primeiro.  
Valor total: R\$ 1.610,00 (Um mil seiscentos e dez reais).  
Data de assinatura: 09/04/2015.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0014/2015,  
PREGÃO PRESENCIAL N. 0008/2015  
CONTRATO Nº 032/2015

Contratante: Município de Ouro.  
Contratado: ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP  
Objeto: A aquisição de gêneros alimentícios, materiais de expediente, higiene e limpeza e gás de cozinha.  
Vigência: A vigência será a partir da data de assinatura do contrato até 31.12.2015, ou para quando a quantidade expirar, o que ocorrer primeiro.  
Valor total: R\$ 7.707,45 (Sete mil setecentos e sete reais e quarenta e cinco centavos).  
Data de assinatura: 09/04/2015.

## Palhoça

### PREFEITURA

#### **DECRETO Nº 1.807, DE 01 DE ABRIL DE 2015.**

DECRETO Nº 1.807, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

CENTRO DE ZOONOSE. Denomina de Centro de Bem-Estar Animal e Institui o Programa Municipal de Identificação e Controle Populacional de Cães e Gatos no Município de Palhoça.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, No uso das atribuições legais, e de acordo com o art. 58 e parágrafo único do art. 3º, ambos da Lei Municipal nº 3.072, de 23 de julho de 2009, resolve

#### DECRETAR:

Art. 1º Fica denominado de "Centro de Bem-Estar Animal" o Centro de Controle de Zoonoses e Populações Animais de Palhoça, criado pela Lei Municipal nº 3.072, de 23 de julho de 2009.

Art. 2º Para fins do disposto no Capítulo VII - Do Registro dos Animais e do art. 5º, todos da Lei Municipal nº 3.072, de 23 de julho de 2009, o controle populacional e o registro de cães e gatos no Município de Palhoça será realizado pelo Centro de Bem Estar Animal.

Art. 3º O Centro de Bem-Estar Animal será organizado administrativamente para executar com suas atividades legais.

Art. 4º Fica instituído, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, o Programa Municipal de Identificação e Controle da População de Cães e Gatos, nos termos dispostos na Lei Municipal nº 3.072, de 23 de julho de 2009, a ser implementado no Município de Palhoça, com o objetivo de incentivar e promover o controle reprodutivo de cães e gatos.

Parágrafo Único. Na implementação do Programa de Identificação e Controle da População de Cães e Gatos, dentre outras, serão desenvolvidas as seguintes ações:

I - identificação e registro da população de cães e gatos;

II - promoção de esterilização cirúrgica;

III - incentivo à adoção de cães e gatos abandonados;

IV - realização de campanhas de conscientização pública sobre a relevância do controle da população de cães e gatos e de sua vacinação periódica.

Art. 5º Para a realização de esterilização cirúrgica dos animais deverão ser observados os critérios:

I - Cuidador:

a) Por critério de cuidador, tem-se a realização de trabalho social ou voluntário de adoção e captação de animais abandonados;

b) Para ser enquadrado no critério de cuidador, deverá ser apresentada Certidão de Médico Veterinário e Assistente Social do Município, que realizarão vistoria no local;

II - Social:

a) Por critério social, tem-se a realização da castração animal às pessoas declaradamente hipossuficientes;

b) Presume-se hipossuficiente a pessoa com renda igual ou inferior a dois salários mínimos e meio, assim como os beneficiários de programas sociais, mediante Certidão de Assistente Social do Município.

Art. 6º As certidões previstas no artigo anterior serão emitidas de acordo com os Anexos I e II deste Decreto.

Art. 7º Fica autorizado ao Médico Veterinário e ao Assistente Social à realização de vistorias, visitas, pareceres e certidões referentes ao critério social, do ambiente dos animais, bem como da certidão de cuidador.

Art. 8º O Centro de Bem-Estar Animal deverá gerar relatório mensal e anual das intervenções realizadas, com descrição dos animais e locais.

Parágrafo Único. O controle deverá conter a identificação dos animais, gênero, raça, nome e seus respectivos proprietários ou cuidadores.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 01 de abril de 2015.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

#### ANEXO I

##### CERTIDÃO DE CUIDADOR

CERTIFICAMOS, para os devidos fins, que após vistoria, em consonância com o disposto no Decreto nº 1.807, de 01 de abril de 2015, que regulamenta a Lei Municipal nº 3.072, de 23 de julho de 2009, que o (a) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_,  
com endereço à Rua \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_,  
inscrito (a) no CPF/MF (CNPJ/MF) sob o nº \_\_\_\_\_, exerce atividade de Cuidador de Animais no Município de Palhoça, atendendo o critério previsto no art. 5º, inciso I, alínea "a" do Decreto nº 1.807/2015, estando apto a receber os benefícios e atendimentos do Centro de Bem-Estar Animal de Palhoça.  
Por ser a expressão da verdade subscrevemos.  
Palhoça/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

Nome: \_\_\_\_\_  
Assistente Social Médico (a) Veterinário (a)

#### ANEXO II

##### CERTIDÃO SOCIAL

CERTIFICO, para os devidos fins, que após análise, em consonância com o disposto no Decreto nº 1.807, de 01 de abril de 2015, que regulamenta a Lei Municipal nº 3.072, de 23 de julho de 2009, que o (a) Sr. (a) \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_,  
com endereço à Rua \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_,  
inscrito (a) no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_, atende o critério Social previsto no art. 5º, inciso II, alínea "a" do Decreto nº 1.807/2015, estando apto a receber os benefícios e atendimentos do Centro de Bem-Estar Animal de Palhoça.

Por ser a expressão da verdade subscrevo.  
Palhoça/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

Nome: \_\_\_\_\_  
Assistente Social

#### DECRETO Nº 1.815, DE 16 DE ABRIL DE 2015.

DECRETO Nº 1.815, DE 16 DE ABRIL DE 2015.

CARGA HORÁRIA. Acrescenta dispositivo ao Decreto nº 1.399, de 13 de junho de 2012.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
No uso de suas atribuições, resolve

#### DECRETAR:

Art. 1º Fica incluído o § 6º e § 7º ao art. 1º do Decreto nº 1.399, de 13 de junho de 2012, que trata da Carga Horária, passando a vigorar com a seguinte redação:

"§ 6º Ao servidor estudante, titular de cargo de provimento em comissão, mediante autorização da chefia imediata, fica autorizado o cumprimento de jornada especial, no período compreendido entre às 12:00 horas às 18:00 horas, submetendo-se às demais regras deste Decreto.

§ 7º O servidor estudante deverá efetuar a comprovação de matrícula e frequência na instituição de ensino, de forma semestral, sob pena de retorno ao horário geral do Poder Executivo Municipal."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 16 de abril de 2015.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

#### ERRATA 01/2015 PREGÃO PRESENCIAL 050/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
ERRATA Nº 001/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2015

O Município de Palhoça torna público que houve alteração na data do edital convocatório, Pregão Presencial 050/2015, que consiste na aquisição de Caminhão tipo Truck, zero quilômetro, e um Caminhão com caçamba zero, quilômetro, para a SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Palhoça, conforme discriminado nos anexos deste edital. Informamos que as alterações encontram-se a disposição na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, no horário das 08:00 às 18:00 horas ou no site [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br). E de acordo com o art. 21, § 4º da Lei 8.666/93 e suas respectivas alterações, fica prorrogado para o dia 06/05/2015, às 09:00 horas o prazo para a entrega dos envelopes.

Palhoça 20 de abril de 2015.

**LEI Nº 4.217, DE 20 DE ABRIL DE 2015.**

LEI Nº 4.217, DE 20 DE ABRIL DE 2015.

TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA. Ao Senhor DOMINGOS SÁVIO BONELLI. Concede.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica concedido o "TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO" ao Senhor DOMINGOS SÁVIO BONELLI.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Palhoça, 20 de abril de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

**LEI Nº 4.218, DE 20 DE ABRIL DE 2015.**

LEI Nº 4.218, DE 20 DE ABRIL DE 2015.

TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA. A Senhora HILDA FLEGER ERHARDT. Concede.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica concedido "TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA DE PALHOÇA", a Senhora HILDA FLEGER ERHARDT.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Palhoça, 20 de abril de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

**LEI Nº 4.219, DE 20 DE ABRIL DE 2015.**

LEI Nº 4.219, DE 20 DE ABRIL DE 2015.

TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA. Ao Senhor Airton Manoel Horácio.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido o TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DE PALHOÇA, ao Senhor Airton Manoel Horácio.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Palhoça, 20 de abril de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

**LEI Nº 4.220, DE 20 DE ABRIL DE 2015.**

LEI Nº 4.220, DE 20 DE ABRIL DE 2015.

TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA. A Senhora Benta Maria Pires.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido o TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA DE PALHOÇA, a Senhora Benta Maria Pires.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 20 de abril de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

**LEI Nº 4.221, DE 20 DE ABRIL DE 2015**

LEI Nº 4.221, DE 20 DE ABRIL DE 2015.

TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA. Ao senhor Sisto Tiago de Mattos Junior. Concede.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido o "Título de Cidadania Honorária de Palhoça" ao Senhor SISTO TIAGO DE MATTOS JUNIOR.

Art. 2º esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 20 de abril de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

**LEI Nº 4.222, DE 20 DE ABRIL DE 2015**

LEI Nº 4.222, DE 20 DE ABRIL DE 2015.

TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO. Ao Senhor OZIAS DEODATO ALVES JÚNIOR. Concede.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica concedido o TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DE PALHOÇA, ao Senhor OZIAS DEODATO ALVES JÚNIOR.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 20 de abril de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

**LEI Nº 4.223, DE 20 DE ABRIL DE 2015**

LEI Nº 4.223, DE 20 DE ABRIL DE 2015.

TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA Sr. ZILNEI SCHLICKANN.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadania Honorária de Palhoça ao Sr. ZILNEI SCHLICKANN.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 20 de abril de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

**LEI Nº 4.224, DE 20 DE ABRIL DE 2015**

LEI Nº 4.224, DE 20 DE ABRIL DE 2015.

TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO. A Senhora VANILDA TENFEN MEDEIROS VIEIRA. Concede.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica concedido o TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DE PALHOÇA, a Senhora VANILDA TENFEN MEDEIROS VIEIRA.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 20 de abril de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

**LEI Nº 4.225, DE 20 DE ABRIL DE 2015**

LEI Nº 4.225, DE 20 DE ABRIL DE 2015.

TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA. Ao senhor Lourival Fiedler. Concede.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido o "Título de Cidadania Honorária de Palhoça" ao Senhor LOURIVAL FIEDLER.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 20 de abril de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

**LEI Nº 4.226, DE 20 DE ABRIL DE 2015**

LEI Nº 4.226, DE 20 DE ABRIL DE 2015.

TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA. Ao Senhor Hélio Cesar Bairros. Concede.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica concedido o TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DE PALHOÇA, ao Senhor Hélio Cesar Bairros.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Palhoça, 20 de abril de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

**LEI Nº 4.227, DE 20 DE ABRIL DE 2015**

LEI Nº 4.227, DE 20 DE ABRIL DE 2015.

TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA. Ao Senhor Mauri da Silva. Concede.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido o TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA DE PALHOÇA, Ao senhor Mauri da Silva.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 20 de abril de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

**LEI Nº 4.228, DE 20 DE ABRIL DE 2015**

LEI Nº 4.228, DE 20 DE ABRIL DE 2015.

TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA. Ao Senhor Gustavo de Azevedo. Concede.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica concedido o TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DE PALHOÇA, Ao Senhor Gustavo de Azevedo.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Palhoça, 20 de abril de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

**LEI Nº 4.229, DE 20 DE ABRIL DE 2015**

LEI Nº 4.229, DE 20 DE ABRIL DE 2015.

TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO. Ao Senhor LINO ABREU FILHO. Concede.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário, ao Senhor LINO ABREU FILHO.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 20 de abril de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

**LEI Nº 4.230, DE 20 DE ABRIL DE 2015**

LEI Nº 4.230, DE 20 DE ABRIL DE 2015.

MEDALHA DE MÉRITO CAETANO SILVEIRA DE MATOS. Ao Senhor MARILIO JOÃO DOS SANTOS. Concede.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica concedido a Medalha de Mérito Caetano Silveira de Matos ao Senhor MARILIO JOÃO DOS SANTOS.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Palhoça, 20 de abril de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

**LEI Nº 4.231, DE 20 DE ABRIL DE 2015**

LEI Nº 4.231, DE 20 DE ABRIL DE 2015.

MEDALHA DE MÉRITO CAETANO SILVEIRA DE MATTOS. Ao Senhor FABIAN ZACCHI DA ROSA. Concede.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica concedida "Medalha de Mérito Caetano Silveira de Mattos", ao Senhor FABIAN ZACCHI DA ROSA, de conformidade com a Lei nº. 126, de 14 de outubro de 1993.

Art.2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 20 de abril de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

**LEI Nº 4.232, DE 20 DE ABRIL DE 2015**

LEI Nº 4.232, DE 20 DE ABRIL DE 2015.

MEDALHA DE MÉRITO CAETANO SILVEIRA DE MATOS. A Senhora NETELCIA ALAIDE PEREIRA. Concede.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e sancionou a seguinte Lei:

Art.1º - Fica concedida a Medalha de Mérito Caetano Silveira de Matos, a Senhora NETELCIA ALAIDE PEREIRA, de conformidade com a Lei nº 126, de 14 de outubro de 1993.

Art.2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 20 de abril de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

**LEI Nº 4.233, DE 20 DE ABRIL DE 2015**

LEI Nº 4.233, DE 20 DE ABRIL DE 2015.

MEDALHA DE MÉRITO CAETANO SILVEIRA DE MATOS. Ao Senhor HAMILTON SAMIRO DA SILVA. Concede.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica concedido a "Medalha de Mérito Caetano Silveira de Matos" ao Senhor HAMILTON SAMIRO DA SILVA.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 20 de abril de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

**LEI Nº 4.234, DE 20 DE ABRIL DE 2015**

LEI Nº 4.234, DE 20 DE ABRIL DE 2015.

MEDALHA DE MÉRITO CAETANO SILVEIRA DE MATTOS. Ao senhor NOAILTON OTÁVIO DA SILVA. Concede.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedida a Medalha de Mérito Caetano Silveira de Mattos ao Senhor NOAILTON OTÁVIO DA SILVA, de conformidade com a Lei nº 126, de 14 de outubro de 1993.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 20 de abril de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

**LEI Nº 4.235, DE 20 DE ABRIL DE 2015**

LEI Nº 4.235, DE 20 DE ABRIL DE 2015.

MEDALHA DE MÉRITO CAETANO SILVEIRA DE MATTOS. Ao senhor Wagner Dias dos Santos. Concede.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedida a Medalha de Mérito Caetano Silveira de Mattos ao Senhor WAGNER DIAS DOS SANTOS, de conformidade com a Lei nº 126, de 14 de outubro de 1993.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 20 de abril de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

**LEI Nº 4.236, DE 20 DE ABRIL DE 2015**

LEI Nº 4.236, DE 20 DE ABRIL DE 2015.

MEDALHA DE MÉRITO CAETANO SILVEIRA DE MATOS. Ao Senhor Dr. MARCO ANTÔNIO CURI AL CICI. Concede.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica concedida a Medalha de Mérito Caetano Silveira de Matos, ao Senhor Dr. MARCO ANTÔNIO CURI AL CICI.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 20 de abril de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

**LEI Nº 4.237, DE 20 DE ABRIL DE 2015**

LEI Nº 4.237, DE 20 DE ABRIL DE 2015.

MEDALHA DE MÉRITO CAETANO SILVEIRA DE MATOS. Ao Senhor Nazareno Setembrino Martins.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica concedida a MEDALHA DE MÉRITO CAETANO SILVEIRA DE MATOS, Ao Senhor Nazareno Setembrino Martins.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 20 de abril de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

**LEI Nº 4.238, DE 20 DE ABRIL DE 2015**

LEI Nº 4.238, DE 20 DE ABRIL DE 2015.

MEDALHA DE MÉRITO CAETANO SILVEIRA DE MATTOS. Ao senhor MARCEL SCHMITZ GUTIÁ. Concede.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedida a Medalha de Mérito Caetano Silveira de Mattos, ao Senhor Marcel Schmitz Gutia, de conformidade com a Lei nº 126, de 14 de outubro de 1993.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 20 de abril de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

**PREGÃO PRESENCIAL 53 - 2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº53/2015

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº. 53/2015, no dia 08 de maio de 2015, às 14:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. O Pregão Presencial nº53/2015 tem como objeto a contratação de empresa para serviços de demolição de construções irregulares, retirada e destinação final de entulhos, estas oriundas de cumprimento de mandados judiciais, para a Secretaria de Infraestrutura de Palhoça - SC, através de Registro de Preços. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, ou pelo site: palhoca.atende.net. Palhoça, 20 de abril de 2015. A Pregoeira.

**RESULTADO PREGÃO 042/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL nº 042/2015

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 042/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de equipamentos e materiais de informática para o Centro Administrativo Municipal, de acordo com as especificações do Anexo I, que é parte integrante do edital.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

WEIKAN TECNOLOGIA LTDA ficou classificada em 1º lugar nos itens 01, 10 e 18, totalizando R\$ 15.091,00 (quinze mil e noventa e um reais).

BEE2B INFORMÁTICA LTDA EPP ficou classificada em 1º lugar nos itens 02, 05, 07, 08, 13, 14, 17, 21, 25 e 26, totalizando R\$ 77.503,50 (setenta e sete mil quinhentos e três reais e cinquenta centavos).

MARCELO WEINRICH ME ficou classificada em 1º lugar nos itens

03, 12 e 16, totalizando R\$ 9.790,70 (nove mil setecentos e noventa reais e setenta centavos).  
ZOOM TECNOLOGIA LTDA ficou classificada em 1º lugar no item 06, totalizando R\$ 15.775,00 (quinze mil setecentos e setenta e cinco reais).  
HARLEY DE AGUIAR JUNIOR - EPP ficou classificada em 1º lugar nos itens 09 e 15, totalizando R\$ 23.020,00 (vinte e três mil e vinte reais).  
JEFERSON DA SILVEIRA ME ficou classificada em 1º lugar nos itens 22, 23 e 24, totalizando R\$ 49.708,00 (quarenta e nove mil setecentos e oito reais).

Palhoça, 17 de abril de 2015.

### **RESULTADO PREGÃO Nº 045/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
RESULTADO  
PROCESSO LICITATÓRIO  
PREGÃO PRESENCIAL nº 045/2015

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 045/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de persianas, pisos, carpetes e outros insumos necessários à instalação dos mesmos, incluindo mão de obra para instalação, através de Registro de Preços, de acordo com as especificações do Anexo I, que é parte integrante do edital.

#### **CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:**

TAPEÇARIA VIDRAÇARIA TEMPERADO CAPITAL LTDA ME ficou classificada em 1º lugar no lote 01, totalizando R\$ 52.951,00 (cinquenta e dois mil novecentos e cinquenta e um reais).

ANTONIO CARLOS RIBEIRO PERSIANAS EPP ficou classificada em 1º lugar no lote 02, totalizando R\$ 27.460,00 (vinte e sete mil quatrocentos e sessenta reais).

Palhoça, 20 de abril de 2015.

### **RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 38/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº.038/2015

A Pregoeira torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado da Adjudicação do PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 038/2015, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que consiste na aquisição de Gêneros Alimentícios para as Unidades Escolares deste Município.

#### **CLASSIFICAÇÕES DAS EMPRESAS:**

BRUTHAN COMERCIAL LTDA - 02.625.813/0001-00, ficou classificada no item 04, em seu menor preço por item, totalizando a importância de R\$ 12.267,75 (doze mil, duzentos e sessenta e sete reais e setenta e cinco centavos).

NUTRIPORT COMERCIAL LTDA - 02.625.813/0001-00, ficou classificada nos itens 01, 02, 03, em seu menor preço por item, totalizando a importância de R\$ 14.803,20 (quatorze mil, oitocentos e três reais e vinte centavos).

COMERCIAL SAFRA DE ALIMENTOS LTDA - 02.625.813/0001-00, ficou classificada nos itens 06, 07, 08 e 09, em seu menor preço por item, totalizando a importância de R\$ 95.269,50 (noventa e cinco mil, duzentos e sessenta e nove reais e cinquenta centavos).

ITAVOL COMERCIAL LTDA - 02.625.813/0001-00, ficou classificada no item 15, em seu menor preço por item, totalizando a importância de R\$ 28.330,25 (vinte e oito mil, trezentos e trinta reais e cinquenta centavos).

MAYCON WILL ME - 02.625.813/0001-00, ficou classificada no item 11, em seu menor preço por item, totalizando a importância de R\$ 48.101,04 (quarenta e oito mil, cento e um reais e quatro centavos).

JULIANO JAIRO MELO ME - 02.625.813/0001-00, ficou classificada nos itens 13 e 16, em seu menor preço por item, totalizando a importância de R\$ 119.572,24 (cento e dezenove mil, quinhentos e setenta e dois reais e vinte e quatro centavos).

LICISUL COMERCIAL LTDA ME - 02.625.813/0001-00, ficou classificada nos itens 05, 10, 12 e 14, em seu menor preço por item, totalizando a importância de R\$ 53.301,29 (cinquenta e três mil, trezentos e um reais e vinte e nove centavos).

Palhoça, 20 de abril de 2015.  
SHIRLEY REGINA DE FARIAS  
Pregoeira - Portaria 23/2015

## **CÂMARA MUNICIPAL**

### **PROJETO DE LEI Nº 511/2015**

PROJETO DE LEI Nº 511/2015

MEDALHA DE MÉRITO CAETANO SILVEIRA DE MATOS. Ao Senhor MARILIO JOÃO DOS SANTOS. Concede

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica concedido a Medalha de Mérito Caetano Silveira de Matos ao Senhor MARILIO JOÃO DOS SANTOS.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de abril de 2015.  
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezoito dias do mês de abril ano de dois mil e quinze.

### **PROJETO DE LEI Nº 471/2014.**

PROJETO DE LEI Nº 471/2014.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Servidão José João Rachadel.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada SERVIDÃO JOSÉ JOÃO RACHADEL, com extensão de 101 metros de comprimento e 5 metros de largura, com início na Rua: Paraná, via pública localizada no Bairro Praia de Fora, Município de Palhoça/SC.

Parágrafo único. A localização da referida via pública, de que trata o artigo anterior, obedece croqui em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 13 de abril de 2015.  
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos treze dias do mês de abril ano de dois mil e quinze.

#### **PROJETO DE LEI Nº 512/2015** PROJETO DE LEI Nº 512/2015

TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA. Ao Senhor DOMINGOS SÁVIO BONELLI. Concede

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica concedido o "TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO" ao Senhor DOMINGOS SÁVIO BONELLI.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de abril de 2015.  
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezesseis dias do mês de abril ano de dois mil e quinze.

#### **PROJETO DE LEI Nº 512/2015** PROJETO DE LEI Nº 512/2015

TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA. Ao Senhor DOMINGOS SÁVIO BONELLI. Concede

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica concedido o "TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO" ao Senhor DOMINGOS SÁVIO BONELLI.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de abril de 2015.  
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezesseis dias do mês de abril ano de dois mil e quinze.

#### **PROJETO DE LEI Nº 518/2015** PROJETO DE LEI Nº518/2015

TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA. A Senhora HILDA FLEGER ERHARDT. Concede.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica concedido "TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA DE PALHOÇA", a Senhora HILDA FLEGER ERHARDT.

Art.2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de abril de 2015.  
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezesseis dias do mês de abril ano de dois mil e quinze.

#### **PROJETO DE LEI Nº 519/2015.** PROJETO DE LEI Nº519/2015.

TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA. Ao Senhor Airton Manoel Horácio.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido o TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DE PALHOÇA, ao Senhor Airton Manoel Horácio.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de abril de 2015.  
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezesseis dias do mês de abril ano de dois mil e quinze.

#### **PROJETO DE LEI Nº 520/2015.** PROJETO DE LEI Nº520/2015.

MEDALHA DE MÉRITO CAETANO SILVEIRA DE MATTOS. Ao Senhor FABIAN ZACCHI DA ROSA. Concede.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica concedida "Medalha de Mérito Caetano Silveira de Mattos", ao Senhor FABIAN ZACCHI DA ROSA, de conformidade com a Lei nº. 126, de 14 de outubro de 1993.

Art.2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de abril de 2015.  
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos de-  
zesseis dias do mês de abril ano de dois mil e quinze.

**PROJETO DE LEI Nº 521/2015.**  
PROJETO DE LEI Nº 521/2015.

TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA. A Senhora Benta Maria Pi-  
res.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Ca-  
tarina,  
Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara  
de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido o TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA DE  
PALHOÇA, a Senhora Benta Maria Pires.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de abril de 2015.  
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos de-  
zesseis dias do mês de abril ano de dois mil e quinze.

**PROJETO DE LEI Nº 524/2015**  
PROJETO DE LEI Nº 524/2015

TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA. Ao senhor Sisto Tiago de  
Mattos Junior. Concede.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Ca-  
tarina,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara  
de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido o "Título de Cidadania Honorária de Palho-  
ça" ao Senhor SISTO TIAGO DE MATTOS JUNIOR.

Art. 2º esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de abril de 2015.  
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos de-  
zesseis dias do mês de abril ano de dois mil e quinze.

**PROJETO DE LEI Nº 526/2015**  
PROJETO DE LEI Nº 526/2015

MEDALHA DE MÉRITO CAETANO SILVEIRA DE MATOS. A Senhora  
NETELCIA ALAIDE PEREIRA. Concede

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Cata-  
rina, Faço saber a todos habitantes deste município que a Câmara  
de Vereadores aprovou e sancionou a seguinte Lei:  
Art.1º - Fica concedido a Medalha de Mérito Caetano Silveira de  
Matos, a Senhora NETELCIA ALAIDE PEREIRA, de conformidade  
com a Lei nº 126, de 14 de outubro de 1993.

Art.2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de abril de 2015.  
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos de-  
zesseis dias do mês de abril ano de dois mil e quinze.

**PROJETO DE LEI Nº 527/2015**  
PROJETO DE LEI Nº527/2015

TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO. Ao Senhor OZIAS DEODATO  
ALVES JÚNIOR. Concede

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Ca-  
tarina, Faço saber a todos os habitantes deste município que a  
Câmara de Vereadores aprovou e sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica concedido o TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DE  
PALHOÇA, ao Senhor OZIAS DEODATO ALVES JÚNIOR.

Art. 2 º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de abril de 2015.  
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos de-  
zesseis dias do mês de abril ano de dois mil e quinze.

**PROJETO DE LEI Nº 528/2015**  
PROJETO DE LEI nº528/2015

MEDALHA DE MÉRITO CAETANO SILVEIRA DE MATOS. Ao Senhor  
HAMILTON SAMIRO DA SILVA. Concede

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Ca-  
tarina.  
Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara  
de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica concedido a "Medalha de Mérito Caetano Silveira de  
Matos" ao Senhor HAMILTON SAMIRO DA SILVA.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de abril de 2015.  
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos de-  
zesseis dias do mês de abril ano de dois mil e quinze.

**PROJETO DE LEI Nº 529/2015**  
PROJETO DE LEI Nº529/2015

MEDALHA DE MÉRITO CAETANO SILVEIRA DE MATOS. Ao senhor  
NOAILTON OTÁVIO DA SILVA. Concede.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Ca-  
tarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedida a Medalha de Mérito Caetano Silveira de Mattos ao Senhor NOAILTON OTÁVIO DA SILVA, de conformidade com a Lei nº 126, de 14 de outubro de 1993.

Art. 2º esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de abril de 2015.  
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezesseis dias do mês de abril ano de dois mil e quinze.

### **PROJETO DE LEI Nº 530/2015**

PROJETO DE LEI Nº530/2015

MEDALHA DE MÉRITO CAETANO SILVEIRA DE MATTOS. Ao senhor Wagner Dias dos Santos. Concede.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedida a Medalha de Mérito Caetano Silveira de Mattos ao Senhor WAGNER DIAS DOS SANTOS, de conformidade com a Lei nº 126, de 14 de outubro de 1993.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de abril de 2015.  
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezesseis dias do mês de abril ano de dois mil e quinze.

### **PROJETO DE LEI Nº 531/2015**

PROJETO DE LEI nº531/2015

TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA Sr. ZILNEI SCHLICKANN

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.  
Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadania Honorária de Palhoça ao Sr. ZILNEI SCHLICKANN.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de abril de 2015.  
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezesseis dias do mês de abril ano de dois mil e quinze.

### **PROJETO DE LEI Nº 532/2015**

PROJETO DE LEI Nº532/2015

TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO. A Senhora VANILDA TENFEN MEDEIROS VIEIRA. Concede

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica concedido o TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DE PALHOÇA, a Senhora VANILDA TENFEN MEDEIROS VIEIRA.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de abril de 2015.  
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezesseis dias do mês de abril ano de dois mil e quinze.

### **PROJETO DE LEI Nº 533/2015**

PROJETO DE LEI Nº533/2015

TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA. Ao senhor Lourival Fiedler. Concede.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido o "Título de Cidadania Honorária de Palhoça" ao Senhor LOURIVAL FIEDLER.

Art. 2º esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de abril de 2015.  
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezesseis dias do mês de abril ano de dois mil e quinze.

### **PROJETO DE LEI Nº 534/2015.**

PROJETO DE LEI Nº534/2015.

REPOSIÇÃO SALARIAL. Autoriza o Legislativo Municipal a Rever Subsídio e Remuneração dos Servidores Municipais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Legislativo Municipal autorizado a conceder reposição salarial no percentual de 6,22 % (seis vírgula vinte e dois por cento), calculados sobre a remuneração de março/2015 dos servidores públicos efetivos (ativo/inativo) e do subsídio de que trata o §4º, do art. 39, da CF/88, de conformidade com o que dispõe o art. 37, X, da CF/88, obedecidas as normas constantes da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único. A reposição salarial de que trata o "caput" deste artigo, é feita com base no INPC acumulado dos meses de janeiro a dezembro de 2014.

Art. 2º As despesas com a execução desta lei, correm a conta do item próprio do orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 1º de abril de 2015.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2015.  
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos quinze dias do mês de abril ano de dois mil e quinze.

### **PROJETO DE LEI Nº 535/2015**

PROJETO DE LEI Nº535/2015

TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA. Ao Senhor Hélio Cesar Bairros. Concede

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica concedido o TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DE PALHOÇA, Ao Senhor Hélio Cesar Bairros.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de abril de 2015.  
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezesseis dias do mês de abril ano de dois mil e quinze.

### **PROJETO DE LEI Nº 536/2015**

PROJETO DE LEI Nº536/2015

MEDALHA DE MÉRITO CAETANO SILVEIRA DE MATOS. Ao Senhor Dr. MARCO ANTÔNIO CURI AL CICI. Concede.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica concedida a Medalha de Mérito Caetano Silveira de Matos, ao Senhor Dr. MARCO ANTÔNIO CURI AL CICI.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de abril de 2015.  
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezesseis dias do mês de abril ano de dois mil e quinze.

### **PROJETO DE LEI Nº 537/2015**

PROJETO DE LEI Nº537/2015

MEDALHA DE MÉRITO CAETANO SILVEIRA DE MATOS. Ao Senhor Nazareno Setembrino Martins.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art 1º Fica concedido o MEDALHA DE MÉRITO CAETANO SILVEIRA DE MATOS, Ao Senhor Nazareno Setembrino Martins.

Art 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de abril de 2015.  
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezesseis dias do mês de abril ano de dois mil e quinze.

### **PROJETO DE LEI Nº 538/2015**

PROJETO DE LEI nº538/2015

MEDALHA DE MÉRITO CAETANO SILVEIRA DE MATTOS. Ao senhor marcel schmitz gutiá. Concede.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedida a Medalha de Mérito Caetano Silveira de Mattos, ao Senhor Marcel Schmitz Gutιά, de conformidade com a Lei nº 126, de 14 de outubro de 1993.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de abril de 2015.  
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezesseis dias do mês de abril ano de dois mil e quinze.

### **PROJETO DE LEI Nº 539/2015**

PROJETO DE LEI nº539/2015

TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA. Ao Senhor Mauri da Silva. Concede.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica concedido o TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA DE PALHOÇA, Ao senhor Mauri da Silva.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 16 de abril de 2015.  
OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO  
Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos

dezesesseis dias do mês de abril ano de dois mil e quinze.

### PROJETO DE LEI Nº 540/2015

PROJETO DE LEI Nº540/2015

**TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA.** Ao Senhor Gustavo de Azevedo. Concede

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica concedido o TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DE PALHOÇA, Ao Senhor Gustavo de Azevedo.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de abril de 2015.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezesesseis dias do mês de abril ano de dois mil e quinze.

### PROJETO DE LEI Nº 541/2015

PROJETO DE LEI Nº541/2015

**TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO.** Ao Senhor LINO ABREU FILHO. Concede.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica concedida o Título de Cidadão Honorário , ao Senhor LINO ABREU FILHO.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de abril de 2015.

OTÁVIO MARCELINO MARTINS FILHO

Presidente

Publicado na Secretaria da Câmara Municipal de Palhoça aos dezesesseis dias do mês de abril ano de dois mil e quinze.

### RESULTADO CARTA CONVITE Nº 03/2015

PUBLICAÇÃO DE RESULTADO

CARTA CONVITE 003/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2015

A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA/SC - Comunica que a empresa WI CONSTRUÇÕES LTDA-ME foi VENCEDORA DA CARTA CONVITE Nº 003/2015, para executar a pintura interna do prédio da Câmara Municipal de Palhoça, conforme memorial descritivo. Maiores informações Rua Joci José Martins, nº 101, Pagani - Palhoça e no Site oficial [www.cmp.sc.gov.br](http://www.cmp.sc.gov.br) ou pelo telefone (48) 32421501.

Palhoça, 17 de abril de 2015.

Cristiane Aparecida de Silva

Presidente da CPL

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº150/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº150/2014 - Pregão Presencial 40/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: S.T GASTRONOMIA LTDA. OBJETO: Fornecimento de coffee breaks para cursos de Capacitação e outros eventos correlatos, promovidos pela Diretoria de Educação Permanente - NEPS, CAPS II, Vigilância Epidemiológica, Diretoria de Atenção Integral e para outros setores.

DATA: 10/10/2014 à 09/10/2015.

Nome da Empresa: S.T GASTRONOMIA LTDA - EPP

CNPJ: 02.175.397/0001-88

Item

Quantidade

Unidade

Marca e Modelo

Preço Unitário

Preço Total

Especificação: Fornecimento de coffe-break, contendo no mínimo 02 tipos de bolo, opções: Cuca de banana com cobertura de farofa, bolo de chocolate, bolo de cenoura e bolo de laranja; 03 tipos de salgado frito, opções: coxinha, pastel de carne, kibe e risoles de frango; 02 tipos de salgado assado, opções: croissant, empada de frango, palmito, carne, esfirra de carne e frango e mini-pizza de frango e calabreza, 02 tipos de sanduiche, opções: sanduiche natural com pão salgado (trigo) recheado com salada (tomate, alface e cenoura) e frango, sanduiche de pão de forma com presunto e queijo e sanduiche de pão integral com presunto e queijo; 02 tipos: Pão de queijo, canapés, croissant doce, mini-sonho recheado com creme de baunilha; bebidas (média 300 ml por pessoa): café preto, leite, suco natura e refrigerante; infra-estrutura necessária (toalhas, cutelaria completa (prato, copo, guardanapo, talheres e etc.) e de pessoal de apoio para servir o coffe-break no local da realização do evento.

2

12300,00

UN

R\$13,30

R\$163.590,00

Valor Total

(cento e sessenta e três mil e quinhentos e noventa reais)

R\$163.590,00

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº151/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº151/2014 - Pregão Presencial 42/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: ST GASTRONOMIA. OBJETO: Fornecimento de refeições em porções individuais (tipo marmita) destinada aos servidores da Secretaria Municipal de Saúde em atividade nas campanhas de vacinação, capacitações na área da Vigilância Epidemiológica

e fornecimento de refeição pronta (almoço) para servidores da Secretaria Municipal de Saúde, em cursos realizados pelo NEPS.  
DATA: 10/10/2014 à 09/10/2015.

Nome da Empresa: S.T GASTRONOMIA LTDA - EPP

CNPJ: 02.175.397/0001-88

Item  
Quantidade  
Unidade  
Marca e Modelo  
Preço Unitário  
Preço Total

Especificação: Fornecimento de refeição pronta (almoço) embalada, marmita

1  
8000,00  
SERV  
  
R\$12,25  
R\$98.000,00

Valor Total  
(noventa e oito mil reais)

R\$98.000,00

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº45/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº45/2015 - Pregão Presencial 12/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: METROMED COM. DE MAT. MEDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: Aquisição de microchip para cães, materiais de consumo enfermagem, consumo e permanente, para o Centro de Bem Estar Animal do Município de Palhoça.

DATA: 17/04/2015 à 16/04/2016.

Nome da Empresa: METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

CNPJ: 83.157.032/0001-22

Item  
Quantidade  
Unidade  
Marca e Modelo  
Preço Unitário  
Preço Total

Especificação: Avental Cirúrgico Descartável em TNT Manga Longa com Elástico, 20 Gramas, pacote com 10 unidades

4  
50,00  
PCT  
Sky/TNT  
R\$13,0200  
R\$651,0000

Especificação: Propé Descartável 30 gramas, pacote com 100 Unidades.

5  
5,00  
PCT  
Sky/TNT  
R\$11,6900  
R\$58,4500

Especificação: Lâmina de bisturi estéril nº 24, caixa com 100 unidades.

6  
50,00  
CX  
Advantive/Aço Inox  
R\$16,1000  
R\$805,0000

Especificação: Cabo de Bisturi nº4

7  
6,00  
UN  
ABC/0026  
R\$5,7300  
R\$34,3800

Especificação: Pinça Hemostática Curva Kelly 16 cm

8  
20,00  
UN  
ABC/0234  
R\$17,7600  
R\$355,2000

Especificação: Pinça Anatômica 1X2 dentes (Dente de Rato) 16 cm

9  
10,00  
UN  
ABC/0178  
R\$8,3200  
R\$83,2000

Especificação: Pinça Anatômica 16cm

10  
5,00  
UN  
ABC/0172  
R\$7,7700  
R\$38,8500

Especificação: Porta Agulha Mayo Hegar 16cm

11  
5,00  
UN  
ABC/0530  
R\$18,1300  
R\$90,6500

Especificação: Tesoura Romba Curva 15 cm

12  
10,00  
UN  
ABC/0314  
R\$12,7600

R\$127,6000

Especificação: Fio de nylon 2-0 monofilamentoso estéril com agulha, com 24 unidades

13  
10,00  
CX  
Procure/Monofilamento  
R\$20,7200  
R\$207,2000

Especificação: Fio de nylon 2-0 monofilamentoso estéril sem agulha, com 24 unidades

14  
10,00  
CX  
Procure/Monofilamento  
R\$20,7200  
R\$207,2000

Especificação: Aparelho de anestesia inalatório com ventilação mecânica.

23  
1,00  
UN  
Brasmed/Vet-1000  
R\$9.670,0000  
R\$9.670,0000

Especificação: Armário vitrine para uso veterinário, com chave. Características: construído em chapa de aço, com pintura eletrotática a pó epóxi branca. Frente e laterais com vidro de 3 mm de espessura, com 03 (três) prateleiras com vidros de 4 mm de espessura, pés em tubos quadrados com ponteiros em PVC. Dimensões aproximadas (AxCxL): 170x65x40cm.

25  
1,00  
UN  
Olimedic/Oli-101  
R\$697,0000  
R\$697,0000

Valor Total  
(treze mil, vinte e cinco reais e setenta e três centavos)

R\$13.025,73

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº46/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº46/2015 - Pregão Presencial 12/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: CIRURGICAS CERON EQUIP. HOSPITALARES E VETERINÁRIO. OBJETO: Aquisição de microchip para cães, materiais de consumo enfermagem, consumo e permanente, para o Centro de Bem Estar Animal do Município de Palhoça.  
DATA: 17/04/2015 à 16/04/2016.

Nome da Empresa: CIRURGICAS CERON EQUIP. HOSPITALARES E VETERINÁRIO

CNPJ: 18.258.209/0001-15

Item  
Quantidade  
Unidade  
Marca e Modelo  
Preço Unitário  
Preço Total

Especificação: Balança Eletrônica de bancada, capacidade mínima 100Kg. Voltagem 220 ou bivolt. Garantia de 01 ano.

18  
1,00  
UN  
WELMY/W 100/2 S/C LED  
R\$1.200,0000  
R\$1.200,0000

Especificação: Máquina de tosa, mínimo 2 velocidades, duplo isolamento térmico. Voltagem 220 ou bivolt. Acompanhar 04 (quatro) lâminas nº 40. Garantia: 01 ano.

21  
1,00  
UN  
OSTER GOLDEN/A5  
R\$1.300,0000  
R\$1.300,0000

Valor Total  
(dois mil e quinhentos reais)

R\$2.500,00

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº47/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº47/2015 - Pregão Presencial 12/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA. OBJETO: Aquisição de microchip para cães, materiais de consumo enfermagem, consumo e permanente, para o Centro de Bem Estar Animal do Município de Palhoça.  
DATA: 17/04/2015 à 16/04/2016.

Nome da Empresa: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA

CNPJ: 03.033.589/0001-12

Item  
Quantidade  
Unidade  
Marca e Modelo  
Preço Unitário  
Preço Total

Especificação: Espadrado Impermeável Branco 10cm X 4,5m;

1  
130,00  
UN  
MISSNER  
R\$4,0900  
R\$531,7000

Especificação: Sistema duplo T BARAKA traquéia silicone autoclavável 2 litros

15  
1,00  
UN  
OXIGEL  
R\$267,0000  
R\$267,0000

Especificação: Mesa Cirúrgica regulável com pés em aço inoxidável para uso veterinário. Tampo em aço inoxidável, com vincos e furo para escoamento. Pés em tubo quadrado de aço inoxidável com manípulas nas laterais para inclinar e regular a altura. Suporte para soro em aço inoxidável e balde em alumínio. Dimensões aprox. 120x70cm.

24  
2,00  
UN  
OLIMEDIC/OLI143  
R\$1.650,0000  
R\$3.300,0000

Valor Total  
(quatro mil, noventa e oito reais e setenta centavos)

R\$4.098,70

### EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº48/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº48/2015 - Pregão Presencial 12/2015 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: R.E. FUNGUETO RIBEIRO - ME. OBJETO: Aquisição de microchip para cães, materiais de consumo enfermagem, consumo e permanente, para o Centro de Bem Estar Animal do Município de Palhoça.

DATA: 17/04/2015 à 16/04/2016.

Nome da Empresa: R.E. FUNGUETO RIBEIRO - ME

CNPJ: 18.486.436/0001-06

Item  
Quantidade  
Unidade  
Marca e Modelo  
Preço Unitário  
Preço Total

Especificação: Microchip, agulha e aplicador montados, esterilizados e embalados individualmente. Com frequência de operação 134,2 kHz.

19  
1000,00  
UN  
ALLFLEX/Transp.subc  
R\$7,0000  
R\$7.000,0000

Especificação: Leitor Universal de microchip para animais. Garantia: 01 ano.

20  
1,00  
UN  
ALLFLEX/GLOBAL SCAN GS 110  
R\$580,0000  
R\$580,0000

Valor Total  
(sete mil e quinhentos e oitenta reais)

R\$7.580,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº72/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº72/2014 - Pregão Presencial 23/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do CENTRI, SAMU e para o programa DST.

DATA: 27/05/2014 à 26/05/2015.

Item	Quant.	Unid.	Descrição dos itens	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
8	100	cx	Alprazolam 0,25mg c/20cp	UNIAO QUIMICA	R\$2,60	R\$260,00
11	100.000	comp.	Anlodipino 5mg	VITAPAN	R\$0,02	R\$2.000,00
14	1.000	amp	Atropina 01 ml (01-02-0522)	ISOFARMA	R\$0,28	R\$280,00
21	30	cx	Bromazepan 6mg c/30cp	TEUTO	R\$2,10	R\$63,00
31	80.000	cp	Colchicina 0,5mg	MULTILAB	R\$0,17	R\$13.600,00
40	35	cx	Cloridrato de Diltiazem 60mg c/50cp	TEUTO	R\$5,50	R\$192,50
48	180	cx	Cloridrato de Venlafaxina 75mg c/30cp	TORRENT	R\$24,00	R\$4.320,00
69	500	amp	Fenobarbital 100 mg amp c/ 2 ml injetável (01-02-0993)	CRISTALIA	R\$1,79	R\$895,00
80	5.000	amp	Fosfato dissódico de dexametasona 4 mg/ml - amp 2,5 ml (01-02-0679)	FARMACE	R\$1,40	R\$7.000,00
89	1.500	amp	Hidrocortisona 100 mg (01-02-1178)	TEUTO	R\$2,93	R\$4.395,00
98	20	cx	Lamotrigina 25mg c/30cp	TORRENT	R\$6,60	R\$132,00
104	100	cx	Meloxicam 15mg c/10cp	PHARLAB	R\$1,10	R\$110,00
122	60	cx	Risperidona 1mg, caixa com 20 comprimidos	TORRENT	R\$3,60	R\$216,00
						R\$33.463,50

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº73/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº73/2014 - Pregão Presencial 23/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CIRURGICA JAW COMERCIO MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do CENTRI, SAMU e para o programa DST.

DATA: 27/05/2014 à 26/05/2015.

Item	Quant.	Unid.	Descrição dos itens	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
4	150	cx	Actos 30mg c/15cp	ACTOS 30MG	R\$41,64	R\$6.246,00
52	50	cx	Dicetel 100mg c/20cp	DICETEL 100MG	R\$41,00	R\$2.050,00
54	7.000	amp.	Dimenidrinato 3mg/ml + cloridrato de piridoxina 5mg/ml+glicose 100 mg/ml + frutose 100mg/ml - 10mL EV	DRAMIN B6 DL	R\$1,8495	R\$12.946,56
116	25	frs	Omnaris 50mcg, com 120 doses	OMNARIS 50MCG 120 DO	R\$24,22	R\$605,50
						R\$21.848,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº74/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº74/2014 - Pregão Presencial 23/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CIRURGICA SANTA CRUZ COMÉCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do CENTRI, SAMU e para o programa DST.

DATA: 27/05/2014 à 26/05/2015.

Item	Quant.	Unid.	Descrição dos itens	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
45	4.000	amp.	Cloridrato de tiamina+cloridrato de piridoxina 100 mg	UNIAO QUIMICA	R\$1,29	R\$5.160,00
53	5.000	amp	Diclofenaco sódico 25 mg/ml 3 ml injetável (01-02-1464)	TEUTO	R\$0,65	R\$3.250,00
90	3.000	amp	Hidrocortisona 500 mg (01-02-1179)	BLAU	R\$5,60	R\$16.800,00
101	400.000	comp	Levotiroxina Sódica 100mcg.	MERCK	R\$0,113	R\$45.200,00
						R\$70.410,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº75/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº75/2014 - Pregão Presencial 23/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do CENTRI, SAMU e para o programa DST.

DATA: 27/05/2014 à 26/05/2015.

Item	Quant.	Unid.	Descrição dos itens	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
5	1.500	amp	Adenosina 3mg/ml Iv 2ml (01-02-1163)	HIPOLABOR	R\$6,40	R\$9.600,00
106	10.000	amp	Metoclopramida 10 mg injetável amp c/ 2 ml (01-02-1306)	ISOFARMA	R\$0,21	R\$2.100,00
120	2.000	amp	Prometazina 2ml injetável (01-02-0430)	SANVAL	R\$0,88	R\$1.760,00
						R\$13.460,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº76/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº76/2014 - Pregão Presencial 23/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CRISTÁLIA PRODUTOS QUIMICOS E FARMACEUTICOS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do CENTRI, SAMU e para o programa DST.

DATA: 27/05/2014 à 26/05/2015.

Item	Quant.	Unid.	Descrição dos itens	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
17	500	amp	Biperideno 5 mg, sol injetável 1ml (01-02-0575)	CRISTALIA	R\$1,46	R\$731,50
27	1.500	amp	Cetoprofeno 50mg/mL IM c/2mL	CRISTALIA	R\$1,443	R\$2.164,50
28	2.500	amp	Cetoprofeno 100mg/mL EV	CRISTALIA	R\$3,13	R\$7.825,00
44	50	cx	Cloridrato de paroxetina 30mg, caixa com 30 comp.	CRISTALIA	R\$14,58	R\$729,00
51	600	amp	Decanoato de haloperidol 50 mg/ml frs 1 ml (01-02-0585)	CRISTALIA	R\$5,29	R\$3.174,00
67	500	amp	Enantato de flufenazina 25mg/ml solução injetável 1 ml (01-02-0111)	CRISTALIA	R\$3,336	R\$1.668,00
70	45	tb	Fibrase pomada 10gr	CRISTALIA	R\$12,93	R\$581,85
74	60	cx	Fumarato de Quetiapina 100mg c/30cp	CRISTALIA	R\$95,61	R\$5.736,60
75	1.200	cp	Fluconazol 100mg	CRISTALIA	R\$0,538	R\$645,60
82	30	amp	Flumazenil 0,1mg/mL IV c/5mL CENTRI	CRISTALIA	R\$20,40	R\$612,00
115	1.200	amp	Omeprazol 40mg iv (01-02-1620)	CRISTALIA	R\$4,42	R\$5.304,00
138	15.000	amp	Tenoxicam 20 mg iv/im ( com diluente	CRISTALIA	R\$3,97	R\$59.550,00
						R\$88.722,05

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº77/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº77/2014 - Pregão Presencial 23/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa D-HOSP DISTRIBUIDORA HOSPITALAR IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do CENTRI, SAMU e para o programa DST.

DATA: 27/05/2014 à 26/05/2015.

Item	Quant.	Unid.	Descrição dos itens	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
95	50	cx	Insulina Levemir, caixa com 5 refis de 3mL	NOVO NORDISK	R\$204,45	R\$10.222,50
108	20	cx	Mimpara 30mg c/30cp	BERGAMO	R\$439,80	R\$8.796,00
140	25	Cx.	Thioctacid 600mg c/30cp	MERCK	R\$79,80	R\$1.995,00
						R\$21.013,50

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº78/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº78/2014 - Pregão Presencial 23/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DIMACI SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do CENTRI, SAMU e para o programa DST.

DATA: 27/05/2014 à 26/05/2015.

Item	Quant.	Unid.	Descrição dos itens	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
2	300.000	cp	Ácido Fólico 5mg	HIPOLABOR	R\$0,0147	R\$4.410,00
6	4.000	fr	Água destilada 10 ml injetável (01-02-0415)	FARMACE	R\$0,147	R\$588,00
9	500	amp	Aminofilina 10 ml injetável (01-02-0660)	HIPOLABOR	R\$0,546	R\$273,00
10	1200	fr	Anestésico lidocaina 2% sem vaso constritor, frs/amp. 20 ml (CENTRI)	HIPOLABOR	R\$1,24	R\$1.488,00
22	1.500	fr	Brometo de fenoterol, gotas, frasco c/ 20ml (01-02-1635)	HIPOLABOR	R\$1,26	R\$1.890,00
24	2.000	amp	Cloridrato de ondansetrona 2 mg, injetável c/ 2 ml (01-02-1614)	HIPOLABOR	R\$0,735	R\$1.470,00
35	600	amp	Clorpromazina 5 mg/ml c/ 5 ml (01-02-1157)	UNIÃO QUIMICA	R\$1,199	R\$719,40
36	500	fr	Cloreto de sódio 20% - 10 ml (01-02-0419)	ISOFARMA	R\$0,209	R\$104,50
42	500	fr	Cloridrato de dopamina 5 mg/ml amp c/ 10 ml injetável (01-02-1169)	UNIAO QUIMICA	R\$0,99	R\$495,00
46	4.000	amp	Cloridrato de tramadol 50mg/ml, injetavel 2ml	HIPOLABOR	R\$0,84	R\$3.360,00
55	8.000	amp	Dipirona 500mg/5 ml c/ 2 ml injetavel (01-02-0990)	HIPOLABOR	R\$0,546	R\$4.368,00
60	400	amp	Dobutamina 250mg solução injetável 50mg/ml (01-02-1616)	HIPOLABOR	R\$1,68	R\$672,00
73	15.000	fr	Fosfato sódico de prednisolona 3mg/ml, solução oral, frasco com 60mL	HIPOLABOR	R\$2,27	R\$34.050,00
79	2.000	amp	Furosemida 10 mg/ml amp c/ 2 ml injetável (01-02-0423)	SANTISA	R\$0,63	R\$1.260,00
81	600.000	cp	Furosemida 40mg	HIPOLABOR	R\$0,0315	R\$18.900,00
85	500	fr	Glicose 25% 10 ml (01-02-0424)	ISOFARMA	R\$0,21	R\$105,00
86	500	fr	Glicose 50% 10 ml (01-02-0011)	ISOFARMA	R\$0,2205	R\$110,25
87	500	amp	Gluconato de cálcio 10 ml injetável	ISOFARMA	R\$1,47	R\$735,00
107	600	amp	Midazolam 5mg/ml c/3ml (01-02-1618)	HIPOLABOR	R\$0,81	R\$486,00
111	300	amp	Naloxona 0,4mg/mL IM, SC, IV c/1mL	HIPOLABOR	R\$3,99	R\$1.197,00
134	500	frs	Sulfato de magnésio 10% c/ 10mL	ISOFARMA	R\$0,315	R\$157,50
135	600	amp	Sulfato de terbutalina 0,5mg/ml, amp c/ 1 ml	HIPOLABOR	R\$1,26	R\$756,00
148	2.000	tb	Xylocaina geléia 20mg/g 30g (02-02-1631)	PHARLAB	R\$1,365	R\$2.730,00
						R\$80.324,65

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº79/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº79/2014 - Pregão Presencial 23/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DIMASTER COMÉRCIO E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do CENTRI, SAMU e para o programa DST.

DATA: 27/05/2014 à 26/05/2015.

Item	Quant.	Unid.	Descrição dos itens	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
88	1.500.000	cp	Hidroclorotiazida 25mg	PHARLAB	R\$0,019	R\$28.500,00
						R\$28.500,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº80/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº80/2014 - Pregão Presencial 23/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS ANB FARMA LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do CENTRI, SAMU e para o programa DST.

DATA: 27/05/2014 à 26/05/2015.

Item	Quant.	Unid.	Descrição dos itens	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
19	15	cx	Bufferin Cardio 81mg c/30cp	BUFFERIN/NOVARTIS	R\$6,69	R\$100,35
33	40	cx	Cimicifuga racemosa 20mg, caixa com 30 comprimidos	APLAUSE/MARJAN	R\$37,08	R\$1.483,20
57	40	cx	Diovan amlo fix 320+5mg c/ 28 cp.	DIOVAN AMLO/NOVARTIS	R\$59,16	R\$2.366,40
58	20	cx	Diovan amlo fix 320+10mg c/ 28 cp.	DIOVAN AMLO/NOVARTIS	R\$69,84	R\$1.396,80
59	20	cx	Diovan 80mg c/28cp	DIOVAN/NOVARTIS	R\$56,06	R\$1.121,20
71	60	cx	Foraseq 12/400mcg c/60caps	FORASEQ/NOVARTIS	R\$54,06	R\$3.243,60
83	150	cx	Galvus Met 50/1000mg c/56 cp	GALVUS MET/NOVARTIS	R\$101,29	R\$15.193,50
99	400.000	comp	Levotiroxina Sódica 25mcg. (01-02-1448)	EUTHYROX/MERCK	R\$0,1158	R\$46.320,00
103	12	amp	Lucentis 0,23mL	LUCENTIS/NOVARTIS	R\$2.279,04	R\$27.348,48
123	15	cx	Ritalina LA 20mg c/ 30 cp.	RITALINA LA/NOVARTIS	R\$114,65	R\$1.719,75
124	15	cx	Ritalina LA 40mg c/ 30 cp.	RITALINA LA/NOVARTIS	R\$120,39	R\$1.805,85
130	60	Cx.	Slow K 600mg c/20cp	SLOW-K/NOVARTIS	R\$6,01	R\$360,60
145	25	Cx.	Vecasten c/30cp	VECASTEN/MARJAN	R\$41,10	R\$1.027,50
						R\$103.487,23

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº81/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº81/2014 - Pregão Presencial 23/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa HOSPFAR INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do CENTRI, SAMU e para o programa DST.

DATA: 27/05/2014 à 26/05/2015.

Item	Quant.	Unid.	Descrição dos itens	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
1	2.000	amp	Acetato de Medroxiprogesterona 150mg/ml, susp. injetável - ampola de 1ml (01-02-0089)	PFIZER	R\$10,80	R\$21.600,00
16	25	fr	Bimatoprost, frasco com 3mL	ALLERGAN	R\$60,69	R\$1.517,25
30	200	fr	Colírio anestésico 10ml (01-02-1168)	ALLERGAN	R\$5,79	R\$1.158,00

39	70	cx	Cloridrato de Diltiazem 30mg c/50cp	BOEHRINGER	R\$12,00	R\$840,00
68	400	tb	Epítezan pomada 3,5 grama (01-02-1177)	ALLERGAN	R\$7,88	R\$3.152,00
133	180	frs	Spiriva respimat	BOEHRINGER	R\$163,89	R\$29.500,20
143	400	cx	Vastarel MR 35mg c/30cp	SERVIER	R\$32,20	R\$12.880,00
						R\$70.647,45

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº82/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº82/2014 - Pregão Presencial 23/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PRO-MEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA. OBJETO: Aquisição de medicamentos para atendimento de ações Judiciais impetradas contra o Município de Palhoça, para distribuição nas Farmácias Básicas da rede Municipal de Saúde, para uso nos atendimentos do CENTRI, SAMU e para o programa DST.

DATA: 27/05/2014 à 26/05/2015.

Item	Quant.	Unid.	Descrição dos itens	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor Total
7	30	fr	Alivium 100 mg/ml, frasco com 20 ml	HYPERMARCAS	R\$12,61	R\$378,30
26	1.500	amp	Ceftriaxona dissódica 1g pó para sol injetável IV	NOVAFARMA	R\$4,85	R\$7.275,00
32	120	cx	Cilostazol 100mg c/ 30 cp.	EUROFARMA	R\$14,57	R\$1.748,40
37	20	fr	Cloridrato de betaxolol 5mg/ml, solução oftal, frasco com 5 ml	LATINOFARMA	R\$14,99	R\$299,80
84	24	cx	Ginkgo Biloba 80mg, caixa com 30 comprimido	CIMED	R\$12,72	R\$305,28
100	400.000	comp	Levotiroxina Sódica 50mcg. (01-02-1449)	MERCK	R\$0,1157	R\$46.280,00
127	15.000	cp	Secnidazol 1.000mg: (básica)	PRATI	R\$0,368	R\$5.520,00
137	50	fr	Tartarato de brimonidina 0,2%, frasco com 5 mL	HYPERMARCAS – NEO Q	R\$7,024	R\$351,20
						R\$62.157,98

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº83/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº83/2014 - Pregão Presencial 22/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa FUFA-SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo; enfermagem, laboratório, tiras de glicemia e materiais para atendimento de ações judiciais impetradas contra o município de Palhoça.

DATA: 03/07/2014 à 02/07/2015.

948730 - FUFA-SC DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA - 07.164.711/0001-40						
Sem lote						
Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
146	Tiras accu-check advantage, caixa com 50 unidades	CAIXA	ACCU-CHEK ADVANTAGE	35	R\$88,00	R\$3.080,00
Total do Fornecedor:						R\$3.080,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº84/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº84/2014 - Pregão Presencial 22/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa METROMED COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo; enfermagem, laboratório, tiras de glicemia e materiais para atendimento de ações judiciais impetradas contra o município de Palhoça.

DATA: 03/07/2014 à 02/07/2015.

1593838 - METROMED COM. DE MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA. - 07.164.711/0001-40

Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
16	Almotolia transparente, frasco com 100 ml	FRASCO	L.PROLAB	500	R\$1,00	R\$500,00
57	Fita métrica de 1,5m para avaliação de medidas. Em plástico, flexível e graduada nos dois lados.	UNIDADE	CADENA	50	R\$2,10	R\$105,00
84	Luva ginecológica estéril para toque	PAR	LUPLATEX	12.000	R\$0,05	R\$600,00
85	Máscara descartável simples confeccionada em TNT, tecido não-tecido 100% de poli-propileno do tipo agulhado com 40 gr/m2. Dispõe lateralmente dois elásticos do tipo roliço recobertos com algodão, confeccionada no estilo retangular, tamanho único, com acabamento em toda a extremidade por soldagem eletrônica pontilhada. No centro da máscara existem três pregas que se ajustam ao aumento ou diminuição do tamanho. Caixa com 50 unidades.	CAIXA	OLIMED	300	R\$3,88	R\$1.164,00
86	Micronebulizador com máscara, extensão e copinho para medicamentos, em PVC atóxico, com entrada de ar através de bico, extensão que o acompanha, sendo as conexões soldadas para evitar vazamento, tamanho adulto.	UNIDADE	DARU	1.300	R\$6,43	R\$8.359,00
87	Micronebulizador com máscara, extensão e copinho para medicamentos, em PVC atóxico, com entrada de ar através de bico, extensão que o acompanha, sendo as conexões soldadas para evitar vazamento, tamanho infantil.	UNIDADE	DARU	1.300	R\$6,43	R\$8.359,00
90	Papel para eletrocardiograma 48mmx30mt. (rolo)	ROLO	TECNOPRINT	100	R\$2,60	R\$260,00
106	Sonda cateter nasal para oxigênio nº. 04	UNIDADE	BIOSANI	600	R\$0,36	R\$216,00
107	Sonda cateter nasal para oxigênio nº. 06	UNIDADE	BIOSANI	600	R\$0,37	R\$222,00
108	Sonda cateter nasal para oxigênio nº. 08	UNIDADE	BIOSANI	800	R\$0,38	R\$304,00
109	Sonda cateter nasal para oxigênio nº. 10	UNIDADE	BIOSANI	600	R\$0,39	R\$234,00
110	Sonda cateter nasal para oxigênio nº. 12	UNIDADE	BIOSANI	600	R\$0,43	R\$258,00
111	Sonda cateter nasal para oxigênio nº. 14	UNIDADE	BIOSANI	150	R\$0,44	R\$66,00
114	Sonda de aspiração traqueal nº. 12	UNIDADE	BIOSANI	2.000	R\$0,378	R\$756,00
126	Sonda uretral nº 12	UNIDADE	BIOSANI	6.000	R\$0,369	R\$2.214,00
127	Soro fisiológico (solução de cloreto de sódio 0,9%), embalagem plástica com bico dosador, frasco com 250 ml.	FRASCO	ARBORETO	6.000	R\$1,05	R\$6.300,00
129	Soro fisiológico (solução de cloreto de sódio 0,9%), embalagem plástica com sistema fechado, frasco com 100 ml.	FRASCO	EQUIPLEX	6.000	R\$2,02	R\$12.120,00
Total do Fornecedor:						R\$42.037,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº85/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº85/2014 - Pregão Presencial 22/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PKB PRODUTOS QUIMICOS LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo; enfermagem, laboratório, tiras de glicemia e materiais para atendimento de ações judiciais impetradas contra o município de Palhoça.

DATA: 03/07/2014 à 02/07/2015.

3544788 - PKB PRODUTOS QUIMICOS LTDA EPP - 07.164.711/0001-40

Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
10	Álcool 70% 50ml. Com lacre de segurança anti vazamento.	FRASCO	SAUBA	4.000	R\$0,88	R\$3.520,00
11	Álcool líquido 96%, frasco com 1.000 ml	FRASCO	SAUBA	5.000	R\$3,69	R\$18.450,00
Total do Fornecedor:						R\$21.970,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº86/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº86/2014 - Pregão Presencial 22/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa OLIMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo; enfermagem, laboratório, tiras de glicemia e materiais para atendimento de ações judiciais impetradas contra o município de Palhoça.

DATA: 03/07/2014 à 02/07/2015.

3563715 - OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA - 07.164.711/0001-40

Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
15	Almotolia cor marrom, frasco com 250 ml	FRASCO	JPROLAB/250ML	300	R\$1,38	R\$414,00
21	Avental descartável frontal manga longa, punho lastex, confeccionado em TNT, fabricada em 100% polipropileno (tecido não tecido), tiras de ajuste internas e externas para amarrar no dorso e na cintura, gramatura 30 gr, tamanho único.	UNIDADE	ANADONA/TNT	5.000	R\$0,90	R\$4.500,00
23	Barbeador descartavel de 2 lâminas paralelas de aço inox, para tricotomia, embalagem com 2 unidades.	Embalagem	VITALMIX/02 LAMINAS	200	R\$0,47	R\$94,00
24	Camisola em tergal para preventivo, cor branco, tamanho único.	UNIDADE	LD/TAM UNICO	150	R\$27,04	R\$4.056,00
30	Cateter intravenoso nº 22 G	UNIDADE	MEDCATETER/22G	8.000	R\$1,10	R\$8.800,00
31	Cobertor Microfibr, 100% poliéster, Medindo aproximadamente 150x220cm, cores claras.	UNIDADE	ETRURIA/POLIESTER	50	R\$32,20	R\$1.610,00
38	Eletrodos de membro tipo cliques reutilizáveis, adulto, periférico, para o aparelho eletrocardiógrafo da marca Cardio Touch.	UNIDADE	POLYMEDICAL/CLIPS	30	R\$33,87	R\$1.016,10

39	Equipo utilizado para nutrição enteral. Ponta perfurante adaptável com facilidade e segurança em qualquer tipo de frasco/ampola/bolsa, contendo protetor; Câmara de gotejamento flexível e transparente permitindo o monitoramento do fluxo da alimentação a ser administrada; Tubo flexível em P.V.C. de no mínimo 1,2m de comprimento. Regulador de fluxo (clamp e rolete) para controle de fluxo com segurança, conector escalonado para diferentes diâmetros de sonda, contendo protetor. Embalado individualmente em Papel Grau Cirúrgico e filme termoplástico, contendo os dados impressos de identificação, código, lote, data de fabricação e validade e registro no Ministério da Saúde.	UNIDADE	BIOSANI/ENTERAL	3.000	R\$0,74	R\$2.220,00
48	Fio de nylon 5-0, com agulha, monoilamento preto estéril, não absorvível, classe I, corpo circular 3/8, cisc. 2,0cm, 45cm, caixa com 24 unidades.	CAIXA	PROCARE/5-0	700	R\$13,90	R\$9.730,00
52	Fio de sutura nylon 3-0 c/agulha 3/8 cm, caixa com 24 env.	CAIXA	PROCARE/3-0	400	R\$13,90	R\$5.560,00
53	Fio de sutura nylon 4-0 c/agulha 3/8 cm, caixa com 24 env.	CAIXA	PROCARE/4-0	800	R\$13,90	R\$11.120,00
55	Fita cirúrgica (tipo micropore) 5,0x 4,50 metros. A fita deve ser hipoalergênica e indicada principalmente para peles sensíveis e frágeis. Porosa, com dorso de não tecido de rayon e viscose, deve permitir que a pele respire livremente.	ROLO	MISSNER/5,0X4,5	4.000	R\$1,89	R\$7.560,00
60	Fronha hospitalar, composição aprox. 65% algodão e 35% poliéster, com aprox. 107 fios, medindo aprox. 0,50 x 0,70m, na cor branco.	UNIDADE	LD/107 FIOS	50	R\$6,92	R\$346,00
62	Gel para sonar frasco com 100 ml. Deve proporcionar boa condutibilidade e facilitar o uso do equipamento, por ser altamente deslizante. Consistente, incolor, PH neutro, inodoro, hidrossolúvel, hipoalergênico e isento de substâncias tóxicas. Apresentação em frasco de 100ml.	FRASCO	BIOMED/100 ML	2.500	R\$0,99	R\$2.475,00
64	Gorro para cirurgia com elástico, descartável. Deve moldar-se confortavelmente à cabeça e cabelo. Elástico revestido, proporcionando melhor vedação durante sua utilização. Cor branca. Pacote com 100 unidades.	PACOTE	OLIMED/ELASTICO	600	R\$4,30	R\$2.580,00
66	Haste em polipropileno flexível, com algodão hidrófilo tratado com carboximetilcelulose e bactericida em suas pontas, caixa com aprox. 75 unidades.	CAIXA	HIGIETOPP/75 UND	3.000	R\$0,70	R\$2.100,00

78	Lençol para maca ou leito, composição aprox. 65% algodão e 35% poliéster, com aprox. 107 fios, medindo aprox. 0,90x2,00m, com elástico, na cor branco.	UNIDADE	LD/107 FIOS	200	R\$16,00	R\$3.200,00
79	Luva cirúrgica látex estéril nº 6,5	PAR	MAXITEX/6,5	1.300	R\$0,64	R\$832,00
80	Luva cirúrgica látex estéril nº 7	PAR	MAXITEX/7,0	1.500	R\$0,64	R\$960,00
81	Luva cirúrgica latex estéril nº 7,5 .	PAR	MAXITEX/7,5	2.000	R\$0,64	R\$1.280,00
82	Luva cirúrgica, latex estéril nº 8,0.	PAR	MAXITEX/8,0	800	R\$0,64	R\$512,00
83	Luva cirúrgica látex estéril nº 8,5	PAR	MAXITEX/8,5	800	R\$0,64	R\$512,00
89	Papel crepado 50x50 cm, na cor verde, embalagem descartável para esterilização de material, crepado 100% celulose, com gramatura de aprox. 60g/m², que oferece barreira microbiana eficaz através de porosidade controlada, mantendo a esterilidade do artigo por prazo superior ao proporcionado pelo tecido de algodão. É hipo-repelente, maleável, resistente a ruptura e rasgo, biodegradável, atóxico e não irritante. Indicado para empacotamento de artigos hospitalares em geral, a serem esterilizados em autoclave a vapor ou óxido de etileno, e para esterilização industrial por radiação Gama e Beta. Caixa com 500 unidades.	CAIXA	POLAR FIX / 50X50	500	R\$102,00	R\$51.000,00
119	Sonda de foley 2 vias n.º 10 com balão 5cc	UNIDADE	SOLIDOR/Nº10	600	R\$2,00	R\$1.200,00
132	Tecido em Brim para campo cirúrgico Tam. aprox. 40x40, Fenestrado, cor caqui	UNIDADE	LD/40X40	350	R\$5,80	R\$2.030,00
Total do Fornecedor:						R\$125.707,10

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº87/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº87/2014 - Pregão Presencial 22/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa AL-TERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo; enfermagem, laboratório, tiras de glicemia e materiais para atendimento de ações judiciais impetradas contra o município de Palhoça.

DATA: 03/07/2014 à 02/07/2015.

3584976 - ALTERMED MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA - 07.164.711/0001-40						
Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
5	Agulha hipodérmica descartável 20x5,5 caixa com 100 unidades. Características mínimas: cânula em aço inox com bisel, trifacetado e siliconizado; canhão que permite acoplamento a seringa; capa protetora; capa e canhão de polímeros atóxicos; esterilizada; embaladas individualmente.	CAIXA	MED GOLDMANN/MEDIN	1.000,	R\$4,29	R\$4.290,00

46	Espéculo descartável, tam. M, esterilizado, embalado individualmente.	UNIDADE	KOLPLAST / KOLPLAST	5.000,	R\$0,98	R\$4.900,00
49	Fio de Sutura Catgut modelo 0, simples, 0,70m, com agulha 3cm cortante.	UNIDADE	SHALON / SHALON	50,	R\$67,60	R\$3.380,00
50	Fio de Sutura Catgut modelo 1.0, simples, 0,70m, com agulha 3cm cortante.	UNIDADE	SHALON / SHALON	50,	R\$67,60	R\$3.380,00
51	Fio de Sutura Catgut modelo 2.0, simples, 0,70m, com agulha 3cm cortante.	UNIDADE	SHALON / SHALON	40,	R\$67,60	R\$2.704,00
58	Fralda descartável infantil tamanho „G“, 10 a 14 kg. Apresentar barreiras antivazamento, formato anatômico, flocos de gel superabsorventes (para garantir maior absorção e retenção de líquidos) e fitas adesivas reposicionáveis. Pacote com 10 unidades.	PACOTE	MARDAN/MASTERFRAL	4.000,	R\$3,10	R\$12.400,00
65	Iodopovidona 10% (PVP-I Tópico), à base de iodopovidona em solução aquosa, anti-séptico hospitalar indicado para curativos em geral, queimaduras, traumatismos, ferimentos superficiais da pele e na anti-sepsia complementar do campo operatório, frasco com 1.000 ml.	FRASCO	RIOQUIMICA/RIOQUIM	500,	R\$12,30	R\$6.150,00
112	Sonda de aspiração traqueal nº. 08	UNIDADE	BIOSANI / BIOSANI	1.200,	R\$0,35	R\$420,00
120	Sonda gástrica levine nº. 10	UNIDADE		500,	R\$0,54	R\$270,00
128	Soro fisiológico (solução de cloreto de sódio 0,9%), embalagem plástica com bico dosador, frasco com 500 ml.	FRASCO	ARBORETO / ARBORETO	5.000,	R\$1,21	R\$6.050,00
130	Soro Glicofisiológico 1000ml - Solução de Glicose a 5% + Cloreto de Sódio a 0,9% - Sistema Fechado.	FRASCO	SEGMENTA/EUROFARMA	800,	R\$4,00	R\$3.200,00
131	Soro glicosado 5% 500 ml, sistema fechado	FRASCO	SEGMENTA/EUROFARMA	2.800,	R\$2,57	R\$7.196,00
134	Vaselina líquida, uso hospitalar, frs c/ 1000 ml	FRASCO	RICIE/WIRATH	100,	R\$14,20	R\$1.420,00
135	Agulha para coleta múltipla de sangue a vácuo para análise clínica, canhão de cor preta com bisel trifacetado, silicônico, esterilizada a óxido de etileno. Embalagem unitária em plástico com lacre de segurança em papel, contendo o calibre de agulha. Medidas 25x7mm. Caixa 100 unidades, com validade acima de 3 anos.	CAIXA	MED GOLDMANN/MEDIN	150,	R\$18,93	R\$2.839,50

144	Fralda tamanho Pequeno, adulto, marca Bigfral plus, pacote com 09 unidades	PACOTE	BIGFRAL/BI.PLUS	300,	R\$24,90	R\$7.470,00
Total do Fornecedor:						R\$66.069,50

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº88/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº88/2014 - Pregão Presencial 22/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa PRODUVALE - PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo; enfermagem, laboratório, tiras de glicemia e materiais para atendimento de ações judiciais impetradas contra o município de Palhoça.

DATA: 03/07/2014 à 02/07/2015.

3587517 - PRODUVALE - PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP - 07.164.711/0001-40						
Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Abaixador de língua (espátula de madeira), descartável, formato convencional liso, superfície e bordas perfeitamente acabadas, espessura e largura uniforme em toda a sua extensão, medindo aproximadamente 14 cm de comprimento; 1,4 cm de largura; 0,5 mm de espessura, embalado em pacote com 100 unidades	PACOTE	ESTILO	500,	R\$1,90	R\$950,00
2	Ácido acético solução a 3%, frs. c/ 1000 ml	FRASCO	CINETICA	80,	R\$22,00	R\$1.760,00
4	Agulha estéril 30 x 0,7 mm, para coleta de sangue a vácuo, com dispositivo de segurança em plástico, esterilização por radiação gama.	UNIDADE	BD	3.000,	R\$0,90	R\$2.700,00
7	Agulha hipodérmica descartável 25x8, caixa com 100 unidade. Características mínimas: cânula em aço inox com bisel, trifacetado e siliconizado; canhão que permite acoplamento a seringa; capa protetora; capa e canhão de polímeros atóxicos; esterilizada; embaladas individualmente.	CAIXA	SOLIDOR	800,	R\$4,19	R\$3.352,00
9	Alcool 70% em gel, glicerinado. Gel anti-séptico a base de álcool etílico 70%, com agentes umectantes e emolientes; frs com 5000 ml.	FRASCO	RICIE	400,	R\$23,00	R\$9.200,00
13	Algodão bola. Macio e absorvente, confeccionados em fibras de 100% algodão alvejadas. Pacote com aproximadamente 100 gr.	PACOTE	NATHALIA	1.000,	R\$2,30	R\$2.300,00
22	Atadura de Crepon com 13 fios, com 6cm x 1,8m em repouso, pacote com 12 unidades.	PACOTE	MEDI HOUSE	3.000,	R\$2,52	R\$7.560,00
29	Cateter intravenoso nº 20 G	UNIDADE	DESCARPACK	12.000,	R\$1,10	R\$13.200,00
32	Compressa de gaze hidrófila em algodão puro, 11 fios/cm² (centímetro quadrado), 05 dobras e 08 camadas, medindo 7,5 x 7,5 cm, medindo 30 x 15 cm quando aberta, cor branco, isenta de amido, dextrina, corantes corretivos, azulados ópticos, alcalis e ácidos, deve ter fios uniformes sem falhas ou fiapos, pacote com 500 unidades. Registro no Ministério da Saúde.	PACOTE	MEDI HOUSE	3.000,	R\$13,90	R\$41.700,00

35	Compressa gaze hidrófila, tipo queijo, 91m x 91cm, 13 fios, com 4 dobras, 8 camadas, confeccionadas em tecido 100% algodão, tipo tela, com alto poder de absorção, macio, neutro, branqueadas, isentas de amido, de dextrita, de alvejante óptico, de impurezas e possuir PH de 5,0 a 8,0, dobras confeccionadas todas para dentro, não apresentando fios soltos e fiapos, embaladas individualmente em pacotes com 01 unidade.	UNIDADE	MEDI HOUSE	400,	R\$48,00	R\$19.200,00
40	Equipo Macrogotas, câmara flexível, estéril, com injetor lateral e válvula de ar.	UNIDADE	COMPOJET	18.000,	R\$0,78	R\$14.040,00
42	Escova cervical estéril descartável. Eixo de sustentação em aço inoxidável, cabo em poliestireno (PS), atóxico; Cerdas de nylon macias em formato cônico. Pacote estéril (embalado individualmente) com 100 unidades.	PACOTE	LABOR IMPORT	8.000,	R\$11,80	R\$94.400,00
44	Espátula de ayres de madeira, resistente, pontas arredondadas, descartável, utilizada para coleta de exames ginecológicos, embalagem contendo 100 unidades.	PACOTE	ESTILO	400,	R\$3,50	R\$1.400,00
56	Fita Hipoalergênica, corte reto, transparente 100 MMx4,5M	ROLO	RIASA	3.000,	R\$8,20	R\$24.600,00
63	Glicerina líquida, PA, frasco com 1.000ml	FRASCO	RICIE	200,	R\$7,90	R\$1.580,00
70	Lâmina para bisturi nº. 10, cx com 50 unidades.	CAIXA	LAMEDID	200,	R\$7,50	R\$1.500,00
72	Lâmina para bisturi nº. 12, cx com 50 unidades.	CAIXA	LAMEDID	100,	R\$7,50	R\$750,00
73	Lâmina para bisturi nº. 15, cx com 50 unidades.	CAIXA	LAMEDID	200,	R\$7,50	R\$1.500,00
76	Lençol com elástico descartável, fabricado em 100% polipropileno (TNT) em material 30grs/m², na cor branca, medidas aprox. 2,10 x 0,90 cm, pte c/ 10 unid.	PACOTE	ANADONA	6.800,	R\$6,90	R\$46.920,00
88	Papel crepado 30x30 cm, na cor verde, embalagem descartável para esterilização de material crepado 100% celulose, com gramatura de aprox. 60g/m², que oferece barreira microbiana eficaz através de porosidade controlada, mantendo a esterilidade do artigo por prazo superior ao proporcionado pelo tecido de algodão. É hipo-repelente, maleável, resistente a ruptura e rasgo, biodegradável, atóxico e não irritante. Indicado para empacotamento de artigos hospitalares em geral, a serem esterilizados em autoclave a vapor ou óxido de etileno, e para esterilização industrial por radiação Gama e Beta. Caixa com 500 unidades.	CAIXA	POLAR FIX	700,	R\$41,85	R\$29.295,00
91	Papel para eletrocardiograma, rolo com 58mmx30m.	ROLO	DARU	200,	R\$3,20	R\$640,00

92	Saco para lixos hospitalares/infectantes, 100 litros, nas medidas aproximadas 75 x 105 cm, constituído de Polietileno de Alta Densidade (PEAD) Virgem, branco leitoso, com aproximadamente 0,05 Micras, com solda de fundo do tipo estrela, contínua, homogênea e uniforme vedando completamente e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio, de acordo com a Norma Técnica 9191. Impressão de simbologia de material infectante de acordo com a NBR 7500 - O número da subclasse de risco (6.2). Os símbolos, textos e números são pretos, com exceção da frase de advertência: „RSSS - Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde“, impressa na cor vermelha. Pacote com 100 unidades.	PACOTE	POCOS PEL	1.000,	R\$29,00	R\$29.000,00
93	Saco para lixos hospitalares/infectantes, 30 litros, nas medidas aproximadas 59 x 62 cm, constituído de Polietileno de Alta Densidade (PEAD) Virgem, branco leitoso, com aproximadamente 0,05 Micras, com solda de fundo do tipo estrela, contínua, homogênea e uniforme vedando completamente e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio, de acordo com a Norma Técnica 9191. Impressão de simbologia de material infectante de acordo com a NBR 7500 - O número da subclasse de risco (6.2). Os símbolos, textos e números são pretos, com exceção da frase de advertência: „RSSS - Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde“, impressa na cor vermelha. Pacote com 100 unidades.	PACOTE	POCOS PEL	500,	R\$14,00	R\$7.000,00
94	Saco para lixos hospitalares/infectantes, 50 litros, nas medidas aproximadas 63 x 80 cm, constituído de Polietileno de Alta Densidade (PEAD) Virgem, branco leitoso, com aproximadamente 0,05 Micras, com solda de fundo do tipo estrela, contínua, homogênea e uniforme vedando completamente e não permitindo a perda do conteúdo durante o manuseio, de acordo com a Norma Técnica 9191. Impressão de simbologia de material infectante de acordo com a NBR 7500 - O número da subclasse de risco (6.2). Os símbolos, textos e números são pretos, com exceção da frase de advertência: „RSSS - Resíduos Sólidos de Serviços de Saúde“, impressa na cor vermelha. Pacote com 100 unidades	PACOTE	POCOS PEL	800,	R\$18,90	R\$15.120,00
103	Seringa descartáveis de 01ml para insulina com agulha acoplada, com escala de graduação de 1 em 1 unidade, capacidade de 100 unidades, agulha de 12,7mm de comprimento e 0,33mm de calibre. Para adultos obesos.	UNIDADE	INJEX	50.000,	R\$0,36	R\$18.000,00
125	Sonda uretral nº 10	UNIDADE	MEDSONDA	5.000,	R\$0,36	R\$1.800,00

138	Curativo redondo branco para punção (composto por fibras de viscose, resina acrílica e massa adesiva, papel siliconado e poliéster), caixa com 240 unidades.	CAIXA	LABOR IMPORT	84,	R\$5,00	R\$420,00
Total do Fornecedor:						R\$389.887,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº89/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº89/2014 - Pregão Presencial 22/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa DIMAC I-SC MATERIAIS CIRURGICOS LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo; enfermagem, laboratório, tiras de glicemia e materiais para atendimento de ações judiciais impetradas contra o município de Palhoça.

DATA: 03/07/2014 à 02/07/2015.

3589315 - DIMACI SC MATERIAIS CIRÚRGICOS LTDA - 07.164.711/0001-40						
Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
3	Água Oxigenada Vol. 10, frs. c/ 100 ml	FRASCO	RIOQUIMICA	3.000,	R\$1,10	R\$3.300,00
12	Algodão Hidrófilo em camadas (manta) contínuas em forma de rolo- Aspecto homogêneo e macio, boa absorvência, inodoro, ausência de grumos ou quaisquer impurezas, cor branca (mínimo 80% de branquura), rolo com 500g.	ROLO	NEVOA	2.500,	R\$6,80	R\$17.000,00
14	Almotolia cor marrom, frasco com 100 ml.	FRASCO	J PROLAB	300,	R\$0,99	R\$297,00
17	Almotolia transparente, frasco com 250 ml	FRASCO	J PROLAB	300,	R\$1,46	R\$438,00
19	Atadura de Crepon com 13 fios, com 30cm x 1,8m em repouso, pacote com 12 unidades.	PACOTE	MB	500,	R\$11,69	R\$5.845,00
41	Equipo para soro 2 vias	UNIDADE	DESCARPACK	5.000,	R\$0,53	R\$2.650,00
45	Espéculo descartável, tam. G, esterilizado, embalado individualmente.	UNIDADE	ADLIN	3.000,	R\$1,33	R\$3.990,00
47	Espéculo descartável, tam. P, esterilizado, embalado individualmente.	UNIDADE	ADLIN	3.000,	R\$0,89	R\$2.670,00
67	Incubador biológico, com as seguintes especificações mínimas: capacidade de 4 indicadores biológicos, ciclo de 24 ou 48 horas (vapor) 48 horas (óxido de etileno), voltagem de 90-253V ~ monofásico. Frequência 50-60Hz. Potência: 10w. Consumo de energia: 10 watts/hora. Temperatura máxima : 60°. Temperatura de trabalho adequada: 15° s 40° C.	UNIDADE	3M	20,	R\$50,00	R\$1.000,00
69	Lâmina fosca para coleta de preventivo 26x76cm, cx c/50 unid.	CAIXA	ADLIN	400,	R\$2,15	R\$860,00
104	Seringa descartáveis de 0,5 ml para insulina com agulha acoplada, com escala de graduação de 1 em 1 unidade, capacidade de 50 unidades, agulha de 0,8mm de comprimento e 0,30mm de calibre. Para adultos.	UNIDADE	BD	60.000,	R\$0,48	R\$28.800,00

105	Seringa descartáveis de 0,3ml para insulina com agulha acoplada, com escala de graduação de 1 em 1 unidade, capacidade de 100 unidades, agulha de 0,8mm de comprimento e 0,30mm de calibre. Para crianças, adolescentes	UNIDADE	BD	30.000,	R\$0,88	R\$26.400,00
116	Sonda de foley 2 vias n.º 16 com balão 5cc	UNIDADE	WELL LEAD	1.000,	R\$1,63	R\$1.630,00
118	Sonda de foley 2 vias n.º 22 com balão 5cc	UNIDADE	SOLIDOR	2.000,	R\$1,64	R\$3.280,00
121	Sonda Nutrição enteral com guia nº 10	UNIDADE	SOLUMED	400,	R\$6,90	R\$2.760,00
122	Sonda Nutrição enteral com guia nº 12	UNIDADE	SOLUMED	200,	R\$6,90	R\$1.380,00
123	Sonda Uretral nº 06	UNIDADE	MARK MED	600,	R\$0,34	R\$204,00
124	Sonda uretral nº 08	UNIDADE	MARK MED	6.000,	R\$0,35	R\$2.100,00
Total do Fornecedor:						R\$104.604,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº90/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº90/2014 - Pregão Presencial 22/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CIRURGICA SANTA CRUZ COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo; enfermagem, laboratório, tiras de glicemia e materiais para atendimento de ações judiciais impetradas contra o município de Palhoça.

DATA: 03/07/2014 à 02/07/2015.

3592855 - CIRURGICA SANTA CRUZ COM DE PROD HOSPITALARES LTDA - 07.164.711/0001-40						
Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
59	Frasco-diet para dieta enteral, transparente, capacidade 500ml, graduado nos dois lados a cada 50ml crescente e decrescente, atóxico, de uso único, embalado individualmente em saco plástico, constando externamente os dados de identificação, procedência, data de fabricação e validade, nr. do lote, registro no MS, identificação do fabricante e do farmacêutico responsável.	UNIDADE	EMBRAMED	3.000,	R\$0,73	R\$2.190,00
113	Sonda de aspiração traqueal nº. 10	UNIDADE	BIOSANI	1.200,	R\$0,32	R\$384,00
143	Agulha para caneta 8mm novofine 30G com 100 unidades	CAIXA	BD	18,	R\$70,00	R\$1.260,00
Total do Fornecedor:						R\$3.834,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº91/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº91/2014 - Pregão Presencial 22/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa CIRURGICA BELA VISTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. OBJETO: Aquisição de materiais de consumo; enfermagem, laboratório, tiras de glicemia e materiais para atendimento de ações judiciais impetradas contra o município de Palhoça.

DATA: 03/07/2014 à 02/07/2015.

3593320 - CIRÚRGICA BELA VISTA COM. DE PROD. HOSP. LTDA - ME - 07.164.711/0001-40

Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
6	Agulha hipodérmica descartável 25x6, caixa com 100 unidades. Características mínimas: cânula em aço inox com bisel, trifacetado e siliconizado; canhão que permite acoplamento a seringa; capa protetora; capa e canhão de polímeros atóxicos; esterilizada; embaladas individualmente.	CAIXA	SOLIDOR	1.200,	R\$4,19	R\$5.028,00
8	Agulha hipodérmica desc. 30x7, caixa com 100 unidades. Características mínimas: cânula em aço inox com bisel, trifacetado e siliconizado; canhão que permite acoplamento a seringa; capa protetora; capa e canhão de polímeros atóxicos; esterilizada; embaladas individualmente.	CAIXA	SOLIDOR	200,	R\$4,19	R\$838,00
18	Atadura de Crepon com 13 fios, com 20cm x 1,8m em repouso, pacote com 12 unidades.	PACOTE	PEROLA	1.500,	R\$7,65	R\$11.475,00
20	Atadura de Crepon com 13 fios, com 4cm x 1,8m em repouso, pacote com 12 unidades.	PACOTE	PEROLA	1.500,	R\$1,86	R\$2.790,00
25	Cânula de Guedel calibre 00, não estéril, confeccionada em plástico atóxico ou material compatível, preferencialmente transparente, com flexibilidade e curvatura adequadas a sua finalidade, com reforço interno a fim de evitar colapamento, sem rebarbas e imperfeições. O produto deve ser resistente aos métodos de desinfecção e de esterilização usuais. Extremidade distal dotada de flange na qual deve estar gravado o calibre da cânula, e acompanha um metro de cadarço para sua fixação. Embalagem individual conforme a praxe do fabricante e trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação, prazo de validade e número de registro no Ministério da Saúde.	UNIDADE	MD HEADSTAR	50,	R\$2,20	R\$110,00

26	Cânula de Guedel calibre 01, não estéril, confeccionada em plástico atóxico ou material compatível, preferencialmente transparente, com flexibilidade e curvatura adequadas a sua finalidade, com reforço interno a fim de evitar colabamento, sem rebarbas e imperfeições. O produto deve ser resistente aos métodos de desinfecção e de esterilização usuais. Extremidade distal dotada de flange na qual deve estar gravado o calibre da cânula, e acompanha um metro de cadarço para sua fixação. Embalagem individual conforme a praxe do fabricante e trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação, prazo de validade e número de registro no Ministério da Saúde.	UNIDADE	MD HEADSTAR	50,	R\$2,20	R\$110,00
27	Cânula de Guedel calibre 04, não estéril, confeccionada em plástico atóxico ou material compatível, preferencialmente transparente, com flexibilidade e curvatura adequadas a sua finalidade, com reforço interno a fim de evitar colabamento, sem rebarbas e imperfeições. O produto deve ser resistente aos métodos de desinfecção e de esterilização usuais. Extremidade distal dotada de flange na qual deve estar gravado o calibre da cânula, e acompanha um metro de cadarço para sua fixação. Embalagem individual conforme a praxe do fabricante e trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação, prazo de validade e número de registro no Ministério da Saúde.	UNIDADE	MD HEADSTAR	50,	R\$2,20	R\$110,00

28	Cânula de Guedel calibre 05, não estéril, confeccionada em plástico atóxico ou material compatível, preferencialmente transparente, com flexibilidade e curvatura adequadas a sua finalidade, com reforço interno a fim de evitar colapamento, sem rebarbas e imperfeições. O produto deve ser resistente aos métodos de desinfecção e de esterilização usuais. Extremidade distal dotada de flange na qual deve estar gravado o calibre da cânula, e acompanha um metro de cadarço para sua fixação. Embalagem individual conforme a praxe do fabricante e trazendo externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de fabricação, prazo de validade e número de registro no Ministério da Saúde.	UNIDADE	MD HEADSTAR	50,	R\$2,20	R\$110,00
33	Compressa de gaze hidrófila em algodão puro, 13 fios/cm <sup>2</sup> (centímetro quadrado), 05 dobras e 08 camadas, medindo 7,5x7,5cm, medindo 30x15 cm quando aberta, estéril, cor branco, isenta de amido, dextrina, corantes corretivos, azulados ópticos, alcalis e ácidos, deve ter fios uniformes sem falhas ou fiapos, pacote com 10 unidades. Registro no Ministério da Saúde.	PACOTE	MB TEXTIL	4.000,	R\$0,41	R\$1.640,00
34	Compressa de gaze hidrófila em algodão puro, 13 fios/cm <sup>2</sup> (centímetro quadrado), 05 dobras e 08 camadas, medindo 7,5x7,5 cm, medindo 30x15 cm quando aberta, cor branco, isenta de amido, dextrina, corantes corretivos, azulados ópticos, alcalis e ácidos, deve ter fios uniformes sem falhas ou fiapos, pacote com 500 unidades. Registro no Ministério da Saúde.	PACOTE	MB TEXTIL	2.000,	R\$16,74	R\$33.480,00
43	Esparadrapo comum 10x4,5 cm, com alta aderência, de boa qualidade.	ROLO	MISSNER	4.500,	R\$3,95	R\$17.775,00
54	Fita para autoclave 19mm x 30 metros em papel crepe a base de fibras e celulose e tinta termooativa externa, resinas acrílicas e adesivas a base de borracha natural.	UNIDADE	MASTERFIX	6.000,	R\$2,10	R\$12.600,00

61	Gel condutor para uso em ultra-sonografia, eletrocardiograma, entre outros procedimentos que necessitam de gel como meio de contato. Deve proporcionar boa condutibilidade e facilitar o uso dos equipamentos, por ser altamente deslizante. Consistente, incolor, PH neutro, inodoro, hidrossolúvel, hipoalergênico e isento de substâncias tóxicas. Apresentação em galão de 05 litros.	GALÃO	GELYTEC	300,	R\$12,40	R\$3.720,00
68	Kit de parto de emergência, maleta com no mínimo: - 01 absorvente hospitalar; - 01 bisturi descartável n.º 21; - 01 campo cirúrgico, tam. aprox. 45x50cm; - 01 compressa tipo zoobec, tam. aprox. 10x15cm; - 01 compressa tipo zoobec, tam. aprox. 30x15cm; - 01 luva cirúrgica n.º 7,5; - 01 luva cirúrgica n.º 8,5; - 02 prendedores umbilicais; - 02 pulseiras identificadoras; - 01 saco de expurgo hospitalar; - 02 compressas estéril 7,5x7,5cm, pte c/ 05 unid.; - 01 avental descartável de TNT; - 01 fralda descartável infantil, tam. P; - 01 álcool gel, frs. c/ 100 ml; - 01 máscara cirúrgica.	KIT	RESGATE	20,	R\$41,25	R\$825,00
71	Lâmina para bisturi nº. 11, cx com 50 unidades.	CAIXA	SOLIDOR	300,	R\$7,49	R\$2.247,00
74	Lâmina para bisturi nº. 21, cx com 50 unidades.	CAIXA	SOLIDOR	200,	R\$7,49	R\$1.498,00
77	Lençol descartavel de papel para maca com picote, produzido com papel de alta qualidade, e com rigoroso controle de qualidade. Composição: 100% de fibras celulósicas. Resistente, extra branco, medindo 50mx50cm.	ROLO	CLEAN/MEDIGAUSE	800,	R\$3,50	R\$2.800,00
115	Sonda de foley 2 vias n.º 14 com balão 5cc	UNIDADE	SOLIDOR	2.000,	R\$1,58	R\$3.160,00
117	Sonda de foley 2 vias n.º 18 com balão 5cc	UNIDADE	SOLIDOR	1.000,	R\$1,64	R\$1.640,00
Total do Fornecedor:						R\$101.956,00

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº95/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº95/2014 - Pregão Presencial 26/2014 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO, INFORMÁTICA E PAPELARIA. OBJETO: Aquisição de materiais de expediente, escritório e artesanatos, de consumo e permanente. A aquisição dos materiais será utilizada para reposição dos estoques do almoxarifado central de saúde, para utilização nos trabalhos artesanais feitos pelos pacientes do CAPS 2, nas campanhas feitas pelo CEAP e pela saúde da Mulher, utilização do NEPS e no NASF e para suprir as necessidades dos demais setores da secretaria.



DATA: 15/07/2014 à 14/07/2015.

3603075 - AQUINPEL SUPRIMENTOS ESCRITÓRIO INF. PAPELARIA LT - 12.903.455/0001-04						
Item	Produto	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
15	ARQUIVO MORTO DE POLIONDA, FORMATO APROX. 350X130X245MM COR VERMELHA.	UNIDADE	Ala Plast	1.700,	R\$1,80	R\$3.060,00
21	Borracha branca escolar 40/40	UNIDADE	Zapp	600,	R\$0,09	R\$54,00
33	Caneta marca texto, carga na cor amarela	UNIDADE	Jocar	1.000,	R\$0,50	R\$500,00
35	Clips Nº 02, cromado, cx c/ 100 unidades.	CAIXA	New	100,	R\$0,84	R\$84,00
36	Clips Nº6/0, cromado, cx c/ 50 unid.	CAIXA	New	100,	R\$0,85	R\$85,00
37	Cola branca escolar, não tóxica, 40 gr.	TUBO	Piratinga	200,	R\$0,45	R\$90,00
49	Extrator de grampo em aço inoxidável, tam. 15x1,8x1,8 cm.	UNIDADE	Jocar	300,	R\$0,45	R\$135,00
58	GRAMPO TRILHO 80MM, DE LATÃO CAIXA COM 50 UNIDADES.	CAIXA	Foska	300,	R\$4,00	R\$1.200,00
64	Lápis preto nº 02	UNIDADE	Foska	2.000,	R\$0,11	R\$220,00
69	Livro ata, capa dura, com 200 folhas.	UNIDADE	Tilibra	150,	R\$7,60	R\$1.140,00
70	LIVRO PROTOCOLO, CAPA DURA COM 50 FOLHAS.	UNIDADE	Tilibra	120,	R\$2,80	R\$336,00
81	Papel recado, tipo: autoadesivo (Post It), Dimensão (LXC): 38 X 51 mm, Cor: Amarelo. Bloco c/ 100 fls	BLOCO	Informis	400,	R\$0,40	R\$160,00
84	Papel verge, formato A4 210x297mm, gramatura 180gr/m2, branco, caixa com 50 unidades.	CAIXA	Offpaper	10,	R\$6,90	R\$69,00
88	Pasta de papelão plastificado com aba elástica, cor branca e preta.	UNIDADE	ICL	400,	R\$0,69	R\$276,00
89	PASTA PLÁSTICA COM ABA ELÁSTICA, TRANSPARENTE FUMÊ, TEXTURIZADA COM APROXIMADAMENTE 249X335X50MM	UNIDADE	Ala Plast	200,	R\$1,95	R\$390,00
90	PASTA PLÁSTICA COM ABA ELÁSTICA, TRANSPARENTE CRISTAL, TEXTURIZADA COM APROXIMADAMENTE 249X335X50MM	UNIDADE	Ala Plast	315,	R\$1,95	R\$614,25
91	Pasta plástica fumê(40mm), texturizada, medindo aproximadamente 230x330mm.	UNIDADE	Ala Plast	200,	R\$1,60	R\$320,00
92	Pasta plástica transparente (40mm), texturizada, medindo aproximadamente 230x330mm.	UNIDADE	Ala Plast	200,	R\$1,60	R\$320,00
96	PINCEL ATÔMICO, COM PONTA CHANFRADA, COR AZUL	UNIDADE	Jocar	200,	R\$0,70	R\$140,00
97	PINCEL ATÔMICO, COM PONTA CHANFRADA, COR PRETO	UNIDADE	Jocar	200,	R\$0,70	R\$140,00
98	PINCEL ATÔMICO, COM PONTA CHANFRADA, COR VERDE	UNIDADE	Jocar	200,	R\$0,70	R\$140,00
99	PINCEL ATÔMICO, COM PONTA CHANFRADA, COR VERMELHO	UNIDADE	Jocar	200,	R\$0,70	R\$140,00
107	regua plástica cristal 30 cm	UNIDADE	Waleu	200,	R\$0,26	R\$52,00
Total do Fornecedor:						R\$9.665,25

# Palmitos

## PREFEITURA

### COMUNICADO DE FECHAMENTO DE VIA COMUNICADO

O ORTPAL, (Órgão Executivo de Trânsito e Transportes de Palmitos), através do seu Diretor de Trânsito, amparado na Lei 3.416/2010, Art. 7º, inciso II, comunica a toda população de Palmitos em geral e aos usuários das vias do município em especial a Avenida Brasil no trecho compreendido entre a Rótula do Posto Avenida e a Rótula do Banco do Brasil, no dia 21 de abril de 2015, estará interditada, no período compreendido das 19:00 horas as 22:00 horas, tendo em vista "EVENTO RELIGIOSO"

Pedimos aos usuários que procurem rotas alternativas durante o período da interdição da via e muita atenção no local, respeitando sempre as regras de circulação de veículos contidas no CTB (Código Nacional de Trânsito Brasileiro).

Palmitos 17 de abril de 2015.  
AIRTON COSTA  
Diretor de Trânsito de Palmitos

### COMUNICADO DE FECHAMENTO DE VIA COMUNICADO

O ORTPAL, (Órgão Executivo de Trânsito e Transportes de Palmitos), através do seu Diretor de Trânsito, amparado na Lei 3.416/2010, Art. 7º, inciso II, comunica a toda população de Palmitos em geral e aos usuários das vias do município em especial a Avenida Brasil no trecho compreendido entre a Academia Corpore e a Revenda de veículos Elton Pretto, no dia 23 de abril de 2015, estará interditada meia pista sentido rodoviária centro, no período compreendido das 07:00 horas as 10: 00 horas, tendo em vista Exposição de "MAQUINAS AGRÍCOLAS"

Pedimos aos usuários que procurem rotas alternativas durante o período da interdição da via e muita atenção no local, respeitando sempre as regras de circulação de veículos contidas no CTB (Código Nacional de Trânsito Brasileiro).

Palmitos 17 de abril de 2015.  
AIRTON COSTA  
Diretor de Trânsito de Palmitos

### EDITAL DE PROCESSO DE ESCOLHA DE CONSELHEIROS TUTELARES EDITAL CMDCA Nº 01/2015

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, no uso de suas atribuições legais, diante da deliberação do Conselho, realizada no dia 31 de março de 2015, em sua sede localizada na Rua Padre Manoel da Nóbrega, nº 58 e considerando o disposto nos arts. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução Conanda nº 170/2014 e na Lei Municipal nº 052/2013, TORNA PÚBLICO a abertura de inscrição para candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar de Palmitos.

#### 1 Do Cargo e das Vagas

1.1 O cargo é de Conselheiro Tutelar, estando abertas 5 (cinco) vagas para conselheiros titulares e para cada titular, a de um suplente.

1.2 Os cinco candidatos mais votados assumirão, efetivamente, o cargo de Conselheiro Tutelar, com mandato de 10 de janeiro de 2016 a 09 de janeiro de 2020.

1.2.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

1.3 O conselheiro tutelar titular, eleito no processo de escolha anterior, que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do presente processo.

#### 2 Da Remuneração, Da Carga Horária e do Mandato

2.1 O exercício efetivo do cargo de Conselheiro Tutelar constituirá serviço público relevante de dedicação exclusiva e, conforme Lei Municipal nº 052/2013, é assegurado o direito a:

I - vencimento de R\$ 975,85 (Novecentos e setenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos), com reajuste na mesma data e no mesmo percentual concedido aos servidores públicos municipais;

II - cobertura previdenciária;

III - gozo de férias anuais remuneradas, pelo período de 30 (trinta) dias, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

IV - licença-maternidade;

V - licença-paternidade;

VI - gratificação natalina.

2.2 Os servidores públicos municipais, quando eleitos para o cargo de Conselheiro Tutelar e no exercício da função, poderão optar pelo vencimento do cargo público acrescidas das vantagens incorporadas ou pela remuneração que consta nessa lei.

2.2.1 Ficam assegurados aos eventuais servidores públicos municipais eleitos, todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, enquanto perdurar o mandato.

2.3 A gratificação natalina corresponderá a um duodécimo da remuneração do conselheiro no mês de dezembro para cada mês do exercício da função no respectivo ano.

2.4 O nomeação para exercer o cargo de Conselheiro Tutelar não gera vínculo empregatício com o Município de Palmitos.

2.5 Os Conselheiros Tutelares deverão cumprir jornada de trabalho de segundas a sextas-feiras, das 7h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h30, na sede do Conselho Tutelar, além de realizar plantões escalonados, a seguir:

2.5.1 Plantão noturno das 17h30 às 7h30 do dia seguinte.

2.5.2 Plantão de finais de semana (sábado e domingo) e feriados;

#### 3. Do Processo de Escolha

##### 3.1 Das Inscrições

3.1.1 O registro das candidaturas a Conselheiro Tutelar será feito no período de 06 de abril de 2015 a 03 de junho de 2015, em dias úteis, das 7h30 às 11h00 e das 13h30 às 17h00, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, localizada na Rua Padre Manoel da Nóbrega, nº 58, centro, Palmitos - SC.

3.1.2 Poderão submeter-se à eleição, os candidatos que preencherem os seguintes requisitos, comprovados no ato da inscrição: I - reconhecida idoneidade moral, comprovada por Certidão Negativa de Antecedentes Penais;

II - idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III - residir no município há mais de 02 (dois) anos;

IV - ensino médio completo;

V - ter comprovada atuação de no mínimo 02 (dois) anos na área de atendimento, a crianças e adolescentes podendo ser monitores sociais de programas socioeducativos, trabalhadores da área de educação, Assistência Social, Saúde, catequistas e demais, sendo que os demais casos poderão ser resolvidos pelo Conselho Tutelar;

VI - não ter sofrido penalidade de perda de mandato de conselheiro tutelar no período vigente;

VII - estar no gozo dos direitos políticos;

VIII - não exercer mandato político;

IX - não estar sendo processado criminalmente no município ou em qualquer outro deste País;  
X - não ter sofrido nenhuma condenação judicial, transitada em julgado, nos termos do artigo 129, da Lei nº 8.069/90;  
XI - estar no pleno gozo das aptidões física e mental passando por teste psicológico para avaliação de perfil para conselheiro tutelar realizado por (01) um profissional designado pelo CMDCA;  
XII - Cópia da Carteira de Identidade, do CPF e quitação do serviço militar.

§ 1º - Além do preenchimento dos requisitos indicados neste artigo, será obrigatória a avaliação de conhecimentos específicos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente sendo que a não realização da prova de conhecimentos específicos impede o candidato a concorrer ao cargo.

§ 2º - A realização da avaliação ficará a cargo do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que regulamentará através de resolução;

3.1.2.1 O candidato servidor público municipal, deverá comprovar, no momento da inscrição, a possibilidade de permanecer à disposição do Conselho Tutelar.

3.1.3 Na hipótese de inscrição por procuração, deverão ser apresentados, além dos documentos do candidato, o instrumento de procuração específica com firma reconhecida e fotocópia de documento de identidade do procurador.

3.1.4 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

3.1.5 O uso de documentos ou informações falsas, declaradas na ficha de inscrição pelo candidato ou seu procurador, acarretará na nulidade da inscrição a qualquer tempo, bem como anulará todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo de responsabilização dos envolvidos conforme dispõe a legislação vigente.

### 3.2 Da Publicação das Candidaturas

3.2.1 A relação de candidatos inscritos será publicada no dia 12 de junho de 2015, no Mural da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, para ciência pública.

3.2.2 Publicada a lista, qualquer pessoa física ou jurídica poderá impugnar a candidatura, mediante prova da alegação, no período de 12 a 17 de junho de 2015, das 7h30 às 11h00 e das 13h30 às 17h00, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, localizada na Rua Padre Manoel da Nóbrega, nº 58.

3.2.2.1 O candidato impugnado será notificado para manifestar-se de forma escrita, querendo, no período de 29 de junho de 2015 a 03 de julho de 2015, das 7h30 às 11h00 e das 13h30 às 17h00, na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, localizada na Rua Padre Manoel da Nóbrega, nº 58.

3.2.2.2 A comissão eleitoral deverá julgar as impugnações até o dia 17 de julho de 2015.

3.2.3 O edital com a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições aprovadas será publicado no dia 20 de julho de 2015, no Mural da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca.

3.2.4 Caso o número de candidatos habilitados for inferior a 10 (dez), o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o processo eleitoral e reabrir o prazo para inscrição de novas candidaturas, respeitada a data do pleito unificado (04 de outubro de 2015).

### 3.3 Da Propaganda Eleitoral

3.3.1 Toda propaganda eleitoral será realizada pelos candidatos, imputando-lhes responsabilidades nos excessos praticados por seus simpatizantes.

3.3.1.1 No dia da eleição não será permitida a propaganda eleitoral, inclusive, "boca de urna".

3.3.1.2 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas o número e o nome do candidato ou

através de curriculum vitae.

3.3.1.3 Não será permitido a confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário.

3.3.2 Não será permitida propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa.

3.3.2.1 Considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana.

3.3.2.2 Considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

3.3.2.3 Considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabiamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir com isso vantagem à determinada candidatura.

3.3.3 É vedado aos candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar, propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos, cartazes e santinhos com fotos. Sendo permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-lhe a igualdade de condições a todos os candidatos.

3.3.4 É vedado, no dia da eleição, o transporte de eleitores.

3.3.5 Compete à Comissão Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura.

3.3.6 Os recursos impetrados contra decisões da Comissão Eleitoral, no prazo de 24 horas da notificação, serão analisados e julgados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 3 (três) dias.

3.3.7 O candidato envolvido e o denunciante serão notificados das decisões da Comissão Eleitoral e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

3.3.8 É vedado aos órgãos da administração pública direta ou indireta, federais, estaduais ou municipais realizar qualquer tipo de propaganda, que possa caracterizar como de natureza eleitoral.

3.3.8.1 É vedado, aos atuais conselheiros tutelares e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros na campanha para a escolha dos membros do Conselho Tutelar, bem como fica vedado fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

### 3.4 Da Eleição

3.4.1 A eleição será realizada no dia 04 de outubro de 2015, no horário das 8h00 às 17h00, no Auditório da Prefeitura Municipal de Palmitos - SC.

3.4.2 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público.

3.4.3 No local de votação será afixada lista dos candidatos habilitados, com seus respectivos números.

3.4.4 O eleitor deverá apresentar à Mesa Receptora de Votos, a carteira de identidade, ou outro documento equivalente a este, com foto.

3.4.4.1 Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o Presidente da Mesa poderá interrogá-lo sobre os dados constantes na carteira da identidade, confrontando a assinatura da identidade com a feita na sua presença, e mencionando na ata a dúvida suscitada.

3.4.4.2 A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, candidatos, Ministério Público ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar.

3.4.5 A eleição será fiscalizada pelo Ministério Público através do Promotor de Justiça e por fiscais indicados por este, e pelo

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na seção eleitoral.

3.4.6 O eleitor votará uma única vez em até cinco candidatos na Mesa Receptora de Votos na seção instalada.

### 3.5 Do Voto

3.5.1 Os conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores cadastrados no Município, em eleição presidida pelo Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e fiscalizada pelo representante do Ministério Público.

3.5.1.1 Poderão votar os cidadãos inscritos como eleitores do Município até três meses antes da eleição.

3.5.2 O voto é sigiloso, cuja cédula será rubricada pelo mesário, sendo que o eleitor votará em cabina indevassável.

3.5.2.1 O eleitor deverá indicar na cédula de votação o nome e o número do(s) candidato(s) escolhido(s).

### 3.6 Da Cédula Oficial

3.6.1 A cédula será confeccionada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com indicação do número e nome do candidato.

3.6.1.1 Caso ocorra pedido de registro de apelidos idênticos, dar-se-á preferência àquele que primeiro se inscrever.

3.6.1.2 O número do candidato corresponderá ao número de sua inscrição.

3.6.2 Na cabine de votação, constará relação de todos os candidatos, com seu respectivo número.

### 3.7 Das Mesas Receptoras

3.7.1 Atuarão como mesários os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, seus suplentes e outros escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.2 Constituem a Mesa Receptora de Votos: um Presidente, um Mesário e um Secretário, escolhidos pela Comissão Eleitoral.

3.7.2.1 O Mesário substituirá o Presidente, de modo que haja sempre quem responda, pessoalmente, pela ordem e regularidade do processo eleitoral, cabendo-lhes, ainda, assinar a ata da eleição.

3.7.2.2 O Presidente deve estar presente ao ato da abertura e de encerramento da eleição, salvo força maior, comunicando o impedimento ao Mesário e Secretário pelo menos vinte e quatro horas antes da abertura dos trabalhos, ou imediatamente, se o impedimento se der dentro desse prazo ou no curso da eleição.

3.7.2.1 Na falta do Presidente, assumirá a Presidência o Mesário e na sua falta ou impedimento, o Secretário ou um dos suplentes indicados pela Comissão Eleitoral.

3.7.3 A assinatura dos eleitores será colhida nas folhas de votação da seção eleitoral, a qual, conjuntamente com o relatório final da eleição e outros materiais, serão entregues à Comissão Eleitoral.

3.7.4 Compete aos componentes das Mesas Receptoras de Votos: I - Cumprir as Normas de Procedimento estabelecidas pela Comissão Eleitoral;

II - Registrar na ata as impugnações dos votos;

3.7.5 Nas Mesas Receptoras de Votos será permitida a fiscalização de votação, a formulação de protestos, impugnações, inclusive quanto à identidade do eleitor, devendo ser registrado em ata.

3.7.6 Não podem ser nomeados Presidente e Mesários:

I - Os Candidatos e seus parentes, consanguíneos ou afins, até o terceiro grau;

II - O cônjuge ou o companheiro do candidato;

III - As pessoas que notoriamente estejam fazendo campanha para um dos candidatos concorrentes ao pleito.

### 3.8 Da Apuração

3.8.1 A apuração dar-se-á no local da votação, com a presença do representante do Ministério Público e da Comissão Eleitoral.

3.8.2 Após a apuração dos votos poderão os fiscais, assim como os candidatos, apresentar impugnação, que será decidida pela Comissão Eleitoral, depois de ouvido o Ministério Público, no prazo

de 24 horas.

3.8.3 Após o término das votações o Presidente e o Mesário da seção elaborarão a Ata da votação.

3.8.4 Concluída a contagem dos votos, a Mesa Receptora deverá fechar relatório dos votos referentes à votação manualmente.

3.8.5 Os 5 (cinco) candidatos mais votados assumirão o cargo de Conselheiro Tutelar.

3.8.5.1 Os demais candidatos serão considerados suplentes, seguindo-se a ordem decrescente de votação.

3.8.6 No caso de empate na votação, será considerado eleito o candidato que possuir mais tempo de experiência na área da Infância e da Juventude, de acordo com os documentos apresentados no ato da inscrição.

3.8.6.1 Persistindo o empate considerar-se-á o candidato mais idoso.

### 4. Da Proclamação, Nomeação e Posse dos Eleitos

4.1 O resultado da eleição será publicado imediatamente após a eleição, em de edital afixado na Mural do Átrio da Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores e Fórum desta Comarca, contendo os nomes dos eleitos e o respectivo número de votos recebidos.

4.2 Os candidatos eleitos serão nomeados por ato do Prefeito Municipal e empossados pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

4.3 A posse dos 5 (cinco) primeiros candidatos eleitos que receberem o maior número de votos será em 10 de janeiro de 2016.

4.3.1 Ocorrendo vacância do cargo, assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, pelo período restante do mandato.

4.3.2 Esgotando-se o número de suplentes, chamar-se-á os próximos candidatos, respeitando-se a ordem de classificação.

4.3.3 Os candidatos eleitos deverão participar de uma capacitação promovida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo os suplentes também convidados a participar.

### 5. Disposições Finais

5.1 As atribuições do cargo de Conselheiro Tutelar são as constantes na Lei Federal nº 8.069/90 e na Lei Municipal nº 052/13, sem prejuízo das demais leis afetas.

5.2 O ato da inscrição do candidato implicará a aceitação tácita das normas contidas neste edital.

5.3 A aprovação e a classificação final geram para o candidato eleito na suplência apenas a expectativa de direito ao exercício da função.

5.4 As datas e os locais para realização de eventos relativos ao presente processo eleitoral, com exceção da data da eleição e da posse dos eleitos, poderão sofrer alterações em casos especiais, devendo ser publicado como retificação a este edital, inclusive, caso haja cedência de urnas eletrônicas pela Justiça Eleitoral para realização do pleito.

5.5 Os casos omissos, e no âmbito de sua competência, serão resolvidos pela Comissão Eleitoral do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob a fiscalização do representante Ministério Público.

5.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone, desde a inscrição até a publicação do resultado final, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

5.7 É responsabilidade do candidato acompanhar os Editais, comunicados e demais publicações referentes a este processo eleitoral.

5.8 O conselheiro eleito perderá o mandato caso passe a residir em outro Município.

5.9 O Ministério Público deverá ser cientificado do presente Edital, através do Promotor de Justiça com atribuição na Infância e Juventude.

5.10 Fica eleito o Foro da Comarca de Palmitos para dirimir as questões decorrentes da execução do presente Edital, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Palmitos, 2 de abril de 2015.

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PALMITOS/SC.

Anexo I

CRONOGRAMA	
Publicação do edital	02 de abril de 2015
Inscrições	06/04/2015 a 03/06/2015
Análise das inscrições	05/06/2015 a 11/06/2015
Publicação da relação dos candidatos	12/06/2015
Impugnação de candidatura	Até 05 dias da data da publicação da relação dos candidatos
Notificação dos candidatos impugnados para defesa	22/06/2015 a 26/06/2015
Apresentação da defesa pelo candidato impugnado	29/06/2015 a 03/07/2015
Análise e decisão das impugnações	Até 10/07/2015
Interposição de recurso	13/07/2015 a 17/07/2015
Publicação do edital com a relação dos candidatos que tiveram suas inscrições aprovadas	20/07/2015
Aplicação de prova	26/07/2015
Publicação dos candidatos aprovados	14/08/2015
Eleição	04/10/2015
Divulgação do resultado	Imediatamente após a apuração
Posse dos eleitos	10/01/2016

## Papanduva

### PREFEITURA

#### **AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2015 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA.  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2015 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2015. Objeto: Registro de preços para aquisição de materiais de construção para o uso da Secretaria Municipal de Infraestrutura. Tipo: Menor Preço Unitário, Presencial; Entrega dos envelopes: Até o dia 07 de maio de 2015 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: 07/05/2015 - 08:45hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais nºs 1783 de 31 de Maio de 2007 e 1975 de 10 de junho de 2009 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site [www.papanduva.sc.gov.br](http://www.papanduva.sc.gov.br) e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 hs às 17:00hs, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 17 de abril de 2015

Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

#### **AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2015 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA.  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

#### **AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2015 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 028/2015. Objeto: Registro de preços para a aquisição de sinalização viária para as vias urbanas do município. Tipo: Menor Preço Unitário, Presencial; Entrega dos envelopes: Até o dia 05 de maio de 2015 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: 05/05/2015 - 08:45hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais nºs 1783 de 31 de Maio de 2007 e 1975 de 10 de junho de 2009 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site [www.papanduva.sc.gov.br](http://www.papanduva.sc.gov.br) e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 hs às 17:00hs, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 15 de abril de 2015

Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2015 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA.  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

**AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 030/2015 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2015. Objeto: Registro de preços para a contratação de serviços de máquinas escavadeiras hidráulicas, retroescavadeira, trator de esteira e caminhões equipados com prancha para transportes de maquinário para a manutenção dos trabalhos da Secretaria Municipal de Infraestrutura. Tipo: Menor Preço Unitário, Presencial; Entrega dos envelopes: Até o dia 06 de maio de 2015 às 08:30hs; Início da Sessão Pública: 06/05/2015 - 08:45hs. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais nºs 1783 de 31 de Maio de 2007 e 1975 de 10 de junho de 2009 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site [www.papanduva.sc.gov.br](http://www.papanduva.sc.gov.br) e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 hs às 17:00hs, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 17 de abril de 2015

Dario Schicovski  
Prefeito Municipal

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**DECRETO LEGISLATIVO N. 001/2015**

Decreto Legislativo n. 001/2015

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO COM A COOPERATIVA-ESCOLA DOS ALUNOS DO CEDUP "VIDAL RAMOS" - COOPESA, COM INTERVENIÊNCIA DO CEDUP - "VIDAL RAMOS" DE CANOINHAS (SC), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Girseliano Moreira da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Papanduva, nos termos do artigo 33, inciso VIII, alínea 'e', do Regimento Interno,

Faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Papanduva aprovou e ele, promulga o seguinte.

**DECRETO LEGISLATIVO N. 001/2015**

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com a COOPERATIVA-ESCOLA DOS ALUNOS DO CEDUP "VIDAL RAMOS" - COOPESA, do Município de Canoinhas (SC), visando conceder ajuda financeira para a manutenção e o custeio de 09 (nove) alunos, em regime de internato, provido pela Cooperativa, conforme a minuta de convênio que fica fazendo parte integrante deste Decreto Legislativo.

Art. 2º. O Executivo Municipal contribuirá no corrente exercício com a importância de R\$ 11.250,00 (onze mil duzentos e cinquenta reais) a ser paga em 04 (quatro) parcelas mensais e consecutivas, no valor de R\$ 2.812,50 (dois mil oitocentos e doze reais e cinquenta centavos) cada uma, vencendo a primeira em 25 de abril de 2015 e a última em 25 de julho de 2015.

Art. 3º. Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 1º de março de 2015.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Papanduva (SC), em 15 de abril de 2015.

Girseliano Moreira da Silva  
Presidente

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicado no átrio de publicações desta Câmara e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Valdecir Vaneski  
Vice-Presidente

Alois Mikalovicz  
1º Secretário

Djana Paula Matioski  
2ª Secretário

**LEI N. 2047, DE 17 DE ABRIL DE 2015**

LEI N.2047, DE 17 DE ABRIL DE 2015

"Concede reajuste da remuneração aos Servidores do Poder Legislativo Municipal".

GIRSELIANO MOREIRA DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Papanduva, promulga, nos termos do artigo 46, §8º, da Lei Orgânica Municipal e do artigo 33, inciso VIII, alínea d, do Regimento Interno,

A seguinte Lei, resultante de Projeto vetado pelo Prefeito Municipal de Papanduva e mantido pela Câmara Municipal de Papanduva:

**LEI**

Art. 1º. Fica concedido reajuste da remuneração aos servidores do Poder Legislativo Municipal no percentual de 6,23% (seis vírgula vinte e três por cento).

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta de dotações próprias.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à competência fevereiro de 2015.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Papanduva, em 17 de abril de 2015.

Girseliano Moreira da Silva  
Presidente

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Câmara Municipal de Papanduva e publicado no átrio de publicações desta Câmara e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

Valdecir Vaneski  
Vice-Presidente

Alois Mikalovicz  
1º Secretário

Djana Paula Mathioski  
2ª secretária

## Passo de Torres

### CÂMARA MUNICIPAL

#### PORTARIA Nº 09/2015

Poder Legislativo de Passo de Torres - SC

Portaria nº 09, de 17 de abril de 2015.

“DETERMINA PONTO FACULTATIVO NA CÂMARA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES”

O cidadão Pedro Paulo Bitencourt, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Passo de Torres, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE:

Fica determinado Ponto Facultativo na Câmara de Vereadores de Passo de Torres, no dia 20 de abril de 2015 (segunda - feira).

Esta Portaria entra vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Passo de Torres, em 17 de abril de 2015.

Pedro Paulo Bitencourt

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado nesta secretaria na data supra.

Ademilson Batista da Silva

1º Secretário

## Passos Maia

### PREFEITURA

#### LEI Nº 750, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

LEI Nº 750, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADERIR AO PROGRAMA BADESC CIDADES E TOMAR EMPRÉSTIMO JUNTO AO BADESC - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, estribado no art. 62, V, da Lei Orgânica Municipal, sanciona a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa Badesc Cidades.

Art. 2º. A adesão ao Programa Badesc Cidades propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de Infraestrutura de Habitação (Lotes Urbanizados e Infraestrutura de Lotes Urbanos).

Art. 3º. Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa Badesc Cidades, até o montante de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

Parágrafo único - Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito.

Art. 4º. Para dar continuidade ao Programa Badesc Cidades, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subsequentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º. Por conta dos financiamentos estabelecidos no Artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5,5% (cinco vírgula cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa SELIC (variação acumulada das taxas médias apuradas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, divulgada pelo Banco Central do Brasil), ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º. Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 7º. Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 8º. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Lei nº 735, de 21 de maio de 2014, e as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 17 de abril de 2015.  
IVANDRE BOCALON  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado.

DOUGLAS AIGNER  
Secretário da Administração,  
Fazenda e Planejamento.

**Paulo Lopes**

**PREFEITURA**

**PORTARIA Nº 148/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 148/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, conforme justificativo nº 46/2015 resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Maria Constancia da Silveira, brasileira, portadora do CPF nº031.483.249-19, matrícula nº11127, classificada em 1º lugar no Processo Seletivo nº 003/2014, para atuar no cargo de Professora de Educação Infantil, no período 08/04/2015 a 23/12/2015 com carga horária de horas 20 horas mensais, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 08 de Abril de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 149/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE PAULO LOPES  
PORTARIA Nº 149/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve.

CONCEDER LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Pública Municipal efetiva e estável, Adenilde Adélia dos Passos Pereira, brasileira, portadora do CPF nº 377.485.139-53, matrícula nº 82, ocupante do Cargo de Auxiliar Administrativo I, à disposição da Secretaria Municipal de Saúde, de 06/04/2015 à 25/04/2015.

Município de Paulo Lopes - SC, em 08 de Abril de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 150/2015**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

## PORTARIA Nº 150/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, conforme justificativo nº 47/2015 resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Jaqueline dos Passos Silva, brasileira, portadora do CPF nº 070.010.349-08, matrícula nº 11128, classificada em 1º lugar no Processo Seletivo nº 003/2014, para atuar no cargo de Professora de Educação Infantil não habilitada, no período 09/04/2015 até o retorno da titular, com carga horária de horas 20 horas mensais, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 09 de Abril de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 151/2015**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

## PORTARIA Nº 151/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal vigente, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, a Servidora Pública Municipal, Neusa Pereira Fermiano, brasileira, efetiva e estável, portadora do CPF nº 800.273.429-72, matrícula nº 325, ocupante do cargo de Técnica de Enfermagem, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde no período de 10/04/2015 à 09/05/2015, referente ao quinquênio de 01/06/2009 à 31/05/2014, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 10 de Abril de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 152/2015**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

## PORTARIA Nº 152/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

EXONERAR A PEDIDO, a Servidora Pública Municipal, Celetista, Iracema Klume Damiani, brasileira, portadora do CPF nº 480.813.960-04, matrícula nº 10258, ocupante do Cargo de Médica PSF, nomeada pela portaria nº 126/2008, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde, por motivos pessoais, conforme requerimento em anexo.

Município de Paulo Lopes-SC, em 10 de Abril de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 153/2015**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

## PORTARIA Nº 153/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER LICENÇA POR FALECIMENTO EM PESSOA DA FAMÍLIA, o Servidor Público Municipal, efetivo e estável, Aloncio Pereira, brasileiro, portador do CPF nº 625.683.379-15 matrícula nº 10108, ocupante do cargo Motorista, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, de 10/04/2015 até 17/04/2015, conforme Certidão de Óbito em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, em 10 de Abril de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 154/2015**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

## PORTARIA Nº 154/2015

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto

na Legislação Municipal Vigente, resolve.

CONCEDER LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE, o Servidor Público Municipal efetivo e estável, Jucinei de Souza, brasileiro, portador do CPF nº 789.570.799-04, matrícula nº993, ocupante do Cargo de Motorista, à disposição da Secretaria Municipal de Saúde, de 13/04/2015 à 12/05/2015, encaminhado para pericia no trigésimo primeiro dia.

Município de Paulo Lopes - SC, em 14 de Abril de 2015.  
Evandro João dos Santos  
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira  
Secretário Municipal de Administração

## Penha

### PREFEITURA

#### CONTRATO 34/2015-FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 34/2015 - FMS  
CONTRATADO: ALTERMED MATERIL MÉDICO HOSPITALAR  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ADONTOLÓGICO PARA SER UTILIZADO NOS CONSULTÓRIOS DA REDE BÁSICA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PENHA/SC  
VALOR TOTAL R\$ 5.740,96 (CINCO MIL, SETECENTOS E QUARENTA REAIS E NOVENTA E SEIS)  
VIGÊNCIA: ATÉ 31.12.2015  
PENHA, 16 DE ABRIL DE 2015.  
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES - PELA PREFEITURA

#### CONTRATO 35/2015-FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 35/2015 - FMS  
CONTRATADO: CIRÚRGICA BELA VISTA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-ME  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ADONTOLÓGICO PARA SER UTILIZADO NOS CONSULTÓRIOS DA REDE BÁSICA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PENHA/SC  
VALOR TOTAL: R\$ 10.696,50 (DEZ MIL, SEISCENTOS E NOVENTA E SEIS REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)  
VIGÊNCIA: ATÉ 31.12.2015  
PENHA, 16 DE ABRIL DE 2015.  
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES - PELA PREFEITURA

#### CONTRATO 36/2015-FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 36/2015 - FMS  
CONTRATADO: DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENSE LTDA  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ADONTOLÓGICO PARA SER UTILIZADO NOS CONSULTÓRIOS DA REDE BÁSICA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PENHA/SC  
VALOR TOTAL: R\$ 7.158,25 (SETE MIL, CENTO E CINQUENTA E OITO REAIS E VINTE E CINCO CENTAVOS)  
VIGÊNCIA: ATÉ 31.12.2015  
PENHA, 16 DE ABRIL DE 2015.  
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES - PELA PREFEITURA

#### CONTRATO 37/2015-FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 37/2015 - FMS  
CONTRATADO: SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA EPP  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ADONTOLÓGICO PARA SER UTILIZADO NOS CONSULTÓRIOS DA REDE BÁSICA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PENHA/SC  
VALOR TOTAL: R\$ 21.020,19 (VINTE E UM MIL, VINTE REAIS E DEZENOVE CENTAVOS)  
VIGÊNCIA: ATÉ 31.12.2015

PENHA, 16 DE ABRIL DE 2015.  
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES - PELA PREFEITURA

**INEXIGIBILIDADE 01/2015 -PMP**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 121/2014 - PMP  
LICITAÇÃO: Processo Administrativo 21/2015 PMP - Inexigibilidade 01/2015 - pmp  
CONTRATADA: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.- Epagri  
OBJETO: Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina  
VALOR TOTAL: R\$ 2.484,63  
VIGÊNCIA: 17.04.2015 a 17.04.2016  
Penha, 17 de abril  
Evandro Eredos dos Navegantes - PELA PREFEITURA

**PP12/2015 - PMP**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
AVISO DE EDITAL  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº22/2015 - PMP  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2015 - PMP

Objeto: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE AREIA MÉDIA, PARA SER UTILIZADA NO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Recebimento dos Envelopes até: 05/05/2015 até às 17:00horas, na Secretaria de Administração, Avenida Nereu Ramos, 08, Centro, Penha/SC.

Abertura do Processo: 06/05/2015 às 09h00min horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.  
O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, SITE [www.penha-sc.gov.br](http://www.penha-sc.gov.br) e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23, ou (47) 3345-0200 Ramal 231. Horário de atendimento das 13h:30m às 17h:00m.

Penha/SC, 17 de Abril de 2015.

Evandro Eredos dos Navegantes- Prefeito Municipal

## Pinheiro Preto

**PREFEITURA****CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 123/2015**

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 123/2015

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL função de PSICOLOGO, em caráter temporário.

PROCESSO: Processo Seletivo n. 004/2014

CONTRATADO: CESAR CINI

VALOR DO CONTRATO: A(o) CONTRATADA(o) obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 2.183,28 (Dois mil, cento e oitenta e três reais e vinte e oito centavos)

DATA DO CONTRATO: 01 de abril de 2015

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 138/2015**

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 138/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente contrato DE AQUISIÇÃO DE PNEU PARA DUCATTO PLACA MJX-0844 PARA A SECRETARIA DA SAÚDE.

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 067/2015.

EMPRESA CONTRATADA: JOAÇABA PNEUS LTDA

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer serviços de conserto para o veículo da secretaria de transportes, no valor de R\$ 527,00 (quinhentos e vinte e sete reais).

DATA DO CONTRATO: 15 de abril de 2015.

PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

**CONTRATO MÚLTIPLO Nº. 9912348948(CORREIO)**

1º (PRIMEIRO) TERMO ADITIVO AO CONTRATO MÚLTIPLO Nº. 9912348948 QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO E A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

**CONTRATANTE:**

Razão Social: MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO		
CNPJ: 82.827.148/0001-69	ISENTO	
Nome Fantasia: PINHEIRO PRETO PREF GABINETE DO PREFEITO	Ramo de Atividade: 84.11-6-00 ADM PUB EM GERAL	
Endereço: AVENIDA MAL. COSTA E SILVA, 111 - CENTRO		
Cidade: PINHEIRO PRETO	UF: SC	CEP: 89570-000
Telefone: 49-35622000	FAX 49-3562 2006	
Endereço Eletrônico: admin@pinheiropreto.sc.gov.br		
Nome do Responsável: EUZEBIO CALISTO VIECELI		
Cargo: PREFEITO MUNICIPAL	RG: 580.604 SSP/SC	CPF: 219.837.479-04

**CONTRATADA:**

ECT – Empresa Pública, constituída nos termos do Decreto-Lei nº. 509, de 20 de março de 1969.		
Nome da Diretoria Regional: Diretoria Regional de Santa Catarina	CNPJ/MF: 34.028.316/0028-23	
Endereço: Rua Romeu José Vieira, 90 – Bloco B – 7º andar – Nossa Senhora do Rosário		
Cidade: São José	UF: SC	CEP: 88.110-923
Telefone: (48) 3954-4211	FAX: (48) 3954-4225	
Endereço Eletrônico: scgesuv@correios.com.br		
Diretor Regional: Paulo Oliveira de Andrade		
RG: 1.723.100-0 SSP/SC	CPF: 609.711.699-34	
Coordenador Regional de Negócios: Paulo Roberto Zucco		
RG: 100.366-420-6 SSP/RS	CPF: 248.658.930-91	

DO OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do Contrato original por mais 12 meses.

DA PRORROGAÇÃO: Em conformidade com o art. 57, II da Lei nº. 8.666/93 e com a cláusula sétima do contrato ora aditado, as partes acordam em prorrogar o contrato por 12 (doze) meses, de 25/04/2015 até 25/04/2016.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 4.1. Os recursos orçamentários previsto na Cláusula Décima - Da Dotação Orçamentária do contrato ora aditado para a cobertura das despesas decorrentes deste Contrato têm seu valor estimado em R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

Data: São José/SC, 16 de abril de 2015

## Pomerode

### PREFEITURA

#### **EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 016/2015 – REGISTRO DE PREÇOS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 016/2015 - REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 033/2015.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E ESCRITÓRIO PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS, FUNDAÇÕES, POLÍCIA CIVIL E MILITAR DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 08:00 horas do dia 06/05/2015.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08:00 horas do dia 06/05/2015.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Pomerode - Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro - Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo e-mail: [licitacao@pomerode.sc.gov.br](mailto:licitacao@pomerode.sc.gov.br).

Pomerode/SC, 17 de Abril de 2015.

ROLF NICLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

## SAMAE

#### **AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO 08/2015**

Edital de Licitação Pregão N.º 08/2015 Tipo Presencial

REGISTRO DE PREÇOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SAMAE (Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto)

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO N.º 008/2015- Tipo Presencial - REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 008/2015.

LOCAÇÃO CAMINHÃO ANO DE FABRICAÇÃO NÃO INFERIOR A 2015 EQUIPADO COM BAÚ BASCULANTE DE CAPACIDADE VOLUMÉTRICA MINIMA 30M³ PARA ATUAR NA COLETA SELETIVA DE MATERIAIS RECICLÁVEIS CONFORME TERMO DE REFERENCIA.

Entrega dos envelopes: Até as 09:00 horas do dia 05/005/2015.

Local: Setor de protocolos do SAMAE POMERODE SC.

Abertura das propostas: 09:00 horas do dia 05/05/2015.

Local: Sala de licitações do SAMAE POMERODE SC.

O edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos a partir de 22/04/2015 no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Compras do SAMAE POMERODE - Rua 21 de Janeiro, n.º 2233, Centro - Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo e-mail: [samae@samaepomerode.com.br](mailto:samae@samaepomerode.com.br) ou pelo site [WWW.pomerode.sc.gov.br](http://WWW.pomerode.sc.gov.br)

Pomerode/SC, 17 de Abril de 2015.

MARCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE

# Ponte Serrada

## PREFEITURA

### EXTRATO 014/2015 FMS

MUNICIPIO DE PONTE SERRADA- SC

Processo licitatório nº 014/2015FMS Dispensa de Licitação nº 001/2015FMS.

OBJETO: Aquisição de oxigênio medicinal 8m³ de forma parcelada, para ser utilizado conforme as necessidades das unidades de saúde do município.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

CONTRATADO: RM COMÉRCIO DE GASES LTDA ME

Endereço: Chapecó - Santa Catarina CEP: 89.803-440

CNPJ 07.290.987/0001-75

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inciso V, do artigo 24, da Lei n. 8666/93

Valor: R\$ 36.000,00 (Trinta e seis mil reais)

VIGÊNCIA: de 17 de abril á 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado.

Ponte Serrada/SC, 17 de abril de 2015

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO 043/2015

MUNICIPIO DE PONTE SERRADA- SC

Processo licitatório nº 043/2015 Dispensa de Licitação nº 008/2015.

OBJETO: Aquisição de água mineral para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

CONTRATADO: GASTROL GAS COMERCIO E TRANSPORTES ROSI LTDA - EPP

Endereço: Ponte Serrada - Santa Catarina CEP: 89.683-000

CNPJ 78.842.085/0001-42

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inciso V, do artigo 24, da Lei n. 8666/93

Valor: R\$ 2.550,00 (Dois mil quinhentos e cinquenta reais)

VIGÊNCIA: de 17 de abril á 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado.

Ponte Serrada/SC, 17 de abril de 2015

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO 045/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 045/2015 PREGÃO PRESENCIAL N.º 030/2015

O Município de

Ponte Serrada torna público, que fará Licitação na modalidade Pregão Presencial objetivando a Contratação de empresa especializada em assessoria e consultoria na área de engenharia, meio ambiente, agricultura e infraestrutura, para prestar serviços requisitados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, conforme solicitação.

Recebimento de Envelopes: até as 07h50min do dia 07/05/2015.

Abertura: às 08h00min horas do dia 07/05/2015.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00min as 17h00min e pelo site [www.ponteserrada.sc.gov.br](http://www.ponteserrada.sc.gov.br), ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: [comprasps01@gmail.com](mailto:comprasps01@gmail.com).

Ponte Serrada, 17 de abril de 2015.

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

# Porto União

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 694/2015

DECRETO Nº 694, de 13 de abril de 2015.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.262, de 07 de julho de 2014 (LDO) e 4.291, de 04 de dezembro de 2014 (LOA),

#### DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Próprio do Fundo Municipal de Educação a dotação orçamentária a seguir especificada no valor de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	1700 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
UNIDADE	1701 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
PROJETO	1002 – Construção/Ampliação/Aquisição Equip. Escolares		
MODALIDADE	4490 – 104 – Aplicações Diretas	04	50.000,00
MODALIDADE	4490 – 108 – Aplicações Diretas	05	20.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		70.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO ORGÃO	1700 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
UNIDADE	1701 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
PROJETO	1002 – Construção/Ampliação/Aquisição Equip. Escolares		
MODALIDADE	4590 – 108 – Aplicações Diretas	06	20.000,00
PROJETO	1044 – Reforma Dependências da Secretaria de Educação		
MODALIDADE	4490 – 104 – Aplicações Diretas	07	50.000,00
	TOTAL DA ANULAÇÃO		70.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 13 de abril de 2015.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI  
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

### DECRETO Nº 695/2015

DECRETO Nº 695, de 16 de abril de 2015.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.262, de 07 de julho de 2014 (LDO) e Artigo 5º, Inciso II, da Lei Municipal nº 4.291, de 04 de dezembro de 2014 (LOA),

#### DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Geral do Município, a dotação orçamentária a seguir especificada, no valor de R\$ 82.000,00 (Oitenta e dois mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0208 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA		
PROJETO	1034 – Programa de Incentivo à Produção Agrícola		
MODALIDADE	4490 – 100 – Aplicações Diretas	101	24.000,00
MODALIDADE	4490 – 170 – Aplicações Diretas	103	58.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		82.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação, decorrente de Convênio no Exercício de 2015, na Fonte 170, e excesso de arrecadação, na Fonte 100.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 16 de abril de 2015.

ANIZIO DE SOUZA

PAULO RUBENS BUCH

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

### DECRETO Nº 698/2015

DECRETO Nº 698, de 20 de abril de 2015.

Dispõe sobre a constituição da Comissão Permanente de Licitação - CPL, da Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o insculpido no artigo 51 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Permanente de Licitação - CPL da Secretaria Municipal de Saúde, a qual será composta pelos seguintes Membros:

I- CARLOS HENRIQUE SERRER, nomeado para o Cargo de Provimento Efetivo de Motorista de Veículos Leves;

II- DANIEL BENONI, nomeado para o Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo;

III- 1º Suplente: CARLOS ROBERTO NERIS, nomeado para o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Apoio de Serviços da Saúde;

IV- 2º Suplente: GUSTAVO RENE LOZINSKI, nomeado para o Cargo de Provimento Efetivo de Técnico em Informática.

Art. 2º A Comissão instituída através deste Decreto, será presidida pelo Sr. Carlos Henrique Serrer, secretariada pelo Servidor Daniel Benoni, e terá como membros suplentes: Carlos Roberto Neris e Gustavo Rene Lozinski.

Art. 3º Compete à Comissão Permanente de Licitação ora constituída:

I- receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às Licitações, em todas as suas modalidades;

II- desenvolver outras atividades relacionadas com sua área de atuação.

Art. 4º A investidura dos Membros da Comissão Permanente de Licitação de que trata o presente Decreto será de 01 (um) ano, vedada a recondução da totalidade de seus Membros para a mesma comissão no período subsequente.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2015, convalidando os atos praticados até a presente data pela Comissão acima designada.

Porto União (SC), 20 de abril de 2015.

ANIZIO DE SOUZA Prefeito Municipal

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 021/2015**

Edital de Convocação 021/2015

Concurso Público Municipal nº. 001/2013

ANIZIO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Porto União - SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA o (a) candidato (a) abaixo relacionado (a), APROVADO (a) no Concurso Público Municipal nº 001/2013 a comparecer na Chefia de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União- SC, do dia 17/04/2015 a 24/04/2015, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:30 às 17:30 hs, de segunda a sexta feira, para apresentar a fotocópia e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no Capítulo III do Edital 001/2013, para investidura em cargo público:

- 01 (uma) fotografia 3x4, recente;
- Certidão de Casamento ou Nascimento;
- Carteira de Identidade;
- Carteira de Trabalho;
- Comprovante do PIS/PASEP
- Cadastro de Pessoa Física - CPF e comprovante de regularidade emitido via internet pela Receita Federal do Brasil;
- Título de Eleitor;
- Certidão relativa à quitação eleitoral emitida via internet;
- Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
- Carteira Nacional de Habilitação (se assim o cargo exigir)
- Certidão Negativa Criminal expedida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- Comprovante de residência atualizado;
- Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
- Certificado de Especialização, se for o caso; (fotocópia)
- Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso; (fotocópia)
- Certidão de Nascimento dos filhos;
- Declaração de Acumulação de Cargo e Remuneração; (modelo CRH)
- Declaração de não ter sofrido penalidades no Serviço Público; (modelo CRH)
- Declaração de Bens ou Cópia da Declaração do IRRF;
- Declaração de Ficha Limpa (modelo CRH)
- Conta Salário em instituição financeira indicada pelo Município;

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 3.4.1, do Edital 001/2013, o (a) candidato (a) deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Chefia de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo. Todos os documentos deverão ser entregues na Chefia de Recursos Humanos imprerivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

**AGENTE ADMINISTRATIVO**

NOME	CLAS	ASSINATURA	Data
ANA PAULA KONKOL	18º		

Porto União (SC), 17 de abril de 2015.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO 013/2015 - EDUCAÇÃO**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 013/2015 - EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e Ricardo Luis Bonin - EPP.

Objeto: Execução de serviço de desinsetização, limpeza das caixas de água, caixas de gordura e ralos das escolas da rede municipal de ensino de Porto União e da Secretaria Municipal de Educação.

Valor Total: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Vigência: 90 (noventa) dias.

Base legal: Pregão Presencial 003/2015- Educação, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 16 de abril de 2015.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Ricardo Luis Bonin - EPP.

Contratada

**EXTRATO DE CONTRATO 046/2015**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 046/2015 - Prefeitura

Partes: Município de Porto União e Supermercado Dukelli Ltda.

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para manutenção da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Porto União.

Valor Total: R\$ 2.289,50 (dois mil duzentos e oitenta e nove reais e cinquenta centavos).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 016/2015- Prefeitura, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 13 de abril de 2015.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Supermercado Dukelli Ltda.

Contratada

**EXTRATO DE CONTRATO 047/2015**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 047/2015 - Prefeitura

Partes: Município de Porto União e Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda - EPP.

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para manutenção da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Porto União.

Valor Total: R\$ 2.000,20 (dois mil reais e vinte centavos).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 016/2015- Prefeitura, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 13 de abril de 2015.

Anízio de Souza.

Prefeito Municipal

Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda - EPP.

Contratada

**LEI Nº 4.315/2015**

LEI Nº 4.315, de 14 de abril de 2015.

Dispõe sobre crédito especial, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no orçamento próprio do Fundo Municipal de Saúde, nas dotações orçamentárias a seguir especificadas, no

valor de R\$ 20.109,18 (Vinte mil, cento e nove reais e dezoito centavos):

ÓRGÃO ORGÃO	0900 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
UNIDADE	0901 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
ATIVIDADE	2104 – CES – Comissão Ensino e Serviço		
MODALIDADE	3390 – 169 – Aplicações Diretas		10.109,18
MODALIDADE	4490 – 169 – Aplicações Diretas		10.000,00
	TOTAL DO CRÉDITO		20.109,18

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito citado no artigo precedente, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação do exercício, na respectiva Fonte.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 14 de abril de 2015.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

RICARDO DRAGONI JAIR GIRALDI  
Secretário Municipal de Finanças Secretário Municipal de Saúde  
e Contabilidade

#### **PORTARIA N.º 337/2015 - RH**

PORTARIA Nº 337, de 01 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea “e”, da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 253, de 02 de março de 2015 e o Contrato Administrativo Por Tempo Determinado n.º 073/2015, de José dos Santos, em razão do mesmo não ter assumido as funções do cargo de Agente de Serviço Públicos Nível 02, para o qual foi contratado.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de abril de 2015.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **PORTARIA N.º 341/2015 - RH**

PORTARIA Nº 341, de 02 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea “e”, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR de 02 de abril a 01 de junho de 2015, o Contrato de Trabalho nº 006/2015, de Fagner de Ramos, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição ao servidor efetivo Neuton Castro que se encontra afastado para tratamento de saúde.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exercerá suas atividades vinculado à Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Públicos, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 02 de abril de 2015.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **PORTARIA N.º 342/2015 - RH**

PORTARIA Nº 342, de 06 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, em Exercício, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

##### **RESOLVE:**

Art. 1º EXONERAR A PEDIDO, Regina Jak Weiwanko, do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 06 de abril de 2015.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **PORTARIA N.º 343/2015 - RH**

PORTARIA Nº 343, de 06 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 01 de abril a 29 de maio de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Dalmir Estigarribia, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de haver esgotado a lista de candidatos aprovados em concurso público para o cargo.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades vinculado à Secretaria Municipal de Administração e Esporte, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2015.

Porto União - SC, em 06 de abril de 2015.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **PORTARIA N.º 344/2015 - RH**

PORTARIA Nº 344, de 07 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 07 de abril de 2015 a 06 de abril de 2016, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Cristiane Aparecida de Jesus dos Santos, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de haver expirado o prazo de validade do concurso público para o cargo.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 07 de abril de 2015.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **PORTARIA N.º 345/2015 - RH**

PORTARIA Nº 345, de 07 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

##### **RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 07 de abril a 06 de outubro de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Ildo Fernandes, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição ao servidor efetivo Fernando Cardoso André que se encontra cumprindo pena na Unidade Prisional Avançada - UPA, de Porto União.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades junto ao Departamento Municipal de Urbanismo e Limpeza Pública, vinculada à Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 07 de abril de 2015.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA N.º 346/2015 - RH**

PORTARIA Nº 346, de 07 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o Programa do Agente Comunitário de Saúde, instituído pelo Ministério da Saúde, através da Portaria nº 674 de 03 de junho de 2003;

CONSIDERANDO a Lei Federal n.º 11.350/2006, que regulamenta as atividades de Agente Comunitário de Saúde;

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 3.494/2008, que regulamenta o emprego público de Agente Comunitário de Saúde no âmbito do Município de Porto União;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR, de 07 de abril de 2015 a 06 de abril de 2016 ou até a realização de Processo Seletivo Público, sob o Regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Jane Alcione Pitz Gregolin, para o emprego público de Agente Comunitário de Saúde do PSF, de acordo com a Lei Municipal nº 3.494, de 30 de junho de 2008.

Art. 2º A contratada acima mencionada, exercerá suas atividades junto às Unidades Básicas de Saúde de Bom Princípio e Maratá, deste Município, tendo como área de atuação a abrangência geográfica e territorial das respectivas comunidades.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 07 de abril de 2015.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito MunicipalPAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte**PORTARIA N.º 347/2015 - RH**

PORTARIA Nº 347, de 07 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º PRORROGAR de 07 a 30 de abril de 2015, o Contrato de Trabalho nº 005/2015, de Ivo Kuchinski, que exerce as funções do cargo de Motorista de Veículos Leves, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição ao servidor efetivo Wilson José Roiek que se encontra em Licença Prêmio.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exercerá suas atividades vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 07 de abril de 2015.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA N.º 348/2015 - RH**

PORTARIA Nº 348, de 08 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 02 de abril de 2015 a 01 de abril de 2016, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Fernanda Silva da Costa, para exercer as funções do cargo de Psicólogo, com vencimentos na Classe "11", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão do pedido de exoneração de Glauca Ilkiv Foggatto Calistro e por haver expirado o prazo de validade do concurso público para o cargo.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de abril de 2015.

Porto União - SC, em 08 de abril de 2015.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito MunicipalPAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte**PORTARIA N.º 349/2015 - RH**

PORTARIA Nº 349, de 09 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 09 de abril a 08 de maio de 2015, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Thyarles Nilo Ribeiro de Deus, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 02, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição ao servidor efetivo Moacir Luís da Silva que se encontra em férias por 30 dias.

Art. 2º O servidor acima mencionado exercerá suas atividades vinculado à Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 09 de abril de 2015.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA N.º 350/2015 - RH**

PORTARIA Nº 350, de 09 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR, de 06 a 30 de abril de 2015, a carga horária do professor contratado Marcos Baron (Professor 6º ao 9º anos finais - Matemática), para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "001", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar junto ao Núcleo Educacional João Fernando Sobral, em substituição à servidora efetiva Soraya Bakri que se encontra afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 06 de abril de 2015.

Porto União, SC em 09 de abril de 2015.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA N.º 351/2015 - RH**

PORTARIA Nº 351, de 09 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR, de 06 de abril a 17 de dezembro de 2015, a carga horária da professora efetiva Alaíze Franciele Pogogelski Dolinski (Professor 6º ao 9º anos finais - Português), para mais 10 (dez) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "005", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar no Apoio Pedagógico, junto ao Núcleo Educacional Frei Deodato.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 06 de abril de 2015.

Porto União, SC em 09 de abril de 2015.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA N.º 352/2015 - RH**

PORTARIA Nº 352, de 09 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR, de 06 de abril a 17 de dezembro de 2015, a carga horária da professora contratada Priscila Forosteky (Professor 6º ao 9º anos finais - Ciências), para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "001", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar no Apoio Pedagógico, junto ao Núcleo Educacional Frei Deodato e Núcleo Educacional João Fernando Sobral.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 06 de abril de 2015.

Porto União, SC em 09 de abril de 2015.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA N.º 353/2015 - RH**

PORTARIA Nº 353, de 09 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR, de 01 a 15 de abril de 2015, a carga horária da servidora efetiva Lindalva Monteiro, (Professor Docente 6º ao 9º anos iniciais - Informática) para mais 10 (dez) horas semanais, com vencimentos na Classe "B", referência "001", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar junto aos Núcleos Educacionais São Pedro do Timbó e Lança, em substituição ao servidor efetivo Marcelo Amaro que se encontra afastado para tratamento de saúde.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2015.

Porto União, SC em 09 de abril de 2015.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

**PORTARIA N.º 354/2015 - RH**

PORTARIA Nº 354, de 09 de abril de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º ALTERAR, de 01 a 30 de abril de 2015, a carga horária da professora efetiva Elisiane de Paula França, para mais 20 (vinte) horas semanais, com vencimentos na Classe "C", referência "003", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, para atuar no Núcleo Educacional do Legru, em substituição à servidora efetiva Simone da Silva Marinho, que continua afastada para tratamento de saúde.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2015.

Porto União, SC em 09 de abril de 2015.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **PORTARIA Nº 018/2015**

PORTARIA Nº 018, de 17 de abril de 2015.

Nomeia Comissão Especial para os fins que especifica, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com os Decretos Municipais nºs 812, de 24 de abril de 2012 e 813, de 24 de abril de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão Especial com a finalidade específica de proceder à avaliação dos imóveis pertencentes à Municipalidade, com base nos valores de mercado obtidos através de pesquisas de mercado por amostragem, elaborados por membros da própria comissão.

Art. 2º Designar, como membros da Comissão:

- I- Afonso Wasmann Neto - Presidente;
- II- Tatiane Thonia da Luz - Secretária;
- III- Claudio Michaliszyn - Membro;
- IV- Dinarte Ribeiro Guedes Neto - Membro; e
- V- Vinícius André Makiak - Membro.

Art. 3º O prazo para a conclusão dos trabalhos é de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação da presente Portaria, prorrogáveis na forma da Lei por igual período.

Parágrafo único. Caso seja necessária a prorrogação desta Portaria, a mesma será sem ônus para os membros da Comissão.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 17 de abril de 2015.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

#### **PORTARIA Nº 019/2015**

PORTARIA Nº 019, de 20 de abril de 2015.

Designa as equipes de Pregão Eletrônico, Pregão Presencial e composição nominativa da Equipe de Apoio da Secretaria Municipal de Saúde, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, "c" da Lei Orgânica do Município, combinado com o Artigo 3º, Inciso IV, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR Comissão Especial para atuar no Pregão Eletrônico, Pregão Presencial e suas respectivas Equipes de Apoio nos procedimentos licitatórios realizados pela Secretaria Municipal de Saúde, na modalidade Pregão, conforme segue:

I- Pregão Eletrônico e Presencial - Secretaria Municipal de Saúde:

- a) Pregoeiro: Carlos Henrique Serrer - Matrícula 3824/II/R;
- b) Membros da Equipe de Apoio:
  - Daniel Benoni - Matrícula 2274/II/R;
  - Ivo Oleinik - Matrícula 5553/II/R.

Art. 2º A gratificação por participação em comissões somente será paga aos membros dos Pregões no mês em que ocorrer licitação.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 2015, convalidando os atos praticados até a presente data pela Comissão acima designada.

Porto União (SC), 20 de abril de 2015.

ANIZIO DE SOUZA  
Prefeito Municipal

#### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 003/2015 - EDUCAÇÃO**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 003/2015- EDUCAÇÃO

Pregão Presencial 003/2015

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa

Ricardo Luis Bonin - EPP.

Porto União SC, 16 de abril de 2015.

Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

#### **TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 016/2015**

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 030/2015- Prefeitura

Pregão Presencial 016/2015

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas

Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda - EPP e

Supermercado Dukelli Ltda.

Porto União SC, 13 de abril de 2015.

Anízio de Souza  
Prefeito Municipal

# Presidente Castello Branco

## PREFEITURA

### DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 73/2013

EXTRATO DO DÉCIMO TERMO ADITIVO AO  
CONTRATO Nº 73/2013

CONTRATAN-TE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	GGF TRANSPORTES LTDA
OBJETO:	Com base no ofício nº 14/2015, de 14 de abril de 2015, encaminhado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, através de sua Administradora Escolar, Sra. Marli Raaber, anexado ao presente aditivo, faz-se necessário aditar o Contrato nº 73/2013. O objeto do presente Termo Aditivo é a alteração do trajeto nº 03, Linha Salto da Praia (vespertino).
VALOR:	Em razão da alteração no trajeto acima descrito, o valor do contrato original passa de R\$ 256,04 (duzentos e cinquenta e seis reais, com quatro centavos) diários para R\$ 258,42 (duzentos e cinquenta e oito reais, com quarenta e dois centavos) diários.
VIGÊNCIA:	16/04/2015, com efeito retroativo a 13/04/2015 a 31/12/2015.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal

### QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 101/2013

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO  
CONTRATO Nº 101/2013

CONTRATAN-TE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	GROTO & CERVELIN LTDA ME
OBJETO:	Com base no ofício nº 14/2015, de 14 de abril de 2015, encaminhado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, através da Administradora Escolar, Sra. Marli Raaber, anexado ao presente aditivo, faz-se necessário aditar o Contrato nº 101/2013. O objeto do presente Termo Aditivo é a alteração do trajeto nº 01.
VALOR:	Em razão da alteração no trajeto acima descrito e reajuste de valor apostilado em 04 de março de 2015, o valor do contrato original no trajeto referido passa de R\$ 158,71 (cento e cinquenta e oito reais, com setenta e um centavos) diários para R\$ 172,98 (cento e setenta e dois reais, com noventa e oito centavos) diários.
VIGÊNCIA:	16/04/2015, com efeito retroativo a 13/04/2015 a 31/12/2015.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal

### SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 86/2013

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO  
CONTRATO Nº 86/2013

CONTRATAN-TE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	GGF TRANSPORTES LTDA
OBJETO:	Com base no ofício nº 12/2015, de 25 de março de 2015, encaminhado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, através da Administradora Escolar, Sra. Marli Raaber, anexado ao presente aditivo, faz-se necessário aditar o Contrato nº 86/2013. O objeto do presente Termo Aditivo é a alteração do trajeto nº 12.
VALOR:	Em razão da alteração no trajeto acima descrito, o valor do contrato original no trajeto referido passa de R\$ 153,90 (cento e cinquenta e três reais, com noventa centavos) diários para R\$ 162,98 (cento e sessenta e dois reais, com noventa e oito centavos) diários.
VIGÊNCIA:	16/04/2015, com efeito retroativo a 1º/04/2015 a 31/12/2015.

Claudio Sartori  
Prefeito Municipal

## Presidente Nereu

### PREFEITURA

#### **ANULAÇÃO DO CONVITE 21/2015 DE CONTRATAÇÃO DE MECÂNICO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU

Departamento de Licitações e Compras

ANULAÇÃO DO CONVITE Nº21/2015

A Prefeitura Municipal de Presidente Nereu torna público que fica anulado o Processo Licitatório no dia 16/04/2015 às 16:00 horas, visando a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MECÂNICO ESPECIALIZADO PARA MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS PESADAS, CAMINHÕES, ÔNIBUS, DA FROTA MUNICIPAL NA GARAGEM DA PREFEITURA MUNICIPAL.

Presidente Nereu, 10 de abril de 2015.  
Antonio Francisco Comandoli,  
Prefeito Municipal.

## Rio do Sul

### PREFEITURA

#### **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 273/2015**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 273/2015

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) GISELE PEREIRA, portador(a) do CPF nº 412.315.658-45, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) no Beco Saturnino Claudino dos Santos, nº 60 - Bairro Jardim América - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso V, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Auxiliar de Serviços Gerais Feminino, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Centro de Educação Infantil Professora Belmarli da Silva, em virtude de vaga não ocupada através de Concurso Público.

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 803,88 (oitocentos e três reais e oitenta e oito centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

**Parágrafo único -** De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 20/04/2015 e encerrando-se em 19/05/2015, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

**Parágrafo único -** Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

**CLÁUSULA QUARTA:** Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

**CLÁUSULA QUINTA:** Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

**CLÁUSULA SEXTA :** Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

**CLÁUSULA SÉTIMA:** Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

**CLÁUSULA OITAVA:** Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente

contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 17 de abril de 2015.

GIVANILDO SILVA	GISELE PEREIRA
Secretário Municipal de Administração	Contratado (a)

### LEI 5.578

LEI Nº 5.578, de 13 de abril de 2015.

“CONCEDE AUXÍLIO FINANCEIRO AO CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS NOVO CANDEEIRO”.

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder um repasse financeiro ao Centro de Tradições Gaúchas Novo Candeeiro, inscrito no CNPJ nº 05.545.443/0001-81, entidade declarada de Utilidade Pública pela Lei nº 4.878, de 09 de junho de 2009.
	Parágrafo único - O valor total do repasse financeiro referido no artigo primeiro, será de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) e será pago à entidade em uma única parcela, em até 15 (quinze) dias após a publicação da presente Lei.
Art. 2º-	Os recursos necessários à aplicação desta Lei, terão origem na seguinte dotação consignada no orçamento municipal em vigor:
	02.01.2002.3.3.50.00.00.00.00.0000 - Transferência à instituições privadas sem fins lucrativos.
Art. 3º-	O repasse objeto da presente Lei destina-se ao pagamento de um evento de integração dos Centros de Tradições Gaúchas, quais sejam, CTG Novo Candeeiro, CTG Alma Crioula e CTG União de Tauras, em comemoração ao Dia do Município.
Art. 4º-	A entidade fica obrigada a apresentar as respectivas prestações de contas dos recursos repassados na forma da Lei.
Art. 5º-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 6º-	Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

13 de abril de 2015

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

### LEI 5.579

LEI Nº 5.579, de 13 de abril de 2015.

“AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADEIRIR AO PROGRAMA BADESC E TOMAR EMPRÉSTIMO JUNTO À AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a aderir ao Programa BADESC Cidades.
Art. 2º-	A adesão ao Programa BADESC Cidades propiciará o aporte de recursos ao Município de Rio do Sul para financiamento da construção de um ginásio de esportes.
Art. 3º-	Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo 2º, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S. A., com recursos do Programa BADESC Cidades, até o montante de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais).
	Parágrafo único - Em garantia ao empréstimo estabelecido neste artigo, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito.
Art. 4º-	Para dar continuidade ao Programa BADESC Cidades, o Poder Executivo consignará nos projetos de leis orçamentárias dos anos subsequentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos do empréstimo tomado.
Art. 5º-	Por conta dos financiamentos estabelecidos no artigo 3º desta Lei, o Município pagará encargos de 5,5% (cinco vírgula cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa SELIC (variação acumulada das taxas médias apuradas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, divulgada pelo Banco Central do Brasil), ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.
Art. 6º-	Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inciso II, § 1º, art. 32 da Lei Complementar nº 101/2000.
Art. 7º-	Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.
Art. 8º-	Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos decorrentes da operação de crédito ora autorizada.
Art. 9º-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

13 de abril de 2015

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

### PORTARIA 0266/RH

PORTARIA Nº 0266/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 250, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, atestado médico (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal □ SIMM), Licença Gestante, no período de 13/04/2015 a 10/08/2015, a servidora

municipal DJENIFFER VIEIRA DA SILVA, ocupante da função de Instrutor de Atividade Física (ACT).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de abril de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

## **TERMO DE CONVÊNIO**

### **TERMO DE CONVÊNIO**

Termo de Convênio que celebram entre si, o Município de Rio do Sul e a Fundação Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí, destinado a execução do Programa de Execução e Aperfeiçoamento Profissional dos Servidores do Poder Executivo Municipal.

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, neste ato representado pelo Sr. GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO, Prefeito Municipal, brasileiro, doravante denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO VALE DO ITAJAÍ, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Dr. Guilherme Gemballa, nº 13, em Rio do Sul/SC, inscrita no CNPJ nº 85.784.023/001-97, neste ato representada por seu Presidente, Prof. M.e CÉLIO SIMÃO MARTIGNAGO, doravante denominada Fundação UNIDAVI, resolvem celebrar o presente Termo de Convênio com fulcro no Artigo 37, XIII, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e demais legislação correlata vigente, de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O objeto do presente Convênio consiste em uma parceria entre o Município de Rio do Sul e a Fundação UNIDAVI, visando a execução do Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento Profissional dos Servidores do Poder Executivo Municipal e respectiva aplicação de provas, quando for o caso.

Parágrafo Único - Em contrapartida à parceria estabelecida neste Instrumento, o Município de Rio do Sul, através de suas Secretarias e Fundações próprias, oferecerá vagas para estágio curricular obrigatório, com vistas à possibilitar complementação educacional ao corpo discente da Fundação UNIDAVI e disponibilizará o uso do Estádio Municipal, para as aulas do curso de Educação Física da Fundação UNIDAVI.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO**

O presente convênio vigorará por prazo indeterminado, produzindo seus efeitos somente a partir da data de sua assinatura.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA RESPONSABILIDADE DA FUNDAÇÃO UNIDAVI**

Compete à Fundação UNIDAVI:

I - Disponibilizar, gratuitamente, o espaço físico até o limite de 10 (dez) salas de aula por semana, Auditório da UNIDAVI, o PUNF (Parque Universitário Norberto Frahm) e a Sala de Vídeo Conferência, mediante prévia solicitação e agendamento.

II - Disponibilizar, gratuitamente, recursos Audiovisuais, Laboratórios de Informática e Enfermagem de acordo com a disponibilidade e respeitando as normas vigentes desta instituição.

III - Emitir certificado/certidão para os participantes dos cursos e palestrantes, quando os eventos ocorrerem na UNIDAVI.

IV - Possibilitar a atuação da academia através da inserção do corpo discente e docente nos grupos de trabalho do Poder Executivo Municipal.

V - Encaminhar o cronograma de estágios para a Secretaria Municipal de Administração - Departamento de Recursos Humanos, com antecedência mínima de 45 dias para melhor distribuição do campo de estágio.

VI - Encaminhar no início de cada semestre o cronograma das aulas do curso de Educação Física à Fundação Municipal de Desportos de Rio do Sul.

Parágrafo Único - O acadêmico estagiário deverá estar devidamente identificado com o crachá da Fundação UNIDAVI enquanto permanecer no local do estágio.

### **CLÁUSULA QUARTA - DA RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO**

I - Conceder o campo de estágio curricular obrigatório para os acadêmicos da Fundação UNIDAVI conforme a necessidade dos cursos e a disponibilidade do Município, (Estrutura física - materiais de consumo e equipamentos; supervisão e/ou acompanhamento das equipes multiprofissionais).

II - Disponibilizar, gratuitamente, o uso do Estádio Municipal para as aulas do curso de Educação Física da Fundação UNIDAVI, até o limite de 08 (oito) horas por semana no período noturno, conforme cronograma enviado à Fundação Municipal de Desportos de Rio do Sul.

III - Disponibilizar aos servidores municipais o material didático quando os cursos forem realizados na Fundação UNIDAVI.

IV - Fornecer os produtos de higiene e limpeza quando da utilização do Auditório e ou do PUNF.

V - Encaminhar os nomes dos participantes, a frequência, a carga horária e o conteúdo dos cursos para a emissão dos certificados dos eventos ocorridos na Fundação UNIDAVI.

VI - Encaminhar o cronograma das atividades de Capacitação e Aperfeiçoamento Profissional, objeto do presente Termo de Convênio, com antecedência de 15 (quinze) dias.

VII - Fazer uso adequado dos espaços da Fundação UNIDAVI respeitando as normas vigentes.

Parágrafo Único - Quando os servidores estiverem na Fundação UNIDAVI participando de cursos de Capacitação e Aperfeiçoamento Profissional, promovidos pelo Poder Executivo Municipal ou parceiros, deverão estar identificados com crachá.

### **CLÁUSULA QUINTA - DA INEXISTÊNCIA DO VÍNCULO**

A concessão de estágio curricular obrigatório, bem como, eventualmente, não obrigatório, obedecerá as disposições da Lei Federal nº 11788/08 e a Lei Municipal nº 4812/2008 e suas alterações.

### **CLÁUSULA SEXTA - DO FORO**

Para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Termo de Convênio, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul.

E, por estarem assim ajustados, firmam o presente instrumento

em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos, na presença das testemunhas abaixo denominadas.

Rio do Sul, 08 de abril de 2015.

Prof. M.e CÉLIO SIMÃO MARTIG-  
NAGO  
Presidente da Fundação  
UNIDAVI

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO  
Município de Rio do Sul

Testemunhas:

1ª \_\_\_\_\_ 2ª \_\_\_\_\_  
GIVANILDO SILVA LAIANA DA SILVA OSSEMER  
CPF: 895.980.249-20 CPF: 009.070.799-03

### **TOMADA DE PREÇOS 047/2015**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES  
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 047/2015

O Município de Rio do Sul/SC, torna público, que fará realizar na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal, localizada na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, execução por empreitada por preço unitário do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a contratação de empresa para construção do Parque Integrar na Rua Odorico Tomaz Ferreira, Bairro Canoas em Rio do Sul, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, pelas normas, especificações e condições contidas no edital e seus anexos.

O edital e seus anexos, estarão à disposição dos interessados para verificação, na Divisão de Processos Licitatórios do Município, no endereço constante no preâmbulo deste, no horário de expediente da Prefeitura Municipal.

Os interessados em adquirir o edital e seus anexos, poderão fazê-lo junto a Recopy Fotocopiadora, localizado na Al. Aristiliano Ramos, 816, Centro, no horário comercial, fone, 47 3522-2125, sendo o custo por conta do interessado.

Os envelopes contendo as documentações de habilitação e propostas serão recebidos até as 09:00 horas do dia 08 de maio de 2015, devendo ser protocolados na Divisão de Suprimentos da Prefeitura Municipal. A abertura dos envelopes de habilitação será efetuada às 09:00 horas do dia 08 de maio de 2015, na Sala de Licitações do Prédio Central da Prefeitura Municipal.

Rio do Sul, 16 de abril de 2015.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito de Rio do Sul

## **Rio dos Cedros**

### **PREFEITURA**

#### **DECRETO Nº 2.698, DE 01 DE ABRIL DE 2015.**

DECRETO Nº 2.698, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

CONSTITUI O NOVO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - CONSELHO DO FUNDEB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros em Exercício, no uso das atribuições legais conferidas pelo artigo 50, inciso V, e, artigo 70, inciso I, letra "a" da Lei Orgânica do Município promulgada em 04 de abril de 1990, e, em conformidade com a Lei Ordinária nº 1.526, de 22 de Março de 2007 c/c a Lei Ordinária nº 1.614, de 29 de Julho de 2009;

#### **DECRETA:**

Art.1º. Constitui o novo Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Conselho do FUNDEB, instituído pela Lei Ordinária nº 1.526/2007, c/c a Lei Ordinária nº 1.614/2009:

I. Dois Representantes da Secretaria Municipal de Educação, indicado pelo Poder Executivo Municipal:

TITULAR: Giovana Borges de Lima Lenzi  
SUPLENTE: Silmara da Silva

TITULAR: Rejane Nardelli  
SUPLENTE: Ironei Tito Bona

II. Um Representante dos Professores das Escolas Públicas Municipais:

TITULAR: Cláudia Mossmann  
SUPLENTE: Michele Vicenzi Fussi

III. Um Representante dos Diretores das Escolas Públicas Municipais:

TITULAR: Joaércio Umberto gretter  
SUPLENTE: Rafael Marcos Busarello

IV. Um Representante dos Servidores Técnico-administrativos das Escolas Públicas Municipais:

TITULAR: Thaiane Luize Bindeli  
SUPLENTE: Giselle de Souza

V. Dois Representantes dos Pais de Alunos das Escolas Públicas Municipais:

TITULAR: Mazilde Chiste Gretter  
SUPLENTE: Denilza Franco dos Santos Klug

TITULAR: Graziella Fabiana Beyer Leitempergher  
SUPLENTE: Joanita Odorizzi Grande

VI. Dois Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública:

TITULAR: Jovenir Fagunda

SUPLENTE: Jaqueline Elmia Teske

TITULAR: Roseli Purim

SUPLENTE: Carlos Alberto Andreazza

VII. Um Representante do Conselho Municipal de Educação:

TITULAR: Avalcir Bona

SUPLENTE: Mirtes Diones Patrício Dalcanalle

VIII. Um Representante do Conselho Tutelar:

TITULAR: Joanita Busarello Felipi

SUPLENTE: Charles Romero Floriani

Art.2º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 2.557, de 31 de Março de 2012 e o Decreto nº 2.642 de 21 de março de 2014.

Município de Rio dos Cedros, 01 de abril de 2015.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito DE Rio dos Cedros em Exercício

Este Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar,  
em 01 de abril de 2015.

MARGARET SILVIA GRETTER

Diretora De Gabinete

### **DECRETO Nº 2.699, DE 01 DE ABRIL DE 2015.**

DECRETO Nº 2.699, DE 01 DE ABRIL DE 2015.

NORMATIZA HORÁRIO DOS PROFISSIONAIS A DISPOSIÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal em exercício de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 70, inciso II, letra "g" da Lei Orgânica do Município;

Considerando, a necessidade de disciplinar os horários de trabalho dos profissionais a disposição da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos;

Considerando, que estes profissionais necessitam de regular repouso;

Considerando, que a necessidade de atendimento é indispensável para o serviço de obras neste Município;

RESOLVE:

Art.1º. Os profissionais que conduzam os veículos de irrigação de Estradas e Ruas (caminhões pipa) a disposição da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, deverão cumprir a jornada de trabalho instituída pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, observando rigorosamente os horários, as escalas, as folgas e o sobreaviso.

Art.2º. Será considerado como sobreaviso, apenas para os profissionais a que alude o artigo anterior, o seguinte horário:

a) Nos finais de semana, o sobreaviso tem início às 07:30 horas do sábado e terminará no domingo às 17:30 horas.

Art.3º. Serão consideradas como horas extraordinárias, aquelas em que o profissional de sobreaviso efetivamente deslocar-se com

o veículo para chamadas e atendimentos.

Art.4º. As horas laboradas como extraordinárias serão remuneradas com os acréscimos de Lei.

Art.5º. As horas de sobreaviso serão remuneradas a razão de 1/3 (um terço) da hora normal.

Art.6º. Para que as horas extras e as horas de sobreaviso sejam efetivamente pagas, o profissional deverá pedir ao superior imediato que estas sejam anotadas e autorizadas através do controle ponto.

Art.7º. A Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos expedirá os atos necessários para a implantação e controle destes procedimentos.

Art.8º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Rio dos Cedros, 01 de Abril de 2015.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito Municipal em Exercício

Este Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar, 01 de Abril de 2015.

MARGARET SILVIA GRETTER

Diretora de Gabinete

## Salto Veloso

### CÂMARA MUNICIPAL

#### PORTARIA N. 004/2015

PORTARIA N. 004, DE 15 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a nomeação de Leiloeiro Oficial do Município, para atuar no Processo Licitatório n. 002/2015, Pregão presencial n. 002/2015 da Câmara de Vereadores do Município de Salto Veloso.

VALDENIR JOSÉ ZAMBONI, Presidente da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Salto Veloso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e tendo em vista o disposto no art. 3º inciso IV, da Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002, RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor Sr. ZURIEL BUSSI, leiloeiro oficial do município, para atuar, sem prejuízos de suas atribuições, no PREGÃO PRESENCIAL N. 002/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2015.

VALDENIR JOSÉ ZAMBONI

Presidente da Mesa Diretora

## Santa Rosa do Sul

### PREFEITURA

#### AVISO DE ANULAÇÃO PREGÃO Nº 040/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

AVISO DE ANULAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 040/2015-PREGÃO PRESENCIAL

A Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul, por seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições torna Pública a anulação do Processo de Licitação nº 040/2015-PR, que tem por objeto a Contratação de agência de publicidade e propaganda para prestação de serviços na distribuição e veiculação de avisos, comunicados e campanhas promocionais e institucionais desta Prefeitura, motivo: Adequar à legislação que menciona Lei Federal 12.232/10 e a Lei 8.666/93.

Santa Rosa do Sul, 17/04/2015.

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

#### DECRETO Nº 015, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

Decreto nº 015, de 17 de abril de 2015.

Dispõe sobre Ponto Facultativo e dá outras Providências

O Prefeito Municipal de Santa Rosa do Sul, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 52, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, e considerando que dia 30 de maio é feriado de Corpus Christi,

DECRETA:

Art. 1º Fica considerado Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais no dia 20 de abril do corrente (Segunda-Feira).

Parágrafo único. O serviço de coleta de lixo no dia 20/04 (segunda-feira), funcionará normalmente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 17 de abril de 2015.

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

Wilfried Hemmer

Secretário da Administração e Finanças

# Santa Terezinha do Progresso

## PREFEITURA

### DECRETO 84/2015

DECRETO N. 84 DE 16 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE DECRETAÇÃO DE PONTO FACULTATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal.

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica Decretado Ponto Facultativo em todas as repartições municipais no dia 20 de Abril de 2015 em decorrência do feriado nacional de Tiradentes celebrado em 21 do corrente mês.

Art. 2º. Todos os departamentos e secretarias municipais voltam ao atendimento normal na Quarta-feira 22 de Abril de 2015.

Art. 3º No período em que perdurar o ponto facultativo será disponibilizado aos usuários da Secretaria Municipal de Saúde Pública, plantão, onde os pacientes com necessidades médicas serão encaminhados a hospitais da região.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Santa Terezinha do Progresso (SC), 17 de Abril de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito

#### REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1300/5

### LEI MUNICIPAL 1252

LEI Nº 1252 DE 10 DE ABRIL DE 2015.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A RECEBER ÁREA DE TERRA EM DOAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que dispõe o art. 41 c/c o art. 26, ambos da Lei Orgânica do Município; Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º - Fica o Município autorizado a receber em doação não onerosa área de terras com 2.000 m<sup>2</sup> (dois mil metros quadrados), localizada na Linha São José, interior do Município, de propriedade atual de ODIL DA ROSA e IVONI CLARA KOPSEL DA ROSA, com a seguinte descrição: "Parte de parte do lote rural n. (64), com área total de setenta mil metros quadrados, confrontando ao norte com parte do mesmo lote (64) de propriedade de Waldir Grass, por um alinha de 45 (quarenta e cinco metros) metros; ao Sul com parte do mesmo lote rural (64) de Gabriel Giehl, por um alinha de 45 (quarenta e cinco metros); ao Leste com parte do mesmo lote rural (64) de Gabriel Giehl por uma linha de 45,72 (quarenta e cinco vírgula setenta e dois) metros, e ao Oeste com parte do mesmo lote rural (64) de Gabriel Giehl, por uma linha de 45,72 (quarenta

e cinco vírgula setenta e dois) metros.

Art. 2º. Fazem parte da presente lei a declaração dos proprietários, documentos pessoais, mapa, memorial da área e ART.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta do orçamento municipal vigente em cada exercício.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 16 de Abril de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

#### REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ERONI ALLEBRANDT

ASSESSORIA EM PROJETOS

Matricula nº 136/8

**LEI MUNICIPAL 1253**

LEI Nº 1253 DE 10 DE ABRIL DE 2015.

DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DO VENCIMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DO SUBSÍDIO DOS AGENTES POLÍTICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores apreciou, votou e aprovou e eu SANCIONO E PROMULGO a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a revisão geral anual do vencimento dos servidores públicos municipais, em conformidade com o Art. 7º da Lei Complementar 11/2010 de 21 de Janeiro de 2010, mediante a aplicação do índice de 8,75% sobre o vencimento vigente em Março de 2015.

§ 1º. A revisão geral anual de que trata o caput deste artigo vigorará a partir de 1º de abril de 2015.

§ 2º. A revisão geral anual, de que trata o caput deste artigo, está baseada no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, calculado pelo IBGE, relativamente ao período 1º de Março de 2014 a 31 de Março de 2015.

Art. 2º. Fica igualmente autorizada a revisão geral do subsídio dos agentes políticos municipais, no caso Prefeito Municipal, Vice-Prefeito Municipal, Vereadores e Secretários municipais, mediante a aplicação do índice de 8,75% sobre os subsídios vigentes em Março de 2015.

§ 1º. A revisão geral de que trata o caput deste artigo vigorará a partir de 1º de abril de 2015 e está baseada no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, calculado pelo IBGE, relativamente ao período 1º de Março de 2014 a 31 de Março de 2015

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, em 16 de Abril de 2015.

JACOB GILMAR JUNGES  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ERONI ALLEBRANDT  
ASSESSORIA EM PROJETOS  
Matricula nº 136/8

**São Bento do Sul****PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 50/2015**

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2015

Menor preço por item

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 13:30 horas do dia 05 de maio de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: Aquisição e instalação de relógio ponto (coletores de dados) para diversas Secretarias.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17:00 horas.

São Bento do Sul, 10 de março de 2015.

Alcionei França da Silva

Secretário de Administração

Carla Eloise Mülbauer  
Pregoeira

**CONVÊNIO Nº 011/2015**

TERMO DE CONVÊNIO Nº 011/2015

TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A ASSOCIAÇÃO NINTAI DE JUDÔ SÃO BENTO.

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 02.406.542/0001-94, com sede e foro à Rua Benjamin Constant, 120, Centro, doravante denominado CONCEDENTE, representado pelo seu Presidente da Fundação Municipal de Desportos HÉLCIO CARLOS LIEBL, brasileiro, casado, Portador da Carteira de Identidade nº 1.095.080, CPF nº 506.758.779-20, residente e domiciliado à Rua Affonso Hussmann, 54, Centro, Município de São Bento do Sul/SC, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO NINTAI DE JUDÔ SÃO BENTO, Associação de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.182.021/0001-14, estabelecida à Rua Rodolfo Klaumann, 172, Bairro Centro, São Bento do Sul/SC, doravante denominada CONVENIENTE, neste ato representada por seu Presidente Marcelo Pinto Cordeiro, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 4.245.887, CPF/MF nº 477.404.690-68, residente e domiciliado à Rua Padre Henrique Müller, 399, Centro, São Bento do Sul/SC, amparados na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, na Lei Municipal nº 3501 de 08 de abril de 2015 e no Decreto Municipal nº 034, de 25 de janeiro de 2013 e nas normas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições previstas no presente instrumento a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio tem por objeto a transferência de

recursos financeiros destinados à manutenção das atividades da Associação Nintai de Judô São Bento com o custeio das despesas referentes à manutenção da associação, taxas de inscrições, uniformes, material esportivo, alimentação, hospedagem, transporte, despesas administrativas e contábeis, constantes do Plano de Trabalho proposto pelo CONVENIENTE e aprovado pelo CONCEDENTE, através do Processo de Protocolo nº 1609/2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS

Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros no montante de até R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), repassados pelo CONCEDENTE.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos do CONCEDENTE, de que trata a Cláusula Segunda serão transferidos em até 9 parcelas, conforme plano de trabalho apresentado. O recurso relativo à primeira parcela será transferido no prazo de até 10 (dez) dias após a publicação do presente Convênio.

§ 1º Os valores mencionados na Cláusula Segunda serão repassados mediante depósito em conta individualizada na Caixa Econômica Federal, Agência 0628, Conta Corrente nº 00200109/7 a favor da Associação Nintai de Judô São Bento.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os saldos de recursos, enquanto não empregados em sua finalidade, devem ser aplicados em caderneta de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, se a previsão de uso for superior a um mês. Os rendimentos desta aplicação financeira deverão ser computados a crédito do Convênio e aplicados no seu objeto, estando sujeitas às mesmas regras de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo de Convênio correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

Órgão: 15 - Fundação Municipal de Desportos  
Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos  
Projeto/Atividade: 2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento  
Elemento de Despesa: 3.3.50.41 - Contribuições  
Fonte de Recursos: 100 - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE

O CONVENIENTE obriga-se a:

- I. Movimentar os recursos financeiros oriundos deste Convênio na conta corrente específica, conforme as Cláusulas Primeira e Segunda e de acordo com o Decreto Municipal nº 0098, de 03 de abril de 2013;
- II. Não repassar os recursos recebidos a outras entidades de direito público ou privado;
- III. Não utilizar os recursos em finalidade diversa da pactuada ou fora do prazo de vigência;
- IV. Restituir ao CONCEDENTE o saldo dos recursos não aplicados no objeto do convênio, inclusive os rendimentos da aplicação financeira na data da conclusão ou rescisão do convênio ou dos prazos previstos no presente termo;
- V. Solicitar, quando necessário, a prorrogação da vigência do convênio original antes do término com a devida justificativa;
- VI. Excluir o Município de São Bento do Sul/SC e a Fundação Municipal de Desportos de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Convênio;
- VII. Promover o chamamento de pessoas interessadas para as atividades esportivas mencionadas na cláusula primeira deste Termo de Convênio;
- VIII. Promover a seleção das pessoas, havendo necessidade;
- IX. Proporcionar local adequado para o aprendizado perseguido pelo presente instrumento;
- X. Fornecer material esportivo necessário para serem alcançados

os objetivos deste Convênio;

XI. Designar instrutor, ou instrutores, com formação técnica, com conhecimento comprovado da modalidade;

XII. Promover treinos técnicos e partidas sob o constante no objetivo deste convênio;

XIII. Apresentar relação completa (nome, CPF, idade, tipo de apoio/benefício) dos atletas atendidos pelo presente Convênio, juntamente com relatório dos materiais adquiridos, relatório das competições e das atividades desenvolvidas em cada período, ou seja, correspondente a cada parcela dos recursos recebidos;

XIV. Fornecer informações e dados quando solicitados pelo CONCEDENTE.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

O CONCEDENTE obriga-se a:

I. Cumprir com o disposto na Cláusula Segunda deste Termo de Convênio;

II. Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados; e

III. Examinar a Prestação de Contas dos Recursos Repassados.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENIENTE fica obrigado a apresentar a prestação de contas ao CONCEDENTE no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado, com os seguintes documentos:

- a) Ofício de encaminhamento;
- b) Declaração do responsável pela entidade informando que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos - modelo Anexo I do Decreto Municipal nº 0098/2013;
- c) Balancete da Prestação de Contas de Recursos Antecipados - modelo Anexo II do Decreto Municipal nº 0098/2013;
- d) Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, recibos, folha de pagamento, etc, conforme legislação em vigor), preenchidos com clareza e sem rasuras;
- e) Cópias dos comprovantes de pagamentos eletrônicos (DOC/TED) individuais por credor, utilizados para pagamentos das despesas efetuadas;
- f) Extrato bancário com movimentação completa do período;
- g) Conciliação bancária, quando for o caso;
- h) Parecer do Conselho Fiscal da Entidade, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
- i) Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado;
- j) Relatório descrevendo as atividades desenvolvidas no período, informando se o objetivo foi totalmente, parcialmente ou não cumprido, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação na imprensa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução do projeto, quando for o caso.

#### CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO

O presente Termo de Convênio terá vigência a partir da publicação da Lei Municipal que autoriza o presente instrumento até 31 de dezembro de 2015.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

São Bento do Sul/SC, 14 de abril de 2015.

HÉLCIO CARLOS LIEBL

Presidente da Fundação Municipal de Desportos

MARCELO PINTO CORDEIRO  
Presidente da Associação Nintai de Judô São Bento

TESTEMUNHAS:  
LUIZ NERI PEREIRA  
CPF 739.027.649-53

CLAUDIA MOREIRA DE SOUZA  
CPF 791.399.579-34

### DECRETO Nº 934/2015

DECRETO Nº 0934, DE 17 DE ABRIL DE 2015  
DESIGNA COMISSÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,  
DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os servidores Edemilson Benedito de Assis, Jocemari Telma Teixeira, Marcelo Laynes Milla, Sérgio Miguel de Matos e Anderson Hinke para, sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de abertura e análise da documentação de habilitação e acompanhamento dos trabalhos referentes ao Edital de Tomada de Preços nº 94/2015, a realizar-se às 14:00 horas, do dia 29 de abril de 2015, na sala de reuniões da sede da Prefeitura Municipal de São Bento do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de abril de 2015.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

### LEI Nº 3510/2015

LEI Nº 3510, DE 17 DE ABRIL DE 2015.  
AUTORIZA CELEBRAR CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A ASSOCIAÇÃO CULTURAL, SOCIAL, DESPORTIVA E EVENTOS KIAI  
O PREFEITO MUNICIPAL  
Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, através da Fundação Municipal de Desportos, autorizado a firmar Convênio com a ASSOCIAÇÃO CULTURAL, SOCIAL, DESPORTIVA E EVENTOS KIAI, CNPJ/MF 05.770.385/0001-90 no valor total de até R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), objetivando a manutenção da modalidade de Karatê durante o ano de 2015.

Parágrafo Único - A minuta do Termo de Convênio de que trata o "caput" deste Artigo é parte integrante desta Lei.

Art. 2º. A Entidade beneficiada deverá prestar contas do valor recebido, junto ao Departamento de Controle Interno, conforme estabelece os Decretos Municipais nºs 0034/2013 e 0098/2013 que, "ESTABELECE REQUISITOS PARA O RECEBIMENTO DE SUBVENÇÃO SOCIAL, CONTRIBUIÇÃO E FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL/SC" e que "APROVA O MANUAL DE ORIENTAÇÕES PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS PÚBLICOS MUNICIPAIS RECEBIDOS", respectivamente.

Art. 3º. O não cumprimento das finalidades e prazos estabelecidos no Termo de Convênio, acarretará na devolução integral do valor atualizado monetariamente, em favor do erário Público Municipal.

Art. 4º. O saldo não aplicado do Recurso previsto na Cláusula Segunda do Termo de Convênio, será obrigatoriamente devolvido à Fundação Municipal de Desportos, juntamente com a prestação de contas.

Art. 5º. São responsáveis pela aplicação do Recurso transferido, o Presidente e o Tesoureiro da Associação Cultural, Social, Desportiva e Eventos Kiai.

Art. 6º. A prestação de contas dos Recursos recebidos deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, no prazo previsto na Cláusula Oitava, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado.

Parágrafo Único - A prestação de contas e demais documentos que comprovam a boa e regular aplicação do dinheiro Público, deverão ser assinados pelos responsáveis da Associação Cultural, Social, Desportiva e Eventos Kiai.

Art. 7º. Os documentos fiscais, para fins de comprovação das despesas do Convênio deverão obedecer aos requisitos de validade e preenchimento exigidos pela legislação tributária, contendo a declaração do responsável certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado.

Parágrafo Único - Serão admitidos somente os documentos de despesas realizadas em data posterior à assinatura do Termo de Convênio e anterior ao término do prazo da sua vigência.

Art. 8º. As despesas decorrentes deste Termo de Convênio correrão por conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

Órgão: 15 - Fundação Municipal de Desportos  
Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos  
Projeto/Atividade: 2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento  
Elemento de Despesa: 3.3.50.41 - Contribuições  
Fonte de Recursos: 100 - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de abril de 2015.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

### TERMO DE CONVÊNIO Nº

TERMO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A ASSOCIAÇÃO CULTURAL, SOCIAL DESPORTIVA E EVENTOS KIAI.

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, através da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 02.406.542/0001-94, com sede e foro à Rua Benjamin Constant, 120, Centro, doravante denominado CONCEDENTE, representado pelo Presidente da Fundação Municipal de Desportos HÉLCIO CARLOS LIEBL, brasileiro, casado, Portador da Carteira de Identidade nº 1.095.080, CPF nº 506.758.779-20, residente e domiciliado à Rua Affonso Hussmann, 54, Centro, Município de São Bento do Sul/SC, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO CULTURAL, SOCIAL, DESPORTIVA E EVENTOS KIAI, Associação de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.770.385/0001-90, estabelecida à Rua Benjamin Constant, 01, Centro, São Bento do Sul/SC, doravante denominada CONVENIENTE, neste ato representada por seu Presidente Antonio Carlos Contezini, brasileiro, divorciado, professor, portador da Carteira de Identidade nº 2.012.254, CPF/MF nº 585.455.229-91, residente e domiciliado à Rua Jorge Zipperer, 29, Centro, São Bento do Sul/SC, amparado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, no Decreto Municipal nº 034, de 25 de janeiro de 2013 e nas normas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições previstas no presente instrumento a seguir: CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Convênio tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à manutenção das atividades da Associação Cultural, Social, Desportiva e Eventos Kiai para custeio de despesas administrativas, contábeis, manutenção da sede, taxa de inscrição, alimentação, hospedagem, transporte, uniformes e materiais esportivos, conforme Plano de Trabalho proposto pelo CONVENIENTE e aprovado pelo CONCEDENTE, através do Processo de Protocolo nº 1889/2015.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS

Para execução do presente Convênio, serão destinados recursos financeiros no montante de até R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), repassados pelo CONCEDENTE.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos do CONCEDENTE, de que trata a Cláusula Segunda serão transferidos em até 09 parcelas, conforme Plano de Trabalho apresentado. O recurso relativo à primeira parcela será transferido no prazo de até 10 (dez) dias após a publicação do presente Convênio.

§ 1º Os valores mencionados na Cláusula Segunda serão repassados mediante depósito em conta individualizada na Caixa Econômica Federal Agência 0628, Conta Corrente nº 200110-0 a favor da Associação Cultural, Social, Desportiva e Eventos Kiai.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os saldos de recursos, enquanto não empregados em sua finalidade, devem ser aplicados em caderneta de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, se a previsão de uso for superior a um mês. Os rendimentos desta aplicação financeira deverão ser computados a crédito do Convênio e aplicados no seu objeto, estando sujeitas às mesmas regras de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo de Convênio correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

Órgão: 15 - Fundação Municipal de Desportos

Unidade: 01 - Fundação Municipal de Desportos

Projeto/Atividade: 2.058 - Desporto de Iniciação e Rendimento

Elemento de Despesa: 3.3.50.41 - Contribuições

Fonte de Recursos: 100 - Recursos do Tesouro - Exercício Corrente

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE

O CONVENIENTE obriga-se a:

I. Movimentar os recursos financeiros oriundos deste Convênio na conta corrente específica, conforme as Cláusulas Primeira e Segunda e Terceira e de acordo com o Decreto Municipal nº 0098, de 03 de abril de 2013;

II. Não repassar os recursos recebidos a outras entidades de direito público ou privado;

III. Não utilizar os recursos em finalidade diversa da pactuada ou fora do prazo de vigência;

IV. Restituir ao CONCEDENTE o saldo dos recursos não aplicados no objeto do convênio, inclusive os rendimentos da aplicação financeira na data da conclusão ou rescisão do convênio ou dos prazos previstos no presente termo;

V. Solicitar, quando necessário, a prorrogação da vigência do convênio original antes do término com a devida justificativa;

VI. Excluir o Município de São Bento do Sul/SC e a Fundação Municipal de Desportos de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Convênio;

VII. Promover o chamamento de pessoas interessadas para as atividades esportivas mencionadas na cláusula primeira deste Termo de Convênio;

VIII. Promover a seleção das pessoas, havendo necessidade;

IX. Proporcionar local adequado para o aprendizado perseguido pelo presente instrumento;

X. Fornecer material esportivo necessário para serem alcançados os objetivos deste Convênio;

XI. Designar instrutor, ou instrutores, com formação técnica, com conhecimento comprovado da modalidade;

XII. Promover treinos técnicos e partidas sob o constante no objetivo deste convênio;

XIII. Apresentar relação completa (nome, CPF, idade, tipo de apoio/benefício) dos atletas atendidos pelo presente Convênio, juntamente com relatório dos materiais adquiridos, relatório das competições e das atividades desenvolvidas em cada período, ou seja, correspondente a cada parcela dos recursos recebidos;

XIV. Fornecer informações e dados quando solicitados pelo CONCEDENTE.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

O CONCEDENTE obriga-se a:

I. Cumprir com o disposto na Cláusula Segunda deste Termo de Convênio;

II. Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados; e

III. Examinar a Prestação de Contas dos Recursos Repassados.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CONVENIENTE fica obrigado a apresentar a prestação de contas ao CONCEDENTE no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado, com os seguintes documentos:

a) Ofício de encaminhamento;

b) Declaração do responsável pela entidade informando que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos - modelo Anexo I do Decreto Municipal nº 0098/2013;

c) Balancete da Prestação de Contas de Recursos Antecipados - modelo Anexo II do Decreto Municipal nº 0098/2013;

d) Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, recibos, folha de pagamento, etc, conforme legislação em vigor), preenchidos com clareza e sem rasuras;

e) Cópias dos comprovantes de pagamentos eletrônicos (DOC/TED) individuais por credor, utilizados para pagamentos das despesas efetuadas;

f) Extrato bancário com movimentação completa do período;

g) Conciliação bancária, quando for o caso;

h) Parecer do Conselho Fiscal da Entidade, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;

i) Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado;

j) Relatório descrevendo as atividades desenvolvidas no período, informando se o objetivo foi totalmente, parcialmente ou não cumprido, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação na imprensa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução do projeto, quando for o caso.

#### CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO

O presente Termo de Convênio terá vigência a partir da publicação da Lei Municipal que autoriza o presente instrumento até 31 de dezembro de 2015.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Convênio.

São Bento do Sul/SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

HÉLCIO CARLOS LIEBL

Presidente da Fundação Municipal de Desportos

ANTONIO CARLOS CONTEZINI  
Presidente da Associação Cultural, Social, Desportiva e Eventos Kiai

## TESTEMUNHAS

Nome: \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_

**LEI Nº 3511/2015**

LEI Nº 3511, DE 17 DE ABRIL DE 2015.

DENOMINA DE SERVIDÃO DE PASSAGEM TEREZA CORRÊA, ACES-  
SO DE ÁREA DO MUNICÍPIO

A Câmara Municipal de Vereadores de São Bento do Sul aprovou e eu, Fernando Tureck, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominada de Servidão de Passagem TEREZA CORRÊA, a área localizada na lateral da rua Catarina Gruber no bairro Serra Alta, com extensão de 50,00 m e largura de 6,00 m, conforme croqui em anexo.

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

São Bento do Sul, 17 de abril de 2015

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 8744/2015**

PORTARIA Nº 8744, DE 17 DE ABRIL DE 2015

Nomeia Servidor Público Municipal

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO  
SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Muni-  
cipal nº 228/01, resolve

## NOMEAR:

A partir de 16 de abril de 2015, EZEQUIEL ORTOLAN, em caráter efetivo, habilitado no Concurso Público de nº 009/2011, homologado em 09 de setembro de 2011, para exercer o cargo de Professor Anos Finais - Ciências, Grupo Ocupacional Ensino Fundamental - Licenciatura Plena, Nível I, Classe A, com 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 17 de abril de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 8745/2015**

PORTARIA Nº 8745, DE 17 DE ABRIL DE 2015

Revoga Portaria nº 8744/2015

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO  
SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Muni-  
cipal nº 228/01,

## RESOLVE:

REVOGAR a Portaria nº 8744/2015 que nomeou servidor público municipal EZEQUIEL ORTOPLAN, no cargo de Professor Anos Finais, por desistência espontânea em 16 de abril de 2015.

São Bento do Sul, 17 de abril de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 8746/2015**

PORTARIA Nº 8746, DE 17 DE ABRIL DE 2015

Nomeia Servidor Público Municipal

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO  
SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Muni-  
cipal nº 228/01, resolve

## NOMEAR:

A partir de 16 de abril de 2015, HÉLIO PICKCIUS, em caráter efetivo, habilitado no Concurso Público de nº 009/2011, homologado em 09 de setembro de 2011, para exercer o cargo de Professor Anos Finais - História, Grupo Ocupacional Ensino Fundamental - Licenciatura Plena, Nível I, Classe A, com 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 17 de abril de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 8748/2015**

PORTARIA Nº 8748, DE 17 DE ABRIL DE 2015

Nomeia Servidor Público Municipal

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO  
SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Muni-  
cipal nº 228/01, resolve

## NOMEAR:

A partir de 16 de abril de 2015, TATIANE DENCK RIBEIRO DA MAIA, em caráter efetivo, habilitado no Concurso Público de nº 009/2011, homologado em 09 de setembro de 2011, para exercer o cargo de Auxiliar de Consultório Dentário, Grupo Ocupacional 03, Nível I, Classe A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde.

São Bento do Sul, 17 de abril de 2015.  
FERNANDO TURECK  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA  
DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_  
PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_  
PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_  
ASSINATURA:

## IPRESBS

### PORTARIA IPRESBS Nº 104/2015

PORTARIA IPRESBS Nº. 104/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 15/04/2015 a 19/06/2015, concedido a servidora MADALENA LUZIA MULLER DE SOUZA MININI ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº. 086/2015, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 15/04/2015.

São Bento do Sul, 17/04/2015.  
PAULO ROBERTO SCHEIDE  
Diretor Presidente

### PORTARIA IPRESBS Nº 105/2015

PORTARIA IPRESBS Nº. 105/2015

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul - IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 11/04/2015 a 27/04/2015, concedido a servidora ADELANE APARECIDA DE LIMA ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, através da Portaria IPRESBS nº. 227/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 11/04/2015.

São Bento do Sul, 17/04/2015.  
PAULO ROBERTO SCHEIDE  
Diretor Presidente

## São Carlos

### PREFEITURA

#### AVISO N.46/2015 - PRORROGA PRAZO DE ABERTURA

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS  
PRORROGA PRAZO DE ABERTURA  
Processo Adm. Nº.:046/2015  
Edital: TOMADA DE PREÇOS P/OBRAS E SERV ENG Nº.:046/2015  
Tipo : Menor Preço/Por Item  
Objeto: CONSTRUÇÃO 1ª ETAPA DO GINASIO DO BAIRRO OLARIA  
Entrega dos Envelopes : 09:00 horas do dia 11 de maio de 2015  
Abertura dos Envelopes :09:00 horas do dia 11 de maio de 2015  
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, em horário de expediente ou pelo fone 014 49 3325 3000 .  
SAO CARLOS, 14 de abril de 2015-  
CLEOMAR WEBER KUHn  
Prefeito Municipal

#### EXTRATO TERMO CRED N.03/2015 CONSTRUTERRA

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS  
EXTRATO TERMO DE CREDENCIAMENTO  
T .Cred Nº.:003/2015  
Contratante.:PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS  
Contratada.:CONSTRUTERRA OBRAS E TERRAP.LTDA  
Objeto ..... :SERVIÇOS DE MÁQUINAS - ITEM 04-05-06  
Valor ..... :CFME DECRETO  
Vigência ..... : 31.12.2015  
Licitação ..... :INEXIGIBILIDADE N.01/2015  
SAO CARLOS, 16 de abril de 2015  
CLEOMAR WEBER KUHN  
PREFEITO MUNICIPAL

#### RESUMO CONTRATO N.10/2015 FMS

Estado de Santa Catarina  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
EXTRATO CONTRATUAL  
Contrato Nº.:010 /2015  
Contratante.:FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
Contratada.:CLINICA MEDICA SAN MARTINS MENDONÇA LTDA  
Objeto ..... :CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS NA ÁREA DA SAUDE -  
GINECOLOGISTA E ENFERMEIRO  
Valor ..... :R\$96.462,00(noventa e seis mil quatrocentos e sessenta e dois reais)  
Vigência ..... : 31.12.2015  
Licitação ..... :PREGÃO PRESENCIAL N.06/2015  
Recursos ..... : Orçamento vigente  
SAO CARLOS, 01 de abril de 2015  
CLEOMAR WEBER KUHN  
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

**RESUMO CONTRATO N.21/2015**

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS  
EXTRATO CONTRATUAL  
Contrato Nº.: 21 /2015  
Contratante.:MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS  
Contratada.:MANTOMAC COM DE PEÇAS E SERV LTDA  
Objeto ..... :AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MECANICA  
NA RECUPERAÇÃO  
DA MOTONIVELADORA DG555-3 CFME RELAÇÃO NOS ANEXOS  
Valor ..... :R\$27.579,00(vinte e sete mil quinhentos e setenta  
e nove reais)  
Vigência ..... : 31.12.2015  
Licitação ..... :36/2015

SAO CARLOS, 16 de abril de 2015.  
CLEOMAR WEBER KUHN  
PREFEITO MUNICIPAL

**São Domingos****PREFEITURA****ADITIVO 031 - SINASC VALOR -**

DADOS E TEXTO DE TERMO ADITIVO  
MÊS/ANO: MARÇO/2015  
TERMO ADITIVO: PREFE N. 031 DE 31/03/2015- 4º Termo Aditivo  
ao Contrato PREFE n. 003, DE 06/01/2014.  
INÍCIO DA VIGÊNCIA: 31/03/2015  
VALOR DO ADITIVO: R\$ 34.162,83 (trinta e quatro mil, cento e  
sessenta e dois reais e oitenta e três centavos).  
LICITAÇÃO: Processo PREFE N. 063/2013 - Tomada De Preços  
PREFE N. 015/2013  
DESCRIÇÃO: O objeto do presente termo aditivo consiste na alte-  
ração da CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO.  
RESPONSÁVEL JURÍDICO: LUIZ HENRIQUE MASETO ZANOVELLO  
OAB/SC 33076  
CONTRATADA: SINASC SINALIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE RODO-  
VIAS LTDA  
CPF/CNPJ: n. 07.150.434/0001-17  
DATA VENCIMENTO CONTRATO: 21/06/2015

**ADITIVO DE CONVÊNIO PREFE 016 17.04.2015**

DADOS E TEXTO DE ADITIVO DO CONVÊNIO:  
Mês/Ano: Abril/2015  
Número do Aditivo de Convênio: PREFE 016/2015 de 17 de Abril  
2015 (Termo Aditivo Ao Contrato de Repasse nº 1003067-01/2012)  
Descrição: O presente Instrumento tem por objetivo alterar a  
Descrição Financeira e Orçamentária do Contrato de Repasse nº  
1003067-01/2012 de 31/12/2012, realizado segundo os termos  
do Programa Infraestrutura Turística do MTUR, que passa a ter a  
seguinte redação.  
"Descrição Financeira e Orçamentária: recursos de Contrapartida  
aportada pelo CONTRATADO: R\$ 30.874,00  
(trinta mil, oitocentos e setenta e quatro reais)."  
Responsável Jurídico: Luiz Henrique Maseto Zanovello OAB/SC n.  
33076  
Conveniente/Contratado: MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC)  
CNPJ: 83.009.894/0001-08  
Concedente/Contratante: Caixa Econômica Federal  
CNPJ: 00.360.305/0001-04

**DEC 1947 DE 15 04 15 PONTO FACULTATIVO  
TIRADENTES**

DECRETO Nº 1947, DE 15 DE ABRIL DE 2015.  
Decreto Ponto Facultativo e dá outras providências.  
O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina,  
no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do  
artigo 100 da Lei Orgânica Municipal e:  
- Considerando que o dia 21 de abril, terça-feira, é feriado nacional  
em homenagem ao mártir da Inconfidência Mineira e patrono cívi-  
co do Brasil, Tiradentes, conforme Portaria nº 15, de 3 de feverei-  
ro de 2015, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão,  
do Governo Federal;  
- Considerando a realização das festividades em comemoração aos  
52 Anos de emancipação político-administrativa de São Domingos,  
nos dias 10, 11 e 12 de abril, necessitando o envolvimento de ser-  
vidores municipais nos trabalhos realizados para a concretização  
de toda a programação, principalmente em horários distintos do  
expediente normal;  
- Considerando a necessidade da preservação do patrimônio

público;

- Considerando que não haverá nenhum prejuízo ao interesse público, pois os serviços essenciais continuarão a ser realizados;

DECRETA:

Art. 1º Fica facultado o ponto dos servidores públicos municipais no dia 20 de abril de 2015 (segunda-feira), durante todo o período de expediente, nos órgãos públicos municipais, à exceção da Rede Municipal de Ensino, que deverá cumprir o calendário escolar; dos vigias, que deverão cumprir a escala normal de trabalho e; da Secretaria Municipal de Saúde, que deverá garantir o atendimento adequado à toda população.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 15 de abril de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária de Administração e Fazenda

## São João do Oeste

### PREFEITURA

#### DP 03/2015 FMS

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2015

PARTES: F.M.S. do Município de São João do Oeste e Inst. De Assist. e Educação São João.

OBJETO: "Aquisição de medicamento Enoxaparina Sódica 40mg, para gestante com gravidez de risco, conforme prescrição médica."

VALOR TOTAL : R\$ 4.200,00

São João do Oeste - 01 de abril de 2015

Sérgio Luís Theisen

Prefeito Municipal.

## São João do Sul

### PREFEITURA

#### EXTRATO DE CONTRATO Nº 060/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 060/2015

OBJETO: PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTA SEXTAVADA (2.500 M²), PAVIMENTAÇÃO DE CALÇADAS (1.055,40 M) E DRENAGEM PLUVIAL (77,00M) DA RODOVIA MUNICIPAL SJS 408, NA LOCALIDADE DE BARRINHA MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL/SC, NUMA EXTENSÃO DE 350,00M

CONTRATADO: FABSUL PAVIMENTAÇÕES LTDA EPP

VIGÊNCIA: 17/04/2015 à 31/12/2015.

VALOR: R\$ 268.112,99 - Total.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0901 - 12.361.0128.1030 -  
3.3.90.39.88.00.00.00.0080. - 3.3.90.39.88.00.00.00.0024. -  
3.3.90.39.88.00.00.00.3080.

São João do Sul, 17 de Abril de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal em Exercício

#### RESUMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL

RESUMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2015 - TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2015 DE 16/03/2015.

OBJETO: PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTA SEXTAVADA (2.500 M²), PAVIMENTAÇÃO DE CALÇADAS (1.055,40 M) E DRENAGEM PLUVIAL (77,00M) DA RODOVIA MUNICIPAL SJS 408, NA LOCALIDADE DE BARRINHA MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL/SC, NUMA EXTENSÃO DE 350,00M, após análise os membros da comissão de licitações julgaram e classificaram em 1º. lugar, a empresa: Fabsul Pavimentações Ltda. EPP n item único pelo valor de R\$ 268.112,99. Sendo a empresa classificada adjudicada e homologada logo a seguir. O ato de homologação e Adjudicação encontra-se apenas ao processo licitatório à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de São João do Sul/SC.

São João do Sul, 17 de Abril de 2015.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal Em Exercício

## São Joaquim

### PREFEITURA

#### TOMADA DE PREÇO 04/2015

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOAQUIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 116/2015

Tomada de Preço 04/2014

Objeto: Contratação de empresa para Implantação de Campo de Futebol Suíço na Rua Emília V. Rodrigues no Bairro Jardim Bandeira em conformidade com o convênio nº 788533/2013 Siconv, contrato de repasse nº 1007119-53/2013da CEF

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 12/05/2015 às 14:00 horas

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda solicitar pelo e-mail pmsj\_licitacao@hotmail.com ou ainda pelos sites <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 17 de abril de 2015.

Humberto Luiz Brighenti

Prefeito Municipal

# São José

## PREFEITURA

### ABERTURA DA CARTA CONVITE Nº 004/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ABERTURA DA CARTA CONVITE Nº 004/2015 - Processo nº 187/2015. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de mão de obra e material para recuperação da Rua Kiliano Hames no Município de São José/SC. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 17h00min do dia 30 de abril de 2015. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 17h30min do dia 30 de abril de 2015, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100.

### ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS - CONVITE Nº 002/2015

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 130/2015 - CONVITE Nº 002/2015.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAL PARA EXECUÇÃO DE MURO DE CONTENÇÃO DE CONCRETO ARMADO E RECOMPOSIÇÃO DE LAJOTAS SEXTAVADAS NA SERVIDÃO RODOLFO JOSÉ VIENESSE, NO BAIRRO SÃO LUIZ, EM SÃO JOSÉ/SC.

A Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Decreto nº 3.764/2015, reuniu-se para análise e julgamento das propostas de preços apresentadas pelas empresas abaixo, participantes do processo em epígrafe:

#### EMPRESAS LICITANTES

- ACS ALBUQUERQUE CONSTRUÇÕES LTDA;
- KS CONSTRUÇÕES LTDA ME;
- EMPREITEIRA ARRUDA LTDA;
- ENGETOPO SERVIÇOS DE ENGENHARIA, ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA LTDA;
- DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA;
- EMPREITEIRA PAVICON LTDA.

É o relatório.

#### ANÁLISE DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Licitações analisou atentamente as Propostas de Preços apresentadas pelas empresas participantes do certame e concluiu que as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, foram plenamente observadas, decidindo assim:

#### CLASSIFICAR AS PROPOSTAS DAS EMPRESAS

- ACS ALBUQUERQUE CONSTRUÇÕES LTDA;
- KS CONSTRUÇÕES LTDA ME;
- EMPREITEIRA ARRUDA LTDA;
- ENGETOPO SERVIÇOS DE ENGENHARIA, ADMINISTRAÇÃO DE

OBRAS E SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA LTDA;

- DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA;

- EMPREITEIRA PAVICON LTDA.

Assim sendo, após análise das propostas de preços apresentadas, ficam de tal modo classificadas pelo critério de menor preço global:

- 1ª Classificada: ACS ALBUQUERQUE CONSTRUÇÕES LTDA - R\$ 34.468,66 (trinta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e sessenta e seis centavos);
- 2ª Classificada: KS CONSTRUÇÕES LTDA ME - R\$ 41.235,90 (quarenta e um mil, duzentos e trinta e cinco reais e noventa centavos);
- 3ª Classificada: EMPREITEIRA ARRUDA LTDA - R\$ 46.279,63 (quarenta e seis mil, duzentos e setenta e nove reais e sessenta e três centavos);
- 4ª Classificada: ENGETOPO SERVIÇOS DE ENGENHARIA, ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA LTDA - R\$ 47.510,73 (quarenta e sete mil, quinhentos e dez reais e setenta e três centavos)
- 5ª Classificada: DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA - R\$ 47.721,83 (quarenta e sete mil, setecentos e vinte e um reais e oitenta e três centavos)
- 6ª Classificada: EMPREITEIRA PAVICON LTDA - R\$ 48.958,68 (quarenta e oito mil, novecentos e cinquenta e oito reais e sessenta e oito centavos)

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial dos Municípios (DOM), no dia 22 de abril de 2015, contando-se a partir dessa data, prazo para eventual recurso. Não havendo recurso o processo será encaminhado à autoridade superior para Homologação, Revogação ou Anulação.

São José, 17 de abril de 2015.

Carlos Schmidt Rejane  
Presidente da CPL

Magali dos S. Medeiros  
Membro da CPL

Paulo Dutra  
Membro da CPL

Kety T. da Silva Trierveiler  
Membro da CPL

Ramon de Souza C. Martins  
Membro da CPL

### ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2015

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 073/2015 - TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2015.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE AUMENTO NA ALTURA DE MURO DE ALVENARIA E DRENAGEM DO CEM VILA FORMOSA, NO BAIRRO FORQUILHAS EM SÃO JOSÉ/SC.

A Comissão Permanente de Licitações (CPL), designada pelo Decreto nº 3.764/2015, reuniu-se para análise e julgamento dos documentos de habilitação apresentados pelas empresas abaixo, participantes do processo em epígrafe.

#### EMPRESAS LICITANTES

- DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA ME;

- EMPREITEIRA PAVICON LTDA;  
- ENGETOPO SERVIÇOS DE ENGENHARIA, ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA LTDA.

Esteve presente na sessão pública o representante da empresa DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA ME. Ato contínuo, os documentos de habilitação apresentados foram analisados e rubricados pelos membros da Comissão Permanente de Licitações e representante presente.

É o relatório.

#### 1 - MANIFESTAÇÃO DO REPRESENTANTE DA EMPRESA DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA ME:

O representante da empresa supracitada manifestou-se em ATA (manifestação escrita de próprio punho e acostada aos autos, fl. 66) no sentido de a empresa ENGETOPO SERVIÇOS DE ENGENHARIA, ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA LTDA ter descumprido o item 9.1.2 do Edital. Faz-se mister a transcrição do item aludido, in verbis:

##### "9 - DA HABILITAÇÃO

9.1 - Os licitantes cadastrados perante o Cadastro de Fornecedores do Município de São José deverão apresentar a seguinte documentação:

9.1.2 - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedida pelo CREA e/ou CAU, acompanhada do respectivo Atestado Técnico registrado pelo CREA e/ou CAU, emitida por pessoa de direito público ou privado, em nome da empresa licitante, comprovando ter executado obra compatível com o objeto da licitação;" (grifo nosso)

Nesse sentido, a Comissão Permanente de Licitações, após análise dos documentos acostados pela empresa objeto da manifestação, conclui que:

A empresa ENGETOPO SERVIÇOS DE ENGENHARIA, ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA LTDA descumpru o item citado, não juntou aos documentos de habilitação Acervo Técnico relativo à empresa, apenas trouxe acervo técnico de sua engenheira.

Sendo assim, a CPL resolve INABILITAR a empresa ENGETOPO SERVIÇOS DE ENGENHARIA, ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA LTDA por descumprir o item 9.1.2 do Edital.

Em relação às empresas DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA ME e EMPREITEIRA PAVICON LTDA, a Comissão Permanente de Licitações concluiu que as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, foram plenamente observadas, não sendo constatada nenhuma irregularidade na documentação das mesmas.

Em vista do exposto acima e à luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e no regramento contido no Edital, a comissão RESOLVE:

#### HABILITAR AS EMPRESAS:

- DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA ME;  
- EMPREITEIRA PAVICON LTDA.

#### INABILITAR A EMPRESA:

- ENGETOPO SERVIÇOS DE ENGENHARIA, ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA LTDA

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM), no dia 22/04/2015, contando-se a partir dessa data, prazo para eventual recurso. Não ocorrendo manifestação por parte dos licitantes, a sessão pública para abertura das propostas de preços, ocorrerá no dia 30/04/2015, às 16h30min, no

Centro Administrativo do Município de São José.

São José, 17 de abril de 2015.

Carlos Schmidt	Paulo Dutra
Presidente da CPL	Membro da CPL

Rejane Magali dos S. Medeiros	Kety Silva Trierveiler
Membro da CPL	Membro da CPL

Ramon S. Campos Martins
Membro da CPL

### DECRETO Nº 4290/2015

DECRETO Nº 4290/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 30 e 36 da Lei Municipal nº 5.466/2015,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$236.997,35 (duzentos e trinta e seis mil, novecentos e noventa e sete reais e trinta e cinco centavos), referente a dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

08.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.365.0103.1.046 - Implantação, Ampliação, Reforma e Equipamentos para Centros de Educação Infantil

340 - 4.4.90.51.00.00.0011 - Obras e Instalações,	
Recursos do Convênio MEC / FNDE .....	R\$
236.997,35	
Total desta Atividade .....	R\$
236.997,35	
Total do Órgão .....	R\$
236.997,35	
Total do Crédito Adicional Suplementar .....	R\$
236.997,35	

Art. 4º - Os recursos na ordem de R\$ 236.997,35 (duzentos e trinta e seis mil, novecentos e noventa e sete reais e trinta e cinco centavos) necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta do Superávit Financeiro dos Recursos do Convênio MEC/FNDE, apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2014, consignado no Orçamento vigente com o código 11.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 09 de abril de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

**DECRETO Nº 4291/2015**

DECRETO Nº 4291/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 30 e 36 da Lei Municipal nº 5.466/2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$200.000,00 (duzentos mil reais), referente a dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

08.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.365.0103.1.046 - Implantação, Ampliação, Reformas e Equipamentos para Centros de Educação Infantil

340 - 4.4.90.51.00.00.0011 - Obras e Instalações,	
Recursos do Convênio MEC / FNDE .....	R\$ 200.000,00
Total desta Atividade .....	R\$ 200.000,00
Total do Órgão .....	R\$ 200.000,00
Total do Crédito Adicional Suplementar .....	R\$ 200.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), na dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

08.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

08.01.12.361.0103.2.039 - Funcionamento e Manutenção dos Centros de Educação Infantil

368 - 4.4.90.52.00.00.0011 - Equipamentos e Material Permanente,	
Recursos do Convênio MEC / FNDE .....	R\$ 200.000,00
Total desta Atividade .....	R\$ 200.000,00
Total do Órgão .....	R\$ 200.000,00
Total da Anulação .....	R\$ 200.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 09 de abril de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

**DECRETO Nº 4303/2015**

DECRETO Nº 4303/2015

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor EDSON LUIZ VICENTE DOS SANTOS do cargo de Supervisor de Fiscalização de Serviços e Obras - CCM 06, com lotação na Secretaria de Serviços Públicos.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de abril de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 4311/2015**

DECRETO Nº 4311/2015

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, IV da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º Fica nomeado EDSON LUIZ VICENTE DOS SANTOS para o cargo em comissão de Assessor em Planejamento Urbano - CCM 8, com lotação no Gabinete da Prefeita, nos termos da Lei Complementar nº 032/2009.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de abril de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 4314/2015**

DECRETO Nº 4314/2015

TORNA SEM EFEITO O DECRETO 3801/2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 3801 de 14 de janeiro de 2015, que nomeou EVERALDO FAUST para ocupar o cargo de Assessor II Administrativo - CCM 02, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de abril de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 4316/2015**

DECRETO Nº 4316/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com os artigos 5º e 36 da Lei Municipal nº 5.466/2015,

DECRETA:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$ 324.200,00 (trezentos e vinte e quatro mil e duzentos reais), referente a dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

04.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04.01.04.122.0105.2.013 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Administração

149 - 4.4.90.52.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanente,

Recursos Próprios ..... R\$ 324.200,00

Total desta Atividade ..... R\$ 324.200,00

Total do Órgão ... R\$ 324.200,00

Total do Crédito Adicional Suplementar ..... R\$ 324.200,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 324.200,00 (trezentos e vinte e quatro mil e duzentos reais), na dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

04.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04.01.04.122.0105.2.013 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Administração

146 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,

Recursos Próprios ..... R\$ 324.200,00

Total desta Atividade ..... R\$ 324.200,00

Total do Órgão ... R\$ 324.200,00

Total da Anulação .. R\$ 324.200,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de abril de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

**DECRETO Nº 4319/2015**

DECRETO Nº 4319/2015

EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada a servidora SCARLET SILVA do cargo de Assessor II Administrativo - CCM 02, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de abril de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 4320/2015**

DECRETO Nº 4320/2015

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada SCARLET SILVA para exercer o cargo Supervisor de Fiscalização de Serviços e Obras - CCM 06, com lotação na Secretaria de Serviços Públicos, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de abril de 2015.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 4321/2015**

DECRETO Nº 4321/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o artigo 4º Lei Municipal nº 5.466/2015, redação dada pela Lei Municipal nº 5.469/2015

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Especial, na importância de R\$592.000,00 (quinhentos e noventa e dois mil reais), criando, no Orçamento do Município de São José, nova Classificação Orçamentária, a seguir especificada:

09.00 - SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01 - SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO

09.01.15.453.0112.1.004 - Implantação e Manutenção de Abrigos de Passageiros, Pontos de Taxi e Terminais

4.4.90.51.00.00.0060 - Obras e Instalações,

Recursos do Contrato de Repasse 804526/2014 - Abrigos de Passageiros .....  
R\$ 592.000,00  
Total deste Projeto .....  
R\$ 592.000,00  
Total do Órgão .....  
R\$ 592.000,00  
Total do Crédito Adicional Suplementar .....  
R\$ 592.000,00

Art. 2º - Os recursos na ordem de R\$ 592.000,00 (quinhentos e noventa e dois mil reais), necessários para atendimento ao Crédito Adicional Especial, autorizado na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta do Provável Excesso de Arrecadação da Fonte de Recursos 60 - Recursos do Contrato de Repasse 804526/2014, firmado entre o Município e o Ministério das Cidades para implantação de Abrigos de passageiros do transporte público.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de abril de 2015.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA  
Secretário de Finanças

### **DECRETO Nº 4333/2015**

DECRETO Nº 4333/2015

TORNA SEM EFEITO O DECRETO 3802/2015.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62 da Lei Orgânica Municipal, CONSIDERANDO a desistência da Srª Cibeli Defrey em tomar posse no cargo no qual foi nomeada por meio do decreto 3802/2015;

DECRETA:

Art. 1º - Torna sem efeito o Decreto 3802 de 14 de janeiro de 2015, que nomeou CIBELI DEFREY para ocupar o cargo de Assessor I Escolar - CCM 01, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de abril de 2015.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### **DECRETO Nº 4334/2015**

DECRETO Nº 4334/2015

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada LUCIANE MELO para exercer o cargo em comissão de Assessor I Escolar - CCM 01, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 022/2004, e Lei N.º 4.285/2005.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de abril de 2015.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### **DECRETO Nº 4335/2015**

DECRETO Nº 4335/2015

EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora DAIANA VERA SOUZA do cargo de Coordenadora da Cidade do Idoso - CCM 5, com lotação na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de abril de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 16 de abril de 2015.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### **DECRETO Nº 4336/2015**

DECRETO Nº 4336/2015

ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, da Lei Orgânica Municipal, CONSIDERANDO o processo seletivo realizado em conformidade com o Edital N.º 001/2013;

DECRETA:

Art. 1º - Fica admitido, o seguinte servidor contratado por processo seletivo, exercente de funções temporárias:

Servidor	Função	Lotação	Carga Horária Contratação
Claudionor Arruda Mariano Junior	Motorista	Secretaria de Educação	40 H/S

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 16 de abril de 2015.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

### **DECRETO Nº 4338/2015**

DECRETO Nº 4338/2015

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor BERNARDO MEYER do cargo de Secretário de Planejamento e Gestão Orçamentária - SM, com lotação na Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de abril de 2015.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

#### **DECRETO Nº 4339/2015**

DECRETO Nº 4339/2015  
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º Fica nomeado, MATSON LUIZ CÉ para exercer o cargo de Secretário de Planejamento e Gestão Orçamentária - SM, com lotação na Secretaria de Planejamento e Gestão Orçamentária, nos termos da Lei Complementar nº 032/2009.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de abril de 2015.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

#### **DECRETO Nº 4341/2015**

DECRETO Nº 4341/2015  
EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, a servidora LUCIANA MENDES, matrícula: 39.527-7, ocupante do cargo de Agente Comunitário, com lotação no Secretaria da Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de abril de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de abril de 2015.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

#### **DECRETO Nº 4342/2015**

DECRETO Nº 4342/2015  
DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada a servidora ACT - Admissão em Caráter Temporário, JOCENI JUDITE RODRIGUES, Agente de Serviços Gerais, matrícula: 39.763-6, com lotação na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 08 de abril de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de abril de 2015.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

#### **DECRETO Nº 4343/2015**

DECRETO Nº 4343/2015  
DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada, a pedido, a servidora ACT - Admissão em Caráter Temporário, DANUZA MARA FAVERSANI, Agente de Serviços Gerais, matrícula: 35.475-4, com lotação na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 30 de março de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de abril de 2015.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

#### **DECRETO Nº 4345/2015**

DECRETO Nº 4345/2015  
DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada, a pedido, a servidora ACT - Admissão em Caráter Temporário, BÁRBARA KUHN SCHMIDTKE, Assistente Social, matrícula: 32.459, com lotação na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 08 de abril de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de abril de 2015.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

#### **DECRETO Nº 4346/2015**

DECRETO Nº 4346/2015  
DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensado, a pedido, o servidor ACT - Admissão em Caráter Temporário, JOSELITO SMANIOTTO, professor substituto, matrícula: 41.168-0, com lotação na Fundação Municipal Educacional.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08 de abril de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de abril de 2015.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 4347/2015**

DECRETO Nº 4347/2015

DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensado, a pedido, o servidor ACT - Admissão em Caráter Temporário, LUCIANO LOURIVAL OLIVEIRA DE SOUZA, Motorista, matrícula: 37.399-0, com lotação na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 13 de abril de 2015.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de abril de 2015.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 4348/2015**

DECRETO Nº 4348/2015

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido, o servidor FERNANDO SOUZA do cargo de Secretário do Desenvolvimento Econômico - SM, com lotação na Secretaria de Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de abril de 2015.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 4349/2015**

DECRETO Nº 4349/2015

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado BERNARDO MEYER para exercer o cargo Secretário do Desenvolvimento Econômico- SM, com lotação na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de abril de 2015.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**ERRATA AO RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ERRATA AO RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2014 - Processo nº 002/2014 - A Prefeitura de São José, por intermédio da sua Diretora de Compras, leva ao conhecimento dos interessados, que na publicação do dia 23/04/2014, ONDE SE LÊ: "Carlos Alfredo Schmidt - Presidente da Comissão Permanente de Licitação." LEIA-SE: "Vera Suely de Andrade - Diretora de Compras." Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

**ERRATA AO RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ERRATA AO RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2014 - Processo nº 033/2014 - A Prefeitura de São José, por intermédio da sua Diretora de Compras, leva ao conhecimento dos interessados, que na publicação do dia 23/04/2014, ONDE SE LÊ: "Carlos Alfredo Schmidt - Presidente da Comissão Permanente de Licitação." LEIA-SE: "Vera Suely de Andrade - Diretora de Compras." Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

**ERRATA AO RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 139/2013**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ERRATA AO RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 139/2013 - Processo nº 372/2013 - A Prefeitura de São José, por intermédio da sua Diretora de Compras, leva ao conhecimento dos interessados, que na publicação do dia 23/04/2014, ONDE SE LÊ: "Carlos Alfredo Schmidt - Presidente da Comissão Permanente de Licitação." LEIA-SE: "Vera Suely de Andrade - Diretora de Compras." Cláudia Schweitzer Pfleger - Diretora de Compras.

**PORTARIA Nº 003/2015**

PORTARIA Nº 003/2015

Prorrogação da Portaria nº 011/2014 e 01/2015

O Procurador Geral do Município, no uso de suas atribuições previstas no Decreto nº 30.431/2009, prorroga o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instaurada pela Portaria n.º 011/2014, de 02 de setembro de 2014, pelo prazo de 60 (sessenta dias) a contar do dia 23 de abril de 2015, em conformidade com o art. 182 da Lei n.º 2.248/1991.

São José, 09 de abril de 2015.  
Clóvis Renato Squio  
Procurador Geral do Município

**PORTARIA Nº 004/2015**

PORTARIA Nº 004/2015

Prorrogação da Portaria 010/2014, 012/2014, 014/2014 e 02/2015

O Procurador Geral do Município, no uso de suas atribuições previstas no Decreto nº 30.431/2009, prorroga o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instaurada pela Portaria n.º 010/2014, de 28 de agosto de 2014, pelo prazo de 60 (sessenta dias) a contar do dia 23 de abril de 2015, em conformidade com o art. 182 da Lei n.º 2.248/1991.

São José, 9 de abril de 2015.

Clóvis Renato Squio

Procurador Geral do Município

**TERMO DE CONVÊNIO Nº 001/2015**

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

TERMO DE CONVÊNIO Nº 001/2015

PARTES: Município de São José, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E O SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - SESI.

OBJETO: Visa à elevação da escolaridade básica para os jovens e adultos da Rede Municipal de Ensino de São José/SC, por meio de serviços educacionais prestados pelo SESI, na Educação Jovens e Adultos.

VIGÊNCIA: 01/01/2015 a 31/12/2015.

VALOR: R\$ 165.000,00 divididos em 11 parcelas.

LOCAL E DATA São José, SC, 05 de fevereiro de 2015.

SIGNATÁRIOS: Adeliana Dal Pont, Meri Terezinha de Melo Hang e Daniel Thiesen Horongoso

**TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO Nº 011/2015**

EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO Nº 011/2015.

PARTES: Município de São José, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

OBJETO: O objetivo do presente termo, visa estabelecer cooperação mútua entre a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no que diz respeito à colaboração técnica administrativa que será prestada pelos servidores.

VIGÊNCIA: data da assinatura até 31/12/2015.

LOCAL E DATA: São José (SC), 10 de março de 2015.

SIGNATÁRIOS: ADELIANA DAL PONT, MERI TEREZINHA DE MELO HANG e SUZANA SENNA BOUSFIELD.

**São José do Cedro****PREFEITURA****DECRETO Nº 5.573, DE 17 DE ABRIL DE 2015**

DECRETO Nº 5.573, DE 17 DE ABRIL DE 2015

"HOMOLOGA ATA DE COMISSÃO ESPECIAL NOMEADA ATRAVÉS DO DECRETO Nº. 5.555, DE 05 DE MARÇO DE 2015".

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições do seu cargo e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a Segunda Ata da Comissão Especial nomeada através do Decreto nº. 5.555, de 05 de março de 2015, que teve como objetivo proceder à avaliação dos bens relacionados na Lei Municipal nº 4.270, de 16 de julho de 2014.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 17 de abril de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Francielle Baú,  
Diretora de Secretaria.

**DECRETO Nº 5.573, DE 16 DE ABRIL DE 2015**

DECRETO Nº 5.573, DE 16 DE ABRIL DE 2015

"INTERROMPE FÉRIAS DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL".

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica interrompido o período de férias da funcionária pública municipal DAIANA WINTER, ocupante do cargo de Dentista ESF, Matrícula nº2.417, de 16 à 30 de Abril de 2015, por motivo de superior interesse público.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente Decreto correm por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 16 de Abril de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Francielle Baú,  
Diretora de Secretaria.

**DECRETO Nº 5.574, DE 16 DE ABRIL DE 2015**

DECRETO Nº 5.574, DE 16 DE ABRIL DE 2015

“INTERROMPE FÉRIAS DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL”.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica interrompido o período de férias da funcionária pública municipal JANAINA MAEVE FLACH, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem - ESF, Matrícula nº 2579, de 17 à 30 de Abril de 2015, por motivo de superior interesse público.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente Decreto correm por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 16 de Abril de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Francielle Baú,  
Diretora de Secretaria.

**DECRETO Nº. 066/2015 - SF**

DECRETO Nº. 066/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.317/2014/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$15.000,00 (quinze mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

05 SECRETARIA DA FAZENDA  
02 DEPTO. DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO  
2.016 DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO  
“98” 3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica...R\$15.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$15.000,00 (quinze mil reais), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

05 SECRETARIA DA FAZENDA  
02 DEPTO. DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO  
2.016 DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

“94” 3.1.90.11.00.00.1.0000 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil...R\$15.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 16 DE ABRIL DE 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Francielle Baú,  
Diretora de Secretaria.

**DECRETO Nº. 067/2015 - SF**

DECRETO Nº. 067/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.317/2014/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS  
04 SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SEMAE SJCEDRO  
2.115 MANUTENÇÃO DO SEMAE SJCEDRO  
“256” 3.3.90.36.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física...R\$4.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS  
04 SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SEMAE SJCEDRO  
2.115 MANUTENÇÃO DO SEMAE SJCEDRO  
“257” 3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica....R\$4.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 16 DE ABRIL DE 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.  
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Francielle Baú,  
Diretora de Secretaria.

**DECRETO Nº. 068/2015 - SF**

DECRETO Nº. 068/2015 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso III, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.317/2014/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial Adicional no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 9.206,10 (nove mil, duzentos e seis reais e dez centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
02 DEPTO. DE ENSINO INFANTIL  
2.022 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL  
"398" 3.3.90.30.00.00.3.0037 Material de Consumo .....  
..... R\$9.206,10

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior será utilizado o valor de R\$ 9.206,10 (nove mil, duzentos e seis reais e dez centavos), Recursos de Outras Transferências do FNDE, Fonte 3.0037.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 17 DE ABRIL DE 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Francielle Baú,  
Diretora de Secretaria.

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 038/2015**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 038/2015

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, convoca para que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta data, os candidatos aprovados no Concurso Público de São José do Cedro, Edital nº 001/2014, de 19 de setembro de 2014, homologados os resultados dos aprovados através do Decreto nº 5.504/2014, de 18 de dezembro de 2014, compareça à sede do Município de São José do Cedro, sito a Rua Jorge Lacerda, nº 1049, no horário das 7h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta feira a fim de assumirem o cargo a seguir discriminado:

AUXILIAR DE DENTISTA

MÁRCIA SIMIONI GOTTARDI

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, 20 de Abril de 2015.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

**EXTRATO CHAMADA PUBLICA N.47/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de São José do Cedro - SC

Processo Licitatório N.47/2015

A Prefeitura Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados o Edital de Chamada Pública n.02/2015, para Credenciamento, referente a concessão de direito real de uso das instalações da lanchonete, situada junto ao ginásio de esportes Lauté Weber, para organizações/entidades/associações sem fins lucrativos de São José do Cedro, que atuam no desenvolvimento do esporte no município. O prazo para apresentação da habilitação e proposta é até dia 13/05/2015 as 14:00 horas, no departamento de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:45 as 11:45 e das 13:30 as 17:30 de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou no site da Prefeitura, ou informações pelo fone 49 36430247. ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA - PREFEITO MUNICIPAL.

**EXTRATO LEILÃO 46/2015**

MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

EDITAL DE LEILÃO Nº46/2015

A Prefeitura Municipal de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, promove Processo Licitatório nº 46/2015, Edital de Leilão Nº 46/2015, Objeto: ALIENAÇÃO DE DOIS LOTES URBANOS LOCALIZADOS NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC. Os proponentes interessados deverão solicitar o edital através do e-mail: [compras@prefcedro.sc.gov.br](mailto:compras@prefcedro.sc.gov.br) e apresentar Contrato social, Procuração, RG e CPF, com endereço completo e telefone, para se credenciar, visando participar do Leilão. A abertura da etapa de lances será às 09:00 horas do dia 08/05/2015, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de São José do Cedro - SC. Maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45 h, e das 13:30h até às 17:30h, ou via email pelo endereço "[compras@prefcedro.sc.gov.br](mailto:compras@prefcedro.sc.gov.br)". São José do Cedro. Antonio Plinio de Castro Silva - Prefeito Municipal.

**EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.45/2015**

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº45/2015

REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove Processo Licitatório nº 45/2015, Edital de Pregão Nº 45/2015, para Registro de Preço, sendo o Objeto: registro de preço para aquisição de material de higiene e limpeza, material de copa e cozinha e material de expediente para uso e manutenção dos setores administrativos da prefeitura municipal. Recebimento das propostas até às 17:00 horas do dia 05/05/2015. Abertura dos envelopes às 14:00 horas do dia 06/05/2015, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro - SC, maiores informações, pelo e-mail [compras@prefcedro.sc.gov.br](mailto:compras@prefcedro.sc.gov.br) ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura ou. São José do Cedro - SC. Antonio Plinio de Castro Silva - Prefeito Municipal.

## São Lourenço do Oeste

### PREFEITURA

#### **PARALISAÇÃO DE OBRA DO CONTRATO Nº 009/2015, DE 21 DE JANEIRO DE 2015.**

Ofício nº 067/2015/GP/SLO São Lourenço do Oeste, SC, 17 de abril de 2015.

Excelentíssimo Senhor  
Renato Adriano Seibt  
Gaia Rodovias Ltda.  
Maravilha - SC.

Assunto: Paralisação De Obra do Contrato nº 009/2015, de 21 de janeiro de 2015.

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o cordialmente, solicito que a empresa GAIA RODOVIAS LTDA, inscrita no CNPJ nº 03.257.777/0001-24, vencedora do Processo Licitatório nº 143/2014, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 010/2014, que tem como objeto o CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DE PARTE DAS RUAS PREFEITO ZENO GERMANO ETGES E TRAVESSA SÃO PEDRO, COM ÁREA TOTAL DE 4.860,21M², CONFORME PROJETOS ANEXOS E CONTRATO DE REPASSE Nº 1.006.192-75/2013 MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, CONVÊNIO Nº 786729, em virtude do que assinou o Contrato nº 009/2015, de 21 de janeiro de 2015, INTERROMPA DE IMEDIATO a execução do mesmo.

Tal solicitação se faz necessária em razão de que o objeto contratado é proveniente do Contrato de Repasse nº. 1.006.192-75/2013, assinado com o Ministério das Cidades, com intermediação da Caixa Econômica Federal, sendo que as normas estabelecidas para os Convênios Federais, em especial a Portaria Interministerial nº 507/2011, prevê em seu art. 78 que "o concedente somente poderá autorizar o início de execução do objeto contratado após a liberação dos recursos referentes à primeira parcela de repasse da União". Portanto, sabendo-se que até o presente momento a União não liberou nenhuma parcela do Convênio, não restam ações à Prefeitura Municipal senão paralisar a obra do Contrato nº 009/2015, de 21 de janeiro de 2015, garantindo-se a permanência dos períodos de vigência e execução, bem como a obediência às regulamentações do Governo Federal e o bom andamento das atividades dos Convênios que esta Prefeitura celebra com os órgãos da União.

Destaca-se, por oportuno, que é prerrogativa da Administração alterar o contrato, na forma do § 5º, do artigo 79, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, onde ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo.

Certo de contar com vosso imediato atendimento deste, ao ensejo, apresento-lhe minhas considerações de elevado respeito.

Respeitosamente,

DANIEL RODRIGO HIPPLER  
Prefeito Municipal em exercício

## São Miguel da Boa Vista

### PREFEITURA

#### **PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 31/2015 CONTRATAÇÃO DE BANCO.**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 31/2015.  
MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO.

GILNEI ANTONIO GUTH, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Dispensa de Licitação, com fundamento no art. 24, da Lei n. 8.666/93, relativo à contratação de serviços de arrecadação de tributos e demais receitas públicas do município e respectiva prestação de contas por meio eletrônico, ou mediante a entrega física de documentos dos valores arrecadados com extensão do serviço de arrecadação dos tributos e demais receitas públicas a todos os pontos de atendimento do BANCO, inclusive por intermédio de terceiros contratados. A presente dispensa de licitação será regida pela Lei n. 8.666/93, e alterações posteriores. São Miguel da Boa Vista (SC), 17 de abril de 2015.  
GILNEI ANTONIO GUTH - Prefeito Municipal.

#### **PROCESSO LICITATÓRIO 32/2015.**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2015.  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

GILNEI ANTONIO GUTH, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo "MENOR PREÇO", GLOBAL, na modalidade Pregão Presencial, para contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública, e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 8:45 horas do dia 06/05/2015. Maiores informações, bem como cópia do edital poderá ser obtida com o setor de compras e Licitações, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 7:00 às 13:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n. 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores. São Miguel da Boa Vista (SC), 20 de abril de 2015.  
GILNEI ANTONIO GUTH - Prefeito Municipal.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 01/2015 FMS.****ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUN. DE SAUDE DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA**

Página: 1/7

Processo Nº.: 7/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 6/2015

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 1/2015**

No dia 17 do mês de Abril do ano de 2015, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUN. DE SAUDE DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.463.599/0001-16, com sede administrativa localizada na RUA SÃO LUIZ, Nº440, bairro CENTRO, CEP nº. 89879-000, nesta cidade de São Miguel da Boa Vista/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). GILNEI ANTONIO GUTH, inscrito no CPF sob o nº. 469.398.579-15, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 6/2015, Processo Licitatório nº. 7/2015, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) Aquisição de passagens, com seguro, para transporte coletivo regular intermunicipal e interestadual de passageiros, através de veículos semi-leito e linhas regulares e autorizadas pelo poder concedente competente, para atender as necessidades de pacientes que necessitam de tratamento médico-hospitalar fora do Município, conforme segue os valores unitários por trajeto: Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
2880	REUNIDAS TURISMO S.A	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. .... (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
REUNIDAS TURISMO S.A	04.176.082/0001-80	ANTONIO CARLOS GAIO	892.568.249-49

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

Aquisição de passagens, com seguro, para transporte coletivo regular intermunicipal e interestadual de passageiros, através de veículos semi-leito e linhas regulares e autorizadas pelo poder concedente competente, para atender as necessidades de pacientes que necessitam de tratamento médico-hospitalar fora do Município, conforme segue os valores unitários por trajeto:

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 2880 - REUNIDAS TURISMO S.A						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Passagem trajeto ônibus - Maravilha a Blumenau.	un		20,000	152,9600	3.059,20
2	Passagem trajeto ônibus - Blumenau a Maravilha.	un		20,000	156,0000	3.120,00
3	Passagem trajeto ônibus - Maravilha a Florianópolis.	un		20,000	188,5700	3.771,40
4	Passagem trajeto ônibus - Florianópolis a Maravilha.	un		20,000	189,7200	3.794,40
5	Passagem trajeto ônibus - Maravilha a Curitiba.	un		20,000	87,2600	1.745,20
6	Passagem trajeto ônibus - Curitiba a Maravilha.	un		20,000	91,0700	1.821,40
7	Passagem trajeto ônibus - Maravilha a São Paulo.	un		20,000	163,5000	3.270,00
8	Passagem trajeto ônibus - São Paulo a Maravilha.	un		20,000	167,3000	3.346,00
9	Passagem trajeto ônibus - Maravilha a Itapema.	un		20,000	171,4300	3.428,60
10	Passagem trajeto ônibus - Itapema a Maravilha.	un		20,000	172,6800	3.453,60

**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUN. DE SAUDE DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA**

Página: 2/7

**Processo Nº.: 7/2015****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 6/2015**

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE SAUDE DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA**

Página: 3/7  
Processo Nº.: 7/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 6/2015

**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUN. DE SAUDE DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA**

Página: 4/7

Processo Nº.: 7/2015

**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 6/2015****5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SE TA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DE SAUDE DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Página: 5/7

Processo Nº.: 7/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 6/2015

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO LOCAL E PRA O DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE SAUDE DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA**

Página: 6/7  
Processo Nº.: 7/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 6/2015

**CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA D CIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**CLÁUSULA D CIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

**CLÁUSULA D CIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE SAUDE DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA**

Página: 7/7  
Processo Nº.: 7/2015  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 6/2015

**CLÁUSULA D CIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São Miguel da Boa Vista para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São Miguel da Boa Vista, 17 de Abril de 2015.

\_\_\_\_\_  
GILNEI ANTONIO GUT  
PREFEITO MUNICIPAL

**Empresas Participantes:**

REUNIDAS TURISMO S.A

CNPJ: 04.176.082/0001-80 \_\_\_\_\_

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 8.305/2015 -FICA AUTORIZADO O CORTE DE 01 (UMA) ÁRVORE, DA ESPÉCIE LEGUSTRO, LOCALIZADA NA RUA ALBERTO DAL CANALE, 317, CENTRO, NESTE MUNICÍPIO,**

DECRETO Nº 8.305/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso VI, do art. 72, da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990 e de acordo com o art. 178, da Lei Municipal nº 1.358 de 11 de dezembro de 1981;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o corte de 01 (uma) árvore, da espécie Legustro, localizada na Rua Alberto Dal Canale, 317, Centro, neste Município, devido ao fato da árvore estar comprometida, estando oca na base.

Art. 2º Como medida compensadora, a árvore em questão poderão ser substituída no local, por outro exemplar, sem ônus a municipalidade, as espécies a serem plantadas deverão ser arbóreas, não arbustivas, com altura mínima de 0,60 metros, sendo sugeridas de Quaresmeira, Canela, Ipê, ou outras espécies nativas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC

Em, 16 de abril de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PEDRO JOSÉ DE CONTO

Secretária da Fazenda e Administração

Este Decreto foi publicado no

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA

Técnico Administrativo

### **PROCESSO LICITATÓRIO N. 51/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 51/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 05/2015

O Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir do Prefeito Municipal, Leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na Modalidade de Dispensa de Licitação tendo como objeto Locação do imóvel sob matrícula n. 21.526, com área de 300m², e na Rua Almirante Tamandaré, n. 1858, no Bairro Salete, para o período de 06 meses, cfe indicação da Comissão Permanente de Avaliação, prorrogáveis conforme a necessidade da Administração Pública e acordo entre as partes nos termos da Lei n. 8.666/93 e suas alterações. Contratado: JOSE ARMINDO KLEIN Valor Total de R\$ 3.600,00. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade ou sito a Rua

Marcilio Dias, 1199, fone (0xx49)36312005.

São Miguel do Oeste - SC, 14 de abril de 2015.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

# Schroeder

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REPETIÇÃO CONCORRÊNCIA Nº. 01/2015 – PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 - SCHROEDER/SC  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500  
e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

### AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REPETIÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº. 01/2015 - PMS  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 43/2015-PMS

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados através da Comissão de Licitações, informa que a Sessão Pública para recebimento e abertura dos envelopes e abertura da licitação, realizada em 17 de abril de 2015, na Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marechal Castelo Branco nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min e Abertura do processo: às 09h, tendo em vista a outorga de permissão de serviços de remoção por guincho, guarda e depósito de veículos removidos, apreendidos e retirados de circulação pela Polícia Militar e Civil no Município de Schroeder, nos termos da Lei Municipal n.º 1.681/2008, de 16 de setembro de 2008 e Lei Federal n.º 8.987, de 13/02/1995 e Convênio n.º 15.743/2007-0.

O Prefeito Municipal comunica aos interessados que a nova Sessão de Abertura da Concorrência nº. 01/2015-PMS, realizar-se-á em 25 de maio de 2015, na Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min e Abertura do processo: às 09h.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br).

Schroeder, 17 de abril de 2015.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DO CONTRATO Nº. 95/2015-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, 3201  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500  
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC  
e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 95/2015-PMS  
Dispensa de Licitação nº. 30/2015-PMS - Processo nº. 79/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: LOCAWEB SERVIÇOS DE INTERNET S.A, inscrita no CNPJ sob o nº. 02.351.877/0001-52, estabelecida na Rua Itapaiuna, nº 2434, Vila Andrade, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 05.707-001.

1.1 Objeto: Constitui o presente contrato a Hospedagem de 200 contas de emails com 7,5GB cada do Município de Schroeder (@schroeder.sc.gov.br) pelo período de 6 meses conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNI-TÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Hospedagem de 200 contas de emails com 5GB cada do Município de Schroeder pelo período de 6 meses.	01	UNIDADE	1.111,50	1.111,50
TOTAL R\$					1.111,50

Valor do contrato: R\$ 1.111,50 (um mil cento e onze reais e cinquenta centavos).  
Data da Assinatura: 17/04/2015 - Vigência: 6 MESES

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº. 32/2015-FMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Termo de Credenciamento nº. 32/2015-FMS

Chamada Publica nº. 01/2015 -FMS - Processo nº. 19/2015-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: HOSPITAL DE OLHOS FREITAG LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 03.264.088/0001-47, estabelecida na Rua Germano Brandes Senior nº 726 - fundos, Bairro Centro, na cidade de Timbó, Estado de Santa Catarina, CEP 89.120-000

Objeto: O objeto do presente contrato consiste na seleção e possível contratação de prestadores de serviços para consultas especializadas em OFTALMOLOGIA, NEUROLOGIA, ENDOCRINOLOGIA, ALERGIA E IMUNOLOGIA e OTORRINOLARINGOLOGIA e EXAMES OFTALMOLÓGICOS para suprir as necessidades da Secretaria da Saúde do Município de Schroeder/SC, conforme edital de Chamamento Público que faz parte integrante deste instrumento como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR R\$ UNITÁRIO
01	Consulta especializada em OFTALMOLOGIA (incluso na consulta: fundoscopia, tonometria, acuidade visual*). * Potencial de acuidade visual a parte, se necessário.	80,00
02	Gonioscopia	80,00
03	Mapeamento de retina	65,00
04	Ceratometria	80,00
05	Retinografia colorida binocular	70,00
06	Retinografia fluorescente binocular	220,00
07	Biometria Ultrassônica (monocular)	80,00
08	Microscopia especular de córnea	150,00
09	Ultrassonografia de globo ocular / órbita (monocular)	80,00
10	Campimetria computadorizada ou manual com gráfico	45,00
11	Paquimetria ultrassônica	80,00
12	Potencial de acuidade visual (a parte da consulta, quando necessário somente este exame).	40,00
13	Tonometria (a parte da consulta, quando necessário somente este exame).	5,00
14	Fundoscopia (a parte da consulta, quando necessário somente este exame).	25,00

Data da Assinatura: 17/04/2015 - Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº. 33/2015-FMS**

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Termo de Credenciamento nº. 33/2015-FMS

Chamada Publica nº. 01/2015 -FMS - Processo nº. 19/2015-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: CLÍNICA NEUROLÓGICA ICTUS SS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 19.103.672/0001-50, estabelecida na Rua Leopoldo Malheiro nº 172 - sala 03, Bairro Centro, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89.251-490

Objeto: O objeto do presente contrato consiste na seleção e possível contratação de prestadores de serviços para consultas especializadas em OFTALMOLOGIA, NEUROLOGIA, ENDOCRINOLOGIA, ALERGIA E IMUNOLOGIA e OTORRINOLARINGOLOGIA e EXAMES OFTALMOLÓGICOS para suprir as necessidades da Secretaria da Saúde do Município de Schroeder/SC, conforme edital de Chamamento Público que faz parte integrante deste instrumento como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR R\$ UNITÁRIO
15	Consulta especializada em NEUROLOGIA	80,00

Data da Assinatura: 17/04/2015 - Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

**ATA CONCORRÊNCIA 01/2015-PMS (SEQUÊNCIA 01)**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>CONCORRÊNCIA</b> <b>Nr.: 1/2015 - CC</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 43/2015 Data do Processo: 11/03/2015

Folha: 1/1

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 49/2015 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

outorga de permissão de serviços de remoção por guincho, guarda e depósito de veículos removidos, apreendidos e retirados de circulação pela Polícia Militar e Civil no Município de Schroeder, nos termos da lei municipal nos termos da Lei Municipal n.º 1.681/2008, de 16 de setembro de 2008 e Lei Federal n.º 8.987, de 13/02/1995 e Convênio n.º 15.743/2007-0.

A comissão reuniu-se para abertura da licitação conforme determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo é publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, Jornal de Circulação Regional 'O Correio do Povo', Diário Oficial da União e disponibilizado na íntegra no site: [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br) do Município de Schroeder /SC. Diante da ausência de participantes, caracterizada pela não apresentação envelopes de habilitação e propostas, bem como o credenciamento, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. O processo foi declarado deserto. Diante do acima exposto encerra-se a sessão.

Schroeder, 17 de Abril de 2015

**COMISSÃO:**

Ivandra de Souza	- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
Valderi Rocha de Camargo	- ..... - Membro
Gelson Stein	- ..... - Membro
Cheila Adriane Klitzke	- ..... - Membro
Daniela Samulescki	- ..... - Secretária
Suzana Pereira Lopes	- ..... - Membro Suplente
Elair José Wendt	- ..... - Membro Suplente

**ATA TOMADA DE PREÇOS 04/2015-PMS (SEQUÊNCIA 01)**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 4/2015 - TP</b>  Processo Administrativo: Processo de Licitação: 57/2015 Data do Processo: 26/03/2015
	Folha: 1/2

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Tarcísio José Bertoldi, Schroeder I, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 50m e área total de 300,00 m², conforme projetos, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, firmada entre moradores li

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 50/2015 (Sequência: 1)**

Ao(s) 17 de Abril de 2015, às 14:15 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 60292015, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 57/2015, Licitação nº 4/2015 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), no jornal de circulação regional - O Correo do Povo, Diário Oficial do Estado e disponibilizado na íntegra no site www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que o representante da empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., está credenciado para a licitação. Pois apresentou a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Foi aberto o envelope de habilitação da empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., cujos documentos foram rubricados pelo presidente e membros da comissão e colocados à disposição dos presentes para exame e rubricação. Constatando que a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. apresentou a documentação de acordo como exigido no edital, resultando assim habilitada. Sendo renunciado ao direito de recurso pronunciado diretamente na sessão de abertura dos envelopes de habilitação pela empresa participante, e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório. Foi aberto o envelope de proposta comercial da empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. Constatou-se vencedora a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., com o valor total de R\$ 38.380,34. Diante do exposto a comissão abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser repassada a cópia da ata ao participante.

**LOTE: 1**

**Participante: 9522 - PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Tarcísio José Bertoldi, Schroeder I, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 50m e área total de 300,00 m², conforme projetos, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, firmada entre moradores lindeiros e o Município de Schroeder, conforme Lei Municipal nº. 2.000/2014	UN	1,00		0,0000	38.380,34	38.380,34

**Total do Participante** —————→ 38.380,34

**Total Geral** —————→ 38.380,34

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 4/2015 - TP</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 57/2015 Data do Processo: 26/03/2015

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 17 de Abril de 2015

**COMISSÃO:**

Ivandra de Souza	- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
Gelson Stein	- ..... - Membro
Valderi Rocha de Camargo	- ..... - Membro
Cezar Santos de Jesus	- ..... - Membro
Daniela Samulescki	- ..... - Secretária
Eloir José Wendt	- ..... - Membro Suplente
Walter Egidio Mukai	- ..... - Membro Suplente

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

INGO BAADE	- ..... - Representante
------------	-------------------------

<p><b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b></p> <p>CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</p>	<p><b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 4/2015 - TP</b></p>
	<p>Processo Administrativo: Processo de Licitação: 57/2015 Data do Processo: 26/03/2015</p>
	<p>Folha: 1/2</p>

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Tarcísio José Bertoldi, Schroeder I, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 50m e área total de 300,00 m², conforme projetos, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, firmada entre moradores li

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 50/2015 (Sequência: 1)**

Ao(s) 17 de Abril de 2015, às 14:15 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 60292015, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 57/2015, Licitação nº 4/2015 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), no jornal de circulação regional - O Correio do Povo, Diário Oficial do Estado e disponibilizado na íntegra no site www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que o representante da empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., está credenciado para a licitação. Pois apresentou a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Foi aberto o envelope de habilitação da empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., cujos documentos foram rubricados pelo presidente e membros da comissão e colocados à disposição dos presentes para exame e rubricação. Constatando que a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. apresentou a documentação de acordo como exigido no edital, resultando assim habilitada. Sendo renunciado ao direito de recurso pronunciado diretamente na sessão de abertura dos envelopes de habilitação pela empresa participante, e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório. Foi aberto o envelope de proposta comercial da empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. Constatou-se vencedora a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., com o valor total de R\$ 38.380,34. Diante do exposto a comissão abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser repassada a cópia da ata ao participante.

**LOTE: 1**

**Participante: 9522 - PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua Tarcísio José Bertoldi, Schroeder I, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 50m e área total de 300,00 m², conforme projetos, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, firmada entre moradores lindeiros e o Município de Schroeder, conforme Lei Municipal nº. 2.000/2014	UN	1,00		0,0000	38.380,34	38.380,34

**Total do Participante** —————→ 38.380,34

**Total Geral** —————→ 38.380,34

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 4/2015 - TP</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 57/2015 Data do Processo: 26/03/2015

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 17 de Abril de 2015

**COMISSÃO:**

Ivandra de Souza	- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
Gelson Stein	- ..... - Membro
Valderi Rocha de Camargo	- ..... - Membro
Cezar Santos de Jesus	- ..... - Membro
Daniela Samulescki	- ..... - Secretária
Eloir José Wendt	- ..... - Membro Suplente
Walter Egidio Mukai	- ..... - Membro Suplente

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

INGO BAADE	- ..... - Representante
------------	-------------------------

**ATA TOMADA DE PREÇOS 05/2015-PMS (SEQUÊNCIA 01)**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 5/2015 - TP</b>  Processo Administrativo: Processo de Licitação: 58/2015 Data do Processo: 27/03/2015
	Folha: 1/2

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua 09 de Maio, Schroeder I, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 85m e área total de 866,75 m² e da Rua Porto Alegre, Schroeder I, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 51,5m e área total de 365,29 m² conforme proj

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 51/2015 (Sequência: 1)**

Ao(s) 17 de Abril de 2015, às 14:45 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 60292015, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 58/2015, Licitação nº 5/2015 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), no jornal de circulação regional - O Correio do Povo, Diário Oficial do Estado e disponibilizado na íntegra no site www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Depois de rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que o representante da empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., está credenciado para a licitação. Pois apresentou a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Foi aberto o envelope de habilitação da empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., cujos documentos foram rubricados pelo presidente e membros da comissão e colocados à disposição dos presentes para exame e rubricação. Constatando que a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. apresentou a documentação de acordo como exigido no edital, resultando assim habilitada. Sendo renunciado ao direito de recurso pronunciado diretamente na sessão de abertura dos envelopes de habilitação pela empresa participante, e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório. Foi aberto o envelope de proposta comercial da empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. Constatou-se vencedora a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., com o valor total de R\$ 118.285,24. Diante do exposto a comissão abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser repassada a cópia da ata ao participante.

**LOTE: 1**

**Participante: 9522 - PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos), serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da Rua 09 de Maio, Schroeder I, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 85m e área total de 866,75 m² e da Rua Porto Alegre, Schroeder I, neste Município de Schroeder/SC, compreendendo uma extensão de 51,5m e área total de 365,29 m² conforme projetos, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos em regime de PARCERIA, firmada entre moradores lindeiros e o Município de Schroeder, conforme Lei Municipal nº. 2.000/2014	UN	1,00		0,0000	118.285,24	118.285,24

**Total do Participante** —————> 118.285,24

**Total Geral** —————> 118.285,24

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 5/2015 - TP</b>
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 58/2015 Data do Processo: 27/03/2015

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 17 de Abril de 2015

**COMISSÃO:**

Ivandra de Souza	- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
Gelson Stein	- ..... - Membro
Valderi Rocha de Camargo	- ..... - Membro
Cezar Santos de Jesus	- ..... - Membro
Daniela Samulescki	- ..... - Secretária
Eloir José Wendt	- ..... - Membro Suplente
Walter Egidio Mukai	- ..... - Membro Suplente

**Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:**

INGO BAADE	- ..... - Representante
------------	-------------------------

**DISPENSA 30/2015-PMS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 30/2015 - DL**

Processo Nr.: 79/2015  
Data: 17/04/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: LOCAWEB SERVICOS DE INTERNET S.A.  
Endereço: R ITAPAIUNA,2434 -  
Cidade: SAO PAULO - SP  
CNPJ: 02.351.877/0001-52

Código: 10493

Inscrição Estadual:

**Objeto da Compra:** Hospedagem de 200 contas de emails com 7,5GB cada do Município de Schroeder (@schroeder.sc.gov.br) pelo período de 6 meses.

**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Hospedagem de 200 contas de emails com 5GB cada do Município de Schroeder pelo período de 6 meses	UN	1.111,50	1.111,50

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

" Manter hospedagem de emails (@schroeder.sc.gov.br) através de estrutura própria demanda de altos investimentos em disponibilidade de energia, servidores, internet e suporte, as quais tomam o custo muito elevado. Terceirizando o serviço para empresas especializadas no assunto, o custo torna-se muito mais acessível. A Prefeitura já mantém o serviço terceirizado desde 2008 e o processo de transferencia de caixas e mensagens para outro servidor é complexo. No momento ainda é a solução mais favorável a municipalidade."

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

Schroeder, 17 de Abril de 2015

\_\_\_\_\_  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 30/2015 - DL**

**Processo Nr.: 79/2015**  
**Data: 17/04/2015**

Folha: 2/2

16/04/2015

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 16 de Abril de 2015

**Valor da Despesa:** 1.111,50 (um mil cento e onze reais e cinquenta centavos)

**Pagamento.....:** 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

**DISPENSA Nº 31/2015-PMS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 31/2015 - DL**

Processo Nr.: 80/2015  
Data: 17/04/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: AGENCIA COSMOS DE VIAGENS LTDA - EPP  
Endereço: R DONALDO GEHRING,50 -  
Cidade: JARAGUA DO SUL - SC  
CNPJ: 76.366.673/0001-21

Código: 7578

Inscrição Estadual:

**Objeto da Compra:** Aquisição de passagem aérea de Curitiba/PR à Brasília/DF para atender as necessidades do Vice Prefeito do Município de Schroeder/SC.

**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Voo 6240 - gol, saída dia 10/03/2015 às 08h38min, de Curitiba-PR (Afonso Pena), com destino a Brasília/DF (Presidente Juscelino Kubitschek).	UN	496,54	496,54
2	1,00	Voo 1079 - gol, saída dia 12/03/2015 às 20h18min, de Brasília/DF (Presidente Juscelino Kubitschek), com destino a Curitiba/PR (Afonso Pena).	UN	561,82	561,82

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

Passagem aérea para o vice prefeito Moacir Zamboni, para audiência no FNDE, com Deputados Federais e Senadores em Brasília/DF.

Schroeder, 17 de Abril de 2015

-----  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nr.: 31/2015 - DL**

**Processo Nr.:** 80/2015  
**Data:** 17/04/2015

Folha: 2/2

17/4/2015

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 17 de Abril de 2015

**Valor da Despesa:** 1.058,36 (um mil e cinquenta e oito reais e trinta e seis centavos)

**Pagamento.....:** 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

# Serra Alta

## PREFEITURA

### DECRETO N° 081/2015

#### DECRETO N° 081/2015 DE 17 DE ABRIL DE 2015.

**“Homologa as inscrições do Processo Seletivo Municipal de acordo com Edital N° 001/2015, DE 20 DE MARÇO DE 2015.”**

**FRANCISCO ARTUR BOTH**, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com supervisão da Comissão Nomeada pela Administração Municipal, **DIVULGA** através do presente instrumento de homologação, as inscrições do Processo Seletivo Edital n° 001/2015, cuja relação segue abaixo:

**Art. 1º.** – Ficam homologadas as inscrições abaixo relacionadas referente ao Processo Seletivo Edital n° 001/2015.

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE		
Nº Inscrição	Candidato	Situação
31	KAUANA DE MORAIS DA SILVA	DEFERIDO(A)

Candidatos no Cargo: 1      Inscrições Deferidas: 1      Inscrições Indeferidas: 0

AGENTE EDUCATIVO		
Nº Inscrição	Candidato	Situação
3	ALESSANDRA DA SILVA	INDEFERIDO(A)
33	ANA CLAUDIA SENHOR	DEFERIDO(A)
17	CHAYANE DE OLIVEIRA	INDEFERIDO(A)
43	DARLI TEREZINHA CERIZOLLI	DEFERIDO(A)
55	JUCIÉLI VANI	DEFERIDO(A)
39	RAFAELA PAULA STRAPAZZON	DEFERIDO(A)

Candidatos no Cargo: 6      Inscrições Deferidas: 4      Inscrições Indeferidas: 2

AUXILIAR ADMINISTRATIVO		
Nº Inscrição	Candidato	Situação
35	AIMAR JOSE PALOSCHI	DEFERIDO(A)
13	BRUNA MARAFON	DEFERIDO(A)
51	CLEIDIANE DA SILVA	DEFERIDO(A)

26	DANIEL MAGNUM NUNES COSTA	INDEFERIDO(A)
7	DEBORAH XAVIER DE SOUZA DALMOLIN	INDEFERIDO(A)
48	DOUGLAS ARTHUR SPEROTTO	DEFERIDO(A)
28	EDILVANE BARICHELLO	DEFERIDO(A)
21	ELISANDRA SENHOR	INDEFERIDO(A)
37	JANETE DA SILVA	INDEFERIDO(A)
1	JORDANA VANZELLA	INDEFERIDO(A)
62	JOSÉ MAR RODRIGUES JUNIOR	INDEFERIDO(A)
41	JUCIELI HANAUER	DEFERIDO(A)
56	LILIAN PAULA PACASSA	DEFERIDO(A)
20	MARIA CRISTINA GUMPLINGER OLIVERA	DEFERIDO(A)
57	RENAN JUNIOR DE ALMEIDA	DEFERIDO(A)
47	ROSA MARIA PRIOR	DEFERIDO(A)

**Candidatos no Cargo:** 16      **Inscrições Deferidas:** 10      **Inscrições Indeferidas:** 6

AUXILIAR DE ENFERMAGEM		
Nº Inscrição	Candidato	Situação
4	CRISTIANA MARTELLO	DEFERIDO(A)
59	DIOGO FILIPPI CHIELLA	DEFERIDO(A)
8	PRISCILA WERNER	DEFERIDO(A)
5	SANDRA PAULA BELOLLI	DEFERIDO(A)
38	SIMÉIA ZANON SUTIL	DEFERIDO(A)

**Candidatos no Cargo:** 5      **Inscrições Deferidas:** 5      **Inscrições Indeferidas:** 0

ENGENHEIRO CIVIL		
Nº Inscrição	Candidato	Situação
27	ADRIANO MOKWA BATISTA	INDEFERIDO(A)
6	DANIEL GALERA	INDEFERIDO(A)
2	EDINEI BARICHELLO	INDEFERIDO(A)
29	EDUARDO BRUDA	DEFERIDO(A)
11	EDUARDO DE BOM	DEFERIDO(A)
60	EDUARDO JOSÉ BORDIN RUPP	INDEFERIDO(A)
40	ELISA REGINA PETTER	INDEFERIDO(A)
24	FABIANA GRANDO	DEFERIDO(A)
10	FERNANDO TRINTINAGLIA	INDEFERIDO(A)
58	GUSTAVO BOCHI BARBIERI	DEFERIDO(A)
54	LAURA SABRINA BRUM	DEFERIDO(A)

53	MAIARA ALESSI	DEFERIDO(A)
61	REGINA FRIEDRICH	DEFERIDO(A)
34	VALDEMAR MARTINS	DEFERIDO(A)
9	WILLIAM CARLOS PASSONI	INDEFERIDO(A)

**Candidatos no Cargo:** 15      **Inscrições Deferidas:** 8      **Inscrições Indeferidas:** 7

PROFESSOR I – EDUCAÇÃO INFANTIL		
Nº Inscrição	Candidato	Situação
14	CAMILA ANTUNES	DEFERIDO(A)
22	ELIZANDRA KOMINKIEWICZ WRZESINSKI	DEFERIDO(A)
46	IVONETE PIRES DE LIMA	DEFERIDO(A)
52	MARINÊS ROJAHN	DEFERIDO(A)
45	ROSANE CRISTINA JACOBY	DEFERIDO(A)

**Candidatos no Cargo:** 5      **Inscrições Deferidas:** 5      **Inscrições Indeferidas:** 0

PROFESSOR II – SÉRIES INICIAIS		
Nº Inscrição	Candidato	Situação

**Candidatos no Cargo:** 0      **Inscrições Deferidas:** 0      **Inscrições Indeferidas:** 0

PROFESSOR III – INGLÊS		
Nº Inscrição	Candidato	Situação
50	JORDY LUIZ WERLANG DE SOUZA	DEFERIDO(A)

**Candidatos no Cargo:** 1      **Inscrições Deferidas:** 1      **Inscrições Indeferidas:** 0

SEGUNDO PROFESSOR		
Nº Inscrição	Candidato	Situação
25	FRANCINE PACASSA	DEFERIDO(A)
16	SALETE TEREZINHA WOLSKI BRUGNERA	DEFERIDO(A)
23	SILVANA CRISTINA VINCENZI ZAMIGNAN.	DEFERIDO(A)
12	SIMPLICIA MARIA DA CUNHA	DEFERIDO(A)
44	SONIA ELIZABETE JACOBSEN STOCKER	DEFERIDO(A)

**Candidatos no Cargo:** 5      **Inscrições Deferidas:** 5      **Inscrições Indeferidas:** 0

SERVENTE DE ESCOLA		
Nº Inscrição	Candidato	Situação
15	DIVA PRIOR	DEFERIDO(A)
30	IVETE TEREZINHA DE OLIVEIRA	DEFERIDO(A)
19	JUSSARA APARECIDA SIEPMANN PRIOR	DEFERIDO(A)
32	NEIVA PROVENSI	DEFERIDO(A)
36	OLIVA PEREIRA	DEFERIDO(A)

Candidatos no Cargo: 5      Inscrições Deferidas: 5      Inscrições Indeferidas: 0  
Total de Candidatos: 59      Inscrições Deferidas: 44      Inscrições Indeferidas: 15

**Art. 2º** – Foram homologadas inscrições, as quais preenchem os requisitos constantes no Edital do Processo Seletivo Municipal N°001/2015.

**Art. 3º**- Este Decreto entra em vigor da data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do **Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013**, revogando as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Serra Alta/SC, 17 de Abril de 2015.

**FRANCISCO ARTUR BOTH**

Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e publicado em data supra:

**VANDERLI RUI DE GASPARI**

Secretário de Administração

**DECRETO Nº 082/2015**

DECRETO Nº. 082/2015 DE 20 DE ABRIL DE 2015.

"INSTITUI, E DESIGNA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO SELETIVO 001/2015 DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica Constituída a Comissão de Acompanhamento e fiscalização do Processo Seletivo nº001/2015, designando os seguintes membros para sua composição:

SALETE CERIZOLLI PRIOR - Presidente  
JAQUELINE NOAL DONIDA - Secretária  
ANA CLAUDIA LAUXEN ZUZELISKI - Membro

Art. 2º. Os membros designados, nos termos do artigo anterior, não receberão remuneração extra para o exercício do presente mandato, podendo ausentar-se das atribuições normais dos respectivos cargos, para dedicar-se ao acompanhamento do Processo Seletivo nº 001/2014.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013. Revogando O DECRETO Nº 069/2015 DE 17 DE MARÇO DE 2015, e as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 20 de abril de 2015.  
FRANCISCO ARTUR BOTH  
Prefeito Municipal de Serra Alta

Registrado e Publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI  
Secretário de Administração

**EXTRATO CONTRATUAL Nº 026/2015**

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 016/2015	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	26/2015
Contratante	MUNICÍPIO DE SERRA ALTA

Contratada	MARTEPLAN TERRAPLENAGENS & SERVIÇOS LTDA ME.
Objeto.....	O presente instrumento tem por objeto, a contratação de empresa do ramo de engenharia e ou/construção civil, em regime de empreitada global (material e mão-de-obra) para a Execução da Obra de Pavimentação com pedra basalto irregular e Drenagem Pluvial a ser executada no Município de Serra Alta no Trecho EMSA 016 – Linha Bianchetto, totalizando uma área de 1.700,18m², em conformidade com o Convênio nº 3012/2014 celebrado entre o Estado de SC, por meio da SDR de Maravilha (Processo nº SDR02 1116/2014) e o Município de Serra Alta. Os dados são de acordo com as especificações e quantidades contidas no Projeto de Engenharia, memorial técnico descritivo, orçamento quantitativo e financeiro, composição do BDI, cronograma físico-financeiro global, em Anexo do Edital em epígrafe.  Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital da Licitação modalidade TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS nº 016/2015, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.
Valor.....:	O valor total global preposto para a execução da referida Obra é de R\$ 54.700,00 (Cinquenta e quatro mil e setecentos reais) sendo que desse valor R\$ 38.290,00 (Trinta e oito mil e duzentos e noventa reais) referem-se aos materiais e R\$ 16.410,00 (Dezesseis mil e quatrocentos e dez reais.), correspondem à mão de obra empregados na execução da obra.
Vigência....	22/04/2015 á 30/08/2015.
Dotação.....	Orçamento vigente 2015: 08.00 – SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS 08.02 – DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS 1.120 – Pavimentação de Ruas, Passeios e Ciclovias - 4.4.90.00 Despesa 72 – DR 0001 Despesa 73 – DR 0012
SERRA ALTA/SC, 22 de abril de 2015.	
FRANCISCO ARTUR BOTH	
PREFEITO MUNICIPAL	

**EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SERRA ALTA

AVISO DE LICITAÇÃO:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2015

Tipo: Menor Preço/Por item.

OBJETO: Aquisição de Gêneros Alimentícios oriundos da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, oferecendo uma alimentação saudável e de qualidade aos alunos que frequentam a Rede Municipal de Ensino.

Entrega dos Envelopes : 08:30 horas do dia 11 de Maio de 2015.

Abertura dos Envelopes : 09:00 horas do dia 11 de Maio de 2015.

O Edital se encontra disponível na Prefeitura e no site <http://www.serraalta.sc.gov.br/>

ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830,

nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:15 às 17:15 horas.

SERRA ALTA, 22 de abril de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH

PREFEITO MUNICIPAL

**Timbó****PREFEITURA****ATA ABERTURA DE PROPOSTA CONCORRÊNCIA N.º 171 2014 PMT**

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE ABERTURA DE PROPOSTA DA CONCORRÊNCIA Nº. 171/2014 - PMT

Às oito horas e quinze minutos, do vigésimo dia, do mês de abril de dois mil e quinze, na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela Portaria 1451/2015 (alterada pela Portaria 1479/2015), sob a presidência da Sra. Pamela A. Campregher Floriano, estando presentes os membros Andrea Taise Franz Franz e Bárbara Luiza Poffo de Azevedo e, representando a empresa ENGEPLAN TERRAPLENAGEM, SANEAMENTO E URBANISMO LTDA., o Sr. Jair Osvaldo Galvão Filho, para abertura dos envelopes das empresas habilitadas (ENGEPLAN TERRAPLENAGEM, SANEAMENTO E URBANISMO LTDA, PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA e PACOPE- DRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA) no processo licitatório Concorrência nº 171/2014 - PMT, conforme segue: Iniciada a sessão a Senhora Presidente solicitou aos presentes que conferissem a inviolabilidade dos envelopes.

Em prosseguimento, a Senhora Presidente passou à abertura dos envelopes de Proposta, colocando à disposição dos presentes os documentos neles contidos.

Da abertura dos envelopes de proposta, o valor total global apresentado pelas empresas foram os seguintes:

- ENGEPLAN TERRAPLENAGEM, SANEAMENTO E URBANISMO LTDA: R\$ 18.897.320,58 (dezoito milhões, oitocentos e noventa e sete mil, trezentos e vinte reais e cinquenta e oito centavos).

- PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA: R\$ 19.887.426,67 (dezenove milhões, oitocentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e vinte e seis reais e sessenta e sete centavos).

- PACOPE- DRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA: R\$ 19.887.859,01 (dezenove milhões, oitocentos e oitenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e um centavo).

Da análise e exame das propostas, à vista das exigências constantes do Edital, a Presidente suspendeu a sessão para encaminhamento dos documentos das propostas ao Setor de Engenharia da Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, para análise dos valores e quantitativos, bem como das planilhas de composição do BDI apresentados pelas empresas licitantes, sendo que após a emissão do parecer/análise será realizado o julgamento da empresa vencedora do certame.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão e pelo representante legal presente.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO

Presidente

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO

Membro

ANDREA TAISE FRANZ

Secretária

ENGEPLAN TERRAPLENAGEM, SANEAMENTO E URBANISMO LTDA

**ATA CONVOCAÇÃO ENVELOPE PROPOSTA CARTA CONVITE Nº 02 2015 - FME**

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE CARTA CONVITE Nº. 02/2015 - FME

Às dezesseis horas, do décimo sétimo dia, do mês de abril de dois mil e quinze, na sala do Setor de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ-SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria 1451/2015 (alterada pela Portaria 1479/2015), sob a presidência da Sra. Pamela A. Campregher Floriano, estando presentes os membros Andrea Taise Franz e Bárbara Luiza Poffo de Azevedo, com o objetivo de dar continuidade no procedimento licitatório - Carta Convite nº 02/2015 - FME, que tem por objeto a aquisição de premiações (troféus, medalhas e taças) para o atendimento das demandas de eventos da Fundação Municipal de Esportes de Timbó para o ano de 2015.

Tendo em vista que o prazo estabelecido na Ata de Habilitação de 14/04/2015 transcorreu sem a interposição de recursos, a Comissão de Licitação leva ao conhecimento dos interessados que a sessão pública de abertura dos envelopes nº 02 - Proposta de Preços das empresas habilitadas, se realizará no dia 22 de abril de 2015, às 09h00 na Sala de Licitações da Prefeitura de Timbó, Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro, Timbó.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO

Presidente

ANDREA TAISE FRANZ

Secretária

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO

Membro

**ATA CREDENCIAMENTO N.º 01 2015 FME - ÁRBITROS (17.04.15)**

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE CREDENCIAMENTO Nº. 01/2015 - FME

Às dez horas, do décimo sexto dia, do mês de abril de dois mil e quinze (17/04/2015), na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria 1451/2015 (alterada pela Portaria 1479/2015), sob a presidência da Sra. Pamela A. Campregher Floriano, estando presentes os membros Andrea Taise Franz e Bárbara Luiza Poffo de Azevedo, para abertura dos envelopes de Habilitação/Credenciamento do processo licitatório nº. 01/2015 - FME.

Entregaram os envelopes os seguintes profissionais: RAQUEL JAQUELINE MOSER CPF Nº 049.129.599-52, TATIANA ESPINDOLA BRANDES CPF Nº 989.276.989-91, BEATRIZ EWALD CPF Nº 080.733.109-02, ELAINE CRISTINA MARCILIO NASCIUTTI DIAS CPF Nº 050.649.419-51, EVERTON MAURICIO FRAINER CPF Nº 006.175.579-69, THAYS DOS SANTOS SILVA CPF Nº 041.508.529-28, MARCIO DOS SANTOS BARBOSA CPF Nº 036.026.696-70, SUELY EWALD NEITZKE CPF Nº 498.465.239-04, RUBENS NEITZKE CPF Nº 379.557.059-04 e DANIEL STEDILE CPF Nº 064.831.689-00.

A Senhora Presidente solicitou aos presentes que rubricassem os envelopes e que conferissem sua inviolabilidade.

Na sequência, a senhora presidente iniciou a abertura dos envelopes para análise dos documentos, sendo que os seguintes profissionais atenderam as condições do edital: RAQUEL JAQUELINE MOSER CPF Nº 049.129.599-52, TATIANA ESPINDOLA BRANDES CPF Nº 989.276.989-91, BEATRIZ EWALD CPF Nº 080.733.109-02, ELAINE CRISTINA MARCILIO NASCIUTTI DIAS CPF Nº 050.649.419-51, EVERTON MAURICIO FRAINER CPF Nº 006.175.579-69, THAYS DOS SANTOS SILVA CPF Nº 041.508.529-28, MARCIO DOS SANTOS BARBOSA CPF Nº 036.026.696-70, SUELY EWALD NEITZKE CPF Nº 498.465.239-04, RUBENS NEITZKE CPF Nº 379.557.059-04 e DANIEL STEDILE CPF Nº 064.831.689-00.

Nesse sentido, restaram credenciados os seguintes profissionais nas respectivas modalidades:

RAQUEL JAQUELINE MOSER			
Item	Unid	Descrição: Prestação De Serviços De Arbitragem Nas Diferentes Modalidades	Valor Unitário Em R\$
03	JOGO	MESÁRIO/APONTADOR FUTEBOL/ FUTSAL/VOLEIBOL/HANDEBOL	45,00
07	JOGO	ARBITRO DE VÔLEI / FUTEVÔLEI / VÔLEI DE AREIA	90,00
09	DIÁRIA	ARBITRO DE JOGOS DE MESA	150,00
10	DIÁRIA	ARBITRO DE ESPORTE ESCOLAR / COMUNITÁRIO	150,00
11	JOGO	ARBITRO DE BASQUETE	65,00
12	JOGO	ARBITRO DE HANDEBOL	65,00
13	DIÁRIA	ARBITRO DE ATLETISMO	200,00

## TATIANA ESPINDOLA BRANDES

Item	Unid	Descrição: Prestação De Serviços De Arbitragem Nas Diferentes Modalidades	Valor Unitário Em R\$
03	JOGO	MESÁRIO/APONTADOR FUTEBOL/ FUTSAL/VOLEIBOL/HANDEBOL	45,00
07	JOGO	ARBITRO DE VÔLEI / FUTEVÔLEI / VÔLEI DE AREIA	90,00
09	DIÁRIA	ARBITRO DE JOGOS DE MESA	150,00
10	DIÁRIA	ARBITRO DE ESPORTE ESCOLAR / COMUNITÁRIO	150,00
11	JOGO	ARBITRO DE BASQUETE	65,00
12	JOGO	ARBITRO DE HANDEBOL	65,00
13	DIÁRIA	ARBITRO DE ATLETISMO	200,00

## BEATRIZ EWALD

Item	Unid	Descrição: Prestação De Serviços De Arbitragem Nas Diferentes Modalidades	Valor Unitário Em R\$
03	JOGO	MESÁRIO/APONTADOR FUTEBOL/ FUTSAL/VOLEIBOL/HANDEBOL	45,00
07	JOGO	ARBITRO DE VÔLEI / FUTEVÔLEI / VÔLEI DE AREIA	90,00
09	DIÁRIA	ARBITRO DE JOGOS DE MESA	150,00
10	DIÁRIA	ARBITRO DE ESPORTE ESCOLAR / COMUNITÁRIO	150,00
11	JOGO	ARBITRO DE BASQUETE	65,00
12	JOGO	ARBITRO DE HANDEBOL	65,00
13	DIÁRIA	ARBITRO DE ATLETISMO	200,00

## ELAINE CRISTINA MARCILIO NASCIUTTI DIAS

Item	Unid	Descrição: Prestação De Serviços De Arbitragem Nas Diferentes Modalidades	Valor Unitário Em R\$
03	JOGO	MESÁRIO/APONTADOR FUTEBOL/ FUTSAL/VOLEIBOL/HANDEBOL	45,00
07	JOGO	ARBITRO DE VÔLEI / FUTEVÔLEI / VÔLEI DE AREIA	90,00
09	DIÁRIA	ARBITRO DE JOGOS DE MESA	150,00
10	DIÁRIA	ARBITRO DE ESPORTE ESCOLAR / COMUNITÁRIO	150,00
11	JOGO	ARBITRO DE BASQUETE	65,00
12	JOGO	ARBITRO DE HANDEBOL	65,00
13	DIÁRIA	ARBITRO DE ATLETISMO	200,00

## EVERTON MAURICIO FRAINER

Item	Unid	Descrição: Prestação De Serviços De Arbitragem Nas Diferentes Modalidades	Valor Unitário Em R\$
01	JOGO	ARBITRO DE FUTEBOL DE CAMPO	150,00
02	JOGO	ASSISTENTE DE FUTEBOL DE CAMPO	80,00
03	JOGO	MESÁRIO/APONTADOR FUTEBOL/ FUTSAL/VOLEIBOL/HANDEBOL	45,00
04	JOGO	ARBITRO DE FUTEBOL SUÍÇO	70,00
05	JOGO	ARBITRO DE FUTEBOL DE AREIA	70,00
06	JOGO	ARBITRO FUTSAL	80,00
07	JOGO	ARBITRO DE VÔLEI / FUTEVÔLEI / VÔLEI DE AREIA	90,00
10	DIÁRIA	ARBITRO DE ESPORTE ESCOLAR / COMUNITÁRIO	150,00

## THAYS DOS SANTOS SILVA

Item	Unid	Descrição: Prestação De Serviços De Arbitragem Nas Diferentes Modalidades	Valor Unitário Em R\$
03	JOGO	MESÁRIO/APONTADOR FUTEBOL/ FUTSAL/VOLEIBOL/HANDEBOL	45,00
07	JOGO	ARBITRO DE VÔLEI / FUTEVÔLEI / VÔLEI DE AREIA	90,00
09	DIÁRIA	ARBITRO DE JOGOS DE MESA	150,00
10	DIÁRIA	ARBITRO DE ESPORTE ESCOLAR / COMUNITÁRIO	150,00
11	JOGO	ARBITRO DE BASQUETE	65,00

12	JOGO	ARBITRO DE HANDEBOL	65,00
----	------	---------------------	-------

## MARCIO DOS SANTOS BARBOSA

Item	Unid	Descrição: Prestação De Serviços De Arbitragem Nas Diferentes Modalidades	Valor Unitário Em R\$
01	JOGO	ARBITRO DE FUTEBOL DE CAMPO	150,00
02	JOGO	ASSISTENTE DE FUTEBOL DE CAMPO	80,00
03	JOGO	MESÁRIO/APONTADOR FUTEBOL/ FUTSAL/VOLEIBOL/HANDEBOL	45,00
04	JOGO	ARBITRO DE FUTEBOL SUÍÇO	70,00
05	JOGO	ARBITRO DE FUTEBOL DE AREIA	70,00
06	JOGO	ARBITRO FUTSAL	80,00
07	JOGO	ARBITRO DE VÔLEI / FUTEVÔLEI / VÔLEI DE AREIA	90,00
10	DIÁRIA	ARBITRO DE ESPORTE ESCOLAR / COMUNITÁRIO	150,00

## SUELY EWALD NEITZKE

Item	Unid	Descrição: Prestação De Serviços De Arbitragem Nas Diferentes Modalidades	Valor Unitário Em R\$
08	JOGO	ARBITRO DE BOCHA	50,00
09	DIÁRIA	ARBITRO DE JOGOS DE MESA	150,00

## RUBENS NEITZKE

Item	Unid	Descrição: Prestação De Serviços De Arbitragem Nas Diferentes Modalidades	Valor Unitário Em R\$
08	JOGO	ARBITRO DE BOCHA	50,00
09	DIÁRIA	ARBITRO DE JOGOS DE MESA	150,00

## DANIEL STEDILE

Item	Unid	Descrição: Prestação De Serviços De Arbitragem Nas Diferentes Modalidades	Valor Unitário Em R\$
01	JOGO	ARBITRO DE FUTEBOL DE CAMPO	150,00
02	JOGO	ASSISTENTE DE FUTEBOL DE CAMPO	80,00
03	JOGO	MESÁRIO/APONTADOR FUTEBOL/ FUTSAL/VOLEIBOL/HANDEBOL	45,00
04	JOGO	ARBITRO DE FUTEBOL SUÍÇO	70,00
05	JOGO	ARBITRO DE FUTEBOL DE AREIA	70,00
06	JOGO	ARBITRO FUTSAL	80,00
07	JOGO	ARBITRO DE VÔLEI / FUTEVÔLEI / VÔLEI DE AREIA	90,00
09	DIÁRIA	ARBITRO DE JOGOS DE MESA	150,00
10	DIÁRIA	ARBITRO DE ESPORTE ESCOLAR / COMUNITÁRIO	150,00
11	JOGO	ARBITRO DE BASQUETE	65,00
12	JOGO	ARBITRO DE HANDEBOL	65,00
13	DIÁRIA	ARBITRO DE ATLETISMO	200,00

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intimem-se.  
PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO  
Presidente

ANDREA TAISE FRANZ  
Secretária

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO  
Membro

## ATA DE JULGAMENTO DA PROPOSTA TOMADA DE PREÇO N.º 01 2015 - FMMA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE JULGAMENTO DA PROPOSTA - TOMADA DE PREÇO Nº 01/2015 - FMMA

Às oito horas, do décimo sétimo dia do mês de abril de dois mil e quinze, na sala de licitações da Prefeitura de Timbó, reuniram-se os Membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria 1451/2015 (alterada pela Portaria 1479/2015), sob a presidência da Sra. Pamela A. Campregher Floriano, estando presentes os membros Andrea Taise Franz e Bárbara Luiza Poffo de Azevedo, para julgamento das propostas das empresas EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VC LTDA EPP, CSF CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME, EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA E.M.C LTDA EPP e VILSON VANSUITEN ME, tendo em vista o parecer técnico da Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente.

Conforme consta da Ata de Abertura de Propostas, por força das exigências editalícias o certame foi suspenso e os documentos encaminhados ao Setor de Engenharia da Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente para análise dos valores, quantitativos, bem como das planilhas de composição do BDI apresentados pelas empresas.

Do parecer técnico emitido pelo engenheiro civil, Sr. Moacyr Cristofolini Junior, constatou-se que a empresa VILSON VANSUITEN ME, restou-se qualificada no certame, cumprindo, portanto, com as condições do Edital, haja vista que foi a empresa que apresentou o menor valor, porém, a proposta contém erro nos arredondamentos, anexando ao parecer planilhas de conferência, onde fez constar o seguinte valor:

Empresa	Valor total apresentado pela empresa	Valor total corrigido pelo engenheiro
VILSON VANSUITEN ME	R\$ 92.479,77 (noventa e dois mil e quatrocentos e setenta e nove reais e setenta e sete centavos)	R\$ 92.575,78 (noventa e dois mil e quinhentos e setenta e cinco reais e setenta e oito centavos)

Desta forma, diante das razões acima mencionadas e do parecer técnico, decide-se pela classificação das propostas e, declara-se vencedora a empresa VILSON VANSUITEN ME, porém com o valor apontado no parecer técnico do engenheiro civil, em conformidade com o item 8.8.1 do Edital, ou seja, no valor total global de R\$ 92.575,78 (noventa e dois mil e quinhentos e setenta e cinco reais e setenta e oito centavos).

Fica a empresa intimada do inteiro teor desta Ata de julgamento de proposta para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, apresentar proposta com o valor corrigido, nos termos do parecer técnico, em conformidade com o item 8.8.1 do Edital ou, apresentar recurso nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/1993.

Nada mais havendo a Presidente encerrou a sessão, lavrando a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pela mesma e demais membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO  
Presidente

ANDREA TAISE FRANZ  
Secretária

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO  
Membro

## EXTRATO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO 2015.01-01 - FME - JOANATHAN BARTH

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 2015/01-01

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Fundação Municipal de Esportes.

CONTRATADO: Jonathan Barth

OBJETO: Plena e total execução dos serviços de (arbitragem e/ou mesário e/ou assistente), nas modalidades de assistente de futebol de campo; mesário/apontador futebol/futsal/voleibol/handebol; árbitro de futebol suíço; árbitro de futebol de areia, árbitro de futsal; árbitro de vôlei/futevôlei/vôlei de areia; árbitro de jogo de mesa; árbitro de esporte escolar/comunitário, para atender, em regime de escala e rodízio, a demanda de eventos constante no calendário esportivo da Fundação Municipal de Esportes, para o ano de 2015, de acordo com o valor unitário do serviço credenciado, constante da planilha de descrição dos serviços e preços unitários dos itens do termo de referência anexo I do Edital de Credenciamento nº. 01/2015 - FME.

PRAZO: 01/04/2015 até 31/12/2015.

Data da Assinatura: 01/04/2015.

MARTINHO DE SOUZA FILHO  
Diretor Presidente da FME

## EXTRATO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO 2015.01-02 - FME - RODRIGO VIEIRA

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 2015/01-02

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Fundação Municipal de Esportes.

CONTRATADO: Rodrigo Vieira

OBJETO: Plena e total execução dos serviços de (arbitragem e/ou mesário e/ou assistente), nas modalidades de árbitro de futebol de campo; assistente de futebol de campo; mesário/apontador futebol/futsal/voleibol/handebol; árbitro de futebol suíço; árbitro de futebol de areia, árbitro de futsal; árbitro de vôlei/futevôlei/vôlei de areia; árbitro de esporte escolar/comunitário, para atender, em regime de escala e rodízio, a demanda de eventos constante no calendário esportivo da Fundação Municipal de Esportes, para o ano de 2015, de acordo com o valor unitário do serviço credenciado, constante da planilha de descrição dos serviços e preços unitários dos itens do termo de referência anexo I do Edital de Credenciamento nº. 01/2015 - FME.

PRAZO: 01/04/2015 até 31/12/2015.

Data da Assinatura: 01/04/2015.

MARTINHO DE SOUZA FILHO  
Diretor Presidente da FME

**EXTRATO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO  
2015.01-03 - FME - WALDIR KLITZKE**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 2015/01-03  
CONTRATANTE: Município de Timbó através da Fundação Municipal de Esportes.  
CONTRATADO: Waldir Klitzke  
OBJETO: Plena e total execução dos serviços de (arbitragem e/ou mesário e/ou assistente), nas modalidades de árbitro de futebol de campo; assistente de futebol de campo; mesário/apontador futebol/futsal/voleibol/handebol; árbitro de futebol suíço; árbitro de futebol de areia, árbitro de futsal; árbitro de jogo de mesa; árbitro de esporte escolar/comunitário, para atender, em regime de escala e rodízio, a demanda de eventos constante no calendário esportivo da Fundação Municipal de Esportes, para o ano de 2015, de acordo com o valor unitário do serviço credenciado, constante da planilha de descrição dos serviços e preços unitários dos itens do termo de referência anexo I do Edital de Credenciamento nº. 01/2015 - FME.  
PRAZO: 01/04/2015 até 31/12/2015.  
Data da Assinatura: 01/04/2015.

MARTINHO DE SOUZA FILHO  
Diretor Presidente da FME

**EXTRATO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO  
2015.01-04 - FME - LEONARDO TRAVAGLIA**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 2015/01-04  
CONTRATANTE: Município de Timbó através da Fundação Municipal de Esportes.  
CONTRATADO: Leonardo Travaglia  
OBJETO: Plena e total execução dos serviços de (arbitragem e/ou mesário e/ou assistente), nas modalidades de árbitro de futebol de campo; assistente de futebol de campo; mesário/apontador futebol/futsal/voleibol/handebol; árbitro de futebol suíço; árbitro de futebol de areia, árbitro de futsal; árbitro de jogo de mesa; árbitro de esporte escolar/comunitário, para atender, em regime de escala e rodízio, a demanda de eventos constante no calendário esportivo da Fundação Municipal de Esportes, para o ano de 2015, de acordo com o valor unitário do serviço credenciado, constante da planilha de descrição dos serviços e preços unitários dos itens do termo de referência anexo I do Edital de Credenciamento nº. 01/2015 - FME.  
PRAZO: 01/04/2015 até 31/12/2015.  
Data da Assinatura: 01/04/2015.

MARTINHO DE SOUZA FILHO  
Diretor Presidente da FME

**EXTRATO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO  
2015.01-05 - FME - EMILI ADRIANA STIZ**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 2015/01-05  
CONTRATANTE: Município de Timbó através da Fundação

Municipal de Esportes.

CONTRATADO: Êmili Adriana Stiz

OBJETO: Plena e total execução dos serviços de (arbitragem e/ou mesário e/ou assistente), nas modalidades de mesário/apontador futebol/futsal/voleibol/handebol; árbitro de vôlei/futevôlei/vôlei de areia; árbitro de jogo de mesa; árbitro de esporte escolar/comunitário; árbitro de atletismo para atender, em regime de escala e rodízio, a demanda de eventos constante no calendário esportivo da Fundação Municipal de Esportes, para o ano de 2015, de acordo com o valor unitário do serviço credenciado, constante da planilha de descrição dos serviços e preços unitários dos itens do termo de referência anexo I do Edital de Credenciamento nº. 01/2015 - FME.

PRAZO: 01/04/2015 até 31/12/2015.

Data da Assinatura: 01/04/2015.

MARTINHO DE SOUZA FILHO  
Diretor Presidente da FME

**EXTRATO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO  
2015.01-06 - FME - SANDRO HENRIQUE NASCIUTTI DIAS**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 2015/01-06  
CONTRATANTE: Município de Timbó através da Fundação Municipal de Esportes.  
CONTRATADO: Sandro Henrique Nasciutti Dias  
OBJETO: Plena e total execução dos serviços de (arbitragem e/ou mesário e/ou assistente), nas modalidades de árbitro de futebol de campo; assistente de futebol de campo; mesário/apontador futebol/futsal/voleibol/handebol; árbitro de futebol suíço; árbitro de futsal; árbitro de vôlei/futevôlei/vôlei de areia; árbitro de jogo de mesa; árbitro de esporte escolar/comunitário; árbitro de atletismo para atender, em regime de escala e rodízio, a demanda de eventos constante no calendário esportivo da Fundação Municipal de Esportes, para o ano de 2015, de acordo com o valor unitário do serviço credenciado, constante da planilha de descrição dos serviços e preços unitários dos itens do termo de referência anexo I do Edital de Credenciamento nº. 01/2015 - FME.  
PRAZO: 01/04/2015 até 31/12/2015.  
Data da Assinatura: 01/04/2015.

MARTINHO DE SOUZA FILHO  
Diretor Presidente da FME

**EXTRATO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO  
2015.01-07 - FME - MARCELO SABEL**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 2015/01-07  
CONTRATANTE: Município de Timbó através da Fundação Municipal de Esportes.  
CONTRATADO: Marcelo Sabel  
OBJETO: Plena e total execução dos serviços de (arbitragem e/ou mesário e/ou assistente), nas modalidades de árbitro de futebol de campo; assistente de futebol de campo; mesário/apontador futebol/futsal/voleibol/handebol; árbitro de futebol suíço; árbitro de futebol de areia, árbitro de futsal; árbitro de jogo de mesa; árbitro de esporte escolar/comunitário, para atender, em regime de escala e rodízio, a demanda de eventos constante no calendário

esportivo da Fundação Municipal de Esportes, para o ano de 2015, de acordo com o valor unitário do serviço credenciado, constante da planilha de descrição dos serviços e preços unitários dos itens do termo de referência anexo I do Edital de Credenciamento nº. 01/2015 - FME.

PRAZO: 01/04/2015 até 31/12/2015.

Data da Assinatura: 01/04/2015.

MARTINHO DE SOUZA FILHO  
Diretor Presidente da FME

### **EXTRATO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO 2015.01-08 - FME - FABIO ELISIO**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 2015/01-08

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Fundação Municipal de Esportes.

CONTRATADO: Fábio Elísio

OBJETO: Plena e total execução dos serviços de (arbitragem e/ou mesário e/ou assistente), nas modalidades de árbitro de futebol de campo; assistente de futebol de campo; mesário/apontador futebol/futsal/voleibol/handebol; árbitro de futebol suíço; árbitro de futebol de areia, árbitro de futsal; árbitro de jogo de mesa; árbitro de esporte escolar/comunitário; árbitro de basquete; árbitro de handebol para atender, em regime de escala e rodízio, a demanda de eventos constante no calendário esportivo da Fundação Municipal de Esportes, para o ano de 2015, de acordo com o valor unitário do serviço credenciado, constante da planilha de descrição dos serviços e preços unitários dos itens do termo de referência anexo I do Edital de Credenciamento nº. 01/2015 - FME.

PRAZO: 01/04/2015 até 31/12/2015.

Data da Assinatura: 01/04/2015.

MARTINHO DE SOUZA FILHO  
Diretor Presidente da FME

### **EXTRATO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO 2015.01-09 - FME - WALDIR GOEDE**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 2015/01-09

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Fundação Municipal de Esportes.

CONTRATADO: Waldir Goede

OBJETO: Plena e total execução dos serviços de (arbitragem e/ou mesário e/ou assistente), nas modalidades de árbitro de futebol de campo; árbitro de futebol de campo; assistente de futebol de campo; mesário/apontador futebol/futsal/voleibol/handebol; árbitro de futebol suíço; árbitro de futebol de areia; árbitro de futsal; árbitro de vôlei/futevôlei/vôlei de areia; árbitro de jogo de mesa; árbitro de esporte escolar/comunitário; árbitro de basquete; árbitro de handebol; árbitro de atletismo para atender, em regime de escala e rodízio, a demanda de eventos constante no calendário esportivo da Fundação Municipal de Esportes, para o ano de 2015, de acordo com o valor unitário do serviço credenciado, constante da planilha de descrição dos serviços e preços unitários dos itens do termo de referência anexo I do Edital de Credenciamento nº. 01/2015 - FME.

PRAZO: 07/04/2015 até 31/12/2015.

Data da Assinatura: 07/04/2015.

MARTINHO DE SOUZA FILHO  
Diretor Presidente da FME

### **EXTRATO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO 2015.01-10 - FME - ROGER FELIPE ZERMIANI**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 2015/01-10

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Fundação Municipal de Esportes.

CONTRATADO: Roger Felipe Zermiani

OBJETO: plena e total execução dos serviços de (arbitragem e/ou mesário e/ou assistente), nas modalidades de árbitro de futebol de campo; assistente de futebol de campo; mesário/apontador futebol/futsal/voleibol/handebol; árbitro de futebol suíço; árbitro de futebol de areia, árbitro de futsal; árbitro de vôlei/futevôlei/vôlei de areia; árbitro de jogo de mesa; árbitro de esporte escolar/comunitário, para atender, em regime de escala e rodízio, a demanda de eventos constante no calendário esportivo da Fundação Municipal de Esportes, para o ano de 2015, de acordo com o valor unitário do serviço credenciado, constante da planilha de descrição dos serviços e preços unitários dos itens do termo de referência anexo I do Edital de Credenciamento nº. 01/2015 - FME.

PRAZO: 07/04/2015 até 31/12/2015.

Data da Assinatura: 07/04/2015.

MARTINHO DE SOUZA FILHO  
Diretor Presidente da FME

### **EXTRATO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO 2015.01-11 - FME - MARLON FRONZA**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 2015/01-11

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Fundação Municipal de Esportes.

CONTRATADO: Marlon Fronza

OBJETO: Plena e total execução dos serviços de (arbitragem e/ou mesário e/ou assistente), nas modalidades de assistente de futebol de campo; mesário/apontador futebol/futsal/voleibol/handebol; árbitro de futebol suíço; árbitro de futebol de areia, árbitro de futsal; árbitro de vôlei/futevôlei/vôlei de areia; árbitro de jogo de mesa; árbitro de esporte escolar/comunitário; árbitro de basquete; árbitro de handebol para atender, em regime de escala e rodízio, a demanda de eventos constante no calendário esportivo da Fundação Municipal de Esportes, para o ano de 2015, de acordo com o valor unitário do serviço credenciado, constante da planilha de descrição dos serviços e preços unitários dos itens do termo de referência anexo I do Edital de Credenciamento nº. 01/2015 - FME.

PRAZO: 07/04/2015 até 31/12/2015.

Data da Assinatura: 07/04/2015.

MARTINHO DE SOUZA FILHO  
Diretor Presidente da FME

**EXTRATO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO  
2015.01-12 - FME - JOACIR TASCHNER**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 2015/01-12

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Fundação Municipal de Esportes.

CONTRATADO: Joacir Tschner

OBJETO: Plena e total execução dos serviços de (arbitragem e/ou mesário e/ou assistente), nas modalidades de árbitro de futebol de campo; assistente de futebol de campo; mesário/apontador futebol/futsal/voleibol/handebol; árbitro de futebol de areia; árbitro de futsal; árbitro de vôlei/futevôlei/vôlei de areia; árbitro de jogo de mesa; árbitro de esporte escolar/comunitário; árbitro de handebol; árbitro de atletismo para atender, em regime de escala e rodízio, a demanda de eventos constante no calendário esportivo da Fundação Municipal de Esportes, para o ano de 2015, de acordo com o valor unitário do serviço credenciado, constante da planilha de descrição dos serviços e preços unitários dos itens do termo de referência anexo I do Edital de Credenciamento nº. 01/2015 - FME.

PRAZO: 07/04/2015 até 31/12/2015.

Data da Assinatura: 07/04/2015.

MARTINHO DE SOUZA FILHO  
Diretor Presidente da FME

**EXTRATO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO  
2015.01-13 - FME - KURT KRUGER**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 2015/01-13

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Fundação Municipal de Esportes.

CONTRATADO: Kurt Kruger

OBJETO: Plena e total execução dos serviços de (arbitragem e/ou mesário e/ou assistente), nas modalidades de árbitro de futebol de campo; assistente de futebol de campo; mesário/apontador futebol/futsal/voleibol/handebol; árbitro de futebol de areia, árbitro de futsal; árbitro de vôlei/futevôlei/vôlei de areia; árbitro de bocha; árbitro de jogo de mesa; árbitro de esporte escolar/comunitário; árbitro de basquete para atender, em regime de escala e rodízio, a demanda de eventos constante no calendário esportivo da Fundação Municipal de Esportes, para o ano de 2015, de acordo com o valor unitário do serviço credenciado, constante da planilha de descrição dos serviços e preços unitários dos itens do termo de referência anexo I do Edital de Credenciamento nº. 01/2015 - FME.

PRAZO: 07/04/2015 até 31/12/2015.

Data da Assinatura: 07/04/2015.

MARTINHO DE SOUZA FILHO  
Diretor Presidente da FME

**EXTRATO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO  
2015.01-14 - FME - MARINA ANDREIA SEIDEL**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 2015/01-14

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Fundação Municipal de Esportes.

CONTRATADO: Marina Andréia Seidel

OBJETO: Plena e total execução dos serviços de (arbitragem e/ou mesário e/ou assistente), nas modalidades de mesário/apontador futebol/futsal/voleibol/handebol; árbitro de vôlei/futevôlei/vôlei de areia; árbitro de esporte escolar/comunitário; árbitro de basquete; árbitro de handebol para atender, em regime de escala e rodízio, a demanda de eventos constante no calendário esportivo da Fundação Municipal de Esportes, para o ano de 2015, de acordo com o valor unitário do serviço credenciado, constante da planilha de descrição dos serviços e preços unitários dos itens do termo de referência anexo I do Edital de Credenciamento nº. 01/2015 - FME.

PRAZO: 07/04/2015 até 31/12/2015.

Data da Assinatura: 07/04/2015.

MARTINHO DE SOUZA FILHO  
Diretor Presidente da FME

**EXTRATO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO  
2015.01-15 - FME - JOSÉ ROBERTO ALVES DA SILVA**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 2015/01-15

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Fundação Municipal de Esportes.

CONTRATADO: José Roberto Alves da Silva

OBJETO: Plena e total execução dos serviços de (arbitragem e/ou mesário e/ou assistente), nas modalidades de árbitro de vôlei/futevôlei/vôlei de areia; árbitro de bocha; árbitro de jogo de mesa; árbitro de esporte escolar/comunitário; árbitro de basquete; árbitro de handebol para atender, em regime de escala e rodízio, a demanda de eventos constante no calendário esportivo da Fundação Municipal de Esportes, para o ano de 2015, de acordo com o valor unitário do serviço credenciado, constante da planilha de descrição dos serviços e preços unitários dos itens do termo de referência anexo I do Edital de Credenciamento nº. 01/2015 - FME.

PRAZO: 07/04/2015 até 31/12/2015.

Data da Assinatura: 07/04/2015.

MARTINHO DE SOUZA FILHO  
Diretor Presidente da FME

**EXTRATO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO  
2015.01-16 - FME - JOANA PAULA MATTEDI LARGURA**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 2015/01-16

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Fundação Municipal de Esportes.

CONTRATADO: Joana Paula Mattedi Largura

OBJETO: Plena e total execução dos serviços de (arbitragem e/ou mesário e/ou assistente), nas modalidades de mesário/apontador futebol/futsal/voleibol/handebol; árbitro de futsal; árbitro de vôlei/futevôlei/vôlei de areia; árbitro de jogo de mesa; árbitro de esporte escolar/comunitário; árbitro de handebol; árbitro de atletismo para atender, em regime de escala e rodízio, a demanda de eventos constante no calendário esportivo da Fundação Municipal de Esportes, para o ano de 2015, de acordo com o valor unitário do serviço credenciado, constante da planilha de descrição dos

serviços e preços unitários dos itens do termo de referência anexo I do Edital de Credenciamento nº. 01/2015 - FME.

PRAZO: 07/04/2015 até 31/12/2015.

Data da Assinatura: 07/04/2015.

MARTINHO DE SOUZA FILHO

Diretor Presidente da FME

#### **EXTRATO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO 2015.01-17 - FME - MAICO RODRIGO VOLTOLINI**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 2015/01-17

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Fundação Municipal de Esportes.

CONTRATADO: Maico Rodrigo Voltolini

OBJETO: Plena e total execução dos serviços de (arbitragem e/ou mesário e/ou assistente), nas modalidades de árbitro de bocha; árbitro de jogo de mesa para atender, em regime de escala e rodízio, a demanda de eventos constante no calendário esportivo da Fundação Municipal de Esportes, para o ano de 2015, de acordo com o valor unitário do serviço credenciado, constante da planilha de descrição dos serviços e preços unitários dos itens do termo de referência anexo I do Edital de Credenciamento nº. 01/2015 - FME.

PRAZO: 07/04/2015 até 31/12/2015.

Data da Assinatura: 07/04/2015.

MARTINHO DE SOUZA FILHO

Diretor Presidente da FME

#### **EXTRATO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO 2015.01-18 - FME - MARLENE FAGUNDES BREHMER**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 2015/01-18

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Fundação Municipal de Esportes.

CONTRATADO: Marlete Fagundes Brehmer

OBJETO: Plena e total execução dos serviços de (arbitragem e/ou mesário e/ou assistente), nas modalidades de mesário/ponentador futebol/futsal/voleibol/handebol; árbitro de vôlei/futevôlei/vôlei de areia; árbitro de bocha; árbitro de jogo de mesa; árbitro de esporte escolar/comunitário; árbitro de basquete para atender, em regime de escala e rodízio, a demanda de eventos constante no calendário esportivo da Fundação Municipal de Esportes, para o ano de 2015, de acordo com o valor unitário do serviço credenciado, constante da planilha de descrição dos serviços e preços unitários dos itens do termo de referência anexo I do Edital de Credenciamento nº. 01/2015 - FME.

PRAZO: 07/04/2015 até 31/12/2015.

Data da Assinatura: 07/04/2015.

MARTINHO DE SOUZA FILHO

Diretor Presidente da FME

#### **EXTRATO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO 2015.01-19 - FME - VALDIR BRANDT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 2015/01-19

CONTRATANTE: Município de Timbó através da Fundação Municipal de Esportes.

CONTRATADO: Valdir Brandt

OBJETO: Plena e total execução dos serviços de (arbitragem e/ou mesário e/ou assistente), nas modalidades de árbitro de bocha; árbitro de jogo de mesa para atender, em regime de escala e rodízio, a demanda de eventos constante no calendário esportivo da Fundação Municipal de Esportes, para o ano de 2015, de acordo com o valor unitário do serviço credenciado, constante da planilha de descrição dos serviços e preços unitários dos itens do termo de referência anexo I do Edital de Credenciamento nº. 01/2015 - FME.

PRAZO: 07/04/2015 até 31/12/2015.

Data da Assinatura: 07/04/2015.

MARTINHO DE SOUZA FILHO

Diretor Presidente da FME

#### **EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 43 2015 PMT - FURB**

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 43/2015

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: Universidade Regional de Blumenau (FURB)

OBJETO: Formalização de convênio entre o município de Timbó/SC e a Universidade Regional de Blumenau (FURB), visando à realização de atividades de formação continuada aos profissionais da educação da rede municipal de ensino do município, em consonância à política de formação da secretaria de educação, destinada aos profissionais do magistério público municipal, em parceria com o programa de formação continuada de profissionais da educação.

VALOR TOTAL: R\$ R\$ 169.884,00 (cento e sessenta e nove mil, oitocentos e oitenta e quatro reais).

PRAZO DE EXECUÇÃO: Maio à Dezembro de 2015.

TIMBO (SC), 20/04/2015

SERGI FREDERICO MENGARDA

Secretário de Educação

#### **EXTRATO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO - 21.2014 FMS MEDIGRAM**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA REGISTRO DE PREÇOS 21/2014

CONTRATANTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADO: Medigram Distribuidora de Medicamentos Ltda Me.

OBJETO: Acréscimo de 90 unidades ao item 01 (Especificação: fórmula infantil à base de proteínas lácteas, em pó...) e acréscimo

de 120 unidades ao item 02 (Especificação: fórmula infantil de seguimento enriquecida com ferro à base de proteínas lácteas...).  
DATA DA ASSINATURA: 07/04/2015.

ALFREDO JOÃO BERRI  
Secretário de Saúde

**EXTRATO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO - 21.2014 FMS NUTRIPORT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA REGISTRO DE PREÇOS 21/2014  
CONTRATANTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Saúde.  
CONTRATADO: Nutriport Comercial Ltda.  
OBJETO: Acréscimo de 90 unidades ao item 06 (Especificação: dieta em pó para uso oral ou enteral...).  
DATA DA ASSINATURA: 07/04/2015.

ALFREDO JOÃO BERRI  
Secretário de Saúde

**EXTRATO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 2013.175 - PMT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2013/175  
AUTORIZANTE: Município de Timbó.  
AUTORIZADO: Consórcio Anel Viário Timbó.  
OBJETO: Prorrogação do prazo de execução até 30/06/2015.  
OBRA: gerenciamento, supervisão, fiscalização e apoio técnico das obras previstas no projeto, a supervisão ambiental e o desenvolvimento/elaboração dos projetos executivos e As Built, as readequações e demais estudos complementares, necessários a implantação do anel viário - Rua Araponguinhas - Edital de Concorrência nº 114/2013.  
DATA DA ASSINATURA: 01/04/2015.

ORLEI ADAZIR PEDRON  
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

**PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 170 2014 PMT - FRUTAS, LEGUMES E PÃES**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 170/2014 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó  
OBJETO: Registro de preços para aquisição de frutas, legumes e pães destinados à merenda escolar para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação (NEIS, UPES e Escolas) para o calendário de 2015.  
EMPRESAS FORNECEDORAS: Panificadora Bom dia Ltda EPP e JK Comércio de Frutas e Verduras Ltda EPP.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 372.333,91 (trezentos e setenta e dois mil trezentos e trinta e três reais e noventa e um centavos).  
MODALIDADE: Pregão Presencial  
VALIDADE DA ATA: 19/01/2016

Timbó, 20/01/2015  
SERGI FREDERICO MENGARDA  
Secretário de Educação

**TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 07 2014 FUMTRAN - MATERIAIS DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/2014 FUMTRAN

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Trânsito.  
OBJETO: Registro de preço para fornecimento de materiais para implantação e manutenção de sinalização viária de trânsito, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente.  
EMPRESA FORNECEDORA: Madevia Ltda Me  
TOTAL ESTIMADO: R\$ 20.787,00 (vinte mil setecentos e oitenta e sete reais).  
MODALIDADE: Pregão Presencial  
VALIDADE DA ATA: 04/08/2015

Timbó, 05/08/2014  
FABIANO MARTINS ADRIANO  
Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

**TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 73 2014 PMT - IMPRESSÕES DE CÓPIAS E PLOTAGENS DE PROJETOS**

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 73/2014 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.  
OBJETO: registro de preços para serviços de impressões de cópias e plotagens de projetos públicos destinados à Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, onde são elaborados os projetos de viabilidade para as futuras construções, programas, implantações, entre outras, nas diversas áreas da administração pública municipal.  
EMPRESAS FORNECEDORAS: Sevega Gráfica e Impressão Digital LTDA ME; e Graftim Serviços Gráficos Ltda ME.  
TOTAL ESTIMADO: R\$ 7.230,00 (sete mil duzentos e trinta reais).  
MODALIDADE: Pregão Presencial  
VALIDADE DA ATA: 21/07/2015  
Timbó, 22/07/2014  
FABIANO MARTINS ADRIANO  
Secretário de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente

**CÂMARA MUNICIPAL****PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 01/2015**  
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Projeto de Resolução nº 1/2015 - Altera a Resolução n.º 01/2008, que dispõe sobre a concessão de diárias a vereadores e servidores do Poder Legislativo.

Iniciativa do Projeto: Mesa Diretora da Câmara Municipal de Timbó.

Relator: Vereador Douglas Emanuel Marchetti.

**I - RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de Resolução de iniciativa da Mesa Diretora desta Casa que pretende alterar a Resolução n.º 01/2008. Referido Projeto foi protocolado na Secretaria Legislativa desta Casa em 11 de março corrente, tendo sido despachado a esta Comissão pelo Presidente da Mesa Diretora no dia 17 de março em Sessão Ordinária, conforme §1.º do art. 122 do Regimento Interno para apreciação dos aspectos legais e constitucionais. No dia 15 de abril esta Comissão teve como pauta o presente em sua Reunião Ordinária, exarando parecer que ora segue. Esse é o relatório.

**II - FUNDAMENTAÇÃO****a) Do Substituto**

Esta Comissão apresenta substitutivo ao Projeto de Resolução n.º 01/2015, alterando vários dispositivos da Resolução n.º 01/2008, pelas razões que seguem:

O projeto em comento trata das diárias concedidas aos vereadores e servidores da Câmara Municipal, revogando o direito dos vereadores de perceberem tal verba. Todavia, ao analisar a proposição em comento, esta Comissão entendeu que a norma que regulamenta a matéria, qual seja, Resolução n.º 01/2008 está defasada, necessitando urgente atualização de modo a adequá-la à realidade da Câmara Municipal. O Objeto do projeto sob análise, qual seja, a simples revogação do direito dos vereadores perceberem os valores referentes às diárias, não é suficiente, fazendo-se necessária uma ampla revisão da Resolução n.º 01/2008 inclusive para que a mesma atenda os preceitos da Lei Complementar Federal n.º 95, de 26 de fevereiro de 1998 (que dispõe sobre a elaboração das leis).

Assim, se faz necessária a apresentação do presente substitutivo, devendo o mesmo ser aprovado em Plenário.

**b) Do mérito**

No que tange à técnica legislativa, com a apresentação do substitutivo referido, o presente projeto atende aos preceitos da Lei Complementar Federal n.º 95 de 1998, respeitando, portanto o §5.º do art. 101 do Regimento Interno.

O inciso III do artigo 16 da Lei Orgânica Municipal assevera que compete ao Poder Legislativo dispor sobre sua organização, dentre outros assuntos de caráter administrativo. Já o Regimento Interno da Casa Legislativa, em seu art. 107, inciso VI, estabelece a sua competência para regular matéria interna corporis, seja ela política ou administrativa, através de Resolução.

Sendo assim, verifica-se que o projeto em questão está de acordo com os preceitos elencados pela Constituição Federal, pela Lei Orgânica Municipal e pela legislação federal em vigor.

**III - CONCLUSÃO****VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela tramitação da matéria em Plenário.

Esse é o voto.

**DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO**

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Rubens Borchardt

Vereador Reimar Raddatz

Sala das Comissões, em 15 de Abril de 2015.

Rubens Borchardt
Presidente

Douglas Emanuel Marchetti	Reimar Raddatz
Relator	Membro

**RESOLUÇÃO MD Nº 4/2015**

Resolução MD Nº 4/2015

Antecipa o pagamento da remuneração aos servidores da Câmara Municipal de Timbó.

A Mesa da Câmara Municipal de Timbó, no uso da atribuição conferida pelo art. 48, I, do Regimento Interno e art. 18. Parágrafo único, da Lei Orgânica,

Considerando que os dias previstos para pagamento da remuneração aos servidores da Câmara Municipal - 25 de Abril de 2015, recairá em um sábado, Resolve:

Art. 1º Realizar o pagamento da remuneração aos servidores da Câmara Municipal, relativo ao mês de Abril de 2015, no dia 24 de Abril de 2015, sexta-feira.

Art. 2º Esta Resolução MD entra em vigor na data da sua publicação.

Timbó, 17 de Abril de 2015.

Marcelo Luiz Ferrari
Presidente

Reimar Raddatz	Rubens Borchardt
Vice-Presidente	Secretário

**SAMAE****PORTARIA NO SAMAE -075 DE 10 DE ABRIL DE 2015**

PORTARIA No SAMAE -075 DE 10 DE ABRIL DE 2015

Exonera a Servidora Pública Municipal Eliane Bolduan Paul, contratada temporariamente para cargo de Auxiliar Operacional I na Autarquia Municipal, a contar de 16 de abril do corrente.

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, e pelo art. 9º, inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

**RESOLVE:**

Art.1º EXONERAR a Servidora Pública Municipal ELIANE BOLDUAN PAUL, contratada temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, do Quadro de Pessoal do SAMAE, pela Portaria nº SAMAE 012, de 12 de janeiro de 2015, a contar de 16 de abril do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de abril de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

**PORTARIA N. SAMAE- 074, DE 10 DE ABRIL DE 2015**

PORTARIA N. SAMAE- 074, DE 10 DE ABRIL DE 2015

Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó - SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto n. 3679, de 01/12/2014;

**RESOLVE:**

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE				
Cargo: Agente de Coleta e Seleção de Lixo				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
CRISTIANO DA SILVA (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/Processo Seletivo)	19/08/1991	088.438.829-88	44 horas	16/04/2015 a 31/05/2015

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de abril de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente

**PORTARIA Nº SAMAE - 077, DE 10 DE ABRIL DE 2015**

PORTARIA Nº SAMAE - 077, DE 10 DE ABRIL DE 2015

Retifica Portaria que Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó - SAMAE

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001,

Considerando-se o equívoco ocorrido na identificação do cargo da servidora Ana Lucia Kuster Rodrigues;

**RESOLVE:**

Art.1º RETIFICAR a Portaria n. SAMAE - 073, de 02 de abril de 2015, que Autoriza a contratação, em caráter temporário, da Servidora ANA

LUCIA KUSTER RODRIGUES passando do cargo de Auxiliar Operacional I para Agente de Coleta e Seleção de Lixo.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de abril de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI  
Diretor Presidente

#### **PORTARIA Nº SAMAE- 076 DE 10 DE ABRIL DE 2015**

PORTARIA Nº SAMAE- 076 DE 10 DE ABRIL DE 2015

Altera a Portaria nº SAMAE - 341, de 25 de janeiro de 2010 que constitui Comissão Especial de Avaliação dos Servidores em Estágio Probatório no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.15, inciso V da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, com fundamento no artigo 30 da Lei Complementar n. 01/93, com redação dada pela Lei Complementar n. 139/98.

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria nº SAMAE -341, de 25 de janeiro de 2010 que constitui a Comissão Especial de Avaliação dos Servidores em Estágio Probatório no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, designando, a contar desta data:

.....

1 .....

ANTONIO MARCELO ROZA, em substituição a Camila Trombelli

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de abril de 2015; 145º ano de Fundação; 81º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI  
Diretor Presidente

## Treze Tílias

### PREFEITURA

#### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 001/2015 - IPTU/TSP** EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 01/2015

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no disposto do artigo 127 da Lei Orgânica Municipal, e nos artigos 14 a 54; 230 a 237; Tabelas I, II e III, todos da Lei Complementar 78/2014, de 30 de dezembro de 2014;

#### NOTIFICA

Todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis urbanos situados no Município de Treze Tílias, que o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e a Taxa de Serviços Públicos (Taxa de Limpeza Pública e Taxa de Conservação de Logradouros Públicos), relativos ao exercício de 2015, estão sendo lançados pelo Setor de Tributos da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Os contribuintes que não receberem os carnês de lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbana e Taxa de Serviços Públicos referentes ao exercício de 2015 em seu domicílio, deverão retirar junto ao Setor de Tributos da Prefeitura Municipal de Treze Tílias até a data de 20/05/2015, ou então imprimi-lo no site do município, no endereço <http://www.trezetillas.sc.gov.br>, Link Serviços Online.

Após esta data, todas as notificações de lançamento serão consideradas entregues para os efeitos legais, ficando sujeito aos acréscimos previstos.

#### I - Prazo e forma de pagamento:

I.I - Pagamento em parcela única: somente poderá ser efetuado até a data de vencimento da primeira parcela, em 20 de maio de 2015, e gozará de desconto de 10% (dez por cento) sobre o valor do IPTU/ TSP. O documento de arrecadação pré-emittido, relativo à parcela única, já traz consignado o valor da redução a que o contribuinte tem direito.

I.II - Pagamento parcelado: os tributos acima mencionados poderão ser pagos em três parcelas com vencimento nos dias 20 de maio, 22 de junho e 20 de julho do corrente ano.

O recolhimento poderá ser realizado em qualquer agência bancária autorizada até o vencimento. Após a data de vencimento, somente no Banco SICREDI.

#### II - Pagamento com atraso:

O pagamento atrasado estará sujeito à atualização monetária após o vencimento e aos seguintes acréscimos, de acordo com o artigo 291 do Código Tributário Municipal:

a) Multa: de 2% (dois por cento) do valor principal atualizado monetariamente;

b) Juros de mora: de 1% (um por cento), ao mês ou fração, calculado sobre o valor corrigido, contados da data do vencimento.

#### III - Falta de pagamento:

Os tributos não pagos nos prazos regularmente serão inscritos em Dívida Ativa até o término do exercício financeiro correspondente. Os débitos inscritos em Dívida Ativa, devidamente atualizados e

com os acréscimos legais, se não pagos amigavelmente, serão cobrados judicialmente, nos termos do artigo 325 do Código Tributário Municipal.

**IV - Impugnações:**

O prazo limite para a apresentação de impugnação dos lançamentos será de 20 (vinte) dias contínuos a contar da entrega do aviso de lançamento, após o que serão considerados intempestivos.

**V - Outras Informações:**

O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) está disponível no site do município [www.trezetilas.sc.gov.br](http://www.trezetilas.sc.gov.br), Link Serviços Online O contribuinte deverá acessar o site, informar os dados solicitados e imprimir o carnê de IPTU 2015 pelo referido link.

O contribuinte que não receber os documentos de arrecadação a que se refere este edital deverá procurar o Setor de Tributos da Prefeitura Municipal de Treze Tílias, para a retirada do carnê.

E, para que produza seus efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital, dando-se ciência do mesmo aos contribuintes notificados, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos das Leis nº 1.710/2011 e 1.796/2013, revogadas as disposições em contrário.

Treze Tílias, 17 de abril de 2015.

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Edital nesta Secretaria de Administração e Finanças aos dezessete dias do mês de abril de dois mil e quinze.

WERYDIANA FALCHETTI  
Secretária de Administração e Finanças

# Tunápolis

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 21/2015 PATRIA SEGURANÇA

Contrato nº 21/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua João Castilho, Centro, Tunápolis, Santa Catarina, inscrita no CNPJ Nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. Enoi Scherer, portador do RG nº 2.529.279-0 e CPF nº 656.321.769-91, residente e domiciliado na Rua Santa Maria, neste Município - SC, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e do outro lado a empresa PÁTRIA SEGURANÇA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua José Fabricio das Neves, 148, no Município de Concordia/SC inscrita no CNPJ sob Nº 09.813.930/0001-39, denominada simplesmente de CONTRATADA, tem entre si justo e acertado o presente instrumento, regulando-se pelas cláusulas e condições abaixo:

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, com suas atualizações, com compra direta nº 220/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objeto do presente contrato consiste na contratação de Empresa de Segurança e Vigilância para o Baile da escolha das soberanas do Município a se realizar no dia 25/04/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - Pelos serviços prestados, de acordo com os termos do presente contrato, a Contratada receberá o valor total de R\$ 180,00 por vigilante, totalizando R\$ 1.440,00 (Um mil quatrocentos e quarenta reais).

PARÁGRAFO ÚNICO: Por este valor a contratada compromete-se realizar a Prestação de serviços de Vigilância/Segurança no evento acima citado conforme quadro:

DATA	QUANTIDADE DE SEGURANÇA	LOCAL, PÁTIO, ESTACIONAMENTO. ORGANIZAÇÃO.	HORAS DE INÍCIOS	HORAS DE TÉRMINO
25/04/2015	08 seguranças.	Ginásio de esportes	20:00	3h30min

CLÁUSULA TERCEIRA - Além do cumprimento dos serviços constantes da cláusula primeira do presente contrato, a Contratada compromete-se à observância dos parágrafos a baixo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A contratada apresentará os seus funcionários, devidamente treinados inclusive com a Carteira de Identidade e Carteira do Curso de Vigilantes, uniformizados, além de arcar com todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias relacionadas com as atividades desenvolvidas, de acordo com este contrato, ficando a Contratante isenta de qualquer responsabilidade, especialmente aquelas decorrentes de acidente de trabalho.

PARÁGRAFO SEGUNDO - São da Contratada as responsabilidades civis e criminais decorrentes de todos os atos praticados pelos vigilantes na execução deste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - É de responsabilidade da Contratada o furto, roubo, extravio, depredação e danos causados às mercadorias das empresas expositoras, bem como é de responsabilidade da empresa contratada as despesas com lanches e água para os vigilantes, ficando o Município totalmente isento desta despesa.

PARÁGRAFO QUARTO - Todos os equipamentos como rádios de comunicação, lanternas, detectores de metal, etc serão fornecidos pela contratada e em perfeito estado de conservação.

CLÁUSULA QUARTA - Para execução dos serviços contratados, compromete-se a Contratante em colocar à disposição da empresa Contratada abrigo para os funcionários no local de serviço.

CLÁUSULA QUINTA - De comum acordo, as partes contratantes elegem o foro da Comarca de Itapiranga (SC), como competente para dirimir qualquer questão advinda do presente instrumento, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja;

E por assim estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma e para o mesmo efeito, o que fazem junto com as testemunhas abaixo a tudo presente, obrigando-se a bem e fielmente cumpri-lo, por si e por seus sucessores, em todas as cláusulas e condições.

Tunápolis, SC, 14 de abril de 2015.

Enoi Scherer Prefeito Municipal	CONTRATADA PÁTRIA SEGURANÇA LTDA -ME
TESTEMUNHAS: Karine Epping CPF: 009.815.549-03	
Sheila Inês Bieger CPF: 202.226.259-60	

**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 60/2015 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2015**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 60/2015  
Edital de Pregão Presencial nº 47/2015

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto a prestação de serviço de forma parcelada, de hora máquina tipo Escavadeira Hidráulica e de Trator Esteira D-51, conforme Decreto Municipal nº 1682/2015, de 10 de abril de 2015 Entrega das propostas até às 10h do dia 05/05/2015.  
Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22.  
Email: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).

ENOI SCHERER  
Prefeito Municipal

**Turvo**

**PREFEITURA**

**DECRETO 18/2015**

DECRETO Nº 018/15, de 16 de Abril de 2015.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.222/14 (Lei Orçamentária Anual), de 12/12/2014.  
DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), assim classificados:  
08.01 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL  
08.244.0047.2.027 - MANUT. DO FUNDO MUN. ASSISTÊNCIA SOCIAL  
3.3.50.00.00.00.00.00.0080.0 (094) - Trans. a Inst. Priv.s/ Fins Lucrativos R\$ 55.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta do excesso de arrecadação da Fonte 0080 no valor de R\$ 55.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 16 de abril de 2015.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel  
Secretário de Adm. e Finanças.

# Urussanga

## PREFEITURA

### **AVISO RATIFICAÇÃO AVISO TP 13/2015/PMU**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

Comissão Permanente de Licitação e Julgamento - CPLJ

### **AVISO DE RATIFICAÇÃO DE EDITAL DE TP 13/2015/PMU**

Onde se lê: TP 13/2015/PMU

Leia-se: TP 03/2015/PMU

Outras informações poderão ser obtidas através do telefone (48)

3465-1188 ou através do e-mail [rosane@urussanga.sc.gov.br](mailto:rosane@urussanga.sc.gov.br).

ROSANE ZATTA

Pregoeira

--	--

--	--

--	--

--	--

# Vargem Bonita

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 001/2015

EXTRATO DE CONTRATO Nº 001/2015  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC  
CONTRATADA: POSTO CARRETÃO LTDA  
OBJETO: FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS AO MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA  
VALOR: R\$ 492.140,00 (quatrocentos e noventa dois mil, cento e quarenta reais)  
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 038/2014  
e Contrato nº 001/2015.

VARGEM BONITA, SC, 17 de abril de 2015.  
MELANIA ROMAN MENECHINI  
Prefeita Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 002/2015

EXTRATO DE CONTRATO Nº 002/2015  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA - SC  
CONTRATADA: COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS BULTARELLI LTDA EPP  
OBJETO: FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS AO MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA  
VALOR: R\$ 189.000,00 (cento e oitenta e nove mil reais)  
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 038/2014  
e Contrato nº 002/2015.

VARGEM BONITA, SC, 17 de abril de 2015.  
MELANIA ROMAN MENECHINI  
Prefeita Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 003/2015

EXTRATO DE CONTRATO Nº 003/2015  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA - SC  
CONTRATADA: POSTO CARRETÃO LTDA  
OBJETO: FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS AO MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA  
VALOR: R\$ 19.840,00 (dezenove mil oitocentos e quarenta reais)  
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 018/2014  
e Contrato nº 003/2015.

VARGEM BONITA, SC, 17 de abril de 2015.  
LENIR RADAVELLI  
Gestora Municipal de Saúde

### EXTRATO DE CONTRATO Nº004/2015

EXTRATO DE CONTRATO Nº 004/2015  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA - SC  
CONTRATADA: COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS BULTARELLI LTDA EPP  
OBJETO: FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA  
VALOR: R\$ 131.100,00 (cento e trinta e um mil e cem reais)  
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações, Pregão nº 018/2014  
e Contrato nº 004/2015.

VARGEM BONITA, SC, 17 de abril de 2015.  
LENIR RADAVELLI  
Gestora Municipal de Saúde

### PROCESSO 023/2015 TP 002/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº023/2015  
TOMADA DE PREÇOS Nº002/2015

Objeto: Contratação de Empresa especializada para Construção e Instalação de 05 (cinco) Abrigos para Passageiros em pontos a definir, na área urbana da cidade de Vargem Bonita, conforme especificações do Projeto de Engenharia, Memorial Descritivo, Planilhas Orçamentárias e demais Anexos, parte integrante do presente Edital, mediante o regime de Empreitada por Preço Global.

Julgamento pelo Tipo: Menor Preço Global.

Sessão de Abertura e Julgamento das Propostas: Dia 12 de maio de 2015 às 09h00min.

Informações: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC, de Segunda a Sexta Feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, na Rua Coronel Vitório, 966, Centro. Fone: 49 3548-3000. Endereço eletrônico: [compras@vargembonita.sc.gov.br](mailto:compras@vargembonita.sc.gov.br).

Vargem Bonita, 16 de Abril de 2015.  
MELÂNIA A. ROMAN MENECHINI  
Prefeita Municipal

# Videira

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 11.935/15

DECRETO N.º 11.935/15, DE 15 DE ABRIL DE 2015.

Aprova Desmembramento de Áreas que especifica e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XXIV da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as disposições legais vigentes,

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 1.107/15, tendo por objeto pedido de desmembramento de áreas, formulado por Celito Antônio Testolin e outros;

Considerando que o pedido do requerente, segundo informa o referido processo administrativo, preenche as exigências legais,

#### DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de 03 (três) áreas distintas, sendo o lote nº 01 com 2.490,29 m² (dois mil, quatrocentos e noventa metros e vinte e nove décimos quadrados), o lote nº 02 com 3.410,40 m² (três mil, quatrocentos e dez metros e quarenta décimos quadrados), a área nº 03 com 2.012,00 m² (dois mil metros e doze décimos quadrados), totalizando uma área com 7.912,69 m² (sete mil, novecentos e doze metros e sessenta e nove décimos quadrados) de propriedade de Celito Antonio Testolin e outros, constante da matrícula 32.727, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira, e remanescente na referida matrícula a área de 41.408,25 m² (quarenta e um mil, quatrocentos e oito metros e vinte e cinco décimos quadrados), conforme projeto geométrico e memorial descritivo constante do Processo nº 1.107/15.

#### DA ÁREA PÚBLICA

Art. 2º Fica o proprietário do imóvel obrigado a doar ao Poder Público 10% (dez por cento) da área do lote a ser desmembrado, ou seja, 791,27 m² (setecentos e noventa e um metros e vinte e sete décimos quadrados), uma vez que a área urbana constante da matrícula RG 32.727, a ser desmembrada, é superior a área de 5.000,00m² (cinco mil metros quadrados), conforme disciplina o art. 19 da Lei Complementar Municipal nº 62/08 e alterações, a vista do que consta no Memorial Descritivo do Processo Administrativo nº 1.107/15.

Parágrafo único - O proprietário do imóvel, através do Processo Administrativo nº 1.107/15, se compromete a doar ao Município, a área de 791,27 m² (setecentos e noventa e um metros e vinte e sete décimos quadrados), que será desmembrada da área remanescente do artigo 1º deste decreto, e deverá ser unificada/remembrada a área pública existente, de propriedade da Prefeitura Municipal de Videira, conforme matrícula RG 10.662 e confrontações descritas no memorial descritivo.

Art. 3º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 15 de abril de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

### DECRETO Nº 11.936/15

DECRETO Nº 11.936/15, DE 15 DE ABRIL DE 2015.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.225/15, de 15 de abril de 2015.

#### DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 898.983,25 (oitocentos e noventa e oito mil, novecentos e oitenta e três reais e vinte e cinco centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
1.022 – Construção/Ampliação/Reformas de Unidades de Saúde	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0003.	
0 – Aplicações Diretas	140.000,00
15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
2.064 – Atenção de Média e Alta Complexidade	
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0003.	
0 – Aplicações Diretas	660.000,00
15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
2068 – Assistência Farmacêutica	
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0167.1	
3 – Aplicações Diretas	90.983,25
15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
2070 – Investimentos em Saúde	
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0071.6	
7 – Aplicações Diretas	8.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	898.983,25

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de 2014, excesso de arrecadação de 2015 e da anulação total ou parcial da seguinte dotação:

15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
2070 – Investimentos em Saúde	
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0071.67 – Aplicações Diretas	8.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO	8.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 15 de abril de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### **DECRETO Nº 11.937/15**

DECRETO Nº 11.937/15, DE 15 DE ABRIL DE 2015.  
Torna sem efeito o Decreto nº 11.570/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 6194/2015,

#### **RESOLVE**

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 11.570/15, que nomeou TAISE MARTA PAZIN, para exercer o cargo de Fiscal de Posturas, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 15 de abril de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL  
Secretário de Administração

### **DECRETO Nº 11.938/15**

DECRETO Nº 11.938/15, DE 15 DE ABRIL DE 2015.  
Nomeia Fiscal de Posturas

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

#### **RESOLVE**

Art. 1º Nomear, ANDRE VINICIUS BALDISSERA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Fiscal de Posturas, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 15 de abril de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### **DECRETO Nº 11.939/15**

DECRETO Nº 11.939/15, DE 15 DE ABRIL DE 2015.  
Torna sem efeito o Decreto nº 11.578/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 6239/2015,

#### **RESOLVE**

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 11.578/15, que nomeou GUSTAVO HENNEMANN SANTIN, para exercer o cargo de Técnico de Agrimensura, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 15 de abril de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL  
Secretário de Administração

### **DECRETO Nº 11.940/15**

DECRETO Nº 11.940/15, DE 15 DE ABRIL DE 2015.  
Nomeia Técnico de Agrimensura

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

#### **RESOLVE**

Art. 1º Nomear, GEFERSON CORREA DE DEUS, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Técnico de Agrimensura, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 15 de abril de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### DECRETO Nº 11.941/15

DECRETO Nº 11.941/15, DE 15 DE ABRIL DE 2015.  
Torna sem efeito o Decreto nº 11.706/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 6278/2015,

#### RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 11.706/15, que nomeou JOÃO PAULO PARISOTTO ANDRIOLLI, para exercer o emprego público de Odontólogo - ESF, criado pela Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 15 de abril de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### DECRETO Nº 11.942/15

DECRETO Nº 11.942/15, DE 15 DE ABRIL DE 2015.  
Nomeia Odontólogo - Estratégia Saúde da Família

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações,

#### RESOLVE

Art. 1º Nomear, ROBSON LUIS SOARES, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público para Emprego Público referente ao Edital nº 005/2012, homologado em 02 de julho de 2013, para exercer o emprego público de Odontólogo - Estratégia Saúde da Família, criado pela Lei Municipal nº 1.942/07 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 15 de abril de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 025/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 025/15

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o cargo para o qual foram nomeados, em razão de aprovação no Concurso Público - Edital nº 002/2014:

CONVOCADADA	CARGO	DECRETO NOMENÇÃO
1. SOLANGE TELLES RODRIGUES	AGENTE ADMINISTRATIVO II	11.837/15, DE 30/03/2015
2. IDIANE CAETANO GONÇALVES	AGENTE ADMINISTRATIVO II	11.838/15, DE 30/03/2015
3. MARISA SABRINA RUTZ CARELLE	AGENTE ADMINISTRATIVO II	11.839/15, DE 30/03/2015
4. FRANCISLAINE RIBEIRO DOS SANTOS	AGENTE ADMINISTRATIVO II	11.840/15, DE 30/03/2015
5. FRANCISCO EDIMAR BERGAMO	AGENTE ADMINISTRATIVO II	11.844/15, DE 31/03/2015
6. SILVANA APARECIDA RUFINO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.847/15, DE 02/04/2015
7. JOCEMARA DOS SANTOS SOTELE	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.848/15, DE 02/04/2015
8. DEBORA TALITA NAFFIN	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.849/15, DE 02/04/2015
9. DELIRES PIRAN	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.850/15, DE 02/04/2015
10. MARILENA CALZA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.851/15, DE 02/04/2015
11. MARIA EORELIA RIS-SARDI PIROLI	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.852/15, DE 02/04/2015
12. LARISSA FABIOLA BRESSIANI	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.853/15, DE 02/04/2015
13. DENISE BEATRIZ SLONGO DE MORAIS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.854/15, DE 02/04/2015
14. SOELI APARECIDA DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.855/15, DE 02/04/2015
15. EDENIR SCHMITE DE LIMA RIBEIRO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.856/15, DE 02/04/2015
16. JULIANA CORDEIRO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.857/15, DE 02/04/2015
17. IRIA INES GOULARTE	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.858/15, DE 02/04/2015
18. LORINES TEREZINHA REOLON	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.859/15, DE 02/04/2015
19. FERNANDA DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.860/15, DE 02/04/2015
20. ELIANE ALVES MOREIRA BETIATO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.861/15, DE 02/04/2015
21. MARLY ELENICE ZWIEREWICZ	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.862/15, DE 02/04/2015
22. LILIANI FORTES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.863/15, DE 02/04/2015
23. ALINE TARUHN GHELLER	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.864/15, DE 02/04/2015

24. ELIANE DE SOUZA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.865/15, DE 02/04/2015
25. EDIR RIBEIRO DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.866/15, DE 02/04/2015
26. KELLY ANA MUHL-BRANDT	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.867/15, DE 02/04/2015
27. JUCIMARA APARECIDA DE SOUZA BORGES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.868/15, DE 02/04/2015
28. JULIA CRISTINE AMAZONAS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.869/15, DE 02/04/2015
29. MONICA PAULA DANIELLI KUNZE	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.870/15, DE 02/04/2015
30. TEREZINHA FLAVIA FEITEN KLEIN	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.871/15, DE 02/04/2015
31. THAIS TESCK	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.872/15, DE 02/04/2015
32. ALESSANDRA SILVANA DIAS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.873/15, DE 02/04/2015
33. JERUSA ALVES DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.874/15, DE 02/04/2015
34. KATIA REGINA MASIERO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.875/15, DE 02/04/2015
35. DIRLEI ZUFFO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.876/15, DE 02/04/2015
36. GRISILDA LIESEMBERG BERGAMO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.877/15, DE 02/04/2015
37. SILVANA TEREZINHA PERAZZOLI	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.878/15, DE 02/04/2015
38. JANETE MARIA CHAVES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.879/15, DE 02/04/2015
39. GIOVANA MOTTA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.880/15, DE 02/04/2015
40. TALIANE PIROLI DA SILVA BENEDETTI	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.881/15, DE 02/04/2015
41. NORANEI CARMEM LOOF	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.882/15, DE 02/04/2015
42. VANEZA QUADROS DE GOIS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.883/15, DE 02/04/2015
43. DAIANA DA SILVA LAIDNES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.884/15, DE 02/04/2015
44. ADRIANA CORREA DE MENEZES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.885/15, DE 02/04/2015
45. ELISA CAVALHEIRO MACHADO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.886/15, DE 02/04/2015
46. ELISANE BENEDETTI	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.887/15, DE 02/04/2015
47. JAQUELINE DOS SANTOS DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.888/15, DE 02/04/2015
48. NILSON PEDRO SCOPPEL	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.889/15, DE 02/04/2015
49. BRUNA DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.890/15, DE 02/04/2015
50. KATIA DALLAGO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.891/15, DE 02/04/2015
51. ZANETE ALVES DE SOUZA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.892/15, DE 02/04/2015
52. SCHEILA RODRIGUES DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.893/15, DE 02/04/2015
53. CRISTIANE SOUZA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.894/15, DE 02/04/2015
54. FABIANA CARDOSO PAES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.895/15, DE 02/04/2015
55. TATIANI MARCELINO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.896/15, DE 02/04/2015
56. MARCIA MENEGHEL SCRAMOCIM	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.897/15, DE 02/04/2015

57. MARIZETE PEREIRA DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.898/15, DE 02/04/2015
58. CARLA JOSIANI BRESSIANI	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.899/15, DE 02/04/2015
59. VANDERLEIA ALVES DE GOIS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.900/15, DE 02/04/2015
60. ANTONIA MIOTELLI RISSARDI	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.901/15, DE 02/04/2015
61. IZOLETE CASTILHO DOS SANTOS CONTINI	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.902/15, DE 02/04/2015
62. ADRIANA LELIS DONABEL	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.903/15, DE 02/04/2015
63. LUANA FERNANDES	AGENTE ADMINISTRATIVO II	11.914/15, DE 09/04/2015
64. VANIA URBANO DOS SANTOS	AGENTE ADMINISTRATIVO II	11.915/15, DE 09/04/2015
65. FABIANE SUELYN ALVES FOLGIARINI	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.916/15, DE 09/04/2015
66. LUANA CARVALHO DOS ANJOS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	11.918/15, DE 09/04/2015

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- Avaliação Cardiológica;
- Avaliação Neurológica;
- RX Tórax;
- RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- Hemograma;
- VDRL;
- ABO RH;
- Glicemia;
- Ex. Quant. Urina;
- EPF;
- Avaliação Audiométrica;
- Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 16 de Abril de 2015.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 026/2015**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 026/15

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a candidata abaixo relacionada para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir o cargo para o qual foi nomeada, em razão de aprovação no Concurso Público - Edital nº 003/2014:

CONVOCADADA	CARGO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. CLAUDIA JULIANA MORALES MEMBRIVE	PROFESSOR – ÁREA DE ATUAÇÃO: ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES INICIAIS	11.917/15, DE 09/04/2015

A convocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- Avaliação Cardiológica;
- Avaliação Neurológica;
- RX Tórax;
- RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- Hemograma;
- VDRL;
- ABO RH;
- Glicemia;
- Ex. Quant. Urina;
- EPF;
- Avaliação Audiométrica;
- Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- Exame Anti-HBS.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 16 de Abril de 2015  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 08/2015 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE VIDEIRA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 08/2015 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 08/2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 72/2015

HOMOLOGAÇÃO: 16/04/2015.

OBJETO: REALIZAÇÃO DE ASSINATURA DE REVISTAS ENTRE OS MESES DE ABRIL A DEZEMBRO DE 2015, PARA DISPONIBILIZAÇÃO PARA ADMINISTRAÇÃO, SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, ASSESSORIA DE IMPRENSA, BIBLIOTECA EUCLIDES DA CUNHA, 19 CEMEIS E AS BIBLIOTECAS DAS OITO ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, TOTALIZANDO 470 REVISTAS..

CONTRATADO: MARIANA POMERENING STEFANES ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 7.520,00 (sete mil quinhentos e vinte reais).

FUNDAMENTO: Art. 25 da Lei 8.666/93.

Videira - SC, 17 de Abril de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

**LEI Nº 3.225/15**

LEI Nº 3.225/15, DE 15 DE ABRIL DE 2015.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 898.983,25 (oitocentos e noventa e oito mil, novecentos e oitenta e três reais e vinte e cinco centavos), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
1.022 – Construção/Ampliação/Reformas de Unidades de Saúde	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0003.0 – Aplicações Diretas	140.000,00
15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
2.064 – Atenção de Média e Alta Complexidade	
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0003.0 – Aplicações Diretas	660.000,00
15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
2068 – Assistência Farmacêutica	
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0167.13 – Aplicações Diretas	90.983,25
15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
2070 – Investimentos em Saúde	

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0071.67 – Aplicações Diretas	8.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	898.983,25

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro de 2014, excesso de arrecadação de 2015 e da anulação total ou parcial da seguinte dotação:

15 – Fundo Municipal de Saúde	
01 – Fundo Municipal de Saúde	
2070 – Investimentos em Saúde	
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0071.67 – Aplicações Diretas	8.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO	8.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 15 de abril de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL  
Secretário de Administração

### LEI Nº 3.226/15

LEI N.º 3.226/15, DE 15 DE ABRIL DE 2015

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a repassar contribuição financeira à Associação Videirense de Tênis de Mesa - AVTM, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA,

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a repassar contribuição financeira à Associação Videirense de Tênis de Mesa - AVTM, nos termos da minuta do convênio de cooperação anexo que faz parte integrante da presente Lei.

Art. 2º O objeto da presente Lei é a cooperação financeira do Município para a manutenção e a consecução dos objetivos esportivos da referida Associação, em especial o desenvolvimento da prática do Tênis de Mesa em todos os níveis sociais.

Art. 3º A participação do Município consistirá no repasse de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a serem pagos parceladamente no decorrer do presente exercício.

Parágrafo Único O repasse fica condicionado à apresentação das Certidões Negativas de Débito Federal, Estadual, Municipal, FGTS e INSS.

Art. 4º A prestação de contas referente ao repasse deverá ser realizada no prazo de 30 (trinta) dias, constando os documentos previstos na Lei nº 4320/64, e os documentos constantes no artigo 7º da Lei Municipal nº 2.498/11, de 11 de março de 2011.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta da seguinte dotação do orçamento vigente:

01 - Gabinete do Prefeito Municipal

01 - Assessoria de Gabinete

2.003 - Contribuições

3.3.50.00.00.00.00.00.01 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário

Videira, 15 de abril de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL 'AGNOL  
Secretário de Administração

### MINUTA DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO LEI Nº 3.226/2015

Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE VIDEIRA, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa na Avenida Manoel Roque, nº 188, nesta cidade de Videira, SC, CNPJ nº 83.039.842/0001-84, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, e ASSOCIAÇÃO VIDEIRENSE DE TÊNIS DE MESA - AVTM, entidade civil, sem fins lucrativos, com sede no Município de Videira, SC, CNPJ nº 05.778.484/0001-18, declarada de Utilidade Pública pela Lei nº 1.242/2.003, neste ato representada por seu Presidente, visando a colaboração financeira do Município.

Aos ... dias do mês de ... de 2015, o MUNICÍPIO DE VIDEIRA e a ASSOCIAÇÃO VIDEIRENSE DE TÊNIS DE MESA - AVTM, resolvem, nos termos da Lei nº 3.226/15, celebrar o presente Convênio, em conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento o repasse financeiro do Município para a contribuição, manutenção e a consecução dos objetivos esportivos da referida Associação, em especial o desenvolvimento da prática do Tênis de Mesa em todos os níveis sociais.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA

I- divulgar o presente Convênio em conformidade com a forma de atendimento, uso e finalidade a que se destina;  
II- repassar o valor de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a serem pagos parceladamente no decorrer do presente exercício, aprovado pela Lei autorizativa do presente repasse.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA AVTM

I- preparar novos atletas para representarem o Município em competições a nível regional, estadual e nacional;  
II- promover a integração entre o esporte e a comunidade;  
III- incentivar a educação;  
IV- afastar crianças, jovens e adolescentes das ruas, das drogas e de qualquer outro tipo de vício;  
V- proporcionar o aperfeiçoamento físico e intelectual do atleta;  
VI- promover competições em nosso Município, divulgando o Tênis de Mesa;  
VII- Prestar contas, à Prefeitura, de todos os valores recebidos em até 30 (trinta) dias após o recebimento, conforme o art. 7º da Lei Municipal nº 2.498/11, de 11 de março de 2011.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO E DA VIGÊNCIA**

O presente convênio entra em vigor na data da publicação da Lei que o ampara e terá validade até 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado entre as partes, sucessivamente por igual período, podendo ser rescindido a qualquer época por mútuo acordo ou por descumprimento das obrigações nele estabelecidas, independentemente de interpelação judicial.

**CLÁUSULA QUINTA - DO FORO DE ELEIÇÃO**

As partes elegem o Foro da Comarca de Videira, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer dúvidas que venham a surgir por força do presente convênio.

E, por assim, haverem concordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Convênio, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em três vias na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Videira, .... de ..... de 2015.

MUNICÍPIO DE VIDEIRA	ASSOCIAÇÃO VIDEIRENSE DE TÊNIS DE MESA
WILMAR CARELLI	
Prefeito Municipal	Presidente

**TESTEMUNHAS:**

NOME: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

**PORTARIA Nº 0298/15**

PORTARIA nº 0298/15

Autoriza o Uso do Largo da Estação Ferroviária

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, parágrafo 4º, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 6129/2015;

**RESOLVE**

Art. 1º Autorizar a colocação e exibição de uma faixa no Largo da Estação Ferroviária, pela UNINTER - PAP VIDEIRA, no período de 20 de abril de 2015 até 05 de maio de 2015, a fim de divulgar vestibular para os cursos de graduação e inscrições para os cursos de pós-graduação oferecidos no pólo da Universidade em Videira.

Parágrafo único - A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre o texto e/ou imagens da referida faixa, ficando a UNINTER - PAP Videira inteiramente responsável pelos mesmos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 15 de abril de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 0299/15**

PORTARIA nº 0299/15

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 6132/2015,

**RESOLVE**

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses à servidora ZENAIDE MENDES DOS SANTOS, Auxiliar de Serviços Gerais, de 01 de junho de 2015 até 01 de setembro de 2015, referente ao quinquênio de 02 de maio de 2008 até 01 de maio de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 01 de junho de 2015.

Videira, 15 de abril de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 0300/15**

PORTARIA nº 0300/15

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 5539/2015,

**RESOLVE**

Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses à servidora MARLI BACHER STEDILLE, Técnica de Enfermagem, de 01 de junho de 2015 até 01 de setembro de 2015, referente ao quinquênio de 17 de maio de 2006 até 16 de maio de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 01 de junho de 2015.

Videira, 15 de abril de 2015.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 0301/15**

PORTARIA nº 0301/15  
Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 216 da Lei Complementar nº 129/12, a vista do que consta no Memorando nº 037/15DEPLD,

**RESOLVE**

Conceder Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias à servidora MARIANE PEREIRA DOS SANTOS, Auxiliar de Serviços Gerais, a partir do dia 10 de abril de 2015 até 07 de agosto de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 10 de abril de 2015.

Videira, 15 de abril de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 15 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 0303/15**

PORTARIA nº 0303/15  
Revoga a Portaria nº 003/12

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município, bem como o que consta no Processo Administrativo nº 6249/15;

Considerando a solicitação de renúncia da Conselheira Tutelar Rosa Cristina Dutra na data de 03 de novembro de 2014;

**RESOLVE**

Revogar, a Portaria nº 003/12, que nomeou ROSA CRISTINA DUTRA, para exercer a função de Conselheira Tutelar, com carga horária de 40 horas semanais, pelo período de 1º de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 03 de novembro de 2014.

Videira, 16 de abril de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 0304/15**

PORTARIA nº 0304/15  
Nomeia Comissão de Sindicância para apurar os fatos referidos no Processo Administrativo nº 2489/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE**

Art. 1º Designar os(as) servidores(as), MARIO PEDRO FONTANELLA, MOISES GONZAGA PENSO e FLADENICE ZULEICA BRUCH para, sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Sindicância, a fim de apurarem, no prazo de 30 (trinta) dias, os fatos referidos no Processo Administrativo nº 2489/2015.

Parágrafo único - Os servidores integrantes da comissão ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta e elaboração do relatório final.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 16 de abril de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL ´AGNOL  
Secretário de Administração

**PORTARIA Nº 0310/15**

PORTARIA nº 0310/15  
Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 216 da Lei Complementar nº 129/12, à vista do que consta no Mem 039/15DEPLD,

**RESOLVE**

Conceder Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias à servidora GLAUCIA PERAZZOLI, Chefe do Programa de Atenção ao Idoso, a partir do dia 11 de abril de 2015 até 08 de agosto de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 11 de abril de 2015.

Videira, 20 de abril de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 20 dias do mês de abril de 2015.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL  
Secretário de Administração

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2015 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 50/2015 - PMV. 1. OBJETIVO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DE UMA BANDA MUSICAL, COM REPERTÓRIO PARA O EVENTO "VI PALIO DO VINHO", A REALIZAR-SE NO DIA 06 DE JUNHO DE 2015. PELA SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO - UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 09:00 horas do dia 06/05/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 09:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 20 de Abril 2015.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2015 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 51/2015 - PMV. 1. OBJETIVO REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÕES FUTURAS COM A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PARCELADOS DE DECORAÇÃO DE EVENTOS COM MONTAGEM, DESMONTAGEM E LOCAÇÃO DE MATERIAIS PARA ATENDER OS EVENTOS PROMOVIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO - UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00 horas do dia 06/05/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 17 de Abril 2015.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2015 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 52/2015 - PMV. 1. OBJETIVO REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE RECOMPOSITOR DE PISTA USINADO À QUENTE PARA SER UTILIZADO NA OPERAÇÃO TAPA-BURACOS EM VIAS PÚBLICAS PAVIMENTADAS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA, PELA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO - UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00 horas do dia 05/05/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00 horas.

4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 20 de Abril 2015.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2015 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2015 - PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 54/2015 - PMV. 1. OBJETIVO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AULAS E OFICINAS PREPARATÓRIAS PARA ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA. 2. TIPO: MENOR PREÇO - UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 15:00 horas do dia 05/05/2015. Abertura da sessão no mesmo dia às 15:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br). 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 20 de Abril 2015.

WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

**RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DA TP Nº 07/2015-PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2015 - PMV

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento das propostas do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (S) PARA CONSTRUÇÃO DE QUADRA DE AREIA CERCADA COM ALAMBRADO DE TELA EM ESTRUTURA TUBULAR NA RUA HENRIQUE SEBBEN- LOT. AMARANTE, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA. ÁREA 337,50M2, restando vencedora a empresa Pallazo Construtora Ltda por apresentar preço compatível. O representante legal da única empresa participante declara a desistência do prazo recursal.

Videira, 20 de Abril de 2015.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

**RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2015 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2015 - FMS  
RETIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que fica ALTERADO o descritivo do objeto do edital de Pregão Presencial nº 13/2015 - FMS, o qual tem por objeto a AQUISIÇÃO DE PROCESSADORA AUTOMÁTICA PARA REVELAÇÃO DE FILMES DE RAIOS X E MAMOGRAFIA PARA SER INSTALADA NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO BAIRRO FLORESTA, PELA SECRETARIA DE SAÚDE. Tendo em vista que as alterações do edital implicam nas condições de participação das possíveis empresas interessadas e no formulário de proposta, o mesmo fica republicado com as devidas correções nos mesmos meios onde foi dada a publicidade inicial, porém, alterando a data de abertura do certame para o dia 05 de Maio do corrente ano às 09h00min. O Edital retificado está disponível no site [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br) ou no Departamento de Licitações, no horário das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h45min. Informações através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 17 de Abril de 2015.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

**Vitor Meireles****PREFEITURA****GABARITO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2015**

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles  
Processo Seletivo Simplificado nº 03/2015  
Gabarito

**Auxiliar de Enfermagem**

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
C	D	A	D	D	A	D	C	A	D
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	C	A	D	D	B	A	B	B	A

**PORTARIA Nº 076/2015**

PORTARIANº 076/2015

LOURIVAL LUNELLI, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve AMPLIAR CARGA HORÁRIA:

de acordo com o Artigo 27, § 2º, da Lei Complementar Municipal nº 007, de 13 de maio de 2003,

Nome: MARINA DE OLIVEIRA  
Cargo: PROFESSOR NÍVEL III - ACT

Do Quadro de Pessoal Admitido em Caráter Temporário - ACT, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratada pela Portaria 023/2015, de 04 de fevereiro de 2015, passando de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, a partir de 16 de abril de 2015. A ampliação de 20 (vinte) horas da carga horária se dá pela substituição à servidora ANALU MOSER, afastada para tratamento de saúde até 15 de maio de 2015, podendo ser prorrogado conforme o afastamento da servidora. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 16 de abril de 2015, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 17 DE ABRIL DE 2015.

LOURIVAL LUNELLI  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA  
VITOR MEIRELES/SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

## Xavantina

### PREFEITURA

#### **CANCELAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2015 PMXV, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS, Nº 01/2015 PMXV**

CANCELAMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2015 PMXV, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS, Nº 01/2015 PMXV

O Município de Xavantina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro deste Município, através do Prefeito Municipal, Sr. Mauro Junes Poletto, TORNA PÚBLICO, que por meio deste CANCELA o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2015 PMXV, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2015 PMXV, devido ao parecer exarado pelo advogado do município, senhor Valmor de Souza - OAB/SC Nº 12.717, motivando a anulação do referido processo licitatório.

Xavantina/SC, em 17 de Abril de 2015.  
MAURO JUNES POLETO,  
Prefeito Municipal.

## Xaxim

### PREFEITURA

#### **AVISO DE PREGÃO 047/2015**

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N. 047/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N. 085/2015

LICITAÇÃO DESTINADA EXCLUSIVAMENTE À PARTICIPAÇÃO DE MICRO-EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

O Município de Xaxim - SC comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando a contratação de empresa para execução dos serviços de limpeza em geral, jardinagem, manutenção elétrica, hidráulica, pintura, poda de árvores, e conservação das instalações e do terreno onde está localizado o Eco Parque Eduval Ogliari. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 09h: 00min do dia 05 de maio de 2015, procedendo à abertura às 08h: 45min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site [www.xaxim.sc.gov.br](http://www.xaxim.sc.gov.br) maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 17 de abril de 2015.  
Idacir Antônio Orso  
Prefeito Municipal

#### **DEcreto 168**

DECRETO Nº. 168/2015.

Exonera servidor municipal por aposentadoria e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações e Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações e conforme o Benefício do INSS Nº. 160.707.574-9.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, por aposentadoria, a partir de 20 de abril de 2015, a servidora municipal MARISA DE LOURDES BERTOCHI GRASEL, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, portadora da matrícula 1099, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Infraestrutura, desta Prefeitura Municipal de Xaxim - SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 17 de abril de 2015.  
Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Leonardo Scherer de Oliveira  
Diretor Geral de Administração e RH

**LEI Nº 4063/2015 DE 14 DE ABRIL DE 2015. AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRIBUIR FINANCEIRAMENTE EM FAVOR DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI - AMAI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI Nº 4063/2015 de 14 de abril de 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRIBUIR FINANCEIRAMENTE EM FAVOR DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI - AMAI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a transferir mensalmente e por prazo indeterminado, desde que haja aporte técnico em favor do Município, a importância de 12.650,00 (doze mil, seiscentos e cinquenta reais) à ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI (AMAI), entidade regional de representação dos municípios, conforme Resolução do Presidente da Entidade fixada em Assembleia-geral dos Municípios.

Parágrafo único. Os recursos a serem transferidos referem-se à parcela de contribuição deste município, para manutenção da respectiva associação, no que tange as despesas de assessoramento técnico, melhoria e ampliação das ações.

Art. 2º. A contribuição visa também assegurar a representação institucional do Município de Xaxim nas diversas esferas administrativas do Estado, junto ao Governo Federal e demais órgãos normativos, de execução e de controle e para:

I - Integrar colegiados de discussão junto aos diversos órgãos governamentais e legislativos, defendendo os interesses dos Municípios;

II - Participar de ações governamentais que visem o desenvolvimento dos Municípios, a atualização e capacitação dos quadros de pessoal dos Entes Públicos, a modernização e instrumentalização da gestão pública Municipal;

III - Representar os Municípios em eventos oficiais em âmbito estadual e federal.

Art. 3º. Fica autorizado o Município a contribuir financeiramente com a entidade, além do valor supracitado, visando custear despesas para desenvolver outras ações comuns, com vistas ao aperfeiçoamento da gestão pública municipal, bem como demais atos definidos em assembleia.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta da Dotação Orçamentária própria consignada no orçamento vigente.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas eventuais disposições em contrário, em especial, a Lei nº 3.612 de 19 de julho de 2011.

Gabinete do Prefeito, em 16 de abril de 2015.

Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro  
Procurador Geral do Município.

**LEI Nº 4064/2015 DE 14 DE ABRIL DE 2015. APROVA PARCELAMENTO DO SOLO DENOMINADO LOTEAMENTO ISOTTON E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

LEI Nº 4064/2015 de 14 de abril de 2015.

APROVA PARCELAMENTO DO SOLO DENOMINADO LOTEAMENTO ISOTTON E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe a Lei Orgânica do Município de Xaxim, coloca para apreciação e votação o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º. Fica aprovado o LOTEAMENTO ISOTTON, localizado na esquina das Ruas Ferdinando Boschetti e Martin Isotton Bairro Flor, com área total de área de terras com 10.848 m<sup>2</sup> (dez mil oitocentos e quarenta e oito metros quadrados) com matrícula no CRI sob o nº 20.082, de propriedade de Rogério Paulo Isotton, CPF sob o nº 620.970.169-87, sua esposa, Sra. Lenir Libera Roldo Isotton, CPF sob o nº 854.136.749-53, Clédio Isidro Isotton, CPF sob o nº 501.805.509-00 e sua esposa, Sra. Andriane Fátima de Filtro Isotton, CPF sob o nº 622.551.939-49, ficando assim constituído:

DA DESCRIÇÃO DOS LOTES, DIVIDIDOS EM 03 QUADRAS IDENTIFICADAS como 510, 511 e 512.

QUADRA Nº 510 – 2300,19 M<sup>2</sup>

LOTE Nº 01 da quadra nº510 com área superficial de 404,59m<sup>2</sup> (quatrocentos e quatro metros e cinquenta e nove décimos quadrados) localizado na esquina das ruas Ferdinando Boschetti com Francisco José Isotton as seguintes confrontações:

NORDESTE: com o lote nº07 e parte do lote nº06 em 18,62 metros.

SUDESTE: com a rua Ferdinando Boschetti em 18,16 metros

SUDESTE: com o lote nº02 em 22,00 metros

NOROESTE: COM A RUA Francisco José Isotton em 22,01 metros.

LOTE Nº 02 da quadra nº 510 com área superficial de 374,00m<sup>2</sup> (trezentos e setenta e quatro metros quadrados) localizado no lado ímpar da rua Ferdinando Boschetti, distante pelo lado direito da rua Francisco José Isotton em 18,16 metros com as seguintes confrontações:

NORDESTE: com o partes dos lotes nº05e 06 em 17,00 metros.

SUDESTE: com a rua Ferdinando Boschetti em 17,00 metros

SUDESTE: com o lote nº03 e parte do lote 05 em 22,00 metros

NOROESTE: com o lote 01 em 22,00 metros.

LOTE Nº 03 da quadra nº510 com área superficial de 301,13m<sup>2</sup> (-trezentos e um metros e treze décimos quadrados) localizado na esquina com a ruas Ferdinando Boschetti e Martin Isotton, com as seguintes confrontações:

NORDESTE: com o lote 04 e parte do lote 05 em 21,15 metros.

SUDESTE: com a rua Ferdinando Boschetti em 18,74 metros.

SUDESTE: com a Rua Martin Isotton em 15,29 metros.

NOROESTE: com parte do lote 02 em 15,10 metros.

LOTE Nº 04 da quadra nº 510 com área superficial de 309,99 m<sup>2</sup> (trezentos e nove metros e noventa e nove décimos quadrados) localizado na esquinas ruas Pedro Daniel e Martin Isotton, com as seguintes confrontações:

NORDESTE: com a rua Pedro Daniel em 14,43 metros.

SUDESTE: com parte do lote 03 em 10,47 metros.

SUDESTE: com a rua Martin Isotton em 25,21 metros.  
NOROESTE: com o lote 05 em 24,90 metros.

LOTE 05 da quadra nº510 com área superficial de 307,69m<sup>2</sup> (trezentos e sete metros e sessenta e nove décimos quadrados) localizado no lado par da rua Pedro Daniel, distante pelo lado direito da rua Martin Isotton em 14,43 metros, com as seguintes confrontações:

NORDESTE: com a rua Pedro Daniel em 13,00 metros.  
SUDESTE: com parte do lote 02 em 2,32 metros e parte do lote 03 em 10,68 metros.  
SUDESTE: com o lote 04 em 24,90 metros  
NOROESTE: com o lote 06 em 18,00 e parte do lote 02 em 6,90 metros.

LOTE Nº 06 da quadra nº 510 com área superficial de 300,60 m<sup>2</sup> (trezentos metros e sessenta décimos quadrados) localizado no lado par da rua Pedro Daniel, distante pelo lado esquerdo da rua Francisco José Isotton em 16,98 metros, com as seguintes confrontações:

NORDESTE: com a rua Pedro Daniel em 16,70 metros.  
SUDESTE: com parte do lote 01 e parte do lote 02 em 16,70 metros.  
SUDESTE: com parte do lote 05 em 18,00 metros.  
NOROESTE: com o lote 07 em 18,00 metros.

LOTE Nº 07 da quadra nº510 com área superficial de 302,19m<sup>2</sup> (trezentos e dois metros e dezenove décimos quadrados) localizado na esquina das ruas Pedro Daniel e Francisco José Isotton, com as seguintes confrontações:

NORDESTE: com a rua Pedro Daniel em 16,98 metros.  
SUDESTE: com parte do lote 01 em 16,60 metros.  
SUDESTE: com o lote nº06 em 18,00 metros.  
NOROESTE: com a rua Francisco José Isotton em 18,00 metros.

QUADRA Nº511 – ÁREA = 2869,11 M<sup>2</sup>

LOTE Nº 08 da quadra nº 511 com área de 339,61 m<sup>2</sup> (trezentos e trinta e nove metros e sessenta e um décimos quadrados) localizado na esquina das ruas Pedro Daniel com Francisco José Isotton, com as seguintes confrontações:

NORDESTE: com o lote nº15 em 15,00 metros.  
SUDESTE: com a rua Pedro Daniel em 15,00 metros.  
SUDESTE: com o lote nº09 em 22,80 metros.  
NOROESTE: com a rua Francisco José Isotton em 22,48 metros.

LOTE Nº 09 da quadra nº 511 com área superficial de 344,52 m<sup>2</sup> (trezentos e quarenta e quatro metros e trinta e dois décimos quadrados) localizado no lado ímpar da rua Pedro Daniel, distante pelo lado direito da rua Francisco José Isotton em 15,00 metros, com as seguintes confrontações:

NORDESTE: com o lote nº14 em 15,00 metros.  
SUDESTE: com a rua Ferdinando Boschetti em 15,00 metros.  
SUDESTE: com o lote nº10 em 23,11 metros.  
NOROESTE: com o lote 08 em 22,80 metros.

LOTE Nº 10 da quadra nº 511 com área superficial de 349,03 m<sup>2</sup> (trezentos e quarenta e nove metros e três décimos quadrados) localizado lado ímpar da rua Pedro Daniel, distante pelo lado esquerdo da rua Martin Isotton em 15,00 metros, com as seguintes confrontações:

NORDESTE: com o lote nº13 em 15,00 metros.  
SUDESTE: com a rua Pedro Daniel em 15,00 metros.  
SUDESTE: com o lote nº11 em 23,35 metros.  
NOROESTE: com o lote 09 em 23,11 metros.

LOTE Nº 11 da quadra nº 511 com área superficial de 473,83 m<sup>2</sup> (quatrocentos e setenta e três metros e oitenta e três décimos

quadrados) localizado na esquina com as ruas Pedro Daniel e Martin Isotton, com as seguintes confrontações:

NORDESTE: com o lote nº12 em 22,20 metros.  
SUDESTE: com a rua Pedro Daniel em 17,90 metros.  
SUDESTE: com a rua Martin Isotton em 23,64 metros.  
NOROESTE: com o lote 10 em 23,35 metros.

LOTE Nº 12(ÁREA PÚBLICA INSTITUCIONAL) da quadra nº 511 com área superficial de 350,54m<sup>2</sup> (trezentos e cinquenta metros e cinquenta e quatro décimos quadrados) localizado no lado ímpar da rua Martin Isotton, distante pelo lado direito da rua Pedro Daniel em 23,64 metros, com as seguintes confrontações:

NORDESTE: com área verde em 24,84 metros.  
SUDESTE: com o lote 11 em 22,20 metros.  
SUDESTE: com a rua Martin Isotton em 14,81 metros.  
NOROESTE: com o lote 13 em 15,20 metros.

LOTE Nº 13 da quadra nº 511 com área superficial de 337,26 m<sup>2</sup> (trezentos e trinta e sete metros e vinte e seis décimos quadrados) localizado no lado par da rua Oreste Henrique de Filtro, distante pelo lado esquerdo da rua Francisco José Isotton em 30,00 metros, com as seguintes confrontações:

NORDESTE: com a rua Oreste Henrique de Filtro em 15,00 metros.  
SUDESTE: com o lote 10 em 15,00 metros.  
SUDESTE: com parte do lote 12 e parte da área verde em 22,48 metros.  
NOROESTE: com o lote 14 em 22,48 metros.

LOTE Nº 14 da quadra nº 511 com área superficial de 337,26 m<sup>2</sup> (trezentos e trinta e sete metros e vinte e seis décimos quadrados) localizado no lado par da rua Oreste Henrique de Filtro, distante pelo lado esquerdo da rua Francisco José Isotton em 15,00 metros, com as seguintes confrontações:

NORDESTE: com a rua Oreste Henrique de Filtro em 15,00 metros.  
SUDESTE: com o lote 09 em 15,00 metros.  
SUDESTE: com o lote 13 em 22,48 metros.  
NOROESTE: com o lote 15 em 22,48 metros.

LOTE Nº 15 da quadra nº 511 com área superficial de 337,26 m<sup>2</sup> (trezentos e trinta e sete metros e vinte e seis décimos quadrados) localizado nas esquinas das ruas Oreste Henrique de Filtro e Francisco José Isotton, com as seguintes confrontações:

NORDESTE: com a rua Oreste Henrique de Filtro em 15,00 metros.  
SUDESTE: com o lote 08 em 15,00 metros.  
SUDESTE: com o lote 14 em 22,48 metros.  
NOROESTE: com a rua Francisco José Isotton em 22,48 metros.

QUADRA Nº 512 – ÁREA = 651,40 M<sup>2</sup>

LOTE Nº 16 da quadra nº 512 com área superficial de 345,04 m<sup>2</sup> (trezentos e quarenta e cinco metros e quatro décimos quadrados) localizado na esquina das ruas Oreste Henrique de Filtro e Francisco José Isotton, com as seguintes confrontações:

NORDESTE: com área de Jandir Dallacorte em 13,02 metros.  
SUDESTE: com a rua Oreste Henrique de Filtro em 13,00 metros.  
SUDESTE: com o lote 17 em 26,15 metros.  
NOROESTE: com a rua Francisco José Isotton em 26,93 metros.

LOTE Nº 17 da quadra nº 512 com área superficial de 306,36m<sup>2</sup> (trezentos e seis metros e trinta e seis décimos quadrados) localizado do lado ímpar da rua Oreste Henrique de Filtro. Distante pelo lado direito da rua Francisco José Isotton em 13,00 metros, com as seguintes confrontações:

NORDESTE: com área de Jandir Dallacorte em 9,80 metros.  
SUDESTE: com a rua Oreste Henrique de Filtro em 12,00 metros.  
SUDESTE: com área verde e área de preservação permanente em 26,30 metros.  
NOROESTE: com a rua Oreste Henrique de Filtro em 26,15 metros.

ÁREA VERDE = 681,13 M<sup>2</sup>

ÁREA VERDE 1 = 450,81m<sup>2</sup> com as seguintes confrontações:

SUDOESTE: com a rua Oreste Henrique de Filtro em 20,00 metros e o lote 12 (área Pública institucional) com 24,84 metros.

SUDESTE: com área de preservação permanente em 61,26 metros.

NOROESTE: com parte do lote 13 em 7,28 metros. Com a rua Oreste Henrique de Filtro em 10,00 metros e parte do lote 17 com 22,57 metros.

ÁREA VERDE 2 = 230,32 M<sup>2</sup> com as seguintes confrontações:

NORDESTE: com área de Jandir Dallacorte em 28,26 metros.

SUDOESTE: com área de preservação permanente em 17,51 metros.

SUDESTE: com área de Milton, valmor, Waldir e Enedina Boschetti em 11,00 metros.

NORDESTE: com área de preservação permanente em 14,31 metros.

ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP)= 1.915,36 M<sup>2</sup>

APP = 1915,36 M<sup>2</sup> com as seguintes confrontações:

NORDESTE: com parte da área de Jandir Dallacorte em 47,71 metros e com parte da área verde em 17,51 metros.

SUDOESTE: com parte da área de Adolfinho Boschetti e Valdomiro Curtarelli em 13,64 metros e a rua Martin isotton com 10,00 metros.

SUDESTE: com área de Milton, valmor, Waldir e Enedina Boschetti em 30,10 metros e área verde em 14,31 metros.

NORDESTE: com área verde em 61,26 metros e parte do lote 17 em 3,73 metros.

Art. 2º. É de responsabilidade dos empreendedores, a execução das obras de infraestrutura, conforme dispõe o art. 39, I, da Lei 694/1981.

Art. 3º. Fazem parte integrante desta Lei, memoriais descritivos e plantas.

Art. 4º. As despesas decorrentes da realização desta Lei correrão por conta do orçamento municipal, no que for pertinente à implantação de aparelhos públicos nas áreas institucionais.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando eventuais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 16 de abril de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro

Procurador Geral do Município.

**LEI Nº 4065/2015 DE 14 DE ABRIL DE 2015.  
RECONHECE DÍVIDAS DO EXERCÍCIO DE 2014 QUE  
ESPECÍFICA, EM VIRTUDE DO SERVIÇO PRESTADO  
E/OU DO MATERIAL FORNECIDO, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS**

LEI Nº 4065/2015 de 14 de abril de 2015.

RECONHECE DÍVIDAS DO EXERCÍCIO DE 2014 QUE ESPECÍFICA, EM VIRTUDE DO SERVIÇO PRESTADO E/OU DO MATERIAL FORNECIDO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a reconhecer, processar, liquidar e efetuar o pagamento de despesas contraídas no exercício de 2014, em relação à:

I - Pearson Education do Brasil - Ltda., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 01.404.158/0001-90, no valor de R\$ 115.335,00 (cento e quinze mil, trezentos e trinta e cinco mil reais), em razão das NF's sob os nºs 000.235.487 e 000.255.491;

II - Foppa e Zanella Ltda., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 11.323.985/0001-02, no valor de R\$ 4.637,81 (quatro mil, seiscentos e trinta e sete reais, com oitenta e um centavos), em razão da NF sob o nº 000.000.451;

III - Objetiva Comércio de Equipamentos Ltda - ME., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 11.499.653/0001-83, no valor de R\$ 3.016,73 (três mil, dezesseis reais, com setenta e três centavos), em razão das NF's sob os nºs 000.006.390, 00.006.421, 000.006.426, 000.006.427e 000.006.447;

IV - MR - Comércio de Som Ltda - ME, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 10.649.946/0001-37, no valor de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), em razão da NF' sob o nº 127;

V - Banco do Brasil S.A., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 00.000.000/1055-38, no valor de R\$ 11.873,12 (onze mil, oitocentos e setenta e três reais, com doze centavos), conforme declaração do Secretário de Educação.

Parágrafo único. O valor dos recursos financeiros, de que trata o 'caput' deste artigo será pago em parcela única, em até 30 (trinta) dias da sanção da lei.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas eventuais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 16 de abril de 2015.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro

Procurador Geral do Município.

**LEI Nº 4066/2015 DE 14 DE ABRIL DE 2015.  
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL  
A REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS COM A  
FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIO – FECAM  
E CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS -  
CNM**

LEI Nº 4066/2015 de 14 de abril de 2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a repassar recursos financeiros com a Federação Catarinense de Município - FECAM e Confederação Nacional dos Municípios - CNM

IDACIR ANTONIO ORSO, Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara votou e aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar recursos financeiros mensais para a Federação Catarinense de Município - FECAM, CNPJ nº 75.303.982/0001-90 no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) e com a Confederação Nacional dos Municípios - CNM, CNPJ 00.703.157/0001-83 no valor de R\$ 893,00 (oitocentos e noventa e três reais).

Art. 2º Em virtude de recesso do Legislativo Municipal no ano de 2015, os valores relativos aos meses de janeiro e fevereiro de 2015 serão de acordo com o estabelecido em Assembléia-Geral da Federação e da Confederação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 16 de abril de 2015.

Idacir Antonio Orso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Fabio José Dal Magro  
Procurador Geral do Município.

**Portaria 576**

PORTARIA Nº 576/2015

De 16 de ABRIL de 2015

Instaura Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VI do artigo 66 de Lei Orgânica Municipal, artigos 177 e seguintes da Lei Municipal nº 1729, de 26 de dezembro de 1994,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Instaurar processo Administrativo Disciplinar em desfavor da Servidora matrícula nº 6463A. T. D. P., ocupante do cargo de motorista, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com o objetivo de apurar possíveis irregularidades referentes aos atos e fatos que constam do Processo Administrativo Disciplinar nº576/2015, bem como as demais infrações conexas que emergirem no decorrer dos trabalhos, infringindo, em tese, o disposto no Artigo 168, VI e VIII, do da Lei municipal nº 1.729, de 26 de Dezembro de 1994, com as penalidades aplicáveis previstas no Artigo 163 da mesma Lei.

Art. 2º. Para atuar no Processo Administrativo Disciplinar fica nomeada a seguinte Comissão Processante, composta por servidores efetivos, sendo presidida pelo primeiro:

I - Fabiane Paula GirotoRissi;

II - CatianeCurtarelli;

III - Pedro Rui Rodrigues;

Art. 3º Fixa-se o prazo de 60 (sessenta) dias úteis para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, nos termos do art. 200, caput, do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 4º.Determina-se à Comissão Processante o estrito cumprimento das disposições contidas na legislação de regência no pertinente à condução do processo administrativo disciplinar, sobretudo no que diz respeito à observância dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

Comunique-se, publique-se e registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 16 de Abril de 2015.

IDACIR ANTONIO ORSO  
Prefeito Municipal

Rodrigo VeriatoMorás  
Secretário Municipal de Administração

## Associações

### AMAUC

#### EXTRATO EDITAL C. PÚBLICO CÂMARA DE IRANI EXTRATO DO EDITAL

A Câmara Municipal de Vereadores de Irani - SC, TORNA PÚBLICO que realizará CONCURSO PÚBLICO sob regime Estatutário, para o cargo de Contador. INSCRIÇÕES: 28/04 a 25/05/2015, nas dependências da Câmara de Vereadores de Irani, de segunda a sexta no horário das 8:00 as 12:00 e das 13:30 as 17:30. Maiores informações e Edital na íntegra poderão ser obtidos junto a secretaria da Câmara de Vereadores, e no site [www.camairani.com.br](http://www.camairani.com.br), a partir da data de abertura das inscrições. Irani, 22 de abril de 2015. Ozaide Antônio Alves da Rocha - Presidente.

### AMMVI

#### ATA DA REUNIÃO DE ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS LICITAÇÃO 02-2015

ATA DA REUNIÃO DE ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS  
LICITAÇÃO: CONVITE Nº 02/2015

OBJETO: Prestação de serviços de Aquisição, Montagem e Instalação de Móveis e Cadeiras para o auditório e edifício sede da AMMVI, conforme descrição dos itens relacionados no Anexo I do Instrumento Convocatório.

Aos vinte dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze (20/04/2015), às 10:00 horas, na sala da Assessoria Jurídica do 2º andar na sede da AMMVI, realizou-se reunião da Comissão de Licitações para análise das propostas na Licitação nº 02/2015.

Declarando aberta a reunião pública, o Presidente da Comissão de Licitações informou que a Assessoria de Arquitetura, Engenharia e Planejamento Urbano da AMMVI analisou as propostas apresentadas, tendo detectado falhas que comprometem parcialmente sua aceitabilidade, visto que os licitantes não respeitaram a apresentação correta dos prospectos e laudos de conformidade ergonômica ou cópias autenticadas do certificado do fabricante (NR17 e ABNT NBR 13962) previsto para o lote 02, referente aos sub-itens 2.3 e 2.4, e lote 03 do Anexo I do Instrumento Convocatório, conforme estabelecido nos itens 3.3, letras "e" e "i", 5.2.1, 5.2.2, letra "c", e 5.3.2, letra "a" do Edital.

Assim, a Comissão de Licitações decide desclassificar todas as propostas do lote 02, e lote 03, e, fazendo uso do disposto no art. 48, § 3º, da Lei nº 8.666/93, fixar o prazo de três dias úteis para apresentação de novas propostas a todos os licitantes, corrigidos os erros apontados, ou seja, com apresentação correta dos prospectos e laudos de conformidade ergonômica ou cópias autenticadas do certificado do fabricante, como previsto no Instrumento Convocatório, além de respeitado o valor global máximo previsto para cada lote.

Contudo, referente ao lote 01, passou-se a verificação das planilhas de composição dos preços e as exigências do Instrumento Convocatório da Licitação, donde a Comissão de Licitações delibera pela classificação de todas as propostas descritas na ata da sessão pública realizada em 14/04/2015, declarando vencedora a proposta apresentada pela licitante AKON LTDA -ME, CNPJ:

13.228.073/0001-87, pelo preço global de R\$ 14.820,00 (Catorze mil oitocentos e vinte reais).

Ato contínuo, esta Comissão determinou a publicação da decisão acima no "Diário Oficial dos Municípios", e pela intimação dos licitantes via e-mail, abrindo-se assim o prazo recursal de 2 (dois) dias úteis.

Por fim, na eventualidade de não serem interpostos recursos, relativos ao julgamento das propostas, ficam convocadas as empresas licitantes que apresentarem novas propostas para o lote 02 e lote 03 até o dia 27/04/2015 as 17:00, e em ato contínuo para participarem da sessão pública de abertura dos Envelopes nº 02 (Proposta de Preço), a ser realizada às 9h00min, do dia 28 de abril de 2015, na sala da assessoria jurídica da sede da AMMVI.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual lavrou-se a presente ata, assinada pelos participantes.

Blumenau, 20 de abril de 2015.

Alexandre Carvalho Brigido Presidente	Richard Buchinski Secretária	Ricardo Sorroche Membro
---	---------------------------------	----------------------------

#### CONTRATO ADMINISTRATIVO DL Nº 18/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 18/2015

CONTRATO DE LOCAÇÃO

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AMMVI, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 83.779.413/0001-43, com sede à Rua Alberto Stein, nº 466, Bairro da Velha, na cidade de Blumenau, SC, CEP 89036-200, Fone (47) 3331-5800, representada por seu Secretário Executivo, abaixo denominada simplesmente LOCADORA, e MONTE BELLO ORGANIZAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE EVENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 03.656.274/0001-21, com sede na Rua Conselheiro Laurindo, 80, sala 04, Centro, CEP 80060-100, na cidade de Curitiba - PR, Fone: (41) 3203-1189 - Fax: (41) 3203-1197 - E-mail: [montebello@montebelloeventos.com.br](mailto:montebello@montebelloeventos.com.br), representado(a) Valdir Belo, doravante denominada simplesmente LOCATÁRIA, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente CONTRATO DE LOCAÇÃO, cumprindo as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente contrato tem por objeto a locação, pela LOCADORA à LOCATÁRIA, das instalações do Auditório "Lino Grütz-macher", localizado no 1º pavimento da sede da AMMVI, à Rua Alberto Stein, nº 466 - bairro Velha, neste Município, para realização do SIMPÓSIO NACIONAL DE RECICLAGEM, SANEAMENTO AMBIENTAL E GESTÃO AMBIENTAL: lodos e resíduos de origem urbana, rural e industrial, nos dias 16 e 17 de abril do corrente, sendo que no dia 16/04 a programação é das 08:00 às 18:00 hs e no dia 17/04 a programação será das 09:00 às 18:00 hs.

1.2 - A presente locação objetiva, dentre outros aspectos, regular o uso do espaço físico, nos termos da Resolução AMMVI nº 07/15.

1.3 - A locação de que trata este instrumento, dado seu caráter precário, poderá ser suspensa, cassada ou rescindida a qualquer tempo, independentemente de qualquer aviso ou notificação, não gerando direito à indenização para LOCATÁRIA.

1.3.1 - A LOCADORA poderá requisitar, a qualquer tempo e modo,

parcial ou integralmente, as instalações objeto desta locação para realização de eventos de seu interesse, suspendendo-se a locação dada a LOCATÁRIA, sem a necessidade de qualquer indenização, pagamento ou compensação.

1.4 - A locação do objeto deste instrumento fica condicionada a manutenção, pela LOCATÁRIA, das licenças e alvarás exigidos pelas Autoridades competentes, se for o caso.

1.5 - A LOCATÁRIA poderá cobrar inscrição, mensalidade ou taxa dos interessados/participantes de seu(s) evento(s), conforme programação previamente divulgada, por sua conta e risco, sem transferência de qualquer obrigação e/ou responsabilidade para LOCADORA.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES E BENFEITORIAS

2.1 - Fica terminantemente proibida a construção de quaisquer benfeitorias, adequações, melhoramentos, adaptações e modificações junto ao objeto do presente instrumento, salvo com a expressa anuência da LOCADORA.

2.2 - Todas as benfeitorias e melhoramentos reverterão em favor da LOCADORA, sem direito a quaisquer indenizações. Os bens móveis que não tenham sido retirados no prazo estipulado para desocupação, também reverterão automaticamente ao patrimônio da LOCADORA, não comportando qualquer direito a indenização ou reparação, sendo que todos e quaisquer gastos ou custos que a LOCADORA venha a ter para retomar o bem objeto do presente instrumento, se não pago espontaneamente pela LOCATÁRIA, poderão ser cobrados administrativa ou judicialmente.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA LOCATÁRIA

3.1 - Durante o período da locação, fica a LOCATÁRIA responsável pela manutenção do espaço físico, interno e externo do bem, em plenas condições de uso, funcionamento e higienização, bem como pela preservação da ordem.

3.1.1 - A LOCATÁRIA se compromete a manter os bens, equipamentos e o espaço físico que integram o objeto do presente instrumento, em condições de higiene e limpeza, restituindo-os em condições normais de uso.

3.1.2 - A LOCATÁRIA deve efetuar o pagamento pelo uso das instalações, em conformidade com a regulamentação interna da LOCADORA, sendo:

Data (Espaço)	Valores por turno		Valor total
	matutino	vespertino	
16/04/2015 (140 lugares)	R\$ 300,00	R\$ 300,00	R\$ 600,00
17/04/2015 (140 lugares)	R\$ 300,00	R\$ 300,00	R\$ 600,00
Preço total pela locação R\$			R\$ 1.200,00

3.1.2.1 - O pagamento dar-se-á através de cheque nominal à LOCADORA, depósito bancário ou espécie, e far-se-á com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data de realização do evento pretendido.

3.2 - A LOCATÁRIA responde por todos os atos, fatos e omissões ocorridas durante o período da locação, devendo tratar a todos os usuários do bem com urbanidade e respeito.

3.2.1 - A LOCADORA não responde solidária nem subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela LOCATÁRIA junto a terceiros,

tampouco pelos atos, fatos e omissões praticadas por esta durante o período da locação.

3.2.2 - A LOCATÁRIA não poderá comercializar qualquer tipo de produto, material, gênero alimentício ou bebida no espaço físico da LOCADORA, bem como não poderá permitir o consumo de alimentos no interior do auditório.

3.3 - Não será permitida a utilização gratuita do auditório em favor de Partido Político, Coligação ou candidatos, sendo obrigação da LOCATÁRIA respeitar toda a legislação civil e eleitoral.

3.4 - Fica sob a plena e integral responsabilidade da LOCATÁRIA a contratação e pagamento de seguro para seus eventos, seus equipamentos, materiais e pessoas, durante o prazo de vigência deste instrumento, ficando desde já totalmente responsável por todos e quaisquer custos, ônus, obrigações, indenizações e responsabilidades advindas, decorrentes ou relacionadas ao mesmo.

3.5 - Findo o prazo estabelecido, a LOCATÁRIA deverá proceder a imediata devolução do bem objeto do presente instrumento, arcando com eventuais danos causados ao mesmo.

## CLÁUSULA QUARTA - DAS RESPONSABILIDADES DA LOCADORA

4.1 - Fica desde já a LOCADORA responsável:

- em disponibilizar a LOCATÁRIA o bem objeto deste instrumento, em condições de uso imediato, nas datas agendadas;
- em fiscalizar e acompanhar a utilização do bem constante do objeto deste instrumento, o que não exime a LOCATÁRIA, de nenhuma forma, de sua exclusiva, plena, geral, integral e total responsabilidade;
- em cobrar previamente pelo uso das instalações, em conformidade com sua regulamentação interna;
- em realizar vistoria descrevendo o estado do bem objeto deste instrumento e, caso haja quaisquer irregularidades pós-uso, proceder a cobrança adicional da LOCATÁRIA pelas despesas necessárias para conserto, reparo ou restauração.

4.2 - Fica também sob a responsabilidade da LOCADORA a contratação e pagamento de seguro para as construções, edificações e/ou benfeitorias que integram o presente instrumento, ficando desde já totalmente responsável por todos e quaisquer custos, ônus, obrigações, indenizações e responsabilidades advindas, decorrentes ou relacionadas ao mesmo.

4.3 - É de responsabilidade da LOCADORA as despesas com energia elétrica e fornecimento de água no espaço físico objeto deste instrumento.

## CLÁUSULA QUINTA - DA EVENTUALIDADE E NÃO SUBORDINAÇÃO

5.1 - O presente instrumento constitui-se apenas na locação do bem objeto deste instrumento, não havendo qualquer tipo de subordinação ou vínculo empregatício entre a LOCADORA e a LOCATÁRIA.

## CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO

6.1 - O prazo desta Locação terá início na data de 17/04/2015 e término em 18/04/2015, podendo ser prorrogado, por interesse da LOCADORA, através de termo aditivo.

6.2 - Após o término deste contrato, a LOCATÁRIA se compromete a devolver o objeto desta locação nas mesmas condições em que o recebeu, excetuados os desgastes normais do uso e as benfeitorias, melhoramentos, modificações e adequações (as quais integrarão automaticamente o patrimônio da LOCADORA,

sem que haja o pagamento de quaisquer valores pelos mesmos), bem como promover a retirada imediata de todo e qualquer bem e equipamento de sua posse ou propriedade, arcando com quaisquer custos, ônus, responsabilidades ou obrigações advindas, decorrentes ou relacionadas aos mesmos.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1 - Em se tratando de um Contrato de Locação de Bem Público, poderá a LOCADORA, a qualquer tempo, modificar ou revogar o presente, dado a sua natureza precária, não comportando qualquer pedido de indenização ou reparação por parte da LOCATÁRIA, seja a que título for.

7.2 - O contrato em questão poderá ainda ser rescindido:  
- por acordo entre as partes, mediante comunicação prévia por escrito, pela LOCATÁRIA a LOCADORA, com antecedência de, no mínimo, 10 (dez) dias;  
- pela LOCADORA, de forma imediata, quando do descumprimento, pela LOCATÁRIA de quaisquer das cláusulas, condições, obrigações, responsabilidades, atribuições ou prazos constantes deste instrumento;  
- pelo ato de autoridade ou lei superveniente ou acontecimento que de alguma forma torne a execução deste contrato formal ou materialmente impraticável.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - O não cumprimento de qualquer das cláusulas, condições, responsabilidades, obrigações, atribuições ou prazos constantes deste instrumento pela LOCATÁRIA, enseja a aplicação imediata de multa equivalente a 50% do valor estabelecido para o uso do auditório, no período contratado, a qual poderá ser cobrada administrativa ou judicialmente, mediante prévia notificação, independente de qualquer outra responsabilidade, atribuição ou dos demais ônus ou custos advindos, decorrentes ou relacionados ao presente instrumento.

8.2 - A LOCATÁRIA não poderá sublocar emprestar ou ceder o objeto deste instrumento, no todo ou em parte a quaisquer terceiros.

8.3 - Toda e qualquer alteração contratual dar-se-á obrigatoriamente através de Termo Aditivo, o qual deverá ser assinado pelas partes e passará a fazer parte integrante deste instrumento.

8.4 - A utilização do bem objeto do presente instrumento deverá seguir obrigatoriamente todas as condições constantes deste instrumento, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie.

#### CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Blumenau - SC, independentemente de outro por mais privilegiado que seja para dirimir as questões decorrentes do presente contrato.

E, por assim estarem justas e acertadas, as partes assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Blumenau, 13 de Abril de 2015.

LOCADORA	LOCATÁRIA
José Rafael Correa	Monte Bello Organização e Comercialização de Eventos Ltda
Secretário Executivo	CNPJ nº 03.656.274/0001-21

Testemunhas:

Nome: Simone Gomes  
CPF nº 064.611.359-36

Nome: Dominique Carinie Kulkys  
CPF nº 091.654.839-28

### AMUREL

#### ATA DA ASSEMBLEIA - AGO - FEVEREIRO 2015

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE LAGUNA - AMUREL

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de 2015, às 10:30hs, em segunda chamada, reuniram-se na sede da AMUREL, para Assembleia Geral Ordinária, os prefeitos: Antônio Avelino Honorato Filho, Prefeito de Pescaria Brava; Amilton Ascari, Prefeito de Grão Pará; Ademir da Silva Matos, Prefeito de Braço do Norte; Antônio Felipe Sobrinho, Prefeito de Pedras Grandes, neste ato representado pelo Sr Vilson Tadeu Marcon, Vice Prefeito de Pedras Grandes; Clésio Bardini de Biasi, Prefeito de Treze de Maio, neste ato representado pelo Sr. Agnaldo Carara, Prefeito em Exercício de Treze de Maio; Dilcei Heidemann, Prefeita de Santa Rosa de Lima; José Schotten, Prefeito de São Martinho; Jailson Cardoso de Souza, Prefeito de Imbituba; Jaime Wensing, Prefeito de Armazém; Jorge Leonardo Nesi, Prefeito de Gravatal; João Olávio Falchetti, Prefeito de Tubarão; Lourivaldo Schuelter, Prefeito de Rio Fortuna; Luiz Arnaldo Napoli, Prefeito de Jaguaruna; Manoel Viana de Souza, Prefeito de Imaruí; Moacir Rabelo da Silva, Prefeito de Capivari de Baixo e Volnei Weber, Prefeito de São Ludgero, neste ato representado pelo Sr. Ibaneis Lembeck, Prefeito em Exercício de São Ludgero. Além dos Senhores Prefeitos acima nominados, presentes o Sr. Celso Heidemann, Diretor Executivo da AMUREL, a Sra. Patricia Uliano Eftting, Procuradora Geral do Município de Tubarão, Sra. Lúcia Helena Fernandes Souza, Secretária de Educação do Município de Tubarão e demais pessoas, conforme lista de presença assinada. Após constatado haver quórum mínimo exigido pelo Estatuto, o Sr. Presidente fez a abertura dos trabalhos cumprimentando a todos, dando-os as boas vidas. O protocolo passou a leitura do Edital, que se transcreve: "O Presidente da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE LAGUNA - AMUREL, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA todos os Municípios associados para ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se no dia 25 de fevereiro de 2015, às 10:00 horas, com a presença de no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios, em primeira convocação, e às 10:30 horas, em segunda convocação, com a presença de no mínimo 1/3 (um terço) dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios associados, em sua sede, localizada na Rua Rio Branco, n.º 67, bairro Vila Moema, Tubarão/SC. Na pauta do dia, em discussão as seguintes matérias: Aprovação da Ata Anterior; Prestação de Contas Anuais, do exercício de 2014; Judicialização da Saúde e Educação; Eleição dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, titulares e suplentes, representantes da AMUREL junto a FECAM; Apreciação e aprovação da proposta orçamentária e do plano de trabalho do exercício de 2015; Assuntos diversos. Abertos os trabalhos passaram a apreciar os referidos itens da pauta, na seguinte forma: 1) Deliberação sobre Ata Anterior: Procedeu-se à deliberação acerca da Ata anterior, cuja leitura foi dispensada pelos presentes. A ata restou aprovada pelos presentes. 2) Prestação de Contas Anuais, do exercício de 2014: Inicialmente o Sr. Celso Heidemann, Diretor Executivo da AMUREL, apresentou via mídia, o relatório financeiro e executivo da Amurel, evidenciando a grande importância da entidade, citando como exemplo o aumento da demanda da prestação de Serviços executados pela entidade posto à disposição dos Municípios, dentre eles: referenciou os serviços de engenharia; acompanhamento no movimento econômico (ICMS), bem como da economia alcançada

via Consórcio de Saúde -CIS AMUREL. Destacando ao final o grande retorno financeiro aos municípios em decorrência da disponibilidade destes expedientes pela Amurel. Ato contínuo apresentou a prestação de contas do exercício de 2014 (6º. Bimestre de 2014, consolidando as contas anuais do exercício de 2014) e, informou que o relatório na íntegra está à disposição na revista anual da entidade (páginas 48 a 50), entregue à todos os presentes. Finalizado a apresentação da prestação de contas do exercício de 2014 (6º. Bimestre de 2014, consolidando as contas anuais do exercício de 2014) com entrega da revista da entidade e, após os esclarecimentos prestados, passou-se a apreciação e discussão sobre o tema, sendo que as prestações de contas foram consideradas aprovadas pela Assembleia por unanimidade. 3) Judicialização da Saúde e Educação: Sobre o tema a Sra. Patrícia Uliano Effting, procuradora jurídica do município de Tubarão, inicialmente fez a apresentação pessoal e relatou aos presentes os embates que vem travando frente ao MPSC e ao Judiciário de Santa Catarina, relativo as dificuldades que os municípios vêm sofrendo face aos procedimentos judiciais contra os Municípios, em relação as áreas da Saúde e Educação. Dessa forma, apresentou aos presentes minuta de documento a ser produzido em conjunto e encaminhado ao Presidente do Tribunal de Justiça de SC, relatando

a realidade dos municípios e, que requer que seja respeitado a autonomia dos municípios no que tange ao fornecimento de medicamentos e vagas na área da educação. Portanto, solicitou a todos os Prefeitos que o mais breve possível, apresentem relatório da demanda de ações relativas ao fornecimento de medicamento e disponibilização de vaga na educação, para que posteriormente seja assinado documento em conjunto de todos os Prefeitos e entrega do mesmo pessoalmente, via comitiva dos Prefeitos, ao Senhor Presidente do TJSC. Ainda informou que a idéia é de encaminhar cópia do documento à Fecam e, se for possível ir até o Supremo Tribunal Federal. Para finalizar a procuradora jurídica do município de Tubarão Patrícia Uliano Effting, enfatizou que "judicialização da saúde" prejudica a maior parte da população, pois esse procedimento está favorecendo poucos e prejudicando muitos. Finalizado o uso da palavra pela Procuradora Geral do Município de Tubarão, o Presidente da Amurel, Sr. Moacir Rabelo da Silva, Prefeito de Capivari de Baixo, passou a palavra aos Prefeitos para deliberação e manifestação acerca do assunto, os Prefeitos parabenizaram

a Sra. Patrícia pela iniciativa, e decidiram por unanimidade a Participação de

todos os municípios da Amurel. Ficou estabelecido que assessoria jurídica da Amurel convoará os Secretários Municipais e Procuradores das áreas afins, para o estabelecimento de reuniões visando a elaboração conjunta do documento pretendido. Tudo aprovado pelos presentes. 4) Eleição dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, titulares e suplentes, representantes de Amurel junto à FECAM: A Assembleia decidiu eleger, para o exercício que compreende o dia 25 de fevereiro de 2015 até o término da segunda quinzena de fevereiro de 2016, com data limite no dia 29 de fevereiro de 2016, salvo eleição anterior, para compor a direção do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, titulares e suplentes da AMUREL, para o ano de 2015 os seguintes representantes que nesta mesma data tomam posse:

Para o Conselho de Administração:

Jailson Cardoso de Souza, Prefeito de Imbituba, como Presidente; Jorge Leonardo Nesi, Prefeito de Gravatal, como 1º Vice-presidente; Amilton Ascari, Prefeito de Grão Pará, como 2º Vice-presidente. Para o Conselho Fiscal foram eleitos como titulares: João Olávio Falchetti, Prefeito de Tubarão, Dilcei Heidemann, Prefeita de Santa Rosa de Lima. E como suplentes do Conselho Fiscal: Lourival Schuelter,, Prefeito de Rio Fortuna, Luiz Arnaldo Napoli, Prefeito de Jaguaruna, Manoel Viana de Souza, Prefeito de Imarui. Como representantes junto à FECAM foram eleitos: Antônio

Avelino Honorato Filho, Prefeito de Pescaria Brava, Antônio Felipe Sobrinho, Prefeito de Pedras Grandes, Ademir da Silva Matos, Prefeito de Braço do Norte, Clésio Bardini de Biasi, Prefeito de Treze de Maio, Castilho Silvano Vieira, Prefeito de Sangão, Everaldo dos Santos, Prefeito de Laguna, Jaime Wensing, Prefeito de Armazém, José Schotten, Prefeito de São Martinho, Moacir Rabelo da Silva, Prefeito de Capivari de Baixo, Volnei Weber, Prefeito de São Ludgero. 5) Apreciação e aprovação da proposta orçamentária e do plano de trabalho do exercício de 2015: Apresentado pelo Diretor Executivo da Amurel, Sr. Celso Heidemann, a proposta orçamentária e do plano de trabalho do exercício de 2015, foi amplamente apreciada pelos presentes e aprovada por unanimidade. 6) Assuntos Diversos: a) o Sr.Celso Heidemann, Diretor Executivo da Amurel, informou aos presentes sobre o Movimento que está em evidência, que trata sobre a Reforma Política e, em especial sobre a prorrogação do mandato dos atuais Gestores Municipais, dessa maneira, solicitou o aval dos Prefeitos para que a Amurel participe da citada movimentação representando a região. Após ampla discussão, foi aprovado por unanimidade a participação da entidade. b) Em Seguida passou a palavra ao Sr. Álvaro Dalmagro, assessor de imprensa da Amurel, que apresentou aos presentes o diagnóstico das assessorias de comunicação das prefeituras, informando sobre a participação de seus representantes no Colegiado de Comunicação da Amurel. Por fim, passou aos presentes a fundamental importância que deve ser dada as assessorias de comunicação pelos gestores municipais, ainda, propôs que faça reunião com os prefeitos e assessora para tratar exclusivamente do aparelhamento das assessorias das prefeituras, o que foi aprovado. c) o Sr.Celso Heidemann, Diretor Executivo da Amurel, informou aos presentes sobre: Curso Sebrae, FECAM no dia 18 a 20 de março do corrente ano; Marcha do Prefeitos a Brasília nos dias 25 a 20 de maio de 2015; , Curso de formação de empreendedorismo - Dale Carnegie Training. Encerrando a reunião o Sr. Moacir Rabelo da Silva, agradeceu a todos os Prefeitos pelo apoio nos trabalhos realizados no seu mandato em frente a Amurel, bem como a todos os funcionários da entidade pela eficiência e empenho, em especial ao

Sr. Celso Heidemann, Diretor Executivo da entidade. Jailson de Prefeito de Imbituba solicitou que fosse ampliada a ação de restituição junto ao INSS, e focar

na questão da judicialização. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião da qual lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada por mim, Senhor Celso Heidemann, Diretor Executivo da AMUREL e pelo Senhor Moacir Rabelo da Silva, Presidente da AMUREL.

#### TERMO DE POSSE

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de 2015, às 10:30 horas, na sede da Associação de Municípios da Região de Laguna- AMUREL, sito na Rua Rio Branco, nº 67, Bairro Vila Moema, Tubarão/SC, compareceram os prefeitos municipais que compõe a Associação de Municípios da Região de Laguna- AMUREL para preenchimento dos cargos do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e representantes da AMUREL junto à FECAM , para tomarem posse em seus respectivos cargos, para o exercício que compreende o dia 25 de fevereiro de 2015 até a segunda quinzena de fevereiro de 2016, com data limite no dia 29 de fevereiro de 2016, salvo eleição anterior, assim composta:

#### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente: Jailson Cardoso de Souza - Prefeito de Imbituba

Assinatura: \_\_\_\_\_

1º. Vice-Presidente: Jorge Leonardo Nesi - Prefeito de Gravatal

Assinatura: \_\_\_\_\_

2º. Vice-Presidente: Amilton Ascari - Prefeito de Grão Pará

Assinatura: \_\_\_\_\_

CONSELHO FISCAL - Titulares

João Olávio Falchetti - Prefeito de Tubarão

Assinatura: \_\_\_\_\_

Dilcei Heidemann - Prefeita de Santa Rosa de Lima

Assinatura: \_\_\_\_\_

Jaime Wensing - Prefeito de Armazém

Assinatura: \_\_\_\_\_

CONSELHO FISCAL - Suplentes

Luiz Arnaldo Napoli - Prefeito de Jaguaruna

Assinatura: \_\_\_\_\_

Manoel Viana de Sousa - Prefeito de Imaruá

Assinatura: \_\_\_\_\_

Lourivaldo Schuelter - Prefeito de Rio Fortuna

Assinatura: \_\_\_\_\_

REPRESENTANTES JUNTO À FECAM

Antônio Avelino Honorato Filho, Prefeito de Pescaria Brava

Assinatura: \_\_\_\_\_

Antônio Felipe Sobrinho, Prefeito de Pedras Grandes

Assinatura: \_\_\_\_\_

Ademir da Silva Matos, Prefeito de Braço do Norte

Assinatura: \_\_\_\_\_

Clésio Bardini de Biasi, Prefeito de Treze de Maio,

Assinatura: \_\_\_\_\_

Castilho Silvano Vieira, Prefeito de Sangão

Assinatura: \_\_\_\_\_

Everaldo dos Santos, Prefeito de Laguna

Assinatura: \_\_\_\_\_

Jaime Wensing, Prefeito de Armazém,

Assinatura: \_\_\_\_\_

José Schotten, Prefeito de São Martinho,

Assinatura: \_\_\_\_\_

José Schotten, Prefeito de São Martinho

Assinatura: \_\_\_\_\_

Moacir Rabelo da Silva, Prefeito de Capivari de Baixo

Assinatura: \_\_\_\_\_

Volnei Weber, Prefeito de São Ludgero.

Assinatura: \_\_\_\_\_

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO -AGE - 30-04-2015 - EXTRAORDINARIA**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO:

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE LAGUNA - AMUREL, no uso de suas atribuições estatutárias, com amparo nos artigo 17 caput e parágrafo único e artigo 55, ambos do Estatuto da AMUREL, CONVOCA todos os Municípios associados para ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a realizar-se no 30 de abril de 2015, às 9 horas e 55 minutos, por decisão de dois terços (2/3) dos Municípios associados presentes, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço (1/3) nas convocações seguintes, em sua sede, localizada na Rua Rio Branco, nº 67, bairro Vila Moema, Tubarão/SC.

Na pauta do dia, em discussão as seguintes matérias:

- Alteração do Estatuto da AMUREL, para alterar a redação do inciso XI do Artigo 37, para autorizar o Presidente da AMUREL a realizar pagamentos e movimentar recursos financeiros da Associação, através de cheques bancários nominais ou através de pagamento via transferência eletrônica de recursos financeiros pelo sistema bancário on line (via internet), juntamente com o Diretor Executivo.

Tubarão, 16 de abril de 2015

Jaison Cardoso de Souza

Presidente da AMUREL

Prefeito de Imbituba

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO -AGO - 30-04-2015 - ULTIMA ALTERAÇÃO**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente da ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE LAGUNA - AMUREL, no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA todos os Municípios associados para ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se no dia 30 de abril de 2015, às 9:30 horas, com a presença de no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios, em primeira convocação, e às 10 horas, em segunda convocação, com a presença de no mínimo 1/3 (um terço) dos Prefeitos ou representantes credenciados dos Municípios associados, em sua sede, localizada na Rua Rio Branco, n.º 67, bairro Vila Moema, Tubarão/SC.

Na pauta do dia, em discussão as seguintes matérias:

- I. Aprovação da Ata Anterior;
- II. Prestação do primeiro bimestre, do exercício de 2015;
- I. Metodologia, inovadora para cobrança - Dívida Ativa;
- II. Compensação de valores recolhidos a maior de INSS;
- III. Apresentação Associação dos Avicultores;
- IV. Assuntos diversos.

Tubarão, 14 de Abril de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Presidente da AMUREL

Prefeito de Capivari de Baixo

## Consórcios

### ARIS

#### ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE REGULAÇÃO

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO (ARIS).

Aos dezesseis dias do mês de abril, do ano de dois mil e quinze (16/04/2015), às 8 horas e 30 minutos, estiveram reunidos, na sala de reuniões da ARIS, localizada na Rua Santos Saraiva, 1546, Estreito, Florianópolis/SC, os Conselheiros da ARIS, Srs. Afonso Veiga Filho, Gilberto Valente Canali, André Miquelante, Marcos Fernando Zanella, Michele Batista e Willian Carlos Narzetti. Participaram também o Diretor Geral, Sr. Adir Faccio, o Diretor de Regulação, Sr. Ricardo Martins, o Coordenador de Normatização, Sr. Ciro Loureiro Rocha e o Coordenador de RH/Jurídico, Magnus Caramori. Por motivos justificados a Conselheira Nádia Boof Ribeiro não participou da reunião. Os trabalhos da 2ª reunião extraordinária do Conselho de Regulação foram iniciados, conforme edital de convocação extraordinário nº 01/2015, com a seguinte ordem do dia: 1) Aprovação da ata da última reunião ordinária; 2) Analisar, deliberar e expedir resolução, que dispõe sobre a metodologia empregada na revisão da estrutura e das tarifas dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário do SAMAE de Jaraguá do Sul; 3) Distribuição dos recursos contra as decisões administrativas, referente às seguintes sanções aplicadas: 3.1. Processo Punitivo nº 19/2014. Autuado: CASAN. Município de Agronômica; 3.2. Processo Punitivo nº 20/2014. Autuado: CASAN. Município de Laurentino; 3.3. Processo Punitivo nº 24/2014. Autuado: CASAN. Município de Maravilha; 3.4. Processo Punitivo nº 35/2014. Autuado: CASAN. Município de Balneário Piçarras; 3.5. Processo Punitivo nº 03/2015. Autuado: CASAN. Município de José Boiteux; 3.6. Processo Punitivo nº 07/2015. Autuado: CASAN. Município de Palmeira; 3.7. Processo Punitivo nº 09/2015. Autuado: CASAN. Município de Bandeirante. O Presidente Interino do Conselho, Sr. Afonso Veiga Filho, fez a abertura e agradeceu a presença de todos, passando a leitura da Ata da última reunião. Após algumas retificações a ata foi aprovada por unanimidade. Em seguida foi passada a palavra ao Sr. Ricardo Martins para que explanasse a respeito da minuta de resolução que dispõe sobre a metodologia empregada na revisão da estrutura e das tarifas dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário do SAMAE de Jaraguá do Sul. Após breves elucidações sobre as tratativas da minuta, o Presidente passou a palavra ao Sr. Magnus Caramori para que fizesse a leitura integral da mesma. Após contribuições dos Conselheiros, a Resolução Normativa/ARIS nº 007, de 16 de abril de 2015, que dispõe sobre o procedimento para a realização da Revisão Tarifária Ordinária dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário prestados pelo SAMAE do Município de Jaraguá do Sul, bem como de sua estrutura (tabela tarifária) e da outras providências, foi aprovada por unanimidade dos presentes. O Presidente Interino, Afonso Veiga Filho, sugeriu que após implantada a revisão tarifária, se faça o levantamento dos benefícios gerados a população do município de Jaraguá do Sul, justificando a importância das agências reguladoras no cenário do saneamento básico. No item seguinte da pauta foi realizado o sorteio dos recursos contra as decisões administrativas expedidas pela ARIS, assim definidos: Processo Punitivo nº 19/2014. Autuado: CASAN. Município de Agronômica a cargo da relatora Nádia Boof Ribeiro. Processo Punitivo nº 24/2014. Autuado: CASAN. Município de Maravilha a cargo do relator Gilberto Valente Canali. Processo Punitivo nº 35/2014. Autuado: CASAN. Município de Balneário Piçarras a cargo do relator Marcos Fernando Zanella. Processo Punitivo nº 03/2015. Autuado: CASAN.

Município de José Boiteux a cargo da relatora Michele Batista. Processo Punitivo nº 07/2015. Autuado: CASAN. Município de Palmeira a cargo do relator Afonso Veiga Filho. Processo Punitivo nº 09/2015. Autuado: CASAN. Município de Bandeirante a cargo do relator André Miquelante. Na sequência a Conselheira Michele Batista apresentou o relatório e voto referente ao Processo Punitivo Administrativo nº 028/2014, autuado CASAN do Município de Caçador, objeto da pauta da reunião passada. Feito a leitura de relatório com as devidas justificativas, a Conselheira Michele Batista votou por manter a punição de advertência ao prestador de serviços CASAN no Município de Caçador. Os demais conselheiros presentes acompanharam o voto da relatora, mantendo, portanto, a punição de advertência. Já em assuntos gerais, o Diretor Geral da ARIS, Sr. Adir Faccio informou aos conselheiros sobre a visita realizada na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS) para informar e formar parceria com o Consórcio CIDEMA com o intuito de constituir cadastro dos modelos de abastecimento de água existentes no interior dos municípios. O Sr. Adir Faccio comunicou, ainda, sobre a entrega ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE) da análise sobre o pleito de revisão tarifária do SAA e SAE do Município de Itapema e do Relatório Anual da ARIS - 2014. Convidou os Conselheiros de Regulação para participar da reunião ordinária do Conselho de Administração que será realizada no dia 17 de abril de 2015 no Município de Corupá. Sem mais nada a tratar, o Presidente Interino do Conselho de Regulação, Sr. Afonso Veiga Filho, agradeceu a todos pela participação, em especial do Diretor Geral da AGIR, SR Henrich Luiz Pasold e da Presidente do Comitê de Regulação da AGIR, Sra. Maria de Fatima Martins, que muito nos honrou com a visita, dando-se por encerrados os trabalhos. Eu, André Miquelante, lavrei a presente ata, que foi lida e aprovada por todos os presentes.

Afonso Veiga Filho (Presidente Interino do Conselho da ARIS)

Gilberto Valente Canali (Conselheiro da ARIS)

André Antunes Miquelante (Conselheiro da ARIS)

Marcos Fernando Zanella (Conselheiro da ARIS)

Michele Batista (Conselheira da ARIS)

Nádia Boff Ribeiro (Conselheira da ARIS)

Willian Carlos Narzetti (Conselheiro da ARIS)

#### ATA DA 42ª REUNIÃO DO CONSELHO DE REGULAÇÃO

ATA DA 42ª REUNIÃO DO CONSELHO DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO (ARIS).

Aos quinze dias do mês de janeiro, do ano de dois mil e quinze (15/01/2015), às 10 horas e 30 minutos, estiveram reunidos, na sala de eventos do Hotel Bruggemann, localizado na Rua Santos Saraiva, nº 416, Estreito, Florianópolis/SC, os Conselheiros da ARIS, Srs(as). Gilberto Valente Canali, André Miquelante, Nádia Boff Ribeiro e Willian Carlos Narzetti. Participaram também o Prefeito Municipal de Corupá, Presidente do Conselho de Administração da ARIS, o Sr. Luiz Carlos Tamanini, o Diretor Geral da ARIS, Sr. Adir Faccio, o Coordenador de Normatização, Sr. Ciro Loureiro Rocha, o Coordenador de Fiscalização, Sr. Rafael Crestani, o Coordenador Jurídico, Sr. Magnus Caramori, o Ouvidor, Sr. Luiz Aurélio de Oliveira, o representante do Prefeito de Rio do Sul, Sr. Carlos Eduardo Plens, o representante do Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Sr. Edi Marcos A. de Mello, o representante do Prefeito Municipal de Canoinhas, Sr. Luiz Carlos Tamanini, o representante da Prefeitura Municipal de Itá, Sr. Adriano Stasslober e o Sr. Afonso Veiga Filho. Por motivos justificados os Conselheiros Marcos

Fernando Zanella e Michele Batista não participaram da reunião. A 42ª Reunião do Conselho de Regulação foi realizada em conjunto com a Reunião do Conselho de Administração e Fiscal (Edital de Convocação nº 003/2014, publicado em 31 de dezembro de 2014, na edição nº 1652 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina). Os trabalhos da 42ª reunião do Conselho de Regulação foram iniciados, conforme edital de convocação nº 12/2014, com a seguinte ordem do dia: 1) Acompanhar a análise prévia da execução do Plano de Trabalho do ano 2014; 2) Acompanhar a análise prévia da execução Orçamentária referente ao ano de 2014; 3) Acompanhar a análise prévia do Plano de Trabalho para o ano de 2015; 4) Acompanhar a análise prévia da Programação Orçamentária para o ano de 2015; 5) Acompanhar a deliberação sobre a execução da política patrimonial e financeira da ARIS; 6) Acompanhar a deliberação sobre assuntos gerais de interesse da ARIS. O Diretor Geral da ARIS, Sr. Adir Faccio, deu início aos trabalhos saudando os presentes, passando a palavra para o Presidente da ARIS, Prefeito Luiz Carlos Tamanini, que iniciou sua fala salientando a importância da reunião que possui o intuito de analisar previamente as propostas orçamentárias e o plano de trabalho para o ano de 2015. Salientou que muitos foram os avanços nas áreas de regulação e fiscalização do setor de saneamento e que as responsabilidades assumidas pela ARIS só tendem a crescer, razão pela qual a cobrança em 2015 será ainda maior, devendo a ARIS estar atenta e vigilante na cobrança de ações eficazes que garantam a adequada prestação dos serviços de saneamento básico. Teceu elogios a equipe na pessoa do diretor geral, que a ARIS tem respondido com as expectativas dos munícipes não só na cobrança dos prestadores, mas, principalmente, auxiliando no entendimento e cumprimento dos planos de saneamento e na harmonia entre prestadores, poder concedente e usuários. Em seguida, concedeu a palavra ao Diretor Geral da ARIS, Sr. Adir Faccio, que iniciou sua fala apresentando aos presentes um histórico da agência, as atribuições da Assembleia Geral, explanando de modo geral as competências do conselho de administração e do conselho fiscal e do conselho de regulação, dispostas no protocolo de intenções que faz parte do contrato de consórcio. Apresentou a missão, os valores e os objetivos da Agência. Comentou que a ARIS vem autuando e notificando os prestadores de serviços de saneamento na busca de uma melhor qualidade na prestação do serviço público de fornecimento de água potável e tratamento do esgoto sanitário. Apresentou a atual estrutura funcional e a necessidade de contratação de mais profissionais para atender a demanda que a cada dia cresce, seja pela cobrança dos entes consorciados, como também do Ministério Público. Passou os custos (valores das taxas) que o prestador de serviço possui em relação à ARIS e do desejo do Presidente da ARIS em reduzir o valor da taxa de regulação. Informou sobre o atual número de consorciados que somam 175 municípios. Apresentou o cenário de regulação da ARIS, mencionando sobre o aumento do número de fiscalizações comparado ao ano de 2013. Ainda, mencionou sobre o trabalho de fiscalização indireta, através do SISARIS, que vem sendo referência para outras entidades reguladoras. O Diretor Geral da ARIS informou sobre as parcerias com as Agências Reguladoras de outros Estados, como a AGENERSA, ARSAE, ARES-PCJ, AGERGS e ADA-SA. Ainda, informou sobre as atividades desenvolvidas nos eventos da ABAR, da ABES, junto às câmaras técnicas e diversos seminários. O Diretor Geral da ARIS apresentou o plano de trabalho de 2014, bem como as metas atingidas. Ainda, apresentou a sugestão do plano de trabalho para o ano de 2015. Em seguida, a contadora Clarice Lens apresentou os dados sobre a prestação de contas de 2014, e de que a mesma será apresentada e deliberada pela Assembleia Geral, marcada para o dia 28 de janeiro de 2015, bem como serão apresentadas o balanço financeiro e a discriminação das despesas do exercício e detalhamento das aplicações. Apresentou, de forma preliminar, aos presentes a execução da política patrimonial e financeira da ARIS, bem como do orçamento (projeção de receita/despesa) para o exercício de 2015. Em face ao encerramento dos mandatos dos Conselheiros de Regulação

referente às vagas de Engenheiro Civil e Contador, foram apresentadas as listas triplices para ambas as vagas para consideração do Conselho e posterior apreciação da Assembleia Geral. Em seguida, passou a palavra ao Presidente do Conselho de Regulação, Sr. Gilberto Valente Canali, que ao iniciar sua fala propôs a recondução do Engenheiro Civil Sr. Afonso Veiga Filho e do Contador Sr. Marcos Fernando Zanella tendo em vista a experiência profissional de ambos e estando em conformidade com o Artigo 30 Parágrafo 2º do Protocolo de Intenções da ARIS. Informou que a ARIS tem se mostrado um exemplo de agência para outros estados do Brasil e que o conselho atua de forma independente e com autonomia de decisões. Salientou as atribuições e competências do Conselho de Regulação e sua formação técnica que se preocupa com a qualidade na prestação dos serviços com eficácia, eficiência e modicidade tarifária. Salientou que o Conselho de Regulação é o órgão recursal das decisões exaradas pela diretoria da ARIS em face dos prestadores de serviço. Que mensalmente se reúnem para deliberar sobre os assuntos inerentes as suas atividades, contribuindo para que a qualidade do serviço seja adequada. Que o maior beneficiário dos relatórios emitidos pela ARIS são os municípios e os prestadores que de posse destas informações podem atuar de maneira direta e planejada. Ao final de sua explanação e em conjunto com Diretor Geral da ARIS, submeteu ao Conselho de Regulação, a sugestão de alteração da alíquota da Taxa de Regulação de Abastecimento de Água, reduzindo-a de R\$ 0,12 (doze centavos) para R\$ 0,10 (dez centavos), o que foi acatado pelo Presidente do Conselho de Administração da ARIS para ser encaminhado para deliberação da Assembleia Geral. O Diretor Geral passou a abordar o tema da aquisição da sede administrativa. Os representantes do Município de Rio do Sul convidaram a ARIS a instalar-se no Município, já que o Município possui terreno que poderá ser disponibilizado à ARIS. O convite foi registrado e será objeto de análise do Conselho de Administração. Por fim, o Diretor Geral da ARIS convidou todos para a Assembleia Geral e sugeriu aos presentes que divulguem a ARIS junto aos gestores de municípios que ainda dela não fazem parte para que venham aderir ao consórcio público. Dando por terminada a apresentação, o Diretor Geral agradeceu a presença de todos e passou a palavra ao Presidente do Conselho de Administração, Sr. Luiz Carlos Tamanini para o encerramento da reunião. Eu, André Miquelante, lavrei a presente ata, que foi lida e aprovada por todos os presentes.

Gilberto Valente Canali (Presidente do Conselho da ARIS)

André Antunes Miquelante (Conselheiro da ARIS)

Michele Batista (Conselheiro da ARIS)

Nádia Boff Ribeiro (Conselheira da ARIS)

Willian Carlos Narzetti (Conselheiro da ARIS)

### **ATA DA 43ª REUNIÃO DO CONSELHO DE REGULAÇÃO**

ATA DA 43ª REUNIÃO DO CONSELHO DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO (ARIS).

Aos trinta dias do mês de janeiro, do ano de dois mil e quinze (30/01/2015), às 13 horas e 30 minutos, estiveram reunidos, na sala de reuniões da ARIS, localizada na Rua Santos Saraiva, 1546, Estreito, Florianópolis/SC, os Conselheiros da ARIS, Srs(as). Gilberto Valente Canali, Afonso Veiga Filho, André Miquelante, Michele Batista, Nádia Boff Ribeiro e Willian Carlos Narzetti. Participaram também o Diretor Geral da ARIS, Sr. Adir Faccio, o Coordenador de Normatização, Sr. Ciro Loureiro Rocha bem como o Ouvidor Sr. Luiz Aurélio de Oliveira. O Conselheiro Sr. Marcos Fernando Zanella justificou sua ausência. Os trabalhos da 43ª reunião do Conselho de Regulação foram iniciados, conforme edital de convocação nº 12/2014, com a seguinte ordem do dia: 1) Aprovação

da ata da última reunião; 2) Relatório de Ouvidoria; 3) Apresentação das atividades da Diretoria de Regulação; 4) Encaminhamento dos Processos Punitivos referentes aos prestadores de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário ao Conselho de Regulação; 5) Assuntos Gerais. O Presidente do Conselho, Sr. Gilberto Valente Canali, fez a abertura e agradeceu a presença de todos, passando a leitura da Ata da última reunião. Após algumas retificações a ata foi aprovada por unanimidade. Na sequência, o Sr. Luiz Aurélio de Oliveira, Ouvidor da ARIS, apresentou o relatório de ouvidoria referente ao mês de Janeiro de 2015. Complementando a apresentação do Relatório da Ouvidoria, o Diretor Geral da ARIS, Sr. Adir Faccio, apresentou situação do município de Concórdia, relatando a dificuldade que o município tem encontrado em garantir o abastecimento de água aos municípios. Informou que há projeto aprovado para a modernização do sistema de abastecimento, estando o município aguardando a implantação do mesmo. Em relação ao elevado número de reclamações de usuários do município de Palhoça, o Diretor Geral da ARIS, Sr. Adir Faccio, apresentou a situação envolvendo o fornecimento de água pela Cia Casan para o município de Palhoça, cuja Prestadora é a Companhia Águas de Palhoça. O Diretor chamou atenção para o fato do contrato envolvendo o fornecimento de água estar judicializado e que, apenas após a publicação da decisão judicial, será possível precificar o valor da água fornecida pela Casan à Companhia de Águas de Palhoça. O Coordenador de Normatização, Sr. Ciro Loureiro Rocha, apresentou o Relatório de Atividades da Diretoria de Regulação, expondo que foram realizadas no mês de janeiro de 2015 2 fiscalizações, 17 inspeções técnicas e 5 fiscalizações indiretas via SISARIS. Também explicitou a participação dos técnicos da ARIS em diferentes reuniões para tratar de temas relacionados às atividades da Agência. O Coordenador de Normatização também relatou que foi autorizado o reajuste tarifário de 9,06215% para a Prestadora Águas de Itapema, a ser aplicado trinta dias após publicação oficial. Também foi autorizado o reajuste tarifário de 3,6543% para o município de Itapiranga. Também foi exposto que estão em andamento estudos tarifários para os municípios de Três Barras e Gravatá. O município de Pehna submeteu consulta à Agência para estudar a validade da proposta feita pelo Prestador daquele município quanto a execução da operação de resíduos sólidos. O Diretor Geral da ARIS, Sr. Adir Faccio, apresentou ao Conselho os Processos Administrativos dos municípios de Petrolândia, Mirim Doce e Forquilha, os quais precisariam ser apreciados pelos Conselheiros. O Diretor Geral fez uma apresentação sucinta sobre a situação do Processo envolvendo cada município. Em seguida, foi realizado o sorteio dos três processos entre os Conselheiros aptos a votação. Realizado o sorteio, os processos foram distribuídos da seguinte forma: Conselheiro Willian Carlos Narzetti - Procedimento Administrativo Punitivo nº 033/2014 município de Petrolândia; Conselheiro André Antunes Miquelante - Procedimento Administrativo Punitivo nº 021/2014 município de Forquilha; Conselheiro Marcos Fernando Zanella - Procedimento Administrativo Punitivo nº 15/2014 município de Mirim Doce. O Presidente do Conselho, Sr. Gilberto Valente Canali, sugeriu que para os próximos Processos Administrativos que "subirem" ao Conselho de Regulação, sejam acompanhados de uma breve descrição a respeito do conteúdo e etapas já tramitadas do referido Processo. Explicou que tal pedido tem como objetivo otimizar a discussão e entendimento geral sobre as matérias em questão. Ficalizada a pauta do dia, foi aberta a palavra para os assuntos gerais. O Diretor Geral da ARIS, Sr. Adir Faccio, apresentou suas impressões sobre o andamento da Assembleia Geral da ARIS realizada em 28/01/2015, onde foram aprovados o Relatório de Realização e a Prestação de Contas de 2014 e também a proposição do Plano de Trabalho e Orçamento para o ano de 2015. Tanto a Prestação de Contas do ano de 2014 como as proposições para o ano de 2015 foram aprovadas por unanimidade pela Assembleia. O Diretor Geral também apresentou a situação da aquisição da Sede própria, informando que o Laudo Técnico elaborado pela Caixa Econômica sobre o prédio em estudo estaria pronto no dia

30/01/2015, mesmo dia da reunião do Conselho de Regulação. Também apresentou a situação do Concurso Público para ampliação de quadro funcional para a Agência, estando a mesma em processo de habilitação de empresas com capacidade técnica para a realização do concurso. Findo os assuntos gerais, apresentou-se proposta de calendário para as próximas reuniões do Conselho de Regulação da ARIS, com a proposta das próximas datas para 26/02/2015 (5ª feira) e 26/03/2015 (5ª feira). O Presidente do Conselho, Sr. Gilberto Valente Canali, pediu que seja efetuada uma consulta ao Conselheiro Sr. Marcos Fernando Zanella sobre sua disponibilidade para as datas sugeridas.

Sem mais nada a tratar, o Presidente do Conselho de Regulação, Sr. Gilberto Valente Canali, agradeceu a todos pela participação, dando-se por encerrados os trabalhos. Eu, Willian Carlos Narzetti, lavrei a presente ata, que foi lida e aprovada por todos os presentes.

Gilberto Valente Canali (Presidente do Conselho da ARIS)

Afonso Veiga Filho (Conselheiro da ARIS)

André Antunes Miquelante (Conselheiro da ARIS)

Michele Batista (Conselheiro da ARIS)

Nádia Boff Ribeiro (Conselheira da ARIS)

Willian Carlos Narzetti (Conselheiro da ARIS)

## **ATA DA 44ª REUNIÃO DO CONSELHO DE REGULAÇÃO**

ATA DA 44ª REUNIÃO DO CONSELHO DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO (ARIS).

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro, do ano de dois mil e quinze (26/02/2015), às 13 horas e 30 minutos, estiveram reunidos, na sala de reuniões da ARIS, localizada na Rua Santos Saraiva, 1546, Estreito, Florianópolis/SC, os Conselheiros da ARIS, Srs. Gilberto Valente Canali, Afonso Veiga Filho, André Miquelante, Nádia Boff Ribeiro e Willian Carlos Narzetti. Participaram também o Diretor Geral da ARIS, Sr. Adir Faccio, o Diretor de Regulação, Sr. Ricardo Martins, bem como o Ouvidor Sr. Luiz Aurélio de Oliveira. Os Conselheiros Srs. Marcos Fernando Zanella e Michele Batista justificaram as ausências. Os trabalhos da 44ª reunião do Conselho de Regulação foram iniciados, conforme edital de convocação nº 02/2015, com a seguinte ordem do dia: 1) Aprovação da ata da última reunião; 2) Relatório de Ouvidoria; 3) Apresentação das atividades da Diretoria de Regulação; 4) Encaminhamento dos Processos Punitivos referentes aos prestadores de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário ao Conselho de Regulação; 5) Apresentação de relatório e voto do Processo Administrativo Punitivo - Auto de Infração nº 33/2014. Autuado: CASAN. Município de Petrolândia; 6) Assuntos Gerais. Devido ao término do mandato do Presidente do Conselho de Regulação e pela ausência de alguns Conselheiros, ficou agendada para próxima reunião a eleição de Presidente do Conselho de Regulação. Em conformidade com o § 3º do artigo 35 do Protocolo de Intenções, a reunião foi presidida interinamente pelo Conselheiro Sr. Afonso Veiga Filho. O Presidente Interino do Conselho de Regulação, Sr. Afonso Veiga Filho, fez a abertura e agradeceu a presença de todos, passando a leitura da Ata da última reunião. Após algumas retificações a ata foi aprovada por unanimidade. Na sequência, o Sr. Luiz Aurélio de Oliveira, Ouvidor da ARIS, apresentou o relatório de ouvidoria referente ao mês de fevereiro de 2015. Acusou o recebimento, pela Ouvidoria da ARIS, de 51 registros de manutenção em sistema de abastecimento de água apontados pelos prestadores de serviço. Já em relação a reclamações de usuários, foram registradas 12 manifestações, com destaque para o município de Palhoça, com 42% dos registros. O Sr. Luiz Aurélio

comunicou que a CASAN não vem informando quanto às manutenções no sistema de distribuição de água do município de Concórdia. No terceiro item da pauta o Sr. Ricardo Martins apresentou o relatório das atividades da Diretoria de Regulação ao longo do mês de fevereiro. Informou que foram realizadas 3 fiscalizações em sistemas de abastecimento de água; Início de revisão tarifária com a entrega do relatório parcial ao município de Itapema; Reunião com o Conselho de Saneamento do município de Canoinhas; Participação da audiência pública no município de Navegantes; 53 análises de processos movidos contra prestadores de serviços de abastecimento de água; 46 pareceres emitidos referente aos processos movidos contra prestadores de serviços de abastecimento de água; Emissão de 10 autos de infração à prestadores de serviços de abastecimento de água; Emissão de 8 termos de notificação à prestadores de serviços de abastecimento de água; Realização de 3 reuniões técnicas com titulares de serviços de saneamento básico na sede da ARIS e; Emissão de multa ao prestador de serviços de abastecimento de água CASAN, no município de Canoinhas, referente ao não cumprimento de investimentos e prazos previstos no Plano Municipal de Saneamento Básico e no Contrato de Programa. No item quatro da pauta da reunião foram sorteados os processos punitivos aos Conselheiros para devida análise, emissão de relatório e voto: Processo Punitivo n. 04/2015, autuada CASAN, referente ao município de Santa Terezinha para o Conselheiro André Miquelante; Processo Punitivo n. 25/2014, autuada CASAN, referente ao município de Trombudo Central para a Conselheira Nádia Boff Ribeiro; Processo Punitivo n. 27/2014, autuada CASAN, referente ao município de Formosa do Sul para o Conselheiro Willian Carlos Narzetti; Processo Punitivo n. 28/2014, autuada CASAN, referente ao município de Caçador para a Michele Batista; Processo Punitivo n. 31/2014, autuada CASAN, referente ao município de Imbuia para o Conselheiro Gilberto Valente Canali; Processo Punitivo n. 32/2014, autuada CASAN, referente ao município de Lauro Muller para o Conselheiro Afonso Veiga Filho; Processo Punitivo n. 29/2014, autuada CASAN, referente ao município de Barra Velha para o Conselheiro Marcos Fernando Zanella. No item quinto da pauta o Sr. Willian Carlos Narzetti apresentou o relatório e voto referente ao Processo Administrativo Punitivo - Auto de Infração nº 33/2014. Autuado: CASAN. Município de Petrolândia, mantendo a penalidade de advertência à autuada. Por unanimidade, os conselheiros acompanharam o voto do relator. Em assuntos gerais o Diretor Geral da ARIS, Sr. Adir Faccio, informou quanto aos tramites para compra da sede da instituição. Comunicou que o congresso da ABAR será realizado em Brasília e não mais em Belém, devido à logística. De acordo com o cronograma estabelecido, ficou agendada para o dia 26/03/2015 a próxima reunião do Conselho de Regulação. Sem mais nada a tratar, o Presidente Interino do Conselho de Regulação, Sr. Afonso Veiga Filho, agradeceu a todos pela participação, dando-se por encerrados os trabalhos. Eu, André Miqueante, lavrei a presente ata, que foi lida e aprovada por todos os presentes.

Afonso Veiga Filho (Presidente Inerino do Conselho da ARIS)

Gilberto Valente Canali (Conselheiro da ARIS)

André Antunes Miquelante (Conselheiro da ARIS)

Nádia Boff Ribeiro (Conselheira da ARIS)

Willian Carlos Narzetti (Conselheiro da ARIS)

## **ATA DA 45ª REUNIÃO DO CONSELHO DE REGULAÇÃO**

### **ATA DA 45ª REUNIÃO DO CONSELHO DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO (ARIS).**

Aos vinte e seis dias do mês de março, do ano de dois mil e quinze (26/03/2015), às 13 horas e 30 minutos, estiveram reunidos, na sala de reuniões da ARIS, localizada na Rua Santos Saraiva, 1546, Estreito, Florianópolis/SC, os Conselheiros da ARIS, Srs. Afonso Veiga Filho, Gilberto Valente Canali, André Miquelante, Marcos Fernando Zanella, Michele Batista, Nádia Boff Ribeiro e Willian Carlos Narzetti. Participaram também o Diretor de Regulação, Sr. Ricardo Martins e o Ouvidor Sr. Luiz Aurélio de Oliveira. Os trabalhos da 45ª reunião do Conselho de Regulação foram iniciados, conforme edital de convocação nº 03/2015, com a seguinte ordem do dia: 1) Aprovação da ata da última reunião; 2) Relatório de Ouvidoria; 3) Apresentação das atividades da Diretoria de Regulação; 4) Encaminhamento dos Processos Punitivos referentes aos prestadores de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário ao Conselho de Regulação: 4.1. Processo Punitivo nº 006/2015. Auto de Infração nº 006/2015. Autuada: CASAN. Município de Rio do Campo; 4.2. Processo Punitivo nº 002/2014. Auto de Infração nº 002/2014. Autuada: CASAN. Município de Anita Garibaldi; 4.3. Processo Punitivo nº 023/2014. Auto de Infração nº 023/2014. Autuada: CASAN. Município de Iporã do Oeste; 4.4. Processo Punitivo nº 034/2014. Auto de Infração nº 034/2014. Autuada: CASAN. Município de Mondaí. 5) Apresentação de relatório e voto do Processo Administrativo Punitivo - Auto de Infração n. 25/2014. Autuado: CASAN. Município de Trombudo Central, Relatora Conselheira Nádia Boff Ribeiro; 6) Apresentação de relatório e voto do Processo Administrativo Punitivo - Auto de Infração n. 31/2014. Autuado: CASAN. Município de Imbuia, Relator Conselheiro Gilberto Valente Canali; 7) Apresentação de relatório e voto do Processo Administrativo Punitivo - Auto de Infração n. 32/2014. Autuado: CASAN. Município de Lauro Muller, Relator Conselheiro Afonso Veiga Filho; 8) Apresentação de relatório e voto do Processo Administrativo Punitivo - Auto de Infração n. 29/2014. Autuado: CASAN. Município de Barra Velha, Relator Conselheiro Marcos Fernando Zanella; 9) Apresentação de relatório e voto do Processo Administrativo Punitivo - Auto de Infração n. 15/2014. Autuado: CASAN. Município de Mirim Doce, Relator Conselheiro Marcos Fernando Zanella; 10) Assuntos Gerais. Os trabalhos foram iniciados com a apresentação do Relatório de Ouvidoria pelo Senhor Luiz Aurélio de Oliveira tendo como recorte temporal o intervalo entre os dias 1º e 25/03/2015. O Ouvidor também expôs que o material referente ao telefone 0800 da Ouvidoria da ARIS ficará pronto na próxima semana. Informou ainda que estão sendo elaborados adesivos para serem fixados nas prefeituras consorciadas e também em seus operadores de serviços. O Senhor Luiz Aurélio de Oliveira, como Presidente da Comissão do Concurso da ARIS, apresentou ao Conselho o andamento das atividades ligadas ao concurso público que está em execução para preenchimento de quadros na Agência. Na sequência, o Senhor Ricardo Martins, Diretor de Regulação da ARIS, apresentou o relatório de atividades de sua Diretoria durante o último mês. Expôs ao Conselho que a Diretoria de Fiscalização irá concentrar esforços na avaliação dos SAA's, relatando que através deste enfoque será possível destacar o que precisa ser melhorado nos SAA's dos municípios. Esta estratégia tem amparo nos diagnósticos e pareceres técnicos da Agência. O Conselheiro Afonso Veiga Filho chamou atenção para que todas as obras tenham em mãos os projetos "como construído" (as built). O Senhor Ricardo Martins apresentou as tratativas entre a ARIS e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico Sustentável de Santa Catarina (SDS) a respeito da negociação para a utilização do sistema para cadastramento dos sistemas isolados coletivos e para atualização dos Planos Municipais de Saneamento, que possibilitarão aos técnicos da ARIS acessarem estes sistemas de informação. O Senhor Ricardo Martins apresentou também a evolução do processo de trabalho para a revisão tarifária de Itapema, indicando que na data de 27/03/2015 haverá uma reunião entre as partes: ARIS, Prefeitura de Itapema e o prestador

de serviços Águas de Itapema. Também apresentou o caso de revisão tarifária aplicado no município de Jaraguá do Sul. Diante deste quadro envolvendo os procedimentos de revisão tarifária, expressou a necessidade de aprovar uma Minuta de Resolução sobre os Procedimentos de Revisão Tarifária para o município de Jaraguá do Sul. Ficou acordado que esta Resolução seria encaminhada por e-mail para que os Conselheiros possam analisar e emitir parecer durante a próxima reunião do Conselho. Foi apresentada a possibilidade de convocar-se uma reunião extraordinária, necessária pelo grande volume de trabalho previsto para o mês de abril de 2015. No item 4 da Pauta, foram sorteados os Processos Punitivos referentes aos prestadores de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário ao Conselho de Regulação: 4.1. Processo Punitivo nº 006/2015. Auto de Infração nº 006/2015. Autuada: CASAN. Município de Rio do Campo ficou sob a relatoria do Conselheiro Afonso Veiga Filho. 4.2. Processo Punitivo nº 002/2014. Auto de Infração nº 002/2014. Autuada: CASAN. Município de Anita Garibaldi ficou sob a relatoria da Conselheira Nádia Boff Ribeiro; 4.3. Processo Punitivo nº 023/2014. Auto de Infração nº 023/2014. Autuada: CASAN. Município de Iporã do Oeste ficou sob a relatoria do Conselheiro Willian Carlos Narzetti; 4.4. Processo Punitivo nº 034/2014. Auto de Infração nº 034/2014. Autuada: CASAN. Município de Mondaí ficou sob a relatoria da Conselheira Michele Batista. Após a distribuição dos Processos Punitivos foi feito um breve relato sobre a situação envolvendo cada um dos atos administrativos. O processo 279/2013 do município de Porto Belo que foi incluído na pauta por solicitação da equipe técnica da ARIS, foi sorteado para o Conselheiro Gilberto Valente Canali. O Conselheiro André Antunes Miquelante, que deveria apresentar o Processo Administrativo Punitivo 21/2014 do município de Forquilha, declarou-se impedido de avaliar este processo, alegando ter participado das diligências de fiscalização no referido município, as quais resultaram no Processo Punitivo. Assim, o Processo foi reencaminhado a sorteio junto ao Conselho, ficando como relator o Conselheiro Marcos Fernando Zanella. Este Conselheiro havia sido o único a não ser sorteado na distribuição dos Processos durante a reunião do Conselho daquele dia. No item 5 da pauta a Conselheira Nádia Boff Ribeiro apresentou relatório e voto do Processo Administrativo Punitivo - Auto de Infração n. 25/2014. Autuada: CASAN. Município de Trombudo Central. Após apresentar suas considerações referentes ao Processo, a relatora leu seu voto optando pelo não provimento do recurso e concluindo pela manutenção do Auto de Infração. Os membros do Conselho acompanharam por unanimidade o voto da relatora. No item 6 da Pauta, o Conselheiro Gilberto Valente Canali apresentou relatório e voto do Processo Administrativo Punitivo - Auto de Infração n. 31/2014. Autuada: CASAN. Município de Imbuia. Examinando o teor das não conformidades, o recurso da CASAN e a análise técnica feita pela equipe da ARIS, o relator votou pela manutenção da penalidade imposta, com a ressalva que a não conformidade número 8 foi entendida como cumprida. O voto do Relator Conselheiro foi, por unanimidade, acompanhado pelos demais membros do Conselho. No item 7 da Pauta, o Conselheiro Afonso Veiga Filho apresentou seu relatório e voto do Processo Administrativo Punitivo - Auto de Infração n. 32/2014. Autuada: CASAN. Município de Lauro Muller. Discorreu sobre os elementos constitutivos do Processo destacando pontos que considera de maior expressão. Em seguida, o relator apresentou seu voto destacando a clareza dos relatórios e a percepção do pouco empenho da operadora em resolver os problemas apontados, mesmo aqueles considerados simples. Desta forma, seu voto foi pela manutenção da punição o que foi acompanhado por unanimidade pelos demais Conselheiros. Neste momento, os Conselheiros Michele Batista e Willian Carlos Narzetti precisaram se ausentar da reunião do Conselho. No item 8 da pauta, o Conselheiro Marcos Fernando Zanella leu seu relatório e voto, referente ao Processo Administrativo Punitivo - Auto de Infração n. 29/2014, autuado CASAN, Município de Barra Velha, mantendo a punição de advertência. Os demais Conselheiros seguiram por unanimidade o voto do relator. Em seguida, o

Conselheiro Marcos Fernando Zanella devolveu à equipe técnica da ARIS o Processo Administrativo Punitivo nº 15/2014, autuada CASAN, Município de Mirim Doce, para correções em procedimentos administrativos internos da ARIS. Acatado pelos membros do Conselho, a Diretoria de Regulação revisará o processo. Na sequência, a Ata da última reunião foi lida e, após algumas retificações, aprovada pelos Conselheiros. Sem mais nada a tratar, o Presidente Interino do Conselho de Regulação, Sr. Afonso Veiga Filho, agradeceu a todos pela participação, dando-se por encerrados os trabalhos. Eu, Willian Carlos Narzetti, lavrei a presente ata, que foi lida e aprovada por todos os presentes.

Afonso Veiga Filho (Presidente Interino do Conselho da ARIS)

Gilberto Valente Canali (Conselheiro da ARIS)

André Antunes Miquelante (Conselheiro da ARIS)

Marcos Fernando Zanella (Conselheiro da ARIS)

Michele Batista (Conselheira da ARIS)

Nádia Boff Ribeiro (Conselheira da ARIS)

Willian Carlos Narzetti (Conselheiro da ARIS)

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 04/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 04/2015

O Presidente Interino do Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Sr. Afonso Veiga Filho, no uso de suas atribuições legais,

Convoca:

Os senhores Conselheiros do Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) para a reunião ordinária, com fundamento no artigo 38, do Decreto/ARIS n. 008/2011, a ser realizada no dia 30 de abril de 2015, na cidade de Florianópolis, com a seguinte ordem do dia:

Data: 30 de abril de 2015

Horário: Início às 8h30

Local: Sede da ARIS (Rua Santos Saraiva, n. 1.546, Estreito, Florianópolis/SC)

Ordem do dia:

- 1) Eleição e posse do Presidente do Conselho de Regulação;
- 2) Relatório de Ouvidoria;
- 3) Apresentação das atividades da Diretoria de Regulação;
- 4) Distribuição dos Processos Administrativos Punitivos referente aos prestadores de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário ao Conselho de Regulação:
  - 4.1 Processo Punitivo nº 016/2014. Auto de Infração nº 016/2014. Autuada: CASAN. Município de Porto Belo;
  - 4.2 Processo Punitivo nº 020/2015. Auto de Infração nº 020/2015. Autuada: CASAN. Município de Coronel Freitas;
  - 4.3 Processo Punitivo nº 021/2015. Auto de Infração nº 021/2015. Autuada: CASAN. Município de Capão Alto;
  - 4.4 Processo Punitivo nº 024/2015. Auto de Infração nº 024/2015. Autuada: CASAN. Município de Rio do Sul;
  - 4.5 Processo Punitivo nº 026/2015. Auto de Infração nº 026/2015. Autuada: CASAN. Município de Laurentino;
- 5) Apresentação de relatório e voto do Processo Administrativo Punitivo - Auto de Infração nº 04/2015. Autuada: CASAN. Município de Santa Terezinha - Relator Conselheiro André Miquelante;
- 6) Apresentação de relatório e voto do Processo Administrativo Punitivo - Auto de Infração nº 034/2014. Autuada: CASAN. Município

de Mondai - Relatora Conselheira Michele Batista;  
7) Apresentação de relatório e voto do Processo Administrativo Punitivo - Auto de Infração nº 023/2014. Autuada: CASAN. Município de Iporã do Oeste - Relator Conselheiro Willian Carlos Narzetti;  
8) Apresentação de relatório e voto do Processo Administrativo Punitivo - Auto de Infração nº 279/2013. Autuada: CASAN. Município de Porto Belo - Relator Conselheiro Gilberto Valente Canali;  
9) Apresentação de relatório e voto do Processo Administrativo Punitivo - Auto de Infração nº 006/2015. Autuada: CASAN. Município de Rio do Campo - Relator Conselheiro Afonso Veiga Filho;  
10) Apresentação de relatório e voto do Processo Administrativo Punitivo - Auto de Infração nº 002/2014. Autuada: CASAN. Município de Anita Garibaldi - Relatora Conselheira Nádia Boof Ribeiro;  
11) Apresentação de relatório e voto do Processo Administrativo Punitivo - Auto de Infração nº 027/2014. Autuada: CASAN. Município de Formosa do Sul - Relator Conselheiro Willian Carlos Narzetti;  
12) Apresentação de relatório e voto do Processo Administrativo Punitivo - Auto de Infração nº 021/2014. Autuada: CASAN. Município de Forquilha - Relator Conselheiro Marcos Fernando Zanella.  
13) Assuntos Gerais.

Florianópolis, 16 de abril de 2015.

Afonso Veiga Filho

Presidente Interino do Conselho de Regulação da ARIS

#### **ERRATA DA PUBLICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA Nº 009/2015**

Errata da publicação do ato de dispensa nº 09/2015

CONSIDERANDO o equívoco publicado no DOM/SC Edição 1714, do dia 31/03/2015, Adir Faccio, Diretor Geral da ARIS, no uso de suas atribuições legais, altera:

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 13/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2015

OBJETO: Contratação de renovação de seguro do automóvel da ARIS, Fiat Palio Week. Adventure 1.8 - 16v, 2014/2014, placas MMC-4502.

CONTRATADO: Bradesco Autor/Re Companhia de Seguros

CNPJ nº 92.682.038/0001-00

VALOR: R\$ 3.738,14 (três mil, setecentos e trinta e oito reais e quatorze centavos).

Florianópolis, 25 de março de 2015.

Adir Faccio

Diretor geral da ARIS

#### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 007/2015 PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 016/2015**

EXTRATO DO CONTRATO Nº 007/2015

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 016/2015

ATO DE DISPENSA Nº 011/2015

OBJETO: locação de espaço para sediar a ARIS

Base Legal: art. 24, X, da Lei de Licitações.

CONTRATANTE: AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO - ARIS

CONTRATADO: FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS - FECAM.

CNPJ: 75.303.982/0001-90.

VALOR MENSAL: R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

Florianópolis, 10 de abril de 2015.

Adir Faccio

Diretor geral da ARIS

#### **PORTARIA/DIRETOR GERAL Nº 007 DE 2015**

PORTARIA/Diretor Geral nº 007 de 17 de abril de 2015

Estabelece o dia 20 de abril de 2015 como ponto facultativo de serviço público na ARIS.

O Diretor-geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), Sr. Adir Faccio, no uso da sua atribuição, RESOLVE:

Art. 1º Fica estabelecido como ponto facultativo o dia de 20 de abril de 2015.

Parágrafo único. Retorna o expediente normal de serviço a partir das 08h30min do dia 22 de abril.

Art. 2º Este ato entrará em vigor na data da sua publicação.

Florianópolis, 17 de abril de 2015.

ADIR FACCIO

Diretor Geral

#### **PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 015/2015 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2015**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 15/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 10/2015

OBJETO: Contratação de renovação de seguro do automóvel da ARIS, Ford/ Focus 2.0 - 16v, 2012/2012, placas MKF-0152.

CONTRATADO: Bradesco Autor/Re Companhia de Seguros

CNPJ nº 92.682.038/0001-00

VALOR: R\$ 3.233,42 (três mil, duzentos e trinta e três reais e quarenta e dois centavos).

Florianópolis, 07 de abril de 2015.

ADIR FACCIO

Diretor Geral

#### **PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 016/2015 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2015**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 16/2015

ATO DE DISPENSA Nº 011/2015

OBJETO: locação de espaço para sediar a ARIS.

Base Legal: art. 24, X, da Lei de Licitações.

CONTRATANTE: AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO - ARIS

CONTRATADO: FEDERAÇÃO CATARINENSE DE MUNICÍPIOS - FECAM.

CNPJ: 75.303.982/0001-90.

VALOR MENSAL: R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

Florianópolis, 08 de abril de 2015.

Adir Faccio

Diretor geral da ARIS

#### **PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 017/2015 INEXIGIBILIDADE Nº 005/2015**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 17/2015

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 05/2015

OBJETO: Revisão programada de 80.000 (oitenta mil) quilômetros do veículo de propriedade da ARIS, Ford/Focus FC, ano 2012, Placas: MKF-0152.

CONTRATADO: GLOBOVEL COM. DE VEIC. E PEÇAS LTDA.

CNPJ nº 01.639.573/0005-56.

VALOR: R\$ 1.438,00 (mil, quatrocentos e trinta e oito reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 c/c art. 26, ambos da Lei nº

8.666/93.

Florianópolis, 08 de abril de 2015.

Adir Faccio

Diretor geral da ARIS

**RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 007, DE 16 DE ABRIL DE 2015**

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 007, de 16 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre o procedimento para a realização da Revisão Tarifária Ordinária dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário prestados pelo SAMAE do Município de Jaraguá do Sul, bem como de sua estrutura (tabela tarifária) e dá outras providências.

O Presidente do Conselho de Regulação da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, no uso de suas atribuições que lhe confere os artigos 8º, I e 28, II, do Protocolo de Intenções da ARIS convertido em Contrato de Consórcio Público, em cumprimento ao que estabelece os artigos 22, IV e 23, IV, ambos da Lei nº 11.445/2007, e

**CONSIDERANDO:**

a Lei Municipal nº 190, de 28 de maio de 1968, que criou o SAMAE de Jaraguá do Sul, com o objetivo de operar, manter, conservar e explorar os serviços de água potável e de esgotos sanitários nesta cidade;

a Lei Municipal n. 6.361/2012, de 30 de março de 2012, que autorizou o ingresso do município de Jaraguá do Sul ao consórcio ARIS;

que compete à Agência Reguladora ARIS, estabelecer procedimentos para a realização da revisão ordinária do sistema tarifário vigente no município, nos termos do artigo 11 do Protocolo de Intenções da ARIS convertido em Contrato de Consórcio Público em conjunto com o § 1º, do artigo 38 da Lei federal nº 11.445/2007, que há necessidade de se manter o equilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços, a fim de assegurar a realização dos investimentos previstos no Plano Municipal de Saneamento Básico - PMSB vigente;

que nos autos da Ação Civil Pública nº 0012382-54.2012.8.24.0036, em trâmite perante a Vara da Fazenda Pública da Comarca de Jaraguá do Sul, restou acordado judicialmente que o SAMAE implantará nova estrutura tarifária, em conformidade com os estudos tarifários elaborados pela ARIS, no prazo de 180 dias, a contar da data da homologação.

EXPEDE a seguinte Resolução Normativa:

Art. 1º Esta Resolução destina-se a estabelecer procedimentos que deverão ser adotados para a realização da revisão do sistema tarifário vigente e da implantação de nova estrutura tarifária, no município de Jaraguá do Sul.

Parágrafo único. Os procedimentos de revisão tarifária deverão compreender, pelo menos, as perspectivas de alteração dos valores, estrutura e forma de cobrança;

Art. 2º O estudo do pleito de revisão tarifária e de sua estrutura deverá conter minimamente os seguintes elementos:

I - Base de dados utilizada;

II - Investimentos anuais planejados conforme estabelecido no Plano Municipal de Saneamento Básico;

III - Depreciação anual de ativos;

IV - Modelagem de projeção de receitas e despesas;

V - Eventos que possam ter desequilibrado a equação econômico-financeira atualmente em vigor;

VI - Alternativas objetivas para a alteração do Modelo Tarifário, inclusive sua estrutura (tabela tarifária).

§ 1º O processo de revisão tarifária consiste das seguintes etapas:

I - Recepção do pleito de revisão tarifária pela Agência Reguladora;

II - Análises e diligências solicitadas e efetuadas pela Agência Reguladora;

III - Disponibilização no site da ARIS dos resultados do item II deste parágrafo;

IV - Consulta Pública e/ou Audiência Pública para obtenção de contribuições e discussão dos resultados das análises efetuadas pela Agência Reguladora;

V - Publicação da Deliberação de Revisão Tarifária.

§ 2º - Deverá a Diretoria de Regulação da ARIS, utilizar os estudos de modelagem tarifária já existente para o SAA e SES de Jaraguá do Sul, justificando, caso haja necessidade, as alterações pertinentes.

Art. 3º A base de dados utilizada no estudo do pleito de revisão tarifária deverá atender aos seguintes requisitos:

I - Ser discriminada a partir do plano de contas do prestador dos serviços públicos;

II - Ser devidamente caracterizada e conter todos os elementos necessários ao processamento dos cálculos posteriores do estudo;

III - Ser oriunda de fontes acuradas e confiáveis, as quais devem constar no pleito do prestador dos serviços públicos;

§ 1º As avaliações elaboradas pela ARIS, ou os estudos por ela contratados, deverão apresentar, pelos menos os seguintes elementos:

I - análise dos eventos apresentados pelo prestador como eventuais causas ensejadoras de desequilíbrio da equação econômico-financeira da prestação;

II - indicação da estimativa econômico-financeira de impacto na prestação dos serviços públicos; e

III - definição das alternativas objetivas para alteração do modelo tarifário (estrutura), de forma a tanto garantir o atendimento ao interesse público quanto a manter inalterado o equilíbrio econômico-financeiro da prestação, recompondo-o, se demonstrada a alteração deste em relação às condições originais.

§ 2º Durante a fase de avaliação a ARIS poderá requerer ao prestador e ao Poder Concedente, informações técnicas, econômicas, financeiras e contábeis.

Art. 3º Caberá à Agência Reguladora confirmar o reconhecimento dos investimentos planejados, correspondentes ao valor dos recursos investidos pelo prestador, para possibilitar a prestação dos serviços de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto, constantes do PMSB, podendo glosar aqueles que não forem como tal, devidamente reconhecidos, para efeitos tarifários.

Art. 4º A depreciação de ativos deverá estar fundamentada no patrimônio imobilizado do prestador e/ou nas tabelas consagradas de depreciação.

Art. 5º A ARIS divulgará as análises, pareceres e os estudos que os fundamentarem para fins de realização de consulta pública e/ou audiência pública.

Art. 6º A consulta pública e/ou audiência pública desenvolver-se-á nos moldes definidos no Decreto/ARIS nº 005/2010, de 08 de dezembro de 2010.

Art. 7º A Diretoria da ARIS, por meio de Deliberação, deverá deferir ou indeferir, total ou parcialmente, o pleito de revisão ordinária do sistema tarifário vigente no município de Jaraguá do Sul.

§ 1º Para fins de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do sistema tarifário, poder-se-á adotar uma ou mais das seguintes formas de recomposição:

I - revisão do valor da tarifa;

II - revisão do cronograma de implantação dos investimentos previstos no PMSB;

III - revisão e alteração da estrutura tarifária atual;

IV - outras formas admitidas legalmente.

§ 2º Fica vedado à ARIS subordinar sua decisão a ato ou manifestação do Poder Concedente ou do prestador, bem como qualquer conduta que venha a comprometer a sua isenção técnica na análise do pleito, ou que esteja em desacordo com o previsto no artigo

21 da Lei Federal nº 11.445/2007.

§ 3º Caso ocorra evento que possa ser considerado dentre os referidos no § 2º deste artigo, a ARIS deverá comunicá-lo ao Ministério Público Estadual, para as providências de direito.

Art. 8º A presente Resolução aplica-se em pleito de revisão ordinária já em curso quando da sua publicação.

Art. 9º Os casos omissos serão disciplinados em resoluções específicas.

Art. 10 Esta Resolução entre em vigor na data da sua publicação.

AFONSO VEIGA FILHO

Presidente Interino do Conselho de Regulação da ARIS

GILBERTO VALENTE CANALI

Conselheiro da ARIS

ANDRÉ ANTUNES MIQUELANTE

Conselheiro da ARIS

MARCOS FERNANDO ZANELLA

Conselheiro da ARIS

MICHELE BATISTA

Conselheira da ARIS

NÁDIA BOFF RIBEIRO (ausente)

Conselheira da ARIS

WILLIAN CARLOS NARZETTI

Conselheiro da ARIS

## CIGA

### EXTRATO CONTRATO - 275 - PGT - LACERDÓPOLIS

Extrato de Contrato nº 275/2015

Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão Tributária - Lacerdópolis

CONTRATANTE: Município de Lacerdópolis

CNPJ: 82.939.471/0001-24

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 027/2015

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: 9 parcelas mensais R\$ 466,67 ( Quatrocentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos ) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 14 de abril de 2015.

Gilsoni Lunardi Albino

Diretor Executivo do CIGA

## CIMVI

### CONTRATO Nº 2015/010 - LOCAÇÃO DE ESTANDE 21ª BNT MERCOSUL

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 2015/010

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

CONTRATADO: BNT Feiras e Congressos Ltda

OBJETO: locação temporária do estande nº 0108, no evento 21ª EDIÇÃO DA BNT MERCOSUL.

VALOR: R\$ 5.472,00 (cinco mil, quatrocentos e setenta e dois reais)

VIGÊNCIA: 22 e 23 de maio de 2015

Integra em [www.cimvi.sc.gov.br](http://www.cimvi.sc.gov.br)>Contratos>Prestação de Serviços

Timbó, 20 de abril de 2015.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS

Presidente

**CIS NORDESTE****EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014 - RESPOSTA AOS PEDIDOS DE REVISÃO QUANTO À PONTUAÇÃO OBTIDA NA PROVA DE TÍTULOS**

RESPOSTA AOS PEDIDOS DE REVISÃO DE PONTUAÇÃO

OBTIDA NA PROVA DE TÍTULOS

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014 - CISONORDESTE/SC

CARGO	Inscrição	Título	PARECER	FUNDAMENTAÇÃO
Assistente Administrativo	005ASS	Diploma de Graduação em Engenharia de Produção e Sistemas	Deferido	A grade curricular do curso de graduação em Engenharia de Produção e Sistemas da UDESC, conforme Projeto Pedagógico disponível em <a href="http://www.joinville.udesc.br/portal/ensino/graduacao/eng_producao/">http://www.joinville.udesc.br/portal/ensino/graduacao/eng_producao/</a> (acesso em 17/04/2015), tem pertinência com as atribuições do emprego público de Assistente Administrativo definidas no Anexo II do Contrato de Consórcio Público
Controlador Interno	004CI	Curso de aperfeiçoamento em Excelência em Vendas	Indeferido	O programa do curso "Excelência em Vendas" não guarda relação direta com as atribuições do emprego público de Controlador Interno definidas no Anexo II do Contrato de Consórcio Público, sendo pontuados, apenas os cursos de atualização e aperfeiçoamento na área da função à qual concorre (quadro do item 6.4.3 do Edital).

Joinville, 22 de abril de 2015.

Ana Maria Groff Jansen

Norma Bassols Rodrigues Holz

Márcia Regina Ebert

**EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2014 - RESULTADO FINAL PRELIMINAR**

Resultado Final Preliminar

Concurso Público Edital nº 001/2014-CISONORDESTE/SC

NUMERO INSCRIÇÃO	CARGO	NASCIMENTO	IDENTIDADE	PROVA OBJETIVA	PROVA TÍTULOS	TOTAL	Classificação
006.AD	Administrador	12/05/1979	3333995	25	0	25	1
004.AD	Administrador	13/06/1979	6297190-8	25	0	25	2
003.AD	Administrador	18/10/1990	4973021	23	0	23	Pontuação insuficiente
002.AD	Administrador	14/05/1985	4350884	21	0	21	Pontuação insuficiente
008.AD	Administrador	19/08/1980	4018273	18	0	18	Pontuação insuficiente
009.AD	Administrador	29/12/1965	6997909	17	0	17	Pontuação insuficiente
011.AD	Administrador	18/04/1989	4904378	17	0	17	Pontuação insuficiente
001.AD	Administrador	07/07/1989	9728747-3	17	0	17	Pontuação insuficiente
010.AD	Administrador	14/09/1981	3528628	16	0	16	Pontuação insuficiente
012.AD	Administrador	20/06/1973	2443513	15	0	15	Pontuação insuficiente
013.AD	Administrador	16/10/1987	4903446	12	0	12	Pontuação insuficiente
005.AD	Administrador	17/01/1981	3641587	8	0	8	Pontuação insuficiente
007.AD	Administrador	26/02/1990	46197766-7	0	0	0	Ausente
001.AL	Apoio Logístico	18/01/1987	4023870	31	0	31	1
002.AL	Apoio Logístico	28/02/1960	978804	23	0	23	Pontuação insuficiente
010.ASS	Assistente Administrativo	17/09/1984	4416545	29	5	34	1
005.ASS	Assistente Administrativo	12/01/1985	4576176	30	4	34	2
031.ASS	Assistente Administrativo	19/11/1986	4876864	29	5	34	3
003.ASS	Assistente Administrativo	07/12/1994	6441406	34	0	34	4
009.ASS	Assistente Administrativo	04/05/1983	27839431-0	32	1	33	5
034.ASS	Assistente Administrativo	22/06/1991	4986229	25	7	32	6
027.ASS	Assistente Administrativo	16/04/1993	5537409	27	3	30	7
004.ASS	Assistente Administrativo	22/11/1990	5674727	25	3	28	8
002.ASS	Assistente Administrativo	22/06/1996	5981075	25	2	27	9

014.ASS	Assistente Administrativo	30/05/1988	45874700-2	25	1	26	10
036.ASS	Assistente Administrativo	10/07/1985	4294379-5	25	0	25	11
006.ASS	Assistente Administrativo	31/05/1996	5693061	25	0	25	12
021.ASS	Assistente Administrativo	25/01/1972	3000647	24	0	24	Pontuação insuficiente
030.ASS	Assistente Administrativo	23/05/1982	4130372	24	0	24	Pontuação insuficiente
035.ASS	Assistente Administrativo	10/08/1979	3824102	20	0	20	Pontuação insuficiente
020.ASS	Assistente Administrativo	04/04/1991	5135227	20	0	20	Pontuação insuficiente
024.ASS	Assistente Administrativo	19/10/1991	5950092	20	0	20	Pontuação insuficiente
023.ASS	Assistente Administrativo	27/06/1994	6536569	20	0	20	Pontuação insuficiente
013.ASS	Assistente Administrativo	19/04/1989	60135991	19	0	19	Pontuação insuficiente
016.ASS	Assistente Administrativo	29/10/1991	5816923	19	0	19	Pontuação insuficiente
012.ASS	Assistente Administrativo	11/07/1987	9086482123	18	0	18	Pontuação insuficiente
038.ASS	Assistente Administrativo	31/03/1981	4045045	17	0	17	Pontuação insuficiente
028.ASS	Assistente Administrativo	21/08/1975	2848171	16	0	16	Pontuação insuficiente
018.ASS	Assistente Administrativo	14/12/1979	3319427-0	16	0	16	Pontuação insuficiente
026.ASS	Assistente Administrativo	07/04/1991	4023871	16	0	16	Pontuação insuficiente
008.ASS	Assistente Administrativo	10/01/1978	29265613-0	15	0	15	Pontuação insuficiente
007.ASS	Assistente Administrativo	31/05/1979	3554621	15	0	15	Pontuação insuficiente
037.ASS	Assistente Administrativo	19/03/1993	5885586	15	0	15	Pontuação insuficiente
017.ASS	Assistente Administrativo	22/02/1980	6535953	14	0	14	Pontuação insuficiente
032.ASS	Assistente Administrativo	01/08/1990	5346124	14	0	14	Pontuação insuficiente
039.ASS	Assistente Administrativo	25/11/1991	6019674	14	0	14	Pontuação insuficiente
015.ASS	Assistente Administrativo	03/09/1994	6030332	14	0	14	Pontuação insuficiente
029.ASS	Assistente Administrativo	24/05/1960	5803982	9	0	9	Pontuação insuficiente
022.ASS	Assistente Administrativo	26/09/1976	3000729	9	0	9	Pontuação insuficiente
025.ASS	Assistente Administrativo	30/05/1984	4353897	9	0	9	Pontuação insuficiente
033.ASS	Assistente Administrativo	03/01/1978	3433985	0	0	0	Ausente
019.ASS	Assistente Administrativo	23/03/1984	4409122	0	0	0	Ausente
011.ASS	Assistente Administrativo	12/07/1986	9914563	0	0	0	Ausente
001.ASS	Assistente Administrativo	18/07/1991	5457989-9	0	0	0	Ausente
012.AA	Auxiliar Administrativo	06/11/1978	3206859	35	8	43	1
002.AA	Auxiliar Administrativo	01/11/1960	1686250-9	30	0	30	2
009.AA	Auxiliar Administrativo	04/03/1978	1357224	28	0	28	3
010.AA	Auxiliar Administrativo	16/03/1982	3828193	24	0	24	Pontuação insuficiente
004.AA	Auxiliar Administrativo	05/06/1983	4155359	21	0	21	Pontuação insuficiente
013.AA	Auxiliar Administrativo	27/02/1991	5600717	20	0	20	Pontuação insuficiente
007.AA	Auxiliar Administrativo	17/04/1991	1098048661	20	0	20	Pontuação insuficiente
005.AA	Auxiliar Administrativo	16/07/1997	6425099	18	0	18	Pontuação insuficiente
011.AA	Auxiliar Administrativo	21/01/1989	5516525	16	0	16	Pontuação insuficiente
006.AA	Auxiliar Administrativo	24/12/1983	4417306	13	0	13	Pontuação insuficiente
014.AA	Auxiliar Administrativo	02/10/1964	3570409-4	11	0	11	Pontuação insuficiente
003.AA	Auxiliar Administrativo	06/12/1981	4425430	9	0	9	Pontuação insuficiente
008.AA	Auxiliar Administrativo	16/09/1979	3415116-8	0	0	0	Ausente
001.AA	Auxiliar Administrativo	30/11/1993	5607544	0	0	0	Ausente
002.C	Contador	01/05/1989	10266212-1	29	4	33	1
001.C	Contador	10/08/1986	5204218	25	2	27	2
005.C	Contador	12/08/1982	4362491	24	0	24	Pontuação insuficiente
004.C	Contador	08/05/1987	9285752-2	24	0	24	Pontuação insuficiente
003.C	Contador	29/05/1987	5216924	18	0	18	Pontuação insuficiente
015.CI	Controlador Interno	24/10/1987	4663399	29	4	33	1

004.CI	Controlador Interno	21/12/1983	4292365	25	7	32	2
018.CI	Controlador Interno	28/04/1990	5302267	27	0	27	3
001.CI	Controlador Interno	14/11/1988	4353975-0	25	0	25	4
027.CI	Controlador Interno	03/04/1980	3637438	23	0	23	Pontuação insuficiente
025.CI	Controlador Interno	16/05/1971	2374176-7	22	0	22	Pontuação insuficiente
028.CI	Controlador Interno	20/07/1986	9111973-0	22	0	22	Pontuação insuficiente
021.CI	Controlador Interno	01/05/1991	10327906-2	22	0	22	Pontuação insuficiente
022.CI	Controlador Interno	07/05/1977	10271775-9	21	0	21	Pontuação insuficiente
006.CI	Controlador Interno	10/02/1980	3891996	20	0	20	Pontuação insuficiente
030.CI	Controlador Interno	13/06/1976	2846179	19	0	19	Pontuação insuficiente
002.CI	Controlador Interno	30/12/1982	28319679-8	19	0	19	Pontuação insuficiente
011.CI	Controlador Interno	25/10/1989	5816485	19	0	19	Pontuação insuficiente
008.CI	Controlador Interno	19/10/1991	5993301	19	0	19	Pontuação insuficiente
016.CI	Controlador Interno	09/04/1974	3007616	18	0	18	Pontuação insuficiente
026.CI	Controlador Interno	22/06/1980	3984500	18	0	18	Pontuação insuficiente
010.CI	Controlador Interno	06/05/1992	5951036	18	0	18	Pontuação insuficiente
029.CI	Controlador Interno	07/10/1966	1863567	16	0	16	Pontuação insuficiente
019.CI	Controlador Interno	17/02/1974	2846713	16	0	16	Pontuação insuficiente
003.CI	Controlador Interno	16/05/1984	3547618	16	0	16	Pontuação insuficiente
031.CI	Controlador Interno	10/07/1987	4449946	16	0	16	Pontuação insuficiente
005.CI	Controlador Interno	14/10/1988	4322524	16	0	16	Pontuação insuficiente
009.CI	Controlador Interno	16/08/1989	5571545	16	0	16	Pontuação insuficiente
012.CI	Controlador Interno	21/05/1975	3268733	15	0	15	Pontuação insuficiente
024.CI	Controlador Interno	21/05/1984	4534997	13	0	13	Pontuação insuficiente
013.CI	Controlador Interno	17/05/1978	3795186	11	0	11	Pontuação insuficiente
020.CI	Controlador Interno	12/03/1980	3873838	11	0	11	Pontuação insuficiente
023.CI	Controlador Interno	14/07/1988	5105396	9	0	9	Pontuação insuficiente
017.CI	Controlador Interno	17/11/1983	4353307	0	0	0	Ausente
014.CI	Controlador Interno	04/04/1990	4712142	0	0	0	Ausente
007.CI	Controlador Interno	01/01/1991	4965615	0	0	0	Ausente
007.M	Motorista	12/06/1985	1092324779	34	3	37	1
006.M	Motorista	04/11/1987	4360454	27	3	30	2
008.M	Motorista	22/02/1989	4974779	30	0	30	3
011.M	Motorista	03/11/1980	6265235	29	0	29	4
013.M	Motorista	11/06/1970	1988182	25	0	25	5
005.M	Motorista	24/10/1969	1861603	24	0	24	Pontuação insuficiente
001.M	Motorista	04/08/1957	1524833-5	23	0	23	Pontuação insuficiente
003.M	Motorista	24/10/1993	6193588	23	0	23	Pontuação insuficiente
004.M	Motorista	12/10/1957	606121	21	0	21	Pontuação insuficiente
009.M	Motorista	30/08/1972	717808	20	0	20	Pontuação insuficiente
002.M	Motorista	04/06/1960	1097251-0	19	0	19	Pontuação insuficiente
012.M	Motorista	17/08/1975	2762485	19	0	19	Pontuação insuficiente
001.TC	Técnico em Contabilidade	24/07/1990	5693635	21	0	21	Pontuação insuficiente
004.TC	Técnico em Contabilidade	20/07/1975	3319974	19	0	19	Pontuação insuficiente
002.TC	Técnico em Contabilidade	08/06/1970	2252019	14	0	14	Pontuação insuficiente
003.TC	Técnico em Contabilidade	20/10/1967	4749251-3	12	0	12	Pontuação insuficiente
005.TC	Técnico em Contabilidade	26/03/1971	2316192	0	0	0	Ausente
002.Z	Zelador	29/01/1964	2057356	30	0	30	1
001.Z	Zelador	26/04/1966	2845436	30	0	30	2

Joinville, 22 de abril de 2015.  
Ana Maria Groff Jansen    Norma Bassols Rodrigues Holz

Márcia Regina Ebert

## **CIS/AMURES**

### **PORTARIA Nº 07/2015 - CIS/AMURES**

PORTARIA 07 / 2015

Nomeia RISSIANE DAMIÃO DOS SANTOS KOECHE GOULART para o cargo de ASSESSOR JURÍDICO do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS/AMURES.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS/AMURES, Sr. Edelvânio Nunes Topanoti, no uso de suas atribuições legais, constantes da Cláusula Vigésima Sexta, do Contrato de Consórcio Público, seu anexo I e, demais disposições legais aplicáveis à espécie,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - Nomear a Sra. RISSIANE DAMIÃO DOS SANTOS KOECHE GOULART, para ocupar o cargo de ASSESSOR JURÍDICO, com carga horária de 20h, constante do quadro de empregos públicos de livre nomeação, previstos no anexo I, do contrato de Consórcio Público do CIS/AMURES.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lages, 22 de Abril de 2015.  
EDELVÂNIO NUNES TOPANOTI  
PRESIDENTE DO CIS/AMURES

## **CITMAR**

### **EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 02/2015**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 02/2015

Nº. Processo: 02/2015.

Objeto: Termo de Cooperação uma série de ações de promoção nos principais emissores de turistas em relação aos países do MERCOSUL e do BRASIL, buscando promover a divulgação da região dos municípios integrantes da AMFRI (Balneário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Luís Alves, Navegantes, Penha e Porto Belo), notadamente em ações de promoção e merchandising da marca COSTA VERDE E MAR como PARTICIPAÇÃO ESPECIAL do evento 21ª edição da BNT MERCOSUL BRASIL, a ser realizada nos dias 22 e 23 de Maio de 2015 no Centreventos Itajaí em Itajaí/SC, e também na Rodada de Negócios BNT MERCOSUL edição Chile na cidade de Santiago no dia 20 de Outubro de 2015 e Rodada de Negócios BNT MERCOSUL edição Peru na cidade de Lima no dia 23 de Outubro de 2015.

Total de Itens Licitados: 00001.

Fundamento Legal: Artigo 25, caput da Lei 8.666/93.

Justificativa: Objeto praticado unicamente pela referida empresa que tem exclusividade na organização do presente evento.

Declaração de Inexigibilidade em 17/04/2015 - Cirino Adolfo Cabral Neto - Assessor Jurídico CITMAR - OAB/SC nº. 25.073.

Ratificação em 17/04/2015 - Rodrigo Costa - Presidente CITMAR / Célio José Bernardino - Diretor Executivo CITMAR.

Valor: R\$ 30.000,00 (Trinta mil Reais).

Contratada: BNT FEIRAS E CONGRESSOS LTDA - CNPJ 00.376.660/0001-71

Itajaí/SC, 17 de Abril de 2015.

Rodrigo Costa

Presidente CITMAR

Célio José Bernardino

Diretor Executivo - CITMAR.